

Prospecto Preliminar da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples (Não Conversíveis em Ações),
da Espécie Quirografária, em Série Única, de Emissão da



Distribuição S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 06.981.180/0001-16
Avenida Barbacena, 1.200 – 17º andar, Ala A1
Belo Horizonte/MG – 30190-131

ISIN: BRCMGDDBS009

R\$ 250.503.517,80

Fitch: A+(bra)

Moody's: Baa2.br

Distribuição Pública de 23.042 (vinte e três mil e quarenta e duas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da 1ª Emissão da CEMIG Distribuição S.A. (“CEMIG Distribuição”, “Companhia” ou “Emissora”), todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10.871,6048 (dez mil, oitocentos e setenta e um reais e seis mil e quarenta e oito décimos de milésimos de centavos) (“Debêntures”), no dia 1º de junho de 2006 (“Data de Emissão”), no valor total de R\$ 250.503.517,80 (duzentos e cinquenta milhões, quinhentos e três mil, quinhentos e dezessete reais e oitenta centavos), (“Emissão” ou “Oferta”). A Oferta foi aprovada na reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 25 de janeiro de 2006, cuja ata foi publicada nos jornais “Minas Gerais”, “Gazeta Mercantil – Edição Nacional” e “O Tempo”, em 12 de julho de 2006. Tal ata foi retificada pela reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 29 de junho de 2006 e sua publicação está prevista para o dia 25 de outubro de 2006 nos jornais “Minas Gerais”, “Gazeta Mercantil – Edição Nacional” e “O Tempo”. A Oferta tem por objetivo a permuta obrigatória das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG realizada nos termos da Escritura Particular da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Série Única, da Espécie sem Garantia nem Preferência da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (a “3ª Emissão da CEMIG” e a “CEMIG”) celebrada em 14 de junho de 2004, conforme aditada, pelas Debêntures a razão de uma Debênture para cada debênture da 3ª Emissão da CEMIG, de acordo com o disposto na Escritura de Emissão que regula referida 3ª Emissão da CEMIG. Esta Oferta possui garantia fidejussória prestada pela CEMIG, conforme aprovada em Reunião do Conselho de Administração da CEMIG realizada em 25 de janeiro de 2006, cuja ata foi publicada em 1º de setembro de 2006 nos jornais “Minas Gerais”, “Gazeta Mercantil – Edição Nacional” e “O Tempo”. As Debêntures serão colocadas, para efeitos da permuta, exclusivamente junto aos titulares das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, com o conseqüente cancelamento das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO “FATORES DE RISCO”, NAS PÁGINAS 19 A 34.

O PROSPECTO SERÁ COLOCADO À DISPOSIÇÃO DOS TITULARES DAS DEBÊNTURES DA 3ª EMISSÃO DA CEMIG NAS SEDES E NAS PÁGINAS DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES – INTERNET – DA EMISSORA, DA CEMIG, DO COORDENADOR LÍDER, DA CVME DA CETIP.

A presente Oferta foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/DEB/2006/[·], em [·] de [·] de 2006.

“A Emissora é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das debêntures.”

“O Coordenador Líder desta emissão tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (i) as informações constantes neste Prospecto sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, e (ii) as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures no âmbito da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.”

“O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da Emissora, bem como sobre a Oferta.”



“A presente oferta pública foi elaborada de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o qual se encontra registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 4890254, atendendo, assim, a presente oferta pública, aos padrões mínimos de informação contidos no código, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da oferta pública.”

Coordenador Líder



A data deste Prospecto Preliminar é 24 de outubro de 2006

ÍNDICE

DEFINIÇÕES	5
SUMÁRIO DA EMISSORA	9
VISÃO GERAL	9
BREVE HISTÓRICO	9
PONTOS FORTES	10
PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS	11
SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	13
IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES, COORDENADORES E AUDITORES	17
DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER	18
FATORES DE RISCO	19
RISCOS RELACIONADOS A FATORES MACROECONÔMICOS	19
RISCOS RELATIVOS AO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA	22
RISCOS RELACIONADOS À CEMIG GT QUE AFETAM INDIRETAMENTE A GARANTIDORA	27
RISCOS RELACIONADOS AO CONTROLE DA CEMIG PELO ESTADO DE MINAS GERAIS	28
RISCOS RELACIONADOS À EMISSORA E À GARANTIDORA	28
RISCOS RELACIONADOS ÀS DEBÊNTURES	33
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	35
INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA	37
COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	37
CARACTERÍSTICAS E PRAZOS	37
CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES	45
CONTRATO DE GARANTIA DE LIQUIDEZ/ESTABILIZAÇÃO DE PREÇO	48
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	48
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	48
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	48
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E DE MERCADO	49
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS	50
SUMÁRIO FINANCEIRO OPERACIONAL DA EMISSORA	51
SUMÁRIO FINANCEIRO OPERACIONAL DA CEMIG	56
CAPITALIZAÇÃO DA EMISSORA	63
CAPITALIZAÇÃO DA CEMIG	64
ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS DA CEMIG	66
COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS NOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003, 2004 E 2005	67
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO SOCIAL DO ANO DE 2005 E 2004	68
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO CONSOLIDADO DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 2004 E 2003	73
COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS NOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2006	77
DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO CONSOLIDADO NOS PERÍODOS DE SEIS MESES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2006	79
ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ESTRUTURA PATRIMONIAL	84
ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS DA EMISSORA	109
COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS NOS PERÍODOS DE SEIS MESES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2006	110
DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO NOS PERÍODOS DE SEIS MESES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2006	111
ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ESTRUTURA PATRIMONIAL	115
IMPACTO DOS CUSTOS DA OFERTA	123
CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA EMISSORA	123
O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL	124
GERAL	124
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS	124
CONCESSÕES	126
MULTAS	127
PRINCIPAIS AUTORIDADES	127
O NOVO MODELO PARA O SETOR	129
AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA	130
AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE	131
LIMITAÇÕES À PARTICIPAÇÃO	135
TARIFAS PELO USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO	135
TARIFAS DE DISTRIBUIÇÃO	136
TAXAS REGULATÓRIAS	137
MECANISMO DE REALOCAÇÃO DE ENERGIA	138
RACIONAMENTO	139
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	139
GESTÃO AMBIENTAL	139

DESVERTICALIZAÇÃO	142
INTRODUÇÃO	142
A DESVERTICALIZAÇÃO DA CEMIG	142
ESTRUTURA DO GRUPO CEMIG	143
A DESVERTICALIZAÇÃO E A PRESENTE OFERTA	145
NEGÓCIOS DA EMISSORA	146
VISÃO GERAL	146
BREVE HISTÓRICO	146
PONTOS FORTES	147
PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS	148
ÁREA DE CONCESSÃO	150
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	151
RELAÇÕES COM O GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E COM O GOVERNO FEDERAL	151
CONCESSÕES	152
CONTRATOS DE CONCESSÃO DA EMISSORA	152
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	153
OUTRAS ATIVIDADES	156
COMPRAS DE ENERGIA ELÉTRICA	156
PERDAS DE ENERGIA	157
INVESTIMENTOS	159
AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE DISTRIBUIÇÃO	160
DESEMPENHO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DA EMISSORA	162
CCEE	162
TARIFAS	162
FONTES DE RECEITA	166
VENDAS DE ENERGIA	167
FATURAMENTO E COBRANÇA	171
VENDAS DA EMISSORA	172
CONCORRÊNCIA	173
FORNECEDORES	174
ATIVO IMOBILIZADO	175
MEIO AMBIENTE	176
SEGUROS	178
EMPREGADOS E RELAÇÕES TRABALHISTAS	179
POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO À CULTURA	182
PROPRIEDADE INTELECTUAL	182
TECNOLOGIA	183
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	184
PRÊMIOS	184
NEGÓCIOS DA GARANTIDORA	185
HISTÓRICO	185
ESTRUTURA SOCIETÁRIA E OPERACIONAL	186
ESTRATÉGIA DE NEGÓCIOS	188
PARCERIAS ESTRATÉGICAS	189
VISÃO GERAL DOS NEGÓCIOS DA GARANTIDORA	189
GERAÇÃO	192
SUBSIDIÁRIAS OPERACIONAIS DE GERAÇÃO	194
PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO	195
PROJETOS EM ANDAMENTO RELATIVOS À GERAÇÃO	197
TRANSMISSÃO	198
CLIENTES E COMERCIALIZAÇÃO	201
ANÁLISE DE DEMANDA	203
SAZONALIDADE	205
OUTRAS ATIVIDADES	205
INVESTIMENTOS	208
AQUISIÇÕES RECENTES	209
EMPREGADOS E RELAÇÕES TRABALHISTAS	209
POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO À CULTURA	213
PROPRIEDADE INTELECTUAL	214
TECNOLOGIA	215
ADMINISTRAÇÃO DA EMISSORA	217
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	217
DIRETORIA EXECUTIVA	217
CONSELHO FISCAL	218
CONSELHO DE CONSUMIDORES	218
PLANOS DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES	218
CONTRATOS COM ADMINISTRADORES	218
DIRETOR DE FINANÇAS, PARTICIPAÇÕES E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA EMISSORA	218

ADMINISTRAÇÃO DA CEMIG	219
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	219
DIRETORIA EXECUTIVA	224
REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS E DIRETORES	226
CONSELHO FISCAL	226
CONSELHO DE CONSUMIDORES	227
PLANOS DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES	227
CONTRATOS COM ADMINISTRADORES	227
DIRETOR DE FINANÇAS, PARTICIPAÇÕES E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA CEMIG	227
PRINCIPAIS ACIONISTAS E CAPITAL SOCIAL	228
PRINCIPAIS ACIONISTAS	228
POLÍTICA DE DIVIDENDOS DA EMISSORA	229
POLÍTICA DE DIVIDENDOS DA CEMIG E DA CEMIG GT	230
ACORDO DE ACIONISTAS DA CEMIG	230
GOVERNANÇA CORPORATIVA	231
CÓDIGO DAS MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DO IBGC	233
INFORMAÇÕES SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS	235
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA EMISSORA	235
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CEMIG	235
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CEMIG GT	237
CONTRATOS RELEVANTES	238
CONTRATOS RELACIONADOS AO PROGRAMA "LUZ PARA TODOS"	238
CONTRATOS FINANCEIROS RELEVANTES DA EMISSORA	238
CONTRATOS FINANCEIROS RELEVANTES DA CEMIG	247
CONTRATOS FINANCEIROS RELEVANTES DA CEMIG GT	248
CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS DA EMISSORA	253
CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS DA GARANTIDORA	254
OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	260
OPERAÇÕES COM O COORDENADOR LÍDER DA OFERTA	263

ANEXOS	DESCRIÇÃO	
ANEXO A	Escritura Emissão	267
ANEXO B	Estatuto Social da Emissora	301
ANEXO C	Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 25 de janeiro de 2006	315
ANEXO D	Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 29 de junho de 2006, retificando a Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 25 de janeiro de 2006	321
ANEXO E	Ata da Reunião do Conselho de Administração da CEMIG realizada em 25 de janeiro de 2006	327
ANEXO F	Demonstrações Financeiras da Emissora, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 e Parecer dos Auditores Independentes	331
ANEXO G	Demonstrações Financeiras da CEMIG, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 e Parecer dos Auditores Independentes	409
ANEXO H	Demonstrações Financeiras da CEMIG, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 e Parecer dos Auditores Independentes	555
ANEXO I	Demonstrações Financeiras da CEMIG, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 e Parecer dos Auditores Independentes	693
ANEXO J	Informações Trimestrais da Emissora relativas aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2005 e 2006 e revisão especial dos Auditores Independentes	821
ANEXO K	Informações Trimestrais da CEMIG relativas aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2005 e de 2006 e revisão especial dos Auditores Independentes	903
ANEXO L	Informações Anuais - IAN da Emissora relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005	1063
ANEXO M	Informações Anuais - IAN da CEMIG relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005	1235
ANEXO N	Súmulas de Rating	1437

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Para os fins do presente Prospecto, os termos indicados abaixo devem ter o significado a eles atribuído, salvo se definido de forma diversa neste Prospecto.

ABRADEE	Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.
ANBID	Associação Nacional de Bancos de Investimento.
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo.
BOVESPA FIX	Sistema de Negociação BOVESPA FIX
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.
CCEAR	Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário.
CEMIG ou Garantidora	Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
CEMIG Capim Branco Energia	CEMIG Capim Branco Energia S.A.
CEMIG D, Companhia ou Emissora	CEMIG Distribuição S.A.
CEMIG GT	CEMIG Geração e Transmissão S.A.
CETIP	CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente.
Consumidor Cativo	Consumidor Cativo é o consumidor que adquire energia de concessionária ou permissionária à cuja rede esteja conectado e segundo tarifas regulamentadas pela ANEEL, tendo um contrato padrão com a concessionária.

Consumidores Livres	Consumidores que podem optar por contratar seu fornecimento, no todo ou em parte, com qualquer concessionário, permissionário ou autorizado do sistema interligado, conforme determinam os Arts. 15 e 16 da Lei 9.074, de 07 de julho de 1995, e regulamentos específicos da ANEEL. Estes consumidores podem negociar livremente seus contratos de energia diretamente junto a outros agentes do setor (geradores e comercializadores), dentro dos termos e condições (preço, prazo e flexibilidade) que melhor lhes convier, cabendo ao governo estipular as tarifas de transporte ("fio") suficientes para garantir a remuneração dos ativos das distribuidoras e permitir o investimento contínuo na ampliação da capacidade do sistema elétrico. Ademais, para qualificar-se como Consumidor Livre, o consumidor precisa possuir demanda contratada igual ou superior a 3 MW e ser atendido em nível de tensão superior a 69 kV.
Conta CCC	Conta de Consumo de Combustíveis.
Contrato CRC	Termo de Contrato de Cessão de Crédito do saldo remanescente da Conta de Resultados a Compensar – CRC celebrado entre a CEMIG e o Estado de Minas Gerais em 31 de maio de 1995, conforme aditado.
Contratos de Concessão	Contratos de Concessão da Emissora para a exploração das atividades de distribuição de energia elétrica firmados com o Poder Concedente sob os n.ºs. 02/1997 (área norte), 03/1997 (área sul), 04/1997 (área leste) e 05/1997 (área oeste).
Contribuição Social	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.
COPAM	Conselho Estadual de Política Ambiental
CRC	Conta de Resultados a Compensar
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures subscritas, excluídas as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da Emissora, que forem de titularidade de empresas controladas (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
Desverticalização	Significa o processo de reestruturação societária implementado pela CEMIG, conforme descrito na Seção “Desverticalização”, deste Prospecto.
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.
Emissão ou Oferta	Primeira distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações da CEMIG Distribuição S.A.
Escritura de Emissão	Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfaria, da CEMIG Distribuição S.A. celebrada em 24 de agosto de 2006.
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente.

Furnas	Furnas – Centrais Elétricas S.A.
Gasmig	Companhia de Gás de Minas Gerais.
Governo Federal	Governo da República Federativa do Brasil.
Grupo CEMIG	A CEMIG e suas subsidiárias e controladas.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços.
IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
IGP-M	Índice Geral de Preços de Mercado.
Imposto de Renda	Imposto incidente sobre a Renda.
Infovias	Empresa de Infovias S.A.
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 358	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrumento Particular de Cessão de Direitos	Instrumento Particular de Cessão de Direitos, celebrado entre a Emissora e a CEMIG, em 27 de dezembro de 2004.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei de Concessões	Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada.
Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, conforme alterada.
Lei do Setor Elétrico	Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, conforme alterada.
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica.
MRE	Mecanismo de Realocação de Energia.
NYSE	<i>New York Stock Exchange</i> (Bolsa de Valores de Nova Iorque).
ONS	Operador Nacional do Sistema.
PCH	Pequena Central Hidrelétrica.
Permuta Obrigatória	Permuta obrigatória das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG pelas Debêntures da presente Oferta com o conseqüente cancelamento das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG.
Petrobrás	Petróleo Brasileiro S.A.
PIS	Contribuição ao Programa de Integração Social.
Plano Diretor CEMIG	Plano Diretor 2005/2035 – Planejamento Estratégico CEMIG – Edição 2004

Programa de Racionamento	Racionamento de energia elétrica imposto pelo Governo Federal por meio da Lei nº 10.295/01.
Proinfa	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.
RGR	Reserva Global de Reversão.
RTE	Recomposição Tarifária Extraordinária.
SDT	Sistema de Distribuição de Títulos.
Sá Carvalho	Sá Carvalho S.A.
SEC	<i>Securities and Exchange Commission.</i>
SND	Sistema Nacional de Debêntures.
SIN	Sistema Interligado Nacional.
Sistema Interligado	Sistema elétrico que se estende por uma vasta extensão territorial, composto por diversas usinas interligadas entre si e com os centros de consumo pela rede de transmissão.
SEB	Southern Electric Brasil Participações Ltda., <i>joint-venture</i> formada pela AES Força e Empreendimentos Ltda. (multinacional de energia elétrica norte-americana), Mirant Corporation (multinacional de energia elétrica norte-americana) e Opportunity (banco de investimento brasileiro).
SELIC	É a taxa básica de juros da economia, divulgada mensalmente pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central.
Taxa DI	Índice de remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia.
3ª Emissão da CEMIG	3ª Emissão de Debêntures da CEMIG, nos termos da “Escritura Particular da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Série Única, da Espécie sem Garantia nem Preferência da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG” celebrada em 14 de junho de 2004, conforme aditada.
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo.
Unibanco ou Coordenador Líder	União de Bancos Brasileiros S.A.
Usiminas	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.
UHE	Usina Hidrelétrica.
UTE	Usina Termelétrica
UTE Barreiro	Usina Termelétrica de Barreiro S.A.
UTE Ipatinga	Trata-se da usina termelétrica localizada em Ipatinga.

SUMÁRIO DA EMISSORA

Apresentamos a seguir um sumário das atividades, informações financeiras, operacionais, realizações, bem como dos pontos fortes e estratégias da Emissora. Este sumário não contém todas as informações sobre a Emissora que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento. O investidor deve ler atentamente todo o Prospecto para uma melhor compreensão das atividades da Emissora e da presente Oferta, especialmente as informações contidas nas Seções “Fatores de Risco”, “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora” e as demonstrações financeiras da Emissora, e respectivas notas explicativas, também incluídas neste Prospecto.

VISÃO GERAL

A Emissora é uma das maiores concessionárias de distribuição de energia elétrica do Brasil, por sua posição estratégica, competência técnica, tamanho de rede e mercado atendido. Atualmente é a principal empresa de distribuição de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, o terceiro mercado consumidor do País, onde estão instaladas algumas das maiores empresas nas áreas de siderurgia, mineração, automobilística e metalurgia.

A Emissora tem por objeto social estudar, planejar, projetar, construir e operar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que tenham sido ou venham a ser concedidos a qualquer título de direito.

O negócio da Emissora envolve a compra e subtransmissão de energia de alta voltagem (138kV e 88kV), sua transformação em média e baixa voltagem, e sua distribuição e venda para consumidores finais no Estado de Minas Gerais. A Emissora detém concessões para distribuição de eletricidade em uma área que abrange aproximadamente 96,7% do Estado de Minas Gerais. A Emissora desenvolve atividades de distribuição de energia elétrica em 774 municípios e 5.415 localidades do Estado de Minas Gerais, atendendo a, aproximadamente, 17 milhões de habitantes, de acordo com o censo do ano 2000. Em 30 de junho de 2006, a Emissora detinha e operava 386.785 quilômetros de redes de distribuição e 16.080 quilômetros de redes de subtransmissão.

Em 2005, a receita líquida da Emissora foi de R\$6.397 milhões, proveniente da venda de 20.309 GWh de eletricidade para aproximadamente seis milhões de clientes. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, a receita líquida da Emissora foi de R\$3.063 milhões, proveniente da venda de 9.842 GWh de eletricidade. A tabela a seguir mostra os percentuais das vendas de eletricidade da Emissora para os clientes residenciais, industriais, comerciais e outros clientes nos referidos períodos:

<i>(em %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005		Período de seis meses findo em 30 de junho de 2006	
	Receitas	Volume de Vendas	Receitas	Volume de Vendas
Venda de energia				
Clientes residenciais.....	42,06	32,45	43,40	33,64
Clientes comerciais	20,76	18,48	21,59	19,79
Clientes industriais	19,27	26,26	16,54	24,30
Outros clientes.....	17,91	22,81	18,47	22,27
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

BREVE HISTÓRICO

A Emissora foi constituída em 08 de setembro de 2004, como sociedade por ações, subsidiária integral da CEMIG, nos termos da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, em virtude do processo de Desverticalização da CEMIG. Na qualidade de subsidiária integral da CEMIG, esta detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Emissora e adotar resoluções que julgue necessária à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento. Para maiores detalhes a respeito da Desverticalização da Emissora vide Seção “Desverticalização” deste Prospecto.

Desde a década de 60 até o início dos anos 80, a CEMIG adquiriu uma série de concessionárias de serviço público de energia de menor porte, estatais e privadas, e suas respectivas concessões, incorporando ao seu próprio sistema outros sistemas distribuição de energia. Principalmente em virtude dessas aquisições, a CEMIG e, conseqüentemente, a Emissora, tornou-se a maior concessionária de distribuição de energia elétrica do Estado de Minas Gerais.

A Emissora opera seus negócios de distribuição de acordo com Contratos de Concessão celebrados com o Governo Federal. Até 1997, a CEMIG detinha concessões individuais relativas a várias regiões dentro de sua área de distribuição. Em 10 de julho de 1997, a CEMIG celebrou novos contratos de concessão com a ANEEL, que consolidaram suas diversas concessões de distribuição em quatro concessões de distribuição cobrindo as regiões norte, sul, leste e oeste do Estado de Minas Gerais. Em decorrência da Desverticalização, em 16 de setembro de 2005, tais contratos foram aditados de forma a transferir as concessões de distribuição de energia elétrica anteriormente detidas pela CEMIG para a Emissora.

A administração da Emissora é realizada por uma estrutura corporativa que permite padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras, além de importante economia por meio de processos sinérgicos mais eficientes.

Desde a constituição da CEMIG, suas operações foram influenciadas pelo fato de ser controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, que utilizou a empresa para oferecer ao Estado de Minas Gerais infra-estrutura necessária para alavancar o seu desenvolvimento, sem, no entanto, comprometer a condição de empresa modelo no setor elétrico nacional.

PONTOS FORTES

A Emissora possui os seguintes pontos fortes:

- Forte base de clientes fisicamente conectados, que ultrapassa mais de seis milhões em Minas Gerais.
- Alta capilaridade do sistema elétrico, abrangendo a quase totalidade do estado de Minas Gerais.
- Rede física de operações consoante padrões fortemente normatizados e consolidados.
- Sistemas de informação sólidos como suporte às atividades de gestão, planejamento elétrico, projeto, operação e manutenção da rede de operações.
- Corpo gerencial e técnico com ampla experiência em distribuição de energia.
- Equipe com ampla experiência em negociações tarifárias de elevada complexidade com o Regulador (ANEEL).
- Equipes com ampla experiência em relacionamento com grandes clientes e com o varejo.
- Representatividade adequada em fóruns como a ABRADDEE e outros.
- Forte geração de caixa operacional.
- Endividamento moderado.
- Solidez financeira.
- Estratégia robusta, focada na busca contínua de rentabilidade com qualidade de fornecimento e consistente com a lógica regulatória.

São, também, tópicos de destaque da gestão estratégica da Emissora:

- a implementação do Balanced Scorecard, reconhecido no mundo inteiro como a melhor ferramenta para a implementação e acompanhamento das estratégias nas empresas;
- a certificação de processos pela Norma NBR ISO 9001, para a melhoria da eficácia das atividades operacionais;
- a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental interno, baseado na Norma NBR ISO 14001, que orienta todas as atividades da empresa em relação à gestão ambiental, e que prevê a certificação daquelas atividades e áreas que causam impactos ambientais.

A Emissora possui uma estrutura de negócios que tem por objetivo mitigar riscos. Nos modelos setorial e tarifário vigentes, é prevista a manutenção do chamado Equilíbrio Econômico Financeiro dos contratos de concessão, de forma a garantir os direitos dos prestadores do serviço que atuam com eficiência e prudência, visando obter ganhos suficientes para cobrir custos operacionais e alcançarem adequado retorno sobre o capital investido. A preservação do Equilíbrio Econômico-Financeiro é obtida nos processos de revisões e reajustes tarifários.

Ressalta-se, adicionalmente, que a Emissora vem apresentando melhoria significativa em vários indicadores financeiros ao longo dos anos, sendo que no exercício social encerrado em de 2005, foi responsável por cerca de 50% do total do lucro líquido gerado pelo grupo empresarial CEMIG . Essa melhoria reflete os resultados do processo de revisão tarifária previsto nos contratos de concessão, iniciado em abril 2003 e finalizado em abril de 2005, em que a Emissora obteve o reconhecimento adequado, nas tarifas, de itens que compõe a sua receita requerida. O resultado também pode ser creditado à implementação de práticas gerenciais voltadas para a eficiência operacional e melhoria de processos

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS

A estratégia da Emissora foi desenhada de modo a contemplar, concomitantemente, a busca contínua de aumento de sua rentabilidade e os requisitos da regulamentação setorial, estabelecidos no âmbito da ANEEL.

Assim, as diretrizes estratégicas da Emissora estão a seguir explicitadas:

- Equacionar seus cronogramas de investimento em consonância com a lógica da regulamentação a que se submete: a receita total da Emissora é determinada pela ANEEL, com base no modelo price cap, que prevê revisões tarifárias quinquenais, revisões tarifárias extraordinárias e reajustes tarifários anuais. Nas revisões quinquenais, os ativos da Emissora são reavaliados, assim como seus gastos operacionais recorrentes, sendo a receita total redefinida visando a cobertura desses gastos e a remuneração regulatória dos investimentos realizados. Posto isso, a Emissora deve equacionar seus cronogramas de investimentos de modo que o seu fluxo de caixa seja maximizado, consideradas as datas de revisões quinquenais e a necessidade de atender o mercado com qualidade.
- Reavaliar critérios de planejamento e projeto do sistema elétrico, visando à redução dos custos unitários dos investimentos: a busca de redução dos custos unitários também se presta ao alinhamento com critérios regulatórios. Nas revisões quinquenais, a ANEEL pode não reconhecer na tarifa dispêndios considerados não prudentes; além disso, investimentos excessivamente elevados, ainda que fossem reconhecidos pela ANEEL, implicariam maiores tarifas e, possivelmente maiores inadimplência, furtos e fraudes.
- Perseguir, continuamente, o ajuste à Empresa de Referência e buscar as melhores práticas nos processos que a integram: a aplicação do modelo price cap às distribuidoras brasileiras contempla a criação, pela ANEEL, de uma Empresa de Referência, ou seja, de uma concorrente virtual para a Emissora, que é monopólio regulado. A Emissora deve ajustar seus processos e gastos aos padrões mais desafiadores da Empresa de Referência.
- Propiciar crescimento sustentável e agregar valor ao investimento de seus acionistas: analisando seu portfólio de negócios, iniciando projetos com assegurado retorno e com recursos compatíveis com o seu custo médio ponderado de capital, gerenciando continuamente o desempenho de suas atividades operacionais e implementando políticas de governança corporativa cada vez mais sofisticadas.

- Garantir a qualidade do produto e do serviço ao cliente, de acordo com as exigências regulatórias, nos limites de custo dados pela Empresa de Referência: a Empresa de Referência determina não apenas parâmetros econômicos, mas também parâmetros técnicos e de qualidade que devem ser continuamente observados, de modo a evitar penalidades financeiras.
- Aumentar a eficiência na gestão de estoques: a Emissora investe de forma intensiva em seu sistema elétrico, o que é característico das distribuidoras de energia elétrica e a gestão de estoques é relevante para melhorar o fluxo de caixa empresarial e a rentabilidade.
- Intensificar as ações economicamente sustentáveis de proteção da receita e ativos: a Emissora deve envidar esforços consistentes para reduzir a inadimplência, perdas, furtos e fraudes, agravados pelo elevado nível de tributos e encargos do setor elétrico, ao qual se submete, e pela tendência crescente de gastos operacionais com energia e uso do sistema de transmissão, em âmbito setorial.
- Atuar em todos os fóruns institucionais no sentido de reduzir a participação da parcela A (VPA) e da carga tributária incidente sobre a tarifa: os gastos operacionais recorrentes da Emissora se dividem em uma parcela não gerenciável (parcela A ou VPA – valor da parcela A), e em uma parcela gerenciável (parcela B ou VPB – valor da parcela B). A VPA abrange compras de energia, uso do sistema de transmissão, parte ponderável dos tributos e encargos incidentes sobre o negócio e outros tópicos definidos pela ANEEL. Mesmo não gerenciando a VPA, a Emissora sofre os efeitos do seu aumento, eventualmente imposto pela atuação governamental/regulatória, estando sujeita a descobertas de gastos adicionais realizados e a maiores inadimplências, furtos e fraudes. Assim, é relevante que a atuação institucional da Emissora seja ampla, em múltiplos fóruns, buscando reduzir a VPA ou pelo menos inibir o crescimento real dessa parcela. Destaca-se, adicionalmente, o incremento considerável e crescente dos tributos e encargos setoriais no setor, que tem sido criticado e combatido pelas empresas distribuidoras, especialmente por meio da ABRADEE.
- Cumprir a legislação ambiental: Consciente da relevância de sua atuação na comunidade, a Emissora se preocupa em desenvolver somente projetos que assegurem a completa compatibilidade com a legislação ambiental e que promovam o bem estar e segurança da população. Além disto, implementou um Sistema de Gestão Ambiental interno baseado na Norma NBR ISO 14001, que orienta todas as atividades da empresa em relação à gestão ambiental, e prevê a certificação daquelas atividades e áreas que causam impactos ambientais.

A Emissora acredita que sua estratégia, embasada nas diretrizes acima citadas, lhe permitirá atender a demanda por seus serviços com melhor qualidade e, ao mesmo tempo, melhorar seus resultados operacionais e situação econômico-financeira.

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

O sumário abaixo não contém todas as informações sobre a Oferta e as Debêntures que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento.

Recomenda-se a leitura cuidadosa do Prospecto, da Seção “Informações Relativas à Oferta”, bem como da “Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfaria, da CEMIG Distribuição S.A.” (“Escritura de Emissão”), constante deste Prospecto como Anexo A.

Emissora:	CEMIG Distribuição S.A.
Coordenador Líder:	União de Bancos Brasileiros S.A. – Unibanco.
Agente Fiduciário:	Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Banco Mandatário e Escriturador:	Banco Itaú S.A.
Número da Emissão:	1ª Emissão de Debêntures da Emissora.
Permuta Obrigatória	A presente Oferta é realizada para fins da Permuta Obrigatória das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG pelas Debêntures da presente Oferta com o conseqüente cancelamento das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG.
Destinação dos Recursos:	Em razão da Permuta Obrigatória, a Emissora não receberá os recursos líquidos desta Oferta, uma vez que as Debêntures desta Oferta serão integralizadas com as debêntures da 3ª Emissão da CEMIG. Para mais informações vide Seção “Destinação dos Recursos” deste Prospecto.
Número de Séries	As Debêntures são emitidas em série única.
Valor Nominal Unitário das Debêntures:	R\$10.871,6048 (dez mil, oitocentos e setenta e um reais e seis mil e quarenta e oito décimos de milésimos de centavos), na Data de Emissão.
Quantidade de Debêntures Emitidas:	23.042 (vinte e três mil e quarenta e duas debêntures)
Valor Total da Oferta:	R\$250.503.517,80 (duzentos e cinquenta milhões, quinhentos e três mil, quinhentos e dezessete reais e oitenta centavos).
Conversibilidade, Tipo e Forma:	As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
Espécie:	As Debêntures são da espécie sem garantia nem preferência (quirografárias).

Garantia Fidejussória:	<p>As Debêntures da presente Oferta, e as obrigações assumidas pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, são garantidas por fiança, prestada pela CEMIG, que, por meio da Escritura de Emissão e na melhor forma de direito, se obriga na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, até sua final liquidação, com renúncia expressa aos benefícios previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, e os artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada pelas obrigações assumidas na Escritura de Emissão.</p> <p>A fiança é prestada pela CEMIG em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas na Escritura de Emissão.</p>
Data de Emissão:	1º de junho de 2006.
Prazo e Data de Vencimento:	O prazo de vencimento das Debêntures desta Oferta é de 96 (noventa e seis) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final no primeiro dia útil de junho de 2014 (“ <u>Data de Vencimento</u> ”).
Colocação e Procedimento de Distribuição:	<p>A colocação pública das Debêntures somente terá início após o registro da Oferta pela CVM, a colocação do Prospecto Definitivo à disposição dos investidores e a publicação do Anúncio de Início, sendo que o prazo máximo para colocação das Debêntures será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do Anúncio de Início.</p> <p>As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços de distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e por meio do BOVESPA FIX custodiado na CBLC. A presente Oferta somente terá como público alvo os titulares das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG.</p> <p>O mecanismo de Permuta Obrigatória será efetivado conforme previsto na Cláusula VII da Escritura de Emissão da 3ª Emissão da CEMIG, sendo que a integralização das Debêntures será à vista, mediante dação em pagamento das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória, sendo que cada debênture da 3ª Emissão da CEMIG corresponderá a 1 (uma) Debênture desta Emissão.</p>
Prazo de colocação:	O prazo máximo para colocação das Debêntures será de 5 dias (cinco) úteis, a contar da data da publicação do Anúncio de Início.

Cronograma da Emissão:	<p>Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder deverá realizar a distribuição pública das Debêntures conforme plano de distribuição adotado em consonância com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e eqüitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes do Coordenador Líder, e (iii) que quaisquer dúvidas por parte dos investidores possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.</p> <p>O plano de distribuição será realizado nos seguintes termos:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) após a obtenção do registro da Oferta na CVM, será publicado o respectivo Anúncio de Início; (ii) tendo em vista a Permuta Obrigatória, não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora; (iii) ainda em vista a Permuta Obrigatória, não existirão lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures; e (iv) serão atendidos, única e exclusivamente, os debenturistas da 3ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória.
Preço de Subscrição:	<p>O preço de subscrição das Debêntures da presente Oferta será correspondente ao valor nominal unitário das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG acrescido da Remuneração descrita no item “Remuneração” abaixo.</p>
Forma de Subscrição e Integralização:	<p>A integralização das Debêntures será à vista, mediante dação em pagamento das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória, sendo que cada debênture da 3ª Emissão da CEMIG corresponderá a 1 (uma) Debênture desta Oferta.</p>
Remuneração:	<p>As Debêntures terão o seu valor nominal atualizado a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. Essa atualização será calculada de forma <i>pro rata temporis</i>, por dias úteis. Adicionalmente, incidirão sobre o Valor Nominal unitário acrescido da Atualização das Debêntures juros de 10,5% (dez vírgula cinco por cento) ao ano, calculados por dias úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, a partir da Data de Emissão (os “<u>Juros Remuneratórios</u>”). Os Juros Remuneratórios deverão ser pagos pela Emissora anualmente, sendo que o primeiro pagamento deverá ser realizado 12 (doze) meses após a Data de Emissão, ou seja, no 1º dia útil de junho de 2007, e os demais pagamentos no 1º dia útil do mês de junho dos anos subsequente até a Data de Vencimento, calculados em regime de capitalização composta de forma <i>pro rata temporis</i> por dias úteis.</p>
Amortização Programada:	<p>As Debêntures não serão objeto de amortização programada antes da respectiva data de vencimento.</p>
Repactuação:	<p>As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação programada.</p>
Resgate Antecipado	<p>As Debêntures desta Oferta não estarão sujeitas ao resgate antecipado facultativo pela Emissora.</p>

Registro da Negociação:	<p>As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário (i) através do SDT, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) através do Sistema BOVESPAFIX, administrado pela Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC.</p> <p>As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário (i) através do SND, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) através do Sistema BOVESPAFIX, administrado pela Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC.</p>
Público Alvo:	<p>O público alvo da presente Oferta será composto exclusivamente pelos titulares das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG.</p>
Quorum de Deliberação:	<p>Nas deliberações da Assembléia Geral dos Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em Circulação; que são todas as debêntures subscritas, excluídas as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da Emissora, que forem de titularidade de empresas controladas (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, observado que alterações nas condições de remuneração e/ou pagamento das Debêntures, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando 90% das Debêntures em Circulação. A alteração das disposições de vencimento antecipado e a liberação da Emissora de obrigações previstas na Cláusula VI da Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.</p>

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES, COORDENADORES E AUDITORES

Para fins do disposto no item 2, do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Emissora, a CEMIG e a Oferta poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Emissora	Garantidora
<p>CEMIG Distribuição S.A. <i>Diretoria de Finanças, Participações e Relações com Investidores</i> At: Flávio Decat de Moura Avenida Barbacena, 1200, 17º andar, Ala A1 Belo Horizonte, MG 30190-131 Tel: (31) 3299-4903 Fax: (31) 3299-3832 E-mail: flaviodecat@cemig.com.br Internet: www.cemig.com.br</p>	<p>Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG <i>Diretoria de Finanças, Participações e Relações com Investidores</i> At: Flávio Decat de Moura Avenida Barbacena, 1200 Belo Horizonte, MG 30190-131 Tel: (31) 3299-4903 Fax: (31) 3299-3832 E-mail: flaviodecat@cemig.com.br Internet: www.cemig.com.br</p>
Coordenador Líder	Auditores Independentes
<p>UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A. <i>Diretoria de Mercado de Capitais</i> At: Rogério Assaf Freire Avenida Eusébio Matoso, 891 São Paulo, SP 05423-180 Tel: (11) 3097-4396 Fax: (11) 3097-4127 E-mail: rogerio.assaf@unibanco.com.br Internet: www.unibanco.com.br</p>	<p>Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Sr. Gilberto Grandolpho Rua Paraíba, 1122 - 20º andar - Savassi Belo Horizonte - MG 30130-141 Tel: (031) 3269-7442 Fax: (031) 3269-7470 Internet: www.deloitte.com</p>
Consultores Legais	
<p>Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados At: Alexandre Barreto Rua Funchal, 263, 11º andar São Paulo, SP 04551-060 Tel: (11) 3089-6500 Fax: (11) 3089-6565 E-mail: scbf@scbf.com.br Internet: www.scbf.com.br</p>	

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora, a CEMIG e a Oferta poderão ser obtidos junto ao Coordenador Líder e na sede da CVM.

DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER

A Emissora declara: (a) que o presente Prospecto: (i) contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (b) que as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

Ainda, considerando que:

- o Coordenador Líder constituiu consultores legais para lhe auxiliar na implementação da Oferta;
- para tanto, foi efetuada diligência legal na Emissora, no período de 1º de fevereiro de 2006 até a presente data;
- foram disponibilizados os documentos considerados materialmente relevantes para a Oferta;
- o Coordenador Líder solicitou, por meio de seus consultores legais, documentos e informações adicionais; e
- conforme informações prestadas pela Emissora, foram disponibilizados, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Emissora, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada na aquisição das Debêntures.

O Coordenador Líder declara que:

- tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Emissora no Prospecto e a serem prestadas pela Emissora no Prospecto Definitivo, bem como as fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures, sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes nas suas respectivas datas;
- este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Debêntures a serem ofertadas, da Emissora, suas atividades, sua situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

FATORES DE RISCO

Os riscos descritos abaixo não são os únicos enfrentados pela Emissora ou pela Garantidora, ou aos quais estão sujeitos investimentos no Brasil em geral. Os negócios, situação financeira, ou resultados da Emissora e/ou da Garantidora podem ser adversa e materialmente afetados por esses riscos. Riscos adicionais que não são atualmente do conhecimento da Emissora ou da Garantidora, ou que elas julguem, nesse momento, ser de pequena relevância, também podem vir a afetar os seus negócios e, conseqüentemente, as suas situações financeiras. Para mais informações, vide Seções “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da CEMIG” e “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora” deste Prospecto.

A Garantidora é uma sociedade de participação pura (holding), a qual tem como subsidiárias integrais a Emissora e CEMIG GT. A principal fonte de receita da CEMIG provém da distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio por suas controladas. Conseqüentemente, a situação financeira e a capacidade de pagamento da Garantidora dependem dos negócios, situação financeira e dos resultados operacionais da Emissora, da CEMIG GT e das demais empresas controladas direta ou indiretamente pela Garantidora.

Este Prospecto contém apenas uma descrição resumida dos termos e condições das Debêntures e das respectivas obrigações assumidas pela Emissora e pela Garantidora com relação à Oferta. Para mais detalhes, os investidores devem ler a Escritura de Emissão.

RISCOS RELACIONADOS A FATORES MACROECONÔMICOS

O Governo Federal tem exercido, e continua a exercer, significativa influência sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas brasileiras podem afetar desfavoravelmente os negócios, condição financeira e o resultado operacional da Emissora, bem como sua capacidade de pagamento das Debêntures.

A economia brasileira tem sido marcada por freqüentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, que modificam as políticas monetária, de crédito, fiscal e outras para influenciar a regulamentação da economia do Brasil.

As ações do Governo Federal para controlar a inflação e efetuar outras políticas envolveram no passado, dentre outras, controle de salários e preço, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e serviços importados. Os negócios, condição financeira e resultados de suas operações podem ser desfavoravelmente afetados em razão de mudanças na política pública federal, estadual e municipal, referentes a tarifas públicas e controles de câmbio, bem como por outros fatores, tais como:

- variação nas taxas de câmbio;
- controle de câmbio;
- inflação;
- flutuações nas taxas de juros;
- liquidez no mercado doméstico financeiro e de capitais e mercados de empréstimos;
- escassez de energia elétrica;
- instabilidade de preços;
- eleições para a Presidência da República e Governos Estaduais em 2006;
- política fiscal e regime tributário; e
- medidas de cunho político, social e econômico que ocorram ou possam afetar o Brasil.

A Emissora não tem controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro e não pode prevê-las.

A contínua evolução da economia brasileira e as ações do atual ou futuro Governo Federal podem afetar desfavoravelmente os negócios, condição financeira e resultados das operações da Emissora, bem como sua capacidade de pagamento das Debêntures.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil, afetando desfavoravelmente os resultados operacionais da Emissora, bem como sua capacidade de pagamento das Debêntures.

Historicamente, o Brasil teve altos índices de inflação. Os índices de inflação foram de 25,3% em 2002, 8,7% em 2003, 12,4% em 2004 e 1,2% em 2005, de acordo com o IGP-M. As medidas do Governo Federal para combater a inflação, combinadas com a especulação de futuras políticas de controle inflacionário, contribuíram para a incerteza econômica e aumentaram a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. Futuras medidas tomadas pelo Governo Federal, incluindo ajustes na taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real, podem ter um efeito material desfavorável sobre a economia brasileira e os negócios da Emissora, bem como na capacidade de pagamento das Debêntures.

Caso o Brasil venha a vivenciar uma significativa inflação no futuro, é possível que a Emissora não seja capaz de ajustar as tarifas cobradas de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar seus custos e diminuir suas margens líquidas e operacionais. Pressões inflacionárias também podem afetar sua habilidade de acessar mercados financeiros estrangeiros e podem levar a políticas de combate inflacionário, que podem prejudicar seus negócios ou afetar desfavoravelmente o valor de mercado das Debêntures.

A instabilidade na taxa de câmbio pode afetar desfavoravelmente os resultados das operações da Emissora, bem como sua capacidade de pagamento das Debêntures.

A moeda brasileira tem historicamente sofrido freqüentes desvalorizações. No passado, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e fez uso de diferentes políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações periódicas (durante as quais a freqüência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de câmbio flutuante, controles cambiais e dois mercados de câmbio. As desvalorizações cambiais em períodos de tempo mais recentes resultaram em flutuações significativas nas taxas de câmbio do Real frente ao Dólar e outras moedas. Em 31 de dezembro de 2005, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$2,34 por US\$1,00, o que representa uma valorização do Real de 13,4% desde 31 de dezembro de 2004. Em 30 de junho de 2006, a taxa de câmbio entre o real e o dólar era de R\$2,16 por US\$1,00. Não é possível assegurar que a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar irá permanecer nos níveis atuais.

As depreciações do Real frente ao Dólar também podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, que podem afetar negativamente a Emissora. As depreciações geralmente dificultam o acesso aos mercados financeiros estrangeiros e podem incitar a intervenção do Governo, inclusive com a adoção de políticas de recessão econômica. Contrariamente, a apreciação do Real em relação ao Dólar pode levar à deterioração da conta corrente e do saldo dos pagamentos do Brasil, bem como impedir o crescimento das exportações. Além disso, a depreciação do real com relação ao Dólar aumenta o custo de compra de eletricidade da Usina de Itaipu, uma das fornecedoras da Emissora, uma vez que esta corrige os preços da eletricidade parcialmente com base nos custos do Dólar. Qualquer situação mencionada acima pode afetar desfavoravelmente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Emissora, bem como sua capacidade de pagamento das Debêntures.

A Emissora está exposta a riscos decorrentes de aumentos nas taxas de juros e flutuações na taxa de câmbio.

Em 30 de junho de 2006, 77,6% de endividamento total da Emissora, ou R\$1.605,5 milhões, estavam denominados em reais e indexados às taxas do mercado financeiro brasileiro, a taxas de inflação ou a taxas de juros flutuantes. Conseqüentemente, se esses índices e taxas de juros subirem, as despesas financeiras da Emissora aumentarão. Em 30 de junho de 2006, parte da dívida da Emissora estava denominada em Dólares e, dessa quantia, 57,9% ou R\$256,71 milhões, estavam protegidos contra a variação cambial e, como resultado de tal proteção, estavam sujeitos às variações nos índices de inflação no Brasil. Além disso, parte do endividamento total da Emissora, denominados em outras moedas estrangeiras no montante de R\$19,17 milhões, em 30 de junho de 2006, não contava com proteção cambial. Conseqüentemente, se estas moedas se valorizarem em relação ao real, as despesas financeiras da Emissora para essa parte da dívida também aumentarão. Se as despesas financeiras aumentarem significativamente como resultado de quaisquer desses fatores, a situação financeira da Emissora e seus resultados operacionais serão prejudicados.

Restrições sobre a movimentação de capitais para fora do Brasil poderão prejudicar a capacidade da Emissora de cumprir determinadas obrigações de dívida e de pagamento das Debêntures.

A lei brasileira permite que o Governo Federal imponha restrições temporárias à conversão da moeda brasileira em moedas estrangeiras e à remessa para investidores estrangeiros dos recursos de seus investimentos no Brasil sempre que houver um desequilíbrio grave na balança de pagamentos brasileira ou motivos para que se preveja a ocorrência de um sério desequilíbrio. A última vez que o Governo Federal impôs restrições de remessa foi por aproximadamente seis meses em 1989 e no começo de 1990. O Governo Federal poderá tomar medidas semelhantes no futuro, caso julgue necessário. A imposição de restrições à conversão e à remessa de divisas ao exterior pode prejudicar o acesso da Emissora aos mercados de capitais internacional, além de impedi-la de efetuar pagamentos de suas obrigações de dívida denominadas em moeda estrangeira. Como resultado, essas restrições poderiam afetar adversamente a Emissora e sua capacidade de pagamento das Debêntures.

Mudanças na economia global e outros mercados emergentes podem afetar o acesso da Emissora aos recursos financeiros e diminuir sua capacidade de pagamento das Debêntures.

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, e especialmente pelos países da América Latina e outros mercados emergentes. A reação dos investidores ao desenvolvimento em outros países pode ter um impacto desfavorável no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises em outros países emergentes ou políticas econômicas de outros países, dos Estados Unidos em particular, podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive pelas Debêntures.

Dada a característica do setor elétrico (que exige investimentos significativos em bens de capital) e em virtude das necessidades de financiamento da Emissora, caso o acesso ao mercado de capitais e de crédito esteja limitado, a Emissora poderá enfrentar dificuldades de cumprir seu plano de investimentos e re-financiar suas obrigações, afetando de forma negativa seus resultados.

Crises políticas recentes no País podem afetar a economia brasileira e o mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros.

Nos últimos meses, figuras do governo, parlamentares e dirigentes de partidos políticos, notadamente aqueles pertencentes ao partido do atual Presidente da República, têm sido alvo de várias alegações de conduta antiética ou ilegal. Essas acusações, atualmente sob investigação pelo Congresso Brasileiro e pela Polícia Federal, envolvem violações a leis eleitorais e de financiamento de campanhas, influência de dirigentes do governo e parlamentares em troca de apoio político e outros comportamentos supostamente antiéticos ou corruptos. A Emissora não tem condições de avaliar o impacto que tais acusações e investigações possam ter sobre a economia brasileira. Os desdobramentos dessa crise poderão afetar adversamente os negócios, fluxo de caixa e situação financeira da Emissora, bem como o impacto no mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros, o que poderá afetar negativamente sua capacidade de pagamento das Debêntures.

O Governo Federal está realizando uma reforma na legislação fiscal que poderá acarretar aumento da carga tributária para as empresas brasileiras.

O Governo Federal está implementando uma reforma na legislação fiscal que poderá acarretar aumento nas alíquotas de alguns tributos incidentes sobre as empresas brasileiras. A título de exemplo, tome-se a COFINS, que, para as empresas que apuram a renda tributável de acordo com a metodologia do lucro real, teve sua alíquota elevada de 3% para 7,6%. Com relação às empresas do Setor Elétrico, aumentos de carga tributária são usualmente repassados aos consumidores mediante aumento das tarifas cobradas. Caso o aumento das tarifas em virtude desse repasse seja considerável, poderá haver uma retração no consumo de energia elétrica o que afetaria negativamente as receitas das empresas do Setor, inclusive da Emissora. Caso esse aumento não possa, por qualquer motivo, ser repassado aos consumidores de energia elétrica, a receita e o lucro dessas empresas (inclusive a Emissora) poderão ser negativamente afetados.

RISCOS RELATIVOS AO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

A Emissora e a CEMIG GT estão sujeitas a uma ampla legislação e grandes alterações na área regulatória, que ainda estão sendo implementadas pelo governo.

Em 15 de março de 2004, foi aprovada a Lei nº 10.848 que alterou substancialmente as diretrizes do setor até então vigentes e implementou o novo modelo do setor elétrico no Brasil (“Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico”), que promoveu profundas modificações na estrutura do setor elétrico, dentre as quais (i) a alteração das regras sobre a compra e venda de energia elétrica entre as empresas geradoras de energia e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) novas regras para licitação de empreendimentos de geração; (iii) a criação da CCEE – e de novos órgãos setoriais; e (v) a alteração nas competências do Ministério de Minas e Energia e da ANEEL. Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, uma parcela significativa da energia futura comprada por empresas de distribuição deverá ser adquirida em leilões públicos anuais de todo o setor. Se os leilões públicos não forem bem sucedidos, o governo poderá estabelecer novos procedimentos de comercialização de energia, e a Emissora e a CEMIG GT não poderão ter certeza a respeito do efeito de tais procedimentos sobre sua condição financeira e resultado operacional, o que, conseqüentemente, pode afetar a capacidade de pagamento da Emissora e da Garantidora. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua sujeita a regulamentação, e, atualmente, tem sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal por meio das ações diretas de inconstitucionalidade n.º 3090 e 3100 (“ADINs”). Não existe ainda uma decisão definitiva sobre este mérito.

O efeito das reformas sob a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o resultado das ADINs e as futuras reformas no setor da energia são difíceis de prever, mas poderão ter impacto adverso sobre os negócios e resultado operacional da Emissora e da CEMIG GT, bem como em suas capacidades de acesso ao mercado financeiro e, conseqüentemente, poderá afetar a Garantidora. Para mais informações vide Seção “O Setor de Energia Elétrica no Brasil - O Novo Modelo para o Setor” deste Prospecto.

As tarifas cobradas pela Emissora são determinadas pela ANEEL, nos termos de seus Contratos de Concessão.

A ANEEL estabelece, de acordo com uma fórmula prevista nos Contratos de Concessão, as tarifas que a Emissora cobra de seus clientes, as quais estão também sujeitas ao poder regulador dessa Agência. A ANEEL possui substancial poder discricionário para estabelecer as tarifas que a Emissora cobra de seus consumidores. Os Contratos de Concessão de distribuição e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preço máximo, que permite três tipos de ajustes tarifários: (i) reajuste anual; (ii) revisão periódica; e (iii) revisão extraordinária. A Emissora está autorizada a aplicar, todos os anos, um reajuste anual cuja finalidade é compensar alguns efeitos da inflação sobre as tarifas, e repassar aos clientes certas mudanças em sua estrutura de custos que fujam do seu controle, tais como o custo da energia comprada de seus fornecedores de energia, e encargos regulatórios, incluindo encargos para o uso de instalações de transmissão e distribuição e variações na taxa de câmbio sobre seus pagamentos à Itaipu. Além disso, a ANEEL conduz uma revisão periódica a cada cinco anos para identificar variações nos custos da Emissora e definir um índice baseado na sua eficiência operacional que será aplicado sobre o índice dos reajustes anuais da Emissora, e cujo efeito é premiar a boa administração dos seus custos e compartilhar quaisquer ganhos com os usuários dos serviços de distribuição. A finalidade dessas revisões de tarifa é restabelecer um nível tarifário suficiente para cobrir (1) custos da energia comprada e outros custos não administráveis pela Emissora, (2) custos de operação e manutenção de uma “Empresa de Referência” teórica e (3) remuneração do capital sobre sua base de ativos, usando uma metodologia de “substituição de custos”. A Emissora também tem o direito de requerer uma revisão extraordinária das suas tarifas se custos imprevisíveis vierem a alterar significativamente sua estrutura de custos.

Não é possível assegurar que a ANEEL estabelecerá tarifas que sejam favoráveis à Emissora e que permitam que ela repasse aos seus clientes todos os aumentos de custo. Além disso, na medida em que quaisquer desses ajustes não sejam concedidos pela ANEEL em tempo hábil, como ocorreu em 2001 e 2002 em virtude do Racionamento, a condição financeira e os resultados operacionais da Emissora poderão ser adversamente afetados.

Adicionalmente, recentemente, o Tribunal de Contas da União encaminhou à ANEEL solicitação para revisão da metodologia de cálculo da revisão tarifária periódica das empresas do setor, por entender que ela não considera o benefício fiscal do juros sobre capital próprio na formação da tarifa, e que, dessa forma, o reajuste tarifário concedido deveria ter sido menor. Essa situação afeta não somente a Emissora, mas também todas as empresas concessionárias. A ANEEL, por outro lado, contratou os serviços da Fundação Universitária de Brasília para avaliar a metodologia, no intuito de questionar a posição do Tribunal de Contas. Caso o desfecho dessa pendência seja desfavorável à Emissora a condição financeira e os resultados operacionais da Emissora poderão ser adversamente afetados.

A Emissora poderá não conseguir repassar integralmente em suas tarifas os custos de suas compras de energia.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico determina que um distribuidor deve contratar antecipadamente, por meio de leilões públicos, pelo menos 100% de suas necessidades de energia previstas para os cinco anos seguintes. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece as condições para o repasse dos volumes e preços de comercialização de energia. Se a energia contratada, incluindo aquela comprada pela Emissora nos leilões públicos for inferior a 100% de sua necessidade de energia total, a Emissora estará sujeita a multas e poderá não conseguir repassar a seus clientes todos os custos de compra adicional de energia, que poderão ser mais elevados no mercado à vista. Se a energia contratada, incluindo aquela que a Emissora comprar no leilão público representar mais de 100% e menos de 103% da sua necessidade de energia total, a Emissora poderá repassar a seus clientes o volume total da sua necessidade de energia.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico restringe, ainda, a capacidade da Emissora de repassar aos seus clientes o custo das compras de energia caso seus custos ultrapassem o Valor Anual de Referência estabelecido pela ANEEL. Este valor é baseado no preço médio ponderado pago por todas as empresas de distribuição nos leilões públicos de energia gerada por novas empresas, e a ser entregue de três a cinco anos da data do leilão, e será aplicado somente durante os três primeiros anos após o início da entrega da energia comprada. Tendo em vista os inúmeros fatores que afetam as previsões de demanda de energia da Emissora, incluindo crescimento econômico e populacional, não é possível assegurar que a previsão de demanda de energia da Emissora será precisa. Se houver variações significativas entre as suas necessidades de energia e o volume de suas compras de energia, os resultados das operações da Emissora poderão ser adversamente afetados.

Há obrigatoriedade de planejamento de mercado pelas empresas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

Conforme previsto no novo modelo do Setor Elétrico brasileiro, as empresas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica deverão planejar, com antecedência de cinco anos, a compra de energia no mercado regulado necessária para o suprimento de seus consumidores nesse período. Somente são admitidos erros em referido planejamento em um montante máximo de 5%, o qual será complementado mediante compra da energia adicional, após licitação, por período máximo de dois anos de suprimento. Acima de tal limite, a empresa distribuidora não terá direito à revisão tarifária para a aquisição da energia adicional. Assim, a implementação do novo modelo do Setor Elétrico aumenta o risco das empresas que nele atuam (inclusive a Emissora), uma vez que eventuais erros no planejamento do mercado da Emissora poderão acarretar a obrigação de aquisição de energia adicional por preço superior ao adquirido anteriormente, sem o direito de repasse desse custo para a tarifa cobrada. Para mais informações vide Seção “O Setor de Energia Elétrica no Brasil” deste Prospecto.

A atual estrutura do Setor Elétrico é muito concentrada em geração hidráulica, o que a torna sujeita a certos riscos.

O setor elétrico brasileiro, muito concentrado em geração hidráulica de energia, enfrenta uma restrição natural à sua capacidade de geração. As usinas hidrelétricas não podem gerar energia além da capacidade possibilitada pelos recursos hídricos do País. Grande parte da capacidade de geração da CEMIG GT, bem como das principais fornecedoras da Emissora, é hidráulica e depende, significativamente, do volume de água das bacias dos rios em que se situam as usinas hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas. Fatores naturais podem afetar a capacidade geradora da CEMIG GT e das demais empresas geradoras de energia elétrica no Brasil, aumentando ou reduzindo o nível de seus reservatórios. A limitação à capacidade de geração de energia elétrica pela CEMIG GT poderá afetar adversamente seus resultados e condições financeiras e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Garantidora. Igualmente, restrições à capacidade de geração de energia decorrentes da redução do volume de água das bacias dos rios em que se situam as geradoras de energia que fornecem energia para a Emissora poderão prejudicar sua capacidade de aquisição de energia, afetando suas operações e sua capacidade de geração de receitas.

A Emissora e a CEMIG GT poderão ser punidas pela ANEEL por descumprimento de seus Contratos de Concessão e da regulamentação aplicável.

As atividades de distribuição da Emissora e de geração e transmissão da CEMIG GT são realizadas de acordo com os seus respectivos Contratos de Concessão, cuja vigência termina em 2016 para a Emissora, em 2015 para a atividade de transmissão da CEMIG GT e em 2035 para a atividade de geração da CEMIG GT. Com base nas disposições dos Contratos de Concessão da Emissora e da CEMIG GT e na legislação aplicável, a ANEEL poderá aplicar penalidades caso descumpram quaisquer de suas disposições. Dependendo da gravidade do descumprimento, tais penalidades poderão incluir:

- advertência;
- multas por descumprimento do respectivo Contrato de Concessão de até 2% das receitas da Emissora e/ou da CEMIG GT auferidas no exercício encerrado imediatamente anterior a data do descumprimento;
- restrições ao funcionamento das instalações e equipamento existentes;
- suspensão temporária da participação em processos de licitação para novas concessões;
- intervenção; e
- término da concessão.

Além disso, o governo tem o poder de terminar as concessões da Emissora e da CEMIG GT antes do final do prazo em caso de falência ou dissolução, ou por meio de encampação e caducidade.

É possível que a ANEEL aplique penalidades pelo descumprimento dos Contratos de Concessão da Emissora e da CEMIG GT ou termine antecipadamente as concessões. Caso os Contratos de Concessão da Emissora ou da CEMIG GT sejam terminados, a Emissora e/ou da CEMIG GT, conforme o caso, não poderão operar seus negócios, distribuir energia a seus clientes e/ou gerar e transmitir energia. Além disso, o pagamento a que a Emissora ou a que CEMIG GT terão direito quando do término de suas respectivas concessões poderá não ser suficiente para liquidação total de seus passivos, e esse pagamento poderá ser postergado por muitos anos. Se o contrato de concessão da Emissora e/ou da CEMIG GT terminarem por suas culpas, o montante do pagamento devido poderá ser reduzido de forma significativa com a imposição de multas ou outras penalidades. Desta forma, a aplicação de multas ou penalidades ou o término da concessão da Emissora e/ou da CEMIG GT poderão ter um efeito adverso significativo sobre suas condições financeiras e o seus resultados operacionais e, conseqüentemente, poderão afetar a capacidade de pagamento da Emissora e da Garantidora.

A Emissora e a CEMIG GT deverão respeitar os padrões de qualidade dos serviços previstos nos respectivos Contratos de Concessão de distribuição de energia elétrica e na regulamentação aplicável.

Os Contratos de Concessão que regulam as concessões de serviço público de distribuição e de geração e transmissão de energia elétrica celebrado pela Emissora e pela CEMIG GT, respectivamente, estabelecem padrões que devem ser observados na prestação dos serviços objetos das respectivas concessões, entre os quais a constante melhoria dos padrões de qualidade. As penalidades aplicáveis a um desempenho inferior aos níveis estabelecidos de qualidade dos serviços estão previstas na Resolução ANEEL nº63/04 e incluem multa de até 2% do valor dos respectivos faturamentos, nos 12 meses imediatamente anteriores à ocorrência da infração.

A ANEEL, em junho de 2003, impôs uma multa à CEMIG pelo não cumprimento de determinados índices de DEC e FEC que deveriam ter sido observados durante os anos de 2001 e 2002. O valor da multa imposta foi de R\$5.218.523,00, sendo que a CEMIG apresentou recurso em 3 de junho de 2003 com relação a esta penalidade, sobre o qual a ANEEL se manifestou reduzindo o montante da multa para R\$3.913.892,00, correspondente a 75% do valor inicial. Não concordando, ainda, com a penalidade imposta, a CEMIG ingressou com ação judicial, onde foi deferida a antecipação parcial dos efeitos da tutela, mediante depósito da quantia discutida, determinando a ANEEL que não inclua o nome da CEMIG em cadastros de inadimplentes. A ANEEL apresentou defesa e a CEMIG está aguardando intimação para impugnação da defesa e dos documentos apresentados pela ANEEL. A defesa considera possível o êxito, na esfera judicial, no cancelamento da referida penalidade ou, ainda, em último caso na redução do montante imposto. Caso a multa seja efetivamente mantida, a CEMIG poderá sofrer um impacto adverso em seus resultados operacionais. Outras informações acerca dos processos relativos a esta matéria são encontradas na seção “Contingências Judiciais e Administrativas da Garantidora” deste Prospecto.

O Poder Concedente poderá, caso a Emissora não observe os respectivos padrões de qualidade e melhoria dos serviços de distribuição de energia elétrica, aplicar outras penalidades à Emissora e, observada a legislação em vigor, decretar a caducidade das concessões, o que acarretaria um efeito adverso nas condições financeiras e operacionais da Emissora. Ademais, o completo atendimento desses padrões de serviços é requisito essencial para a renovação das concessões nos termos da Lei de Concessões.

Para mais informações sobre os respectivos Contratos de Concessão, incluindo as hipóteses nas quais esses instrumentos podem ser extintos, vide seção “Negócios da Emissora – Concessões” deste Prospecto.

A Emissora gera parte de suas receitas operacionais a partir de clientes qualificados como consumidores “potencialmente livres” que têm a liberdade de procurar fornecedores alternativos de energia.

Dentro de sua área de concessão, a Emissora não enfrenta concorrência na distribuição de energia. Entretanto, em virtude da Lei do Setor Elétrico e regulamentação posterior, desde 1995 os clientes classificados como potencialmente livres podem adquirir energia diretamente através dos agentes de mercado (comercializadores e geradores). Além disso, clientes com uma demanda contratada igual ou superior a 500 kW podem se tornar consumidores livres caso optem por energia de fontes renováveis, como energia eólica, solar, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas. Atualmente, clientes de alta tensão que compram energia de distribuidores no Ambiente de Contratação Regulado o fazem a preços subsidiados. Esse subsídio, conhecido por “subsídio cruzado”, começou a ser gradualmente retirado a partir de julho de 2003 e será totalmente eliminado até 2007. A Emissora acredita que para os próximos anos, o preço de comercialização de energia no ambiente de contratação livre permanecerá relativamente baixo devido ao excesso de geração de energia no Brasil, mantendo a atratividade do mercado livre.

Em 30 de junho de 2006, a Emissora fornecia energia a 527 unidades de consumo de clientes industriais potencialmente livres, com demanda contratada no horário fora de pico, maior ou igual a 500kW, que representavam aproximadamente 1,98% de sua receita operacional líquida e aproximadamente 2,4% do volume total da energia vendida no referido exercício. Caso os consumidores potencialmente livres da Emissora se tornem consumidores livres, passando a comprar energia de outros fornecedores, as receitas da Emissora poderão reduzir o que poderá afetar adversamente os resultados das operações da Emissora no curto prazo.

Para mais informações sobre consumidores potencialmente livres, vide seção “Negócios da Emissora – Concorrência.”

O impacto de uma escassez de energia e conseqüente racionamento de energia, como ocorreu em 2001 e 2002, poderá causar um efeito adverso significativo sobre os negócios e resultados operacionais da Emissora e da CEMIG GT e, conseqüentemente, afetar a capacidade de pagamento da Garantidora.

A energia hidrelétrica é a principal fonte de energia no Brasil e representou cerca de 6,5% da capacidade instalada de geração do país em 2005. Tendo em vista que o nível pluviométrico nos anos anteriores a 2001 foi abaixo da média, os reservatórios e, conseqüentemente, a capacidade hidrelétrica nas regiões sudeste, centro oeste e nordeste do Brasil também apresentaram níveis baixos. As tentativas de compensar a dependência em usinas hidrelétricas com usinas térmicas movidas a gás foram adiadas. Em resposta à escassez de energia, o governo criou, em 15 de maio de 2001, a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, para coordenar e administrar um programa de redução do consumo de energia, e assim evitar a interrupção do fornecimento. Esse programa, conhecido por Racionamento, estabeleceu limites de consumo de energia para clientes industriais, comerciais e residenciais, esses limites variavam de 15% a 25% de redução do consumo de energia. O programa foi aplicado de junho de 2001 a fevereiro de 2002. Em conseqüência do Racionamento, o consumo de energia na área de concessão da CEMIG foi reduzido em 8,6% nesse período. Além disso, o Racionamento aumentou os prejuízos comerciais da CEMIG tendo em vista que alguns de seus clientes tentaram evitar os limites obrigatórios de consumo por meio de conexões ilegais e fraudes. Na hipótese de outra escassez de energia, o governo poderá implementar políticas que podem incluir o racionamento do consumo de energia, o que poderá causar um efeito adverso relevante na condição financeira e resultados operacionais da Emissora, da CEMIG GT e, conseqüentemente, da capacidade de pagamento da Garantidora. Para mais informações, vide “Discussão e Análise da Administração sobre a Condição Financeira e Resultados Operacionais da CEMIG”, “Discussão e Análise da Administração sobre a Condição Financeira e Resultados Operacionais da Emissora” e “O Setor de Energia Elétrica no Brasil – Racionamento”.

As operações, equipamentos e instalações da Emissora e da CEMIG GT estão sujeitos a ampla regulamentação ambiental e de saúde que podem se tornar mais rigorosos no futuro e resultar em maiores responsabilidades e investimentos de capital.

As atividades de distribuição da Emissora, bem como as atividades de geração e transmissão da CEMIG GT, estão sujeitas a uma abrangente legislação ambiental em âmbito federal, estadual e municipal. Essas normas incluem a obrigação de obtenção de licenças ambientais para a construção de novas instalações ou a instalação de novos equipamentos necessários às operações da Emissora e da CEMIG GT. É possível que as regras de proteção ambiental e de saúde nos forcem a alocar investimentos de capital para a observância de normas e, conseqüentemente, realocar recursos de outros investimentos planejados. Isso poderá ter um efeito adverso significativo sobre a condição financeira e resultados operacionais da Emissora da CEMIG GT e, conseqüentemente, da capacidade de pagamento da Garantidora.

A Emissora deverá obter licenças para suas instalações que operam sem licenças ambientais.

A Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, conforme alterada, estabeleceu multas para instalações que operem sem licenças ambientais. Em 1998, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 1.710 (atualmente Medida Provisória nº 2.163/47), que estabelece disposições para operadoras de projeto visando à celebração de contratos com os órgãos normativos ambientais competentes para o fim de dar cumprimento à Lei Federal nº 9.605/98.

Adicionalmente, a Emissora está negociando com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM a obtenção de licença de operação ambiental corretiva para todos os seus empreendimentos que tenham iniciado operação antes de fevereiro de 1986.

Os critérios de compensação ambiental e social não estão definidos, o que poderá fazer com que as solicitações de órgãos ambientais, Ministério Público, ONGs e populações afetadas sejam adicionais às tradicionalmente propostas. Devido a essas incertezas, as compensações ambientais e sociais podem afetar o licenciamento (inclusive o corretivo), prazos e orçamento de novos empreendimentos, e até mesmo inviabilizá-los. Ressalta-se que existem discussões atualmente em andamento nos órgãos ambientais oficiais (federal e estadual) com o objetivo de estabelecer critérios para disciplinar as compensações ambientais. Caso sejam adotados critérios muito rigorosos para a efetuação de tal compensação, a Emissora poderá ter sua capacidade de pagamento de obrigações adversamente afetada.

Caso a Emissora não obtenha as licenças poderá ter um efeito adverso significativo sobre a condição financeira e seus resultados operacionais.

Não é mais permitida a contratação de suprimento de energia elétrica, por empresas concessionárias e permissionárias de distribuição, de energia gerada por elas mesmas ou por empresas do mesmo grupo societário.

O novo modelo do Setor Elétrico brasileiro vetou o auto-suprimento de energia (*self-dealing*), determinando que todas as empresas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica somente poderão adquirir energia por meio dos leilões realizados diretamente pela ANEEL ou por intermédio do “*pool*” operado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Essa regra é aplicada para as novas contratações de suprimento de energia, devendo ser respeitados os contratos de auto-suprimento firmados anteriormente à entrada em vigor da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. O auto-suprimento de energia é a compra, por uma distribuidora, de energia gerada por ela mesma ou por uma empresa do mesmo grupo societário. Com a impossibilidade de realizar o auto-suprimento de energia, as distribuidoras que vinham realizando esta prática (como é o caso da Emissora) serão obrigadas a contratar energia por meio do “*pool*”, sendo que essa energia poderá vir a ser adquirida por preço superior ou inferior à média praticada por todos os distribuidores devido às regras do leilão. A transferência desse preço de compra, nos três primeiros anos de entrega, é a média dos distribuidores (ou do “*pool*”). Portanto, nesses três primeiros anos, as distribuidoras de energia elétrica (inclusive a Emissora) poderão ser afetadas negativamente, se o custo de compra for maior que a média, tendo em vista que o repasse desse custo adicional aos consumidores não será automático.

RISCOS RELACIONADOS À CEMIG GT QUE AFETAM INDIRETAMENTE A GARANTIDORA

A construção, expansão e operação das usinas hidrelétricas e termelétricas de geração de energia da CEMIG GT envolvem riscos significativos que podem levar à perda de receita ou aumento de despesas.

A construção, manutenção, expansão e operação de instalações e equipamentos para a geração de energia envolvem vários riscos, incluindo:

- incapacidade de obter permissões e aprovações governamentais obrigatórias;
- indisponibilidade de equipamentos;
- indisponibilidade dos sistemas de distribuição e/ou transmissão;
- interrupção do fornecimento;
- interrupções no trabalho;
- greves e outras disputas trabalhistas;
- agitações sociais;
- interferências meteorológicas e hidrológicas;
- problemas inesperados de engenharia e de natureza ambiental;
- atrasos na construção e na operação, ou custos excedentes não previstos; e
- indisponibilidade de financiamentos adequados.

A CEMIG GT não contrata seguro contra alguns destes riscos, incluindo determinados riscos meteorológicos. A ocorrência destes ou outros problemas, poderá afetar adversamente a capacidade da CEMIG GT de gerar energia em quantidade compatível com suas projeções ou com suas obrigações perante seus clientes, o que pode ter um efeito relevante adverso em sua situação financeira e no seu resultado operacional e, conseqüentemente, poderá afetar a Garantidora.

Parte dos resultados operacionais da CEMIG GT depende de condições hidrológicas favoráveis.

De acordo com os dados do ONS, aproximadamente 92% do suprimento de energia do SNI é gerado por usinas hidrelétricas. Como o SNI opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do país. A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis poderá resultar na exposição da CEMIG GT ao mercado de energia de curto prazo, cujos preços tendem a ser elevados, podendo afetar negativamente os resultados financeiros futuros da CEMIG GT e, conseqüentemente, poderá afetar a Garantidora.

A CEMIG GT é responsável por quaisquer perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas na geração de suas usinas e os seguros contratados podem ser insuficientes para cobrir estas perdas e danos.

A CEMIG GT poderá ser responsabilizada por (i) perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas de operação de suas usinas, que acarretam em interrupções ou distúrbios aos sistemas de distribuição e/ou transmissão ou (ii) interrupções ou distúrbios que não forem atribuíveis a nenhum agente identificado do setor elétrico. O valor das indenizações, neste último caso, deverá ser rateado na seguinte proporção: 60% para os agentes de distribuição, 20% para os agentes de geração e 20% para os agentes de transmissão e tal fato poderá acarretar efeito substancial e adverso na condução dos negócios, nos resultados operacionais e na condição financeira da CEMIG GT e, conseqüentemente, poderá afetar a Garantidora.

RISCOS RELACIONADOS AO CONTROLE DA CEMIG PELO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Governo Estadual de Minas Gerais exerce substancial influência sobre a administração e orientação dos negócios da CEMIG e, conseqüentemente, da Emissora e da CEMIG GT. Ademais, o atual Governador do Estado de Minas Gerais é integrante de um partido de oposição ao atual Governo Federal. Não é possível analisar os impactos e efeitos que essas situações poderão causar na CEMIG, na Emissora, na CEMIG GT e em suas operações.

A CEMIG e, conseqüentemente, a Emissora e a CEMIG GT, são controladas pelo Governo Estadual de Minas Gerais, que detinha em 30 de junho de 2006 50,9% das ações ordinárias emitidas pela CEMIG possuindo o direito à maioria dos votos nas deliberações das Assembléias Gerais de Acionistas da CEMIG, podendo (i) eleger a maioria dos membros do seu Conselho de Administração e (ii) decidir matérias cuja deliberação requeira a aprovação da maioria qualificada dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e época e pagamento de quaisquer dividendos futuros.

O Governo Estadual de Minas Gerais já utilizou, no passado, e poderá utilizar no futuro, sua condição de acionista controlador da CEMIG para determinar que a CEMIG e, conseqüentemente a Emissora e a CEMIG GT, dediquem-se a certas atividades e efetue certos investimentos destinados, principalmente, a promover seus objetivos políticos, econômicos ou sociais e não necessariamente para atender ao objetivo de melhorar os negócios e/ou o resultado operacional da CEMIG.

O atual Governador do Estado de Minas Gerais faz parte de um partido político de oposição ao Governo Federal, o que pode resultar em divergências quando da tomadas de decisões envolvendo o Governo Estadual de Minas Gerais e o Governo Federal. Eventuais divergências políticas entre esses entes poderão prejudicar os resultados e operações da Emissora e da CEMIG GT e, conseqüentemente, da Garantidora.

RISCOS RELACIONADOS À EMISSORA E À GARANTIDORA

O controle efetivo da CEMIG é objeto de contestação em juízo.

Em função da compra, em 1997, de 32,96% das ações ordinárias de emissão da CEMIG pela SEB, uma *joint venture* controlada por uma companhia do grupo norte-americano AES Corporation, o Estado de Minas Gerais e a SEB celebraram um acordo de acionistas que concedeu à SEB controle sobre certas decisões societárias importantes para a condução dos negócios da CEMIG. Em 1999, o Estado de Minas Gerais ajuizou ação pleiteando anular o acordo de acionistas com fundamento na Constituição do Estado de Minas Gerais e na legislação estadual referente à matéria. Após a concessão de liminar suspendendo o acordo e instruído o processo, o pedido de anulação do acordo de acionistas foi julgado procedente, sendo a decisão confirmada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A SEB recorreu dessa decisão para o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) e para o Supremo Tribunal Federal (“STF”), já tendo sido proferida decisão favorável ao Estado de Minas Gerais pelo STJ, restando apenas o julgamento de agravo de instrumento pelo STF, cujos autos se encontram conclusos ao Ministro Relator – Min. Joaquim Barbosa. Caso a decisão do STJ seja modificada de forma desfavorável ao Governo Estadual de Minas Gerais, o acordo de acionistas poderá ser considerado válido e a SEB poderá vir a ter o controle sobre certas decisões societárias relevantes da CEMIG e, conseqüentemente, da Emissora. Ademais, a SEB pode contestar retroativamente a legitimidade de certas decisões tomadas pelo Conselho de Administração da CEMIG e, conseqüentemente, da Emissora durante a pendência desses processos.

Decisões adversas em processos judiciais

A Emissora e a CEMIG são partes em vários processos judiciais cíveis, trabalhista e fiscais que são ajuizados no curso habitual dos seus negócios. Em 30 de junho de 2006, as contingências da Emissora e da CEMIG (consolidado com a Emissora), decorrentes desses processos somavam respectivamente R\$111,2 milhões e R\$8.572,0 milhões. Deste total, o valor de R\$0,9 milhão da Emissora e R\$530,8 milhões da CEMIG referiam-se a questões fiscais, R\$8,2 milhões da Emissora e R\$162,8 milhões da CEMIG referiam-se a questões trabalhistas, e R\$18,2 milhões da Emissora e R\$280,2 milhões da CEMIG referiam-se a questões cíveis e comerciais. Em 30 de junho de 2006, a Emissora e a CEMIG, haviam estabelecido provisões no valor total de R\$6,5 milhões e R\$405,3 milhões, respectivamente. Para mais informações vide as seções “Contingências Judiciais e Administrativas da Emissora” e “Contingências Judiciais e Administrativas da Garantidora”.

Se a Emissora ou a Garantidora forem condenadas a efetuar pagamentos em montante superior aos valores provisionados, poderá haver um impacto negativo em suas condições financeiras e resultados operacionais.

A renegociação dos Contratos Iniciais poderá causar um impacto adverso na estrutura de custos da Emissora.

A partir de dezembro de 2002, iniciou-se um período de transição, durante o qual os montantes de energia contratados inicialmente pela CEMIG vêm sendo alterados de forma gradativa. Assim, a cada ano, a partir de 2003, 25% do total do montante de suprimento de energia contratado inicialmente poderá ser alterado. Até o final deste ano de 2006 ocorrerá a completa extinção dos respectivos contratos iniciais. Após a liberação dos montantes negociados de acordo com os contratos iniciais, tais montantes serão obrigatoriamente vendidos pelas geradoras em leilões públicos promovidos pela CCEE, sendo a Emissora obrigada a adquirir a energia necessária ao atendimento de seus mercados no âmbito da CCEE. Um eventual acréscimo nos preços da energia elétrica adquirida pela Emissora poderá ter um impacto negativo em sua condição financeira e resultado operacional.

Não há como garantir se, e em que condições, as concessões atuais da Emissora e da CEMIG GT serão renovadas. Os planos de expansão da Emissora e da CEMIG GT poderão ser prejudicados caso elas não consigam obter novas concessões ou perca alguma das concessões que detém atualmente.

A Emissora e a CEMIG GT conduzem sua atividade de distribuição e de geração e transmissão, respectivamente, de acordo com Contratos de Concessões, celebrados com o Governo Federal. A Constituição Federal exige que todas as concessões de serviços públicos devem ser concedidas mediante licitação. Em 1995, em um esforço para implementar esses dispositivos constitucionais, o Governo Federal aprovou a Lei de Concessões, que rege os procedimentos de licitação. De acordo com a Lei de Concessões, mediante solicitação da concessionária, as concessões existentes poderão ser renovadas pelo Governo Federal, mediante requerimento efetuado pela concessionária, independentemente de sujeição ao processo de licitação, contanto que a concessionária tenha atendido aos padrões mínimos de desempenho e que a proposta seja aceitável ao Governo Federal. Para mais informações vide Seção “Negócios da Emissora” - “Concessões” deste Prospecto.

Devido ao grau de discricionariedade conferido ao Governo Federal pela Lei de Concessões no que diz respeito à renovação de concessões existentes e dada à ausência de precedentes quanto ao exercício, pelo Governo Federal, de seu poder discricionário, interpretação e aplicação da Lei de Concessões, não há como garantir que as concessões atuais não serão renovadas em termos que venham a ser menos favoráveis do que aqueles atualmente em vigor.

Ademais, os planos de expansão da capacidade de distribuição da Emissora e da CEMIG GT também estão sujeitos ao regime licitatório regido pela Lei de Concessões. Caso a Emissora e a CEMIG GT não obtenham novas concessões ou percam alguma das concessões que detém atualmente, seus programas de investimentos poderão não ser satisfatoriamente concluídos. Neste caso, os negócios, operações e resultados da Emissora, da CEMIG GT e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Garantidora poderão ser adversamente afetados.

A instabilidade das taxas de juros pode afetar os negócios da Emissora e da Garantidora.

As dívidas da Emissora e da CEMIG GT estão sujeitas a taxas de juros variáveis, tais como TJLP, LIBOR e Taxa DI. Em 30 de junho de 2006, o valor total das dívidas da Emissora e da CEMIG GT (curto e longo prazos) era de R\$2.068,4 milhões e R\$2.683,9 milhões, respectivamente, sendo que desse total R\$1.065,5 milhões e R\$1.794,2 milhões, respectivamente, é sujeito a taxas de juros variáveis. Na hipótese de elevação das taxas de juros, serão aumentados os custos e pagamentos do serviço da dívida da Emissora e da CEMIG GT. Neste caso, os negócios da Emissora e da CEMIG GT, suas condições financeiras e o resultado de suas operações poderão ser afetados negativamente em decorrência de maiores despesas financeiras, conseqüentemente, afetando capacidade de pagamento da Garantidora. Para mais informações vide Seções “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” e “Contratos Relevantes” deste Prospecto.

A Emissora e a CEMIG GT necessitam de novos financiamentos para cumprimento de seus respectivos Planos de Investimentos.

A Emissora e a CEMIG GT possuem uma política de obtenção de recursos para suas atividades baseada em financiamentos adquiridos junto a instituições financeiras, instituições de fomento nacionais e internacionais e operações de colocação de títulos e valores mobiliários representativos de dívida nos mercados brasileiro e internacional. O insucesso na realização de novas operações similares, com o objetivo de refinar suas operações vincendas, poderá resultar em dificuldades na obtenção dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações assumidas em operações de financiamento já contratadas ou em um aumento nos custos de captação da Emissora e da CEMIG GT, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros e operacionais, bem afetar a capacidade de pagamento da Garantidora. Para mais informações vide Seções “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” e “Contratos Relevantes” deste Prospecto.

A Emissora possui um programa de investimentos para os próximos 5 anos, que prevê investimentos no valor total de R\$3.260,6 milhões, destinado à expansão de suas atividades de distribuição de energia. Para o segundo semestre de 2006, estão previstos investimentos de aproximadamente R\$615,1 milhões, tendo a Emissora, no primeiro semestre de 2006, investido R\$521 milhões. A Emissora não pode assegurar que será capaz de obter recursos suficientes para implementação do seu programa de investimentos conforme originalmente previsto. A incapacidade de obter os recursos necessários poderá postergar ou impedir a conclusão desse programa de investimentos e demais projetos da Emissora, o que poderá causar um efeito negativo nas atividades da Emissora e em seus resultados operacionais.

Para mais informações sobre o programa de investimentos da Emissora, vide Seção “Negócios da Emissora – Investimentos” deste Prospecto.

A não conclusão ou eventual atraso na construção dos projetos de expansão da capacidade de distribuição de energia elétrica ou de geração e transmissão da Emissora ou da CEMIG GT, conforme o caso, podem afetar adversamente seus resultados operacionais e financeiros.

A Emissora e a CEMIG GT prevêem um aumento na sua capacidade de distribuição e geração e transmissão de energia elétrica, respectivamente, por meio de ampliação e reforço das redes de distribuição e de geração e transmissão de energia. A não conclusão ou eventual atraso na construção dos projetos de expansão da capacidade de distribuição e de geração e transmissão de energia elétrica da Emissora e da CEMIG GT em virtude dos riscos associados à construção de redes de distribuição e de geração e transmissão, tais como o aumento do custo de mão-de-obra, bens e serviços, riscos de erros de projeto, perdas e danos causados a terceiros, restrições ambientais, atraso no término da construção das obras poderá vir a implicar custos operacionais e/ou financeiros adicionais, afetando adversamente os resultados operacionais e financeiros da Emissora e da CEMIG GT e, conseqüentemente, da capacidade de pagamento da Garantidora.

Um número relativamente pequeno de consumidores da Emissora responde por parcela significativa de sua receita. A não renovação dos contratos com tais consumidores ou uma queda no consumo poderá prejudicar os resultados operacionais da Emissora.

A segunda maior parte da energia vendida pela Emissora é comprada por grandes consumidores industriais, cujas principais atividades são: siderurgia, manipulação de metais não ferrosos, ferroligas, química, vestuário, artefatos de tecidos, produção de cimento e produção de automóveis. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, os dez maiores consumidores industriais da Emissora responderam por aproximadamente 1,4% da receita total da Emissora e aproximadamente 2,7% do volume total de eletricidade vendida pela Emissora. Já no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, esses percentuais foram de 1,1% e 2,1%, respectivamente.

A Emissora mantém contratos de longo prazo com praticamente todos os seus principais consumidores. Qualquer perturbação no relacionamento existente com consumidores poderia prejudicar de maneira relevante seus resultados operacionais. Exemplificadamente, quando do término desses contratos, o regime regulatório que está sendo implantado no setor elétrico do Brasil poderá permitir que os consumidores contratem outros fornecedores de energia elétrica fora de Minas Gerais. Além disso, uma baixa de produção do setor manufatureiro poderia reduzir as demandas de energia de alguns dos maiores consumidores industriais da Emissora, o que poderia prejudicar de maneira relevante os resultados operacionais da Emissora. Para mais informações vide Seção “Negócios da Emissora - Clientes e Comercialização” deste Prospecto.

A CEMIG GT poderá vender significativa parcela de sua geração apenas na CCEE, nos próximos 3 anos, bem com sofrer alterações no seu portfólio de clientes livres, em decorrência de sobra de energia no País.

O balanço energético brasileiro aponta sobras de até 8.000 MW médios, nos próximos anos, encontrando equilíbrio apenas em 2008 quando esse montante cai abaixo de 3.000 MW médios (5% do mercado). Nesse ambiente de sobras, a CEMIG GT envidará esforços no sentido de colocação da totalidade de sua energia em contratos com preços mais atrativos que a liquidação de curto prazo na CCEE, especialmente no mercado de Consumidores Livres. Não há como garantir que a CEMIG GT conseguirá colocar sua energia em contratos com preços mais atrativos que a liquidação de curto prazo do MAE, cujo detalhamento das regras de comercialização ainda não foi regulamentado. Caso ela não consiga, seus resultados financeiros e operacionais poderão ser negativamente afetados de forma relevante. Essa mesma sobra aumenta a competição por clientes potencialmente livres, que poderá resultar na perda de clientes pela CEMIG GT, afetando diversamente os seus negócios e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Garantidora.

A Emissora está sujeita a regras e limites para contingenciamento de crédito do setor público e a restrições para utilização de determinados recursos por ela captados, o que poderá dificultar a obtenção de financiamentos.

Como uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Minas Gerais, a CEMIG, e conseqüentemente, a Emissora e a CEMIG GT estão sujeitas às regras e limites impostos às instituições financeiras com relação ao contingenciamento de crédito ao setor público editadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil. Essas regras estabelecem determinados parâmetros e condições para que as instituições financeiras possam oferecer crédito a entidades do setor público. Dessa forma, a Emissora e a CEMIG GT poderão ter dificuldades para obter financiamentos perante instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, o que poderá dificultar a implementação de seus respectivos Planos de Investimentos ou o refinanciamento de suas obrigações financeiras. Essas regras também estabelecem que uma empresa estatal, de modo geral, somente poderá captar recursos (i) no mercado local por meio de empréstimos para refinanciamento de dívida e por meio de captações de recursos mediante a emissão de valores mobiliários e (ii) no mercado externo por meio de financiamento de importações, refinanciamento de dívidas registradas no Banco Central do Brasil e financiamentos concedidos por organismos multilaterais. Em decorrência dessas regulamentações, a capacidade de contrair dívida da Emissora e da CEMIG GT fica mais uma vez limitada, podendo afetar negativamente a implementação dos seus respectivos Planos de Investimentos ou o refinanciamento de suas obrigações. Para mais informações vide Seção “Negócios da Emissora” – “Investimentos” deste Prospecto.

Há restrições contratuais à capacidade de endividamento da Emissora.

Além dos limites para contingenciamento de crédito do setor público, em virtude de contratos celebrados para a captação de recursos, a Emissora e a CEMIG GT estão sujeitas a certas cláusulas e condições que restringem sua autonomia e capacidade de contrair novos empréstimos. Na hipótese de descumprimento, pela Emissora ou pela CEMIG GT, de qualquer disposição dos referidos contratos, tornar-se-ão exigíveis os valores vincendos (principal, juros e multa) objeto dos referidos contratos. O vencimento antecipado das obrigações da Emissora ou da CEMIG GT poderá acarretar sérios efeitos sobre suas situações financeiras, considerando-se inclusive a previsão de vencimento cruzado de outras obrigações da Emissora ou da CEMIG GT, conforme cláusulas presentes em diversos contratos de empréstimos e financiamento por elas celebrados com terceiros. Ademais, a existência de limitações ao endividamento da Emissora e da CEMIG GT poderá afetar suas capacidades de captarem novos recursos necessários ao financiamento de suas atividades e de suas obrigações vincendas, o que poderá influenciar negativamente a capacidade da Emissora e da CEMIG GT de honrarem seus compromissos financeiros, inclusive a capacidade da Emissora com relação às Debêntures emitidas no âmbito desta Oferta e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Garantidora. Para mais informações vide Seções “Informações Sobre os Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” e “Contratos Relevantes” deste Prospecto.

A Emissora apresenta um percentual de inadimplência que pode afetar adversamente seus resultados financeiros.

Em 31 de dezembro de 2005, a Emissora acumulou contas a receber vencidas de consumidores finais no valor de, aproximadamente, R\$722,60 milhões, correspondentes a 11,3% de sua receita operacional líquida registrada em 2005. Deste total, cerca de 3,3% era representado por contas devidas pelo Setor Público. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, a Emissora acumulou contas a receber vencidas de consumidores finais no valor de, aproximadamente, R\$537,95 milhões, correspondentes a 17,56% de sua receita operacional líquida registrada neste mesmo período. A Emissora pode não recuperar os créditos relativos a dívidas de diversos municípios e demais clientes inadimplentes que estão sendo renegociadas. Caso não recuperem esses créditos, total ou parcialmente, a Emissora sofrerá, um impacto adverso relevante em seus resultados financeiros. Para mais informações sobre inadimplência vide Seção “Negócios da Emissora – Faturamento e Cobrança - Inadimplência” deste Prospecto.

Nem todos os bens e ativos da Emissora poderão ser objeto de execução para satisfazer as obrigações relativas às Debêntures emitidas no âmbito desta Oferta.

Na qualidade de concessionária de serviços públicos, todos os bens da Emissora, essenciais à prestação de serviços públicos e vinculados às concessões por ela detidas, devem ser revertidos ao poder concedente ao final dos Contratos de Concessão e não estão sujeitos à penhora ou execução judicial. Na hipótese de inadimplemento pela Emissora das obrigações relativas às Debêntures, nem todos os seus bens e ativos poderão ser objeto de execução para satisfazer as obrigações relativas às Debêntures.

Os seguros contratados pela Emissora podem ser insuficientes para ressarcir eventuais danos.

Os seguros contratados pela Emissora podem ser insuficientes para o ressarcimento de eventuais danos. A Emissora mantém apenas seguro de incêndio e riscos operacionais, tais como danos em equipamentos. Ademais, a cobertura contra incêndio das usinas, prevista somente para os equipamentos das principais instalações, é feita no âmbito de seus seguros de risco operacional. As usinas e instalações da Emissora não se encontram, de modo geral, cobertas por seguro contra catástrofes, tais como terremotos e inundações. Além disso, de acordo com a legislação brasileira, a Emissora é responsável por danos diretos e indiretos resultantes do fornecimento inadequado de serviços de distribuição de energia, tais como interrupções repentinas e variações de voltagem. Além disso, a Emissora poderá ser considerada responsável por até 60% dos danos causados a terceiros em virtude de interrupções ou distúrbios resultantes dos sistemas de distribuição, transmissão ou geração, caso tais interrupções ou distúrbios não sejam atribuídos a um membro identificável pelo ONS. A Emissora não pode garantir que seus seguros são suficientes para cobrir integralmente quaisquer responsabilidades incorridas de fato no curso de seus negócios ou que esses seguros continuarão disponíveis no futuro.

A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados pode acarretar custos adicionais inesperados e significativos para a Emissora, acarretando um efeito adverso em suas atividades, resultados operacionais e condições financeiras. Para mais informações, vide “Os Negócios da Emissora – Seguros”.

Riscos inerentes ao CEMIG - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Conta CRC

Em 26 de janeiro de 2006, foi criado o CEMIG - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Conta CRC (“Fundo”) formado por direitos de crédito decorrentes do Contrato CRC. O Fundo é composto por 900.000.000 quotas seniores e 760.125.012 quotas subordinadas não transferíveis, com valor nominal de R\$1,00 por quota, as quais foram integralmente subscritas e pagas em 27 de janeiro de 2006, pelo Banco Itaú BBA S.A. e o Banco Bradesco S.A. e pela CEMIG, respectivamente. As quotas seniores e as subordinadas deverão ser resgatadas em 2015 e 2035, respectivamente. O valor, em 30 de junho de 2006, dos recebíveis transferidos para o Fundo era de R\$1.726,3 milhões, desconsiderando a provisão para perdas constituída no valor de R\$106,9 milhões.

As quotas seniores têm como alvo o retorno à taxa do CDI acrescidos de 1,70% por ano e serão amortizadas em 20 pagamentos semestrais durante um período de 10 anos. Ademais, tendo em vista que (i) as datas dos pagamentos semestrais das quotas seniores coincidem com as datas em que a CEMIG paga seus dividendos semestrais; e (ii) que o quarto aditamento do Contrato CRC prevê que 65% dos dividendos devidos pela CEMIG ao Governo do Estado em cada pagamento de dividendos devem ser retidos pela CEMIG e transferidos automaticamente para o Fundo, as quotas são automaticamente reembolsadas em referidas datas. Caso esses dividendos não sejam suficientes para promover um sistema de pagamento fixo às quotas seniores, a CEMIG, como co-obrigada, deverá contribuir com o valor necessário para efetuar tal pagamento. O sistema de amortização foi projetado para coincidir com o cronograma de distribuição de dividendos da CEMIG e para minimizar o risco da CEMIG ser responsável por qualquer pagamento adicional. As quotas subordinadas serão amortizadas com qualquer excesso de caixa disponível no Fundo ou com sua liquidação. Caso a CEMIG deva, na qualidade de co-obrigada, fazer qualquer pagamento das quotas seniores sua capacidade de pagamento poderá ser afetada adversamente de forma relevante. Para mais informações sobre o Fundo e o Contrato CRC vide seções “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC” e “Contratos Relevantes – Contratos Relevantes da CEMIG”, respectivamente.

Não há garantias da capacidade de pagamento da Garantidora

As Debêntures da presente Oferta possuem garantia fidejussória prestada pela CEMIG, sociedade holding, da qual a Emissora é subsidiária integral. A CEMIG é uma sociedade holding pura, obtendo receita por meio da distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio por suas controladas. Não há garantias de que suas controladas apresentarão lucros no futuro e/ou distribuirão dividendos ou juros sobre o capital próprio a CEMIG, bem como não há garantia de que esta terá capacidade para honrar as obrigações relativas às Debêntures na hipótese de inadimplemento da Emissora.

Caso a Emissora seja transformada em sociedade limitada, seu registro de companhia aberta será cancelado.

A Lei de Sociedades por Ações dispõe sobre a possibilidade de transformação de sociedades anônima em sociedades limitadas.

Caso aconteça tal transformação, após o resgate da totalidade das debêntures em circulação pela Emissora, conforme art. 7º da Instrução 361 da CVM, o registro de companhia aberta da Emissora será cancelado. Ademais, as sociedades limitadas ou fechadas não são obrigadas a divulgar informações eventuais e periódicas, requisitos de governança corporativa aos quais as companhias abertas estão sujeitas.

A Escritura de Emissão das Debêntures assegura a entrega periódica de informações financeiras e gerenciais aos debenturistas, mas não assegura todas as proteções ao investidor aplicáveis às de companhias abertas.

Se a Emissora passar por uma transformação, seus investidores serão adversamente afetados tendo em vista que as Debêntures serão resgatadas.

RISCOS RELACIONADOS ÀS DEBÊNTURES

As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas às hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado das obrigações da Emissora com relação à Oferta. Caso ocorra a declaração do vencimento antecipado, a Emissora poderá não ter os recursos financeiros necessários para realizar o pagamento das Debêntures.

O mercado secundário de debêntures tem baixa liquidez no Brasil, podendo dificultar a negociação das Debêntures.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures historicamente apresenta baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que possibilite aos subscritores desses títulos sua alienação caso estes assim decidam. Além da dificuldade na realização da venda, a baixa liquidez no mercado secundário de Debêntures no Brasil pode causar também a deterioração do preço de venda desses títulos.

Eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

Para se realizar classificação de risco, certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, características das próprias emissões e das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço das Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

Limitação na Excussão da Garantia.

As Debêntures da presente Oferta contam com Garantia Fidejussória da CEMIG, da qual a Emissora é subsidiária integral. Caso venha a ser declarado o vencimento antecipado das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da Oferta, seu eventual pagamento dependerá, principalmente, do sucesso da excussão da garantia. O processo de excussão da garantia fidejussória das Debêntures, tanto judicial quanto extrajudicial, pode ser demorado e seu sucesso está sujeito a diversos fatores que estão fora do controle da Emissora. Além disso, a CEMIG, na qualidade de garantidora, poderá não ter recursos ou bens suficientes para honrar o pagamento integral das obrigações decorrentes das Debêntures.

As informações acerca do futuro da Emissora contidas no Prospecto podem não ser precisas.

Este Prospecto pode conter informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora que refletem suas opiniões em relação ao desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolvem riscos e incertezas. Não há garantias de que o desempenho futuro da Emissora seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta Seção “*Fatores de Risco*” em outras seções deste Prospecto. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações acerca do futuro da Emissora e não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A Emissora não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seu futuro, exceto pelo que dispõem os artigos 8º e 13º da Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada, e a Instrução CVM 400.

Não será emitida Carta de Conforto no âmbito desta Oferta.

O novo Código de Auto-Regulação ANBID para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 9 de maio de 2006, prevê a necessidade de manifestação escrita por parte de nossos auditores independentes (a “Carta de Conforto”) acerca da consistência das informações financeiras constantes deste Prospecto com as demonstrações financeiras publicadas da Emissora.

Tendo em vista que (i) a presente Oferta trata-se de Permuta Obrigatória das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG pelas Debêntures da presente Oferta; (ii) referida carta de conforto não foi emitida na 3ª Emissão da CEMIG; e (iii) o público alvo da presente Oferta será composto exclusivamente pelos titulares das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, a Emissora acredita não ser necessária a emissão de referida Carta de Conforto.

Consequentemente, os auditores independentes da Emissora não se manifestaram sobre a consistência das informações financeiras constantes deste Prospecto com as demonstrações financeiras publicadas da Emissora.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A presente Oferta é realizada exclusivamente para fins da Permuta Obrigatória das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG pelas Debêntures da presente Oferta com o conseqüente cancelamento das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG. Em razão da Permuta Obrigatória, a Emissora não receberá os recursos líquidos desta Oferta, uma vez que as Debêntures desta Oferta serão integralizadas com as debêntures da 3ª Emissão da CEMIG.

Por sua vez, os recursos provenientes da 3ª Emissão da CEMIG foram destinados à amortização das dívidas da CEMIG contraídas para realização de investimentos em distribuição de energia elétrica e que venceram no ano de 2004. Tendo em vista o disposto acima, a destinação de recursos obtidos por meio da 3ª Emissão da CEMIG, será mantida na sua forma original, conforme informações abaixo:

Usos - Pagamento das seguintes dívidas da Emissora		
Descrição das Operações	Valor (R\$)	%
Contratos de Financiamento nº 1346/95 firmado em 3 de setembro de 1997, com a Eletrobrás, no valor total principal de até R\$38.630.000,00, e cujo vencimento final está previsto para 30 de dezembro de 2008. O principal é corrigido por correção monetária com base no índice FINEL, acrescido de juros de 6,5% ao ano. Os recursos foram destinados para a realização de obras relacionadas à área de distribuição de energia elétrica da Emissora.	1.639.656,04	0,71
Notas (9,125% Notes) emitidas pela CEMIG em 18 de novembro de 1996, no âmbito de seu programa no valor principal de US\$150.000.000,00. Sobre o principal incidiram juros à taxa de 9,125% ao ano. As obrigações provenientes destas notas foram liquidadas em 18 de novembro de 2004, devido ao seu vencimento final. Os recursos foram destinados para execução do programa de investimentos da Emissora.	42.151.000,00	18,29
Termo de Contrato firmado em 26 de junho de 1997, com a Siemens Ltda. e interveniência da Siemens Aktiengesellschaft e da Nativa Engenharia S.A., no valor total principal de R\$45.508.415,4. Adicionalmente, a Emissora emitiu seis notas promissórias de igual valor, com vencimento semestral, corrigidas pela variação cambial oficial do dólar norte-americano para a venda, acrescidos de juros de 9,97% ao ano. As obrigações provenientes deste contrato foram liquidadas em 30 de setembro de 2005, devido ao seu vencimento final. Os recursos foram destinados para realização de obras relacionadas às linhas de distribuição (sub-transmissão) da Emissora.	11.974.000,00	5,20
Contratos de Financiamento nº 1981/00 firmado em 28 de junho de 2000, com a Eletrobrás, no valor total principal de R\$74.220.430,00, e cujo vencimento final está previsto para 30 de julho de 2012. O principal é corrigido por correção monetária com base no índice RGR, acrescido de juros de 5,0% ao ano. Os recursos foram destinados para realização de obras relacionadas à área de distribuição de energia elétrica da Emissora.	1.658.988,00	0,72

Contratos de Financiamento nº 2001/00 firmado em 28 de junho de 2000, com a Eletrobrás, no valor total principal de até R\$90.075.540,00, e cujo vencimento final está previsto para 30 de julho de 2007. O principal é corrigido por correção monetária com base no índice RGR, acrescido de juros de 5,0% ao ano. Os recursos foram destinados para realização de obras relacionadas à área de distribuição de energia elétrica da Emissora.

6.318.320,00 2,74

Contrato de Empréstimo firmado em 9 de novembro de 2001, com o Banco do Brasil, Agência Madri e o Banco do Brasil S.A. – Agência Corporate, no valor total principal de US\$40 milhões. Sobre o principal incidiram juros de 10,375% ao ano. As obrigações provenientes deste contrato foram liquidadas em novembro de 2004, devido ao seu vencimento final. Os recursos foram utilizados para rolagem de dívidas da Emissora.

62.406.000,00 27,09

Contrato de Abertura de Crédito firmado em 23 de dezembro de 2003, com o Banco do Brasil S.A., no valor de R\$100 milhões. Sobre o saldo devedor incidiram sobre juros e comissão à taxa de 1,4% ao ano. As obrigações provenientes deste contrato foram liquidadas em 23 de dezembro de 2004, devido ao seu vencimento final. Os recursos foram destinados à compra de energia elétrica de Itaipu.

73.183.035,96 31,76

Contrato de Empréstimo Mediante Repasse de Recursos em Moeda Estrangeira firmado em 11 de março de 2004, com o Unibanco, no valor total principal de US\$14.032.141,11. Sobre o saldo devedor incidiram juros de 2,3% ao ano. As obrigações provenientes deste contrato foram liquidadas devido ao seu vencimento final. Os recursos foram utilizados para rolagem de dívidas da Emissora.

16.826.000,00 7,30

Contrato de Empréstimo Mediante Repasse de Recursos em Moeda Estrangeira firmado em 18 de março de 2004, com o Unibanco, no valor total principal de US\$11.991.598,28. Sobre o saldo devedor incidiram juros de 2,3% ao ano. As obrigações provenientes deste contrato foram liquidadas devido ao seu vencimento final. Os recursos foram utilizados para rolagem de dívidas da Emissora.

14.263.000,00 6,19

Total

230.420.000,00 100

Para informações sobre a Permuta Obrigatória vide Seções “Desverticalização” e “Informações Relativas à Oferta” deste Prospecto.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

A Emissora é uma subsidiária integral da CEMIG. Na data deste Prospecto, o valor do capital social da Emissora era de R\$2.261.997.787,64, dividido de acordo com a tabela abaixo:

Composição Acionária do Capital Social		
Tipo	Quantidade de Ações	Valor do Capital (R\$)
Ordinárias	2.261.997.787	R\$2.261.997.787,64
Total	2.261.997.787	R\$2.261.997.787,64

CARACTERÍSTICAS E PRAZOS

A presente Oferta é realizada exclusivamente para fins da Permuta Obrigatória das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG pelas Debêntures da presente Oferta, com o conseqüente cancelamento das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG.

A 1ª Emissão de Debêntures da Emissora foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 25 de janeiro de 2006, cuja ata foi publicada nos jornais “Minas Gerais”, “Gazeta Mercantil – Edição Nacional” e “O Tempo”, em 12 de julho de 2006, e arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – (a “JUCEMG”), em 16 de junho de 2006. Tal ata foi retificada pela reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 29 de junho de 2006, seu arquivamento está previsto para 20 de outubro de 2006 e sua publicação está prevista para 25 de outubro de 2006 nos jornais “Minas Gerais”, “Gazeta Mercantil – Edição Nacional” e “O Tempo”. As debêntures da presente Oferta possuem garantia fidejussória prestada pela CEMIG, conforme aprovada em Reunião do Conselho de Administração da CEMIG realizada em 25 de janeiro de 2006, cuja ata foi publicada em 1º de setembro de 2006 nos jornais “Minas Gerais”, “Gazeta Mercantil – Edição Nacional” e “O Tempo”, e arquivadas na JUCEMG, em 22 de agosto 2006.

1. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.871,6048 (dez mil, oitocentos e setenta e um reais e seis mil e quarenta e oito décimos de milésimos de centavos), na Data de Emissão.

2. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 23.042 (vinte e três mil e quarenta e duas) Debêntures.

3. Valor Total da Oferta

O valor total da Oferta é de R\$250.503.517,80 (duzentos e cinquenta milhões, quinhentos e três mil, quinhentos e dezessete reais e oitenta centavos), na Data de Emissão.

4. Séries

A Oferta será realizada em série única.

5. Data de Emissão

Para todos os fins e efeitos, a Data de Emissão será 1º de junho de 2006.

6. Conversibilidade, Tipo Forma e Espécie

As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

7. Espécies

As Debêntures serão da espécie sem garantia nem preferência (quirografária). As Debêntures da presente Oferta contam ainda com Garantia Fidejussória, conforme previsto no item 9 abaixo.

8. Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures desta Oferta é de 96 (noventa e seis) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final no primeiro dia útil de junho de 2014 (“**Data de Vencimento**”). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida.

9. Garantia Fidejussória

As Debêntures da presente Oferta, e as obrigações assumidas pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, são garantidas por fiança, prestada pela CEMIG (a “Garantia Fidejussória”), que, por meio da Escritura de Emissão e na melhor forma de direito, se obriga na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, até sua final liquidação, com renúncia expressa aos benefícios previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, e os artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada pelas obrigações assumidas na Escritura de Emissão. A CEMIG declara e garante que (i) a prestação desta fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes; e (ii) todas as autorizações necessárias para prestação desta fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor.

A fiança é prestada pela CEMIG em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas na Escritura de Emissão.

10. Remuneração

As Debêntures desta Oferta farão jus à seguinte remuneração (“Remuneração”):

10.1. Atualização

As Debêntures terão o seu valor nominal atualizado a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. Essa atualização será calculada de forma *pro rata temporis*, por dias úteis, segundo a seguinte fórmula (“Atualização das Debêntures”):

$$VNa = VNe \times C$$

$$C = \left\{ \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dup_1}{dut_1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dup_2}{dut_2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dut_n}} \right\}$$

onde:

VNa	é o valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
VNe	é o valor nominal ou saldo do valor nominal calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
C	é o fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
NI₀	é o valor do número-índice do mês anterior ao mês de início de atualização;
NI₁	é o valor do número-índice do mês de início de atualização;
NI₂	é o valor do número-índice do mês subsequente ao mês de início de atualização;
NI_n	é o valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização até a data de aniversário. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;
NI_{n-1}	é o valor do número-índice do mês anterior ao mês “n”;
dup	é o número de dias úteis entre a data-base anterior e a data de atualização, sendo dup um número inteiro; e
dut	é o número de dias úteis entre a data base anterior e a próxima data-base, sendo dut um número inteiro.

Considera-se como mês de atualização, o mês compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures em questão.

Considera-se data de aniversário o dia da data correspondente ao primeiro dia útil de cada mês.

Considera-se data-base a data de aniversário em cada mês.

O número índice do IGPM deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IGPM incidirá anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor, nesse caso, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

10.1.1. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação do IGPM, será aplicado o último número índice do IGPM divulgado, calculado *pro rata temporis*, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os detentores das Debêntures quando da divulgação posterior do IGPM que seria aplicável.

10.1.2. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação do IGPM por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IGPM às Debêntures, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar Assembléia Geral de Debenturistas (observado o disposto na Cláusula VIII da Escritura de Emissão), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor da Atualização das Debêntures o último IGPM divulgado oficialmente, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido), até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas.

10.1.3. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação (ainda que em decorrência da falta de *quorum* para deliberar sobre a matéria), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento dos Juros Remuneratórios anterior, conforme o caso, utilizando-se o último IGPM divulgado oficialmente. O resgate ao qual se refere este item não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

10.1.4. A Atualização das Debêntures será paga pela Emissora juntamente com o Valor Nominal unitário das Debêntures, na respectiva Data de Vencimento.

10.2. Juros Remuneratórios das Debêntures

Incidirão sobre o Valor Nominal unitário acrescido da Atualização das Debêntures juros de 10,5% (dez vírgula cinco por cento) ao ano, calculados por dias úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, a partir da Data de Emissão (os “Juros Remuneratórios”). O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá à seguinte fórmula:

onde:

$$J = VN_{a} \times (Fj - 1)$$

$$Fj = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

J	é o valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
VNa	é o Valor Nominal unitário ou saldo do valor nominal atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
Fj	é o fator de juros calculado com 9 casas decimais com arredondamento;
taxa	igual a 10,5;
N	igual a 252;
n	é o número de dias úteis entre a data do próximo pagamento de juros e a data de pagamento de juros anterior, sendo “n” um número inteiro;
DT	é o número de dias úteis entre a data do próximo pagamento de juros e a data de pagamento de juros anterior, sendo DT um número inteiro; e
DP	é o número de dias decorridos úteis entre a data de pagamento de juros anterior e a data atual, sendo DP um número inteiro.

10.2.1. Os Juros Remuneratórios deverão ser pagos pela Emissora anualmente, sendo que o primeiro pagamento deverá ser realizado 12 (doze) meses após a Data de Emissão, ou seja, no 1º dia útil de junho de 2007, e os demais pagamentos no 1º dia útil do mês de junho dos anos subseqüente até a Data de Vencimento, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis.

11. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

11.1. Preço de Subscrição: O preço de subscrição das Debêntures da presente Oferta será correspondente ao valor nominal unitário das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, nos termos do item 10 acima.

11.2. Forma de Integralização: A integralização das Debêntures será à vista, mediante dação em pagamento das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória, sendo que cada debênture da 3ª Emissão da CEMIG corresponderá a 1 (uma) Debênture desta Oferta.

11.2.1. Em razão da alocação à Emissora dos direitos e obrigações decorrentes das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, conforme previsto no Instrumento Particular de Cessão de Direitos, as debêntures da 3ª Emissão da CEMIG recebidas pela Emissora em integralização às debêntures desta Oferta serão canceladas.

11.3. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou (iii) diretamente os titulares de Debêntures desta Oferta que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário e Escriturador da Emissão.

11.4. Imunidade: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

11.5. Amortização Programada: As Debêntures não serão objeto de amortização programada antes da respectiva data de vencimento.

11.6. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário nas Cidades de São Paulo e/ou Belo Horizonte, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

11.7. Multas Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto no item 13 abaixo, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso serão acrescidos da respectiva Remuneração aplicável às Debêntures, bem como ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

11.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de juros remuneratórios e/ou encargos moratórios no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

12. Aquisição Antecipada

12.1. Aquisição Antecipada Facultativa: A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal acrescido da Remuneração, observado o disposto no artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado.

12.2. Aquisição Antecipada Obrigatória: A Emissora será obrigada a adquirir, caso haja mudança direta ou indireta de seu controle acionário, ou do controle acionário da CEMIG, as Debêntures em Circulação, conforme definido no item 7.2.2 da Escritura de Emissão, de acordo com a opção dos respectivos Debenturistas que não aceitarem permanecer como Debenturistas da Emissora após a alteração de controle acionário. A oferta de compra será comunicada aos Debenturistas por meio de aviso específico publicado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da efetiva mudança do controle acionário, com prazo não inferior a 60 (sessenta) dias para a manifestação dos Debenturistas interessados, contado a partir da publicação do aviso e nos termos dos procedimentos descritos nesse aviso. A aquisição das Debêntures pela Emissora deverá ocorrer no 30º (trigésimo) dia contado do último dia de prazo para manifestação dos Debenturistas, pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração, conforme disposto no item 10 acima. Para efeito do disposto neste item, ocorrerá “mudança de controle acionário”: (i) caso a atual controladora direta da Emissora, a CEMIG, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Emissora; (ii) caso o atual controlador indireto da Emissora, o Governo do Estado de Minas Gerais, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da CEMIG; e (iii) caso o atual controlador da CEMIG, o Governo do Estado de Minas Gerais, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Emissora.

13. Vencimento Antecipado

Observados os itens 13.1, 13.1.1 e 13.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (a) requerimento de recuperação judicial e extrajudicial, pedido de falência formulada pela Emissora, pela CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas;
- (b) extinção, liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora, da CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas;
- (c) falta de cumprimento, pela Emissora ou pela CEMIG, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures;
- (d) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, da CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas, em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em razão de inadimplência contratual ou não;
- (e) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Emissora seja parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras à época;
- (f) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais qualquer das controladas da CEMIG sejam parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida consolidada da CEMIG constante de suas últimas demonstrações financeiras à época;

- (g) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, a CEMIG ou qualquer de suas controladas e coligadas, cujo valor global ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, pela CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas, conforme o caso, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (h) falta de cumprimento pela Emissora ou pela CEMIG, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (i) se a Emissora, a CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas, deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Emissora, pela CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas, segundo qualquer acordo ou contrato de qual ela seja parte como mutuária ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); e/ou
- (j) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer forma de reorganização societária, que impliquem redução do capital social da Emissora e/ou da CEMIG.

13.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a) até (d) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas.

13.1.1. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (e) até (j) supra, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula VIII da Escritura de Emissão e o quorum específico estabelecido no item 13.2. abaixo.

13.2. Após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas mencionada no item 13.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos encargos até a data de seu efetivo pagamento, nos termos do item 13 supra, a menos que Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação da Emissão optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

13.2.1. Caso os Debenturistas da presente Oferta optem por não declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos do item 13.2 acima, as Debêntures detidas pelos Debenturistas que não concordaram com a respectiva deliberação deverão ser resgatadas pela Emissora: (i) no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de realização da Assembléia de Debenturistas ou (ii) no mesmo prazo em que forem efetivamente resgatadas as debêntures emitidas nos termos da “Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, dívida em Duas Séries da Espécie sem Garantia nem Preferência da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG” celebrada em 04 de outubro de 2001, conforme aditada, ou as debêntures que vierem a substituir referida dívida (“1ª Emissão de Debêntures da Emissora”) por motivo similar ao previsto para o resgate das Debêntures conforme estabelecido neste item 13.2.1, o que ocorrer primeiro. As Debêntures serão resgatadas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis*.

14. Limite Legal

A Oferta atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, na Data de Emissão, era de R\$2.261.997.787,64 (dois bilhões, duzentos e sessenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

15. Resgate Antecipado Facultativo

As Debêntures desta Oferta não estarão sujeitas ao resgate antecipado facultativo pela Emissora.

16. Repactuação

As Debêntures desta Oferta não estarão sujeitas a repactuação programada.

17. Negociação

As debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário (i) através do SDT, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) através do Sistema BovespaFix, administrado pela BOVESPA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC.

As debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário (i) através do SND, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) através do Sistema BOVESPAFIX, administrado pela BOVESPA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC.

18. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures e pela prestação dos serviços de banco mandatário desta Oferta (“Banco Mandatário e Escriturador”). Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures o Relatório de Posição de Ativos, expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND e para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista.

19. Direito de Preferência

Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

20. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, na edição nacional dos jornais “Minas Gerais”, “Gazeta Mercantil – Edição Nacional” e “O Tempo”, bem como na página da CEMIG na rede internacional de computadores - INTERNET (<http://www.cemig.com.br>), exceção feita aos Anúncios de Início de Distribuição e Encerramento, que apenas serão publicados na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil. Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor dos Anúncios de Distribuição e Encerramento constará das páginas da CEMIG e da Emissora na rede internacional de computadores – INTERNET, no endereço acima referido.

21. Eventual Modificação da Oferta – Quorum de Deliberação

21.1. Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação; observado que alterações nas condições de Remuneração e/ou pagamento das Debêntures, previstas nos itens 10 e 11 acima, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando 90% das Debêntures em Circulação, observado o disposto no item 7.2.2 da Escritura de Emissão. A alteração das disposições de vencimento antecipado previstas no item 13 acima e a liberação da Emissora de obrigações previstas na Cláusula VI da Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

21.2. A Emissora desde já se obriga a adquirir, tendo sido aprovadas as alterações das condições de Remuneração e/ou pagamento das Debêntures (conforme disposto no item 21.1 acima), as Debêntures em Circulação, à opção dos respectivos Debenturistas que não aceitarem as novas condições de Remuneração e/ou pagamento. Nesta hipótese, deverá ser observado o mesmo mecanismo de aquisição antecipada obrigatória previsto no item 12.2 supra.

22. Cronograma da Oferta

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder deverá realizar a distribuição pública das Debêntures conforme plano de distribuição adotado em consonância com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes do Coordenador Líder, e (iii) que quaisquer dúvidas por parte dos investidores possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

O plano de distribuição será realizado nos seguintes termos:

- (i) após a obtenção do registro da Oferta na CVM, será publicado o respectivo Anúncio de Início;
- (ii) tendo em vista a Permuta Obrigatória, não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora;
- (iii) ainda em vista a Permuta Obrigatória, não existirão lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures; e
- (iv) serão atendidas, únicas e exclusivamente, as debenturistas da 3ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatórias.

23. Público Alvo

O público alvo da presente Oferta será os titulares das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG.

24. Inadequação do Investimento

As Debêntures objeto da presente Oferta **não** são adequadas aos investidores que necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES

“Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, em Regime de Melhores Esforços”, firmado em 25 de outubro de 2005, conforme aditado, entre a Emissora, o Unibanco e a CEMIG (“Contrato de Distribuição”).

1. Melhores Esforços

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, o Coordenador Líder realizará a distribuição pública das Debêntures em regime de melhores esforços de colocação.

2. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

2.1. Em razão da Permuta Obrigatória, o preço de subscrição das Debêntures da presente Oferta será correspondente ao valor unitário das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, acrescido da Remuneração das Debêntures calculada *pro rata temporis*, acumulada desde a Data de Emissão, conforme previsto no subitem 10 do item “II – Características e Prazos” acima.

2.2. A integralização das Debêntures será à vista, no ato da subscrição, mediante dação em pagamento das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória, sendo que cada debênture da 3ª Emissão da CEMIG corresponderá a 1 (uma) Debênture desta Oferta, uma vez que o Preço de Emissão das Debêntures será igual ao valor unitário atualizado das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG. Em razão da alocação à Emissora dos direitos e obrigações decorrentes das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, as debêntures da 3ª Emissão da CEMIG recebidas pela Emissora em integralização às debêntures desta Oferta serão canceladas.

3. Forma de Colocação

3.1. A Oferta será realizada na forma e condições seguintes:

- (i) a colocação das Debêntures será pública, única e exclusivamente junto aos debenturistas da 3ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória, em regime de melhores esforços de distribuição, mediante intermediação do Coordenador Líder;
- (ii) a colocação das Debêntures somente se dará após o registro da Oferta das Debêntures pela CVM, a colocação do Prospecto Definitivo à disposição dos investidores e a publicação do Anúncio de Início;
- (iii) o prazo máximo para colocação das Debêntures será de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação do Anúncio de Início da Oferta das Debêntures (“Prazo de Distribuição”);
- (iv) a integralização das Debêntures será à vista, no ato da subscrição, mediante dação em pagamento das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória, sendo que cada debênture da 3ª Emissão da CEMIG corresponderá a 1 (uma) Debênture desta Oferta;
- (v) o Preço de Emissão das Debêntures será igual ao valor unitário atualizado das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG;
- (vi) não há nem será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço com relação às Debêntures.

3.1.1. Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder deverá realizar a distribuição pública das Debêntures conforme plano de distribuição adotado em consonância com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes do Coordenador Líder, e (iii) que quaisquer dúvidas por parte dos investidores possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder. O plano de distribuição será fixado nos seguintes termos:

- (i) após a obtenção do registro da Oferta na CVM, será publicado o respectivo Anúncio de Início;
- (ii) tendo em vista a Permuta Obrigatória, não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora;
- (iii) tendo em vista a Permuta Obrigatória, não existirão lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures; e
- (iv) serão atendidos única e exclusivamente os debenturistas da 3ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória.

As debêntures da 3ª Emissão da CEMIG recebidas pela Emissora em integralização às debêntures desta Oferta serão canceladas.

4. Relações com o Coordenador Líder da Oferta

A Emissora possui relações comerciais e diversas operações de crédito com o Coordenador Líder da Oferta, as quais se encontram detalhadamente descritas nas seções “Operações com o Coordenador Líder da Oferta” e “Contratos Relevantes - Contratos Relevantes da Emissora”, deste Prospecto.

5. Demonstrativo do Custo da Distribuição

5.1. Comissionamento:

5.1.1. Na Data de Liquidação, pelo desempenho e execução dos serviços objeto do Contrato de Colocação, a Emissora pagará ao Coordenador Líder comissão de coordenação no valor de R\$140.000,00.

5.1.2. Ao pagamento da comissão acima, não serão acrescidos quaisquer valor referente a impostos e/ou contribuições que incidam ou possam incidir sobre tal pagamento.

5.1.3. A Emissora ressarcirá o Coordenador Líder, mediante comprovação, e, obedecidos os limites previstos na proposta para a prestação de assessoria econômico-financeira enviada pelo Coordenador Líder à Emissora para a Oferta, as despesas havidas com a emissão das Debêntures, conforme estabelecido nos itens (ix) e (xvii) da Cláusula 8.1 do Contrato de Colocação, acrescidas dos respectivos impostos.

5.1.4. Será ainda de responsabilidade da Emissora o ressarcimento de todas as despesas gerais razoáveis e comprovadas (custos “*out-of-pocket*”) incorridas pelo Coordenador Líder relacionados com a Oferta.

5.1.5. Todos os pagamentos decorrentes das cláusulas 5.1.3 e 5.1.4 acima deverão ser efetuados no prazo de até 10 (dez) dias contados a partir da aceitação pela Emissora dos respectivos documentos de cobrança, mediante crédito na conta corrente indicada pelo Coordenador Líder, valendo como comprovante de quitação o documento de confirmação enviado pelo Coordenador Líder à Emissora.

5.1.6. Nenhuma outra remuneração será contratada ou paga pela Emissora ao Coordenador Líder direta ou indiretamente, por força ou em decorrência de Contrato de Colocação, salvo por determinação legal, judicial ou da CVM.

5.2. Despesas Decorrentes do Registro:

Taxa de Registro da Oferta junto a CVM: 0,30%, incidente sobre o valor da Oferta, considerando como teto para o pagamento da referida taxa o valor de R\$82.870,00.

Taxa de Registro da Oferta junto a ANBID: 0,002%, incidente sobre o valor da Oferta, limitada ao valor mínimo de R\$5.000,00 e ao valor máximo de R\$35.000,00.

A tabela abaixo indica os custos decorrentes do comissionamento ao Coordenador Líder, do registro da distribuição das Debêntures desta Oferta na CVM e das demais despesas com a distribuição:

5.3. Custo Unitário de Distribuição

Custos da Distribuição (*)	Montante (R\$)	% em relação ao Valor Total da Oferta
Comissões	140.000,00	0,06
Taxa de Registro junto a CVM	82.870,00	0,03
Taxa de Registro junto a ANBID	5.000,00	0,002
Despesas com publicação	120.000,00	0,05
Total	347.870,00	0,14

(*) Assumindo-se a colocação da totalidade das Debêntures

Preço por Debênture (R\$)**	Custo por Debênture (R\$)*	Montante Líquido por Debênture (R\$)
10.871,60	15,10	10.856,50

(*) Com base no Valor Nominal Unitário da Debênture na Data de Emissão.

(**) Na data de emissão

Para a obtenção de mais informações sobre a Oferta, incluindo exemplar deste Prospecto e cópias do Contrato de Distribuição, os investidores interessados poderão ser obtidas na (i) sede social da Companhia, (ii) no Coordenador Líder, (iii) na BOVESPA, na Rua XV de Novembro, 275, São Paulo, SP; (iv) na CVM, nos seguintes endereços: (a) Rua Sete de Setembro, 111, 5.º andar, Rio de Janeiro – RJ, tel.: (0xx21) 3233-8686 ou (b) Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, Edifício Delta Plaza, São Paulo – SP, tel.: (0xx11) 2146-2000, e (v) na CETIP - Câmara de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar, tel. Telefone: (11) 3111-1596.

CONTRATO DE GARANTIA DE LIQUIDEZ/ESTABILIZAÇÃO DE PREÇO

Não há nem será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço com relação às Debêntures.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Em razão da Permuta Obrigatória, a Emissora não receberá quaisquer recursos dessa Oferta, uma vez que as Debêntures serão integralizadas com as debêntures da 3ª Emissão da CEMIG. Para mais informações vide Seção “Destinação dos Recursos” deste Prospecto.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

A Emissora contratou a Moody’s Investors Services e a Fitch Ratings para a elaboração do relatório de classificação de risco para esta Oferta.

A Moody’s Investors Services atribuiu o *rating* B1 na sua escala global em moeda local e Baa2.br na sua escala nacional para a presente Oferta e à Emissora.

A Fitch Ratings atribuiu o *rating* A+(bra) à presente Oferta.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O presente Prospecto foi elaborado de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o qual se encontra registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 4890254, atendendo, assim, a presente oferta pública, aos padrões mínimos de informação contidos no código, não cabendo a ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora/ofertante, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da oferta pública.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E DE MERCADO

As informações financeiras da CEMIG, contidas no presente Prospecto, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e as informações financeiras da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 provêm das demonstrações financeiras da CEMIG e da Emissora auditadas pela Deloitte Touche Thohmatsu Auditores Independentes, respectivamente, a não ser que de outra forma indicado neste Prospecto. O presente Prospecto não contém demonstrações financeiras da Emissora referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003, tendo em vista que a Emissora apenas iniciou atividades operacionais em 08 de setembro de 2004.

Para melhor comparabilidade e análise das demonstrações contábeis, a CEMIG reclassificou determinados saldos das Demonstrações de Resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 2003 e 2004 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2005, passando a classificar separadamente os custos das despesas operacionais.

As informações financeiras da CEMIG, contidas no presente Prospecto, referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2005 e 2006 foram extraídas de suas demonstrações financeiras objeto de revisão especial pela Deloitte Touche Thohmatsu Auditores Independentes, e as informações financeiras da Emissora referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2005 e 2006 foram extraídas de suas informações trimestrais objeto de revisão especial pela Deloitte Touche Thohmatsu Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras auditadas da Emissora e da CEMIG são apresentadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, conforme determinado pela Lei das Sociedades por Ações e atendem às normas e regulamentos emitidos pela CVM e aos boletins técnicos elaborados pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON.

Alguns valores apresentados neste Prospecto poderão não resultar em um somatório preciso em razão de arredondamentos.

Este Prospecto contém previsões sobre o futuro. As estimativas têm por embasamento as expectativas da Emissora e projeções sobre os eventos futuros e tendências econômico-financeiras que afetam seus negócios. Essas estimativas estão sujeitas a risco, incertezas e suposições, especialmente àqueles descritos na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto. Dessa forma, as estimativas poderão não se concretizar, ocasionando uma eventual e significativa diferença na projeção dos nossos resultados.

As informações sobre o setor de energia elétrica constantes neste Prospecto, inclusive as informações sobre as participações da Emissora no referido setor, foram extraídas de fontes públicas reconhecidas (órgãos governamentais), tais como a ANEEL.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

As informações financeiras selecionadas apresentadas a seguir para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003, e dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2005 e 2006, representam as informações financeiras da CEMIG consolidada. Também são apresentadas informações financeiras selecionadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 e dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2005 e 2006 da Emissora. Para mais informações vide Seção “Informações Financeiras e de Mercado” deste Prospecto.

Os seguintes dados financeiros e operacionais selecionados devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras da Emissora e da CEMIG e notas relacionadas e as Seções “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora” e “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da CEMIG” incluídas neste Prospecto.

SUMÁRIO FINANCEIRO OPERACIONAL DA EMISSORA

Informações de Resultado

<i>(Em R\$ mil, exceto lucro líquido por lote de mil ações)</i>	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2006	2005	2005
Receita Operacional			
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	3.849.122	3.427.992	7.430.028
Reajuste Tarifário Diferido	-	591.010	591.010
Receita de Uso da Rede	587.593	571.887	1.200.587
Outras Receitas Operacionais	25.725	30.556	53.341
	4.462.440	4.621.445	9.274.966
Deduções à Receita Operacional	(1.399.653)	(1.431.419)	(2.878.119)
Receita Operacional Líquida	3.062.787	3.190.026	6.396.847
Custos Operacionais			
Custo com Energia Elétrica			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.019.937)	(871.385)	(1.890.075)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(310.149)	(303.606)	(554.363)
	(1.330.086)	(1.174.991)	(2.444.438)
Custo de Operação			
Pessoal e Administradores	(460.447)	(325.648)	(762.639)
Entidade de Previdência Privada	(53.914)	(55.595)	(108.358)
Materiais	(31.270)	(33.661)	(71.812)
Serviços de Terceiros	(139.959)	(114.814)	(280.628)
Depreciação e Amortização	(183.691)	(178.370)	(361.301)
Provisões Operacionais	(5.517)	(4.766)	(66.617)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	6.107	(21.049)	(32.790)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	(190.839)	(181.000)	(387.126)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(130.866)	(138.077)	(279.025)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	(6.402)	-	(82.285)
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	(35.801)	(7.147)	(172.804)
Outras	(42.578)	(34.711)	(81.527)
	(1.275.177)	(1.094.838)	(2.686.912)
Custo Total	(2.605.263)	(2.269.829)	(5.131.350)
Lucro Bruto	457.524	920.197	1.265.497
Despesa Operacional			
Despesas com Vendas	(63.143)	(53.756)	(119.930)
Despesas Gerais e Administrativas	(18.801)	(31.518)	(68.460)
Outras Despesas Operacionais	(11.765)	-	12.819
	(93.709)	(85.274)	(175.571)
Lucro Operacional das Receitas e Despesas Financeiras	363.815	834.923	1.089.926
Receitas Financeiras Líquidas	141.607	187.224	328.708
Juros sobre Capital Próprio	(65.811)	(107.000)	(220.544)
	75.796	80.224	108.164
Lucro Operacional	439.611	915.147	1.198.090
Resultado Não Operacional	(14.571)	(13.761)	(30.716)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	425.040	901.386	1.167.374
Imposto de Renda e Contribuição Social	(146.946)	(308.471)	(397.789)
Lucro antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	278.094	592.915	769.585
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	65.811	107.000	220.544
Lucro Líquido Do Exercício	343.905	699.915	990.129
Lucro Líquido Por Lote De Mil Ações – R\$	152,04	1.471,15	437,72

Balanco Patrimonial dos exercicios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004 e 2005.

<i>(Em R\$ mil)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2004	2005
Ativo		
Circulante		
Disponibilidades	1	533.261
Consumidores e Revendedores	-	1.188.665
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	-	271.800
Transporte de Energia	-	250.492
Tributos Compensáveis	-	81.774
Despesas Antecipadas – CVA	-	539.321
Créditos Tributários	-	51.883
Ativo Regulatório PIS-PASEP/COFINS	-	39.168
Reajuste Tarifário Diferido	-	321.445
Estoques	-	13.766
Outros	-	138.659
Total do Circulante	1	3.430.234
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	-	1.001.305
Despesas Antecipadas – CVA	-	46.549
Créditos Tributários	-	87.207
Tributos Compensáveis	-	153.962
Depósitos Vinculados a Litígios	-	17.343
Consumidores e Revendedores	-	64.190
Ativo Regulatório PIS-PASEP/COFINS	-	374.622
Reajuste Tarifário Diferido	-	853.994
Outros Créditos	-	24.088
Total do Realizável a Longo Prazo	-	2.623.260
Investimentos	-	1.756
Imobilizado	-	3.199.925
Diferido	-	377
Total do Não Circulante	-	5.825.318
Ativo Total	1	9.255.552

<i>(Em R\$ Mil)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2004	2005
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	-	640.809
Encargos Regulatórios	-	158.634
Participações nos Lucros	-	55.493
Impostos, Taxas e Contribuições	-	438.340
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	907.541
Empréstimos e Financiamentos	-	209.171
Salários e Encargos Sociais	-	123.106
Despesas Antecipadas – CVA	-	208.195
Obrigações Pós-Emprego	-	114.866
Outras	-	261.931
Total do Circulante	-	3.118.086
Não Circulante		
Fornecedores	-	264.123
Despesa Antecipada – CVA	-	31.508
Empréstimos e Financiamentos	-	1.925.946
Impostos, Taxas e Contribuições	-	615.800
Provisões para Contingências	-	2.885
Obrigações pós-Emprego	-	935.126
Outras	-	50.574
Total do não Circulante	-	3.825.962
Patrimônio Líquido		
Capital Social	1	2.261.998
Reservas de Lucros	-	49.506
Total do Patrimônio Líquido	1	2.311.504
Passivo Total	1	9.255.552

Balanco Patrimonial dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2005 e 2006.

<i>(Em R\$ Mil)</i> Ativo	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
	2005	2006
Circulante		
Disponibilidades	514.030	323.319
Consumidores e Revendedores	1.106.942	1.305.538
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	293.563	294.177
Transporte de Energia	236.238	272.270
Tributos Compensáveis	59.245	267.509
Despesas Antecipadas – CVA	416.752	506.017
Créditos Tributários	20.399	71.708
Ativo Regulatório PIS-PASEP/COFINS	53.889	150.471
Reajuste Tarifário Diferido	115.551	605.750
Estoques	18.080	14.690
Outros	83.281	273.695
Total do Circulante	2.917.970	4.085.144
<i>Não Circulante</i>		
Realizável a Longo Prazo		
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	1.040.642	943.643
Despesas Antecipadas – CVA	106.740	56.411
Créditos Tributários	56.753	109.834
Tributos Compensáveis	102.326	172.754
Depósitos Vinculados a Litígios	2.054	11.994
Consumidores e Revendedores	71.107	57.274
Ativo Regulatório PIS-PASEP/COFINS	341.107	233.129
Reajuste Tarifário Diferido	1.059.226	488.508
Créditos com Pessoas Ligadas	55.712	-
Outros Créditos	25.936	23.158
Total do Realizável a Longo Prazo	2.861.603	2.096.705
Investimentos	413	1.935
Imobilizado	2.760.982	3.426.107
Diferido	438	315
Total do Não Circulante	2.761.833	5.525.062
Ativo Total	8.541.406	9.610.206

<i>(Em R\$ Mil)</i> Passivo	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
	2005	2006
Circulante		
Fornecedores	491.883	595.517
Encargos Regulatórios	73.830	254.138
Participações nos Lucros	30.432	29.751
Impostos, Taxas e Contribuições	222.088	895.115
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	90.950	677.251
Empréstimos e Financiamentos	163.825	156.048
Salários e Encargos Sociais	110.766	206.171
Despesas Antecipadas – CVA	-	327.999
Obrigações Pós-Emprego	87.303	89.558
Dívidas com Pessoas Ligadas	257.045	-
Outras	177.409	258.833
Total do Circulante	1.705.531	3.490.381
Não Circulante		
Fornecedores	240.409	248.516
Despesa Antecipada - CVA	73.627	49.303
Empréstimos e Financiamentos	1.779.190	1.912.303
Impostos, Taxas e Contribuições	857.378	373.212
Provisões para Contingências	329	6.531
Obrigações pós-Emprego	1.008.732	928.780
Encargos Regulatórios	-	-
Outras	21.297	11.582
Total do Não Circulante	3.980.962	3.530.227
Patrimônio Líquido		
Capital Social	475.761	2.261.998
Recursos Destinado a Aumento de Capital	1.786.237	-
Reservas de Lucros	592.915	327.600
Total do Patrimônio Líquido	2.854.913	2.589.598
Passivo Total	8.541.406	9.610.206

Outras Informações

Descrições	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2005	2006	2005
Receita operacional líquida - R\$ milhões	3.190	3.063	6.397
Margem Operacional - %	25,28	11,88	17,04
EBITDA OU LAJIDA - R\$ milhões	1.015	548	1.454
Lucro líquido - R\$ milhões	700	344	990
Lucro líquido por lote de 1000 ações R\$	1.471	152	438
Patrimônio líquido - R\$ milhões	2.855	2.590	2.312
Valor patrimonial por lote de mil ações	6.000	1.144	1.022
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	32,48	15,31	74,93
Endividamento do patrimônio líquido - %	199,18	271,11	300,41
Liquidez Corrente	1,71	1,17	1,10
Liquidez Geral	1,02	0,88	0,87

SUMÁRIO FINANCEIRO OPERACIONAL DA CEMIG

Informações de Resultado

<i>(Em R\$ Mil)</i>	Consolidado			Controladora		
	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2005	2004 Reclassificado	2003 Reclassificado	2005	2004 Reclassificado	2003 Reclassificado
Receita Operacional						
Fornecimento Bruto de Energia						
Elétrica	9.156.031	8.602.365	7.235.477	-	8.523.991	7.174.711
Reajuste Tarifário Diferido	591.010	358.602	-	-	358.602	-
Receita de Uso da Rede	1.522.786	244.517	256.757	-	244.517	256.757
Outras Receitas Operacionais	432.786	542.534	475.711	2.558	70.712	63.957
	11.702.613	9.748.018	7.967.945	2.558	9.197.822	7.495.425
Deduções à Receita Operacional	(3.466.992)	(2.763.461)	(2.344.628)	(19)	(2.646.714)	(2.256.386)
Receita Operacional Líquida	8.235.621	6.984.557	5.623.317	2.539	6.551.108	5.239.039
Custos Operacionais						
Custo Com Energia Elétrica E Gás						
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.454.930)	(1.372.752)	(1.393.423)	-	(1.372.676)	(1.393.423)
Encargos de Uso da Rede						
Básica de Transmissão	(640.733)	(538.386)	(310.263)	-	(538.332)	(310.263)
Gás Comprado para Revenda	(155.948)	(259.795)	(246.276)	-	-	-
	(2.251.611)	(2.170.933)	(1.949.962)	-	(1.911.008)	(1.703.686)
Custo de Operação						
Pessoal e Administradores	(988.120)	(698.732)	(658.161)	-	(697.920)	(656.785)
Entidade de Previdência Privada	(141.484)	(83.169)	(59.847)	-	(83.169)	(59.847)
Materiais	(88.724)	(66.256)	(74.672)	-	(66.129)	(74.404)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(852)	(17.561)	(8.127)	-	(17.561)	(8.127)
Serviços de Terceiros	(355.053)	(238.740)	(209.490)	-	(235.522)	(206.226)
Depreciação e Amortização	(551.906)	(524.313)	(514.910)	-	(514.146)	(504.765)
Provisões Operacionais	(70.608)	(80.432)	(33.416)	-	(80.432)	(33.416)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(145.132)	(108.023)	(13.948)	-	(106.595)	(13.138)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	(415.907)	(292.147)	(282.309)	-	(292.147)	(282.309)
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	(210.588)	(20.419)	(15.980)	-	(19.981)	(15.734)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(296.131)	(237.863)	(118.217)	-	(237.863)	(118.217)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária						
Extraordinária	(278.166)	(104.271)	118.442	-	(104.271)	118.442
Outras	(125.190)	(64.033)	(80.986)	-	(63.586)	(78.132)
	(3.667.861)	(2.535.959)	(1.951.621)	-	(2.519.322)	(1.932.658)
Custo Total	(5.919.472)	(4.706.892)	(3.901.583)	-	(4.430.330)	(3.636.344)

Lucro Bruto	2.316.149	2.277.665	1.721.734	2.539	2.120.778	1.602.695
Despesa Operacional						
Despesas com Vendas	(119.930)	(311.073)	(228.391)	-	(311.073)	(228.391)
Despesas Gerais e Administrativas	(208.217)	(169.969)	(176.136)	(111.216)	(169.916)	(176.136)
Outras Despesas Operacionais	(94.161)	(114.452)	(90.741)	-	(22.813)	(4.098)
	(422.308)	(595.494)	(495.268)	(111.216)	(503.802)	(408.625)
Lucro (Prejuízo) Op. antes do Res. de Equivalência Patrimonial, Receitas Fin. Líq. e JCP	1.893.841	1.682.171	1.226.466	(108.677)	1.616.976	1.194.070
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	1.550.213	48.115	31.220
Receitas Financeiras Líquidas	631.808	228.990	585.090	532.481	222.635	562.711
Juros sobre Capital Próprio	(635.000)	(510.000)	(250.000)	(635.000)	(510.000)	(250.000)
	(3.192)	(281.010)	335.090	(102.519)	(287.365)	312.711
Lucro Operacional	1.890.649	1.401.161	1.561.556	1.339.017	1.377.726	1.538.001
Resultado Não Operacional	(52.415)	74.345	(61.128)	(16.990)	74.157	(61.267)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.838.234	1.475.506	1.500.428	1.322.027	1.451.883	1.476.734
Imposto de Renda e Contribuição Social	(470.531)	(602.563)	(553.528)	46.372	(577.082)	(529.092)
Lucro antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio e Participações Minoritárias	1.367.703	872.943	946.900	1.368.399	874.801	947.642
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	635.000	510.000	250.000	635.000	510.000	250.000
Participações Minoritárias	696	1.858	742	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	2.003.399	1.384.801	1.197.642	2.003.399	1.384.801	1.197.642
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações – R\$				12,35	8,54	7,39

<i>(Em R\$ Mil)</i>	Consolidado		Controladora	
	Período de seis meses findo em 30 de junho de			
	2006	2005	2006	2005
	Reclassificado			
Receita Operacional				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	4.960.983	4.264.435	-	-
Reajuste Tarifário Diferido	-	591.010	-	-
Receita de Uso da Rede	875.929	749.397	-	-
Outras Receitas Operacionais	232.723	208.653	733	1.102
	6.069.635	5.813.495	733	1.102
Deduções à Receita Operacional	(1.698.295)	(1.728.763)	(66)	(14)
Receita Operacional Líquida	4.371.340	4.084.732	667	1.088
Custos Operacionais				
Custo Com Energia Elétrica E Gás				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(987.809)	(655.519)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(421.735)	(357.200)	-	-
Gás Comprado para Revenda	(76.399)	(76.355)	-	-
	(1.485.943)	(1.089.074)	-	-
Custo de Operação				
Pessoal e Administradores	(602.916)	(419.404)	-	-
Entidade de Previdência Privada	(69.992)	(73.687)	-	-
Materiais	(39.370)	(37.080)	-	-
Serviços de Terceiros	(172.898)	(140.584)	-	-
Depreciação e Amortização	(279.808)	(274.698)	-	-
Provisões Operacionais	(7.797)	3.337	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(55.049)	(78.681)	-	-
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	(222.049)	(195.628)	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(151.135)	(146.261)	-	-
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da				
Recomposição Tarifária Extraordinária	(47.149)	(14.623)	-	-
Outras	(108.105)	(67.717)	-	-
	(1.756.268)	(1.445.026)	-	-
Custo Total	(3.242.211)	(2.534.100)	-	-
Lucro Bruto	1.129.129	1.550.632	667	1.088
Despesa Operacional				
Despesas com Vendas	(63.506)	(53.756)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas	(111.225)	(63.494)	(75.379)	(37.673)
Outras Despesas Operacionais	(59.478)	(43.876)	-	-
	(234.209)	(161.126)	(75.379)	(37.673)
Lucro (Prejuízo) Op. antes do Res. de Equivalência Patrimonial, Receitas Fin. Líq. e JCP	894.920	1.389.506	(74.712)	(36.585)
Resultado de Equivalência Patrimonial				
Receitas Financeiras Líquidas	45.596	116.352	22.478	87.094
Juros sobre Capital Próprio	(169.067)	(283.000)	(169.067)	(283.000)
Lucro Operacional	771.449	1.222.858	481.637	805.097
Resultado Não Operacional	(19.971)	(19.575)	(4.806)	(4.365)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	751.478	1.203.283	476.831	800.732
Imposto de Renda e Contribuição Social	(255.611)	(445.236)	19.179	(42.142)
Lucro antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio e Participações Minoritárias	495.867	758.047	496.010	758.590
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	169.067	283.000	169.067	283.000
Participações Minoritárias	143	543	-	-
Lucro Líquido do Exercício	665.077	1.041.590	665.077	1.041.590
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações – R\$	-	-	4,10	6,43

Balanco patrimonial dos exercicios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005

<i>(Em R\$ Mil)</i>	Consolidado			Controladora		
	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2003	2004 Reclassificado	2005	2003	2004 Reclassificado	2005
Ativo						
Circulante						
Disponibilidades	440.481	896.223	1.344.135	366.390	828.786	300.510
Consumidores e Revendedores	1.058.610	1.211.086	1.343.779	1.029.834	1.159.417	-
Recomposição Tarifária e Parcela "A"	278.864	327.268	271.800	278.864	327.268	-
Concessionários – Transporte de Energia	28.669	27.876	303.157	28.669	27.876	-
Tributos Compensáveis	107.829	119.328	359.711	100.733	93.078	215.819
Despesas Antecipadas – CVA	315.234	492.533	539.321	315.234	492.533	-
Revendedores – Transações com Energia Livre	39.037	45.560	225.771	39.037	45.560	-
Créditos Tributários	113.856	148.905	107.078	113.523	148.538	42.839
Dividendos a Receber	-	-	-	30.122	7.360	1.316.980
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	-	-	69.031	-	-	-
Reajuste Tarifário Diferido	-	-	321.445	-	-	-
Estoques	22.230	19.253	26.082	14.698	14.027	19
Outros	153.084	163.526	286.528	151.426	160.969	60.127
Total do Circulante	2.557.894	3.451.558	5.197.838	2.468.530	3.305.412	1.936.294
Não Circulante						
Realizável a Longo Prazo						
Contas a Receber do Governo do Estado	891.063	1.096.706	1.518.672	891.063	1.096.706	1.518.672
Recomposição Tarifária e Parcela "A"	1.265.310	1.032.601	1.001.305	1.265.310	1.032.601	-
Despesas Antecipadas – CVA	305.485	88.108	46.549	305.485	88.108	-
Créditos Tributários	269.183	171.724	410.337	269.183	154.822	233.332
Revendedores – Transações com Energia Livre	567.062	588.281	96.029	567.062	588.281	-
Tributos Compensáveis	115.933	142.368	219.362	105.093	129.005	135
Depósitos Vinculados a Litígios	81.493	88.197	104.977	81.391	88.141	86.980
Consumidores e Revendedores	90.614	78.022	64.190	90.614	78.022	-
Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	-	361.082	374.622	-	361.082	-
Reajuste Tarifário Diferido	-	437.759	853.994	-	437.759	-
Outros	76.554	49.482	14.337	75.954	56.218	11.845
Total do Realizável a Longo Prazo	3.662.697	4.134.330	4.704.374	3.634.235	4.110.745	1.850.964
Investimentos	788.296	916.194	977.023	1.410.765	1.689.294	6.154.930
Imobilizado	7.984.367	8.247.882	8.898.368	7.337.929	7.523.550	7.448
Diferido	31.637	63.650	61.982	627	499	-
Total do Não Circulante	8.804.300	13.362.056	14.641.747	8.749.321	13.324.088	8.013.342
Ativo Total	15.024.891	16.813.614	19.839.585	14.852.086	16.629.500	9.949.636
	15.024.891			14.852.086		

(Em Mil R\$)	Consolidado			Controladora		
	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2003	2004 Reclassificado	2005	2003	2004 Reclassificado	2005
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	610.960	676.164	764.841	587.796	636.852	20.202
Encargos Regulatórios	82.824	98.889	209.770	82.740	98.805	-
Participações nos Lucros	51.314	63.472	76.959	51.289	63.431	5.208
Impostos, Taxas e Contribuições	321.473	496.906	666.697	309.955	467.675	38.080
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	311.212	652.331	2.064.251	309.783	652.328	2.064.251
Empréstimos e Financiamentos	1.569.978	898.190	458.833	1.547.358	874.478	8.713
Debêntures	17.358	519.101	526.098	17.358	519.101	-
Salários e Contribuições Sociais	199.110	173.859	174.459	198.004	172.463	9.130
Despesa Antecipada - CVA	-	29.025	208.195	-	29.025	-
Obrigações Pós-Emprego	185.226	199.738	161.003	185.226	199.738	10.160
Outras Obrigações	167.361	207.417	408.576	165.683	204.696	19.935
Total do Circulante	3.516.816	4.015.092	5.719.682	3.455.192	3.918.592	2.175.679
Não Circulante						
Fornecedores	324.556	245.873	337.069	324.556	245.873	-
Despesa Antecipada - CVA	-	2.322	31.508	-	2.322	-
Empréstimos e Financiamentos	1.358.678	1.990.940	3.249.418	1.277.674	1.937.762	73.587
Debêntures	912.735	809.578	701.184	912.735	809.578	-
Impostos, Taxas e Contribuições	440.143	572.829	799.067	440.143	563.324	85.426
Provisões para Contingências	320.898	427.839	378.974	320.898	427.839	372.280
Obrigações Pós-Emprego	1.496.027	1.353.543	1.284.677	1.496.027	1.353.543	57.777
Outras Obrigações	69.376	123.321	133.652	66.292	119.282	32
Total do não Circulante	4.922.413	5.26.245	6.915.549	4.838.325	5.459.523	589.102
Participações Minoritárias	27.093	20.892	19.499	-	-	-
Patrimônio Líquido						
Capital Social	1.621.538	1.621.538	1.621.538	1.621.538	1.621.538	1.621.538
Reservas de Capital	4.032.222	4.032.222	4.032.222	4.032.222	4.032.222	4.032.222
Reservas de Lucros	877.686	1.570.502	1.503.972	877.686	1.570.502	1.503.972
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	27.123	27.123	27.123	27.123	27.123
Total do Patrimônio Líquido	6.558.569	7.251.385	7.184.855	6.558.569	7.251.385	7.184.855
Passivo Total	15.024.891	16.813.614	19.839.585	14.852.086	16.629.500	9.949.636

Balanco patrimonial do período de seis meses findos em 30 de junho de 2005 e 2006

(Em R\$ Mil)	Consolidado		Controladora	
	Período de seis meses findo em 30 de junho de			
	2005	2006	2005	2006
Ativo				
Circulante				
Disponibilidades	970.968	1.005.560	205.940	182.551
Consumidores e Revendedores	1.293.113	1.596.613	-	-
Recomposição Tarifária e Parcela "A"	293.563	294.177	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	293.428	358.432	-	-
Tributos Compensáveis	258.555	710.298	152.167	254.164
Despesas Antecipadas – CVA	416.752	506.017	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre	404.434	187.530	-	-
Créditos Tributários	130.540	154.680	97.550	63.030
Dividendos a Receber	-	-	207.400	943.143
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	53.889	180.873	-	-
Reajuste Tarifário Diferido	115.551	605.750	-	-
Estoques	29.996	27.792	320	18
Outros	196.118	386.069	94.505	31.271
Total do Circulante	4.456.907	6.013.791	757.882	1.474.177
Não Circulante				
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado	1.120.653	1.619.327	1.120.653	-
Recomposição Tarifária e Parcela "A"	1.040.642	943.643	-	-
Despesas Antecipadas – CVA	106.740	56.411	-	-
Créditos Tributários	230.255	450.631	153.456	241.176
Participação fundo Direitos Creditórios	-	-	-	655.180
Revendedores – Transações com Energia Livre	260.440	43.427	-	-
Tributos Compensáveis	143.390	237.986	-	137
Depósitos Vinculados a Litígios	90.442	128.611	88.084	115.759
Consumidores e Revendedores	71.107	57.274	-	-
Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	341.107	233.129	-	-
Reajuste Tarifário Diferido	1.059.226	488.508	-	-
Créditos com Pessoas Ligadas	-	-	116.719	-
Outros	34.583	19.149	5.280	13.331
Total do Realizável a Longo Prazo	4.498.585	4.278.096	1.484.192	1.025.583
Investimentos	989.592	989.541	6.768.781	6.663.224
Imobilizado	8.345.180	9.141.222	8.539	7.002
Diferido	17.368	58.119	-	-
Total do Não Circulante	9.352.140	14.466.978	6.777.320	7.695.809
Ativo Total	18.307.632	20.480.769	9.019.394	9.169.986

(Em R\$ Mil)	Consolidado		Controladora	
	Período de seis meses findo em 30 de junho de			
	2005	2006	2005	2006
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	723.189	748.464	1.481	10.605
Encargos Regulatórios	102.854	312.209	-	-
Participações nos Lucros	45.050	42.741	5.623	3.916
Impostos, Taxas e Contribuições	483.023	1.236.000	135.348	20.007
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	587.166	784.355	260.278	784.355
Empréstimos e Financiamentos	475.159	558.391	1.085	1.069
Debêntures	493.421	581.676	-	-
Salários e Contribuições Sociais	158.424	286.336	8.562	9.227
Despesa Antecipada - CVA	-	327.999	-	-
Obrigações Pós-Emprego	120.502	123.614	5.929	6.082
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	3.288	-
Outras Obrigações	285.232	420.210	19.426	33.786
Total do Circulante	3.474.020	5.421.995	441.020	869.047
Não Circulante				
Fornecedores	240.409	303.259	-	-
Despesa Antecipada - CVA	73.627	49.303	-	-
Empréstimos e Financiamentos	2.720.016	4.006.452	73.587	73.587
Debêntures	824.541	705.561	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	1.031.510	549.049	6.325	92.681
Provisões para Contingências	422.742	405.279	422.193	394.077
Obrigações Pós-Emprego	1.390.066	1.278.382	66.265	59.698
Outras Obrigações	101.074	60.963	30	30
Total do não Circulante	6.803.985	7.358.248	568.400	620.073
Participações Minoritárias	19.653	19.660	-	-
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.621.538	1.621.538	1.621.538	1.621.538
Reservas de Capital	4.059.345	4.032.222	4.059.345	4.032.222
Reservas de Lucros	2.329.091	1.999.983	2.329.091	1.999.983
Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	27.123	-	27.123
Total do Patrimônio Líquido	8.009.974	7.680.866	8.009.974	7.680.866
Passivo Total	18.307.632	20.480.769	9.019.394	9.169.986

Outras Informações

Descrições	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2005	2006	2003	2004	2005
	Receita operacional – R\$ milhões	5.813	6.069	7.968	9.748
Receita operacional líquida - R\$ milhões	4.085	4.371	5.623	6.985	8.236
Margem operacional - %	34,02	20,47	21,81	24,08	23,00
EBITDA OU LAJIDA - R\$ milhões	1.685	1.198	1.797	2.266	2.488
Lucro líquido (Prejuízo) - R\$ milhões	1.042	665	1.198	1.385	2.003
Lucro líquido (Prejuízo) por lote de 1000 ações (Controladora)	6,43	4,10	7,39	8,54	12,35
Patrimônio líquido - R\$ milhões	8.010	7.681	6.559	7.251	7.185
Valor patrimonial por lote de mil ações (Controladora)	49,42	47,37	40,47	44,74	44,33
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	14,95	9,48	22,34	23,60	38,66
Endividamento do patrimônio líquido - %	128,32	166,39	128,67	131,58	175,86
Liquidez Corrente	1,28	1,11	0,73	0,86	0,91
Liquidez Geral	0,87	0,81	0,74	0,80	0,78

CAPITALIZAÇÃO DA EMISSORA

A tabela abaixo apresenta o endividamento de curto e de longo prazo, bem como o patrimônio líquido e as participações minoritárias da Emissora no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, conforme apresentado em suas demonstrações financeiras. As informações descritas abaixo foram extraídas das demonstrações financeiras auditadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 e para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, produzidas de acordo com os Princípios Contábeis Brasileiros. O investidor deve ler esta tabela em conjunto com as seções “Informações Financeiras Seleccionadas”, “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora” e as demonstrações financeiras da Emissora, constantes deste Prospecto.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	Período de seis meses findo em 30 de junho
	2005	2006
<i>(Em R\$ milhões)</i>		
Dívida de Curto Prazo		
Moeda Nacional	165	120
Moeda Estrangeira	44	36
Dívidas de Longo Prazo		
Moeda Nacional	1.449	1.486
Moeda Estrangeira	477	426
Total:	2.135	2.068
Dívida com Pessoas Ligadas	7	10
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	0	0
Patrimônio Líquido:		
Capital Social Realizado	2.262	2.262
Reservas de Capital	0	0
Reservas de Reavaliação	0	0
Reservas de Lucro	50	50
Lucros/(Prejuízos) Acumulados	0	278
Total:	2.312	2.590
Capitalização Total:	4.454	4.668

CAPITALIZAÇÃO DA CEMIG

A tabela abaixo apresenta o endividamento de curto e de longo prazo, bem como o patrimônio líquido e as participações minoritárias da CEMIG nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004 e 2005, e durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2005 e 2006, conforme apresentado em suas demonstrações financeiras. As informações descritas abaixo foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas para o exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004 e 2005, e revisada para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2005 e 2006, produzidas de acordo com os Princípios Contábeis Brasileiros. O investidor deve ler esta tabela em conjunto com as seções “Informações Financeiras Seleccionadas”, “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da CEMIG” e as demonstrações financeiras da CEMIG, constantes deste Prospecto.

<i>(Em R\$ Milhões)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2004	2005
Dívida de Curto Prazo		
Moeda Nacional	1.075	916
BNDES	102	122
Debêntures	519	526
Outros	454	268
Moeda Estrangeira	343	69
Dívidas de Longo Prazo		
Moeda Nacional	2.023	3.221
BNDES	288	171
Debêntures	810	701
Outros	925	2.349
Moeda Estrangeira	777	729
Total:	4.218	4.935
Dívida com Pessoas Ligadas	0	0
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	2	1
Patrimônio Líquido:		
Capital Social Realizado	1.622	1.622
Reservas de Capital	4.059	4.059
Reservas de Lucro	1.570	1.504
Total:	7.253	7.186
Capitalização Total:	11.471	12.121

<i>(Em R\$ Milhões)</i>	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
	2005	2006
Dívida de Curto Prazo		
Moeda Nacional	134	346
BNDES	109	133
Debêntures	578	582
Outros	20	20
Moeda Estrangeira	127	59
Dívidas de Longo Prazo		
Moeda Nacional	1.656	3.246
BNDES	234	101
Debêntures	825	706
Outros	40	17
Moeda Estrangeira	790	642
Total:	4.513	5.852
Dívida com Pessoas Ligadas	0	0
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	20	20
Patrimônio Líquido:		
Capital Social Realizado	1.622	1.622
Reservas de Capital	4.032	4.032
Reservas de Lucro	2.329	2.000
Recursos destinados a aumento de capital	27	27
Total:	8.010	7.681
Capitalização Total:	12.543	13.553

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS DA CEMIG

Tendo em vista que a Emissora foi constituída em 08 de setembro de 2004 e somente iniciou suas atividades operacionais em 1º de janeiro de 2005, somente é possível apresentar a análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da Emissora, com relação ao período findo em 30 de junho de 2005 e 30 de junho de 2006.

A análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da CEMIG referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003 e aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2005 e 2006, e respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto. As demonstrações financeiras e informações financeiras constantes deste Prospecto foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Na análise e discussão abaixo, as referências a aumentos ou diminuições em todos os períodos são feitas por comparação com o período anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de outra forma. Este Prospecto contém estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas. O resultado efetivamente obtido por nós poderá diferir substancialmente daquele discutido em tais estimativas e declarações futuras por diversas razões, incluindo, mas não se limitando, a fatores indicados na Seção “Fatores de Risco”.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS NOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003, 2004 E 2005.

As informações financeiras selecionadas apresentadas a seguir para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, representam as informações financeiras da CEMIG Consolidada e estão expressas em R\$ milhões. Vide Seção “Informações Financeiras e de Mercado” deste Prospecto.

(em R\$ Milhões, exceto %)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de					Variação %		
	2003	AV%	2004	AV%	2005	Dez/2004 x Dez/2003	Dez/2005 x Dez/2004	
						AV%		
Receita operacional bruta	7.968	100,0%	9.748	100,0%	11.703	100,0%	22,34	20,1
Fornecimento a consumidores finais	7.178	90,1%	8.565	87,9%	8.919	76,2%	19,3%	4,1%
Suprimento a Outras Concessionárias e Transações com energia na CCEE/MAE	57	0,7%	37	0,4%	237	2,0%	-35,1%	540,5%
Reajuste Tarifário Diferido	-		359	3,7%	591	5,0%	-	64,6%
Receita de Uso da Rede	257	3,2%	245	2,5%	1.523	13,0%	-4,7%	521,6%
Outras receitas operacionais	476	6,0%	542	5,6%	433	3,7%	13,9%	-20,1%
Deduções à receita operacional	(2.344)	(29,4%)	(2.763)	(28,3%)	(3.467)	(29,6%)	17,9%	25,5%
Quota para reserva global de reversão - RGR	(156)	(2,0%)	(204)	(2,1%)	(103)	(0,9%)	30,8%	-49,5%
ICMS faturado	(1.522)	(19,1%)	(1.783)	(18,3%)	(2.204)	(18,8%)	17,1%	23,6%
Pasep e Cofins	(398)	(5,0%)	(481)	(4,9%)	(980)	(8,4%)	20,9%	103,7%
Outros	(268)	(3,4%)	(295)	(3,0%)	(180)	(1,5%)	10,1%	-39,0%
Receita operacional líquida	5.624	70,6%	6.985	71,7%	8.236	70,4%	24,2%	17,9%
Despesa operacional	(4.397)	(55,2%)	(5.302)	(54,4%)	(6.342)	(54,2%)	20,6%	19,6%
Pessoal	(740)	(9,3%)	(809)	(8,3%)	(846)	(7,2%)	9,3%	4,6%
Obrigações Pós-emprego	(74)	(0,9%)	(107)	(1,1%)	(153)	(1,3%)	44,6%	43,0%
Materiais	(88)	(1,1%)	(100)	(1,0%)	(96)	(0,8%)	13,6%	-4,0%
Serviços de Terceiros	(321)	(4,0%)	(334)	(3,4%)	(423)	(3,6%)	4,0%	26,6%
Provisões Operacionais	(105)	(1,3%)	(159)	(1,6%)	(127)	(1,1%)	51,4%	-20,1%
Gás Comprado para Revenda	(246)	(3,1%)	(260)	(2,7%)	(156)	(1,3%)	5,7%	-40,0%
Participações dos Empregados	(93)	(1,2%)	(110)	(1,1%)	(260)	(2,2%)	18,3%	136,4%
Reversão (Provisão) para Perdas na Recuperação da RTE	118	1,5%	(104)	(1,1%)	(309)	(2,6%)	-188,1%	197,1%
Depreciação e Amortização	(570)	(7,2%)	(584)	(6,0%)	(595)	(5,1%)	2,5%	1,9%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.393)	(17,5%)	(1.373)	(14,1%)	(1.455)	(12,4%)	-1,4%	6,0%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(14)	(0,2%)	(108)	(1,1%)	(145)	(1,2%)	671,4%	34,3%
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	(282)	(3,5%)	(292)	(3,0%)	(416)	(3,6%)	3,5%	42,5%
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(310)	(3,9%)	(538)	(5,5%)	(641)	(5,5%)	73,5%	19,1%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(118)	(1,5%)	(238)	(2,4%)	(296)	(2,5%)	101,7%	24,4%
Outras Despesas	(161)	(2,0%)	(186)	(1,9%)	(424)	(3,6%)	15,5%	128,0%
Resultado Operacional	1.227	15,4%	1.683	17,3%	1.894	16,2%	37,2%	12,5%
Deprec. e Amortiz. (reversão)	570	7,2%	584	6,0%	595	5,1%	2,5%	1,9%
EBITDA (1)	1.797	22,6%	2.267	23,3%	2.489	21,3%	26,2%	9,8%
Resultado Financeiro	335	4,2%	(281)	(2,9%)	(3)	(0,0%)	-183,9%	-98,9%
Renda de aplicações financeiras	78	1,0%	137	1,4%	197	1,7%	75,6%	43,8%
Receitas de multas	56	0,7%	63	0,6%	81	0,7%	12,5%	28,6%
V.monetária de ativos regulatórios	494	6,2%	534	5,5%	788	6,7%	8,1%	47,6%
Outras receitas financeiras	486	6,1%	342	3,5%	640	5,5%	-29,6%	87,1%
Encargos de dívidas	(417)	(5,2%)	(416)	(4,3%)	(593)	(5,1%)	-0,2%	42,5%
(-) Transferências para o imobilizado em curso	67	0,8%	42	0,4%	28	0,2%	-37,3%	-33,3%
Juros sobre o capital próprio	(250)	(3,1%)	(510)	(5,2%)	(635)	(5,4%)	104,0%	24,5%
Outras despesas financeiras	(179)	(2,2%)	(473)	(4,9%)	(509)	(4,3%)	164,2%	7,6%
Resultado operacional	1.562	19,6%	1.402	14,4%	1.891	16,2%	-10,2%	34,9%
Resultado não operacional	(61)	(0,8%)	74	0,8%	(52)	(0,4%)	-221,3%	-170,3%
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social	1.501	18,8%	1.476	15,1%	1.839	15,7%	-1,7%	24,6%
I.Renda e Contribuição Social	(554)	(7,0%)	(603)	(6,2%)	(471)	(4,0%)	8,8%	-21,9%
Reversão dos Juros sobre capital próprio	250	3,1%	510	5,2%	635	5,4%	104,0%	24,5%
Participações minoritárias	1	0,0%	2	0,0%	1	0,0%	100,0%	-50,0%
Lucro (prejuízo) do exercício	1.198	15,0%	1.385	14,2%	2.004	17,1%	15,6%	44,7%

(1) EBITDA = Lucro Antes de Amortização, Depreciação, Despesas/Receitas Financeiras e Impostos.

O EBITDA apresentado não considera ajustes de movimentação de capital de giro.

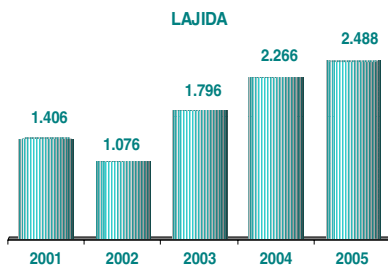
Obs.: as colunas podem, eventualmente, não totalizar valores exatos devido aos efeitos de arredondamento.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO SOCIAL DO ANO DE 2005 E 2004

Lucro Líquido (Prejuízo)

A CEMIG e suas controladas (a “CEMIG Consolidada”) apresentaram, no exercício de 2005, um lucro líquido de R\$2.003 milhões, em comparação ao lucro de R\$1.385 milhões no exercício de 2004.

O resultado foi favorecido principalmente pelo aumento na receita com fornecimento bruto de energia elétrica, de R\$8.602 em 2004 para R\$9.156 milhões em 2005, e pela receita extraordinária referente ao Reajuste Tarifário Diferido, no montante de R\$591 milhões.



O LAJIDA apresentou um crescimento de 9,8% na comparação de 2005 com 2004. Este crescimento deve-se basicamente a receita referente ao reajuste tarifário diferido, descrita anteriormente, e ao crescimento da receita líquida.

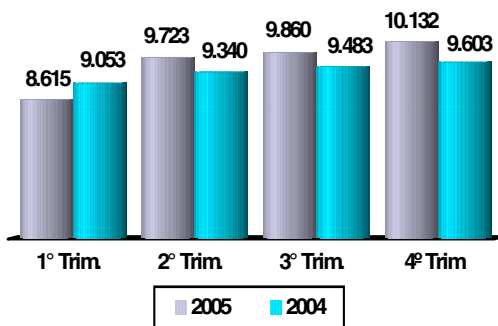
No período de 2001 a 2005, cresceu 77,0% em comparação a uma inflação medida pelo IPCA, de 39,9%.

LAJIDA: Lucro antes dos juros, impostos (sobre depreciações e amortizações, o lucro),

Receita com Fornecimento de Energia Elétrica para consumidores finais

A receita bruta de fornecimento a consumidores finais aumento 4,1%, de R\$8.919 milhões em 2005 contra R\$8.565 milhões em 2004.

GWh faturados - consumidores finais



O crescimento da receita com fornecimento bruto de energia elétrica para consumidores finais decorre basicamente dos seguintes fatores:

- reajustes tarifários para os consumidores cujos preços são regulados, de 14,0% a partir de 8 de abril de 2004, efeito integral no exercício de 2005, e 23,9% a partir de 8 de abril de 2005.
- aumento de 2,3% no volume de energia vendida, cujos comentários sobre as variações em cada uma das classes de consumo estão descritos no item “fornecimento de energia elétrica”.

Apesar dos reajustes tarifários acima citados, o aumento da tarifa média de fornecimento, incluindo o ICMS, foi de apenas 1,6%, R\$229,14 em 2005 contra R\$225,71 em 2004. Isso se deve ao fato de que, a partir de janeiro de 2005, parcela representativa dos grandes consumidores industriais passaram a condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores através da CEMIG GT.

Desta forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres passaram a ser cobrados separadamente, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede” no montante de R\$1.201 milhões em 2005. Em 2004, os valores da TUSD compunham a receita total com fornecimento de energia elétrica. Para efeito de comparação entre os exercícios de 2005 e 2004, se adicionarmos a receita de TUSD à receita com fornecimento de energia elétrica para consumidores finais em 2005, verifica-se um crescimento na receita de 18,0%.

Receita com Suprimento e venda na CCEE/MAE

Em função da venda de sobras de energia da Emissora na CCEE em 2005, ocorreu um crescimento de 540,5% na receita com suprimento de energia elétrica, R\$237 milhões em 2005 comparados a R\$37 milhões em 2004.

Receita com Reajuste Tarifário Diferido

Em abril de 2005 foi divulgado, de forma retroativa a abril de 2003, o resultado da revisão tarifária periódica da CEMIG Consolidada, implicando um direito de recomposição nas tarifas de 44,4%. O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003 foi de 31,5%. Para compensar a CEMIG pela receita a menor faturada de abril de 2003 a abril de 2005, a ANEEL incluirá nos reajustes tarifários previstos para ocorrerem de 2005 até 2007 um percentual adicional.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a CEMIG tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores de 2003 a 2005 foi reconhecida como um ativo regulatório em contrapartida ao resultado do exercício, no montante de R\$591 milhões.

O valor registrado em 2004 foi decorrente do primeiro resultado provisório da revisão tarifária da CEMIG Consolidada, divulgado pela ANEEL, que indicou um reajuste de 37,9% nas tarifas. Em função desta divulgação, a CEMIG Consolidada reconheceu no resultado de 2004 uma receita de R\$359 milhões, utilizando o mesmo critério mencionado nos parágrafos anteriores.

Receita de Uso da Rede

A Receita de uso da rede apresentou um crescimento de 521,6%, no montante de R\$1.278 milhões, de R\$245 milhões em 2004 para R\$1.523 milhões em 2005. Este aumento decorre basicamente da receita de TUSD da Emissora, no montante de R\$1.201 milhões, advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida pela CEMIG GT. Conforme mencionado anteriormente, até 2004 o valor da TUSD era incluído na tarifa de fornecimento de energia elétrica.

Compõe ainda o saldo desta rubrica a receita em função da utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da CEMIG pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro. Esta receita aumentou de R\$243 milhões em 2004 para R\$313 milhões em 2005.

Outras Receitas operacionais

As outras receitas operacionais foram de R\$433 milhões em 2005 em comparação a R\$542 milhões em 2004, uma redução de 20,1%. Esta redução decorre basicamente da menor receita com venda de gás, R\$265 milhões em 2005 em comparação a R\$408 milhões em 2004. A redução na receita com fornecimento de gás decorre da venda de 40,0% da participação na Gasmig para a Gaspetro no final do exercício de 2004.

Deduções à Receita Operacional

As deduções à receita operacional (RGR, ICMS, Pasep e Cofins e outros) em 2005 foram no valor de R\$3.467 milhões contra R\$2.763 milhões em 2004, registrando um aumento de 25,5%, em função, principalmente, do aumento da receita operacional.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais da CEMIG Consolidada aumentaram 19,6% em 2005, R\$6.342 milhões em 2005 contra R\$5.302 milhões em 2004. Este resultado decorre principalmente de um aumento nas despesas com CCC, encargos de uso da rede básica de transmissão, serviços de terceiros, outras despesas operacionais e provisão para perdas na recuperação da RTE.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

O aumento de 4,6% na despesa com pessoal deve-se basicamente ao reajuste de 7,0% nos salários dos empregados da CEMIG Consolidada em novembro de 2004 (efeito integral em 2005) e 7,6% em novembro de 2005. O número de empregados da CEMIG Consolidada apresentou um decréscimo de 3,7% no ano, de 10.271 em 2005 contra 10.668 em 2004.

Participação dos Empregados

A CEMIG, a CEMIG GT e a Emissora utilizam como critério geral para pagamento da participação dos empregados um percentual de 3,0% do resultado operacional definido pela ANEEL na prestação anual de contas.

Adicionalmente, nos dissídios coletivos em novembro de 2005 e 2004 foram acordados com os sindicatos os pagamentos de parcelas extraordinárias de R\$184 milhões e R\$48 milhões, respectivamente.

Serviços de Terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$423 milhões em 2005, comparados a R\$334 milhões em 2004, representando uma variação de 26,6%. Esse resultado deve-se basicamente ao reajuste inflacionário dos contratos de prestação de serviços, destacando-se como maiores despesas aquelas relacionadas à manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, agentes arrecadadores de contas de energia, comunicação, leitura e entrega de contas.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.455 milhões em 2005 comparados a R\$1.373 milhões em 2004, representando um aumento de 6,0%. Este é um custo não controlável e os valores registrados como despesa são correspondentes a receita auferida para a sua compensação. Parcela representativa da energia adquirida para revenda é advinda da usina de Itaipu, complementada pelos contratos iniciais, compra através dos leilões de energia e outros contratos bilaterais.

Encargos de Uso da Rede Básica

Os encargos de uso da rede básica referem-se à despesa relativa à utilização do sistema interligado da rede básica de transmissão de energia elétrica, sob coordenação do ONS. Este é um custo não controlável e os valores registrados como despesa são correspondentes a receita auferida para a sua compensação.

Depreciação e Amortização

A despesa com depreciação e amortização não apresentou variação relevante no exercício sob análise. A variação de 1,9% em 2005 comparado a 2004 deve-se, principalmente, a entrada em operação de novos trechos de linhas e redes de distribuição e ativos de geração.

Obrigações Pós-Emprego

Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, da CEMIG GT e da Emissora, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A mudança em 31 de dezembro de 2004 da taxa de desconto das obrigações futuras, de 8,0% para 6,0%, implicou em um aumento no valor presente das obrigações atuariais em 2005.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A despesa com CCC foi de R\$416 milhões em 2005 comparados a R\$292 milhões em 2004, representando um aumento de 42,5%. Esta despesa refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável e os valores registrados como despesa são correspondentes a receita auferida para a sua compensação.

Provisão (Reversão) para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária

Com base em premissas da CEMIG, foi constituída, em 2005, uma provisão para possíveis perdas na recuperação dos valores RTE, no montante de R\$309 milhões. Esta provisão considera a estimativa de perdas da CEMIG no recebimento pela CEMIG GT dos créditos de energia livre de outras distribuidoras, no valor de R\$195 milhões, e também a RTE a ser recebida pela Emissora, que implicou também em uma provisão de R\$114 milhões.

Gás Comprado para Revenda

A compra de gás para revenda foi de R\$156 milhões em 2005 comparados a R\$260 milhões em 2004, representando uma redução de 40,0%. Esta despesa refere-se à compra de gás pela Gasmig, sendo que esta variação decorre da venda de 40,0% da participação na Gasmig para a Gaspetro no final do exercício de 2004, implicando na consolidação parcial da despesa da Gasmig, no limite da participação da CEMIG no seu capital (56,0%).

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida através de fontes alternativas. Este é um custo não controlável e os valores registrados como despesa são correspondentes a receita auferida para a sua compensação.

Outras Despesas

As outras despesas operacionais foram de R\$424 milhões em 2005, comparados a R\$186 milhões em 2004, representando um aumento de 128,0%. Esta rubrica é composta basicamente de combustível para produção de energia, arrendamentos e aluguéis, compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, subvenções e doações, consumo próprio de energia, taxa de fiscalização, propaganda e publicidade, eficiência energética e Pesquisa e Desenvolvimento.

O crescimento expressivo dessa rubrica em 2005 decorre substancialmente dos maiores gastos com eficiência energética, R\$ 211 milhões em 2005 contra R\$20 milhões em 2004.

Conforme regulação do setor elétrico, as empresas de distribuição e geração de energia elétrica devem investir o percentual de 1,0% da sua receita líquida em programas de eficiência energética e P&D. Alguns programas de eficiência energética e P&D relacionados à receita de períodos anteriores ainda não foram concluídos pelos agentes do setor elétrico, existindo ainda gastos a serem realizados. Este atraso decorre do tempo utilizado na elaboração dos projetos e aprovação pela ANEEL.

Em atendimento a instrução da ANEEL, a CEMIG reconheceu como despesa no resultado do exercício de 2005 os gastos a serem realizados e para os quais já recebeu a tarifa correspondente em exercícios anteriores, o que justificou a expressiva variação na despesa na comparação entre os dois exercícios em análise.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da CEMIG consolidado foi uma despesa de R\$3 milhões em 2005 em comparação a despesa de R\$281 milhões em 2004. Esta diferença entre os períodos comparados deve-se basicamente aos efeitos financeiros advindos da assinatura do quarto aditivo ao Contrato CRC.

Os principais fatores com impacto no resultado financeiro estão relacionados a seguir:

Renda de Aplicações Financeiras

Ocorreu um aumento de 43,8% na renda de aplicação financeira, R\$197 milhões em 2005 comparados a R\$137 milhões em 2004, em função do maior volume de recursos aplicados.

Receita de Multas

Refere-se a acréscimo moratório em conta de energia elétrica cobrados dos consumidores em atraso à taxa de 2,0% ao mês, calculada *pro rata die*. Esta receita foi de R\$81 milhões em 2005, comparados a R\$63 milhões em 2004, representando um aumento de 28,6%.

Variação monetária de ativos regulatórios

Crescimento de 47,6% na receita com variação monetária de ativos regulatórios em função do maior saldo de ativos regulatórios a serem recebidos dos consumidores, destacando-se a complementação do ativo relacionado ao reajuste tarifário diferido, conforme mencionado anteriormente.

Outras Receitas (Despesas) Financeiras

- Receita com atualização monetária e juros incidentes sobre as contas a receber do Estado de Minas Gerais, líquida da provisão para perda, no montante de R\$500 milhões em 2005, comparados a R\$255 milhões em 2004, representando um aumento de 96,1%. Este aumento deve-se basicamente aos efeitos da assinatura do quarto aditivo contratual com Governo do Estado em 2005.
- Aumento dos encargos com empréstimos e financiamentos no país de R\$565 milhões em 2005 contra R\$374 milhões em 2004.
- Redução da variação monetária com empréstimos e financiamentos, de R\$16 milhões em 2005 contra R\$124 milhões em 2004. Esta redução deve-se aos critérios de rolagem da dívida da CEMIG e à queda da variação do IGPM (12,4% em 2004 para 1,2% em 2005).
- Ganhos líquidos com variações cambiais em 2005, no montante de R\$146 milhões em comparação a ganhos líquidos de R\$86 milhões em 2004, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Em 2005, o real apresentou uma valorização de 11,8% frente ao dólar norte-americano em comparação a uma valorização de 8,7% no mesmo período de 2004.

Juros sobre Capital Próprio

Pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$635 milhões, comparados a R\$510 milhões em 2004

Resultado Não Operacional

A despesa não operacional líquida de R\$53 milhões em 2005 comparada a R\$74 milhões de receita não operacional líquida em 2004 decorre substancialmente do ganho de R\$102 milhões, registrado no ano anterior, referente à alienação de 40,0% na participação da GASMIG.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG Consolidada apurou, no exercício de 2005, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$471 milhões em relação ao lucro de R\$1.838 milhões antes dos efeitos fiscais. No exercício de 2004, a CEMIG Consolidada apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$603 milhões em relação ao lucro de R\$1.476, antes dos efeitos fiscais. Esta redução na despesa com impostos em 2005 decorre basicamente da não ocorrência de efeitos fiscais advindos da reversão da provisão da CRC.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO CONSOLIDADO DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 2004 E 2003

Lucro Líquido

A CEMIG Consolidada apresentou, no exercício de 2004, um lucro líquido de R\$1.385 milhões, em comparação ao lucro de R\$1.198 milhões no exercício de 2003.

O resultado foi favorecido principalmente pelo aumento na receita com fornecimento bruto de energia elétrica no montante de R\$1.367 milhões e pela receita extraordinária referente ao Reajuste Tarifário Diferido.

O LAJIDA apresentou um crescimento expressivo de 26,2% na comparação de 2004 com 2003. No período de 2000 a 2004, cresceu 94,2% em comparação a uma inflação medida pelo IPCA, de 42,5%. Este resultado pode ser considerado muito positivo, tendo em vista o Programa de Racionamento de Energia Elétrica que ocorreu em 2001 e que provocou uma redução na receita das Distribuidoras de energia elétrica.

Receita com Fornecimento de Energia Elétrica para consumidores finais

A receita bruta de fornecimento a consumidores finais foi de R\$8.919 milhões em 2005 comparada a R\$8.565 milhões em 2004, um aumento de 4,1%.

O crescimento da receita com fornecimento bruto de energia elétrica decorre basicamente dos seguintes fatores:

- reajustes nas tarifas de 31,5% a partir de 8 de abril de 2003 (efeito integral no exercício de 2004) e 14,0% a partir de 8 de abril de 2004;
- aumento de 4,4% no volume de energia vendida. Destaca-se o crescimento de 6,2% e 3,9% no consumo das classes industrial e comercial, respectivamente. Em contrapartida, ocorreu um decréscimo de 0,04% no consumo da classe residencial.

Receita com Suprimento e venda na CCEE/MAE

A receita com suprimento e transações na CCEE nos exercícios de 2004 e 2003 não foi significativa, representando uma receita de R\$37 milhões em 2004 contra R\$57 milhões em 2003, uma redução de 35,1%.

Receita com Reajuste Tarifário Diferido

Em função da diferença apurada entre o reposicionamento tarifário a que a CEMIG Consolidada teria direito em 8 de abril de 2003, no percentual de 37,9%, e o reajuste efetivamente aplicado, de 31,5%, foi apurado um ativo regulatório, em contrapartida à receita operacional, no montante de R\$359 milhões. Os valores reconhecidos como receitas serão recebidos através de um percentual a ser aplicado nos reajustes tarifários a serem aplicados de 2005 a 2007.

Receita de Uso da Rede

A Receita de uso da rede não apresentou uma variação significativa na comparação entre os períodos, sendo de R\$245 milhões em 2005 em comparação a R\$257 milhões em 2004, uma redução de 4,7%. Refere-se à receita em função da utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da CEMIG Consolidada pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro.

Outras Receitas operacionais

As outras receitas operacionais foram de R\$542 milhões em 2004 em comparação a R\$476 milhões em 2003, um aumento de 13,9%. Este aumento decorre principalmente da maior receita com venda de gás, R\$408 milhões em 2004 em comparação a R\$367 milhões em 2004.

Deduções à Receita Operacional

As deduções à receita operacional (RGR, ICMS, Pasep e Cofins e outros) em 2004 foram no valor de R\$2.763 milhões contra R\$2.344 milhões em 2003, registrando um aumento de 17,9%, em função, substancialmente, do aumento da receita operacional.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais da CEMIG Consolidada aumentaram 20,6% em 2004, R\$5.302 milhões em 2004 e R\$4.397 milhões em 2003. Este resultado decorre principalmente de um aumento nas despesas com Encargos de uso da rede básica de transmissão, Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, CDE, Pessoal e Provisão para perdas na recuperação da RTE.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

Aumento na despesa com pessoal em função dos seguintes fatores: (i) reajuste de 16,2% nos salários dos empregados da CEMIG Consolidada em novembro de 2003 (efeito integral em 2004) e 7,0% em novembro de 2004; (ii) Plano de Cargos e Remuneração – PCR implementado em 2004; e, (iii) valores provisionados em função do Programa de Desligamento Incentivado – PDI implementado pela CEMIG em 2004 e 2003.

Participação dos Empregados

A CEMIG, a CEMIG GT e a Emissora utilizam como critério geral para pagamento da participação dos empregados um percentual de 3,0% do resultado operacional definido pela ANEEL na prestação anual de contas.

Adicionalmente, nos dissídios coletivos em novembro de 2004 e 2003 foram acordados com os sindicatos os pagamentos de parcelas extraordinárias de R\$48 milhões e R\$41 milhões respectivamente.

Serviços de Terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$334 milhões em 2004, comparados a R\$321 milhões em 2003, representando uma variação de 4,0%. Esse resultado deve-se basicamente ao reajuste inflacionário dos contratos de prestação de serviços, destacando-se como maiores despesas aquelas relacionadas à manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, agentes arrecadadores de contas de energia, comunicação, leitura e entrega de contas.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.373 milhões em 2004 comparados a R\$1.393 milhões em 2003, representando uma redução de 1,4%. Este é um custo não controlável e os valores registrados como despesa são correspondentes a receita auferida para a sua compensação. Parcela representativa da energia adquirida para revenda é advinda da usina de Itaipu, complementada pelos contratos iniciais, compra através dos leilões de energia e outros contratos bilaterais.

Encargos de Uso da Rede Básica

Os encargos de uso da rede básica referem-se à despesa relativa à utilização do sistema interligado da rede básica de transmissão de energia elétrica, sob coordenação do ONS. Este é um custo não controlável e os valores registrados como despesa são correspondentes a receita auferida para a sua compensação.

Depreciação e Amortização

A despesa com depreciação e amortização não apresentou variação relevante no exercício sob análise. A variação de 2,5% em 2004 comparado a 2003 deve-se, principalmente, a entrada em operação de novos trechos de linhas e redes de distribuição e ativos de geração.

Obrigações Pós-Emprego

Crescimento nas despesas com benefícios pós-emprego em função do aumento nas obrigações atuariais da CEMIG Consolidada em 2004. As despesas com benefícios pós-emprego representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG Consolidada, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A despesa com CCC foi de R\$292 milhões em 2004 comparados a R\$282 milhões em 2003, representando um aumento de 3,5%. Esta despesa refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável e os valores registrados como despesa são correspondentes a receita auferida para a sua compensação.

Provisão (Reversão) para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária

Com base em premissas da CEMIG, foi constituída, em 2004, uma provisão adicional para possíveis perdas na recuperação dos valores da RTE, no montante de R\$104 milhões. Esta provisão considera a estimativa de perdas da CEMIG no recebimento da RTE no prazo máximo estipulado pela ANEEL de 74 meses.

Gás Comprado para Revenda

A compra de gás para revenda foi de R\$260 milhões em 2004 comparados a R\$246 milhões em 2003, representando um aumento de 5,7%. Esta despesa refere-se à compra de gás pela Gasmig, subsidiária da CEMIG .

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida através de fontes alternativas. Este é um custo não controlável e os valores registrados como despesa são correspondentes a receita auferida para a sua compensação.

Outras Despesas

As outras despesas operacionais foram de R\$186 milhões em 2004, comparados a R\$161 milhões em 2003, representando um aumento de 15,5%. Esta rubrica é composta basicamente de combustível para produção de energia, arrendamentos e aluguéis, compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, subvenções e doações, consumo próprio de energia, taxa de fiscalização, propaganda e publicidade, eficiência energética e Pesquisa e Desenvolvimento.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da CEMIG Consolidada foi uma despesa de R\$281 milhões em 2004 em comparação a uma receita líquida de R\$335 milhões em 2003.

Os principais fatores com impacto no resultado financeiro estão relacionados a seguir:

Renda de Aplicações Financeiras

Aumento de 75,6% na renda de aplicação financeira, R\$137 milhões em 2004 comparados a R\$78 milhões em 2003, em função do maior volume de recursos aplicados.

Receita de Multas

Refere-se a acréscimo moratório em conta de energia elétrica cobrados dos consumidores em atraso à taxa de 2,0% ao mês, calculada *pro rata die*. Esta receita foi de R\$63 milhões em 2004, comparados a R\$56 milhões em 2003, representando um aumento de 12,5%.

Variação monetária de ativos regulatórios

Crescimento de 8,1% na receita com variação monetária de ativos regulatórios em função do maior saldo de ativos regulatórios a serem recebidos dos consumidores, destacando-se o novo ativo regulatório advindo do reajuste tarifário diferido, conforme mencionado anteriormente.

Outras Receitas (Despesas) Financeiras

- Receita líquida com variações cambiais de R\$86 milhões em 2004 comparada a uma receita de R\$336 milhões em 2003, advinda principalmente dos efeitos sobre os empréstimos e financiamentos da CEMIG Consolidada indexados em moeda estrangeira. No exercício de 2004 o Real apresentou uma valorização de 8,7% frente ao Dólar norte-americano em comparação a uma valorização de 18,2% no exercício de 2003.
- Aumento da receita com juros e variação monetária referentes aos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais decorrente, substancialmente, do aumento do IGP-DI, indexador do contrato da CRC, 12,1% em 2004 comparado a 7,7% em 2003.

Juros sobre Capital Próprio

Pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$510 milhões em 2004, comparados a R\$250 milhões em 2003.

Resultado Não Operacional

A receita não operacional líquida de R\$74 milhões em 2004 comparada a R\$61 milhões de despesa não operacional líquida em 2003 decorre substancialmente do ganho de R\$102 milhões referente à alienação de 40,0% na participação da GASMIG, conforme mencionado no Capítulo de “investimentos”.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG Consolidada apurou, no exercício de 2004, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$603 milhões em relação ao lucro de R\$1.476 milhões antes dos efeitos fiscais. No exercício de 2003, a CEMIG Consolidada apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$554 milhões em relação ao lucro de R\$1.501, antes dos efeitos fiscais.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS NOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2006

As informações financeiras selecionadas apresentadas a seguir para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2005 e 2006, representam as informações financeiras da CEMIG Consolidada e estão expressas em R\$ milhões. Vide Seção “Informações Financeiras e de Mercado” deste Prospecto.

	Período de seis meses findo				Variação %
	em 30 de junho de				
(em R\$ Milhões, exceto %)	2005	AV (%)	2006	AV (%)	jun/2006 X jun/2005
Receita operacional bruta	5.813	100,0%	6.069	100,0%	4,4%
Fornecimento a consumidores finais	4.155	71,5%	4.586	75,6%	10,4%
Suprimento a outras concessionárias e transações com energia na CCEE/MAE	109	1,9%	374	6,2%	243,1%
Reajuste Tarifário Diferido	591	10,2%	-	-	-
Receita de Uso da Rede	749	12,9%	876	14,4%	17,0%
Outras receitas operacionais	209	3,6%	233	3,8%	11,5%
Deduções à receita operacional	(1.728)	(29,7%)	(1.698)	(28,0%)	(1,7%)
Receita operacional líquida	4.085	70,3%	4.371	72,0%	7,0%
Despesa operacional	(2.695)	(46,4%)	(3.476)	(57,3%)	29,0%
Pessoal	440	7,6%	614	10,1%	39,5%
Participações dos empregados	41	0,7%	39	0,6%	(4,9%)
Benefícios Pós-Emprego	77	1,3%	75	1,2%	(2,6%)
Materiais	42	0,7%	38	0,6%	(9,5%)
Serviços de Terceiros	176	3,0%	217	3,6%	23,3%
Gás Comprado para Revenda	76	1,3%	76	1,3%	0,0%
Reversão (Provisão) operacionais	15	0,3%	80	1,3%	433,3%
Provisão para perdas RTE	15	0,3%	47	0,8%	213,3%
Depreciação e Amortização	295	5,1%	303	5,0%	2,7%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	656	11,3%	988	16,3%	50,6%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	79	1,4%	55	0,9%	(30,4%)
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	196	3,4%	222	3,7%	13,3%
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	357	6,1%	422	7,0%	18,2%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	146	2,5%	151	2,5%	3,4%
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	10	0,2%	45	0,7%	350,0%
PROINFA	-	-	15	0,2%	-
Outras Despesas	74	1,3%	89	1,5%	20,3%
Resultado Operacional	1.390	23,9%	895	14,7%	(35,6%)
Deprec. e Amortiz. (reversão)	295	5,1%	303	5,0%	2,7%

	Período de seis meses findo				Variação % jun/2006 X jun/2005
	em 30 de junho de				
	2005	AV (%)	2006	AV (%)	
<i>(em R\$ Milhões, exceto %)</i>					
EBITDA (1)	1.685	29,0%	1.198	19,7%	(28,9%)
Resultado Financeiro	(167)	(2,9%)	(123)	(2,0%)	(26,3%)
Resultado operacional	1.223	21,0%	772	12,7%	(36,9%)
Resultado não operacional	(20)	(0,3%)	(20)	(0,3%)	0,0%
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social	1.203	20,7%	752	12,4%	(37,5%)
I.Renda e Contribuição Social	(445)	(7,7%)	(256)	(4,2%)	(42,5%)
Lucro antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio e Participações Minoritárias	758	13,0%	496	8,2%	(34,6%)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	283	4,9%	169	2,8%	(40,3%)
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	1	0,0%	-		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.042	17,9%	665	11,0%	(36,2%)

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO CONSOLIDADO NOS PERÍODOS DE SEIS MESES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2006.

Lucro do Período

A CEMIG apresentou, no período de janeiro a junho de 2006, um lucro líquido de R\$665 milhões, em comparação ao lucro líquido consolidado de R\$1.042 milhões no período de janeiro a junho de 2005, uma redução de 36,2%.

A redução do lucro líquido em junho de 2006, comparado a junho de 2005, deve-se principalmente aos seguintes fatores:

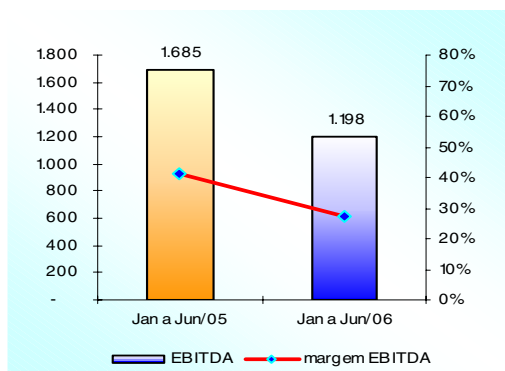
- Reconhecimento da receita com reajuste tarifário diferido no montante de R\$591 milhões no primeiro semestre de 2005.
- Aumento nas despesas operacionais no primeiro semestre de 2006 comparado ao mesmo período de 2005. O aumento deve-se principalmente:
 - a. à transferência para o resultado do montante de R\$93 milhões referente a CVA de encargos de uso da rede de transmissão, conforme descrito no item “Custos e Despesas Operacionais”;
 - b. ao aumento nas despesas com pessoal, principalmente em função da provisão para indenização aos empregados pelos anuênios futuros, adquiridos pela CEMIG no montante aproximado de R\$177 milhões.

Vide maiores comentários no item de custos e despesas operacionais.

Como efeitos positivos no resultado do semestre destacamos a reversão da despesa com RGR, retroativa a 2004, no montante de R\$66 milhões em função da homologação pela ANEEL da referida despesa em um montante inferior ao estimado pela CEMIG .

EBITDA

O EBITDA da CEMIG no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$1.198 milhões comparados a R\$1.685 milhões no mesmo período do ano anterior, uma redução de 28,9%.



A redução do EBITDA deve-se, à receita extraordinária registrada no 1º semestre de 2005 no valor de R\$591 milhões. Se excluirmos o efeito desta receita extraordinária o EBITDA não apresenta variação significativa entre os períodos comparados. A margem do EBITDA foi de 27,4% em junho de 2006 comparada a 41,3% em junho de 2005.

Receita com fornecimento de energia elétrica para consumidores finais

A receita com fornecimento de energia elétrica a consumidores finais foi de R\$4.586 milhões no período de janeiro a junho de 2006 em comparação a R\$4.155 milhões no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 10,4%.

Este resultado decorreu basicamente dos seguintes fatores:

- Reajuste médio nas tarifas de 23,9% a partir de 8 de abril de 2005 (efeito integral no resultado do exercício de 2006);
- Reajuste médio nas tarifas de 6,7% a partir de 8 de abril de 2006; e
- Aumento de 5,4% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio), conforme demonstrado abaixo:

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (GWh)

Consumo por Classe	GWh		
	jun/06	jun/05	Var %
Residencial	3.310	3.294	0,5
Industrial	11.892	11.060	7,5
Comércio, Serviços e Outros	1.948	1.889	3,1
Rural	860	829	3,7
Poder Público	295	277	6,5
Iluminação Pública	523	506	3,4
Serviço Público	500	483	3,5
Total	19.328	18.338	5,4

Ocorreu um ajuste de R\$88 milhões no fornecimento não faturado registrado no 1º trimestre de 2006 em função da reavaliação do cálculo da receita registrada no trimestre mencionado. Foi necessária uma reclassificação nos valores apurados automaticamente através do sistema de informação da CEMIG, sendo providenciados os ajustes no 2º trimestre de 2006. Adicionalmente, foram reavaliados os procedimentos de cálculo do fornecimento não faturado, com a revisão pela auditoria interna dos controles internos respectivos.

Receita com Suprimento e venda na CCEE/MAE

Esta receita foi de R\$374 milhões no período de janeiro a junho de 2006 comparada a R\$109 milhões no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 243,1%. O volume de energia vendida a outras concessionárias foi de 4.988 GWh no período de janeiro a junho de 2006 comparados a 522 GWh no período de janeiro a junho de 2005, correspondentes a R\$324 milhões e R\$50 milhões, respectivamente. Este aumento expressivo decorre basicamente da venda da energia da CEMIG GT para outras distribuidoras em 2006 em decorrência do leilão de energia ocorrido no ano anterior. Em 2005, parcela substancial da venda de energia da CEMIG GT foi para a Emissora e, dessa forma, na apresentação da demonstração de resultado consolidada das empresas, eram eliminadas as operações entre companhias.

Reajuste Tarifário Diferido

Em abril de 2005 foi divulgado, de forma retroativa a abril de 2003, o resultado da revisão tarifária periódica da CEMIG, implicando um direito de recomposição nas tarifas de 44,41%.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003 foi de 31,53%. Para compensar a CEMIG pela receita a menor faturada de abril de 2003 a abril de 2005, a ANEEL está incluindo nos reajustes tarifários de 2004 a 2007 um percentual adicional.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a CEMIG tinha direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores de 2003 a 2005 foi reconhecida como um ativo regulatório em contrapartida ao resultado do exercício de 2005, no montante de R\$591 milhões.

Receita de uso da rede

A Receita de uso da rede apresentou um crescimento de 17,0%, no montante de R\$127 milhões (R\$876 milhões em 2006 em comparação a R\$749 milhões em 2005).

Este crescimento decorre basicamente da maior utilização pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, das instalações componentes da rede básica de transmissão da CEMIG em 2006. Os valores são definidos através de Resolução ANEEL sendo R\$224 milhões em 2006 comparados a R\$158 milhões em 2005.

Compõe ainda o saldo desta rubrica a receita de Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da Emissora, no montante de R\$588 milhões (R\$572 milhões em 2005), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida pela CEMIG GT.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) no período de janeiro a junho de 2006 foram de R\$3.476 milhões comparados a R\$2.695 milhões no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 29,0%. Este resultado decorre principalmente da variação dos custos não controláveis, das provisões operacionais e das despesas com pessoal em decorrência da provisão da indenização dos anuênios futuros dos empregados feita em junho de 2006, no montante de R\$177 milhões.

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados “CVA”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário da Emissora e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subsequentes, sendo registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo como despesas antecipadas.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$614 milhões comparados a R\$440 milhões no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 39,5%. Este resultado decorre principalmente da provisão para indenização dos anuênios futuros dos empregados, conforme comentado anteriormente, compensado parcialmente pela maior transferência de gastos com pessoal para obras em andamento (R\$68 milhões em junho de 2006 comparados a R\$29 milhões em 2005).

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$988 milhões comparados a R\$656 milhões no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 50,6%. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Adicionalmente, deve ser ressaltado que, em 2005, parcela substancial da energia comprada para revenda pela Emissora foi oriunda da CEMIG GT e, desta forma, na apresentação da demonstração de resultado consolidada das empresas, foram eliminadas as operações entre companhias.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização não apresentou variação relevante na comparação entre os períodos, R\$303 milhões de janeiro a junho de 2006 comparados a R\$295 milhões de janeiro a junho de 2005, um aumento de 2,7%.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$75 milhões comparados a R\$77 milhões no período de janeiro a junho de 2005, uma redução de 2,6%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução na despesa decorre do maior crescimento dos ativos em relação as obrigações.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais no período de janeiro a junho de 2006 foram de R\$80 milhões comparados a R\$15 milhões no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 433,3%. As principais provisões registradas em 2006 decorrem de créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$44 milhões, contingências trabalhistas no valor de R\$17 milhões e contingências jurídicas – ações cíveis no valor de R\$11 milhões.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A despesa com CCC no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$222 milhões comparados a R\$196 milhões no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 13,3%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$422 milhões comparados a R\$357 milhões no período de janeiro a junho de 2005, uma variação de 18,2%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Em função de uma nova interpretação da ANEEL com relação aos critérios de constituição da CVA referente aos encargos de uso da rede de transmissão integrantes da rede básica, a CEMIG reverteu, no 1º semestre de 2006, parcela da CVA constituída em 2005, no montante de R\$93 milhões, o que contribuiu para aumentar o valor da despesa no semestre corrente.

Gás Comprado para Revenda

O custo com compra de gás para revenda não apresentou variação entre os períodos comparados, R\$76 milhões no período de janeiro a junho de 2006 comparados a R\$76 milhões no período de janeiro a junho de 2005.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A despesa com CDE no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$151 milhões comparados a R\$146 milhões no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 3,4%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

O PROINFA, instituído pelo Decreto nº 5.025 de 30 de março de 2004, tem como objetivo aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de Produtores Independentes Autônomos, concebidos com base em fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Interligado Nacional.

Os valores são recolhidos pelas concessionárias de transmissão e de distribuição à ELETROBRÁS, administradora da Conta PROINFA, de acordo com cálculos efetuados pela mesma.

A CEMIG registrou no período de janeiro a junho de 2006, uma despesa com PROINFA no montante R\$15 milhões. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

Os gastos com eficiência energética no período de janeiro a junho de 2006 foram de R\$45 milhões comparados a R\$10 milhões no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 341,29%. Este aumento decorre, principalmente, dos novos critérios adotados a partir de 2006 para reconhecimento dessas despesas. A partir deste exercício, a CEMIG provisiona 1,00% de sua receita líquida para aplicação em programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento.

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais no período de janeiro a junho de 2006 foram de R\$89 milhões comparados a R\$74 milhões no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 20,3%.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro de janeiro a junho de 2006 foi uma despesa financeira líquida de R\$123 milhões comparada a uma despesa financeira líquida de R\$167 milhões de janeiro a junho de 2005. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Receita com atualização monetária e juros incidentes sobre as contas a receber do Estado de Minas Gerais, líquidas da provisão para perda, no montante de R\$41 milhões de janeiro a junho de 2006, comparada a R\$216 milhões de janeiro a junho de 2005, uma redução de 81,0%. Com a transferência do saldo da CRC para um Fundo de Direitos Creditórios - FDIC, esta receita não mais terá registros no exercício de 2006, devendo ainda ser considerado que a receita a ser registrada no FIDC será expressivamente inferior em função dos critérios específicos de atualização.
- Crescimento de R\$53 milhões na receita com acréscimo moratório em conta de energia elétrica, R\$84 milhões no período de janeiro a junho de 2006 em comparação a R\$31 milhões no período de janeiro a junho de 2005. Esta variação decorre da receita registrada no segundo trimestre de 2006, no montante de R\$48 milhões, referente a baixa de contas recebidas de grandes consumidores industriais relacionadas a anos anteriores, cujo valor de principal era consideravelmente inferior ao montante acrescido referente aos encargos financeiros.
- Receita com variação monetária e juros incidentes sobre o Reajuste Tarifário Diferido no montante de R\$103 milhões comparado a R\$156 milhões de janeiro a junho de 2005. No exercício anterior a CEMIG registrou uma maior receita em função da divulgação do resultado definitivo da revisão tarifária da CEMIG, o que implicou registro de um ativo regulatório denominado “Reajuste Tarifário Diferido” e na atualização desse ativo de forma retroativa ao ano de 2003, o que gerou a expressiva receita financeira registrada em 2005.
- Aumento de 26,2% dos encargos com empréstimos e financiamentos no país em função dos critérios de rolagem da dívida da CEMIG, com a substituição de vários contratos de dívida em moeda estrangeira para moeda nacional, a partir do segundo semestre de 2005.

- Ganhos líquidos com variações cambiais no período de janeiro a junho de 2006, no montante de R\$77 milhões em comparação a ganhos líquidos de R\$135 milhões no período de janeiro a junho de 2005, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. No período de janeiro a junho de 2006, o real apresentou uma valorização de 7,54% frente ao Dólar em comparação a uma valorização de 11,45% no mesmo período de 2005.
- Perda líquida com instrumentos derivativos utilizados em operações de hedge, no período de janeiro a junho de 2006, no montante de R\$79 milhões comparada a uma perda líquida de R\$100 milhões no período de janeiro a junho de 2005. Esta variação deve-se à valorização do Real frente ao Dólar , mencionado no item anterior.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no período de janeiro a junho de 2006, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$256 milhões em relação ao lucro de R\$751 milhões, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 34,1%. No período de janeiro a junho de 2005, a CEMIG apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$445 milhões em relação ao lucro de R\$1.203 milhões, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 37,0%. Em 2005, havia uma parcela significativa de despesa decorrente da provisão para perdas da CRC a receber do Estado de Minas Gerais que era considerada permanentemente indedutível.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ESTRUTURA PATRIMONIAL

A análise e discussão apresentada a seguir sobre a estrutura patrimonial baseiam-se nas informações financeiras resultantes de nossas Demonstrações Financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e Informações Financeiras objeto de revisão especial para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2005 e 2006.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa. Os valores estão expressos em R\$ mil.

30 de junho de 2006 comparado a 31 de dezembro de 2005

	<i>(Em R\$ Mil)</i>				
Ativo	jun/06	AV (%)	dez/05	AV (%)	AH (%)
Circulante					
Disponibilidades	1.005.560	4,91%	1.344.135	6,78%	-25,19%
Consumidores e Revendedores	1.596.613	7,80%	1.343.779	6,77%	18,82%
Recomposição Tarifária e Parcela "A"	294.177	1,44%	271.800	1,37%	8,23%
Concessionários – Transporte de Energia	358.432	1,75%	303.157	1,53%	18,23%
Tributos Compensáveis	710.298	3,47%	359.711	1,81%	97,46%
Despesas Antecipadas – CVA	506.017	2,47%	539.321	2,72%	-6,18%
Revendedores – Transações com Energia Livre	187.530	0,92%	225.771	1,14%	-16,94%
Créditos Tributários	154.680	0,76%	107.078	0,54%	44,46%
Dividendos a Receber	-				
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	180.873	0,88%	69.031	0,35%	162,02%
Reajuste Tarifário Diferido	605.750	2,96%	321.445	1,62%	88,45%
Estoques	27.792	0,14%	26.082	0,13%	6,56%
Outros	386.069	1,89%	286.528	1,44%	34,74%
Total do Circulante	6.013.791	29,36%	5.197.838	26,20%	15,70%
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Contas a Receber do Governo do Estado	1.619.327	7,91%	1.518.672	7,65%	6,63%
Recomposição Tarifária e Parcela "A"	943.643	4,61%	1.001.305	5,05%	-5,76%
Despesas Antecipadas – CVA	56.411	0,28%	46.549	0,23%	21,19%
Créditos Tributários	450.631	2,20%	410.337	2,07%	9,82%
Revendedores – Transações com Energia Livre	43.427	0,21%	96.029	0,48%	-54,78%
Tributos Compensáveis	237.986	0,21%	219.362	1,11%	8,49%
Depósitos Vinculados a Litígios	128.611	1,16%	104.977	0,53%	22,51%
Consumidores e Revendedores	57.274	0,63%	64.190	0,32%	-10,77%
Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	233.129	0,28%	374.622	1,89%	-37,77%
Reajuste Tarifário Diferido	488.508	1,14%	853.994	4,30%	-42,80%
Outros	19.149	2,39%	14.337	0,07%	33,56%
Total do Realizável a Longo Prazo	4.278.096	0,09%	4.704.374	23,71%	-9,06%
Investimentos	989.541	4,83%	977.023	4,92%	1,28%
Imobilizado	9.141.222	44,63%	8.898.368	44,85%	2,73%
Diferido	58.119	0,28%	61.982	0,31%	-6,23%
Total do Não Circulante	14.466.978	70,64%	14.641.747	73,80%	-1,19%
Ativo Total	20.480.769	100,00%	19.839.585	100,00%	3,23%

Passivo	Jun/06	AV (%)	dez/05	AV (%)	AH (%)
Circulante					
Fornecedores	748.464	3,65%	764.841	3,86%	-2,14%
Encargos Regulatórios	312.209	1,52%	209.770	1,06%	48,83%
Participações nos Lucros	42.741	0,21%	76.959	0,39%	-44,46%
Impostos, Taxas e Contribuições	1.236.000	6,03%	666.697	3,36%	85,39%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	784.355	3,83%	2.064.251	10,40%	-62,00%
Empréstimos e Financiamentos	558.391	2,73%	458.833	2,31%	21,70%
Debêntures	581.676	2,84%	526.098	2,65%	10,56%
Salários e Contribuições Sociais	286.336	1,40%	174.459	0,88%	64,13%
Passivo Regulatório - CVA	327.999	1,60%	208.195	1,05%	57,54%
Obrigações Pós-Emprego	123.614	0,60%	161.003	0,81%	-23,22%
Outras Obrigações	420.210	2,05%	408.576	2,06%	2,85%
Total do Circulante	5.421.995	26,47%	5.719.682	28,83%	-5,20%
Não Circulante					
Fornecedores	303.259	1,48%	337.069	1,70%	-10,03%
Passivo Regulatório - CVA	49.303	0,24%	31.508	0,16%	56,48%
Empréstimos e Financiamentos	4.006.452	19,56%	3.249.418	16,38%	23,30%
Debêntures	705.561	3,44%	701.184	3,53%	0,62%
Impostos, Taxas e Contribuições	549.049	2,68%	799.067	4,03%	-31,29%
Provisões para Contingências	405.279	1,98%	378.974	1,91%	6,94%
Obrigações Pós-Emprego	1.278.382	6,24%	1.284.677	6,48%	-0,49%
Outras Obrigações	60.963	0,30%	133.652	0,67%	-54,39%
Total do não Circulante	7.358.248	35,93%	6.915.549	34,86%	6,40%
Participações Minoritárias	19.660	0,10%	19.499	0,10%	0,83%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	1.621.538	7,92%	1.621.538	8,17%	0,00%
Reservas de Capital	4.032.222	19,69%	4.032.222	20,32%	0,00%
Reservas de Lucros	1.999.983	9,77%	1.503.972	7,58%	32,98%
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	0,13%	27.123	0,14%	0,00%
Total do Patrimônio Líquido	7.680.866	37,50%	7.184.855	36,21%	6,90%
Passivo Total	20.480.769	100,00%	19.839.585	100,00%	3,23%

ATIVO CIRCULANTE

Disponibilidades

Em 30 de junho de 2006 a conta de disponibilidades atingiu R\$1.005.560 mil, uma redução de 25,19% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$1.344.135 mil. Esta variação decorre basicamente do pagamento de dividendos em 30 de junho de 2006.

Consumidores e revendedores

Em 30 de junho de 2006 a conta de Consumidores e Revendedores atingiu R\$1.596.613 mil, um aumento de 18,82% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$1.343.779 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento do faturamento da CEMIG no 1º trimestre de 2006, devendo ser considerado o reajuste tarifário de 6,70% em 8 de abril de 2006.

Recomposição Tarifária e Parcela “A”

Em 30 de junho de 2006 a conta de Recomposição Tarifária e Parcela “A” atingiu R\$294.177 mil, um acréscimo de 8,23% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$271.800 mil. Esta variação decorre da maior expectativa de recebimento de valores de Recomposição Tarifária nas contas de energia nos próximos 12 meses.

Concessionários – Transporte de Energia

Em 30 de junho de 2006 a conta de Concessionários – Transporte de Energia atingiu R\$358.432 mil, um aumento de 18,23% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$303.157 mil. Esta variação decorre basicamente da maior receita com a tarifa pelo uso do sistema de distribuição para a Emissora, com o registro dos valores a receber nesta rubrica, o que justifica a variação no saldo.

Tributos Compensáveis

Em 30 de junho de 2006 a conta de Tributos Compensáveis atingiu R\$710.298 mil, um aumento de 97,46% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$359.711 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento nos valores de Imposto de Renda e Contribuição Social que poderão ser compensados no exercício com os impostos a pagar.

Despesas antecipadas - CVA

Em 30 de junho de 2006 a conta de Despesas Antecipadas - CVA atingiu R\$506.017 mil, uma redução de 6,18% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$539.321 mil. Esta variação decorre da menor expectativa de recebimento de valores da CVA nas contas de energia nos próximos 12 meses em função do menor saldo do ativo.

Revendedores – Transações com Energia Livre

Em 30 de junho de 2006 a conta de Revendedores – Transações com Energia Livre atingiu R\$187.530 mil, uma redução de 16,94% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$225.771 mil. Esta variação decorre da menor expectativa de recebimento de valores de energia livre, através do repasse de outras empresas de Distribuição, nos próximos 12 meses em função do menor saldo do ativo.

Créditos Tributários

Em 30 de junho de 2006 a conta de Créditos Tributários atingiu R\$154.680 mil, um aumento de 44,46% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$107.078 mil. Esta variação decorre da maior expectativa de realização dos créditos tributários da CEMIG nos próximos 12 meses, em conformidade à projeção de lucros tributáveis da CEMIG e da natureza dos créditos.

Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS

Em 30 de junho de 2006 a conta de Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS atingiu R\$180.873 mil, um aumento de 162,02% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$69.031 mil. O saldo desta conta refere-se aos valores pagos a mais pela CEMIG em função da majoração da alíquota dos impostos e que deverão ser ressarcidos pela ANEEL nas contas de energia nos exercícios subsequentes. Este saldo corresponde a expectativa de ressarcimento através das contas de energia dos próximos 12 meses e a variação expressiva decorre da incorporação no reajuste tarifário de 8 de abril de 2006 de um percentual adicional para amortização do ativo.

Reajuste Tarifário Diferido

Em 30 de junho de 2006 a conta de Reajuste Tarifário Diferido atingiu R\$605.750 mil, um aumento de 88,45% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$321.445 mil. O saldo desta conta refere-se a homologação provisória pela ANEEL do reajuste tarifário da Cemig, decorrente da Revisão Tarifária, em um percentual superior ao reajuste efetivamente aplicado às tarifas em 2003. Este saldo corresponde à expectativa de ressarcimento através das contas de energia dos próximos 12 meses.

Estoques

Em 30 de junho de 2006 a conta de Estoques atingiu R\$27.792 mil, um aumento de 6,56% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$26.082 mil. O saldo desta conta representa basicamente os materiais que serão utilizados nas atividades de manutenção do sistema elétrico e a variação no saldo não é considerada relevante pela CEMIG.

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Contas a Receber do Governo do Estado

Em 30 de junho de 2006 o Contas a Receber do Governo do Estado atingiu R\$1.619.327 mil, um aumento de 6,63% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$1.518.672 mil. Esta variação decorre basicamente da atualização financeira do saldo do ativo. Tendo em vista que o contas a receber é garantido por 65,00% dos dividendos devidos ao Estado, a CEMIG faz uma projeção dos dividendos até o ano de 2035 e desconta a uma taxa de 10,00% ao ano para cálculo do valor previsto de realização do ativo.

Recomposição Tarifária e Parcela “A”

Em 30 de junho de 2006 a conta de Recomposição Tarifária e Parcela “A” atingiu R\$943.643 mil, uma redução de 5,76% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$1.001.305 mil. Esta variação decorre da transferência para o curto prazo dos valores de Recomposição Tarifária que estão sendo recebidos nas contas de energia.

Despesas antecipadas - CVA

Em 30 de junho de 2006 a conta de Despesas Antecipadas - CVA atingiu R\$56.411 mil, um aumento de 21,19% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$46.549 mil. Esta variação decorre da transferência para o curto prazo dos valores de CVA que estão sendo recebidos nas contas de energia.

Créditos Tributários

Em 30 de junho de 2006 a conta de Créditos Tributários atingiu R\$450.631 mil, um aumento de 9,82% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$410.337 mil. Esta variação decorre principalmente dos novos créditos tributários referentes a benefícios pós-emprego.

Revendedores – Transações com Energia Livre

Em 30 de junho de 2006 a conta de Revendedores – Transações com Energia Livre atingiu R\$43.427 mil, uma redução de 54,78% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$96.029 mil. Esta variação decorre da transferência para o curto prazo de valores a serem recebidos das distribuidoras nos próximos 12 meses.

Tributos Compensáveis

Em 30 de junho de 2006 a conta de Tributos Compensáveis atingiu R\$237.986 mil, um aumento de 8,49% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$219.362 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento nos valores de ICMS a serem compensados pela CEMIG no longo prazo.

Depósitos Vinculados a Litígios

Em 30 de junho de 2006 a conta de Tributos Compensáveis atingiu R\$128.611 mil, um aumento de 22,51% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$104.977 mil. A variação no saldo decorre basicamente de novos depósitos em juízo referentes a contingências judiciais da CEMIG .

Consumidores e revendedores

Em 30 de junho de 2006 a conta de Consumidores e revendedores atingiu R\$57.274 mil, uma redução de 10,77% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$64.190 mil. Esta variação decorre da quitação por consumidores de dívidas com contas de energia que foram renegociadas.

Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS

Em 30 de junho de 2006 a conta de Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS atingiu R\$233.129 mil, uma redução de 37,77% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$374.622 mil. O saldo desta conta refere-se aos valores pagos a mais pela CEMIG em função da majoração da alíquota dos impostos e que deverão ser ressarcidos pela ANEEL nas contas de energia nos exercícios subsequentes. A variação no saldo decorre da transferência para o curto prazo de valores que deverão ser recebidos nos próximos 12 meses, conforme percentual adicional incluído pela ANEEL no reajuste tarifário da CEMIG .

Reajuste Tarifário Diferido

Em 30 de junho de 2006 a conta de Reajuste Tarifário Diferido atingiu R\$488.508 mil, uma redução de 42,80% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$853.994 mil. A variação no saldo decorre da transferência para o curto prazo de valores que serão recebidos em conta de energia.

PERMANENTE

Investimentos

Em 30 de junho de 2006 a conta de Investimentos atingiu R\$989.541 mil, um aumento de 1,28% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$977.023 mil. Compõem o saldo desta conta basicamente os investimentos em consórcios para produção de energia elétrica. Esta variação no saldo decorre dos novos investimentos realizados pela CEMIG nas usinas em construção através de consórcios com outros empreendedores.

Imobilizado

Em 30 de junho de 2006 a conta de Imobilizado atingiu R\$9.141.222 mil, um aumento de 2,73% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$8.898.368 mil. A variação no saldo decorre dos novos investimentos realizados pela CEMIG nas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Diferido

Em 30 de junho de 2006 a conta de Diferido atingiu R\$58.119 mil, uma redução de 6,23% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$61.982 mil. A variação no saldo não é considerada relevante pela CEMIG.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 30 de junho de 2006 a conta de Fornecedores atingiu R\$748.464 mil, uma redução de 2,14% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$764.841 mil. A variação no saldo decorre principalmente da redução nos valores a pagar referente a contratação de materiais e serviços para os empreendimentos em construção.

Encargos Regulatórios

Em 30 de junho de 2006 a conta de Encargos Regulatórios atingiu R\$312.209 mil, uma redução de 48,83% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$209.770 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o curto prazo da provisão de gastos com Eficiência Energética e pesquisa e desenvolvimento referente projetos ainda não concluídos.

Participações nos Lucros

Em 30 de junho de 2006 a conta de Participações nos Lucros atingiu R\$42.741 mil, uma redução de 44,46% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$76.959 mil. A variação no saldo decorre basicamente do pagamento de parcela da obrigação no 1º trimestre de 2006.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 30 de junho de 2006 a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R\$1.236.000 mil um aumento de 85,39% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$666.697 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento na lucratividade da CEMIG, o que implicou o aumento do pagamento de impostos incidentes sobre o lucro e faturamento, e da transferência para o curto prazo de obrigações relacionadas aos ativos regulatórios.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

Em 30 de junho de 2006 a conta de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos atingiu R\$784.355 mil, uma redução de 62,00% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$2.064.251 mil. A variação no saldo decorre basicamente do pagamento de dividendos extraordinários no valor de R\$897.000 mil em janeiro de 2006 e do pagamento em junho da 1ª parcela dos dividendos ordinários referentes ao exercício de 2005.

Empréstimos e Financiamentos

Em 30 de junho de 2006 a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$558.391 mil, um aumento de 21,70% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$458.833 mil. A variação no saldo decorre basicamente do maior volume de dívidas com vencimento no curto prazo no período atual.

Débêntures

Em 30 de junho de 2006 a conta de Debêntures atingiu R\$581.676 mil, um aumento de 10,56% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$526.098 mil. A variação no saldo refere-se basicamente a nova estimativa de pagamento para os próximos 12 meses.

Salários e Contribuições Sociais

Em 30 de junho de 2006 a conta de Salários e Contribuições Sociais atingiu R\$286.336 mil, um aumento de 64,13% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$174.459 mil. O saldo desta conta é composto basicamente pelas provisões de férias, 13º salário e outros encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento. A variação no saldo decorre dos encargos provisionados incidentes sobre a indenização do anuênio a ser pago pela CEMIG .

Passivo Regulatório - CVA

Em 30 de junho de 2006 a conta de CVA atingiu R\$327.999 mil, um aumento de 57,54% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$208.195 mil. Refere-se aos valores pagos pela CEMIG referente custos não controláveis em montantes inferiores a receita concedida pela ANEEL. Desta forma, a CEMIG deverá devolver os valores recebidos a maior em contas de energia.

Obrigações Pós-Emprego

Em 30 de junho de 2006 a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R\$123.614 mil, uma redução de 23,22% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$161.003 mil. Esta variação decorre da redução dos valores a pagar pela CEMIG no curto prazo referente a amortização das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 30 de junho de 2006 a conta de Fornecedores atingiu R\$303.259, uma redução de 10,03% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$337.069. Compõem o saldo da conta principalmente os valores a serem repassados aos geradores da RTE recebida pela CEMIG em conta de energia e obrigações advindas da compra de energia durante o período do racionamento e que deverão ser pagas no longo prazo conforme acordo com os geradores. A variação do saldo decorre da transferência para o curto prazo dos valores a serem pagos aos geradores nos próximos 12 meses.

Passivo Regulatório - CVA

Em 30 de junho de 2006 a conta de CVA atingiu R\$49.303 mil, um aumento de 56,48% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$31.508 mil. Refere-se aos valores pagos pela CEMIG referentes custos não controláveis em montantes inferiores a receita concedida pela ANEEL. Desta forma, a CEMIG deverá devolver os valores recebidos a maior em contas de energia.

Empréstimos e Financiamentos

Em 30 de junho de 2006 a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$4.006.452 mil, um aumento de 23,30% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$3.249.418 mil. A variação no saldo decorre das novas captações de recursos da CEMIG, principalmente através de um Fundo de Direitos Creditórios, e na atualização financeira do saldo pelos índices de inflação acrescidos dos encargos que são incorporados no saldo da dívida.

Débêntures

Em 30 de junho de 2006 a conta de Debêntures atingiu R\$705.561 mil, um aumento de 0,62% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$701.184 mil. A variação no saldo não foi relevante e decorre basicamente da atualização do saldo devedor menos a transferência para o curto prazo de debêntures cujo prazo de vencimento está previsto para os próximos 12 meses.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 30 de junho de 2006 a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R\$549.049 mil, uma redução de 31,29% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$799.067 mil. Compõem o saldo da conta os impostos incidentes sobre os ativos regulatórios que são pagos a medida que a CEMIG recebe os valores. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o curto prazo de valores previstos para serem pagos nos próximos 12 meses, em conformidade à expectativa de realização dos créditos tributários.

Provisões para Contingências

Em 30 de junho de 2006 a conta de Provisões para Contingências atingiu R\$405.279 mil, um aumento de 6,94% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$378.974 mil. A variação no saldo decorre de novas provisões referentes a ações cíveis e trabalhistas.

Obrigações Pós-Emprego

Em 30 de junho de 2006 a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R\$1.278.382 mil, uma redução de 0,49% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$1.284.677 mil. Esta variação decorre da transferência de valores para o curto prazo em função de uma menor expectativa de liquidação das obrigações nos próximos 12 meses.

Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2006 a conta do Patrimônio Líquido atingiu R\$7.680.866 mil, um aumento de 6,90% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$7.184.855 mil. Esta variação decorre da lucratividade apurada no exercício de 2006 líquida dos valores declarados para pagamento referente juros sobre o capital próprio.

31 de dezembro de 2005 comparado a 31 de dezembro de 2004

<i>(Em R\$ Mil)</i>					
	dez/05	AV (%)	dez/04	AV (%)	AH (%)
Ativo					
Circulante					
Disponibilidades	1.344.135	6,78%	896.223	5,33%	49,98%
Consumidores e Revendedores	1.343.779	6,77%	1.211.086	7,20%	10,96%
Recomposição Tarifária e Parcela "A"	271.800	1,37%	327.268	1,95%	-16,95%
Concessionários – Transporte de Energia	303.157	1,53%	27.876	0,17%	987,52%
Tributos Compensáveis	359.711	1,81%	119.328	0,71%	201,45%
Despesas Antecipadas – CVA	539.321	2,72%	492.533	2,93%	9,50%
Revendedores – Transações com Energia Livre	225.771	1,14%	45.560	0,27%	395,55%
Créditos Tributários	107.078	0,54%	148.905	0,89%	-28,09%
Dividendos a Receber					
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	69.031	0,35%	-	-	-
Reajuste Tarifário Diferido	321.445	1,62%	-	-	-
Estoques	26.082	0,13%	19.253	0,11%	35,47%
Outros	286.528	1,44%	163.526	0,97%	75,22%
Total do Circulante	5.197.838	26,20%	3.451.558	20,53%	50,59%
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Contas a Receber do Governo do Estado	1.518.672	7,65%	1.096.706	6,52%	38,48%
Recomposição Tarifária e Parcela "A"	1.001.305	5,05%	1.032.601	6,14%	-3,03%
Despesas Antecipadas – CVA	46.549	0,23%	88.108	0,52%	-47,17%
Créditos Tributários	410.337	2,07%	171.724	1,02%	138,95%
Revendedores – Transações com Energia Livre	96.029	0,48%	588.281	3,50%	-83,68%
Tributos Compensáveis	219.362	1,11%	142.368	0,85%	54,08%
Depósitos Vinculados a Litígios	104.977	0,53%	88.197	0,52%	19,03%
Consumidores e Revendedores	64.190	0,32%	78.022	0,46%	-17,73%
Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	374.622	1,89%	361.082	2,15%	3,75%
Reajuste Tarifário Diferido	853.994	4,30%	437.759	2,60%	95,08%
Outros	14.337	0,07%	49.482	0,29%	-71,03%
Total do Realizável a Longo Prazo	4.704.374	23,71%	4.134.330	24,59%	13,79%
Investimentos	977.023	4,92%	916.194	5,45%	6,64%
Imobilizado	8.898.368	44,85%	8.247.882	49,05%	7,89%
Diferido	61.982	0,31%	63.650	0,38%	-2,62%
Total do Não Circulante	14.641.747	73,80%	13.362.056	79,47%	9,58%
Ativo Total	19.839.585	100,00%	16.813.614	100,00%	18,00%

<i>(Em R\$ Mil)</i>					
	dez/05	AV (%)	dez/04	AV (%)	AH (%)
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	764.841	3,86%	676.164	4,02%	13,11%
Encargos Regulatórios	209.770	1,06%	98.889	0,59%	112,13%
Participações nos Lucros	76.959	0,39%	63.472	0,38%	21,25%
Impostos, Taxas e Contribuições	666.697	3,36%	496.906	2,96%	34,17%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.064.251	10,40%	652.331	3,88%	216,44%
Empréstimos e Financiamentos	458.833	2,31%	898.190	5,34%	-48,92%
Debêntures	526.098	2,65%	519.101	3,09%	1,35%
Salários e Contribuições Sociais	174.459	0,88%	173.859	1,03%	0,35%
Passivo Regulatório - CVA	208.195	1,05%	29.025	0,17%	617,30%
Obrigações Pós-Emprego	161.003	0,81%	199.738	1,19%	-19,39%
Outras Obrigações	408.576	2,06%	207.417	1,23%	96,98%
Total do Circulante	5.719.682	28,83%	4.015.092	23,88%	42,45%
Não Circulante					
Fornecedores	337.069	1,70%	245.873	1,46%	37,09%
Passivo Regulatório - CVA	31.508	0,16%	2.322	0,01%	1256,93%
Empréstimos e Financiamentos	3.249.418	16,38%	1.990.940	11,84%	63,21%
Debêntures	701.184	3,53%	809.578	4,82%	-13,39%
Impostos, Taxas e Contribuições	799.067	4,03%	572.829	3,41%	39,49%
Provisões para Contingências	378.974	1,91%	427.839	2,54%	-11,42%
Obrigações Pós-Emprego	1.284.677	6,48%	1.353.543	8,05%	-5,09%
Outras Obrigações	133.652	0,67%	123.321	0,73%	8,38%
Total do não Circulante	6.915.549	34,86%	5.526.245	32,87%	25,14%
Participações Minoritárias	19.499	0,10%	20.892	0,12%	-6,67%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	1.621.538	8,17%	1.621.538	9,64%	0,00%
Reservas de Capital	4.032.222	20,32%	4.032.222	23,98%	0,00%
Reservas de Lucros	1.503.972	7,58%	1.570.502	9,34%	-4,24%
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	0,14%	27.123	0,16%	0,00%
Total do Patrimônio Líquido	7.184.855	36,21%	7.251.385	43,13%	-0,92%
Passivo Total	19.839.585	100,00%	16.813.614	100,00%	18,00%

ATIVO CIRCULANTE

Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de disponibilidades atingiu R\$1.344.135 mil, um aumento de 49,98% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$896.223 mil. Esta variação decorre basicamente da maior entrada de recursos através das atividades de financiamento.

Consumidores e revendedores

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Consumidores e Revendedores atingiu R\$1.343.779 mil, um aumento de 10,96% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$1.211.086 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento do faturamento da Companhia, considerando o reajuste de 23,88% na tarifa em 8 de abril de 2005.

Recomposição Tarifária e Parcela “A”

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Recomposição Tarifária e Parcela “A” atingiu R\$271.800 mil, uma redução de 16,95% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$327.268 mil. Esta variação decorre da menor expectativa de recebimento de valores de Recomposição Tarifária nas contas de energia nos próximos 12 meses.

Concessionários – Transporte de Energia

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Concessionários – Transporte de Energia atingiu R\$303.157 mil, um aumento de 987,52% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$27.876 mil. Esta variação decorre basicamente da desverticalização da Companhia e a transferência dos consumidores livres para a CEMIG GT. Dessa forma, esses consumidores livres pagam a tarifa pelo uso do sistema de distribuição para a Emissora, com o registro dos valores a receber nesta rubrica, o que justifica a variação no saldo.

Tributos Compensáveis

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Tributos Compensáveis atingiu R\$359.711 mil, um aumento de 201,45% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$119.328 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento nos valores de Imposto de Renda e Contribuição Social que poderão ser compensados no exercício subsequente com os impostos a pagar.

Despesas antecipadas - CVA

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Despesas Antecipadas - CVA atingiu R\$539.321 mil, um aumento de 9,50% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$492.533 mil. Esta variação decorre da maior expectativa de recebimento de valores da CVA nas contas de energia nos próximos 12 meses.

Revendedores – Transações com Energia Livre

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Revendedores – Transações com Energia Livre atingiu R\$225.771 mil, um aumento de 395,55% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$45.560 mil. Esta variação decorre da maior expectativa de recebimento de valores de energia livre, através do repasse de outras empresas de Distribuição, nos próximos 12 meses. A maior expectativa decorre da desistência, pela CEMIG, de uma ação judicial que questionava os critérios de cálculo do ativo de energia livre, o que teve como consequência a retirada de uma determinação da ANEEL para que as distribuidoras não fizessem o repasse de recursos para a CEMIG .

Créditos Tributários

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Créditos Tributários atingiu R\$107.078 mil, uma redução de 28,09% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$148.905 mil. Esta variação decorre da menor expectativa de realização dos créditos tributários da próximos 12 meses, em conformidade à projeção de lucros tributáveis da CEMIG e da natureza dos créditos.

Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS atingiu R\$69.031 mil, sendo que não havia saldo no exercício anterior. O saldo desta conta refere-se aos valores pagos a mais pela CEMIG em função da majoração da alíquota dos impostos e que deverão ser ressarcidos pela ANEEL nas contas de energia nos exercícios subsequentes. Este saldo corresponde a expectativa de ressarcimento através das contas de energia dos próximos 12 meses.

Reajuste Tarifário Diferido

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Reajuste Tarifário Diferido atingiu R\$321.445 mil, sendo que não havia saldo no exercício anterior. O saldo desta conta refere-se a homologação provisória pela ANEEL do reajuste tarifário da Cemig, decorrente da Revisão Tarifária, em um percentual superior ao reajuste efetivamente aplicado às tarifas em 2003. Este saldo corresponde à expectativa de ressarcimento através das contas de energia dos próximos 12 meses.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Estoques atingiu R\$26.082 mil, um aumento de 35,47% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$19.253 mil. O saldo desta conta representa basicamente os materiais que serão utilizados nas atividades de manutenção do sistema elétrico e a variação no saldo não é considerada relevante pela CEMIG .

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Contas a Receber do Governo do Estado

Em 31 de dezembro de 2005 o Contas a Receber do Governo do Estado atingiu R\$1.518.672 mil, um aumento de 38,48% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$1.096.706 mil. Esta variação decorre da atualização financeira do ativo pelo IGP-DI acrescido de juros de 12,00% ao ano e também da reversão de provisão ocorrida em dezembro de 2005, no montante de R\$223.016, em função da renegociação do saldo devedor com o Governo do Estado de Minas Gerais.

Recomposição Tarifária e Parcela “A”

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Recomposição Tarifária e Parcela “A” atingiu R\$1.001.305 mil, uma redução de 3,03% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$1.032.601 mil. Esta variação decorre da transferência para o curto prazo dos valores de Recomposição Tarifária que estão sendo recebidos nas contas de energia.

Despesas antecipadas - CVA

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Despesas Antecipadas - CVA atingiu R\$46.549 mil, uma redução de 47,17% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$88.108 mil. Esta variação decorre da transferência para o curto prazo dos valores de CVA que estão sendo recebidos nas contas de energia.

Créditos Tributários

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Créditos Tributários atingiu R\$410.337 mil, um aumento de 138,95% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$171.724 mil. Esta variação decorre principalmente dos novos créditos tributários referentes a Provisão para perdas no recebimento dos valores da RTE e prejuízo fiscal apurado pela CEMIG no exercício de 2005.

Revendedores – Transações com Energia Livre

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Revendedores – Transações com Energia Livre atingiu R\$96.029 mil, uma redução de 83,68% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$588.281 mil. Esta variação decorre da transferência de valores para o curto prazo, considerando a maior expectativa de recebimento, e também da provisão para perdas constituída em 2005, no montante de R\$194.715, em função da possibilidade de não recebimento dos créditos.

Tributos Compensáveis

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Tributos Compensáveis atingiu R\$219.362 mil, um aumento de 54,08% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$142.368 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento nos valores de ICMS a serem compensados pela CEMIG no longo prazo.

Depósitos Vinculados a Litígios

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Tributos Compensáveis atingiu R\$104.977 mil, um aumento de 19,03% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$88.197 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento nos valores depositados em juízo referentes a contingências judiciais.

Consumidores e revendedores

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Consumidores e revendedores atingiu R\$64.190 mil, uma redução de 17,73% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$78.022 mil. Esta variação decorre da quitação por consumidores de dívidas com contas de energia que foram renegociadas.

Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS atingiu R\$374.622 mil, um aumento de 3,75% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$361.082 mil. O saldo desta conta refere-se aos valores pagos a mais pela CEMIG em função da majoração da alíquota dos impostos e que deverão ser ressarcidos pela ANEEL nas contas de energia nos exercícios subsequentes.

Reajuste Tarifário Diferido

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Reajuste Tarifário Diferido atingiu R\$853.994 mil, um aumento de 95,08% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$437.759 mil. O saldo desta conta refere-se a homologação pela ANEEL do reajuste tarifário da Cemig, decorrente da Revisão Tarifária, em um percentual superior ao reajuste efetivamente aplicado às tarifas em 2003. O saldo deverá ser ressarcido pela ANEEL através das contas de energia nos exercícios subsequentes. A variação no saldo decorre do percentual homologado pela ANEEL ter sido superior ao que havia sido informado de forma provisória, o que implicou o registro de um ativo adicional.

PERMANENTE

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Investimentos atingiu R\$977.023 mil, um aumento de 6,64% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$916.194 mil. Compõem o saldo desta conta basicamente os investimentos em consórcios para produção de energia elétrica. Esta variação no saldo decorre dos novos investimentos realizados pela CEMIG nas usinas em construção através de consórcios com outros empreendedores.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Imobilizado atingiu R\$8.898.368 mil, um aumento de 7,89% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$8.247.882 mil. A variação no saldo decorre dos novos investimentos realizados pela CEMIG nas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Diferido

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Diferido atingiu R\$61.982 mil, uma redução de 2,62% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$63.650 mil. A variação no saldo não é considerada relevante pela CEMIG .

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Fornecedores atingiu R\$764.841 mil, um aumento de 13,11% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$676.164 mil. A variação no saldo decorre do aumento nos valores a pagar referente a contratação de materiais e serviços para os empreendimentos em construção.

Encargos Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Encargos Regulatórios atingiu R\$209.770 mil, um aumento de 112,13% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$98.889 mil. A variação no saldo decorre basicamente da provisão de gastos com Eficiência Energética e pesquisa e desenvolvimento referente projetos ainda não concluídos, conforme determinação da ANEEL. O valor registrado no curto prazo corresponde a R\$143.287 mil.

Participações nos Lucros

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Participações nos Lucros atingiu R\$76.959 mil, um aumento de 21,25% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$63.472 mil. A variação no saldo decorre basicamente do maior valor a pagar de participação nos lucros aos empregados em função do crescimento na lucratividade da CEMIG no exercício de 2005.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R\$666.697 mil, um aumento de 34,17% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$496.906 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento na lucratividade da CEMIG, o que implicou no aumento do pagamento de impostos incidentes sobre o lucro e faturamento.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos atingiu R\$2.064.251 mil, um aumento de 216,44% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$652.331 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento da lucratividade da CEMIG, que gera um maior pagamento de dividendos, e também do pagamento de dividendos extraordinários no valor de R\$897.000 mil.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Debêntures atingiu R\$526.098 mil, um aumento de 1,35% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$519.101 mil. A variação no saldo não foi relevante.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$458.833 mil, uma redução de 48,92% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$898.190 mil. A variação no saldo decorre basicamente do maior volume de dívidas com vencimento no curto prazo no exercício atual, em conformidade a política da CEMIG de alongar o prazo de vencimento das suas obrigações.

Salários e Contribuições Sociais

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Salários e Contribuições Sociais atingiu R\$174.459 mil, um aumento de 0,35% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$173.859 mil. O saldo desta conta é composto basicamente pelas provisões de férias, 13º salário e outros encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento. A CEMIG não considera a variação no saldo relevante.

Passivo Regulatório - CVA

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de CVA atingiu R\$208.195 mil, um aumento de 617,30% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$29.025 mil. Refere-se aos valores pagos pela Cemig referente custos não controláveis em montantes inferiores a receita concedida pela ANEEL. Desta forma, a CEMIG deverá devolver os valores recebidos a maior em contas de energia.

Obrigações Pós-Emprego

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R\$161.003 mil, uma redução de 19,39% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$199.738 mil. Esta variação decorre da redução dos valores a pagar pela CEMIG no curto prazo referente a amortização das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Fornecedores atingiu R\$337.069 mil, um aumento de 37,09% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$245.873 mil. Compõem o saldo da conta principalmente os valores a serem repassados aos geradores da RTE recebida pela Cemig em conta de energia. O aumento no saldo decorre de valores transferidos para o longo prazo referente obrigações da Cemig advindas da compra de energia durante o período do racionamento e que deverão ser pagas no longo prazo conforme acordo com os geradores.

Passivo Regulatório - CVA

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de CVA atingiu R\$31.508 mil, um aumento de 1.256,93% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$2.322 mil. Refere-se aos valores pagos pela Cemig referente custos não controláveis em montantes inferiores a receita concedida pela ANEEL. Desta forma, a CEMIG deverá devolver os valores recebidos a maior em contas de energia.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$3.249.418 mil, um aumento de 63,21% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$1.990.940 mil. A variação no saldo decorre das novas captações de recursos da CEMIG e na atualização financeira do saldo pelos índices de inflação acrescidos dos encargos que são incorporados no saldo da dívida.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Debêntures atingiu R\$701.184 mil, uma redução de 13,39% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$809.578 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o curto prazo de debêntures cujo prazo de vencimento está previsto para os próximos 12 meses, apesar das novas captações de recurso no exercício de 2005.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R\$799.067 mil, um aumento de 39,49% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$572.829 mil. Compõem o saldo da conta os impostos incidentes sobre os ativos regulatórios que são pagos a medida que a CEMIG recebe os valores. A variação no saldo decorre basicamente do aumento do saldo dos ativos regulatórios com o conseqüente aumento dos impostos a pagar.

Provisões para Contingências

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Provisões para Contingências atingiu R\$378.974 mil, uma redução de 11,42% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$427.839 mil. A variação no saldo decorre basicamente da reversão de provisão referente a Contribuição Social Complementar em função da CEMIG não considerar mais a sua perda na ação como provável.

Obrigações Pós-Emprego

Em 31 de dezembro de 2005 a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R\$1.284.677 mil, uma redução de 5,09% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$1.353.543 mil. Esta variação decorre do menor crescimento das obrigações com suplementação de aposentadorias em relação ao crescimento dos ativos do Fundo de Pensão.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2005 a conta do Patrimônio Líquido atingiu R\$7.184.855 mil, uma redução de 0,92% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R\$7.251.385 mil. Esta variação decorre dos dividendos declarados referentes ao lucro apurado no exercício de 2005, acrescido dos dividendos extraordinários, em valor superior ao lucro apurado no exercício de 2005.

31 de dezembro de 2004 comparado a 31 de dezembro de 2003

(Em R\$ Mil)

Ativo	dez/04	AV (%)	dez/03	AV (%)	AH (%)
Circulante					
Disponibilidades	896.223	5,33%	440.481	2,93%	103,46%
Consumidores e Revendedores	1.211.086	7,20%	1.058.610	7,05%	14,40%
Recomposição Tarifária e Parcela "A"	327.268	1,95%	278.864	1,86%	17,36%
Concessionários – Transporte de Energia	27.876	0,17%	28.669	0,19%	-2,77%
Tributos Compensáveis	119.328	0,71%	107.829	0,72%	10,66%
Despesas Antecipadas – CVA	492.533	2,93%	315.234	2,10%	56,24%
Revendedores – Transações com Energia Livre	45.560	0,27%	39.037	0,26%	16,71%
Créditos Tributários	148.905	0,89%	113.856	0,76%	30,78%
Dividendos a Receber					
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS					
Reajuste Tarifário Diferido					
Estoques	19.253	0,11%	22.230	0,15%	-13,39%
Outros	163.526	0,97%	153.084	1,02%	6,82%
Total do Circulante	3.451.558	20,53%	2.557.894	17,02%	34,94%
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Contas a Receber do Governo do Estado	1.096.706	6,52%	891.063	5,93%	23,08%
Recomposição Tarifária e Parcela "A"	1.032.601	6,14%	1.265.310	8,42%	-18,39%
Despesas Antecipadas – CVA	88.108	0,52%	305.485	2,03%	-71,16%
Créditos Tributários	171.724	1,02%	269.183	1,79%	-36,21%
Revendedores – Transações com Energia Livre	588.281	3,50%	567.062	3,77%	3,74%
Tributos Compensáveis	142.368	0,85%	115.933	0,77%	22,80%
Depósitos Vinculados a Litígios	88.197	0,52%	81.493	0,54%	8,23%
Consumidores e Revendedores	78.022	0,46%	90.614	0,60%	-13,90%
Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	361.082	2,15%			
Reajuste Tarifário Diferido	437.759	2,60%			
Outros	49.482	0,29%	76.554	0,51%	-35,36%
Total do Realizável a Longo Prazo	4.134.330	24,59%	3.662.697	24,38%	12,88%
Investimentos	916.194	5,45%	788.296	5,25%	16,22%
Imobilizado	8.247.882	49,05%	7.984.367	53,14%	3,30%
Diferido	63.650	0,38%	31.637	0,21%	101,19%
Total do Não Circulante	13.362.056	79,47%	8.804.300	58,60%	51,77%
Ativo Total	16.813.614	100,00%	15.024.891	100,00%	11,91%

(Em R\$ Mil)

Passivo	dez/04	AV (%)	dez/03	AV (%)	AH
Circulante					
Fornecedores	676.164	4,02%	610.960	4,07%	10,67%
Encargos Regulatórios	98.889	0,59%	82.824	0,55%	19,40%
Participações nos Lucros	63.472	0,38%	51.314	0,34%	23,69%
Impostos, Taxas e Contribuições	496.906	2,96%	321.473	2,14%	54,57%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	652.331	3,88%	311.212	2,07%	109,61%
Empréstimos e Financiamentos	898.190	5,34%	1.569.978	10,45%	-42,79%
Debêntures	519.101	3,09%	17.358	0,12%	2890,56%
Salários e Contribuições Sociais	173.859	1,03%	199.110	1,33%	-12,68%
Imposto Regulatório - CVA	29.025	0,17%	-	-	-
Obrigações Pós-Emprego	199.738	1,19%	185.226	1,23%	7,83%
Outras Obrigações	207.417	1,23%	167.361	1,11%	23,93%
Total do Circulante	4.015.092	23,88%	3.516.816	23,41%	14,17%
Não Circulante					
Fornecedores	245.873	1,46%	324.556	2,16%	-24,24%
Imposto Regulatório - CVA	2.322	0,01%	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	1.990.940	11,84%	1.358.678	9,04%	46,54%
Debêntures	809.578	4,82%	912.735	6,07%	-11,30%
Impostos, Taxas e Contribuições	572.829	3,41%	440.143	2,93%	30,15%
Provisões para Contingências	427.839	2,54%	320.898	2,14%	33,33%
Obrigações Pós-Emprego	1.353.543	8,05%	1.496.027	9,96%	-9,52%
Outras Obrigações	123.321	0,73%	69.376	0,46%	77,76%
Total do não Circulante	5.526.245	32,87%	4.922.413	32,76%	12,27%
Participações Minoritárias	20.892	0,12%	27.093	0,18%	-22,89%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	1.621.538	9,64%	1.621.538	10,79%	0,00%
Reservas de Capital	4.032.222	23,98%	4.032.222	26,84%	0,00%
Reservas de Lucros	1.570.502	9,34%	877.686	5,84%	78,94%
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	0,16%	27.123	0,18%	0,00%
Total do Patrimônio Líquido	7.251.385	43,13%	6.558.569	43,65%	10,56%
Passivo Total	16.813.614	100,00%	15.024.891	100,00%	11,91%

ATIVO CIRCULANTE

Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de disponibilidades atingiu R\$896.223 mil, um aumento de 103,46% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$440.481 mil. Esta variação decorre basicamente da maior geração de caixa nas operações da CEMIG no exercício de 2004.

Consumidores e revendedores

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Consumidores e Revendedores atingiu R\$1.211.086 mil, um aumento de 14,40% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$1.058.610 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento do faturamento da CEMIG, considerando o reajuste de 14,00% na tarifa, ocorrido em 8 de abril de 2004.

Recomposição Tarifária e Parcela “A”

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Recomposição Tarifária e Parcela “A” atingiu R\$327.268 mil, um aumento de 17,36% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$278.864 mil. Esta variação decorre da maior expectativa de recebimento de valores de Recomposição Tarifária nas contas de energia nos próximos 12 meses.

Concessionários – Transporte de Energia

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Concessionários – Transporte de Energia atingiu R\$27.876 mil, uma redução de 2,77% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$28.669 mil. O saldo desta conta refere-se ao valor a ser recebido de outros concessionários pelo transporte de energia e a variação não foi relevante nos períodos em análise.

Tributos Compensáveis

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Tributos Compensáveis atingiu R\$119.328 mil, um aumento de 10,66% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$107.829 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento nos valores de Imposto de Renda que poderão ser compensados no exercício subsequente com os impostos a pagar.

Despesas antecipadas - CVA

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Despesas Antecipadas - CVA atingiu R\$492.533 mil, um aumento de 56,24% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$315.234 mil. Esta variação decorre da maior expectativa de recebimento de valores da CVA nas contas de energia nos próximos 12 meses.

Revendedores – Transações com Energia Livre

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Revendedores – Transações com Energia Livre atingiu R\$45.560 mil, um aumento de 16,71% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$39.03 mil. Esta variação decorre da maior expectativa de recebimento de valores de energia livre, através do repasse de outras empresas de Distribuição, nos próximos 12 meses.

Créditos Tributários

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Créditos Tributários atingiu R\$148.905 mil, um aumento de 30,78% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$113.856 mil. Esta variação decorre da maior expectativa de realização dos créditos tributários da CEMIG nos próximos 12 meses, em conformidade a projeção de lucros tributáveis da CEMIG.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Estoques atingiu R\$19.253 mil, uma redução de 13,39% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$22.230 mil. O saldo desta conta representa basicamente os materiais que serão utilizados nas atividades de manutenção do sistema elétrico e a variação no saldo não é considerada relevante pela CEMIG.

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Contas a Receber do Governo do Estado

Em 31 de dezembro de 2005 o Contas a Receber do Governo do Estado atingiu R\$1.096.706 mil, um aumento de 23,08% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$891.063. Esta variação decorre da atualização financeira do ativo pelo IGP-DI acrescido de juros de 12,00% ao ano, devendo ainda ser considerada a inadimplência do Estado na quitação das parcelas.

Recomposição Tarifária e Parcela “A”

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Recomposição Tarifária e Parcela “A” atingiu R\$1.032.601 mil, uma redução de 18,39% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$1.265.310 mil. Esta variação decorre da transferência para o curto prazo dos valores de Recomposição Tarifária que estão sendo recebidos nas contas de energia.

Despesas antecipadas - CVA

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Despesas Antecipadas - CVA atingiu R\$88.108 mil, uma redução de 71,16% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$305.485 mil. Esta variação decorre da transferência para o curto prazo dos valores de CVA que estão sendo recebidos nas contas de energia.

Créditos Tributários

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Créditos Tributários atingiu R\$171.724 mil, uma redução de 36,21% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$269.183 mil. Esta variação decorre principalmente da redução do prejuízo fiscal da CEMIG no exercício de 2004.

Revendedores – Transações com Energia Livre

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Revendedores – Transações com Energia Livre atingiu R\$588.281 mil, um aumento de 3,74% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$567.062 mil. Esta variação decorre da atualização do saldo em conformidade a variação da SELIC.

Tributos Compensáveis

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Tributos Compensáveis atingiu R\$142.368 mil, um aumento de 22,80% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$115.933 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento nos valores de ICMS a serem compensados pela CEMIG no longo prazo.

Depósitos Vinculados a Litígios

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Tributos Compensáveis atingiu R\$88.197 mil, um aumento de 8,23% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$81.493 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento nos valores depositados em juízo referentes a contingências judiciais.

Consumidores e revendedores

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Consumidores e revendedores atingiu R\$78.022 mil, uma redução de 13,90% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$90.614 mil. Esta variação decorre da quitação por consumidores de dívidas com contas de energia que foram renegociadas.

Consumidores e revendedores

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Consumidores e revendedores atingiu R\$78.022 mil, uma redução de 13,90% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$90.614 mil. Esta variação decorre da quitação por consumidores de dívidas com contas de energia que foram renegociadas.

Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS atingiu R\$361.082 mil, sendo que não havia saldo no exercício anterior. O saldo desta conta refere-se aos valores pagos a mais pela CEMIG em função da majoração da alíquota dos impostos e que deverão ser ressarcidos pela ANEEL nas contas de energia nos exercícios subsequentes.

Reajuste Tarifário Diferido

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Reajuste Tarifário Diferido atingiu R\$437.759 mil, sendo que não havia saldo no exercício anterior. O saldo desta conta refere-se a homologação provisória pela ANEEL do reajuste tarifário da Cemig, decorrente da Revisão Tarifária, em um percentual superior ao reajuste efetivamente aplicado às tarifas em 2003. O saldo deverá ser ressarcido pela ANEEL através das contas de energia nos exercícios subsequentes.

PERMANENTE

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Investimentos atingiu R\$916.194 mil, um aumento de 16,22% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$788.296 mil. Compõem o saldo desta conta basicamente os investimentos em consórcios para produção de energia elétrica. Esta variação no saldo decorre dos novos investimentos realizados pela Cemig nas usinas em construção através de consórcios com outros empreendedores.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Imobilizado atingiu R\$8.247.882 mil, um aumento de 3,30% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$7.984.367 mil. A variação no saldo decorre dos novos investimentos realizados pela CEMIG nas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Diferido

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Diferido atingiu R\$63.650 mil, um aumento de 101,19% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$31.637 mil. A variação no saldo decorre dos novos investimentos realizados pela CEMIG em projetos que ainda não foram concluídos, ainda não gerando receita para a CEMIG .

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Fornecedores atingiu R\$676.164, um aumento de 10,67% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$610.960. A variação no saldo decorre do aumento nos valores a pagar referente a contratação de materiais e serviços para os empreendimentos em construção.

Encargos Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Encargos Regulatórios atingiu R\$98.889 mil, um aumento de 19,40% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$82.824 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento nos valores a pagar referente a Quota para Consumo de Combustível - CCC.

Participações nos Lucros

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Participações nos Lucros atingiu R\$63.472 mil, um aumento de 23,69% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$51.314 mil. A variação no saldo decorre basicamente do maior valor a pagar de participação nos lucros aos empregados em função do crescimento na lucratividade da CEMIG no exercício de 2004.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R\$496.906 mil, um aumento de 54,57% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$321.473 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento na lucratividade da CEMIG, o que implicou no aumento do pagamento de impostos incidentes sobre o lucro e faturamento.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos atingiu R\$652.331 mil, um aumento de 109,61% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$311.212 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento no pagamento de dividendos no exercício de 2004, passando a corresponder a 50,00% do lucro líquido da CEMIG.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$898.190 mil, uma redução de 42,79% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$1.569.978 mil. A variação no saldo decorre basicamente do maior volume de dívidas com vencimento no curto prazo no exercício anterior que foram quitadas ou renegociadas em 2004.

Débêntures

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Debêntures atingiu R\$519.101 mil, um aumento de 2.890,56% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$17.358 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o curto prazo de debêntures cujo prazo de vencimento está previsto para os próximos 12 meses.

Salários e Contribuições Sociais

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Salários e Contribuições Sociais atingiu R\$173.859 mil, uma redução de 12,68% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$199.110 mil. O saldo desta conta é composto basicamente pelas provisões de férias, 13º salário e outros encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento. A CEMIG não considera a variação no saldo relevante.

Passivo Regulatório - CVA

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de CVA atingiu R\$29.025 mil, sendo que não havia saldo no exercício anterior. Refere-se aos valores pagos pela Cemig referente custos não controláveis em montantes inferiores a receita concedida pela ANEEL. Desta forma, a CEMIG deverá devolver os valores recebidos a maior em contas de energia.

Obrigações Pós-Emprego

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R\$199.738 mil, um aumento de 7,83% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$185.226 mil. Esta variação decorre do aumento dos valores a pagar pela CEMIG no curto prazo referente a amortização das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Fornecedores atingiu R\$245.873 mil, uma redução de 24,24% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$324.556 mil. Compõem o saldo da conta basicamente os valores a serem repassados aos geradores de RTE recebida pela Cemig em conta de energia. A Redução no saldo decorre da transferência para o curto prazo das obrigações que vencerão no curto prazo, em conformidade ao recebimento dos valores.

Passivo Regulatório - CVA

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de CVA atingiu R\$2.322 mil, sendo que não havia saldo no exercício anterior. Refere-se aos valores pagos pela Cemig referente custos não controláveis em montantes inferiores a receita concedida pela ANEEL. Desta forma, a CEMIG deverá devolver os valores recebidos a maior em contas de energia.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$1.990.940 mil, um aumento de 46,54% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$1.358.678 mil. A variação no saldo decorre das novas captações de recursos da CEMIG e na atualização financeira do saldo pelos índices de inflação acrescidos dos encargos que são incorporados no saldo da dívida.

Débêntures

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Debêntures atingiu R\$809.578 mil, uma redução de 11,30% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$912.735 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o curto prazo de debêntures cujo prazo de vencimento está previsto para os próximos 12 meses, apesar das novas captações de recurso no exercício de 2004.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R\$572.829 mil, um aumento de 30,15% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$440.143 mil. Compõem o saldo da conta os impostos incidentes sobre os ativos regulatórios que são pagos a medida que a CEMIG recebe os valores. A variação no saldo decorre basicamente do aumento do saldo dos ativos regulatórios com o conseqüente aumento dos impostos a pagar.

Provisões para Contingências

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Provisões para Contingências atingiu R\$427.839 mil, um aumento de 33,33% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$320.898 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento nos valores provisionados referente a contingências cíveis e trabalhistas nas quais a Cemig é ré.

Obrigações Pós-Emprego

Em 31 de dezembro de 2004 a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R\$1.353.543 mil, uma redução de 9,52% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$1.496.027 mil. Esta variação decorre do menor crescimento das obrigações com suplementação de aposentadorias em relação ao crescimento dos ativos do Fundo de Pensão.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2004 a conta do Patrimônio Líquido atingiu R\$7.251.385 mil, um aumento de 10,56% em comparação com 31 de dezembro de 2003, que atingiu R\$6.558.569 mil. Esta variação decorre da parcela do lucro referente ao exercício de 2004 que foi retida pela CEMIG para aplicação em novos investimentos.

EVENTOS RECENTES

A CEMIG GT emitiu em 26 de julho de 2006, notas promissórias (commercial papers) no valor total de R\$900 milhões, garantidas por aval da CEMIG. Para mais informações vide Seção “Títulos e Valores Mobiliários Emitidos – Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela CEMIG GT”.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS DA EMISSORA

Tendo em vista que a Emissora foi constituída em 08 de setembro de 2004 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de janeiro de 2005, somente é possível apresentar a análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da Emissora, com relação aos períodos findos em 30 de junho de 2005 e 30 de junho de 2006.

A análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais devem ser lidas em conjunto com as informações trimestrais objeto de revisão especial da Emissora referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2005 e 2006, e respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto. As demonstrações financeiras e informações financeiras constantes deste Prospecto foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Na análise e discussão abaixo, as referências a aumentos ou diminuições em todos os períodos são feitas por comparação com o período anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de outra forma. Este Prospecto contém estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas. O resultado efetivamente obtido por nós poderá diferir substancialmente daquele discutido em tais estimativas e declarações futuras por diversas razões, incluindo, mas não se limitando, a fatores indicados na Seção “Fatores de Risco”.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS NOS PERÍODOS DE SEIS MESES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2006.

As informações financeiras selecionadas apresentadas a seguir para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2005 e 2006, representam as informações financeiras da Emissora e estão expressas em R\$ milhões. Vide Seção “Informações Financeiras e de Mercado” deste Prospecto.

<i>(em R\$ Milhões, exceto %)</i>	Período de seis meses findo em 30 de junho de				Variação
	2005	AV (%)	2006	AV (%)	jun/2006 x jun/2005
Receita operacional bruta	4.621	100,0%	4.462	100,0%	(3,4%)
Fornecimento de energia elétrica	3.428	74,2%	3.849	86,3%	12,3%
Reajuste Tarifário Diferido	591	12,8%	-	-	-
Receita de Uso da Rede	572	12,4%	588	13,2%	2,8%
Outras receitas operacionais	30	0,6%	25	0,6%	(16,7%)
Deduções à receita operacional	(1.431)	(31,0%)	(1.399)	(31,4%)	(2,2%)
Receita operacional líquida	3.190	69,0%	3.063	68,6%	(4,0%)
Despesa operacional	(2.355)	(51,0%)	(2.699)	(60,5%)	14,6%
Pessoal	308	6,7%	435	9,7%	41,2%
Participações dos empregados	30	0,6%	28	0,6%	(6,7%)
Benefícios Pós-Emprego	56	1,2%	54	1,2%	(3,6%)
Materiais	34	0,7%	29	0,6%	(14,7%)
Serviços de Terceiros	129	2,8%	156	3,5%	20,9%
Reversão (Provisão) operacionais	47	1,0%	58	1,3%	23,4%
Provisão para perdas RTE	-	-	6	0,1%	-
Depreciação e Amortização	180	3,9%	185	4,1%	2,8%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	871	18,8%	1.020	22,9%	17,1%
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	181	3,9%	191	4,3%	5,5%
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	304	6,6%	310	6,9%	2,0%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	138	3,0%	131	2,9%	(5,1%)
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	7	0,2%	36	0,8%	414,3%
PROINFA	-	-	13	0,3%	-
Outras Despesas	70	1,5%	47	1,1%	(32,9%)
Resultado Operacional	835	18,1%	364	8,2%	(56,4%)
Deprec. e Amortiz. (reversão)	180	3,9%	185	4,1%	2,8%
LAJIDA (1)	1.015	22,0%	548	12,3%	(46,0%)
Resultado Financeiro	80	1,7%	76	1,7%	(5,0%)
Resultado operacional	915	19,8%	440	9,9%	(51,9%)
Resultado não operacional	(14)	(0,3%)	(15)	(0,3%)	7,1%
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social	901	19,5%	425	9,5%	(52,8%)
I.Renda e Contribuição Social	(308)	(6,7%)	(147)	(3,3%)	(52,3%)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	107	2,3%	66	1,5%	(38,3%)
Lucro (prejuízo) do exercício	700	15,1%	344	7,7%	(50,9%)

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO NOS PERÍODOS DE SEIS MESES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2006.

Lucro do Período

A Emissora apresentou, no período de janeiro a junho de 2006, um lucro líquido de R\$344 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$700 milhões no período de janeiro a junho de 2005, uma redução de 50,9%. Essa redução deve-se:

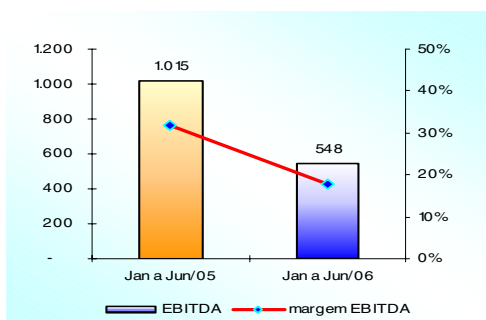
- Reconhecimento da receita com reajuste tarifário diferido no montante de R\$591 milhões no primeiro semestre de 2005.
- Aumento de 14,6% nas despesas operacionais no primeiro semestre de 2006 comparado ao mesmo período de 2005. Esta variação deve-se principalmente:
 - i. à transferência para o resultado do montante de R\$93 milhões referente a CVA de encargos de uso da rede de transmissão, conforme descrito no item “Custos e Despesas Operacionais”;
 - ii. ao aumento nas despesas com pessoal, em função da provisão para indenização aos empregados pelos anuênios futuros, adquiridos pela CEMIG no montante aproximado de R\$127 milhões.

Vide maiores comentários no item de custos e despesas operacionais.

Como efeito positivo no resultado do semestre destacamos a reversão da despesa com RGR, retroativa a 2004, no montante de R\$28 milhões em função da homologação pela ANEEL da referida despesa em um montante inferior ao estimado pela Companhia.

EBITDA

O EBITDA da Emissora no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$548 milhões comparados a R\$1.015 milhões no mesmo período do ano anterior, uma redução de 46,0%.



A redução do EBITDA deve-se, principalmente, a receita extraordinária registrada no 1º semestre de 2005 no valor de R\$591 milhões. Sem considerarmos a receita extraordinária, verifica-se um EBITDA em 2006 de 4,1% superior ao de 2005. A margem do EBITDA em 2006 foi de 17,9% em comparação a 31,8% de janeiro a junho de 2005.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.849 milhões no período de janeiro a junho de 2006 em comparação a R\$3.428 milhões no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 12,3%.

Os principais impactos na receita de 2006 decorreram dos seguintes fatores:

- Reajuste médio nas tarifas de 23,9% a partir de 8 de abril de 2005 (efeito integral no resultado do exercício de 2006);
- Reajuste médio nas tarifas de 6,7% a partir de 8 de abril de 2006; e,
- Redução de 3,5% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio) em função da migração de consumidores livres para a Cemig Geração e Transmissão.

A quantidade de energia elétrica faturada a consumidores finais decresceu 3,5%; 9.827 GWh no período de janeiro a junho de 2006 comparados a 10.186 GWh no mesmo período de 2005. Dentre as principais classes de consumo, a comercial e a residencial apresentaram aumentos de 3,1% e 0,5%, respectivamente enquanto que a classe industrial apresentou redução de 17,8% em função basicamente da migração dos consumidores industriais livres para a CEMIG GT.

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh)

Consumo por Classe	GWh		
	jun/05	jun/06	Var %
Residencial	3.293	3.310	0,5
Industrial	2.908	2.391	(17,8)
Comércio, Serviços e Outros	1.889	1.948	3,1
Rural	829	860	3,7
Poder Público	277	295	6,5
Iluminação Pública	506	523	3,4
Serviço Público	484	500	3,3
Total	10.186	9.827	(3,5)

Ocorreu um ajuste de R\$88 milhões no fornecimento não faturado registrado no 1º trimestre de 2006 em função da reavaliação do cálculo da receita registrada no trimestre mencionado. Foi necessária uma reclassificação nos valores apurados automaticamente através do sistema de informação da Companhia, sendo providenciados os ajustes no 2º trimestre de 2006. Adicionalmente, foram reavaliados os procedimentos de cálculo do fornecimento não faturado, com a revisão pela auditoria interna dos controles internos respectivos.

Reajuste Tarifário Diferido

Em abril de 2005 foi divulgado, de forma retroativa a abril de 2003, o resultado da revisão tarifária periódica da CEMIG, implicando em um direito de recomposição nas tarifas de 44,4%.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003 foi de 31,5%. Para compensar a CEMIG pela receita a menor faturada de abril de 2003 a abril de 2005, a ANEEL está incluindo nos reajustes tarifários de 2004 a 2007 um percentual adicional.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Emissora tinha direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores de 2003 a 2005 foi reconhecida como um ativo regulatório em contrapartida ao resultado do exercício de 2005, no montante de R\$591 milhões.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se à Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica - TUSD advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida por geradoras na área de concessão da Companhia, principalmente pela Cemig Geração e Transmissão, e apresentou um crescimento de 2,8%, no montante de R\$16 milhões (R\$588 milhões no período de janeiro a junho de 2006 em comparação a R\$572 milhões no período de janeiro a junho de 2005) em função do reajuste na tarifa e do maior número de consumidores livres.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) no período de janeiro a junho de 2006 foram de R\$2.699 milhões comparados a R\$2.355 milhões no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 14,6%. Este resultado decorre principalmente do aumento de 17,1% na energia comprada para revenda correspondente a R\$149 milhões e da variação das despesas com pessoal em decorrência da provisão da indenização dos anuênios futuros dos empregados feita em junho de 2006, no montante de R\$127 milhões.

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados “CVA”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subseqüentes, sendo registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo como despesas antecipadas.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$435 milhões comparados a R\$308 milhões no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 41,2%. Este resultado decorre principalmente da provisão para indenização dos anuênios futuros dos empregados, conforme comentado anteriormente, compensado parcialmente pela maior transferência de gastos com pessoal para obras em andamento (R\$51 milhões em junho de 2006 comparados a R\$16 milhões em 2005).

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$1.020 milhões comparados a R\$871 milhões no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 17,1%. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização não apresentou variação relevante na comparação entre os períodos, R\$185 milhões de janeiro a junho de 2006 comparados a R\$180 milhões de janeiro a junho de 2005, representando uma variação de 2,8% que decorre substancialmente da entrada em operação de novas redes e linhas de distribuição.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$54 milhões comparados a R\$56 milhões no período de janeiro a junho de 2005, uma redução de 3,6%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Emissora liquidados do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução na despesa decorre do maior crescimento dos ativos em relação às obrigações.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais no período de janeiro a junho de 2006 foram de R\$58 milhões comparados a R\$47 milhões no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 23,4%. A principal provisão registrada em 2006 decorre de créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$52 milhões.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A despesa com CCC no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$191 milhões comparados a R\$181 milhões no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 5,5%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$310 milhões comparados a R\$304 milhões no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 2,0%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Em função de uma nova interpretação da ANEEL com relação aos critérios de constituição da CVA referente aos encargos de uso da rede básica de transmissão, a Emissora reverteu, no primeiro semestre de 2006, parcela da CVA constituída a partir de abril de 2005, no montante de R\$93 milhões, o que contribuiu para aumentar o valor da despesa no semestre corrente.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A despesa com CDE no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$131 milhões comparados a R\$138 milhões no período de janeiro a junho de 2005, uma redução de 5,1%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

Os gastos com eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento no período de janeiro a junho de 2006 foram de R\$36 milhões comparados a R\$7 milhões no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 414,3%. Este aumento decorre, principalmente, dos novos critérios adotados a partir de 2006 para reconhecimento dessas despesas. A partir deste exercício, a Companhia provisiona 1,0% de sua receita líquida para aplicação em programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

O PROINFA, instituído pelo Decreto nº 5.025 de 30 de março de 2004, tem como objetivo aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de Produtores Independentes Autônomos, concebidos com base em fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Interligado Nacional.

Os valores são recolhidos pelas concessionárias de transmissão e de distribuição à ELETROBRÁS, administradora da Conta PROINFA, de acordo com cálculos efetuados pela mesma.

A Emissora registrou no período de janeiro a junho de 2006, uma despesa com PROINFA no montante R\$13 milhões. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro de janeiro a junho de 2006 foi uma receita financeira líquida de R\$76 milhões comparada a uma receita financeira líquida de R\$80 milhões de janeiro a junho de 2005. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Receita com variação monetária e juros incidentes sobre o Reajuste Tarifário Diferido no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$103 milhões comparados a R\$156 milhões de janeiro a junho de 2005, uma redução de 34,0%. No exercício anterior a Emissora registrou uma maior receita em função da divulgação do resultado definitivo da revisão tarifária da CEMIG, o que implicou o registro de um ativo regulatório denominado “Reajuste Tarifário Diferido” e a atualização desse ativo de forma retroativa ao ano de 2003.
- Crescimento de R\$53 milhões na receita com acréscimo moratório em conta de energia elétrica, R\$82 milhões no período de janeiro a junho de 2006 em comparação a R\$29 milhões no período de janeiro a junho de 2005. Esta variação decorre da receita registrada no segundo semestre de 2006, no montante de R\$48 milhões, referente a baixa de contas recebidas de grandes consumidores industriais relacionadas a anos anteriores, cujo valor de principal era consideravelmente inferior ao montante acrescido referente a encargos financeiros.
- Aumento de 46,8% nos encargos com empréstimos e financiamentos no país em função dos critérios de rolagem da dívida da Companhia, com a substituição de vários contratos de dívida em moeda estrangeira para moeda nacional, a partir do segundo semestre de 2005.
- Ganhos líquidos com variações cambiais no período de janeiro a junho de 2006, no montante de R\$63 milhões em comparação a ganhos líquidos de R\$79 milhões no período de janeiro a junho de 2005, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A redução nos ganhos decorre principalmente da menor variação do Dólar. No período de janeiro a junho de 2006, o real apresentou uma valorização de 7,5% frente ao Dólar em comparação a uma valorização de 11,5% no mesmo período de 2005.
- Perda líquida com instrumentos derivativos utilizados em operações de hedge, no período de janeiro a junho de 2006, no montante de R\$49 milhões comparada a uma perda líquida de R\$54 milhões no período de janeiro a junho de 2005. Esta variação deve-se à valorização do real frente ao dólar norte-americano, mencionada no item anterior.
- A Companhia registrou, como despesa financeira, a destinação dos juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos do exercício de 2006, no montante de R\$66 milhões (R\$107 milhões em 2005).

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Emissora apurou, no período de janeiro a junho de 2006, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$147 milhões em relação ao lucro de R\$425 milhões, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 34,6%. No período de janeiro a junho de 2005, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$308 milhões em relação ao lucro de R\$901 milhões, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 34,2%.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ESTRUTURA PATRIMONIAL

A análise e discussão apresentada a seguir sobre a estrutura patrimonial baseiam-se nas informações financeiras resultantes de nossas Demonstrações Financeiras auditadas para os exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 e Informações Financeiras objeto de revisão especial para os período de seis meses findo em 30 de junho de 2006.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa. Os valores estão expressos em R\$ mil.

30 de junho de 2006 comparado a 31 de dezembro de 2005

Ativo	Em junho de 2006		Em dezembro de 2005		Variação %
	(em R\$ mil)	AV (%)	(em R\$ mil)	AV (%)	AH (%)
Circulante					
Disponibilidades	323.319	3,36%	533.261	5,76%	-39,37%
Consumidores e Revendedores	1.305.538	13,58%	1.188.665	12,84%	9,83%
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	294.177	3,06%	271.800	2,94%	8,23%
Transporte de Energia	272.270	2,83%	250.492	2,71%	8,69%
Tributos Compensáveis	267.509	2,78%	81.774	0,88%	227,13%
Despesas Antecipadas – CVA	506.017	5,27%	539.321	5,83%	-6,18%
Créditos Tributários	71.708	0,75%	51.883	0,56%	38,21%
Ativo Regulatório PIS-PASEP/COFINS	150.471	1,57%	39.168	0,42%	284,17%
Reajuste Tarifário Diferido	605.750	6,30%	321.445	3,47%	88,45%
Estoques	14.690	0,15%	13.766	0,15%	6,71%
Outros	273.695	2,85%	138.659	1,50%	97,39%
Total do Circulante	4.085.144	42,51%	3.430.234	37,06%	19,09%
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	943.643	9,82%	1.001.305	10,82%	-5,76%
Despesas Antecipadas – CVA	56.411	0,59%	46.549	0,50%	21,19%
Créditos Tributários	109.834	1,14%	87.207	0,94%	25,95%
Tributos Compensáveis	172.754	1,80%	153.962	1,66%	12,21%
Depósitos Vinculados a Litígios	11.994	0,12%	17.343	0,19%	-30,84%
Consumidores e Revendedores	57.274	0,60%	64.190	0,69%	-10,77%
Ativo Regulatório PIS-PASEP/COFINS	233.129	2,43%	374.622	4,05%	-37,77%
Reajuste Tarifário Diferido	488.508	5,08%	853.994	9,23%	-42,80%
Outros Créditos	23.158	0,24%	24.088	0,26%	-3,86%
Total do Realizável a Longo Prazo	2.096.705	21,82%	2.623.260	28,34%	-20,07%
Investimentos	1.935	0,02%	1.756	0,02%	10,19%
Imobilizado	3.426.107	35,65%	3.199.925	34,57%	7,07%
Diferido	315	0,00%	377	0,00%	-16,45%
Total do Não Circulante	5.525.062	57,49%	5.825.318	62,94%	-5,15%
Ativo Total	9.610.206	100,00%	9.255.552	100,00%	3,83%

Passivo	Em Junho de 2006		Em Dezembro de 2005		Variação %
	(em R\$ mil)	AV (%)	(em R\$ mil)	AV (%)	AH
Circulante					
Fornecedores	595.517	6,20%	640.809	6,92%	-7,07%
Encargos Regulatórios	254.138	2,64%	158.634	1,71%	60,20%
Participações nos Lucros	29.751	0,31%	55.493	0,60%	-46,39%
Impostos, Taxas e Contribuições	895.115	9,31%	438.340	4,74%	104,21%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	677.251	7,05%	907.541	9,81%	-25,38%
Empréstimos e Financiamentos	156.048	1,62%	209.171	2,26%	-25,40%
Salários e Encargos Sociais	206.171	2,15%	123.106	1,33%	67,47%
Passivo Regulatório – CVA	327.999	3,41%	208.195	2,25%	57,54%
Obrigações Pós-Emprego	89.558	0,93%	114.866	1,24%	-22,03%
Outras	258.833	2,69%	261.931	2,83%	-1,18%
Total do Circulante	3.490.381	36,32%	3.118.086	33,69%	11,94%
Não Circulante					
Fornecedores	248.516	2,59%	264.123	2,85%	-5,91%
Passivo Regulatório – CVA	49.303	0,51%	31.508	0,34%	56,48%
Empréstimos e Financiamentos	1.912.303	19,90%	1.925.946	20,81%	-0,71%
Impostos, Taxas e Contribuições	373.212	3,88%	615.800	6,65%	-39,39%
Provisões para Contingências	6.531	0,07%	2.885	0,03%	126,38%
Obrigações pós-Emprego	928.780	9,66%	935.126	10,10%	-0,68%
Outras	11.582	0,12%	50.574	0,55%	-77,10%
Total do não Circulante	3.530.227	36,73%	3.825.962	41,34%	-7,73%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	2.261.998	23,54%	2.261.998	24,44%	0,00%
Reservas de Lucros	327.600	3,41%	49.506	0,53%	561,74%
Total do Patrimônio Líquido	2.589.598	26,95%	2.311.504	24,97%	12,03%
Passivo Total	9.610.206	100,00%	9.255.552	100,00%	3,83%

ATIVO CIRCULANTE

Disponibilidades

Em 30 de junho de 2006 a conta de disponibilidades atingiu R\$323.319 mil, uma redução de 39,37% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$533.261 mil. Esta variação decorre principalmente do pagamento de dividendos em junho de 2006 para a Controladora.

Consumidores e revendedores

Em 30 de junho de 2006 a conta de Consumidores e Revendedores atingiu R\$1.305.538 mil, um aumento de 9,83% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$1.188.665 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento do faturamento da Companhia no 1º trimestre de 2006, devendo ser considerado o reajuste tarifário de 6,70% em 8 de abril de 2006.

Recomposição Tarifária e Parcela “A”

Em 30 de junho de 2006 a conta de Recomposição Tarifária e Parcela “A” atingiu R\$294.177 mil, um acréscimo de 8,23% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$271.800 mil. Esta variação decorre da maior expectativa de recebimento de valores de Recomposição Tarifária nas contas de energia nos próximos 12 meses.

Transporte de Energia

Em 30 de junho de 2006 a conta Transporte de Energia atingiu R\$272.270 mil, um aumento de 8,69% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$250.492 mil. Esta variação decorre basicamente da maior receita com a tarifa pelo uso do sistema de distribuição.

Tributos Compensáveis

Em 30 de junho de 2006 a conta de Tributos Compensáveis atingiu R\$267.509 mil, um aumento de 227,13% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$81.774 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento nos valores de Imposto de Renda e Contribuição Social que poderão ser compensados no exercício com os impostos a pagar.

Despesas antecipadas - CVA

Em 30 de junho de 2006 a conta de Despesas Antecipadas - CVA atingiu R\$506.017 mil, uma redução de 6,18% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$539.321 mil. Esta variação decorre da menor expectativa de recebimento de valores da CVA nas contas de energia nos próximos 12 meses em função do menor saldo do ativo.

Créditos Tributários

Em 30 de junho de 2006 a conta de Créditos Tributários atingiu R\$71.708 mil, um aumento de 38,21% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$51.883 mil. Esta variação decorre da maior expectativa de realização dos créditos tributários da Companhia nos próximos 12 meses, em conformidade à projeção de lucros tributáveis da Companhia e da natureza dos créditos.

Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS

Em 30 de junho de 2006 a conta de Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS atingiu R\$150.471 mil, um aumento de 284,17% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$39.168 mil. O saldo desta conta refere-se aos valores pagos a mais pela Companhia em função da majoração da alíquota dos impostos e que deverão ser ressarcidos pela ANEEL nas contas de energia nos exercícios subseqüentes. Este saldo corresponde a expectativa de ressarcimento através das contas de energia dos próximos 12 meses e a variação expressiva decorre da incorporação no reajuste tarifário de 8 de abril de 2006 de um percentual adicional para amortização do ativo.

Reajuste Tarifário Diferido

Em 30 de junho de 2006 a conta de Reajuste Tarifário Diferido atingiu R\$605.750 mil, um aumento de 88,45% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$321.445 mil. O saldo desta conta refere-se a homologação provisória pela ANEEL do reajuste tarifário da CEMIG, decorrente da Revisão Tarifária, em um percentual superior ao reajuste efetivamente aplicado às tarifas em 2003. Este saldo corresponde à expectativa de ressarcimento através das contas de energia dos próximos 12 meses.

Estoques

Em 30 de junho de 2006 a conta de Estoques atingiu R\$14.690 mil, um aumento de 6,71% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$13.766 mil. O saldo desta conta representa basicamente os materiais que serão utilizados nas atividades de manutenção do sistema elétrico e a variação no saldo não é considerada relevante pela CEMIG.

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Recomposição Tarifária e Parcela “A”

Em 30 de junho de 2006 a conta de Recomposição Tarifária e Parcela “A” atingiu R\$943.643 mil, uma redução de 5,76% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$1.001.305 mil. Esta variação decorre da transferência para o curto prazo dos valores de Recomposição Tarifária que estão sendo recebidos nas contas de energia.

Despesas antecipadas - CVA

Em 30 de junho de 2006 a conta de Despesas Antecipadas - CVA atingiu R\$56.411 mil, um aumento de 21,19% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$46.549 mil. Esta variação decorre da transferência para o curto prazo dos valores de CVA que estão sendo recebidos nas contas de energia.

Créditos Tributários

Em 30 de junho de 2006 a conta de Créditos Tributários atingiu R\$109.834 mil, um aumento de 25,95% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$87.207 mil. Esta variação decorre principalmente dos novos créditos tributários referentes a benefícios pós-emprego.

Tributos Compensáveis

Em 30 de junho de 2006 a conta de Tributos Compensáveis atingiu R\$172.754 mil, um aumento de 12,21% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$153.962 mil. Esta variação decorre do aumento nos valores de ICMS a serem compensados pela CEMIG no longo prazo.

Depósitos Vinculados a Litígios

Em 30 de junho de 2006 a conta de Tributos Compensáveis atingiu R\$11.994 mil, uma redução de 30,84% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$17.343 mil. A variação no saldo decorre basicamente do levantamento de depósitos judiciais para liquidação de ações judiciais.

Consumidores e revendedores

Em 30 de junho de 2006 a conta de Consumidores e revendedores atingiu R\$57.274 mil, uma redução de 10,77% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$64.190 mil. Esta variação decorre da quitação por consumidores de dívidas com contas de energia que foram renegociadas.

Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS

Em 30 de junho de 2006 a conta de Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS atingiu R\$233.129 mil, uma redução de 37,77% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$374.622 mil. O saldo desta conta refere-se aos valores pagos a mais pela Companhia em função da majoração da alíquota dos impostos e que deverão ser ressarcidos pela ANEEL nas contas de energia nos exercícios subsequentes. A variação no saldo decorre da transferência para o curto prazo de valores que deverão ser recebidos nos próximos 12 meses, conforme percentual adicional incluído pela ANEEL no reajuste tarifário da Companhia.

Reajuste Tarifário Diferido

Em 30 de junho de 2006 a conta de Reajuste Tarifário Diferido atingiu R\$488.508 mil, uma redução de 42,80% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$853.994 mil. A variação no saldo decorre da transferência para o curto prazo de valores que serão recebidos em conta de energia.

PERMANENTE

Investimentos

Em 30 de junho de 2006 a conta de Investimentos atingiu R\$1.935 mil, um aumento de 10,19% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$1.756 mil. A Companhia não considera a variação nesta conta como relevante.

Imobilizado

Em 30 de junho de 2006 a conta de Imobilizado atingiu R\$3.426.107 mil, um aumento de 7,07% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$3.199.925 mil. A variação no saldo decorre dos novos investimentos realizados pela Companhia na atividade de distribuição de energia elétrica, principalmente relacionados ao programa de universalização do acesso a energia elétrica – Programa “Luz para Todos”.

Diferido

Em 30 de junho de 2006 a conta de Diferido atingiu R\$315 mil, uma redução de 16,45% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$377 mil. A variação no saldo não é considerada relevante pela Companhia.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 30 de junho de 2006 a conta de Fornecedores atingiu R\$595.517 mil, uma redução de 7,07% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$640.809 mil. A variação no saldo decorre principalmente da redução nos valores a pagar referente à contratação de materiais e serviços para os empreendimentos em construção.

Encargos Regulatórios

Em 30 de junho de 2006 a conta de Encargos Regulatórios atingiu R\$254.138 mil, um aumento de 60,20% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$158.634 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência de longo prazo da provisão de gastos com Eficiência Energética e pesquisa e desenvolvimento referente a projetos ainda não concluídos.

Participações nos Lucros

Em 30 de junho de 2006 a conta de Participações nos Lucros atingiu R\$29.751 mil, uma redução de 46,39% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$55.493 mil. A variação no saldo decorre basicamente do pagamento das obrigações referentes ao exercício de 2005 no 1º trimestre de 2006.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 30 de junho de 2006 a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R\$895.115 mil, um aumento de 104,21% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$438.340 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento na lucratividade da Companhia, o que implicou o aumento do pagamento de impostos incidentes sobre o lucro e faturamento, e também da transferência de valores de longo prazo referente impostos sobre ativos regulatórios, em conformidade a expectativa de pagamento da Companhia.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

Em 30 de junho de 2006 a conta de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos atingiu R\$677.251 mil, uma redução de 25,38% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$907.541 mil. A variação no saldo decorre do pagamento em junho de 2006 de parcela dos dividendos referentes ao exercício de 2005.

Empréstimos e Financiamentos

Em 30 de junho de 2006 a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$156.048 mil, uma redução de 25,40% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$209.171 mil. A variação no saldo decorre basicamente do maior volume de dívidas com vencimento no curto prazo no período atual.

Salários e Encargos Sociais

Em 30 de junho de 2006 a conta de Salários e Encargos Sociais atingiu R\$206.171 mil, um aumento de 67,47% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$123.106 mil. O saldo desta conta é composto basicamente pelas provisões de férias, 13º salário e outros encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento. A variação no saldo decorre dos encargos provisionados incidentes sobre a indenização do anuênio a ser paga pela Companhia.

Passivo Regulatório - CVA

Em 30 de junho de 2006 a conta de CVA atingiu R\$327.999 mil, um aumento de 57,54% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$208.195 mil. Refere-se aos valores pagos pela Emissora referente custos não controláveis em montantes inferiores a receita concedida pela ANEEL. Desta forma, a Companhia deverá devolver os valores recebidos a maior em contas de energia.

Obrigações Pós-Emprego

Em 30 de junho de 2006 a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R\$89.558 mil, uma redução de 22,03% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$114.866 mil. Esta variação decorre da redução dos valores a pagar pela Companhia no curto prazo referente à amortização das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 30 de junho de 2006 a conta de Fornecedores atingiu R\$248.516 mil, uma redução de 5,91% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$264.123 mil. Compõem o saldo da conta os valores a serem repassados aos geradores da RTE recebida pela Emissora em conta de energia. A variação do saldo decorre da transferência para o curto prazo dos valores a serem pagos aos geradores nos próximos 12 meses.

Passivo Regulatório - CVA

Em 30 de junho de 2006 a conta de CVA atingiu R\$49.303 mil, um aumento de 56,48% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$31.508 mil. Refere-se aos valores pagos pela Emissora referentes custos não controláveis em montantes inferiores a receita concedida pela ANEEL. Desta forma, a Companhia deverá devolver os valores recebidos a maior em contas de energia.

Empréstimos e Financiamentos

Em 30 de junho de 2006 a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$1.912.303 mil, uma redução de 0,71% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$1.925.946 mil. A variação no saldo decorre da transferência de obrigações para o curto prazo.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 30 de junho de 2006 a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R\$373.212 mil, uma redução de 39,39% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$615.800 mil. Compõem o saldo da conta os impostos incidentes sobre os ativos regulatórios que são pagos a medida que a Companhia recebe os valores. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o curto prazo de valores previstos para serem pagos nos próximos 12 meses, em conformidade à expectativa de realização dos créditos tributários.

Provisões para Contingências

Em 30 de junho de 2006 a conta de Provisões para Contingências atingiu R\$6.531 mil, um aumento de 126,38% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$2.885 mil. O saldo refere-se basicamente a contingências trabalhistas.

Obrigações Pós-Emprego

Em 30 de junho de 2006 a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R\$928.780 mil, uma redução de 0,68% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$935.126 mil. Esta variação decorre da transferência de valores para o curto prazo em função da expectativa de liquidação das obrigações nos próximos 12 meses.

Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2006 a conta do Patrimônio Líquido atingiu R\$2.589.598 mil, um aumento de 12,03% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R\$2.311.504 mil. Esta variação decorre da lucratividade apurada no exercício de 2006 líquida dos valores declarados para pagamento referente juros sobre o capital próprio.

IMPACTO DOS CUSTOS DA OFERTA

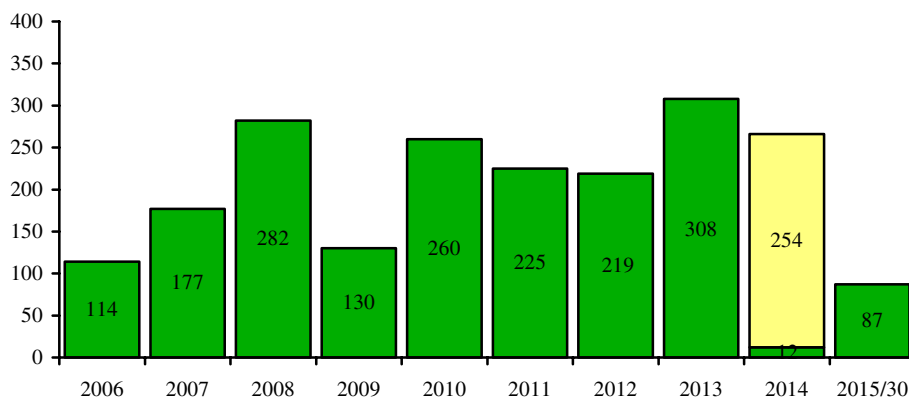
Os custos incorridos com a presente Oferta não impactarão de forma significativa a situação geral de liquidez da Emissora, bem como sua situação patrimonial. Para mais informações vide “Informações relativas à Oferta - Demonstrativo do Custo da Distribuição”.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA EMISSORA

O endividamento da Emissora, em 30 de junho de 2006, tinha seu cronograma de amortizações linearmente distribuído ao longo dos anos, com pagamentos de até R\$300,0 milhões, aproximadamente, refletindo o esforço empreendido pela Emissora no alongamento do perfil da dívida, conforme pode ser observado no gráfico abaixo, com destaque para a amortização das debêntures em 2014:

Cronograma de Amortizações da Dívida

Valores em R\$ milhões
Posição de junho/2006



A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Emissora, destacada pela posição bastante confortável em relação aos parâmetros do mercado financeiro.

Indicadores	Mar/05	Jun/05	Set/05	Dez/05	Mar/06	Jun/06
EBITDA / Juros	12,96	9,93	8,5	6,55	5,07	4,02
Dívida / (Pat. Líq. + Dívida)	36%	40%	40%	48%	46%	44%
Dívida / EBITDA	0,79	1,07	1,13	1,5	1,73	1,98

EVENTOS RECENTES

A Emissora emitiu em 26 de julho de 2006, notas promissórias (commercial papers) no valor total de R\$300 milhões, garantidas por aval da CEMIG. Para mais informações vide Seção “Títulos e Valores Mobiliários Emitidos – Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Emissora”.

O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

GERAL

Em 2002, o MME aprovou um plano de expansão de dez anos de acordo com o qual a capacidade total de geração de energia instalada do Brasil está projetada para aumentar de 75,8 GW em 2002 para 112,1 GW até 2012, dos quais 86,8 GW (77,4%) está projetada para ser hidrelétrica, 16,8 GW (15%) para ser termoeétrica e 8,5 GW (7,6%) para ser importada por meio do Sistema Elétrico Interligado Nacional.

Aproximadamente 42% da capacidade instalada de geração de energia dentro do Brasil era, em 30 de junho de 2006, de propriedade da Eletrobrás, empresa controlada pelo governo. Por meio de suas subsidiárias, a Eletrobrás é responsável também por 70% da capacidade instalada de transmissão acima de 230 kV. Além disso, alguns Estados brasileiros controlam empresas envolvidas na geração, transmissão e distribuição de energia. É o caso da própria CEMIG, da CESP e da COPEL.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS

A Constituição brasileira determina que o desenvolvimento, uso e venda de energia podem ser assumidos diretamente pelo governo ou indiretamente por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, O Setor de Energia Elétrica do Brasil tem sido dominado pelas concessionárias de geração, transmissão e distribuição, controladas pelo governo. Nos últimos anos, o governo tomou diversas medidas para remodelar o Setor de Energia Elétrica. Em geral, essas medidas tiveram como objetivo o aumento do papel do investimento privado e a eliminação das restrições ao investimento estrangeiro, aumentando portanto a concorrência no Setor de Energia Elétrica.

Em particular, o governo tomou as seguintes medidas:

(1) A Constituição Brasileira foi alterada em 1995 a fim de autorizar o investimento estrangeiro na geração de energia. Antes dessa alteração, todas as concessões de geração eram detidas por uma pessoa física brasileira, ou por uma sociedade controlada por pessoas físicas brasileiras ou pelo governo.

(2) Foi promulgada em 13 de fevereiro de 1995, a Lei Nº 8.987, ou a Lei de Concessões, e em 7 de julho de 1995, a Lei do Setor Elétrico, ou a Lei de Concessões de Energia, que juntas:

- exigiam que todas as concessões para fornecimento de serviços relacionados à energia fossem outorgadas por meio de processos de leilão público;
- gradualmente permitiam que certos consumidores de energia com demanda significativa, designados consumidores livres, comprassem energia diretamente de fornecedores detentores de uma concessão, permissão ou autorização;
- estabeleciam a criação de sociedades de geração, ou Produtoras Independentes de Energia, que, por meio de uma concessão, permissão ou autorização, podem gerar e vender por sua própria conta e risco, toda ou parte da energia que geram a consumidores livres, concessionárias de distribuição, agentes de comercialização, entre outros;
- concediam a consumidores livres e fornecedores de energia acesso aberto a todos os sistemas de distribuição e transmissão; e
- eliminavam a necessidade de uma concessão para construir e operar projetos energéticos com capacidade de 1 MW a 30 MW, ou Pequenas Centrais Hidrelétricas.

A partir de 1995, parte das participações detidas pela Eletrobrás e por diversos Estados nas empresas de geração e distribuição foi vendida a investidores privados. Simultaneamente, alguns governos estaduais venderam também suas participações nas principais empresas de distribuição, inclusive na Emissora.

Em 1998, foi promulgada a Lei nº 9.648, ou a Lei do Setor Energético, para revisar a estrutura básica do setor elétrico. A Lei do Setor Energético determinou:

- o estabelecimento de um órgão auto-regulador responsável pela operação do mercado de energia de curto-prazo, ou o Mercado Atacadista de Energia Elétrica, que substituiu o sistema anterior de preços de geração e contratos de fornecimento regulados;
- uma exigência que as empresas de distribuição e geração fizessem contratos de fornecimento de energia inicial, ou os contratos iniciais, em geral compromissos do tipo “*take or pay*”, a preços e volumes aprovados pela ANEEL. O principal objetivo dos contratos iniciais era garantir que as empresas de distribuição tivessem acesso a um fornecimento estável de energia a preços que assegurassem uma taxa mínima de retorno às empresas de geração durante o período de transição levando ao estabelecimento de um mercado de energia livre e competitivo;
- a criação do ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, uma entidade de direito privado sem fins lucrativos responsável pela administração operacional das atividades de geração e transmissão do Sistema Elétrico Interligado Nacional;
- o estabelecimento de processos de licitação pública para concessões para construção e operação de usinas de energia elétrica e instalações de transmissão.

Em 2001, o Brasil enfrentou uma grave crise de energia que durou até o fim de fevereiro 2002. Como resultado, o governo implantou medidas que incluíram:

- um programa para racionamento de consumo de energia nas regiões mais adversamente afetadas, a saber as regiões sudeste, centro-oeste e nordeste do Brasil; e
- a criação da *Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica* - GCE, que aprovou uma série de medidas emergenciais que estabeleceram metas para consumo reduzido de energia para consumidores residenciais, comerciais e industriais nas regiões afetadas, introduzindo regimes tarifários especiais que incentivavam a redução de consumo de energia.

Em março de 2002, a GCE suspendeu as medidas emergenciais e o racionamento de energia em consequência de grandes aumentos no fornecimento (em virtude de um aumento significativo nos níveis dos reservatórios) e de uma redução moderada na demanda, e, dessa forma, o governo promulgou novas medidas em abril de 2002 que, entre outras coisas, determinou um reajuste tarifário extraordinário para compensar as perdas financeiras incorridas pelas fornecedoras de energia como resultado do racionamento obrigatório.

O governo, por meio do BNDES, lançou o Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica em novembro de 2002, e o Programa de Apoio à Capitalização de Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica, ou Programa de Capitalização, em setembro de 2003, com o objetivo de oferecer apoio financeiro ao refinanciamento das dívidas das empresas de distribuição, para compensá-las pela perda de receitas resultante do Racionamento, da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano e dos atrasos na aplicação dos reajustes tarifários durante 2002.

Em 15 de março de 2004, o governo promulgou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia. Essa lei foi regulamentada por inúmeros decretos a partir de maio de 2004, e está sujeita à regulamentação posterior a ser emitida pela ANEEL e pelo MME, conforme detalhado mais adiante.

CONCESSÕES

As empresas ou consórcios que desejam construir ou operar instalações para geração, transmissão ou distribuição de energia no Brasil devem solicitar ao MME ou à ANEEL, uma concessão, permissão ou autorização, conforme o caso. Concessões dão o direito de gerar, transmitir ou distribuir energia em determinada área de concessão por um período determinado. Esse período é normalmente 35 anos para novas concessões de geração, e 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Concessões existentes poderão ser renovadas a critério do poder concedente.

A Lei de Concessões estabelece, entre outras coisas, as condições que a concessionária deve cumprir ao fornecer serviços de energia, os direitos dos consumidores, e as obrigações das concessionárias e do poder concedente. Os principais dispositivos da Lei de Concessões estão resumidos como segue:

- *Serviço adequado.* A concessionária deve prestar adequadamente serviço regular, contínuo, eficiente e seguro.
- *Uso de terrenos.* A concessionária poderá usar terrenos públicos ou solicitar que o poder concedente desapropriar terrenos privados necessários em benefício da concessionária. Em tal caso, a concessionária deve indenizar os proprietários dos terrenos desapropriados.
- *Responsabilidade objetiva.* A concessionária é objetivamente responsável pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada dos serviços de distribuição de energia, tal como interrupções abruptas no fornecimento e variações na voltagem.
- *Alterações na participação controladora.* O poder concedente deve aprovar previamente qualquer alteração direta ou indireta de participação controladora na concessionária.
- *Intervenção pelo poder concedente.* O poder concedente poderá intervir na concessão a fim de garantir o desempenho adequado dos serviços e o cumprimento integral das disposições contratuais e regulatórias. Dentro de 30 dias da data do decreto autorizando a intervenção, o poder concedente deve dar início a um processo administrativo em que a concessionária tem direito de contestar a intervenção. Durante o processo administrativo, um interventor nomeado pelo poder concedente passa a ser responsável por continuar a concessão. Caso o processo administrativo não seja concluído dentro de 180 dias da data do decreto, a intervenção cessa e a administração da concessão é devolvida à concessionária. A administração da concessão é também devolvida à concessionária se o interventor decidir não terminar a concessão.
- *Término antecipado da concessão.* O término do contrato de concessão poderá ser antecipado por meio de encampação ou caducidade. Encampação consiste no término prematuro de uma concessão por razões relacionadas ao interesse público que devem ser expressamente declaradas por lei. A caducidade deve ser declarada pelo poder concedente depois de a ANEEL ou o MME ter emitido um despacho administrativo final dizendo que a concessionária, entre outras coisas, (1) deixou de prestar serviços adequados ou de cumprir a legislação ou regulamentação aplicável, ou (2) não ter mais capacidade técnica financeira ou econômica para fornecer serviços adequados. A concessionária pode contestar a encampação ou caducidade em juízo. A concessionária tem direito à indenização por seus investimentos em ativos reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados, após dedução de quaisquer multas e danos devidos pela concessionária.
- *Término por decurso do prazo.* Quando a concessão expira, todos os ativos, que são relacionados à prestação dos serviços de energia reverterem ao governo. Depois do término, a concessionária tem direito de indenização por seus investimentos em ativos revertidos que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados.

Para informações referentes ao nosso contrato de concessão, ver “Os Negócios da Emissora—Contrato de Concessão.”

MULTAS

A regulamentação da ANEEL prevê a imposição de sanções contra os agentes do setor e classifica as multas com base na natureza e severidade da infração (inclusive advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar de processos de licitação para novas concessões, permissões ou autorizações e caducidade). Para cada infração, as multas podem chegar a até dois por cento da receita (líquida de impostos) da concessionária no período de 12 meses. Algumas infrações que podem resultar em multas referem-se à falha das concessionárias em solicitar a aprovação da ANEEL, inclusive:

- *celebração de contratos entre partes relacionadas;*
- *venda ou cessão de ativos relacionados a serviços prestados assim como a imposição de qualquer ônus sobre esses ativos; e*
- *alterações no controle societário.*

PRINCIPAIS AUTORIDADES

Ministério de Minas e Energia - MME

Após a aprovação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o Governo Federal, atuando basicamente por meio do MME, assumiu certas obrigações que estavam previamente sob a responsabilidade da ANEEL, destacando-se a outorga de concessões e a emissão de instruções regulando o processo de licitação para concessões referentes aos serviços públicos.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

O Setor de Energia Elétrica do Brasil está também regulado pela ANEEL. Depois da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a principal responsabilidade da ANEEL passou a ser de regular e supervisionar o Setor de Energia Elétrica em linha com a política a ser ditada pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras:

- administrar concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia, inclusive com a aprovação de tarifas;
- supervisionar a prestação de serviços pelas concessionárias e impor as multas aplicáveis;
- promulgar normas para o setor elétrico;
- implantar e regular a exploração de fontes de energia, inclusive o uso de energia hidrelétrica;
- promover licitações para novas concessões;
- resolver disputas administrativas entre os agentes do setor; e
- definir os critérios e a metodologia para determinação de tarifas de transmissão.

Conselho Nacional de Política de Energia - CNPE

Em agosto de 1997, o Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, foi criado para assessorar o Presidente da República no desenvolvimento da política nacional de energia. O CNPE é presidido pelo MME, e a maioria de seus membros é formada por ministros do governo. O CNPE foi criado para otimizar o uso dos recursos de energia do Brasil e para garantir o fornecimento de energia no País.

Operador Nacional do Sistema - ONS

Criado em 1998, o ONS é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos constituída por geradores, transmissores, distribuidores, consumidores livres e comercializadores. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico concedeu ao governo poder para indicar três diretores para a Diretoria Executiva do ONS. O papel básico do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão do Sistema Elétrico Interligado Nacional, sujeito à regulamentação e supervisão da ANEEL.

Os objetivos e as principais responsabilidades do ONS incluem:

- planejamento operacional para o setor de geração;
- organização do uso do Sistema Elétrico Interligado Nacional e interligações internacionais;
- garantir aos agentes do setor acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória;
- assistência na expansão do sistema energético;
- propor ao MME os planos e diretrizes para extensões da Rede; e
- apresentação de regras para operação do sistema de transmissão para aprovação da ANEEL.

Mercado Atacadista de Energia - MAE e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Originalmente uma entidade auto-regulada, o órgão de mercado, a partir de 2002, passou a estar sujeito à autorização, supervisão e regulamentação da ANEEL. O Mercado Atacadista de Energia (MAE) era responsável pela contabilização e pela liquidação das diferenças no mercado de energia de curto prazo entre seus agentes participantes.

Em 12 de agosto de 2004, o Governo editou um decreto estabelecendo a regulamentação aplicável à nova Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e, dessa forma, em 10 de novembro de 2004 o MAE foi sucedido pela CCEE e suas atividades e ativos foram absorvidos por esse novo órgão de mercado. Tal como o MAE, a CCEE é constituída por agentes de geração, distribuição, comercialização e consumidores livres.

Um dos principais papéis da CCEE é realizar leilões públicos no Ambiente de Contratação Regulada, tal como o leilão realizado em 7 de dezembro de 2004. Além disso, a CCEE é responsável, entre outras coisas, por (1) registrar os contratos de comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulada, os contratos resultantes de contratações de ajustes e os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre, e (2) contabilizar e liquidar as transações de curto prazo.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

Criada em agosto de 2004, a Empresa de Pesquisa Energética, ou EPE é responsável por conduzir pesquisas estratégicas no Setor de Energia Elétrica, inclusive com relação à energia elétrica, petróleo, gás, carvão e fontes energéticas renováveis. As pesquisas realizadas pela EPE serão usadas para subsidiar o MME em seu papel de elaborador de programas para o setor energético nacional.

Comitê de Monitoramento do Setor de Energia

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico autorizou a criação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, ou CMSE, que atua sob a direção do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de fornecimento do sistema e pela indicação das providências necessárias para a correção de problemas identificados.

O NOVO MODELO PARA O SETOR

Sumário

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes na regulamentação do setor elétrico brasileiro visando (1) fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e (2) garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas módicas por meio de processos de leilões públicos de energia elétrica. As principais características da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

Criação de dois ambientes paralelos para comercialização de energia, com (1) um para empresas de distribuição, chamado Ambiente de Contratação Regulada; e (2) um outro mercado para consumidores livres e empresas de comercialização de energia, em que será permitida a concorrência.

Restrições a certas atividades de distribuidoras, de forma a garantir que estejam voltadas apenas a seu principal negócio a fim de assegurar serviços mais eficientes e confiáveis a seus consumidores.

Restrição ao *self-dealing*, para fornecer um incentivo para que distribuidoras contratem energia a preços mais baixos disponíveis, ao invés de comprar energia de partes relacionadas.

Cumprimento dos contratos assinados antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a fim de proporcionar estabilidade às transações realizadas antes de sua promulgação.

Proibição das distribuidoras venderem eletricidade aos consumidores livres a preços não regulados.

Proibição das distribuidoras exercerem atividades de geração ou transmissão de energia elétrica, bem como participarem em outras sociedades de forma direta ou indireta.

Exclusão da Eletrobrás e suas subsidiárias do Plano Nacional de Desestatização, programa criado pelo governo em 1990 visando promover o processo de privatização das empresas estatais.

Contestações à Constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está atualmente sendo contestada, em seus aspectos formais, com base em fundamentos constitucionais perante o Supremo Tribunal Federal. O governo apresentou pedido para extinguir as ações argumentando que as contestações constitucionais foram hipoteticamente apresentadas porque se relacionavam a uma medida provisória que já tinha sido convertida em lei. Entretanto, em 4 de agosto de 2004, o Supremo Tribunal Federal negou o pedido do governo e decidiu julgar as ações. Uma decisão final sobre essa questão está sujeita ao voto da maioria dos 11 (onze) Ministros, sendo que um quorum de pelo menos 8 (oito) Ministros deve estar presente. Até a presente data, o Supremo Tribunal Federal não publicou uma decisão final e não temos conhecimento quando tal decisão poderá ser proferida. Portanto, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está atualmente em vigor. Independentemente da decisão do Supremo Tribunal Federal, certas partes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico referentes a restrições às distribuidoras que desenvolvem atividades não relacionadas à distribuição de energia, bem como vendas de energia por distribuidoras a consumidores livres e a eliminação do *self-dealing*, devem permanecer em vigor.

Coexistência de Dois Ambientes de Contratação de Energia

Os negócios de compra e venda de energia são atualmente realizados em dois mercados: (1) o Ambiente de Contratação Regulada, que inclui a contratação de energia elétrica pelas empresas de distribuição por meio de leilões para o atendimento a todo o seu mercado e (2) Ambiente de Contratação Livre, que inclui compras de energia por agentes não regulados tais como consumidores livres e comercializadores.

A energia gerada por (1) projetos de geração de baixa capacidade localizados próximos a pontos de consumo (tais como usinas de co-geração e pequenas centrais hidrelétricas), (2) usinas qualificadas de acordo com o PROINFA, e (3) Itaipu, não estarão sujeitos a processo de leilão para fornecimento de energia ao Ambiente de Contratação Regulada. A energia gerada por Itaipu é comercializada pela Eletrobrás e os volumes que devem ser comprados por cada concessionária de distribuição são estabelecidos por meio de quotas definidas pela ANEEL. A tarifa pela qual a energia gerada por Itaipu é comercializada é denominada em dólar norte-americano e estabelecida conforme tratado firmado entre Brasil e Paraguai. Como consequência, a tarifa de Itaipu aumenta ou diminui, em conformidade com a variação da taxa de dólar norte-americano/real. Alterações no preço da energia gerada por Itaipu estão, entretanto, sujeitas ao mecanismo de ressarcimento das variações dos custos da Parcela A discutido abaixo em "Tarifas de Distribuição."

Desverticalização do Setor Elétrico

A desverticalização no setor de energia elétrica é um processo aplicável às empresas que atuam de forma verticalmente integrada, tendo como objeto a segregação das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e vem sendo implementada no Brasil desde 1995. Basicamente, o processo de desverticalização tem como objetivos (i) evitar a existência de subsídios cruzados entre as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, isto é, evitar que as tarifas auferidas por uma das referidas atividades subsidiem qualquer das demais e (ii) efetivar e estimular a competição no setor elétrico nos segmentos nos quais a competição é possível (geração e comercialização), bem como aprimorar o sistema de regulação dos segmentos nos quais há monopólio de rede (transmissão e distribuição).

A Lei do Novo Modelo de Setor Elétrico, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, determina que as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica que atuem no SIN, não poderão desenvolver atividades: (i) de geração; (ii) de transmissão, (iii) de venda de energia a Consumidores Livres; (iv) de participação em outras sociedades, direta ou indiretamente; ou (v) estranhas ao objeto social, exceto nos casos previstos em lei e nos respectivos contratos de concessão. Tais restrições não se aplicam (i) ao fornecimento de energia a sistemas elétricos isolados; (ii) ao atendimento de seu próprio mercado desde que inferior a 500GWh/ano e (iii) na captação, aplicação ou empréstimo destinados à própria distribuidora ou a sociedade do mesmo grupo econômico, mediante prévia anuência da ANEEL. As atividades estranhas aos serviços públicos de distribuição de energia elétrica desenvolvidas por concessionárias de acordo com os respectivos contratos de concessão deverão ser incluídas como fontes alternativas de receita da concessionária e os rendimentos advindos de tais atividades serão considerados para a determinação dos valores das tarifas aplicáveis, com vistas à modicidade tarifária dos serviços de energia elétrica.

Da mesma forma, as concessionárias e as autorizadas de geração que atuem no SIN não poderão ser coligadas ou controladoras de sociedades que desenvolvam atividades de distribuição de energia elétrica no SIN.

A CEMIG completou seu processo de desverticalização em 2005. Para informações sobre o Processo de Desverticalização da CEMIG vide Seção “Desverticalização” deste Prospecto.

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA

No Ambiente de Contratação Regulada, empresas de distribuição compram energia para consumidores cativos por meio de leilões públicos regulados pela ANEEL, e operacionalizados pela CCEE. Compras de energia serão feitas por meio de dois tipos de contratos: (1) Contratos de Quantidade de Energia, e (2) Contratos de Disponibilidade de Energia.

De acordo com o Contrato de Quantidade de Energia, a geradora compromete-se a fornecer determinado volume de energia e assume o risco de que esse fornecimento de energia seja afetado por condições hidrológicas e níveis baixos dos reservatórios. De acordo com o Contrato de Disponibilidade de Energia, a geradora compromete-se a disponibilizar um volume específico de capacidade ao Ambiente de Contratação Regulada. Nesse caso, a receita da geradora está garantida e possíveis riscos hidrológicos são imputados às distribuidoras. Entretanto, eventuais custos adicionais incorridos pelas distribuidoras serão repassados aos consumidores. Juntos, esses contratos constituem os CCEAR.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a previsão de mercado de cada Distribuidora é o principal fator na determinação do volume de energia a ser contratado pelo sistema. De acordo com o novo modelo, as distribuidoras são obrigadas a contratar 100% de suas necessidades projetadas de energia, e não mais os 95% estabelecidos pelo modelo anterior. O não atendimento da totalidade dos seus mercados pode resultar em multas para as distribuidoras. Ver “Fatores de Risco—Riscos Relacionados ao Setor de Energia Elétrica”.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as empresas de distribuição possuem o direito de repassar aos seus consumidores os custos relacionados à energia que compram por meio de leilões públicos assim como quaisquer tributos e encargos do setor relacionados a tais leilões.

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE

No Ambiente de Contratação Livre a energia elétrica é comercializada entre concessionárias de geração, Produtores Independentes de Energia, auto-produtores, agentes de comercialização, importadores de energia e consumidores livres.

Consumidores potencialmente livres são aqueles cuja demanda excede 3 MW, em tensão, igual ou superior a 69 kV ou em qualquer nível de tensão, se o fornecimento começou após 7 de julho de 1995. Além disso, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW ou mais poderão ser servidos por fornecedores, que não sua empresa local de distribuição, contratando energia de fontes energéticas alternativas, tais como energia eólica, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo Ambiente de Contratação Livre, este somente poderá retornar ao ambiente regulado se notificar seu Distribuidor local com cinco anos de antecedência, ou em menor prazo a critério do distribuidor. Tal exigência prévia busca garantir que, se necessário, a construção de nova geração eficiente em termos de custo possa ser finalizada a fim de atender o regresso de consumidores livres ao Ambiente de Contratação Regulada. A fim de minimizar os efeitos de perdas resultantes de consumidores que escolhem se tornar consumidores livres, as distribuidoras podem reduzir o montante de energia existente contratado junto às geradoras de acordo com o volume de energia que não irão mais distribuir aos consumidores livres. Geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas diferentemente das geradoras privadas, são obrigadas a fazê-lo por meio de um processo público, que garante transparência e acesso igual a todas as partes interessadas.

Atualmente, clientes de alta tensão que compram energia de distribuidores no Ambiente de Contratação Regulado o fazem a preços subsidiados. Esse subsídio, conhecido por “subsídio cruzado”, começou a ser gradualmente retirado a partir de julho de 2003 e será totalmente eliminado até 2007.

O risco de perda de consumidores livres foi bastante minimizado a partir de 2005. A maior parte dos consumidores potencialmente livres da Emissora optou pelo mercado livre, comprando energia da CEMIG GT. Nesse sentido, o mercado da distribuidora é em 30 de junho de 2006 composto por parcela de consumidores industriais potencialmente livres, parcela esta equivalente a 2,1% do mercado total da Emissora.

Eliminação do self-dealing

Uma vez que a compra de energia para consumidores cativos será realizada no Ambiente de Contratação Regulada, a contratação entre partes relacionadas (*self-dealing*), por meio da qual as distribuidoras podem atender até 30% de suas necessidades de energia por meio da energia adquirida de empresas afiliadas, não será mais permitida, exceto no contexto dos contratos que foram devidamente aprovados pela ANEEL antes da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

Contratos Assinados Antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que contratos assinados por empresas de distribuição e aprovados pela ANEEL antes da edição da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não podem ser alterados em seus prazos, preços ou volumes já contratados, com exceção dos contratos iniciais, conforme descrito abaixo.

Durante o período de transição (1998-2005) para o mercado de energia livre e competitivo estabelecido pela legislação anterior, a compra e venda de energia entre concessionárias de geração e de distribuição ocorria por meio dos contratos iniciais. O objetivo do período de transição era permitir a introdução gradual da concorrência no setor e proteger os participantes do mercado contra a exposição aos preços do mercado de curto prazo, potencialmente voláteis. Durante esse período, os contratos iniciais foram reduzidos em 25% a cada ano, a partir de 2003, finalizando em 31 de dezembro de 2005.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as empresas de geração podem comercializar sua energia não contratada no Ambiente de Contratação Regulada ou no Ambiente de Contratação Livre. Com o vencimento dos contratos iniciais no fim de 2005, toda a energia descontratada passou a ser negociada no Ambiente de Contratação Regulada ou no Ambiente de Contratação Livre.

Compras de Energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

Em 30 de julho de 2004, o governo editou regulamentação relativa à compra e venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada e no Ambiente de Contratação Livre, assim como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de energia. Essa regulamentação inclui regras referentes aos leilões, aos contratos de comercialização de energia e ao método de repasse de custos aos consumidores finais.

A regulamentação determina que todos os agentes compradores de eletricidade devem contratar toda a demanda de energia necessária para o atendimento de 100% de seus mercados ou cargas de acordo com as diretrizes do novo modelo. Os agentes vendedores de energia devem fornecer suporte comprobatório (lastro) ligando a energia a ser vendida às instalações de geração de energia existentes ou planejadas. Os agentes que não cumprirem tais exigências estão sujeitos a multas impostas pela ANEEL.

A partir de 2005, todas as empresas de distribuição passaram a ser obrigadas a notificar ao MME, até 1º de agosto de cada ano, a respeito de sua demanda estimada de energia para cada um dos cinco anos subsequentes, para que o MME estabeleça o montante total de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Regulada. Além disso, as empresas de distribuição passaram a ser obrigadas a especificar a parte do montante que pretendem contratar para atender seus consumidores potencialmente livres.

A nova regulamentação determina que as empresas de distribuição de energia cumpram suas obrigações de fornecimento de energia basicamente por meio de leilões públicos, em conformidade com os procedimentos descritos em “O Leilão de 2004” e “Leilões Subseqüentes”, abaixo.

Além desses leilões, a empresa de distribuição compra compulsoriamente energia de (1) projetos de geração de energia participantes do PROINFA e (2) Itaipu Binacional. Adicionalmente, a empresa pode ainda comprar energia de geração distribuída, de empresas de geração ligadas diretamente à rede da empresa de distribuição.

Os Leilões de Energia Existente

Em 7 de dezembro de 2004, a CCEE realizou o primeiro leilão de energia existente com base nas condições estabelecidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

O leilão foi realizado em duas fases, por meio de um sistema eletrônico. Na primeira fase, as negociações ocorreram em rodadas múltiplas, em cada uma das quais os vendedores de energia ofereceram blocos de energia a um preço específico (preço vigente) a serem entregues dentro de um prazo proposto. Os tamanhos dos blocos de energia e seus respectivos prazos de entrega foram estabelecidos antecipadamente pelo MME. A primeira fase cessou quando nenhuma oferta para vender foi feita em uma rodada e os preços vigentes foram iguais ou inferiores aos preços de reserva (teto permitido pelo MME para a celebração dos contratos).

A segunda fase teve uma única rodada, em que os vendedores que fizeram ofertas válidas na primeira fase puderam fazer novas ofertas para cada bloco de energia.

Depois da conclusão do leilão de 2004, as empresas de distribuição e as vendedoras celebraram os CCEARs estabelecendo as condições, os preços e os montantes de energia contratados. As distribuidoras também foram obrigadas a apresentar garantias financeiras. De acordo com os termos do Contrato de Constituição de Garantia, as compradoras disponibilizarão recebíveis em um montante igual a 110% do montante médio das últimas três faturas do CCEAR.

Em abril e outubro de 2005, foram realizados o segundo e o terceiro Leilão de Energia Existente, respectivamente. O prazo dos contratos de energia existente é de 8 anos.

Os resultados da compra de energia pela Emissora nos leilões de energia existente promovidos pela CCEE encontram-se no quadro abaixo:

Resultados	Ano de início de fornecimento			
	2005	2006	2007	2008
Emissora (Compra)				
Volume (MW médios)	530	919	0	105
Prazo (MW médios)	8	8	0	8
Preço (R\$/ MWh)	57,51	67,33	0	83,13

Leilões Subseqüentes

Os leilões de energia para novos projetos de geração serão realizados (1) cinco anos antes da data da entrega inicial (mencionados como leilões “A-5”), e (2) três anos antes da data da entrega inicial (mencionados como leilões “A-3”). Haverá também leilões de energia de empreendimentos existentes de geração de energia (1) realizados um ano antes da data da entrega inicial (mencionados como leilões “A-1”) e (2) realizados no máximo quatro meses antes da data da entrega (mencionados como “ajustes de mercado”). Os editais para os leilões serão preparados pela ANEEL, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo MME.

Cada empresa de geração vencedora nos leilões assinará um contrato de compra de energia com cada empresa de distribuição, participante do mesmo. O montante de energia vendido pela geradora é dividido proporcionalmente pela quantidade demandada de cada distribuidora no referido leilão, obtendo-se desta forma o montante de energia vinculado a cada contrato. A única exceção a essas regras refere-se ao leilão de ajuste de mercado, em que os contratos serão entre empresas vendedoras específicas e empresas de distribuição. O CCEAR de ambos os leilões A-5 e A-3 terá uma duração entre 15 e 30 anos, e o CCEAR dos leilões A-1 terá uma duração entre 5 e 15 anos. Contratos resultantes dos leilões de ajuste do mercado serão limitados a uma duração de dois anos.

Em 16 de dezembro de 2005, foi realizado o primeiro Leilão de Energia Nova. O prazo de duração dos contratos é de 30 anos para energia hidráulica e de 15 anos para energia térmica. Os resultados da compra de energia pela Emissora no Leilão de energia nova podem ser vistos no quadro a seguir.

Ano	2008	2009	2010
Hidráulica			
Volume (MW médios)	4,5	3,2	92,0
Prazo do Contrato (anos)	30	30	30
Preço (R\$/MWh)	106,95	113,89	114,83
Térmica			
Volume (MW médios)	35,3	58,8	89,0
Prazo do Contrato (anos)	15	15	15
Preço (R\$/MWh)	132,26	129,26	121,81
Total			
Volume (MW médios)	39,8	62,0	181,0
Preço (R\$/MWh)	127,15	127,77	117,11

O segundo Leilão de Energia Nova foi realizado no dia 29 de junho de 2006, sendo este um leilão A-3. Assim como no primeiro leilão, a duração dos contratos é de 30 anos para fontes hidráulicas e 15 anos para fontes térmicas. O quadro abaixo traz os resultados da compra de energia pela Emissora:

Ano	2009
Hidráulica	
Volume (MW médios)	60,4
Prazo do Contrato (anos)	30
Preço (R\$/MWh)	126,77
Térmica	
Volume (MW médios)	19,2
Prazo do Contrato (anos)	15
Preço (R\$/MWh)	132,39
Total	
Volume (MW médios)	79,6
Preço (R\$/MWh)	128,13

Redução do Nível de Energia Contratada

O Decreto Nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regula a comercialização de energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, permite que empresas de distribuição reduzam seus CCEARs de energia existente (1) para compensar a saída de consumidores potencialmente livres do Ambiente de Contratação Regulada, conforme declaração de necessidade de contratação encaminhada ao MME, (2) até 4% ao ano do montante inicialmente contratado devido a desvios das projeções estimadas do mercado, a critério das empresas de distribuição, começando dois anos após a demanda inicial de energia ter sido declarada e (3) na hipótese de aumentos nos montantes de energia adquirida nos termos dos contratos firmados antes de 17 de março de 2004.

As circunstâncias em que a redução do nível de energia contratada ocorrerá serão devidamente estabelecidas nos CCEARs, e poderão ser exercidas a critério exclusivo da empresa de distribuição e em conformidade com as disposições descritas acima e regulamentação da ANEEL.

Limitação de Repasse

As regras estabelecem também limites para repasse dos custos com a compra de energia aos consumidores finais. O Valor Anual de Referência (VR), que corresponde à média ponderada dos preços da energia nos leilões A-5 e A-3 calculado para todas as empresas de distribuição, cria um incentivo para empresas de distribuição contratarem suas necessidades de energia nos leilões A-5 que, acredita-se, terão preços inferiores aos dos leilões A-3. O VR será aplicado nos primeiros três anos dos contratos de comercialização de energia dos novos projetos de geração de energia. Do quarto ano em diante, os custos de aquisição da energia desses projetos serão integralmente repassados. O decreto estabelece as seguintes restrições na capacidade de empresas de distribuição de repassar os custos aos consumidores:

não repasse dos custos referentes aos volumes que excedam 103% da carga anual de fornecimento;

repasse limitado dos custos para compras de energia feitas em um leilão “A-3”, se o volume da energia adquirida exceder 2% da demanda verificada 2 anos antes (ou seja, em “A-5”);

repasse limitado dos custos de aquisição de energia de novos projetos de geração de energia se o volume recontratado por meio de CCEARs de instalações existentes de geração estiver abaixo do “Limite Inferior de Contratação” definido pelo Decreto Nº 5.163/04;

de 2006 a 2009, compras de energia das instalações existentes no leilão “A-1” estão limitadas a 1% da demanda das empresas de distribuição. Se a energia adquirida no leilão “A-1” exceder este limite de 1%, o repasse de custos da parcela excedente aos consumidores finais está limitado a 70% do valor médio de tais custos de aquisição de energia gerada pelas instalações existentes de geração. O MME estabelecerá o preço máximo de aquisição para a energia gerada pelos projetos existentes;

se as distribuidoras não cumprirem a obrigação de contratarem integralmente suas demandas, o repasse dos custos de energia adquirida no mercado de curto-prazo será equivalente ao menor valor entre o PLD (Preço de Liquidação das Diferenças);

repasse limitado ao VR dos leilões de ajuste, sendo que o montante contratado não poderá exceder a 1% da carga total contratada;

repasse limitado ao VR da contratação de energia elétrica proveniente da geração distribuída, cujo montante contratado não poderá exceder a 10% da carga do agente de distribuição.

Índice para Repasse de Energia Fornecida por Itaipu

A ANEEL determina anualmente o Índice para Repasse de Energia Fornecida por Itaipu, em dólar norte-americano. Em dezembro de 2004, o índice para o exercício de 2005 foi estabelecido em um montante igual a US\$19,2071/kW, e em dezembro de 2005 o índice para o exercício de 2006 foi estabelecido em um montante igual a US\$21,5311/kW.

LIMITAÇÕES À PARTICIPAÇÃO

Em 2000, a ANEEL estabeleceu novos limites à concentração de certos serviços e atividades no setor energético. De acordo com esses limites, com exceção de empresas que participam do Programa Nacional de Desestatização (que precisam apenas cumprir tais limites desde que sua reestruturação societária final seja consumada) nenhuma empresa de energia poderá (1) deter mais de 20% da capacidade instalada do Brasil, 25% da capacidade instalada das regiões Sul/Sudeste/Centro-Oeste ou 35% da capacidade instalada das regiões Norte/Nordeste, exceto se tal porcentagem corresponder à capacidade instalada de uma única usina de geração, (2) deter mais de 20% do mercado de distribuição do Brasil, 25% do mercado de distribuição das regiões Sul/Sudeste/Centro-Oeste ou 35% do mercado de distribuição das regiões Norte/Nordeste, exceto na hipótese de um aumento na distribuição de energia excedendo as taxas de crescimento nacionais ou regionais e (3) deter mais de 20% do mercado de comercialização final do sistema elétrico nacional, 20% do mercado de comercialização intermediária do sistema elétrico nacional, ou 25% da soma das porcentagens de participação nas comercializações final e intermediária.

TARIFAS PELO USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO

A ANEEL homologa tarifas pelo uso e acesso aos sistemas de distribuição e de transmissão. As tarifas são (i) “*wheeling fees*” (tarifas de distribuição, transmissão ou ambas), ou TUSD, e (ii) uma tarifa pelo uso do sistema de transmissão, compreendendo a Rede Básica e suas instalações auxiliares, ou TUST. Além disso, as empresas de distribuição do sistema interligado Sul/Sudeste pagam taxas específicas pela transmissão de eletricidade gerada em Itaipu. Nos últimos anos, o governo teve por meta a melhoria do sistema de transmissão nacional e, como resultado, algumas empresas de transmissão se envolveram em programas de expansão significativos, que foram custeados por aumentos nas tarifas de transmissão. O aumento nas tarifas de transmissão e taxas pagas pelas Concessionárias de Distribuição é repassado aos seus respectivos clientes através dos Reajustes de Tarifas Anuais. Abaixo é apresentado um resumo de cada tarifa ou taxa.

TUSD- Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição

Em regra, a TUSD paga por concessionárias de distribuição e geração e consumidores livres pelo uso do sistema de distribuição de uma empresa de distribuição à qual estão conectados, é reajustada anualmente de acordo com a variação de seus componentes. Atualmente a TUSD é composta por duas parcelas. Uma denominada “TUSD encargos” cobrada com base no consumo de energia, e outra, a “TUSD fio” cobrada pela demanda contratada.

Entretanto, recentemente o Governo Federal editou o Decreto nº 5.597 (“Decreto 5.597/2005”), publicado em 29 de novembro de 2005, que concedeu aos consumidores atendidos em tensão igual ou superior a 230 kV o acesso à rede basca de transmissão de energia elétrica mediante construção das instalações necessárias para o acesso diretamente pelo próprio consumidor.

Em outras palavras, os consumidores livres foram autorizados a acessar diretamente a rede básica sem o intermédio de empresas de transmissão e distribuição. De acordo com o Decreto 5.597/2005, o acesso de consumidores pelo próprio consumidor será objeto de autorização a ser expedida pela ANEEL. A autorização da ANEEL apenas será concedida em casos de (i) ligação de nova unidade consumidora não conectada anteriormente, desde que tecnicamente compatível com o nível de tensão igual ou superior a 230 kV e (ii) alteração da forma de conexão de unidade consumidora já atendida em tensão inferior a 230 kV, em decorrência de aumento de carga ou necessidade de melhoria de qualidade devidamente comprovada.

O pagamento da TUSD, bem como o de encargos e tributos como a recomposição tarifária extraordinária (RTE), que também deixarão de ser pagos pelos consumidores livres, recairá agora exclusivamente sob os consumidores cativos, que não têm a opção de se desvincular da rede.

Além de permitir o acesso à rede por meio de investimento próprio, o Decreto 5.597/2005 determina também que as instalações de transmissão para uso exclusivo de um consumidor ou de um agente poderão ser acessadas por outro agente ou consumidor interessado que atenda às condições legais e à regulação expedida pela ANEEL. Esta forma de acesso será ressarcida ao construtor da obra e remunerada ao agente de transmissão de acordo com regulação a ser expedida pela ANEEL.

Nos termos do Decreto 5.597/2005, parte de uso comum das instalações de transmissão acessada deverá ser doada sem ônus, à concessionária de transmissão que celebrou o contrato de conexão com o consumidor e passará a integrar a rede básica. No caso específico da CEMIG, todos os consumidores de 230kV já estavam ligados à Rede Básica, não trazendo o Decreto qualquer impacto para a Emissora.

TUST - Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão

A TUST é paga por empresas de distribuição, geradoras e consumidores livres pelo uso da Rede Básica e é revisada anualmente de acordo com (i) a inflação e (ii) a receita anual das empresas de transmissão (que incorpora custos de expansão da própria rede). De acordo com critérios estabelecidos pela ANEEL, proprietários das diferentes partes da rede de transmissão transferiram a coordenação de suas instalações para o ONS em contrapartida do recebimento de pagamentos de usuários do sistema de transmissão. Usuários da rede, inclusive empresas de geração, empresas de distribuição e consumidores livres, assinaram contratos com o ONS que lhes conferem o direito de usar a rede de transmissão mediante o pagamento de tarifas. Outras partes da rede que são de propriedade de empresas de transmissão mas não são consideradas como parte da rede de transmissão são disponibilizadas diretamente aos usuários interessados que pagam uma taxa específica para a empresa de transmissão.

Taxa de Transporte de Itaipu

A usina de Itaipu possui uma rede de transmissão exclusiva operada em corrente contínua e alternada, que não é considerada como parte da Rede Básica ou do sistema de conexão intermediário. O uso deste sistema é remunerado por uma taxa específica chamada de taxa de transporte de Itaipu, paga pelas empresas que compulsoriamente compram energia de Itaipu, proporcionalmente às respectivas quotas.

TARIFAS DE DISTRIBUIÇÃO

Os valores das tarifas de distribuição são reajustados anualmente pela ANEEL, conforme fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Ao ajustar tarifas de distribuição, a ANEEL divide os custos de concessionárias de distribuição entre (1) custos fora do controle da distribuidora (chamado de custos “não gerenciáveis”), ou Parcela A, e (2) custos sob o controle das distribuidoras (chamado de custos “gerenciáveis”), ou Parcela B. Os custos da Parcela A incluem, entre outros:

- Custos de energia comprada de Itaipu;
- Custos de energia comprada de acordo com contratos bilaterais livremente negociados entre as partes;
- Custos de energia comprada em leilões públicos;
- Determinados encargos regulatórios; e

- Custos de transmissão e conexão.
- O repasse de custos de compra de energia de acordo com contratos de fornecimento negociados antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está sujeito a homologação dos mesmos frente a ANEEL para as tarifas de fornecimento, custos de compras de energia que excedam 103% da demanda real, ou que não sejam adquiridas dentro do mercado regulado.

A Parcela B compreende os itens de custo que estão sob o controle das concessionárias e incluem, entre outros:

Retorno sobre o investimento relacionado à área de concessão;
Impostos sobre receitas;
Custos de depreciação; e
Custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

O contrato de concessão de cada empresa de distribuição estabelece um Reajuste de Tarifa Anual. Neste momento, se busca que todos os custos da Parcela A sejam totalmente repassados aos clientes. Os custos da Parcela B, entretanto, são corrigidos de acordo com o índice IGP-M, ajustado por um fator X.

As empresas de distribuição de energia elétrica, conforme o contrato de concessão, também têm direito à revisão periódica das tarifas com intervalos que podem variar entre três e cinco anos (no caso da Emissora, a cada cinco anos). Nestas revisões (1) todos os custos da Parcela B são recalculados e (2) o fator X é calculado com base em três componentes: (i) Xc estabelecido a cada ano, é baseado na satisfação do cliente conforme pesquisa da ANEEL; (ii) Xa, também estabelecido a cada ano, é calculado considerando a diferença entre os índices de inflação IPC-A e o IGP-M multiplicada pelos custos totais com pessoal, material e serviços da Distribuidora (uma vez que esses aumentos se baseiam no IPC-A e os aumentos da Parcela B se baseiam no IGP-M) e; e (3) Xe, estabelecido a cada revisão periódica, é um fator baseado em ganhos de produtividade da concessionária devido ao crescimento de mercado.

O Fator X é usado para ajustar a remuneração da distribuidora em 11,26%, em função dos ganhos de escala que a mesma venha a obter durante o intervalo regulatório. Dessa forma, quando da conclusão de cada revisão periódica, a aplicação do fator X (devido a aplicação do Xe) determina o compartilhamento dos ganhos de produtividade das empresas de distribuição com os clientes finais.

Além disso, concessionárias de distribuição de energia têm direito a revisão extraordinária, analisadas caso a caso, para assegurar seu equilíbrio econômico-financeiro e compensá-las por custos imprevisíveis, inclusive impostos, que alterem significativamente sua estrutura de custos.

Desde 2002, clientes de baixa renda têm-se beneficiado de uma tarifa especial estabelecida pelo governo através da ANEEL. Durante o ano de 2002, o déficit gerado pela aplicação desta tarifa especial foi financiado pela Eletrobrás com fundos da RGR. Em 2002, de acordo com o Decreto Nº. 4.336/02, foi determinado que as empresas de distribuição seriam compensadas pela perda de receitas resultante da Tarifa Especial pelo Governo Federal com fundos derivados de dividendos pagos pela Eletrobrás e outras empresas estatais federais e do CDE.

TAXAS REGULATÓRIAS

Em determinadas circunstâncias, as empresas de energia são compensadas por ativos ainda não depreciados, usados na concessão caso a mesma seja revogada ou não renovada ao final do contrato de concessão. Em 1971, o Congresso Brasileiro criou o Fundo de Reserva Global de Reversão, ou Fundo RGR, destinado a prover fundos para essa compensação. Em Fevereiro de 1999, a ANEEL revisou a cobrança de uma taxa exigindo que todas as distribuidoras e determinadas geradoras que operam sob regimes de serviço público fizessem contribuições mensais ao Fundo RGR a uma taxa anual equivalente a 2,5% dos ativos fixos da empresa em serviço, até um teto de 3% do total das receitas operacionais em cada ano. Nos últimos anos, o Fundo RGR tem sido usado, principalmente, para financiar projetos de geração e distribuição. O Fundo RGR está programado para ser suspenso até 2010, e a ANEEL está obrigada a revisar a tarifa de tal forma que o consumidor receba algum benefício pelo término do Fundo RGR.

O governo impôs uma taxa aos Produtores Independentes de Energia baseada em recursos hídricos, exceto por pequenas usinas hidrelétricas, similar à taxa cobrada de empresas do setor público em associação como Fundo RGR. Produtores Independentes de Energia são obrigados a fazer contribuições ao Fundo de Uso de Bem Público, ou Fundo UBP, de acordo com as regras do processo de licitação pública correspondente para a outorga de concessões.

Empresas de distribuição, e empresas de geração que vendem diretamente a clientes finais, são obrigadas a contribuir para a Conta de Consumo de Combustível - CCC que foi criada em 1973 com o objetivo de gerar reservas financeiras para cobertura de custos de combustíveis associados ao aumento do uso de usinas de energia termoelétrica. As contribuições anuais são calculadas com base em estimativas do custo de combustível necessário para a geração de energia pelas usinas termelétricas no ano seguinte. A CCC é administrada pela Eletrobrás.

Em Fevereiro de 1998, o governo estabeleceu a extinção da CCC. Estes subsídios tem sido gradualmente extintos durante um período de três anos a partir de 2003 para usinas de energia termoelétrica construídas até Fevereiro de 1998 e atualmente pertencentes ao Sistema Elétrico Interligado Nacional. Usinas termoelétricas construídas depois daquela data não terão direito a subsídios da CCC. Em Abril de 2002, o governo estabeleceu que os subsídios da CCC continuariam a ser pagos às usinas termelétricas localizadas em sistemas isolados por um período de 20 anos com o intuito de promover a geração de energia nestas regiões.

À exceção de algumas pequenas usinas de energia hidrelétricas, todas as instalações hidrelétricas no Brasil devem pagar uma taxa a estados e municípios pelo uso de recursos hídricos, a Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos, ou COFURH, que foi introduzida em 1989. As taxas são determinadas com base no volume de energia gerado por cada empresa e são pagas aos estados e municípios onde a usina ou o reservatório da usina está localizado.

Em 2002, o governo instituiu a CDE, que é financiada através de pagamentos anuais feitos por concessionárias pelo uso de ativos públicos, penalidades e multas impostas pela ANEEL e, desde 2003, pelas taxas anuais pagas por agentes que oferecem energia a usuários finais, por meio de uma taxa a ser adicionada às tarifas pelo uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Estas taxas são reajustadas anualmente. A CDE foi criada para dar suporte (1) ao desenvolvimento da produção de energia em todo o país, (2) à produção de energia por fontes alternativas, e (3) à universalização de serviços de energia em todo o Brasil. A CDE permanecerá em vigor por 25 anos e é administrada pela Eletrobrás.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que a falta de pagamento da contribuição ao RGR, CDE, CCC, compensação financeira por utilização de recursos hídricos, ou de pagamentos devidos em virtude da compra de energia e no Ambiente de Contratação Regulada ou de Itaipu impedirá que a parte inadimplente receba reajuste de tarifa (exceto a revisão extraordinária) ou receba recursos advindos do RGR, CDE ou CCC.

MECANISMO DE REALOCAÇÃO DE ENERGIA

De acordo com as regras de comercialização em vigor, a proteção contra riscos hidrológicos para usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente é garantida através de um Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que procura mitigar os riscos envolvidos, determinando que usinas hidrelétricas compartilhem os riscos hidrológicos do Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN). De acordo com a legislação em vigor, a receita da venda de energia por empresas de geração hidrelétrica não depende da energia gerada por estas, e sim da Energia Assegurada de cada usina que é determinada em cada ato autorizativo. Qualquer desequilíbrio entre a energia efetivamente gerada e a Energia Assegurada é coberto pelo MRE. A finalidade do MRE é a de mitigar riscos hidrológicos, garantindo que todas as usinas do MRE participem de modo proporcional às suas Energias Asseguradas. Em outras palavras, o MRE realoca a energia, transferindo (ou alocando) a energia excedente daquelas que geraram acima de suas Energias Asseguradas para aquelas que geraram abaixo de suas Energias Asseguradas. O despacho das usinas é determinado pelo ONS, que leva em conta a demanda de energia, as condições hidrológicas do sistema interligado nacional e as limitações da transmissão. O volume da energia efetivamente gerada por usina participante do MRE é precificado de acordo com uma tarifa denominada “Tarifa de Otimização de Energia”, que cobre os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional é contabilizada mensalmente para cada geradora.

RACIONAMENTO

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que, na hipótese de decretação de uma redução compulsória no consumo de energia numa determinada região, todos os CCEARs por quantidade de energia, cujos compradores estejam localizados nessa mesma região, terão seus volumes ajustados na proporção da redução de consumo verificada.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

As empresas detentoras de concessões, permissões e autorizações para distribuição, geração e transmissão de energia devem investir a cada ano um mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento. Pequenas Centrais Hidrelétricas e projetos eólicos, de energia solar e de biomassa não estão sujeitos a esta exigência.

GESTÃO AMBIENTAL

A Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (“Lei 9.605/98”), alterada pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.179, de 21 de setembro de 1999 (“Decreto 3.179/99”), estabelece sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente. Nos termos da Lei 9.605/98, as pessoas físicas (incluindo, entre outros, no exercício de suas funções, os diretores, administradores e gerentes de pessoas jurídicas) e as pessoas jurídicas que pratiquem atos considerados crimes ambientais poderão sofrer penas de natureza criminal que abrangem, no primeiro caso, penas de multa, restritivas de direitos e privativas de liberdade, e, no segundo caso, penas de multa, restritivas de direitos e prestação de serviços à comunidade.

Administrativamente, as sanções podem variar desde imposições de advertências e multas, até a suspensão parcial ou total de atividades, podendo também incluir a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público. A multa administrativa varia entre R\$500 a R\$50 milhões.

O COPAM é o órgão responsável pela formulação e execução da política ambiental no Estado de Minas Gerais. No histórico dos serviços prestados pelo órgão, cabe destacar seu importante papel na formulação e condução da política ambiental no Estado, por meio de um processo aberto à participação de representantes da sociedade civil.

O COPAM, criado em 1977 como Comissão de Política Ambiental, tem o seu histórico marcado pela inovação na forma de atuação dos conselhos governamentais, especialmente pelas suas características de órgão colegiado e pela participação de representantes de associações não governamentais como seus membros. Essas características inovaram a forma de organização de conselhos governamentais e a forma de elaboração de políticas públicas.

Sua existência é anterior à implantação do CONAMA, criado em 1981, que instituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente. A estrutura de organização do COPAM, também adotada pelo CONAMA, consagrou o processo de formulação de políticas ambientais por meio da estrutura colegiada e composta por representantes governamentais e da sociedade civil.

Com a criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD em 1995, o COPAM passou a ser a ela vinculado. Algumas das competências do COPAM são repassadas aos seguintes órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais:

- Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM: responsável pelo controle das atividades industriais, mineradoras e de infra-estrutura;
- Instituto Estadual de Florestas – IEF: responsável pelo controle das atividades agrícolas, pecuárias e florestais; e
- Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM: responsável pela instrução de processo de outorga do direito de uso das águas.

Entre as competências de caráter deliberativo destacam-se a concessão de licença ambiental para atividades potencialmente poluidoras e o julgamento, em primeira instância, dos processos de infração tipificados como graves ou gravíssimos pelo não cumprimento da legislação ambiental. A sinergia entre as câmaras técnicas e o conselho completam as principais características da estrutura do COPAM.

Licenciamento Ambiental

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de obras que utilizem recursos ambientais e que sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras e passíveis de causar degradação ambiental dependem de prévio licenciamento ambiental a ser concedido pelo respectivo órgão ambiental competente. A legislação federal que estabelece normas gerais sobre o licenciamento ambiental são: a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (“Lei 6.938/81”), que trata da Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990, a Lei 9.605/98, o Decreto 3.179/99 e Medida Provisória Nº 1.710 de 1998 (atualmente Medida Provisória Nº 2.163-41 de 23/08/01), Deliberações Normativas COPAM Nº 17 de 17/12/96 e Nº 23 de 21/10/97, Portaria Federal Nº 28 de 31/10/2003 do IPHAN e Resolução CONAMA Nº 6 de 16/09/87.)

A base legal estadual para o licenciamento ambiental é a Lei 7.772, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 39.424, de 05 de fevereiro de 1998. Adicionalmente, a Deliberação Normativa COPAM nº 74, de 09 de setembro de 2004, trouxe novas e complementares disposições sobre os temas a seguir:

- nova classificação de empreendimentos;
- novos parâmetros para enquadramento de porte do empreendimento;
- possibilidade de requerimento da autorização ambiental de funcionamento para empreendimentos de impacto ambiental não significativo;
- possibilidade de requerimento das licenças prévia e de instalação ao mesmo tempo para determinados empreendimentos; e
- ampliação do número de parcelas dos custos de análise.

No Estado de Minas Gerais, o licenciamento ambiental é exercido pelo COPAM, por intermédio das Câmaras Especializadas, no tocante às atividades industriais, mineradoras e de infra-estrutura e do IEF, no tocante às atividades agrícolas, pecuárias e florestais.

Neste contexto, o COPAM é responsável pela formulação de normas técnicas e padrões de qualidade ambiental, a autorização para implantação e operação de atividades potencialmente poluidoras e a aprovação das normas e diretrizes para o Sistema Estadual de Licenciamento Ambiental.

Para fins de licenciamento ambiental, os empreendimentos são classificados em seis classes. Aqueles listados nas classes 1 e 2, considerados como de pequeno porte e pequeno potencial poluidor, estão sujeitos à obtenção de Autorização Ambiental de Funcionamento, que é um processo mais simples de licenciamento. Os demais empreendimentos devem ser licenciados pelo processo de licenciamento ambiental que se constitui de três etapas, nas quais o órgão ambiental emite as seguintes licenças:

- *Licença Prévia*: solicitada durante a fase preliminar de planejamento do projeto e contém requisitos básicos a serem atendidos com relação à localização, instalação e operação do empreendimento, observadas as normas de uso e ocupação do solo.
- *Licença de Instalação*: solicitada na fase preliminar de implantação do empreendimento e tem por objetivo analisar o projeto das obras a serem executadas e as ações de controle de impactos ambientais.
- *Licença de Operação*: solicitada na fase de início da operação do empreendimento, visa autorizar o início da atividade licenciada e funcionamento dos sistemas de controle ambiental descritos durante o processo de licenciamento. A validade da licença de operação é condicionada ao cumprimento das exigências estabelecidas pelo órgão ambiental.

A Autorização Ambiental de Funcionamento, vale mencionar, é emitida após a realização do cadastro na COPAM/FEAM, e destina-se a autorizar o funcionamento de empreendimentos de pequeno porte, com pequeno ou médio impacto ambiental. Deve ser solicitada na fase de início das operações do empreendimento. Quase 90% de nossos empreendimentos, passíveis de licenciamento ambiental, são objetos deste tipo de autorização.

Termos de Ajuste de Conduta - TAC

Os Termos de Ajustamento de Conduta - TACs estão previstos na Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, lei da ação civil pública, e também na Lei 9.605, (“Lei de Crimes Ambientais”). Os TACs podem ser firmados pelos órgãos públicos legitimados a proporem ações civis públicas, que incluem o Ministério Público e os órgãos estaduais e federal de controle ambiental, tendo por objeto o ajuste da conduta daquele que pratica atividade lesiva ao meio ambiente, mediante cominações.

O TAC pode ser firmado no curso de uma investigação civil conduzida pelo Ministério Público, no curso de um processo administrativo, diretamente com o órgão de controle ambiental (a FEAM, por exemplo), ou ainda no curso de uma ação civil pública, hipótese na qual, após homologado, constituirá um título executivo judicial. Nas outras hipóteses, o TAC tem eficácia de título executivo extrajudicial, podendo o interessado, portanto, ser compelido judicialmente a cumprir com o compromisso assumido, diretamente, sem prévia ação de conhecimento do direito.

É comum serem impostas multas cominatórias para o caso de descumprimento de compromisso assumido. No entanto, as multas não são imprescindíveis para a conclusão do acordo, podendo tal acordo prever apenas obrigações de fazer. Nas ações de execução baseadas em TACs, poderá ser determinado o pagamento de multa diária para o cumprimento das obrigações de fazer estabelecidas, mesmo que o termo em si não tenha previsto multa cominatória, ou também poderá ser determinada a majoração de eventual multa já prevista, considerada como insuficiente para forçar o cumprimento da obrigação. Para mais informações sobre os TACs celebrados pela Emissora vide Seção “Negócios da Companhia - Termos de Ajuste de Conduta – TACs” deste Prospecto.

Crimes Ambientais

A Lei 9.605/98 prevê a responsabilidade criminal da pessoa jurídica que comete crime ambiental, sem exclusão das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato. Nos termos da referida lei, a pessoa jurídica está sujeita às seguintes penalidades criminais: (i) multa; (ii) restritiva de direitos; e (iii) prestação de serviços à comunidade.

As penas restritivas de direito da pessoa jurídica podem abranger a suspensão parcial ou total da atividade, a interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade, e a proibição de contratar com o poder público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Por sua vez, a definição do valor da multa segue os critérios estabelecidos no Código Penal, segundo o qual a multa poderá variar entre dez e 360 dias-multa. O dia-multa é fixado pelo juiz, não podendo ser inferior a um trigésimo do salário mínimo vigente à época do fato, nem superior a cinco vezes esse salário. Sendo ineficaz o valor estabelecido, a lei ambiental autoriza que a multa seja aumentada em até três vezes do valor estabelecido.

DESVERTICALIZAÇÃO

INTRODUÇÃO

A desverticalização no setor de energia elétrica, implementada no Brasil desde 1995, envolveu todas as empresas do setor que atuavam de forma verticalmente integrada, e teve como objeto a segregação das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. O processo de desverticalização teve como objetivos (i) evitar a existência de subsídios cruzados entre as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, isto é, evitar que as tarifas auferidas por uma de referidas atividades subsidiassem qualquer das demais atividades; e (ii) efetivar e estimular a competição no setor elétrico nos segmentos nos quais a competição seria possível (geração e comercialização), bem como aprimorar o sistema de regulação dos segmentos nos quais havia monopólio de rede (transmissão e distribuição). O advento da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, introduziu a exigência legal de separação das atividades de distribuição das atividades de geração e transmissão e fixou prazos para que as empresas afetadas cumprissem com esta determinação.

Para informações sobre a desverticalização das empresas do Setor Elétrico vide “O Setor de Energia Elétrica no Brasil”.

A DESVERTICALIZAÇÃO DA CEMIG

Os contratos de concessão para a prestação de serviços de distribuição de energia elétrica originalmente celebrados entre CEMIG e a ANEEL continham a obrigação da implementação da Desverticalização, exigindo que a CEMIG separasse suas operações de geração, de transmissão e de distribuição em empresas distintas.

De acordo com esses contratos, a reestruturação deveria ter sido completada até 31 de dezembro de 2000, o que efetivamente não ocorreu. Em razão desse atraso, no início de 2001 a ANEEL impôs uma multa de R\$3,7 milhões à CEMIG, que, por sua vez, contestou a imposição de referida multa e obteve, não somente seu cancelamento pela ANEEL, como também um novo prazo para implementar a reestruturação, qual seja, 21 de setembro de 2002. Tendo em vista que esse prazo para reestruturação também não foi respeitado, a ANEEL, em 11 de novembro de 2002, impôs outra multa à CEMIG, no valor de R\$5,5 milhões. A CEMIG apresentou, em 28 de novembro de 2002, recurso com efeito suspensivo questionando a aplicação dessa penalidade, o qual não foi acatado pela ANEEL. Em 02 de abril de 2003 a CEMIG recorreu da decisão e, em 22 de fevereiro de 2005, considerando a Desverticalização da CEMIG, a ANEEL reduziu a referida multa para R\$2,7 milhões. Por fim, em 04 de março de 2005 a CEMIG apresentou novo recurso, o qual foi apreciado pela Diretoria da ANEEL, porém sem ter sido objeto de decisão, tendo em vista aparentes impropriedades na condução do processo na Agência. Exaurida a esfera administrativa, em 07 de julho de 2006 foi publicado no DOU o Despacho ANEEL nº 1408, de 03 de julho de 2006, conhecendo e dando provimento parcial ao recurso interposto pela CEMIG, determinando a retificação da penalidade estipulada pelo Auto de Infração AI nº 007/2002-SFF/ANEEL para R\$2.753.608,16, com as cabíveis atualizações legais, e a anulação do Despacho nº 218, de 22/02/2005. O valor da multa, atualizado pela taxa SELIC, até a data de 19 de julho de 2006, corresponde à importância de R\$5,2 milhões. A CEMIG questionará em juízo a penalidade.

Em março de 2004 a CEMIG deu início ao seu processo de reorganização societária, de forma a implementar a desverticalização de suas atividades, nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico (“Desverticalização”). A Desverticalização foi autorizada por meio da Lei Estadual Lei nº 15.290, de 04 de agosto de 2004.

Ainda em setembro de 2004, a Emissora e a CEMIG GT foram constituídas como subsidiárias integrais da CEMIG, para exercer atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica até então exercidas pela CEMIG nos termos de seus contratos de concessão. Posteriormente, em 30 de dezembro de 2004, a CEMIG transferiu à Emissora e à CEMIG GT, conforme o caso, todos os ativos de sua propriedade relacionados aos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além dos direitos e obrigações associados a tais atividades.

Em 29 de outubro de 2004, a CEMIG enviou à ANEEL, requerimento formal contendo a estrutura da reestruturação societária pretendida em razão da Desverticalização, a qual contemplava, a transferência, à Emissora e à CEMIG GT, das concessões para prestação de serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica detidas pela CEMIG, conforme aplicável (as “Concessões da CEMIG”).

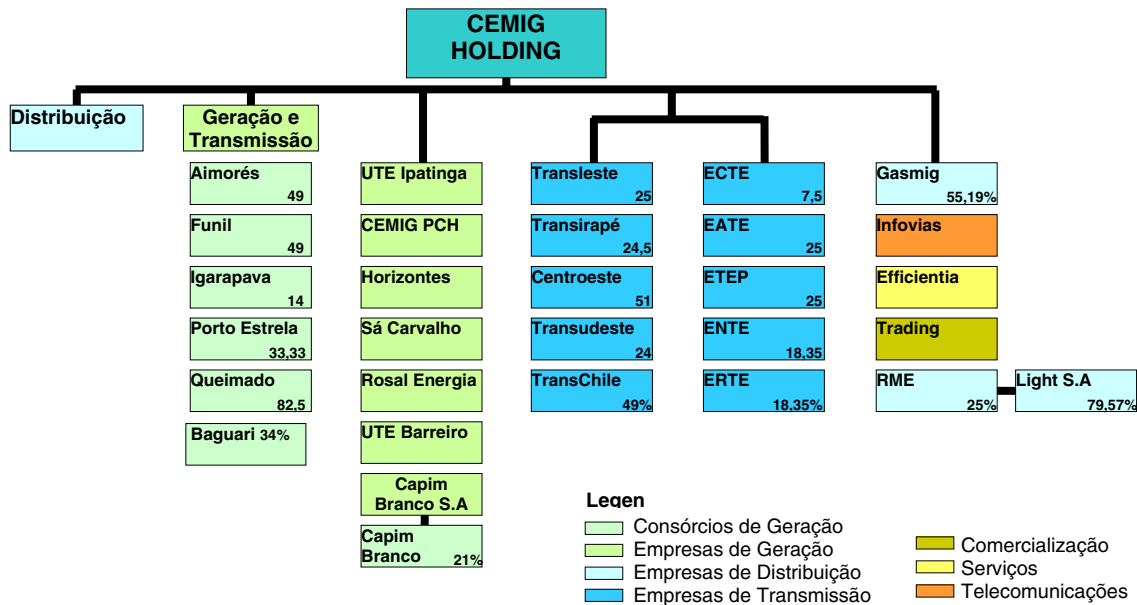
Por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 407, datada de 20 de dezembro de 2004, foi aprovada a estrutura da Desverticalização da CEMIG, com a transferência das concessões para prestação de serviços de distribuição de energia elétrica anteriormente outorgadas à CEMIG, e versão de parte de seu patrimônio para a Emissora. Em Assembléia Geral Extraordinária da CEMIG, realizada em 30 de dezembro de 2004, foi deliberada a transferência dos ativos relacionados à prestação de serviços de distribuição de energia elétrica de propriedade da CEMIG para a Emissora. A referida transferência de ativos foi publicada no Jornal Minas Gerais, em 15 de março de 2005.

Em decorrência da Desverticalização a Emissora passou a exercer todas as atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, e a CEMIG GT passou a exercer todas as atividades relacionadas à geração e transmissão de energia elétrica, nos termos das Concessões da CEMIG. Ademais, conforme informado acima, a totalidade dos ativos operacionais e não operacionais da CEMIG, relacionados às referidas atividades foram transferidos pela CEMIG à Emissora e à CEMIG GT, conforme o caso, juntamente com os demais direitos e obrigações decorrentes da prestação de tais serviços. Adicionalmente, algumas dívidas de financiamento da CEMIG foram também alocadas na Emissora e na CEMIG GT, conforme aplicável. Vide “A Desverticalização e a Presente Oferta” abaixo.

Em 16 de setembro de 2005, a CEMIG, a Emissora e a ANEEL efetivaram a completa transferência das Concessões da CEMIG para a Emissora, por meio da assinatura de termo aditivo aos Contratos de Concessão de Distribuição nºs. 02/1997 (área norte), 03/1997 (área sul), 04/1997 (área leste) e 05/1997 (área oeste).

ESTRUTURA DO GRUPO CEMIG

Como consequência da Desverticalização, a Emissora e a CEMIG GT são hoje subsidiárias integrais da CEMIG (*holding*), que controla e centraliza todas as decisões do Grupo CEMIG, conforme demonstra a figura abaixo:



A gestão do conjunto de empresas da CEMIG é atualmente realizada pela CEMIG, como forma de se assegurar sinergia empresarial, garantir flexibilidade operacional e preservar a identidade e os princípios praticados pela CEMIG anteriormente à Desverticalização.

Sendo assim, a CEMIG passou a exercer somente as funções diretamente relacionadas à sua condição de controladora, sem influenciar a autonomia da Emissora e da CEMIG GT e suas respectivas concessões.

A segregação das atividades de distribuição das atividades de geração e transmissão envolveu a separação e alocação dos recursos necessários ao desenvolvimento de cada atividade na Emissora ou na CEMIG GT, conforme o caso. No que diz respeito aos bens e recursos associados às atividades de apoio operacional, serviços auxiliares e serviços de assistência e capacitação, que compõem atividades de “*holding* e suporte”, a CEMIG, a Emissora e a CEMIG GT celebrarão um Convênio de Cooperação (“Convênio de Cooperação”), que terá por objeto, dentre outros, otimizar o aproveitamento de recursos financeiros e humanos utilizados nas atividades de “*holding* e suporte” das empresas, sem prejuízo da independência e autonomia de cada uma.

Por meio do Convênio de Cooperação serão identificados a natureza das atividades realizadas por cada empresa, os empregados compartilhados, os bens que serão utilizados conjuntamente e a operacionalização do referido compartilhamento em termos de apuração de custos, as responsabilidades de cada empresa, prazo de duração, dentre outros.

A segregação das atividades de distribuição das atividades de geração e transmissão foi realizada com base nos seguintes princípios:

- alocação dos bens de forma proporcional à utilização demandada por cada concessão;
- alocação de recursos de operação e manutenção (pessoal, equipamentos e ferramentas, laboratórios e oficinas, veículos, etc.) em cada concessão de forma proporcional aos respectivos bens alocados;
- sujeição dos referidos bens e recursos alocados ao futuro Convênio de Cooperação de forma a viabilizar o compartilhamento de recursos entre as empresas;
- responsabilidade de cada concessionária pelas despesas de operação, manutenção, ampliações, reformas e melhorias de seus respectivos bens;
- transparência dos procedimentos contábeis utilizados para apuração de custos, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica; e
- critérios de alocação de recursos previamente fixados, não havendo transação de valores entre as concessões.

A DESVERTICALIZAÇÃO E A PRESENTE OFERTA

Em consequência do Processo de Desverticalização da CEMIG, determinadas dívidas da CEMIG foram alocadas na Emissora e na CEMIG GT, conforme informado acima. Desta forma, a presente Oferta é destinada exclusivamente aos debenturistas detentores das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, por meio de Permuta Obrigatória das debêntures da referida emissão pelas Debêntures da presente Oferta, com o consequente cancelamento das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG.

A Escritura da 3ª Emissão da CEMIG, já previa a realização da Permuta Obrigatória como consequência do processo de Desverticalização. Dessa forma, em 27 de dezembro de 2004, a Emissora e a CEMIG celebraram um Instrumento Particular de Cessão de Direitos, por meio do qual a CEMIG cedeu à Emissora, que assumiu, todas as obrigações e direitos decorrentes da 3ª Emissão da CEMIG.

Os termos e condições das Debêntures da presente Oferta são substancialmente iguais aos termos e condições estabelecidos para as debêntures da 3ª Emissão da CEMIG. Ademais, a permuta em questão é obrigatória para todos os titulares das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, sendo que os titulares das debêntures da referida emissão não terão o direito de solicitar o resgate antecipado ou o vencimento antecipado das debêntures, assim como não terão direito a qualquer indenização ou compensação em razão da Desverticalização ou da Permuta Obrigatória.

Para mais informações sobre a desverticalização das empresas do setor elétrico e a presente Oferta vide “O Setor de Energia Elétrica no Brasil” e “Informações Relativas à Oferta”.

NEGÓCIOS DA EMISSORA

VISÃO GERAL

A Emissora é uma das maiores concessionárias de distribuição de energia elétrica do Brasil, por sua posição estratégica, competência técnica, tamanho de rede e mercado atendido. Atualmente é a principal empresa de distribuição de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, o terceiro mercado consumidor do País, onde estão instaladas algumas das maiores empresas nas áreas de siderurgia, mineração, automobilística e metalurgia.

A Emissora tem por objeto social estudar, planejar, projetar, construir e operar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos por qualquer título de direito.

O negócio da Emissora envolve a compra e subtransmissão de energia de alta voltagem (138kV e 88 kV), sua transformação em média e baixa voltagem, e sua distribuição e venda para consumidores finais no Estado de Minas Gerais. A Emissora detém concessões para distribuição de eletricidade em uma área que abrange aproximadamente 96,7% do Estado de Minas Gerais. A Emissora desenvolve atividades de distribuição de energia elétrica em 774 municípios e 5.415 localidades do Estado de Minas Gerais, atendendo a, aproximadamente, 17 milhões de habitantes, de acordo com o censo do ano 2000. Em 30 de junho de 2006, a Emissora detinha e operava 386.785 quilômetros de redes de distribuição e 16.080 quilômetros de redes de subtransmissão.

Em 2005, a receita líquida da Emissora foi de R\$6.397 milhões, proveniente da venda de 20.309 GWh de eletricidade para aproximadamente 6 milhões de clientes. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, a receita líquida da Emissora foi de R\$3.063 milhões, proveniente da venda de 9.842 GWh de eletricidade. A tabela a seguir mostra os percentuais das vendas de eletricidade da Emissora para os clientes residenciais, industriais, comerciais e outros clientes nos referidos períodos:

<i>(em porcentagem)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005		Período de seis meses findo em 30 de junho de 2006	
	Receitas	Volume de Vendas	Receitas	Volume de Vendas
Venda de energia				
Clientes residenciais.....	42,06	32,45	43,40	33,64
Clientes comerciais	20,76	18,48	21,59	19,79
Clientes industriais	19,27	26,26	16,54	24,30
Outros clientes.....	17,91	22,81	18,47	22,27
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

BREVE HISTÓRICO

A Emissora foi constituída em 08 de setembro de 2004, como sociedade por ações, subsidiária integral da CEMIG, nos termos da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, em virtude do processo de Desverticalização da CEMIG. Na qualidade de subsidiária integral da CEMIG, esta detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Emissora e adotar resoluções que julgue necessária à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento. Para maiores detalhes a respeito da Desverticalização da Emissora vide Seção “Desverticalização” deste Prospecto.

Desde a década de 60 até o início dos anos 80, a CEMIG adquiriu uma série de concessionárias de serviço público de energia de menor porte, estatais e privadas, e suas respectivas concessões, incorporando ao seu próprio sistema outros sistemas distribuição de energia. Principalmente em virtude dessas aquisições, a CEMIG e, conseqüentemente, a Emissora, tornou-se a maior concessionária de distribuição de energia elétrica do Estado de Minas Gerais.

A Emissora opera seus negócios de distribuição de acordo com Contratos de Concessão celebrados com o Governo Federal. Até 1997, a CEMIG detinha concessões individuais relativas a várias regiões dentro de sua área de distribuição. Em 10 de julho de 1997, a CEMIG celebrou novos contratos de concessão com a ANEEL, que consolidaram suas diversas concessões de distribuição em quatro concessões de distribuição cobrindo as regiões norte, sul, leste e oeste do Estado de Minas Gerais. Em decorrência da Desverticalização, em 16 de setembro de 2005, tais contratos foram aditados de forma a transferir as concessões de distribuição de energia elétrica anteriormente detidas pela CEMIG para a Emissora.

A administração da Emissora é realizada por uma estrutura corporativa que permite padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras, além de importante economia por meio de processos sinérgicos mais eficientes.

Desde a constituição da CEMIG, suas operações foram influenciadas pelo fato de ser controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, que utilizou a empresa para oferecer ao Estado de Minas Gerais infra-estrutura necessária para alavancar o seu desenvolvimento, sem, no entanto, comprometer a condição de empresa modelo no setor elétrico nacional.

PONTOS FORTES

A Emissora possui os seguintes pontos fortes:

- Forte base de clientes fisicamente conectados, que ultrapassa mais de seis milhões em Minas Gerais.
- Alta capilaridade do sistema elétrico, abrangendo a quase totalidade do Estado de Minas Gerais.
- Rede física de operações consoante padrões fortemente normatizados e consolidados.
- Sistemas de informação sólidos como suporte às atividades de gestão, planejamento elétrico, projeto, operação e manutenção da rede de operações.
- Corpo gerencial e técnico com ampla experiência em distribuição de energia.
- Equipe com ampla experiência em negociações tarifárias de elevada complexidade com o Regulador (ANEEL).
- Equipes com ampla experiência em relacionamento com grandes clientes e com o varejo.
- Representatividade adequada em fóruns como a Abradee e outros.
- Forte geração de caixa operacional.
- Endividamento moderado.
- Solidez financeira.
- Estratégia robusta, focada na busca contínua de rentabilidade com qualidade de fornecimento e consistente com a lógica regulatória.

São, também, tópicos de destaque da gestão estratégica da Emissora:

- a implementação do *Balanced Scorecard*, reconhecido no mundo inteiro como a melhor ferramenta para a implementação e acompanhamento das estratégias nas empresas;
- a certificação de processos pela Norma NBR ISO 9001, para a melhoria da eficácia das atividades operacionais;
- a implementação de um *Sistema de Gestão Ambiental* interno, baseado na Norma NBR ISO 14001, que orienta todas as atividades da empresa em relação à gestão ambiental, e que prevê a certificação daquelas atividades e áreas que causam impactos ambientais.

A Emissora possui uma estrutura de negócios de menor risco. Nos modelos setorial e tarifário vigentes, é prevista a manutenção do chamado Equilíbrio Econômico Financeiro dos contratos de concessão, de forma a garantir os direitos dos prestadores do serviço que atuam com eficiência e prudência, visando obter ganhos suficientes para cobrir custos operacionais e alcançarem adequado retorno sobre o capital investido. A preservação do Equilíbrio Econômico-Financeiro é obtida nos processos de revisões e reajustes tarifários.

Ressalta-se, adicionalmente, que a Emissora vem apresentando melhoria significativa em vários indicadores financeiros ao longo dos anos, sendo que no exercício de 2005, foi responsável por cerca de 50% do total do lucro líquido gerado pelo grupo empresarial CEMIG. Essa melhoria reflete os resultados do processo de revisão tarifária previsto nos contratos de concessão, iniciado em abril 2003 e finalizado em abril de 2005, em que a Emissora obteve o reconhecimento adequado, nas tarifas, de itens que compõem a sua receita requerida. O resultado também pode ser creditado à implementação de práticas gerenciais voltadas para a eficiência operacional e melhoria de processos

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS

A estratégia da Emissora foi desenhada de modo a contemplar, concomitantemente, a busca contínua de aumento de sua rentabilidade e os requisitos da regulamentação setorial, estabelecidos no âmbito da ANEEL.

Assim, as diretrizes estratégicas da Emissora estão a seguir explicitadas:

- *Equacionar seus cronogramas de investimento em consonância com a lógica da regulamentação a que se submete*: a receita total da Emissora é determinada pela ANEEL, com base no modelo *price cap*, que prevê revisões tarifárias quinquenais, revisões tarifárias extraordinárias e reajustes tarifários anuais. Nas revisões quinquenais, os ativos da Emissora são reavaliados, assim como seus gastos operacionais recorrentes, sendo a receita total redefinida visando a cobertura desses gastos e a remuneração regulatória dos investimentos realizados. Posto isso, a Emissora deve equacionar seus cronogramas de investimentos de modo que o seu fluxo de caixa seja maximizado, consideradas as datas de revisões quinquenais e a necessidade de atender o mercado com qualidade.
- *Reavaliar critérios de planejamento e projeto do sistema elétrico, visando à redução dos custos unitários dos investimentos*: a busca de redução dos custos unitários também se presta ao alinhamento com critérios regulatórios. Nas revisões quinquenais, a ANEEL pode não reconhecer na tarifa dispêndios considerados *não prudentes*; além disso, investimentos excessivamente elevados, ainda que fossem reconhecidos pela ANEEL, implicariam maiores tarifas e, possivelmente maiores inadimplência, furtos e fraudes.
- *Perseguir, continuamente, o ajuste à Empresa de Referência e buscar as melhores práticas nos processos que a integram*: a aplicação do modelo *price cap* às distribuidoras brasileiras contempla a criação, pela ANEEL, de uma Empresa de Referência, ou seja, de uma concorrente virtual para a Emissora, que é monopólio regulado. A Emissora deve ajustar seus processos e gastos aos padrões mais desafiadores da Empresa de Referência.

- *Propiciar crescimento sustentável e agregar valor ao investimento de seus acionistas:* analisando seu portfólio de negócios, iniciando projetos com assegurado retorno e com recursos compatíveis com o seu custo médio ponderado de capital, gerenciando continuamente o desempenho de suas atividades operacionais e implementando políticas de governança corporativa cada vez mais sofisticadas.
- *Garantir a qualidade do produto e do serviço ao cliente, de acordo com as exigências regulatórias, nos limites de custo dados pela Empresa de Referência:* a Empresa de Referência determina não apenas parâmetros econômicos, mas também parâmetros técnicos e de qualidade que devem ser continuamente observados, de modo a evitar penalidades financeiras.
- *Aumentar a eficiência na gestão de estoques:* a Emissora investe de forma intensiva em seu sistema elétrico, o que é característico das distribuidoras de energia elétrica e a gestão de estoques é relevante para melhorar o fluxo de caixa empresarial e a rentabilidade.
- *Intensificar as ações economicamente sustentáveis de proteção da receita e ativos:* a Emissora deve envidar esforços consistentes para reduzir a inadimplência, perdas, furtos e fraudes, agravados pelo elevado nível de tributos e encargos do setor elétrico, ao qual se submete, e pela tendência crescente de gastos operacionais com energia e uso do sistema de transmissão, em âmbito setorial.
- *Atuar em todos os fóruns institucionais no sentido de reduzir a participação da parcela A (VPA) e da carga tributária incidente sobre a tarifa:* os gastos operacionais recorrentes da Emissora se dividem em uma parcela não gerenciável (parcela A ou VPA – valor da parcela A), e em uma parcela gerenciável (parcela B ou VPB – valor da parcela B). A VPA abrange compras de energia, uso do sistema de transmissão, parte ponderável dos tributos e encargos incidentes sobre o negócio e outros tópicos definidos pela ANEEL. Mesmo não gerenciando a VPA, a Emissora sofre os efeitos do seu aumento, eventualmente imposto pela atuação governamental/regulatória, estando sujeita a descobertas de gastos adicionais realizados e a maiores inadimplências, furtos e fraudes. Assim, é relevante que a atuação institucional da Emissora seja ampla, em múltiplos fóruns, buscando reduzir a VPA ou pelo menos inibir o crescimento real dessa parcela. Destaca-se, adicionalmente, o incremento considerável e crescente dos tributos e encargos setoriais no setor, que tem sido criticado e combatido pelas empresas distribuidoras, especialmente por meio da ABRADEE.
- *Cumprir a legislação ambiental:* Consciente da relevância de sua atuação na comunidade, a Emissora se preocupa em desenvolver somente projetos que assegurem a completa compatibilidade com a legislação ambiental e que promovam o bem estar e segurança da população. Além disto, implementou um Sistema de Gestão Ambiental interno baseado na Norma NBR ISO 14001, que orienta todas as atividades da empresa em relação à gestão ambiental, e prevê a certificação daquelas atividades e áreas que causam impactos ambientais.

A Emissora acredita que sua estratégia, embasada nas diretrizes acima citadas, lhe permitirá atender a demanda por seus serviços com melhor qualidade e, ao mesmo tempo, melhorar seus resultados operacionais e situação econômico-financeira.

ÁREA DE CONCESSÃO

A Emissora possui concessões para a distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais. Em 30 de junho de 2006, a Emissora era responsável pela distribuição de energia elétrica em uma área que abrange aproximadamente 96,7% do Estado de Minas Gerais, correspondendo a aproximadamente 567,5 mil quilômetros quadrados. A Emissora desenvolve atividades de distribuição de energia elétrica em 774 municípios e 5.415 localidades do Estado de Minas Gerais, atendendo a, aproximadamente, 17 milhões de habitantes, de acordo com o censo do ano 2000.

A Emissora acredita possuir a maior rede de distribuição de energia elétrica da América Latina e uma das quatro maiores do mundo, com mais de 386 mil quilômetros de extensão, a qual se encontra em posição estratégica e de vital importância dentro do Sistema Interligado do Sudeste.

A Emissora atende 99,4% da população urbana do Estado de Minas Gerais e 84,4% da população rural do Estado de Minas Gerais. A Emissora possui, ainda, o maior índice de atendimento a consumidores de baixa renda do Brasil, qual seja, 44,1% do total de consumidores da classe residencial, representando aproximadamente 2,2 milhões de consumidores de baixa renda. Em 30 de junho de 2006, a Emissora contava com 6,1 milhões de consumidores ativos, sendo 4,98 milhões de consumidores residenciais.

O mapa abaixo representa a área de atuação da Emissora:

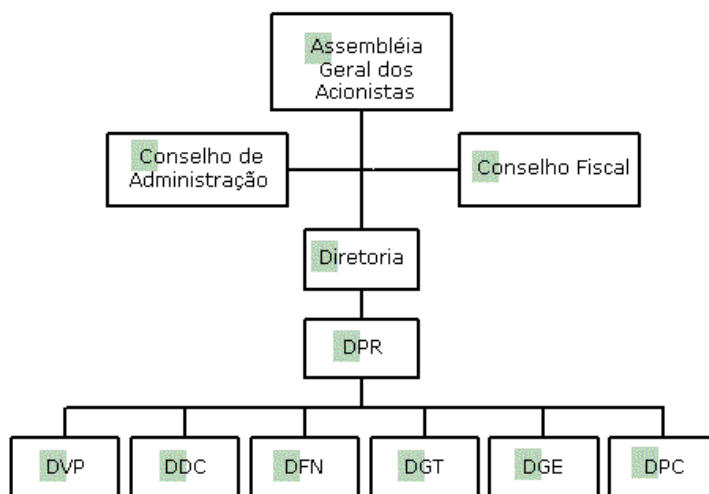
ÁREA DE CONCESSÃO DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Emissora é uma subsidiária integral da CEMIG. A estrutura organizacional da CEMIG é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, pela presidência, vice-presidência e por cinco diretorias, cujas responsabilidades são determinadas pelo Conselho de Administração, em conformidade com o Estatuto Social da CEMIG.

Segue a seguir a estrutura organizacional da Emissora e da CEMIG na data deste Prospecto:



DPR - Presidência
DVP - Vice-Presidência
DDC - Diretoria de Distribuição e Comercialização
DFN – Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores
DGT – Diretoria de Geração e Transmissão (*)
DGE – Diretoria de Gestão Empresarial
DPC - Diretoria de Planejamento, Projetos e Construções

(*) A composição da Diretoria Executiva da Emissora é idêntica a da CEMIG, com exceção da Diretoria de Geração e Transmissão, que na Emissora não possui designação específica. Para mais informações vide Seção “Administração da Emissora” deste Prospecto.

RELAÇÕES COM O GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E COM O GOVERNO FEDERAL

De acordo com a Lei nº 828/51, com a Lei nº 8.655/84 e com o Decreto nº 370/52, o Estado de Minas Gerais é obrigado a participar com a maioria das ações com direito a voto, no capital social da CEMIG. O Estado de Minas Gerais é o controlador da CEMIG, detentor de 50,96% de suas ações ordinárias. Nos termos dos Estatutos Sociais da CEMIG e da Emissora, os membros do Conselho de Administração e Diretoria de ambas serão idênticos. Ao Estado de Minas Gerais cabe eleger 8 dos 14 conselheiros da CEMIG e determinar o resultado de qualquer deliberação que requeira a aprovação dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e época e valor de dividendos futuros ou juros sobre o capital. Para mais informações vide “Administração da Emissora”.

Adicionalmente, a CEMIG se relaciona com o Governo Federal no que diz respeito à revisão tarifária, concessão para exploração do serviço de distribuição de energia, fiscalização de serviços, dentre outros assuntos importantes para o setor, objetivando, sempre, solucionar problemas relacionados com os negócios da Emissora.

CONCESSÕES

Nos termos da Constituição Federal, as sociedades que pretendem construir ou operar unidades de distribuição de energia no Brasil deverão obter uma autorização, permissão ou concessão da ANEEL, as quais, via de regra, são precedidas de licitação. As concessões conferem direitos exclusivos para distribuição de eletricidade a uma área específica por um período de tempo predeterminado, geralmente de 30 anos para novas concessões de distribuição, e 20 anos para a renovação de concessões existentes.

Nos termos da Lei de Concessões, as concessões detidas pela Emissora poderão ser renovadas sem necessidade de processo de licitação, por prazos adicionais de 20 anos mediante requerimento da concessionária, contanto que a concessionária tenha atendido aos padrões mínimos de desempenho e sua proposta seja aceitável ao Governo Federal.

É possível também que clientes industriais de grande porte da Emissora se tornem Auto-Produtores, conforme regulados pela Lei do Setor Elétrico, com a finalidade de obter o direito de gerar eletricidade para uso próprio.

De acordo com a Lei de Concessões, as concessões de energia elétrica poderão ser extintas:

- pelo advento do termo final do contrato;
- pela encampação dos serviços, que consiste na retomada dos serviços pelo Poder Concedente em virtude de relevante interesse público, mediante autorização legislativa;
- pela caducidade, que consiste na rescisão do contrato de concessão unilateralmente pelo Poder Concedente em decorrência de descumprimento de obrigações regulamentares ou contratuais do concessionário, conforme apurado em processo administrativo;
- pela rescisão, que poderá ser de comum acordo entre as partes ou decorrente de decisão judicial irrecurável proferida em processo proposto pelo concessionário;
- pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga; e
- em caso de falência ou extinção da Emissora.

Após a extinção da concessão, todos os bens vinculados ao serviço prestado, bem como todos os direitos e privilégios cedidos ao concessionário, serão revertidos à União.

Ademais, os contratos de concessão geralmente estabelecem que o controle societário da concessionária poderá ser transferido mediante anuência prévia da ANEEL, de maneira que o novo acionista controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e a normas legais e regulamentares da concessão.

Para mais informações sobre os Contratos de Concessão da Emissora vide item abaixo “Contratos de Concessão da Emissora”.

CONTRATOS DE CONCESSÃO DA EMISSORA

Em 10 de julho de 1997, a CEMIG, com a interveniência do Governo Estadual de Minas Gerais e da SEB, firmou quatro contratos de concessão com a União Federal, com o objetivo de regular a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica de que a Emissora é titular em cada uma das quatro principais regiões geográficas da área de concessão (norte, sul, leste e oeste). Em virtude da Desverticalização, referidos tais contratos foram aditados em 18 de outubro de 2005, de forma a transferir as concessões anteriormente detidas pela CEMIG para a Emissora. As concessões reguladas pelos contratos não conferem à Emissora direito de exclusividade relativamente aos consumidores de energia elétrica, porém a Emissora é obrigada a atender a todos os consumidores localizados na área de concessão, sem exclusão das populações de baixa renda e das áreas de baixa densidade populacional, inclusive as rurais. Os prazos das referidas concessões vencem em 18 de fevereiro de 2016, podendo ser prorrogados pelo Governo Federal por um período adicional de 20 anos, mediante requisição da Emissora.

Nos termos das concessões detidas pela Emissora, esta se obriga, dentre outras a manter um nível mínimo de regularidade, continuidade, eficiência, segurança e cortesia na prestação de seus serviços, devendo satisfazer a demanda do mercado de energia elétrica. Caso haja inobservância dos índices de continuidade de fornecimento de energia elétrica, bem como violação dos índices de qualidade de serviço relativos à tensão de fornecimento ou outros aspectos estabelecidos em regulamentos específicos que afetem a qualidade do serviço de energia elétrica, a Emissora estará sujeita a multas pecuniárias.

A Emissora obriga-se também a estabelecer novas instalações e a ampliar e modificar as existentes, de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda de seu mercado de energia elétrica. Adicionalmente, a Emissora deverá implementar medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, devendo elaborar, para cada ano subsequente, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica que contemple a aplicação de recursos.

Os contratos estabelecem também as tarifas que deverão ser cobradas dos consumidores pelos serviços prestados pela Emissora, bem como a fórmula pela qual as tarifas deverão ser anualmente reajustadas. Os contratos concedem à Emissora acesso livre a propriedades de domínio público, direito de passagem, e o direito de promover desapropriações e instituir servidões administrativas sobre bens declarados de utilidade pública para que possa prestar adequadamente os serviços de distribuição de energia elétrica, podendo inclusive oferecê-los em garantia.

Os contratos determinam ainda que o DNAEE (ou uma agência substituta - atualmente a ANEEL), supervisionará a Emissora na prestação de serviços transmissão de energia elétrica e estabelece penalidades no valor máximo de 0,1% do faturamento anual da Emissora no caso de não cumprimento de certas condições. Como parte desses contratos, a Emissora é uma prestadora de serviços de utilidade pública e deverá receber autorização da União caso pretenda exercer outra atividade empresarial, e desde que as receitas auferidas com outra atividade empresarial sejam contabilizadas em separado e sejam parcialmente destinadas a propiciar a modicidade das tarifas do serviço de distribuição de energia elétrica.

Nos termos dos contratos, os serviços de distribuição de energia elétrica poderão ser interrompidos em situação de emergência ou após o prévio aviso por motivo de ordem técnica ou falta de pagamento. Além disso, a Emissora poderá fornecer energia elétrica, em caráter provisório, a consumidores localizados fora de sua área de concessão, mediante condições previamente ajustadas com o concessionário local. Os contratos estipulam ainda os direitos dos consumidores, as condições dos contratos de fornecimento de energia elétrica entre a Emissora e os usuários finais e a obrigatoriedade de a Emissora manter registros das solicitações e reclamações dos consumidores, devendo a Emissora ainda organizar e manter um Conselho de Consumidores.

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A principal atividade da Emissora consiste na prestação de serviço público distribuição de energia elétrica. Em 30 de junho de 2006, a Emissora era uma das maiores concessionárias de distribuição de energia elétrica no Brasil em termos de GWh vendidos a usuários finais e a primeira em número de consumidores atendidos.

A Emissora detém em sua área de concessão a distribuição exclusiva para clientes que necessitam de menos de 3 MW de eletricidade de voltagem abaixo de 69 kV. As operações de distribuição da Emissora consistem da transferência de eletricidade a partir do sistema de transmissão a subestações de distribuição e a seguir a consumidores finais. Em 30 de junho de 2006, a Emissora fornecia diretamente 40,4% da eletricidade faturada pelo mercado CEMIG Consolidada, a uma área geográfica que compreende aproximadamente 96,7% de Minas Gerais.

A Emissora tem um sistema de distribuição que é um dos maiores da América Latina, tendo registrado um crescimento anual médio 4,1% nas atividades de distribuição, no período compreendido entre os anos de 1997 e 2005. A Emissora detém e opera 402.865 quilômetros de redes de subtransmissão e distribuição. Em 30 de junho de 2006 a rede de distribuição da Emissora possuía uma capacidade instalada de 8.085 MVA, englobando 605.189 transformadores de distribuição, 355 subestações de distribuição e 1.521 alimentadores, medindo a rede de distribuição 386.785 quilômetros, em comparação com 371.543 quilômetros em 30 de junho de 2005, e a rede de subtransmissão 16.080 quilômetros, em comparação com 16.102 quilômetros em 30 de junho 2005.

Da eletricidade fornecida pela Emissora aos usuários finais e outras concessionárias no Estado de Minas Gerais no exercício findo em 31 de dezembro 2005, foram fornecidos 26,3% a clientes industriais, 32,4% a clientes residenciais, 18,5% a clientes comerciais e 22,3% a clientes rurais e outros, sendo o restante de 0,4% referente às outras concessionárias que atuam no Estado. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, tais percentuais foram 24,3%, 33,6%, 19,8%, 22,3% e 0%, respectivamente.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, a Emissora registrou acréscimos de 135 mil novos consumidores faturados e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, o acréscimo foi de 91 mil novos consumidores.

Em 2005 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, as vendas da Emissora representaram, respectivamente, 6,1% e 5,7% do consumo total de eletricidade no país. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, a Emissora faturou 6,0 milhões de consumidores ligados à sua rede de distribuição, inclusive clientes ligados como parte dos programas de eletrificação rural e urbana.

Sistema de Distribuição

O sistema de distribuição da Emissora está dividido em 7 malhas regionais, todas operando de forma satisfatória, descritas abaixo:

Malha Centro

Esta malha é responsável por 33,4% do mercado da Emissora, atendendo a toda a região metropolitana de Belo Horizonte. O consumo do setor industrial corresponde a 8,3% do total de energia fornecida pela Emissora. A região possui 20 consumidores ligados à malha de alta tensão. Esta região possui participação relevante das classes residencial, industrial e comercial, tanto na demanda quanto no consumo de energia elétrica, cujo atendimento, em alguns pontos do sistema, necessita de reforços de transmissão e distribuição nos próximos anos, permitindo, assim, o atendimento à expansão do mercado e a manutenção dos índices de qualidade.

Malha Leste

Esta região possui 7 consumidores industriais. Para esta região estão previstas, para os próximos anos, obras de expansão para os sistemas de transmissão e distribuição, sendo que para o sistema de distribuição está previsto, aproximadamente, a extensão de 423 km de rede urbana, atendendo a 18000 consumidores, extensão de 23.000 km de rede rural, atendendo a 65000 consumidores e reforço em 960 km de rede, beneficiando 135.000 consumidores. Essas obras possibilitarão o crescimento do mercado regional e melhorarão a qualidade do fornecimento da energia ofertada.

Malha Mantiqueira

Esta região possui 19 consumidores atendidos em alta tensão. Para atender o crescimento do mercado nesta região, influenciado especialmente pelo desempenho do setor industrial, estão previstas novas obras de distribuição para os próximos anos. Para dar suporte a esses reforços de distribuição também estão previstos reforços de transmissão, garantindo o atendimento a esses novos projetos industriais e ao mercado em geral, dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pela legislação.

Malha Norte

É a região do estado de maior extensão territorial, e atende a 15 consumidores de alta tensão. Para permitir a expansão do mercado regional, cuja influência das classes industrial e rural (irrigação) tem sido relevante, estão definidos diversos reforços de transmissão e distribuição, para os próximos anos, permitindo o atendimento à expansão do mercado e a manutenção dos índices de qualidade, conforme legislação.

Malha Oeste

O consumo do setor industrial nesta região corresponde a 4,2% do total de energia fornecida pela Emissora. Esta região possui 10 consumidores atendidos em alta tensão. Destacam-se na participação do mercado desta região as classes industrial e residencial, cujo atendimento e manutenção da qualidade da energia, nos próximos anos, vai requerer reforços de transmissão e distribuição.

Malha Sul

A região da malha sul conta com 3 usinas hidrelétricas e 5 pequenas centrais hidrelétricas. Esta região possui 5 consumidores servidos em alta tensão. Os principais reforços regionais planejados, para os próximos anos, estão voltados especialmente para viabilizar o crescimento vegetativo do mercado, cuja participação da classe residencial é predominante. Adicionalmente, esses reforços de distribuição visam manter os índices de qualidade, conforme legislação.

Malha Triângulo

O Triângulo Mineiro é a região do estado de Minas Gerais que detém a maior concentração da geração hidrelétrica. Esta região possui 11 consumidores servidos em alta tensão. Destacam-se nesta região, além das classes residencial, comercial e industrial, a classe rural, onde o agronegócio exerce importante influência na economia regional e no consumo e demanda de energia elétrica. Para sustentar o crescimento de todo este mercado, estão planejadas para os próximos anos diversas obras de expansão do sistema, com ênfase principal no sistema de distribuição.

As tabelas a seguir fornecem informações operacionais do sistema de distribuição da Emissora, nas datas indicadas:

Extensão de Linhas de Subtransmissão em Quilômetros (a partir das estações de transmissão às subestações de distribuição)	
Capacidade da rede de distribuição	Em 30 de junho de 2006
161 kV	55
138 kV	10.556
69 kV	4.513
34.5 kV + Outras	956
Total	16.080

Extensão da Rede de Distribuição em Quilômetros (a partir das subestações da distribuição aos consumidores finais)	
Tipo de Redes de Distribuição	Em 30 de junho de 2006
Redes de distribuição urbanas aéreas	84.667,3
Redes de distribuição urbanas subterrâneas	759,0
Redes de distribuição rurais aéreas	301.358,5
Total	386.784,8

OUTRAS ATIVIDADES

A Emissora também presta serviços de consultoria por meio de contratos específicos firmados com companhias de eletricidade em vários países.

COMPRAS DE ENERGIA ELÉTRICA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2005, a Emissora comprou de Itaipu 12.144 GWh de eletricidade, representando aproximadamente 60% da eletricidade vendida pela Emissora a consumidores finais. No mesmo ano de 2005, a Emissora comprou 7.587 GWh de eletricidade da CEMIG GT e 6.061 GWh de produtores independentes, de Cogeração e de outras concessionárias. Na liquidação de curto prazo na CCEE, a Emissora comprou 1.020 GWh e vendeu 2.518 GWh de eletricidade

Já no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, a Emissora comprou de Itaipu 5.991GWh de eletricidade, representando aproximadamente 61% da eletricidade vendida pela Emissora a consumidores finais, e comprou 5.738GWh de eletricidade do Ambiente de Contratação Regulada e 726GWh do Sistema Interligado, de Cogeração e de outras concessionárias. Na liquidação de curto prazo na CCEE, a Emissora comprou 2.230 GWh e vendeu 2.228 GWh de eletricidade.

Tendo em vista que a Emissora compra eletricidade de Itaipu e de outras companhias elétricas, o uso da rede de transmissão exige o pagamento de tarifas programadas ao ONS. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 a Emissora efetuou pagamentos que totalizaram R\$411 milhões ao ONS, e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, foram pagos R\$190,0 milhões.

Itaipu

Itaipu é a maior usina hidrelétrica em operação do mundo, com capacidade instalada de 12.600 MW. A Eletrobrás, uma *holding* controlada pelo Governo Federal, detém participação de 50% em Itaipu, e os restantes 50% são detidos pelo Governo do Paraguai. O Brasil é obrigado, de acordo com um tratado de 1973 celebrado com o governo do Paraguai, a comprar a totalidade da eletricidade gerada por Itaipu que não for consumida pelo Paraguai. Na prática, o Brasil, em geral, compra mais de 95% da eletricidade de Itaipu.

A Emissora é uma das 19 companhias elétricas que operam nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil obrigadas a comprar, em conjunto, a totalidade da eletricidade gerada por Itaipu que cabe ao Brasil. O Governo Federal aloca a parcela do Brasil de eletricidade de Itaipu entre referidas companhias elétricas em montantes proporcionais à sua respectiva participação histórica de mercado nas vendas de eletricidade totais. Em 30 de junho de 2006, a Emissora era obrigada a comprar aproximadamente 17% da totalidade da eletricidade comprada pelo Brasil de Itaipu. Certas concessionárias do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, incluindo a Emissora, são obrigadas a comprar a energia de Itaipu a tarifas fixas de forma a custear as despesas operacionais de Itaipu e os pagamentos de principal e juros sobre os empréstimos em Dólares de Itaipu, bem como o custo de transmissão dessa energia ao Sistema Interligado. Essas tarifas estão acima da média nacional para fornecimento de eletricidade de grandes volumes, sendo calculadas em Dólares. Dessa forma, as flutuações da taxa de câmbio do Dólar para o real afetará o custo, em termos reais, da eletricidade que a Emissora é obrigada a comprar de Itaipu. Historicamente, a Emissora tem sido capaz de recuperar o custo dessa eletricidade repassando as tarifas de fornecimento aos consumidores finais. De acordo com o contrato de concessão, os aumentos das tarifas poderão ser repassados ao consumidor final mediante aprovação da ANEEL.

No exercício de 2005, a Emissora reconheceu no seu resultado as despesas de R\$825 milhões, referentes a pagamentos a Furnas/Eletrobrás para o suprimento de energia elétrica e transporte de potência de Itaipu. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, tais despesas foram de R\$495 milhões.

Compras na Câmara de Compensação de Energia Elétrica (CCEE) e Contratos Iniciais

Em agosto de 1998, a ANEEL emitiu uma deliberação instituindo um sistema por meio do qual a compra e venda de energia pelos distribuidores no atacado seriam regidas por contratos de fornecimento inicial. Esses contratos de fornecimento inicial são negociados a tarifas e volumes predeterminados aprovados pela ANEEL, que estabeleceu os volumes e voltagens a serem fornecidos nos termos de contratos de fornecimento inicial em 2000 e 2001. Em 2003 a eletricidade objeto de contratos de fornecimento inicial aprovados pela ANEEL foi reduzida em 25% e em 2005 mais 50%.

A Emissora em 2005, comprou 8.307 GWh de energia através desses contratos iniciais, sendo que em 2006, conforme regulação da ANEEL, esses contratos não existirão mais, e serão substituídos por Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

Com a redução dos contratos iniciais, as Distribuidoras passaram a comprar energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR da Câmara de Compensação de Energia Elétrica – CCEE, através de leilões de energia organizado pelo CCEE, onde as distribuidoras compram energia elétrica diretamente das geradoras para atender suas declarações de necessidade de energia.

Em 2005 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, a Emissora comprou, respectivamente, 4.644 GWh e 4.847GWh dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

PERDAS DE ENERGIA

Os resultados financeiros da Emissora são afetados por perdas de energia elétrica, uma vez que essa energia poderia de outra forma ter sido distribuída a consumidores finais ou outras concessionárias. As perdas de energia estão divididas em duas categorias básicas: perdas técnicas e perdas não-técnicas.

As perdas de demanda e de energia são inerentes à operação de qualquer sistema elétrico, e devem ser contidas em níveis adequados ou “econômicos”, considerado como nível econômico aquele resultante de um equilíbrio entre investimentos e custo anual das perdas, sendo buscado um valor de perda que minimiza a função “Custo Global”.

As regras do Novo Modelo para o setor elétrico resultaram em uma expressiva mudança no método de cálculo de perdas em 2004, proveniente da energia transportada pelo sistema elétrico. Esta nova metodologia, aperfeiçoada a cada ano, amplia a exatidão do cálculo das perdas totais de energia.

O Novo Modelo para o setor incentivou a competição, permitindo o livre acesso às redes de transmissão e de distribuição, habilitando certos consumidores a adquirir energia elétrica livremente de outros fornecedores. Assim sendo, consumidores que optarem por este modo de livre negociação de fornecimento passa a ter dois contratos, quais sejam: um contrato de uso da rede de distribuição ou de transmissão com o proprietário destas, e um segundo contrato com o agente vendedor ou gerador de energia elétrica.

Também sobre a nova Regulação, os ativos de transmissão da Emissora, com tensão maior ou igual a 230 kV, fazem parte da Rede Básica Nacional que é operada pelo ONS; as perdas de energia verificadas na Rede Básica são divididas igualmente, de maneira que 50% é alocada entre agentes de geração, na proporção de cada um de seus níveis de geração e 50% é alocada entre agentes de consumo (Distribuidoras e Consumidores Livres) na proporção de cada um, de acordo com suas cargas de energia. Como resultado, as perdas na Rede Básica atribuídas a um dado agente, agora não têm relacionamento direto com ativos de Rede Básica, e, portanto, não podem os agentes ter controle sobre elas. Entretanto, essas perdas têm status de carga de serviço de transmissão de eletricidade para os agentes do setor, e faz parte da estrutura de custo, coberta pela taxa de varejo dos distribuidores, reduzindo substancialmente o risco de perdas financeiras.

Em 2005, o nível de perdas totais de energia foi 4.096 GWh. Dessa perda, 409 GWh está relacionada com operações na Rede Básica, e o restante, 3.686 GWh, reflete as perdas no sistema de distribuição e representa 8,9% da energia total (41.279 GWh) que circulou pelo sistema de distribuição. No período de cinco meses findo em 31 de maio de 2006, o nível de perdas totais de energia foi 2.216 GWh, sendo 167 GWh relacionadas com operações na Rede Básica e 2.049 GWh relacionadas com o sistema de distribuição.

A determinação das perdas se dá pela diferença entre os recursos (energia medida) e os requisitos (energia faturada).

A redução das perdas totais de energia, em termos absolutos, provém de perdas relacionadas com operações na Rede Básica, as quais foram afetadas pela redução da carga da CEMIG registrada na CCEE de acordo com o aumento do consumo de energia livre na rede de distribuição. Este aumento é explicado pela significativa migração de consumidores cativos da Emissora para o mercado livre da CEMIG GT.

As perdas de energia foram divididas dentro de duas categorias básicas: perdas técnicas e perdas não técnicas.

As perdas técnicas representaram aproximadamente 90% das perdas de energia na rede de distribuição. Essas perdas são o resultado inevitável do processo de transformação e do transporte de energia elétrica pelos 398.682 km de linhas de subtransmissão e de distribuição que a Emissora opera. Para minimizar perdas técnicas são realizadas, constantemente, avaliações rigorosas e regulares da qualidade do fornecimento de eletricidade. Rotineiramente, a Emissora reforça e expande os sistemas de transmissão e de distribuição para manter padrões de qualidade e confiabilidade e, conseqüentemente, reduzir perdas técnicas. Além disso, a Emissora opera os sistemas de transmissão e distribuição em determinados níveis de especificidades para minimizar perdas.

As perdas não-técnicas representaram 10% do restante das perdas de energia na rede de distribuição, que é o resultado de fraude, conexões ilegais, erros de medição e defeitos de medidores. Essas perdas representaram 0,9% da eletricidade que circulou pela rede de distribuição durante 2005.

Para minimizar perdas não-técnicas, regularmente, são tomadas ações preventivas, incluindo:

- Modernização dos procedimentos de inspeção em medidores e conexões de consumidores;
- Treinamento de pessoal de leitura de medidores;
- Modernização de sistemas de medição;
- Padronização de procedimentos de instalação de medidores;
- Instalação de medidores com garantias de controle de qualidade etc.

A tabela abaixo apresenta dados relacionados às perdas técnicas e não técnicas do segmento de distribuição da Emissora no ano de 2005:

Ano	Perdas Técnicas (%)	Não Técnicas (%)	Perdas Totais
2005	8,03	0,90	8,93

INVESTIMENTOS

Historicamente, o setor de distribuição de energia vem se destacando pelo elevado volume de investimentos, ainda insuficientes para o atendimento da constante demanda. A tabela a seguir mostra os valores dos investimentos realizados pela Emissora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006:

Investimentos (Em R\$ Milhões)	2005	30 de junho de 2006
Distribuição	665	500
Subtransmissão	26	21
Total	691	521

Os investimento realizados pela Emissora são necessários, não só para melhoria da eficiência de seu sistema de distribuição, de forma a evitar os riscos de cortes de energia, sobrecargas do sistema e exaustão dos equipamentos, como também para atender a novos consumidores, eliminar passivos ambientais e atender eventuais exigências da ANEEL.

Nos próximos 5 anos, a Emissora planeja investir R\$3.423 milhões em suas atividades. Tais investimentos visam, principalmente: (ii) conectar 161.000 novos clientes urbanos por ano; (iii) atingir 100% das áreas rurais ainda em 2006; (iv) reduzir perdas de energia; e (v) ampliar sua participação no mercado de distribuição.

O quadro a seguir discrimina os valores dos investimentos planejados pela Emissora para os próximos 5 anos:

Investimentos (R\$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Subtransmissão	127,0	330,2	119,9	2,5	2,5	582,1
Distribuição	1.009,1	1.004,6	291,8	186,5	186,5	2.678,5
Total	1.136,1	1.334,8	411,7	189,0	189,0	3.260,6

Fonte: CEMIG

A informação constante na tabela acima reflete as atuais expectativas da Emissora. A Emissora não tem como assegurar que seu plano de investimentos será implementado conforme acima descrito ou que os recursos para a realização de tais investimentos estarão disponíveis quando necessários. Desta forma, seu plano de investimentos poderá sofrer mudanças ao longo de sua implementação. A Emissora não está obrigada a investir tais valores. A administração da Emissora espera realizar os investimentos acima descritos por meio de recursos próprios, empréstimos bancários (rolagem de dívidas) e de financiamentos de organismos multilaterais e da Eletrobrás, bem como de emissões de títulos e valores mobiliários.

Como subsidiária integral da CEMIG, uma sociedade de economia mista, a Emissora enfrenta, atualmente, limitações em sua capacidade de obtenção de financiamentos, estando sujeita a restrições quanto à sua capacidade de celebrar certas transações financeiras internacionais nos termos das leis e regulamentos em vigor no Brasil. Dessa forma, a Emissora necessita aprovação prévia do Ministério da Fazenda brasileiro e Banco Central para realizar operações de emissões de títulos, empréstimos ou financiamentos para importação, na medida em que tais transações envolvem a realização de pagamentos mediante a compra de moeda estrangeira no Brasil para remessa ao exterior. Ademais, as instituições financeiras no Brasil estão sujeitas às restrições de exposição a risco relativo a governos estaduais, órgãos governamentais e estatais. As restrições mencionadas neste parágrafo não têm impedido a obtenção de financiamentos, embora não se possa garantir que a capacidade da Emissora de obter financiamento não será obstada por futuras restrições. Se for incapaz de levantar o capital suficiente mediante mercados domésticos ou deixar de obter a aprovação necessária para obter fundos suficientes no mercado internacional, a Emissora poderá enfrentar fluxos de caixa insuficientes para atender os dispêndios estimados de capital, fazendo com que seus resultados financeiros sejam prejudicados.

Ampliação da Capacidade de Distribuição

O plano de expansão da capacidade de distribuição da Emissora para os próximos cinco anos baseia-se em projeções de crescimento de mercado. Segundo previsões da Emissora, esse crescimento será aumentado por ligações de novos clientes, aumentos da utilização de eletricidade entre os clientes existentes e necessidades adicionais de distribuição de eletricidade decorrentes dos novos projetos de Produtor Independente de Energia – PIE. De acordo com a legislação aplicável, os PIEs têm direito de utilizar a rede de distribuição da Emissora mediante pagamento de certas taxas. Nos próximos cinco anos, segundo as previsões da Emissora, serão ligados 805.000 novos clientes urbanos e 177.000 novos clientes rurais. Em decorrência desse crescimento, a Emissora deverá acrescentar mais 696.000 postes de rede de distribuição de média voltagem, 25 subestações abaixadoras à sua rede de distribuição, aumentando a capacidade instalada da rede em 2.112 MVA. Nos próximos cinco anos, a Emissora pretende investir aproximadamente R\$3,42 bilhão na ampliação de sua capacidade de distribuição.

Projetos Relativos à Distribuição

Dentre os principais projetos de distribuição da Emissora destaca-se o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz para Todos”, instituído pelo Governo Federal em 2003 no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, que visa completar 100% da eletrificação no país até 2008, sem ônus para o consumidor. Esse programa tem por meta levar eletricidade em aproximadamente 2,5 milhões de domicílios não atendidos pelo serviço, que correspondem a mais de 12 milhões de brasileiros, sendo que 90% destes domicílios possuem renda familiar inferior a três salários mínimos e cerca de 80% estão localizados em áreas rurais.

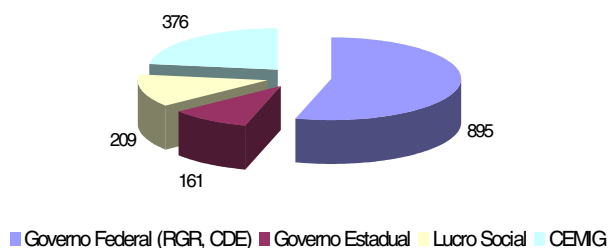
A Emissora pretende utilizar o Programa Luz para Todos para atingir sua meta de fornecimento de eletricidade a 100% dos consumidores rurais de Minas Gerais até 2006, num total de 176.000 clientes.

A Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica se tornou obrigatória através de Lei Federal que atribuiu à ANEEL a tarefa de estabelecer metas de universalização do acesso ao serviço público de energia elétrica, nas quais o atendimento de novas ligações, para unidades consumidoras com carga instalada de até 50 KW atendidas em tensão secundária, deverá ser realizado sem ônus de qualquer espécie para o solicitante.

O Programa instituído pelo Governo Federal em 2003 e denominado “Luz para Todos”, objetivou antecipar a meta de completar 100% da eletrificação no país até 2008, sem qualquer ônus para o consumidor.

Em Minas Gerais, o protocolo de adesão assinado estabelece o prazo limite da universalização no Estado de Minas Gerais até 2006, o que exigirá a ligação de aproximadamente 176 mil consumidores rurais.

Estrutura de Financiamento do Programa - R\$ milhões



O Programa tem um orçamento estimado pela Emissora em R\$1.641 milhões, sendo necessária a construção de 65 mil Km de rede rural.

Os recursos do Governo Federal são a fundo perdido ou com custos subsidiados e devem ser aportados pela Eletrobrás.

Conforme estabelecido na Assembléia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2002, 5,00% do lucro líquido anual deve ser destinado à viabilização de projetos de grande alcance social e de rentabilidade reduzida. A Emissora utilizará parte destes recursos no Programa “Luz para Todos”.

Em junho de 2005, a Emissora assinou contratos com empreiteiras com experiência em integração de grandes empreendimentos, para ligação de cerca de 140 mil clientes rurais do mercado potencial identificado na sua área de concessão, em regime de empreitada parcial. Essa medida possibilitará o cumprimento da meta e do cronograma estabelecidos para conclusão do Programa Luz para Todos em 2006. Para mais informações sobre estes contratos vide seção “Contratos Relevantes – Contratos Relacionados ao Programa Luz para Todos”.

No dia 24 de outubro, foi assinado o 2º contrato de financiamento de aproximadamente R\$376 milhões com a Eletrobrás, referente à parcela de participação do Governo Federal nas obras do Programa Luz para Todos. Até o final de 2005 já haviam sido ligados cerca de 50 mil clientes rurais.

Dentro do programa Luz para Todos está incluído o projeto Luz Solar, que utiliza energia solar na iluminação de escolas, centros comunitários e residências rurais em locais remotos ainda não alcançados pelas redes de distribuição, que pretende ligar 7.000 novos consumidores até 2006. Adicionalmente, o Subprograma “Luz no Saber” pretende ligar 1.125 escolas estaduais e municipais em 2004, o que corresponderia a 100% das escolas públicas de Minas Gerais.

O Programa Campos de Luz tem por objetivo incentivar a prática de esportes com a iluminação de campos de futebol, através de um convênio entre a Emissora e o Governo do Estado de Minas Gerais. Nos anos de 2004 e 2005 foram iluminados 144 campos. Em 2006 mais 300 campos serão iluminados. O custo orçado é de R\$18 milhões, sendo a metade de responsabilidade da Emissora.

A Emissora vem executando obras de melhoria na iluminação pública no Estado, fazendo a substituição de luminárias e lâmpadas de vapor de mercúrio por equipamentos a vapor de sódio. O objetivo principal é modernizar os sistemas de Iluminação Pública com a introdução de tecnologia mais eficiente, visando a redução do consumo de energia elétrica no horário de ponta do sistema elétrico, com redução dos gastos com operação. Além disso, visa melhorar as condições de segurança e a qualidade de vida nas cidades mineiras.

Esses projetos fazem parte do Programa de Eficiência Energética - PEE, investimentos provenientes da aplicação de 0,5% da receita líquida da Emissora no ano, que são aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Emissora utilizou o Índice de Crimes Violentos – ICV, fornecido pela Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG, para definir a ordem de atendimento das cidades e locais a serem eficientizados, estabelecendo prioridades de execução das obras. Além disso, para que o máximo de municípios fossem atendidos, a Emissora estabeleceu um valor máximo para as obras, representando em média, 4% da conta de energia elétrica da Prefeitura, atingindo um investimento total de até R\$500 mil por município.

Em 2005, no Programa de Eficientização, a Emissora substituiu aproximadamente 58 mil luminárias, espalhadas por todas as regiões de Minas Gerais, gerando uma economia de demanda da ordem de 4,6 MW/h, que representa, em um ano, 20.150 MWh de energia.

Além do atendimento à resolução da ANEEL, realizado com recursos próprios, a Emissora repassa aos municípios do Estado, financiamentos da Eletrobrás, através do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – *Reluz*. Criado em 2001, ele visa complementar ou possibilitar projetos maiores para as cidades que desejam investir em eficiência energética na iluminação pública.

O *Reluz* se diferencia dos projetos de eficiência energética da Emissora, que são aprovados pela ANEEL, pois nele, os empréstimos são liberados somente para iluminação pública, abrindo um leque de opções para esses investimentos. O financiamento, que pode ser pago em 36 parcelas fixas, com juros de 6% ao ano, pode ser obtido para diversos tipos de obras e, não apenas para a troca de lâmpadas de vapor de mercúrio pelas de vapor de sódio.

Em 2005, no Programa *Reluz*, foram modernizados 16.000 pontos de iluminação pública, principalmente em Belo Horizonte, com investimentos de R\$6 milhões, propiciando uma redução anual de 1.400 MWh no consumo.

Aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, o Programa Cresce Minas, a ser executado em 3 anos a partir de 2006, no valor global de R\$686,1 milhões, visa à recuperação das condições do sistema elétrico para atendimento ao mercado de Minas Gerais frente à retomada de crescimento, o restabelecimento das condições operativas do sistema da Transmissão e Distribuição e a manutenção os níveis de qualidade de serviço dentro dos parâmetros regulados de níveis tensão e continuidade.

Foram negociados importantes projetos de iluminação de rodovias que proporcionarão maior segurança para os usuários e para a população que habita as suas margens, destacando-se a iluminação de 22,5 km da MG-010, 22 Km da BR-040 e 9,6 Km da MG-030. A conclusão da parte relativa à BR-040 e MG-030 se deu em fevereiro de 2005 ao custo total de R\$4,96 milhões.

A iluminação da MG-010 compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e o Aeroporto Internacional Tancredo Neves (“Confins”), viabilizará a transferência dos vôos domésticos de Belo Horizonte, do Aeroporto da Pampulha para Confins, proporcionando melhor infra-estrutura e segurança aos usuários além de ampliar a utilização do Porto Seco da região. Este projeto se estenderá até 2006 com custo total previsto de R\$4,17 milhões.

DESEMPENHO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DA EMISSORA

O desempenho das concessionárias em relação à continuidade do serviço prestado de energia elétrica é medido pela ANEEL por meio de indicadores específicos, denominados Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC. As metas de DEC e FEC a serem observadas pelas concessionárias são definidas pela ANEEL, e publicadas nas contas enviadas a seus consumidores.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2006 e nos exercícios de 2005 e 2004, o valor DEC (duração média das interrupções, medido em horas por consumidor por ano) foi de 6,45, 12,21 e 10,93, respectivamente, e o valor FEC (frequência das interrupções, medido em número de interrupções por consumidor por ano) foi de 3,18, 6,77, e 6,58, respectivamente.

CCEE

Em 2005, a Emissora pagou aproximadamente R\$17,70 milhões na contabilização do CCEE e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, pagou aproximadamente R\$11,5 milhões.

Não obstante, em 2005 a Emissora faturou no mercado de curto prazo de energia R\$41,22 milhões e R\$4,0 milhões foi faturado durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2006. Considerando o contexto de sobras no Sistema Interligado, a política de operação no atacado da Emissora buscou otimizar a exposição aos preços do CCEE.

TARIFAS

Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 087, de 6 de abril de 2005, a ANEEL reajustou as tarifas da Emissora em 23,88%, sendo 12,4% relativo ao reajuste tarifário anual e 11,48% relativo aos componentes financeiros externos ao reajuste anual. Os valores relativos aos pagamentos da Taxa de Fiscalização de Energia Elétrica e da Conexão com a Transmissão foram reajustados na data base do reajuste tarifário, em abril, conforme ocorrido em 2001 com a energia comprada para revenda. Isso possibilitou o repasse imediato da variação de tais custos para a tarifa de fornecimento.

Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 310, de 6 de abril de 2006, a ANEEL reajustou as tarifas da Emissora em 16,19%, sendo 11,13% relativo ao reajuste tarifário anual e 5,06% relativo aos componentes financeiros externos ao reajuste anual. Alguns componentes financeiros foram incluídos e outros retirados (9,49%), por terem sido pagos no ciclo anterior (doze meses entre abril de 2005 e março de 2006). Desta forma, o impacto líquido na receita foi de cerca de 6,7%.

O período de vigência da Recomposição Tarifária Extraordinária para cobrir as perdas de receita com o racionamento, variação da Parcela A e pagamento das transações com energia no CCEE é de 82 meses, contados a partir de dezembro de 2001, conforme Resolução ANEEL nº 484, de 29 de agosto de 2002. Em 12 de janeiro de 2004, a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 1 alterando o prazo de duração máxima da RTE da Emissora de 82 para 74 meses, passando a vigorar no período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2008.

Os clientes de alta tensão são classificados de acordo com o nível de tensão em que a energia é fornecida e, na baixa tensão, em subgrupos de acordo com classes de atendimento. Os clientes da baixa tensão tendem a ter preços maiores do que os da alta tensão, em conformidade com seus custos de fornecimento. Há clientes subsidiados por outros, como os clientes residenciais de baixa renda e consumidores rurais.

Para que os consumidores residenciais sejam classificados e faturados com a tarifa de baixa renda, a unidade consumidora deve ser obrigatoriamente monofásica, sendo ainda necessário cumprir um dos dois critérios a seguir: apresentar média móvel mensal de consumo inferior à 80 KWh, não podendo superar 120KWh em dois meses; ou apresentar média móvel mensal de consumo entre 80 e 220 KWh, mas neste caso, ele deve estar cadastrado em um dos programas sociais do Governo Federal: Cartão Cidadão, Bolsa Escola ou Bolsa Alimentação.

Os clientes industriais, atendidos nas tensões de A1, A2, A3, são, geralmente, consumidores com contratos de grande volume e com pequena variação sazonal de demanda. Há também clientes nos grupos A4 e AS, respectivamente aqueles atendidos na tensão de fornecimento de 2,3 kV, atendidas a partir de sistemas subterrâneos de distribuição e faturados neste grupo em caráter opcional.

A tabela a seguir demonstra a média de tarifas por classe de consumidor em junho de 2006, comparados com as tarifas médias em dezembro de 2005, 2004 e 2003:

Média de Tarifas da Emissora (R\$/MWh)				
	30 de junho de 2006	31 de dezembro de		
		2005	2004	2003
Residencial	399,39	349,61	297,30	249,78
Comercial	399,40	343,14	293,65	253,26
Industrial	273,30	219,75	134,33	106,05
Rural	225,39	207,60	175,80	154,03
Iluminação Pública	234,84	205,44	175,17	154,18
Poder Público	404,81	347,97	295,17	257,23
Serviço Público	255,01	201,30	167,93	145,56
Consumo Próprio	380,75	326,64	281,69	233,63
Suprimento a outros concessionários	0	120,04	108,07	90,18
Média Ponderada - Fornecimento	317,84	285,96	173,86	155,29

Os subgrupos tarifários são definidos em função da tensão e no caso de clientes atendidos em baixa tensão também em função da classe de consumo. Com referência ao fator tensão os subgrupos dividem-se em alta, média e baixa tensão. Os subgrupos tarifários classificados como alta tensão são os seguintes:

- A1 – clientes atendidos na tensão de 230 kV;
- A2 – clientes atendidos em tensões entre 88 e 138 kV;
- A3 – clientes atendidos na tensão de 69 kV;
- A3A – clientes atendidos em tensões entre 30 e 44 kV, basicamente a tensão de 34,5 kV (não há clientes deste subgrupo na Emissora);
- A4 – clientes atendidos em tensões entre 2,3 kV e 25 kV; e
- AS – clientes atendidos em tensão de fornecimento inferior a 2,3 kV, atendidas a partir de sistemas subterrâneos de distribuição e faturados neste grupo em caráter opcional.

Na baixa tensão (tensões inferiores a 2,3kV) os subgrupos tarifários estão classificados conforme as classes de consumo, quais sejam:

- B1 – classe residencial;
- B1BR – uma subclasse da classe B1, específica a clientes baixa renda, cujas tarifas têm descontos por faixa de consumo e progressivos;
- B2 – classe de consumidores rurais com descontos para irrigantes e cooperativas;
- B3 – demais classes, onde as mais representativas são as classes comercial e industrial;
- B4 – subgrupo referente aos consumos da iluminação pública;

Além da diferenciação das tarifas em subgrupos tarifários há modalidades tarifárias distintas na alta e média tensão. As atualmente em vigência são as seguintes: (i) tarifas convencionais binômias, tarifa de energia composta por um preço para a energia consumida (kWh) e outro para a demanda de potência (kW) contratada e/ou medida; e (ii) tarifas horosazonais binômias, compostas por quatro preços para a energia consumida (kWh) com preços diferenciados em períodos do ano e horas do dia e dois preços para a demanda de potência (kW) contratada e/ou medida – a maior delas, conforme as horas do dia (caso da tarifa azul) ou um preço para a demanda da potência (kW) contratada ou medida em qualquer horário do dia – tarifa verde, oferecida apenas aos clientes A3A, A4 e AS. A diferenciação em períodos do ano e horas do dia é em função da diferença de custos. Por esse motivo os períodos do ano foram divididos em seco – maio a novembro, meses correspondentes à seca nas regiões com maior quantidade de reservatório de usinas, apresentando os maiores preços, e úmido – demais meses do ano. Também em função dos custos o dia foi dividido em horas de ponta – horários de maior utilização dos sistemas elétricos (transmissão e distribuição), e fora de ponta – demais horas.

Na baixa tensão as tarifas são monômias, um único preço de energia consumida (kWh), diferenciadas pela classe de atendimento.

Os custos da Emissora estão integralmente cobertos por suas tarifas.

Reajustes Ordinários de Tarifa

O reajuste das tarifas de fornecimento e suprimento de energia elétrica cobradas pela Emissora desde 1998 é resultado de uma fórmula paramétrica, descrita abaixo. Para os anos de 2000, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005 esse reajuste foi de 12,23%, 16,49%, 10,51%, 31,53%, 10,14% e 23,88%, respectivamente.

Em 6 de abril de 2005, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 87 (“Resolução 87”), a qual, dentre outros, homologou as tarifas de fornecimento de energia elétrica da Emissora para o ano de 2005, estabelecendo o percentual médio de reajuste das bases tarifárias da Emissora em 23,88%.

Em 26 de maio de 2004, a Emissora interpôs recurso administrativo perante a ANEEL, solicitando a manutenção do percentual de reajuste em 19,13%. A Emissora solicitou, ainda, a concessão de efeito suspensivo ao recurso para que fosse mantido o percentual inicialmente concedido até a decisão do recurso interposto.

No reajuste de abril de 2005 essa situação foi regularizada e a ANEEL ressarciu a Emissora o valor de R\$321 milhões, a serem pagos em 3 parcelas de R\$107 milhões, sendo a última em 2007.

A partir de 2003 a ANEEL passou a publicar as tarifas segregadas em transporte e energia, iniciando o processo de realinhamento tarifário.

Fórmula para Ajuste de Tarifas

Os contratos de concessão da Emissora lhe conferem o direito de utilizar as concessões por vinte anos e contêm cláusula de aumento de tarifas com base em Fórmula Paramétrica. O reajuste das tarifas de fornecimento e suprimento de energia elétrica cobradas pela Emissora desde 1998 foi realizado de acordo com a fórmula a seguir:

$$IRT = \frac{VPA + VPB (IVI \pm X)}{RA}$$

Onde:

<i>IRT</i>	<i>índice de ajuste de tarifa;</i>
<i>VPA</i>	<i>custos não controlados da companhia, como o custo de eletricidade adquirida para revenda, combustível, contribuições ao Fundo RGR, ESS, P&D, ONS, etc.;</i>
<i>VPB</i>	<i>custos controlados da companhia, como o custo de funcionários, materiais, serviços, etc.;</i>
<i>IVI</i>	<i>corrige os custos controlados da companhia de acordo com a taxa de inflação tomando por base o IGP-M, índice similar ao índice de preços do varejo,</i>
<i>X</i>	<i>fator utilizado para mensurar a produtividade da concessionária. Dependendo do desempenho da concessionária, este fator poderá aumentar ou diminuir o IVI. Este fator é calculado a cada cinco anos;</i>
<i>RA</i>	<i>receita anual da companhia.</i>

Revisão Tarifária Periódica

O processo de revisão tarifária da Emissora ocorre a cada cinco anos, modificando os valores das tarifas das empresas que detêm concessão pública para serviço de distribuição de energia elétrica. Este processo visa o equilíbrio financeiro da concessão, sendo denominado de revisão tarifária periódica. Para definir as novas tarifas, são consideradas as mudanças ocorridas na estrutura de custos e de mercado das concessionárias e a taxa adequada de retorno sobre os investimentos realizados e a base de remuneração regulatória. São ainda considerados os ganhos futuros de eficiência que são obtidos pelas distribuidoras de energia elétrica, denominado fator X. O fator X objetiva compartilhar os ganhos de eficiência com os consumidores, podendo ser aplicado como possível redutor nos reajustes anuais das distribuidoras, até a próxima revisão tarifária periódica. O fator X é um mecanismo que visa capturar o ganho de escala que as distribuidoras obtêm ao atender uma maior demanda com custos incrementais menores.

Foi definido pela ANEEL que a base de remuneração das concessionárias, para fins de revisão tarifária, será o montante dos investimentos realizados pelas distribuidoras, avaliado pelo custo de reposição, na prestação dos serviços para o consumidor, sendo comparados com modelos de referência desenvolvidos pela ANEEL.

O processo de revisão tarifária da Emissora para o ano de 2003, teve o seu início no dia 5 de abril de 2002, com a divulgação do cronograma do evento, o qual previa a apresentação na internet, pela ANEEL, da proposta de revisão, bem como a promoção de consulta pública dos valores envolvidos.

Em abril de 2005, a ANEEL homologou a tarifa a ser aplicada a partir de 8 de abril do referido ano no percentual médio aplicado de 23,88%.

A Emissora já tem garantido pela ANEEL uma complementação da sua revisão tarifária periódica, conforme Resolução Homologatória nº 71, de 07 de abril de 2004. O reajuste médio aplicado às tarifas de distribuição da Emissora, em 08 de abril de 2003, foi de 31,53%. Entretanto, conforme a Resolução acima mencionada, o reposicionamento tarifário fixado para a Emissora e que deveria ter sido aplicado era de 37,86%. Em abril de 2005 a ANEEL finalizou o processo de Revisão Tarifária da CEMIG com um percentual de 44,41%. A diferença percentual apurada será compensada pela ANEEL nos reajustes tarifários previstos para os anos de 2005 a 2007. Isso significa que haverá um incremento anual de receita previsto para os próximos 3 anos de, aproximadamente, R\$317,5 milhões (valores de 08 de abril de 2005), em relação à situação atual.

Recentemente, o Tribunal de Contas da União encaminhou à ANEEL solicitação para revisão da metodologia de cálculo da revisão tarifária periódica das empresas do setor, por entender que ela não considera o benefício fiscal do juro sobre capital próprio na formação da tarifa, e que, dessa forma, o reajuste tarifário concedido deveria ter sido menor. Essa situação afeta não somente a Emissora, mas também todas as empresas concessionárias. A ANEEL, por outro lado, contratou os serviços da Fundação Universitária de Brasília para avaliar a metodologia, no intuito de questionar a posição do Tribunal de Contas. O desfecho dessa pendência, entretanto, não é esperado para breve e caso seja desfavorável para a Emissora, o impacto poderá afetar adversamente seu resultado operacional e sua condição financeira.

FONTES DE RECEITA

As receitas da Emissora originam-se (i) da venda de energia para seus consumidores; e (ii) do pagamento de TUSD por concessionárias e consumidores livres pelo uso do sistema de distribuição da Emissora a que estão conectados.

A tabela a seguir apresenta, de forma segregada, as receitas da Emissora decorrentes de suas atividades, nos períodos indicados:

<i>(Em R\$ Milhões)</i>	Em 30 de junho de 2006	2005
Receitas Operacionais		
Fornecimento a Consumidores Finais	3.843	7.335
Suprimento a Outras Concessionárias e Transações com energia na CCEE/MAE	6	95
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	3.849	7.430
Reajuste Tarifário Diferido	-	591
Receita de Uso da Rede	587	1.201
Outras Receitas Operacionais	26	53
Total	4.462	9.275

VENDAS DE ENERGIA

Clientes e Comercialização

Os clientes da Emissora estão todos localizados em sua área de concessão e são classificados em cinco categorias principais: (i) industriais (que incluem atividades de mineração, manufatura e transformação); (ii) residenciais; (iii) comerciais (que incluem empresas de prestação de serviços, universidades e hospitais); (iv) rurais; e (v) outros (que incluem instituições governamentais e públicas).

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, a Emissora vendeu 20.280 GWh de energia (excluindo consumo próprio) a consumidores finais e outros agentes da CCEE, representando uma receita de R\$5.824,49 milhões. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2006 foram vendidos 9.827GWh, representando R\$3.752 milhões de receita. A tabela abaixo apresenta o volume de vendas de energia para clientes industriais nos períodos indicados:

Clientes Industriais	Volume de Vendas de Energia em GWh		Consumo como porcentagem do volume de vendas de energia industrial total	
	30 de junho de 2006	2005	30 de junho de 2006	2005
Indústria automotiva	97	211	4,0	3,9
Indústria de cimento	7	102	0,3	1,9
Indústria mineradora	134	574	5,6	10,8
Indústria de ferroligas	91	86	3,8	1,6
Indústria de metais não-ferrosos	54	85	2,3	1,6
Siderurgia	272	694	11,4	13,0
Outros	1.737	3.581	72,6	67,2
Total de clientes industriais	2.392	5.333	100,0	100,0

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2006 e no ano de 2005, a Emissora faturou 90.874e 135.007 novos consumidores, respectivamente.

Número de Consumidores

2005	6.009.860
30 de junho de 2006	6.100.734

A maior parte da eletricidade vendida pela Emissora é comprada por clientes residenciais, que participaram com 32,4% do consumo total da Emissora em 2005 e com 33,6% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006.

Contribuindo para o aumento de produção de seus clientes e utilizando-se de capacidade ainda disponível de seu sistema de distribuição e de sobras de energia de seu mercado, a Emissora ofertou energias especiais a seus clientes cativos, minimizando perdas decorrentes de venda no mercado atacadista, em que, atualmente, as tarifas para venda de energia são menores, garantido a competitividade aos seus clientes.

A tabela a seguir fornece informações adicionais relativas às dez maiores unidades consumidoras da Emissora no exercício encerrado em 30 de junho de 2006:

Dez Maiores Clientes	Indústria
1 - Fertilizantes Mitsui S.A. Ind. E Comércio	Química
2 - Celulose Nipo-Brasileira S.A.	Celulose, Papel e Papelão
3 - Belgo Siderurgia S/A	Siderurgia
4 - Ligas de Alumínio S.A.	Ferroligas
5 - Saint-Gobain Materiais Cerâmicos	Química
6 - Italmagnésio Nordeste S.A.	Ferroligas
7 - Domingos Costa Indústrias	Mecânica
8 - Fertilizantes Fosfatados	Química
9 - Votorantim Metais Zinco S.A.	Não-Ferrosos
10 - Companhia Tec. Santanense	Vestuário

Em 31 de dezembro de 2005, os dez maiores clientes industriais da Emissora responderam por praticamente 2,7% da eletricidade total consumida e 1,4% da receita. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, esses percentuais foram de 2,1% e 1,1%, respectivamente. A maioria dos contratos celebrados pela Emissora e seus dez maiores clientes industriais possuem prazo de vigência até 2010.

ANÁLISE DE DEMANDA

As tabelas abaixo apresentam o volume total de energia vendida pela Emissora nos períodos indicados:

	(Não revisado pelos Auditores Independentes)		
	Em 31 de dezembro de 2005		
	Nº de Consumidores	MWh	R\$ Mil
	31.12.2005	31.12.2005	31.12.2005
Residencial	4.927.966	6.589.664	3.125.036
Industrial	69.084	5.333.436	1.432.137
Comércio, Serviços e Outros	537.656	3.754.005	1.542.184
Rural	417.026	1.940.701	483.493
Poder Público	47.731	570.536	224.308
Iluminação Pública	2.224	1.022.433	250.656
Serviço Público	7.400	981.016	236.980
Sub-Total	6.009.087	20.191.791	7.294.794
Consumo Próprio	769	28.897	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	116.359
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(76.545)
	6.009.856	20.220.688	7.334.608
Suprimento a Outras Concessionárias	4	88.115	54.195
Transações com energia na CCEE/MAE	-	-	41.225
	6.009.860	20.308.803	7.430.028

(Não revisado pelos Auditores Independentes)			
Em 30 de junho de 2006			
	Nº de Consumidores	MWh	R\$ mil
Residencial	4.984.274	3.310.420	1.670.582
Industrial	69.371	2.391.539	636.633
Comércio, Serviços e Outros	541.673	1.947.818	831.074
Rural	446.266	859.973	236.480
Poder Público	48.617	294.581	120.395
Iluminação Pública	2.251	523.272	131.689
Serviço Público	7.514	499.600	124.709
Sub-Total	6.099.966	9.827.103	3.751.562
Consumo Próprio	768	14.872	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	61.268
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	30.438
	6.100.734	9.842.075	3.843.268
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	-
Transações com energia na CCEE/MAE	-	-	5.854
	6.100.734	9.842.075	3.849.122

O faturamento total da Emissora em 2005 foi de aproximadamente R\$7.430 milhões. No referido período, os clientes residenciais responderam por 32,45% do total de energia vendida, os clientes industriais responderam por 26,26% do total de energia vendida, os clientes comerciais responderam por 18,48% do total de energia vendida, os clientes rurais responderam por 9,56% do total de energia vendida e os demais clientes responderam por 13,25% do total de energia vendida.

Já no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, o faturamento total da Emissora foi de aproximadamente R\$3.849 milhões, sendo que os clientes residenciais responderam por 33,64% do total de energia vendida, os clientes industriais responderam por 24,30% do total de energia vendida, os clientes comerciais responderam por 19,79% do total de energia vendida, os clientes rurais responderam por 8,74% do total de energia vendida e os demais clientes responderam por 13,53% do total de energia vendida.

A análise do desempenho do mercado faturado da Emissora comparando-se os resultados do período de seis meses findo em 30 de junho de 2006 com igual período do ano anterior, está apresentada a seguir.

A energia faturada totalizou 9.842.075 MWh, com uma variação de -3,9%, devido principalmente à migração de clientes cativos para o mercado livre, no ano de 2005. Entende-se por energia faturada total, a soma dos montantes de energia vendida a consumidores finais, incluindo o consumo próprio. O mesmo critério deve ser considerado na análise da classe industrial.

- Na classe Residencial foram faturados 3.310.420 MWh, com participação de 33,6% do mercado total e crescimento de 0,5%. Tal crescimento se deu devido ao aumento dos dias de faturamento verificados em 2006 (180 dias), apresentando 1,1 dia a mais que 2005. O número de consumidores cresceu 2,2%, com acréscimo de 56.308 novos consumidores. O consumo por consumidor médio mensal foi de 110,7 kWh/mês, 1,6% menor que o verificado em junho de 2005 (112,5 kWh/mês). Alguns indicadores macroeconômicos mostraram desempenho positivo durante o período de seis meses findo em 30 de junho, tais como: população ocupada RMBH (crescimento de 5,4%), rendimento médio real habitual RMBH (crescimento de 4,3%), taxa de desemprego RMBH (redução de 0,1 %) e volume de crédito a pessoa física Brasil (crescimento de 12,5%); no entanto, a esse desempenho positivo dos indicadores não se observou um correspondente efeito de elevação, na mesma magnitude, no mercado da classe residencial.
- Na classe Industrial foram faturados 2.391.539 MWh, ou seja, 24,3% do mercado total; ressalta-se a redução de energia faturada em 17,8%, fato explicado pela migração de clientes cativos para o mercado livre. Os indicadores macroeconômicos do setor industrial no Estado mostraram um desempenho positivo desse setor no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, nos seguintes pontos: produção física industrial (crescimento de 4,6%), pessoal empregado (crescimento de 4,2%) e horas trabalhadas (crescimento de 5,8%).

- Na classe Comercial foram faturados 1.947.818 MWh, com participação de 19,8% do mercado total e crescimento de 3,1%. No período, foram incorporados 4.017 novos consumidores. Três atividades detem 53,9% deste mercado: Comércio Varejista (31,0%), Serviço de Alojamento e Alimentação (12,5%) e Serviços Auxiliares Diversos (10,4%), que tiveram crescimento de 3,0%, 1,6% e 3,9%, respectivamente.
- Na classe Rural foram faturados 859.973 MWh, com participação de 8,7% do mercado total, e crescimento de 3,7%. O consumo convencional, com participação de 77,7% no total da classe, cresceu 4,7%; já o consumo referente à irrigação, com participação de 22,3% no mercado total da classe, cresceu 0,6% devido a elevação da temperatura, no mês de abril do ano anterior, ocasionando um consumo atípico no mês, enquanto no primeiro semestre de 2006 o clima foi mais ameno. Quanto ao consumo convencional seu crescimento foi devido ao Programa Luz para Todos, que registrou no período acréscimo de 28.636 consumidores faturados.
- Nas Outras Classes (Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público, Consumo Próprio), foram faturados 1.332.325 MWh, com participação de 13,5% do mercado total e crescimento de 0,9%. Destaca-se na classe Poder Público a abertura de novas unidades de Saúde, Escolas Municipais/Estaduais/Federais e Penitenciárias.

Em 2006, com o término dos Contratos Iniciais, a Emissora não mais fornece energia para outras Concessionárias.

Alguns contratos de fornecimento de energia elétrica celebrados entre a Emissora e grandes consumidores, dispõem sobre a realização de obras para viabilização desse fornecimento, as quais são financiadas pelos próprios consumidores. Referidos financiamentos são pagos parceladamente pela Emissora de acordo com cada contrato e, sobre o valor principal, incidem juros a uma taxa de 6% ao ano. O valor total do saldo devedor de tais contratos em 30 de junho de 2006, era de R\$7,47 milhões.

Atendimento aos Clientes

A Emissora mantém os seguintes canais de relacionamento com seus clientes, que disponibilizam os seguintes serviços:

- *Internet.* Por meio do seu endereço eletrônico www.cemig.com.br, os clientes solicitam alteração do cadastro, da data de vencimento e do endereço para entrega da conta, consumo final, extensão de rede, poda de árvore, manutenção da iluminação pública, ressarcimento de danos, informações técnicas, outros serviços, informações sobre cobrança de valores, taxas e serviços, denunciam fraudes, interligações e auto-religação, emitem segunda via de conta, estimam o consumo de energia elétrica, consultam histórico de consumo e pagamento de contas, informam leituras e imprimem normas técnicas.
- *Call Center.* A Emissora mantém uma central de atendimento aos clientes, através da qual eles podem chamar gratuitamente e obter informações e solicitar qualquer tipo de serviço que a Emissora presta.
- *Agências de Atendimento.* A Emissora mantém 127 Agências de Atendimento aos seus clientes, instaladas estrategicamente nas principais cidades da sua área de concessão, que prestam todos os tipos de atendimento demandados pelos clientes que preferem um atendimento personalizado e de qualidade.
- *Quiosques de auto-atendimento.* A Emissora possui 83 quiosques de auto-atendimento informatizados, que os clientes utilizam para consultar dados cadastrais, o histórico de consumo e de pagamento de contas, emitir segunda via de conta e solicitar poda de árvore.
- *Agente Arrecadador.* A Emissora mantém contrato com 90 estabelecimentos comerciais em toda a sua área de concessão, que além de receber o pagamento das contas de energia, permitem aos clientes consultar débitos, solicitar segunda via de contas e receber orientações diversas.

FATURAMENTO E COBRANÇA

O faturamento mensal e os procedimentos de cobrança relativos ao fornecimento de eletricidade pela Emissora variam segundo a classe e tensão de seus clientes.

Os clientes de grande porte, que recebem eletricidade em voltagem igual ou maior que 69 Kv, independente de serem considerados como cativos ou livres, geralmente são faturados no mesmo dia da leitura de seus medidores. O pagamento nesse caso deve ser efetuado dentro de cinco dias úteis a contar da entrega da fatura, sendo que para os clientes do Serviço Público (água, esgoto e saneamento) o prazo para pagamento é de 10 dias úteis, conforme estabelece a legislação vigente. No caso de clientes livres, que são consumidores da CEMIG GT, o pagamento deverá ocorrer de acordo com os prazos ajustados nos respectivos contratos. O mesmo procedimento ocorre para os clientes livres atendidos em média tensão.

Os demais clientes que recebem eletricidade em média voltagem, considerados como clientes cativos (aproximadamente 9.000 clientes recebem eletricidade em voltagem igual ou maior a 2,3 Kv e menor que 69 kV ou são ligados por meio de redes de distribuição subterrânea, com exceção de instituições do setor público) são faturados em até dois dias a contar da leitura de seus medidores, devendo o pagamento ser efetuado dentro de cinco dias úteis da entrega da fatura, sendo que para as classes Serviço Público (água, esgoto e saneamento) e Poderes Públicos o prazo para pagamento é de 10 dias úteis, conforme legislação vigente.

Os demais clientes (baixa tensão) da Emissora são faturados em intervalos médios de sete dias a partir da leitura de seus medidores, devendo o pagamento ser efetuado dentro de 10 dias da entrega da fatura ou de 15 dias, no caso de instituições do setor público. As faturas são elaboradas a partir da leitura dos medidores.

Para realização de seus pagamentos, os clientes da Emissora contam com uma rede de agentes arrecadadores, a qual inclui instituições financeiras, estabelecimentos comerciais, agências dos correios, agentes lotéricos e cooperativas de crédito. Adicionalmente, os pagamentos podem ser realizados via “internet”, diretamente no “site” do Banco ou por meio de débito automático em conta.

Procedimentos de Cobrança

A Emissora possui um eficiente procedimento de cobrança de suas faturas o que resulta em uma arrecadação mensal equivalente a, aproximadamente, 93% de seu faturamento mensal.

O procedimento de cobrança de clientes inadimplentes da Emissora é realizado de duas formas. Para aqueles consumidores diretamente conectados com as linhas de transmissão da Emissora, os agentes de negócio entram em contato imediato com o consumidor inadimplente para negociar as condições de pagamento do débito. Já para aqueles consumidores de serviços de baixa tensão, a Emissora envia, aproximadamente, no 15º dia após o vencimento um reaviso para o consumidor, sendo que após mais 20 dias é iniciado o processo de corte.

Havendo problemas ou recusa do cliente em receber referidos comunicados, a mensagem de débito constará da fatura subsequente à vencida. Em ambos os casos a interrupção do fornecimento de energia elétrica será efetivada após 15 dias, contados do conhecimento do cliente.

Inadimplência

A inadimplência mensal da Emissora se mantém, em patamares históricos, com variações mensais nunca superiores a 25%. A Emissora vem adotando medidas para diminuir o nível considerável de inadimplência por parte de seus consumidores.

Em 30 de junho de 2006, a Emissora possuía aproximadamente R\$531 devidos em faturas vencidas, o que representou 5,26% das vendas da Emissora no referido ano. Desse valor, R\$199 milhões correspondiam a faturas vencidas em um período menor ou igual a 30 dias.

A tabela a seguir mostra a posição de contas a receber da Emissora, em 30 de junho de 2006 e 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003:

Idade dos Débitos	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2006		2005		2004		2003	
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)
Valores a vencer	886.763	57,13	543.412	52,12	408.105	50,47	294.540	42,37
Vencidos até 30 dias	199.960	12,88	191.479	18,36	149.987	18,55	151.179	21,
Vencidos de 31 até 60 dias	29.829	1,92	31.879	2,68	40.438	5,00	37.569	5,40
Vencidos de 61 até 90 dias	14.697	0,95	14.111	1,19	20.402	2,52	17.878	2,57
Vencidos acima de 90 dias	420.860	27,12	281.076	32,17	189.682	23,46	193.988	27,91
Total	1.552.104	-	1.042.690	-	808.614	-	695.154	-

A maioria dos clientes inadimplentes da Emissora realiza o pagamento de suas faturas vencidas antes do corte de fornecimento de eletricidade. Não existem restrições legais quanto à capacidade da Emissora de efetuar o corte de energia de clientes inadimplentes. A Emissora geralmente negocia a dívida antes de efetuar os cortes de energia elétrica em seus clientes de alta tensão. Já para os clientes de média tensão a Emissora também negocia a dívida e, caso não obtenha êxito, a energia elétrica é cortada em 15 dias após o reaviso. Finalmente, para os clientes de baixa tensão, os cortes de energia elétrica são realizados em prazos distintos, dependendo da região da área de concessão. Nesse último caso, a Emissora realiza o provisionamento de 100% dos débitos em atraso há mais de 180 dias.

Os 5 maiores devedores do setor privado da Emissora, em 30 de junho de 2006, deviam à Emissora o valor de aproximadamente R\$135,8milhões, incluindo-se nesse montante débitos com pendências judiciais.

As tabelas abaixo demonstram o valor da dívida do Poder Público com a Emissora, em 30 de junho de 2006:

Órgão	(R\$ mil)	(%)
Poder Público Federal	6.052	18,36
Poder Público Estadual	2.726	8,27
Poder Público Municipal	24.183	73,37

VENDAS DA EMISSORA

As vendas da Emissora durante o ano de 2005 e durante período de seis meses findo em 30 de junho de 2006 estão representadas abaixo:

Valores em GWh

Ano	Primeiro Trimestre	Segundo Trimestre	Terceiro Trimestre	Quarto Trimestre
2005	5.185	5.041	4.997	5.057
2006	4.849	4.978	-	-

CONCORRÊNCIA

O setor elétrico tem passado por extensa reestruturação, ainda não totalmente consolidada. O impacto da concorrência deve ser considerado sob a perspectiva dos negócios da cadeia produtiva da energia elétrica, em que existe atividade concorrencial.

A Emissora, monopólio natural, pode ser afetada pelos custos de tendência crescente da geração alocada para o *pool* de energia (um dos pilares do modelo setorial em consolidação) e de transmissão. A concorrência nos leilões de geração nova alocada ao *pool* e de transmissão, vista de forma abrangente para o setor elétrico, tem um aspecto benéfico para a Emissora, em função da redução dos gastos com energia elétrica e uso do sistema de transmissão. Tarifas finais para consumidores podem ser menores, reduzindo assim a inadimplência, furtos e fraudes.

No que tange especificamente aos clientes livres, sua liberação *per se* não tende a afetar a rentabilidade da Emissora, desde que esses clientes se mantenham ligados à rede de distribuição e demandando energia em patamares normais de sua operação própria. Nesta circunstância, a Emissora apenas reduz sua receita e, na mesma medida, gastos não gerenciáveis (*pass-through*), sem, a princípio, afetar sua rentabilidade.

Grandes clientes cativos que disponham de alternativas energéticas, como por exemplo, auto-produção (manutenção de fonte própria de geração de energia) e co-geração (a geração de energia em suas próprias plantas industriais, por meio do aproveitamento de resíduos energéticos de processos produtivos) podem reduzir contratos com a Emissora. Por outro lado, a eficientização energética pode contribuir para adiar investimentos, possibilitando a priorização de investimentos com maior agregação de valor.

Cabe destacar que a Emissora apresenta determinadas condições operacionais que a tornam, na prática, menos vulnerável:

- capilaridade da rede elétrica, que abrange a quase totalidade do Estado de Minas Gerais e favorece a diversificação de fontes de receitas, via segmentação do mercado, com maior diluição do risco de crédito;
- estrutura e vasta experiência em relacionamento com clientes industriais de grande porte. De acordo com a política comercial da Emissora, existem gerentes especializados em contas de clientes específicos, o que permite a prestação personalizada de serviços. A Emissora também disponibiliza serviços e informações via *internet*, por meio de *site* especializado; e
- inserção em um grupo de energia que tem, entre os seus negócios, a distribuição de gás, de modo que isso confere maior controle sobre a chamada *geração distribuída* termoelétrica (fontes de energia termoelétrica perto dos centros de consumo). Ou seja, o risco de realocação de retornos econômicos entre os negócios *energia elétrica* e *gás* pode ser melhor controlado, o que possivelmente não ocorreria se a distribuidora de gás estivesse sob o controle de outro grupo econômico.

A Emissora não tem conhecimento de planos, por parte de clientes de grande porte, de firmar contrato diretamente com outros geradores de energia elétrica ou de realizar autogeração de eletricidade. Destaca-se que a migração de grandes clientes da Emissora para empresa CEMIG GT (do mesmo grupo empresarial) já ocorreu, em boa medida, em função de estratégia bem sucedida do grupo, cuja implementação se encontra bastante avançada.

FORNECEDORES

A Emissora é uma das principais empresas compradoras de insumos do estado de Minas Gerais, efetuando também aquisições no Brasil e no exterior. No âmbito de sua política de suprimento, a Emissora adquire, inspeciona e movimenta material e serviços no montante aproximado de R\$718 milhões anuais, destinados a seus programas de investimento e manutenção operacional.

Como subsidiária integral da CEMIG, empresa de economia mista controlada pelo Estado, a Emissora efetua suas aquisições e contratações de acordo com as normas e princípios estabelecidos pela Lei 8.666/93.

As tabelas abaixo apresentam os itens e serviços de maior relevância financeira adquiridos e/ou contratados pela Emissora em 2005 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006:

<i>(Em R\$ Milhões)</i>		
Material	2005	30 de junho de 2006
Medidores polifásicos de energia	13,90	4,46
Cabos multiplexados	28,83	4,98
Medidores monofásicos de energia	13,00	9,70
Trafo religador	3,10	0
Transf. de distribuição trifásicos	25,90	1,00
Postes de concreto	16,30	2,40
Cabos CAA	25,50	1,40
Luminárias para iluminação pública	13,42	0,72
Subtotal	139,95	24,66

<i>(Em R\$ Mil)</i>		
Serviços	2005	30 de junho de 2006
Convênios	0,14	0,14
Estudo/Pesquisa/Consultoria	14,07	2,52
Informática	54,57	74,06
Locação	9,06	2,95
Manutenção	3,73	3,96
Manutenção Outros	1,32	0,54
Serviços E Obras	256,50	116,20
Serviços Gerais	39,79	30,46
Telecomunicações	20,13	2,02
Transportes	17,20	3,96
Outros	161,53	5,24
Subtotal	578,04	242,05

As empresas interessadas em fazer parte do quadro de fornecedores da Emissora poderão fazê-lo por meio do preenchimento de formulário específico de cadastramento, avaliado pela Emissora, com base em critérios de capacitação comercial, técnica e financeira dos potenciais fornecedores. O fornecedor aceito será vinculado aos grupos de material e/ou serviços para os quais for considerado apto, com a respectiva emissão do Certificado de Registro Cadastral, com validade por 1 ano.

ATIVO IMOBILIZADO

Os principais bens da Emissora consistem em máquinas e equipamentos, edificações, obras civis e benfeitorias. As instalações da Emissora são, em geral, adequadas às suas atuais necessidades, sendo convenientes às finalidades a que se destinam. O valor contábil líquido do ativo imobilizado total da Emissora, em 30 de junho de 2006, era de aproximadamente R\$3.426,11 milhões, incluindo o ativo imobilizado em curso e deduzindo as Obrigações especiais Vinculadas à Concessão, que referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária. Conforme práticas contábeis e regulamentação específicas do setor elétrico brasileiro, os referidos valores não são atualizados ou sujeitos a amortização ou depreciação.

A tabela abaixo apresenta os principais ativos imobilizados da Emissora, em 30 de junho de 2006:

<i>(Em R\$ Mil)</i>	30 de junho de 2006		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	7.889.036	(3.743.689)	4.145.347
- Distribuição	7.580.084	(3.536.649)	4.043.435
Intangíveis	7.924	(469)	7.455
Terrenos	15.790	-	15.790
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	223.731	(104.459)	119.272
Máquinas e Equipamentos	7.286.294	(3.399.754)	3.886.540
Veículos	35.800	(21.670)	14.130
Móveis e Utensílios	10.545	(10.297)	248
- Administração	308.952	(207.040)	101.912
Intangíveis	63.867	(37.649)	26.218
Terrenos	1.145	-	1.145
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	42.841	(22.953)	19.888
Máquinas e Equipamentos	148.986	(98.121)	50.865
Veículos	33.065	(29.847)	3.218
Móveis e Utensílios	19.048	(18.470)	578
Em Curso	1.270.802	-	1.270.802
- Distribuição	1.183.687	-	1.183.687
- Administração	87.115	-	87.115
Total do Imobilizado	9.159.838	(3.743.689)	5.416.149
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(1.990.042)	-	(1.990.042)
Imobilizado Líquido	7.169.796	(3.743.689)	3.426.107

MEIO AMBIENTE

As atividades de distribuição de energia elétrica da Emissora estão sujeitas à legislação federal e estadual de ampla cobertura referente à preservação do meio ambiente. A Constituição Federal confere poderes aos Governos Federal e Estadual para promulgar leis destinadas a proteger o meio ambiente e a editar regulamentação ao amparo dessas leis. Os governos estaduais podem promulgar regulamentação ambiental ainda mais severa do que as promulgadas na esfera federal e a maior parte da legislação ambiental no Brasil foi promulgada na esfera estadual. A empresa que violar a legislação ambiental aplicável poderá ficar sujeita a multas significativas e restrições às suas atividades que poderia exercer. Os órgãos estaduais responsáveis pela expedição de licenças ambientais em Minas Gerais são a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM e o Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM.

A Emissora acredita estar cumprindo os aspectos relevantes de todas as leis e regulamentos ambientais pertinentes. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005, a Emissora investiu aproximadamente R\$6 milhões no cumprimento da legislação ambiental e na implantação de novos empreendimentos. Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, o investimento foi de R\$0,4 milhões.

Política Ambiental

A Emissora trata a questão do meio ambiente de maneira altamente profissional, definindo estratégias ambientais, no curto, médio e longo prazo. Para tanto, possui um Comitê de Planejamento Estratégico, o qual visa tomar conhecimento das questões ambientais, buscando sempre novas soluções e melhorias. De forma a melhor tratar a questão do meio ambiente, a Emissora elabora um plano quinquenal de negócios, bem como programas e orçamentos anuais, definindo, ainda, prioridades corporativas, visando, dessa forma, gerar riqueza de maneira ambientalmente correta, por meio de sistemas de gestão, análise de impactos, verificações e parcerias e soluções tecnológicas.

A Emissora conduz auditorias internas anuais de forma a verificar suas políticas ambientais. Além disso, a Emissora estabelece diversos programas de prevenção e controle de danos, com a finalidade de limitar os riscos relacionados às questões ambientais. De acordo com a sua política ambiental, a Emissora contabiliza os custos destes programas quando efetivamente incorridos, provisionando os respectivos custos de recuperação quando sua responsabilidade é considerada provável e os referidos montantes calculáveis.

A Emissora tem participação em diversos Conselhos de Meio Ambiente, entre os quais: (i) Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais - COPAM, na Câmara de Infra-Estrutura; (ii) Conselho Estadual de Recursos Hídricos; e (iii) Quase todos os Comitês de bacias de rios de Minas Gerais e que passam pelo Estado.

A Emissora investe em pesquisa e desenvolvimento ambiental e participa de programas de reflorestamento ciliar, arborização urbana, educação ambiental para a população e diversas outras ações.

A Lei Estadual Nº 15.972, publicada em 12 de janeiro de 2006, sobre fiscalização ambiental, alterou a estrutura orgânica dos órgãos de meio ambiente de Minas Gerais, além de estabelecer em diversos de seus artigos, disposições relativas a uma elevação dos valores das multas a serem aplicadas no Estado e ampliação dos mecanismos de fiscalização, que agora incluem a Polícia Ambiental de Minas Gerais. A Lei ainda carece de regulamentação de alguns de seus artigos. Acreditamos que a promulgação desta lei e sua regulamentação irá reforçar a fiscalização ambiental no Estado de Minas Gerais, onde estão situadas a maior parte das instalações da Emissora.

Licenciamento Ambiental

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de obras que utilizem recursos ambientais e que sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras e passíveis de causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento ambiental, concedido pelo respectivo órgão ambiental competente. A ausência da licença ambiental pode sujeitar uma empresa a sanções de natureza civil, administrativa e/ou penal.

A Emissora tem obtido todas as licenças ambientais necessárias à implantação de seus empreendimentos.

Atendimento às Exigências Ambientais

A Emissora acredita estar em total cumprimento com as leis e regulamentos ambientais aplicáveis. Durante o ano de 2005 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, a Emissora investiu aproximadamente R\$6,00 milhões e R\$0,4 milhões, respectivamente, em projetos de adequação ambiental de instalações e equipamentos, e na implantação de novos empreendimentos. Adicionalmente, a Emissora gastou R\$24,0 milhões em despesas de operação e manutenção no desempenho de suas atividades, tais como destinação final de resíduos, implantação de sistemas de gestão ambiental, auditorias, plantio de mata ciliar, produção de alevinos, implantação das políticas de poda de árvores e óleo, programas de educação ambiental, manutenção das unidades de conservação, treinamento e outras ações.

Licença de Operação Ambiental Corretiva

As Portarias Normativas do COPAM nº 17/96 e nº 23/97 estabelecem que as licenças de operação deverão ser renovadas de tempos em tempos por períodos de 4 a 8 anos dependendo do tamanho e do potencial poluidor da instalação. De acordo com o disposto na Portaria nº 28/03 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, a renovação das licenças de operação das usinas hidrelétricas está condicionada a um parecer favorável do IPHAN com relação aos estudos arqueológicos da área de depleção do reservatório da usina.

De acordo com a Resolução do CONAMA nº6/87, estudos de avaliação de impacto ambiental devem ser feitos com a preparação do relatório de avaliação de impacto ambiental, para as maiores instalações de geração construídas no Brasil depois de fevereiro de 1986. Enquanto esses estudos não são requeridos pelos órgãos ambientais para instalações construídas antes de fevereiro de 1986, tais instalações deverão obter licença de operação ambiental corretiva, mediante apresentação de formulário contendo certas informações referentes à instalação em questão. Após o recebimento do formulário, o órgão ambiental competente poderá determinar que sejam desenvolvidos estudos ambientais complementares ao pedido de licença corretiva.

A Lei Federal nº 9.605/98 estabeleceu multas para instalações que operem sem licenças ambientais. Em 1998, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 1.710 (atualmente Medida Provisória nº 2.163/41), que estabelece disposições para operadoras de projeto visando à celebração de contratos com os órgãos normativos ambientais competentes para o fim de dar cumprimento à Lei Federal nº 9.605/98.

A Emissora está negociando com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a FEAM a obtenção de licença de operação ambiental corretiva para todos os seus empreendimentos que tenham iniciado operação antes de fevereiro de 1986.

Os critérios de compensação ambiental e social não estão definidos, o que poderá fazer com que as solicitações de órgãos ambientais, Ministério Público, ONGs e populações afetadas sejam adicionais às tradicionalmente propostas. Devido a essas incertezas, as compensações ambientais e sociais podem afetar o licenciamento (inclusive o corretivo), prazos e orçamento de novos empreendimentos, e até mesmo inviabilizá-los. Ressalta-se que existem discussões atualmente em andamento nos órgãos ambientais oficiais (federal e estadual) com o objetivo de estabelecer critérios para disciplinar as compensações ambientais.

Termos de Ajuste de Conduta – TACs

- *Ofício nº 2551/05 de 04/11/05:* O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo, requisitou à Emissora que adotasse providências para sanar irregularidades encontradas em algumas de suas subestações localizadas em Belo Horizonte, objeto de vistoria feita pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG. Em atendimento ao requerimento, a Emissora informou à Promotoria, através da correspondência JR/TA – 12298 de 26/12/2005, que já estava sendo adotadas as medidas cabíveis no sentido de regularizar as questões apontadas no ofício em referência.

- *Termo de Compromisso entre o Ministério Público de Minas Gerais e CEMIG de 09/08/02:* A Emissora se comprometeu a não realizar novas ligações de energia elétrica em parcelamentos irregulares do solo urbano que estejam localizados, total ou parcialmente, em áreas consideradas de proteção ambiental.

Custos de Preservação e Recuperação Ambiental

A Emissora estabelece diversos programas de prevenção e controle de danos, com a finalidade de limitar os riscos relacionados às questões ambientais. Tais programas são estabelecidos no âmbito de cada diretoria da Emissora, cujas respectivas ações são coordenadas pela Vice-Presidência e pelo Comitê de Meio Ambiente, a qual define suas políticas e diretrizes ambientais.

De acordo com a sua política ambiental, a Emissora contabiliza os custos destes programas quando efetivamente incorridos, provisionando os respectivos custos de recuperação.

A Emissora conduz auditorias internas anuais de forma a verificar o cumprimento das diretrizes de suas políticas ambientais.

Outros Projetos

A Emissora investe, dentre outros, em projetos de pesquisa e desenvolvimento ambiental e participa de programas de reflorestamento ciliar, arborização urbana, educação ambiental e diversas outras ações.

Padrões Internacionais Ambientais

A Emissora, embora diligente em suas atividades no que diz respeito ao meio ambiente e ciente das suas responsabilidades e da regulamentação brasileira do meio ambiente, não aderiu a padrões internacionais ambientais.

SEGUROS

A Emissora contrata seus seguros por meio de licitações que contam com a participação das principais companhias seguradoras brasileiras e internacionais que operam no Brasil. A administração da Emissora acredita que a cobertura de seguros que possui é compatível com as suas atividades e está em conformidade com as práticas internacionais.

A Emissora possui um comitê que decide sobre a contratação de seus seguros. A Emissora possui seguro de risco operacional dos principais equipamentos das subestações junto a um grupo de companhias seguradoras lideradas pela Itaú Seguros S.A. e os demais junto a diversas companhias de seguro privadas. Via de regra, a Emissora mantém seguro com cobertura ampla junto a companhias de seguro de primeira linha para cobrir perdas e danos em seus bens de suas usinas causados por incêndio, por acidentes e riscos operacionais, tais como danos nos equipamentos.

A Emissora não possui cobertura de seguro contra risco de paralisação de suas atividades, contra danos ambientais e de engenharia. As instalações da Emissora também não estão cobertas por seguro contra catástrofes.

A tabela a seguir apresenta uma descrição sumária das principais apólices de seguro mantidas pela Emissora em 30 de junho de 2006:

<i>(Em R\$ Mil)</i>			Importância	
Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Segurada	Prêmio Anual
		28.04.2006 a		
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	28.04.2007	32.110	232
		10.07.2006 a		
Almoxarifados, Instalações prediais e Equipamentos de telecomunicações	Incêndio	10.07.2007	347.167	73
		05.05.2006 a		
Risco Operacional –Equipamentos de Potência	Total	05.05.2007	509.525	982

EMPREGADOS E RELAÇÕES TRABALHISTAS

Em 30 de junho de 2006, a Emissora possuía 7.863 empregados, divididos conforme a tabela abaixo. Adicionalmente, a Emissora terceiriza certos serviços tais como: Construção e Manutenção de Linhas e Redes, Limpeza de Faixa, Poda de Árvores, Corte e Ligação, Leitura e Projeto e Topografia. A Emissora acredita que, de modo geral, as relações que mantém com seus empregados são satisfatórias.

A tabela abaixo indica a evolução do quadro de profissionais da Emissora:

	Nº de funcionários em	
	30 de junho de 2006	31 de dezembro de 2005
Gerentes	85	81
Profissionais	745	672
Técnicos operacionais	5.994	5.988
Funcionários de escritório	1.039	1.126
Total	7.863	7.867

A Emissora é empresa pública sujeita aos regulamentos da Administração Estadual e, neste sentido, nos termos da Constituição Federal, a admissão de funcionários só pode ser efetuada por meio de concurso público.

Os empregados da CEMIG, da Emissora e da CEMIG GT são tratados como empregados pertencentes a um mesmo grupo. Para tanto, as partes pretendem celebrar um Convênio de Cooperação, que terá por objetivo, dentre outros, otimizar o aproveitamento de recursos humanos utilizados nas atividades de “*holding* e suporte” das três empresas, sem prejuízo da independência e autonomia de cada uma.

A remuneração básica dos empregados da Emissora compreendeu, em 2005, R\$265,17 milhões, e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, R\$181,56 milhões. A Emissora têm como prática remunerar seus empregados de forma competitiva, compatível com as melhores práticas de mercado e de acordo com as atividades exercidas, o desempenho e competência individual de cada empregado.

Em 2005, a remuneração global dos empregados da Emissora, somando remuneração, encargos sociais e benefícios concedidos aos seus empregados, totalizou R\$863,18 milhões, e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, R\$449,10 milhões.

Com relação aos serviços terceirizados a Emissora teve um custo de R\$312,47 mil, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, e de R\$156,05 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006.

Relações com Sindicatos

A Emissora mantém negociações com dez sindicatos que representam seus funcionários a seguir: Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Minas Gerais, Sindicato Intermunicipal dos trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – SINDIETRO/MG, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul de Minas Gerais – SINDSUL/MG, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Juiz de Fora, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Energia Elétrica de Santos Dumont, Sindicato das Secretárias no Estado de Minas Gerais, Sindicato dos Engenheiros no Estado de Minas Gerais, Sindicato dos Administradores no Estado de Minas Gerais, Sindicato dos Técnicos Industriais de Minas Gerais e Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de Minas Gerais.

A Emissora possui um bom relacionamento com seus sindicatos. Embora nem todos os funcionários sejam filiados aos sindicatos, todos gozam dos benefícios previstos nos instrumentos coletivos por força da legislação trabalhista vigente. Os acordos coletivos são negociados com os sindicatos anualmente, estabelecendo a reposição salarial e outros benefícios, sendo que a data base da categoria é novembro, ocasião em que novas condições de trabalho começam a vigorar. O acordo coletivo atualmente em vigor foi assinado em 12 de novembro de 2005, e tem vigência até 31 de outubro de 2006. Esse novo acordo prevê um aumento salarial de 7,45% em relação ao exercício anterior, sendo 5,05% relativos a reajuste salarial e 2,40% relativos a ganho de produtividade, e a participação nos lucros em conformidade com a legislação trabalhista brasileira.

A Emissora considera boa a relação que mantém com seus empregados e respectivos sindicatos. Tendo em vista que os serviços por ela prestados são considerados essenciais, seus empregados, em caso de greve, são obrigados a manter níveis mínimos de atividades para garantir a prestação de serviços à população. Não houve qualquer tipo de greve ou paralisação das atividades da Emissora nos últimos três anos.

Participação nos Lucros

A Emissora possui um Programa de Participação nos Lucros para seus funcionários em conformidade com a legislação trabalhista brasileira aplicável. No âmbito do referido programa, a CEMIG não pode contribuir ao plano de participação nos lucros com valor superior a 25% da totalidade dos dividendos propostos do exercício em questão. As metas para o pagamento da participação nos lucros são estabelecidas anualmente por meio de acordos coletivos específicos.

A participação dos empregados nos resultados do exercício de 2005 foi definida por meio de acordos coletivos específicos. Em conformidade com referidos acordos, a participação nos resultados do exercício de 2005 incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, correspondeu a, aproximadamente, R\$44,6 milhões.

Planos de Opção de Compra de Ações

Não há planos de opção de compra de ações destinados aos empregados da Emissora.

Previdência Privada

A partir de 1º de janeiro de 2005, com a desverticalização da CEMIG, os planos de previdência da FORLUZ passaram a ser patrocinados pela Emissora através de uma participação percentual nos ativos e obrigações do plano, no percentual de 72,45%, determinado em função da alocação dos empregados na Emissora em dezembro de 2004.

A Emissora, patrocina três planos de previdência privada administrados pela Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, com o objetivo de complementar os benefícios da previdência social de seus empregados, a seguir:

- Plano Saldado (A): inclui os participantes aposentados e ativos que optaram por migrar do Plano de Benefício Definido, descrito abaixo, para este plano nas datas em que esteve aberta essa opção. O benefício deste plano corresponde, no caso dos aposentados, ao valor líquido que era recebido do plano antigo e, para os ativos, ao valor proporcional salgado na data de início do plano. Este plano não recebe novas contribuições e está fechado para novos participantes.
- Plano Misto (B): é um plano de contribuição variável segundo a definição das autoridades brasileiras. Tem característica de contribuição definida para benefícios programáveis de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para benefícios de risco (cobertura de invalidez e morte de participante ativo). A contribuição da CEMIG é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes; e
- Plano de Benefício Definido (BD): plano original, na modalidade de benefício definido para todos os benefícios, fechado para novos participantes, por meio do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na CEMIG em relação ao valor hipotético do benefício da Previdência Social Oficial. A Emissora pretende encerrar o referido plano até o final de 2006, migrando seus participantes para o Plano Saldado, o que depende de aprovação das autoridades competentes.

A Emissora registrou em seu balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2005 e em 30 de junho de 2006, obrigações no valor de R\$1.049,92 milhões e R\$1.018,3 milhões, respectivamente, relativas às contribuições dos referidos planos. Em 30 de junho de 2006, a FORLUZ possuía 15.502 participantes e pensionistas, patrocinados pela Emissora inscritos em seus planos, conforme mostra a tabela a seguir.

Número de Participantes por Planos - FORLUZ			
Item	Benefício Definido - BD	Saldado - A	Misto - B
Ativos	17	1.853	7.948
Aposentados	140	5.825	1.132
Pensões	42	993	85

O número de empregados da CEMIG filiados aos planos de previdência privada é de 7.948, equivalente a 99,57% do total de empregados.

Ademais, a Emissora mantém, de modo independente, aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Outros Benefícios

A Emissora fornece ainda aos seus empregados, seguro saúde, seguro de vida, vale-alimentação, vale-transporte, auxílio-creche, programa de apoio ao menor eficiente especial.

Forluz

Por meio de deliberações de sua Diretoria, a Emissora reconheceu diferentes débitos em relação à Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, uma entidade de previdência privada dos funcionários da Emissora. Esses débitos são relacionados ao passivo atuarial e outros benefícios pós-emprego de suplementação de aposentadorias e pensões, seguro de vida e plano de saúde. No exercício findo em 31 de dezembro de 2005, esses débitos totalizavam R\$1.104,49 milhões. Segundo informações da Emissora, esses débitos deverão ser amortizados progressivamente até junho de 2024.

Treinamento

A Emissora fornece extenso programa de treinamento para seus aprendizes e funcionários. Os aprendizes são menores selecionados para participarem de programa de formação técnico-profissional para as carreiras de eletricitista de linhas de rede, eletricitista de manutenção, dentre outras. Para seus funcionários, a CEMIG mantém uma Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, destinado à formação de eletricitistas, aperfeiçoamento e reciclagem, e um Programa de Educação Básica, destinado à complementação do ensino fundamental. Adicionalmente, a Emissora possui cursos de Formação Profissional ministrados em seu próprio campus - a Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional – EFAP.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, a Emissora investiu aproximadamente R\$13,5 milhões em seus programas de treinamento, e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2006 foram investidos R\$4,7 milhões. A Emissora possui também um programa de *trainees* para jovens matriculados em cursos superiores ou recém formados para ocuparem funções técnicas ou gerenciais.

Segurança no Trabalho

A Emissora possui uma Política de Segurança que prevê a proteção de seus empregados próprios, contratados, de empresas contratadas, bem como a comunidade direta ou indiretamente afetada por seu sistema operacional, através da identificação, avaliação e controle dos riscos decorrentes de suas atividades. De acordo com a sua política de segurança do trabalho, todo empregado tem o direito de questionar a realização de tarefa em que as medidas de segurança no trabalho não estejam devidamente satisfeitas. Em 2005, ocorreram 107 acidentes, sendo 30 com afastamento do trabalho. Dentre os acidentes mais frequentes sofridos pelos empregados da Emissora estão os relacionados a acidentes de trânsito.

Para garantir o cumprimento desta Política de Segurança a Emissora possui um Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, 64 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e está implantando o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, com base na Especificação OHSAS 18001, em todas as áreas que interagem com o Sistema Elétrico de Potência.

POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO À CULTURA

A busca de novas formas para colaborar com as comunidades em que a Emissora atua é uma preocupação constante.

A Emissora possui forte orientação social, tendo como objetivos a ética e a responsabilidade sócio-empresarial. A Emissora participa de diversos programas sociais coordenados pela CEMIG, que possui um comitê de responsabilidade social empresarial que estabelece sua política de responsabilidade social e cidadania. Mais informações estão presentes na Seção Negócios da Garantidora.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

A Emissora tem por política proteger suas marcas nos diversos países onde atua ou pretende atuar. A CEMIG mantém um Escritório de Marcas e Patentes, que dá suporte a todas as suas controladas.

Em 30 de junho de 2006, a Emissora possuía 5 cartas patentes concedidas, 28 pedidos de privilégio sobre invenções, 9 pedidos de registro de marcas e 1 programa de computador registrado. Suas principais patentes referem-se à utilização de energia fotovoltaica, células a combustível, equipamentos de medição de parâmetros elétricos e ferramentas para utilização na operação ou manutenção de instalações elétricas. Até o momento, nenhuma patente da Emissora foi licenciada para terceiros.

A Emissora detém ainda o registro de diversos “*softwares*” que foram desenvolvidos internamente para utilização própria. Em se tratando de direitos autorais, a Emissora possui diversos domínios na rede mundial de computadores, sendo que os domínios brasileiros estão registrados na FAPESP, enquanto os domínios nos EUA estão registrados por empresas locais que prestam tal serviço.

CONTROLE DE QUALIDADE

Atualmente, mais da metade dos empregados da Emissora executam seus processos e atividades considerando requisitos internacionais de qualidade ambiental, de produtos e serviços e da saúde e segurança. A Emissora ocupa posição de destaque no cenário das empresas certificadas.

O Sistema de Gestão da Qualidade certificado em conformidade com a NBR ISO 9001/2000, abrange um conjunto de processos representativos dos serviços prestados pela Emissora:

- Ligação de unidades consumidoras, restauração da iluminação pública e restabelecimento de energia;
- Faturamento dos clientes corporativos;
- Manutenção de equipamentos;
- Planejamento, projeto, construção, operação e manutenção de redes subterrâneas, obras de expansão e manutenção da distribuição, ligação de consumidores, iluminação pública e restabelecimento de energia elétrica;
- Centro de Operação do Sistema Elétrico da Distribuição - COD;
- Atendimento a clientes corporativos, nas agências, central de atendimento por telefone e internet;
- Arrecadação e faturamento.

A Emissora foi ganhadora do PRÊMIO MINEIRO DA QUALIDADE, na categoria Ouro em 2005.

Os certificados de Sistema de Gestão Ambiental CEMIG ampliou a gestão da melhoria contínua ambiental para 161 municípios. São, atualmente, 54 subestações, mais de 150 mil km de redes de distribuição e mais:

- Operação do sistema elétrico, inspeção e manutenção de linhas e redes, obras e gestão;
- Restauração e manutenção de iluminação pública, restabelecimento do sistema elétrico, inspeção em unidades consumidoras, recebimento de obras, poda de árvores, limpeza de faixa;
- Construção de redes aéreas;
- Recebimento, inspeção, armazenamento de materiais, equipamentos e destinação de resíduos da empresa;

A Gerência de Relacionamento Comercial e Serviços de Montes Claros, foi certificada no Sistema Integrado de Gestão (Meio Ambiente - CEMIG , Qualidade e Saúde e Segurança do trabalho) em dezembro 2005.

A finalidade destas práticas é aumentar a confiabilidade dos processos produtivos, contribuindo para a obtenção dos padrões de qualidade internacionalmente aceitos e vêm reforçar alguns conceitos pelos quais a Emissora é reconhecida: competência, eficiência, competitividade, comprometimento social e ambiental, entre outros.

TECNOLOGIA

A Emissora continua investindo em equipamentos de monitoramento e controle automatizados tendo em vista sua estratégia de aumento de eficiência, modernização e automatização adicionais de seus sistema de distribuição.

A rede de distribuição da Emissora é operada por meio de sete Centros de Operações Regionais de Distribuição (“CODs”), responsáveis pelo atendimento de serviços comerciais e de emergências (restabelecimento de fornecimento de energia).

A Emissora utiliza ainda tecnologias de geoinformática e de gerenciamento eletrônico de documentos com o objetivo de suportar e agilizar seus processos de engenharia de distribuição até 161 kV, nas áreas de projeto, planejamento, operação e manutenção. As principais aplicações implantadas são responsáveis pelo gerenciamento automatizado de suas redes e pelo armazenamento digital e disponibilização de imagens de documentos técnicos, normas e especificações, bem como arquivos de projetos de engenharia gerados.

A Emissora utiliza vários sistemas de manutenção e reparos para minimizar as interrupções não programadas do serviço elétrico prestado a seus clientes.

A Emissora compartilha com a CEMIG um sistema de gerenciamento da SAP, empresa alemã de *softwares* de administração, o qual fornece suporte nas áreas de contabilidade, custos, orçamento, investimentos, projetos, estoques, manutenção, ativos fixos, recursos humanos, tesouraria, gerência de riscos (corporativo e financeiro), gestão de indicadores de desempenho, dentre outros.

A Emissora compartilha com a CEMIG também (i) um Sistema de Gerenciamento de Riscos Corporativos, destinado a propiciar o desenvolvimento sustentável e a criação de valor via crescimento do preço das ações negociadas e atender aos requisitos definidos pela Lei *Sarbanes Oxley*; e (ii) um Sistema de Gerenciamento de Riscos Financeiros destinado a monitorar os riscos associados à realização de operações nos mercados financeiros.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Conforme regulação do setor elétrico, as empresas de distribuição e geração de energia elétrica devem investir o percentual de 1,00% da sua receita líquida em programas de eficiência energética e P&D. Alguns programas de eficiência energética e P&D relacionados a receitas de períodos anteriores ainda não foram concluídos pelos agentes do setor elétrico, existindo ainda gastos a serem realizados. Este atraso decorre do tempo utilizado na elaboração dos projetos e aprovação pela ANEEL.

Em atendimento às instruções da ANEEL, a Emissora reconheceu como despesa no resultado do exercício de 2005 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006 os gastos a serem realizados e para os quais a Emissora já havia recebido a tarifa correspondente em exercícios anteriores, no valor de R\$172,80 milhões e R\$27,55 milhões, respectivamente.

PRÊMIOS

A Emissora recebeu em 2005, como resultado dos esforços desenvolvidos e excelência no desempenho de suas atividades o "Prêmio Procel" na modalidade Empresas de Distribuição de Grande Porte, na qual obteve o 1º Lugar pelos projetos "Solar Cemig", "Sites da Telemar Eficientização Energética" e "Substituição de Autoclaves em Unidades Hospitalares".

Disputando com mais de 500 empresas brasileiras, a Emissora, juntamente com a CEMIG e a CEMIG GT, foi classificada entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, pelo Guia Você S/A – Exame, de 2006, a testando a excelência de suas práticas de gestão.

NEGÓCIOS DA GARANTIDORA

HISTÓRICO

A CEMIG é umas das maiores concessionárias de energia elétrica do Brasil, por sua posição estratégica, competência técnica e mercado atendido. A CEMIG foi constituída em 22 de maio de 1952, como Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A., uma sociedade de economia mista com responsabilidade limitada e prazo indeterminado de duração, nos termos da Lei Estadual de Minas Gerais nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e respectiva regulamentação, e nos termos do Decreto Estadual de Minas Gerais nº 3.710, de 20 de fevereiro de 1952.

A constituição da CEMIG tinha por objetivo dar suporte a um amplo programa de modernização, diversificação e expansão do parque industrial do Estado de Minas Gerais. Na década de 60, a CEMIG ampliou suas atividades, incluindo a responsabilidade pela transmissão e distribuição de energia elétrica naquele Estado, em resposta à exigência, por parte dos consumidores, de mais confiabilidade e qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Desde a década de 60 até o início dos anos 80 a CEMIG adquiriu uma série de concessionárias de serviço público de energia de menor porte, estatais e privadas, e suas respectivas concessões, incorporando ao seu próprio sistema, sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia. Principalmente em virtude dessas aquisições, a CEMIG tornou-se a maior concessionária de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica do Estado de Minas Gerais.

Em 1984, o estatuto social da CEMIG foi alterado de forma a permitir a participação da CEMIG em uma gama mais ampla de atividades relativas ao setor de energia por intermédio de companhias separadas, sendo sua denominação alterada para Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. Desde então, a CEMIG apresenta como principais objetivos: a construção, operação e exploração de sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos; o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; a prestação de serviços de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e a execução de atividades direta ou reflexamente relacionadas ao seu objetivo social.

Em 1986, foi criada a Gasmig, subsidiária responsável pela distribuição de gás natural por meio de gasodutos localizados em Minas Gerais.

Alterações adicionais da legislação estadual em 1997 autorizaram a CEMIG a participar de atividades não correlatas que pudessem ser realizadas com uso de seus ativos operacionais. Em janeiro de 1999, a CEMIG em conjunto com a AES, empresa controlada pela da AES Corporation, decidiu participar de empreendimento conjunto de telecomunicações, Internet e televisão a cabo, constituindo a Infovias, sociedade na qual a CEMIG tinha 43,16% de participação. Em 2002, a CEMIG incorporou a Infovias através da aquisição da participação que a AES detinha naquela sociedade. A CEMIG detém, ações representativas de 99,94% do capital social total da Infovias.

Ademais, a CEMIG também presta serviços de consultoria por meio de contratos específicos firmados com companhias de eletricidade em vários países.

Em 24 de novembro de 2003, o estatuto social da CEMIG foi novamente alterado de forma a agilizar os processos administrativos da empresa.

A CEMIG opera seus negócios de geração, transmissão e distribuição de acordo com contratos de concessão celebrados com o Governo Federal. Até 1997, a CEMIG detinha concessões individuais relativas a cada uma de suas instalações de geração e relativas a várias regiões dentro de sua área de distribuição. Em 10 de julho de 1997, a CEMIG celebrou novos contratos de concessão com a ANEEL, que consolidaram suas diversas concessões de geração em um único contrato e suas diversas concessões de distribuição em quatro concessões de distribuição cobrindo as regiões norte, sul, leste e oeste do Estado de Minas Gerais. Na mesma data, a CEMIG celebrou um novo contrato de concessão com a ANEEL, relativo às suas operações de transmissão.

Em 30 de junho de 2006, a CEMIG gerava eletricidade em 51 usinas hidrelétricas, 4 usinas termelétricas e 1 usina eólica, tendo capacidade instalada total de 6.403MW. Na mesma data, a CEMIG detinha e operava 4.892 quilômetros de redes de transmissão e 402.865 quilômetros de redes de subtransmissão e distribuição. A CEMIG detém concessões para distribuição de eletricidade em uma área que abrange aproximadamente 96,7% do Estado de Minas Gerais.

Desde sua constituição, as operações da CEMIG foram influenciadas pelo fato de ser controlada pelo Governo Estadual de Minas Gerais. As operações da CEMIG tiveram e continuarão tendo importante impacto no desenvolvimento do comércio e indústria de Minas Gerais e nas condições sociais do Estado. O Governo Estadual de Minas Gerais, no passado, orientou a CEMIG a dedicar-se a certas atividades e a efetuar certos dispêndios destinados, principalmente, a promover seus objetivos sociais, políticos ou econômicos e não necessariamente destinados à geração de lucros.

Adicionalmente, a CEMIG possui um excelente potencial de crescimento, tendo em vista as seguintes características:

- lucratividade dos seus negócios;
- estrutura negocial de menor risco;
- ativos de eficiência operacional superior;
- situação financeira sólida; e
- baixo nível de endividamento.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA E OPERACIONAL

A CEMIG é uma das maiores e mais importantes concessionárias de energia elétrica do Brasil, tendo em vista sua posição estratégica, competência técnica e mercado atendido. Atualmente é a principal empresa de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, terceiro mercado consumidor do País, onde estão instaladas algumas das maiores empresas nas áreas de siderurgia, mineração, automobilística e metalurgia. A CEMIG combina operações de geração, transmissão e distribuição por meio das suas subsidiárias: Emissora. e CEMIG GT.

A administração da CEMIG é realizada por uma estrutura corporativa que permite padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras, além de importante economia por meio de processos sinérgicos mais eficientes. O relacionamento entre a CEMIG e seus controladores se dá por meio de decisões de seu Conselho de Administração.

A tabela abaixo apresenta o percentual das participações acionárias da CEMIG em suas controladas, inclusive em consórcios dos quais participa na área de geração de energia elétrica:

Empresa	Participação da CEMIG (%)
Distribuição de energia elétrica	
CEMIG Distribuição S.A.	100,00
Rio Minas Energia Participações S.A.	25,00
Geração Hidrelétrica	
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	100,00
Sá Carvalho S.A.	100,00
Horizontes Energia S.A.	100,00
CEMIG PCH S.A.	100,00
CEMIG Capim Branco Energia S.A.	100,00
Rosal Energia S.A.	100,00
Consórcio da UHE de Funil	49,00
Consórcio da UHE de Aimorés	49,00
Consórcio da UHE Igarapava	14,50
Consórcio da UHE de Porto Estrela	33,33
Consórcio da UHE de Queimado	82,50
Central Hidrelétrica de Pai Joaquim S.A.	100,00
Geração Termelétrica	
UTE Barreiro S.A.	100,00
Usina Térmica Ipatinga S.A.	100,00
Central Termelétrica de Cogeração S.A.	100,00
Transmissão de energia elétrica	
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51,00
Companhia Transleste de Transmissão	25,00
Companhia Transudeste de Transmissão	24,00
Companhia Transirapé de Transmissão	24,40
Transchile Charrua Transmisión S.A.	49,00
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	7,5
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	25
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	25
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	18,35
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	18,35
Comercialização de Energia	
Cemig Trading S.A.	100,00
Distribuição de Gás	-
Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig	55,19
Telecomunicações	-
Empresa de Infovias S.A.	99,94
Eficiência Energética	-
Efficientia S.A.	100,00

Área de Concessão

A CEMIG é responsável pela geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em uma área que abrange aproximadamente 96,7% do Estado de Minas Gerais, correspondendo a 567,5 mil quilômetros quadrados, o equivalente à extensão territorial de um país do porte da França.

Na sua área de concessão, a CEMIG opera 56 usinas, sendo 51 hidrelétricas, que produzem energia para atender a mais de 17 milhões de pessoas em 774 municípios e 5.415 localidades em Minas Gerais. Para tanto, a CEMIG gerencia a maior rede de distribuição de energia elétrica da América Latina e uma das quatro maiores do mundo, com mais de 386 mil quilômetros de extensão, a qual se encontra em posição estratégica e de vital importância dentro do Sistema Interligado do Sudeste.

Em 30 de junho de 2006, a CEMIG contava com aproximadamente 6.101 mil consumidores, sendo 4.984 mil consumidores residenciais.

ESTRATÉGIA DE NEGÓCIOS

Inserida na Região Sudeste, a CEMIG busca aumentar sua base de clientes e atender a demanda crescente de seus atuais consumidores por serviços de suprimento de energia elétrica confiáveis e de baixo custo. A CEMIG busca assegurar também uma perspectiva de longo prazo para que seus clientes possam expandir suas atividades estando seguros de que haverá energia suficiente para os seus projetos de expansão.

Para isto, a CEMIG atua em todas as áreas do negócio de eletricidade, ou seja, geração, transmissão e distribuição, o que garante competitividade e qualidade ao suprimento de energia. A CEMIG faz também com que suas redes de transmissão e distribuição alcancem todas as regiões da área de concessão em que atua, interligando essas redes à rede básica nacional, permitindo assim o acesso a consumidores localizados fora dessa área de concessão.

Ademais, a CEMIG atua na distribuição de gás natural e no desenvolvimento de redes de telecomunicações baseadas em tecnologia de fibra óticas e construídas sobre suas linhas de transmissão, visando ampliar as alternativas de produtos colocados à disposição de seus clientes e que mostrem uma grande sinergia com o negócio de eletricidade.

A CEMIG possui ampla experiência no projeto e construção de instalações elétricas, desde grandes usinas até pequenas unidades solares para atendimento a consumidores de localidades remotas. Esta experiência fez com que investidores se juntassem à CEMIG para o desenvolvimento de novos projetos de geração, acelerando assim a expansão da capacidade existente para permitir o atendimento da demanda de eletricidade. Através de parcerias, novos projetos de geração foram e serão construídos, permitindo que mais consumidores tenham acesso aos serviços prestados pela CEMIG.

Responsável por 96,2% da distribuição direta de eletricidade no Estado de Minas Gerais, a CEMIG busca atender 100% dos consumidores em sua área de concessão, o que deverá ser atingido até 2006, assegurando a universalidade do serviço.

Consciente da relevância de sua atuação na comunidade que serve, a CEMIG se preocupa em desenvolver somente aqueles projetos que tenham assegurado a completa compatibilidade com a legislação ambiental e que promovam o bem estar e segurança da população.

Inclusive, nos últimos anos, a CEMIG aumentou o número de consumidores e diminuiu o número de empregados, melhorando sistematicamente sua performance no indicador Consumidores/Empregados, conforme demonstrado abaixo:

	2001	2002	2003	2004	2005	Junho/2006
Consumidores x 1.000(a)	5.412	5.591	5.744	5.875	6.010	6.101
Empregados (b)	11.288	11.468	11.302	10.668	10.271	10.349
a/b	479	487	508	551	585	589

Ademais, visando preservar sua boa situação financeira, a CEMIG tem como política apenas iniciar projetos que tenham assegurado retorno e recursos compatíveis com o seu custo médio ponderado de capital, agregando valor aos investimentos existentes. Assim, a CEMIG busca sempre propiciar crescimento sustentável e agregar valor ao investimento de seus acionistas por meio, basicamente, de:

- análises de seu portfólio de negócios;
- definição dos objetivos que pretendem ser alcançados;
- implementação de políticas de governança corporativa cada vez mais sofisticadas; e
- gerenciamento do desempenho de suas atividades operacionais.

PARCERIAS ESTRATÉGICAS

A CEMIG foi a primeira concessionária de energia elétrica do País a formar uma parceria com a iniciativa privada para viabilizar novos investimentos em geração de energia elétrica. O modelo utilizado na implantação da Usina de Igarapava representou um marco no Setor Elétrico brasileiro.

Nos próximos quatro anos, a CEMIG prepara-se para gerar mais 950 MW em parcerias com outras empresas, totalizando investimentos da ordem de R\$2,6 bilhões (data base dezembro de 2005). A CEMIG é responsável pela supervisão da qualidade da implantação das obras e, em alguns casos, pela operação das usinas.

Atualmente, estão sendo implantadas as seguintes usinas hidrelétricas: Irapé e Capim Branco II. Ressalta-se que já estão em operação comercial os empreendimentos de Barreiro, Pai Joaquim, Queimado, Aimorés e Capim Branco I desde fevereiro de 2004, março de 2004, abril de 2004, julho de 2005 e fevereiro de 2006, respectivamente, totalizando 336 MW.

VISÃO GERAL DOS NEGÓCIOS DA GARANTIDORA

Introdução

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, a CEMIG e suas controladas /coligadas geraram 83,9% e 76,0%, respectivamente, da eletricidade que entregou a consumidores finais, exceto consumo próprio e suprimento, arcando com as perdas. Já no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, a geração da CEMIG representou 83,9% da energia entregue aos consumidores finais. Além da energia produzida em suas instalações de geração, a CEMIG é obrigada, como outras concessionárias de energia elétrica, a comprar eletricidade de Itaipu em volumes determinados pelo Governo Federal com base em suas vendas de eletricidade.

A CEMIG compra energia de outras concessionárias e do Sistema Interligado. A CEMIG também compra energia excedente gerada por Auto-Produtores de Energia Elétrica (“APEs”) e Produtores Independentes de Energia Elétrica (“PIEs”), localizados dentro de sua área de concessão. Como parte de sua atividade de distribuição, a CEMIG entrega a energia que compra das fontes acima mencionadas a seus consumidores finais e ao Sistema Interligado. A CEMIG também entrega a energia gerada pelos APEs e PIEs em suas próprias instalações.

A tabela a seguir apresenta certas informações relativas à eletricidade gerada pela CEMIG e à eletricidade comprada de terceiros. Também consta dessa tabela a eletricidade entregue.

Balanco de Energia Consolidado					
	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
(GWh)	2001	2002	2003	2004	2005
RECURSOS (1) (2)	46.984	49.372	51.927	45.118	52.748
Energia Gerada Pela CEMIG (3)	18957	21608	27.025	26.922	30.411
Energia Gerada por Autoprodutores	1.003	1.234	1.650	1.581	1.098
Energia Gerada por Ipatinga	344	348	351	237	299
Energia Gerada por Barreiro	0	0	0	72	18
Energia Gerada por Sá Carvalho (4)	325	425	305	468	467
Energia Gerada por Horizontes (4) (5)	-	-	59	105	76
Energia Gerada por Pai Joaquim (5)	-	-	-	-	16
Energia Gerada por Rosal	-	-	-	-	417
Energia comprada de Itaipu	11.935	12.735	12.220	11.936	12.144
Energia comprada do Sistema Interligado e outras empresas (6)	14.420	13.022	10.317	-	-

Balanco de Energia Consolidado					
	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
<i>(GWh)</i>	2001	2002	2003	2004	2005
Energia comprada da CCEE e outras empresas (7)	-	-	-	3.796	7.802
Compra MRE	-	-	-	1.955	540
Compra CCEE	-	-	-	195	1.201
Contratos Iniciais (9) (10)	-	-	-	1.448	744
Contratos Regulados (CCEAR)	-	-	-	-	4.644
Energia de co-geração	-	-	-	190	228
Contratos Bilaterais (11)	-	-	-	8	445
REQUISITOS	46.984	49.372	51.927	45.118	52.748
Energia entregue a consumidores finais (8)	34279	34862	35.248	36.669	38.068
Energia entregue a autoprodutores	1.323	1.323	1.323	1.472	974
Energia entregue por Ipatinga	344	348	351	237	299
Energia entregue por Barreiro	0	0	0	72	76
Energia entregue por Sá Carvalho (4)	325	425	305	474	472
Energia entregue por Horizontes (4)	-	-	59	80	84
Energia entregue por Pai Joaquim	-	-	-	-	61
Energia entregue por Rosal	-	-	-	-	263
Energia entregue ao Sistema Interligado e outras empresas (6)	7.120	7.863	9.720	-	-
Energia entregue à CCEE e outras empresas (7)	-	-	-	1.798	8.355
Venda MRE	-	-	-	591	1.508
Venda CCEE	-	-	-	919	5.379
Contratos Iniciais (10)	-	-	-	157	83
Contratos Bilaterais (11)	-	-	-	131	1.385
Perdas	3.593	4.551	4.921	4.315	4.096

(1) Em 2004, houve uma alteração na forma de consideração das transações no mercado atacadista e outras empresas conforme as observações (6) e (7). Essa mudança de metodologia é responsável pela variação dos recursos e requisitos entre 2003 e 2004. (2) Em 2005, houve a desverticalização das áreas de Geração e Distribuição da CEMIG, e as restrições ao auto-atendimento levaram à compra de recursos de terceiros para atendimento à carga da Distribuidora e à venda de recursos da Geradora a terceiros. Isso aliado ao aumento da geração própria, provocou o aumento dos recursos e requisitos entre 2004 e 2005.

(3) Já estão descontadas as perdas atribuídas a geração (652 GWh) e o consumo interno das usinas geradoras.

(4) Até 2003, essas parcelas referiam-se aos valores totais de recursos e requisitos. A partir de 2004, as transações de curto prazo na CCEE (ex-MAE) e com outras empresas dessas empresas estão incluídas nos itens Energia comprada da CCEE e outras empresas.

(5) Em 2004 a geração da PCH Pai Joaquim estava considerada na geração da Horizontes S.A.

(6) Nos anos anteriores a 2004, essa parcela referia-se a intercâmbios físicos entre a rede da CEMIG e o Sistema Interligado.

(7) A partir de 2004, essa parcela refere-se a contratos, compras e vendas de energia no âmbito da CCEE, incluindo o MRE.

(8) Inclui energia entregue a consumidores fora da área de concessão.

(9) Inclui Contratos Iniciais de compra de cargas isoladas, inclusive de Furnas.

(10) Exclui os 25% remanescentes do Contrato Inicial entre CEMIG G e CEMIG D (7.587 GWh).

(11) Exclui contratos bilaterais entre CEMIG G e CTC, no total de 59 GWh.

Balço de Energia Consolidado	
(GWh)	Período de cinco meses findo ^(*) em
	31 de maio de 2006
RECURSOS (1)	26.207
Energia Gerada Pela CEMIG (2)	12.652
Energia Gerada por Autoprodutores	467
Energia Gerada por Ipatinga	142
Energia Gerada por Barreiro	6
Energia Gerada por Sá Carvalho (3)	185
Energia Gerada por Horizontes (3) (4)	20
Energia Gerada por Pai Joaquim	1,3
Energia Gerada por Rosal	185
Energia Gerada por Capim Branco	61
Energia comprada de Itaipu	4.996
Energia comprada do Sistema Interligado e outras empresas (5)	-
Energia comprada da CCEE e outras empresas (6)	7.491
Compra MRE	162
Compra CCEE	1.877
Compra PROINFA (9)	13
Contratos Regulados (CCEAR) (11)	4.847
Energia de co-geração (Delta+Coruripe+Co-ger. RD)	35
Contratos Bilaterais (12) (13)	547
Recebimentos de Furnas na malha de Distribuição	10
REQUISITOS	26.207
Energia entregue a consumidores finais (7)	15.232
Energia entregue a autoprodutores	409
Energia entregue por Ipatinga	142
Energia entregue por Barreiro	41
Energia entregue por Sá Carvalho (3)	195
Energia entregue por Horizontes (3)	37
Energia entregue por Pai Joaquim	43
Energia entregue por Rosal	108
Energia entregue por Capim Branco (13)	60
Energia entregue ao Sistema Interligado e outras empresas (5)	-
Energia entregue à CCEE e outras empresas (6)	7.723
Venda MRE	808
Venda CCEE	2.506
Contratos CCEAR (10) (11)	3.261
Contratos Bilaterais (Comercializadores) (12)	1.148
Perdas	2.216

(*) Ainda não é de domínio público os dados referente ao mês de junho.

(1) Em 2004 houve uma alteração na forma de consideração das transações no mercado atacadista e outras empresas conforme as observações (5) e (6). Essa mudança de metodologia é responsável pela variação dos recursos e requisitos entre 2003 e 2004.

(2) Já estão descontadas as perdas atribuídas à geração (652GWh) e o consumo interno das usinas geradoras.

(3) Até 2003, essas parcelas referiam-se aos valores totais de recursos e requisitos. A partir de 2004, as transações de curto prazo na CCEE (ex-MAE) e com outras empresas dessas empresas estão incluídas nos itens Energia comprada da CCEE e outras empresas

(4) Em 2004 a geração da PCH Pai Joaquim estava considerada na geração da Horizontes S.A.

(5) Nos anos anteriores a 2004, essa parcela referia-se a intercâmbios físicos entre a rede da CEMIG e o Sistema Interligado.

(6) A partir de 2004, essa parcela refere-se a contratos, compras e vendas de energia no âmbito da CCEE, incluindo o MRE.

(7) Inclui energia entregue a consumidores fora da área de concessão

(8) Inclui Contratos Iniciais de compra de cargas isoladas, inclusive de Furnas

(9) Até 2005 este campo corresponde aos contratos iniciais.

(10) Até 2005 este campo corresponde aos contratos iniciais.

(11) Exclui contratos CCEAR entre CEMIG G e CEMIG D.

(12) Exclui contratos bilaterais entre CEMIG G e CTC.

(13) Exclui contratos bilaterais entre CAPIM BRANCO G e CEMIG D.

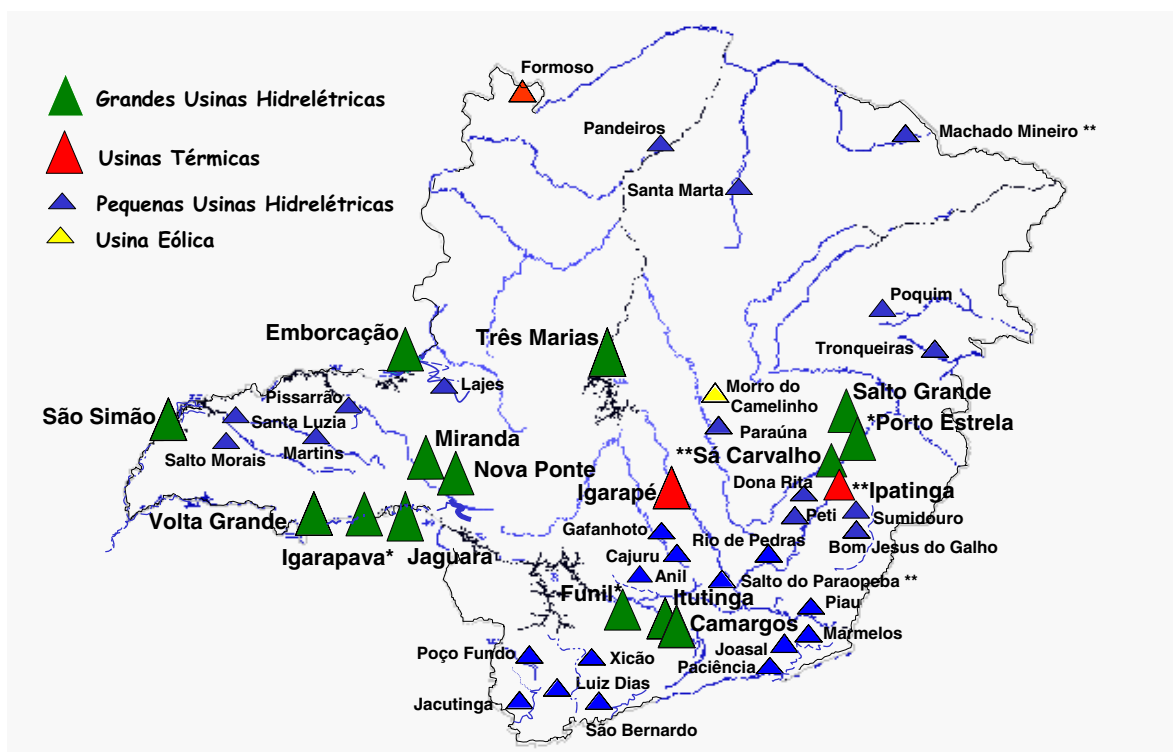
GERAÇÃO

Em 30 de junho de 2006, a CEMIG detinha e operava 56 usinas elétricas, das quais 51 eram hidrelétricas, 4 termelétricas e 1 usina eólica, dispondo de capacidade instalada total de geração de 6.403 MW, dos quais as usinas hidrelétricas responderam por 6.218 MW, as usinas termelétricas responderam por 184 MW e a usina eólica respondeu por 1 MW.

No ano de 2005, 42 das usinas hidrelétricas responderam por aproximadamente 97,7% da capacidade total de geração elétrica instalada da CEMIG.

Em 30 de junho de 2006, a CEMIG era considerada a quinta maior concessionária de geração de energia elétrica no Brasil, tendo em vista o total de capacidade instalada.

O mapa abaixo mostra a localização das usinas de geração de energia elétrica da CEMIG:



Apresentamos abaixo informações operacionais referentes às principais usinas de geração de energia elétrica da CEMIG:

Informações não auditadas				
	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas -				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710	01/1965	01/2015
Emborcação (3)	Rio Paranaíba	1.192	07/1975	07/2005
Nova Ponte (3)	Rio Araguari	510	07/1975	07/2005
Jaguara	Rio Grande	424	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	408	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380	02/1967	02/2017
Irapé (1)	Rio Jequitinhonha	240	01/1999	02/2035
Aimorés (2)	Rio Doce	162	12/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102	10/1963	07/2015
Funil (2)	Rio Grande	88	12/2000	12/2035
Queimado (2)	Rio Preto	87	12/1997	12/2032
Itutinga	Rio Grande	52	01/1953	07/2015
Capim Branco I (2)	Rio Araguari	51	08/2001	08/2036
Camargos	Rio Grande	46	08/1958	07/2015
Porto Estrela (2)	Rio Santo Antônio	37	07/1997	07/2032
Igarapava (2)	Rio Grande	31	12/1998	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	18	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	14	09/1953	07/2015
Sá Carvalho	Rio Piracicaba	78	12/1994	12/2024
Rosal	Itabapoana - RJ	55	04/1997	05/2032
Pai Joaquim	Rio Araguari	23	04/2002	04/2032
Outras (3)	Diversas	114	Diversas	Diversas
		6.218		
Usina Eólica -				
Morro do Camelinho	Gouveia - MG	1	03/1999	-
Usinas Termelétricas -				
Igarapé	Juatuba - MG	131	08/1974	08/2024
Formoso	Formoso - MG	0	04/1999	-
Ipatinga	Ipatinga - MG	40	11/2000	12/2014
Barreiro	Belo Horizonte	13	01/2002	04/2023
		184		
Total Geração		6.403		

- (1) Refere-se à capacidade parcial da usina, considerando a operação de apenas duas unidades geradoras, sendo que a terceira está prevista para entrar em operação no 3º trimestre de 2006.
- (2) As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações da CEMIG nos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada. Vide maiores informações na nota explicativa nº 17.
- (3) A CEMIG requereu junto à ANEEL, em setembro de 2004, a prorrogação por mais vinte anos do prazo da concessão para geração de energia elétrica das seguintes usinas: UHE Emborcação, UHE Nova Ponte, PCH São Bernardo, PCH Poço Fundo, PCH Santa Luzia, PCH Luiz Dias e PCH Xicão. A ANEEL e o Ministério das Minas e Energia ainda não se pronunciaram.

A CEMIG também opera a UHE Guilman-Amorin, em seu primeiro contrato de prestação de serviços de operação de plantas de terceiros.

SUBSIDIÁRIAS OPERACIONAIS DE GERAÇÃO

Segue breve descrição das subsidiárias operacionais da CEMIG que atuam na geração de energia elétrica.

Usina Térmica de Ipatinga S.A.

A CEMIG (por meio de sua subsidiária integral Usina Térmica de Ipatinga S.A.) opera, em conjunto com a Usiminas, a UTE Ipatinga, que se trata de uma APE, cujo objeto é a produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica. A UTE Ipatinga está localizada nas instalações da Usiminas e fornece energia a uma importante usina siderúrgica de propriedade daquela empresa no leste de Minas Gerais. A CEMIG adquiriu a UTE Ipatinga da Usiminas como pagamento de dívidas pendentes relativas a fornecimento de eletricidade pela CEMIG à Usiminas. A aquisição teve o valor de R\$90 milhões. Concomitantemente à aquisição da UTE Ipatinga, foi assinado um contrato de compra e venda de energia com a Usiminas referente à energia produzida na UTE Ipatinga. A usina atualmente apresenta capacidade instalada de 40 MW, gerada por duas unidades que iniciaram operação em 1984 e que utilizam gás de alto-forno como combustível.

Sá Carvalho

O objetivo desta hidrelétrica, subsidiária integral da CEMIG, é a produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, através da UHE Sá Carvalho, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

Pai Joaquim

Conforme estabelecido na Resolução ANEEL 161, de 01 de abril de 2002, a autorização dada à CEMIG para implantação da PCH Pai Joaquim foi transferida para outra empresa na qual a CEMIG é minoritária: a Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. Essa empresa foi criada pela CEMIG, com 48,5% de participação, Copasa, com 50,6% e outros, com 0,9%. Sua principal atividade é a produção e venda na modalidade de produção independente da energia produzida pela PCH Pai Joaquim. A ANEEL aprovou, em dezembro de 2005, a transferência da autorização da implantação da PCH Pai Joaquim para a CEMIG PCH, subsidiária integral da CEMIG.

A PCH Pai Joaquim, com capacidade instalada de 23 MW, está localizada no rio Araguari, na região do Triângulo Mineiro, entre os municípios de Santa Juliana e Sacramento. As obras de relocação e ampliação da casa de força foram iniciadas em abril de 2002 e a geração comercial iniciou-se em 30 de setembro de 2005.

Central Termelétrica de Cogeração S.A.

Criada em 2003 para atender à solicitação da ANEEL exposta acima, essa empresa tem a participação da CEMIG com 48,5%, Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa com 50,6% e outros com 0,9%. Sua principal atividade é a produção e venda na modalidade de produção independente da energia produzida pela UTE Barreiro. A Central Termelétrica de Cogeração S.A. assinou contrato de compra e venda de energia com a Vallourec & Mannesmann do Brasil - VMB a fim de assegurar à CEMIG retorno garantido do investimento.

Horizontes Energia S.A.

Trata-se de subsidiária da CEMIG anteriormente denominada Veredas Energética S.A. Seu objeto social é a produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, mediante a exploração das Usinas Machado Mineiro, Salto de Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto Voltão, Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina, bem como outros empreendimentos de geração que venham a ser adquiridos ou construídos com a participação da CEMIG. A Horizontes Energia S.A. entrou em operação no 1º trimestre de 2003.

UTE Barreiro

A CEMIG participa de consórcio com o objetivo de desenvolver a construção de uma usina de cogeração térmica, utilizando gás de alto forno e alcatrão, localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na área industrial da Vallourec & Mannesmann do Brasil - VMB. A UTE Barreiro obteve autorização da ANEEL, válida até 30 de abril de 2023, a qual pode ser prorrogada de acordo com os critérios lá estipulados. De acordo com a referida autorização, a CEMIG deveria transferir o controle acionário da UTE Barreiro, para empresa distinta. A ANEEL, em 18 de março de 2003, consentiu com a transferência da autorização da CEMIG para a Central Termelétrica de Cogeração S.A., na qual a CEMIG limitou sua participação. Embora a transferência tenha sido autorizada pela ANEEL, os ativos continuam sendo contabilizados na Usina Termelétrica Barreiro S.A.

A construção da UTE Barreiro foi iniciada em abril de 2002 e o início de suas operações comerciais ocorreu em 21 de fevereiro de 2004. A UTE Barreiro tem potência instalada de 12,9 MW, sendo 11,5 MW de disponibilidade energética. A energia elétrica a ser produzida na UTE Barreiro será destinada à comercialização, na modalidade de produção independente.

PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

UHE Funil

A concessão para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Funil, localizada no Rio Grande, entre os Municípios de Perdões e Lavras, no sudeste do Estado de Minas Gerais, foi adquirida pelo Consórcio da Hidrelétrica de Funil, cuja participação atual é de 51% pela CVRD e 49% pela CEMIG. O contrato de concessão foi firmado com a ANEEL em 20 de dezembro de 2000 e tem prazo total de 35 anos. A concessão poderá ser prorrogada na forma estabelecida no contrato.

A construção da UHE Funil foi iniciada em setembro de 2000 e ela é composta por três unidades de geração. A primeira unidade de geração entrou em operação em dezembro de 2002 e a segunda e terceira unidades de geração em julho de 2003. A UHE Funil tem uma potência instalada de 180 MW, sendo 779.640 MWh/ano de energia assegurada. A parte da energia elétrica a ser produzida na UHE Funil que cabe à CEMIG será comercializada ou utilizada, tendo em vista sua condição de produtor independente.

UHE Queimado

A concessão para exploração do potencial hidrelétrico da UHE de Queimado, localizada no Rio Preto, nos Municípios de Unaí e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais, e Cristalina, em Goiás, foi adquirida pelo Consórcio CEMIG-CEB, composto originalmente por 65% de participação da CEMIG e 35% de participação da CEB, sendo que atualmente esta composição é de 82,5% de participação da CEMIG e 17,5% de participação da CEB. O contrato de concessão foi firmado com a ANEEL em 18 de dezembro de 1997, por um prazo total de 35 anos. A concessão poderá ser prorrogada na forma estabelecida no contrato.

A construção da UHE Queimado foi iniciada em agosto de 2000 e ela é composta por três unidades de geração. A operação em teste da primeira unidade de geração foi iniciada em 27 de março de 2004 e sua operação comercial efetivou-se em 4 de abril de 2004. A UHE Queimado tem uma potência instalada de 105 MW, sendo 508.080 MWh/ano de energia assegurada. A parte da energia elétrica a ser produzida na UHE Queimado que cabe à CEMIG será comercializada ou utilizada, tendo em vista sua condição de produtor independente.

A CEMIG ainda possui participação nas seguintes geradoras que ainda estão em fase pré-operacional

CEMIG Capim Branco Energia

Essa subsidiária da CEMIG tem como objetivo principal a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e comercialização de energia elétrica, majoritária ou minoritariamente, em especial o Consórcio Capim Branco Energia, constituído para exploração do Contrato de Concessão do Complexo Energético Capim Branco. O Complexo é formado pelos Aproveitamentos Hidrelétricos Capim Branco I e Capim Branco II, com 240 MW e 210 MW de capacidade instalada, respectivamente e está localizado no Rio Araguari, na região oeste do Estado de Minas Gerais. O Consórcio Capim Branco Energia deverá promover a implantação das usinas mencionadas, cujas obras já foram iniciadas.

Em parceria com a CVRD, Comercial e Agrícola Paineiras, Camargo Corrêa Cimentos e Companhia Mineira de Metais- CMM, a CEMIG obteve a outorga da concessão do Complexo Energético Capim Branco em leilão promovido pela ANEEL. Até 30 de junho de 2006, a CEMIG investiu aproximadamente R\$38 milhões nesses projetos.

CEMIG PCH

O objeto desta subsidiária integral da CEMIG é a produção e comercialização de energia gerada por PCHs, em regime de produção independente. Os ativos da PCH Pai Joaquim estão sendo contabilizados nessa empresa.

Empreendimentos Conjuntos de Co-geração com Clientes

A CEMIG pretende participar de empreendimentos conjuntos com clientes industriais com o fim de desenvolver instalações de co-geração. Essas instalações seriam construídas nos estabelecimentos dos clientes e gerariam eletricidade com utilização de combustível produzido pelos processos industriais do cliente. O cliente cooperaria na provisão de recursos ao projeto de co-geração por meio de contratos de compra e venda da eletricidade gerada nessas instalações. A CEMIG assumiria a responsabilidade pela operação e manutenção da instalação de co-geração.

Usina Eólica

A usina eólica de propriedade da CEMIG iniciou operações em 1994. A usina fica localizada no Morro da Canelinha, em Gouveia, um município no norte de Minas Gerais. O projeto Morro do Camelinho é a primeira usina eólica do Brasil que será interligada à rede básica de transmissão. Essa usina apresenta capacidade de geração total de 1 MW, sendo acionada por quatro turbinas com capacidade de 250 kW cada uma. A usina de Morro do Camelinho foi construída por intermédio de um convênio de cooperação técnica e científica com o governo da Alemanha. O custo do projeto foi de US\$1,5 milhão, sendo 51% do custo fornecido pela CEMIG e os restantes 49% pelo governo da Alemanha.

Ampliação da Capacidade de Geração

A CEMIG vem realizando investimentos consideráveis para ampliação de sua capacidade de geração. Além das obras em andamento das usinas hidrelétricas de Aimorés, Irapé, e Complexo Energético Capim Branco, com as UHEs Capim Branco I e Capim Branco II, a CEMIG GT, em parceria com Furnas e Neoenergia, participou e venceu o leilão da ANEEL realizado em dezembro de 2005, para implantar e operar o Aproveitamento Hidrelétrico de Baguari. Essa usina terá a capacidade instalada de 140MW e estará localizada no rio Doce, no Estado de Minas Gerais. O contrato de concessão nº 001/2006 foi assinado, em 15 de agosto de 2006, com o consórcio UHE Baguari, constituído pela CEMIG GT com 34% de participação, pela Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A. (subsidiária da Neoenergia) com 51% de participação e pela Furnas Centrais Elétricas S.A. com 15% de participação. Os empreendimentos de Funil, Barreiro, Pai Joaquim, Queimado e Aimorés já estão em operação comercial. No entanto, ainda estão sendo previstos recursos para esses projetos visando a conclusão de algumas atividades de implantação

A tabela abaixo demonstra o plano de expansão da capacidade de geração da CEMIG:

Empreendimentos	Potência	Participação CEMIG	Início previsto da operação
Usina de Irapé	360 MW	100,00%	3º Trimestre/2006
Usina de Capim Branco II	210 MW	21,05%	Dezembro/2006
Usina de Baguari	140MW	34,00%	Outubro/2009

PROJETOS EM ANDAMENTO RELATIVOS À GERAÇÃO

UHE Irapé

A concessão para exploração do potencial hidrelétrico da UHE de Irapé, que está sendo implantada no Rio Jequitinhonha, na divisa dos Municípios de Berilo e Grão-Mogol, no nordeste do Estado de Minas Gerais, foi adquirida integralmente pela CEMIG. O contrato de concessão foi firmado com a ANEEL em 28 de fevereiro de 2000, por um prazo total de 35 anos. A concessão poderá ser prorrogada na forma estabelecida no contrato.

O orçamento total do empreendimento é de R\$1.230 milhões, valor atualizado pelo IGP-M até junho de 2006, e estão sendo utilizados recursos próprios da CEMIG e com a participação do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$90 milhões através de subscrição de debêntures. A construção da UHE Irapé foi iniciada em abril de 2002 e ela é composta por três unidades de geração. O início da operação comercial da usina está previsto para o 3º trimestre de 2006. A UHE Irapé terá uma potência instalada de 360 MW, sendo 1.807.188 MWh/ano de energia assegurada. A energia elétrica a ser produzida na UHE Irapé será comercializada ou utilizada, tendo em vista sua condição de produtor independente.

Complexo Energético Capim Branco

Por meio de sua subsidiária integral CEMIG Capim Branco Energia, a CEMIG participa do Consórcio Capim Branco Energia, constituído em 15 de maio de 2001, com o objetivo de explorar a energia elétrica a ser produzida pelo Complexo Energético Capim Branco formado pelas UHEs Capim Branco I e Capim Branco II, localizadas no Rio Araguari, entre os Municípios de Araguari e Uberlândia, no Triângulo Mineiro. O contrato de concessão foi firmado com a ANEEL em 29 de agosto de 2001, por um prazo total de 35 anos. A concessão poderá ser prorrogada na forma estabelecida no contrato.

A composição do Consórcio Capim Branco Energia originalmente era a seguinte (i) 20% pela CEMIG Capim Branco Energia, (ii) 46% pela CVRD, (iii) 17% pela Comercial e Agrícola Paineiras Ltda., (iv) 12% pela CMM e (v) 5% pela Camargo Corrêa Cimentos S.A. Com a retirada da Camargo Corrêa Cimentos S.A., a composição do consórcio passou a ser a seguinte (i) 21,0526% pela CEMIG, (ii) 48,4211% pela CVRD, (iii) 17,8947% pela Comercial e Agrícola Paineiras Ltda. e (iv) 12,6316% pela VMZ. A participação da CEMIG no empreendimento se dá por meio da assunção dos gastos já realizados em estudos e projetos constantes do edital de leilão da concessão, aporte de recursos, supervisão da qualidade na implantação das obras e por serviços de operação e manutenção das usinas durante o prazo da concessão.

O orçamento total do Complexo é de R\$945 milhões, valor atualizado pelo IGP-M até junho de 2006. As construções das UHEs Capim Branco I e II se iniciaram em setembro de 2003 e março de 2004, respectivamente. Ambas têm três unidades. A geração de energia pela primeira, segunda e terceira unidades da UHE Capim Branco I ocorreu em fevereiro, março e maio de 2006, respectivamente. O início da geração de energia pela primeira, segunda e terceira unidades da UHE Capim Branco II está previsto para dezembro de 2006, janeiro de 2007 e março de 2007, respectivamente. A UHE Capim Branco I tem uma potência instalada de 240 MW, sendo 1.357.800 MWh/ano de energia assegurada. A UHE Capim Branco II terá uma potência instalada de 210 MW, sendo 1.147.560 MWh/ano de energia assegurada. A parte da energia elétrica a ser produzida pelo Complexo Energético Capim Branco que cabe à CEMIG será comercializada ou utilizada, tendo em vista sua condição de produtor independente.

TRANSMISSÃO

A CEMIG realiza também a atividade de transmissão de energia elétrica, que consiste no transporte de energia elétrica das instalações nas quais é gerada às redes de distribuição para entrega a consumidores finais. A CEMIG transporta a energia produzida em suas próprias instalações de geração bem como a energia comprada de Itaipu, do Sistema Interligado e de outras concessionárias.

O sistema de transmissão da CEMIG é composto por redes de transmissão de energia elétrica com capacidade de voltagem igual ou maior que 230 kV, que são responsáveis pelo transporte dos grandes blocos de energia desde os grandes centros geradores até os centros consumidores, viabilizando, através das subestações de transmissão espalhadas pelas diversas regiões da área de concessão, o atendimento aos sistemas de subtransmissão e distribuição.

A rede de transmissão de energia elétrica da CEMIG integra a rede básica de transmissão nacional regulamentada pelo ONS. Em 30 de junho de 2006 a rede de transmissão da CEMIG consistia de 60 linhas de transmissão, sendo 17 linhas de 500 kV com 2.165 quilômetros, 22 linhas de 345 kV com 1.976 quilômetros e 21 linhas de 230kV com 751 quilômetros, totalizando 4.892 quilômetros de linhas de transmissão, bem como de 32 subestações com total de 92 transformadores e 15.393 MVA instalados.

Em 1998, a ANEEL criou o ONS para coordenar a operação eletroenergética do Sistema Interligado Nacional – SIN do Brasil, no sentido de promover um ambiente mais competitivo e menos regulamentado. Uma das principais metas do ONS é garantir que todos os participantes do Setor Elétrico tenham acesso à rede de transmissão brasileira em bases não-discriminatórias. Nos termos da regulamentação da ANEEL, os proprietários de instalações de transmissão de energia elétrica do país – Rede Básica – devem disponibilizar as instalações de transmissão para a ONS, através do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST, submetendo-se às regras operacionais estabelecidas nesse contrato. A CEMIG cumpriu essa exigência ao celebrar um contrato de prestação de serviços de transmissão com o ONS datado de 10 de dezembro de 1999. Este contrato, em decorrência da desverticalização da CEMIG, foi transferido para a CEMIG GT, através de Termos de Cessão firmado em 30 de junho de 2005, com a interveniência do ONS De acordo com esse contrato, e em contrapartida pela disponibilização das instalações de transmissão para a Rede Básica, os usuários desta rede, pagam à CEMIG GT, quantias pelo o uso do trecho da Rede Básica, o ONS paga à CEMIG GT quantias anuais fixas que são determinadas pela ANEEL.

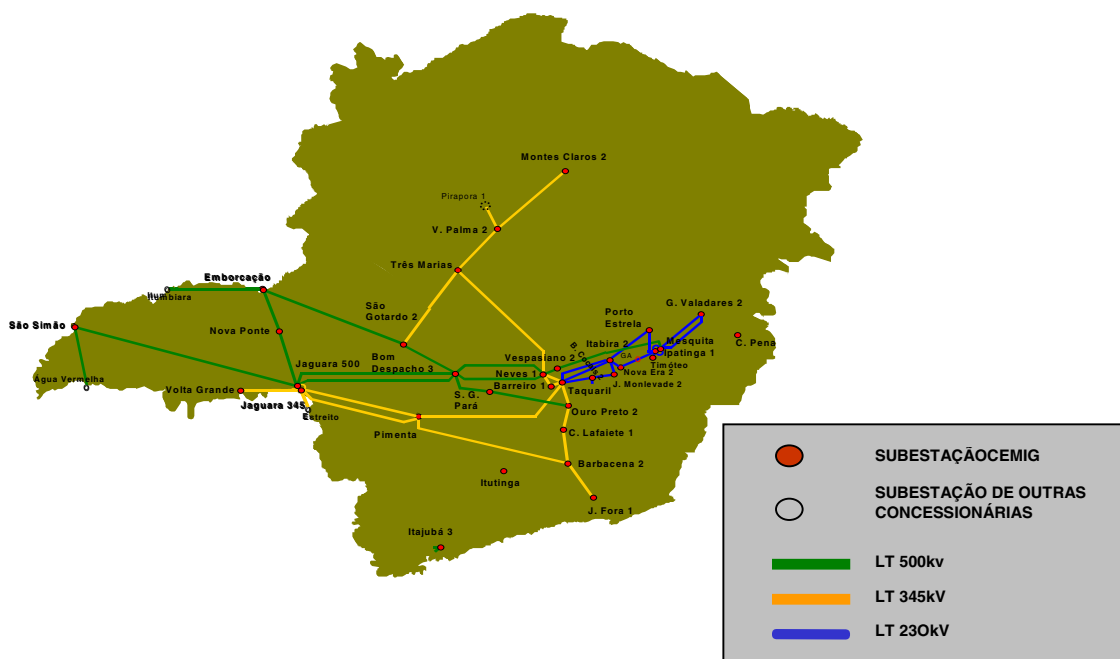
A CEMIG transmite tanto a energia gerada em suas usinas como a energia comprada de Itaipu, do Sistema Interligado e de outras fontes. Em 30 de junho de 2006, a CEMIG possuía 186 clientes industriais aos quais a CEMIG fornecia diretamente eletricidade de alta voltagem (69kV a 230kV) por meio das ligações desses clientes com as redes de transmissão da CEMIG. Esses clientes industriais responderam por aproximadamente 45,7% e 37,8%, respectivamente, do volume total da eletricidade vendida pela CEMIG em 2005 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006. A CEMIG também transmite energia a sistemas de distribuição por meio da divisão Sul/Sudeste do Sistema Interligado.

As tabelas a seguir apresentam certas informações operacionais relativas à capacidade de transmissão da CEMIG nas datas indicadas:

Capacidade da Rede de Transmissão	Extensão da Rede de Transmissão em Quilômetros				
	30 de junho de		31 de dezembro de		
	2006	2005	2004	2003	2002
500 kV	2.165	2.165	2.163	2.163	2.175
345 kV	1.976	1.976	1.942	1.921	1.924
230 kV	751	751	751	745	748
Total	4.892	4.892	4.856	4.829	4.847

Número de subestações abaixadoras MVA	30 de junho de		31 de dezembro de		
	2006	2005	2004	2003	2002
		32	32	32	31
	15.393	15.393	15.393	15.169	14.563

O mapa abaixo mostra a localização da Rede Básica da CEMIG:



Ampliação de Capacidade de Transmissão

Conforme a atual estrutura regulatória do Setor Elétrico Brasileiro, as concessões para ampliação da infra-estrutura de transmissão de eletricidade no Brasil são concedidas de acordo com um regime de licitação. Abaixo apresentamos os principais projetos de expansão da CEMIG na área de transmissão de energia elétrica:

Montes Claros - Irapé

Em setembro de 2003, um consórcio formado pela CEMIG, Companhia Técnica de Engenharia Elétrica – Alusa, Furnas e Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda., venceu o leilão promovido pela ANEEL relativo à concessão para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão – LT Montes Claros 2 – Irapé, de 345 kV, com 150 quilômetros de extensão. Conforme requerido no processo licitatório, as empresas componentes do consórcio constituíram uma nova empresa para exploração da concessão, a Companhia Transleste de Transmissão, com a seguinte participação societária: CEMIG com 25%, Alusa com 41%, Furnas com 24% e Orteng com 10%. As obras foram iniciadas em agosto de 2004 e estão em fase conclusão.

Em dezembro de 2005, foi iniciada a operação comercial da linha, interligando o AHE Irapé ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Os principais empreendimentos iniciados em 2005 são apresentados a seguir:

- LT Furnas – Pimenta, 345 kV, com 75 km de extensão, a ser implantada pela Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, com participação da CEMIG (51%) e Furnas (49%);
- LT Itutinga – Juiz de Fora, 345 kV, com 140 km de extensão, em implantação pela Companhia Transudeste de Transmissão, com participação da CEMIG (24%), Alusa (41%), Furnas (25%) e Orteng (10%);
- LT Irapé – Araçuaí, 230 kV, com 65 km de extensão, e as subestações – SEs Irapé e Araçuaí, em implantação pela Companhia Transirapé de Transmissão, com participação da CEMIG (24,5%), Alusa (41%), Furnas (24,5%) e Orteng (10%).

A CEMIG acredita que seu sistema de transmissão precisará ser ampliado por meio da construção de novas subestações e redes de transmissão dentro dos próximos cinco anos.

Encontra-se em implantação o Plano de Atendimento ao Noroeste Mineiro “Projeto Noroeste” que disponibilizará infra-estrutura essencial ao crescimento econômico, dobrando a capacidade de atendimento de energia elétrica da região, passando dos 150 MW atuais para 300 MW futuros, através da Integração da AHE Queimado, construção de 03 novas Subestações, ampliação de 05 Subestações existentes, construção de 162 km de Linhas de Transmissão e 1.367 km de Redes de Média Tensão, permitindo, assim, a ligação de aproximadamente 27.000 novos Consumidores. Serão investidos R\$150 milhões no Projeto Noroeste até 2007, utilizando recursos próprios, recursos do Estado de Minas, captados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e a contratação de financiamento junto à Eletrobrás.

Investimentos no Chile

A CEMIG e a Alusa foram declaradas vencedoras da concorrência internacional realizada pelo Centro de Despacho Econômico de Carga do Sistema Interconectado Central – CDEC – SIC do Chile, para implantação da LT Charrúa – Nueva Temuco, 220 kV, circuito duplo, com 190 km de extensão e de duas seções de linha de transmissão nas SEs Charrúa e Nueva Temuco, na região central do Chile. A CEMIG participa com 49% e Alusa com 51%. Juntas constituíram a empresa Transchile Charrúa Transmisión S.A. para implantar, operar e manter as instalações objeto da concorrência, com início de operação previsto para janeiro de 2008.

CLIENTES E COMERCIALIZAÇÃO

Os clientes da CEMIG são classificados em cinco categorias principais: (i) industriais (que incluem atividades de mineração, manufatura e transformação); (ii) residenciais; (iii) comerciais (que incluem empresas de prestação de serviços, universidades e hospitais); (iv) rurais; e (v) outros (que incluem instituições governamentais e públicas).

Nos período de seis meses findo em 30 de junho de 2006 e nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003, a CEMIG vendeu 24.317GWh, 39.585 GWh, 37.842 GWh e 36.529 GWh de energia, respectivamente (excluindo consumo próprio), registrando crescimento de 28,9%, 4,6%, 3,6% e 1,8% em relação ao mesmo período nos anos anteriores, representando uma receita de R\$4.960,98. milhões, R\$9.156,03 milhões, R\$8.602,36 milhões e R\$7.235,48 milhões, respectivamente. A tabela abaixo apresenta o volume de vendas de energia por clientes industriais:

Clientes Industriais	Volume de Vendas de Energia em GWh			Consumo como porcentagem do volume de vendas de energia industrial total				
	30 de junho de 2006	2005	2004	2003	30 de junho de 2006	2005	2004	2003
Indústria automotiva	375	675	618	555	3,2	0,3	2,7	2,5
Indústria de cimento	466	769	780	973	3,9	3,3	3,4	4,5
Indústria mineradora	666	1.785	2.355	2.285	5,6	7,6	10,2	10,5
Indústria de ferroligas	2.147	4.033	4.575	4.258	18,1	17,2	19,8	19,6
Indústria de metais não-ferrosos	908	1.903	1.749	1.509	7,6	8,1	7,6	7,0
Siderurgia	3.413	6.580	5.238	4.796	28,7	28,0	22,7	22,1
Outros	3.904	7.727	7.756	7.330	32,9	32,9	33,6	33,8
Total de clientes industriais	11.879	23.472	23.071	21.656	100,0	100,0	100,0	100,0

Em 2005, a CEMIG teve um acréscimo de 135.088 consumidores faturados, enquanto em 2004, esse acréscimo foi de 130.706, e em 2003 um acréscimo de 152.714 consumidores.

Crescimento do Número de Consumidores	
2001	5.412.077
2002	5.591.492
2003	5.744.206
2004	5.874.912
2005	6.010.000
30 de junho de 2006	6.100.902

A maior parte da eletricidade vendida pela CEMIG é comprada por grandes clientes industriais. Em 30 de junho de 2006, 0,3% dos clientes industriais da CEMIG recebiam a energia fornecida em tensões iguais ou superiores a 69 KV. Esses clientes representaram 44,3% e 38,6%, respectivamente, da totalidade do volume de vendas de energia elétrica no exercício social findo em 31 de dezembro de 2005 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, e aproximadamente 17,4% e 17,0%, respectivamente, da receita da CEMIG. No dois períodos, os dez maiores clientes industriais da CEMIG responderam por praticamente 18,5% e 16,3%, respectivamente, da eletricidade total consumida.

Em 30 de junho de 2006, a CEMIG possuía contratos de compra e venda de eletricidade padrão com 520 clientes industriais com demanda acima de 500 kW. Os contratos de compra e venda de eletricidade padrão firmados entre a CEMIG e seus clientes industriais têm prazo de duração de três ou cinco anos, contendo uma cláusula de demanda mínima que exige que o cliente pague pela demanda contratada, que representa a capacidade de sistema reservada àquele cliente, bem como o consumo efetivo do cliente. A CEMIG acredita que este método de faturamento proporciona uma fonte relativamente estável de receita.

Contribuindo para o aumento de produção de seus clientes e utilizando-se de capacidade ainda disponível de seu sistema de distribuição e de sobras de energia de seu mercado, a CEMIG ofertou energias especiais a seus clientes cativos, minimizando perdas decorrentes de venda no mercado atacadista, em que, atualmente, as tarifas para venda de energia são menores, garantido a competitividade aos seus clientes.

A CEMIG agregou à sua carteira o maior consumidor industrial livre do País, com início do fornecimento de energia a partir de janeiro de 2005, pelo prazo de 10 anos, reduzindo dessa forma sua exposição ao mercado de curto prazo.

A tabela a seguir fornece informações adicionais relativas às dez maiores unidades consumidoras da CEMIG no período findo em 30 de junho de 2006:

Dez Maiores Clientes	Indústria
1 Companhia Siderúrgica Paulista S.A	Siderurgia
2 Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A .	Siderurgia
3 Italmagnésio Nordeste S.A.	Ferroligas
4 Votorantim Metais Zinco S.A.	Não Ferrosos
5 White Martins Gases Industriais S.A.	Química
6 Ligas de Alumínio S.A.	Ferroligas
7 Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio	Ferroligas
8 Saint-Gobain Materiais Cerâmicos Ltda.	Química
9 Cia Ferro Ligas Minas Gerais	Química
10 Belgo Siderurgia S.A.	Siderurgia

ANÁLISE DE DEMANDA

As tabelas a seguir estabelecem o número de MWh consumido por cada classe de consumidores da CEMIG Consolidada e o faturamento proveniente destas demandas para os períodos indicados:

Classe de renda	Número de consumidores			MWh			R\$ MIL		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003	2005	2004	2003
Residencial	4.927.966	4.830.935	4.729.674	6.589.664	6.525.884	6.528.746	3.125.036	2.650.066	2.239.862
Industrial	69.207	68.265	68.159	23.471.857	23.071.283	21.715.148	2.920.251	3.561.787	2.874.841
Comércio, Serviços e Outros	537.656	530.158	523.055	3.754.005	3.537.087	3.402.088	1.542.184	1.259.318	1.040.675
Rural	417.026	388.445	368.057	1.940.701	1.846.415	1.783.220	483.493	395.903	332.435
Poder Público	47.731	46.373	44.735	570.536	527.081	509.458	224.308	178.826	146.820
Iluminação Pública	2.224	2.102	2.142	1.022.433	1.004.491	996.892	250.656	214.509	181.793
Serviço Público	7.400	7.305	7.069	981.016	966.425	971.702	236.980	199.019	170.980
Sub-Total	6.009.210	5.873.583	5.742.891	38.330.212	37.478.666	35.907.254	8.782.908	8.459.428	6.987.406
Consumo Próprio	769	1.324	1.308	28.897	54.674	55.028	-	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	-	-	-	116.359	66.410	90.587
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	-	-	19.513	39.727	100.800
Total	6.009.979	5.874.907	5.744.199	38.359.109	37.533.340	35.962.282	8.918.780	8.565.565	7.178.793
Suprimento a Outras Concessionárias	8	5	7	1.254.762	363.832	621.288	113.859	25.120	32.836
Transações com energia no MAE	-	-	-	-	-	-	123.392	11.680	23.848
Total	6.009.987	5.874.912	5.744.206	39.613.871	37.897.172	36.583.570	9.156.031	8.602.365	7.235.477

Classe de renda	Número de Consumidores	MWh	R\$ Mil
	30 de junho de 2006	30 de junho de 2006	30 de junho de 2006
Residencial	4.984.274	3.310.420	1.670.582
Industrial	69.496	11.892.579	1.377.865
Comércio, Serviços e Outros	541.673	1.947.818	831.074
Rural	446.266	859.973	236.480
Poder Público	48.617	294.581	120.395
Iluminação Pública	2.251	523.272	131.689
Serviço Público	7.514	499.600	124.709
Sub-Total	6.100.091	19.328.243	4.492.794
Consumo Próprio	768	14.872	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	61.268
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	32.818
Total	6.100.859	19.343.115	4.586.880
Suprimento a Outras Concessionárias	43	4.988.424	324.108
Transações com energia no CCE/MAE	-	-	49.995
Total	6.100.902	24.331.539	4.960.983

Durante o período de 2003 a 2005, o consumo total de eletricidade pelos consumidores da CEMIG cresceu 4,1%. O consumo de energia elétrica da CEMIG aumentou a uma taxa de 1,6% em 2003, 3,6% em 2004, 4,5% em 2005 (incluindo consumo próprio e suprimento a outras concessionárias).

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2006 em relação ao mesmo período de 2005 o crescimento do consumo de energia elétrica foi de 28,9%, incluindo consumo próprio e a venda de energia a outros agentes da CCEE (Concessionárias e Comercializadoras) por meio de Contratos Bilaterais e Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (através de leilão – CCEAR). O crescimento de 28,9% deveu-se à antecipação do faturamento de janeiro de 2005 para dezembro de 2004 de clientes industriais que migraram para o mercado livre em janeiro de 2005, como também o crescimento das vendas a outros agentes da CCEE e no Ambiente Regulado – CCEAR. Retirando as vendas no CCEE e no CCEAR e atualizando as informações na base janeiro de 2005, o mercado total registraria crescimento de 2,1%.

Abaixo, encontra-se a descrição de cada classe de consumo da CEMIG no exercício social de 2005 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006:

- **Residencial:** A classe residencial, responsável pelo consumo de 6.590 GWh no ano de 2005. No exercício social de 2005 a participação de 16,6% do mercado total, registrou crescimento de 1%, com aumento da base de consumidores faturados em 97.031. O consumo/consumidor médio mensal foi de 111,4 KWh, 1,06% menor que o verificado em 2004. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, a participação no mercado era de 13,6% do mercado total, registrou crescimento de 0,5%, com aumento da base de consumidores faturados em 56.308. O consumo/consumidor médio mensal foi de 110,7 KWh, 1,6% menor que o verificado no mesmo período de 2005. O baixo crescimento durante esses dois períodos pode ser explicado pelos efeitos dos reajustes tarifários e novos hábitos de consumo adquiridos após o período do racionamento de energia e a utilização de equipamentos mais econômicos.
- **Comercial:** A classe comercial apresentou a maior variação positiva no exercício social de 2005, com crescimento de 6,1% e participação de 9,5% no mercado total. Tal crescimento deveu-se ao melhor desempenho do comércio varejista, cuja participação na classe comercial foi equivalente a 31%, registrando um crescimento de 6,8%. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, a classe comercial apresentou crescimento de 3,1% e participação de 8,1% no mercado total. Tal crescimento deveu-se ao melhor desempenho do comércio varejista, cuja participação na classe comercial foi equivalente a 31%, registrando um crescimento de 3,0%. Levando-se em conta ainda que no período de janeiro a junho de 2005 ocorreu o efeito temperatura, enquanto no mesmo período deste ano o clima foi mais ameno.
- **Industrial:** No exercício social de 2005, a classe industrial, responsável por 59,2% (23.472 GWh) do consumo total, apresentou um crescimento de 1,7% em relação a 2004, devido, principalmente, à conquista de novos consumidores fora da área de concessão. Nesta classe, destaca-se a indústria de transformação, que registrou crescimento de 4,5% e participou com 91,6% (21.492 GWh) no consumo industrial. Na indústria de Transformação os setores que mais contribuíram para o citado crescimento foram Siderurgia, Não Ferrosos e setores que detêm pequena participação no mercado industrial CEMIG, com destaque para : Mecânica, Material Elétrico e Comunicação, Material de Transportes e Produtos Alimentares. Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, a classe industrial detinha por 48,8% (11.881 GWh) do mercado total, apresentou, de janeiro a junho de 2006 em relação ao mesmo período do ano anterior, um crescimento de 7,4%. Nesta classe, destaca-se a indústria de transformação, que registrou crescimento de 8,5% e participou com 93,3%. Na indústria de transformação os setores que mais contribuíram para o citado crescimento foram Siderurgia, Ferroligas, Não Ferrosos, Químicos, Produtos Alimentares e setores que detêm pequena participação no mercado industrial CEMIG, com destaque para: Mecânica, Material de Transportes, Celulose, Papel e Papelão, Produtos Farmacêuticos e Veterinários e Bebidas.
- **Rural:** No exercício social de 2005, a classe rural, com participação de 4,9% no mercado total, registrou crescimento de 5,1% em relação a 2004. O consumo convencional, com participação de 70% no total da classe rural, cresceu 5,3%; já o consumo referente à irrigação, com participação de 30% no mercado total da classe, cresceu 4,7% em relação ao ano anterior, devido a maior ocorrência de chuvas nos meses de novembro e dezembro de 2005. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, a classe rural, com participação de 3,5% no mercado total, registrou crescimento de 3,7% em relação ao primeiro semestre de 2005. O consumo convencional, com participação de 77% no total da classe rural, cresceu 4,7%; já o consumo referente à irrigação, com participação de 22,3% no mercado total da classe, cresceu 0,6% devido à elevação da temperatura no mês de abril do ano anterior, ocasionando um consumo atípico no mês, enquanto no primeiro semestre de 2006 o clima foi mais ameno. Quanto ao consumo convencional, seu crescimento foi devido ao Programa Luz para Todos, que registrou no período acréscimo de 28.636 consumidores faturados.

- Demais Classes: No exercício social de 2005, as outras classes de consumo, inclusive o Suprimento, que representaram 9,8% do consumo total e demandaram 3.858 GWh, apresentaram um acréscimo de 32,3% devido, principalmente, à venda de energia a outros agentes da CCEE (concessionárias e comercializadoras) por meio de contratos bilaterais. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, as outras classes de consumo, inclusive o Suprimento, que representaram 26,0% do consumo total e demandaram 6.321 GWh no primeiro semestre de 2006, apresentaram um acréscimo de 250,7% devido, principalmente, à venda de energia a outros agentes da CCEE (Concessionárias e Comercializadoras) por meio de Contratos Bilaterais.

SAZONALIDADE

As vendas da CEMIG são afetadas pela sazonalidade do mercado. Normalmente, ocorre aumento no consumo dos clientes industriais e comerciais no terceiro trimestre devido ao aumento da atividade industrial e comercial para época de festas de fim de ano. Além disso, há um aumento geral de uso em todas as categorias de clientes durante o verão em razão das temperaturas elevadas, que acarretam, por sua vez, a utilização de equipamentos de refrigeração e resfriamento com maior intensidade e frequência por todos os setores atendidos pela CEMIG. Certas cifras representativas do consumo trimestral de consumidores finais (não incluindo o consumo da CEMIG) de 2001 a 2005, em GWh, são apresentadas abaixo:

Ano	Primeiro Trimestre	Segundo Trimestre	Terceiro Trimestre	Quarto Trimestre
2001	9.636	9.706	7.879	7.936
2002	8.333	9.164	9.200	9.170
2003	8.869	8.971	9.055	9.634
2004	9.171	9.471	9.542	9.658
2005	8.718	10.142	10.297	10.429
2006	11.866	12.450	-	-

Os valores acima representam o total de energia vendida, excluindo-se o consumo próprio.

Nota: A tabela representa o consumo da Distribuição Direta da CEMIG, excluindo-se o consumo próprio da empresa e incluindo o Suprimento a outras concessionárias e a energia entregue às empresas controladas/coligadas.

OUTRAS ATIVIDADES

Embora o principal negócio da CEMIG consista na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a CEMIG atua também no negócio de distribuição de gás natural em Minas Gerais por intermédio da Gasmig. Ademais, a CEMIG controla a Infovias, companhia criada para prestação de serviços de rede de fibra óptica e de cabos coaxiais instalada ao longo de sua rede de transmissão e distribuição, por meio das quais os serviços de telecomunicações, Internet e televisão a cabo podem ser prestados. A CEMIG realiza, ademais, atividades de consultoria internacional e possui como clientes várias companhias elétricas em países estrangeiros.

A Gasmig, que é responsável pela distribuição de gás natural canalizado em Minas Gerais, foi constituída em 1986 com a finalidade de desenvolver e implementar a distribuição de gás natural canalizado naquele Estado. A CEMIG detém participação de, aproximadamente, 55,19% do capital social da Gasmig. As ações restantes são detidas pela Petrobras, MGI - Minas Gerais Participações S.A., o órgão de investimentos do Governo Estadual de Minas Gerais, e pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Em janeiro de 1993, o Governo Estadual de Minas Gerais outorgou à Gasmig a concessão de distribuição exclusiva de gás em todo Estado de Minas Gerais e a todos os tipos de consumidores, durante 30 anos. Os esforços de marketing da Gasmig concentram-se em sua capacidade de fornecer uma alternativa mais eficiente em termos econômicos e não agressora ao meio ambiente como os derivados de petróleo, madeira e carvão.

A Gasmig forneceu, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, cerca de 1,5 milhão (m³/d), a 153 clientes industriais e comerciais e a 74 postos de gás natural veicular, possuindo uma rede de distribuição com extensão de 336 quilômetros. A Gasmig também fornece gás natural a quatro bases de compressão de gás natural – GNC e a duas usinas de geração de eletricidade. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, a Gasmig distribuiu aproximadamente 5% de todo o gás natural distribuído no Brasil e vendeu 701,4 milhões de m³.

Muitas indústrias com alto consumo de energia elétrica, como as de cimento, siderurgia, ferroligas e metalurgia operam no Estado de Minas Gerais. A Gasmig estima que a demanda total de gás natural em Minas Gerais chegará a quase 7,5 milhões de m³/d até 2010, o que supera o abastecimento disponível projetado.

Em razão desse aumento estimado no consumo de gás natural, a Gasmig iniciou a implementação de projetos de expansão de sua rede de distribuição. A Gasmig, por exemplo, iniciou, em 2005, a construção do gasoduto Vale do Aço, com investimentos da ordem de R\$ 361 milhões, com potencial de acrescentar 1,8 milhão m³/d no consumo de gás natural no estado.

Encontra-se também em andamento a construção da rede de distribuição no município de Andradas e Poços de Caldas no Sul de Minas, que será atendida inicialmente pelo Gás Natural Liquefeito - GNL, antecipando assim o consumo de gás naquela região. O projeto conta com a participação do consórcio Gemini (Petrobras/White Martins) que fornecerá o GNL para a Gasmig.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, a Gasmig apresentou receita total de R\$ 480,3 milhões e lucro líquido depois de impostos de R\$ 51,7 milhões. Já no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, a receita total foi de R\$252,6 milhões e o lucro líquido foi de R\$32,0 milhões.

Associação com a Petrobras

Em 25 de agosto de 2004, a CEMIG, a Gasmig, a Gaspetro e a Petrobras firmaram Acordo de Associação, segundo o qual a CEMIG aceitou vender participação societária de 40% na Gasmig à Gaspetro, uma subsidiária da Petrobras. Nos termos do Acordo de Associação, a Petrobras comprometeu-se a efetuar investimentos para expansão da capacidade dos atuais dutos conectados à rede de distribuição da Gasmig, bem como investimentos na construção de novos dutos, tendo a CEMIG e a Gaspetro se comprometido a custear o plano de gastos de capital da Gasmig para expansão de sua rede de distribuição.

A operação foi implementada em 15 de dezembro de 2004 quando a Petrobras, por intermédio de suas subsidiárias Gaspetro e TSS, concluiu a aquisição de participação societária de 40% na Gasmig. Como condição para tal investimento, a Petrobras e a CEMIG firmaram Acordo de Acionistas no qual a CEMIG avençou com a Petrobras e suas subsidiárias o compartilhamento da administração da Gasmig.

A CEMIG prevê que a associação com a Petrobras expandirá a capacidade de distribuição da Gasmig, tendo em vista que a sua capacidade de disponibilizar gás natural a seus clientes aumentará significativamente com a implementação dos investimentos da Petrobras em dutos.

Telecomunicações

Em 13 de janeiro de 1999, a CEMIG constituiu a Infovias, um empreendimento conjunto com a AES, integrante do grupo AES Corporation e o CLIC - Clube de Investimentos dos Empregados da CEMIG. A época da fundação, a CEMIG detinha 48,97% do capital total da Infovias, a AES aproximadamente 49,97% e o CLIC 0,99%, atualmente, a participação da CEMIG é de 99,94%. A Infovias iniciou operações comerciais em janeiro de 2001.

A Infovias foi criada com a finalidade de prestar serviço de telecomunicações limitado especializado (sub-modalidade Rede Especializada e Circuito Especializado), em conformidade com as autorizações expedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, através dos atos n.º 8.209 e n.º 8.210, ambos de 05 de maio de 2000. Os serviços são prestados através de uma rede de cabos de fibras ópticas e coaxiais instalada ao longo das redes de transmissão e distribuição de eletricidade da CEMIG, totalizando 5.800 quilômetros. O modelo de negócio da Infovias é o de “CARRIER’S CARRIER”, ou seja, ela disponibiliza sua estrutura de rede em fibras ópticas para as operadoras de telecomunicações e concessionárias de televisão a cabo e internet que desejam aumentar sua área de atuação dentro do Estado de Minas Gerais ou simplesmente desejam atender seus clientes finais sem investir em redes próprias, optando por alugá-las. A CEMIG aluga à Infovias o direito de passagem em sua infraestrutura de transmissão e distribuição de acordo com um contrato de locação de 15 anos celebrado em 31 de março de 2000.

Desde janeiro de 2001, a Infovias presta o serviço de rede transporte de sinais à WAY TV Belo Horizonte S.A., sua controlada, e à Brasil Telecomunicações S.A., concessionárias de TV a Cabo, que exploram comercialmente os serviços de TV a cabo e acesso a internet banda larga via cabo em 12 cidades de Minas Gerais. De acordo com contrato de prestação de serviço de 15 anos celebrado com essas empresas, a Infovias será remunerada de acordo com um percentual incidente sobre os valores faturados e efetivamente recebidos por essas empresas de seus assinantes. A WAY TV Belo Horizonte S.A. explora os serviços nas cidades de Belo Horizonte, Barbacena, Poços de Caldas e Uberlândia e a Brasil Telecomunicações S.A. nas cidades de Sete Lagoas, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Ituiutaba, Ipatinga, Ribeirão das Neves, Uberaba. Essas empresas encerraram o ano de 2004 com aproximadamente 44.300 assinantes do serviço de TV a cabo e 20.000 assinantes do serviço de acesso a internet via cabo, em conjunto.

A Infovias presta serviços de transporte de dados para a CEMIG, utilizando suas redes de telecomunicações, através de um contrato celebrado em novembro de 2001, com vigência de 5 anos.

O ano de 2003 foi considerado como o ano de consolidação da Infovias neste mercado de telecomunicações. Nesse ano, a Infovias teve um aumento superior a 100% em seu faturamento anual bruto, com investimentos de R\$24 milhões em sua rede. Além disso, o volume acumulado de circuitos de telecomunicações comercializados nas suas Redes de Acesso e de Multi-Serviços aumentou em torno de 60% com relação ao ano de 2002. Este incremento significativo nas vendas é atribuído à consolidação de parcerias com seus maiores clientes.

Adicionalmente, no setor de TV a cabo e internet, a controlada WAY TV Belo Horizonte S.A. foi, pelo segundo ano consecutivo, a empresa que apresentou o maior crescimento do setor. O crescimento do faturamento da Infovias com o transporte destes serviços foi de 77%, atingindo a meta estabelecida no início de 2003. O serviço de internet banda larga atingiu a base de 10.719 assinantes, refletindo um crescimento de 96% em relação ao ano de 2002.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, a Infovias apresentou uma receita bruta de R\$96,5 milhões e um lucro líquido de R\$0,4 milhões. Já no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, a receita total foi de R\$60,0 milhões e o lucro líquido foi de R\$3,95 milhões.

Em 27 de julho de 2006, foi realizado o leilão público relativo à alienação da totalidade das ações ordinárias e preferenciais emitidas pela Way Brasil, operadora de TV a Cabo nas cidades de Belo Horizonte, Barbacena, Poços de Caldas e Uberlândia, localizadas no Estado de Minas Gerais, e de Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), em âmbito nacional.

Participaram da fase de habilitação duas empresas privadas, a TNL PCS Participações e NET Belo Horizonte Ltda. . No entanto, somente a TNL PCS Participações respondeu ao Edital de Venda e ofereceu proposta de aquisição das referidas ações. A NET Belo Horizonte Ltda. não ofereceu qualquer proposta, retirando-se unilateralmente do leilão.

Como resultado do leilão, houve apenas uma empresa classificada, a TNL PCS Participações, com proposta de R\$132 milhões, montante 65% superior ao preço mínimo de R\$80 milhões.

Em 1º de agosto de 2006, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avencas entre os vendedores e a TNL PCS Participações, contrato anexo ao Edital. A concretização da operação depende ainda da anuência da ANATEL.

Serviços de Consultoria e Outros Serviços

A CEMIG presta, ainda, serviços de consultoria a governos e prestadoras de serviços públicos do setor de eletricidade com a finalidade de auferir receitas adicionais da tecnologia e expertise desenvolvidas pela CEMIG por meio de suas operações. No decorrer dos últimos oito anos, a CEMIG prestou esse tipo de serviço a órgãos e empresas governamentais em dez países, entre eles Canadá, Paraguai, Honduras e El Salvador e para o Governo do Panamá.

A CEMIG detém participação de 100% no capital social da Efficientia S.A., cujos principais objetivos sociais são: a prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia.

INVESTIMENTOS

Adicionalmente às atividades de concessionária do serviço público, atuando na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em quase todo o Estado de Minas Gerais, a CEMIG vem desenvolvendo várias outras atividades sinérgicas ao seu negócio principal, levando a sua marca a setores diversos como telecomunicações, serviços de eficiência energética e outros, objetivando sempre um aumento na rentabilidade da Emissora e fortalecimento de sua posição no mercado.

Foi organizado, no final dos anos 90, o Comitê de Priorização de Obras, que vem atuando na análise dos projetos de expansão constantes do plano quinquenal de negócios, recomendando à Diretoria Executiva a execução desses projetos e garantindo que o retorno mínimo exigido pelo Conselho de Administração seja atendido.

Os principais investimentos da CEMIG foram como segue:

	30 de junho de 2006	2005	2004
	(R\$ Milhões)		
Geração			
- Usina de Aimorés	12	58	127
- Usina de Irapé	21	335	447
- Rosal Energia	0	-	98
- Outros empreendimentos de geração	16	32	15
Total da Geração	49	425	687
Distribuição	521	845	222
Transmissão	40	45	65
Gás	0	17	28
Telecomunicações	0	21	17
Outros	12	3	32
	622	1.356	1.051

Nos próximos 5 anos, a CEMIG planeja investir R\$4,0 bilhões nos segmentos de geração, transmissão e distribuição. Tais investimentos visam, principalmente: (i) expandir a capacidade de geração; (ii) conectar 161 mil novos clientes urbanos por ano; (iii) atingir 100% das áreas rurais até 2006; (iv) melhorar a confiabilidade da rede de transmissão; (v) reduzir perdas de energia; (vi) ampliar sua participação no mercado nos segmentos de geração, transmissão e distribuição; e (vii) expandir o suprimento de gás no Estado por meio da negociação com a Petrobras e Gasmig.

O quadro a seguir discrimina os valores dos investimentos planejados pela CEMIG para os próximos 5 anos:

Investimentos (R\$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Geração	130,5	98,3	22,2	3,3	3,3	257,6
Transmissão	92,8	15,9	5,1	2,9	2,9	119,6
Subtransmissão	127,0	330,2	119,9	2,5	2,5	582,1
Distribuição	1.009,1	1.004,6	291,8	186,5	186,5	2.678,5
Outros	567,8 (*)	82,1	0,0	0,1	0,1	650,1
Total	1.927,2	1.531,1	439,0	195,3	195,3	4.287,9

(*) Inclui aquisições de ativos (Light e TBE), no valor de R\$528,0 milhões

Fonte: CEMIG

AQUISIÇÕES RECENTES

Aquisição da Light

Em março de 2006 a Rio Minas Energia Participações S.A., sociedade constituída pela Garantidora, em parceria com Andrade Gutierrez Concessões S.A., a LUCE Brasil Fundo de Investimentos em Participações, com 25% das ações cada, adquiriu 79,57% (setenta e nove virgula cinqüenta e sete por cento) de ações da Light S.A., pertencentes à EDF International S.A., holding controladora que possui 3,8 milhões de consumidores e detém cerca de 6,4% do mercado nacional. A transferência do controle da Light já foi aprovada pela ANEEL, pelo CADE – Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor, pela French Commission des Participations et des Transferts, e pelo BNDES e demais credores. A transferência das ações ocorreu no dia 10 de agosto de 2006.

Aquisição das Participações da Schahin

Em maio de 2006 a Garantidora em parceria com a MDU Brasil Ltda, e a Brascan Brasil S.A., adquiriram da Schahin Holding S.A. 100% (cem por cento) das suas participações nas seguintes concessionárias de transmissão: 25% (vinte e cinco por cento) da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.; 25% (vinte e cinco por cento) da Empresa Paranaense de Transmissão de Energia S.A.; 18,35% (dezoito virgula trinta e cinco por cento) da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.; 7,5% (sete e meio por cento) da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A., e 18,35% (dezoito virgula trinta e cinco por cento) da Empresa Norte Transmissão de Energia, desta forma a Garantidora amplia suas linhas de transmissão de 5144 km para 5589 km. A transferência das ações foi submetida ao CADE – Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor, e já foi aprovada pela ANEEL, pelo BNDES e outros órgãos financiadores. A transferência das ações ocorreu no dia 16 de agosto de 2006.

EMPREGADOS E RELAÇÕES TRABALHISTAS

Em 30 de junho de 2006, a CEMIG possuía 10.349 empregados. Adicionalmente, a CEMIG terceiriza certos serviços tais como: Construção e Manutenção de Linhas e Redes, Limpeza de Faixa, Poda de Árvores, Corte e Ligação, Leitura e Projeto e Topografia. A CEMIG acredita que, de modo geral, as relações que mantém com seus empregados são satisfatórias.

A tabela abaixo indica a evolução do quadro de profissionais e da CEMIG, nas datas indicadas:

	Número de funcionários em			
	30 de junho de		31 de dezembro de	
	2006	2005	2004	2003
Gerentes	172	153	153	156
Profissionais	1.362	1.200	1.293	1.409
Técnicos operacionais	7.937	7.360	7.633	7.880
Funcionários de escritório	1.418	1.558	1.589	1.857
Total	10.349	10.271	10.668	11.302

A CEMIG é sociedade de economia mista sujeita aos regulamentos da Administração Estadual e, neste sentido, nos termos da Constituição Federal, a admissão de funcionários só pode ser efetuada por meio de concurso público.

Os empregados da CEMIG, da Emissora e da CEMIG GT são tratados como empregados pertencentes a um mesmo grupo. Para tanto, as partes pretendem celebrar um Convênio de Cooperação, que terá por objetivo, dentre outros, otimizar o aproveitamento de recursos humanos utilizados nas atividades de “*holding* e suporte” das três empresas, sem prejuízo da independência e autonomia de cada uma.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003, a remuneração básica dos empregados da CEMIG totalizou, R\$374,35 milhões, R\$356,98 milhões e R\$294,98 milhões, respectivamente, e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006 totalizou R\$258,07 milhões. A CEMIG têm como prática remunerar seus empregados de forma competitiva, compatível com as melhores práticas de mercado e de acordo com as atividades exercidas, o desempenho e competência individual de cada empregado.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003, a remuneração global dos empregados da CEMIG totalizou, R\$1.202,52 milhões, R\$987,94 milhões e R\$826,87 milhões, respectivamente, e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, totalizou R\$626,04 milhões.

Com relação aos serviços terceirizados a CEMIG teve um custo de R\$422,6 mil, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, e de R\$217,1 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006.

Relações com Sindicatos

A CEMIG mantém negociações com dez sindicatos que representam seus funcionários a seguir: Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Minas Gerais, Sindicato Intermunicipal dos trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – SINDIETRO/MG, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul de Minas Gerais – SINDSUL/MG, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Juiz de Fora, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Energia Elétrica de Santos Dumont, Sindicato das Secretárias no Estado de Minas Gerais, Sindicato dos Engenheiros no Estado de Minas Gerais, Sindicato dos Administradores no Estado de Minas Gerais, Sindicato dos Técnicos Industriais de Minas Gerais e Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de Minas Gerais.

A CEMIG possui um bom relacionamento com seus sindicatos. Embora nem todos os funcionários sejam filiados aos sindicatos, todos gozam dos benefícios previstos nos instrumentos coletivos por força da legislação trabalhista vigente. Os acordos coletivos são negociados com os sindicatos anualmente, estabelecendo a reposição salarial e outros benefícios, sendo que a data base da categoria é novembro, ocasião em que novas condições de trabalho começam a vigorar. O acordo coletivo atualmente em vigor foi assinado em 12 de novembro de 2005, e tem vigência até 31 de outubro de 2006. Esse novo acordo prevê um aumento salarial de 7,45% em relação ao exercício anterior, sendo 5,05% relativos a reajuste salarial e 2,40% relativos a ganho de produtividade, e a participação nos lucros em conformidade com a legislação trabalhista brasileira.

A CEMIG considera boa a relação que mantém com seus empregados e respectivos sindicatos. Tendo em vista que os serviços por ela prestados são considerados essenciais, seus empregados, em caso de greve, são obrigados a manter níveis mínimos de atividades para garantir a prestação de serviços à população. Não houve qualquer tipo de greve ou paralisação das atividades da Emissora nos últimos três anos.

Participação nos Lucros

A CEMIG possui um Programa de Participação nos Lucros para seus funcionários em conformidade com a legislação trabalhista brasileira aplicável. No âmbito do referido programa, a CEMIG não pode contribuir ao plano de participação nos lucros com valor superior a 25% da totalidade dos dividendos propostos do exercício em questão. As metas para o pagamento da participação nos lucros são estabelecidas anualmente por meio de acordos coletivos específicos.

As participações dos empregados nos resultados do exercício de 2005 e dos exercícios de 2004 e 2003 foram definidas por meio de acordos coletivos específicos. Em conformidade com referidos acordos, as participações nos resultados do exercício de 2005, 2004 e 2003, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, correspondeu a, aproximadamente, R\$63,1 milhões, R\$49,9 milhões e R\$25,1 milhões, respectivamente.

Planos de Opção de Compra de Ações

Não há planos de opção de compra de ações destinados aos empregados da CEMIG.

Plano de Desligamento Incentivado - PDI

Em dezembro de 2003, a CEMIG implementou um Plano de Desligamento Incentivado - PDI, visando uma melhor adequação de seu quadro de pessoal às suas necessidades atuais e futuras. O incentivo financeiro para os empregados que aderiram ao PDI correspondeu a uma indenização que varia de 0 a 17 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos, entre os quais o principal é o tempo de contribuição ao INSS. Com base nos critérios estabelecidos, o maior incentivo financeiro, correspondente a 17 vezes a remuneração, foi concedido aos empregados do sexo masculino e feminino com 30 e 25 anos de contribuição ao INSS, respectivamente, decrescendo gradativamente para os empregados com tempo inferior ou superior ao mencionado. Adicionalmente, a CEMIG garantiu o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e plano de saúde pelo período de 6 meses, a partir da data do desligamento do empregado.

O PDI demonstrou o compromisso da CEMIG de proporcionar relações trabalhistas mais modernas e eficientes, ao mesmo tempo em que buscou atenuar os efeitos sociais do desligamento dos empregados. Durante o período do PDI, 842 funcionários aderiram ao plano, sendo que o período de desligamento foi de janeiro a junho de 2004, conforme os critérios previstos no PDI.

Previdência Privada

A CEMIG, patrocina três planos de previdência privada administrados pela Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, com o objetivo de complementar os benefícios da previdência social de seus empregados, a seguir:

- Plano Saldado (A): inclui os participantes aposentados e ativos que optaram por migrar do Plano de Benefício Definido, descrito abaixo, para este plano nas datas em que esteve aberta essa opção. O benefício deste plano corresponde, no caso dos aposentados, ao valor líquido que era recebido do plano antigo e, para os ativos, ao valor proporcional salgado na data de início do plano. Este plano não recebe novas contribuições e está fechado para novos participantes.
- Plano Misto (B): é um plano de contribuição variável segundo a definição das autoridades brasileiras. Tem característica de contribuição definida para benefícios programáveis de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para benefícios de risco (cobertura de invalidez e morte de participante ativo). A contribuição da CEMIG é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes; e
- Plano de Benefício Definido (BD): plano original, na modalidade de benefício definido para todos os benefícios, fechado para novos participantes, por meio do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na CEMIG em relação ao valor hipotético do benefício da Previdência Social Oficial. A Emissora pretende encerrar o referido plano até o final de 2006, migrando seus participantes para o Plano Saldado, o que depende de aprovação das autoridades competentes.

A CEMIG registrou em seu balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2005 e em 30 de junho de 2006, obrigações no valor de R\$1.455,67 milhões e R\$1.402,0 milhões, respectivamente, relativas às contribuições dos referidos planos. Em 30 de junho de 2006, a FORLUZ possuía 20.745 participantes e pensionistas, patrocinados pela CEMIG inscritos em seus planos, conforme mostra a tabela a seguir.

Número de Participantes por Planos - FORLUZ			
Item	Benefício Definido - BD	Saldado - A	Misto - B
Ativos	23	2.591	10.355
Aposentados	193	8.018	1.561
Pensões	58	1.370	121

O número de empregados da CEMIG filiados aos planos de previdência privada é de 10.378, equivalente a 98,85% do total de empregados.

Ademais, a CEMIG mantém, de modo independente, aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Outros Benefícios

A CEMIG fornece ainda aos seus empregados, seguro saúde, seguro de vida, vale-alimentação, vale-transporte, auxílio-creche, programa de apoio ao menor eficiente especial.

FORLUZ

Por meio de deliberações de sua Diretoria, a CEMIG reconheceu diferentes débitos em relação à Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, uma entidade de previdência privada dos funcionários da CEMIG. Esses débitos são relacionados ao passivo atuarial e outros benefícios pós-emprego de suplementação de aposentadorias e pensões, seguro de vida e plano de saúde. No exercício findo em 31 de dezembro de 2005, esses débitos totalizavam R\$1.524,48 milhões. Segundo informações da CEMIG, esses débitos deverão ser amortizados progressivamente até junho de 2024.

Em 1º de janeiro de 2001, a CEMIG reconheceu a dívida com a Forluz por meio de diversas deliberações de sua Diretoria, em conformidade com a Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000, referente à contabilização dos benefícios de funcionários. Dessa forma, foi alterado o modo de reconhecimento dos débitos em relação à Forluz. O critério de reconhecimento das despesas com benefícios pós-emprego anteriormente adotado pela CEMIG considerava no resultado as contribuições efetivamente pagas referente a benefícios a aposentados. Considerando os novos procedimentos adotados, foram reconhecidos no resultado os encargos incidentes sobre a dívida com a Forluz e a variação atuarial nas obrigações pós-emprego.

Treinamento

A CEMIG fornece extenso programa de treinamento para seus aprendizes e funcionários. Os aprendizes são menores selecionados para participarem de programa de formação técnico-profissional para as carreiras de eletricitista de linhas de rede, eletricitista de manutenção, dentre outras. Para seus funcionários, a CEMIG mantém uma Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, destinado à formação de eletricitistas, aperfeiçoamento e reciclagem, e um Programa de Educação Básica, destinado à complementação do ensino fundamental. Adicionalmente, a CEMIG possui cursos de Formação Profissional ministrados em seu próprio campus - a Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional – EFAP.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, a CEMIG investiu aproximadamente R\$13,5 milhões em seus programas de treinamento, comparado com aproximadamente R\$10,5 milhões em 2004. No período de seis meses findos em 30 de junho de 2006, foram investidos R\$6,4 milhões. A CEMIG possui também um programa de *trainees* para jovens matriculados em cursos superiores ou recém formados para ocuparem funções técnicas ou gerenciais.

Segurança no Trabalho

A CEMIG possui uma Política de Segurança que prevê a proteção de seus empregados próprios, contratados, de empresas contratadas, bem como a comunidade direta ou indiretamente afetada por seu sistema operacional, através da identificação, avaliação e controle dos riscos decorrentes de suas atividades. De acordo com a sua política de segurança do trabalho, todo empregado tem o direito de questionar a realização de tarefa em que as medidas de segurança no trabalho não estejam devidamente satisfeitas. Em 2005, ocorreram 151 acidentes, sendo 49 com afastamento do trabalho. Em 2004 e 2003, ocorreram 185 e 207 acidentes, respectivamente. Dentre os acidentes mais frequentes sofridos pelos empregados da Emissora estão os relacionados a acidentes de trânsito.

Para garantir o cumprimento desta Política de Segurança a CEMIG possui um Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, 80 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e está implantando o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, com base na Especificação OHSAS 18001, em todas as áreas que interagem com o Sistema Elétrico de Potência.

POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO À CULTURA

A busca de novas formas para colaborar com as comunidades em que a CEMIG atua é uma preocupação constante.

A CEMIG possui forte orientação social, tendo como objetivos a ética e a responsabilidade sócio-empresarial. A CEMIG participa de diversos programas sociais e possui um comitê de responsabilidade social empresarial que estabelece sua política de responsabilidade social e cidadania. Nos anos de 2003, 2004 e 2005, a CEMIG investiu aproximadamente R\$24,7 milhões, R\$18,4 milhões e R\$23,7 milhões, respectivamente, em programas sociais. Dentre seus principais projetos sócio-culturais destacam-se:

- Programa Luz do Saber - o objetivo desse programa é garantir energia elétrica a todas as escolas rurais das redes estadual e municipal de Minas Gerais;
- Programa Campos de Luz - com a iluminação de cerca de 300 campos de futebol de várzea, esse programa leva mais segurança e melhores condições de lazer para comunidades de baixa renda em todo o Estado;
- Projeto Galpão Cine Horto - patrocínio de um dos destaques do teatro brasileiro atual, Grupo Galpão;
- Festival Internacional de Teatro Palco e Rua - FIT - um dos mais importantes eventos de artes cênicas do Brasil contribuindo para a popularização do teatro;
- Projeto Palácio das Artes/Fundação Clóvis Salgado - mantenedora de uma instituição com presença marcante no cenário cultural brasileiro e patrocinadora de grandes espetáculos;
- Projeto Ações Sociais Integradas - ASIN - programa de voluntariado empresarial que conta com a participação de mais de 1000 empregados da empresa, atuando em educação, cultura, meio ambiente, saúde e apoio comunitário atendendo cerca de 30 mil pessoas entre crianças, adolescentes e idosos; e
- Programa AI6% - que arrecada em doações 6% do Imposto de Renda devido por empregados da empresa, destinando os recursos a instituições cadastradas no ASIN e nos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

A CEMIG tem por política proteger suas marcas nos diversos países onde atua ou pretende atuar. A CEMIG mantém um Escritório de Marcas e Patentes, que dá suporte a todas as suas controladas.

Em 30 de junho de 2006, a CEMIG possuía 8 cartas patentes concedidas, 47 pedidos de privilégio sobre invenções, 13 marcas, 36 pedidos de registro de marcas, 18 programas de computador registrados e 40 obras do direito autoral. Suas principais patentes referem-se à utilização de energia fotovoltaica, células a combustível, equipamentos de medição de parâmetros elétricos e ferramentas para utilização na operação ou manutenção de instalações elétricas. Até o momento, nenhuma patente da CEMIG foi licenciada para terceiros.

A marca “CEMIG”, além de registrada no INPI, está registrada inclusive no Paraguai e Uruguai. Outros registros obtidos pela Emissora são relativos a “slogans” ou programas específicos. A tabela abaixo informa as principais marcas registradas pela CEMIG, em 31 de dezembro de 2005:

Marca	Nº	Concessão
Qualidade Cemig - círculo de controle da qualidade	823822419	26/06/2001
Fatos & dados	820940992	26/06/2001
Ccq cemig círculo de controle da qualidade	820940933	26/06/2001
Cemig cine grátis	820940976	26/06/2001
Conexão Cemig	820940941	26/06/2001
Programa café com bate-papo cemig	820940950	26/06/2001
Tv Cemig o canal do consumidor	820940968	26/06/2001
Estação Cemig	820941000	26/06/2001
Energia para a vida	820940984	26/06/2001
Cemig (no Uruguai)	275026	26/12/1996
Cemig (no Paraguai)	225902	23/06/2000
Qualidade total Cemig compromisso de ser melhor	817788450	30/04/1996
Cemig	760225699	26/07/1983

Além dos registros já mencionados, a CEMIG detém o registro de diversos “softwares” que foram desenvolvidos internamente para utilização própria. Em se tratando de direitos autorais, a CEMIG e suas coligadas possuem diversos domínios na rede mundial de computadores, sendo que os domínios brasileiros estão registrados na FAPESP, enquanto os domínios nos EUA estão registrados por empresas locais que prestam tal serviço.

CONTROLE DE QUALIDADE

Em 1992, a CEMIG instituiu um programa de gestão pela qualidade denominado “Qualidade Total”, sendo a pioneira no Setor Elétrico

Em 1999, a CEMIG adotou o Projeto de Organização segundo Padrões Internacionais, por meio do qual certificou diferentes processos de acordo com a norma ISO 9000 e ISO 14000. Teve início em 2005, a implantação do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança, conforme Especificação OHSAS 18001.

Atualmente, mais da metade dos empregados da CEMIG executam seus processos e atividades considerando requisitos internacionais de qualidade ambiental, de produtos e serviços e da saúde e segurança.

A CEMIG ocupa posição de destaque no cenário das empresas certificadas.

O Sistema de Gestão da Qualidade certificado em conformidade com a NBR ISO 9001/2000, abrange um conjunto de processos representativos dos serviços prestados pela CEMIG:

- Ligação de unidades consumidoras, restauração da iluminação pública e restabelecimento de energia;
- Faturamento dos clientes corporativos;
- Manutenção de equipamentos de geração, transmissão e distribuição;
- Planejamento, projeto, construção, operação e manutenção de redes subterrâneas, obras de expansão e manutenção da distribuição, ligação de consumidores, iluminação pública e restabelecimento de energia elétrica;
- Centro de Operação do Sistema Elétrico da Distribuição - COD;
- Atendimento a clientes corporativos, nas agências, central de atendimento por telefone e internet;
- Arrecadação e faturamento.

A CEMIG foi ganhadora do PRÊMIO MINEIRO DA QUALIDADE, por duas vezes consecutivas na categoria Prata e em 2005, na categoria Ouro.

Os certificados de Sistema de Gestão Ambiental CEMIG ampliou a gestão da melhoria contínua ambiental para 161 municípios. São, atualmente, 54 subestações, mais de 150 mil km de redes de distribuição e mais:

- Operação do sistema elétrico, inspeção e manutenção de linhas e redes, obras e gestão;
- Restauração e manutenção de iluminação pública, restabelecimento do sistema elétrico, inspeção em unidades consumidoras, recebimento de obras, poda de árvores, limpeza de faixa;
- Construção de redes aéreas;
- Recebimento, inspeção, armazenamento de materiais, equipamentos e destinação de resíduos da empresa;

A Gerência de Relacionamento Comercial e Serviços de Montes Claros, foi certificada no Sistema Integrado de Gestão (Meio Ambiente - Cemig, Qualidade e Saúde e Segurança do trabalho) em dezembro 2005.

A finalidade destas práticas é aumentar a confiabilidade dos processos produtivos, contribuindo para a obtenção dos padrões de qualidade internacionalmente aceitos e vêm reforçar alguns conceitos pelos quais a CEMIG é reconhecida: competência, eficiência, competitividade, comprometimento social e ambiental, entre outros.

TECNOLOGIA

A CEMIG possui um sistema de informações georeferenciadas para apoio às atividades de engenharia da geração e transmissão.

A rede de telecomunicações interna da CEMIG é uma das maiores do Brasil, incluindo um sistema de rádio-enlaces de alta performance com 133 estações de telecomunicações e alcance de 2.222 quilômetros, um sistema de telefonia com 188 centrais telefônicas, uma rede corporativa que integra 7.122 microcomputadores conectados a 302 servidores, atendendo 194 “sites” em 100 cidades de Minas Gerais e um sistema de comunicação móvel com 956 estações de rádio *trunking* e 963 estações de rádio convencionais.

A CEMIG utiliza vários sistemas de manutenção e reparos para minimizar as interrupções não programadas do serviço elétrico prestado a seus clientes.

A CEMIG possui um sistema de gerenciamento da SAP, empresa alemã de *softwares* de administração, o qual fornece suporte nas áreas de contabilidade, custos, orçamento, investimentos, projetos, estoques, manutenção, ativos fixos, recursos humanos, tesouraria, gerência de riscos (corporativo e financeiro), gestão de indicadores de desempenho, dentre outros.

A CEMIG possui também (i) Sistema de Gerenciamento de Riscos Corporativos, destinado a propiciar o desenvolvimento sustentável e a criação de valor via crescimento do preço das ações negociadas e atender aos requisitos definidos pela Lei *Sarbanes Oxley*; e (ii) Sistema de Gerenciamento de Riscos Financeiros destinado a monitorar os riscos associados à realização de operações nos mercados financeiros.

Padrões Internacionais Ambientais

Podemos ressaltar, a usina hidrelétrica de Nova Ponte que foi certificada com reconhecimento internacional, no ano 2000, em conformidade com a NBR ISO 14001 Sistema de Gestão Ambiental. Nova Ponte foi considerada a primeira usina hidrelétrica de grande porte da América Latina a obter a certificação na ISO 14001. São 510MW gerados de energia limpa em 3 unidades geradoras.

A Estação de Pesquisa e Desenvolvimento Ambiental de Galheiros é parte do escopo certificado de Nova Ponte. São 2,8 mil hectares, cujo objetivo é preservar a biodiversidade da região e desenvolver pesquisa e estudo da fauna e flora do local.

No entanto, embora a CEMIG não siga formalmente algum padrão internacional relativo à proteção ambiental, foi selecionada pelo Dow Jones Sustainability World Indexes (“DJSI World”), pelo sexto ano consecutivo e foi eleita a líder mundial no setor elétrico em sustentabilidade.

O DJSI World é composto por ações de empresas de reconhecida sustentabilidade corporativa, capazes de criar valor para os acionistas no longo prazo, por conseguirem aproveitar as oportunidades e gerenciar os riscos associados a fatores econômicos, ambientais e sociais. A seleção leva em conta não apenas a performance financeira, mas principalmente a qualidade e a melhoria contínua da gestão da Empresa, que deve integrar a atuação ambiental e social como forma de sustentabilidade em longo prazo.

O DJSI World tornou-se, desde sua criação, em janeiro de 1999, uma referência importante para investidores e administradores de recursos estrangeiros, que se baseiam em sua performance para tomar suas decisões de investimentos.

PRÊMIOS

Pelo sexto ano consecutivo, a CEMIG foi selecionada pelo *Dow Jones Sustainability World Indexes*, para o período 2005/2006, juntamente com outras empresas no mundo, dentre as quais somente 3 são brasileiras. A CEMIG foi classificada como a líder mundial do setor elétrico, sendo, também a única empresa do setor elétrico da América Latina a fazer parte do Índice. O levantamento abrangeu 500 empresas de ramos industriais em 34 países. O referido índice premia empresas de reconhecida sustentabilidade corporativa, ou seja, empresas capazes de criar valor para acionistas no longo prazo, por conseguirem aproveitar as oportunidades e gerenciar os riscos associados a fatores econômicos, ambientais e sociais.

Disputando com mais de 500 empresas brasileiras, a CEMIG foi classificada entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, pelo Guia *Você S/A – Exame*, de 2006, a testando a excelência de suas práticas de gestão.

ADMINISTRAÇÃO DA EMISSORA

A Emissora é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva que atuam em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com seu Estatuto Social. Conforme determina o Estatuto Social da Emissora, os membros de seu Conselho de Administração e Diretoria Executiva são os mesmos do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da CEMIG.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Emissora é composto por 14 membros efetivos e respectivos suplentes, dentre os quais um será o seu Presidente e outro seu Vice-Presidente e, se reúne ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente por convocação de seu Presidente, de seu Vice Presidente, de um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem a fixação da estratégia societária, orientação geral dos negócios, eleição, destituição e fiscalização dos Diretores. Os membros do Conselho de Administração da Emissora são qualificados em diversas áreas, tais como política, economia, negócios, contabilidade, eletricidade e pesquisa e desenvolvimento.

Os membros do Conselho de Administração da Emissora são, obrigatoriamente, os mesmos membros do Conselho de Administração da CEMIG, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral, para mandato de três anos, podendo ser reeleitos. Cada membro efetivo do Conselho de Administração possui um suplente, que é eleito nas assembleias gerais de acionistas da mesma forma que o membro efetivo. Os conselheiros suplentes atuam como substitutos de seus respectivos titulares em suas eventuais ausências e impedimentos, no caso de vacância, até que se proceda à respectiva substituição. Nenhum membro efetivo ou membro suplente do Conselho de Administração da Emissora possui um contrato de serviço que prevê benefícios após o término de seu mandato.

Nos termos do Estatuto Social da Emissora, é vedada a remuneração dos membros do Conselho de Administração que integram outros órgãos de administração da CEMIG.

Os atuais 14 integrantes efetivos do Conselho de Administração foram indicados pela acionista única CEMIG. O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira em 13 de dezembro de 2007.

O Presidente do Conselho de Administração da Emissora, Sr. Wilson Nélio Brumer, e o Vice-Presidente, Sr. Djalma Bastos de Moraes, foram eleitos em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de dezembro de 2004, para cumprirem mandato até 13 de dezembro de 2007. Os demais membros foram eleitos em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 13 de dezembro de 2004 e em 30 de dezembro de 2004 e 28 de abril de 2006 para cumprirem mandato até 13 de dezembro de 2007.

Para mais informações sobre os membros do Conselho de Administração da Emissora vide Seção “Administração da CEMIG – Conselho de Administração” deste Prospecto.

DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva é composta por sete diretores e é responsável, dentre outras funções, pela execução das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração da Emissora. A Diretoria Executiva da Emissora é composta pelo Diretor-Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores, Diretor de Distribuição e Comercialização, Diretor de Gestão Empresarial, Diretor de Planejamento, Projetos e Construções e Diretor sem designação específica. Os membros da Diretoria Executiva da Emissora são os mesmos das respectivas Diretorias da CEMIG. Obstante que a Diretoria sem designação específica será ocupada pelo Diretor de Geração e Transmissão da CEMIG. Os Diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo estatuto social da Emissora, ocupando seus cargos por mandato de três anos, podendo ser reeleitos. O mandato dos atuais Diretores expira em 13 de dezembro de 2007. A Diretoria Executiva se reúne, ordinariamente, pelo menos duas vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores.

Os membros da Diretoria da Emissora foram eleitos em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 13 de dezembro de 2004 e 03 de maio de 2006, para cumprirem mandato até 13 de dezembro de 2007.

Para mais informações sobre os membros da Diretoria Executiva da Emissora vide Seção “Administração da CEMIG – Diretoria Executiva” deste Prospecto.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal funciona de modo permanente, sendo presidido pelo Presidente do Conselho Fiscal do acionista único da Emissora, a CEMIG, sendo integrado e por mais dois a quatro membros efetivos e respectivos suplentes, todos membros do Conselho Fiscal da CEMIG, para mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Todos os cinco membros efetivos e respectivos suplentes são indicados pela acionista única CEMIG. A principal responsabilidade do Conselho Fiscal, que é independente da administração e dos auditores independentes nomeados pelo Conselho de Administração, é analisar as demonstrações financeiras, reportando-as à acionista da Emissora. O Conselho Fiscal também é encarregado da elaboração de pareceres acerca de propostas de alterações no capital social e distribuições de dividendos apresentadas para análise. O Conselho Fiscal também examina as atividades da administração, informando-as à acionista. Nenhum membro efetivo ou suplente do Conselho de Fiscal da Emissora possui remuneração.

Os membros do Conselho Fiscal da Emissora foram eleitos em Assembléia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2006 com mandato até a Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em 2007.

Para mais informações sobre os membros do Conselho Fiscal da Emissora vide Seção “Administração da CEMIG – Conselho Fiscal” deste Prospecto.

CONSELHO DE CONSUMIDORES

A Emissora criou um Conselho de Consumidores, composto de representantes de grupos de consumidores e organizações de defesa do consumidor. O Conselho de Consumidores ajuda a Emissora a tomar decisões sobre seus serviços e outros assuntos relacionados a seus consumidores.

PLANOS DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

A Emissora não possui atualmente planos de opção de compra de ações.

CONTRATOS COM ADMINISTRADORES

Não há Contratos firmados entre a Emissora e seus administradores.

DIRETOR DE FINANÇAS, PARTICIPAÇÕES E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA EMISSORA

Sr. Flávio Decat de Moura
Avenida Barbacena, 1200, 17º andar, ala A1, Santo Agostinho
Belo Horizonte, Minas Gerais 30161-970
Tel: (31) 3299-4903
Fax: (31) 3299-3832
E-mail: flaviodecat@cemig.com.br

ADMINISTRAÇÃO DA CEMIG

A CEMIG é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva. Em razão de sua participação acionária majoritária, o acionista Estado de Minas Gerais tem direito de eleger a maior parte do Conselho de Administração.

Cada detentor de ação ordinária tem o direito de votar para eleger os membros do Conselho de Administração. Mediante o sistema de votação cumulativa estabelecido na Lei das Sociedades por Ações, e nos regulamentos da CVM, qualquer acionista detentor de, pelo menos, 10% de ações ordinárias em circulação podem cumular votos para um ou mais de um nomeado como membro de Conselho de Administração.

A estrutura e a composição do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da CEMIG, é idêntica a da Emissora, com exceção da Diretoria de Geração e Trasmissão a qual existe somente na CEMIG. Na Emissora esta Diretoria não tem designação específica.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto por 14 membros efetivos e respectivos suplentes e, em geral, se reúne ordinariamente uma vez a cada dois meses e extraordinariamente por convocação de seu Presidente, de seu Vice Presidente, de um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem a fixação da estratégia societária, orientação geral dos negócios, eleição e fiscalização dos Diretores. Os membros do Conselho de Administração da CEMIG são altamente qualificados em diversas áreas, tais como política, economia, negócios, contabilidade, eletricidade e pesquisa e desenvolvimento.

Os membros do Conselho de Administração da CEMIG são eleitos para mandato de três anos, podendo ser reeleitos. Cada membro efetivo do Conselho de Administração possui um suplente, que é eleito nas assembleias gerais de acionistas da mesma forma que o membro efetivo. Os conselheiros suplentes atuam como substitutos de seus respectivos titulares em suas eventuais ausências e impedimentos, no caso de vacância, até que se proceda à respectiva substituição. Nenhum membro efetivo ou membro suplente do Conselho de Administração da CEMIG possui um contrato de serviço que prevê benefícios após o término de seu mandato.

Os acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e os acionistas titulares de ações preferenciais têm o direito de elegerem, em votação em separado, membros do Conselho de Administração

Dos atuais 14 integrantes efetivos do Conselho de Administração, oito foram indicados pelo acionista Estado de Minas Gerais, cinco pela Southern Electric Brasil Participações S.A.-SEB e um pelos acionistas minoritários detentores de ações preferenciais. O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2009. A remuneração dos membros do Conselho é fixada pela Assembleia Geral Ordinária e não inclui plano de opções de compra de ações, ou está ligada ao desempenho da CEMIG.

Os nomes, cargos e datas da nomeação original dos conselheiros e respectivos suplentes são os seguintes:

Nome	Cargo	Data da Nomeação
Wilson Nélio Brumer ⁽¹⁾⁽⁵⁾	Efetivo	28 de abril de 2006
Djalma Bastos de Morais ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	Efetivo	28 de abril de 2006
Francelino Pereira dos Santos ⁽⁵⁾	Efetivo	28 de abril de 2006
Antônio Adriano Silva ⁽⁵⁾	Efetivo	28 de abril de 2006
Nilo Barroso Neto ⁽⁵⁾	Efetivo	28 de abril de 2006
Haroldo Guimarães Brasil ⁽²⁾	Efetivo	28 de abril de 2006
Carlos Augusto Leite Brandão ⁽²⁾	Efetivo	28 de abril de 2006
Andréa Paula Fernandes Pansa ⁽²⁾	Efetivo	28 de abril de 2006
Evandro Veiga Negrão de Lima ⁽²⁾	Efetivo	28 de abril de 2006
Wilton de Medeiros Daher ⁽³⁾	Efetivo	28 de abril de 2006
Aécio Ferreira da Cunha ⁽⁵⁾	Efetivo	28 de abril de 2006
José Augusto Pimentel Pessôa ⁽²⁾	Efetivo	28 de abril de 2006
Maria Estela Kubitschek Lopes ⁽⁵⁾	Efetivo	28 de abril de 2006
Alexandre Heringer Lisboa ⁽⁵⁾	Efetivo	28 de abril de 2006
Fernando Lage de Melo ⁽⁵⁾	Suplente	28 de abril de 2006
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos ⁽⁵⁾	Suplente	28 de abril de 2006
Marco Antônio Rodrigues da Cunha ⁽⁵⁾	Suplente	28 de abril de 2006
Lauro Sérgio Vasconcelos David ⁽⁵⁾	Suplente	28 de abril de 2006
Guilherme Horta Gonçalves Júnior ⁽⁵⁾	Suplente	28 de abril de 2006
Antônio Renato do Nascimento ⁽²⁾	Suplente	28 de abril de 2006
Eduardo Leite Hoffmann ⁽²⁾	Suplente	28 de abril de 2006
Maria Amália Delfim de Melo Coutrim ⁽²⁾	Suplente	28 de abril de 2006
Andréa Leandro Silva ⁽²⁾	Suplente	28 de abril de 2006
Luiz Aníbal de Lima Fernandes ⁽³⁾	Suplente	28 de abril de 2006
Eduardo Lery Vieira ⁽⁵⁾	Suplente	28 de abril de 2006
Eduardo Castilho de Vasconcelos Costa ⁽²⁾	Suplente	28 de abril de 2006
Luiz Henrique de Castro Carvalho ⁽⁵⁾	Suplente	28 de abril de 2006
Franklin Moreira Gonçalves ⁽⁵⁾	Suplente	28 de abril de 2006

(1) *Presidente do Conselho de Administração;*

(2) *Eleitos pela SEB;*

(3) *Eleitos por representantes de ações preferenciais;*

(4) *Vice-Presidente do Conselho de Administração;*

(5) *Eleitos pelo Estado de Minas Gerais; e*

(*) *O mandato dos membros do Conselho de Administração será até a Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em 2009.*

Seguem-se breves informações biográficas dos membros efetivos do Conselho de Administração:

Wilson Nélio Brumer - O Sr. Brumer formou-se em administração de empresas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FUMEC - BH em 1975 e completou diversos cursos de administração financeira, planejamento e desenvolvimento gerencial no Brasil e no exterior. É Secretário do Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais desde janeiro de 2003 e conselheiro da Valepar S.A. desde janeiro de 2001. Foi presidente do conselho das seguintes empresas: BHP Billiton Brasil, de novembro de 1998 a dezembro de 2002; Grupo Parapanema, de fevereiro de 1996 a outubro de 1998; Aço Minas Gerais - Açominas, de maio de 1995 a junho de 1997; Eletrometal Metais Especiais S.A., de 1994 a 1996; Brasifco S.A., de 1993 a 1996; Rio Doce Finance Ltd. - RDF, de 1990 a 1992; Itabira International Company Ltd. - ITACO, de 1990 a 1992; e Navegação Rio Doce S.A. - DOCENAVE de 1990 a 1991. Foi vice-presidente do conselho de administração das seguintes companhias: Acesita, de novembro de 1992 a outubro de 1998; Acesita Energética S.A., de 1992 a 1996; Forjas Acesita S.A., de 1992 a 1996; CVRD, de 1990 a 1992, e Grupo Villares, que inclui as Indústrias Villares, Aços Villares S.A. e Elevadores Atlas S.A., de fevereiro de 1995 a outubro de 1998. Foi conselheiro da: Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST, de julho de 1996 a abril de 1999; Varig de novembro de 1994 a fevereiro de 1996; Usiminas, de outubro de 1991 a novembro de 1992; Companhia Siderúrgica Tubarão, de agosto de 1992 a novembro de 1992; Rio Doce Geologia e Mineração S.A. - DOCEGEO, de 1988 a 1990; Florestas Rio Doce S.A., de 1988 a 1990; e Ferritas Magnéticas S.A. - FERMAG, de 1984 a 1986. O Sr. Brumer foi também diretor presidente da Acesita, de novembro de 1992 a outubro de 1998; Companhia Siderúrgica de Tubarão, de julho de 1996 a abril de 1999; CVRD, de abril de 1990 a novembro de 1992; Acesita Energética S.A., de 1992 a 1993; e Forjas Acesita S.A., de 1992 a 1993. Foi diretor financeiro da CVRD, de fevereiro de 1988 a abril de 1990. Fez parte também do conselho fiscal de Navegação Rio Doce S.A. - DOCENAVE, de 1983 a 1987 (presidente); Urucum Mineração S.A., de 1983 a 1984; e Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA, de 1982 a 1983. Foi também presidente do Instituto Brasileiro de Siderúrgicas de agosto de 1997 a maio de 1999, presidente do Conselho de Política Industrial da Federação das Indústrias de Minas Gerais, de 1994 a 1999, presidente do comitê financeiro da Valesul Alumínio S.A., de 1984 a 1988, diretor executivo da Associação Brasileira de Comércio Exterior - AEB, de 1994 a 1997, e membro de diversos conselhos e comitês.

Djalma Bastos de Moraes - O Sr. Moraes é formado em engenharia pelo Instituto Militar de Engenharia, tendo concluído estudos de pós-graduação em telefonia e informática no mesmo instituto. Desde janeiro de 1999 é nosso Diretor Presidente e desde julho de 2002 é Diretor Presidente da Empresa de Infovias S.A.. De maio de 1999 a agosto de 2001, foi Diretor Presidente da Empresa de Infovias S.A.. De janeiro de 1999 a dezembro de 2004 foi Diretor Presidente da Gasmig. De 1995 a 1998, foi vice-presidente da Petrobras Distribuidora S.A. De 1993 a 1994, o Sr. Moraes atuou como Ministro das Comunicações do Brasil; ocupou também vários outros cargos, como diretor presidente da Telecomunicações de Minas Gerais S.A. - Telemig; gerente da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás; diretor de operações da Telecomunicações de Mato Grosso - Telemat; diretor de operações da Telecomunicações do Amazonas - Telemazon; e gerente da Telefônica Municipal S.A. - Telemusa.

Francelino Pereira dos Santos - O Sr. Santos formou-se em direito na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1949. Foi também senador por Minas Gerais, de 1995 a 2002 e governador de Minas Gerais de 1979 a 1983. Foi também deputado federal por quatro mandatos sucessivos de 1963 a 1979, e vereador da cidade Belo Horizonte de 1951 a 1954. De 1961 a 1966 foi Chefe de Gabinete do Secretário do Estado de Minas Gerais de Assuntos Internos e da Justiça, Chefe do Departamento de Administração Geral do Estado de Minas Gerais e Conselheiro Chefe de Assuntos Municipais do Gabinete do Governador. De 1985 a 1990 foi vice-presidente da administração do Banco do Brasil S.A. e diretor presidente da Acesita, de outubro de 1983 a agosto de 1984. Foi também professor e diretor da Escola Municipal de 2º Grau de Contabilidade em Belo Horizonte de 1955 a 1959.

Antônio Adriano Silva - O Sr. Silva é formado em administração de empresas com especialização em marketing. Trabalhou para várias empresas privadas, entre elas Mesbla S.A., Empresa Brasileira de Varejo S.A. - Embrava, Agência Jornalística Imagem, Associação Comercial de Minas, Asa Criação de Publicidade e Coteminas.

Nilo Barroso Neto - O Sr. Barroso graduou-se em Economia pela Universidade de Brasília no ano de 1979. Ingressou no Curso de preparação à carreira de diplomata em 1977 tendo concluído o mesmo no ano de 1982. Ingressou no curso de Mestrado em "Liberal Studies", em Georgetown University, Washington, com especialização no campo da Filosofia Política. No período de 1983 e 1984 foi Assistente do Chefe da Divisão Consular e, nos anos subseqüentes ocupou os cargos de Assistente do Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisa de Mercado e Assessoria do Secretário das Relações com o Congresso. Em 1993 foi Oficial de Gabinete da Secretaria Geral da Presidência da República. Foi Cônsul-adjunto, em Houston-USA, no período de 1991 a 1993. Assessorou, também, as Conferências Anuais da União Interparlamentar em Bangkok (1987) e no México (1986). Participou, como Assessor, das reuniões com o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial no período de 1989 a 1991. Foi integrante da Delegação de Parlamentares Brasileiros à Convenção do Partido Republicano Norte-Americano, em Houston-USA, em 1992. É membro da cúpula presidencial do mecanismo de concentração e consulta política, em Santiago, Chile, desde 1993.

Haroldo Guimarães Brasil – O Sr. Guimarães nasceu em 13 de julho de 1962. Formou-se em engenharia elétrica pela PUC de Minas Gerais, e obteve doutorado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1997. Obteve Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1991, e concluiu o Curso de Graduação Técnica do Banco Central (São Paulo, 1994), bem como estudos de pós-graduação em Políticas Públicas pela ENAP de Brasília (1990), e especialização em engenharia econômica pela Fundação Dom Cabral em 1986. É Diretor da Strategor Ltda - Consultoria e Treinamento, Consultor da Fundação de Desenvolvimento de Administração, Professor do Curso de Mestrado em Administração de Empresas da Fundação Pedro Leopoldo, Professor do IBMEC Educacional S.A. e professor convidado do Programa de Mestrado em Administração de Empresas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Carlos Augusto Leite Brandão. O Sr. Brandão nasceu em 3 de janeiro de 1956. Graduiu-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 1978, tendo subseqüentemente concluído os estudos de pós-graduação em Engenharia Econômica pela Fundação Dom Cabral concluindo o curso em 1980. Em 2000 cursou MBA em Finanças pelo IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais). Atualmente é o Diretor de Coordenação Empresarial da AES Eletropaulo, respondendo pelas ações regulatórias, institucionais e de coordenação gerencial das empresas do grupo no Brasil. Cumulativamente, preside o Conselho Fiscal da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Foi membro do Comitê Executivo de Mercado do MAE e é membro do Conselho de Administração e Diretor da ASMAE. É membro do *IEEE- The Institute of Electrical Engineers, Inc.*- desde 1980 e Membro Sênior desde 1990. Foi presidente das Seções Rio de Janeiro de 1990 a 1992 e Minas Gerais (do qual é fundador) de 1993 a 1996. Foi presidente do Conselho Brasil de 1999 a 2001. É Membro do Conselho Editorial da *Power Computer Society*, ocupou diversos cargos na *Power Engineering Society* e é o único representante estrangeiro a ocupar cargo no *United States Activities Board*, com sede em Washington D.C. Ex-professor do Instituto Cultural Brasil Estados Unidos, do Centro de Computação da Universidade Federal de Minas Gerais, de vários cursos da Eletrobrás e PUC-MG, tem mais de 50 trabalhos publicados no Brasil e exterior, tendo publicado livro e CD-ROM em conjunto com Fundação João Pinheiro sobre Modelos do Setor Elétrico em 1995. Coordenou o curso de Regulamentação do Setor Elétrico promovido pela Fundação João Pinheiro em 1997, primeiro curso do gênero no Brasil. Iniciou sua carreira na CEMIG em 15 de março de 1979, tendo atuado como Engenheiro, Gerente da Divisão de Engenharia de Operação e Manutenção, Gerente do Departamento de Operação e Manutenção, Gerente do Departamento de Planejamento e Automação, Consultor de Comercialização de Grandes Clientes, Gerente do Departamento de Transmissão. O Sr. Brandão é assessor da Vice Presidência e consultor do Diretor Financeiro.

Andréa Paula Fernandes Pansa. A Sra. Fernandes nasceu em 19 de outubro de 1969. Em 1992, formou-se em Administração de Empresas pela FIRP- Faculdades Integradas Rio-Preteense, com pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas - FGV no ano de 1995. Foi aluna do *Extension Business Course* pela Universidade de Berkeley em 1996, e realizou o "*Banking Extension Course*" - GVPEC pela Fundação Getúlio Vargas no ano de 1998. Fez MBA em Finanças pelo IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais) com conclusão no ano de 2001. É Assessora da Diretoria de Coordenação Empresarial das empresas do Grupo AES Brasil. Anteriormente, atuou na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. como Analista Financeira e de Relações com Investidores no período de 2000 a 2003. Foi Analista de Portfólio do Banco Santander Brasil S.A nos anos de 1998 a 2000. Atuou na Área de Marketing da Tyson Foods nos Estados Unidos em 1996 e trabalhou no Citibank N.A no período de 1990 a 1991.

Antônio Luiz Barros de Salles. O Sr. Salles nasceu em 23 de fevereiro de 1946 e se formou em Ciências Jurídicas e Sociais pela USP em 1970. Tem curso de Pós Graduação em Direito Penal e Especialização em Direito Processual ambos pela PUC de São Paulo. É Diretor de Negócios Jurídicos da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Foi funcionário de carreira da CESP, onde entrou em 1967, tendo sido professor do IDORT- Instituto de Desenvolvimento e Organização do Trabalho e Professor do Instituto de Administração da Faculdade de Economia da USP. Atuou como chefe de Gabinete da Presidência de 1987 a 1991, Vice Presidente da ABRAPP- Associação Brasileira de Entidades de Previdência Privada, de 1993 a 1995 e Diretor Superintendente da Fundação CESP, de 1993 a 1995. Foi chefe da Assessoria Técnica do Governo de Estado de São Paulo, entre 1971 e 1975 e Chefe de Gabinete da Chefia da Casa Civil na mesma gestão. Foi Secretário de Vias Públicas da Prefeitura Municipal da Capital de São Paulo (2000).

Evandro Veiga Negrão de Lima. O Sr Veiga nasceu em 1 de julho de 1939, é brasileiro, casado, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº M 1342795 expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e do CPF nº 000761126-91. Graduiu-se em Medicina em 1964 pela Faculdade de Medicina da UFMG com especialização em Psiquiatria sendo monitor da Cadeira de Medicina Legal pela citada Faculdade. Como experiência profissional, o Sr. Veiga participou de congressos em Miami, Rio de Janeiro, Recife e Belo Horizonte. Fez estágios nas Universidades do Colorado, Denver e Estados Unidos. Obteve treinamento no Hospital Psiquiátrico Estadual do Colorado, em Pueblo, Estados Unidos. É professor assistente na Faculdade de Medicina da UFMG e médico do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais. Foi Diretor da Associação Comercial de Minas Gerais, vice-presidente do CDEI - Clube dos Dirigentes de Empresas Imobiliárias, vice-Presidente do América Futebol Clube, Diretor da Cobraço - Comercial Brasileira de Aço, Diretor da Cibrafer - Comercial Brasileira de Ferro. Atualmente, exerce as funções de Presidente da Sancruza - Companhia de Engenharia, Agricultura e Urbanização, Presidente do Pampulha Iate Clube, desde 2002, Sócio proprietário da NL Construções e Incorporações Ltda, LL Administradora de Imóveis e proprietário da Veiga e Lima Administradora de Imóveis.

Wilton de Medeiros Daher. O Sr Medeiros nasceu em 05 de fevereiro de 1945, em Natal (RN), é casado, economista, residente e domiciliado em Fortaleza (CE), portador da Carteira de Identidade 823.372, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal - DF e do CPF nº 003.534.355-34. É graduado em Ciências Econômicas (1972 - UERN) e Administração de Empresas (1975 - UERN. CRA/CE-PI, nº 4759). É pós-graduado em Comércio Exterior, Latu Sensu, (1984 - UDF) e BB/MBA - Management Business Administration, pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP - 1994. Concluiu o seu curso de Mestrado em Administração (com concentração em negócios internacionais) pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) - 2005 (Dissertação defendida em 22 JUN 2005). Suas principais atividades acadêmicas foram as seguintes: proferiu palestras como “A Influência da Ética e da Responsabilidade Social na Reputação Corporativa”, no Auditório da Bolsa Regional de Valores, em 19 NOV 2004, “Aspecto Histórico da Globalização Econômica”- Universidade Federal do Ceará, em 06 AGO 2004, “Governança Corporativa: Panacéia para os males da empresa?” para alunos do Mestrado em Controladoria da Universidade Federal do Ceará (UFC), em 24 MAR 2006; foi Professor de Matemática Comercial e Financeira na Universidade Estadual Vale do Acaraú - 2005/2006. No Banco do Brasil, o Sr. Medeiros foi Assessor da Presidência para assuntos da Área Internacional - 1979/1985, Gerente adjunto da Agência em Lisboa (Portugal) - 1986, Gerente Interino da Agência na cidade de Porto (Portugal) - 1987, Superintendente Estadual Adjunto no Ceará - 1988/1992, Superintendente Estadual no Ceará - 1992/1995. Em sua vivência empresarial o Sr. Medeiros foi Diretor Executivo da Intercredit Fomento Mercantil Ltda, Ex-membro titular do Conselho Fiscal da Neoenergia S.A.(ex-Guaraniã S.A.), controladora de seis empresas do setor elétrico, com atuação no RN, PE e BA, representando a PREVI (2003), Membro titular do Conselho Fiscal da DURATEX S.A., pertencente ao Grupo Econômico ITAÚSA, representando a PREVI (2004/2006), Membro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), em São Paulo, Vice-presidente da Federação das Associações do Comércio, Indústria, Serviços e Agropecuária do Ceará – FACIC (2006/2009).

José Augusto Pimentel Pessôa. O Sr. Pimentel nasceu em 27 de maio de 1937 e se formou em engenharia civil pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG em 1961 com curso de especialização em hidráulica e saneamento. Atuou como chefe do escritório de obras da REDUC, pela Tenenge, como engenheiro autônomo (1963 - 1964), engenheiro da CEMIG (1974 - 1974), onde atuou nas áreas de construção de linhas de transmissão e engenheiro de reconhecimento de campo de locais barráveis, responsável pelo setor de estruturas da usina de Jaguará. Foi chefe do departamento de Estudos e Projetos da ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil SIA, de 1974 a 1978 e diretor da ENGEVIX de 1978 a 1994, sendo consultor independente desde 1994. Foi Diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (em 1994), Diretor Administrativo e Diretor da Área de Energia da AMEC- Associação Mineira das Empresas de Engenharia Consultiva (em 1992). Atualmente é Engenheiro Consultor da Amec. Foi membro e Conselheiro do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens entre 1977 e 1996 e em 1977 foi Coordenador do GTCN- Grupo de Trabalho para Custos do Norte.

Aécio Ferreira da Cunha - O Sr. Cunha formou-se em Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1951. Foi diplomado pela Escola Superior de Guerra em 1973. Hoje é empresário do setor agropecuário do norte do Estado de Minas Gerais. Desde 1993, integra o Conselho de Administração de Furnas. Foi presidente do Conselho de Administração do BNDES em 1993. Foi eleito Deputado Estadual, por duas legislaturas, no período compreendido de 1955 a 1962. Foi eleito Deputado Federal, por seis legislaturas, no período de 1963 a 1987 e Deputado Estadual, por duas legislaturas, de 1955 a 1962. Antes disso, o Sr. Cunha foi Chefe do Gabinete da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho de Minas Gerais. Em 1988 foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, após a aprovação do seu nome pelo Senado Federal, mas, invocando razões de ordem pessoal, desistiu do cargo às vésperas da posse.

Maria Estela Kubitschek Lopes - A Sra. Lopes formou-se em arquitetura e é decoradora de interiores e empresária. É sócia gerente da DF Consultores Ltda. e da Santa Júlia Importação, Exportação e Participações. É também assessora do presidente da Fundação Municipal de Teatro da Cidade do Rio de Janeiro, e do presidente dos Amigos do Estado do Rio de Janeiro AME-RIO, e do presidente do conselho da Casa Santa Ignez (uma entidade filantrópica responsável pela nutrição e educação de crianças e de famílias de baixa renda no bairro da Rocinha no Rio de Janeiro). Foi uma das fundadoras do Memorial JK, uma organização fundada em memória de Juscelino Kubitschek de Oliveira (ex-presidente do Brasil), e exerceu o cargo de vice-presidente de setembro de 1981 a maio de 2000, e como presidente executiva desde outubro de 2000. Foi também presidente do conselho do Instituto Cultural Cesgranrio, vice-presidente do conselho do Banco da Mulher, presidente de Instituições Benéficas do Estado do Rio de Janeiro e membro do conselho da Casa das Palmeiras, um instituto cultural. Recebeu diversas honras ao mérito cultural e social.

Alexandre Heringer Lisboa - O Sr. Lisboa formou-se em engenharia no Instituto Politécnico da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e recebeu o grau de mestre em engenharia mecânica, com ênfase em energia solar, da Universidade Federal da Paraíba, na cidade de João Pessoa (Estado da Paraíba). Recebeu também treinamento especializado em usina eólica na *Deutsches Windenergie - Institut - DEWI* e da *Summer School on Wind Energy Technology* na Universidade de Oldenburg, na Alemanha. Trabalha como engenheiro da CEMIG desde maio de 1985 e é conselheiro do SENGE, assim como conselheiro do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. Foi suplente do conselho de administração da CEMIG de janeiro de 1999 a dezembro de 2000. Foi pesquisador e consultor do Centro da Fundação Tecnológica de Minas Gerais - CETEC, de novembro de 1983 a abril de 1985. De janeiro de 1977 a maio de 1979, foi estagiário na Usiminas, Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e Delle Alstom S.A. - DASA.

DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva é composta por sete diretores, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração e é responsável, dentre outras funções, pela execução das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração da CEMIG. A Diretoria da CEMIG é composta pelo Diretor-Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores, Diretor de Distribuição e Comercialização, Diretor de Gestão Empresarial, Diretor de Planejamento, Projetos e Construções e Diretor de Geração e Transmissão. Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo estatuto social da CEMIG, ocupando seus cargos por mandato de três anos sendo permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da CEMIG, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na CEMIG GT e na Emissora. O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembléia Geral Ordinária de 2009. A Diretoria reúne-se, ordinariamente, pelo menos duas vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocadas pelo Diretor Presidente ou por dois diretores.

Os nomes, cargos e datas da nomeação original dos diretores da CEMIG são os seguintes:

Nome	Cargo Atual	Data da Nomeação
Djalma Bastos de Moraes	Diretor-Presidente	03 de maio de 2006
Djalma Bastos de Moraes(cumulativamente)	Diretor Vice-Presidente	03 de maio de 2006
Celso Ferreira	Diretor de Planejamento, Projetos e Construções	03 de maio de 2006
Flávio Decat de Moura	Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores	03 de maio de 2006
Elmar de Oliveira Santana	Diretor de Geração e Transmissão*	03 de maio de 2006
José Maria de Macedo	Diretor de Distribuição e Comercialização	03 de maio de 2006
Heleni de Mello Fonseca	Diretor de Gestão Empresarial	03 de maio de 2006

(*) A composição da Diretoria Executiva da CEMIG é idêntica a da Emissora, com exceção da Diretoria de Geração e Transmissão a qual existe somente na CEMIG.

Seguem-se breves informações biográficas sobre cada membro da Diretoria.

Djalma Bastos de Moraes – Para obter informações biográficas sobre o Sr. Moraes vide Seção “Administração da CEMIG - Conselho de Administração” acima.

Celso Ferreira - O Sr. Ferreira formou-se em engenharia elétrica e mecânica na Escola Federal de Engenharia de Itajubá no Estado de Minas Gerais e possui mestrado em engenharia de sistemas elétricos da *Rensselaer Polytechnic Institute* e completou cursos em operação de sistemas elétricos e comércio de energia no Brasil e no exterior, inclusive cursos na *International Agency for Nuclear Energy* em Paris e Commonwealth Edison Co. em Chicago. Foi diretor de geração e comercialização de Furnas, de 1991 a 2003, presidente do conselho dessa companhia por quatro meses em 1999 e membro do conselho de administração por diversas vezes de 1991 a 2003. Exerceu também o cargo de conselheiro da ONS, atuando como presidente do conselho desde a sua fundação em 1998 até o início de 2003. Foi representante de Furnas no MAE, participando de discussões relacionadas a certas normas do MAE e do Acordo Geral do Setor Elétrico. Foi professor da Escola de Engenharia da Universidade do Rio de Janeiro, de 1970 a 1980. De 1966 a 1970, trabalhou como engenheiro da Cia. Auxiliar de Empresas Elétricas – CAEEB. Foi um dos fundadores da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica – ABRAGE e da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão – ABRATE. Foi também membro de diversas associações, inclusive a comissão de energia da Associação Comercial do Rio de Janeiro, de 1999 a 2000, e do conselho fiscal da Companhia Paraense de Energia – Copel. Atualmente é Diretor-Presidente da UTE Barreiro, CEMIG Capim Branco Energia, Ipatinga e Diretor da CEMIG e Efficientia S.A.

Flávio Decat de Moura - O Sr. Moura formou-se em engenharia eletrônica na Universidade Federal de Minas Gerais. Exerceu o cargo de diretor e diretor presidente da Eletronuclear, a agência de energia nuclear do Governo Federal, de maio de 2001 a janeiro de 2003, e como diretor de desenvolvimento da Sithe Energies, Inc., de 1998 a 2000. De 1996 a 1997, foi vice-presidente e diretor de distribuição de eletricidade da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – Enersul. Em 1993, foi diretor técnico e de engenharia de Itaipu. Foi diretor de produção de eletricidade da Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. – Electrosul, de 1992 a 1993, e superintendente de engenharia de Itaipu, de 1983 a 1992. Foi também assistente do diretor presidente de Itaipu e engenheiro e gerente de diversos departamentos de Furnas, de 1970 a 1982. Atualmente é Diretor-Presidente da CEMIG Trading S.A. e da Gasmig, Diretor da Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG, UTE Barreiro S.A., CEMIG Capim Branco Energia, Central Termelétrica de Cogeração S.A., Efficientia S.A., Horizontes, Ipatinga, CEMIG PCH, Sá Carvalho e Infovias.

Elmar de Oliveira Santana - O Sr. Santana é formado em engenharia elétrica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e é mestre em administração de empresas pelo IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais). De 1977 a 1983 trabalhou no DAE/MG (concessionária de água e eletricidade de propriedade do Estado de Minas Gerais) como coordenador de eletrificação rural e superintendente de distribuição e operações. Entre 1983 e 2001, trabalhou na CEMIG como engenheiro, superintendente de vendas e distribuição e assistente do presidente de vendas e distribuição. Entre dezembro de 2001 e abril de 2002, foi Secretário de Minas e Energia do Estado de Minas Gerais. Atualmente é Diretor-Presidente da CEMIG PCH, Efficientia S.A., Diretor da Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG, Gasmig, Horizontes, Ipatinga, Central Hidrelétrica Pai Joaquim, Sá Carvalho e CEMIG Trading S.A..

José Maria de Macedo - O Sr. Macedo formou-se em engenharia elétrica na Universidade Federal de Minas Gerais em 1967 e completou diversos cursos de especialização em eletricidade e administração. Foi estagiário na Bonneville Power Administration em Portland, Texas, e na Tennessee Valley Authority no Bureau of Reclamation em Denver, Colorado, e na Southern California Edison na Califórnia. Trabalhou na CEMIG de setembro de 1969 a maio de 1994, quando se aposentou como superintendente de transmissão de eletricidade. Após sua aposentadoria na CEMIG, constituiu a Cooperativa de Prestação de Serviços de Engenharia Ltda., onde atualmente exerce o cargo de presidente. Antes de trabalhar na CEMIG, foi engenheiro na Sociedade de Instalações Técnicas – SIT. Realizou diversos estudos e seminários no campo de eletricidade no Brasil. Atualmente é Diretor da Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG e UTE Barreiro.

Heleni de Mello Fonseca - A Sra. Fonseca formou-se em engenharia elétrica, com especialização em eletrônica e telecomunicações no Instituto Nacional de Telecomunicações – INATEL e completou estudos de pós graduação em marketing e desenvolvimento comercial na Fundação Getúlio Vargas – FGV. Foi a diretora de comércio empresarial da Telemar, companhia de telefone do Estado da Bahia, Brasil, de agosto de 1988 a novembro de 2000, diretora de negócios corporativos e de varejo da Telemar de agosto de 1998 a agosto de 1998 e diretora de operações da Telemig/Telemar, de julho de 1995 a dezembro de 1995. Foi também diretora do Departamento de Telecomunicações do Estado de Minas Gerais – DETEL/MG, de junho de 1991 a julho de 1995 e gerente de implementação de serviços de dados da Empresa Brasileira de Telecomunicações – Embratel em Minas Gerais, de 1998 a 1991. De 1976 a 1987, trabalhou no Departamento de Telecomunicações da DETEL/MG, como diretora de engenharia, técnica e superintendente de engenharia. Atualmente é Diretora-Presidente da Horizontes, Sá Carvalho, Diretora da Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG, Infovias, UTE Barreiro, CEMIG Capim Branco Energia, Central Termelétrica de Cogeração S.A. e CEMIG PCH.

REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS E DIRETORES

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, o valor total da remuneração paga aos conselheiros e diretores totalizou aproximadamente R\$5,55 milhões. Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, essa remuneração foi de R\$2,20 milhões.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é composto de três a cinco membros e respectivos suplentes eleitos pelos acionistas da CEMIG na assembléia geral ordinária, para mandato de um ano, podendo ser reeleitos. O Conselho Fiscal funciona de modo permanente. Um dos membros do Conselho Fiscal é eleito pelos detentores de ações preferenciais e outro, pelos titulares minoritários de ações ordinárias. A principal responsabilidade do Conselho Fiscal, que é independente da administração e dos auditores independentes nomeados pelo Conselho de Administração, é analisar as demonstrações financeiras, reportando-as aos acionistas da CEMIG. O Conselho Fiscal também é encarregado da elaboração de pareceres acerca de propostas de alterações no capital social e distribuições de dividendos e reorganizações societárias apresentados para análise. O Conselho Fiscal também examina as atividades da administração, informando-as aos acionistas.

Os atuais membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, cujo mandato expira até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2007, são os seguintes:

Nome	Cargo	Data da Nomeação
Luiz Guaritá Neto ⁽¹⁾	Efetivo	28 de abril de 2006
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond ⁽¹⁾⁽²⁾	Efetivo	28 de abril de 2006
Luiz Otávio Nunes West ⁽³⁾	Efetivo	28 de abril de 2006
Ari Barcelos da Silva ⁽⁴⁾	Efetivo	28 de abril de 2006
Thales de Souza Ramos Filho ⁽¹⁾	Efetivo	28 de abril de 2006
Ronald Gastão Andrade Reis ⁽¹⁾	Suplente	28 de abril de 2006
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho ⁽¹⁾	Suplente	28 de abril de 2006
Augusto Cesar Calazans Lopes ⁽³⁾	Suplente	28 de abril de 2006
Carlos Volpe de Paiva ⁽⁴⁾	Suplente	28 de abril de 2006
Aliomar Silva Lima ⁽¹⁾	Suplente	28 de abril de 2006

(1) Eleitos pelo acionista majoritário;

(2) Presidente do Conselho Fiscal

(3) Eleitos pela SEB;

(4) Eleitos por representantes de ações preferenciais

() O mandato dos membros do Conselho Fiscal será até a Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em 2007.*

CONSELHO DE CONSUMIDORES

A CEMIG criou um Conselho de Consumidores, composto de representantes de grupos de consumidores e organizações de defesa do consumidor. O Conselho de Consumidores ajuda a CEMIG a tomar decisões sobre seus serviços e outros assuntos relacionados a seus consumidores.

PLANOS DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

A Emissora não possui atualmente planos de opção de compra de ações.

CONTRATOS COM ADMINISTRADORES

Não há Contratos firmados entre a CEMIG e seus administradores.

DIRETOR DE FINANÇAS, PARTICIPAÇÕES E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA CEMIG

Sr. Flávio Decat de Moura
Avenida Barbacena, 1200, Santo Agostinho
Belo Horizonte, Minas Gerais 30161-970
Tel: (31) 3299-4903
Fax: (31) 3299-3832
E-mail: flaviodecat@cemig.com.br

PRINCIPAIS ACIONISTAS E CAPITAL SOCIAL

Na data desse Prospecto, o valor do capital social da Emissora totalmente subscrito e integralizado era de R\$2.261.997.787,64 (dois bilhões, duzentos e sessenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos). Em 30 de junho de 2006, a composição do capital era de 2.261.997.787 (dois bilhões, duzentos e sessenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentas e oitenta e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de titularidade da CEMIG. Não há previsão de aumento do capital social autorizado no Estatuto Social da Emissora.

A tabela abaixo mostra a evolução do capital social da Emissora desde sua constituição:

Data	Valor
08.09.2004	R\$10.000,00
31.01.2005	R\$475.761.214,37
29.07.2005	R\$2.261.997.787,64

Conforme previsão estatutária, cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais da Emissora. A CEMIG, na qualidade de único acionista da Emissora, detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social e adotar as resoluções que julgar necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento.

A Emissora atualmente não possui ações em tesouraria.

PRINCIPAIS ACIONISTAS

A Emissora tem como único acionista a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG

O diagrama abaixo apresenta a estrutura acionária atual da CEMIG:

Composição Acionária do Capital Social em 30 de junho de 2006		
Tipo	Quantidade de Ações Nominativas e Escriturais	Valor Nominal (R\$) das Ações
Ordinárias	70.874.167.923	708.741.679,23
Preferenciais	91.279.651.102	912.796.511,02
Total	162.153.819.025	1.621.538.190,25

A CEMIG detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Emissora e adotar as resoluções que julgar necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento.

O Governo Estadual de Minas Gerais é titular de 36.116.304.884 ações ordinárias da CEMIG, correspondentes a 50,96% do capital votante, e de 102 ações preferenciais. A SEB é o segundo maior acionista da CEMIG, titular de 23.362.956.173 ações ordinárias, correspondentes a 32,96% do capital votante da CEMIG. A Minas Gerais Participações S.A - MGI é titular de 1.625.279.753 ações preferenciais, correspondentes a 1,78% do capital preferencial da CEMIG.

Seguem, no quadro abaixo, as informações referentes à titularidade das ações ordinárias e ações preferenciais da CEMIG, em 30 de junho de 2006:

Acionistas	Quantidade de ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Setor Público	36.160.753.479	51,02	2.432.374.243	2,66	38.593.127.722	23,80
Área Federal	28.828.941	0,04	34.959.199	0,04	63.788.140	0,04
FINOR	28.697.431	0,04	34.825.204	0,04	63.522.635	0,04
Caixa Econômica Federal	131.510	0,00	131.510	0,00	263.020	0,00
DNIT	-	-	2.485	0,00	2.485	0,00
Área Estadual	36.125.857.399	50,97	2.392.006.570	2,62	38.517.863.969	23,75
Estado de Minas Gerais	36.116.304.884	50,96	102	0,00	36.116.304.986	22,27
MGI Minas Gerais Participações	-	-	1.625.279.753	1,78	1.625.279.753	1,00
RURALMINAS	6.200.000	0,01	-	-	6.200.000	0,00
Cia. Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG	201.105	0,00	637.025.028	0,70	637.226.133	0,39
MGS - Minas Gerais Adm. E Serv.	-	-	129.701.687	0,14	129.701.687	0,08
COPASA - Cia. Saneamento MG	3.151.410	0,00	-	-	3.151.410	0,00
Municípios	6.067.139	0,01	5.408.474	0,01	11.475.613	0,01
Setor Privado	34.713.414.444	48,98	88.778.148.456	97,26	123.491.562.900	76,16
Interno	30.371.893.450	42,85	27.038.633.429	29,62	57.410.526.879	35,40
Southern e Br Part Ltda	23.362.956.173	32,96	-	-	23.362.956.173	14,41
Demais Acionistas	7.008.937.277	9,89	27.038.633.429	29,62	34.047.570.706	21,00
Externo	4.341.520.994	6,13	61.739.515.027	67,64	66.081.036.021	40,75
ADR's	-	-	21.657.794.788	23,73	21.657.794.788	13,36
Demais Acionistas (Incluindo LATIBEX)	4.341.520.994	6,13	40.081.720.239	43,91	44.423.241.233	27,40
Ações em Tesouraria	-	-	69.128.403	0,08	69.128.403	0,04
Conselhos (CA e CF) e Diretoria Executiva	1.938.924	0,00	129.819	0,00	2.068.743	0,00
Total do Capital	70.874.167.923	100,0	91.279.651.102	100,0	162.153.819.025	100,00
Ações de Livre Negociação (FREE FLOAT)	34.746.371.600	49,03	88.818.386.310	97,30	123.564.757.910	76,20

Em 30 de junho de 2006, os investidores privados detinham, aproximadamente, 76,16% do capital total da CEMIG, existindo, ainda, uma grande participação de investidores com foco no crescimento e retorno de longo prazo.

Nesta mesma data, aproximadamente, 67,64% das ações preferenciais da CEMIG eram detidas por investidores estrangeiros. No passado esse número já chegou a atingir o máximo de 62,54% e o mínimo de 55,17%.

POLÍTICA DE DIVIDENDOS DA EMISSORA

Conforme previsto no Estatuto Social da Emissora, os dividendos de um determinado exercício social somente serão distribuídos depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto sobre a renda.

O lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado: (i) 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; (ii) 50% distribuído como dividendo obrigatório, aos acionistas da Emissora, observadas as demais disposições de seu Estatuto Social e a legislação aplicável; e (iii) o saldo, após a retenção prevista em orçamento de capital e/ou investimento elaborado pela administração da Emissora, com observância do Plano Diretor da Emissora e da política de dividendos nele prevista e devidamente aprovado, será aplicado na constituição de reserva de lucros destinada à distribuição de dividendos extraordinários, observado o disposto abaixo, até o limite máximo previsto no artigo 199 da Lei de Sociedade por Ações.

Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, a partir do exercício social de 2005, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa da Emissora o permitir, a Emissora utilizará a reserva de lucros citada acima para a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração com observância do Plano Diretor da Emissora e da política de dividendos nele prevista.

O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, serão imputadas aos valores dos dividendos distribuídos pela Emissora, para todos os efeitos legais.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento. Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Emissora.

Até 31 de dezembro de 2005, foram provisionados R\$2.070 milhões a serem pagos em 2006 sendo, R\$1.097 milhões correspondentes a destinação de 54,7% do lucro líquido do exercício, R\$897 milhões correspondentes a dividendos extraordinários e R\$77 milhões correspondentes a dividendos complementares do exercício de 2004. Em 2005 foi pago um montante de R\$692 milhões referente ao lucro apurado em 2004.

POLÍTICA DE DIVIDENDOS DA CEMIG E DA CEMIG GT

A CEMIG possui ações preferenciais, as quais farão jus a um dividendo mínimo anual igual ao maior dos seguintes valores: (a) 10%, calculado sobre o seu valor nominal; e (b) 3% do valor do patrimônio líquido das ações. No mais, a política de dividendos da CEMIG e da CEMIG GT obedece aos mesmos critérios política de dividendos da Emissora conforme descrita acima. Nos exercícios em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, o Estado assegurará às ações do capital da CEMIG emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade particular, um dividendo mínimo de 6% ao ano, conforme estabelecido na Lei Estadual nº 828/51 e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796/85.

ACORDO DE ACIONISTAS DA CEMIG

Em 1997, o Governo Estadual de Minas Gerais, controlador da CEMIG, vendeu 32,96% das ações ordinárias da CEMIG para um grupo de investidores estratégicos liderados pela SEB. Como parte da venda, conduzida através de leilão público, o Governo Estadual de Minas Gerais e a SEB firmaram, em 18 de junho de 1997, um acordo de acionistas, estabelecendo um quorum mínimo para a aprovação de determinadas matérias.

Nos termos do acordo de acionistas, as partes votarão em bloco em relação a determinadas alterações ao estatuto social da CEMIG, emissão de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, criação de partes beneficiárias, resgate e amortização de ações, fusão, cisão, incorporação, dissolução ou liquidação da CEMIG e distribuição de dividendos em percentual diverso do obrigatório previsto no estatuto social da CEMIG. Ademais, o Governo Estadual de Minas Gerais, a SEB e os acionistas minoritários poderiam indicar seis, quatro e um membro, respectivamente, para o Conselho de Administração da CEMIG, assim como o mesmo número de suplentes. O Governo Estadual de Minas Gerais e a SEB também poderiam indicar três e dois membros, respectivamente, para o Conselho Fiscal da CEMIG. Ainda nos termos desse acordo de acionistas, a SEB também terá o direito de nomear três dos oito membros da Diretoria. O acordo de acionistas também estabelece os princípios gerais de condução dos negócios sociais e disposições relativas a cessão e oneração de ações da CEMIG.

Em 1999, após as eleições, o Governo Estadual de Minas Gerais entrou com uma ação para anular o acordo de acionistas fundamentando que esse acordo violava as Constituições Federal e Estadual porque o quorum mínimo para aprovação de determinadas matérias constituiria uma transferência de controle ilegal da Emissora para a SEB. De acordo com essa ação, somente uma lei estadual específica poderia transferir o controle da CEMIG para a SEB.

Após algumas decisões preliminares desfavoráveis ao Governo Estadual de Minas Gerais em instância inferior, em 1999 o Governo Estadual de Minas Gerais obteve uma liminar da segunda instância estadual que suspendeu os efeitos do acordo de acionistas, aguardando a decisão final de segunda instância.

Em agosto de 2001, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais decidiu que o acordo de acionistas é nulo e inválido por violar as Constituições Federal e Estadual. Em dezembro de 2003, esta decisão foi objeto de recurso para o Superior Tribunal de Justiça que manteve a decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A decisão do Superior Tribunal de Justiça está sujeita a pedido de reforma, estando o controle efetivo da CEMIG, dessa forma, sujeito à contestação judicial ulterior perante o Supremo Tribunal Federal.

Os direitos de voto são exercidos conforme estabelecido no estatuto social da CEMIG, e não conforme o acordo de acionistas. Nos termos do estatuto social da CEMIG, cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembléias gerais de acionistas. O estatuto social da CEMIG não estabelece nenhum direito extraordinário ou privilégios à SEB, além daqueles previstos em virtude de ser detentora de ações ordinárias.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CEMIG sempre busca aprimorar o relacionamento com seus acionistas, investidores e analistas, por meio de uma política de Governança Corporativa, que consiste na absorção das melhores práticas de governança, de forma a garantir o acesso ao mercado de capitais para financiar seus projetos de expansão, reduzindo o custo médio ponderado de capital e agregando valor aos investimentos realizados por seus acionistas.

Além disso, a CEMIG atende as regulamentações em vigor, estabelecidas pela CVM e demais agências reguladoras dos países nos quais as ações são negociadas, garantindo, portanto, grande transparência no seu relacionamento com o mercado.

Antecipando-se ao disposto na Lei nº10.303/01, por decisão do acionista majoritário e atendendo as melhores práticas de Governança Corporativa, a CEMIG promoveu a reforma do seu Estatuto Social, permitindo aos acionistas minoritários, detentores de ações preferenciais, eleger um membro para o Conselho de Administração.

A CEMIG aprovou, em reunião extraordinária realizada em julho de 2002, uma nova Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, que descreve, em seu “Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da CEMIG”, os procedimentos e diretrizes relativas à manutenção e sigilo de informações. Esse manual, juntamente com o “Termo de Adesão” (elaborado na conforme a Instrução CVM 358), foi enviado a todos os gerentes e empregados com funções consultivas da CEMIG.

Por determinação da Diretoria Executiva, imbuída do compromisso de incrementar a transparência das ações dos gestores da CEMIG e de fortalecer sua imagem e credibilidade junto aos seus acionistas, clientes, empregados, sindicatos, parceiros, fornecedores, prestadores de serviços, concorrentes, sociedade, governo, Poder Concedente e as comunidades em que atua, foi elaborada a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional aplicada aos empregados, gerentes, diretores e aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal. Esse trabalho foi orientado para que seus resultados aproximem a CEMIG das melhores práticas éticas e legais, no que tange às suas políticas internas e externas, e possibilitem atender a:

- regulamentações da CVM e da BOVESPA, pertinentes à Governança Corporativa;
- Lei *Sarbanes-Oxley*, que modificou a maneira pela qual as empresas registradas na SEC (seja negociando suas ações no mercado americano ou mantendo programa de American Depositary Receipt - ADR nível 2 ou nível 3) serão administradas;
- contratos de concessão e às normas ditadas pelo Poder Concedente;
- Código de Defesa do Consumidor; e
- legislações municipais, estaduais e federal.

Também é feito acompanhamento criterioso das negociações com valores mobiliários da CEMIG para o cumprimento da Política de Negociação das ações de sua emissão e pessoas a ela vinculadas, nos termos da Instrução CVM 358.

Os relatórios legais e as demonstrações financeiras divulgadas ao mercado por meio das informações trimestrais (ITRs) e anuais (IAN e DFP), têm sido aprimoradas sucessivamente, buscando ampliar o entendimento sobre as operações da CEMIG. Além da SEC, as Bolsas de Valores de Nova Iorque e Madri recebem as mesmas informações. Da mesma forma as demonstrações financeiras são convertidas ao padrão americano de práticas contábeis (USGAP), conforme regulamentação da SEC.

O calendário anual dos eventos corporativos programados é mantido constantemente atualizado e disponibilizado no site da CEMIG e encaminhado conforme regulamentação em vigor à CVM, BOVESPA, Securities and Exchange Commission - SEC, New York Stock Exchange – NYSE e LATIBEX.

No Estatuto da CEMIG já estão previstas algumas práticas constantes de Política de Governança Corporativa, como forma de assegurar seu cumprimento por administradores e empregados, tais como:

- a igualdade na distribuição de dividendos entre as ações ordinárias e preferenciais;
- a prévia deliberação do Conselho de Administração da CEMIG, em relação à celebração de contratos entre a CEMIG e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;
- a prévia deliberação do Conselho de Administração da CEMIG, em relação a propostas da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da CEMIG, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R\$5 milhões;
- a prévia deliberação do Conselho de Administração da CEMIG para decisões sobre empréstimos, financiamentos, atos ou outros negócios jurídicos de valor superior ao anteriormente mencionado, a serem celebrados pela CEMIG, excetuado os contratos de compra e venda de energia que ultrapassem esse valor, que poderão ser aprovados pela Diretoria Executiva, com sua apresentação formal ao Conselho de Administração na reunião seguinte a sua aprovação; e
- o Conselho Fiscal da CEMIG, que funciona de modo permanente, pode ser composto por um mínimo de três e máximo de cinco membros efetivos e respectivos suplentes. Esse conselho é eleito anualmente na Assembléia Geral Ordinária, sendo possível a reeleição de seus membros.

Ademais, é assegurado aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais o direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro do Conselho de Administração, respectivamente, na forma da lei.

Desde julho de 2005 o Conselho Fiscal da CEMIG atende os requisitos impostos pela Sarbanes-Oxley Act de 2002 no que se refere à atuação como Comitê de Auditoria.

Adicionalmente, a CEMIG GT e a Emissora seguem os critérios de política de governança da CEMIG, conforme aplicável.

Bovespa Nível 1

Em 2001, a CEMIG aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da BOVESPA. As Companhias Nível 1 se comprometem, principalmente, com melhorias na prestação de informações ao mercado e com a dispersão acionária. Assim, as principais práticas agrupadas no Nível 1 são: (i) manutenção em circulação de uma parcela mínima de ações, representando 25% do capital; (ii) realização de ofertas públicas de colocação de ações por meio de mecanismos que favoreçam a dispersão do capital; (iii) melhoria nas informações prestadas trimestralmente, entre as quais a exigência de consolidação e de revisão especial; (iv) cumprimento de regras de *disclosure* em operações envolvendo ativos de emissão da companhia por parte de acionistas controladores ou administradores da empresa; (v) divulgação de acordos de acionistas e programas de *stock options*; e (vi) disponibilização de um calendário anual de eventos corporativos.

A CEMIG tinha em circulação, ao final de junho de 2006, 76,2% das ações de seu capital social, parcela muito superior ao mínimo exigido de 25% para as empresas que aderiram ao nível 1 de governança corporativa da BOVESPA. A CEMIG realizou inúmeras reuniões públicas com analistas e investidores para divulgar informações quanto a sua situação econômico-financeira e operacional, projetos, perspectivas, estratégias, etc. Logo após a disponibilização dos resultados trimestrais, foram realizados encontros com a imprensa, como principal meio de divulgação de informações à sociedade a respeito de sua atividade e de seus resultados.

CÓDIGO DAS MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DO IBGC

Segundo o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC, a Governança Corporativa deve ser norteada pelos seguintes princípios, os quais a Emissora e a CEMIG respeitam e adotam em todas as suas relações:

- *a transparência*, que a administração deve aplicar e cultivar principalmente de forma franca e rápida, gerando uma boa comunicação interna e externa e maior confiança dentro da companhia e nas suas relações com terceiros;
- *a equidade*, no tratamento de todos os grupos minoritários, sejam do capital ou das demais partes interessadas, como colaboradores, clientes, fornecedores ou credores;
- *a prestação de contas da atuação* dos agentes da governança corporativa a quem os elegeu, respondendo integralmente por todos os atos que praticarem no exercício de seus mandatos; e
- *a responsabilidade corporativa*, que é uma maior visão da estratégia empresarial, contemplando todos os relacionamentos sociais, econômicos e ambientais com a comunidade que a companhia atua.

Ademais, dentre as práticas de Governança Corporativa recomendadas pelo IBGC em referido código, a Emissora e a CEMIG adotam as seguintes:

- contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, assegurando a total independência;
- estatuto social claro quanto à (i) forma de convocação da Assembléia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- transparência na divulgação dos relatórios trimestrais e anuais da administração;
- convocações de assembléia e disponibilização de toda a documentação pertinente desde a data da primeira convocação, com detalhamento das matérias da ordem do dia, sem a inclusão da rubrica “outros assuntos” e sempre visando a realização de assembléias em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;
- fazer constar votos dissidentes nas atas de assembléias ou reuniões, quando solicitado;
- vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes;
- conselheiros com experiência em questões operacionais e financeiras e experiência em participação em outros conselhos de administração; e
- disponibilidade de acesso aos termos do acordo de acionistas a todos os demais sócios da Emissora e da CEMIG.

INFORMAÇÕES SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA EMISSORA

As ações ordinárias da Emissora são todas detidas pela CEMIG e não são negociadas na bolsa de valores.

Emissão de notas promissórias (*commercial papers*)

A Emissora emitiu em 26 de julho de 2006, notas promissórias (*commercial papers*) no valor total de R\$300 milhões, com prazo de vencimento de 90 dias. Sobre o principal destas notas promissórias incidirão juros correspondentes à taxa de 103% da Taxa DI. As Notas Promissórias são garantidas por aval da CEMIG e os recursos captados por meio da sua distribuição foram utilizados para recomposição de caixa referente às dívidas vencidas e liquidadas desde janeiro de 2006. As notas promissórias poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora, a seu exclusivo critério.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CEMIG

Ações

As ações ordinárias e preferenciais da CEMIG são negociadas na BOVESPA (códigos CMIG3 – ordinárias e CMIG4 – preferenciais), na Bolsa de Nova Iorque (*New York Stock Exchange*) (código CIG) e na LATIBEX, um mercado europeu para negociação de ações de empresas latino-americanas, em Euro (código MIGAC).

O número total de ações em circulação da CEMIG, em 30 de junho de 2006, era de 162.153.819.025 ações, sendo 70.874.167.923 ações ordinárias e 91.279.651.102 ações preferenciais.

As ações ordinárias e preferenciais da CEMIG, negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo, Nova Iorque e de Madri apresentaram valorização de 40,6% e 66,2%, respectivamente, em 2005, índices muito superiores às taxas de inflação verificadas no período.

Ações ao Portador

A CEMIG emitiu ações preferenciais ao portador. No entanto, nos termos do artigo 4º da Lei nº 8.021/90, tais ações ao portador foram extintas e convertidas em ações nominativas da CEMIG. A CEMIG ainda possui acionistas detentores das referidas ações ao portador que ainda não exerceram sua conversão.

ADRs

Em 13 de agosto de 2001, a CEMIG obteve junto à SEC dos Estados Unidos o registro de seu programa de ADRs Nível II para negociação de seus ADRs na Bolsa de Valores de Nova Iorque. A negociação dos ADRs foi iniciada em setembro de 2001.

A CEMIG possui um programa de *American Depositary Receipt - ADR* lastreado por ações preferenciais negociado na Bolsa de Valores de Nova Iorque, o qual, em 30 de junho de 2006, possuía, aproximadamente, US\$508 milhões em ADRs em circulação. Em 30 de junho de 2006 tais ADRs representavam 23,73% das ações preferenciais e 13,36% do total do capital social.

Debêntures

Em dezembro de 2001, a CEMIG realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, para distribuição pública, por meio da qual foram emitidas 62.500 debêntures, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R\$10,0 mil, em duas séries, sendo cada série no montante total de 31.250 debêntures, e o valor total da emissão de R\$625,0 milhões. Referidas debêntures têm data de emissão em 1º de novembro de 2001, sendo o vencimento das debêntures da 1ª série em 1º de novembro de 2009 e da 2ª série em 1º novembro de 2011. As debêntures da 1ª série tiveram repactuação em 1º de novembro de 2005, quando os juros remuneratórios foram alterados de IGP-M + 12,7% a.a. para CDI + 1,2% a.a. Após a repactuação 71,5% das debêntures continuaram em circulação (equivalente a R\$350,5 milhões) e o restante 28,5% (equivalente a R\$139,5 milhões) foi resgatado pela CEMIG com recursos oriundos de empréstimo bancário. A próxima repactuação, referente à 2ª série, está programada para ocorrer em 1º de novembro de 2006. As debêntures da 2ª série são atualizadas pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGMP e rendem juros remuneratórios de 12,70% ao ano. Todas as debêntures objeto desta 1ª emissão foram subscritas e integralizadas. A escritura de emissão relativa à 1ª emissão de debêntures apresenta previsão de hipóteses de vencimento antecipado usuais para esse tipo de operação. Em virtude do processo de Desverticalização da CEMIG, essas debêntures serão obrigatoriamente permutadas por debêntures a serem emitidas pela CEMIG GT, subsidiária integral da CEMIG, preservando-se as mesmas características e condições financeiras.

Em julho 2002, a CEMIG realizou sua 2ª emissão de debêntures, para distribuição privada, para subscrição pelo Estado de Minas Gerais, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.954/01. Por meio desta emissão foram emitidas 9.000 debêntures simples, da espécie subordinada, em número indeterminado de séries até o limite de R\$90,0 milhões. O prazo de vencimento é de 25 anos após a data de emissão de cada série, e a atualização é calculada pelo IGP-M. As debêntures desta emissão não fazem jus a pagamento de juros. Em 30 setembro de 2002, foi emitida a 1ª série de 2.250 debêntures e, em 22 dezembro de 2003, a CEMIG emitiu a 2ª série, cada uma no valor de R\$22,5 milhões, totalizando 4.500 debêntures e R\$45,0 milhões. Em março de 2004, a CEMIG cancelou as séries ainda não colocadas da emissão privada para realizar sua 3ª emissão pública de debêntures. Os recursos dessa 2ª emissão foram aplicados pela CEMIG na construção e implantação do AHE Irapé, conforme previsto no Instrumento Particular de Promessa de Subscrição de Debêntures, assinado entre o Estado e a CEMIG em 10 de setembro de 2001.

Em julho de 2004, a CEMIG arquivou na CVM um Programa de Emissão Pública de Debêntures simples, nominativas e escriturais, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária) ou subordinada, com prazo de até dois anos, no valor total de R\$1,5 bilhões (“Programa”).

No âmbito do Programa, em 19 de julho de 2004, a CEMIG realizou sua 3ª emissão de debêntures, para distribuição pública, por meio da qual foram emitidas 23.042 debêntures simples, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R\$10,0 mil, em série única, no valor total de R\$230,4 milhões, com data de emissão de 1º de junho de 2004 e vencimento previsto para 1º de junho de 2014. As debêntures serão atualizadas pelo IGP-M e fazem jus ao pagamento de juros anuais correspondentes a uma taxa fixa de 10,5% ao ano. A escritura de emissão relativa a essas debêntures apresenta previsão de hipóteses de vencimento antecipado usuais para esse tipo de operação. Tendo em vista a Desverticalização da CEMIG, a presente Oferta é realizada única e exclusivamente para fins da permuta obrigatória das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG pelas Debêntures desta Oferta. Após a realização da presente Oferta as debêntures da 3ª Emissão da CEMIG serão canceladas. Para mais informações vide Seções “Desverticalização” e “Informações Relativas à Oferta” deste Prospecto.

Em dezembro de 2004, a CEMIG realizou sua 4ª emissão de debêntures, para distribuição privada, por meio da qual foram emitidas 2.250 debêntures simples, da espécie subordinada, em série única, com valor nominal unitário de R\$10,0 mil, totalizando R\$22,5 milhões, com data de emissão em 28 de dezembro de 2004 e prazo de vencimento de 25 anos. As debêntures desta emissão são atualizadas de acordo com a variação do IGMP e não fazem jus a pagamento de juros. As debêntures desta emissão foram subscritas unicamente pelo Estado de Minas Gerais, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.954/01, cujos recursos foram aplicados pela CEMIG na construção e implantação da AHE Irapé, nos termos do Instrumento Particular de Promessa de Subscrição de Debêntures, assinado entre o Estado e a CEMIG em 10 de setembro de 2001.

Ainda para fins da construção e implantação da AHE Irapé, em 29 de dezembro de 2005, a CEMIG realizou sua 5ª emissão de debêntures, para distribuição privada, por meio da qual foram emitidas 2.250 debêntures simples, da espécie subordinada, da forma nominativa e escritural não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10,0 mil, totalizando R\$22,5 milhões, com prazo de vencimento de 25 anos e atualização de acordo com o IGP-M. As debêntures desta emissão não fazem jus a pagamento de juros e foram subscritas unicamente pelo Estado de Minas Gerais.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC

Em 26 de janeiro de 2006, a CEMIG constituiu o CEMIG - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Conta CRC (“Fundo”), formado por direitos de crédito decorrentes do Contrato CRC. Este fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, por meio do qual foram ofertados 900.000.000 de quotas seniores, em série única, com valor unitário de emissão de R\$1,00, no valor total de R\$900,0 milhões e data de resgate prevista para 31 de dezembro de 2015. A totalidade das quotas seniores foi subscrita e integralizada pelo Banco Itaú S.A. e pelo Banco Bradesco S.A. O parâmetro de rentabilidade das quotas seniores corresponde à 100% da variação da Taxa do CDI, acrescida de cupom prefixado de juros de 1,70% ao ano base 252 dias úteis. Tais quotas serão amortizadas em 20 pagamentos semestrais durante um período de 10 anos. Ademais, tendo em vista que (i) as datas dos pagamentos semestrais das quotas seniores coincidem com as datas em que a CEMIG paga seus dividendos semestrais; e (ii) que o quarto aditamento do Contrato CRC prevê que 65% dos dividendos devidos pela CEMIG ao Governo do Estado em cada pagamento de dividendos são retidos pela CEMIG e transferidos automaticamente para o Fundo, as quotas são automaticamente reembolsadas em referidas datas. Caso esses dividendos não sejam suficientes para promover um sistema de pagamento fixo às quotas seniores, a CEMIG, como co-obrigada, deverá contribuir com o valor necessário para efetuar tal pagamento.

Adicionalmente às quotas seniores, foram emitidas, pelo Fundo, 760.125.012 quotas subordinadas não transferíveis, com valor unitário de emissão de R\$1,00 por quota, no valor total de, aproximadamente, R\$760,1 milhões e data de resgate prevista para 30 de junho de 2035. Tais quotas foram subscritas e integralizadas exclusivamente pela CEMIG. As quotas subordinadas serão amortizadas com qualquer excesso de caixa disponível no Fundo ou com sua liquidação

O Fundo foi estruturado e distribuído pelo Banco Itaú BBA S.A., coordenador líder, e pelo Banco Bradesco S.A., e é administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., coligada ao Banco Itaú S.A.

O valor, em 30 de junho de 2006, dos recebíveis transferidos para o Fundo era de R\$1.726,3 milhões, desconsiderando a provisão para perdas constituída no valor de R\$106,9 milhões.

Para mais informações sobre o Contrato CRC vide seção “Contratos Relevantes – Contratos Relevantes da CEMIG”.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CEMIG GT

A Cemig GT emitiu em 26 de julho de 2006, notas promissórias (commercial papers) no valor total de R\$900 milhões, com prazo de vencimento de 90 dias. Sobre o principal destas notas promissórias incidirão juros correspondentes à taxa de 103% Taxa DI. As notas promissórias são garantidas por aval da CEMIG e os recursos captados por meio da sua distribuição foram utilizados para recomposição de caixa referente às dívidas vencidas e liquidadas desde janeiro de 2006. As notas promissórias poderão ser resgatadas antecipadamente pela CEMIG GT, a seu exclusivo critério.

CONTRATOS RELEVANTES

CONTRATOS RELACIONADOS AO PROGRAMA “LUZ PARA TODOS”

Em função da meta ousada estabelecida para o Programa Luz para Todos da Emissora, bem superior à média histórica da empresa (28 mil ligações rurais por ano), a Emissora contratou, em 27 de junho de 2005, quatro empreiteiras (Integradoras) com comprovada experiência na execução e integração de grandes empreendimentos, para fornecimento de materiais e execução de serviços em regime de empreitada parcial a preço unitário e prazo determinado. A contratação foi formatada em 4 lotes, divididos em função da quantidade de quilômetros de redes, número de beneficiados e logística de execução, conforme quadro abaixo:

Lote	Integradora	Nº Beneficiados	Km de Rede (x mil)	Valor (R\$)
1	CBPO Engenharia LTDA	26.952	14,4	324.249.698
2	Construtora Andrade Gutierrez SA	36.984	11,2	288.099.425
3	Construtora Queiroz Galvão SA	39.192	13,9	321.003.417
4	CBPO Engenharia LTDA	37.608	14,6	321.964.261
	Total	140.736	54,1	1.255.316.801

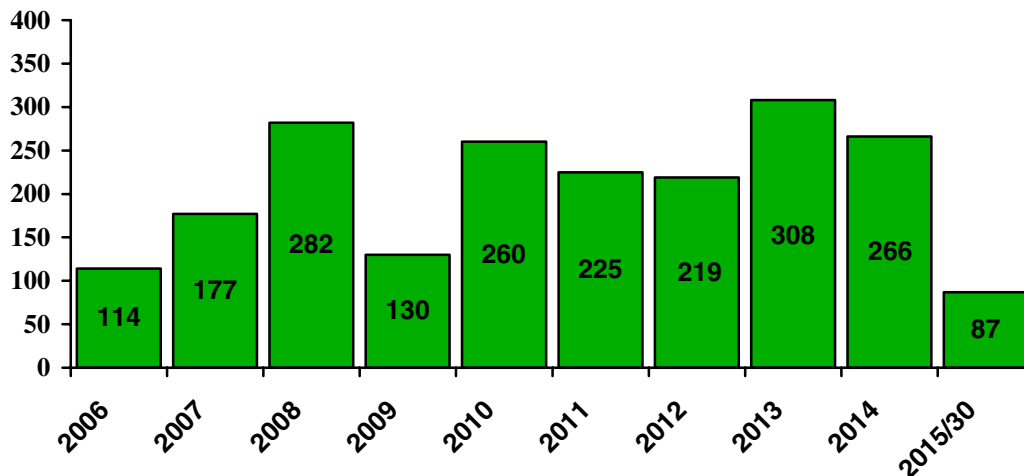
Cada contrato, cujo prazo final é maio de 2007, tem como objeto a implantação, pelos contratados, de lotes do Programa de Eletrificação Rural “Luz Para Todos” na área de concessão da Emissora para atendimento elétrico de um total de, aproximadamente, 140 mil consumidores beneficiados.

CONTRATOS FINANCEIROS RELEVANTES DA EMISSORA

A Emissora firmou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão e ampliação de suas redes de distribuição, para rolagem de dívida e para atender ao crescimento da demanda.

O endividamento da Emissora, em 30 de junho de 2006, tinha seu cronograma de amortizações linearmente distribuído ao longo dos anos, com pagamentos de até R\$300,0 milhões, aproximadamente, refletindo o esforço empreendido pela Emissora no alongamento do perfil da dívida, conforme pode ser observado no gráfico abaixo:

Cronograma de Amortizações da Dívida
Valores em R\$ milhões



Em 30 de junho de 2006, o saldo devedor da Emissora nos contratos financeiros era de R\$2,1 bilhões. Segue abaixo tabela e um resumo dos principais contratos nos quais a Emissora figurava como parte em 30 de junho de 2006.

(Em R\$ mil)

Em 30 de junho de 2006						
Financiadores	Vencimento Principal		Moedas	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Estrangeira						
ABN AMRO Bank - N.	2013	6	US\$	72	108.215	108.287
ABN AMRO Real S.A.	2009	6,35	US\$	3.542	8.499	12.041
ABN AMRO Real S.A.	2009	6,35	US\$	9.675	23.212	32.887
ABN AMRO Real S.A.	2009	6,35	US\$	3.111	7.517	10.628
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	15.594	121.557	137.151
B.N.P. – Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	441	26.515	26.956
KFW	2016	4,5	EURO	1.826	17.345	19.171
UNIBANCO S.A	2007	6,5	US\$	124	97.831	97.955
UNIBANCO S.A	2009	5,5	US\$	30	4.412	4.442
UNIBANCO S.A	2009	5	US\$	47	10.999	11.046
Toshiba Isolador de Disco	2007	Libor + 4,00	US\$	59	-	59
Outros	2007	Diversas	Diversas	1781	416	2197
Dívida em Moeda Estrangeira				36.302	426.518	462.820
MOEDA NACIONAL						
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2006	100,00 do CDI	R\$	22.993	-	22.993
Banco do Brasil S.A	2009	111,00 do CDI	R\$	6.398	56.178	62.576
Banco do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	1.285	20.001	21.286
Banco do Brasil S.A	2013	107,60 do CDI	R\$	2.500	96.000	98.500
Banco Itaú – BBA	2008	IGP-M + 10,48	R\$	700	161.199	161.899
Banco Itaú – BBA	2006	CDI + 2,00	R\$	-	-	-
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	7.968	132.434	140.402
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	299	3.473	3.772
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	21	29.248	29.269
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	1.704	98.214	99.918
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	8.205	240.869	249.074
Obrigações com Debêntures	2014	IGP-M + 10,50	R\$	2.007	252.291	254.298
ELETROBRÁS	2008	FINEL + 8,50	R\$	4.601	7.947	12.548
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	30.737	142.723	173.460
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	3.018	2.047	5.065
Grandes Consumidores	2007	IGPM+6,00	R\$	2.169	242	2.411
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	326	49.958	50.284
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	10.729	130.224	140.953
Banco WestLB do Brasil	2008	IGPM+10,48	R\$	176	40.300	40.476
HSBC Bank Brasil S.A	2008	CDI + 2,00	R\$	1.289	10.440	11.729
Outros	2010	Diversas	R\$	12.621	11.997	24.618
Dívida em Moeda Nacional				119.746	1.485.785	1.605.531
Total Geral				156.048	1.912.303	2.068.351

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano.

CONTRATOS FINANCEIROS

Contratos em Moeda Estrangeira

Segue abaixo breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Emissora, em 30 de junho de 2006:

ABN Amro Bank

Em 30 de junho de 2005, a Emissora e o ABN Amro Bank firmaram contrato de repasse de empréstimo externo no valor total de US\$50,0 milhões. O valor principal deste empréstimo será pago em quatro parcelas anuais iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 21 de junho de 2010 e a última em 17 de junho de 2013. Sobre o saldo devedor incidirão juros de 6% a.a. que deverão ser pagos semestralmente. Este contrato possui hipóteses usuais de vencimento antecipado. Adicionalmente, a Emissora e a CEMIG, na qualidade de avalista, obrigaram-se a manter os seguintes índices financeiros: (i) Dívida Total/EBITDA menor ou igual a 2,5; e (ii) EBITDA/Juros sobre Empréstimos maior ou igual a 3,0. Este contrato é garantido por aval da CEMIG. Foi associada a esse empréstimo uma operação de swap alterando o custo para CDI + 1,5% a.a. O saldo devedor do empréstimo, em 30 de junho de 2006, era de R\$108,3 milhões.

ABN Amro Bank

Em 29 de setembro de 2004, a CEMIG e o ABN Amro Bank firmaram três contratos de repasse de empréstimo externo destinados à rolagem de dívida, no valor total de US\$29,0 milhões, equivalentes a R\$82,3 milhões na data da contratação. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, esses contratos foram alocados na Emissora por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a Emissora, a CEMIG e o ABN Amro Bank, em 27 de dezembro de 2004. O valor principal destes contratos deverá ser amortizado em dez parcelas semestrais iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em abril de 2006 e a última em outubro de 2009. Sobre o saldo devedor desses contratos incidirão juros de 6,35% a.a. Estes contratos possuem hipóteses usuais de vencimento antecipado. Adicionalmente, a Emissora obrigou-se a manter os seguintes índices financeiros: (i) Dívida Total/EBITDA menor ou igual a 2,5; e (ii) EBITDA/Juros sobre Empréstimos maior ou igual a 3,0. Foi associada a esse empréstimo uma operação de *swap* alterando o custo para CDI + 2,12% a.a. Este contrato é garantido por nota promissória avalizada pela CEMIG. O saldo devedor desses empréstimos, em 30 de junho de 2006, era de R\$55,6 milhões.

Banco do Brasil (Plano Brady)

Em 30 de julho de 1998, a CEMIG firmou um contrato de confissão e consolidação de dívida com a União e o Estado de Minas Gerais, no âmbito do programa de reestruturação da dívida externa brasileira (Plano Brady), com a interveniência do Banco do Brasil S.A., da Caixa Econômica Federal e do Banco do Estado de Minas Gerais S.A. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, esse contrato foi alocado na Emissora por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a Emissora e a CEMIG, em 30 de março de 2005. Por meio do referido contrato, a CEMIG confessou ser devedora da União da quantia de R\$121,2 milhões, correspondente a obrigações decorrentes de contratos de empréstimo de médio e longo prazos junto a credores externos, não depositadas no Banco Central do Brasil. A dívida confessada deverá ser paga por intermédio do Banco do Brasil, acrescida dos seguintes encargos financeiros: (i) atualização monetária segundo a variação do dólar norte-americano à taxa de venda do dia; (ii) juros remuneratórios calculados sobre os saldos devedores diários previamente corrigidos, a taxas variáveis conforme o tipo de bônus atribuído. A totalidade da dívida confessada e respectivos encargos serão pagos da seguinte forma: (i) principal - três dias úteis imediatamente anteriores a 15 de abril e 15 de outubro, respeitados os vencimentos iniciais, finais e únicos definidos para cada tipo de bônus: (a) amortização única ao final do 30º ano, em 11 de abril de 2024; (b) amortização única ao final do 30º ano, em 11 de abril de 2024; (c) 13 parcelas semestrais iguais, vencendo-se a primeira em 10 de abril de 2003 e a última em 10 de abril de 2009; (d) 21 parcelas semestrais iguais, vencendo-se a primeira em 10 de abril de 2004 e a última em 10 de abril de 2014; (e) 17 parcelas semestrais iguais, vencendo-se a primeira em 10 de abril de 2004 e a última em 12 de abril de 2012; (f) 17 parcelas semestrais iguais, vencendo-se a primeira em 11 de abril de 2001 e a última em 10 de abril de 2009; (g) 19 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 10 de abril de 1997 e a última em 12 de abril de 2006, observados os seguintes percentuais calculados sobre o principal: 1% na 1ª à 7ª parcelas, 5% na 8ª parcela e 8% na 9ª à 19ª parcelas; (ii) garantias de principal, em forma de caução em dinheiro, dos bônus de desconto e bônus ao par: equivalentes a 16,91252686% e 16,54122697% dos totais dos bônus de desconto e bônus ao par, respectivamente, objeto deste financiamento, calculada em 15 de outubro de 1995 e exigível em 30 de novembro de 1995 (valor equivalente a US\$3,1 milhões e US\$4,3 milhões, respectivamente); (iii) juros remuneratórios - semestralmente, três dias úteis imediatamente anteriores a 15 de abril e a 15 de outubro de cada ano, vencida a primeira prestação em 12 de outubro de 1994 e vencida a última prestação juntamente com a última parcela de principal do respectivo bônus (a União reconhece os pagamentos efetuados pela CEMIG e declara quitadas as obrigações referentes ao somatório das oito prestações iniciais de juros remuneratórios vencidas no período de 12 de outubro de 1994 a 8 de abril de 1998). O contrato tem vigência até 15 de abril de 2024, ou até que seja satisfeita toda a dívida. Através do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações a CEMIG obrigou-se como fiadora deste contrato até a liquidação de suas obrigações. O saldo devedor deste empréstimo, em 30 de junho de 2006, era de R\$137,1 milhões.

KfW

Em 2 de setembro de 1996, a CEMIG firmou com a Kreditanstalt Für Wiederaufbau (“KfW”) um contrato de empréstimo no montante de DM20.000.000,00, com o objetivo de financiar bens e serviços destinados ao melhoramento do abastecimento de energia elétrica na região do Vale do Jequitinhonha. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, os direitos e obrigações deste contrato foram transferidos contabilmente para a Emissora, no entanto ainda não foi celebrado Instrumento de Cessão, uma vez que o contrato envolve a garantia da União e a contragarantia do Estado, para a qual é necessária uma legislação específica ainda não disponível. O valor do empréstimo deverá ser totalmente amortizado até 30 de dezembro de 2016, mediante o pagamento de prestações semestrais, consecutivas e aproximadamente iguais a partir de 30 de dezembro de 2001. Sobre o saldo devedor do empréstimo incidirão juros à taxa de 6,5% a.a., que deverão ser pagos semestralmente. O contrato de empréstimo é garantido pelo Governo Federal, que se compromete como devedor solidário a garantir todas as obrigações da CEMIG no contrato de empréstimo, nos termos de um contrato de garantia firmado entre o Governo Federal e a KfW. O saldo devedor deste empréstimo, em 30 de junho de 2006, era de R\$19,2 milhões.

Unibanco

Entre 23 de dezembro de 2004, a CEMIG e o Unibanco firmaram um contrato de repasse de empréstimo externo, na modalidade de *Fixed Rate Notes* destinado à rolagem de dívida, no valor total de R\$122,0 milhões. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, o saldo devedor desse contrato foi alocado na Emissora por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a Emissora e a CEMIG em 24 de janeiro de 2005. O valor do principal deste contrato deverá ser pago em uma parcela única ao final do respectivo contrato e sobre o saldo devedor incidirão variação cambial mais juros de 6,5% a.a. Foi associada a esse empréstimos a operação de swap alterando o custo, para CDI + 2,65% a.a.. Este contrato é garantido por nota promissória avalizada pela CEMIG. O saldo devedor da Emissora com relação à este empréstimo, em 30 de junho de 2006, era de R\$97,9 milhões.

Contratos em Moeda Nacional

Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Emissora, em 30 de junho de 2006:

Credit Suisse First Boston S.A.

Em 15 de outubro, 29 de outubro e 1º de novembro de 2004, a CEMIG emitiu a favor do Banco Credit Suisse First Boston diversas cédulas de crédito bancário, no valor total de R\$66,0 milhões, com vencimento previsto para 16 de outubro, 29 de outubro e 1º de novembro de 2006, respectivamente. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, 34,73% do saldo devedor desses contratos foram alocados na Emissora por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a Emissora, a CEMIG e a CEMIG GT, em 27 de dezembro de 2004. Sobre o saldo devedor dessas cédulas incidirão juros mensais de 100% da variação do CDI. Estas cédulas possuem hipóteses usuais de vencimento antecipado. Adicionalmente, a Emissora obrigou-se a manter os seguintes índices financeiros na data do último balanço trimestral disponível: (i) se a Dívida Líquida Consolidada for positiva: a relação Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Consolidado nos últimos 12 meses deve ser menor ou igual a 3,25; e (ii) se o Resultado Financeiro Consolidado dos últimos 12 meses for negativo: a relação EBITDA Consolidado/Módulo do Resultado Financeiro Consolidado, ambos dos últimos 12 meses, não poderá ser inferior a 2,0. Foi associada a essa operação uma operação de *swap* de duplo indexador, alterando o custo para variação cambial + 0% ou 60% da variação do CDI, o que for maior. Através do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações a CEMIG obrigou-se como fiadora deste contrato até a liquidação de suas obrigações. O saldo devedor dessas cédulas de crédito bancário, em 30 de junho de 2006, era de R\$22,9 milhões.

Banco do Brasil

Em 11 de novembro e 7 de dezembro de 2004, a CEMIG e o Banco do Brasil S.A. firmaram dois contratos de empréstimo destinados à rolagem de dívida no valor de R\$104,8 e R\$14,0 milhões, respectivamente. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, 47,3% do saldo devedor desses contratos foram alocados na Emissora por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a Emissora, a CEMIG, a CEMIG GT e o Banco do Brasil S.A., em 11 de abril de 2005. Os termos e condições desses contratos são os mesmos. Sobre o valor principal desses contratos incidirão juros de 111% da variação do CDI. O vencimento desses contratos esta previsto para 10 de novembro de 2009, sendo a amortização da dívida prevista para o final do período, em uma única parcela. Estes contratos possuem hipóteses usuais de vencimento antecipado Este contrato é garantido por nota promissória avalizada pela CEMIG. O saldo devedor desses empréstimos, em 30 de junho de 2006, era de R\$62,6 milhões.

Banco do Brasil

Entre junho e setembro de 2005, a Emissora e o Banco do Brasil S.A. firmaram quatro contratos de empréstimo destinados à rolagem de dívida, no valor total de R\$20,0 milhões. Os termos e condições desses contratos são os mesmos. Sobre o valor principal incidirão variação do CDI mais *spread* de 1,7% a.a. O vencimento desses contratos são oito anos, sendo a amortização da dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, no período de 2010 a 2013. Por meio deste contrato a CEMIG obrigou-se como devedora solidária, bem como avalista da nota promissória. O saldo devedor desses empréstimos, em 30 de junho de 2006, era de R\$21,3 milhões. A relação dos contratos é apresentada a seguir:

Nº do Contrato	Data da Assinatura	Valor na Contratação (em RS milhões)	Saldo Devedor em 30 de junho de 2006 (em RS milhões)
330.800.308	15.06.05	12,5	12,6
330.801.012	21.07.05	2,8	3,4
330.800.325	01.09.05	3,7	4,2
330.800.331	22.09.05	0,9	1,1
Total		20,0	21,3

Banco do Brasil

Em 2 de maio de 2005, a Emissora e o Banco do Brasil firmaram um contrato de abertura de crédito fixo no valor de R\$96,0 milhões, com vencimento previsto para 21 de março de 2013. Sobre o valor principal, incidirão juros de 107,6% da variação do CDI. Este contrato possui hipóteses usuais de vencimento antecipado e tem como devedor solidário a CEMIG. Por meio deste contrato a CEMIG obrigou-se como devedora solidária, bem como avalista da nota promissória. O saldo devedor desse contrato, em 30 de junho de 2006, era de R\$98,5 milhões.

Itaú BBA

A CEMIG emitiu, em 14 de junho de 2004, uma cédula de crédito bancário em favor do Banco Itaú BBA S.A., no valor de R\$200,0 milhões, com vencimento final em 16 de junho de 2008. Esta cédula visa à liquidação do saldo devedor relativo às notas promissórias emitidas pela CEMIG, com vencimento em 16 de junho de 2004, no montante total de R\$300,0 milhões. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, essa cédula de crédito bancário foi alocada na Emissora por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a Emissora, a CEMIG e o Banco Itaú S.A., em 10 de janeiro de 2005. A cédula de crédito bancário será atualizada pelo IGPM e também incidirão juros de 10,48% a.a. Esta cédula possui hipóteses usuais de vencimento antecipado. Ademais, a CEMIG deverá manter determinados índices financeiros durante a vigência da cédula. Através do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações a CEMIG obrigou-se como avalista deste contrato até a liquidação de suas obrigações. O saldo devedor deste empréstimo, em 30 de junho de 2006, era de R\$161,9 milhões. Essas cédulas foram desmembradas, de forma a permitir ao Banco Itaú BBA negociá-las, tendo sido cedida para o Banco WestLB do Brasil uma delas, no valor de R\$40,0 milhões. O saldo devedor da CCB cedida para o Banco WestLB em 30 de junho de 2006 era de R40,5 milhões.

Itaú BBA

Em 20 de outubro de 2004, a CEMIG emitiu, a favor do Banco Itaú BBA, uma cédulas de crédito bancário, no valor de R\$100,0 milhões, com vencimento em 8 de outubro de 2008. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, 10,44% do saldo devedor desse contrato foi alocado na Emissora por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a Emissora, a CEMIG, a CEMIG GT e o Banco Itaú S.A., em 10 de janeiro de 2005. Sobre o valor principal desta cédula de crédito bancário incidirão juros de 100% do CDI, mais *spread* de 2,00% a.a., calculado de forma exponencial *pro-rata temporis* com base em um ano de 360 dias. Esta cédulas possui hipóteses usuais de vencimento antecipado. Adicionalmente, a Emissora obrigou-se a manter os seguintes índices financeiros: (i) LAJIDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 2,8; (ii) Endividamento Total/Capitalização Total menor ou igual a 53%; (iii) Endividamento Total/LAJIDA menor ou igual a 3,36; (iv) Despesas de Capital/LAJIDA menor ou igual a 60%; e (v) Dívida de Curto Prazo/LAJIDA menor ou igual a 90%. Através do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações a CEMIG obrigou-se como avalista desta cédula até a liquidação de suas obrigações. O Banco Itaú em 31 de outubro de 2005 desmembrou a CCB em 6 novas CCBs, duas das quais cedeu ao HSBC Bank Brasil – Banco Múltiplo. A CCB emitida pela Emissora foi de R\$10,4, cujo saldo em 30 de junho de 2006 era de R\$11,7 milhões

Itaú BBA

Entre junho e dezembro de 2005, a Emissora emitiu a favor do Banco Itaú BBA 13 cédulas de crédito bancário destinadas à rolagem de dívida, no valor total de R\$132,4 milhões. Os termos e condições dessas cédulas são os mesmos. Sobre o valor principal incidirão juros compreendendo a variação do CDI mais *spread* de 1,7% a.a. O vencimento dessas cédulas está previsto para oito anos, sendo a amortização da dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, no período de 2010 a 2013. Estas cédulas possuem hipóteses usuais de vencimento antecipado. Adicionalmente, a Emissora obrigou-se a manter os seguintes índices financeiros: (i) LAJIDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 2,8; (ii) Endividamento Total/Capitalização Total menor ou igual a 53%; (iii) Endividamento Total/LAJIDA menor ou igual a 3,36; (iv) Despesas de Capital/LAJIDA menor ou igual a 60%; e (v) Dívida de Curto Prazo/LAJIDA menor ou igual a 90%. O saldo devedor desses empréstimos, em 30 de junho de 2006, era de R\$140,4 milhões. A relação das cédulas é apresentada a seguir:

Nº da Cédula de Crédito Bancário	Data da Assinatura	Valor na Contratação (em RS milhões)	Saldo devedor em 30 de junho de 2006 (em RS milhões)
CF5.01/02	03.06.2005	27,6	27,8
JF5.01/02	14.06.2005	41,0	41,3
RF5.01/02	24.06.2005	12,7	12,7
UG5.01/01	29.07.2005	13,1	15,4
AH5.01/01	01.08.2005	3,5	4,1
LH5.01/01	16.08.2005	0,8	0,9
VH5.01/01	30.08.2005	3,4	3,9
MI5.01/03	20.09.2005	11,9	13,6
UI5.01/03	30.09.2005	3,4	3,8
TJ5.01/03	31.10.2005	5,6	6,3
HL5.01/01	12.12.2005	0,9	1,2
KL5.01/01	15.12.2005	3,7	4,2
UL5.01/02	29.12.2005	4,8	5,2
Total		132,4	140,4

Banco Votorantim S.A.

Em dezembro de 2004, a CEMIG e o Banco Votorantim S.A. firmaram quatro contratos de mútuo, destinados à rolagem de dívida, totalizando R\$54,3 milhões. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, 54,23% do saldo devedor desses contratos foram alocados na Emissora por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a Emissora, a CEMIG e a CEMIG GT, em 03 de janeiro de 2005. O vencimento desses contratos está previsto para seis anos. Sobre o saldo devedor incidirão juros de 113,50% da variação do CDI. Estes contratos possuem hipóteses usuais de vencimento antecipado. O saldo devedor dessas cédulas de crédito bancário, em 30 de junho de 2006, era de R\$29,2 milhões.

Banco Votorantim S.A.

Em 30 de junho, 26 de agosto, 20 de setembro e 04 de outubro de 2005, a Emissora emitiu a favor do Banco Votorantim S.A. diversas cédulas de crédito bancário destinadas ao pré-pagamento de dívidas de maior custo, no valor total de R\$98,2 milhões. Sobre o valor principal dessas cédulas incidirão juros compreendendo a variação do CDI mais *spread* de 1,7% a.a. O vencimento dessas cédulas está previsto para oito anos, sendo a amortização da dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, no período de 2010 a 2013. Estas cédulas são garantidas por aval da CEMIG. O saldo devedor dessas cédulas, em 30 de junho de 2006, era de R\$99,9 milhões.

Bradesco

Entre junho e dezembro de 2005, a Emissora firmou com o Bradesco S.A. diversos contratos de empréstimo destinados a rolagem de dívida. Os termos e condições desses contratos são os mesmos. Sobre o valor principal incidirão juros compreendendo a variação do CDI mais *spread* de 1,7% a.a. O vencimento desses contratos está previsto para oito anos, sendo a amortização da dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, no período de 2010 a 2013. Este contrato é garantido por nota promissória avalizada pela CEMIG. O saldo devedor desses empréstimos, em 30 de junho de 2006, era de R\$249,0 milhões. A relação dos contratos é apresentada a seguir:

Tipo	Data da Assinatura	Valor Contrato na Contratação (em RS milhões)	Saldo Devedor em 30 de junho de 2006 (em RS milhões)
Aditamento	09.06.2005	123,1	124,2
Contrato novo	09.06.2005	22,9	23,2
Contrato novo	10.06.2005	0,5	0,6
Aditamento	10.06.2005	2,7	2,7
Aditamento	27.06.2005	11,3	11,4
Aditamento	27.06.2005	17,3	17,4
Aditamento	30.06.2005	14,8	14,8
Aditamento	04.07.2005	14,8	17,7
Contrato novo	11.10.2005	14,8	16,8
Contrato novo	10.11.2005	10,9	12,2
Contrato novo	16.11.2005	1,4	1,5
Contrato novo	29.11.2005	0,3	0,4
Contrato novo	07.12.2005	0,5	0,6
Contrato novo	15.12.2005	0,9	0,10
Contrato novo	19.12.2005	0,2	0,3
Contrato novo	27.12.2005	3,3	3,6
Contrato novo	28.12.2005	1,3	1,5
Total		240,9	249,0

Eletrobrás

A CEMIG firmou diversos contratos de financiamento com a Eletrobrás no período de 1992 a 2002, destinados ao financiamento da construção de usinas hidrelétricas, ampliação de sua rede de transmissão e distribuição e eletrificação rural. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, 47,0% do saldo devedor desses contratos foram alocados na Emissora por meio de aditivos aos contratos de financiamento celebrados entre a Emissora e a CEMIG. Os contratos são garantidos por meio de vinculação de receitas da própria Emissora. Os termos dos referidos contratos variam somente quanto ao valor do financiamento, a taxa de juros contratada e o prazo de pagamento.

A CEMIG firmou, ainda, diversos Instrumentos de Reconhecimento de Débito com a Eletrobrás no período de 1991 a 1998, por meio dos quais, ela se comprometeu a aplicar os recursos oriundos desses instrumentos em instalações dos serviços públicos de energia elétrica por ela prestados. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, esses instrumentos foram alocados na Emissora por meio de aditivos aos instrumentos celebrados entre a Emissora e a CEMIG. O prazo de cada financiamento é de 20 anos a partir da entrega de um determinado certificado emitido pelo DNAEE ou findo o prazo de carência máximo de sete anos contados da data do recebimento dos recursos. O pagamento dos financiamentos será efetuado à Eletrobrás, juntamente com os juros devidos, em 80 parcelas trimestrais, iguais e sucessivas de acordo com o esquema de amortização previamente elaborado pela Eletrobrás e renovado anualmente em virtude da correção monetária. Durante o prazo de carência incidirão juros de 6% a.a. e finda carência os juros se elevarão para 8% a.a. O valor total do saldo devedor de todos os instrumentos de reconhecimento de débito, em 30 de junho de 2006, era de R\$18,1 milhões.

O valor total do saldo devedor de todos os contratos financeiros celebrados entre a CEMIG e a Eletrobrás, em 30 de junho de 2006, era de R\$185,9 milhões.

As principais características dos contratos mais relevantes encontram-se na tabela abaixo:

Nº do Contrato	Data	Valor (em R\$ milhões)	Taxa de Juros (%)	Correção Monetária	Forma de Pagamento	Vencimento	Saldo Devedor em 31.06.2006
							(em RS milhões)
1346/95	03.09.1997	Até 38,6	6,5 a.a.	Índice FINEL Com base no índice de correção monetária dos recursos da RGR	120 parcelas mensais, vencendo a primeira em 30/01/99	30.12.2008	12,5
1981/00	28.06.2000	74,2	5 a.a.	Com base no índice de correção monetária dos recursos da RGR	120 parcelas mensais, vencendo a primeira em 30/08/02	30.07. 2012	47,6
2001/00	28.06.2000	Até 90,1	5 a.a.	Com base no índice de correção monetária dos recursos da RGR	60 parcelas mensais, vencendo a primeira em 30/08/02	30.07. 2007	20,5
001/2004	19.04.2004	Até 192,6	5 a.a.	Com base no índice de correção monetária dos recursos da RGR	120 parcelas mensais, vencendo a primeira em 03/09/2006	30.08. 2016	26,5
2097/2001	19.12.2001	Até 38,7	5.a.a	Com base no índice de correção monetária dos recursos da RGR	36 parcelas mensais, vencendo a primeira em 30.06.2006	30.06.2009	7,0
1991/1998	Diversas (IRDs)	Diversos	C-6/A-8		80 parcelas trimestrais vencimentos diversos	15.05.2022	18,1
105/2005	18/04/2006	172,7	5.a.a		120 parcelas mensais	18/04/201	51,80
2097/05	19/06/2005	18,3	5.aa		36 parcelas mensais	09/06/2009	11,9
Total							185,9

Banco Santander S.A.

Entre junho e outubro de 2005, a Emissora emitiu a favor do Banco Santander Brasil S.A. diversas cédulas de crédito bancário destinadas ao pré-pagamento de dívidas de maior custo, no valor total de R\$49,9 milhões. Sobre o principal dessas cédulas incidirão juros compreendendo a variação de CDI mais *spread* de 1,7% a.a. O vencimento dessas cédulas está previsto para oito anos, sendo a amortização da dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, no período de 2010 a 2013. Estas cédulas possuem hipóteses usuais de vencimento antecipado e têm como avalista a CEMIG. O saldo devedor destas cédulas, em 30 de junho de 2006, era de R\$50,3 milhões.

Unibanco

Entre junho e agosto de 2005, a Emissora firmou com o Unibanco diversos contratos de empréstimo destinados à rolagem da dívida, no valor total de R\$130,2 milhões. Os termos e condições desses contratos são os mesmos. Sobre o valor principal desses contratos incidirão juros compreendendo a variação de CDI mais *spread* de 1,7% a.a. O vencimento desses contratos está previsto para oito anos, sendo a amortização de dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, no período de 2010 a 2013. O saldo devedor destes empréstimos, em 30 de junho de 2006, era de R\$118,4 milhões. A relação dos contratos é apresentada a seguir:

Nº do Contrato	Data da Assinatura	Valor na Contratação (em RS milhões)	Saldo Devedor em 30 de junho de 2006 (em RS milhões)
1354815344	03.06.2005	2,4	2,4
1355147044	08.06.2005	1,6	1,6
1356218844	17.06.2005	1,7	1,8
1356880544	23.06.2005	4,3	4,3
1357236944	27.06.2005	9,9	10,0
044357654-3	30.06.2005	21,5	21,5
044.358004-0	04.07.2005	2,8	2,8
733	26.08.2005	85,9	96,5
Total		130,2	140,9

Para informações a respeito de outros contratos celebrados pela CEMIG vide Seção “Operações com Partes Relacionadas” deste Prospecto.

CONTRATOS FINANCEIROS RELEVANTES DA CEMIG

Unibanco

Em 03 de junho de 2005, a CEMIG firmou com o Unibanco contrato de empréstimo destinado à liquidação antecipada do contrato de compra e venda de ações da Sá Carvalho S.A. Sobre o principal incidirão juros compreendendo a variação de CDI mais *spread* de 1,7% a.a. O vencimento final está previsto para oito anos sendo a amortização de dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 2010 a última em 2013. O saldo devedor deste empréstimo, em 30 de junho de 2006, era de R\$74,7 milhões.

Contrato CRC

Até 1993, o marco regulatório do setor elétrico, a que estavam sujeitas as concessionárias de energia do país, estabelecia o regime de equalização tarifária, ou seja, tarifas uniformes para todo o país, onde a União garantia às concessionárias uma remuneração mínima legal entre 10% e 12% sobre seus investimentos. Para implantação deste regime, foi criada a Conta de Resultados a Compensar – CRC, que tinha como objetivo registrar nas empresas a insuficiência de remuneração gerada pela defasagem nos níveis tarifários estabelecidos pelo Governo Federal. Com a extinção desse regime, o Tesouro Nacional realizou um encontro de contas, empresa por empresa, entre o saldo líquido da CRC e as dívidas que cada empresa podia compensar junto ao Governo Federal e junto ao sistema Eletrobrás. A CEMIG, por ser uma concessionária adimplente com o setor e com o Governo Federal, após todas as compensações permitidas pela Lei 8727/93, ficou com um saldo positivo no valor de, aproximadamente, US\$665 milhões.

Este saldo credor remanescente da CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, por meio do Contrato CRC, de acordo com a Lei nº 8.724/93, celebrado em 31 de maio de 1995, conforme aditado em 24 de fevereiro de 2001, 14 de outubro de 2002, 24 de outubro de 2002 e 23 de janeiro de 2006.

O quarto aditivo ao Contrato CRC estabeleceu a atualização monetária pela variação do IGP-DI e juros de 8,18% ao ano e a retenção, pela CEMIG, dos dividendos devidos ao Governo do Estado até o montante de 65%. Caso o valor dos dividendos retidos não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda a retenção poderá ser superior a 65%. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso; (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre; (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e (iv) amortização do saldo devedor.

O Governo do Estado amortizará o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimentos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$29,4 milhões e a 61ª no valor de R\$76,5 milhões, a valores de 31 de dezembro de 2004.

Ademais, excepcionalmente em 2006, R\$30,0 milhões dos dividendos retidos serão utilizados para aquisição, pelo Governo do Estado, de debêntures da CEMIG emitidas em conexão com a construção da usina de Irapé.

CONTRATOS FINANCEIROS RELEVANTES DA CEMIG GT

Contratos em Moeda Estrangeira

Segue abaixo breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da CEMIG GT, em 30 de junho de 2006:

Banco do Brasil – Abertura de Crédito

Em 23 de dezembro de 2004, a CEMIG celebrou com o Banco do Brasil S.A., um contrato de abertura de crédito no valor de R\$100,0 milhões, correspondente a JPY3.878.825.492,00. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, o saldo devedor desse contrato foi totalmente alocado na CEMIG GT por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a CEMIG GT, a CEMIG e o Banco do Brasil S.A., em 11 de abril de 2005. O principal será pago em uma parcela única, com vencimento em 22 de dezembro de 2009. O saldo devedor deste contrato será vinculado ao iene e sobre ele incidirão juros e comissão à taxa de 3,9% ao ano. Foi emitida nota promissória pela CEMIG no valor total do contrato. Este contrato possui hipóteses de vencimento antecipado usuais para este tipo de operação. O saldo devedor deste empréstimo, em 30 de junho de 2006, era de R\$74,9 milhões.

Unibanco

Em 15 de outubro e 23 de dezembro de 2004, a CEMIG e o Unibanco firmaram dois contratos de repasse de empréstimo externo, na modalidade de *Fixed Rate Notes* destinados a rolagem de dívida, no valor total de R\$72,1 milhões. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, o saldo devedor desse contrato foi alocado na CEMIG GT por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a CEMIG GT, a CEMIG e o Unibanco. O valor do principal deste contrato deverá ser pago em uma parcela única ao final do contrato e sobre o saldo devedor incidirão variação cambial mais juros de 6,5% a.a. Este contrato é garantido por nota promissória avalizada pela CEMIG. O saldo devedor desses empréstimos, em 30 de junho de 2006 era de R\$57,4 milhões.

Contratos em Moeda Nacional

Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da CEMIG GT, em 30 de junho de 2006:

Credit Suisse First Boston S.A.

Em 15 de outubro, 29 de outubro e 1º de novembro de 2004, a CEMIG emitiu a favor do Banco Credit Suisse First Boston diversas cédulas de crédito bancário, no valor total de R\$66,0 milhões, conforme descrito acima no Item “Contratos Relevantes da Emissora”. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, 65,27% do saldo devedor desses contratos foram alocados na CEMIG GT por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a Emissora, a CEMIG e a CEMIG GT, em 27 de dezembro de 2004. O saldo devedor dessas cédulas de crédito bancário, em 30 de junho de 2006, era de R\$43,2 milhões.

Credit Suisse First Boston

A CEMIG GT emitiu em 22 de abril de 2005, a favor do Banco Credit Suisse First Boston diversas Cédulas de Crédito Bancário totalizando R\$75,0 milhões, com vencimento previsto para 22 de abril de 2010. Sobre o saldo devedor incidirão juros mensais de 106% da variação do CDI. Foi associado a essa operação uma operação de Swap de duplo indexador, alterando o custo para variação cambial + 0% ou 48% da variação do CDI, o que for maior. O saldo devedor dessas cédulas, em 30 de junho de 2006, era de R\$75,3 milhões.

Banco do Brasil

Em 11 de novembro e 7 de dezembro de 2004, a CEMIG e o Banco do Brasil S.A. firmaram dois contratos de empréstimo destinados à rolagem de dívida no valor de R\$104,8 e R\$14,0 milhões, respectivamente, conforme descrito acima no Item “Contratos Relevantes da Emissora”. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, 52,7% do saldo devedor desses contratos foram alocados na CEMIG GT por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a Emissora, a CEMIG, a CEMIG GT e o Banco do Brasil S.A., em 11 de abril de 2005. O saldo devedor desses empréstimos, em 30 de junho de 2006, era de R\$69,7 milhões.

Banco do Brasil

Em 15 de junho, 21 de julho, 26 de agosto, 22 de setembro, 17 e 31 de outubro e 30 de novembro de 2005, a CEMIG GT e o Banco do Brasil S.A. firmaram 7 contratos de empréstimo destinados à rolagem de dívida, no valor total de R\$89,3 milhões. Os termos e condições desses contratos são os mesmos. Sobre o valor principal incidirão variação do CDI mais *spread* de 1,7% a.a. O prazo total desses contratos é de oito anos, sendo a amortização da dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, no período de 2010 a 2013. Por meio destes contratos a CEMIG obrigou-se como devedora solidária, bem como avalista da nota promissória. O saldo devedor desses empréstimos, em 30 de junho de 2006, era de R\$97,4 milhões.

Banco do Brasil

Em 2 de maio de 2005, a CEMIG GT e o Banco do Brasil S.A. firmaram um contrato de abertura de crédito fixo no valor de R\$30,0 milhões, com vencimento previsto para 21 de março de 2013. Sobre o valor principal, incidirão juros de 107,6% da variação do CDI. Este contrato possui hipóteses usuais de vencimento antecipado e tem como devedor solidário a CEMIG. Por meio deste contrato a CEMIG obrigou-se como devedora solidária, bem como avalista da nota promissória. O saldo devedor desse contrato, em 30 de junho de 2006, era de R\$30,8 milhões.

Banco Itaú BBA

Em 20 de outubro de 2004, a CEMIG emitiu, a favor do Banco Itaú BBA, uma cédula de crédito bancário, no valor de R\$100,0 milhões, com vencimento em 08 de outubro de 2008. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, 89,56% do saldo devedor desse contrato foi alocado na CEMIG GT por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a Emissora, a CEMIG, a CEMIG GT e o Banco Itaú S.A., em 10 de janeiro de 2005. Sobre o valor principal desta cédula de crédito bancário incidirão juros de 100% do CDI mais *spread* de 2% a.a., calculados de forma exponencial *pro-rata temporis* com base em um ano de 360 dias. Esta cédula possui hipóteses usuais de vencimento antecipado. Adicionalmente, a CEMIG GT obrigou-se a manter os seguintes índices financeiros: (i) LAJIDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 2,8; (ii) Endividamento Total/Capitalização Total menor ou igual a 53%; (iii) Endividamento Total/LAJIDA menor ou igual a 3,36; (iv) Despesas de Capital/LAJIDA menor ou igual a 60%; e (v) Dívida de Curto Prazo/LAJIDA menor ou igual a 90%. Através do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações a CEMIG obrigou-se como avalista desta cédula até a liquidação de suas obrigações. O Banco Itaú em 31 de outubro de 2005 desmembrou a CCB em 6 novas CCBs, duas das quais cedeu ao HSBC Bank Brasil – Banco Múltiplo. A CCB emitida pela CEMIG GT foi de R\$49.560.000,00, cujo saldo em 30 de junho de 2006 era de R\$49,6 milhões. *Itaú BBA*

Entre junho e dezembro de 2005, a CEMIG GT emitiu a favor do Banco Itaú BBA 16 cédulas de crédito bancário destinadas à rolagem de dívida, no valor total de R\$168,4 milhões. Os termos e condições dessas cédulas são os mesmos. Sobre o valor principal incidirão juros compreendendo a variação do CDI mais *spread* de 1,7% a.a. O vencimento dessas cédulas está previsto para oito anos, sendo a amortização da dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, no período de 2010 a 2013. Estas cédulas possuem hipóteses usuais de vencimento antecipado. Adicionalmente, a CEMIG GT obrigou-se a manter os seguintes índices financeiros: (i) LAJIDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 2,8; (ii) Endividamento Total/Capitalização Total menor ou igual a 53%; (iii) Endividamento Total/LAJIDA menor ou igual a 3,36; (iv) Despesas de Capital/LAJIDA menor ou igual a 60%; e (v) Dívida de Curto Prazo/LAJIDA menor ou igual a 90%. O saldo devedor desses empréstimos, em 30 de junho de 2006, era de R\$188,6 milhões.

BNDES

Em 07 de fevereiro de 2003, a CEMIG celebrou um Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, com o BNDES e interveniência da ANEEL e do Banco Itaú S.A., por meio do qual, no âmbito do programa emergencial e excepcional de apoio financeiro às concessionárias de serviços públicos de geração de energia elétrica e produtores independentes de energia elétrica, o BNDES abriu à CEMIG um crédito no valor de R\$396,7 milhões. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, este contrato foi alocado na CEMIG GT por meio de Aditivo ao Contrato de Financiamento celebrado entre a CEMIG GT, a CEMIG e o BNDES, com intervebiência da ANEEL e do Citibank, em 18 de janeiro de 2005. O crédito tem como destino o suprimento de parte da insuficiência de recursos da CEMIG decorrente da obrigatoriedade de pagamento de energia livre a ela alocada durante a vigência do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica. Sobre o principal da dívida incidirão juros à taxa de 1% ao ano, acima da SELIC, a título de *spread*, que serão pagos juntamente com as prestações do principal. O principal da dívida deve ser pago em 60 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de março de 2003 e a última em 15 de fevereiro de 2008. Este contrato é garantido por meio de vinculação de receitas, ademais, este contato apresenta hipóteses usuais de vencimento antecipado. O saldo devedor deste empréstimo, em 30 de junho de 2006, era de R\$150,1 milhões.

BNDES

Em 01 de julho de 2003, a CEMIG celebrou um Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, com o BNDES e interveniência da ANEEL e da Caixa Econômica Federal, por meio do qual, no âmbito do programa emergencial e excepcional de apoio financeiro às concessionárias de serviços públicos de geração de energia elétrica e produtores independentes de energia elétrica, o BNDES abriu à CEMIG um crédito no valor de R\$176,5 milhões. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, este contrato foi alocado na CEMIG GT por meio de Aditivo ao Contrato de Financiamento celebrado entre a CEMIG GT, a CEMIG e o BNDES, com interveniência da ANEEL e do Citibank, em 18 de janeiro de 2005. O crédito tem como destino o suprimento de parte da insuficiência de recursos da CEMIG decorrente da obrigatoriedade de pagamento de energia livre a ela alocada durante a vigência do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica. Sobre o principal da dívida incidirão juros à taxa de 1% ao ano, acima da SELIC, a título de spread, que serão pagos juntamente com as prestações do principal. Este contrato cancela o saldo não utilizado de R\$61,3 milhões, relativo ao contrato de financiamento mediante abertura de crédito descrito acima. O principal da dívida deve ser pago em 55 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de agosto de 2003 e a última em 15 de fevereiro de 2008. Este contrato é garantido por meio de vinculação de receitas, ademais, este contato apresenta hipóteses usuais de vencimento antecipado. O saldo devedor deste empréstimo, em 30 de junho de 2006, era de R\$83,4 milhões.

Unibanco

Em 2 de julho de 2003, a CEMIG e Unibanco celebraram um contrato de promessa de concessão de empréstimo no valor de R\$100,0 milhões, aditado em 26 de junho e 25 de outubro de 2004, com vencimento previsto para 29 de setembro de 2009, com o valor de R\$104,1 milhões. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, este contrato foi alocado na CEMIG GT por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a CEMIG GT, a CEMIG e o Unibanco. Através deste Instrumento a CEMIG obrigou-se como fiadora mercantil do contrato. Sobre o principal incidirão juros compreendendo a variação do CDI mais spread de 2,98% a.a. O saldo devedor deste empréstimo, em 30 de junho de 2006, era de R\$107,4 milhões.

Unibanco

Entre junho e agosto de 2005, a CEMIG GT firmou com o Unibanco diversos contratos de empréstimo destinados à rolagem da dívida, no valor total de R\$99,2 milhões. Os termos e condições desses contratos são os mesmos. Sobre o valor principal desses contratos incidirão juros compreendendo a variação de CDI mais *spread* de 1,7% a.a. O vencimento desses contratos está previsto para oito anos, sendo a amortização de dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, no período de 2010 a 2013. O saldo devedor destes empréstimos, em 30 de junho de 2006, era de R\$199,9 milhões.

Banco Votorantim S.A.

Em dezembro de 2004, a CEMIG e o Banco Votorantim S.A. firmaram quatro contratos de mútuo, destinados à rolagem de dívida, totalizando R\$54,3 milhões, onforme descrito acima. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, 45,77% do saldo devedor desses contratos foram alocados na CEMIG GT por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a Emissora, a CEMIG e a CEMIG GT, em 03 de janeiro de 2005. O saldo devedor dessas cédulas de crédito bancário, em 30 de junho de 2006, era de R\$25,1 milhões.

Bradesco

Entre junho e dezembro de 2005, a CEMIG GT firmou com o Bradesco S.A. diversos contratos de empréstimo destinados a rolagem de dívida, no valor de R\$136,4 milhões. Os termos e condições desses contratos são os mesmos. Sobre o valor principal incidirão juros compreendendo a variação do CDI mais *spread* de 1,7% a.a. O vencimento desses contratos está previsto para oito anos, sendo a amortização da dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, no período de 2010 a 2013. Por meio deste contrato a CEMIG obrigou-se como devedora solidária, bem como avalista da nota promissória. O saldo devedor desses empréstimos, em 30 de junho de 2006, era de R\$152,2 milhões.

Eletróbrás

A CEMIG firmou diversos contratos de financiamento com a Eletróbrás no período de 1992 a 1994, destinados ao financiamento da construção de usinas hidrelétricas, ampliação de sua rede de transmissão. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, a totalidade do saldo devedor desses contratos foram alocados na CEMIG GT por meio de aditivos aos contratos de financiamento celebrados entre a CEMIG GT e a CEMIG. Os contratos são garantidos por meio de vinculação de receitas da própria CEMIG GT. Os termos dos referidos contratos variam somente quanto ao valor do financiamento, a taxa de juros contratada e o prazo de pagamento. O saldo devedor desses empréstimos, em 30 de junho de 2006, era de R\$88,2 milhões.

CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS DA EMISSORA

Em decorrência do processo de desverticalização, parte dos processos abaixo foram transferidos para a Emissora, que figura como parte perante os órgãos judiciais, administrativos e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

A substituição processual vem acontecendo gradativamente, através do deferimento desses pedidos pelo poder judiciário, e à medida em que se faz necessário, a exemplo de efetivação de depósitos judiciais, recursos e pagamento de honorários e outros.

Devedora	<i>(em Reais)</i> Valores em 30 de junho de 2006
Tributário- Judicial	883.775,27
Responsabilidade Civil e Relações de Consumo - Judicial	18.164.776,92
Regulatório - Judicial	5.838.308,81
Trabalhistas	8.164.365,95
Tributário – Processos Administrativos	75.405.584,97
Regulatório - Processos Administrativos	2.772.767,03
TOTAL	111.229.578,95

O valor provisionado em 30 de junho de 2006 para contingências das ações cuja expectativa de perda seja considerada provável, é de R\$6,5 milhões referente às contingências trabalhistas.

Apresentamos, a seguir, o detalhamento relativo às contingências jurídicas demonstradas:

Tributário

O Processo nº 002405657039-3, onde a Emissora, a CEMIG e a CEMIG GT figuram como partes, tem por objeto a anulação dos lançamentos dos créditos tributários pelo Município de BH, relativos ao IPTU sobre bens afetos à concessão, bem como restituição dos valores pagos e não prescritos, com pedido de antecipação de tutela, cujo valor contingenciado em 30 de junho de 2006 é de R\$4,4 milhões. A Emissora é responsável por 20% do valor envolvido, o que corresponde a R\$0,884 milhões, cuja contingência de perda avaliada como ‘possível’. Para este processo não foi constituída provisão.

Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores ajuizaram ações cíveis contra a Emissora, em litígios relacionados ao curso normal de suas operações. O convencimento da Emissora é no sentido de que a tese defendida é adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes nestas questões que passem a ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Emissora. Em 30 de junho de 2006, o valor total envolvido era de 18,2 milhões. A contingência de perda nessas demandas é avaliada como “remota” em duas delas, e “possível” em uma outra.

Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade. O valor total estimado dessas reclamações é de R\$8,2 milhões em 30 de junho de 2006. A Emissora estima o valor provisionado com base na natureza dos grupos de questionamento e em decisões judiciais recentes. Para estas reclamações foi constituída provisão no valor de R\$ 6,5 milhões.

CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS DA GARANTIDORA

A CEMIG Consolidada, que neste caso inclui também a Emissora, figura como parte ré ou autora em processos judiciais e administrativos, de natureza tributária, trabalhista, cível e outras, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Devedora	<i>(em Reais)</i> Posição em 30 de junho de 2006
Tributário- Judicial	530.789.150,30
Responsabilidade Civil e Relações de Consumo - Judicial	280.229.864,55
Regulatório - Judicial	6.676.648.823,05
Ambiental – Judicial	5.090.132,38
Cível Previdenciário – Judicial	3.269.153,79
Cível Administrativo – Judicial	159.896.274,21
Trabalhistas	162.836.049,31
Tributário – Autuações - Administrativos	525.619.495,51
Ambiental – Autuações - Administrativos	8.232.760,35
Regulatório – Autuações e outras - Administrativos	219.432.675,03
TOTAL CEMIG DEVEDORA	8.572.044.378,48

O detalhamento acerca da provisão constituída, encontra-se na tabela a seguir:

	<i>(em Reais)</i> Valor da Provisão Acumulada Em 30 de junho de 2006
Trabalhistas	
Diversos	130.268.839,45
Cíveis	
Danos Pessoais	28.478.367,29
Majoração Tarifária	124.027.397,34
Outras	47.941.822,03
Total - Cíveis	200.447.586,66
Fiscais	
FINSOCIAL	21.242.517,60
Impostos e Contribuições - Exigibilidade Suspensa	39.873.691,49
Outras	4.875.305,91
Total - Fiscais	65.991.515,00
Regulatórios	
Processos Administrativos da ANEEL	8.571.128,08
Total	405.279.069,19

Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores industriais ajuizaram ações contra a CEMIG, no valor de aproximadamente 474,2 milhões, objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG provisionou o valor de R\$124 milhões, baseando-se no levantamento efetuado, em junho de 2006, a partir dos valores faturados no período questionado e com base em decisões judiciais recentes.

Contribuição Social incidente sobre Correção Monetária Complementar

A CEMIG deduziu quotas de depreciação, amortização e baixas da correção monetária complementar do imobilizado para fins de cálculo da Contribuição Social até 31 de dezembro de 2004. O montante estimado do risco, não foi constituída provisão, uma vez que a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para obtenção de êxito na demanda.

Finsocial

Em 13/09/1990, a CEMIG ajuizou Ação Declaratória Negativa cumulada com Repetição de Indébito em face da União Federal, Processo nº 90.000.087778-3, visando o reconhecimento da inconstitucionalidade dos dispositivos que autorizavam a cobrança do extinto Finsocial, notadamente as sucessivas majorações de suas alíquotas, que de 0,5% chegou a 2%, bem como a restituição do valor de Cr\$541.496.445,38 (valor histórico) pago indevidamente pela CEMIG à União. Os valores então questionados foram depositados em juízo, mensalmente, com observância das alíquotas de 1,2% e 2,0%, no período compreendido entre set/90 a mar/92. A CEMIG não obteve êxito na ação, nos termos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.

O processo se encontra em fase de execução de sentença, o qual foi convertido em Processo de Execução, autuado sob o número 2001.38.00.009612-6, oportunidade em que os depósitos foram convertidos em renda da União (valor aproximado de R\$166,0 milhões), bem como iniciada a cobrança de honorários advocatícios de sucumbência, no valor de R\$2,6 milhões (valor atualizado/GPJuri).

O Mandado de Segurança – Processo nº 1999.38.001880-4, refere-se a autuação relativa à exclusão do ICMS da base de cálculo do extinto FINSOCIAL. A CEMIG efetuou depósitos relativos ao FINSOCIAL, nos autos Ação Declaratória, sem, contudo, incluir na sua base de cálculo o ICMS, sendo que, posteriormente, a Jurisprudência veio a reconhecer que tal inclusão era legítima. A CEMIG obteve liminar para não recolher os valores, cujo montante atualizado é de R\$20,7 milhões (GPJuri). A CEMIG não obteve êxito. O Processo se encontra em grau de recurso no Superior Tribunal de Justiça.

Não se conformando com o acórdão proferido nos autos da Ação Declaratória, a CEMIG ingressou com Ação Rescisória na qual tenta rescindir o citado acórdão, Processo nº 2001.01.00.033224-5. Nos termos da Lei Processual Civil, para garantia da Instância, efetuou depósito prévio no valor de R\$1,2 milhões (Valor atualizado/GPJuri). A ação foi julgada parcialmente procedente e aguarda julgamento de recurso no Superior Tribunal de Justiça. O Valor provisionado pela CEMIG nesta ação é de R\$21,2 milhões. A contingência de perda nessa demanda é avaliada como provável.

Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade. O valor total estimado dessas reclamações é de R\$162,8 milhões em 30 de junho de 2006. A CEMIG provisionou o valor de R\$130,3 milhões com base na natureza dos grupos de questionamento e em decisões judiciais recentes.

Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A constituição da provisão de R\$39,9 milhões refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa da CSLL paga desde janeiro de 1998 até setembro de 2005. A CEMIG obteve decisão favorável, a qual confirmou liminar que lhe foi concedida pelo Juiz da 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo, até o julgamento final do processo. A União Federal interpôs recurso contra a decisão, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A contingência de perda nessa demanda é avaliada como provável.

Outros

Outros passivos contingentes provisionados referem-se a questionamentos envolvendo o Governo Federal, sobre a discussão da constitucionalidade de certos tributos federais e outras reclamações, consideradas normais ao curso das operações.

Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG discute em juízo outras ações cuja contingência de perda é avaliada como possível ou remota, conforme detalhado a seguir:

Imposto de Renda/Contribuição Social – Dívida FORLUZ

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$289, milhões, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, no montante histórico de R\$26,6 milhões. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 30 de junho de 2006, de R\$248,5 milhões. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Desta forma, não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

COFINS

A CEMIG iniciou questionamentos com relação ao pagamento da COFINS em 1992. Devido à sentença judicial desfavorável, a CEMIG pagou, em 30 de julho de 1999, o montante de R\$239,27 milhões. O Governo Federal requer a cobrança da COFINS, no montante de R\$248,5 milhões, valor atualizado em 30 de junho de 2006, embora a CEMIG tenha sido anistiada do encargo. A CEMIG está contestando a ação, cuja contingência de perda é avaliada como 'remota', razão pela qual não foi constituída provisão, uma vez que a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para obtenção de êxito na demanda.

Taxa de Ocupação do Solo

Alguns Municípios do Estado de Minas Gerais estão exigindo da CEMIG o pagamento da Taxa de Ocupação do Solo (taxa cobrada por Municípios pela instalação de postes e redes logradouros públicos e preço público pelo uso de vias públicas) Existem duas ações judiciais e um processo administrativo relacionados a essa questão com um valor total aproximado de R\$16,3 milhões. Não foi contabilizada provisão relacionada a essas demandas, uma vez que a Companhia acredita que possui argumentos de mérito para obtenção de êxito nas demandas e avalia a contingência de perda nestas ações como 'remota'.

ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais ajuizou execuções fiscais contra a CEMIG pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD, relativo às doações que foram feitas à CEMIG a título de Participação do Consumidor, no montante de R\$112,5 milhões. Não foi constituída provisão, uma vez que a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para obtenção de êxito na demanda, cuja contingência de perda é avaliada como ‘possível’.

ICMS

A Secretaria de Fazenda Estadual – SEG/MG lavrou auto de infração contra a CEMIG, em 2005, no valor de R\$53,0 milhões, atualizado em 30 de junho de 2006, por entender que houve transferência indevida de crédito de ICMS, para a CEMIG, por consumidor industrial (RIMA), para quitação de nota fiscal/conta de energia elétrica e do próprio ICMS. A CEMIG apresentou impugnação, em tempo hábil, sendo que o Conselho de Contribuintes decidiu pela procedência do lançamento tributário. O processo administrativo encontra-se extinto.

Recentemente, a CEMIG ajuizou ação ordinária com pedido de antecipação de tutela, para discutir a matéria em apreço.

O Juízo de 1ª instância concedeu a antecipação de tutela, uma vez vislumbrado presentes os requisitos ensejadores da medida antecipatória, in casu, a verossimilhança das alegações da CEMIG, tendo em vista a documentação juntada nos autos, demonstrando que a CEMIG cumpria determinação judicial, bem como a duplicidade na cobrança (os mesmos valores estão sendo cobrados também da RIMA).

Não foi constituída provisão, uma vez que a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para obtenção de êxito na demanda, cuja contingência de perda é avaliada como ‘remota’.

Processos Administrativos da ANEEL

A CEMIG foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas, no valor total de R\$219,4 milhões, pela transgressão de índices de qualidade no atendimento aos consumidores e outras matérias. A CEMIG recorreu, na esfera administrativa, contra as multas impostas, não obtendo êxito e, ingressando logo em seguida com ação judicial, rito ordinário, sendo deferida a antecipação parcial dos efeitos da tutela mediante depósito da quantia discutida (integralidade da multa imposta), determinando que a ANEEL se abstenha de inserir o nome da CEMIG em cadastros de inadimplentes.

CRC

Após a conclusão do Processo Administrativo ANEEL nº 48500.000.880/98, em que se discutiu a pretensão da ANEEL de devolução de parte dos créditos da Conta de Resultados a Compensar - CRC, recebidos em 1994 pela CEMIG, a Secretaria do Tesouro Nacional-STN notificou em definitivo a CEMIG, em 09 de janeiro de 2004, para ressarcir a União, até 30 de janeiro de 2004, o montante de R\$516,20 milhões, correspondente a 137,00 milhões de UFIR, corrigidos pela Taxa Selic desde 1997, sob pena de inscrição no CADIN e na Dívida Ativa da União.

Em 09 de setembro de 2004 a STN inscreveu a CEMIG no CADIN, e a CEMIG, em 15 de março de 2004, impetrou Mandado de Segurança junto à Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, autuado sob o número 2004.34.0000.8807-0, para discutir a legalidade da cobrança e suspender a inscrição da CEMIG no CADIN. A liminar foi concedida parcialmente, determinando a suspensão da inscrição apenas até o dia 24 de março de 2004, por falha no procedimento de notificação da STN.

Contra a decisão, a CEMIG interpôs Agravo de Instrumento junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, requerendo a concessão de liminar para suspender a inscrição no CADIN e a inscrição na Dívida Ativa da União, até julgamento do mérito da ação, tendo sido concedida a liminar acatando integralmente o pedido da CEMIG. Todavia, esse Agravo foi julgado prejudicado, cessando-se a liminar, em razão da sentença proferida no respectivo Mandado de Segurança, por meio da qual foi denegada a segurança.

Em face da mencionada decisão proferida Mandado de Segurança, a CEMIG interpôs Recurso de Apelação, que foi recebido no efeito devolutivo apenas. Recebidos no TRF, os respectivo autos encontram-se conclusos com o Relator para inclusão em pauta.

A fim de obter o efeito suspensivo no mencionado Recurso, a CEMIG propôs uma Ação Cautelar junto ao TRF sob o nº 20050100012858-4, cuja liminar foi deferida, suspendendo, assim, os efeitos da inclusão da CEMIG no CADIN, bem como a inscrição do débito na Dívida Ativa da União, até o julgamento final da Apelação no Mandado de Segurança em questão.

Contra esta decisão a STN interpôs Agravo Regimental pendente de julgamento.

Considerando a atual fase processual, a contingência de perda dessa demanda foi reavaliada e é considerada 'possível', mas não considerou-se necessário constituir provisão.

Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e o promotor público do Estado de Minas Gerais ajuizaram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela CEMIG. O montante envolvido nestas reclamações está sendo levantado, à medida do possível, mas não há como estimá-lo até o momento. A contingência de perda nessas demandas é avaliada como 'possível'.

A CEMIG, possui algumas Ações Civil Pública ajuizadas contra ela, dentre elas destacam-se duas que visam declarar o abuso do reajuste de tarifas de energia elétrica, em dezembro de 2001 e abril de 2004, com valores contingenciados de R\$2,06 milhões e R\$1,40 milhões, respectivamente, porém a possibilidade de perda é 'remota'.

Ademais foram ajuizadas diversas ações por consumidores, pleiteando a restituição dos valores pagos nas faturas de energia elétrica relativas às Portarias 38/86 e 45/86, que teriam afrontado o congelamento de preços determinado pelos Decretos-Leis 2.283/86 e 2.284/86 .

Dentre elas, a mais relevante trata-se de uma Execução da Sentença, promovido pela Rima Industrial S/A, iniciada em 06 de junho de 2005, no âmbito da Ação de Repetição de Indébito nº 002498144031-6, com valor contingenciado de R\$342, milhões, valor este obtido a partir de cálculos que consideram juros de mora de 2%, além da correção monetária pela TR, o que majorou significativamente o valor envolvido. A CEMIG, por discordar totalmente desses cálculos, deu início, em 13 de maio de 2005, à Liquidação da Sentença, a fim de manter o valor inicial atualizado de R\$5,00 milhões, tendo em vista a discussão de valores a possibilidade de perda é 'possível'.

A CEMIG é ré em processo questionando a cobrança da Contribuição de Iluminação Pública - CIP. A CEMIG acredita ter argumentos de mérito para obtenção de êxito na demanda, cuja contingência de perda é avaliada como 'possível', razão pela qual não foi constituída provisão.

A CEMIG é ré em alguns processos contestando o Encargo de Capacidade Emergencial. A CEMIG coleta o Encargo de Capacidade Emergencial dos seus consumidores em nome da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, responsável pelo suprimento de energia no caso de deficiências futuras. Não é possível, no momento, estimar o montante envolvido nestas reclamações. Não foi constituída provisão, uma vez que a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para obtenção de êxito nessas ações, cuja contingência de perda é avaliada como 'remota'

A CEMIG está sendo questionada, juntamente à Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, Comercial e Agrícola Paineiras e Companhia Mineira de Metais, por meio de ação movida pelos cidadãos do Estado de Minas Gerais. A ação tem por objetivo anular as licenças ambientais concedidas para as usinas hidrelétricas de Capim Branco I e Capim Branco II. A CEMIG acredita ter argumentos de mérito para obtenção de êxito na demanda, cuja contingência de perda é avaliada como 'possível'.

A CEMIG está sendo questionada, juntamente à CVRD, através de ação movida pelos cidadãos do Estado de Minas Gerais, que tem por objeto anular a licença ambiental concedida para a Usina Hidrelétrica de Aimorés, bem como a respectiva concessão. A CEMIG acredita ter argumentos de mérito para obtenção de êxito na demanda, cuja contingência de perda é avaliada como 'remota'.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como autoras ou rés, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração da CEMIG acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que passam a ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da CEMIG.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Emissora possui diversas operações com a CEMIG, a CEMIG GT, e seu acionista controlador, o Estado de Minas Gerais. A tabela abaixo apresenta os saldos e operações com partes relacionadas mais relevantes das Emissora, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006:

Empresas	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
CEMIG				
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	677.251	-	(65.811)
Obrigações com Coligadas e Controladas ou Controladoras e Outros	7.974	8.937	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	-	(32.201)
Outros	22	1.267	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais				
Consumidores e Revendedores	2.170	-	27.535	-
Tributos – ICMS	1.625	192.943	(952.592)	-
Tributos Compensáveis ICMS	172.754	-	-	-
Consumidores e Revendedores – Não Circulante	40.392	-	-	-
FORLUZ				
Obrigações Pós-Emprego – Circulante	-	89.558	-	(54.315)
Obrigações Pós-Emprego – Não Circulante	-	928.780	-	-
Despesa com Pessoal	-	-	-	(19.778)
Custeio Administrativo	-	-	-	(3.776)
Outros	-	10.377	-	-
OUTROS	6.403	-	-	-

Segue abaixo descrição dos principais contratos celebrados entre a Emissora e partes relacionadas.

Infovias

Em 20 de dezembro de 2000, a CEMIG celebrou com a Infovias um Contrato de Prestação de Serviços cujo objeto é a prestação, pela CEMIG, dos serviços de gerência e manutenção, compreendendo a gerência da rede de Multi-Serviços, a gerência da rede de acesso de telecomunicações, a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos dos headends e hubs, a manutenção corretiva dos equipamentos da rede de acesso, a manutenção preventiva dos equipamentos de energia dedicados à rede de acesso, a manutenção preventiva e corretiva das redes de supervisão principal e back-up, e a manutenção preventiva e gerenciamento da manutenção corretiva dos equipamentos de ar condicionado instalados no centro de gerência de rede e nos demais headends instalados nas localidades. O valor mensal do contrato é de R\$207.978,70 e a vigência do contrato é de 3 anos, podendo ser prorrogado por igual período. Com o advento da desverticalização, esse contrato foi cedido para a Emissora em 01 de março de 2005.

Em 05 de novembro de 2001, a Infovias celebrou com a CEMIG um Contrato de Compra de Capacidade de Transporte de Sinais de Telecomunicação em Circuito Especializado e um aditamento a este. O objeto deste contrato é a prestação pela Infovias à CEMIG de serviços de telecomunicações limitado especializado, que consiste no fornecimento de acesso à rede da Infovias e serviços de valor adicionado. Os serviços serão contratados caso a caso, por meio de ordens de serviço, a qual deverá conter as características de cada serviço, incluindo o prazo de duração. A Infovias emitirá mensalmente faturas com base nas referidas ordens de serviço. Este contrato tem vigência até 5 de novembro de 2006 e tem valor de R\$29.607.360,00. Em 01 janeiro de 2005, 80% deste contrato foi cedido para a Emissora em caráter irrevogável e irretroatável.

FORLUZ

A Emissora é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes e beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A partir de 1º de janeiro de 2005, com a desverticalização da CEMIG, os planos de previdência da FORLUZ passaram a ser patrocinados pela Emissora através de uma participação percentual nos ativos e obrigações do plano, no percentual de 72,45%, determinado em função da alocação dos empregados na Emissora em dezembro de 2004.

A Emissora mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Em 01 de março de 2004 foi celebrado contrato entre a Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ e a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, com o objetivo de locação do imóvel de propriedade da FORLUZ, situado na Avenida Barbacena n.º 1200, bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, com prazo de 12 meses, prorrogável por 60 (sessenta) meses, com valor anual de R\$6,8 milhões. Em 01 de janeiro de 2005 foi assinado Termo de Cessão transferindo para a Emissora 53% de todos os direitos e obrigações decorrentes desse contrato. Em 01 de março de 2005, foi lavrado Termo aditivo, ficando a Emissora responsável pelo desembolso mensal de R\$326.449,00, e alterou-se a vigência do contrato para 24 (vinte e quatro) meses podendo ser prorrogado por mais 36(trinta e seis), no limite máximo de 60 (sessenta) meses. Em 01 de março de 2006 foi lavrado novo Termo aditivo, ficando a Emissora responsável pelo desembolso mensal de R\$346.166,80, e alterou-se a vigência do contrato para 36 (trinta e seis) meses podendo ser prorrogado por mais 24 (vinte e quatro) meses, no limite máximo de 60 (sessenta) meses.

Compra de Energia Elétrica

Em 24 de agosto de 2001, a CEMIG firmou com a Ponte de Pedra Energética S.A. um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com prazo de 20 anos, por meio do qual a "Ponte de Pedra" fornecerá a totalidade da energia assegurada do AHE Ponte de Pedra, abatidas as perdas da rede básica. Para o ano de 2006, os valores de energia são: 22.304.035,65 MWh e 127,219 MW médio. O preço da energia é reajustado anualmente pelo IGP-M. Com o advento da Desverticalização, esse contrato foi cedido para a Emissora em 15 de setembro de 2005.

Em 12 de novembro de 2002, a CEMIG firmou com a CEMIG Capim Branco Energia S.A. um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, por meio do qual a "Capim Branco" fornecerá, a partir de fevereiro de 2006, durante 10 anos, a totalidade da energia assegurada da UHE Capim Branco I, abatidas as perdas da rede básica e o consumo interno. O preço da energia é reajustado anualmente pelo IGP-M. Com o advento da Desverticalização, esse contrato foi cedido para a Emissora em 6 de setembro de 2005.

Em 12 de novembro de 2002, a CEMIG firmou com a CEMIG Capim Branco Energia S.A. um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, por meio do qual a “Capim Branco” fornecerá, a partir de março de 2007, durante 20 anos, a totalidade da energia assegurada da UHE Capim Branco II, abatidas as perdas da rede básica e o consumo interno. O preço da energia é reajustado anualmente pelo IGP-M. Com o advento da Desverticalização, esse contrato foi cedido para a Emissora em 6 de setembro de 2005.

Uso e Conexão

A Emissora tem diversos contratos firmados com as empresas da CEMIG, que regulam o acesso e o uso, pelas empresas, do seu sistema de distribuição, conforme detalhado na tabela abaixo:

Tipo de contrato	Objeto do Contrato	Valor mensal	Empreendimento	Empresa	Data da Contratação	Prazo	Reajuste preço
CCD Contrato de Conexão ao Sistema de Distribuição	Estabelecimento das condições, procedimentos e responsabilidades que regulam a contratação do acesso ao sistema de distribuição da CEMIG D	R\$4.278,98	UHE Funil	CEMIG GT/Consórcio Funil	1/11/2003	Concessão	IGPM
		R\$1.242,56	UHE Capim Branco I	CEMIG Capim Branco Energia Central	28/12/2005	Concessão	IGPM
		R\$2.723,96	PCH Pai Joaquim	Hidrelétrica Pai Joaquim	18/3/2004	Concessão	IGPM
		R\$701,05	PCH Salto do Paraopeba	Horizontes Energia	30/8/2004	Concessão	IGPM
		R\$660,00	PCH Machado Mineiro	Horizontes Energia CEMIG	1/1/2004	Concessão	IGPM
		R\$500,00	UHE Queimado	GT/Consórcio CEB Usinas	27/2/2004	Concessão	IGPM
		R\$2.981,37	CEMIG GT	geradoras da CEMIG GT	1/1/2005	Concessão	IGPM
		Total mensal	R\$13.087,92				
CUSD Contrato de Uso do Sistema de Distribuição	Estabelecimento das condições, procedimentos e responsabilidades que regulam a contratação do uso do sistema de distribuição da CEMIG D	R\$348.390,00	UHE Funil	CEMIG GT	1/11/2003	Concessão	Resolução ANEEL
		R\$191.928,13	UHE Capim Branco I	CEMIG GT	28/12/2005	Concessão	Resolução ANEEL
		R\$90.850,00	PCH Pai Joaquim	Central Hidrelétrica Pai Joaquim	30/3/2003	Concessão	Resolução ANEEL
		R\$9.717,00	PCH Salto do Paraopeba	Horizontes Energia	30/8/2003	Concessão	Resolução ANEEL
		R\$342.168,75	PCH Machado Mineiro	Horizontes Energia	1/1/2004	Concessão	Resolução ANEEL
		R\$12.047,50	UHE Queimado	CEMIG GT	27/2/2004	Concessão	Resolução ANEEL
		R\$3.384.798,45	CEMIG GT	Usinas geradoras da CEMIG GT	1/1/2005	Concessão	Resolução ANEEL
		Total mensal	R\$4.379.899,83				
CCT Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão	Estabelecimento das condições, procedimentos e responsabilidades que regulam a contratação do acesso ao sistema de transmissão pela CEMIG D	R\$1.702.087,02	Sistema de Transmissão	CEMIG GT	1/1/2005	Concessão	Resolução ANEEL
		R\$85.285,15	Subestação	CEMIG GT	1/1/2005	Concessão	Resolução ANEEL
		R\$13.321,18	Subestação	CEMIG GT	1/1/2005	Concessão	Resolução ANEEL
		Total mensal	R\$1.800.693,35				

OPERAÇÕES COM O COORDENADOR LÍDER DA OFERTA

O Coordenador Líder da Oferta e instituições financeiras a eles relacionadas prestaram no passado, e podem vir a prestar novamente no futuro, serviços de banco comercial, banco de investimento, corretagem, assessoria e/ou intermediação financeira, bem como concessão de financiamento, pelos quais receberam e devem receber remuneração de mercado.

Além da presente Oferta, o Unibanco ou sociedades de seu conglomerado econômico possuem relacionamento com a Emissora em operações financeiras em geral, inclusive voltadas a atividades de financiamento de projetos e mercado de capitais, em operações de empréstimo de longo prazo. Em 30 de junho de 2006, as operações da Emissora com o Coordenador Líder totalizavam aproximadamente R\$264,9 milhões de financiamentos em curso, incluindo R\$151,5 milhões de operações de Res.2770 e de Repasses de Finame, em processo de migração do risco da CEMIG para a Emissora, por conta da desverticalização em 2005.

O total do risco com o grupo CEMIG é de aproximadamente, R\$804,9 milhões, já incluindo o valor da Emissora.

Modalidade	Valor do Contrato	Data	Vencimento
Empréstimo Moeda Nacional	R\$130,2 milhões	06/05	11/13
Operações de Swap/Hedge para CDI	R\$110,1 milhões	11/04	11/09

Para maiores informações a respeito dos contratos relevantes celebrados pela Emissora e pela CEMIG com o Coordenador Líder desta Oferta vide Seção “Contratos Relevantes” deste Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO A

Escritura Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA**

ENTRE

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

E

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

e, na qualidade de Interveniente Fiadora

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

24 DE AGOSTO DE 2006

[Handwritten signature]



[Handwritten mark]

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 1.200, 17º andar, Ala A1, inscrita no CNPJ sob o nº 06.981.180/0001-16, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora”); e

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., nomeada nesta Escritura e nela interveniente, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 99, 24º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 15.227.994/0001-50, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o “Agente Fiduciário”);

e, na qualidade de Interveniente Fiadora,

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG, sociedade de economia mista, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 1200, inscrita no CNPJ sob o nº 17.155.730/0001-64, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “CEMIG”);

CONSIDERANDO que, nos termos da Lei nº 10.848/04, as empresas do setor elétrico que atuam de forma verticalmente integrada, combinando operações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em uma única empresa operacional, como a CEMIG, deverão promover sua desverticalização, segregando suas operações de geração, transmissão e distribuição, em empresas distintas (a “Desverticalização”);

CONSIDERANDO que no âmbito do processo de Desverticalização da CEMIG, a Emissora foi constituída em 08 de setembro de 2004 como subsidiária integral da CEMIG, para exercer todas as atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica nos termos das concessões detidas pela CEMIG;

CONSIDERANDO que, em virtude da Desverticalização, as obrigações decorrentes das debêntures emitidas pela CEMIG nos termos da “Escritura Particular da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Série Única, da Espécie sem Garantia nem Preferência da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG”, celebrada em 14 de junho de 2004, conforme aditada (a “3ª Emissão da CEMIG”), foram integralmente alocadas na Emissora, conforme Instrumento Particular de Cessão de Direitos, celebrado entre a Emissora e a CEMIG, em 27 de dezembro de 2004 (o “Instrumento Particular de Cessão de Direitos”);

[Assinatura]



CONSIDERANDO que tal alocação será consolidada por meio de permuta obrigatória das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG pelas Debêntures da presente Emissão (a “Permuta Obrigatória”), com o conseqüente cancelamento das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, conforme previsto na Cláusula VII da Escritura da 3ª Emissão da CEMIG, sendo a Permuta Obrigatória de pleno conhecimento dos debenturistas da 3ª Emissão da CEMIG;

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária da CEMIG Distribuição S.A. (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base em deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 25 de janeiro de 2006, cuja ata foi retificada pela reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 2006, e da CEMIG realizada em 25 de janeiro de 2006 (as “RCA's”).

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A presente emissão de debêntures (a “Emissão” ou a “Oferta” ou as “Debêntures”) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata de Reunião do Conselho de Administração

As atas das RCA's que deliberaram sobre a Emissão, referidas no item 1.1 acima, serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG e seus respectivos extratos serão publicados nos jornais “Minas Gerais”, “Gazeta Mercantil – Edição Nacional” e “O Tempo”.

2.2. Arquivamento da Escritura

A presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “Lei das Sociedades por Ações”).

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A presente Emissão será registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”) na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a “ICVM 400”) e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.



2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A oferta pública das Debêntures será registrada na ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a "ANBID") no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o qual se encontra registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo sob o n.º 4890254.

CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. - Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

3.2. - Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 1ª emissão de debêntures da Emissora.

3.3. - Montante da Emissão

O montante total da Emissão é de R\$250.503.517,80 (duzentos e cinquenta milhões, quinhentos e três mil, quinhentos e dezessete reais e oitenta centavos), em série única, na Data de Emissão.

3.4. - Destinação dos Recursos

Em razão da Permuta Obrigatória, a Emissora não receberá quaisquer recursos desta Emissão, uma vez que as Debêntures serão integralizadas com as debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, conforme previsto na Cláusula 4.5.2. abaixo.

Por sua vez, os recursos provenientes da 3ª Emissão da CEMIG foram destinados à amortização das dívidas da CEMIG contraídas para realização de investimentos em distribuição de energia elétrica e que venceram no ano de 2004. Tendo em vista o disposto acima, a destinação de recursos obtidos por meio da 3ª Emissão da CEMIG, será mantida na sua forma original, conforme informações abaixo:



Usos - Pagamento das seguintes dívidas da CEMIG		
Descrição das Operações	Valor (R\$)	%
Contratos de Financiamento nº 1346/95 firmado em 3 de setembro de 1997, com a Eletrobrás, no valor total principal de até R\$38.630.000,00, e cujo vencimento final está previsto para 30 de dezembro de 2008. O principal é corrigido por correção monetária com base no índice FINEL, acrescido de juros de 6,5% ao ano. Os recursos foram destinados para a realização de obras relacionadas à área de distribuição de energia elétrica da Emissora.	1.639.656,04	0,71
Notas (9,125% Notes) emitidas pela CEMIG em 18 de novembro de 1996, no âmbito de seu programa no valor principal de US\$150.000.000,00. Sobre o principal incidiram juros à taxa de 9,125% ao ano. As obrigações provenientes destas notas foram liquidadas em 18 de novembro de 2004, devido ao seu vencimento final. Os recursos foram destinados para execução do programa de investimentos da Emissora.	42.151.000,00	18,29
Termo de Contrato firmado em 26 de junho de 1997, com a Siemens Ltda. e interveniência da Siemens Aktiengesellschaft e da Nativa Engenharia S.A., no valor total principal de R\$45.508.415,4. Adicionalmente, a Emissora emitiu seis notas promissórias de igual valor, com vencimento semestral, corrigidas pela variação cambial oficial do dólar norte-americano para a venda, acrescidos de juros de 9,97% ao ano. As obrigações provenientes deste contrato foram liquidadas em 30 de setembro de 2005, devido ao seu vencimento final. Os recursos foram destinados para realização de obras relacionadas às linhas de distribuição (sub-transmissão) da Emissora.	11.974.000,00	5,20
Contratos de Financiamento nº 1981/00 firmado em 28 de junho de 2000, com a Eletrobrás, no valor total principal de R\$74.220.430,00, e cujo vencimento final está previsto para 30 de julho de 2012. O principal é corrigido por correção monetária com base no índice RGR, acrescido de juros de 5,0% ao ano. Os recursos foram destinados para realização de obras relacionadas à área de distribuição de energia elétrica da Emissora.	1.658.988,00	0,72
Contratos de Financiamento nº 2001/00 firmado em 28 de junho de 2000, com a Eletrobrás, no valor total principal de até R\$90.075.540,00, e cujo vencimento final está previsto para 30 de julho de 2007. O principal é corrigido por correção monetária com base no índice RGR, acrescido de juros de 5,0% ao ano. Os recursos foram destinados para realização de obras relacionadas à área de distribuição de energia elétrica da Emissora.	6.318.320,00	2,74
Contrato de Empréstimo firmado em 9 de novembro de 2001, com o Banco do Brasil, Agência Madri e o Banco do Brasil S.A. – Agência Corporate, no valor total principal de US\$40 milhões. Sobre o principal incidiram juros de 10,375% ao ano. As obrigações provenientes deste contrato foram liquidadas em novembro de 2004, devido ao seu vencimento final. Os recursos foram utilizados para rolagem de dívidas da Emissora.	62.406.000,00	27,09

J



J

Contrato de Abertura de Crédito firmado em 23 de dezembro de 2003, com o Banco do Brasil S.A., no valor de R\$100 milhões. Sobre o saldo devedor incidiram sobre juros e comissão à taxa de 1,4% ao ano. As obrigações provenientes deste contrato foram liquidadas em 23 de dezembro de 2004, devido ao seu vencimento final. Os recursos foram destinados à compra de energia elétrica de Itaipu.	73.183.035,96	31,76
Contrato de Empréstimo Mediante Repasse de Recursos em Moeda Estrangeira firmado em 11 de março de 2004, com o Unibanco, no valor total principal de US\$14.032.141,11. Sobre o saldo devedor incidiram juros de 2,3% ao ano. As obrigações provenientes deste contrato foram liquidadas devido ao seu vencimento final. Os recursos foram utilizados para rolagem de dívidas da Emissora.	16.826.000,00	7,30
Contrato de Empréstimo Mediante Repasse de Recursos em Moeda Estrangeira firmado em 18 de março de 2004, com o Unibanco, no valor total principal de US\$11.991.598,28. Sobre o saldo devedor incidiram juros de 2,3% ao ano. As obrigações provenientes deste contrato foram liquidadas devido ao seu vencimento final. Os recursos foram utilizados para rolagem de dívidas da Emissora.	14.263.000,00	6,19
Total	230.420.000,00	100

3.5. - Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a colocação do Prospecto Definitivo da Oferta à disposição dos investidores e a publicação do Anúncio de Início, sendo que o prazo máximo para colocação das Debêntures será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do Anúncio de Início.

3.5.2. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços de distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (a "CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (a "ANDIMA") e por meio do Sistema BOVESPA FIX, administrado pela Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo e liquidadas e custodiado na CBLC, sendo certo que a presente Emissão somente terá como público alvo os titulares das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, conforme previsto no item 4.5.2. abaixo.

3.5.3. O mecanismo de Permuta Obrigatória será efetivado conforme previsto na Cláusula VII da Escritura de Emissão da 3ª Emissão da CEMIG, sendo que a integralização das Debêntures será à vista, mediante dação em pagamento das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória, e cada debênture da 3ª Emissão da CEMIG corresponderá a 1 (uma) Debênture desta Emissão.

f



f

3.6. - Registro da Negociação

3.6.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário (i) através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) através do Sistema BOVESPAFIX, administrado pela Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (a “CBLC”).

3.6.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário (i) através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) através do Sistema BOVESPAFIX, administrado pela Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC.

3.7. - Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures e pela prestação dos serviços de banco mandatário desta Emissão (o “Banco Mandatário e Escriturador”). Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures o Relatório de Posição de Ativos, expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND e para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista.

CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. - Características Básicas

4.1.1. Valor da Emissão: O valor total da Emissão é de R\$250.503.517,80 (duzentos e cinquenta milhões, quinhentos e três mil, quinhentos e dezessete reais e oitenta centavos), na Data de Emissão.

4.1.2. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.871,6048 (dez mil, oitocentos e setenta e um reais e seis mil e quarenta e oito décimos de milésimos de centavos), na Data de Emissão.

4.1.3. Número de Séries: A Emissão será realizada em série única.

4.1.4. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 23.042 (vinte e três mil e quarenta e duas) Debêntures.

4.1.5. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data da Emissão será 1º de junho de 2006 (a “Data de Emissão”).

f



A

4.1.6. **Vencimento:** O prazo de vencimento das Debêntures desta Emissão é de 96 (noventa e seis) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final no primeiro dia útil de junho de 2014 (a “**Data de Vencimento**”). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida.

4.1.7. **Forma:** As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.8. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações.

4.1.9. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie sem garantia nem preferência (quirografária). As Debêntures da presente Emissão contam com Garantia Fidejussória da CEMIG nos termos da Cláusula 4.8. abaixo.

4.2. - Remuneração

As Debêntures desta Emissão farão jus à seguinte remuneração (a “**Remuneração**”):

4.2.1. **Atualização**

As Debêntures terão o seu valor nominal atualizado a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. Essa atualização será calculada de forma *pro rata temporis*, por dias úteis, segundo a seguinte fórmula (a “**Atualização das Debêntures**”):

$$VNa = VNe \times C$$
$$C = \left\{ \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dup_1}{dut_1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dup_2}{dut_2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dut_n}} \right\}$$

onde:

- VNa* é o valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
VNe é o valor nominal ou saldo do valor nominal calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
C é o fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
NI₀ é o valor do número-índice do mês anterior ao mês de início de atualização;
NI₁ é o valor do número-índice do mês de início de atualização;
NI₂ é o valor do número-índice do mês subsequente ao mês de início de atualização;
NI_n é o valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização até a data de aniversário. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;
NI_{n-1} é o valor do número-índice do mês anterior ao mês “n”;
dup é o número de dias úteis entre a data-base anterior e a data de atualização, sendo *dup* um número inteiro; e

A



J

dut é o número de dias úteis entre a data-base anterior e a próxima data-base, sendo *dut* um número inteiro.

Considera-se como mês de atualização, o mês compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures em questão.

Considera-se data de aniversário o dia da data correspondente ao primeiro dia útil de cada mês.

Considera-se data-base a data de aniversário em cada mês.

O número índice do IGPM deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IGPM incidirá anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor, nesse caso, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

4.2.1.1. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação do IGPM, será aplicado o último número índice do IGPM divulgado, calculado *pro rata temporis*, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os detentores das Debêntures quando da divulgação posterior do IGPM que seria aplicável.

4.2.1.2. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação do IGPM por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IGPM às Debêntures, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar Assembléia Geral de Debenturistas (observado o disposto na Cláusula VIII abaixo), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor da Atualização das Debêntures o último IGPM divulgado oficialmente, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido), até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas.

4.2.1.3. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios anterior, conforme o caso, utilizando-se o último IGPM divulgado oficialmente. O resgate ao qual se refere este item não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

4.2.1.4. A Atualização das Debêntures será paga pela Emissora juntamente com o Valor Nominal unitário das Debêntures, na respectiva Data de Vencimento.

f



9

f

4.2.2. Juros Remuneratórios das Debêntures

Incidirão sobre o Valor Nominal unitário acrescido da Atualização das Debêntures juros de 10,5% (dez vírgula cinco por cento) ao ano, calculados por dias úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, a partir da Data de Emissão (os “Juros Remuneratórios”). O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VN_{a} \times (Fj - 1)$$

$$Fj = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

- J** é o valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- VNa** é o Valor Nominal unitário ou saldo do valor nominal atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- Fj** é o fator de juros calculado com 9 casas decimais com arredondamento;
- Taxa** igual a 10,5;
- N** igual a 252;
- n** é o número de dias úteis entre a data do próximo pagamento de juros e a data de pagamento de juros anterior, sendo “n” um número inteiro;
- DT** é o número de dias úteis entre a data do próximo pagamento de juros e a data de pagamento de juros anterior, sendo DT um número inteiro; e
- DP** é o número de dias úteis decorridos entre a data de pagamento de juros anterior e a data atual, sendo DP um número inteiro.”

4.2.2.1. Os Juros Remuneratórios deverão ser pagos pela Emissora anualmente, sendo que o primeiro pagamento deverá ser realizado 12 (doze) meses após a Data de Emissão, ou seja, no 1º dia útil de junho de 2007, e os demais pagamentos no 1º dia útil do mês de junho dos anos subsequente até a Data de Vencimento, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis.

4.3. - Limite da Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, na Data de Emissão, era de R\$2.261.997.787,64 (dois bilhões, duzentos e sessenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).



4.4.- Direito de Preferência

Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.5. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

4.5.1. Preço de Subscrição: O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o item 4.2. acima.

4.5.2. Forma de Integralização: A integralização das Debêntures será à vista, mediante dação em pagamento das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória, sendo que cada debênture da 3ª Emissão da CEMIG corresponderá a 1 (uma) Debênture desta Emissão.

4.5.2.1. Em razão da alocação à Emissora dos direitos e obrigações decorrentes das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, conforme previsto no Instrumento Particular de Cessão de Direitos, as debêntures da 3ª Emissão da CEMIG recebidas pela Emissora em integralização às Debêntures serão canceladas.

4.5.3. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures desta Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário e Escriturador da Emissão.

4.5.4. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

4.5.5. Amortização Programada: As Debêntures não serão objeto de amortização programada antes da respectiva data de vencimento.

4.5.6. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário nas Cidades de São Paulo e/ou Belo Horizonte, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

f



11

y

4.5.7. **Multa e Encargos Moratórios:** Sem prejuízo do disposto no item 5.2. abaixo, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso serão acrescidos da respectiva Remuneração aplicável às Debêntures, bem como ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.5.8. **Decadência dos Direitos aos Acréscimos:** Sem prejuízo ao disposto no item precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de juros remuneratórios e/ou encargos moratórios no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.6.- **Repactuação**

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

4.7. - **Resgate Antecipado Facultativo**

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas ao resgate antecipado facultativo pela Emissora.

4.8. – **Garantia Fidejussória - Fiança**

4.8.1. As Debêntures da presente Emissão, e as obrigações assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura, são garantidas por fiança, constituída neste ato, prestada pela interveniente fiadora, Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (a “Garantia Fidejussória”), qualificada no preâmbulo desta Escritura que, por este instrumento e na melhor forma de direito, se obriga na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações decorrentes desta Escritura, até sua final liquidação, com renúncia expressa aos benefícios previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (o “Código Civil”), e os artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (o “Código de Processo Civil”) pelas obrigações assumidas na presente Escritura. A CEMIG declara e garante que (i) a prestação desta fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes; e (ii) todas as autorizações necessárias para prestação desta fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor.

4.8.2. A Fiança aqui referida é prestada pela CEMIG em caráter irrevogável e irretatável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura.

[Assinatura]



12

[Assinatura]

4.8.3. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debituristas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.9. - Comunicações

4.9.1. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debituristas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, na edição nacional dos jornais “Minas Gerais”, “Gazeta Mercantil – Edição Nacional” e “O Tempo”, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores - INTERNET (<http://www.cemig.com.br>), exceção feita aos Anúncios de Início e de Encerramento de Distribuição, que apenas serão publicados na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil. Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor dos Anúncios de Início e de Encerramento de Distribuição constará da página da Emissora na rede internacional de computadores – INTERNET, no endereço acima referido.

4.9.2. Endereçamento

4.9.2.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para Emissora

CEMIG Distribuição S.A
Av. Barbacena nº 1.200, 17º andar, Ala A1
Belo Horizonte, MG
CEP: 30190-131
At.: Paulo Eduardo Pereira Guimarães
Telefone: (31) 3299-3016
Fac-símile: (31) 3299-3790
E-mail: peduardo@cemig.com.br

Para a CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Av. Barbacena, 1200, Belo Horizonte, MG
CEP: 30190-131
At. Paulo Eduardo Pereira Guimarães
Telefone: (31) 3299-3016
Fac-símile: (31) 3299-3790
E-mail: peduardo@cemig.com.br

Para o Agente Fiduciário

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Rua Sete de Setembro nº 99, 24º andar
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20050-050
At. Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira
Telefone: (21) 2507-1949
Fac-símile: (21) 2507-1773
E-mail: pavarini@pavarini.com.br

d



13

2

Para o Banco Mandatário e
Escriturador

Banco Itaú S.A.
Av. Engº Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar, São Paulo, SP
CEP: 04344-902
At. Luiz Loureiro
Telefone: (11) 5029-1905
Fac-símile: (11) 5029-1917
E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

Para a CETIP

CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
CEP: 01009-000
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3115-1564
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

Para a BCLC

Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - BCLC
Rua XV de Novembro, 275, São Paulo, SP
CEP: 01013-001
At. Charles Mann de Toledo
Telefone: (11) 3233-2720
Fac-símile: (11) 3233-2051
E-mail: ctoledo@bovespa.com.br

4.9.3.-As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

4.9.4.-A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pela Emissora.

CLÁUSULA DA COMPRA OU RESGATE DOS TÍTULOS PELA EMISSORA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1.- Aquisição Antecipada

5.1.1. **Aquisição Antecipada Facultativa** - A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal acrescido da Remuneração, observado o disposto no artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado.

5.1.2. **Aquisição Antecipada Obrigatória** - A Emissora será obrigada a adquirir, caso haja mudança direta ou indireta de seu controle acionário, ou do controle acionário da CEMIG, as Debêntures em Circulação, conforme definido no item 7.2.2 abaixo, à opção dos



14

respectivos Debenturistas que não aceitem permanecer como Debenturistas da Emissora após a alteração de controle acionário. A oferta de compra será comunicada aos Debenturistas por meio de aviso específico publicado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da efetiva mudança do controle acionário, com prazo não inferior a 60 (sessenta) dias para a manifestação dos Debenturistas interessados, contado a partir da publicação do aviso e nos termos dos procedimentos descritos nesse aviso. A aquisição das Debêntures pela Emissora deverá ocorrer no 30º (trigésimo) dia contado do último dia de prazo para manifestação dos Debenturistas, pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração, conforme disposto na cláusula 4.2. acima. Para efeito do disposto neste item, ocorrerá “mudança de controle acionário”: (i) caso a atual controladora direta da Emissora, a CEMIG, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Emissora; (ii) caso o atual controlador indireto da Emissora, o Governo do Estado de Minas Gerais, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da CEMIG; e (iii) caso o atual controlador da CEMIG, o Governo do Estado de Minas Gerais, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Emissora.

5.2.- Vencimento Antecipado

Observados os itens 5.2.1, 5.2.1.1 e 5.2.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (a) requerimento de recuperação judicial e extrajudicial, pedido de falência formulada pela Emissora, pela CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas;
- (b) extinção, liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora, da CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas;
- (c) falta de cumprimento, pela Emissora ou pela CEMIG, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures;
- (d) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, da CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas, em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em razão de inadimplência contratual ou não;
- (e) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Emissora seja parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras à época;
- (f) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais

f



15

2

qualquer das controladas da CEMIG sejam parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida consolidada da CEMIG constante de suas últimas demonstrações financeiras à época;

- (g) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, a CEMIG ou qualquer de suas controladas e coligadas, cujo valor global ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, pela CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas, conforme o caso, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (h) falta de cumprimento pela Emissora ou pela CEMIG, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (i) se a Emissora, a CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas, deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Emissora, pela CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas, segundo qualquer acordo ou contrato de qual ela seja parte como mutuaría ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); e/ou
- (j) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer forma de reorganização societária, que impliquem redução do capital social da Emissora e/ou da CEMIG.

5.2.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a) até (d) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas.

5.2.1.1. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (e) até (j) supra, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula VIII abaixo e o quorum específico estabelecido no item 5.2.2. abaixo.

5.2.2. Após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.2.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos encargos até a data de seu efetivo pagamento, nos termos do item 5.2 supra, a menos que Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação da Emissão optem por não

16

f



2

declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

5.2.2.1. Caso os Debenturistas da presente Emissão optem por não declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos do item 5.2.2 acima, as Debêntures detidas pelos Debenturistas que não concordaram com a respectiva deliberação deverão ser resgatadas pela Emissora: (i) no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de realização da Assembléia de Debenturistas ou (ii) no mesmo prazo em que forem efetivamente resgatadas as debêntures emitidas nos termos da “Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, divida em Duas Séries da Espécie sem Garantia nem Preferência da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG” celebrada em 04 de outubro de 2001, conforme aditada, (a “1ª Emissão de Debêntures da CEMIG”) ou as debêntures que vierem a substituir referida dívida por motivo similar ao previsto para o resgate das Debêntures conforme estabelecido neste item 5.2.2.1, o que ocorrer primeiro. As Debêntures serão resgatadas pelo seu Valor Nominal unitário acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis*.

CLÁUSULA VI. - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

6.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;
- (b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora;
- (c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993 (conforme alterada), nos prazos ali previstos e, dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs), acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
- (d) com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembléias Gerais, bem como a data e ordem do dia da Assembléia a realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e

f



17

M

do Conselho Fiscal;

- (e) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembléias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas, na mesma data em que forem publicados;
- (f) imediatamente, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- (g) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa às Debêntures ou a esta Escritura, imediatamente após o seu recebimento;
- (h) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento;
- (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 5.2 acima, na maior brevidade possível, respeitado (i) o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data em que tomar ciência de sua ocorrência ou (ii) o mesmo prazo em que a CEMIG informar ao agente fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures da CEMIG sobre a ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado relativas àquela emissão ou à emissão de debêntures que vier a substituí-la, o que ocorrer primeiro. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002 (a "ICVM 358"), a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da referida ICVM 358, observado o prazo máximo aqui previsto.

6.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.

6.1.3. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, a expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora.

6.1.4. Convocar, nos termos do item 7.1 desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça.

6.1.5. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas.

f



18

M

6.1.6. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços à ~~exame por empresa~~ de auditoria independente registrada na CVM.

6.1.7. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado.

6.1.8. Manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

6.1.9. Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

6.1.10. Notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do evento.

6.1.11. Manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.

6.1.12. Não praticar quaisquer atos em desacordo com o Estatuto Social e a Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas.

6.1.13. Manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões ou aprovações necessários ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto.

6.1.14. Manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal.

6.1.15. Manter, conservar e preservar todos os seus bens (tangíveis e intangíveis), necessários ou úteis para a devida condução de suas atividades, em boa ordem e condição de funcionamento, excetuando-se pelo uso e desgaste normais.

6.1.16. Enquanto as Debêntures existirem, não efetuar qualquer alteração material na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data do presente, e não efetuar qualquer alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam na data do presente, exceto quando e se exigidos pela legislação em vigor ou pelas regulamentações emitidas pelo Poder Concedente.

6.1.17. Cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens.

6.1.18. Fazer com que a(s) respectiva(s) agência(s) de classificação de risco mantenha(m)



avaliação atualizada da presente oferta pública durante o prazo de vigência das Debêntures, fornecendo ao Agente Fiduciário cópia das reavaliações anuais de rating em até 5 (cinco) dias úteis após sua divulgação.

CLÁUSULA VII.-DA ASSEMBLÉIA-GERAL DOS DEBENTURISTAS

7.1.- Convocação

7.1.1. A Assembléia de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.1.2. As Assembléias Gerais de Debenturistas serão convocadas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data de publicação do edital da segunda convocação.

7.1.3. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

7.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quora estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

7.2.- Quorum de Instalação

7.2.1. A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

7.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quora de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da Emissora, que forem de titularidade de empresas controladas (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

7.3.- Mesa Diretora

7.3.1. A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente, (i) ao Agente Fiduciário; (ii) ao Presidente do

f



20

d

Conselho de Administração da Emissora; ou (iii) ao Debeturista eleito pelos Debeturistas presentes.

7.4.- Quorum de Deliberação

7.4.1. Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debeturista ou não. As deliberações serão tomadas por Debeturistas que representem a maioria dos títulos em circulação; observado que alterações nas condições de Remuneração e/ou pagamento das Debêntures, previstas nos itens 4.2 e 4.5 acima, deverão ser aprovadas por Debeturistas representando 90% das Debêntures em Circulação, observado o disposto no item 7.2.2 acima. A alteração das disposições de vencimento antecipado previstas no item 5.2 acima e a liberação da Emissora de obrigações previstas na Cláusula VI desta Escritura, deverão ser aprovadas por Debeturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

7.4.2. A Emissora desde já se obriga a adquirir, tendo sido aprovadas as alterações das condições de Remuneração e/ou pagamento das Debêntures (conforme disposto no item 7.4.1 acima), as Debêntures em Circulação, à opção dos respectivos Debeturistas que não aceitarem as novas condições de Remuneração e/ou pagamento. Nesta hipótese, deverá ser observado o mesmo mecanismo de aquisição antecipada obrigatória previsto no item 5.1.2 supra.

CLÁUSULA VIII – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1.- Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário desta Emissão, acima identificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

8.1.2. A presente nomeação decorre do Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação MS/AS 530-E60066 e reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93, a ela integrando a proposta do Agente Fiduciário datada de 02 de agosto de 2006.

8.2.- Remuneração do Agente Fiduciário

8.2.1. Será devida ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga em parcelas trimestrais de R\$6.132,00 (seis mil e cento e trinta e dois reais) cada uma, devidas no dia 10 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, sendo que a primeira passará a ser devida após a data da concessão do registro da Oferta pela CVM.

8.2.2. A remuneração prevista no item anterior será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências

f



y

não sanadas pela Emissora.

8.2.3. As parcelas referentes ao item 8.2.1. serão atualizadas, anualmente, a partir de 10 de agosto de 2006, até as datas de pagamento de cada parcela, calculada *pro rata temporis* se necessário, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, sendo a primeira atualização em 10 de agosto de 2007.

8.2.4. O Agente Fiduciário deverá arcar com todos os custos decorrentes de quaisquer impostos que venham a incidir sobre sua remuneração, inclusive, mas não se limitando, ao Imposto de Renda, ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e COFINS, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.2.5. A remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

8.2.6. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral (exemplos: de edital de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, da própria Assembleia Geral de Debenturistas, de anúncio comunicando que o relatório anual do Agente Fiduciário se encontra à disposição); notificações; extração de certidões; viagens e estadias; despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário.

8.3.- Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia dos Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu

J



M

substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

8.3.4. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita, nos termos do artigo 4º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores (a “Instrução CVM 28”), à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28.

8.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser arquivada na Junta Comercial de Minas Gerais.

8.3.6. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

8.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 28, bem como a Lei das Sociedades por Ações.

8.4.- Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, incluindo, mas não se limitando, a Lei das Sociedades por Ações, ou em ato normativo da CVM incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 28, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

23



- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário e desde que de forma fundamentada, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) examinar a alteração do estatuto da Emissora que objetive mudar o objeto da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, nos termos do § 2º, artigo 57, da Lei das Sociedades por Ações, a alteração proposta;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos no item 4.9.1 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (l) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º alínea “b” da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (m.5) resgate, amortização, conversão e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta

[Handwritten signature]



24

[Handwritten mark]

Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

- (m.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (m.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento; e
- (m.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (n) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "m" aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - (n.1) na sede da Emissora;
 - (n.2) no seu escritório, localizado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 99 – 24º andar;
 - (n.3) na CVM;
 - (n.4) nas Bolsas de Valores, na CBLC e/ou na CETIP quando e se for o caso;
 - (n.5) na sede da instituição financeira que liderou a colocação das Debêntures;
- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados no inciso "n" acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, ANDIMA, CBLC e CETIP;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e
- (r) em complemento ao disposto no item 6.1.1(i) acima, notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: à CVM, às Bolsas de Valores, à CBLC e/ou à CETIP, quando e se for o caso.

8.5. - Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e



25



da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) se aplicável, executar garantias aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- (d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “d” do item 8.5.1 supra se, convocada a Assembléia dos Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembléia, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembléia quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “e” do *caput* do item 8.5.1 acima.

8.6. - Despesas

8.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.6.2. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado, imediatamente, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora, nos termos da Cláusula VIII, item 8.2.6 acima.

8.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia

A



M

prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.6.4. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA IX - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (a) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (c) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (d) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme § 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM Nº 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;



2005

- (g) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (h) estar ciente dos termos da Circular nº 1832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (i) ter verificado os limites desta Emissão, nos termos do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, e que esses limites foram atendidos pela Emissora;
- (j) a presente Escritura atende aos requisitos previstos na Cláusula 7.2.1. da escritura da 3ª Emissão da CEMIG; e
- (k) ter verificado que a Garantia Fidejussória é regular, suficiente e exequível.

9.2. A Emissora e a CEMIG, neste ato, declaram e garantem, conjunta e solidariamente, que:

- (a) são sociedades por ações devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações;
- (b) as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastante para tanto;
- (c) todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (d) os termos desta Escritura não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e a CEMIG sejam parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora, a CEMIG, ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, a CEMIG, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora e da CEMIG, exequível de acordo com seus termos e condições;
- (f) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, especialmente daquelas previstas na Cláusula VI acima;
- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora e da CEMIG, datadas de 31 de dezembro de 2005, representam corretamente a posição financeira da Emissora e da CEMIG nesta respectiva data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) a Emissora, a CEMIG e suas controladas e coligadas, estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos

f



28

f

governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

- (i) obteve todas as aprovações necessárias, sejam de caráter interno ou emitidas por entidades governamentais competentes, com relação a esta Emissão e à colocação pública das Debêntures;
- (j) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à esta Emissão;
- (k) a Emissora e a CEMIG obtiveram todas as autorizações e consentimentos necessários à efetiva implementação da Desverticalização;
- (l) nenhum evento de vencimento antecipado, conforme previsto no item 5.2 desta Escritura, está em curso;
- (m) a Emissora e a CEMIG estão adimplentes com todas as suas obrigações, pecuniárias ou não, perante terceiros, cuja inadimplência poderia de qualquer forma comprometer a implementação da Desverticalização;
- (n) as demais pessoas jurídicas resultantes do processo de Desverticalização da foram constituídas como subsidiárias integrais da CEMIG, na forma de sociedades por ações, devidamente existentes e organizadas de acordo com as leis do Brasil;
- (o) a Emissora foi constituída unicamente em razão da Desverticalização e estritamente de acordo com as regras aplicáveis ao processo de Desverticalização;
- (p) a totalidade dos ativos operacionais e não operacionais da CEMIG relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica foram transferidos pela CEMIG à Emissora, a qual passou a deter todos os direitos e obrigações relacionadas à tal atividade, incluindo, mas sem limitação, todos os contratos de compra de energia, todos os contratos de distribuição de energia a clientes, assim como todos os contratos com os consumidores atendidos pelo sistema de distribuição da CEMIG quando da transferência, de modo que, imediatamente após a transferência destes ativos, direitos e obrigações, a totalidade das receitas da CEMIG relacionadas à sua atividade de distribuição passou a ser auferida exclusivamente pela Emissora;
- (q) a Emissora possui, à sua disposição, os profissionais necessários para o desenvolvimento e exploração de sua atividade de distribuição de energia elétrica nos mesmos moldes e padrões anteriormente desenvolvidos pela CEMIG, e está desempenhando plenamente suas atividades de distribuição de energia;

A



29

2

- (r) a Emissora obteve (diretamente ou por cessão pela Emissora) todas as licenças, permissões e autorizações necessárias para o pleno desenvolvimento de suas atividades de distribuição de energia, incluindo, as concessões para distribuição de energia elétrica nas áreas originalmente atendidas pela atividade de distribuição de energia elétrica da CEMIG, com exceção, de cerca de oito municípios e localidades, presentemente atendidos pela Emissora, que ainda não foram regularizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica; e
- (s) o patrimônio líquido consolidado da CEMIG, logo após a Desverticalização, não era inferior ao patrimônio líquido consolidado da CEMIG, conforme as últimas informações financeiras da CEMIG encaminhadas à CVM anteriormente à implementação da Desverticalização.

9.2.1. A Emissora obriga-se de forma irrevogável e irretroatável a indenizar os Debenturistas, o Agente Fiduciário e as instituições intermediárias desta Emissão, bem como seus respectivos diretores, empregados e consultores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios arbitrados judicialmente) incorridos pelos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelas instituições intermediárias da Emissão, seus respectivos diretores, empregados e consultores, em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

9.2.2. Sem prejuízo do disposto no item 9.2.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA X-DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Pagamento de Dividendos

Caso seja deliberado e efetivamente realizado o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, pela Emissora à CEMIG, e no momento dessa deliberação e/ou pagamento a Emissora estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures, os Debenturistas poderão declarar antecipadamente vencidas as obrigações da Emissora decorrentes desta Emissão, aplicando-se o disposto nos itens 5.2.1.1 e seguintes desta Escritura. Purgada a mora, os Debenturistas não mais poderão declarar o vencimento antecipado das obrigações da Emissora decorrentes desta Emissão, na hipótese de a Emissora efetivar o pagamento, a seus acionistas, de valores a título de dividendos ou juros sobre capital próprio. O aqui disposto não se aplica ao pagamento dos dividendos obrigatórios, previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

10.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade



ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.3. Correção de Valores

Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência nela constantes deverão ser corrigidos pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da data de assinatura desta Escritura, exceção feita à remuneração do Agente Fiduciário, que será atualizada conforme disposto na Cláusula VIII acima.

10.4. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

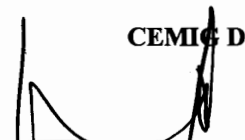

10.5. Foro

Fica eleito o foro da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

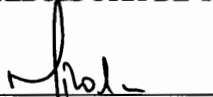
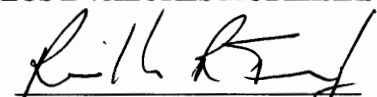
E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2006.

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

 Nome: _____ Cargo: Djalma Bastos de Moraes Diretor Presidente	 Nome: Flávio Decat de Moura Cargo: Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores
---	---

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

 Nome: MARCUS VENICIUS B. DA ROCHA Cargo: Sócio-Administrador	 Nome: LINALDO CABELLO FERREIRA Cargo: PROCURADOR
--	---



[Esta página é parte integrante da "Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfica da CEMIG Distribuição S.A." firmada em 24 de agosto de 2006.]

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG

Nome: _____
Cargo: **Djalma Bastos de Moraes**
Diretor Presidente

Nome: _____
Cargo: **Flávio Decat de Moura**
Diretor de Finanças, Participações
e de Relações com Investidores

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: **Paulo Eduardo Pereira Guimarães**
CPF: 538.751.266-68

Nome: _____
CPF: 312.588.586.530



ANEXO B

Estatuto Social da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

ESTATUTO SOCIAL

Modificado pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29-07-2005, cuja ata foi registrada na JUCEMG em 31-08-2005, sob o nº 3.402.074.

CAPÍTULO I

Da denominação, constituição, objeto, sede e duração da Companhia

Artigo 1º - A Cemig Distribuição S.A. é uma sociedade por ações, constituída como subsidiária integral da sociedade de economia mista Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, que será regida pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

Parágrafo Primeiro - As atividades de distribuição de energia previstas nos atuais contratos de concessão do Acionista Único - CEMIG serão exercidas diretamente pela Companhia, nos termos do Artigo 3º da Lei nº 15.290, de 04 de agosto de 2004.

Parágrafo Segundo - Observado o disposto no § 1º, a Companhia poderá, mediante autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica e do Conselho de Administração do Acionista Único - CEMIG, constituir ou participar, majoritariamente ou minoritariamente, de outras sociedades, que tenham por objeto a prestação de serviços de distribuição de energia elétrica cujas concessões sejam adquiridas ou concedidas após a data da sua constituição.

Artigo 3º - A Companhia terá sua sede e administração na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Av. Barbacena, 1200, 17º andar, ala A1, Bairro Santo Agostinho, podendo abrir escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País e no exterior, mediante autorização da Diretoria Executiva.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

Do capital e das ações

Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de R\$2.261.997.787,64 (dois bilhões, duzentos e sessenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), representado por 2.261.997.787 (dois bilhões, duzentos e sessenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentas e oitenta e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Único - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

CAPÍTULO III

Da Assembléia Geral

Artigo 6º - A Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, na qualidade de Acionista Único da Companhia, detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia e adotar as resoluções que julgar necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento, devendo reunir-se, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses do ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas em sua convocação, instalação e deliberações as prescrições legais pertinentes.

CAPÍTULO IV

Da Administração da Companhia

Artigo 7º - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, que atuarão em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas e com este Estatuto.

Parágrafo Único - É vedada a remuneração dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Companhia que integrem os órgãos de administração do Acionista Único - CEMIG.

Seção I

Do Conselho de Administração

Artigo 8º - O Conselho de Administração da Companhia será composto de 14 (quatorze) membros efetivos e igual número de suplentes, dentre os quais um será o seu Presidente e outro, Vice-

Presidente, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral, para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho de Administração deverão ser, obrigatoriamente, os mesmos membros do Conselho de Administração do Acionista Único - CEMIG.

Artigo 9º - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, de seu Vice-Presidente, ou um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva e deliberará, validamente, com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Primeiro - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou seu Vice-Presidente, mediante aviso escrito enviado com antecedência de 5 (cinco) dias, contendo a pauta de matérias a tratar. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima mencionado, desde que inequivocamente cientes os demais integrantes do Conselho.

Parágrafo Segundo - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos dos Conselheiros presentes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Artigo 10 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração conceder licença aos seus membros, competindo aos demais membros conceder licença ao Presidente.

Artigo 11 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão, obrigatoriamente, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração do Acionista Único - CEMIG, cabendo ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Artigo 12 - Caberá ao Conselho de Administração, além de outras matérias que lhe comete a lei:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) eleger e destituir os Diretores da Companhia, observado o presente Estatuto;
- c) deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;
- d) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- e) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre contratos em geral, empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, de valor igual ou

superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ressalvado o disposto na alínea “g” do § 4º do artigo 16 abaixo;

- f) convocar a Assembléia Geral;
- g) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;
- h) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;
- i) escolher anualmente e destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas;
- j) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa e inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- l) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- m) autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos, na forma de debêntures, notas promissórias, “commercial papers” e outros;
- n) aprovar o Plano Diretor, bem como suas revisões.

Parágrafo Primeiro - O Plano Diretor da Companhia deverá conter o planejamento estratégico de longo prazo, os fundamentos, metas, objetivos e resultados a serem perseguidos e atingidos pela Companhia e sua política de dividendos, nos quais se basearão os planos, projeções, atividades, estratégias, investimentos e despesas a serem incorporados no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto Social.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração, mediante resoluções específicas, poderá delegar à Diretoria Executiva a competência para autorizar a celebração de contratos de comercialização de energia elétrica ou de prestação de serviços de distribuição, nos termos da legislação.

Seção II

Da Diretoria Executiva

Artigo 13 - A Diretoria Executiva será constituída por 7 (sete) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor de Distribuição e Comercialização, um Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores, um Diretor de Gestão Empresarial, um Diretor de Planejamento, Projetos e Construções e um Diretor sem designação específica, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral do Acionista Único - CEMIG,

com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. O prazo de gestão dos Diretores estender-se-á até a investidura dos novos Diretores eleitos.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria Executiva serão, obrigatoriamente, os membros das respectivas Diretorias do Acionista Único - CEMIG, sendo que a Diretoria sem designação específica será ocupada, também obrigatoriamente, pelo Diretor de Geração e Transmissão do Acionista Único - CEMIG.

Artigo 14 - Em caso de ausência, licença, impedimento, renúncia ou vaga do Diretor-Presidente, o cargo será exercido pelo Diretor Vice-Presidente, pelo período que durar a ausência, licença ou impedimento, e, nos casos de vaga ou renúncia, até o provimento do cargo pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo vaga, renúncia, licença ou impedimento temporário de qualquer dos demais membros da Diretoria Executiva, poderá ela, reunida em colegiado, mediante a aprovação da maioria de seus membros, atribuir a outro Diretor também o exercício das funções respectivas, até que o cargo seja provido pelo Conselho de Administração, ou enquanto durar a licença ou o impedimento, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O Diretor-Presidente ou o membro da Diretoria Executiva eleito na forma deste artigo exercerá o cargo pelo tempo de mandato que restava ao Diretor substituído.

Artigo 15 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por 2 (dois) Diretores, mediante aviso com antecedência mínima de 2 (dois) dias, o qual, entretanto, será dispensado no caso de estarem presentes todos os Diretores. As deliberações da Diretoria Executiva serão adotadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

Artigo 16 - Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia, obedecidos o Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e o Orçamento Anual elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - O Plano Plurianual e Estratégico da Companhia conterà os planos e as projeções para o prazo de 5 (cinco) exercícios financeiros, devendo ser atualizado, no máximo, a cada ano, e abordará em detalhe, entre outros:

- a) as atividades e estratégias da Companhia, incluindo qualquer projeto para construção ou expansão de subtransmissão e distribuição;
- b) os novos investimentos e oportunidades de negócios, incluindo os das controladas e coligadas da Companhia;

- c) os valores a serem investidos ou de outra forma contribuídos a partir de recursos próprios ou de terceiros;
- d) as taxas de retorno e lucros a serem obtidos ou gerados pela Companhia.

Parágrafo Segundo - O Orçamento Anual da Empresa refletirá o Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e deverá detalhar as receitas e as despesas operacionais, os custos e investimentos, o fluxo de caixa, o montante a ser destinado ao pagamento de dividendo, as inversões de recursos com recursos próprios ou de terceiros e outros dados que a Diretoria Executiva considerar necessários.

Parágrafo Terceiro - O Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e o Orçamento Anual serão preparados e atualizados anualmente, até o término de cada exercício social, para vigorar no exercício social seguinte. Ambos serão elaborados, com base no Plano Diretor da Companhia, sob a coordenação do Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores e submetidos ao exame da Diretoria Executiva.

Parágrafo Quarto - Dependerão de deliberação da Diretoria Executiva, reunida como órgão colegiado, as seguintes matérias:

- a) aprovação do plano de organização da Companhia, bem como a emissão e modificação das normas correspondentes;
- b) aprovação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia, bem como suas atualizações e revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;
- c) aprovação do Orçamento Anual da Empresa, que deverá refletir o Plano Plurianual e Estratégico da Companhia então vigente, bem como qualquer investimento ou despesa não prevista no Orçamento Anual aprovado, de valores inferiores a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- d) aprovação de alienação ou constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valores inferiores a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- e) aprovação de contratos em geral, empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- f) exercício de voto nas assembleias gerais de coligadas e controladas, quando versarem sobre matérias contempladas no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;
- g) aprovação dos contratos de compra e venda de energia no atacado, de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), devendo os respectivos instrumentos ser informados ao Conselho de Administração na reunião seguinte à aprovação;
- h) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa e inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e inferior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

i) autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor inferior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

j) autorizar as provisões contábeis da Companhia, independentemente de seu valor, mediante proposta do Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores.

Parágrafo Quinto - A prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos será efetuada pelo Diretor-Presidente, conjuntamente com um Diretor, ou por mandatário devidamente constituído.

Parágrafo Sexto - A outorga de procurações deverá ser realizada pelo Diretor-Presidente, conjuntamente com um Diretor, ressalvada a competência definida na alínea “c”, inciso I, do artigo 17, para a qual será exigida apenas a assinatura do Diretor-Presidente.

Artigo 17 - Observado o disposto nos artigos precedentes, são atribuições dos membros da Diretoria Executiva:

I - Do Diretor-Presidente:

- a) superintender e dirigir os trabalhos da Companhia;
- b) desenvolver as ações estratégicas da Companhia definidas no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;
- c) representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;
- d) assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos de responsabilidade da Companhia;
- e) apresentar o relatório anual dos negócios da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembléia Geral Ordinária;
- f) admitir e demitir pessoal da Companhia;
- g) conduzir as atividades de Auditoria Interna, Relacionamento Institucional, Jurídicas, Comunicação Social, Representação e Ouvidoria.

II - Do Diretor Vice-Presidente:

- a) substituir o Diretor-Presidente nos casos de ausência, licença, impedimentos, renúncia ou vaga;
- b) definir as políticas e diretrizes de meio ambiente, de desenvolvimento tecnológico, de alternativas energéticas, normalização técnica e de melhoria da qualidade de produtos e serviços;
- c) coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação ao meio ambiente, ao processo tecnológico e a gestão estratégica de tecnologia;
- d) coordenar os programas corporativos de promoção e melhoria da qualidade;
- e) promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia;

f) monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais, tecnológicas e da melhoria da qualidade.

III - Do Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores:

a) prover os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme Orçamento Anual, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;

b) coordenar a elaboração e consolidação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e do Orçamento Anual;

c) contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras;

d) determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;

e) detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual;

f) controlar o capital social da Companhia, fixar a política acionária e sugerir a política de dividendo;

g) elaborar pesquisa, estudos e análise do mercado de energia brasileiro para atuação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

h) planejar e efetuar operações de compra e venda de energia no atacado, bem como as operações de gerenciamento de riscos associados;

i) desenvolver atividades de compra, venda e contabilização de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

j) representar a Companhia junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

l) estabelecer preços de compra e venda de energia elétrica;

m) coordenar a elaboração e a negociação das tarifas de energia elétrica da Companhia;

n) analisar propostas e coordenar o desenvolvimento de novos negócios da Companhia que não sejam de subtransmissão, distribuição e comercialização, em conjunto com outras áreas envolvidas;

o) apoiar as outras Diretorias no desenvolvimento dos novos negócios de subtransmissão e distribuição da Companhia;

p) avaliar e acompanhar as participações da Companhia em outras empresas;

q) aprovar os contratos de compra e venda de energia no atacado, de valor inferior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

r) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições.

IV- Do Diretor de Distribuição e Comercialização:

- a) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente aos sistemas de subtransmissão e distribuição da Companhia;
- b) elaborar o planejamento do sistema de distribuição (de média e baixa tensões) da Companhia;
- c) projetar e construir linhas e redes de distribuição;
- d) operar e manter o sistema de subtransmissão e distribuição de energia da Companhia e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;
- e) formular e implementar o plano de marketing relacionado às atividades de distribuição e comercialização;
- f) desenvolver programas e ações junto a consumidores, no sentido de melhor aproveitamento da utilização da energia elétrica;
- g) elaborar as projeções do mercado de atuação desta Diretoria;
- h) relacionar-se comercialmente e efetuar venda de energia elétrica e serviços para consumidores cativos;
- i) conduzir programas e ações ambientais no âmbito desta Diretoria.

V - Do Diretor de Gestão Empresarial:

- a) prover pessoal adequado à Companhia;
- b) definir a política de recursos humanos da Companhia, orientar e promover sua aplicação;
- c) orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;
- d) definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;
- e) projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;
- f) definir políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;
- g) prover a Companhia de recursos e serviços de infra-estrutura e de apoio administrativo;
- h) administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;
- i) proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;
- j) administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;
- l) conduzir programas e ações ambientais no âmbito desta Diretoria;
- m) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa e inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor inferior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

VI - Do Diretor de Planejamento, Projetos e Construções:

- a) elaborar o planejamento da expansão dos sistemas de subtransmissão;
- b) consolidar o planejamento do sistema elétrico da Companhia;
- c) consolidar o Programa de Investimentos em subtransmissão e distribuição da Companhia;
- d) representar a Companhia junto ao Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos

Sistemas Elétricos;

- e) promover o projeto, construção e montagem das instalações de subtransmissão;
- f) promover o projeto e a construção de edificações;
- g) conduzir estudos de avaliação e ações para obtenção de licenciamento ambiental;
- h) conduzir programas e ações ambientais no âmbito desta Diretoria.

VII - Do Diretor sem designação específica:

- a) praticar os atos próprios previstos na legislação e no presente Estatuto, e exercer as atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO V

Do Conselho Fiscal

Artigo 18 - O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização da Companhia, funcionará de modo permanente, e será presidido pelo Presidente do Conselho Fiscal do Acionista Único - CEMIG, e integrado por mais 2 (dois) a 4 (quatro) membros efetivos e respectivos suplentes, todos membros do Conselho Fiscal do Acionista Único - CEMIG, eleitos anualmente pelo Acionista Único - CEMIG, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro - O Presidente do Conselho Fiscal convocará e conduzirá as reuniões.

Parágrafo Segundo - No caso de renúncia do cargo, falecimento ou impedimento, será o membro efetivo do Conselho Fiscal substituído pelo seu respectivo suplente, até que seja eleito o novo membro, o qual deverá ser escolhido pela mesma parte que indicou o substituído.

Parágrafo Terceiro - É vedada a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia que integrem os órgãos de administração do Acionista Único - CEMIG.

Artigo 19 - As atribuições do Conselho Fiscal são as fixadas na Lei de Sociedades por Ações.

CAPITULO VI

Do Exercício Social

Artigo 20 - O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as Demonstrações Financeiras, de acordo com a legislação pertinente, podendo ser levantados balanços semestrais ou intermediários referentes a períodos menores.

Artigo 21 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

Parágrafo Único - O lucro líquido apurado em cada exercício social será assim destinado:

- a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- b) 50% (cinquenta por cento) será distribuído, como dividendo obrigatório, aos acionistas da Companhia, observadas as demais disposições do presente Estatuto e a legislação aplicável;
- c) o saldo, após a retenção prevista em orçamento de capital e/ou investimento elaborado pela administração da Companhia, com observância do Plano Diretor da Companhia e da política de dividendos nele prevista e devidamente aprovado, será aplicado na constituição de reserva de lucros destinada à distribuição de dividendos extraordinários, nos termos do artigo 22 deste Estatuto, até o limite máximo previsto no artigo 199 da Lei de Sociedade por Ações.

Artigo 22 - Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, a partir do exercício social de 2005, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa da Companhia o permitir, a Companhia utilizará a reserva de lucros prevista na alínea “c” do artigo 21 deste Estatuto para a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração com observância do Plano Diretor da Companhia e da política de dividendos nele prevista.

Artigo 23 - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

Parágrafo Único - As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, serão imputadas aos valores dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

Artigo 24- Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Parágrafo Único - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Companhia.

CAPÍTULO VII

Da Responsabilidade dos Administradores

Artigo 25 - Os Administradores respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei e do presente Estatuto.

Artigo 26 - A Companhia assegurará aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, quando legalmente possível, a defesa em processos judiciais e administrativos propostos por terceiros contra as pessoas desses Administradores, durante ou após os respectivos mandatos, por atos relacionados com o exercício de suas funções próprias e que não contrariarem disposições legais ou estatutárias.

Parágrafo Primeiro - A garantia prevista no *caput* deste artigo estende-se aos empregados que legalmente atuarem por delegação dos Administradores da Companhia.

Parágrafo Segundo - Se o membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, o Diretor ou o empregado for condenado, com decisão transitada em julgado, deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas e prejuízos a ela causados.

ANEXO C

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 25 de janeiro de 2006

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Cemig Distribuição S.A.
CNPJ 06.981.180/0001-16

Extrato da ata da 22ª reunião do Conselho de Administração.

Data, hora e local: 25-01-2006, às 14h30min, na sede social, na Av. Barbacena, 1.200, 17º andar, ala A1, em Belo Horizonte-MG.

Mesa: Presidente: Wilson Nélio Brumer / Secretária: Anamaria Pugedo Frade Barros.

Sumário dos fatos ocorridos: I- O Conselho aprovou a ata desta reunião. II- O Conselho autorizou: 1) a emissão das debêntures simples para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 400/2003, com as seguintes características: (i) Forma de Colocação: a distribuição será pública, observando-se o disposto na Instrução CVM 400/2003. A colocação será contratada sob regime de melhores esforços de distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do Sistema de Distribuição de Títulos-SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto-ANDIMA e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação-CETIP e por meio do Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo-BOVESPA custodiado na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia-CBLC, sendo certo que a presente Oferta somente terá como público alvo os titulares das debêntures da 3ª emissão da CEMIG. Não haverá preferência para a subscrição das debêntures pelos acionistas da CEMIG D; (ii) Destinação de Recursos: em razão da Permuta Obrigatória, a CEMIG D não receberá os recursos líquidos desta Oferta, uma vez que estas debêntures serão integralizadas com as debêntures da 3ª emissão da CEMIG, conforme previsto no item “xvi” abaixo. As debêntures que não forem efetivamente subscritas e integralizadas deverão ser canceladas; (iii) Data de Emissão: para todos os fins e efeitos, a data da emissão será 01-06-2005; (iv) Prazo e Data de Vencimento: o prazo de vencimento das debêntures é de 108 meses a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o 1º dia útil de junho de 2014, ocasião na qual a CEMIG D realizará a liquidação das debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da remuneração devida; (v) Número da Emissão e de Séries: 1ª emissão de debêntures da CEMIG D, em série única; (vi) Quantidade de Debêntures: serão emitidas vinte e três mil e quarenta e duas; (vii) Valor Nominal Unitário: dez mil, novecentos e sete reais e cinquenta e dois centavos, na data de emissão (o “Valor Nominal Unitário”); (viii) Valor da Emissão: duzentos e cinquenta e um milhões, trezentos e trinta e um mil, setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos, na data de emissão; (ix) Tipo e Forma: nominativas e escriturais; (x) Espécie: quirografária; (xi) Conversibilidade: simples (não conversíveis em ações); (xii) Garantia Fidejussória: As debêntures e as obrigações assumidas pela CEMIG D nos termos da Escritura de Emissão serão garantidas por fiança, prestada pela CEMIG que se obriga na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações decorrentes da Oferta, até sua final liquidação; (xiii) Remuneração: será composta por: (a) atualização monetária do valor nominal, a partir da data de emissão, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGPM, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo ou que reflita a variação da moeda durante o período, conforme a legislação em vigor, calculada de forma “pro rata temporis”, por dias úteis, e (b) juros de 10,5% ao ano, calculados por dias úteis, com base em um ano de 252 dias, a partir da data de emissão; (xiv) Pagamentos: os juros serão exigíveis anualmente, sendo que o primeiro pagamento realizar-se-á doze meses após a data de emissão, ou seja, no 1º dia útil de junho de 2006, sendo que os demais

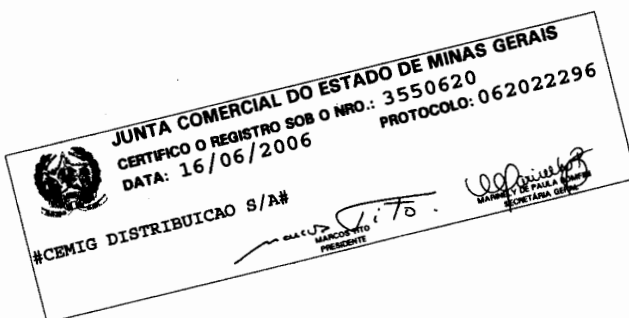
Am

pagamentos de juros deverão ocorrer no 1º dia útil do mês de junho dos anos seguintes, calculados em regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis” por dias úteis. O pagamento do Valor Nominal Unitário atualizado das debêntures deverá ocorrer na data de seu vencimento final, ou seja, 01-06-2014; (xv) Preço de Subscrição: será equivalente ao valor nominal unitário das debêntures, atualizado desde a data de emissão até a data de integralização (“Preço de Subscrição”); (xvi) Integralização e Forma de Pagamento: a integralização das debêntures será à vista, no ato da subscrição, mediante dação em pagamento das debêntures da 3ª emissão da CEMIG, nos termos da permuta obrigatória, sendo que cada debênture da 3ª emissão da CEMIG corresponderá a uma debênture desta Oferta, uma vez que o preço de subscrição das debêntures será igual ao valor unitário atualizado das debêntures da 3ª emissão da CEMIG; (xvii) Cancelamento das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG: em razão da alocação à CEMIG D dos direitos e obrigações decorrentes das debêntures da 3ª emissão da CEMIG, as debêntures da 3ª emissão da CEMIG recebidas pela CEMIG D em integralização às debêntures desta Oferta serão imediatamente canceladas; (xviii) Condições de Pagamento: os pagamentos a que fizerem jus as debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: a) os procedimentos adotados pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia–CBLC, para as debêntures registradas no Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo–BOVESPA, b) os procedimentos adotados pela Câmara de Custódia e Liquidação–CETIP, para as debêntures registradas no Sistema Nacional de Debêntures–SND da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto–ANDIMA e/ou c) para os titulares de debêntures que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do respectivo Banco Mandatário e Escriturador da Oferta; (xix) Vencimento Antecipado: a Escritura de Emissão conterá eventos de vencimento antecipado das debêntures, procedimentos relativos a tais eventos, e demais obrigações da CEMIG D; (xx) Repactuação: as debêntures da Oferta não estarão sujeitas à repactuação programada; 2) a Diretoria Executiva tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários relacionados à realização da Oferta e conduzir as negociações e autorizar a celebração de todos os instrumentos contratuais relativos à Oferta mencionada no item II, 1, acima; e, 3) a participação em Processo Administrativo de Licitação, na modalidade Concorrência, a ser realizado pela Cemig GT, bem como a contratação do Seguro de Risco Operacional - Funcionamento Operacional, diretamente com a seguradora, para garantir danos materiais decorrentes de qualquer acidente que possa resultar em perdas, danos e avarias aos equipamentos de potência das principais instalações da Companhia, pelo prazo de doze meses, prorrogável por até quarenta e oito meses, no limite máximo de sessenta meses. III- O Conselho delegou à Diretoria Executiva da Companhia a competência para aprovar a celebração dos Contratos de Uso do Sistema de Distribuição, Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica e de Reserva de Demanda a Consumidores Cativos, Contratos de Compartilhamento de Infra-Estrutura e, após manifestação do Comitê de Priorização do Orçamento-CPO, dos Termos de Acordo efetivados com clientes para execução de obras no sistema elétrico, que viabilizam o atendimento às suas respectivas unidades consumidoras e que possuam, individualmente, valores iguais ou superiores a cinco milhões de reais, devendo os instrumentos aprovados pela Diretoria Executiva serem informados ao Conselho de Administração na reunião seguinte à aprovação. A presente delegação terá prazo até 28-03-2006. IV- O Conselho rratificou a CRCA-085/2003, para aditamento do Contrato 4680002713 celebrado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT, referente à prestação de serviços de coleta, transporte e distribuição domiciliar, em âmbito estadual, de faturas de consumo de energia elétrica, reavisos de débitos, avisos de corte de desligamento e outros avisos relativos ao fornecimento de energia elétrica, com peso máximo de vinte gramas, postados como objetos simples, com opção de registro e Aviso de Recebimento-AR, com indicação de franqueamento especial, alterando o prazo da



contratação para doze meses, podendo ser prorrogado por até mais quarenta e oito meses, no limite máximo de sessenta meses, e o valor total estimado, permanecendo inalterados os demais termos daquela CRCA. V- Retirada da pauta a matéria relativa à autorização para a abertura de processos administrativos licitatórios e para as efetivações das compras e contratações dos serviços necessários à implementação do plano de ação institucional para cumprimento da nova Norma Regulamentadora-NR nº 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. VI- O Vice-Presidente e os Conselheiros Andréa Paula Fernandes Pansa, Carlos Augusto Leite Brandão, José Augusto Pimentel Pessôa e Antônio Renato do Nascimento teceram comentários sobre assuntos gerais e negócios de interesse da Empresa. Presenças: Conselheiros Wilson Nélio Brumer, Djalma Bastos de Moraes, Andréa Paula Fernandes Pansa, Alexandre Heringer Lisboa, Carlos Augusto Leite Brandão, Francelino Pereira dos Santos, José Augusto Pimentel Pessôa, Maria Estela Kubitschek Lopes, Nilo Barroso Neto, Antônio Renato do Nascimento, Eduardo Lery Vieira, Francisco Sales Dias Horta, Fernando Lage de Melo, Franklin Moreira Gonçalves e Luiz Henrique de Castro Carvalho; e, Anamaria Pugedo Frade Barros, Secretária.

Anamaria Pugedo Frade Barros
Anamaria Pugedo Frade Barros



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO D

Ata da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 29 de junho de 2006,
retificando a ata da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 25 de janeiro de 2006

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Extrato da ata da 32ª reunião do Conselho de Administração.

Data, hora e local: 29-06-2006, às 13 horas, na sede social, na Av. Barbacena, 1.200, 17º andar, ala A1, em Belo Horizonte-MG.

Mesa: Presidente: Wilson Nélio Brumer / Secretária: Anamaria Pugedo Frade Barros.

Sumário dos fatos ocorridos: A- O Conselho aprovou: 1) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do período de janeiro a março de 2006; e, 2) a ata desta reunião. B- O Conselho autorizou: 1) a emissão de notas promissórias (“commercial papers”), para colocação e distribuição pública no mercado de capitais local, ao amparo das Instruções CVM 134/90, 155/91, 400/03 e 429/06, obedecidas as seguintes características: Emissor: Cemig Distribuição S.A.; Valor de emissão: R\$300 milhões; Número de séries: a emissão será realizada em série única; Prazo e vencimento: serão emitidas na data de sua respectiva subscrição e integralização e terão prazo de noventa dias; Regime de colocação: garantia firme; Valor Nominal Unitário: de dez milhões de reais na data de sua respectiva emissão; Número de notas promissórias: 30; Forma: serão emitidas fisicamente e ficarão depositadas junto à instituição habilitada a prestação de serviços de custódia; Remuneração (custo financeiro para o emissor): sobre o Valor Nominal Unitário das notas promissórias incidirão juros remuneratórios à taxa de cento e três por cento da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada “Taxa DI over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base duzentos e cinquenta e dois dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI” e a “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa “pro rata tempore” por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada nota promissória, desde a data da emissão até a respectiva data de vencimento; Pagamento: remuneração e principal no vencimento; Resgate antecipado facultativo: a emissora poderá resgatar antecipadamente as notas promissórias desde que haja anuência expressa dos titulares das mesmas, nos termos da legislação aplicável. No caso de resgate antecipado parcial, o mesmo realizar-se-á mediante sorteio, nos termos do § 1º do artigo 55 da Lei nº 6.404/1976; Garantia: por aval da CEMIG; Local de pagamento: em conformidade com os procedimentos da Câmara de Custódia e Liquidação-CETIP, para as notas promissórias registradas no Sistema de Notas Promissórias, operacionalizado pela CETIP, ou para os titulares das notas promissórias que não estiverem vinculadas ao referido sistema, na sede da Companhia; Comprovação de limites: a 1ª Emissão não necessita observar os limites previstos nos artigos 3º e 4º da Instrução CVM 134/1990, nos termos da dispensa do artigo 1º, inciso III, da Instrução CVM 155/1991; Vencimento antecipado: os titulares das notas promissórias poderão declarar automática e antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das notas promissórias de que sejam detentores e exigir o imediato pagamento pela emissora do Valor Nominal Unitário das notas promissórias acrescido da remuneração e dos encargos, calculados “pro rata tempore”, a partir da data da emissão, mediante carta protocolada ou carta com aviso de recebimento endereçada à sede da emissora na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses: (i) decretação de falência da emissora e/ou da garantidora; ou dissolução e/ou liquidação da emissora e/ou garantidora; ou pedido recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela emissora e/ou garantidora; ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos



termos da legislação aplicável; (ii) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a emissora cujo valor, individual ou agregado, não pago ultrapasse cinquenta milhões de reais, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela emissora, ou se for cancelado ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de trinta dias contado da data de vencimento da obrigação; (iii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da emissora e/ou da garantidora, decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a cinquenta milhões de reais; (iv) mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle acionário da emissora e/ou garantidora, salvo se por determinação legal, sem a prévia anuência dos titulares; (v) incorporação da emissora por outra empresa, cisão ou fusão da emissora e/ou da garantidora, salvo se por determinação legal; (vi) privatização da emissora e/ou garantidora; (vii) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela emissora e/ou garantidora; ou (viii) inadimplemento injustificado pela emissora e/ou garantidora, ou falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento de qualquer dívida ou qualquer obrigação de pagar, segundo qualquer acordo da(s) qual(is) seja(m) parte(s) como mutuária ou avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a cinquenta milhões de reais; Despesas: publicações, anúncios de início e encerramento, taxa ANBID, taxa de registro de emissão na CVM, taxa de registro para negociação em mercado de balcão (NOTA-CETIP), com custo total estimado em R\$300 mil, e despesas com banco mandatário no valor de dois mil e quatrocentos reais; 2) a contratação do BB Banco de Investimento S.A. para a estruturação e colocação das notas promissórias (“commercial papers”), sem custo adicional para a Empresa e a contratação do Banco do Brasil S.A. para a prestação do serviço de banco mandatário, ao custo de dois mil e quatrocentos reais; 3) a contratação de empréstimo, através de Cédulas de Crédito Bancário e/ou Capital de Giro, junto ao Banco do Brasil S.A., para o refinanciamento das notas promissórias (“commercial papers”), nas seguintes bases principais: Valor: R\$300 milhões; Prazo total: 8 anos; Amortização do principal: em 3 parcelas anuais, iguais e consecutivas (em 2012, 2013 e 2014); Pagamento dos juros: semestralmente, inclusive durante a carência; Custo financeiro: 104,1% do CDI sobre o saldo devedor mais IOC de 1,5% sobre o valor da operação pago antecipadamente na data do desembolso, limitado ao primeiro ano das operações, conforme legislação vigente; Garantia: garantia corporativa mediante aval ou fiança da CEMIG (empresa holding) em todos os instrumentos a serem firmados; Sindicalização: o Banco do Brasil S.A. poderá, a seu critério, decidir pela sindicalização, mediante a inclusão de novos parceiros para a operação de crédito comercial; 4) a celebração de todos os instrumentos legais necessários à efetivação das deliberações mencionadas nos itens 1, 2 e 3 da alínea B, acima; 5) a celebração do Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público Estadual, representado pela Procuradoria-Geral de Justiça, tendo como órgão executor do presente ajuste a Secretaria Executiva do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor/PROCON-MG, para aprimoramento na solução dos problemas apresentados por consumidores, consistente no estabelecimento de canal de comunicação telefônico exclusivo e direto entre os órgãos de defesa do consumidor-Procons e a Cemig D, a ser feito por meio do serviço conhecido como 0800, com vigência de sessenta meses, a contar da data da celebração, sem desembolso financeiro; e, 6) a celebração do 1º Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnico-Científica firmado com o Centro de Gestão Estratégica de Tecnologia-CGET, visando inclusão do Plano de Trabalho do CGET, alterando suas funções e forma de pagamento, adequação à Instrução Normativa nº 07/2003 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e exclusão de dois Projetos da Companhia. C- Foram retiradas da pauta as matérias referentes à contratação de modelagem do site de serviços



dentro das instalações da Empresa para prestação de serviços de produção de documentos, compreendendo, dentre outros, impressão e cópia, acabamentos, diagramação, editoração, digitalização, sistema de “workflow”, portal de serviços e plano de comunicação; celebração com a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas-SETOP do Contrato para construção do desvio definitivo da Linha de Transmissão São João Del Rei 1-Conselheiro Lafaiete, no trecho entre as estruturas 4A e 7A; e, à contratação de serviços de construção, manutenção, desligação/religação de unidades consumidoras, instalação/substituição de ramal de serviço aéreo, poda de árvores, mapeamento e cadastro e projetos e topografia. D- O Conselho rerratificou a CRCA-002/2006, alterando o item 1, subitens (iii), (iv), (vii), (viii) e (xiv), respectivamente Data de emissão, Prazo e data de vencimento, Valor nominal unitário, Valor de emissão e pagamentos, previstos para a 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, de modo a refletir o pagamento de juros das debêntures da 3ª emissão da CEMIG ocorrido em 01-06-2006, conforme segue: (iii) Data de emissão: para todos os fins e efeitos, será 01-06-2006; (iv) Prazo e data de vencimento: o prazo de vencimento será de noventa e seis meses a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o 1º dia útil de junho de 2014, ocasião na qual a Companhia realizará a liquidação das debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu valor nominal unitário, acrescido da remuneração devida; (vii) Valor nominal unitário: será de dez mil, oitocentos e setenta e um reais e seis mil e quarenta e oito décimos de milésimos de centavos, na data de emissão; (viii) Valor da emissão: será de duzentos e cinquenta milhões, quinhentos e três mil, quinhentos e dezessete reais e oitenta centavos, na data de emissão; (xiv) Pagamentos: os juros serão exigíveis anualmente, sendo que o primeiro pagamento se realizará doze meses após a data de emissão, ou seja, no 1º dia útil de junho de 2007, sendo que os demais pagamentos de juros deverão ocorrer no 1º dia útil do mês de junho dos anos seguintes, calculados em regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis” por dias úteis. O pagamento do valor nominal unitário atualizado das debêntures deverá ocorrer na data de seu vencimento final, ou seja, 01-06-2014. Permanecem inalteradas as demais disposições daquela CRCA, ficando, conseqüentemente, ratificadas. E- O Vice-Presidente; os Conselheiros Andréa Paula Fernandes Pansa, Carlos Augusto Leite Brandão, Evandro Veiga Negrão de Lima, Haroldo Guimarães Brasil, José Augusto Pimentel Pessôa e Wilton de Medeiros Daher; o Diretor Flávio Decat de Moura; o Superintendente Pedro Carlos Hosken Vieira; e, o Gerente Paulo Eduardo Pereira Guimarães teceram comentários sobre assuntos gerais e negócios de interesse da Empresa. Presenças: Conselheiros Wilson Nélio Brumer, Djalma Bastos de Moraes, Andréa Paula Fernandes Pansa, Alexandre Heringer Lisboa, Antônio Adriano Silva, Carlos Augusto Leite Brandão, Evandro Veiga Negrão de Lima, Francelino Pereira dos Santos, Haroldo Guimarães Brasil, José Augusto Pimentel Pessôa, Nilo Barroso Neto, Wilton de Medeiros Daher, Eduardo Lery Vieira, Luiz Henrique de Castro Carvalho, Fernando Lage de Melo e Lauro Sérgio Vasconcelos David; Marcus Eolo de Lamounier Bicalho, Conselheiro Fiscal; Flávio Decat de Moura, Diretor; Pedro Carlos Hosken Vieira; Superintendente; Paulo Eduardo Pereira Guimarães, Gerente; e, Anamaria Pugedo Frade Barros, Secretária.

Anamaria Pugedo Frade Barros
Anamaria Pugedo Frade Barros

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO E

Ata da reunião do Conselho de Administração da CEMIG realizada em 25 de janeiro de 2006

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Extrato da ata da 372ª reunião do Conselho de Administração.

Data, hora e local: 25-01-2006, às 9 horas, na sede social, na Av. Barbacena, 1.200, 18º andar, em Belo Horizonte-MG.



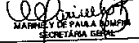
Mesa: Presidente: Wilson Nélio Brumer / Secretária: Anamaria Pugedo Frade Barros.

Sumário dos fatos ocorridos: I- O Conselho aprovou: a) a prestação de garantia fidejussória pela CEMIG, representada por fiança, no âmbito da primeira emissão de debêntures simples da CEMIG GT, na qual serão emitidas sessenta e duas mil e quinhentas debêntures, sendo trinta e uma mil, duzentas e cinquenta debêntures da 1ª série e trinta e uma mil, duzentas e cinquenta debêntures da 2ª série, sendo o prazo de vencimento das debêntures da 1ª série em 01-11-2009 e o prazo de vencimento das debêntures da 2ª série em 01-11-2011, cujo valor nominal será equivalente ao valor nominal atualizado das debêntures da 1ª emissão da CEMIG; e, da primeira emissão de debêntures simples da CEMIG D, na qual serão emitidas vinte e três mil e quarenta e duas debêntures, com vencimento final no 1º dia útil de junho de 2014, cujo valor nominal será equivalente ao valor nominal atualizado das debêntures da 3ª emissão da CEMIG, se obrigando a CEMIG, na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações decorrentes da escritura da primeira emissão de debêntures da CEMIG GT e da escritura da primeira emissão de debêntures da CEMIG D, até sua final liquidação, com renúncia expressa aos benefícios previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406/2002, e nos artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869/1973, pelas obrigações assumidas nas respectivas escrituras de emissão. A fiança é prestada pela CEMIG em caráter irrevogável e irretratável e vigorará até o integral cumprimento, pela CEMIG GT e pela CEMIG D, de todas as suas obrigações previstas nas respectivas escrituras de emissão; e, b) a ata desta reunião. II- O Conselho autorizou a Diretoria Executiva praticar todos os atos necessários à efetivação da fiança mencionada no item I, alínea "a", supra, conduzir as negociações e autorizar a celebração dos contratos necessários à sua efetivação, inclusive as respectivas escrituras de emissão, de maneira que a fiança seja existente, válida e eficaz enquanto não cumpridas todas as obrigações a serem assumidas pela CEMIG GT e pela CEMIG D. III- Retirada da pauta a matéria referente à autorização para a abertura de processos administrativos licitatórios e para as efetivações das compras e contratações dos serviços necessários à implementação do plano de ação institucional para cumprimento da nova Norma Regulamentadora-NR nº 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. IV- Realizada a terceira e última parte do Seminário de Desenvolvimento do Conselho de Administração e Diretoria Executiva, programa desenvolvido pela Fundação Dom Cabral. V- O Vice-Presidente; os Conselheiros Andréa Paula Fernandes Pansa, Carlos Augusto Leite Brandão, José Augusto Pimentel Pessoa e Antônio Renato do Nascimento; o Diretor Flávio Decat de Moura; e, o Assistente João Batista Zolini Carneiro teceram comentários sobre assuntos gerais e negócios de interesse da Empresa. Presenças: Conselheiros Wilson Nélio Brumer, Djalma Bastos de Moraes, Andréa Paula Fernandes Pansa, Alexandre Heringer Lisboa, Carlos Augusto Leite Brandão, Francelino Pereira dos Santos, José Augusto Pimentel Pessoa, Maria Estela Kubitschek Lopes, Nilo

João Batista Zolini

Barroso Neto, Antônio Renato do Nascimento, Eduardo Lery Viana, Francisco Sales
Dias Horta, Fernando Lage de Melo, Franklin Moreira Gonçalves e Luiz Henrique de
Castro Carvalho; Celso Ferreira, Elmar de Oliveira Santana, Flávio Decat de Moura,
Heleni de Mello Fonseca e José Maria de Macedo, Diretores; João Batista Zolini
Carneiro, Assistente; e, Anamaria Pugedo Frade Barros, Secretária.

Anamaria Pugedo Frade Barros
Anamaria Pugedo Frade Barros

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	
	CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO.: 3578826	PROTOCOLO: 062937383
	DATA: 22/08/2006	
#COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS CEMIG#		
	 MARCOS AURÉLIO PRESIDENTE	 ANAMARIA PUGEDO FRADE BARROS SECRETÁRIA GERAL

ANEXO F

Demonstrações Financeiras da Emissora, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 e
Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
4 - NIRE 3130002056-8		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Barbacena 1200 - 17 ° andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Santo Agostinho	
3 - CEP 30190-131	4 - MUNICÍPIO Belo Horizonte		5 - UF MG
6 - DDD 031	7 - TELEFONE 3299-4900	8 - TELEFONE 3299-3815	9 - TELEFONE 3299-4524
10 - TELEX 311124			
11 - DDD 031	12 - FAX 3299-3934	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL mail@cemig.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Flávio Decat de Moura			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Barbacena, 1200		3 - BAIRRO OU DISTRITO Santo Agostinho	
4 - CEP 30190-131	5 - MUNICÍPIO Belo Horizonte		6 - UF MG
7 - DDD 031	8 - TELEFONE 3299-4903	9 - TELEFONE 3299-3818	10 - TELEFONE 3299-4810
11 - TELEX 311124			
12 - DDD 031	13 - FAX 3299-4691	14 - FAX 3299-3933	15 - FAX 3299-3864
16 - E-MAIL flaviodecat@cemig.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2005	31/12/2005
2 - Penúltimo	08/09/2004	31/12/2004
3 - Antepenúltimo		
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu		5 - CÓDIGO CVM 00385-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Gilberto Grandolpho		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 007.585.878-99

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2005	2 31/12/2004	3
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	2.261.998	1	0
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	2.261.998	1	0
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estatual
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Concessionária de Distribuição de Energia Elétrica
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	---------------	-------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 31/12/2005	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2005	4 - 31/12/2004	5 -
1	Ativo Total	9.255.552	1	0
1.01	Ativo Circulante	3.430.234	1	0
1.01.01	Disponibilidades	533.261	1	0
1.01.02	Créditos	2.744.548	0	0
1.01.02.01	Consumidores e Revendedores	1.188.665	0	0
1.01.02.02	Consumidores _ RTE e Parcela "A"	271.800	0	0
1.01.02.03	Concessionários - Transporte de Energia	250.492	0	0
1.01.02.04	Tributos Compensáveis	81.774	0	0
1.01.02.05	Despesas Antecipadas - CVA	539.321	0	0
1.01.02.06	Créditos Tributários	51.883	0	0
1.01.02.07	Ativo Regulatório PIS-PASEP-COFINS	39.168	0	0
1.01.02.08	Reajuste Tarifário Diferido	321.445	0	0
1.01.03	Estoques	13.766	0	0
1.01.04	Outros	138.659	0	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.623.260	0	0
1.02.01	Créditos Diversos	2.599.172	0	0
1.02.01.01	Consumidores - RTE e Parcela "A"	1.001.305	0	0
1.02.01.02	Despesas Antecipadas CVA	46.549	0	0
1.02.01.03	Créditos Tributários	87.207	0	0
1.02.01.04	Tributos Compensáveis	153.962	0	0
1.02.01.05	Depósitos Vinculados A Litígios	17.343	0	0
1.02.01.06	Consumidores e Revendedores	64.190	0	0
1.02.01.07	Ativo Regulatório PIS-PASEP-COFINS	374.622	0	0
1.02.01.08	Reajuste Tarifário Diferido	853.994	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	24.088	0	0
1.03	Ativo Permanente	3.202.058	0	0
1.03.01	Investimentos	1.756	0	0
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	3.199.925	0	0
1.03.03	Diferido	377	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/2005 Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2005	4 - 31/12/2004	5 -
2	Passivo Total	9.255.552		1 0
2.01	Passivo Circulante	3.118.086		0 0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	209.171		0 0
2.01.02	Debêntures	0		0 0
2.01.03	Fornecedores	640.809		0 0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	438.340		0 0
2.01.05	Dividendos a Pagar	907.541		0 0
2.01.06	Provisões	337.233		0 0
2.01.06.01	Salários e Encargos Sociais	123.106		0 0
2.01.06.02	Encargos Regulatórios	158.634		0 0
2.01.06.03	Participação nos Lucros	55.493		0 0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0		0 0
2.01.08	Outros	584.992		0 0
2.01.08.01	Despesas Antecipadas - CVA	208.195		0 0
2.01.08.02	Obrigações Pós-Emprego	114.866		0 0
2.01.08.03	Outras Obrigações	261.931		0 0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	3.825.962		0 0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.925.946		0 0
2.02.02	Debêntures	0		0 0
2.02.03	Provisões	2.885		0 0
2.02.03.01	Provisões para Contingências	2.885		0 0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0		0 0
2.02.05	Outros	1.897.131		0 0
2.02.05.01	Despesa Antecipada - CVA	31.508		0 0
2.02.05.02	Obrigações Pós-Emprego	935.126		0 0
2.02.05.03	Fornecedores	264.123		0 0
2.02.05.04	Impostos, Taxas e Contribuições	615.800		0 0
2.02.05.05	Outras Obrigações	50.574		0 0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0		0 0
2.05	Patrimônio Líquido	2.311.504		1 0
2.05.01	Capital Social Realizado	2.261.998		1 0
2.05.02	Reservas de Capital	0		0 0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0		0 0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0		0 0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0		0 0
2.05.04	Reservas de Lucro	49.506		0 0
2.05.04.01	Legal	49.506		0 0
2.05.04.02	Estatutária	0		0 0
2.05.04.03	Para Contingências	0		0 0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0		0 0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0		0 0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0		0 0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0		0 0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0		0 0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/12/2005	4 - 08/09/2004 a 31/12/2004	5 -
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	9.274.966	0	0
3.01.01	Fornecimento Bruto de Energia	7.430.028	0	0
3.01.02	Reajuste Tarifário Diferido	591.010	0	0
3.01.03	Receita de Uso da Rede	1.200.587	0	0
3.01.04	Outras Receitas Operacionais	53.341	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(2.878.119)	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	6.396.847	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(5.131.350)	0	0
3.04.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.890.075)	0	0
3.04.02	Encargos Uso da Rede Básica Transmissão	(554.363)	0	0
3.04.03	Pessoal e Administradores	(762.639)	0	0
3.04.04	Entidade de Previdência Privada	(108.358)	0	0
3.04.05	Materiais	(71.812)	0	0
3.04.06	Serviços de Terceiros	(280.628)	0	0
3.04.07	Depreciação e Amortização	(361.301)	0	0
3.04.08	Provisões Operacionais	(66.617)	0	0
3.04.09	Royalties (Comp. Financ. Rec. Hídricos)	(32.790)	0	0
3.04.10	Quota para Conta Consumo de Combustível	(387.126)	0	0
3.04.11	Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	(279.025)	0	0
3.04.12	Reversão (Provisão) RTE	(82.285)	0	0
3.04.13	Eficiência Energética e P&D	(172.804)	0	0
3.04.14	Outras	(81.527)	0	0
3.05	Resultado Bruto	1.265.497	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(67.407)	0	0
3.06.01	Com Vendas	(119.930)	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(68.460)	0	0
3.06.03	Financeiras	108.164	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	882.507	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(774.343)	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	12.819	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	1.198.090	0	0
3.08	Resultado Não Operacional	(30.716)	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	1.167.374	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(397.789)	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	220.544	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	990.129	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2005 a 31/12/2005	4 -08/09/2004 a 31/12/2004	5 -
	NÚMERO AÇÕES, EX-TEOURARIA (Mil)	2.261.998	1	0
	LUCRO POR AÇÃO	0,43772	0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/12/2005	4 - 08/09/2004 a 31/12/2004	5 -
4.01	Origens	2.834.803	1	0
4.01.01	Das Operações	801.663	0	0
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	990.129	0	0
4.01.01.02	Vis. que não repr. mov. Cap. Circulante	(188.466)	0	0
4.01.01.02.01	Depreciação e Amortização	363.672	0	0
4.01.01.02.02	Juros e Variações Monet.de Longo Prazo	(497.961)	0	0
4.01.01.02.03	Impostos Federais Diferidos	390.577	0	0
4.01.01.02.04	Baixas Líquidas de Imobilizado	26.141	0	0
4.01.01.02.05	Obrigações Pós-Emprego	111.189	0	0
4.01.01.02.06	Provisão para Perdas - Recomp. Tarifária	82.285	0	0
4.01.01.02.07	Ativo Regulatório - PIS-PASEP-COFINS	(76.244)	0	0
4.01.01.02.08	Provisão para Perdas Operacionais	2.885	0	0
4.01.01.02.09	Reajuste Tarifário Diferido	(591.010)	0	0
4.01.02	Dos Acionistas	259.042	1	0
4.01.02.01	Ativo Líquido C.P.transf. através Aporte	259.042	0	0
4.01.02.02	Aumento de Capital	0	1	0
4.01.03	De Terceiros	1.774.098	0	0
4.01.03.01	Financiamentos Obitidos	709.407	0	0
4.01.03.02	Obrigações Especiais	75.873	0	0
4.01.03.03	Transf.Realiz.L.P.Desp.CVA	249.660	0	0
4.01.03.04	Transf.Realiz.L.P. PIS/COFINS	66.539	0	0
4.01.03.05	Transf.Realiz. L.P. Recomp.Tarif.Ext.	205.109	0	0
4.01.03.06	Transf.Realiz.L.P. Reajuste Tarif.Difer.	374.864	0	0
4.01.03.07	Transf.Realiz.L.P. Créditos Tributários	33.138	0	0
4.01.03.08	Redução do Realiz. a Longo Prazo	13.276	0	0
4.01.03.09	Outros	46.232	0	0
4.02	Aplicações	2.522.656	0	0
4.02.01	Tributos Compensáveis	51.636	0	0
4.02.02	Despesas Antecipadas - CVA	114.958	0	0
4.02.03	Em Investimentos	1.236	0	0
4.02.04	No Imobilizado	921.075	0	0
4.02.05	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	940.623	0	0
4.02.06	Transf.p/Circ. Fornecedores	70.591	0	0
4.02.07	Transf.p/Circ. Obrigações Especiais	156.705	0	0
4.02.08	Tributos e CSSL Transf. do Circulante	236.409	0	0
4.02.09	Outros	29.423	0	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	312.147	1	0
4.04	Variação do Ativo Circulante	3.430.233	1	0
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	1	0	0
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	3.430.234	1	0
4.05	Variação do Passivo Circulante	(3.118.086)	0	0
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	0	0	0
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	(3.118.086)	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/2005

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1	0	0	0	0	1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	2.261.997	0	0	0	0	2.261.997
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	990.129	990.129
5.07	Destinações	0	0	0	49.506	(990.129)	(940.623)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	49.506	(49.506)	0
5.07.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(220.544)	(220.544)
5.07.03	Dividendos Complementares	0	0	0	0	(720.079)	(720.079)
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	2.261.998	0	0	49.506	0	2.311.504

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/2005

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 08/09/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	1	0	0	0	0	1
5.03.01	Aporte de Capital	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	0	0
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Dividendos Complementares	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	1	0	0	0	0	1

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Cemig Distribuição S.A., levantados em 31 de dezembro de 2005 e 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2005 e 2004, e o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As informações suplementares contidas nos Anexos I e II, referentes, respectivamente, à demonstração do fluxo de caixa e do valor adicionado da Cemig Distribuição S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós examinadas, de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas,

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 12 às demonstrações financeiras, em decorrência da revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, a ANEEL fixou, em 7 de abril de 2004, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Companhia em 37,86%, aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica retroativamente a 8 de abril de 2003. Em 7 de abril de 2005, a ANEEL alterou esse percentual, em caráter definitivo, para 44,41%. Essa alteração resultou no aumento da receita bruta no montante de R\$591.010 mil e um aumento no lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2005 de R\$335.398 mil, líquidos dos efeitos fiscais.

Belo Horizonte, 8 de março de 2006

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 S/MG

Gilberto Grandolpho
Contador
CRC-SP 139.572/O-5 S/MG

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2005

Senhores Acionistas,

A Cemig Distribuição S.A. ("Cemig Distribuição" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Obtivemos em 2005 um expressivo resultado representado pelo nosso lucro líquido de R\$ 990 milhões e pela geração de caixa de R\$ 1.454 milhões, medida pelo LAJIDA, o que coloca a Cemig Distribuição não só como a maior distribuidora de energia elétrica do país mas também como uma das maiores da América Latina, seja pela lucratividade, pelo número de consumidores, pelo tamanho de nossa rede ou pelo volume de energia distribuída.

Dentro do novo marco regulador, implementado a partir de 2003 pelo Governo Federal, buscamos usufruir de todas as oportunidades de crescimento que identificamos seja através da negociação franca e aberta com nossa agência de regulamentação, a ANEEL, que estabelece os mecanismos de remuneração das concessionárias, seja pela redução de nossos custos operacionais resultando em maior agregação de valor aos investimentos realizados por nossos acionistas.

Implementamos técnicas gerenciais que se inserem entre as mais eficazes utilizadas por empresas de ponta em todo o mundo e que resultaram em melhoria substancial em nossos índices operacionais, tais como inspeções de rede por helicóptero e controle via satélite de equipes de manutenção. Nossos empregados são intensivamente treinados nestas técnicas que visam não somente a melhoria operacional mas também a segurança no trabalho e para a comunidade que servimos.

Empregamos ferramentas de gestão que asseguram a maximização do desempenho empresarial tais como o BSC- balanced scorecard, que visa permeiar por toda a estrutura corporativa as metas e estratégias para o atendimento dos planos empresariais.

Atendemos de forma geral a todos os requisitos operacionais mínimos estabelecidos pelo órgão regulador como fator de medição de qualidade de prestação de serviço aos nossos clientes o que resulta em adimplência total com nosso contrato de concessão. Neste aspecto, procuramos ampliar o entendimento sobre a regulamentação para estabelecer uma relação de confiança com a agência reguladora, de forma a assegurar a prestação de serviço de melhor qualidade aos nossos clientes.

Nossa gestão visa a assegurar a geração de recursos suficientes para financiar nossa expansão o que permite atender não só os compromissos com nosso contrato de concessão mas também às metas de participação de mercado estabelecidas em nosso Plano Diretor, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Cemig Holding. Assim sendo, investimos em 2005 R\$ 846 milhões para ampliar o atendimento aos nossos mais de 6 milhões de consumidores com ênfase para o Programa Luz Para Todos, patrocinado pelos Governos Estadual e Federal, através de recursos a fundo perdido ou custos subsidiados e que visa à ligação de 100% de consumidores rurais de baixa renda até o final de 2006.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Reafirmamos nosso compromisso de gerir a Companhia com responsabilidade social e ambiental voltado para o atendimento dos interesses de longo prazo não só de nossos acionistas mas também de nossos empregados, clientes e da comunidade que servimos.

Para isto temos tomado medidas que asseguram a sustentabilidade de nossa atividade tais como a seleção criteriosa de investimentos, redução de custos operacionais, atendimento às determinações legais e reguladoras e implementação de práticas gerenciais modernas bem como aos anseios da comunidade que servimos através da ligação de novos consumidores e o suprimento de energia elétrica a baixo custo às comunidades carentes.

Estamos confiantes de que todo o conhecimento acumulado pela Companhia aliado ao foco no nosso negócio irá proporcionar grandes benefícios não só aos nossos acionistas mas também a todos que interagem com a Companhia.

AMBIENTE REGULATÓRIO - LEILÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

Esse foi um ano de consolidação do novo modelo do setor elétrico. Foram realizados quatro leilões para compra de energia elétrica pelo governo federal no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), sendo três leilões para empreendimentos já existentes e um para novos empreendimentos.

A realização de diversas audiências e consultas públicas e a conseqüente emissão de resoluções pela Aneel, regulamentando as regras de comercialização, também contribuíram para essa consolidação, com grande envolvimento dos agentes e de associações como Abradee, Abrage, Apine, Abrace e Abracel.

Participação da Cemig Distribuição no leilão de energia

Em 2005, a Cemig Distribuição, participou dos diversos leilões de energia do Ambiente de Contratação Regulada (ACR). O primeiro desses leilões foi realizado pela CCEE em 07/12/2004 para início de suprimento a partir de 01/01/2005. A Cemig Distribuição comprou energia com início de entrega em 2005, 2006 e 2008. O prazo de duração desses contratos é de 8 anos. Os resultados da compra e venda de energia pela Cemig Distribuição nos leilões de energia existente promovidos pela CCEE encontram-se na tabela a seguir:

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Leilões de Energia Existente

	Ano de Início do Fornecimento			
	2005	2006	2007	2008
CEMIG-D (compra)				
Volume (MW médios)	530	919	-	105
Prazo do Contrato (anos)	8	8	-	8
Preço (R\$/MWh)	57,51	67,33	-	83,13

No Leilão de Energia Nova, realizado em 16/12/2005, a Cemig Distribuição realizou compras cujo resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Leilão de Energia Nova

	2008	2009	2010
Hidráulica			
Volume (MW médios)	4,5	3,2	92,0
Prazo do Contrato (anos)	30	30	30
Preço (R\$/MWh)	106,95	113,89	114,83
Térmica			
Volume (MW médios)	35,3	58,8	89,0
Prazo do Contrato (anos)	15	15	15
Preço (R\$/MWh)	132,26	129,26	121,81
Total			
Volume (MW médios)	39,8	62,0	181,0
Preço (R\$/MWh)	127,15	127,77	117,11

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESVERTICALIZAÇÃO

Os contratos de concessão para distribuição, transmissão e geração de energia elétrica da CEMIG, controladora da Cemig Distribuição, assinados em 1997, determinavam a reestruturação das suas operações através do desmembramento de suas atividades de geração, transmissão e distribuição em subsidiárias integrais ("desverticalização").

Adicionalmente, a Medida Provisória nº 144, de 11 de dezembro de 2003, posteriormente convertida na Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, de reestruturação do modelo do setor elétrico brasileiro, determinou a separação em empresas distintas das atividades de geração e transmissão da atividade de distribuição de energia elétrica.

Desta forma, as redes e linhas de distribuição e outros ativos e passivos relacionados às atividades de distribuição de energia elétrica da CEMIG foram transferidos, a partir de 1º de janeiro de 2005, para a Cemig Distribuição.

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Política de atendimento

A Cemig Distribuição implementa, de forma contínua, ações de melhorias na estrutura de atendimento aos seus clientes, objetivando estabelecer canais de comunicação mais eficientes e agilidade no atendimento. Dentre as ações, destacamos:

- Manutenção contínua do credenciamento de estabelecimentos comerciais (farmácias, locadoras e padarias), para a expansão dos pontos de arrecadação e prestação de outros serviços comerciais em áreas que não possuem representação da Cemig Distribuição.
- Implementação do Cemig Postal, um canal desenvolvido para os nossos clientes onde são utilizados formulários com postagem "pré-paga", disponíveis gratuitamente em locais sinalizados nos agentes Cemig Fácil.
- Expansão e adequação da Central de Atendimento "Fale com a Cemig" às exigências da ANEEL, que regulamentou este canal de comunicação dos clientes com as concessionárias de energia. Hoje, o "Fale com a Cemig" está estruturado com 357 posições de atendimento para atender nossos clientes 24 horas por dia, via telefone, portal da Cemig, Chat e e-mail, permitindo maior eficiência nos serviços e garantindo comodidade e conforto aos clientes, que solicitam os serviços sem sair de casa. A capacidade de atendimento ultrapassa a casa das 60.000 chamadas/dia, tendo ultrapassado, em dias atípicos, o volume de 82.000 chamadas/dia, sem prejuízo da qualidade do atendimento.
- Reestruturação e modernização das Agências de Atendimento para adequá-las a uma nova filosofia de relacionamento, com aplicação das áreas de auto-atendimento e instalação de linhas telefônicas com acesso direto à Central de Atendimento "Fale com a Cemig".

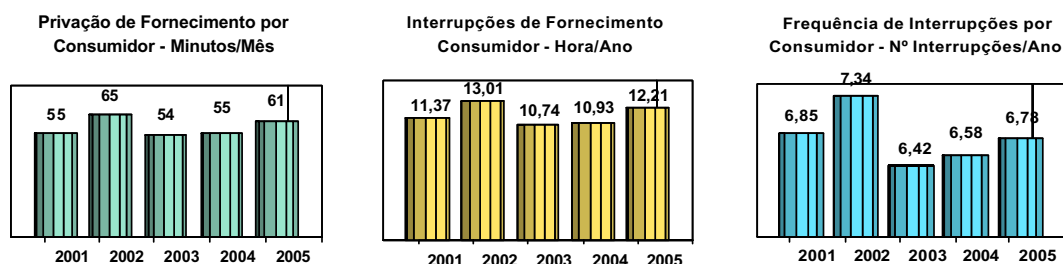
99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Qualidade no fornecimento

Os gráficos a seguir apresentam a evolução histórica dos indicadores de qualidade.



Do total desses indicadores, cerca de 20% se referem aos desligamentos programados para melhorias na qualidade do fornecimento. Esses desligamentos são precedidos de avisos e, portanto, reduzem o impacto, para os clientes, do corte temporário de energia.

Tarifa

As tarifas da Cemig Distribuição tiveram um reajuste médio de 23,88%, a partir de 8 de abril de 2005. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo com o objetivo de eliminar gradualmente, conforme nota da ANEEL, os subsídios cruzados existentes entre os grupos de consumo. Desta forma, os consumidores residenciais tiveram um percentual de aumento de 18,48% em suas contas de energia enquanto que, os consumidores de alta tensão tiveram um aumento de 25,14%.

Do reajuste médio de 23,88%, 12,40% referem-se efetivamente ao reajuste tarifário anual e 11,48% aos componentes financeiros externos ao reajuste anual, incluídos para amortização de ativos regulatórios ainda relacionados ao programa de racionamento, revisão tarifária de 2003 e outros.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Lucro Líquido

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2005, um lucro líquido de R\$990 milhões. Os principais itens que compõem este resultado estão demonstrados a seguir:

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

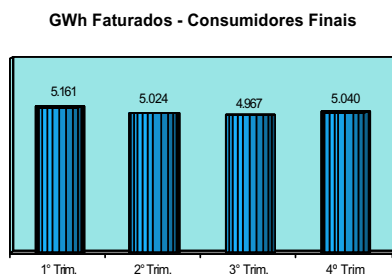
06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Receita Operacional

RECEITAS OPERACIONAIS – R\$ milhões	
	2005
Fornecimento a Consumidores Finais	7.335
Suprimento a Outras Concessionárias e Transações com energia na CCEE/MAE	95
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	7.430
Reajuste Tarifário Diferido	591
Receita de Uso da Rede	1.201
Outras Receitas Operacionais	53
	9.275

Receita com venda de energia para consumidores finais:



A receita com fornecimento bruto de energia elétrica a consumidores finais em 2005 foi de R\$7.335 milhões, correspondentes a 20.192 GWh, fornecidos a 6.010 milhões de consumidores. As classes de consumo mais representativas são a residencial, a industrial e a comercial, representando 32,6%, 26,4% e 18,6% do consumo total, respectivamente.

Receita com venda de energia para revendedores e transações com energia livre na CCEE/MAE

Esta receita decorre substancialmente das sobras de energia adquirida em relação ao consumo e que foram revendidas na CCEE.

Reajuste Tarifário Diferido

Em abril de 2005 foi divulgado, de forma retroativa a abril de 2003, o resultado da revisão tarifária periódica da Cemig Distribuição, implicando em um direito de recomposição nas tarifas de 44,41%.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003 foi de 31,53%. Para compensar a Cemig Distribuição pela receita a menor faturada de abril de 2003 a abril de 2005, a ANEEL incluirá nos reajustes tarifários previstos para ocorrerem de 2005 a 2007 um percentual adicional.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Cemig Distribuição tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores de 2003 a 2005 foi reconhecida como um ativo regulatório em contrapartida ao resultado do exercício, no montante de R\$591 milhões.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Receita de Uso da Rede

A receita de uso da rede em 2005 foi de R\$1.201 milhões e refere-se a encargos de uso da rede de distribuição ("TUSD"), cobrados dos consumidores livres que são atendidos substancialmente pela Cemig Geração e Transmissão.

Custos e despesas operacionais

	2005	Represent. %
Custos Controláveis		
Pessoal	595	11,2
Participações dos Empregados	187	3,5
Obrigações Pós-emprego	111	2,1
Materiais	73	1,4
Serviços de Terceiros	313	5,9
Depreciação e Amortização	364	6,9
Provisões Operacionais	133	2,5
Provisão para Perdas na Recuperação da RTE	82	1,5
Outras Despesas Líquidas	133	2,5
	1.991	37,5
Custos não controláveis		
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.890	35,6
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	33	0,6
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	387	7,3
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	554	10,4
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	279	5,3
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	173	3,3
	3.316	62,5
	5.307	100,0

Custos não controláveis

Os valores dos custos e despesas não controláveis registrados no resultado referem-se aos valores que foram efetivamente utilizados na composição do cálculo da tarifa a ser aplicada pela Cemig Distribuição.

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (incluídos na parcela "A" do reajuste tarifário) que foram incluídos no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente ocorridos são compensados nos reajustes tarifários subseqüentes, através de um mecanismo chamado de CVA ("Compensação da variação dos itens da Parcela "A").

Estas diferenças são registradas no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo como despesas antecipadas, caso a Companhia tenha desembolsado valores a maior do que havia sido considerado na tarifa, ou como obrigações no Passivo Circulante e Não Circulante, em caso contrário.

Conforme mencionado no parágrafo anterior, segue abaixo tabela com os valores de CVA que foram incluídos e excluídos do resultado de 2005.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

	Despesa operacional sem os efeitos da CVA	Valores de CVA incluídos no resultado do período	Valores de CVA excluídos do resultado do período	Despesa efetiva reconhecida no resultado de 2005
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.766	210	(86)	1.890
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	34	(1)	33
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	378	1	8	387
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	458	109	(13)	554
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	251	28	-	279
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica- PROINFA	4	-	(4)	-
Total	2.857	382	(96)	3.143

Compra de energia

Parcela representativa da energia para revenda é advinda da usina de Itaipu, complementado pela compra através dos leilões de energia e outros contratos bilaterais.

Os valores de compra de energia em cada um dos itens estão demonstrados na nota explicativa nº 26 das demonstrações financeiras.

Encargos de Uso da rede de Transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão referem-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, além de investimentos feitos na rede básica de transmissão do Brasil, cujos custos são repassados para os consumidores.

Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC

A CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro, localizadas principalmente no norte do Brasil, e que são rateados entre os concessionários de energia elétrica, conforme valores divulgados pela ANEEL.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida através de fontes alternativas. Os valores a serem pagos pela Cemig Distribuição são definidos pela ANEEL através de Resolução.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

Apesar da despesa referente Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos ser basicamente oriunda da geração de energia, os valores apresentados na Cemig Distribuição são relacionados ao período em que ainda não havia ocorrido a desverticalização da Controladora.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme regulação do setor elétrico, as empresas de distribuição devem investir o percentual de 1,00% da sua receita líquida em programas de eficiência energética e P&D. Alguns programas de eficiência energética e P&D relacionados a receita de períodos anteriores ainda não foram concluídos pelos agentes do setor elétrico, existindo ainda gastos a serem realizados. Este atraso decorre do tempo utilizado na elaboração dos projetos e aprovação pela ANEEL.

Em atendimento a instrução da ANEEL, a Cemig Distribuição reconheceu como despesa no resultado do exercício de 2005 os gastos a serem realizados e para os quais a CEMIG já havia recebido a tarifa correspondente em exercícios anteriores, no valor de R\$173 milhões.

Custos controláveis

Despesa com Pessoal

A despesa com pessoal representa o principal custo controlável no valor de R\$595 representando 11,2% das despesas operacionais. A segregação dos custos com pessoal está demonstrada na nota explicativa nº 26 das demonstrações financeiras.

Participação dos empregados nos resultados

A Cemig Distribuição utiliza como critério geral para pagamento da participação dos empregados um percentual de 3% do resultado operacional definido pela ANEEL na prestação anual de contas.

Adicionalmente, no dissídio coletivo em novembro de 2005 foi acordado com o sindicato o pagamento de parcela extraordinária de R\$132 milhões.

Benefícios pós-emprego

Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Cemig Distribuição, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro de 2005, não considerando a despesa financeira com o pagamento de juros sobre o capital próprio, foi uma receita financeira líquida de R\$329 milhões (receita de R\$883 milhões contra R\$554 milhões de despesa). As contas mais representativas que impactaram o resultado financeiro foram:

- Receita com variação monetária do acordo geral do setor elétrico no montante de R\$269 milhões, representando 30,5% do total das receitas financeiras do exercício.
- Receita com variação monetária e juros incidentes sobre o ativo originado do Reajuste Tarifário Diferido no montante de R\$229 milhões representando 26,0% do total das receitas financeiras do exercício.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Despesa com encargos de empréstimos e financiamentos no montante de R\$217 milhões representando 39,2% do total das despesas financeiras do exercício.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 27 das demonstrações financeiras de 2005.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou em 2005, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$398 milhões em relação ao lucro de R\$1.167 milhões, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 34,1%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 11 das demonstrações financeiras de 2005.

A Distribuição obteve um ganho fiscal em 2005 no montante de R\$75 milhões, em função da destinação de juros sobre o capital próprio, em substituição do dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2005.

LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA

O disponível no fim do exercício somava R\$533 milhões.

A Geração de caixa operacional foi de R\$959 milhões, sendo afetada positivamente principalmente pelo lucro líquido ajustado pelas receitas e despesas que não afetaram o caixa, no valor de R\$849 milhões e pelo recebimento de valores de RTE no montante de R\$261 milhões.

As atividades de financiamento representaram uma entrada líquida de caixa de R\$420 milhões, oriunda de financiamentos obtidos de R\$709 milhões contra amortizações no valor de R\$289 milhões.

No que se referente aos investimentos, a Companhia investiu R\$846 milhões em 2005, relacionados principalmente ao Programa Luz para Todos (comentado em maiores detalhes a seguir).

INVESTIMENTOS

A Companhia possui um Comitê de Priorização de Obras, que vem atuando na análise dos projetos de expansão constantes do plano quinquenal de negócios, recomendando à Diretoria Executiva a execução desses projetos e garantindo que o retorno mínimo exigido pelo Conselho de Administração seja atendido.

Programa "Luz para Todos" – Universalização do acesso e uso da energia elétrica

A Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica se tornou obrigatória através de Lei Federal que atribuiu à ANEEL a tarefa de estabelecer metas de universalização do acesso ao serviço público de energia elétrica, nas quais o atendimento de novas ligações, para unidades consumidoras com carga instalada de até 50 KW atendidas em tensão secundária, deverá ser realizado sem ônus de qualquer espécie para o solicitante.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

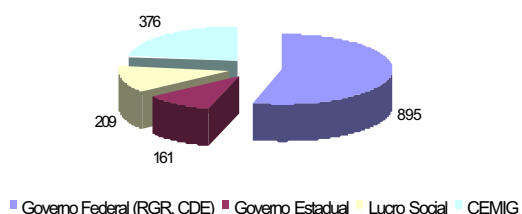
06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Programa instituído pelo Governo Federal em 2003 e denominado "Luz para Todos", objetivou antecipar a meta de completar 100% da eletrificação no país até 2008, sem qualquer ônus para o consumidor.

Em Minas Gerais, o protocolo de adesão assinado estabelece o prazo limite da universalização no Estado de Minas Gerais até 2006, o que exigirá a ligação de aproximadamente 176 mil consumidores rurais.

Estrutura de Financiamento do Programa - R\$ milhões



O Programa tem um orçamento estimado pela Cemig Distribuição em R\$1.641 milhões, sendo necessária a construção de 65 mil Km de rede rural.

Os recursos do Governo Federal são a fundo perdido ou com custos subsidiados e devem ser aportados pela Eletrobrás.

Conforme estabelecido pelo Conselho de Administração, 5,00% do lucro líquido anual deve ser destinado a viabilização de projetos de grande alcance social e de rentabilidade reduzida. A Cemig Distribuição utilizará parte destes recursos no Programa "Luz para Todos".

Em junho de 2005, a Cemig Distribuição assinou contratos com empreiteiras com experiência em integração de grandes empreendimentos, para ligação de cerca de 140 mil clientes rurais do mercado potencial identificado na sua área de concessão, em regime de empreitada parcial. Essa medida possibilitará o cumprimento da meta e do cronograma estabelecidos para conclusão do Programa Luz para Todos em 2006.

No dia 24 de outubro, foi assinado o 2º contrato de financiamento de aproximadamente R\$376 milhões com a Eletrobrás, referente à parcela de participação do Governo Federal nas obras do Programa Luz para Todos. Até o final de 2005 já haviam sido ligados cerca de 50 mil clientes rurais.

Programa Campos de Luz

Esse Programa tem por objetivo incentivar a prática de esportes com a iluminação de campos de futebol, através de um convênio entre a Cemig Distribuição e o Governo do Estado de Minas Gerais. Nos anos de 2004 e 2005 foram iluminados 144 campos. Em 2006 mais 300 campos serão iluminados. O custo orçado é de R\$18 milhões, sendo a metade de responsabilidade da Cemig Distribuição.

Projetos de Melhoria da Iluminação Pública

A Cemig Distribuição vem executando obras de melhoria na iluminação pública no Estado, fazendo a substituição de luminárias e lâmpadas de vapor de mercúrio por equipamentos a vapor de sódio.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O objetivo principal é modernizar os sistemas de Iluminação Pública com a introdução de tecnologia mais eficiente, visando a redução do consumo de energia elétrica no horário de ponta do sistema elétrico, com redução dos gastos com operação. Além disso, visa melhorar as condições de segurança e a qualidade de vida nas cidades mineiras.

Esses projetos fazem parte do Programa de Eficiência Energética - PEE, investimentos provenientes da aplicação de 0,5% da receita líquida da Empresa no ano, que são aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Cemig Distribuição utilizou o Índice de Crimes Violentos – ICV, fornecido pela Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG, para definir a ordem de atendimento das cidades e locais a serem eficientizados, estabelecendo prioridades de execução das obras. Além disso, para que o máximo de municípios fossem atendidos, a Cemig Distribuição estabeleceu um valor máximo para as obras, representando em média, 4% da conta de energia elétrica da Prefeitura, atingindo um investimento total de até R\$500 mil por município.

Em 2005, no Programa de Eficientização, a Empresa substituiu aproximadamente 58 mil luminárias, espalhadas por todas as regiões de Minas Gerais, gerando uma economia de demanda da ordem de 4,6 MWh, que representa, em um ano, 20.150 MWh de energia.

Além do atendimento à resolução da ANEEL, realizado com recursos próprios, a Cemig Distribuição repassa aos municípios do Estado, financiamentos da Eletrobrás, através do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – *Reluz*. Criado em 2001, ele visa complementar ou possibilitar projetos maiores para as cidades que desejam investir em eficiência energética na iluminação pública.

O *Reluz* se diferencia dos projetos de eficiência energética da Empresa, que são aprovados pela ANEEL, pois nele, os empréstimos são liberados somente para iluminação pública, abrindo um leque de opções para esses investimentos. O financiamento, que pode ser pago em 36 parcelas fixas, com juros de 6% ao ano, pode ser obtido para diversos tipos de obras e, não apenas para a troca de lâmpadas de vapor de mercúrio pelas de vapor de sódio.

Em 2005, no Programa *Reluz*, foram modernizados 16.000 pontos de iluminação pública, principalmente em Belo Horizonte, com investimentos de R\$6 milhões, propiciando uma redução anual de 1.400 MWh no consumo.

Programa Cresce Minas

Aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração o “Programa Cresce Minas”, no valor global de R\$686 milhões, a ser executado em 3 anos a partir de 2006, visa a recuperação das condições do sistema elétrico para o atendimento ao mercado de Minas Gerais frente à retomada do crescimento e também o restabelecimento das condições operativas do sistema de Transmissão e Distribuição e da manutenção dos níveis de qualidade de serviço dentro dos parâmetros regulados por níveis de tensão e continuidade.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Outros projetos de distribuição

Foram negociados importantes projetos de iluminação de rodovias que proporcionarão maior segurança para os usuários e para a população que habita as suas margens, destacando-se a iluminação de 22,5 km da MG-010, 22 Km da BR-040 e 9,6 Km da MG-030. A conclusão da parte relativa à BR-040 e MG-030 se deu em fevereiro/2005 ao custo total de R\$4,96 milhões.

A iluminação da MG-010 compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e o Aeroporto Internacional Tancredo Neves ("Confins"), viabilizará a transferência dos vôos domésticos de Belo Horizonte, do Aeroporto da Pampulha para Confins, proporcionando melhor infra-estrutura e segurança aos usuários além de ampliar a utilização do Porto Seco da região. Este projeto se estenderá até 2006 com custo total previsto de R\$4,17 milhões.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Temos como princípio não contratar serviços de consultoria dos auditores externos que possam interferir na independência dos trabalhos de auditoria.

Em 2005, os auditores independentes da Cemig Distribuição não prestaram nenhum tipo de serviço de consultoria.

GESTÃO

A Cemig Distribuição ampliou a certificação de seus processos pela Norma Internacional – NBR ISO 9001:2000. As certificações abrangem as áreas de Engenharia (operação, manutenção e expansão) e Comercial (atendimento, relacionamento com clientes, faturamento e arrecadação). Em 2005 foi certificado o processo Gestão de Procedimentos Administrativos, além da ampliação da abrangência para os Postos de Atendimento e para todas as atividades relativas à corte, religação e inspeção de unidades consumidoras em todo o Estado. A Companhia garantiu a certificação ambiental SGA Nível 1 em 11 gerências, além disso, a Gerência de Relacionamento Comercial e Serviços de Campos de Montes Claros – DO/MC, que atua numa área geográfica de 104.381 km², garantiu a certificação nos três Sistemas de Gestão, Qualidade, Ambiental, Saúde e Segurança.

As certificações abrangem toda a Diretoria de Distribuição e Comercialização e envolvem mais de 5.000 empregados, trazendo benefícios para a Sociedade, Clientes, Empregados, Acionistas, etc. Estas realizações garantem:

- Aumento do nível de padronização e introdução das melhores práticas em todas as áreas do Estado;
- Melhoria na interface entre os processos;
- Melhoria no controle dos processos;
- Agilidade no atendimento aos clientes;
- Aumento do comprometimento dos empregados; e
- Melhoria de seu nível de percepção em relação ao negócio;

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Acordo de Nível de Serviço (ANS)

Com o objetivo de otimizar os recursos disponíveis pelas áreas prestadoras de serviços internos, a Cemig Distribuição decidiu implantar Acordos de Níveis de Serviços (ANS) como parte de seu direcionamento estratégico. A meta é reduzir custos administrativos e operacionais e direcionar os esforços e ativos de forma a alcançar maior eficiência operacional e financeira.

A metodologia escolhida para o alcance desses objetivos foi a de Gestão de Nível de Serviços (GNS), envolvendo aplicação de ABC (Custo Baseado em Atividade) seguida do desenvolvimento dos ANS. O resultado desse trabalho oferece subsídios para a implementação de um *Balanced Scorecard de Serviços*, a ser monitorado através de índices de desempenho estratégico.

Gestão de Transportes

A Cemig Distribuição possui uma Política de Renovação e Adequação da Frota de Veículos com parâmetros e orientações corporativas bem definidas para os órgãos gestores de frota, de forma a otimizar o desempenho, reduzir custos e uniformizar procedimentos.

Telecomunicações e Informática

Projeto de Migração do sistema de gestão integrada - ERP-SAP

Em continuidade ao projeto de migração do ERP-SAP, foram implantados módulos estratégicos que permitem :

- a simulação e realização do planejamento orçamentário de despesas e receitas de forma integrada com o SAP R/3 (Business Planning and Simulation - BPS),
- a automatização dos mapas de Balanced Scorecard vigentes na Cemig Distribuição (BSC)
- a implantação do fluxo de caixa planejado (orçado e simulado), comprometido e realizado (Corporate Finance Management - CFM/LP).

Plano Corporativo de Segurança da Informação

Visando proteger as informações da Companhia contra a perda da confidencialidade, integridade e disponibilidade, bem como atender às exigências legais e regulatórias do negócio da Companhia, foi desenvolvido o Plano Corporativo de Segurança da Informação.

Foi elaborado um diagnóstico e calculado o índice de risco da informação que serviu de subsídio para a especificação de uma nova topologia de segurança para a Rede Corporativa de Dados. O plano contemplou também a criação do Comitê de Segurança da Informação, a revisão da Política de Segurança da Informação, a elaboração da norma de classificação da informação e o diagnóstico para preparação da certificação de um processo na norma BS-7799.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Gestão de Materiais e Serviços

Portal de Compras Eletrônicas

Em novembro de 2005 foi implantado o novo Portal de Compras da Cemig Distribuição. Esta ação garante maior agilidade nos processos de aquisição de materiais e serviços, bem como a modernização do contato com os fornecedores. Através das modalidades de Pregão e Cotação Eletrônica, a Companhia obtém redução dos custos de aquisição, promovendo um processo transparente e seguro.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Recursos Humanos

Para que os processos, políticas e práticas de RH fossem mais aderentes ao Planejamento Estratégico da Companhia, foi desenvolvido o projeto de Alinhamento do Capital Humano. Seus elementos centrais são a gestão estratégica das competências, a valorização dos empregados e seu comprometimento com os resultados da organização. Destacamos o Processo de Gestão de Desempenho, que irá nortear os processos, políticas e práticas de RH.

A Companhia tinha 7.868 empregados em 31 de dezembro de 2005. Durante o ano ocorreram 73 novas admissões e 138 desligamentos.

Gestão de Desempenho

Este processo alimenta e integra os demais processos de Gestão de Pessoas. O modelo adotado contempla o tratamento de Competências (conjunto de conhecimentos, habilidades e comportamentos que gerem um resultado superior) e Resultados (objetivos e metas) e fornecerá subsídios para tomada de decisões críticas relacionadas com a gestão de pessoas. Busca-se promover a gestão estratégica das competências, a valorização dos empregados e seu comprometimento com os resultados da Organização, viabilizando soluções que criem valor para os negócios .

A Gestão de Desempenho, base para os demais processos, irá propiciar uma oportunidade de se incentivar a pessoa a melhorar seu desempenho e refletir sobre seu papel para o crescimento profissional. Em seu escopo está o Acordo de Desenvolvimento Individual, com vistas ao crescimento do empregado a partir da detecção das necessidades de treinamento e, no plano global, o alinhamento das competências dos empregados ao Planejamento Estratégico da Cemig Distribuição.

Treinamento

A Cemig Distribuição objetivando ter e manter um quadro de pessoal com desenvolvimento compatível com as necessidades da Corporação e de acordo com as exigências do mercado, propiciou aos seus empregados, de diversos níveis hierárquicos, a participação em diversos cursos, seminários, congressos, feiras e outras modalidades e práticas.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ampliando o horizonte das possibilidades, a Cemig Distribuição concedeu mediante cláusulas e condições previstas no Acordo Coletivo 2005/2006, o Programa Auxílio Educação que prevê o reembolso de despesas relativas às mensalidades de curso de Graduação ou Técnico, considerando o interesse da Companhia em facilitar o desenvolvimento de seu quadro de pessoal.

No Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, realizou-se treinamento técnico para milhares de treinandos, destacando o Programa de Reciclagem, acrescido da participação de mais 300 empregados de empreiteiras, com vistas, inclusive, de difusão de procedimentos relativos a Segurança do Trabalho, para atuarem no programa "Luz para todos".

Bem Estar do Empregado

Na Pesquisa de Clima Organizacional feita em 2005, um percentual de empregados próximo a 90,0% respondeu ao questionário.

A próxima etapa compreenderá a elaboração de um Plano de Ação Corporativo e de seu desdobramento nas Superintendências e Gerências visando a realização de projetos para melhora do Clima. Atualmente estamos elaborando o Plano de Ação Corporativo.

Em 2005, realizamos os Seminários de Preparação para Aposentadoria, que contribui com o empregado na construção do seu projeto de vida após aposentadoria, e o Curso de Orientação Médico-Social, com ênfase na questão da saúde materno-infantil para casais grávidos, que propicia segurança na vivência da gravidez e facilitação no desempenho das atividades para os pais.

Segurança no Trabalho

A pesquisa de Clima Organizacional 2005 da Cemig Distribuição demonstrou que os empregados percebem que a Companhia é extremamente atuante em relação a segurança do trabalho. Tais resultados fizeram este tema ser o fator que possui a maior favorabilidade da Cemig Distribuição, colocando-a muito acima do mercado geral.

Destacamos a Campanha de Segurança de Terceiros, lançada em junho/2005, voltada para o público externo (empreiteiros, fornecedores, clientes, etc), abordando as principais situações de risco responsáveis pela maioria dos acidentes ocorridos na rede elétrica.

Realizamos ainda o 3º Rodeio de Eletricistas da Cemig Distribuição, coordenado pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, com objetivo de valorizar as habilidades dos eletricistas, com foco voltado para segurança do trabalho.

Saúde e Qualidade de Vida

Preocupada em manter os investimentos em programas de qualidade de vida, promoção da saúde e prevenção de doenças, em 2005, a Cemig Distribuição ampliou o escopo do Programa Energia Vital, com as modalidades: REPENSAR - Programa de Controle da Obesidade; PROLONGAR - Programa de Prevenção das Dores Musculares e PROCOHAR - Programa de controle da Hipertensão Arterial.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Meio Ambiente

O comprometimento com o meio ambiente e com a qualidade de vida da sociedade é uma das condições básicas dos princípios que regem a atuação da Cemig Distribuição. Através de seus estudos e ações, busca imprimir em seus empregados e parceiros a conscientização para a questão ambiental. Essa forma de agir, prevista na Política Ambiental da Cemig Distribuição e presente em todas as atividades que realiza, valoriza os empregados, a Companhia e garante o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A estratégia de implantação de Sistemas de Gestão Ambiental e seus resultados evidenciam a melhoria contínua das ações de responsabilidade socioambiental da Companhia.

A Cemig Distribuição desenvolveu no ano de 2005 diversas ações voltadas a compatibilização de suas atividades com a proteção do meio ambiente, com recursos superiores a R\$6 milhões em programas e estudos ambientais.

Materiais

Dando continuidade aos cuidados com materiais da Companhia, em 2005 destaca-se a reciclagem de lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública em toda a área de concessão, totalizando 240 mil lâmpadas. Além disso, foram regenerados aproximadamente 850 mil litros de óleo isolante, retirados dos transformadores colocados fora de operação.

Arborização Urbana

Dentro das diretrizes da Cemig Distribuição para diminuir as interrupções do fornecimento de energia elétrica causadas por árvores nas redes de distribuição urbana, foram treinados e capacitados cerca de 300 profissionais próprios, de empresas contratadas e de prefeituras em técnicas de poda de árvores urbanas e arborização urbana. Além disso, dando continuidade ao projeto em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a Universidade Federal de Viçosa e a Universidade Federal do Paraná, foram desenvolvidas metodologias de avaliação de árvores em risco de queda visando a substituição preventiva dessas árvores, evitando-se danos às pessoas, veículos e à rede elétrica.

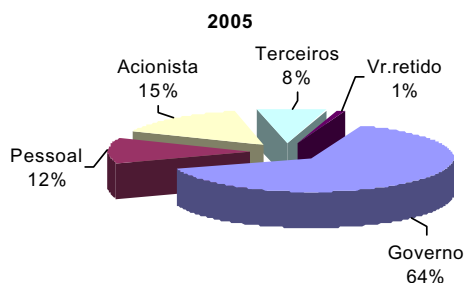
Em 2005, a Cemig Distribuição produziu e forneceu às Prefeituras Municipais 15.000 mudas para a arborização urbana.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valor Adicionado



A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a importância da Companhia para a sociedade, com R\$6.484 milhões de valor adicionado.

A distribuição do valor adicionado da Cemig Distribuição entre os diversos segmentos, pode ser observada no gráfico, devendo ser destacada a parte retida pelo Governo do total distribuído em 2005, correspondente a 64%.

Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig Distribuição em 2005, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Prêmio Mineiro da Qualidade – PMQ: A Cemig Distribuição recebeu o Troféu Prêmio Mineiro da Qualidade – PMQ pelo seu destacado desempenho em relação às demais organizações que participaram do processo de avaliação. Foi também reconhecida na faixa ouro da premiação, por apresentar uma gestão compatível com os critérios de qualidade estabelecidos.

O Prêmio Mineiro da Qualidade permite uma avaliação do Modelo de Gestão adotado pela Cemig Distribuição, medindo o desempenho em relação a referenciais de excelência do mercado mineiro e nacional, identificando e destacando os pontos fortes e as oportunidades de melhoria nos diversos itens avaliados, e tem por objetivo buscar a melhoria contínua no atendimento às necessidades dos clientes, da sociedade, das comunidades, dos acionistas, dos colaboradores, dos fornecedores e dos parceiros.

Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia: A Cemig Distribuição, em 2005, foi vencedora do Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia na categoria Empresas de Distribuição de Grande Porte. Também conhecido como Prêmio Procel de Combate ao Desperdício de Energia, o prêmio é concedido pelo Ministério de Minas e Energia como forma de reconhecimento público ao empenho e aos resultados obtidos pelos diversos agentes que atuam no combate ao desperdício de energia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governador do Estado, Dr. Aécio Neves da Cunha, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades Federais, Estaduais e Municipais, às comunidades servidas pela Cemig Distribuição, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO SOCIAL

1) Base de Cálculo	2005			2004		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			6.393.847			-
Resultado Operacional (RO)			1.089.926			-
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			562.619			-
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	32.112	5,71	0,50	-	-	-
Encargos sociais compulsórios	156.382	27,80	2,44	-	-	-
Previdência privada	111.189	19,76	1,74	-	-	-
Saúde	19.312	3,43	0,30	-	-	-
Segurança e medicina no trabalho	2.176	0,39	0,03	-	-	-
Educação	450	0,08	0,01	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	9.812	1,74	0,15	-	-	-
Creches ou auxílio-creche	1.169	0,21	0,02	-	-	-
Participação nos lucros ou resultados	187.477	33,32	2,93	-	-	-
Outros	10.125	1,80	0,16	-	-	-
Total - Indicadores Sociais Internos	530.204	94,24	8,28	-	-	-
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	4.180	0,38	0,07	-	-	-
Cultura	9.117	0,84	0,14	-	-	-
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	18.860	1,73	0,29	-	-	-4.086
Total das Contribuições para a Sociedade	32.157	2,95	0,50	-	-	-
Tributos (excluídos encargos sociais)	4.188.978	384,34	65,49	-	-	-
Total - Indicadores Sociais Externos	4.221.135	387,29	65,99	-	-	-
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Relacionados com a operação da companhia e com programas e/ou projetos externos	6.157	0,56	0,10	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	6.157	0,56	0,10	-	-	-
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			7.868			-
Nº de admissões durante o período			73			-
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			ND			-
Nº de estagiários (as)			441			-
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			2.156			-
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			981			-
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			7,32			-
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			2.439			-
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			10,96%			-
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			ND			-
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2005			Metas 2006		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia			16,93			-
Número total de acidentes de trabalho			176			-
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Companhia foram definidos por:	() direção e gerências	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção e gerências	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as) + CIPA	() Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a Companhia:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	() não se envolve na Companhia	() apóia no Procon	(x) organiza e incentiva na Justiça	() não se envolverá na Companhia	() apoiará no Procon	(x) organizará e incentivará na Justiça
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	ND	ND	ND	ND	ND	ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	ND %	ND %	ND %	ND %	ND %	ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2005: 6.464.630					
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	64,61% governo	11,87% colaboradores (as)				
	14,51% acionistas	8,25% terceiros	0,76 % retido			

7) Outras Informações

- I. Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos tendem a evoluir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos.
- II. Merecem destaque a reciclagem de lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública em toda a área de concessão da Companhia, totalizando no ano de 2005, 240 mil lâmpadas. Além disso, foram regenerados e reutilizados, também em 2005, aproximadamente 850 mil litros de óleo isolante retirados dos transformadores colocados fora de operação.
- III. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possui metas de redução. A Diretoria da Cemig Distribuição e a entidade sindical representativa dos seus empregados definiram um indicador de consumo de água por empregado.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS

Descrições	2005
Atendimento	
Número de consumidores (em milhares)	6.010
Número de empregados	7.868
Número de consumidores por empregado	764
Número de localidades atendidas	5.415
Número de municípios atendidos	774
Mercado	
Área de concessão (Km ²)	567.740
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.337
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)	
Residencial	474,21
Comercial	410,81
Industrial	268,54
Rural	249,09
DEC (horas)	12,21
FEC (número de interrupções)	6,78
Privação de fornecimento por consumidor – minutos/mês	61
Operacionais	
Número de Subestações	354
Linhas de Subtransmissão (Km)	16.040
Linhas de Distribuição (Km)	
Urbana	84.585
Rural	294.815
Financeiros	
Receita operacional – R\$ milhões	9.275
Receita operacional líquida - R\$ milhões	6.397
Margem operacional - %	17,04
EBITDA OU LAJIDA - R\$ milhões	1.454
Lucro líquido - R\$ milhões	990
Lucro líquido por lote de 1000 ações R\$	437,72
Patrimônio líquido - R\$ milhões	2.312
Valor patrimonial por lote de mil ações	1.022
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	74,93
Endividamento do patrimônio líquido - %	300,41
Liquidez Corrente	1,10
Liquidez Geral	0,87

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos

Wilson Nélio Brumer
Djalma Bastos de Moraes
Aécio Ferreira da Cunha
Alexandre Heringer Lisboa
Antônio Adriano Silva
Francelino Pereira dos Santos
Maria Estela Kubitschek Lopes
Nilo Barroso Neto
José Luiz Alquéres
Carlos Augusto Leite Brandão
Andréa Paula Fernandes
Antônio Luiz Barros de Salles
José Augusto Pimentel Pessoa
Haroldo Guimarães Brasil

Membros Suplentes

Fernando Lage de Melo
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Eduardo Lery Vieira
Franklin Moreira Gonçalves
Francisco Sales Dias Horta
Marco Antônio Rodrigues da Cunha
Luiz Henrique de Castro Carvalho
Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Guy Maria Villela Paschoal
Fernando Teixeira Mendes Filho
Rodrigo Bhering Andrade
Andréa Leandro Silva
Evandro Veiga Negrão de Lima
Antônio Renato do Nascimento

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Luiz Guaritá Neto
Luiz Otávio Nunes West
Itamaury Teles de oliveira
Thales de Souza Ramos Filho

Membros Suplentes

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Ronald Gastão Andrade Reis
Augusto Cesar Calazans Lopes
Ari Barcelos da Silva
Aliomar Silva Lima

DIRETORIA EXECUTIVA

Nome

Djalma Bastos de Moraes
Francisco Sales Dias Horta
Celso Ferreira
Flávio Decat de Moura
Elmar de Oliveira Santana
José Maria de Macedo
Heleni de Mello Fonseca

Cargo

Diretor-Presidente
Diretor Vice-Presidente
Diretor de Planejamento, Projetos e Construções
Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores
Diretor
Diretor de Distribuição e Comercialização
Diretora de Gestão Empresarial

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3299-3930 - 3299-4015

Fax: (31) 3299-3934 - 31 3299-3933

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br , <http://ri.cemig.com.br>

E-Mail: ri@cemig.com.br

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 e 2004

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (Companhia ou Cemig Distribuição) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG.

Os contratos de concessão para distribuição de energia elétrica da CEMIG, assinados em 1997, determinavam a reestruturação das suas operações através do desmembramento de suas atividades de geração, transmissão e distribuição em subsidiárias integrais (“desverticalização”).

Adicionalmente, a Medida Provisória nº 144, de 11 de dezembro de 2003, posteriormente convertida na Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, de reestruturação do modelo do setor elétrico brasileiro, determinou a separação em empresas distintas das atividades de geração e transmissão da atividade de distribuição de energia elétrica.

Desta forma, as redes e linhas de distribuição e outros ativos e passivos relacionados às atividades de distribuição de energia elétrica da CEMIG foram transferidos, a partir de 1º de janeiro de 2005, para a Cemig Distribuição.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.740 Km², aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 6.009.860 mil consumidores (não auditado) em 31 de dezembro de 2005.

2) – DESVERTICALIZAÇÃO

A Assembléia Geral Extraordinária da CEMIG em 30 de dezembro de 2004 autorizou a transferência, a partir de 1º de janeiro de 2005, dos ativos constantes do Imobilizado em Serviço e parte das obrigações e direitos relacionados às atividades de distribuição de energia elétrica para a Cemig Distribuição.

A transferência dos demais direitos e obrigações foi efetuada através de adiantamento para futuro aumento de capital em 1º de janeiro de 2005. A integralização ao capital foi aprovada pela Assembléia de Acionistas em 29 de julho de 2005.

A ANEEL homologou de forma definitiva a transferência das concessões de distribuição de energia elétrica.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Segue tabela com a segregação dos ativos e passivos da CEMIG que foram aportados na Cemig Distribuição em 1º de janeiro de 2005:

	R\$
ATIVO	
CIRCULANTE	
Disponibilidades	17.301
Consumidores e Revendedores	1.127.064
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	327.268
Despesas Antecipadas – CVA	463.508
Tributos Compensáveis	9.641
Estoques	11.901
Outros Créditos	61.180
TOTAL DO CIRCULANTE	2.017.863
NÃO CIRCULANTE	
Realizável a Longo Prazo	
Despesas Antecipadas – CVA	85.786
Ativo Regulatório - PIS- PASEP/COFINS	361.082
Tributos Compensáveis	102.326
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	1.032.601
Reajuste Tarifário Diferido	437.759
Consumidores e Revendedores	78.022
Créditos Tributários	10.621
Outros Créditos	40.875
Total do Realizável a Longo Prazo	2.149.072
Investimentos	419
Imobilizado	4.557.550
Obrigações Especiais	(1.813.035)
Diferido	499
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	4.894.505
ATIVO TOTAL	6.912.368
PASSIVO	
CIRCULANTE	
Fornecedores	397.808
Impostos, Taxas e Contribuições	174.037
Encargos Regulatórios	34.347
Salários e Contribuições Sociais	89.412
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	325.918
Empréstimos e Financiamentos	490.487
Obrigações Pós-Emprego	144.710
Outras Obrigações	102.101
TOTAL DO CIRCULANTE	1.758.820
NÃO CIRCULANTE	
Impostos, Taxas e Contribuições	351.908
Fornecedores	245.873
Empréstimos e Financiamentos	1.233.130
Obrigações Pós-Emprego	980.642
Outras Obrigações	79.997
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	2.891.550
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.261.998
TOTAL DO PASSIVO	6.912.368

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1) Apresentação das Demonstrações Financeiras

Foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia decidiu adotar, em 31 de dezembro de 2005, de forma antecipada, os novos procedimentos de divulgação constantes da Deliberação CVM nº 488 de 3 de outubro de 2005.

Adicionalmente, a Cemig Distribuição está apresentando nos Anexos I e II, as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, respectivamente.

3.2) Principais Práticas Contábeis

(a) Prática Contábil Específica do Setor Elétrico

Despesas de Administração - São apropriadas mensalmente ao custo do imobilizado em curso, mediante rateio de 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros.

(b) Práticas Contábeis Gerais

Disponibilidades - Estão demonstradas ao custo. Os rendimentos auferidos até a data do balanço estão classificados como Outros Créditos, no Ativo Circulante, a valores não superiores aos de realização.

Consumidores e Revendedores - O fornecimento de energia elétrica não faturado na data do balanço é contabilizado em regime de competência.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - É constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com consumidores e revendedores.

Estoques - São avaliados ao custo médio de aquisição, sendo que os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Permanente, não sendo depreciados.

Despesas Antecipadas – CVA - A partir de 26 de outubro de 2001, as diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados “Parcela A”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensadas nos reajustes tarifários futuros, sendo registradas no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo como despesas antecipadas. Após o reajuste tarifário devido, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado na proporção do recebimento dos valores através das contas de energia.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Imobilizado - Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação e aqueles adquiridos ou formados até 31 de dezembro de 1995 foram corrigidos monetariamente até aquela data. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários incorridos relativos a financiamentos obtidos de terceiros, vinculados às Obras em Andamento, são apropriados às Imobilizações em Curso, durante o período de construção.

Depreciação e Amortização - São calculadas sobre o saldo das Imobilizações em Serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Obrigações Especiais - São avaliadas pelo valor recebido de clientes. As obrigações especiais não são depreciadas ou amortizadas, sendo apresentadas nos Balanços Patrimoniais como redutoras do Ativo Imobilizado.

Demais Ativos e Passivos - Os sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados na data dos balanços. Os demais são apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Obrigações Pós-Emprego - Em atendimento a Deliberação CVM nº 371/00, os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais, utilizando o Método da Unidade de Crédito Projetada para determinação do valor presente das obrigações.

Imposto de Renda e Contribuição Social - São provisionados ou constituídos créditos sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, sendo seu efeito lançado no resultado do exercício, observando-se as perspectivas de sua realização.

Resultado - É apurado pelo regime contábil de competência de exercício.

Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - É calculado com base no número de ações na data dos balanços.

Uso de estimativas - A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da Cemig Distribuição se utilize de estimativas para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa de Racionamento, do Acordo Geral do Setor Elétrico, Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE/MAE”), Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Despesas Antecipadas – CVA, Créditos Tributários, Obrigações Pós-Emprego e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4) – DAS CONCESSÕES

A Cemig Distribuição detém junto à ANEEL, as seguintes concessões no Estado de Minas Gerais:

	Informações não auditadas	
	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
Norte	04/1997	02/2016
Sul	04/1997	02/2016
Leste	04/1997	02/2016
Oeste	04/1997	02/2016

A Companhia tem a expectativa de renovação das concessões e, portanto, não são esperadas perdas em função da não renovação das atuais concessões. Essas concessões não são onerosas.

5) – DISPONIBILIDADES

	31/12/2005	31/12/2004
Contas Bancárias	27.954	1
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósito Bancário	505.307	-
	533.261	1

As aplicações financeiras da Cemig Distribuição têm sua remuneração baseada, substancialmente, na variação do CDI – “Certificado de Depósito Interfinanceiro”.

6) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	31/12/2005		Total
		Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	354.068	45.551	71.460	471.079
Industrial	111.721	22.093	202.326	336.140
Comércio, Serviços e Outras	158.826	21.340	54.011	234.177
Rural	48.674	7.042	12.964	68.680
Poder Público	34.626	2.997	4.762	42.385
Iluminação Pública	64.755	3.566	6.749	75.070
Serviço Público	38.750	551	3.084	42.385
Subtotal – Consumidores	811.420	103.140	355.356	1.269.916
Suprimento a Outras				
Concessionárias	14.477			14.477
Provisão para Créditos de				
Liquidação Duvidosa	-		(95.728)	(95.728)
	825.897	103.140	259.628	1.188.665

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Encontra-se registrado no Ativo Realizável a Longo Prazo valores a receber, no montante de R\$64.190, referentes a:

- Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, empresa controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$44.239. A Cemig Distribuição renegociou com a COPASA o pagamento do débito em 96 parcelas mensais e consecutivas, de outubro de 2004 a setembro de 2012. As parcelas são atualizadas pela variação do IGP-M e acrescidas de juros de 0,5% a.m..
- Prefeitura de Belo Horizonte – PBH, no montante de R\$19.951, advindos substancialmente de fornecimento de energia elétrica para iluminação pública. Os débitos da PBH foram renegociados para pagamento em 80 meses, com término em março de 2010 e atualizados em conformidade aos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

A composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, por classe de consumidor, é como segue:

	<u>31/12/2005</u>
Residencial	46.079
Industrial	16.459
Comércio, Serviços e Outras	22.683
Rural	3.734
Poder Público	1.858
Iluminação Pública	3.187
Serviço Público	1.728
	<u>95.728</u>

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2005 é como segue:

Constituição de provisão	98.841
Baixa de contas a receber	(3.113)
Saldo em 31 de dezembro de 2005	<u>95.728</u>

Os critérios para constituição da provisão, conforme definição da ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais, (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

7) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/12/2005
Ativos	
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" – Nota nº 8	1.273.105
Reajuste Tarifário Diferido – Nota nº 12	1.175.439
PIS/COFINS e PASEP – Nota nº 13	413.790
Despesas Antecipadas – CVA – Nota nº 9	585.870
	<u>3.448.204</u>
Passivos	
Fornecedores – Repasse aos Geradores pela Compra de Energia Livre – Nota nº 8	(362.000)
Valores a serem Restituídos na Tarifa – CVA - Nota nº 9	(239.703)
	<u>(601.703)</u>
Impostos Federais Diferidos – Nota nº 16	(843.364)
	<u>(1.445.067)</u>
	<u><u>2.003.137</u></u>

8) RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA "A"

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado "Acordo Geral do Setor Elétrico", que define os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE"), estendida para compensação da variação dos custos não gerenciáveis da Parcela "A" ocorridos no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica –GCE, de 21 de dezembro de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceram os procedimentos para implementação da RTE, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.

- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE mencionada está sendo utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da Cemig Distribuição, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Não foram incluídas na apuração deste valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores, as quais não se espera serem relevantes, e o ICMS.
- Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE/MAE"), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh ("energia livre"). Como a Companhia é apenas uma repassadora às geradoras dos valores recebidos, foram incluídos neste saldo os tributos e outros encargos regulatórios incidentes sobre a receita. Quando do repasse às geradoras, são deduzidos os impostos e encargos regulatórios mencionados.

A recuperação dos créditos através da RTE, conforme Resolução Normativa nº 45, de 3 de março de 2004, é efetuada na proporção de 64,29% e 35,71% para os créditos referentes às perdas com faturamento e energia livre, respectivamente.

Os créditos da RTE referentes a perdas com o racionamento estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

Até o exercício de 2004, 18,00% dos créditos de energia livre não estavam sendo atualizados em função das diversas ações judiciais movidas por companhias geradoras e distribuidoras, inclusive a Cemig Distribuição, questionando os valores divulgados pela CCEE/MAE. Tendo em vista que a Cemig Distribuição e a maior parte das demais empresas retiraram as suas ações da justiça, a Companhia passou, a partir do 3º trimestre de 2005, a atualizar integralmente os créditos da RTE referentes à energia livre.

Esses créditos de RTE referentes a energia livre são atualizados pela SELIC e adicionados de 1,00% de juros ao ano para os valores a serem repassados para os geradores que obtiveram empréstimos do BNDES.

O ICMS incidente sobre o saldo da RTE, correspondente às receitas a serem faturadas, o qual é estimado em R\$180.805 em 31 de dezembro de 2005, somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. A Companhia, neste sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Receita Estadual e, portanto, não efetuou o registro antecipado da referida obrigação.

Provisão para perdas

Conforme Resolução Normativa nº 1 da ANEEL, de 12 de janeiro de 2004, a RTE da Cemig Distribuição teve seu prazo de duração máximo alterado de 82 para 74 meses, passando a vigorar no período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2008. A Companhia elaborou estudo para verificar se o prazo estipulado de 74 meses seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Na elaboração deste estudo foram consideradas determinadas premissas, sendo as mais relevantes àquelas referentes às projeções de reajustes tarifários, taxas de inflação, SELIC e crescimento do mercado de energia.

Com base no estudo, foi estimada em R\$82.285 a provisão para perdas na realização dos valores da RTE em 31 de dezembro de 2005.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A ANEEL realizará em 30 de março de 2006 a audiência pública nº 044/05 com o objetivo de obter contribuições da sociedade visando à regulamentação dos procedimentos de cobrança de RTE dos consumidores atualmente livres e que eram cativos durante a vigência do Programa de Racionamento. Esta mudança de critério representaria um maior recebimento de RTE pela Cemig Distribuição. Desta forma, a Companhia revisará a provisão atualmente constituída após a regulamentação pela ANEEL desse novo procedimento de cobrança e o conseqüente início do recebimento dos valores nas contas de energia.

b) Parcela "A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, a ANEEL definiu que os valores das variações nos itens não gerenciáveis da Parcela "A" deixariam de ser incluídos no prazo limite de vigência da RTE, sendo que sua recuperação será iniciada imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela "A".

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação

c) Composição dos saldos da RTE e Parcela "A"

	31/12/2005		Total
	Principal	Atualização pela SELIC	
Recomposição das perdas com faturamento (1)	713.391	512.865	1.226.256
Valores arrecadados	(458.128)	(329.353)	(787.481)
	255.263	183.512	438.775
Reembolso dos gastos com energia livre dos geradores (2)	442.717	208.596	651.313
Valores arrecadados	(193.440)	(91.143)	(284.583)
	249.277	117.453	366.730
(-) Provisão para Perdas na Realização dos itens da RTE	(47.870)	(34.415)	(82.285)
Total da RTE	456.670	266.550	723.220
Compensação dos itens da Parcela "A" (3)	245.299	304.586	549.885
Total da RTE e da Parcela "A"	701.969	571.136	1.273.105
Ativo Circulante			271.800
Realizável a Longo Prazo			1.001.305

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores da RTE a serem repassados aos geradores referentes à energia livre, registrados no Passivo, na conta de Fornecedores, são como segue:

	31/12/2005		
	Principal	Atualização pela SELIC	Total
Valores a serem repassados aos geradores (2)	419.229	200.078	619.307
(-) Repasses realizados	(174.179)	(83.128)	(257.307)
	245.050	116.950	362.000
Passivo Circulante			97.877
Passivo Não Circulante			264.123

(1) Valores homologados através das Resoluções ANEEL n°s 480 e 481 de 2002 e 001 de 2004.

(2) Valores homologados através das Resoluções ANEEL n°s 001 e 045 de 2004.

(3) Valores homologados através das Resoluções ANEEL n°s 482 de 2002 e 001 de 2004.

9) – DESPESAS ANTECIPADAS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

A Resolução Normativa ANEEL n° 153, de 14 de março de 2005, estabeleceu novos critérios para cálculo das variações da CVA referente à compra de energia. A Resolução mencionada determinou que a partir de sua vigência, retroativa a 29 de novembro de 2004, não seja mais calculada, de forma distinta, as variações referente a compra de energia de Itaipu. Desta forma, são apuradas, a partir da data da vigência da Resolução, as variações da CVA referente a compra total de energia da Companhia (Itaipu, contratos iniciais, leilão de energia e outras origens).

A movimentação do saldo está demonstrada abaixo:

	Saldo em 01/01/2005	Valores Diferidos (1)	Amortização (2)	Atualização Monetária (3)	Saldo em 31/12/2005
Energia Comprada para Revenda	178.189	68.471	(119.128)	30.074	157.606
Quota para a Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	(31.347)	(7.882)	(785)	(346)	(40.360)
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	143.290	17.436	(91.124)	19.589	89.191
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	12.111	6.338	(8.046)	1.934	12.337
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica	169.507	6.964	(100.520)	20.686	96.637
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	44.113	1.384	(34.174)	5.651	16.974
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	33.431	(244)	(28.265)	5.097	10.019
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	-	3.726	-	37	3.763
	549.294	96.193	(382.042)	82.722	346.167

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>31/12/2005</u>
Ativo Circulante	539.321
Ativo Realizável Longo Prazo	46.549
Passivo Circulante	(208.195)
Passivo Não Circulante	(31.508)
(1) Referem-se as variações dos custos não controláveis que compõem a CVA e que não foram incluídos no cálculo do reajuste, desta forma, foram excluídos do resultado.	
(2) Referem-se aos custos não controláveis que compõem a CVA que foram transferidos para o resultado em função das suas inclusões no cálculo do reajuste tarifário da Cemig Distribuição.	
(3) Referem-se a atualização pela variação da SELIC entre a data do pagamento da despesa e a sua efetiva compensação no reajuste tarifário.	

Do saldo em 31 de dezembro de 2005, R\$90.101 referem-se a valores de CVA apurados a partir de 10 de março de 2005 e que serão repassados para a tarifa no reajuste de 8 de abril de 2006.

10) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	<u>31/12/2005</u>
Circulante	
ICMS a Recuperar	1.625
Imposto de Renda	60.576
Contribuição Social	13.705
Outros	5.868
	<u>81.774</u>
Não Circulante	
ICMS a Recuperar	153.962
	<u>235.736</u>

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são compensados em 48 meses, conforme Lei Complementar 102/00. Adicionalmente, encontra-se registrado o montante de R\$ 19.666, referente a créditos de ICMS cuja compensação está sendo discutida judicialmente com o Governo do Estado de Minas Gerais.

11) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos Tributários:

A Companhia possui créditos tributários registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>31/12/2005</u>
Créditos Tributários sobre-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	40.097
Provisão para Contingências	981
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	27.977
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	51.166
Outros	18.869
	<u>139.090</u>
Ativo Circulante	51.883
Realizável a Longo Prazo	87.207

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 20 de fevereiro de 2006, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da Cemig Distribuição referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. Referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 8 de março de 2006.

Conforme as estimativas da Cemig Distribuição, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2005, conforme estimativa abaixo:

	<u>31/12/2005</u>
2006	51.883
2007	33.014
2008	41.311
2009	6.441
2010	6.441
	<u>139.090</u>

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	<u>31/12/2005</u>
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.167.374
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(396.907)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:	
Incentivos Fiscais	6.642
Contribuições e Doações Inedutíveis	(4.843)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(2.724)
Outros	43
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	<u>(397.789)</u>

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, publicada de forma retroativa a 4 de abril de 2004, definiu os resultados da revisão tarifária periódica da Companhia.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em nível compatível com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, proporcionando receita suficiente para a cobertura de custos operacionais eficientes e a remuneração adequada dos investimentos.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme descrito na resolução mencionada, o reposicionamento tarifário definitivo deveria ter sido de 44,41%. A diferença percentual de 12,88% será compensada através de um acréscimo de R\$301.334, a valores de abril de 2003, em cada um dos reajustes tarifários previstos para ocorrerem de 2004 a 2007, cumulativamente.

O reajuste aplicado às tarifas em 8 de abril de 2004 incluiu um percentual adicional de 2,91%, que corresponde a R\$159.388. Como o valor da 1ª parcela deveria ter sido de R\$301.334, a diferença de R\$141.946 será compensada nos reajustes tarifários de 2005 a 2007.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Companhia tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores foi reconhecida como um ativo regulatório, em contrapartida ao resultado do exercício.

Os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	<u>31/12/2005</u>
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	869.175
Juros (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	206.795
Atualização Monetária – IGP-M	99.469
	<u>1.175.439</u>
Ativo Circulante	321.445
Realizável a longo Prazo	853.994

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, cujo saldo em 31 de dezembro de 2005 é de R\$508.377.

13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP de dezembro de 2002 a março de 2005 e nas despesas com COFINS de fevereiro de 2004 a junho de 2005.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Desta forma, a Companhia registrou, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo e em contrapartida reduziu a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

Parte do ativo regulatório, no montante de R\$155.619, será ressarcida através das tarifas em 3 anos, contados a partir de 8 de abril de 2005. Os critérios para ressarcimento dos valores restantes serão ainda definidos pela ANEEL.

14) – IMOBILIZADO

	2005		
	Custo Histórico	Depreciação	Valor Líquido
		Acumulada	
Em Serviço	7.738.325	(3.587.962)	4.150.363
- Distribuição	7.437.484	(3.395.906)	4.041.578
Intangíveis	7.655	(430)	7.225
Terrenos	15.744	-	15.744
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	222.140	(100.112)	122.028
Máquinas e Equipamentos	7.139.209	(3.259.440)	3.879.769
Veículos	42.151	(25.666)	16.485
Móveis e Utensílios	10.585	(10.258)	327
- Administração	300.841	(192.056)	108.785
Intangíveis	62.413	(31.690)	30.723
Terrenos	1.145	-	1.145
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	42.044	(22.178)	19.866
Máquinas e Equipamentos	146.429	(94.058)	52.371
Veículos	29.803	(25.841)	3.962
Móveis e Utensílios	19.007	(18.289)	718
Em Curso	938.470	-	938.470
- Distribuição	859.881	-	859.881
- Administração	78.589	-	78.589
Total do Imobilizado	8.676.795	(3.587.962)	5.088.833
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão			(1.888.908)
Imobilizado Líquido			3.199.925

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As Obrigações Especiais referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária. Conforme práticas contábeis e regulamentação específicas do setor elétrico brasileiro, os referidos valores não são atualizados ou sujeitos a amortização ou depreciação.

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 044, de 17 de março de 1999, são as seguintes:

<u>Distribuição</u>	<u>(%)</u>	<u>Administração</u>	<u>(%)</u>
Chave Sistema	6,70	Software	20,00
Poste de Concreto	5,00	Veículos	20,00
Condutor nu de alumínio	5,00	Equipamento Geral	10,00
Transformador	5,00	Edificação	4,00
Disjuntor	3,00		

15) – FORNECEDORES

	<u>31/12/2005</u>
Circulante	
Suprimento de Energia Elétrica -	
Eletrobrás – Energia de Itaipu	210.495
Fumas	35.927
CCEE/MAE	6.624
Cemig Geração e Transmissão S.A.	65.947
Repasse aos Geradores	97.877
Outros Geradores e Distribuidores	101.968
	<u>518.838</u>
Materiais e Serviços	121.971
	<u>640.809</u>
Não Circulante	
Suprimento de Energia Elétrica	
Repasse aos Geradores	<u>264.123</u>
	<u>904.932</u>

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31/12/2005</u>
Circulante	
Imposto de Renda	6.433
ICMS	164.108
COFINS	16.906
PASEP	3.671
INSS	10.065
Outros	9.593
	<u>210.776</u>
Obrigações diferidas	
Imposto de Renda	133.634
Contribuição Social	48.108
COFINS	37.648
PASEP	8.174
	<u>227.564</u>
	<u>438.340</u>
Não Circulante	
Obrigações diferidas	
Imposto de Renda	376.542
Contribuição Social	135.555
COFINS	85.204
PASEP	18.499
	<u>615.800</u>

As obrigações diferidas são referentes aos ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e Reajuste Tarifário Diferido, os quais são devidos à medida da realização desses ativos e passivos.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17) – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

FINANCIADORES	31/12/2005					
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total
MOEDA ESTRANGEIRA						
ABN AMRO Bank - N. II.	2013	6,00	US\$	78	117.035	117.113
ABN AMRO Real S.A. III	2009	6,35	US\$	3.843	11.029	14.872
ABN AMRO Real S.A. IV	2009	6,35	US\$	10.497	30.126	40.623
ABN AMRO Real S.A. V	2009	6,35	US\$	3.374	9.755	13.129
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)VI	1997/2024	Diversas	US\$	19.063	138.564	157.627
Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID II	1998/2006	7,67	US\$+UC	2.732	-	2.732
B.N.P. – Paribas III	2008/2013	Libor + 1,875	US\$	405	28.676	29.081
KFW	2001/2016	4,50	EURO	1.826	18.264	20.090
UNIBANCO VII	2007	6,50	US\$	153	105.804	105.957
UNIBANCO VIII	2009	5,50	US\$	33	4.772	4.805
UNIBANCO IX	2009	5,00	US\$	51	11.896	11.947
Outros	1997/2007	Diversas	Diversas	1.996	1.409	3.405
Dívida em Moeda Estrangeira				44.051	477.330	521.381
MOEDA NACIONAL						
Banco Credit Suisse First Boston S.A. III	2006	100,00 do CDI	R\$	22.995	-	22.995
Banco do Brasil VII	2009	111,00 do CDI	R\$	1.410	56.177	57.587
Banco do Brasil VIII	2013	CDI + 1,70	R\$	1.842	20.000	21.842
Banco do Brasil IX	2013	107,60 do CDI	R\$	11.594	96.000	107.594
Banco Itaú – BBA V	2008	IGP-M + 10,48	R\$	2.497	158.443	160.940
Banco Itaú – BBA VI	2008	CDI + 2,00	R\$	335	10.440	10.775
Banco Itaú – BBA VII	2013	CDI + 1,70	R\$	11.893	132.433	144.326
Banco Votorantim S.A. III	2010	113,50 do CDI	R\$	2.750	29.247	31.997
Banco Votorantim S.A. IV	2013	CDI + 1,70	R\$	8.265	98.214	106.479
Bradesco III	2013	CDI + 1,70	R\$	24.067	240.870	264.937
Obrigações com Debêntures IV	2014	IGP-M + 10,50	R\$	15.031	248.885	263.916
ELETROBRÁS III	2008	FINEL + 8,50	R\$	5.114	10.427	15.541
ELETROBRÁS IV	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,50	R\$	30.499	106.053	136.552
Grandes Consumidores - C.V.R.D.	1993/2011	Diversas	R\$	3.884	3.669	7.553
Santander do Brasil S.A. II	2013	CDI + 1,70	R\$	380	49.959	50.339
UNIBANCO X	2013	CDI + 1,70	R\$	7.455	130.222	137.677
Banco WestLB do Brasil	2008	IGPM +10,48	R\$	2.290	39.611	41.901
Outros	1994/2010	Diversas	R\$	12.819	17.966	30.785
Dívida em Moeda Nacional				165.120	1.448.616	1.613.736
Total Geral				209.171	1.925.946	2.135.117

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;
 libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição dos empréstimos por moeda e indexador é como segue:

	<u>31/12/2005</u>
Moedas	
Dólar Norte-Americano	496.795
Euro	20.090
Unidade de Conta (cesta de moedas)	2.732
Outras	1.764
	<u>521.381</u>
Indexadores	
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	469.318
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	15.541
Unidade Fiscal de Referência – UFIR	136.552
Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI	956.548
Outros	35.777
	<u>1.613.736</u>
	<u>2.135.117</u>

A distribuição anual da amortização das dívidas de longo prazo, em 31 de dezembro de 2005, é a seguinte:

2007	186.967
2008	278.469
2009	129.653
2010	257.214
2011	222.202
2012	215.764
De 2013 em diante	635.677
	<u>1.925.946</u>

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação acumulada em 2005 %	Indexadores	Variação acumulada em 2005 %
Dólar Norte- Americano	(11,82)	IGP-M	1,21
Euro	(23,50)	FINEL	0,24
Unidade de Conta	(17,44)	CDI	18,15

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	<u>31/12/2005</u>
Saldo no início do exercício	-
Transferência da Controladora	1.723.617
Resgate Fundos Vinculados	11.164
Financiamentos obtidos	709.407
Variação monetária e cambial	(81.708)
Encargos financeiros provisionados	216.948
Encargos financeiros pagos	(155.236)
Amortização de financiamentos	(289.075)
Saldo no final do exercício	<u>2.135.117</u>

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As captações de recursos durante o exercício de 2005 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Nacional			
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60% do CDI	96.000
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI+1,70% a.a.	20.001
Banco Bradesco S.A.	2013	CDI+1,70% a.a.	33.448
Banco Itaú BBA	2013	CDI+1,70% a.a.	132.434
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI+1,70% a.a.	98.214
Banco Santander do Brasil S.A.	2013	CDI+1,70% a.a.	49.958
Finep	2010	URTJ+10% a.a.	69
União de Bancos Brasileiros S.A. – UNIBANCO	2013	CDI+1,70% a.a.	130.224
			560.348
Moeda Estrangeira			
Banco ABN Amro Real S.A.	2013	6,00% a.a.	117.745
BNP Paribás	2010	US\$+libor+1,88% a.a.	31.314
			149.059
Total de Captações			709.407

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Cemig Distribuição possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”). Uma dessas cláusulas restritivas não foi atendida, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 31/12/2005
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%	64,73

A Companhia obteve dos seus credores o consentimento de que não irão exercer seus direitos de exigir o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2006. Estes financiamentos estão classificados como Passivo Circulante e Não Circulante, de acordo com os termos originais do contrato, tendo em vista a obtenção dos referidos consentimentos.

18) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/12/2005
Reserva Global de Reversão – RGR	8.191
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	2.046
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	20.801
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.765
Eficiência Energética	124.624
	158.634

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes e beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A partir de 1º de janeiro de 2005, com a desverticalização da CEMIG, os planos de previdência da FORLUZ passaram a ser patrocinados pela Cemig Distribuição através de uma participação percentual nos ativos e obrigações do plano em dezembro de 2004, no percentual de 72,45%, determinado em função da alocação dos empregados na Companhia.

A FORLUZ disponibiliza a seus associados os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários – Plano de contribuição definida para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo. A contribuição da Cemig Distribuição é paritária às contribuições básicas mensais dos associados, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição da Cemig Distribuição para este plano é de 30% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 70% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R\$953.674, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes aposentados que optaram por este plano e os saldos, na data de opção, dos participantes ativos que optaram pela migração do Plano de Benefício Definido para o Plano Misto, descrito anteriormente.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Estão inscritos neste plano, em 31 de dezembro de 2005, 16 ativos.

A Cemig Distribuição mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial com benefícios pós-emprego no montante de R\$1.104.487 em 31 de dezembro de 2005, foi reconhecida como obrigação a pagar pela Companhia e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da Cemig Distribuição, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo IPCA do IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que a FORLUZ venha a apresentar pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas pela Companhia, conforme previsto contratualmente.

Em função do mencionado no parágrafo anterior, do superávit obtido pela FORLUZ no exercício de 2005, R\$103.603 serão utilizados para amortização do saldo devedor da dívida reconhecida.

Tendo em vista esta possibilidade de redução da dívida negociada com a Forluz, o passivo e as despesas reconhecidas pela Companhia em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da deliberação CVM nº 371 e laudo preparado por atuários independentes.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2005, conforme consta de laudo preparado por atuário externo em conformidade a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, estão apresentados a seguir:

	<u>Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria</u>	<u>Plano de Saúde</u>	<u>Seguro de Vida</u>
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	3.156.911	234.291	134.765
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	457.275	75.004	78.649
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	3.614.186	309.295	213.414
Valor Justo dos Ativos do Plano	(2.588.094)	(21.887)	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	1.026.092	287.408	213.414
Ganhos (Perdas) Atuariais não Reconhecidos	(334.587)	(96.239)	42.315
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	(74.361)	(7.031)	(7.019)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	617.144	184.138	248.710

Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos referentes ao Seguro de Vida e Plano de Saúde que excederam a 10,00% das obrigações atuariais nos montantes de R\$20.974 e (R\$65.310) respectivamente, serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos, a partir de 2006, sendo este o tempo médio de serviço futuro dos participantes ativos.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Transferência da CEMIG em 1º de janeiro de 2005	736.314	165.559	223.479
Despesa Reconhecida no Resultado	46.258	35.051	29.880
Contribuições Pagas	(165.428)	(16.472)	(4.649)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2005	617.144	184.138	248.710
Passivo Circulante	90.750	19.232	4.884
Passivo Não Circulante	526.394	164.906	243.826

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig Distribuição em 2006 para amortização das obrigações atuariais.

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2005 são como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	5.304	19.135	3.547
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	355.440	30.822	25.236
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(316.581)	(3.907)	-
Perdas Atuariais Não Reconhecidas	-	4.233	-
Perdas Decorrentes de Alterações no Plano	2.165	1.098	1.097
Contribuição dos Empregados	(70)	(16.330)	-
Despesa em 2005	46.258	35.051	29.880

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2006 é como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	4.458	18.755	3.318
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	394.360	32.721	23.797
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(366.656)	(2.662)	-
Perdas(Ganhos) atuariais não reconhecidas	-	5.873	(1.886)
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	10.049	1.099	1.097
Contribuição dos Empregados	(88)	(15.604)	-
Despesa em 2006	42.123	40.182	26.326

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As principais premissas atuariais na data do balanço são conforme segue:

	31/12/2005	
	Real	Nominal
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial	6,00%	11,30%
Taxa Anual de Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	9,00%	14,45%
Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo	-	5,00%
Índice Anual Estimado de Aumentos Salariais Futuros	2,00%	7,10%
Taxa Anual de Crescimento Real dos Benefícios de Renda Continuada	-	5,00%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT - 83	
Tábua Biométrica de Entrada de Invalidez	Light Medium	
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57	
Taxa Anual de Rotatividade Esperada	2,00%	

20) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia constitui provisão para contingências das ações cuja expectativa de perda seja considerada provável. Desta forma, encontra-se provisionado, em 31 de dezembro de 2005, o valor de R\$2.885 referente às contingências trabalhistas.

A CEMIG, controladora da Cemig Distribuição, discute em juízo ações para as quais considera ser possível ou remota sua expectativa de perda no desfecho das causas. Um eventual desfecho negativo nessas causas impactaria os negócios da Cemig Distribuição. As principais causas estão descritas abaixo:

- Diversos consumidores e o promotor público do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. Não é possível, até a presente data, estimar o montante envolvido nestas reclamações.
- A CEMIG é ré em processo questionando a cobrança da contribuição de iluminação pública. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A Companhia considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

21) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O capital Social da Cemig Distribuição é de R\$2.261.998, representado por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Dividendos

Do lucro líquido do exercício, 50,00% serão utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia.

Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, a partir do exercício de 2005, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa o permitir, a Companhia poderá fazer a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração, devendo as diretrizes do Plano Diretor da Companhia serem observadas.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado do exercício de 2005 está demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2005</u>
Dividendos Obrigatórios	
Lucro Líquido do Exercício	990.129
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	495.065
Dividendos Propostos -	
Juros sobre Capital Próprio	220.544
Dividendos Complementares	<u>720.079</u>
Total.	<u>940.623</u>
Dividendos por lote de mil ações - R\$	
Dividendo Estatutário	218,86
Dividendos Propostos	415,84

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da Cemig Distribuição foram calculados em 2005 com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido ajustado. A data e a forma de pagamento dos juros sobre o capital próprio aprovados serão definidas posteriormente.

Os benefícios fiscais decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio de R\$220.544 foram de R\$74.985, reconhecidos no resultado do exercício.

(b) Reserva Legal

A Cemig Distribuição utilizou 5,00% do lucro líquido apurado no exercício de 2005 para constituição de Reserva Legal, no valor de R\$49.506.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	(Não revisado pelos Auditores Independentes)		
	Nº de Consumidores	MWh	R\$
	31/12/2005	31/12/2005	31/12/2005
Residencial	4.927.966	6.589.664	3.125.036
Industrial	69.084	5.333.436	1.432.137
Comércio, Serviços e Outros	537.656	3.754.005	1.542.184
Rural	417.026	1.940.701	483.493
Poder Público	47.731	570.536	224.308
Iluminação Pública	2.224	1.022.433	250.656
Serviço Público	7.400	981.016	236.980
Sub-Total	6.009.087	20.191.791	7.294.794
Consumo Próprio	769	28.897	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	116.359
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(76.545)
	6.009.856	20.220.688	7.334.608
Suprimento a Outras Concessionárias	4	88.115	54.195
Transações com energia na CCEE/MAE	-	-	41.225
	6.009.860	20.308.803	7.430.028

Reajuste Tarifário

As tarifas da Cemig Distribuição tiveram um reajuste médio de 23,88% a partir de 8 de abril de 2005. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo com o objetivo de eliminar gradualmente, conforme nota da ANEEL, os subsídios cruzados existentes entre grupos de consumo. Exemplificando, os consumidores residenciais tiveram um percentual de aumento de 18,48% em suas contas de energia comparado a um aumento de 25,14% para os consumidores de alta tensão, com consumo superior a 230 KV.

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras – “ELETROBRÁS”, reembolsa as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas, em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23) – RECEITA DE USO DA REDE

A partir de janeiro de 2005, parcela representativa dos grandes consumidores industriais passaram a condição de "livres", com a venda de energia para estes consumidores através da Cemig Geração e Transmissão. Desta forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição ("TUSD") desses consumidores livres passaram a ser cobrados separadamente pela Cemig Distribuição, com o registro na rubrica de "Receita de uso da rede".

24) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2005</u>
Serviço Taxado	11.167
Outras Prestações de Serviços	13.455
Aluguel e Arrendamento	28.223
Outras	496
	<u>53.341</u>

25) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	<u>31/12/2005</u>
ICMS	1.889.870
COFINS	645.964
Reserva Global de Reversão – RGR	24.396
PIS-PASEP	148.528
Encargo de Capacidade Emergencial	168.907
Outros	454
	<u>2.878.119</u>

A Cemig Distribuição recolhe o ICMS incidente sobre a RTE em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2005</u>
Pessoal	595.275
Participações dos Empregados	187.477
Obrigações Pós-Emprego	111.189
Materiais	73.444
Serviços de Terceiros	312.477
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.890.075
Depreciação e Amortização	363.672
Royalties	32.790
Provisões Operacionais	133.240
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	387.126
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	554.363
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	279.025
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	82.285
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	172.805
Outras Despesas Líquidas	131.678
	<u>5.306.921</u>

DESPESAS COM PESSOAL

	<u>31/12/2005</u>
Remunerações e Encargos	562.619
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	48.097
Benefícios Assistenciais	62.722
	<u>673.438</u>
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(79.549)
	<u>593.889</u>
Programa de Desligamento Incentivado - PDI	1.386
	<u>595.275</u>

PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NOS RESULTADOS

A Companhia utilizou como critério geral para pagamento da participação dos empregados nos resultados do exercício de 2005 um percentual de 3% do resultado operacional, ajustado por alguns itens definidos pela ANEEL na Prestação Anual de Contas – PAC. Adicionalmente, no dissídio coletivo em novembro de 2005 foi acordado com os sindicatos o pagamento de parcela adicional de R\$131.981 .

Em conformidade com os referidos acordos, as participações nos resultados do exercício de 2005 da Companhia, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, correspondeu a R\$187.477. As parcelas adicionais mencionadas no parágrafo anterior foram pagas dentro do próprio exercício.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

SERVIÇOS DE TERCEIROS

31/12/2005

Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	84.254
Comunicação	40.877
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	50.240
Conservação e Limpeza de Prédios	16.028
Mão de Obra Contratada	11.126
Frete e Passagens	1.671
Hospedagem e Alimentação	10.571
Vigilância	4.226
Consultoria	5.541
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	16.300
Manutenção e Conservação de Veículos	3.930
Corte e Religação	16.362
Outros	51.351
	312.477

ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

31/12/2005

Energia de Itaipu Binacional	825.030
Energia de curto prazo	17.708
Encargos do serviço de sistema	67.156
Contratos Iniciais	150.873
Contratos Iniciais Cemig Geração e Transmissão	441.936
Energia Adquirida no Leilão de Energia	369.646
Outros	17.726
	1.890.075

PROVISÕES OPERACIONAIS

31/12/2005

Prêmio de Aposentadoria	8.303
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	98.841
Contingências Trabalhistas	2.885
Outras	23.211
	133.240

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PESQUISA E DESENVOLVIMENTO ("P & D")

Conforme regulação do setor elétrico, as empresas de distribuição e geração de energia elétrica devem investir o percentual de 1,00% da sua receita líquida em programas de eficiência energética e P&D. Alguns programas de eficiência energética e P&D relacionados a receitas de períodos anteriores ainda não foram concluídos pelos agentes do setor elétrico, existindo ainda gastos a serem realizados. Este atraso decorre do tempo utilizado na elaboração dos projetos e aprovação pela ANEEL.

Em atendimento a instrução da ANEEL, a Cemig Distribuição reconheceu como despesa no resultado do exercício de 2005 os gastos a serem realizados e para os quais a Companhia já havia recebido a tarifa correspondente em exercícios anteriores, no valor de R\$155.397 mil.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	31/12/2005
Arrendamentos e Aluguéis	22.744
Propaganda e Publicidade	26.658
Consumo Próprio de Energia Elétrica	11.525
Subvenções e Doações	18.860
Taxa de Fiscalização da ANEEL	19.792
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	19.785
Contribuição ao MAE	217
Seguros	865
Outras Líquidas	11.232
	<u>131.678</u>

27) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	31/12/2005
RECEITAS FINANCEIRAS	
Renda de Aplicação Financeira	85.139
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	79.065
Variação Monetária da CVA	125.142
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	269.371
Variação Monetária – Reajuste Tarifário Diferido	229.131
Variações Cambiais	95.136
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(28.329)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 32)	517
Outras	27.335
	<u>882.507</u>
DESPESAS FINANCEIRAS	
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(217.296)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(92.126)
Variação Monetária da CVA	(42.420)
Variações Cambiais	(12.469)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(7.254)
C.P.M.F.	(41.471)
Perdas com Instrumentos Financeiros (nota 32)	(86.334)
Outras	(54.429)
	<u>(553.799)</u>
Receitas Financeiras Líquidas	328.708
Juros sobre Capital Próprio	(220.544)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>108.164</u>

28) – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	31/12/2005
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	(21.091)
FORLUZ – Custeio Administrativo	(9.242)
Outras Despesas Líquidas	(383)
	<u>(30.716)</u>

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29) – ICMS INCIDENTE SOBRE A TARIFA PELO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

A Cemig Distribuição não cobrava dos seus consumidores livres o ICMS incidente sobre a Tarifa pelo Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") e encargos de conexão por considerar que não havia fato gerador além da ausência de previsão legal para a inclusão desses valores na base de cálculo do ICMS.

Entretanto, em 2005, ocorreu a manifestação da Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais ("SEF/MG") exigindo o recolhimento do ICMS sobre a TUSD, de forma retroativa a 2000, sob pena de lavrar auto de infração contra a Companhia.

A Companhia, de forma preventiva, fez o levantamento dos valores de ICMS incidentes sobre a TUSD e encargos de conexão no período de julho de 2000 a maio de 2005, apurando um valor de principal de R\$174.905 que acrescidos de multa e juros de R\$45.999, representou o montante de R\$220.904.

Tendo em vista que a eventual emissão do auto de infração pela SEF/MG implicaria em um aumento substancial do valor da multa, a Companhia decidiu adotar os seguintes procedimentos:

- Proceder o recolhimento dos valores de ICMS exigidos pela SEF/MG, no montante de R\$220.904;
- Destacar o ICMS nas notas fiscais de TUSD a partir de junho de 2005; e,
- Emitir fatura contra os seus consumidores livres para recolhimento do ICMS sobre a TUSD, não incluindo juros e multas, retroativo a julho de 2000, sendo estabelecidas condições para a quitação parcelada do débito.

Adicionalmente, a Cemig Distribuição ingressou com medida judicial para questionar a incidência do ICMS sobre a TUSD e encargos de conexão, requerendo a restituição dos valores pagos ao Estado de Minas Gerais a título de multas e juros e também os valores que os clientes não procederem ao pagamento.

Os valores a receber dos consumidores referentes ao ICMS pago estão registrados na conta de Transporte de Energia a Receber.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Distribuição são como segue:

31/12/2005				
Empresas	ATIVO	PASSIVO	RECEITA	DESPESA
CEMIG				
Obrigações com Coligadas e Controladas ou Controladoras	1	6.552		
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos		907.541		
Cemig Geração e Transmissão S.A.				
Créditos com Coligadas e Controladas ou Controladoras	6.273			
Fornecedores		65.947		
Energia Elétrica Comprada para Revenda				(484.913)
Governo do Estado de Minas Gerais				
Consumidores e Revendedores	1.311		50.806	
Tributos – ICMS	1.625	164.108	(1.889.870)	
Tributos Compensáveis ICMS	102.326			
Consumidores e Revendedores	44.239			
FORLUZ				
Obrigações Pós-Emprego – Circulante		114.866		(111.189)
Obrigações Pós-Emprego – Não Circulante		935.126		
Outros		25.638		
Despesa com Pessoal				(48.097)
Custeio Administrativo				(9.242)
OUTROS				
Coligadas e Controladas ou Controladoras	7.005			

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 6, 10, 15, 16, 19, 22, 25, 26 a 28.

31) – EXPOSIÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Como concessionária do setor elétrico brasileiro, a Cemig Distribuição opera em ambientes onde fatores como reestruturações societárias, regulamentações emanadas dos órgãos governamentais, evolução tecnológica, globalização e variações do mercado consumidor são fatores de risco.

A Companhia implementou um projeto de Gerenciamento de Riscos Corporativos, buscando promover o entendimento de eventuais ocorrências que podem gerar perda de valor aos acionistas e estruturar a empresa para agir de forma pró-ativa em relação ao seu ambiente de riscos.

Os principais riscos de mercado que afetam os negócios da Cemig Distribuição estão descritos a seguir:

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação do dólar Norte-Americano em relação ao Real, com impacto significativo no endividamento, resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Cemig Distribuição às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2005, operações contratadas de hedge, no montante de R\$278.377, equivalente a US\$118.929, na qual foi efetuada a substituição da variação do dólar Norte-Americano acrescido de juros pela variação do CDI (vide Nota Explicativa nº 32).

A exposição líquida à taxa de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	31/12/2005
Dólar Norte-Americano	
Empréstimos e Financiamentos	496.795
(-) Operações contratadas de hedge/swap	<u>(278.377)</u>
	218.418
Outras moedas estrangeiras	
Empréstimos e Financiamentos	
Euro	20.090
Outros	4.496
	<u>24.586</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>243.004</u>

b) Risco de taxas de juros

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), no montante de R\$99.644, em 31 de dezembro de 2005.

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a Companhia considera que este risco foi mitigado em função dos ativos que também são indexados a taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	31/12/2005
Ativos	
Aplicações financeiras	505.307
Ativos regulatórios	<u>1.858.975</u>
	2.364.282
Passivos	
Empréstimos e Financiamentos	(956.548)
Passivos regulatórios	(601.703)
Operações contratadas de hedge/swap	<u>(278.377)</u>
	(1.836.628)
Ativo superior às obrigações	<u>527.654</u>

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade da Cemig Distribuição vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. Parcela substancial do fornecimento bruto de energia está pulverizada em um grande número de consumidores. Os procedimentos da Companhia para redução da inadimplência compreendem a emissão de aviso de vencimento dos débitos, contatos telefônicos e negociações que viabilizem o recebimento dos créditos. Após serem esgotadas as possibilidades de regularização das contas em atraso, a Companhia procede à suspensão do fornecimento.

d) Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Uma dessas cláusulas restritivas não foi atendida e para a qual a Companhia obteve o consentimento formal ("waiver") dos credores (vide Nota Explicativa nº 17), de que não irão exigir o vencimento antecipado da obrigação

32) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Cemig Distribuição estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e "swaps" de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

a) Valor de Mercado

O valor de mercado dos instrumentos derivativos está demonstrado a seguir:

	31/12/2005	
	Valor contábil	Valor de Mercado
Ativos		
Aplicações financeiras	505.307	505.307
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos	2.135.117	2.010.823
Operações contratadas de hedge	77.816	86.423
	2.212.933	2.097.246

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Instrumentos derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia tem o propósito de proteger as operações Cemig Distribuição contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não envolvem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos realizados e não realizados nestas operações acumulavam perdas, de janeiro a dezembro de 2005, no montante de R\$ 85.817, registrada no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor de mercado é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia, os ganhos/(perdas) não realizados, registrados, e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 31 de dezembro de 2005:

Direito da Cemig Distribuição	Obrigação da Cemig Distribuição	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	31/12/2005	
				Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (2,00% a.a. a 3,01% a.a.)	De 12/2005 até 06/2013	US\$126.949	(77.824)	(86.431)
R\$ 100% do CDI	R\$ ou US\$ 60% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	Em 10/2006	(US\$8.020)	8	8
				(77.816)	(86.423)

33) – SEGUROS

A Cemig Distribuição mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, como segue:

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância	
			Segurada	Prêmio Anual
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	28/02/2005 a 28/02/2006	15.986	251
Almoxarifados, Instalações prediais e Equipamentos de telecomunicações	Incêndio	10/07/2005 a 10/07/2006	347.168	73
Risco Operacional –Equipamentos de Potência	Total	04/02/2005 a 05/05/2006	185.622	367

A Cemig Distribuição não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A Cemig Distribuição não tem experimentado perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

34) – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	209.171	186.967	278.469	129.653	257.214	1.073.643	2.135.117
Compra de Energia Elétrica de Itaipu (1)	1.082.544	1.082.544	1.082.544	1.082.544	1.082.544	2.616.148	8.028.868
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu (1)	74.244	74.244	74.244	74.244	74.244	179.423	550.643
Programa Luz para Todos	845.901	396.877	-	-	-	-	1.242.778
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	90.750	90.912	69.165	73.315	75.183	705.162	1.104.487
Compra de Energia - Leilão	776.110	776.111	900.352	967.777	1.148.386	8.083.311	12.652.047
Total	3.078.720	2.607.655	2.404.774	2.327.533	2.637.571	12.657.687	25.713.940

(1) Contrato com Furnas, em dólar americano, para compra de energia elétrica de Itaipu até Maio de 2013.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Djalma Bastos de Moraes
Diretor Presidente

Francisco Sales Dias Horta
Diretor Vice-Presidente

Flávio Decat de Moura
Diretor de Finanças,
Participações e de Relações com
Investidores

Heleni de Mello Fonseca
Diretora de Gestão Empresarial

Elmar de Oliveira Santana
Diretor

José Maria de Macedo
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Celso Ferreira
Diretor de Planejamento, Projetos e
Construções

Pedro Carlos Hosken Vieira
Superintendente de
Controladoria

Leonardo George de Magalhães
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-53.140

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO I

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31/12/2005	31/12/2004
DAS OPERAÇÕES		
Lucro Líquido do Exercício	990.129	-
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa -		
Depreciação e Amortização	363.672	-
Baixas Líquidas de Imobilizado	26.141	-
Juros e Variações Monetárias de Longo Prazo	(497.961)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	338.694	-
Provisões para Perdas Operacionais	101.726	-
Provisão da Recomposição Tarifária Extraordinária	82.285	-
Ativo Regulatório – PIS/PASEP e COFINS	(76.244)	-
Obrigações Pós-Emprego	111.189	-
Reajuste Tarifário Diferido	(591.010)	-
	848.621	-
(Aumento) Redução de Ativos-		
Consumidores e Revendedores	(160.442)	-
Recomposição Tarifária Extraordinária	260.577	-
Tributos Compensáveis	(123.769)	-
Transporte de Energia	(250.492)	-
Outros Ativos Circulantes	(9.295)	-
Despesas Antecipadas – CVA	88.075	-
Outros Realizáveis a Longo Prazo	74.458	-
	(120.888)	-
Aumento (Redução) de Passivos-		
Fornecedores	172.410	-
Tributos e Contribuição Social	(5.189)	-
Salários e Contribuições Sociais	33.694	-
Encargos Regulatórios	124.287	-
Empréstimos e Financiamentos	7.759	-
Obrigações Pós-Emprego	(186.549)	-
Despesas Antecipadas – CVA	179.009	-
Outros	(93.788)	-
	231.633	-
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	959.366	-
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital	-	1
Financiamentos Obtidos	709.407	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(289.075)	-
	420.332	1
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	1.379.698	1
INVESTIMENTOS		
Em Investimentos	(1.236)	-
No Imobilizado	(921.075)	-
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	75.873	-
	(846.438)	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	533.260	1
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA		
No início do exercício	1	-
No fim do exercício	533.261	1
	533.260	1

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO II

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2005</u>	
RECEITAS		
Receita Operacional	9.274.966	
Provisão sobre Créditos de Liquidação Duvidosa	(98.841)	
Resultado Não Operacional	(30.716)	
	<u>9.145.409</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.890.075)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(554.363)	
Serviços de Terceiros	(312.477)	
Materiais	(73.444)	
Provisões Operacionais	(116.684)	
Eficiência Energética	(172.805)	
Outros Custos Operacionais	(89.149)	
	<u>(3.208.997)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	5.936.412	
RETENÇÕES		
Depreciação e Amortização	(363.672)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>5.572.740</u>	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas Financeiras	910.836	
	<u>910.836</u>	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>6.483.576</u>	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e Encargos	769.397	12%
Impostos, Taxas e Contribuições	4.188.978	64%
Despesas financeiras e Aluguéis	535.072	8%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	940.623	15%
Lucros Retidos	49.506	1%
	<u>6.483.576</u>	<u>100%</u>

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social, na Av. Barbacena, 1.200, 17º andar, Ala A1, em Belo Horizonte-MG, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2005, e respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e de seus auditores independentes (Deloitte Touche Tohmatsu), opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos pela próxima Assembléia Geral Ordinária.

Belo Horizonte, 08 de março de 2006.

a.a.) Thales de Souza Ramos Filho
Itamaury Teles de Oliveira
Luiz Guaritá Neto
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Luiz Otávio Nunes West

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

VERIFICAÇÃO DE ERROS

GRUPO	QUADRO	CAMPO	TIPO DE ERRO	DESCRIÇÃO DO ERRO
01	02	13	02	Fax da Sede vazio
01	02	14	02	Fax da Sede vazio
01	04	3/1	02	Data de início do antepenúltimo exercício vazia
01	04	3/2	02	Data de término do antepenúltimo exercício vazia
01	05	2/1	02	Quantidade de ações preferenciais do Capital integralizado no último exercício vazia
01	05	4/1	02	Quantidade de ações ordinárias em tesouraria no último exercício vazia
01	05	5/1	02	Quantidade de ações preferenciais em tesouraria no último exercício vazia
01	05	2/2	02	Quantidade de ações preferenciais do Capital integralizado no penúltimo exercício social vazia
01	05	4/2	02	Quantidade de ações ordinárias em tesouraria no penúltimo exercício social vazia
01	05	5/2	02	Quantidade de ações preferenciais em tesouraria no penúltimo exercício social vazia
01	08		02	Proventos em dinheiro não preenchidos

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	4
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	7
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005	8
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 08/09/2004 A 31/12/2004	9
09	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	10
10	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	13
11	01	NOTAS EXPLICATIVAS	35
		VERIFICAÇÃO DE ERROS	74

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO G

Demonstrações Financeiras da CEMIG, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 e
Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
4 - NIRE 31300040127		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV. BARBACENA, 1200 - ED. JÚLIO SOARES		2 - BAIRRO OU DISTRITO STO AGOSTINHO	
3 - CEP 30123-970	4 - MUNICÍPIO BELO HORIZONTE		5 - UF MG
6 - DDD 031	7 - TELEFONE 3299-4903	8 - TELEFONE 3299-3818	9 - TELEFONE 3299-4810
10 - TELEX 311124			
11 - DDD 031	12 - FAX 299-4691	13 - FAX 299-3864	14 - FAX 3299-3864
15 - E-MAIL mail@cemig.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME FLÁVIO DECAT DE MOURA			
2 - ENDEREÇO COMPLETO AV. BARBACENA, 1200 - ED. JÚLIO SOARES		3 - BAIRRO OU DISTRITO STO AGOSTINHO	
4 - CEP 30123-970	5 - MUNICÍPIO BELO HORIZONTE		6 - UF MG
7 - DDD 031	8 - TELEFONE 3299-4903	9 - TELEFONE 3299-3818	10 - TELEFONE 3299-4810
11 - TELEX 311124			
12 - DDD 031	13 - FAX 3299-4691	14 - FAX 3299-3933	15 - FAX 32-9938
16 - E-MAIL flaviodecat@cemig.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2005	31/12/2005
2 - Penúltimo	01/01/2004	31/12/2004
3 - Antepenúltimo	01/01/2003	31/12/2003
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu		5 - CÓDIGO CVM 00385-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Gilberto Grandolpho		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 007.585.878-99

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2005	2 31/12/2004	3 31/12/2003
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	70.874.168	70.874.168	70.874.168
2 - Preferenciais	91.279.651	91.279.651	91.279.651
3 - Total	162.153.819	162.153.819	162.153.819
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	69.128	69.128	69.128
6 - Total	69.128	69.128	69.128

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Nacional Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL INDUSTRIAL, COMERCIAL E OUTRAS
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	---------------	-------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 31/12/2005	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2005	4 - 31/12/2004	5 - 31/12/2003
1	Ativo Total	9.949.636	16.629.500	14.852.086
1.01	Ativo Circulante	1.936.294	3.305.412	2.468.530
1.01.01	Disponibilidades	300.510	828.786	366.390
1.01.02	Créditos	258.658	2.294.270	1.905.894
1.01.02.01	Consumidores e Revendedores	0	1.159.417	1.029.834
1.01.02.02	Recomposição Tarifária e Parcela "A"	0	327.268	278.864
1.01.02.03	Concessionária - Transporte de Energia	0	27.876	28.669
1.01.02.04	Tributos Compensáveis	215.819	93.078	100.733
1.01.02.05	Despesas Antecipadas - CVA	0	492.533	315.234
1.01.02.06	Revendedores Transações Energia Livre	0	45.560	39.037
1.01.02.07	Créditos Tributários	42.839	148.538	113.523
1.01.03	Estoques	19	14.027	14.698
1.01.04	Outros	1.377.107	168.329	181.548
1.01.04.01	Recebíveis do Governo Federal	0	0	40.419
1.01.04.02	Outros Créditos	60.127	160.969	141.129
1.01.04.03	Dividendos a Receber	1.316.980	7.360	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.850.964	4.110.745	3.634.235
1.02.01	Créditos Diversos	1.839.119	4.054.527	3.581.730
1.02.01.01	Contas a Receber do Governo do Estado	1.518.672	1.096.706	891.063
1.02.01.02	Recomposição Tarifária e Parcela "A"	0	1.032.601	1.265.310
1.02.01.03	Despesa Antecipadas - CVA	0	88.108	305.485
1.02.01.04	Créditos Tributários	233.332	154.822	252.263
1.02.01.05	Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
1.02.01.06	Racionamento - Bônus e Custos Adaptação	0	0	23.449
1.02.01.07	Revendedores Transações Energia Livre	0	588.281	567.062
1.02.01.08	Tributos Compensáveis	135	129.005	105.093
1.02.01.09	Depósitos Vinculados a Litígios	86.980	88.141	81.391
1.02.01.10	Consumidores e Revendedores	0	78.022	90.614
1.02.01.11	Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	0	361.082	0
1.02.01.12	Reajuste Tarifário Diferido	0	437.759	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	11.845	56.218	52.505
1.02.03.01	Incentivos Fiscais, Depósitos e Outros	11.845	56.218	52.505
1.03	Ativo Permanente	6.162.378	9.213.343	8.749.321
1.03.01	Investimentos	6.154.930	1.689.294	1.410.765
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	633.805
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	776.960
1.03.02	Imobilizado	7.448	7.523.550	7.337.929
1.03.03	Diferido	0	499	627

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2005

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2005	4 - 31/12/2004	5 - 31/12/2003
2	Passivo Total	9.949.636	16.629.500	14.852.086
2.01	Passivo Circulante	2.175.679	3.918.592	3.455.192
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	8.713	874.478	1.547.358
2.01.02	Debêntures	0	519.101	17.358
2.01.03	Fornecedores	20.202	636.852	587.796
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	38.080	467.675	309.955
2.01.05	Dividendos a Pagar	2.064.251	652.328	309.783
2.01.06	Provisões	14.338	334.699	382.617
2.01.06.01	Salários e Contribuições Sociais	9.130	172.463	198.004
2.01.06.02	Encargos Regulatórios	0	98.805	133.324
2.01.06.03	Participações nos Lucros	5.208	63.431	51.289
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	30.095	433.459	300.325
2.01.08.01	Venda Antecipada de Energia Elétrica	0	0	0
2.01.08.02	Obrigações Pós-Emprego	10.160	199.738	185.226
2.01.08.03	Despesa Antecipada - CVA	0	29.025	0
2.01.08.04	Outras Obrigações	19.935	204.696	115.099
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	589.102	5.459.523	4.838.325
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	73.587	1.937.762	1.277.674
2.02.02	Debêntures	0	809.578	912.735
2.02.03	Provisões	372.280	427.839	320.898
2.02.03.01	Contingências	372.280	427.839	320.898
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	143.235	2.284.344	2.327.018
2.02.05.01	Obrigações Pós-Emprego	57.777	1.353.543	1.496.027
2.02.05.02	Fornecedores - Suprimento	0	245.873	324.556
2.02.05.05	Impostos, Taxas e Contribuições	85.426	563.324	440.143
2.02.05.06	Despesa Antecipada - CVA	0	2.322	0
2.02.05.07	Outras Obrigações	32	119.282	66.292
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	7.184.855	7.251.385	6.558.569
2.05.01	Capital Social Realizado	1.621.538	1.621.538	1.621.538
2.05.02	Reservas de Capital	4.059.345	4.059.345	4.059.345
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	1.503.972	1.570.502	877.686
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	1.503.972	1.570.502	877.686
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

Data-Base - 31/12/2005 Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2005	4 -31/12/2004	5 -31/12/2003
------------	---------------	---------------	---------------	---------------

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2005

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/12/2005	4 - 01/01/2004 a 31/12/2004	5 - 01/01/2003 a 31/12/2003
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2.558	9.197.822	7.495.425
3.01.01	Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	0	8.523.991	7.174.711
3.01.03	Reajuste Tarifário Diferido	0	358.602	0
3.01.04	Receita de Uso da Rede	0	244.517	256.757
3.01.05	Outras Receitas Operacionais	2.558	70.712	63.957
3.02	Deduções da Receita Bruta	(19)	(2.646.714)	(2.256.386)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.539	6.551.108	5.239.039
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	(4.430.330)	(3.636.344)
3.04.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	0	(1.372.676)	(1.393.423)
3.04.02	Encargos Uso da Rede Básica Transmissão	0	(538.332)	(310.263)
3.04.03	Pessoal e Administradores	0	(697.920)	(656.785)
3.04.04	Entidade de Previdência Privada	0	(83.169)	(59.847)
3.04.05	Materiais	0	(66.129)	(74.404)
3.04.06	Materia-Prima e Insumos para Produção	0	(17.561)	(8.127)
3.04.07	Serviços de Terceiros	0	(235.522)	(206.226)
3.04.08	Depreciação e Amortização	0	(514.146)	(504.765)
3.04.09	Provisões Operacionais	0	(80.432)	(33.416)
3.04.10	Royalties (Comp. Financ Rec. Hídricos)	0	(106.595)	(13.138)
3.04.11	Quota para Conta Consumo de Combustível	0	(292.147)	(282.309)
3.04.12	Conta de Desenvolvimento Energético CDE	0	(237.863)	(118.217)
3.04.13	Reversão (Provisão) para perdas RTE	0	(104.271)	118.442
3.04.14	Eficiência Energética e P&D	0	(19.981)	0
3.04.15	Outras	0	(63.586)	(93.866)
3.05	Resultado Bruto	2.539	2.120.778	1.602.695
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	1.336.478	(743.052)	(64.694)
3.06.01	Com Vendas	0	(311.073)	(228.391)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(111.216)	(169.916)	(176.136)
3.06.03	Financeiras	(102.519)	(287.365)	312.711
3.06.03.01	Receitas Financeiras	566.269	1.048.426	1.074.141
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(668.788)	(1.335.791)	(761.430)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	(22.813)	(4.098)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	1.550.213	48.115	31.220
3.07	Resultado Operacional	1.339.017	1.377.726	1.538.001
3.08	Resultado Não Operacional	(16.990)	74.157	(61.267)
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.08.02.01	Perda Extraordinária	0	0	0
3.08.02.02	Outros	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	1.322.027	1.451.883	1.476.734
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	46.372	(577.082)	(529.092)
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2005 a 31/12/2005	4 -01/01/2004 a 31/12/2004	5 -01/01/2003 a 31/12/2003
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	635.000	510.000	250.000
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	2.003.399	1.384.801	1.197.642
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	162.084.691	162.084.691	162.084.691
	LUCRO POR AÇÃO	0,01236	0,00854	0,00739
	PREJUÍZO POR AÇÃO			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/12/2005	4 - 01/01/2004 a 31/12/2004	5 - 01/01/2003 a 31/12/2003
4.01	Origens	1.460.660	3.775.129	2.741.436
4.01.01	Das Operações	(237.266)	1.245.865	952.048
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	2.003.399	1.384.801	1.197.642
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	(2.240.665)	(138.936)	(245.594)
4.01.01.02.01	Depreciação e Amortização	545	536.796	523.726
4.01.01.02.02	Juros e Variações Monet.de Longo Prazo	(307.993)	(885.720)	(894.011)
4.01.01.02.04	Baixas Líquidas de Permanente	845	80.501	61.344
4.01.01.02.05	Provisões (Reversão) para Perdas	(55.559)	130.390	(48.784)
4.01.01.02.06	Resultado de Equivalencia Patrimonial	(1.550.213)	(48.115)	(31.220)
4.01.01.02.07	Revendedores Transações Energia Livre	0	0	(21.318)
4.01.01.02.08	Reajuste Tarifário Diferido	0	(358.602)	0
4.01.01.02.09	Ativo Regulatorio PIS-PASEP/COFINS	0	(361.082)	0
4.01.01.02.10	Obrigações Pós-Emprego	7.552	106.909	74.338
4.01.01.02.11	Provisão para Perda Extraordinária - CRC	(223.016)	325.637	197.988
4.01.01.02.12	Provisão para Perdas Recomp. Tarifária	31.259	104.271	(118.442)
4.01.01.02.13	Impostos Federais Diferidos	(144.085)	261.854	0
4.01.01.02.14	Outros	0	(31.775)	10.785
4.01.02	Dos Acionistas	520	415	538
4.01.02.02	Reversão de Dividendos	520	415	538
4.01.03	De Terceiros	1.697.406	2.528.849	1.788.850
4.01.03.01	Financiamentos Obtidos	73.587	1.229.544	700.076
4.01.03.03	Obrigações Especiais	0	132.888	96.396
4.01.03.04	Venda de Títulos de Valores Mobiliários	0	0	118.994
4.01.03.05	Redução de Capital em Controlada	0	0	10.460
4.01.03.06	Dividendo a Receber de Controladas	1.417.426	31.939	50.094
4.01.03.07	Amortiz. Contrato Cessão Crédito da CRC	77.784	48.912	27.918
4.01.03.10	Obrigações Fiscais Transf. L. Prazo	74.284	0	223.503
4.01.03.11	Transf. Realiz. L. P. Desp. CVA	0	519.171	101.819
4.01.03.12	Transf. Realiz. L. P. Recomp. Tarif. Ext	0	357.986	291.752
4.01.03.13	Transf. Realiz. L. P. Transações MAE	0	55.849	0
4.01.03.14	Transf. Realiz. L. P. Créd.Tributários	54.322	97.441	134.018
4.01.03.15	Redução do Realizável a Longo Prazo	0	2.129	7.868
4.01.03.16	Custo de Adaptação ao Racionamento	0	0	28.634
4.01.03.18	Outros	3	52.990	(2.682)
4.02	Aplicações	1.086.865	3.401.647	2.702.335
4.02.02	Nos Investimentos	58.576	291.133	287.201
4.02.03	No Imobilizado	222	875.123	719.539
4.02.04	No Diferido	0	0	0
4.02.05	Juros s/ Capital Próprios e Dividendos	2.070.449	692.400	320.494
4.02.06	Obrigações Pós-Emprego	16.369	249.393	234.800
4.02.07	Empréstimos e Financiamentos	0	790.306	830.637
4.02.08	Transf Obrigações Líquidas de C.P. Contr	(1.067.324)	0	0
4.02.09	Despesa Antecipada - CVA	0	210.142	119.298
4.02.10	Fornecedores - Suprimento	0	130.565	66.767
4.02.11	Depósitos Vinculados a Litígios	0	0	15.166

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2005 a 31/12/2005	4 -01/01/2004 a 31/12/2004	5 -01/01/2003 a 31/12/2003
4.02.12	Tributos Compensáveis	0	23.912	17.819
4.02.13	Consumidores e Revendedores	0	0	90.614
4.02.14	Tributos e Contribuição Social	0	138.673	0
4.02.15	Outros	8.573	0	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	373.795	373.482	39.101
4.04	Variação do Ativo Circulante	(1.369.118)	836.882	633.527
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	3.305.412	2.468.530	1.835.003
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	1.936.294	3.305.412	2.468.530
4.05	Variação do Passivo Circulante	1.742.913	(463.400)	(594.426)
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	(3.918.592)	(3.455.192)	(2.860.766)
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	(2.175.679)	(3.918.592)	(3.455.192)

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Data-Base - 31/12/2005

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.621.538	4.059.345	0	1.570.502	0	7.251.385
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	2.003.399	2.003.399
5.07	Destinações	0	0	0	906.450	(2.003.399)	(1.096.949)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	100.170	(100.170)	0
5.07.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(635.000)	(635.000)
5.07.03	Dividendos Complementares 2005	0	0	0	0	(461.949)	(461.949)
5.07.05	Retenção de Lucros	0	0	0	806.280	(806.280)	0
5.08	Outros	0	0	0	(972.980)	0	(972.980)
5.08.01	Reversão de Dividendos	0	0	0	520	0	520
5.08.02	Dividendos Complementares 2004	0	0	0	(76.500)	0	(76.500)
5.08.03	Dividendos Extraordinários	0	0	0	(897.000)	0	(897.000)
5.09	Saldo Final	1.621.538	4.059.345	0	1.503.972	0	7.184.855

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Data-Base - 31/12/2005

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.621.538	4.059.345	0	877.686	0	6.558.569
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	1.384.801	1.384.801
5.07	Destinações	0	0	0	692.401	(1.384.801)	(692.400)
5.07.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	0	(510.000)	(510.000)
5.07.02	Dividendos Complementares	0	0	0	0	(182.400)	(182.400)
5.07.03	Retenção de Lucros	0	0	0	692.401	(692.401)	0
5.08	Outros	0	0	0	415	0	415
5.08.01	Reversão de Dividendos	0	0	0	415	0	415
5.09	Saldo Final	1.621.538	4.059.345	0	1.570.502	0	7.251.385

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Data-Base - 31/12/2005

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2003 A 31/12/2003 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.621.538	4.059.345	0	0	0	5.680.883
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	1.197.642	1.197.642
5.07	Destinações	0	0	0	877.148	(1.197.642)	(320.494)
5.07.01	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(250.000)	(250.000)
5.07.02	Dividendos Complementares	0	0	0	0	(70.494)	(70.494)
5.07.03	Retenção de Lucros	0	0	0	877.148	(877.148)	0
5.08	Outros	0	0	0	538	0	538
5.08.01	Reversão de Dividendos	0	0	0	538	0	538
5.09	Saldo Final	1.621.538	4.059.345	0	877.686	0	6.558.569

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2005	4 - 31/12/2004	5 - 31/12/2003
1	Ativo Total	19.839.585	16.813.614	15.024.891
1.01	Ativo Circulante	5.197.838	3.451.558	2.557.894
1.01.01	Disponibilidades	1.344.135	896.223	440.481
1.01.02	Créditos	3.541.093	2.372.556	1.942.099
1.01.02.01	Consumidores e Revendedores	1.343.779	1.211.086	1.058.610
1.01.02.02	Recomposição Tarifária e Parcela "A"	271.800	327.268	278.864
1.01.02.03	Concessionária - Transporte de Energia	303.157	27.876	28.669
1.01.02.04	Tributos Compensáveis	359.711	119.328	107.829
1.01.02.05	Despesa Antecipada - CVA	539.321	492.533	315.234
1.01.02.06	Revendedores - Transações Energia Livre	225.771	45.560	39.037
1.01.02.07	Créditos Tributários	107.078	148.905	113.856
1.01.02.08	Ativo Regulatório-PIS-PASEP/COFINS	69.031	0	0
1.01.02.09	Reajuste Tarifário Diferido	321.445	0	0
1.01.03	Estoques	26.082	19.253	22.230
1.01.04	Outros	286.528	163.526	153.084
1.01.04.02	Outros Créditos	286.528	163.526	153.084
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.704.374	4.134.330	3.662.697
1.02.01	Créditos Diversos	4.690.037	4.084.848	3.609.592
1.02.01.01	Contas a Receber do Governo do Estado	1.518.672	1.096.706	891.063
1.02.01.02	Recomposição Tarifária e Parcela "A"	1.001.305	1.032.601	1.265.310
1.02.01.03	Despesas Antecipadas - CVA	46.549	88.108	305.485
1.02.01.04	Créditos Tributários	410.337	171.724	269.183
1.02.01.05	Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
1.02.01.06	Racionamento - Bônus e Custos Adaptação	0	0	23.449
1.02.01.07	Revendedores - Transações Energia Livre	96.029	588.281	567.062
1.02.01.08	Tributos Compensáveis	219.362	142.368	115.933
1.02.01.09	Depósitos Vinculados a Letício	104.977	88.197	81.493
1.02.01.10	Consumidores e Revendedores	64.190	78.022	90.614
1.02.01.11	Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	374.622	361.082	0
1.02.01.12	Reajuste Tarifário Diferido	853.994	437.759	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	14.337	49.482	53.105
1.02.03.01	Incentivos Fiscais, Depósitos e Outros	14.337	49.482	53.105
1.03	Ativo Permanente	9.937.373	9.227.726	8.804.300
1.03.01	Investimentos	977.023	916.194	797.806
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	797.806
1.03.02	Imobilizado	8.898.368	8.247.882	7.984.367
1.03.03	Diferido	61.982	63.650	22.127

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2005

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2005	4 - 31/12/2004	5 - 31/12/2003
2	Passivo Total	19.839.585	16.813.614	15.024.891
2.01	Passivo Circulante	5.719.682	4.015.092	3.516.816
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	458.833	898.190	1.569.978
2.01.02	Debêntures	526.098	519.101	17.358
2.01.03	Fornecedores	764.841	676.164	610.960
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	666.697	496.906	321.473
2.01.05	Dividendos a Pagar	2.064.251	652.331	311.212
2.01.06	Provisões	461.188	336.220	384.142
2.01.06.01	Salários e Contribuições Sociais	174.459	173.859	199.110
2.01.06.02	Encargos Regulatórios	209.770	98.889	133.718
2.01.06.03	Participações nos Lucros	76.959	63.472	51.314
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	777.774	436.180	301.693
2.01.08.01	Venda Antecipada de Energia Elétrica	0	0	0
2.01.08.02	Obrigações Pós-Emprego	161.003	199.738	185.226
2.01.08.03	Outras Obrigações	408.576	207.417	116.467
2.01.08.04	Despesa Antecipada - CVA	208.195	29.025	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	6.915.549	5.526.245	4.922.413
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.249.418	1.990.940	1.358.678
2.02.02	Debêntures	701.184	809.578	912.735
2.02.03	Provisões	378.974	427.839	320.898
2.02.03.01	Contingências	378.974	427.839	320.898
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	2.585.973	2.297.888	2.330.102
2.02.05.01	Obrigações Pós-Emprego	1.284.677	1.353.543	1.496.027
2.02.05.02	Fornecedores - Suprimento	337.069	245.873	324.556
2.02.05.03	Racionamento - Sobretaxa	0	0	0
2.02.05.04	Venda Antecipada de Energia Elétrica	0	0	0
2.02.05.05	Impostos, Taxas e Contribuições	799.067	572.829	440.143
2.02.05.06	Despesa Antecipada - CVA	31.508	2.322	0
2.02.05.07	Outras Obrigações	133.652	123.321	69.376
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Participações Minoritárias	19.499	20.892	27.093
2.05	Patrimônio Líquido	7.184.855	7.251.385	6.558.569
2.05.01	Capital Social Realizado	1.621.538	1.621.538	1.621.538
2.05.02	Reservas de Capital	4.059.345	4.059.345	4.059.345
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	1.503.972	1.570.502	877.686
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	1.503.972	1.570.502	877.686

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2005	4 -31/12/2004	5 -31/12/2003
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2005

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/12/2005	4 - 01/01/2004 a 31/12/2004	5 - 01/01/2003 a 31/12/2003
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	11.702.613	9.748.018	7.967.945
3.01.01	Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	9.156.031	8.602.365	7.235.477
3.01.03	Reajuste Tarifário Diferido	591.010	358.602	0
3.01.04	Receita de Uso da Rede	1.522.786	244.517	256.757
3.01.05	Outras Receitas Operacionais	432.786	542.534	475.711
3.02	Deduções da Receita Bruta	(3.466.992)	(2.763.461)	(2.344.628)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	8.235.621	6.984.557	5.623.317
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(5.919.472)	(4.706.892)	(3.901.583)
3.04.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.454.930)	(1.372.752)	(1.393.423)
3.04.02	Encargos Uso da Rede Básica Transmissão	(640.733)	(538.386)	(310.263)
3.04.03	Gás Comprado para Revenda	(155.948)	(259.795)	(246.276)
3.04.04	Pessoal e Administradores	(988.120)	(698.732)	(658.161)
3.04.05	Entidade de Previdência Privada	(141.484)	(83.169)	(59.847)
3.04.06	Materiais	(88.724)	(66.256)	(74.672)
3.04.07	Materia-Prima e Insumos para Produção	(852)	(17.561)	(8.127)
3.04.08	Serviços de Terceiros	(355.053)	(238.740)	(209.490)
3.04.09	Depreciação e Amortização	(551.906)	(524.313)	(514.910)
3.04.10	Provisões Operacionais	(70.608)	(80.432)	(33.416)
3.04.11	Royalties (Comp. Financ. Rec. Hídricos	(145.132)	(108.023)	(13.948)
3.04.12	Quota para Conta Consumo de Combustível	(415.907)	(292.147)	(282.309)
3.04.13	Conta de Desenvolvimento Energético CDE	(296.131)	(237.863)	(118.217)
3.04.14	Reversão (Provisão) para Perdas RTE	(278.166)	(104.271)	118.442
3.04.15	Eficiência Energética e P&D	(210.588)	(20.419)	0
3.04.16	Outras	(125.190)	(64.033)	(96.966)
3.05	Resultado Bruto	2.316.149	2.277.665	1.721.734
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(425.500)	(876.504)	(160.178)
3.06.01	Com Vendas	(119.930)	(311.073)	(228.391)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(208.217)	(169.969)	(176.136)
3.06.03	Financeiras	(3.192)	(281.010)	335.090
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.706.176	1.076.262	1.114.306
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(1.709.368)	(1.357.272)	(779.216)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(94.161)	(114.452)	(90.741)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	1.890.649	1.401.161	1.561.556
3.08	Resultado Não Operacional	(52.415)	74.345	(61.128)
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.08.02.01	Perda Extraordinária	0	0	0
3.08.02.02	Outros	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	1.838.234	1.475.506	1.500.428
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(470.531)	(602.563)	(553.528)
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2005 a 31/12/2005	4 -01/01/2004 a 31/12/2004	5 -01/01/2003 a 31/12/2003
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	635.000	510.000	250.000
3.14	Participações Minoritárias	696	1.858	742
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	2.003.399	1.384.801	1.197.642
	NÚMERO AÇÕES, EX-TEOURARIA (Mil)	162.084.691	162.084.691	162.084.691
	LUCRO POR AÇÃO	0,01236	0,00854	0,00739
	PREJUÍZO POR AÇÃO			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/12/2005	4 - 01/01/2004 a 31/12/2004	5 - 01/01/2003 a 31/12/2003
4.01	Origens	4.686.681	3.852.874	2.759.068
4.01.01	Das Operações	1.422.481	1.343.096	1.008.402
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	2.003.399	1.384.801	1.197.642
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	(580.918)	(41.705)	(189.240)
4.01.01.02.01	Depreciação e Amortização	594.598	583.652	570.193
4.01.01.02.02	Juros e Variações Monet.de Longo Prazo	(979.068)	(881.404)	(916.077)
4.01.01.02.04	Baixas Líquidas de Permanente	52.209	80.501	61.344
4.01.01.02.05	Provisões para Perdas	(49.586)	130.390	(48.784)
4.01.01.02.09	Revendedores Transações CCEE/MAE	0	0	(21.318)
4.01.01.02.10	Obrigações Pós-Emprego	153.471	106.909	74.338
4.01.01.02.11	Provisão para Perda Extraordinária - CRC	(223.016)	325.637	197.988
4.01.01.02.12	Provisão para Perdas Recomp. Tarifária	309.425	104.271	(118.442)
4.01.01.02.13	Impostos Federais Diferidos	230.700	261.854	0
4.01.01.02.14	Reajuste Tarifário Diferido	(591.010)	(358.602)	0
4.01.01.02.15	Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	(76.244)	(361.082)	0
4.01.01.02.16	Outros	(2.397)	(33.831)	11.518
4.01.02	Dos Acionistas	520	415	538
4.01.02.02	Reversão de Dividendos	520	415	538
4.01.03	De Terceiros	3.263.680	2.509.363	1.750.128
4.01.03.01	Financiamentos Obtidos	1.556.110	1.229.544	716.870
4.01.03.03	Obrigações Especiais	75.873	132.888	96.396
4.01.03.04	Venda de Títulos de Valores Mobiliários	0	0	118.994
4.01.03.07	Amortiz. Contrato Cessão Crédito da CRC	77.784	48.912	27.918
4.01.03.08	Ativo Regulatório-PIS/COFINS	66.539	0	0
4.01.03.09	Reajuste Tarifário Diferido	374.864	0	0
4.01.03.10	Obrigações Fiscais Transf. L. Prazo	0	0	223.503
4.01.03.11	Transf. Realiz. L. P. Desp. CVA	249.660	519.171	101.819
4.01.03.12	Transf. Realiz. L. P. Recomp. Tarif. Ext	205.109	357.986	291.752
4.01.03.13	Transf. Realiz. L. P. Transações CCEE/MAE	416.584	55.849	0
4.01.03.14	Transf. Realiz. L. P. Créd. Tributários	101.655	97.441	137.695
4.01.03.15	Redução do Realizável a Longo Prazo	6.364	2.111	7.340
4.01.03.16	Custo de Adaptação ao Racionamento	0	0	28.634
4.01.03.17	Outros	133.138	65.461	(793)
4.02	Aplicações	4.644.991	3.457.486	2.711.309
4.02.02	Nos Investimentos	68.825	140.517	194.538
4.02.03	No Imobilizado	1.360.283	1.043.457	806.271
4.02.04	No Diferido	2.296	250	31
4.02.05	Juros s/ Capital Próprios e Dividendos	2.070.449	692.400	320.494
4.02.07	Empréstimos e Financiamentos	307.743	822.448	847.813
4.02.09	Despesa Antecipada - CVA	114.958	210.142	119.298
4.02.10	Fornecedores - Suprimento	70.591	130.565	66.767
4.02.11	Depósitos Vinculados a Litígios	0	0	15.176
4.02.13	Tributos Compensáveis	70.243	20.826	15.507
4.02.14	Consumidores e Revendedores	0	0	90.614
4.02.15	Efeito Decorrente Consolidação Gasmig	0	8.815	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2005 a 31/12/2005	4 -01/01/2004 a 31/12/2004	5 -01/01/2003 a 31/12/2003
4.02.16	Obrigações Pós-Emprego	222.337	249.393	234.800
4.02.17	Tributos e Contribuição Social	348.097	138.673	0
4.02.18	Outras	9.169	0	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	41.690	395.388	47.759
4.04	Varição do Ativo Circulante	1.746.280	893.664	603.929
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	3.451.558	2.557.894	1.953.965
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	5.197.838	3.451.558	2.557.894
4.05	Varição do Passivo Circulante	(1.704.590)	(498.276)	(556.170)
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	(4.015.092)	(3.516.816)	(2.960.646)
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	(5.719.682)	(4.015.092)	(3.516.816)

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais individuais (controladora) e consolidados da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2005 e 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual (controladora) e consolidada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas em 31 de dezembro de 2005 e 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos individuais (controladora) e consolidados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As informações suplementares contidas nos Anexos I e II, referentes, respectivamente, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado individuais (controladora) e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós examinadas, de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

5. As informações suplementares contidas nos Anexos III, referentes à demonstração do resultado segregado por atividade consolidada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004, estão apresentadas por determinação do Órgão Regulador das atividades da Companhia e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Estas informações foram por nós examinadas, de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação aos critérios descritos no Anexo III.
6. Conforme descrito nas notas explicativas nº. 9, 10, 11 e 19, às demonstrações financeiras, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas possuem registrados ativos e passivos relativos às operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente MAE). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2005, os quais podem ser modificados em função de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.
7. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 14 às demonstrações financeiras, em decorrência da revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica a ANEEL fixou, em 7 de abril de 2004, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Companhia em 37,86%, aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica retroativamente a 8 de abril de 2003. Em 7 de abril de 2005, a ANEEL alterou esse percentual, em caráter definitivo, para 44,41%. Essa alteração resultou no aumento da receita bruta no montante de R\$ 591.010 mil e um aumento no lucro líquido do exercício findo de 31 de dezembro de 2005 de R\$ 335.398 mil, líquidos dos efeitos fiscais.

Belo Horizonte, 8 de março de 2006

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 S/MG

Gilberto Grandolpho
Contador
CRC-SP 139.572/O-5 S/MG

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2005

Senhores Acionistas,

A CEMIG submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Obtivemos resultados significativos em 2005, um lucro líquido de R\$2,0 bilhão, R\$12,35 por lote de 1.000 ações, representando um crescimento de 45% frente ao ano de 2004. Foi o primeiro ano em que operamos nossos negócios de distribuição de energia elétrica separadamente dos de geração e transmissão e, conseguimos preservar as sinergias de nossos negócios como foi determinado pelo nosso Conselho de Administração.

Crescemos e agregamos valor em 2005 o que pode ser confirmado pelo aumento de 4,5% em nossas vendas de energia, de 2,3% no número de consumidores, e da geração de caixa medida pelo LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) que foi de R\$ 2,5 bilhões, um crescimento de 9,8%.

Tudo isso foi possível pela implementação de nosso Plano Diretor, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, resultando em ganhos expressivos de lucratividade, de produtividade e de participação de mercado. Todas as metas nele estabelecidas foram detalhadas e divulgadas internamente, através da ferramenta BSC- Balanced Scorecard, garantindo a unicidade de atuação das diversas áreas envolvidas. Como exemplo, podemos citar, o início do suprimento de grandes consumidores fora de nossa área de concessão original o que representou uma venda adicional de 1,7 GWh, ou 7,4% das nossas vendas para clientes industriais, com distribuição em Estados das regiões Sudeste e Sul.

O Plano Diretor também permitiu encontrar uma solução definitiva para o problema da inadimplência de nosso acionista majoritário relativa ao contrato de cessão de créditos de CRC - Conta de Resultados a Compensar, além de proporcionar uma excelente oportunidade de exercitar nossas práticas de governança corporativa. Ao final do ano, a Assembléia de Acionistas aprovou, de forma unânime, o quarto aditivo ao Termo de Cessão dos Créditos de CRC, que, como divulgado amplamente, irá permitir ao Estado de Minas Gerais liquidar este débito com a utilização dos dividendos a que tem direito como acionista da Empresa. Como forma de dar contornos definitivos a essa questão, decidimos propor aos acionistas a incorporação dos principais compromissos do Plano ao nosso Estatuto Social, fato que irá permitir no longo prazo a continuidade do nosso crescimento. Tal proposição foi aceita incondicionalmente.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em nossas operações, seja nos segmentos de geração e transmissão ou no de distribuição de energia elétrica e de gás natural, empregamos técnicas modernas de gestão que nos permitem a obtenção de índices de desempenho cada vez melhores e compatíveis com aqueles ostentados pelas empresas de ponta no mundo. Reduzimos nossos custos operacionais, principalmente no que se refere à Cemig Distribuição SA, tornando-os compatíveis com aqueles estabelecidos pelo agente regulador e preservando a qualidade do serviço prestado aos nossos consumidores. Dessa forma, alcançamos, em pesquisa realizada pelo agente regulador, um índice de satisfação dos nossos consumidores superior a 67%, o melhor desempenho entre as concessionárias da região sudeste do Brasil.

Tivemos o cuidado de preservar nossos talentos através de uma política de gestão do capital humano que cobre diversas áreas tais como programa de treinamento que abrange não só os empregados, mas também nossos gestores, programa de progressão profissional, programa de saúde e de seguro, programa de remuneração baseado em desempenho bem como um plano de aposentadoria moderno suportado pela nossa fundação de seguridade, a Forluz, uma das mais bem estruturadas, confiáveis e saudáveis financeiramente de nosso País. Além disso, realizamos uma necessária renovação de nossos quadros, através da implementação de um programa de demissão voluntária reduzindo o número de empregados em diversas áreas, e abrindo espaço para a incorporação de jovens talentos uma vez que grande parte dos postos de empregos serão preenchidos por "trainees".

Ressalte-se também o sucesso da política de valorização dos ativos existentes que, aliada à preocupação em preservar nossos clientes, manifestada pela negociação de preços com clientes livres e pela gestão dos clientes cativos, resultou em preços mais compensadores para a nossa geração.

Nossa política de gestão financeira também produziu excelentes resultados a começar pela mudança do perfil da dívida, que hoje alcança R\$4,9 bilhões e cujos vencimentos antes concentrados no curto prazo têm sido sistematicamente estendidos a prazos cada vez mais longos. Beneficiamo-nos da alta liquidez e da redução nas taxas de juros no mercado financeiro interno possibilitando uma diminuição do percentual de dívida em moeda estrangeira e uma ampliação do prazo médio de vencimento para aproximadamente seis anos. Além disso, contamos com a proteção natural dos vencimentos da dívida em moeda estrangeira através de contratos de venda de energia vinculados ao dólar que reduzem nossa exposição cambial a quase zero.

Nossa política de gestão de risco cobre todos os riscos aos quais a empresa está sujeita e o impacto possível sobre os resultados empresariais, utilizando-se de diversas técnicas e sistemas de avaliação. Atualmente, estamos desenvolvendo diversas ações no sentido de atender, de forma ampla, todos os requisitos relativos à lei Sarbanes Oxley à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Nossos investimentos alcançaram a cifra de R\$1,4 bilhão e se concentraram na expansão da capacidade de geração de energia, à qual foram agregados 87 MW com a entrada em operação da Usina de Aimorés superando 6.100 MW, no total. Dois projetos, ainda em construção, Usina de Irapé e de Capim Branco, irão agregar 455 MW em 2006. Em dezembro de 2005, ganhamos a concessão da Usina de Baguari, com 140 MW, na qual temos uma participação de 34%. Prosseguimos com a implantação do Programa Luz Para Todos que visa atender aos consumidores de baixa renda localizados na área rural e contando com fundos subsidiados pelos governos federal e estadual. Ressaltamos o fato de que obtivemos a concessão para a construção de uma linha de transmissão no Chile, representando nosso primeiro passo em direção à expansão fora de nosso país e que proporcionará a experiência necessária para, no longo prazo, avaliarmos investimentos em condições diversas daquelas em que estamos acostumados a operar.

Por último, gostaríamos de salientar nossa estratégia de gestão ambiental e social, que tem sido reconhecida internacionalmente, através da inclusão de nossas ações, pela sexta vez consecutiva, entre aquelas que compõem o Índice Mundial de Sustentabilidade da Dow Jones bem como nacionalmente através da participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE, da Bovespa, que, da mesma forma, privilegia as empresas que apresentam ações voltadas para o atendimento dos interesses de longo prazo de seus acionistas assim como das comunidades a que servem.

Nossos acionistas tiveram uma valorização sem precedentes de seus investimentos não só pelo preço de nossas ações como também pelo pagamento de dividendos. O retorno total dos acionistas alcançou 66%, impulsionado pela nova política de dividendos que implementamos em 2005, atingindo R\$ 2,1 bilhões. Além dos 50% do lucro líquido, foram acrescidos, de forma expressiva, pelos dividendos extraordinários resultantes da securitização do quarto aditivo ao contrato de cessão de créditos de CRC.

Um outro aspecto que destaca nossa empresa no contexto nacional e internacional é a grande diversidade de nossos acionistas, o que nos proporciona uma visão ampla das perspectivas de nossos negócios, tendo como norte o interesse de longo prazo dos mesmos. O impacto de visões diferentes, originadas de traços culturais próprios dos países onde se localizam os gestores dos investimentos, traz ao nosso planejamento estratégico matizes únicos, nos levando a incorporar práticas gerenciais eficazes e que, adaptadas ao nosso ambiente, resultam em uma maior competitividade das empresas que gerimos.

Estamos confiantes no futuro, certos de que a estratégia, traçada e consubstanciada no Plano Diretor, irá atender aos interesses de longo prazo de nossos acionistas e assegurará a sustentabilidade empresarial, além de atender ao interesse da comunidade que servimos. Os próximos passos revelam a necessidade de adotarmos medidas mais ousadas para assegurar um crescimento mais rápido e que atendam aos compromissos mínimos de lucratividade presentes no Plano Diretor, de forma a preservar a excelente saúde financeira que desfrutamos atualmente.

Agradecemos aos nossos acionistas o apoio e a confiança concedidos durante o ano de 2005, em especial, ao nosso acionista majoritário, o Estado de Minas Gerais, na figura de seu governador Aécio Neves, e esperamos poder continuar contando com seu suporte para enfrentar os desafios que nos aguardam em 2006.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CONTEXTO ECONÔMICO

O crescimento econômico brasileiro em 2005 de 2,3%, bem abaixo das expectativas do começo do ano que apontavam para um aumento do PIB de 3,5%. Em contrapartida, a inflação medida pelo IPCA foi de 5,7%, não muito distante da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central, de 5,1%.

Esse bom resultado no controle da inflação decorre principalmente da determinação do Banco Central que, apesar das críticas, manteve sua política monetária restritiva, visando atingir as metas inflacionárias pré-estabelecidas. Além das elevadas taxas de juros reais, a valorização do real frente ao dólar (11,8%) também teve uma participação importante, com efeitos principalmente na evolução de apenas 1,2% do IGP-M em 2005.

Apesar da valorização cambial, as exportações brasileiras apresentaram um bom desempenho, fechando o ano com um crescimento de 22,6%, em parte devido ao aumento dos preços de alguns produtos da nossa pauta de exportações e pelo aquecimento do comércio externo, principalmente em função do crescimento econômico em duas grandes economias mundiais – Estados Unidos e China. Em contrapartida, o modesto crescimento econômico e a valorização da moeda nacional levaram a um crescimento das importações de 17,1% na comparação com 2004. No final das contas, a Balança Comercial fechou o ano com um superávit recorde de US\$44,8 bilhões - uma expansão de 33%.

AMBIENTE REGULATORIO - LEILÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

Esse foi um ano de consolidação do novo modelo do setor elétrico implantado pela Lei nº 10.848/04 e pelo Decreto 5.163/04. Foram realizados quatro leilões para compra de energia elétrica pelo governo federal no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, através da Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), sendo três leilões para empreendimentos já existentes e um para novos empreendimentos.

A realização de diversas audiências e consultas públicas e a conseqüente emissão de resoluções pela Aneel, regulamentando as regras de comercialização, também contribuíram para essa consolidação, com grande envolvimento dos agentes e de associações como Abradee, Abrage, Apine, Abrace e Abracel.

Participação da CEMIG no leilão de energia

Em 2005, a CEMIG, através de suas controladas Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A., participou dos diversos leilões de energia do Ambiente de Contratação Regulada (ACR). O primeiro desses leilões foi realizado pela CCEE em 07/12/2004 para início de suprimento a partir de 01/01/2005. A Cemig Geração e Transmissão S.A. vendeu energia nos Leilões de Energia Existente com início de suprimento em 2006 e 2008 e a Cemig Distribuição S.A. comprou energia com início de entrega em 2005, 2006 e 2008. O prazo de duração desses contratos é de 8 anos. Os resultados da compra e venda de energia pela Cemig Distribuição S.A. e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. nos leilões de energia existente promovidos pela CCEE encontram-se na tabela a seguir:

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Leilões de Energia Existente

	Ano de Início do Fornecimento			
	2005	2006	2007	2008
CEMIG-GT (venda)				
Volume (MW médios)	-	927	-	105
Prazo do Contrato (anos)	-	8	-	8
Preço (R\$/MWh)	-	69,58	-	83,50
CEMIG-D (compra)				
Volume (MW médios)	530	919	-	105
Prazo do Contrato (anos)	8	8	-	8
Preço (R\$/MWh)	57,51	67,33	-	83,13

No Leilão de Energia Nova, realizado em 16/12/2005, a Cemig Geração e Transmissão S.A. não comercializou a energia de Produção Independente habilitada para o leilão. A Empresa poderá comercializar essa energia nos leilões de energia nova a se realizarem até 2007, com início de fornecimento até 2012. O prazo de duração desses contratos é de 30 anos.

Os resultados da compra de energia pela Cemig Distribuição S.A. no Leilão de Energia Nova podem ser vistos na tabela abaixo.

Leilões de Energia Nova

	2008	2009	2010
Hidráulica			
Volume (MW médios)	4,5	3,2	92,0
Prazo do Contrato (anos)	30	30	30
Preço (R\$/MWh)	106,95	113,89	114,83
Térmica			
Volume (MW médios)	35,3	58,8	89,0
Prazo do Contrato (anos)	15	15	15
Preço (R\$/MWh)	132,26	129,26	121,81
Total			
Volume (MW médios)	39,8	62,0	181,0
Preço (R\$/MWh)	127,15	127,77	117,11

Com relação ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), a Cemig Geração e Transmissão S.A. teve participação bastante significativa em 2005.

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

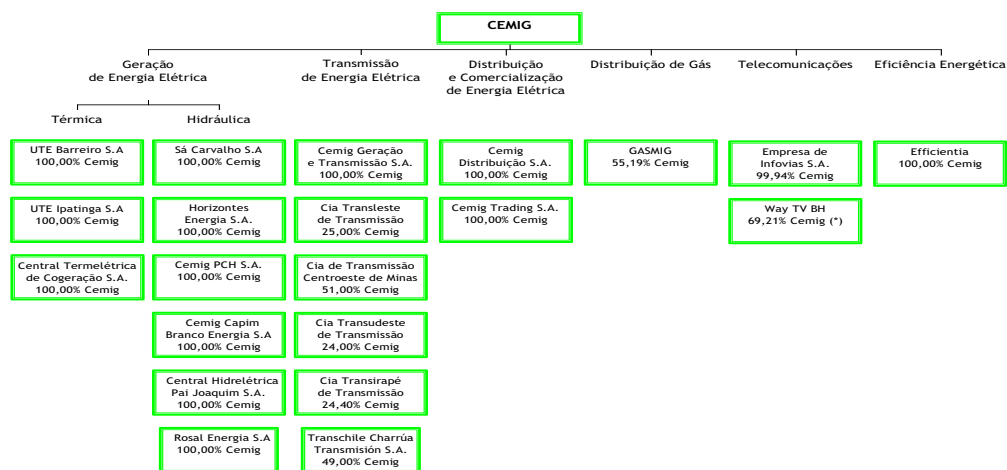
Os esforços de venda de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A resultaram, a partir de janeiro de 2005, na obtenção de 129 contratos com clientes livres, dos quais 11 foram assinados com clientes fora de Minas Gerais, incluindo o maior cliente da CEMIG, a Cosipa, localizada no estado de São Paulo. Esses contratos totalizaram um consumo aproximado de 18.000 GWh/ano.

DESVERTICALIZAÇÃO

A CEMIG concluiu em dezembro de 2004 o seu processo de desverticalização. Desta forma, constituiu as subsidiárias integrais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A., para desenvolver as suas atividades no negócio de energia elétrica, a partir de 1º de janeiro de 2005. A empresa Companhia Energética de Minas Gerais passou a ter como principal ativo a sua participação no capital das empresas mencionadas e das demais controladas.

Os principais saldos de ativos e obrigações transferidos para as empresas subsidiárias estão demonstrados nas notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2005.

A estrutura da CEMIG após a desverticalização é conforme segue:



(*) Refere-se ao percentual de participação da CEMIG através de sua controlada Empresa de Infovias S.A..

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

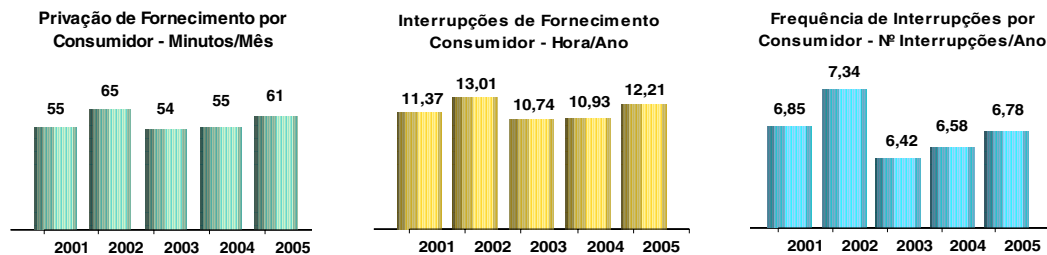
Política de atendimento

A CEMIG implementa, de forma contínua, ações de melhorias na estrutura de atendimento aos seus clientes, objetivando estabelecer canais de comunicação mais eficientes e agilidade no atendimento. Dentre as ações, destacamos:

- Manutenção contínua do credenciamento de estabelecimentos comerciais (farmácias, locadoras e padarias), para a expansão dos pontos de arrecadação e prestação de outros serviços comerciais em áreas que não possuem representação da CEMIG, beneficiando com esta ação, diversos municípios em sua área de concessão.
- Implementação do Cemig Postal, um canal desenvolvido para os nossos clientes onde são utilizados formulários com postagem "pré-paga", disponíveis gratuitamente em locais sinalizados nos agentes Cemig Fácil.
- Expansão e adequação da Central de Atendimento "Fale com a Cemig" às exigências da ANEEL, que regulamentou este canal de comunicação dos clientes com as concessionárias de energia. Hoje, o "Fale com a Cemig" está estruturado com 357 posições de atendimento para atender nossos clientes 24 horas por dia, via telefone, portal da Cemig, Chat e e-mail, permitindo maior eficiência nos serviços e garantindo comodidade e conforto aos clientes, que solicitam os serviços sem sair de casa. A capacidade de atendimento ultrapassa a casa das 60.000 chamadas/dia, tendo ultrapassado, em dias atípicos, o volume de 82.000 chamadas/dia, sem prejuízo da qualidade do atendimento.
- Reestruturação e modernização das Agências de Atendimento para adequá-las a uma nova filosofia de relacionamento, com aplicação das áreas de auto-atendimento e instalação de linhas telefônicas com acesso direto à Central de Atendimento "Fale com a Cemig".

Qualidade no fornecimento

Os gráficos a seguir apresentam a evolução histórica dos indicadores de qualidade.



00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Do total desses indicadores, cerca de 20% se referem aos desligamentos programados para melhorias na qualidade do fornecimento. Esses desligamentos são precedidos de avisos e, portanto, reduzem o impacto, para os clientes, do corte temporário de energia.

Desempenho Comercial

No volume de vendas de energia, a CEMIG apresenta aumentos crescentes conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Venda de Energia - GWh						
Classe	2001	2002	2003	2004	2005	Var.% 2005/2004
Industrial	21.351	21.906	21.715	23.071	23.472	1,7
Residencial	6.475	6.360	6.529	6.526	6.590	1,0
Comercial	3.269	3.283	3.402	3.537	3.754	6,1
Rural	1.572	1.705	1.783	1.846	1.941	5,1
Outros	2.229	2.330	2.478	2.499	2.573	3,0
Total Vendido a Consumidores Finais	34.896	35.584	35.907	37.479	38.330	2,3
Suprimento	632	313	621	364	1.255	244,8
Consumo próprio	52	50	55	54	29	(46,3)
Total	35.580	35.947	36.583	37.897	39.614	4,5

Contribuiu para o crescimento das vendas em 2005 a maior venda de energia na classe industrial, tendo em vista a conquista de novos consumidores fora da área de concessão. Nesta classe, destacamos a indústria de transformação que registrou um crescimento de 4,1%. Este crescimento deve-se principalmente ao setor de siderurgia que registrou um crescimento de 30,3%, compensado parcialmente pelo decréscimo de 11,8% no setor de ferroligas. Com uma menor participação, destacaram-se também os seguintes setores: Mecânica, Material Elétrico e Comunicação, Material de Transportes e Produtos Alimentares.

A classe comercial apresentou a maior variação positiva em relação às demais, com crescimento de 6,1. Tal crescimento deveu-se ao melhor desempenho do comércio varejista, cuja participação na classe comercial foi equivalente a 31%, com um crescimento de 6,4%.

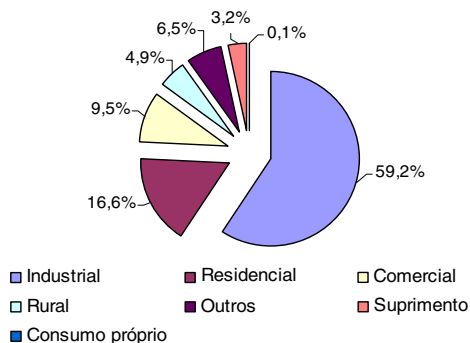
O consumo da classe residencial registrou crescimento de 1,0%, com aumento da base de consumidores faturados em 97.031. Esse tímido crescimento pode ser explicado pelo desaquecimento da economia e dos novos hábitos de consumo adquiridos após o período do racionamento de energia.

A classe rural registrou crescimento de 5,1%. O consumo convencional, com participação de 70% no total da classe, cresceu 5,3%; já o consumo para irrigação, com participação de 30% no mercado total da classe, cresceu 4,7% em relação ao ano anterior, devido a maior incidência de chuvas nos meses de novembro e dezembro de 2005.

As outras classes de consumo que representaram 9,74% do consumo total e demandaram 3.857 GWh, tiveram um acréscimo de 32,22% devido, principalmente, à venda de energia a outros agentes da CCEE (concessionárias e comercializadoras) por meio de contratos bilaterais.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

REPRESENTAÇÃO PERCENTUAL POR CLASSE



Tarifa

Tarifa de distribuição

As tarifas da CEMIG tiveram um reajuste médio de 23,88% a partir de 8 de abril de 2005. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo com o objetivo de eliminar gradualmente, conforme nota da ANEEL, os subsídios cruzados existentes entre os grupos de consumo. Desta forma, os consumidores residenciais tiveram um percentual de aumento de 18,48% em suas contas de energia enquanto os consumidores de alta tensão tiveram um aumento de 25,14%.

Do reajuste médio de 23,88%, 12,40% referem-se efetivamente ao reajuste tarifário anual e 11,48% aos componentes financeiros externos ao reajuste anual, incluídos para amortização de ativos regulatórios ainda relacionados ao programa de racionamento e outros.

Receitas de Transmissão

Em julho de 2005, foi também reajustada a receita permitida do segmento de transmissão, no percentual de 17,53%.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO CONSOLIDADO

Lucro Líquido

A CEMIG e suas controladas ("CEMIG") apresentaram, no exercício de 2005, um lucro líquido de R\$2.003 milhões, em comparação ao lucro de R\$1.385 milhões no exercício de 2004.

O resultado foi favorecido principalmente pelo aumento na receita com fornecimento bruto de energia elétrica (R\$9.156 milhões em 2005 comparado a R\$8.602 em 2004) e pela receita extraordinária referente ao Reajuste Tarifário Diferido, no montante de R\$591 milhões, conforme será descrito em maiores detalhes a seguir.

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A contribuição das controladas para o lucro líquido do exercício de 2005 está demonstrado como segue:

	2005	%	2004	%
CEMIG - Controladora	453	22,6	1.338	96,6
Cemig Distribuição S.A.	990	49,4	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.	468	23,4	-	-
Gasmig	28,5	1,4	35	2,5
Sá Carvalho S.A.	23	1,2	23	1,7
Usina Térmica de Ipatinga S.A.	7,2	0,4	4	0,3
Usina Térmica de Cogeração S.A.	3	0,1	3	0,2
Infovias	(1)	-	(18)	(1,3)
Efficientia S.A.	0,2	-	(1)	(0,1)
Cia Transleste de Transmissão	0,2	-	-	-
Horizontes Energia S.A.	6	0,3	1	0,1
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.	6	0,3	-	-
Rosal Energia S.A.	18,9	0,9	-	-
Lucro Líquido Consolidado	2.003	100,0	1.385	100,0

Receita Operacional

RECEITAS OPERACIONAIS – R\$ milhões			
	2005	2004	Var. %
Fornecimento a Consumidores Finais	8.919	8.565	4,1
Suprimento a Outras Concessionárias e Transações com energia na CCEE/MAE	237	37	540,5
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	9.156	8.602	6,4
Reajuste Tarifário Diferido	591	359	64,6
Receita de Uso da Rede	1.523	245	521,6
Outras Receitas Operacionais	433	542	(20,1)
	11.703	9.748	20,1

Receita com venda de energia para consumidores finais:

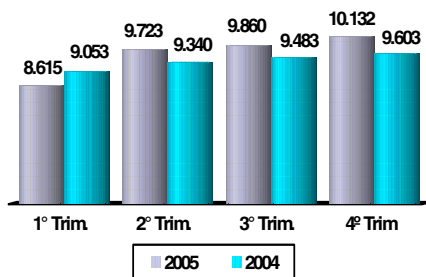
A receita bruta de fornecimento a consumidores finais foi de R\$8.919 milhões em 2005 comparada a R\$8.565 milhões em 2004, um aumento de 4,1%.

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

GWh faturados - consumidores finais



O crescimento da receita com fornecimento bruto de energia elétrica para consumidores finais decorre basicamente dos seguintes fatores:

- reajustes tarifários para os consumidores cujos preços são regulados, de 14,0% a partir de 8 de abril de 2004, efeito integral no exercício de 2005, e 23,88% a partir de 8 de abril de 2005.
- aumento de 2,3% no volume de energia vendida, cujos comentários sobre as variações em cada uma das classes de consumo estão descritos no item "fornecimento de energia elétrica".

Apesar dos reajustes tarifários acima citados, o aumento da tarifa média de fornecimento, incluindo o ICMS, foi de apenas 1,6% (R\$229,14 em 2005 comparado a R\$225,71 em 2004). Isso deve-se ao fato de que, a partir de janeiro de 2005, parcela representativa dos grandes consumidores industriais passaram a condição de "livres", com a venda de energia para estes consumidores através da Cemig Geração e Transmissão.

Desta forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição ("TUSD") desses consumidores livres passaram a ser cobrados separadamente, com o registro na rubrica de "Receita de uso da rede" no montante de R\$1.201 milhões em 2005. Em 2004, os valores da TUSD compunham a receita total com fornecimento de energia elétrica. Para efeito de comparação entre os exercícios de 2005 e 2004, se adicionarmos a receita de TUSD à receita com fornecimento de energia elétrica para consumidores finais em 2005, verifica-se um crescimento na receita de 18,0%.

Receita com venda de energia para revendedores e transações com energia livre na CCEE/MAE

Em função da venda de sobras de energia da Cemig Distribuição na CCEE em 2005, ocorreu um crescimento de 540,5% na receita com suprimento de energia elétrica, R\$237 milhões em 2005 comparado a R\$37 milhões em 2004.

Receita com Reajuste Tarifário Diferido

Em abril de 2005 foi divulgado, de forma retroativa a abril de 2003, o resultado da revisão tarifária periódica da CEMIG, implicando em um direito de recomposição nas tarifas de 44,41%. O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003 foi de 31,53%. Para compensar a CEMIG pela receita a menor faturada de abril de 2003 a abril de 2005, a ANEEL incluirá nos reajustes tarifários previstos para ocorrerem de 2005 até 2007 um percentual adicional.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a CEMIG tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores de 2003 a 2005 foi reconhecida como um ativo regulatório em contrapartida ao resultado do exercício, no montante de R\$591 milhões.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O valor registrado em 2004 foi decorrente do primeiro resultado provisório da revisão tarifária da CEMIG, divulgado pela Aneel, que indicou um reajuste de 37,86% nas tarifas. Em função desta divulgação, a CEMIG reconheceu no resultado de 2004 uma receita de R\$359 milhões, utilizando o mesmo critério mencionado nos parágrafos anteriores.

Receita de Uso da Rede

A Receita de uso da rede apresentou um crescimento de 521,6%, no montante de R\$1.278 milhões (R\$1.523 milhões em 2005 em comparação a R\$245 milhões em 2004). Este aumento decorre basicamente da receita de TUSD da Cemig Distribuição, no montante de R\$1.201 milhões, advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida pela Cemig Geração e Transmissão. Conforme mencionado anteriormente, até 2004 o valor da TUSD era incluído na tarifa de fornecimento de energia elétrica.

Compõe ainda o saldo desta rubrica a receita em função da utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da CEMIG pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro (R\$313 milhões em 2005 em comparação a R\$243 milhões em 2004).

Custos e despesas operacionais

	2005	2004	Var. %
Custos não Controláveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.455	1.373	6,0
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	145	108	34,3
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	416	292	42,5
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	641	538	19,1
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	296	238	24,4
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	1	-	-
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	211	20	955,0
	3.165	2.569	23,2
Custos Controláveis			
Pessoal	846	809	4,6
Obrigações Pós-emprego	153	107	43,0
Materiais	96	100	(4,0)
Serviços de Terceiros	423	334	26,6
Provisões Operacionais	127	159	(20,1)
Gás Comprado para Revenda	156	260	(40,0)
Participações dos Empregados	260	110	136,4
Provisão (Reversão) para Perdas na Recuperação da RTE	309	104	197,1
Depreciação e Amortização	595	584	1,9
Outras Despesas Líquidas	212	166	27,7
	3.177	2.733	16,2
	6.342	5.302	19,6

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Custos não controláveis

Os valores dos custos e despesas não controláveis registrados no resultado referem-se aos valores que foram efetivamente utilizados na composição do cálculo da tarifa a ser aplicada.

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (incluídos na parcela "A" do reajuste tarifário) que foram incluídos no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente ocorridos são compensados nos reajustes tarifários subseqüentes, através de um mecanismo chamado de CVA ("Compensação da variação dos itens da Parcela "A").

Estas diferenças são registradas no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo como despesas antecipadas, caso a Companhia tenha desembolsado valores a maior do que havia sido considerado na tarifa, ou como obrigações no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, em caso contrário.

Conforme mencionado no parágrafo anterior, segue abaixo tabela com os valores de CVA que foram incluídos e excluídos do resultado de 2005.

	Despesa operacional sem os efeitos da CVA	Valores de CVA incluídos no resultado do período	Valores de CVA excluídos do resultado do período	Despesa efetiva reconhecida no resultado de 2005
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.321	210	(76)	1.455
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	112	34	(1)	145
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	407	1	8	416
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	545	109	(13)	641
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	268	28	-	296
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica- PROINFA	5	-	(4)	1
Total	2.658	382	(86)	2.954

Compra de energia

Parcela representativa da energia adquirida para revenda é advinda da usina de Itaipu, complementada pelos contratos iniciais, compra através dos leilões de energia e outros contratos bilaterais.

Os valores de compra de energia em cada um dos itens estão demonstrados na nota explicativa nº 30 das demonstrações financeiras consolidadas.

Encargos de Uso da rede de Transmissão

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações componentes da rede básica. Sem considerar os efeitos da CVA, demonstrados nas tabelas anteriores, esta despesa não apresentou variação relevante nos exercícios comparados (R\$545 milhões em 2005 e R\$556 milhões em 2004).

00245-3 CIA ENERGENS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC

A CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro, localizadas principalmente no norte do Brasil, e que são rateados entre os concessionários de energia elétrica, conforme valores divulgados pela ANEEL.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida através de fontes alternativas. Os valores a serem pagos pela CEMIG são definidos pela ANEEL através de Resolução.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

A Compensação financeira é paga pelas controladas da Cemig que geram energia elétrica, para o Governo Federal, estados e municípios das áreas onde estão localizados os reservatórios das usinas. A tarifa é calculada com base na energia efetivamente gerada por cada usina e teve um reajuste de 19,2% em janeiro de 2005.

Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme regulação do setor elétrico, as empresas de distribuição e geração de energia elétrica devem investir o percentual de 1,00% da sua receita líquida em programas de eficiência energética e P&D. Alguns programas de eficiência energética e P&D relacionados a receita de períodos anteriores ainda não foram concluídos pelos agentes do setor elétrico, existindo ainda gastos a serem realizados. Este atraso decorre do tempo utilizado na elaboração dos projetos e aprovação pela ANEEL.

Em atendimento a instrução da ANEEL, a Cemig reconheceu como despesa no resultado do exercício de 2005 os gastos a serem realizados e para os quais já recebeu a tarifa correspondente em exercícios anteriores, no valor de R\$185 milhões, o que justificou a expressiva variação na despesa na comparação entre os dois exercícios em análise.

Custos controláveis

As principais variações nos custos e despesas controláveis estão descritas a seguir:

Despesa com Pessoal

O aumento de 4,6% na despesa com pessoal deve-se basicamente ao reajuste de 7,00% nos salários dos empregados da CEMIG em novembro de 2004 (efeito integral em 2005) e 7,57% em novembro de 2005.

O número de empregados da CEMIG e suas controladas apresentou um decréscimo de 3,7% no ano (10.271 em 2005 e 10.668 em 2004).

A segregação dos custos com pessoal está demonstrada na nota explicativa nº 30 das demonstrações financeiras consolidadas.

00245-3 CIA ENER G MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Participação dos empregados nos resultados

A CEMIG e suas Controladas Cemig Geração e Cemig Distribuição utilizam como critério geral para pagamento da participação dos empregados um percentual de 3% do resultado operacional definido pela ANEEL na prestação anual de contas.

Adicionalmente, nos dissídios coletivos em novembro de 2005 e 2004 foram acordados com os sindicatos os pagamentos de parcelas extraordinárias de R\$184 milhões e R\$48 milhões respectivamente.

Benefícios pós-emprego

Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Cemig Distribuição, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A mudança em 31 de dezembro de 2004 da taxa de desconto das obrigações futuras, de 8,00% para 6,00%, implicou em um aumento no valor presente das obrigações atuariais em 2005.

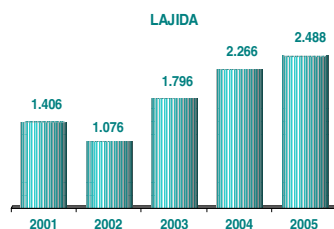
Para 2006 é estimada uma despesa de R\$150 milhões, ou seja, 2,00% inferior a despesa de 2005.

Provisões Operacionais

O menor saldo das provisões operacionais em 2005 comparado a 2004 deve-se basicamente à provisão para perda, feita em 2004, referente aos bônus pagos aos consumidores durante o período de racionamento no montante de R\$23 milhões.

A segregação das provisões operacionais está demonstrada na nota explicativa nº 30 das demonstrações financeiras consolidadas.

LAJIDA (EBITDA)



LAJIDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações.

O LAJIDA apresentou um crescimento de 9,8% na comparação de 2005 com 2004. Este crescimento deve-se basicamente a receita referente ao reajuste tarifário diferido, descrita anteriormente, e ao crescimento da receita líquida.

No período de 2001 a 2005, cresceu 77,0% em comparação a uma inflação medida pelo IPCA, de 39,9%.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro, não considerando a despesa com juros sobre o capital próprio, foi uma receita líquida de R\$632 milhões em 2005 comparada a uma receita líquida de R\$229 milhões em 2004, um aumento de 176,0%.

Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro no exercício estão relacionados a seguir:

- Receita com atualização monetária e juros incidentes sobre as contas a receber do Estado de Minas Gerais, líquida da provisão para perda, no montante de R\$500 milhões em 2005, comparados a R\$255 milhões em 2004, representando um aumento de 96,1%. Este aumento deve-se basicamente aos efeitos da assinatura do quarto aditivo contratual com Governo do Estado em 2005, detalhados na nota explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.
- Receita com variação monetária e juros incidentes sobre o ativo originário do Reajuste Tarifário Diferido no montante de R\$231 milhões, comparados a R\$79 milhões em 2004, representando um aumento de 192,4%. Este resultado deve-se aos novos valores da revisão tarifária da Cemig Distribuição.
- Aumento dos encargos com empréstimos e financiamentos no país (R\$565 milhões em 2005 comparados a R\$374 milhões em 2004).
- Redução da variação monetária com empréstimos e financiamentos, (R\$16 milhões em 2005 comparados a R\$124 milhões em 2004). Esta redução deve-se aos critérios de rolagem da dívida da Companhia e à queda da variação do IGPM (12,41% em 2004 para 1,21% em 2005).
- Ganhos líquidos com variações cambiais em 2005, no montante de R\$146 milhões em comparação a ganhos líquidos de R\$86 milhões em 2004, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Em 2005, o real apresentou uma valorização de 11,8% frente ao dólar norte-americano em comparação a uma valorização de 8,7% no mesmo período de 2004.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 31 das Demonstrações Financeiras.

Resultado não Operacional

A despesa não operacional líquida de R\$52 milhões em 2005 comparada a R\$74 milhões de receita não operacional líquida em 2004 decorre substancialmente do ganho de R\$102 milhões, registrado no ano anterior, referente à alienação de 40,00% na participação da GASMIG.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

NEGOCIAÇÃO DO QUARTO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DOS CRÉDITOS DA CONTA DE RESULTADOS A COMPENSAR – CRC

O Quarto Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC foi assinado no dia 23 de janeiro de 2006, viabilizando o pagamento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Sua aprovação ocorreu na Assembléia Geral Extraordinária iniciada em 30 de dezembro de 2005, reiniciada em 5 de janeiro de 2006 e finalizada em 12 de janeiro de 2006.

Esse Aditivo teve os seus efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2005 e consolidou os saldos a receber do segundo e terceiro aditivos, correspondentes em 31 de dezembro de 2004 a R\$2,9 bilhões. Seu saldo tem atualização monetária pela variação do IGP-DI e juros de 8,18% ao ano.

O Governo do Estado amortizará o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$29.416 e a 61ª no valor de R\$76,5 milhões.

A amortização do débito far-se-á prioritariamente pela retenção de 65% dos dividendos e juros sobre o capital próprio devidos ao Governo do Estado. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem:

1. liquidação de parcelas em atraso;
2. liquidação da parcela relativa ao semestre;
3. amortização antecipada de até 2 parcelas; e
4. amortização do saldo devedor.

Excepcionalmente em 2006, R\$30 milhões dos dividendos retidos serão utilizados para aquisição, pelo Governo do Estado, de debêntures da CEMIG emitidas em conexão com a construção da usina de Irapé.

LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA

O disponível no fim do exercício somava R\$1.344 milhões (R\$896 milhões em 2004), um crescimento de R\$448 milhões.

A Geração de caixa operacional foi de R\$1.657 milhões em comparação a R\$1.694 milhões em 2004. Entre os fatores que contribuíram para esta pequena redução no caixa gerado, podemos destacar o pagamento em 2005 do ICMS incidente sobre a TUSD, retroativo ao ano de 2000, em montante superior a R\$200 milhões.

As atividades de financiamento representaram uma entrada de caixa de R\$147 milhões comparada a saída de caixa de R\$187 milhões em 2004. Em 2005, a captação de recursos foi superior as amortizações de dívidas e aos valores pagos como dividendos, sendo que em 2004 ocorreu um maior pagamento de dívidas em relação aos novos financiamentos.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No que se refere aos investimentos, a Companhia investiu R\$1.360 milhões em 2005 em comparação a R\$1.051 milhões em 2004, um acréscimo de 29%. Este resultado deve-se principalmente ao maior volume de recursos investidos na atividade de Distribuição, com o lançamento do Programa Luz para Todos. Maiores informações sobre os investimentos serão descritas a seguir.

INVESTIMENTOS

Adicionalmente às atividades de concessionária do serviço público, atuando na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em quase todo o Estado de Minas Gerais, a CEMIG vem desenvolvendo várias outras atividades sinérgicas ao seu negócio principal, levando a sua marca a setores diversos como telecomunicações, serviços de eficiência energética e outros, objetivando sempre um aumento na rentabilidade da Companhia e fortalecimento de sua posição no mercado.

Foi organizado, no final dos anos 90, o Comitê de Priorização de Obras, que vem atuando na análise dos projetos de expansão constantes do plano quinquenal de negócios, recomendando à Diretoria Executiva a execução desses projetos e garantindo que o retorno mínimo exigido pelo Conselho de Administração seja atendido.

Os principais investimentos da CEMIG foram como segue:

	2005	2004	Var. %
Geração			
- Usina de Aimorés	58	127	(54,3)
- Usina de Irapé	335	447	(25,1)
- Rosal Energia	-	98	-
- Outros empreendimentos de geração	32	15	113,3
Total da Geração	425	687	(38,1)
Distribuição	845	222	280,6
Transmissão	45	65	(30,8)
Gás	17	28	(39,3)
Telecomunicações	21	17	23,5
Outros	3	32	(90,6)
	1.356	1.051	29,0

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Geração

A CEMIG e suas controladas possuem 54 usinas, sendo 49 hidrelétricas, 4 termelétricas e 1 eólica, com uma capacidade instalada de 6.111 MW. Os principais empreendimentos em construção ou com início de operação em 2005 estão demonstrados abaixo:

Empreendimentos	Potência	Participação CEMIG	Início previsto da operação
Usina de Aimorés (em operação comercial)	330 MW	49,00%	Julho/2005
Usina de Irapé	360 MW	100,00%	1º Trimestre/2006
Usina de Capim Branco I	240 MW	21,05%	Janeiro/2006
Usina de Capim Branco II	210 MW	21,05%	Dezembro/2006

Projetos de Reforma e Modernização

A CEMIG está conduzindo projetos de reforma e modernização dos equipamentos eletromecânicos de suas usinas em operação, instalando sistemas de controle, proteção e supervisão de última geração. Dentre os vários projetos concluídos e em processo de execução, destacam-se:

- Reforma e modernização nas usinas de Jaguara e Três Marias onde foram gastos R\$25 milhões. Para os próximos três anos, estão previstos mais R\$100 milhões para reforma ou substituição de geradores, turbinas, comportas, transformadores e disjuntores dessas mesmas usinas.
- Encontram-se em andamento projetos de adequação dos sistemas de medição de faturamento e transmissão de dados operativos das usinas geradoras, envolvendo recursos da ordem de R\$40 milhões.
- Em 2006 deverão ser concluídos os estudos para modernização das Usinas São Simão e Volta Grande, dentro do plano de revitalização dos ativos de geração, buscando maior eficiência e confiabilidade, além da redução dos custos de operação e manutenção.

Programa Minas PCH

O Programa Minas PCH tem como objetivo ampliar o parque gerador da Cemig através da implantação de pequenas centrais hidrelétricas – PCHs no Estado de Minas Gerais, visando desenvolver projetos de energia de fontes alternativas e de geração distribuída, promovendo o desenvolvimento da Empresa e alavancando o desenvolvimento de mercados regionais no Estado.

A implantação e exploração das PCHs se fará através de sociedades de propósito específico – SPEs privadas, tendo como acionistas empresas autorizadas pela Aneel, investidores e a CEMIG (com participação limitada a 49%). A comercialização da energia será feita através de contrato de venda (PPA) que será firmado entre a SPE e o consumidor.

O Programa foi lançado através de chamada pública em novembro de 2004 e continua aberto para a entrada de novos projetos.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atualmente, estão cadastradas no Programa 33 projetos de PCHs, com potência instalada total de 520 MW, das quais 23 estão com Acordo de Confidencialidade assinado e 04 estão com Memorando de Entendimentos assinado. Dessas 4 PCHs, 2 já estão em fase de licitação, permitindo, caso sua viabilidade se confirme, que as obras sejam iniciadas no primeiro semestre de 2006.

Transmissão

Em dezembro de 2005, foi iniciada a operação comercial da Linha de Transmissão – Montes Claros 2 – Irapé, 345 kV, com 150 km de extensão, interligando o AHE Irapé ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Esse empreendimento foi implantado pela Companhia Transleste de Transmissão, com participação de 25% da CEMIG.

Os principais empreendimentos iniciados em 2005 são apresentados a seguir:

- LT Furnas – Pimenta, 345 kV, com 75 km de extensão, a ser implantada pela Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, com participação da CEMIG (51%) e Furnas (49%);
- LT Itutinga – Juiz de Fora, 345 kV, com 140 km de extensão, em implantação pela Companhia Transudeste de Transmissão, com participação da CEMIG (24%), Alusa (41%), Furnas (25%) e Orteng (10%);
- LT Irapé – Araçuaí, 230 kV, com 65 km de extensão, e as subestações – SEs Irapé e Araçuaí, em implantação pela Companhia Transirapé de Transmissão, com participação da CEMIG (24,5%), Alusa (41%), Furnas (24,5%) e Orteng (10%).

Investimentos no Chile

A CEMIG e a Alusa foram declaradas vencedoras da concorrência internacional realizada pelo Centro de Despacho Econômico de Carga do Sistema Interconectado Central – CDEC – SIC do Chile, para implantação da LT Charrúa – Nueva Temuco, 220 kV, circuito duplo, com 190 km de extensão e de duas seções de linha de transmissão nas SEs Charrúa e Nueva Temuco, na região central do Chile. A CEMIG participa com 49% e Alusa com 51%. Juntas constituíram a empresa Transchile Charrúa Transmisión S.A. para implantar, operar e manter as instalações objeto da concorrência, com início de operação previsto para janeiro de 2008.

Subtransmissão

Em 2005, foi inaugurada a SE Neves 3, 138 kV, com capacidade de 50 MVA, localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Também foram concluídas as obras de implantação de duas outras subestações:

- SE Três Corações 2 – 138 kV, na região Sul do Estado, para atendimento à Mangels e outros consumidores;
- SE Mariana 2 – 138 kV, com capacidade de 15 MVA, construída na região Mantiqueira.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Encontra-se em implantação o Plano de Atendimento ao Noroeste Mineiro "Projeto Noroeste" que disponibilizará infra-estrutura essencial ao crescimento econômico, dobrando a capacidade de atendimento de energia elétrica da região, passando dos 150 MW atuais para 300 MW futuros, através da Integração da AHE Queimado, construção de 03 novas Subestações, ampliação de 05 Subestações existentes, construção de 162 km de Linhas de Transmissão e 1.367 km de Redes de Média Tensão, permitindo, assim, a ligação de aproximadamente 27.000 novos Consumidores. Serão investidos R\$150 milhões no Projeto Noroeste até 2007, utilizando recursos próprios, recursos do Estado de Minas, captados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e a contratação de financiamento junto à Eletrobrás.

Distribuição

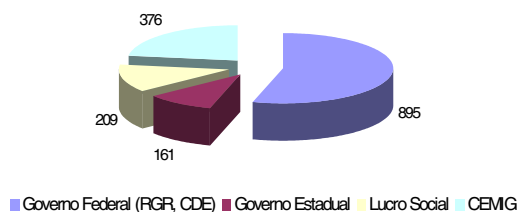
Programa "Luz para Todos" – Universalização do acesso e uso da energia elétrica

A Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica se tornou obrigatória através de Lei Federal que atribuiu à ANEEL a tarefa de estabelecer metas de universalização, do acesso ao serviço público de energia elétrica, nas quais o atendimento de novas ligações, para unidades consumidoras com carga instalada de até 50 KW atendidas em tensão secundária, deverá ser realizado sem ônus de qualquer espécie para o solicitante.

O Programa instituído pelo Governo Federal em 2003 e denominado "Luz para Todos", objetivou antecipar a meta de completar 100% da eletrificação no país até 2008, sem qualquer ônus para o consumidor.

Em Minas Gerais, o protocolo de adesão assinado estabelece o prazo limite da universalização no Estado de Minas Gerais até 2006, o que exigirá a ligação de aproximadamente 176 mil consumidores rurais.

Estrutura de Financiamento do Programa - R\$ milhões



O Programa tem um orçamento estimado pela CEMIG em R\$1.641 milhões, sendo necessária a construção de 65 mil Km de rede rural.

Os recursos do Governo Federal são a fundo perdido ou com custos subsidiados e devem ser aportados pela Eletrobrás.

Conforme estabelecido pelo Conselho de Administração, 5,00% do lucro líquido anual deve ser destinado a viabilização de projetos de grande alcance social e de rentabilidade reduzida. A CEMIG utilizará parte destes recursos no Programa "Luz para Todos".

Em junho de 2005, a CEMIG assinou contratos com empreiteiras com experiência em integração de grandes empreendimentos, para ligação de cerca de 140 mil clientes rurais do mercado potencial identificado na sua área de concessão, em regime de empreitada parcial. Essa medida possibilitará o cumprimento da meta e do cronograma estabelecidos para conclusão do Programa Luz para Todos em 2006.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No dia 24 de outubro, foi assinado o 2º contrato de financiamento de aproximadamente R\$376 milhões com a Eletrobrás, referente à parcela de participação do Governo Federal nas obras do Programa Luz para Todos. Até o final de 2005, foram ligados cerca de 50 mil clientes rurais.

Programa Campos de Luz

Esse Programa tem por objetivo incentivar a prática de esportes com a iluminação de campos de futebol, através de um convênio entre a CEMIG e o Governo do Estado de Minas Gerais. Nos anos de 2004 e 2005 foram iluminados 144 campos. Em 2006 mais 300 campos serão iluminados. O custo orçado é de R\$18 milhões, sendo a metade de responsabilidade da CEMIG.

Projetos de Melhoria da Iluminação Pública

A CEMIG vem executando obras de melhoria na iluminação pública no Estado, objetivando a modernização dos sistemas de Iluminação Pública com a introdução de tecnologia mais eficiente, visando a redução do consumo de energia elétrica no horário de ponta do sistema elétrico, redução dos gastos com operação e melhoria das condições de segurança e a qualidade de vida nas cidades mineiras.

Em 2005, no Programa de Eficientização, a Empresa substituiu aproximadamente 58 mil luminárias, espalhadas por todas as regiões de Minas Gerais, gerando uma economia de demanda da ordem de 4,6 MW, que representa, em um ano, 20.150 MWh de energia.

Adicionalmente, a CEMIG repassa aos municípios do Estado, financiamentos da Eletrobrás, através do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz. Criado em 2001, ele visa complementar ou possibilitar projetos maiores para as cidades que desejam investir em eficiência energética na iluminação pública. Através do Programa Reluz, foram modernizados 16.000 pontos de iluminação pública, principalmente em Belo Horizonte, com investimentos de R\$6 milhões, propiciando uma redução anual de 1.400 MWh no consumo.

Programa Cresce Minas

Aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração o “Programa Cresce Minas”, a ser executado em 3 anos a partir de 2006, no valor global de R\$686,1 milhões, visa à recuperação das condições do sistema elétrico para atendimento ao mercado de Minas Gerais frente à retomada de crescimento, o restabelecimento das condições operativas do sistema da Transmissão e Distribuição e a manutenção dos níveis de qualidade de serviço dentro dos parâmetros regulados de níveis tensão e continuidade, evitando penalidades da ANEEL.

Gás Natural

A Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG é responsável pela distribuição de gás natural canalizado em Minas Gerais, sendo uma controlada em conjunto da CEMIG (55,19%) e que tem como segundo maior acionista a subsidiária da Gaspetro TSS Participações S.A. (39,5%).

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2005, a Gasmig investiu R\$44 milhões na expansão de sua rede de distribuição no Estado. Foram construídos mais 93 km de redes de distribuição cuja extensão total é de 336 km no final de 2005, representando um crescimento de 38% em relação ao ano de 2004. A expansão da rede da Gasmig permitiu a ampliação da distribuição do gás natural aos clientes, que ao final de 2005 somaram 233, sendo 155 empresas, 76 postos de gás natural veicular e duas usinas termelétricas. O número de clientes atendidos pela Gasmig cresceu 13,8% em 2005.

Telecomunicações

O setor de telecomunicações manteve, ao longo de 2005, o mesmo ritmo de crescimento verificado no segundo semestre de 2004, onde as contratações de serviços de telecomunicações, reagiram com o processo de crescimento da economia e apresentaram também aumento. A demanda manteve-se aquecida ao longo de todo o ano permitindo a Infovias alcançar seus objetivos tanto na venda de circuitos como de serviços. O crescimento do número de circuitos foi de 34%, enquanto que na venda de capacidade nos serviços agregados foi de 81%.

A receita anual bruta da Infovias foi de R\$97 milhões, sendo 56% provenientes dos serviços de TV a Cabo e internet, enquanto que os 44% restantes ficaram a cargo da comercialização de circuitos dedicados e serviços.

No segmento de TV a cabo e internet banda larga, a controlada da Infovias, Way TV Belo Horizonte S.A., continuou apresentando um dos maiores crescimentos no setor. A empresa vem continuamente aumentando sua participação no mercado das cidades em que atua. O crescimento da base de assinantes de TV a cabo em 2005 foi de 22,39% contra 12,50% do ano anterior. No segmento Internet Banda Larga a Way manteve sua política agressiva de lançamentos de novos produtos e serviços, agregando cada vez mais valor aos seus assinantes. O número de assinantes de internet superou as expectativas iniciais apresentando um crescimento de 78% em relação ao ano de 2004.

Para 2006 a expectativa é novamente de crescimento do setor de telecomunicações, porém em taxas menores para o primeiro semestre e aumento da demanda no segundo semestre, acompanhando a tendência da economia nacional.

GESTÃO DA DÍVIDA

Captação de recursos

A CEMIG apresentava no final de 2004 um cronograma de amortizações de sua dívida bastante concentrado no curto prazo, reflexo das captações feitas em 2002 e 2003, quando o mercado estava menos líquido, afetado pelo racionamento de energia elétrica e pela proximidade das eleições presidenciais. O gráfico abaixo do perfil da dívida em 2004 evidencia uma concentração de 54% da dívida nos 2 anos subseqüentes.

O ano de 2005 foi marcado pelo sucesso da CEMIG na sua estratégia de alongamento do perfil de sua dívida. No ano foram contratados recursos num volume total de R\$1.556 milhões.

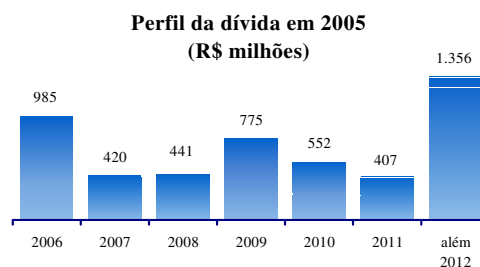
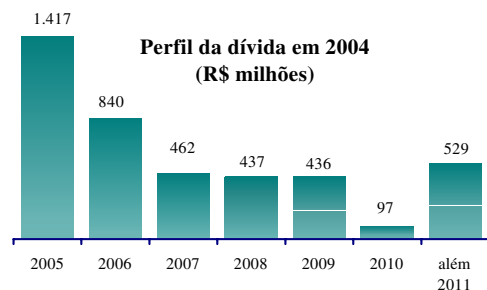
00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As condições financeiras contratadas foram sinal da significativa confiança do mercado bancário nos fundamentos da CEMIG. Com sua qualidade de crédito, a Empresa se beneficiou da liquidez presente no mercado de crédito bancário ao longo de 2005.

A captação de recursos, marcada pelas condições de longo prazo, tornou o cronograma de amortizações da dívida, a partir de 2006, bastante linear ao longo dos anos, como pode ser visto nos gráficos abaixo:



Política de Proteção Cambial (“Hedge”)

Foi mantida a política de hedge, cujo objetivo primordial é dar previsibilidade ao fluxo de caixa e ao orçamento, num horizonte móvel de 12 meses, através de operações que reduzam a exposição e minimizem os impactos negativos proporcionados pela variação relativa de preços.

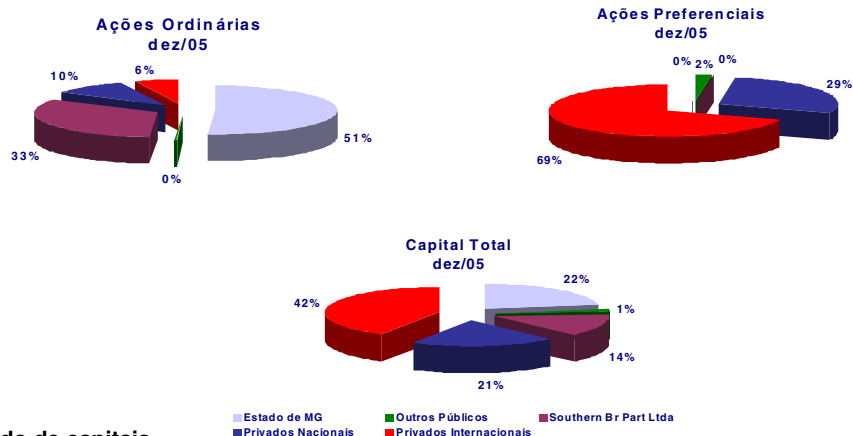
Os instrumentos derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos. As contratações das operações consideram aspectos de liquidez do mercado, preço relativo dos ativos e a concentração do serviço da dívida.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MERCADO DE CAPITAIS

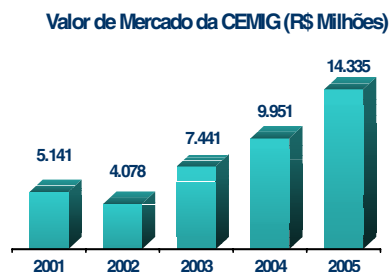
Composição acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2005, totalizou R\$1.622 milhões, conforme composição abaixo demonstrada.



Mercado de capitais

As ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) da CEMIG são listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) desde 1972 com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Na Bolsa de Madri as ações preferenciais (XCMIG) são negociadas desde 2002 e, na Bolsa de Nova Iorque, os ADRs nível 1 (CIG), também lastreados por ações preferenciais, são negociados desde 1993, transformados para nível 2 em 2001. Desde outubro de 2001, a CEMIG está listada no Nível 1 de Governança Corporativa da BOVESPA.

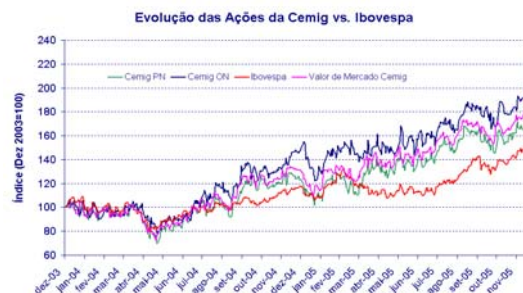
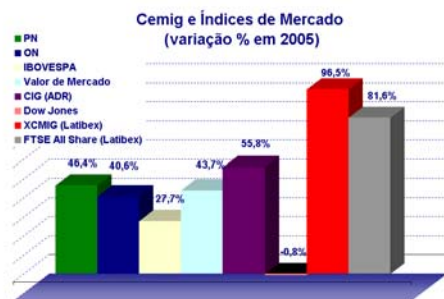


Em 2005, as ações da CEMIG tiveram desempenhos muito superiores aos índices das bolsas de São Paulo, Nova Iorque e Latibex, repetindo o ano anterior. Destacamos o crescimento de 44,1% em nosso valor de mercado no ano e de 178,8% no período entre dezembro de 2001 a dezembro de 2005. Em dezembro de 2005 nosso valor de mercado chegava a R\$14,3 bilhões.

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



RELACIONOS COM INVESTIDORES

Relações com investidores

Adotamos uma política de total transparência em nosso relacionamento com o mercado de capitais com o objetivo de possibilitar aos acionistas a correta valorização de seu investimento em ações da Companhia.

Para isto, utilizamos os seguintes meios:

- Nossas páginas na internet no Brasil (ri.cemig.com.br) e no exterior (ir.cemig.com) estão disponibilizadas em três idiomas: português, inglês e espanhol.
- Reuniões com investidores no Brasil e no Exterior, road-shows ou reuniões individualizadas.
- Participações em eventos, congressos e seminários voltados aos investidores.
- Emissão de comunicados amplamente divulgados através da internet.
- Teleconferências e videoconferências.
- Arquivamento de comunicados, avisos aos acionistas e fatos relevantes nos órgãos reguladores dos mercados de capitais no Brasil (CVM) e no exterior (SEC).

Em 2005, participamos de 40 seminários e encontros com investidores, 07 congressos e conferências no Brasil e no exterior, 03 road shows no exterior além de um grande número de reuniões, conference-calls e videoconferências com analistas e investidores. De 12 a 14 de maio realizamos o 10º Encontro Anual da CEMIG com o Mercado de Capitais juntamente com a Apimec no edifício sede da CEMIG, incluindo uma visita técnica à Usina de Capim Branco – Uberlândia.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa por meio do equilíbrio entre os aspectos econômico-financeiros, ambientais e sociais, pois nosso foco é a criação de valor para o acionista no longo prazo.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Desde 2001, integramos o Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, garantindo aos nossos acionistas melhores práticas de relacionamento. Nesse sentido, nossa empresa também está sujeita ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Nossas Demonstrações Financeiras são divulgadas segundo normas contábeis nacionais (BRGAAP) e internacionais (USGAAP).

Anualmente, realizamos encontro com analistas do mercado de capitais e investidores, para divulgarmos informações quanto à situação econômico-financeira, projetos e perspectivas, além de diversas reuniões com as associações regionais de analistas.

Em dezembro, nosso Estatuto foi modificado para incluímos metas a serem seguidas pelos administradores, com o objetivo de garantir a sustentabilidade do Plano Diretor e da nova política de dividendos:

- Endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a 2 (duas) vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- o montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA;
- investir somente em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manter as despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;
- manter as receitas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica nos valores reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;

Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais até os seguintes limites:

- Endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA;
- montante consolidado dos recursos destinados a investimentos de capital e à aquisição de quaisquer ativos, nos exercícios sociais de 2006 e 2007, limitado a, no máximo, 65% e 55% do LAJIDA, respectivamente.

Acordo de acionistas

O acordo de acionistas assinado entre o governo de Minas Gerais e a Southern Electric Brasil Ltda – SEB, em 1997, encontra-se anulado judicialmente. Os recursos impetrados pela SEB estão em tramitação na justiça federal.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Gerenciamento de Riscos

Buscamos balancear a necessidade de atingirmos nossos objetivos, com as oportunidades do mercado e os riscos associados. Esse balanceamento requer atividades de transferência, minimização e aceitação de riscos, sendo, portanto, imprescindíveis a construção, revisão e contínuo aprimoramento da matriz de riscos corporativos.

Nossa política de gestão cobre todos os riscos aos quais a Empresa está sujeita e busca avaliar os possíveis impactos dos mesmos sobre os resultados empresariais, utilizando-se de diversas técnicas e sistemas de avaliação. Buscamos empregar tecnologias modernas que se inscrevem entre as melhores práticas utilizadas por empresas de ponta e que estão inseridas em um contexto global.

Sarbanes Oxley - O plano da Cemig para a certificação:

O Conselho de Administração da CEMIG aprovou em 16/12/2005 a implantação do Projeto CEMIG-SOX. Este projeto objetiva a certificação do sistema de controles internos relacionados com a elaboração dos relatórios financeiros e com os procedimentos de divulgação das informações e fatos relevantes da Empresa, atendendo às exigências da SEC-Security and Exchange Commission, agência federal norte-americana autorizada a emitir regulamentos e a fazer cumprir as determinações e providências emanadas do mercado de capitais norte-americano,

As atividades do Projeto se iniciaram em 09/01/2006, com a participação em tempo integral de 40 empregados da Empresa oriundos de diversas áreas. Além disso, contamos com o apoio de consultores contratados, pertencentes às empresas Deloitte Touche Tohmatsu e SAP do Brasil Ltda.

Os trabalhos das equipes do Projeto compreendem, na primeira fase, o levantamento, a documentação e avaliação dos riscos e do ambiente de controle dos "processos críticos" e das "contas contábeis relevantes", além da implantação do MIC-Management of Internal Controls, uma ferramenta disponibilizada pela SAP para armazenamento e gerenciamento dos controles internos. Na seqüência, todos os controles serão testados pela Auditoria Interna para verificar sua eficácia e posteriormente pela Auditoria Independente visando nossa certificação até 31 de dezembro de 2006.

PRINCÍPIOS ÉTICOS E CONDUTA PROFISSIONAL

Nossa empresa possui uma Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, que foi distribuída a todos empregados e está disponível na nossa página da internet ([http://ri.cemig.com.br/Governança Corporativa/Princípios Éticos](http://ri.cemig.com.br/Governança%20Corporativa/Princípios%20Éticos)). Seus principais objetivos são:

- Orientar e disciplinar a atuação de empregados, gerentes, administradores (membros do Conselho de Administração e Diretores) e membros do Conselho Fiscal da Cemig;
- servir de referência para a verificação de conformidade em relação ao cumprimento deste Código;
- orientar o Comitê de Ética da Cemig na avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos e em relação à necessidade de revisões desse Código.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aplica-se, também, a contratados e prestadores de serviços naqueles casos em que seja definida essa obrigação em contrato.

Como parte da estratégia de implantação e divulgação da Declaração e do Código, foram realizados, em 2005, diversos workshops, com palestras e apresentação teatral sobre o tema, abrangendo empregados de todas as áreas da empresa. O material produzido nos workshops foi distribuído a todos os gerentes da Empresa para multiplicação do assunto em suas áreas de atuação.

Também nosso processo de seleção e contratação de empregados passou a incorporar uma palestra sobre a Declaração e o Código, ao final da qual os novos empregados assinam o compromisso de adesão aos princípios e normas de conduta estabelecidos.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado, por exigência da legislação estadual, podendo ainda ser contatada através de e-mail, no endereço: comissaodeetica@cemig.com.br.

Em 2005, não foram recebidas denúncias sobre violação dos princípios éticos e normas de conduta.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A CEMIG, através do Estatuto Social, assume a partir de 2005, o compromisso de distribuir dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido apurado no exercício anterior. Além disto, serão distribuídos dividendos extraordinários a cada dois anos ou em menor periodicidade, se a disponibilidade de caixa permitir.

Os dividendos são pagos em duas parcelas iguais: a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente ao exercício a que se referem.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de ações e têm um dividendo mínimo anual igual ao maior dos seguintes valores:

- 10% calculados sobre seu valor nominal e
- 3% do valor do patrimônio líquido por ação.

Uma vez satisfeitas estas condições mínimas, as ações ordinárias e preferenciais concorrem em igualdade de condições aos dividendos.

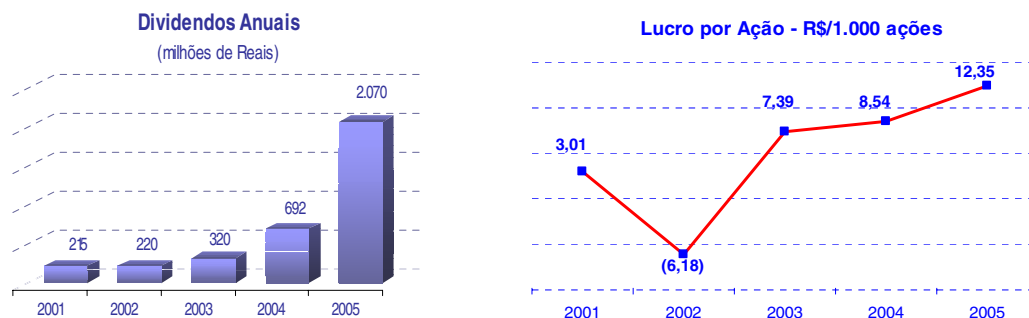
00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Nos exercícios em que a CEMIG tiver lucros insuficientes para pagar dividendos, o Estado de Minas Gerais assegurará às ações de propriedade de particulares, emitidas até o dia 4 de agosto de 2004, um dividendo mínimo de 6% ao ano calculado sobre seu valor nominal.

A rentabilidade crescente da Companhia e a política de dividendos trouxeram um ganho substancial para os acionistas, conforme ilustrado nos gráficos a seguir. Até 31 de dezembro de 2005, foram provisionados R\$2.070 milhões a serem pagos em 2006 sendo, R\$1.097 milhões correspondentes a destinação de 54,7% do lucro líquido do exercício, R\$897 milhões correspondentes a dividendos extraordinários e R\$77 milhões correspondentes a dividendos complementares do exercício de 2004. Em 2005 foi pago um montante de R\$692 milhões referente ao lucro apurado em 2004.



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2006 que, ao lucro líquido do exercício, no montante de R\$2.003 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.097 milhões (54,7% do lucro líquido) para pagamento de dividendos, sendo o montante de R\$635 milhões na forma de juros sobre o capital próprio e R\$462 milhões na forma de dividendos complementares.
- R\$100 milhões (5% do lucro líquido) para a constituição de Reserva Legal.
- R\$806 milhões serão mantidos no Patrimônio Líquido, sendo R\$383 milhões em Reserva de Retenção de Lucros com o objetivo de financiar aplicações em investimentos aprovados pelo Conselho de Administração e R\$423 milhões alocados em Reserva Estatutária para pagamento de dividendos extraordinários no futuro.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Temos como princípio não contratar serviços de consultoria dos auditores externos que possam interferir na independência dos trabalhos de auditoria.

Em 2005, os auditores independentes da CEMIG e da maior parte de suas controladas, Deloitte Touche Tohmatsu, prestaram os seguintes serviços:

Serviços	2005 R\$ mil	% em relação à auditoria	2004 R\$ mil	% em relação à auditoria
Auditoria	514	100,0	477	100,0
Outros Serviços:				
- Due Diligence – Projeto Tucuruí (1)	221	43,0	-	-
- Auditoria do Consórcio Irapé (2)	-		90	18,9
- Diagnóstico de aderência à Lei Sarbanes-Oxley (3)	-		16	3,3
- Procedimentos de ratificação dos cálculos – Res. ANEEL 165/03 e 83/04 (4)	-		42	8,8
Total de outros serviços	221	43,0	148	31,0
Total Geral	735		625	-

- (1) Contrato de execução de serviços de assessoria contábil para avaliação da aquisição de linhas de transmissão.
- (2) Auditoria das demonstrações contábeis do consórcio de construção da Usina de Irapé e revisão do resultado dos custos incorridos pelas empresas construtoras.
- (3) Contratação feita em 21/09/04 para prestação de serviço de diagnósticos das atividades necessárias à avaliação do atual ambiente de controles internos da CEMIG e planejamento das atividades necessárias para obtenção da certificação à seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley.
- (4) Contratação feita em 27/09/04 para prestação de serviço de ratificação dos cálculos referentes às receitas obtidas com a aplicação das Resoluções ANEEL números 165/03 e 83/04 no mercado usado na Revisão Tarifária da CEMIG.

Os serviços adicionais mencionados foram aprovados pelo Conselho de Administração, tendo em vista que não configuram, na avaliação da Administração, em perda da independência dos Auditores Independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E O PLANO DIRETOR DE LONGO PRAZO

Nossa Empresa é regida por um Plano Diretor que abrange o planejamento estratégico de longo prazo, os fundamentos, metas, objetivos e resultados a serem perseguidos pela Companhia, e sua política de dividendos, sendo revisado anualmente pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho de Administração.

O Plano Diretor nos coloca ante o desafio de nos tornarmos uma empresa cada vez mais competitiva em cada um dos mercados onde atuamos. Sua abrangência alcança todos os planos, projeções, atividades, estratégias, investimentos e despesas da Companhia e suas controladas e consórcios dos quais participa, direta ou indiretamente, incluindo o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual. Ele foi desenhado a partir da análise das oportunidades de mercado e das condições específicas da Cemig.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A tendência mundial, nas áreas de energia elétrica e gás, é a formação de grandes grupos em um processo de consolidação (diminuição do número de empresas no setor). Várias empresas já demonstraram disposição de sair do mercado brasileiro, abrindo oportunidades para a Cemig. Em linha com essa tendência, buscamos ampliar nossa participação no mercado através de uma estratégia de aquisição de ativos que acelere nosso crescimento.

Como vantagem competitiva, além de nosso porte, que já nos coloca entre as maiores empresas do setor, contamos com uma sólida e crescente geração de caixa e um aumento significativo de nossa capacidade de alavancagem financeira para a realização de novos investimentos, permitindo-nos seguir uma trajetória de crescimento sustentável.

Com o intuito de dar maior transparência ao Plano Diretor, os acionistas decidiram incorporar ao nosso estatuto suas principais metas e compromissos de longo prazo.

No processo de reavaliação anual do Plano Diretor, as metas anteriores, para o período 2006 – 2010, foram mantidas pelo Conselho de Administração.

Um dos principais desafios que vislumbramos é a gestão de uma Companhia cada vez maior e mais complexa. Apesar de nos concentrarmos em nossas principais áreas de atuação, novas empresas estão sendo incorporadas ao grupo em diversas formas de participação, requerendo o aprimoramento do modelo de gestão com vistas a nos adequarmos de maneira mais eficiente possível a esses arranjos, tendo sempre como objetivo a agregação de valor.

Como resultado da desverticalização imposta pela legislação em vigor, constituímos uma empresa holding que tem como funções básicas a gestão do valor de forma sustentada, o direcionamento estratégico de todas as empresas do grupo e a definição de suas macro-políticas, mantendo o poder de interferência direta em cada um de seus negócios.

Ao desdobrar as metas do Plano Diretor, através do BSC, o planejamento e a gestão estratégica buscam respostas para os maiores desafios empresariais. O primeiro está voltado para o aumento da competitividade da Empresa nos leilões de expansão do setor elétrico, nos negócios de geração e transmissão de energia elétrica.

São necessários novos esforços nas áreas de financiamento, investimento, construção e comercialização. Não menos importante é o esforço na área de aquisições de modo a aproveitar ao máximo as oportunidades que o movimento de consolidação do setor deve apresentar.

Nesta questão um desafio subsequente que se impõe é a necessidade de integração e a convivência de diferentes culturas. O trabalho sobre nossos Recursos Humanos busca o alinhamento das pessoas à nossa nova realidade. O Plano Diretor reforça a visão de longo prazo da Cemig, elevando sua preocupação com a segurança do crescimento. Os indicadores de segurança do Plano Diretor foram concebidos de forma conservadora, para garantir a preservação da excelente situação financeira e o foco no setor de eletricidade e gás natural.

Outro foco é extrair mais valor dos ativos da Organização de forma sustentada no tempo. Aqui são levadas em consideração as preocupações da sociedade e dos consumidores com os níveis tarifários. A solução aponta para maiores requisitos de eficiência na gestão dos ativos, dos investimentos e dos tributos.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A gestão estratégica, com o uso do BSC (Balanced Scorecard), garante o alinhamento das ações da empresa com o Plano Diretor. No Painel de Bordo da Diretoria, destacam-se as grandes metas corporativas financeiras, de mercado e de recursos humanos. A ferramenta permite à alta administração acompanhar todo o desdobramento e a execução da estratégia definida, redefinindo-a quando necessário.

GESTÃO

Sistemas de Gestão

A implantação e certificação do Sistema Integrado de Gestão, (Qualidade - ISO 9001, Saúde e Segurança - OHSAS - 18001 e Ambiental - ISO 14001) nas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica foi ampliada em 2005 e, atualmente, mais de 60% dos empregados da Cemig já realizam suas atividades conforme um sistema de gestão, seja de Qualidade, Ambiental ou de Saúde e Segurança.

O Sistema de Gestão da Qualidade Cemig, certificado em conformidade com a NBR ISO 9001/2000, abrange um conjunto de processos representativos dos serviços prestados por diversas áreas da empresa. Temos hoje mais de 3.900 MW certificados, o Centro de Operação do Sistema Elétrico, mais de 80% dos empregados da Distribuição realizando suas atividades de acordo com os requisitos da norma, assim como laboratórios e diversas gerências da Diretoria de Gestão Empresarial garantindo o controle e melhoria da qualidade da empresa, através de Sistemas da Qualidade certificados.

A certificação ambiental foi ampliada significativamente, estando presente em mais de 180 municípios, mais de 50 subestações, em aproximadamente 10.000 km de Linhas de Transmissão com tensão acima de 138 kV e na geração de 600 MW de energia.

Considerando-se a política de Segurança do Trabalho da Cemig, a empresa tem intensificado a implantação do Sistema de Saúde e Segurança do Trabalho em conformidade com a especificação OHSAS 18001.

Destacamos as certificações das Usinas Hidrelétricas de Itutinga e Nova Ponte com o Sistema Integrado de Gestão - SIG (ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001). Itutinga completou 50 anos em agosto e é a primeira da América Latina certificada nos três sistemas. A Usina Hidrelétrica de Camargos e a Gerência de Relacionamento Comercial e Serviços de Montes Claros, que atua em 78 municípios com mais 385 mil clientes, também se certificaram no Sistema Integrado de Gestão (Qualidade, Sistema Ambiental Cemig, Saúde e Segurança).

Acordo de Nível de Serviço (ANS)

Com o objetivo de otimizar os recursos disponíveis pelas áreas prestadoras de serviços internos, a CEMIG decidiu implantar Acordos de Níveis de Serviços (ANS) como parte de seu direcionamento estratégico. A meta é reduzir custos administrativos e operacionais e direcionar os esforços e ativos de forma a alcançar maior eficiência operacional e financeira.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A metodologia escolhida para o alcance desses objetivos foi a de Gestão de Nível de Serviços (GNS), envolvendo aplicação de ABC (Custo Baseado em Atividade) seguida do desenvolvimento dos ANS. O resultado desse trabalho oferece subsídios para a implementação de um Balanced Scorecard de Serviços, a ser monitorado através de índices de desempenho estratégico.

Gestão de Transportes

A CEMIG possui uma Política de Renovação e Adequação da Frota de Veículos com parâmetros e orientações corporativas bem definidas para os órgãos gestores de frota, de forma a otimizar o desempenho, reduzir custos e uniformizar procedimentos. Em 2005 foram adquiridos 682 veículos através do Programa de Substituição de Frota.

Telecomunicações e Informática

Projeto de Migração do sistema de gestão integrada - ERP-SAP

Em continuidade ao projeto de migração do ERP-SAP, foram implantados módulos estratégicos que permitem :

- a simulação e realização do planejamento orçamentário de despesas e receitas de forma integrada com o SAP R/3 (Business Planning and Simulation - BPS);
- a automatização dos mapas de Balanced Scorecard vigentes na Cemig (BSC);
- a implantação do fluxo de caixa planejado (orçado e simulado), comprometido e realizado (Corporate Finance Management - CFM/LP).

Plano Corporativo de Segurança da Informação

Visando proteger as informações da Empresa contra a perda da confidencialidade, integridade e disponibilidade, bem como atender às exigências legais e regulatórias do negócio da Empresa, a Companhia criou o Plano Corporativo de Segurança da Informação.

Foi elaborado um diagnóstico e calculado o índice de risco da informação que serviu de subsídio para a especificação de uma nova topologia de segurança para a Rede Corporativa de Dados. O plano contemplou também a criação do Comitê de Segurança da Informação, a revisão da Política de Segurança da Informação, a elaboração da norma de classificação da informação e o diagnóstico para preparação da certificação dos processos.

Gestão de Materiais e Serviços

Portal de Compras Eletrônicas

Em novembro de 2005 foi implantado o novo Portal de Compras da CEMIG. Esta ação garante maior agilidade nos processos de aquisição de materiais e serviços, bem como a modernização do contato com os fornecedores. Através das modalidades de Pregão e Cotação Eletrônica, a empresa obteve a redução dos custos de aquisição, promovendo um processo transparente e seguro.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 9 licitações na modalidade pregão presencial, efetuadas em 2005, obtivemos um decréscimo de 15,3% nos custos. Nas aquisições de materiais ao longo de 2005, tomando-se como base os valores orçados originalmente pelos negócios da Empresa, obtivemos, graças a uma gestão eficiente dos processos de aquisição de materiais e serviços, uma redução de R\$171 milhões, representando uma economia de 28,6% em relação ao montante originalmente estimado.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Recursos Humanos

Para que os processos, políticas e práticas de RH fossem mais aderentes ao Planejamento Estratégico da Empresa, foi desenvolvido o projeto de Alinhamento do Capital Humano. Seus elementos centrais são a gestão estratégica das competências, a valorização dos empregados e seu comprometimento com os resultados da organização. Destacamos o Processo de Gestão de Desempenho, que irá nortear os processos, políticas e práticas de RH.

Gestão de Desempenho

Este processo alimenta e integra os demais processos de Gestão de Pessoas. O modelo adotado contempla o tratamento de Competências (conjunto de conhecimentos, habilidades e comportamentos que gerem um resultado superior) e Resultados (objetivos e metas) e fornecerá subsídios para tomada de decisões críticas relacionadas com a gestão de pessoas. Busca-se promover a gestão estratégica das competências, a valorização dos empregados e seu comprometimento com os resultados da Organização, viabilizando soluções que criem valor para os negócios.

A Gestão de Desempenho, base para os demais processos, irá propiciar uma oportunidade de se incentivar o empregado a melhorar seu desempenho e refletir sobre seu papel, visando o crescimento próprio e o da CEMIG. Em seu escopo está o Acordo de Desenvolvimento Individual, com vistas ao crescimento do empregado a partir da detecção das necessidades de treinamento e, no plano global, o alinhamento das competências dos empregados ao Planejamento Estratégico da CEMIG.

Treinamento

A CEMIG objetivando ter e manter um quadro de pessoal com desenvolvimento compatível com as necessidades da Corporação e de acordo com as exigências do mercado, propiciou aos seus empregados, de diversos níveis hierárquicos, a participação em diversos cursos, seminários, congressos, feiras e outras modalidades e práticas, registrando-se 10.010 participações em 2005.

Ampliando o horizonte das possibilidades, a CEMIG, em 2005, concede, mediante cláusulas e condições previstas no Acordo Coletivo 2005/2006, o Programa Auxílio Educação que prevê o reembolso de despesas relativas às mensalidades de curso de Graduação ou Técnico, considerando o interesse da Companhia em facilitar o desenvolvimento de seu quadro de pessoal.

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, realizou-se treinamento técnico para 5.236 treinandos, destacando o Programa de Reciclagem, acrescido da participação de mais 300 empregados de empreiteiras, com vistas, inclusive, de difusão de procedimentos relativos a Segurança do Trabalho, para atuarem no programa "Luz para todos".

Bem Estar do Empregado

A CEMIG tem como objetivo ter e manter um quadro de pessoal com desenvolvimento compatível com suas necessidades e tem como preocupação constante a formação, o aperfeiçoamento, a especialização e bem estar de seus empregados.

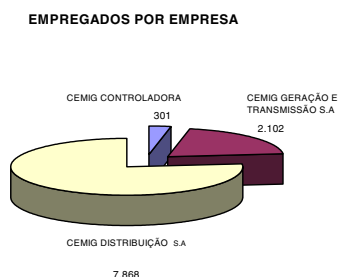
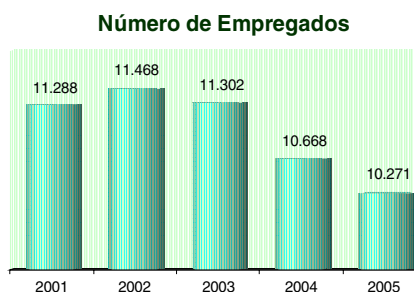
Na Pesquisa de Clima Organizacional feita em 2005, 89% responderam ao questionário com um índice médio de favorabilidade de 59%.

A próxima etapa compreenderá a elaboração de um Plano de Ação Corporativo e de seu desdobramento nas Superintendências e Gerências visando a realização de projetos para melhoria do Clima.

Em 2005, celebramos 20 anos do Seminário de Preparação para Aposentadoria, que contribui com o empregado na construção do seu projeto de vida após aposentadoria, e 23 anos do Curso de Orientação Médico-Social, com ênfase na questão da saúde materno-infantil para casais grávidos, que propicia segurança na vivência da gravidez e facilitação no desempenho das atividades para os pais.

Admissões e Desligamentos

Em 2005 a CEMIG contava com 10.271 empregados. No ano admitimos 95 novos empregados e em contrapartida, ocorreram 492 desligamentos, em sua maior parte por adesão ao Plano de Desligamento Incentivado – PDI, iniciado em 2003.



00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Segurança no Trabalho

A pesquisa de Clima Organizacional 2005 da CEMIG demonstrou que os empregados percebem que a empresa é extremamente atuante em relação a segurança do trabalho. Tais resultados fizeram este tema ser aquele com a maior favorabilidade da CEMIG, colocando-a muito acima do mercado geral.

Destacamos a Campanha de Segurança de Terceiros, lançada em junho/2005, voltada para o público externo (empreiteiros, fornecedores, clientes, etc), abordando as principais situações de risco responsáveis pela maioria dos acidentes ocorridos na rede elétrica.

Ressaltamos ainda o 3º Rodeio de Eletricistas da CEMIG, coordenado pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, com objetivo de valorizar as habilidades dos eletricistas, com foco voltado para segurança do trabalho.

Nos últimos cinco anos, houve um decréscimo do número total de acidentes do trabalho, com relação a empregados próprios e de empresas contratadas de 28,2%, sendo que, no último ano, essa queda foi de 4,8%.

Saúde e Qualidade de Vida

Preocupada em manter os investimentos em programas de qualidade de vida, promoção da saúde e prevenção de doenças, em 2005, a CEMIG ampliou o escopo do Programa Energia Vital, com as modalidades: REPENSAR - Programa de Controle da Obesidade; PROLONGAR - Programa de Prevenção das Dores Musculares e PROCOHAR - Programa de controle da Hipertensão Arterial.

Cultura

A maioria dos projetos culturais da CEMIG possui continuidade ou se caracteriza pela manutenção de espaços de formação cultural permanente, o que reforça a idéia de sustentabilidade, fator decisivo na construção da identidade e dignidade do cidadão.

Continuamos a investir nos festivais de extensão universitária dos maiores centros acadêmicos do Estado por entendê-los como a possibilidade de reflexão sobre a informação adquirida na sala de aula – a riqueza dessa proposta alcança a população das cidades onde eles acontecem.

Além disso, patrocinamos grandes e pequenos museus, bibliotecas públicas, academias de música e teatros.

Com o segundo ano do projeto “Filme em Minas”, reafirmamos a vocação da Companhia no apoio ao audiovisual. Neste ano 26 projetos foram contemplados nas mais diversas categorias. Foram premiados, além dos longas e curtas-metragens, vídeos experimentais, documentários, projetos de pesquisa em desenvolvimento e literatura da área. Todos os projetos com mão-de-obra, logística e locações do Estado de Minas Gerais.

Assegurando a realização de festivais de teatro popular ou levando para fora do Brasil a expressão artística mineira, a Companhia investe na força transformadora da cultura e colhe junto à uma sociedade mais madura a compreensão da melhor utilização dos recursos naturais, do respeito pelo patrimônio e pelo bem comum.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Meio Ambiente

O comprometimento com o meio ambiente e com a qualidade de vida da sociedade é uma das condições básicas dos princípios que regem a atuação da CEMIG. Através de seus estudos e ações, busca imprimir em seus empregados e parceiros a conscientização para a questão ambiental. Essa forma de agir, prevista na Política Ambiental da CEMIG e presente em todas as suas atividades que realiza, valoriza os empregados, a Empresa e contribui para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A estratégia de implantação de Sistemas de Gestão Ambiental na CEMIG e seus resultados evidenciam a melhoria contínua das ações de responsabilidade socio-ambiental da Empresa.

A CEMIG desenvolveu no ano de 2005 diversas ações voltadas a compatibilização de suas atividades com a proteção do meio ambiente, com recursos superiores a R\$85 milhões em programas e estudos ambientais.

Desenvolvimento Sustentável – Índice Dow Jones

Pela sexta vez consecutiva, a CEMIG foi selecionada pelo Dow Jones Sustainability World Indexes (DJSI World), um índice considerado de alta confiabilidade mundial, compondo o seletor grupo de 317 empresas de todo o mundo. O levantamento envolveu mais de 2.500 empresas de 58 ramos industriais em 34 países. A CEMIG é a única do setor elétrico da América Latina, e está entre as três empresas brasileiras selecionadas pelo DJSI – World. Além de fazer parte do seletor grupo do Índice Dow Jones, a CEMIG ainda foi eleita líder mundial do setor elétrico, entre 75 empresas avaliadas.

Em 2005, a CEMIG foi incluída no grupo de empresas listadas no ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE/Bovespa). O ISE reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade no meio empresarial brasileiro.

Além do compromisso com a proteção do meio ambiente, a CEMIG investe em programas de conservação e eficiência de energia e em pesquisas de novas fontes alternativas, tais como, energia solar e fotovoltaica, energia eólica, células de hidrogênio, substituição de óleo combustível e gasolina por gás natural.

Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental da CEMIG é conduzido e orientado conjuntamente, de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos, a observância da legislação ambiental e o pronto atendimento aos órgãos ambientais competentes pela questão ambiental.

Em 2005, a CEMIG obteve diversas licenças ambientais de usinas hidrelétricas, subestações e linhas de transmissão. Merece destaque a renovação das licenças ambientais de operação das usinas de Nova Ponte e Miranda.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ações ambientais para a implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé

Em 2005, foi concluído o processo de remanejamento das 632 famílias que viviam na área de abrangência do reservatório da Usina de Hidrelétrica de Irapé. O Termo de Acordo de Irapé e sua execução representa o esforço realizado pela Empresa na busca da preservação ambiental e no comprometimento com a qualidade de vida da população, sendo considerado o mais completo Acordo referente ao reassentamento de população em área rural já praticado no setor elétrico brasileiro.

As famílias remanejadas para novas áreas receberam vários benefícios dentre os quais destacamos a construção de novas moradias, rede elétrica, sistemas de abastecimento de água, melhorias nos sistemas de educação e saúde, melhorias no sistema viário, preparação das terras e fornecimento de insumos e sementes para o primeiro plantio, verba de manutenção para as associações de reassentamento, assistência técnica e social.

Além disso, o programa ambiental de Irapé incluiu diversas outras ações ambientais, relacionadas aos cuidados com a fauna, flora e com a cultura e patrimônio da região.

Materiais

Dando continuidade aos cuidados com materiais da empresa, em 2005 destacam-se a reciclagem de lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública em toda a área de concessão, totalizando 240 mil lâmpadas. Além disso, foram regenerados aproximadamente 850 mil litros de óleo isolante, retirados dos transformadores colocados fora de operação.

A campanha de coleta seletiva "Eu Amo Reciclar", no edifício sede da CEMIG, conseguiu, em 2005, obter cerca de 53,8 mil quilos de material reciclável, ou seja, 44 mil quilos de papel e papelão, 7,6 mil quilos de plástico e 2,2 mil quilos de metais e vidros. Todo o material recolhido foi repassado para a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte – ASMARE.

Semana do Meio Ambiente

Para comemorar a Semana do Meio Ambiente foi escolhido o tema "A utilização inteligente da energia para a conservação do meio ambiente" que mostrou as diversas formas de energia utilizadas, como hidrelétrica, eólica, solar, células a combustível e de como o mau uso dos recursos energéticos pode prejudicar o meio ambiente. O evento contou com a participação de mais de 1.200 estudantes do ensino fundamental de 14 escolas da rede pública, estadual e municipal que, através de teatro, brincadeiras e vídeo, puderam se conscientizar de que desperdiçar energia significa degradar o meio ambiente.

Foram realizadas pela CEMIG em algumas cidades em Minas Gerais, na Semana do Meio Ambiente, diversas atividades de educação ambiental para estudantes, comunidades e empregados, tais como exposições, palestras e visitas às reservas ambientais da Companhia.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Fauna, Flora e Monitoramento da Qualidade de Água

Com o objetivo de repovoamento e manutenção da biodiversidade dos reservatórios da CEMIG e dos rios de Minas Gerais, foram realizados vários peixamentos em todo o Estado, com a soltura de cerca de 500 mil alevinos, envolvendo a participação de alunos e diversos setores da sociedade.

Foram ampliados os viveiros florestais de Volta Grande e Itutinga passando de 400 mil para 700 mil mudas por ano. Foram coletadas 504 kg de sementes para serem utilizadas no reflorestamento ciliar e arborização urbana, de um total de 130 espécies florestais.

Dentro do Projeto ASAS – Áreas de Soltura de Animais Silvestres, em convênio com o Ibama, foram recuperados, readaptados e devolvidos à natureza, nas Estações Ambientais da Cemig, 452 animais provenientes de apreensões pela Polícia Ambiental.

Dentre as melhorias operativas, vale ressaltar as adaptações de máquinas das usinas hidrelétricas de Funil, Itutinga, São Simão, Nova Ponte e Três Marias através do monitoramento de oxigênio, injeção de água e ar, com o objetivo de reduzir os riscos ambientais sobre a ictiofauna. Destacam-se ainda, o monitoramento de oxigênio à jusante das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs e o monitoramento de peixes através de telemetria (estudo de transposição).

De forma a manter a qualidade de água de seus reservatórios, a CEMIG possui uma rede de monitoramento que abrange seis bacias (Grande, Paranaíba, Pardo, São Francisco, Doce, Paraíba do Sul e Jequitinhonha), 24 sub-bacias diferentes perfazendo um total de 40 reservatórios e 196 estações de coleta de água.

O tema da Campanha de Prevenção e Controle de Queimadas, em 2005, foi “Queimadas. Melhor não Provocar”, que alertou a população para o problema das queimadas e pediu auxílio da sociedade na prevenção do fogo nas matas. A Campanha, com o apoio do Instituto Estadual de Florestas – IEF, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, foi divulgada em comerciais para rádio e TV, anúncios em jornais e revistas, outdoors, além de placas de estrada, cartilhas e adesivos.

Arborização Urbana

Dentro das diretrizes da CEMIG para diminuir as interrupções do fornecimento de energia elétrica causadas por árvores nas redes de distribuição urbana, foram treinados e capacitados cerca de 300 profissionais próprios, de empresas contratadas e de prefeituras em técnicas de poda de árvores urbanas e arborização urbana. Além disso, dando continuidade ao projeto em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a Universidade Federal de Viçosa e a Universidade Federal do Paraná, foram desenvolvidas metodologias de avaliação de árvores em risco de queda visando a substituição preventiva dessas árvores, evitando-se danos às pessoas, veículos e à rede elétrica.

Em 2005, a CEMIG produziu e forneceu às Prefeituras Municipais 15.000 mudas para a arborização urbana.

00245-3 CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Programa de Educação Ambiental

No ano de 2005 foi dada a continuidade ao Programa de Educação Ambiental “Terra da Gente”, voltado para alunos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental das escolas das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. O projeto já chegou a 211 estabelecimentos de ensino e contemplou 78.039 alunos, o que representa cerca de 51% das escolas e 30% do total de estudantes da região. Com o Terra da Gente, espera-se possibilitar a discussão e a difusão de estratégias metodológicas adequadas para o desenvolvimento e o monitoramento de projetos pedagógicos de educação ambiental, construídos com a participação daqueles que irão efetivamente utilizar o material produzido e com informações da realidade ambiental de sua região.

Em 2005, as Estações Ambientais e Usinas da CEMIG receberam cerca de 12.886 alunos dos ensinos fundamental e médio e foi lançado o Programa de Educação Ambiental da Usina de Três Marias.

Também foi desenvolvido nos anos de 2004 e 2005, o Projeto ANEEL – Energia Eficiente com Cidadania nas Usinas, que atingiu a meta de 20.693 alunos treinados com enfoque no uso racional de energia.

Pesquisa e Desenvolvimento

Utilizamos a metodologia de Gestão Estratégica de Tecnologia, envolvendo o desenvolvimento de parcerias com universidades e entidades de pesquisa, prospecção tecnológica e análise da evolução dos cenários tecnológicos, com o estabelecimento das estratégias, diretrizes e ações de cunho tecnológico para atuação empresarial.

Investimos R\$15 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento. Valores iguais aos do programa são transferidos anualmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (Fundo Setorial de Energia Elétrica – CT-Energ). Temos 75 projetos de P&D em desenvolvimento. Vários desses projetos já resultaram em produtos incorporados ao dia-a-dia da Empresa, sendo que diversos métodos de engenharia, softwares, dispositivos e equipamentos foram desenvolvidos e aplicados com redução de custos operacionais, aumento da confiabilidade e segurança dos sistemas e instalações Cemig, controle ambiental e desenvolvimento de alternativas energéticas.

Na área de alternativas energéticas, encontram-se em desenvolvimento diversos projetos de utilização de energia solar e eólica, uso racional da energia, vetores energéticos alternativos, tais como hidrogênio, biomassa vegetal e geração distribuída ou local, incluindo pesquisa, desenvolvimento, experimentação e adaptação de novas tecnologias (por exemplo, células a combustível, microturbinas a gás, motores Stirling etc.). Os resultados já obtidos com esses projetos consolidam a Cemig como detentora de larga experiência e excelente qualificação técnica na identificação, no desenvolvimento e no aproveitamento das fontes alternativas de energia, contando já com uma significativa infra-estrutura nessa área.

Ações Sociais Integradas

Nossa estratégia de Responsabilidade Social é publicamente conhecida e reconhecida através de nossa Missão, Visão e Valores Empresariais. Nossas diretrizes corporativas são acompanhadas pelo Comitê de Responsabilidade Social, com representantes de todas as Diretorias da Empresa.

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Esse alinhamento permitiu a aprovação e implantação da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da Cemig”, que norteia a atuação dos empregados dentro dos princípios de Responsabilidade Social e Governança Corporativa.

Muitos são os projetos desenvolvidos por nossa Companhia, voltados à melhoria das condições de vida de crianças, adolescentes, adultos, idosos e assistência a populações carentes. Um exemplo é o Projeto ASIN – Ações Sociais Integradas CEMIG, com cerca de 1.100 empregados cadastrados como voluntários, contribuindo para gerar recursos dirigidos a sustentabilidade de instituições, associações comunitárias, escolas e asilos. São 83 projetos desenvolvidos em todo o Estado, envolvendo 10% dos empregados da Companhia, sendo 47 com foco na ação comunitária, 18 com foco na educação, 10 com foco no meio ambiente e 8 com foco na saúde, que contam com parceiros externos e internacionais. Conta, ainda, com a realização de ações diversas como o Dia das Crianças, Dia do Voluntário, Natal, etc., envolvendo, além das instituições cadastradas e dos voluntários do ASIN, empregados terceirizados e parceiros diversos nos municípios do Estado.

As linhas sociais de atuação envolvem diversas ações, tais como: projetos de alternativas energéticas para populações carentes; projetos de eletrificação rural e urbana nas regiões mais pobres do Estado, enfatizando e capacitando a população na educação para um consumo consciente e sustentável; palestras sobre saúde e segurança e meio ambiente; festivais e eventos educativos para promoção da qualidade de vida da população; programas de conservação de energia, viabilizando o consumo por segmentos específicos da sociedade.

Outro exemplo concreto de ação social apoiado pela Companhia é o Programa AI6% - Formando Cidadãos, parceria entre a AIC – Associação Intergerencial da CEMIG e o Projeto ASIN/CEMIG, implantado desde 2001. A finalidade do programa é incentivar empregados e aposentados a repassar parte de seu imposto de renda devido para os Fundos da Infância e da Adolescência – FIA's. Na campanha de 2005, foram destinados R\$542 mil. Nos cinco anos do Programa, já foram repassados aproximadamente R\$1.240 mil a 146 Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, beneficiando 207 Instituições em todo o estado de Minas Gerais, durante o período citado.

A CEMIG, através da Lei Federal 8069/90, vem beneficiando, desde 2004 as instituições do ASIN/CEMIG, que trabalham com a infância e adolescência. Em 2004 foram beneficiadas 35 instituições e, em 2005 foram 81, perfazendo um total de recursos da ordem de R\$1.100 mil.

Outro reconhecimento das ações de responsabilidade social da CEMIG foi a inclusão da Companhia no grupo de trabalho para a criação da ISO – 26.000 – Responsabilidade Social, a convite da International Organization for Standardization (ISO), do Instituto Ethos e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Pela primeira vez, a coordenação mundial de um trabalho da ISO, é liderada em conjunto por dois países, nesse caso pelo Brasil e Suécia, o que torna a participação da Companhia ainda mais relevante.

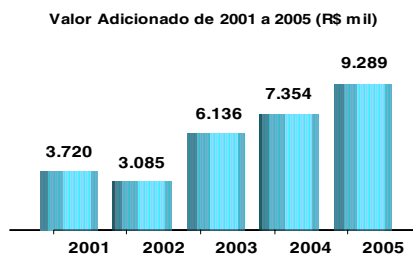
00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

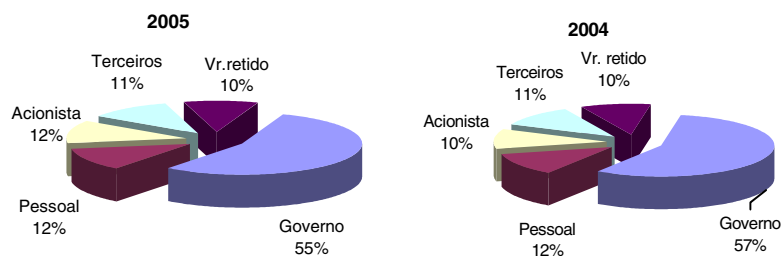
10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$9.289 milhões de valor adicionado em 2005 em comparação a R\$7.354 milhões em 2004, um aumento de 26,3%.



A distribuição do valor adicionado da CEMIG entre os diversos segmentos, pode ser observada no gráfico a seguir, devendo ser destacada a parte retida pelo Governo do total distribuído em 2005 e 2004, correspondentes a 55% e 57%, respectivamente.



Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela CEMIG em 2005, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Prêmio Mineiro da Qualidade – PMQ: A Cemig Distribuição S.A. recebeu o Troféu Prêmio Mineiro da Qualidade – PMQ pelo seu destacado desempenho em relação às demais organizações que participaram do processo de avaliação. Foi também reconhecida na Faixa Ouro da premiação, por apresentar uma gestão compatível com os critérios de qualidade estabelecidos.

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Prêmio Mineiro da Qualidade permite uma avaliação do modelo de gestão adotado pela Cemig, medindo o desempenho em relação a referenciais de excelência do mercado mineiro e nacional, identificando e destacando os pontos fortes e as oportunidades de melhoria nos diversos itens avaliados, e tem por objetivo buscar a melhoria contínua no atendimento às necessidades dos clientes, da sociedade, das comunidades, dos acionistas, dos colaboradores, dos fornecedores e dos parceiros.

Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia: A Cemig foi vencedora do Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia na categoria Empresas de Distribuição de Grande Porte. Também conhecido como Prêmio Procel de Combate ao Desperdício de Energia, o prêmio é concedido pelo Ministério de Minas e Energia como forma de reconhecimento público ao empenho e aos resultados obtidos pelos diversos agentes que atuam no combate ao desperdício de energia.

Prêmio Coge: na categoria Ações Ambientais para o “Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Área de Influência da Usina de Irapé”.

4º Prêmio Furnas Ouro Azul: na Categoria Comunidade, a Empresa ganhou o quinto lugar pelo projeto de P&D “Olhos d’água”, desenvolvido pela CEMIG em parceria com a Universidade Federal de Lavras. Com o objetivo de desenvolver tecnologia de reflorestamento ciliar, o projeto evoluiu para preservação das nascentes, beneficiando nos últimos quatro anos, 46 nascentes da região de Lavras, por meio da proteção das nascentes que ainda possuíam espécies nativas e reflorestamento daquelas que já estavam degradadas.

Troféu Transparência: A CEMIG recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o Troféu Transparência Finalista por estar incluída entre as dez empresas finalistas na categoria *Empresas Abertas*, do IX Prêmio Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – ANEFAC, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FINECAFI, SERASA 2005. Este troféu destina-se a premiar as empresas com maior transparência na divulgação de suas informações e também pela qualidade das suas demonstrações financeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da CEMIG é grata ao Governador do Estado, Dr. Aécio Neves da Cunha, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades Federais, Estaduais e Municipais, às comunidades servidas pela CEMIG, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

1) Base de Cálculo	2005			2004		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			8.235.621			6.984.557
Resultado Operacional (RO)			1.893.841			1.682.171
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			790.596			784.511
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	41.437	5,24	0,50	39.100	4,98	0,58
Encargos sociais compulsórios	218.264	27,61	2,65	193.426	24,66	2,88
Previdência privada	153.471	19,41	1,86	106.909	13,63	1,59
Saúde	25.190	3,19	0,31	21.462	2,74	0,32
Segurança e medicina no trabalho	2.654	0,34	0,03	3.215	0,41	0,05
Educação	464	0,06	0,01	582	0,07	0,01
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	13.508	1,71	0,16	10.487	1,34	0,16
Creches ou auxílio-creche	1.599	0,20	0,02	1.600	0,20	0,02
Participação nos lucros ou resultados	259.805	32,86	3,15	109.373	13,94	1,63
Outros	13.950	1,76	0,17	15.512	1,98	0,23
Total - Indicadores Sociais Internos	730.342	92,38	8,87	501.666	63,95	7,48
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	4.180	0,22	0,05	-	-	-
Cultura	13.260	0,70	0,16	6.330	0,39	0,09
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	23.651	1,25	0,29	18.401	1,14	0,27
Total das Contribuições para a Sociedade	41.029	2,17	0,50	24.731	1,53	0,37
Tributos (excluídos encargos sociais)	5.148.250	271,84	62,51	3.916.588	242,22	58,39
Total - Indicadores Sociais Externos	5.230.370	274,01	63,01	3.941.319	243,75	58,76
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa e com programas e/ou projetos externos	85.425	4,51	1,04	141.700	8,76	2,11
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	85.425	4,51	1,04	141.700	8,76	2,11
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			10.271			10.668
Nº de admissões durante o período			95			135
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			ND			ND
Nº de estagiários (as)			471			354
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			2.974			2.842
Nº de mulheres que trabalham na empresa			1.361			1.408
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			6,81%			5,69%
Nº de negros (as) que trabalham na empresa			3.163			3.273
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			9,09%			8,22%
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			ND			ND

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2005			Metas 2006		
Relação entre maior e a menor remuneração na empresa			17,53			19,04
Número total de acidentes de trabalho			227			186
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as) + CIPA	() Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2005: 9.311.528			Em 2004: 7.199.924		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	55,42% governo 11,80% acionistas	11,70% colaboradores (as) 11,32% terceiros	9,76% retido	56,47% governo 9,59% acionistas	12,77% colaboradores (as) 11,55% terceiros	9,62% retido
7) Outras informações						
I. Do total dos investimentos em meio ambiente, no ano de 2005, cerca de R\$61 milhões referem-se aos programas sócio-ambientais implementados durante a construção de novas usinas hidrelétricas.						
II. Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos tendem a evoluir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos. Merecem destaque a reciclagem de lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública em toda a área de concessão da empresa, totalizando, no ano de 2005, 240 mil lâmpadas. Além disso, foram regenerados e reutilizados, também, em 2005, aproximadamente 850 mil litros de óleo isolante retirados dos transformadores colocados foram de operação.						
III. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possuem metas de redução. A Diretoria da Cemig e a entidade sindical representativa dos seus empregados conduziram, em 2003, a definição de um indicador de consumo de água por empregado.						

A CEMIG EM NÚMEROS

(dados consolidados, exceto se indicado de outra forma)

Descrições	2001	2002	2003	2004	2005
Atendimento					
Número de consumidores (em milhares)	5.412	5.591	5.744	5.875	6.010
Número de empregados	11.288	11.468	11.302	10.668	10.271
Número de consumidores por empregado	479	488	508	551	585
Número de localidades atendidas	5.415	5.415	5.415	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774	774	774	774
Mercado					
Área de concessão (Km2)	567.478	567.478	567.478	567.478	567.478
Geração Própria (GWh) (*)	18.957	21.608	27.025	26.922	30.411
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.462	1.378	1.380	1.351	1.337
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)					
Residencial	246,16	281,60	356,95	416,26	491,89
Comercial	206,20	241,00	305,89	356,03	410,81
Industrial	86,23	100,05	132,39	154,38	124,41
Rural	130,96	148,00	186,42	214,42	249,13
DEC (horas)	11,37	13,01	10,74	10,93	12,21
FEC (número de interrupções)	6,85	7,34	6,42	6,58	6,78
Privação de fornecimento por consumidor – minutos/mês	55	65	54	55	61

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Descrições	2001	2002	2003	2004	2005
Operacionais					
Número de Usinas em Operação	45	48	48	52	54
Número de Subestações	419	424	427	434	440
Linhas de Transmissão (Km)	4.965	4.847	4.829	4.856	4.892
Linhas de Subtransmissão (Km)	16.124	16.152	16.185	16.086	16.040
Linhas de Distribuição (Km)					
Urbana	54.738	55.718	82.867	83.527	84.585
Rural	268.024	274.841	276.437	283.910	294.815
Capacidade Instalada (MW)	5.674	5.713	5.771	5.949	6.113
Financeiros					
Receita operacional - R\$ milhões	6.168	6.752	7.968	9.748	11.703
Receita operacional líquida - R\$ milhões	4.852	5.119	5.623	6.985	8.236
Margem operacional - %	18,34	10,27	21,81	24,08	23,00
EBITDA OU LAJIDA - R\$ milhões	1.406	1.076	1.797	2.266	2.488
Lucro líquido (Prejuízo) - R\$ milhões	478	(1.002)	1.198	1.385	2.003
Lucro líquido (Prejuízo) por lote de 1000 ações (Controladora)	3,01	(6,18)	7,39	8,54	12,35
Patrimônio líquido - R\$ milhões	6.902	5.681	6.559	7.251	7.185
Valor patrimonial por lote de mil ações (Controladora)	43,43	35,05	40,47	44,74	44,33
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	7,44	(14,99)	22,34	23,60	38,66
Endividamento do patrimônio líquido - %	91,25	142,65	128,67	131,58	175,86
Liquidez Corrente	0,95	0,66	0,73	0,86	0,91
Liquidez Geral	0,83	0,65	0,74	0,80	0,78

(*) Já estão descontadas as perdas atribuídas à geração (652 GWh) e o consumo interno das usinas.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos

Wilson Nélio Brumer
Djalma Bastos de Moraes
Aécio Ferreira da Cunha
Alexandre Heringer Lisboa
Antônio Adriano Silva
Francelino Pereira dos Santos
Maria Estela Kubitschek Lopes
Nilo Barroso Neto
José Luiz Alquéres
Carlos Augusto Leite Brandão
Andréa Paula Fernandes
Antônio Luiz Barros de Salles
José Augusto Pimentel Pessôa
Haroldo Guimarães Brasil

Membros Suplentes

Fernando Lage de Melo
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Eduardo Lery Vieira
Franklin Moreira Gonçalves
Francisco Sales Dias Horta
Marco Antônio Rodrigues da Cunha
Luiz Henrique de Castro Carvalho
Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Guy Maria Villela Paschoal
Fernando Teixeira Mendes Filho
Rodrigo Bhering Andrade
Andréa Leandro Silva
Evandro Veiga Negrão de Lima
Antônio Renato do Nascimento

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcelos Drummond
Luiz Guaritá Neto
Luiz Otávio Nunes West
Itamaury Teles de Oliveira
Thales de Souza Ramos Filho

Membros Suplentes

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Ronald Gastão Andrade Reis
Augusto Cesar Calazans Lopes
Ari Barcelos da Silva
Aliomar Silva Lima

DIRETORIA EXECUTIVA

Nome

Djalma Bastos de Moraes
Francisco Sales Dias Horta
Celso Ferreira
Flávio Decat de Moura
Elmar de Oliveira Santana
José Maria de Macedo
Heleni de Mello Fonseca

Cargo

Diretor-Presidente
Diretor Vice-Presidente
Diretor de Planejamento, Projetos e Construções
Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores
Diretor de Geração e Transmissão
Diretor de Distribuição e Comercialização
Diretora de Gestão Empresarial

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3299-3930 - 3299-4015
Fax: (31) 3299-3934 - 3299-3933

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br , www.ri.cemig.com.br
E-Mail: ri@cemig.com.br

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, “CEMIG” ou “Controladora”, sociedade de capital aberto, certificado GEMEC/RCA-200-75/109, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, atua única e exclusivamente como Holding a partir de 1º de janeiro de 2005, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 31 de dezembro de 2005:

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Geração e transmissão de energia elétrica, através de 45 usinas, sendo 42 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão;
- Cemig Distribuição S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais;
- Sá Carvalho S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (controlada em conjunto - participação de 55,19%) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. A CEMIG alienou 40% de sua participação na GASMIG em 2004;

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Empresa de Infovias S.A. ("Infovias") (controlada - participação de 99,94%) – Prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços). A Infovias detém uma participação de 69,25% no capital da Way TV Belo Horizonte S.A., que atua na exploração de serviços de televisão a cabo e Internet em determinadas cidades do Estado de Minas Gerais.
- Efficientia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- Horizontes Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais;
- Rosal Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente.
- Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 25,00%) – Operação da linha de transmissão de 345 kV conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 31 de dezembro de 2005:

- Cemig PCH S.A., Cemig Capim Branco Energia S.A. e UTE Barreiro S.A. (controladas - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente;
- Cemig Trading S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;
- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto - participação de 51,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 kV;

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 kV;
- Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,50%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé – Araçuaí 230 kV
- Transchile Charrúa Transmisión S.A. – (“Transchile”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrúa – Nueva Temuco, 220 kV e de duas seções de linha de transmissão nas SE’s Charrúa e Nueva Temuco, na região central do Chile.

2) – DESVERTICALIZAÇÃO

Os contratos de concessão para distribuição, geração e transmissão de energia elétrica da CEMIG, assinados em 1997, determinavam que a Companhia deveria reestruturar suas operações através do desmembramento de suas atividades de geração, transmissão e distribuição em subsidiárias integrais (“desverticalização”).

Em função desta determinação, a CEMIG desenvolveu estudos que resultaram na implementação da desverticalização das suas operações, adequando-se a exigência constante da Medida Provisória nº 144, de 11 de dezembro de 2003, posteriormente convertida na Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, de reestruturação do modelo do setor elétrico brasileiro.

A CEMIG constituiu as subsidiárias integrais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A., para desenvolver as suas atividades no negócio de energia elétrica a partir de 1º de janeiro de 2005.

A Assembléia Geral Extraordinária da CEMIG em 30 de dezembro de 2004 autorizou a transferência, a partir de 1º de janeiro de 2005, dos ativos constantes do Imobilizado em Serviço e parte das obrigações e direitos relacionados às atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica para as subsidiárias integrais constituídas.

A transferência dos demais direitos e obrigações foi efetuada através de adiantamento para futuro aumento de capital em 1º de janeiro de 2005. A integralização ao capital foi aprovada pela Assembléia de Acionistas em 29 de julho de 2005.

A homologação definitiva pela ANEEL da transferência das concessões de geração está em processo de aprovação, sendo que para as concessões de transmissão e distribuição já foi aprovada.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Segue tabela com a segregação dos ativos e passivos da CEMIG nas novas subsidiárias constituídas, em 1º de janeiro de 2005:

	Cemig Controladora	Cemig Geração e Transmissão	Cemig Distribuição
ATIVO			
CIRCULANTE			
Disponibilidades	795.985	15.500	17.301
Consumidores e Revendedores	-	32.353	1.127.064
Concessionários – Transporte de Energia	-	27.876	-
Recomposição Tarifária e Parcela "A"	-	-	327.268
Revendedores – Transações com Energia Livre	-	45.560	-
Despesas Antecipadas – CVA	-	-	463.508
Tributos Compensáveis	72.006	11.431	9.641
Créditos Tributários	148.538	-	-
Estoques	-	2.126	11.901
Outros Créditos	81.638	25.511	61.180
TOTAL DO CIRCULANTE	1.098.167	160.357	2.017.863
NÃO CIRCULANTE			
Realizável A Longo Prazo			
Despesas Antecipadas – CVA	-	-	85.786
Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	-	-	361.082
Tributos Compensáveis	-	26.679	102.326
Recomposição Tarifária e Parcela "A"	-	-	1.032.601
Reajuste Tarifário Diferido	-	-	437.759
Revendedores – Transações com Energia Livre	-	588.281	-
Consumidores e Revendedores	-	-	78.022
Créditos Tributários	128.827	15.374	10.621
Depósitos Vinculados a Litígios	88.141	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	1.096.706	-	-
Outros Créditos	5.846	9.497	40.875
Total do Realizável a Longo Prazo	1.319.520	639.831	2.149.072
Investimentos			
Participação na Cemig Distribuição	2.261.998	-	-
Participação na Cemig Geração e Transmissão	2.896.785	-	-
Outros Investimentos	804.864	884.011	419
Imobilizado	8.616	4.772.099	4.557.550
Obrigações Especiais	-	(1.680)	(1.813.035)
Diferido	-	-	499
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	7.291.783	6.294.261	4.894.505
ATIVO TOTAL	8.389.950	6.454.618	6.912.368
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	8.928	230.116	397.808
Impostos, Taxas e Contribuições	334.682	(41.044)	174.037
Encargos Regulatórios	17.570	46.888	34.347
Participações nos Lucros	63.431	-	-
Salários e Contribuições Sociais	52.457	30.594	89.412
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	11.309	315.101	325.918
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	63.023	840.069	490.487
Obrigações Pós-Emprego	9.827	45.201	144.710
Outras Obrigações	82.876	19.719	102.101
TOTAL DO CIRCULANTE	644.103	1.486.644	1.758.820
NÃO CIRCULANTE			
Impostos, Taxas e Contribuições	-	211.416	351.908
Fornecedores	-	-	245.873
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-	1.514.210	1.233.130
Obrigações Pós-Emprego	66.594	306.307	980.642
Provisões para Contingências	427.839	-	-
Outras Obrigações	29	39.256	79.997
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	494.462	2.071.189	2.891.550
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.251.385	2.896.785	2.261.998
PASSIVO TOTAL	8.389.950	6.454.618	6.912.368

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Apresentação das Demonstrações Financeiras

Foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 (que eliminou a adoção de qualquer sistema de correção monetária de balanço para fins societários, a partir de 1º de janeiro de 1996); normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia decidiu adotar de forma antecipada, em 31 de dezembro de 2005, os novos procedimentos de divulgação constantes da Deliberação CVM nº 488 de 03 de outubro de 2005.

Adicionalmente, a CEMIG está apresentando, nos Anexos I, II e III, as demonstrações do fluxo de caixa, do valor adicionado e do resultado segregado por atividade, respectivamente.

As controladas seguem práticas contábeis compatíveis com as da CEMIG.

3.2) Principais Práticas Contábeis

(a) Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico

Despesas de Administração - São apropriadas mensalmente ao custo do imobilizado em curso, mediante rateio de 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros.

Atividades da Controladora não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica - Referem-se basicamente aos consórcios para produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, estando registrada a quota-parte da CEMIG no Grupo de Investimentos, conforme Nota Explicativa nº 17. Os saldos de ativo, passivo, receitas e despesas referentes às operações mencionadas são controlados mensalmente através de registros e demonstrações financeiras específicas elaboradas pelos Consórcios, em atendimento a determinação do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, emitido pela ANEEL.

(b) Práticas Contábeis Gerais

Disponibilidades - Estão demonstradas ao custo. Os rendimentos auferidos até a data do balanço estão classificados como Outros Créditos, no Ativo Circulante, a valores não superiores aos de realização.

Consumidores e Revendedores - O fornecimento de energia elétrica não faturado na data do balanço é contabilizado em regime de competência.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - É constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com consumidores e revendedores.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Estoques - É avaliado ao custo médio de aquisição, sendo que os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Não Circulante, não sendo depreciados.

Despesas Antecipadas – CVA - A partir de 26 de outubro de 2001, as diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados “Parcela A”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário da Cemig Distribuição S.A. e os desembolsos efetivamente realizados são compensadas nos reajustes tarifários futuros, sendo registradas no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, como despesas antecipadas. Após o reajuste tarifário devido, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado na proporção do recebimento dos valores através das contas de energia.

Investimentos - As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as demais participações societárias permanentes avaliadas pelo custo de aquisição. Os demais Investimentos são avaliados pelo custo de aquisição ou formação, reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Imobilizado - Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação e aqueles adquiridos ou formados até 31 de dezembro de 1995 foram corrigidos monetariamente até aquela data. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários incorridos relativos a financiamentos obtidos de terceiros, vinculados às Obras em Andamento, são apropriados às Imobilizações em Curso, durante o período de construção.

Depreciação e Amortização - São calculadas sobre o saldo das Imobilizações em Serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Obrigações Especiais - São avaliadas pelo valor recebido de clientes e foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As obrigações especiais não são depreciadas ou amortizadas, sendo apresentadas nos Balanços Patrimoniais como redutoras do Ativo Imobilizado.

Demais Ativos e Passivos - Os sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados na data dos balanços. Os demais são apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Obrigações Pós-Emprego - Em atendimento a Deliberação CVM nº 371/00, os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registradas com base em cálculos atuariais, utilizando o Método da Unidade de Crédito Projetada para determinação do valor presente das obrigações.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Imposto de Renda e Contribuição Social - São provisionados ou constituídos créditos sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, sendo seu efeito lançado no resultado do exercício, observando-se as perspectivas de sua realização.

Resultado - É apurado pelo regime contábil de competência de exercício.

Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - É calculado com base no número de ações, excluídas as Ações em Tesouraria, na data dos balanços.

Uso de estimativas - A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da CEMIG se utilize de estimativas para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da CEMIG e Controladas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa de Racionamento, do Acordo Geral do Setor Elétrico, Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE/MAE”), Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Despesas Antecipadas – CVA, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Créditos Tributários, Obrigações Pós-Emprego, Provisões para Contingências e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

Reclassificação de saldos contábeis - Para melhor comparabilidade e análise da demonstração dos resultados, a Companhia reclassificou determinadas transações de 2004, como segue:

<u>Conta original</u>	<u>Valor (R\$)</u>	<u>Conta de Reclassificação</u>	<u>Valor (R\$)</u>
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Despesas Antecipadas - CVA	29.025	Despesas Antecipadas - CVA	29.025
Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
Despesas Antecipadas - CVA	2.322	Despesas Antecipadas - CVA	2.322
	<u>31.347</u>		<u>31.347</u>
Deduções da Receita		Custos e Despesas Operacionais	
PASEP	(29.814)	Energia Comprada	107.047
COFINS	(126.485)	Encargos de Uso	47.502
	<u>(156.299)</u>	Matéria-Prima e Insumos	1.750
			<u>156.299</u>

4) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas e procedimentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e incluem as demonstrações financeiras das empresas mencionadas na Nota Explicativa nº 1.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Na consolidação foram eliminadas as participações da Controladora nos patrimônios líquidos das empresas investidas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

As empresas cujo controle é exercido em conjunto com outros acionistas foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações financeiras da investida.

A GASMIG, a partir de 2004, passou também a ser consolidada proporcionalmente, em função da alienação, pela CEMIG, de 40,00% da sua participação no capital, tendo ocorrido a assinatura de acordo de acionistas que implicou no controle em conjunto com o sócio minoritário.

A parcela relativa às participações minoritárias no Patrimônio Líquido das controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

5) – DAS CONCESSÕES

A CEMIG e suas controladas detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões:

	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Informações não auditadas	
			Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas -				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710,000	01/1965	01/2015
Emborcação (3)	Rio Paranaíba	1.192,000	07/1975	07/2005
Nova Ponte (3)	Rio Araguari	510,000	07/1975	07/2005
Jaguara	Rio Grande	424,000	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	408,000	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396,000	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380,000	02/1967	02/2017
Aimorés (1)	Rio Doce	161,700	12/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102,000	10/1963	07/2015
Funil (1)	Rio Grande	88,200	12/2000	12/2035
Queimado (1)	Rio Preto	86,625	12/1997	12/2032
Itutinga	Rio Grande	52,000	01/1953	07/2015
Camargos	Rio Grande	46,000	08/1958	07/2015
Porto Estrela (1)	Rio Santo Antônio	37,334	07/1997	07/2032
Igarapava (1)	Rio Grande	30,450	12/1998	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	18,012	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	14,000	09/1953	07/2015
Sá Carvalho	Rio Piracicaba	78,000	12/1994	12/2024
Rosal	Itabapoana - RJ	55,000	04/1997	05/2032
Pai Joaquim	Rio Araguari	23,000	04/2002	04/2032
Outras (3)	Diversas	113,629	Diversas	Diversas
		5.925,950		
Usina Eólica -				
Morro do Camelinho	Gouveia - MG	1,000	03/1999	-
Usinas Termelétricas -				
Igarapé	Juatuba - MG	131,000	08/1974	08/2024
Formoso	Formoso - MG	0,440	04/1999	-
Ipatinga	Ipatinga - MG	40,000	11/2000	12/2014
Barreiro	Belo Horizonte	12,900	01/2002	04/2023
		184,340		
TOTAL GERAÇÃO		6.111,290		

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Projetos em Andamento – Usinas Hidrelétricas -

Irapé	Rio Jequitinhonha	360.000	02/2000	02/2035
Capim Branco I (1)	Rio Araguari	50.526	08/2001	08/2036
Capim Branco II (1)	Rio Araguari	44.210	08/2001	08/2036
		454.736		

TRANSMISSÃO

Rede Básica	Minas Gerais	14.793 MVA	07/1997	07/2015
Sub-Estação – SE Itajubá - 3	Minas Gerais	600 MVA	10/2000	10/2030
Transleste (LT Irapé–Montes Claros)	Minas Gerais	50 MVAR	02/2004	02/2034
Transudeste	Minas Gerais	(2)	03/2005	03/2035
Centroeste de Minas	Minas Gerais	(2)	03/2005	03/2035
Transirapé	Minas Gerais	450 MVA	03/2005	03/2035

DISTRIBUIÇÃO

Estado de Minas Gerais				
Norte	-	-	04/1997	02/2016
Sul	-	-	04/1997	02/2016
Leste	-	-	04/1997	02/2016
Oeste	-	-	04/1997	02/2016

- (1) As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações da CEMIG nos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada. Vide maiores informações na nota explicativa nº 17.
- (2) Informação não disponível.
- (3) A CEMIG requereu junto à ANEEL, em setembro de 2004, a prorrogação por mais vinte anos do prazo da concessão para geração de energia elétrica das seguintes usinas: UHE Emborcação, UHE Nova Ponte, PCH São Bernardo, PCH Poço Fundo, PCH Santa Luzia, PCH Luiz Dias e PCH Xicão. A ANEEL e o Ministério das Minas e Energia ainda não se pronunciaram.

A Companhia tem a expectativa de renovação das concessões e, portanto, não são esperadas perdas em função da não renovação das atuais concessões.

6) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Contas Bancárias	64.142	48.161	3.452	43.483
Aplicações Financeiras				
Certificado de Depósito Bancário	1.279.993	673.247	297.058	651.596
Fundos de Investimento	-	2.916	-	-
Operações Compromissadas	-	171.899	-	133.707
	1.279.993	848.062	297.058	785.303
	1.344.135	896.223	300.510	828.786

As aplicações financeiras da CEMIG e suas controladas tem sua remuneração baseada, substancialmente, na variação do CDI (“Certificado de Depósito Interfinanceiro”).

As aplicações com operações compromissadas referem-se a repasse de títulos públicos ou privados de emissão de terceiros com cláusula de garantia de recompra imediata do banco custodiante, a critério da CEMIG, com remuneração baseada no CDI, sem penalidade ou perda de rentabilidade.

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Consolidado								
Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Residencial	355.634	284.329	45.894	156.699	108.004	42.619	509.532	483.647
Industrial	211.472	244.638	29.729	44.285	250.262	140.756	491.463	429.679
Comércio, Serviços e Outras	171.912	121.728	23.553	66.106	94.207	35.611	289.672	223.445
Rural	48.674	35.002	7.042	19.591	17.366	9.279	73.082	63.872
Poder Público	34.626	18.503	2.997	22.693	18.114	23.502	55.737	64.698
Iluminação Pública	64.755	42.769	3.566	22.640	9.138	5.987	77.459	71.396
Serviço Público	38.750	28.218	551	3.487	4.571	2.033	43.872	33.738
Subtotal – Consumidores	925.823	775.187	113.332	335.501	501.662	259.787	1.540.817	1.370.475
Suprimento a Outras								
Concessionárias	17.827	5.525	-	-	-	-	17.827	5.525
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(214.865)	(164.914)	(214.865)	(164.914)
	943.650	780.712	113.332	335.501	286.797	94.873	1.343.779	1.211.086

Controladora								
Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Residencial	-	280.740	-	155.405	32.131	42.619	32.131	478.764
Industrial	-	214.806	-	44.285	42.372	140.122	42.372	399.213
Comércio, Serviços e Outras	-	105.320	-	64.061	20.024	35.611	20.024	204.992
Rural	-	35.002	-	19.591	4.402	9.279	4.402	63.872
Poder Público	-	18.503	-	22.693	13.352	23.502	13.352	64.698
Iluminação Pública	-	42.769	-	22.640	2.389	5.987	2.389	71.396
Serviço Público	-	28.218	-	3.487	1.487	2.033	1.487	33.738
Subtotal – Consumidores	-	725.358	-	332.162	116.157	259.153	116.157	1.316.673
Suprimento a Outras								
Concessionárias	-	3.685	-	-	-	-	-	3.685
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(116.157)	(160.941)	(116.157)	(160.941)
	-	729.043	-	332.162	-	98.212	-	1.159.417

Os créditos a receber registrados na Controladora são remanescentes de saldos existentes em 31 de dezembro de 2004 que estavam integralmente provisionados e não foram transferidos para as subsidiárias na desverticalização.

Encontra-se registrado no Ativo Realizável a Longo Prazo Consolidado valores a receber, no montante de R\$64.190, referentes a:

- Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, empresa controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$44.239 (R\$51.932 em 31 de dezembro de 2004). A CEMIG renegociou com a COPASA o pagamento do débito em 96 parcelas mensais e consecutivas, de outubro de 2004 a setembro de 2012. As parcelas são atualizadas pela variação do IGP-M e acrescidas de juros de 0,5% a.m..

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Prefeitura de Belo Horizonte – PBH, no montante de R\$19.951 (R\$26.090 em 31 de dezembro de 2004), advindos substancialmente de fornecimento de energia elétrica para iluminação pública. Os débitos da PBH foram renegociados para pagamento em 80 meses, com término em março de 2010 e atualizados em conformidade aos reajustes tarifários da CEMIG.

A composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Residencial	80.941	50.205	33.454	48.911
Industrial	64.621	56.583	47.767	55.949
Comércio, Serviços e Outras	47.567	29.425	23.707	27.380
Rural	9.192	5.886	5.458	5.886
Poder Público	3.741	18.388	1.883	18.388
Iluminação Pública	5.863	2.954	2.676	2.954
Serviço Público	2.940	1.473	1.212	1.473
	214.865	164.914	116.157	160.941

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2005 é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2004	164.914	160.941
Constituição (reversão) de provisão	54.859	(44.784)
Baixa de contas a receber	(4.908)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2005	214.865	116.157

Os critérios para constituição da provisão, conforme definição da ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais, (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

8) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Ativos				
Recomposição tarifária extraordinária e Parcela "A" – Nota nº 9	1.273.105	1.359.969	-	1.359.969
Revendedores – Transações com energia livre durante o Programa de Racionamento – Nota nº 10	321.800	633.841	-	633.841
Reajuste tarifário diferido – Nota nº 14	1.175.439	437.759	-	437.759
PIS/COFINS e PASEP – Nota nº 16	443.653	361.082	-	361.082
Despesas antecipadas – CVA – Nota nº 11	585.870	580.641	-	580.641
	<u>3.799.867</u>	<u>3.373.292</u>	-	<u>3.373.292</u>
Passivos				
Fornecedores – repasse aos geradores pela compra de energia livre – Nota nº 9	(362.000)	(364.118)	-	(364.118)
Fornecedores – CCEE/MAE – energia livre – Nota nº 10	(118.527)	(148.791)	-	(148.791)
Valores a serem restituídos na tarifa – CVA – Nota nº 11	(239.703)	(31.347)	-	(31.347)
	<u>(720.230)</u>	<u>(544.256)</u>	-	<u>(544.256)</u>
Impostos federais diferidos – Nota nº 20	(1.108.513)	(665.618)	(85.426)	(665.618)
	<u>(1.828.743)</u>	<u>(1.209.874)</u>	<u>(85.426)</u>	<u>(1.209.874)</u>
Total	<u>1.971.124</u>	<u>2.163.418</u>	<u>(85.426)</u>	<u>2.163.418</u>

9) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA "A"

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado "Acordo Geral do Setor Elétrico", que define os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE"), estendida para compensação da variação dos custos não gerenciáveis da Parcela "A" ocorridos no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, de 21 de dezembro de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceram os procedimentos para implementação da RTE, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.
- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

00245-3 CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A RTE mencionada está sendo utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração desse valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores, as quais não se espera serem relevantes, e o ICMS.
- Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE/MAE"), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh ("energia livre"). Como a Cemig Distribuição S.A. é apenas uma repassadora aos geradores dos valores recebidos, foram incluídos neste saldo os tributos e outros encargos regulatórios incidentes sobre a receita. Quando do repasse às geradoras, são deduzidos os impostos e encargos regulatórios mencionados.

A recuperação dos créditos através da RTE, conforme Resolução Normativa nº 45, de 3 de março de 2004, é efetuada na proporção de 64,29% e 35,71% para os créditos referentes às perdas com faturamento e energia livre, respectivamente.

Os créditos da RTE referentes a perdas com o racionamento estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

Até o exercício de 2004, 18,00% dos créditos de energia livre não estavam sendo atualizados em função das diversas ações judiciais movidas por companhias geradoras e distribuidoras, inclusive a CEMIG, questionando os valores divulgados pela CCEE/MAE. Tendo em vista que a CEMIG e a maior parte das demais empresas retiraram as suas ações da justiça, a Companhia passou, a partir do 3º trimestre de 2005, a atualizar integralmente os créditos da RTE referentes a energia livre.

Os créditos de RTE referentes à energia livre são atualizados pela SELIC e adicionados de 1,00% de juros ao ano para os valores a serem repassados para os geradores que obtiveram empréstimos do BNDES.

O ICMS incidente sobre o saldo consolidado da RTE, correspondente às receitas a serem faturadas, o qual é estimado em R\$180.805 em 31 de dezembro de 2005 (R\$224.494 em 31 de dezembro de 2004), somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. A CEMIG, neste sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Receita Estadual e, portanto, não efetuou o registro antecipado da referida obrigação.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Provisão para perdas

Conforme Resolução Normativa nº 1 da ANEEL, de 12 de janeiro de 2004, a RTE da CEMIG teve seu prazo de duração máximo alterado de 82 para 74 meses, passando a vigorar no período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2008. A CEMIG elaborou estudo para verificar se o prazo estipulado de 74 meses seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Na elaboração deste estudo foram consideradas determinadas premissas, sendo as mais relevantes àquelas referentes às projeções de reajustes tarifários, taxas de inflação, SELIC e crescimento do mercado de energia.

Com base no estudo, foi estimada em R\$277.000 a provisão para perdas da CEMIG na realização dos valores da RTE em 31 de dezembro de 2005 (R\$163.456 em 31 de dezembro de 2004), o que implicou na constituição de uma provisão complementar no exercício de 2005 no valor de R\$113.544.

A ANEEL realizará em 30 de março de 2006 a audiência pública nº 044/05 com o objetivo de obter contribuições da sociedade visando à regulamentação dos procedimentos de cobrança de RTE dos consumidores atualmente livres e que eram cativos durante a vigência do Programa de Racionamento. Esta mudança de critério representaria um maior recebimento de RTE pela CEMIG. Desta forma, a Companhia revisará a provisão atualmente constituída após a regulamentação pela ANEEL desse novo procedimento de cobrança e o conseqüente início do recebimento dos valores nas contas de energia.

b) Parcela "A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, a ANEEL definiu que os valores das variações nos itens não gerenciáveis da Parcela "A" deixariam de ser incluídos no prazo limite de vigência da RTE, sendo que sua recuperação será iniciada imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela "A".

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Composição dos saldos da RTE e Parcela "A"

Os valores a serem recebidos referentes à RTE e Parcela "A", registrados no Ativo, são como segue:

	Controladora			
	2005			
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	
Recomposição das perdas com faturamento (1)	163.456	31.259	194.715	
(-) Provisão para Perdas na Realização dos itens da RTE	(163.456)	(31.259)	(194.715)	
Total da RTE	-	-	-	

	Consolidado			Consolidado e Controladora
	2005			2004
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	Total
Recomposição das perdas com faturamento (1)	876.847	544.124	1.420.971	1.303.914
Valores arrecadados	(458.128)	(329.353)	(787.481)	(611.420)
	418.719	214.771	633.490	692.494
Reembolso dos gastos com energia livre dos geradores (2)	442.717	208.596	651.313	555.730
Valores arrecadados	(193.440)	(91.143)	(284.583)	(186.794)
	249.277	117.453	366.730	368.936
(-) Provisão para Perdas na Realização dos itens da RTE	(211.326)	(65.674)	(277.000)	(163.456)
Total da RTE	456.670	266.550	723.220	897.974
Compensação dos itens da Parcela "A" (3)	245.299	304.586	549.885	461.895
Total da RTE e da Parcela "A"	701.969	571.136	1.273.105	1.359.869
Ativo Circulante			271.800	327.268
Realizável a Longo Prazo			1.001.305	1.032.601

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores da RTE a serem repassados aos geradores referentes à energia livre, registrados no Passivo, na conta de Fornecedores, são como segue:

	Consolidado			Consolidado e
	2005			Controladora
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	2004
Valores a serem repassados aos geradores (2)	419.229	200.078	619.307	527.181
(-) Repasses realizados	(174.179)	(83.128)	(257.307)	(163.063)
	245.050	116.950	362.000	364.118
Passivo Circulante			97.877	118.245
Passivo Não Circulante			264.123	245.873

- (1) Valores homologados através das Resoluções ANEEL nºs 480 e 481 de 2002 e 001 de 2004.
 (2) Valores homologados através das Resoluções ANEEL nºs 001 e 045 de 2004.
 (3) Valores homologados através das Resoluções ANEEL nºs 482 de 2002 e 001 de 2004.

10) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE DURANTE O PROGRAMA DE RACIONAMENTO

As obrigações e direitos da Companhia referentes às transações com energia livre no âmbito da CCEE/MAE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	2005	2004
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	517.681	633.841
Provisão para perdas na realização	(195.881)	-
	321.800	633.841
Circulante	225.771	45.560
Realizável a Longo Prazo	96.029	588.281
PASSIVO		
Fornecedores – Compra de Energia Livre na CCEE/MAE	118.527	148.791
Circulante	49.561	148.791
Não Circulante	68.966	-

Os valores a receber referem-se à diferença entre os preços pagos pela CEMIG nas transações com energia na CCEE/MAE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidores com valores a receber, entre os quais está incluída a CEMIG, desde março de 2003.

Algumas distribuidoras não estavam repassando os valores da RTE arrecadada para a Companhia por interpretarem, com base no Art.9º da Resolução ANEEL nº 36 e Nota Técnica ANEEL nº 004/2003, que a CEMIG, por estar questionando judicialmente a metodologia de cálculo de suas obrigações na CCEE/MAE, estaria também questionando o Acordo Geral do Setor Elétrico. Por este motivo, as distribuidoras estariam impedidas de efetuar o referido repasse à CEMIG.

Desta forma, a Administração decidiu, em 2005, pela retirada das ações judiciais e acordar com os demais agentes da CCEE/MAE o pagamento das obrigações, com base no critério original definido pela ANEEL. Os valores referentes a esta obrigação já estavam substancialmente provisionados nas demonstrações financeiras.

Os principais termos e conseqüências do acordo mencionado foram os seguintes:

- Os valores provisionados referentes a obrigação adicional junto a CCEE/MAE, no montante de R\$142.560, foram atualizados pelo IGP-M a partir de julho de 2003;
- A CEMIG iniciou, no 3º trimestre de 2005, a liquidação dos débitos mencionados no parágrafo anterior, no prazo de até 50 meses, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano;
- As distribuidoras foram autorizadas a repassar à CEMIG parte dos valores retidos, sendo recebidos R\$152 milhões em 2005.

Os direitos da CEMIG no âmbito da CCEE/MAE são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

Até 30 de junho de 2005, 18,00% dos créditos de energia livre não estavam sendo atualizados em função das diversas ações judiciais movidas por companhias geradoras e distribuidoras, inclusive a CEMIG, questionando os valores divulgados pela CCEE/MAE. Tendo em vista que a CEMIG e a maior parte das demais empresas retiraram as suas ações da justiça, a Companhia passou, a partir do 3º trimestre de 2005, a atualizar integralmente os créditos da RTE referentes a energia livre.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE/MAE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

Provisão para perdas

A CEMIG recebe os valores da RTE de outras distribuidoras, que têm um prazo limite, estipulado pela ANEEL, para repassar os valores à Companhia.

A Companhia elaborou estudo para verificar se o prazo estipulado para as distribuidoras efetuarem o repasse seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL.

Com base no estudo, foi estimada em R\$195.881 a provisão para perdas na realização dos créditos de energia livre em 31 de dezembro de 2005.

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A ANEEL realizará em 30 de março de 2006 a audiência pública nº 044/05 com o objetivo de obter contribuições da sociedade visando à regulamentação dos procedimentos de cobrança de RTE dos consumidores atualmente livres e que eram cativos durante a vigência do Programa de Racionamento. Esta mudança de critério representaria um maior recebimento de RTE pela CEMIG. Desta forma, a Companhia revisará a provisão atualmente constituída após a regulamentação pela ANEEL desse novo procedimento de cobrança e o conseqüente início do recebimento dos valores nas contas de energia.

11) – DESPESAS ANTECIPADAS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da CEMIG, utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes.

A Resolução Normativa ANEEL nº 153, de 14 de março de 2005, estabeleceu novos critérios para cálculo das variações da CVA referentes à compra de energia. A Resolução mencionada determinou que a partir de sua vigência, retroativa a 29 de novembro de 2004, não seja mais calculada, de forma distinta, as variações referente à compra de energia de Itaipu. Desta forma, são apuradas, a partir da data da vigência da Resolução, as variações da CVA referente a compra total de energia da Companhia (Itaipu, contratos iniciais, leilão de energia e outras origens).

A movimentação do saldo está demonstrada abaixo:

Consolidado					
	Saldo em 31.12.2004	Valores Diferidos (1)	Amortização (2)	Atualização Monetária (3)	Saldo em 31.12.2005
Energia Comprada para Revenda	178.189	68.471	(119.128)	30.074	157.606
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	(31.347)	(7.882)	(785)	(346)	(40.360)
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	143.290	17.436	(91.124)	19.589	89.191
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	12.111	6.338	(8.046)	1.934	12.337
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica	169.507	6.964	(100.520)	20.686	96.637
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	44.113	1.384	(34.174)	5.651	16.974
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	33.431	(244)	(28.265)	5.097	10.019
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	-	3.726	-	37	3.763
	549.294	96.193	(382.042)	82.722	346.167

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2005	2004
Ativo Circulante	539.321	492.533
Ativo Realizável Longo Prazo	46.549	88.108
Passivo Circulante	(208.195)	(29.025)
Passivo Não Circulante	<u>(31.508)</u>	<u>(2.322)</u>

- (1) Referem-se às variações dos custos não controláveis que compõem a CVA e que não foram incluídos na receita, desta forma, foram excluídos do resultado.
- (2) Referem-se aos custos não controláveis que compõem a CVA que foram transferidos para o resultado em função das suas inclusões na receita da CEMIG.
- (3) Refere-se à atualização pela variação da SELIC entre a data do pagamento da despesa e a sua efetiva compensação no reajuste tarifário.

Do saldo em 31 de dezembro de 2005, R\$90.101 referem-se a valores de CVA apurados a partir de 10 de março de 2005 e que serão repassados para a tarifa no reajuste de 8 de abril de 2006.

12) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Circulante				
ICMS a Recuperar	8.030	29.475	3.506	24.493
Imposto de Renda	296.569	79.121	191.777	63.956
Contribuição Social	40.983	6.540	15.646	2.078
Outros	14.129	4.192	4.890	2.551
	<u>359.711</u>	<u>119.328</u>	<u>215.819</u>	<u>93.078</u>
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	219.362	142.368	135	129.005
	<u>579.073</u>	<u>261.696</u>	<u>215.954</u>	<u>222.083</u>

Os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se basicamente à valores apurados na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ de exercícios anteriores e atual, que poderão ser compensados nos anos subsequentes, com outros impostos federais que venham a ser apurados.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são compensados em 48 meses, conforme Lei Complementar 102/00. Adicionalmente, encontra-se registrado o montante de R\$20.088, referente a créditos de ICMS cuja compensação está sendo discutida judicialmente com o Governo do Estado de Minas Gerais.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos Tributários:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Créditos Tributários sobre-				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	61.846	15.785	48.036	-
Provisão para Contingências	116.087	104.739	114.612	104.739
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da				
Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	160.780	55.575	66.203	55.575
Provisão para Programa de Desligamento Voluntário	-	8.211	-	8.211
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	80.685	55.345	39.493	53.994
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária				
Extraordinária	72.198	51.710	6.536	51.710
Outros	25.819	29.264	1.291	29.131
	517.415	320.629	276.171	303.360
Ativo Circulante	107.078	148.905	42.839	148.538
Realizável a Longo Prazo	410.337	171.724	233.332	154.822

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 20 de fevereiro de 2006, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. Referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 08 de março de 2006.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2005, conforme estimativa a seguir:

	Consolidado	Controladora
2006	107.078	42.839
2007	82.515	39.628
2008	150.763	39.369
2009	125.741	109.458
2010	37.580	31.139
2011	9.075	9.075
2012	4.663	4.663
	517.415	276.171

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A CEMIG possui, em 31 de dezembro de 2005, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, no montante de R\$3.720 (R\$8.824 em 31 de dezembro de 2004). A Administração acredita que determinadas obrigações, pela sua natureza, serão realizadas em um prazo superior a 10 anos. Para estes casos, o respectivo crédito tributário não foi reconhecido.

A controlada Infovias possui, em 31 de dezembro de 2005, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras no montante de R\$22.000 (R\$24.001 em 31 de dezembro de 2004), em conformidade com estudos de recuperação com base em projeção de resultados futuros aprovada pelo Conselho de Administração daquela Sociedade e os termos da Instrução CVM nº 371/2002.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.838.234	1.475.506	1.322.027	1.451.883
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(625.000)	(501.672)	(449.489)	(493.640)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Provisão (Reversão) para Perda sobre as Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	75.826	(110.716)	75.826	(110.716)
Provisão (Reversão) referente à Contribuição Social sobre Correção Monetária Complementar	51.125	(8.650)	51.125	(8.650)
Reversão referente ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (Exigibilidade Suspensa)	7.266	-	7.266	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	354.420	10.237
Contribuições e Doações Indedutíveis	(6.178)	(5.815)	(218)	(5.815)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	9.994	(3.181)	13.580	(3.181)
Outros	16.436	27.471	(6.138)	34.683
Imposto de Renda e Contribuição Social–Receita (Despesa)Efetiva	(470.531)	(602.563)	46.372	(577.082)

14) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, publicada de forma retroativa a 4 de abril de 2004, definiu os resultados da revisão tarifária periódica da Cemig Distribuição.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em nível compatível com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, proporcionando receita suficiente para a cobertura de custos operacionais eficientes e a remuneração adequada dos investimentos.

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O reajuste médio aplicado às tarifas da CEMIG em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme descrito na resolução mencionada, o reposicionamento tarifário definitivo para a CEMIG deveria ter sido de 44,41%. A diferença percentual de 12,88% será compensada através de um acréscimo de R\$301.334, a valores de abril de 2003, em cada um dos reajustes tarifários previstos para ocorrerem de 2004 a 2007, cumulativamente.

O reajuste aplicado às tarifas da CEMIG em 8 de abril de 2004 incluiu um percentual adicional de 2,91%, que corresponde a R\$159.388. Como o valor da 1ª parcela deveria ter sido de R\$301.334, a diferença de R\$141.946 será compensada nos reajustes tarifários de 2005 a 2007.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Cemig Distribuição tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores foi reconhecida como um ativo regulatório, em contrapartida ao resultado do exercício.

Os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	Consolidado	
	2005	2004
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	869.175	358.602
Juros (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	206.795	40.280
Atualização Monetária – IGP-M	99.469	38.877
	<u>1.175.439</u>	<u>437.759</u>
Ativo Circulante	321.445	-
Realizável a Longo Prazo	853.994	437.759

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, cujo saldo em 31 de dezembro é de R\$508.377.

15) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Os principais termos e saldos dos aditivos eram como segue:

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2º Aditivo do Contrato da CRC	3º Aditivo do Contrato da CRC
Período de amortização	01/2003 a 05/2015	01/2003 a 05/2015
Atualização Monetária – indexador	IGP-DI	IGP-DI
Taxa de Juros	6,00%	12,00%
Parcelas em atraso em 31/12/2004	01/2003 a 12/2004	06/2003 a 12/2004
Garantia do Contrato	-	Retenção de até 100,00% dos dividendos
Valores a vencer	1.409.425	836.007
Valores vencidos até 31/12/2004	435.468	260.699
Total	1.844.893	1.096.706
Provisão para Perdas	(1.844.893)	-
Valor Líquido Registrado em 31/12/2004	-	1.096.706

Em decorrência da não inclusão, no Segundo Aditivo, de garantias efetivas que assegurassem o recebimento dos valores registrados, a CEMIG constituiu uma provisão para perdas correspondente ao montante integral do aditivo em referência.

No Terceiro aditivo contratual, entretanto, existia a garantia de retenção de dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos pela CEMIG ao Governo do Estado de Minas Gerais. Esta garantia permaneceria em vigor mesmo após o vencimento contratado no Terceiro Aditivo.

As projeções de resultado futuro da CEMIG indicavam que os dividendos atribuíveis ao Governo do Estado de Minas Gerais seriam, no longo prazo, suficientes para assegurar a recuperação integral dos créditos correspondentes ao Terceiro Aditivo contratual, no caso de inadimplência do devedor, razão pela qual não foi constituída provisão para perdas.

Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos, demonstrada na tabela anterior, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas iniciada em 30 de dezembro de 2005, reiniciada em 5 de janeiro de 2006 e finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do 2º e 3º aditivos, correspondentes em 31 de dezembro de 2004 a R\$2.941.599.

O saldo do Quarto Aditivo tem atualização monetária pela variação do IGP-DI e juros de 8,18% ao ano.

O Governo do Estado amortizará o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de 06/2005 a 06/2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$29.416 e a 61ª no valor de R\$76.482, a valores de 31 de dezembro de 2004.

00245-3 CIA ENER G MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A amortização do débito far-se-á prioritariamente pela retenção de 65,00% dos dividendos e juros sobre o capital próprio devidos ao Governo do Estado. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Excepcionalmente em 2006, R\$30.000 dos dividendos retidos serão utilizados para aquisição, pelo Governo do Estado, de debêntures da CEMIG emitidas em conexão com a construção da usina de Irapé.

A assinatura do quarto aditivo contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social no seu artigo 11, onde são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser atendidas conforme destacamos as principais abaixo:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00%
Investimentos de capital e aquisição de ativos (1)	Menor ou igual a 40,00% do Lajida

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.

(1) Para os exercícios de 2006 e 2007 os índices requeridos serão de 65,00% e 55,00% respectivamente.

Provisão para perdas

Para definição do valor do Quarto Aditivo a ser registrado contabilmente, a Companhia elaborou uma projeção de resultados que não contemplou as novas aquisições de ativos previstas no Plano Diretor, e calculou o fluxo de caixa descontado dos 65,00% de dividendos a serem retidos até o vencimento da última parcela em 2035, utilizando uma taxa livre de desconto de 10,00% ao ano.

Com base nesta avaliação, a Companhia estimou que seria necessária uma provisão para perdas no valor de R\$1.621.877 em 31 de dezembro de 2005, após a atualização do saldo integral com base nas condições do Quarto Aditivo. Considerando a provisão para perdas constituída em 31 de dezembro de 2004 no valor de R\$1.844.893, ocorreu uma reversão de provisão, no exercício de 2005, no valor de R\$223.016.

Os eventos futuros que possam impactar o fluxo de dividendos previstos pela CEMIG são permanentemente monitorados pela Administração, no sentido de analisar a necessidade de se ajustar à provisão para perdas com esse ativo.

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação do Contas a Receber do Contrato da CRC em 2005 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2004	1.096.706
Juros e Variação Monetária	276.734
Amortização do saldo devedor	(77.784)
Reversão da provisão para perdas	223.016
Saldo em 31 de dezembro de 2005	1.518.672
Valor de face do Quarto Aditivo em 31 de dezembro de 2005	3.140.549
Provisão para Perdas	(1.621.877)
Valor líquido registrado em 31 de dezembro de 2005	1.518.672

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2005, após a aprovação pela Assembléia de Acionistas. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$244.427 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, dos quais R\$30.000 referem-se à parcela dos dividendos destinados à aquisição, pelo Estado de Minas Gerais, das debêntures da usina de Irapé, e R\$214.427 deverão ser retidos para quitação de parte dos créditos da CRC vencidos.

Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC")

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC"). O valor de cessão dos créditos foi estabelecido pelo administrador do Fundo, no valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900 milhões de quotas seniores e R\$759 milhões de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras pelo valor de R\$900 milhões, e serão amortizadas em 20 parcelas semestrais, a partir de junho de 2006, com atualização pela variação do CDI + 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG, pelo valor de R\$759 milhões, e correspondem a diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC.

A CEMIG Holding procederá ao registro contábil dessa operação no mês de janeiro de 2006. A diferença entre a avaliação do saldo do Fundo pelo administrador (R\$1.659.125) e a avaliação da CEMIG (R\$1.539.961) será registrada pela Companhia como uma provisão para perdas.

A atualização das quotas subordinadas corresponderá a diferença entre a valorização do FIDC pela projeção dos dividendos a serem retidos até 2035, descontados a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A CEMIG revisará anualmente as suas projeções de resultado de forma a mensurar a necessidade de constituição adicional ou reversão da provisão.

16) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP de dezembro de 2002 a junho de 2005 e nas despesas com COFINS de fevereiro de 2004 a junho de 2005.

Tendo em vista que este aumento na despesa deverá ser ressarcido à Companhia, registrou-se, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Regulatório e em contrapartida foi reduzida a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

Parte do ativo regulatório, no montante de R\$155.619, será ressarcida através das tarifas em 3 anos, contados a partir de 8 de abril de 2005. Os critérios para ressarcimento dos valores restantes serão ainda definidos pela ANEEL.

A Cemig Geração e Transmissão reconheceu, no terceiro trimestre de 2005, uma complementação ao ativo regulatório no valor de R\$24.860 em 31 de dezembro de 2005, referente ao aumento nas despesas com PIS-PASEP/COFINS na atividade de transmissão de energia elétrica. A ANEEL está reembolsando a Companhia através do reajuste nas tarifas de receita de uso da rede ocorrido em julho de 2005.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto				
Cemig Geração e Transmissão	-	-	2.920.207	-
Cemig Distribuição	-	-	2.311.504	-
Infovias	-	-	272.583	253.779
Rosal Energia	-	-	117.499	98.419
Sá Carvalho	-	-	113.446	106.685
GASMIG	-	-	93.764	68.657
Horizontes Energia	-	-	71.614	65.236
Usina Térmica Ipatinga	-	-	72.061	66.538
Cemig PCH	-	-	49.381	49.148
Cemig Capim Branco Energia	-	-	31.050	24.177
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	12.552	8.262
UTE Barreiro	-	-	11.918	9.276
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	6.041	72
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	5.514	11
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	5.473	-
Transchile	-	-	4.186	-
Efficientia	-	-	3.032	2.795
Usina Termelétrica de Cogeração	-	-	2.801	2.658
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	2.671	26
Cemig Trading	-	-	160	40
			6.107.457	755.779
Em Consórcios	967.055	906.899	-	882.720
Ágio na Aquisição de Participação na Infovias	-	-	8.391	9.510
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	-	-	35.547	35.828
Em Outros Investimentos	9.967	9.295	3.535	5.457
	<u>977.022</u>	<u>916.194</u>	<u>47.473</u>	<u>933.515</u>
	<u>977.022</u>	<u>916.194</u>	<u>6.154.930</u>	<u>1.689.294</u>

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2005			Janeiro a dezembro de 2005	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	2.920.207	445.029	468.451
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.311.504	940.623	990.129
Infovias	331.066.000	99,94	331.066	222.763	-	(966)
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	117.499	-	18.888
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	113.446	16.135	22.896
GASMIG	186.030.754	55,19	76.660	169.884	7.769	51.660
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.257	71.614	-	6.378
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	72.061	1.756	7.277
Cemig PCH	1.000	100,00	1	49.381	-	-
Cemig Capim Branco Energia	1.000	100,00	1	31.050	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	40.000	12.552	-	160
UTE Barreiro	1.000	100,00	1	11.918	-	-
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	25.171	25.171	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	5.514	659	5.503
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	22.340	22.340	-	-
Transchile	22.000	49,00	4.186	4.186	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	3.032	-	191
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	2.801	5.455	2.794
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	5.238	-	-
Cemig Trading	10.000	100,00	10	160	-	-

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2004			Janeiro a Dezembro de 2004	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Infovias	331.066.000	99,94	331.066	225.205	-	(18.707)
Rosal Energia.	86.944.467	100,00	86.944	98.419	-	247
Sá Carvalho.	860.000.000	100,00	86.833	106.685	19.543	23.368
GASMIG	186.030.754	55,19	67.543	124.396	9.300	38.338
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.257	65.236	1.211	1.323
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	66.538	6.052	4.407
Cemig PCH.	1.000	100,00	1	49.148	-	-
Cemig Capim Branco Energia	1.000	100,00	1	24.177	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	33.051	33.051	-	-
UTE Barreiro	1.000	100,00	1	9.276	-	-
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	301	301	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim.	1.000	48,50	1	11	-	-
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	1	1	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	2.795	-	(1.409)
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	48,50	1	5.461	-	5.455
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	50	50	-	-
Cemig Trading	10.000	100,00	10	40	-	-

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	31.12.2004	Equivalência Patrimonial	Aportes	Dividendos Propostos	Outros	31.12.2005
Cemig Geração e Transmissão	-	468.451	2.896.785	(445.029)	-	2.920.207
Cemig Distribuição	-	990.129	2.261.998	(940.623)	-	2.311.504
Infovias	253.779	(966)	21.245	-	(1.475)	272.583
Rosal Energia	98.419	18.888	-	-	192	117.499
Sá Carvalho	106.685	22.896	-	(16.135)	-	113.446
GASMIG	68.657	28.512	4.364	(7.769)	-	93.764
Horizontes Energia	65.236	6.378	-	-	-	71.614
Usina Térmica Ipatinga	66.538	7.277	-	(1.756)	2	72.061
Cemig PCH	49.148	-	233	-	-	49.381
Cemig Capim Branco Energia	24.177	-	6.873	-	-	31.050
Companhia Transleste de Transmissão	8.262	160	4.130	-	-	12.552
UTE Barreiro	9.276	-	2.642	-	-	11.918
Companhia Transudeste de Transmissão	72	-	5.969	-	-	6.041
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	11	5.503	427	(659)	232	5.514
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	5.473	-	-	5.473
Transchile	-	-	4.186	-	-	4.186
Efficientia	2.795	191	-	-	46	3.032
Central Termelétrica de Cogeração	2.658	2.794	2.804	(5.455)	-	2.801
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	26	-	2.645	-	-	2.671
Cemig Trading	40	-	120	-	-	160
	755.779	1.550.213	5.219.894	(1.417.426)	(1.003)	6.107.457

Os saldos integrais das controladas em 2005 cuja consolidação foi proporcional são como segue:

	Gasmig	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	Transchile
Ativo						
Circulante	267.256	7.678	2.796	2.986	7.618	3.964
Não Circulante	134.490	116.886	21.349	2.253	17.689	393
Total do ativo	401.746	124.564	24.145	5.239	25.307	4.357
Passivo						
Circulante	227.583	10.279	1.805	1	136	137
Não Circulante	4.279	73.644	-	-	-	-
Patrimônio líquido	169.884	40.641	22.340	5.238	25.171	4.220
Total do passivo	401.746	124.564	24.145	5.239	25.307	4.357
Demonstração do Resultado						
Receita bruta de vendas	480.305	712	-	-	-	-
Deduções da receita bruta	(102.340)	(26)	-	-	-	-
Receita líquida de vendas	377.965	686	-	-	-	-
Custo das vendas	(282.552)	(25)	-	-	-	-
Lucro bruto	95.413	661	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(31.758)	-	-	-	-	-
Despesas financeiras	(4.532)	-	-	-	-	-
Lucro operacional	59.123	661	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(19.463)	(20)	-	-	-	-
Lucro antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	39.660	641	-	-	-	-
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	12.000	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	51.660	-	-	-	-	-

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Investimentos na Infovias

Em 31 de dezembro de 2005, a CEMIG possuía adiantamentos para aumento de capital na Infovias, ainda não integralizados, no montante de R\$49.957 (R\$28.713 em 31 de dezembro de 2004), classificados no saldo de investimentos.

O ágio de R\$9.510 na aquisição da Infovias é atribuível à expectativa de lucratividade futura, calculada sobre o fluxo de caixa projetado. Desta forma, o ágio será amortizado de forma linear no período de janeiro de 2005 a junho de 2012. Na consolidação o valor do ágio foi transferido para o diferido.

A Infovias iniciou suas operações em janeiro de 2001. O negócio telecomunicações irá requerer investimentos adicionais para ser considerado completo e competitivo. Avaliações periódicas da Infovias são realizadas com o objetivo de determinar a sua capacidade de operar seus negócios em bases individuais e lucrativas, assim como de determinar a eventual necessidade de provisão para perdas neste investimento. Atualmente as projeções disponíveis não revelam a necessidade de provisão para perdas.

As principais informações sobre a Infovias são referentes:

- a constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos e manutenção de saldo de ICMS a recuperar, cuja realização se baseia em projeções de lucratividade futura, que dependem da obtenção de resultados tributáveis futuros e da continuidade do seu plano de investimentos e do sucesso do plano de negócios da Sociedade e de sua controlada;
- a dependência de recursos adicionais, de acionistas ou terceiros, para o financiamento das operações da Sociedade e de sua controlada, bem como para assegurar a recuperação de seus ativos pelos valores registrados em suas demonstrações financeiras até que as receitas de suas operações sejam suficientes para absorver estes valores.

Em 22 de dezembro de 2005, a CEMIG, em conjunto com a Infovias, divulgou o interesse em alienar a totalidade da sua participação acionária na Way TV. O processo de alienação tem sua conclusão prevista para o segundo trimestre de 2006.

c) Alienação de 40% do Capital Social da GASMIG – Acordo de cooperação e associação com a Petrobrás

Em 15 de dezembro de 2004, a CEMIG alienou parte de suas ações da GASMIG, representativas de 40,00% do capital social, sendo 39,5% para a TSS Participações S.A., subsidiária da Petrobrás Gás S.A. – (“Gaspetro”), e 0,5% para a Gaspetro, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás (“Petrobrás”), no valor total de R\$153.857 sendo apurado pela CEMIG um ganho na alienação das ações no montante de R\$101.848, registrado no resultado do exercício de 2004 como uma receita não operacional. O valor da alienação foi apurado com base no fluxo de caixa descontado da GASMIG.

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Investimentos na Rosal Energia S.A.

Em 23 de dezembro de 2004, a CEMIG adquiriu as ações correspondentes a 100,00% do capital da Rosal Energia S.A. pelo valor de R\$134.000. Essa empresa possui os direitos de exploração do aproveitamento hidrelétrico, bem como o sistema de transmissão associado, da Usina Hidrelétrica Rosal, com potência instalada de 55 MW.

O valor de aquisição foi definido através de um laudo de avaliação elaborado por empresa de assessoria financeira, com base no fluxo de caixa projetado da Rosal Energia S.A. até o ano de 2032, data do término da concessão.

Foi apurado um ágio de R\$39.496 em função da expectativa de lucratividade futura durante o período da concessão. O ágio será amortizado de forma linear em 10 anos, a partir de janeiro de 2005. Na consolidação, o valor do ágio foi transferido para o diferido.

e) Consórcios

A CEMIG participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado 2005	Consolidado 2004
Controladora				
Em Serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,49	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50%	2,51	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,58	171.856	171.856
Usina de Queimado	82,50%	2,45	193.599	193.599
Depreciação acumulada			(32.174)	(20.893)
Total em operação			427.460	438.741
Em Curso				
Usina de Queimado	82,50%		232	331
Usina de Funil	49,00%		8.411	2.057
Usina de Aimorés	49,00%		499.920	441.591
Usinas Capim Branco I e II em construção	21,05%		31.032	24.179
Total em construção			539.595	468.158
Total Consórcios			967.055	906.899

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	33,33
Usina Igarapava	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina Capim Branco I e II	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	48,43
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMN	12,63

18) – IMOBILIZADO

Em Serviço	Consolidado			
	2005		2004	
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
	15.253.116	(6.857.885)	8.395.231	8.582.551
- Distribuição	7.437.495	(3.395.907)	4.041.588	4.064.141
Intangíveis	7.655	(430)	7.225	13.631
Terrenos	15.744	-	15.744	16.477
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	222.140	(100.112)	122.028	144.617
Máquinas e Equipamentos	7.139.220	(3.259.441)	3.879.779	3.877.574
Veículos	42.151	(25.666)	16.485	9.169
Móveis e Utensílios	10.585	(10.258)	327	2.673
- Geração	5.798.813	(2.542.910)	3.255.903	3.420.685
Intangíveis	85.068	(30.895)	54.173	61.159
Terrenos	138.378	-	138.378	138.381
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.019.083	(1.161.071)	1.858.012	1.920.286
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	699.709	(306.523)	393.186	414.102
Máquinas e Equipamentos	1.851.289	(1.039.512)	811.777	885.681
Veículos	2.450	(2.197)	253	523
Móveis e Utensílios	2.836	(2.712)	124	553

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado			2004
	2005	2005	2005	
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
- Transmissão	1.208.365	(551.714)	656.651	691.826
Intangíveis	7.130	(1.086)	6.044	6.544
Terrenos	2.920	-	2.920	3.344
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	97.392	(45.907)	51.485	56.734
Máquinas e Equipamentos	1.100.317	(504.230)	596.087	624.411
Veículos	45	(43)	2	512
Móveis e Utensílios	561	(448)	113	281
- Administração	374.189	(238.063)	136.126	95.594
Intangíveis	82.229	(42.369)	39.860	33.176
Terrenos	1.766	-	1.766	490
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	53.627	(28.171)	25.456	6.629
Máquinas e Equipamentos	180.391	(117.238)	63.153	52.459
Veículos	33.348	(28.372)	4.976	1.238
Móveis e Utensílios	22.828	(21.913)	915	1.602
- Telecomunicações	381.165	(114.843)	266.322	271.250
Intangíveis	38.582	(13.296)	25.286	28.627
Terrenos	70	-	70	70
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	158	(4)	154	144
Máquinas e Equipamentos	341.630	(101.247)	240.383	241.996
Móveis e Utensílios	725	(296)	429	413
- Gás	53.089	(14.448)	38.641	39.055
Intangíveis	210	-	210	201
Terrenos	36	-	36	20
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.666	(378)	1.288	1.389
Máquinas e Equipamentos	50.851	(13.993)	36.858	37.195
Móveis e Utensílios	326	(77)	249	250
Em Curso	2.393.725	-	2.393.725	1.480.046
- Distribuição	859.881	-	859.881	370.131
- Geração	1.314.977	-	1.314.977	980.356
- Transmissão	82.482	-	82.482	50.165
- Administração	99.934	-	99.934	51.456
- Telecomunicações	3.951	-	3.951	10.240
- Gás	32.500	-	32.500	17.698
Total do Imobilizado	17.646.841	(6.857.885)	10.788.956	10.062.597
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão			(1.890.588)	(1.814.715)
Imobilizado Líquido			8.898.368	8.247.882

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora			
	2005			2004
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	5.654	(3.682)	1.972	7.979.928
- Distribuição	-	-	-	4.064.141
Intangíveis	-	-	-	13.631
Terrenos	-	-	-	16.477
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	144.617
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	3.877.573
Veículos	-	-	-	9.170
Móveis e Utensílios	-	-	-	2.673
- Geração	-	-	-	3.128.756
Intangíveis	-	-	-	551
Terrenos	-	-	-	134.020
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	1.795.473
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	382.004
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	815.658
Veículos	-	-	-	522
Móveis e Utensílios	-	-	-	528
- Transmissão	-	-	-	691.828
Intangíveis	-	-	-	6.543
Terrenos	-	-	-	3.344
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	56.735
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	624.412
Veículos	-	-	-	512
Móveis e Utensílios	-	-	-	282
- Administração	5.654	(3.682)	1.972	95.203
Intangíveis	2.943	(1.572)	1.371	33.121
Terrenos	-	-	-	490
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	6.630
Máquinas e Equipamentos	2.097	(1.529)	568	52.205
Veículos	-	-	-	1.238
Móveis e Utensílios	614	(581)	33	1.519
Em Curso	5.476	-	5.476	1.358.337
- Distribuição	-	-	-	370.131
- Geração	-	-	-	896.056
- Comercialização	-	-	-	40.694
- Administração	5.476	-	5.476	51.456
Total do Imobilizado	11.130	(3.682)	7.448	9.338.265
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	-	-	-	(1.814.715)
Imobilizado Líquido			7.448	7.523.550

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As Obrigações Especiais referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária. Conforme práticas contábeis e regulamentação específicas do setor elétrico brasileiro, os referidos valores não são atualizados ou sujeitos a amortização ou depreciação.

Encontra-se registrado em Imobilizações em Curso – Geração o montante de R\$1.136.570, referente à construção da usina de Irapé (R\$801.959 em 2004).

As principais taxas anuais de depreciação são as seguintes:

	Percentuais	
	2005	2004
Geração		
Hidrelétricas	2,44	2,48
Termelétricas	1,58	2,29
Transmissão	2,98	3,38
Distribuição	4,67	4,92
Administração e outras	9,08	7,71
Telecomunicações	7,94	7,94
Gás	5,96	5,96

19) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	210.495	166.567	-	166.567
Furnas	38.854	31.419	-	31.419
CCEE/MAE	49.561	148.791	-	148.791
Repasse aos Geradores	97.877	118.245	-	118.245
Outros	96.093	45.522	-	45.447
	492.880	510.544	-	510.469
Materiais e Serviços	271.961	165.620	20.202	126.383
	764.841	676.164	20.202	636.852
Não Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Repasse aos Geradores	264.123	245.873	-	245.873
CCEE/MAE	68.966	-	-	-
Outros	3.980	-	-	-
	337.069	245.873	-	245.873

Em função do acordo estabelecido entre a CEMIG, ANEEL e agentes do mercado, os valores devidos a CCEE/MAE deverão ser pagos no prazo de até 50 meses, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. Vide maiores comentários na nota explicativa nº 10.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Circulante				
Imposto de Renda	38.749	100.379	3.665	84.865
Contribuição Social	6.593	39.580	-	34.013
ICMS	232.156	172.556	23.402	167.945
COFINS	42.723	49.478	8.745	48.056
PASEP	8.219	11.117	1.539	10.837
INSS	13.848	8.443	-	8.375
Outros	14.963	13.059	729	11.290
	357.251	394.612	38.080	365.381
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	182.561	66.167	-	66.167
Contribuição Social	65.722	23.820	-	23.820
COFINS	50.252	7.940	-	7.940
PASEP	10.911	4.367	-	4.367
	309.446	102.294	-	102.294
	666.697	496.906	38.080	467.675
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	478.025	320.933	48.679	311.428
Contribuição Social	168.770	112.114	17.524	112.114
COFINS	126.112	117.556	16.330	117.556
PASEP	26.160	22.226	2.893	22.226
	799.067	572.829	85.426	563.324

As obrigações diferidas líquidas estão relacionadas aos ativos e passivos regulatórios e são devidas à medida que estes ativos e passivos são recebidos ou pagos, respectivamente.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21) - EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			31/12/2004
				31/12/2005			
				Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank – N. I	2003/2005	Libor + 4,25	US\$	-	-	-	8.851
ABN AMRO Bank – N. II (3)	2013	6,00	US\$	78	117.035	117.113	-
ABN AMRO Real S.A. III, IV e V (4)	2009	6,35	US\$	17.714	50.910	68.624	77.872
Banco BNL do Brasil S.A.	2004/2005	Libor + 0,50	US\$	-	-	-	13.440
Banco do Brasil – A. – Bônus Diversos VI (1)	1997/2024	Diversas	US\$	19.063	138.564	157.627	210.990
Banco do Brasil S.A. I	2005	1,30	JPY	-	-	-	80.511
Banco do Brasil S.A. II (5)	2009	3,90	JPY	67	76.929	76.996	100.684
Banco Itaú – S.A. I	2004/2007	Libor + 3,25	US\$	-	-	-	113.630
Banco Itaú – S.A. II	2005	Diversas	US\$	-	-	-	83.057
Banco Paribas II	2002/2012	5,89	EURO	3.562	16.962	20.524	-
Banco Paribas I e III	2008/2013	Libor + 1,875	US\$	947	67.956	68.903	-
Banco Interamericano de Desenvolvimento– BID I e II	1984/2006	7,67	US\$+UC	5.059	-	5.059	18.390
Citibank N.A.	2003/2005	Libor + 4,25	US\$	-	-	-	6.898
KFW	2001/2016	4,50	EURO	1.826	18.264	20.090	28.648
Siemens LTDA.	2003/2005	9,97	US\$	-	-	-	21.575
UNIBANCO II, III e VII (6)	2007/2009	6,50	US\$	375	167.690	168.065	190.593
UNIBANCO VIII (7)	2009	5,50	US\$	33	4.772	4.805	5.448
UNIBANCO IV e IX (8)	2009	5,00	US\$	87	20.089	20.176	22.879
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2017/2025	5,00 A 12,00	US\$	101	14.709	14.810	-
Banco do Nordeste do Brasil	2025	12,00	US\$	-	3.702	3.702	-
MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO	2002/2008	Libor + 5,45	US\$	14.693	22.307	37.000	57.963
Toshiba do Brasil S.A.	2002/2009	Libor + 6,00	US\$	3.480	8.054	11.534	16.266
Outros	1997/2007	Diversas	Diversas	1.996	1.409	3.405	61.927
Dívida em Moeda Estrangeira				69.081	729.352	798.433	1.119.622
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A. I e III (9)	2006	100,00 do CDI	R\$	66.220	-	66.220	66.236
Banco Credit Suisse First Boston S.A. II (10)	2010	106,00 do CDI	R\$	313	75.000	75.313	-
Banco do Brasil III e VII	2009	111,00 do CDI	R\$	2.906	118.820	121.726	121.462
Banco do Brasil IV e VIII	2013	CDI + 1,70	R\$	6.569	109.276	115.845	-
Banco do Brasil V e IX	2013	107,60 do CDI	R\$	15.385	126.001	141.386	-
Banco Itaú – BBA V	2008	IGP-M + 10,48	R\$	2.497	158.443	160.940	225.599
Banco Itaú – BBA III e VI	2008	CDI + 2,00	R\$	3.207	100.000	103.207	103.100
Banco Itaú – BBA IV e VII	2013	CDI + 1,70	R\$	20.622	300.862	321.484	-
Banco Votorantim S.A. I e III	2010	113,50 do CDI	R\$	4.631	54.371	59.002	54.489
Banco Votorantim S.A. II e IV	2013	CDI + 1,70	R\$	8.432	101.316	109.748	-
Banco WESTLB do Brasil	2008	IGP-M + 10,48	R\$	2.290	39.611	41.901	-
BNDES	2003/2008	SELIC + 1,00	R\$	121.567	170.813	292.380	390.125
Bradesco I	2005	107,50 do CDI	R\$	-	-	-	218.256
Bradesco II e III	2013	CDI + 1,70	R\$	29.388	377.253	406.641	-
Debêntures I	2005/2006	IGP-M + 12,70	R\$	500.596	-	500.596	988.998
Debêntures II	2009	CDI + 1,20	R\$	10.471	349.556	360.027	-
Debêntures III – Governo do Estado de M. G.	2027/2030	IGP-M	R\$	-	102.743	102.743	79.001
Debêntures IV	2014	IGP-M + 10,50	R\$	15.031	248.885	263.916	260.680
ELETROBRÁS I e III	2008/2013	FINEL + 8,00 e 8,50	R\$	17.613	93.480	111.093	125.509
ELETROBRÁS II	2005	IGP-M + 12,00	R\$	4.631	-	4.631	51.959
ELETROBRÁS IV	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,50	R\$	30.499	106.053	136.552	161.512
Grandes Consumidores – C.V.R.D.	1982/2011	Diversas	R\$	3.884	3.669	7.553	8.969
Santander I e II	2013	CDI + 1,70	R\$	1.753	79.674	81.427	-
HSBC	2005	104,00 do CDI	R\$	-	-	-	32.512
UHESC S.A	2005	IGPM + 14,66	R\$	-	-	-	63.023
UNIBANCO V	2009	CDI + 2,98	R\$	3.858	104.095	107.953	107.800
UNIBANCO VI e X,	2013	CDI + 1,70	R\$	14.994	303.010	318.004	-
UNIBANCO I (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	8.713	73.587	82.300	-
Outros	1994/2010	Diversas	R\$	19.780	24.732	44.512	59.631
Dívida em Moeda Nacional				915.850	3.221.250	4.137.100	3.118.861
Fundo Vinculado				-	-	-	(20.674)
Total Geral Consolidado				984.931	3.950.602	4.935.533	4.217.809

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;
libor semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano.
- (2) Empréstimos da controladora
- (3) a (10) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 2,00% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,09% a.a.; CDI + 2,81% a.a. e CDI + 2,65% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.; (9) variação cambial ou 60,00% do CDI, o que for maior; e, (10) variação cambial ou 48,00% do CDI, o que for maior.

Para as debêntures da Companhia com possibilidade de vencimento antecipado em novembro de 2005, foi oferecido aos debenturistas, em outubro, a oportunidade de mudar a remuneração da 1ª série das debêntures, de IGPM + 12,70% a.a. para CDI + 1,20% a.a., estabelecendo o vencimento em novembro de 2009. Como resultado, 71,5% das debêntures em circulação (equivalente a R\$350,5 milhões) foram repactuadas nas novas condições. As demais debêntures (28,5% ou R\$139,5 milhões) foram resgatadas e serão mantidas em tesouraria até nova revenda.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Moedas				
Dólar Norte-Americano	674.000	856.759	-	782.530
Euro	40.614	60.969	-	60.969
Unidade de Conta (cesta de moedas)	5.059	18.389	-	18.389
Yen	76.996	181.195	-	181.195
Outras	1.764	2.310	-	2.310
	798.433	1.119.622	-	1.045.393
Indexadores				
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	1.077.288	1.675.859	-	1.675.859
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	111.093	125.509	-	125.509
Unidade Fiscal de Referência – UFIR	136.552	161.512	-	161.512
Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC	292.380	390.125	-	390.125
Certificado de Depósito Interbancário – CDI	2.470.283	703.855	82.300	703.855
Outros	49.504	62.001	-	59.340
	4.137.100	3.118.861	82.300	3.116.200
Fundos Vinculados				
Taxa do CDI – Certificado de Depósito Interbancário	-	(20.674)	-	(20.674)
	-	(20.674)	-	(20.674)
	4.935.533	4.217.809	82.300	4.140.919

A distribuição anual da amortização das dívidas de longo prazo é a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
2006	-	839.874	-	824.338
2007	420.219	461.916	-	446.859
2008	440.739	436.998	-	421.941
2009	775.498	436.159	-	428.631
2010	551.571	97.194	18.397	97.194
2011	407.019	42.807	18.397	42.807
2012	397.659	34.094	18.397	34.094
De 2013 em diante	957.897	451.476	18.396	451.476
	3.950.602	2.800.518	73.587	2.747.340

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação acumulada em 2005 %	Variação acumulada em 2004 %	Indexadores	Variação acumulada em 2005 %	Variação acumulada em 2004 %
Dólar Norte-Americano	(11,82)	(8,74)	IGP-M	1,21	12,41
Euro	(23,50)	(0,85)	FINEL	0,24	2,38
Yen	(23,43)	(7,02)	CDI	18,15	17,46
Unidade de Conta	(17,44)	2,81	SELIC	18,24	17,50

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Saldo no início do exercício	4.217.809	3.991.040	4.140.919	3.887.416
Transferência para Controladas	-	-	(4.098.570)	-
Financiamentos obtidos	1.556.110	1.545.908	73.587	1.545.493
Variação monetária e cambial	(133.466)	93.072	1.205	92.149
Encargos financeiros provisionados	593.282	416.087	19.176	407.009
Encargos financeiros pagos	(500.328)	(383.435)	(19.418)	(374.011)
Amortização de financiamentos	(818.548)	(1.424.189)	(55.273)	(1.396.463)
	4.914.859	4.238.483	61.626	4.161.593
Resgate (Aplicação) em Fundos Vinculados	20.674	(20.674)	20.674	(20.674)
Saldo no final do exercício	4.935.533	4.217.809	82.300	4.140.919

As captações de recursos consolidadas durante o exercício de 2005 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Nacional			
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00% do CDI	75.000
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60% do CDI	126.001
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70% a.a.	109.276
Banco Itaú BBA	2013	CDI + 1,70% a.a.	300.865
Banco Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70% a.a.	79.673
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70% a.a.	101.315
Bradesco	2013	CDI + 1,70% a.a.	151.429
Debêntures Governo do Estado de Minas Gerais	2030	IGP-M	22.500
FINEP	2010	URTJ + 10% a.a.	69
União de Bancos Brasileiros S.A. - UNIBANCO	2013	CDI + 1,70% a.a.	376.596
			1.342.724

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Estrangeira			
ABN AMRO Bank	2013	6,00% a.a.	117.745
BNP Paribás	2010	Libor +1,875% a.a.	74.356
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2017/2025	5,00 a 12,00% a.a.	14.709
Banco do Nordeste do Brasil	2025	12,00% a.a.	3.702
Outras	2005/2006	Diversas	2.874
			213.386
Total de Captações			1.556.110

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A CEMIG possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”). Algumas destas cláusulas restritivas não foram atendidas, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 31.12.2005
Cemig Distribuição Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%	64,73%
Cemig Geração e Transmissão EBITDA/Juros	Maior ou igual a 2,8	2,79
Infovias Serviço da Dívida/EBITDA	Maior ou igual a 1,3	1,10

A CEMIG obteve dos seus credores o consentimento de que não irão exercer seus direitos de exigir o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2006 para os financiamentos da Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão. Para o financiamento da Infovias, o prazo é até 30 de junho de 2006. Estes financiamentos estão classificados como Passivo Circulante e Não Circulante, de acordo com os termos originais do contrato, tendo em vista a obtenção dos referidos consentimentos.

22) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Reserva Global de Reversão – RGR	32.838	41.875	-	41.796
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	6.275	35.840	-	35.840
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	23.456	18.368	-	18.368
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207	-	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.072	1.599	-	1.594
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	143.287	-	-	-
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	635	-	-	-
	209.770	98.889	-	98.805

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes e beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A partir de 1º de janeiro de 2005, com a desverticalização da CEMIG, os planos de previdência da FORLUZ passaram a ser patrocinados pela CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição. As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição nos percentuais de 4,92%, 22,63% e 72,45%, respectivamente, determinados em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A FORLUZ disponibiliza a seus associados os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários – Plano de contribuição definida para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos associados, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 30% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 70% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R\$1.316.320, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes aposentados que optaram por este plano e os saldos, na data de opção, dos participantes ativos que optaram pela migração do Plano de Benefício Definido para o Plano Misto, descrito anteriormente.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos últimos anos de atividade do empregado nas Patrocinadoras em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Estão inscritos neste plano, em 31 de dezembro de 2005, 23 ativos e 251 aposentados/pensionistas.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial consolidada com benefícios pós-emprego no montante de R\$1.524.482 em 31 de dezembro de 2005 (R\$1.554.943 em 31 de dezembro de 2004) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas mencionadas e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo IPCA do IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que a FORLUZ venha a apresentar pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas conforme previsto contratualmente.

Em função do mencionado no parágrafo anterior, o superávit obtido pela FORLUZ no exercício de 2005, no montante de R\$143 milhões, será utilizado para amortização do saldo devedor da dívida reconhecida.

Tendo em vista esta possibilidade de redução da dívida negociada com a Forluz, o passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2005 conforme consta de laudo preparado por atuário externo em conformidade a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, estão apresentados a seguir:

	Consolidado		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	4.357.365	323.382	186.010
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	631.159	103.526	108.556
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	4.988.524	426.908	294.566
Valor Justo dos Ativos do Plano	(3.572.249)	(30.210)	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	1.416.275	396.698	294.566
Ganhos (Perdas) Atuariais não Reconhecidos	(463.133)	(132.859)	56.161
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	(102.638)	(9.704)	(9.686)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	850.504	254.135	341.041

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	214.382	15.910	9.151
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	31.053	5.094	5.341
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	245.435	21.004	14.492
Valor Justo dos Ativos do Plano	(175.755)	(1.486)	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	69.680	19.518	14.492
Ganhos (Perdas) Atuariais não Reconhecidos	(23.842)	(6.541)	632
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	(5.050)	(477)	(475)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	40.788	12.500	14.649

Os ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos referentes ao Seguro de Vida e Plano de Saúde que excederam a 10,00% das obrigações atuariais nos montantes de R\$26.622 e (R\$90.169), respectivamente, serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos, a partir de 2006, sendo este o tempo médio de serviço futuro dos participantes ativos.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2004	1.016.306	228.514	308.461
Despesa Reconhecida no Resultado	63.849	48.379	41.243
Contribuições Pagas	(229.651)	(22.757)	(8.664)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2005	850.504	254.136	341.040
Passivo Circulante	125.259	26.646	9.098
Passivo Não Circulante	725.245	227.490	331.942

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2004	1.016.306	228.514	308.461
Valor transferido para Controladas em 1º de Janeiro de 2005	(966.304)	(217.272)	(293.284)
Despesa Reconhecida no Resultado	3.142	2.380	2.030
Contribuições Pagas	(12.356)	(1.122)	(2.558)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2005	40.788	12.500	14.649
Passivo Circulante	6.163	1.311	2.686
Passivo Não Circulante	34.625	11.189	11.963

Os valores registrados no circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG em 2005 para amortização das obrigações atuariais.

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2005 são como segue:

	Consolidado		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	7.321	26.411	4.896
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	490.601	42.542	34.832
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(436.963)	(5.392)	-
Perdas Atuariais Não Reconhecidas	-	5.842	-
Perdas Decorrentes de Alterações no Plano	2.987	1.516	1.515
Contribuição dos Empregados	(97)	(22.540)	-
Despesa em 2005	63.849	48.379	41.243

	Controladora		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	360	1.299	241
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	24.138	2.093	1.714
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(21.497)	(265)	-
Perdas Atuariais Não Reconhecidas	-	287	-
Perdas Decorrentes de Alterações no Plano	146	75	75
Contribuição dos Empregados	(5)	(1.109)	-
Despesa em 2005	3.142	2.380	2.030

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2006 é como segue:

	Consolidado		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	6.154	25.887	4.701
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	544.321	45.164	32.848
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(506.165)	(3.675)	-
Perdas atuariais Não Reconhecidas	-	8.108	(2.475)
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	13.870	1.517	1.514
Contribuição dos Empregados	(121)	(21.538)	-
Despesa em 2006	58.059	55.463	36.588

	Controladora		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	303	1.274	172
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	26.781	2.222	1.620
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(24.970)	(181)	-
Perdas atuariais Não Reconhecidas	-	399	-
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	682	75	74
Contribuição dos Empregados	(6)	(1.060)	-
Despesa em 2006	2.790	2.729	1.866

As principais premissas atuariais na data dos balanços são conforme segue:

	Real	Nominal
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial	6,00%	11,30%
Taxa Anual de Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	9,00%	14,45%
Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo	-	5,00%
Índice Anual Estimado de Aumentos Salariais Futuros	2,00%	7,10%
Taxa Anual de Crescimento Real dos Benefícios de Renda Continuada	-	5,00%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral		AT - 83
Tábua Biométrica de Entrada de Invalidez		Light Medium
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos		IAPB-57
Taxa Anual de Rotatividade Esperada		2,00%

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos, se houver, não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da CEMIG.

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia constituiu provisões para perdas, como segue:

	Consolidado			
	2005		2004	
	Valor da Provisão		Valor da Provisão	
	No exercício	Acumulada	No exercício	Acumulada
Trabalhistas				
Diversos	2.707	113.509	20.511	110.802
Cíveis				
Danos Pessoais	13.713	35.503	3.555	21.790
Majoração Tarifária	27.051	132.160	8.034	105.109
Outras	(758)	31.058	22.604	31.816
	40.006	198.721	34.193	158.715
Fiscais				
FINSOCIAL	525	21.009	448	20.484
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	(22.740)	37.626	30.533	60.366
Contribuição Social incidente sobre Correção Monetária Complementar	(68.868)	-	17.350	68.868
Outras	(826)	2.524	(1.348)	3.350
	(91.909)	61.159	46.983	153.068
Regulatórios				
Processos Administrativos da ANEEL	331	5.585	5.254	5.254
Total	(48.865)	378.974	106.941	427.839

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores facturados questionados e com base em decisões judiciais recentes.

(b) Contribuição Social incidente sobre Correção Monetária Complementar

A CEMIG deduziu quotas de depreciação, amortização e baixas da correção monetária complementar do imobilizado para fins de cálculo da Contribuição Social até 31 de dezembro de 2005.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O montante estimado do risco estava integralmente provisionado até 31 de dezembro de 2004. Entretanto, a Companhia revisou a sua expectativa de perda em 2005 e decidiu pelo estorno integral da provisão.

(c) Finsocial

Em 1994, a CEMIG foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em decorrência da exclusão do ICMS da base de cálculo do Finsocial, contribuição incidente sobre o faturamento extinta em 1992. O montante estimado do risco está integralmente provisionado.

A Companhia está discutindo em juízo uma outra ação envolvendo o Finsocial, no montante atualizado de R\$166.541. Foi efetuado um depósito em juízo e uma provisão para perdas ambas pelo valor histórico correspondente a R\$983. Caso a Companhia venha a incorrer em perdas nesta ação, esta será equivalente ao valor presente da ação deduzido o valor provisionado. Da mesma forma, a Cemig terá uma receita financeira equivalente a diferença entre o valor atualizado do depósito e o valor originalmente depositado, o que compensaria o aumento na provisão para perda.

(d) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade. O valor total estimado dessas reclamações é de R\$141.886 em 31 de dezembro de 2005 (R\$138.503 em 31 de dezembro de 2004). A CEMIG estima os valores provisionados com base na natureza dos grupos de questionamento e em decisões judiciais recentes.

(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R\$37.626 (R\$60.366 em 31 de dezembro de 2004) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(f) Processos Administrativos da ANEEL

A CEMIG foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de índices de qualidade no atendimento aos consumidores e outras matérias. A CEMIG recorreu, na esfera administrativa, contra as multas impostas, sendo que as provisões em 31 de dezembro de 2005 representam a estimativa de perdas nestas questões.

(g) Outros

Outros passivos contingentes provisionados referem-se a questionamentos envolvendo o Governo Federal, sobre a discussão da constitucionalidade de certos tributos federais e outras reclamações, consideradas normais ao curso das operações.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(h) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG discute em juízo outras ações para as quais considera ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$281.889, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, no montante histórico de R\$26.631. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional de R\$238.748. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Desta forma, não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais processou a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD referente às contribuições de consumidores cujo montante, em 31 de dezembro de 2005 é R\$105.491. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. Considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(iii) Atos da Agência Reguladora

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$626.602, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor de R\$516.246, a ser liquidado pela Companhia até 30 de janeiro de 2004. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

(iv) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e o promotor público do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. Não é possível, até a presente data, estimar o montante envolvido nestas reclamações, sendo a expectativa de perda nesta ação como possível.

A Companhia é ré em processo questionando a cobrança da contribuição de iluminação pública. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, pois considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

A Companhia está sendo questionada, em conjunto com a Companhia Vale do Rio Doce (“CVRD”), Comercial e Agrícola Paineiras e Companhia Mineira de Metais, através de uma ação movida pelos cidadãos do Estado de Minas Gerais. A ação tem por objetivo anular as licenças ambientais concedidas para as usinas hidrelétricas de Capim Branco I e Capim Branco II. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

25) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

(a) Capital Social

As ações do capital social integralizado têm valor nominal de R\$0,01 por ação e estão assim distribuídas:

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2005					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	36.116.304.884	51	97.065	-	36.116.401.949	22
Outras Entidades do Estado	9.351.410	-	1.816.568.278	2	1.825.919.688	1
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	23.362.956.173	33	-	-	23.362.956.173	14
Outros -						
No País	7.246.506.670	10	26.224.858.218	29	33.471.364.888	21
No Exterior	4.139.048.786	6	63.238.127.541	69	67.377.176.327	42
Total	70.874.167.923	100	91.279.651.102	100	162.153.819.025	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2004					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	36.116.291.643	51	102	-	36.116.291.745	22
Outras Entidades do Estado	212.771.605	-	2.771.169.007	3	2.983.940.612	2
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	23.362.956.173	33	-	-	23.362.956.173	14
Outros -						
No País	8.203.904.293	12	31.830.154.771	35	40.034.059.064	25
No Exterior	2.978.244.209	4	56.678.327.222	62	59.656.571.431	37
Total	70.874.167.923	100	91.279.651.102	100	162.153.819.025	100

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997 com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais anulou o referido acordo de acionistas em 2003. Os recursos impetrados pela Southern estão em tramitação na Justiça Federal.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2005	2004
Reservas de Capital-		
Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio	1.313.220	1.313.220
Doações e Subvenções para Investimentos	2.650.898	2.650.898
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	6	6
Ações em Tesouraria	(1.132)	(1.132)
	4.032.222	4.032.222
Reservas de Lucros-		
Reserva Estatutária	422.929	-
Reserva de Retenção de Lucros	980.873	1.570.502
Reserva Legal	100.170	-
	1.503.972	1.570.502

A Reserva de Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio refere-se aos juros sobre o capital próprio utilizado na construção de bens e instalações, sendo registrada no Imobilizado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. A partir do exercício de 1999, a CEMIG decidiu não mais constituir esta Reserva.

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se basicamente a compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela CEMIG até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época. Os recursos foram utilizados na amortização de diversas obrigações com o Governo Federal e o saldo remanescente originou o contrato da CRC.

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos aos acionistas em função, basicamente, do atendimento as necessidades de recursos da Companhia para aplicação em investimentos.

A Reserva Estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da CEMIG na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) Dividendos

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do patrimônio líquido das ações. Vide cálculo dos dividendos mínimos estatutários para as ações preferenciais a seguir.

As ações do capital social da CEMIG, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

A Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas em 13 de dezembro de 2004 alterou o percentual do lucro a ser distribuído como dividendo obrigatório, de 25% para 50%.

Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício de 2005 e 2004 está demonstrado a seguir:

Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais	Controladora	
	2005	2004
Valor Nominal das Ações Preferenciais	912.797	912.797
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	91.280	91.280
Valor do Patrimônio Líquido	7.184.855	7.251.385
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido	56,29%	56,29%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	4.044.355	4.081.805
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	121.331	122.454
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	121.331	122.454

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora	
	2005	2004
Dividendos Obrigatórios		
Lucro Líquido do Exercício	2.003.399	1.384.801
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	<u>1.001.699</u>	<u>692.400</u>
Dividendos Líquidos Propostos-		
Juros sobre Capital Próprio	635.000	510.000
Dividendos Complementares	<u>461.949</u>	<u>258.900</u>
	1.096.949	768.900
(-) Imposto de Renda Retido na fonte sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio	<u>(61.274)</u>	<u>(45.926)</u>
Total	<u>1.035.675</u>	<u>722.974</u>
Total do Dividendo para Ações Preferenciais	617.473	432.814
Total do Dividendo para Ações Ordinárias	479.476	336.086
Dividendos Líquidos por lote de mil ações – R\$		
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	1,33	1,34
Dividendo Obrigatório	6,18	4,28
Dividendos Propostos	6,39	4,46

O saldo remanescente do Lucro Líquido Ajustado, no valor de R\$806.280, terá a seguinte destinação proposta a Assembléia Geral de Acionistas a realizar-se em abril de 2006: R\$422.929 transferidos para a conta de Reserva Estatutária e R\$383.351 alocados na Reserva de Retenção de Lucros.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos ou creditados aos acionistas, que no caso da CEMIG foram calculados em 2005 com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido ajustado. A data e a forma de pagamento dos juros sobre o capital próprio aprovados serão definidas posteriormente.

Os benefícios fiscais decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio de R\$635.000 (R\$510.000 em 2004) foram de R\$215.900 (R\$173.400 em 2004), reconhecidos no resultado do exercício.

Dividendos Extraordinários

Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, a partir do exercício de 2005, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa o permitir, a Companhia poderá fazer a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração, devendo ser observadas as diretrizes do Plano Diretor da Companhia.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O Conselho de Administração da Companhia, em 07 de dezembro de 2005, decidiu pelo pagamento de dividendos extraordinários no montante de R\$897.000, correspondentes a R\$5,53 por lote de mil ações, para todos os acionistas constantes do Livro de Registro de Ações Nominativas em 16 de janeiro de 2006. O pagamento foi efetivado em 27 de janeiro de 2006.

Dividendos complementares de 2004

A Companhia efetuou o pagamento dos dividendos referentes ao exercício de 2004 no valor bruto de R\$692.400, por considerar que o montante mencionado atendia ao critério para cálculo do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no seu Estatuto, correspondente a 50,00% do lucro líquido do exercício.

Entretanto, alguns acionistas minoritários questionaram o critério adotado pela Companhia, entendendo que os juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos mínimos obrigatórios deveriam ser considerados líquidos do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"). Ou seja, o valor de R\$692.400 deveria ser líquido do IRRF.

A CVM, em resposta à consulta da Companhia, confirmou o entendimento dos acionistas minoritários. Desta forma, a CEMIG irá proceder em 2006 o pagamento dos dividendos complementares referentes ao exercício de 2004, em data ainda a ser divulgada, no valor correspondente a R\$76.500, correspondente a R\$0,47 por lote de mil ações.

26) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não auditado)					
	Nº de Consumidores		MWh		R\$	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Residencial	4.927.966	4.830.935	6.589.664	6.525.884	3.125.036	2.650.066
Industrial	69.207	68.265	23.471.857	23.071.283	2.920.251	3.561.787
Comércio, Serviços e Outros	537.656	530.158	3.754.005	3.537.087	1.542.184	1.259.318
Rural	417.026	388.445	1.940.701	1.846.415	483.493	395.903
Poder Público	47.731	46.373	570.536	527.081	224.308	178.826
Iluminação Pública	2.224	2.102	1.022.433	1.004.491	250.656	214.509
Serviço Público	7.400	7.305	981.016	966.425	236.980	199.019
Sub-Total	6.009.210	5.873.583	38.330.212	37.478.666	8.782.908	8.459.428
Consumo Próprio	769	1.324	28.897	54.674	-	-
Subvenção para Consumidores de						
Baixa Renda	-	-	-	-	116.359	66.410
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	19.513	39.727
	6.009.979	5.874.907	38.359.109	37.533.340	8.918.780	8.565.565
Suprimento a Outras Concessionárias	8	5	1.254.762	363.832	113.859	25.120
Transações com energia na CCEE/MAE	-	-	-	-	123.392	11.680
Total	6.009.987	5.874.912	39.613.871	37.897.172	9.156.031	8.602.365

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora					
	(Não auditado)					
	Nº de Consumidores		MWh		R\$	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Residencial	-	4.830.935	-	6.525.884	-	2.650.066
Industrial	-	68.257	-	22.187.979	-	3.484.033
Comércio, Serviços e Outros	-	530.158	-	3.537.087	-	1.259.318
Rural	-	388.445	-	1.846.415	-	395.903
Poder Público	-	46.373	-	527.081	-	178.826
Iluminação Pública	-	2.102	-	1.004.491	-	214.509
Serviço Público	-	7.305	-	966.425	-	199.019
Sub-Total	-	5.873.575	-	36.595.362	-	8.381.674
Consumo Próprio	-	1.324	-	54.674	-	-
Subvenção para Consumidores de						
Baixa Renda	-	-	-	-	-	66.410
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	-	39.587
	-	5.874.899	-	36.650.036	-	8.487.671
Suprimento a Outras Concessionárias	-	5	-	363.832	-	24.647
Transações com energia na CCEE/MAE	-	-	-	-	-	11.673
Total	-	5.874.904	-	37.013.868	-	8.523.991

Reajuste Tarifário

As tarifas da Cemig Distribuição tiveram um reajuste médio de 23,88% a partir de 8 de abril de 2005. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo com o objetivo de eliminar gradualmente, conforme nota da ANEEL, os subsídios cruzados existentes entre grupos de consumo. Exemplificando, os consumidores residenciais tiveram um percentual de aumento de 18,48% em suas contas de energia comparado a um aumento de 25,14% para os consumidores de alta tensão, com consumo superior a 230 KV.

Para os consumidores livres da Cemig Geração e Transmissão e outras controladas, são celebrados contratos individuais indexados principalmente à variação do IGP-M e do dólar norte-americano.

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras – “ELETROBRÁS” reembolsa as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27) – RECEITA DE USO DA REDE

A partir de janeiro de 2005, parcela representativa dos grandes consumidores industriais passaram a condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores através da Cemig Geração e Transmissão. Desta forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres passaram a ser cobrados separadamente, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede”. Em 2004, os valores da TUSD compunham a receita total com fornecimento de energia elétrica.

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
TUSD	1.200.551	-	-	-
Receita de uso da Rede Básica	313.173	243.174	-	243.174
Outros	9.062	1.243	-	1.243
	1.522.786	244.517	-	244.517

28) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Fornecimento de Gás	265.093	408.050	-	-
Subvenção da Conta de Consumo de Combustível	2.730	18.338	-	18.338
Serviço Taxado	11.167	8.626	-	8.626
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	92.190	62.036	-	-
Outras Prestações de Serviços	25.928	20.769	-	19.030
Aluguel e Arrendamento	30.861	23.403	2.558	23.403
Outras	4.817	1.312	-	1.315
	432.786	542.534	2.558	70.712

A redução na receita com fornecimento de gás decorre da alienação de 40% do capital da Gasmig em dezembro de 2004, a qual passou a ser consolidada proporcionalmente a partir de 2005, conforme Nota Explicativa nº. 4.

29) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
ICMS	2.203.388	1.783.473	-	1.703.731
COFINS	792.583	433.139	-	409.966
Reserva Global de Reversão – RGR	102.861	204.375	-	203.473
PIS-PASEP	187.290	47.631	19	42.305
Encargo de Capacidade Emergencial	175.618	280.455	-	275.690
Encargo de Aquisição de Energia Emergencial	15	11.305	-	11.076
Outras	5.237	3.083	-	473
	3.466.992	2.763.461	19	2.646.714

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Cemig Distribuição recolhe o ICMS incidente sobre a RTE em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

30) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Pessoal	840.925	805.718	50.137	791.849
Pessoal – Administradores e Conselheiros	5.553	3.279	4.178	3.226
Participações dos Empregados nos Resultados	259.805	110.101	11.921	109.373
Obrigações Pós-Emprego	153.471	106.909	7.552	106.909
Materiais	95.061	82.961	569	77.053
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	852	17.561	-	17.561
Serviços de Terceiros	422.600	333.508	14.196	326.104
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.454.930	1.372.752	-	1.372.676
Depreciação e Amortização	594.598	583.652	545	536.796
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	145.132	108.023	-	106.595
(Reversão) Provisões Operacionais	127.341	158.866	(10.786)	157.351
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	415.907	292.147	-	292.147
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	640.733	538.386	-	538.332
Gás Comprado para Revenda	155.948	259.795	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	296.034	237.863	-	237.863
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	309.425	104.271	31.259	104.271
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	210.965	20.419	-	19.981
Outras Despesas Líquidas	212.500	166.175	1.645	136.045
	6.341.780	5.302.386	111.216	4.934.132

DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Remunerações e Encargos	790.596	797.854	37.207	784.511
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	67.979	37.266	3.094	37.266
Benefícios Assistenciais	83.269	79.809	2.625	77.674
	941.844	914.929	42.926	899.451
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(115.687)	(121.337)	(5.842)	(119.728)
	826.157	793.592	37.084	779.723
Programa de Desligamento Incentivado – PDI	14.768	12.126	13.053	12.126
	840.925	805.718	50.137	791.849

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NOS RESULTADOS

A CEMIG e suas controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão utilizaram como critério geral para pagamento da participação dos empregados nos resultados dos exercícios de 2005 e 2004 um percentual de 3% do resultado operacional, ajustado por alguns itens definidos pela ANEEL na Prestação Anual de Contas – PAC. Adicionalmente, nos dissídios coletivos em novembro de 2005 e 2004 foram acordados com os sindicatos os pagamentos de parcelas adicionais de R\$184.017 e R\$47.853 respectivamente.

Em conformidade com os referidos acordos, as participações nos resultados do exercício de 2005 e 2004 da Controladora e suas Controladas mencionadas, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, corresponderam a R\$259.805 e R\$110.101 respectivamente. As parcelas adicionais, mencionadas no parágrafo anterior, foram pagas dentro do próprio exercício.

SERVIÇO DE TERCEIROS	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas			-	76.348
Comunicação	84.254	76.349		
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	49.380	45.850	1.140	44.362
Conservação e Limpeza de Prédios			-	48.539
Mão de Obra Contratada	78.527	54.732		
Fretes e Passagens	27.187	21.370	55	21.054
Hospedagem e Alimentação	13.302	15.025	13	12.018
Vigilância	3.065	3.922	196	3.645
Consultoria	15.445	14.927	305	14.488
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	13.785	13.484	13	13.348
Manutenção e Conservação de Veículos	17.690	9.239	6.245	7.571
Corte e Religação	17.918	18.050	83	18.032
Outros	4.428	4.597	-	4.595
	16.362	8.736	-	8.736
	81.257	47.227	6.146	53.368
	422.600	333.508	14.196	326.104

ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Energia de Itaipu Binacional	825.030	1.116.606	-	1.116.606
Energia de curto prazo	22.710	41.233	-	41.233
Encargos do serviço de sistema	67.156	85.528	-	85.528
Contratos Iniciais	150.873	107.546	-	107.546
Energia de Leilão	371.337	-	-	-
Outros	17.824	21.839	-	21.763
	1.454.930	1.372.752	-	1.372.676

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Prêmio de Aposentadoria	7.944	6.406	(2.896)	6.406
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	54.859	62.959	(44.784)	61.863
Contingências Trabalhistas	2.707	20.511	(1.632)	20.511
Processos Administrativos da ANEEL	331	5.254	331	5.254
Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	20.462	23.926	20.462	23.926
Cíveis – Majoração Tarifária	28.421	15.056	28.421	15.056
Bônus Pagos aos Consumidores durante o Racionamento	-	23.449	-	23.449
Outras	12.617	1.305	(10.688)	886
	127.341	158.866	(10.786)	157.351

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (“P & D”)

Conforme regulação do setor elétrico, as empresas de distribuição e geração de energia elétrica devem investir o percentual de 1,00% da sua receita líquida em programas de eficiência energética e P&D. Alguns programas de eficiência energética e P&D relacionados a receitas de períodos anteriores ainda não foram concluídos pelos agentes do setor elétrico, existindo ainda gastos a serem realizados. Este atraso decorre do tempo utilizado na elaboração dos projetos e aprovação pela ANEEL.

Em atendimento a instrução da ANEEL, a CEMIG reconheceu como despesa no resultado do exercício de 2005 das controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição os gastos a serem realizados e para os quais já recebeu a tarifa correspondente em exercícios anteriores, no valor de R\$185.430 mil.

Deve ser ressaltado que caso não tivesse ocorrido a desverticalização da CEMIG, essa despesa teria sido contabilizada diretamente contra o Patrimônio Líquido, como ajuste de exercícios anteriores, em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil.

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Arrendamentos e Aluguéis	42.459	33.668	166	23.178
Propaganda e Publicidade	30.006	19.808	1.050	17.007
Consumo Próprio de Energia Elétrica	11.591	20.244	-	17.410
Subvenções e Doações	23.651	18.642	643	18.401
Taxa de Fiscalização da ANEEL	23.559	18.554	-	18.307
Concessão Onerosa	8.372	8.426	-	8.330
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	22.895	5.247	52	4.233
Seguros	4.531	4.931	148	4.703
Contribuição ao MAE	2.651	2.350	841	2.350
Indenizações Trabalhistas	-	1.903	-	1.903
Outras Despesas (Recuperação de Despesas)	42.785	32.402	(1.255)	20.223
	212.500	166.175	1.645	136.045

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
RECEITAS FINANCEIRAS -				
Renda de Aplicação Financeira	196.991	136.538	56.018	123.966
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	81.443	63.422	-	63.413
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	276.734	580.192	276.734	580.192
Reversão (Provisão) para Perdas Referentes Atualização Financeira de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	223.016	(325.637)	223.016	(325.637)
Variação Monetária da CVA	125.142	127.758	-	127.758
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	431.916	326.976	31.259	326.976
Variação Monetária – Reajuste Tarifário Diferido	230.530	79.157	-	79.157
Variações Cambiais	164.289	110.384	8	98.047
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(92.555)	(57.029)	(50.030)	(56.827)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	6.211	1.407	-	1.407
Outras	62.459	33.094	29.264	29.974
	<u>1.706.176</u>	<u>1.076.262</u>	<u>566.269</u>	<u>1.048.426</u>
DESPESAS FINANCEIRAS -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(565.328)	(374.426)	(19.176)	(365.348)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(115.519)	(51.883)	(87)	(51.883)
Variação Monetária da CVA	(42.420)	(28.401)	-	(28.401)
Variações Cambiais	(18.240)	(24.407)	-	(16.525)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(16.369)	(124.179)	(1.205)	(124.179)
C.P.M.F.	(65.519)	(49.156)	(8.251)	(46.988)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(167.715)	(160.311)	-	(160.311)
Outras	(83.258)	(34.509)	(5.069)	(32.156)
	<u>(1.074.368)</u>	<u>(847.272)</u>	<u>(33.788)</u>	<u>(825.791)</u>
Juros Sobre Capital Próprio	(635.000)	(510.000)	(635.000)	(510.000)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>(3.192)</u>	<u>(281.010)</u>	<u>(102.519)</u>	<u>(287.365)</u>

Os encargos financeiros e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no exercício de 2005, nos montantes de R\$27.974 e R\$3.653, respectivamente, foram transferidos para as rubricas de Ativo Imobilizado (R\$41.661 de encargos financeiros e R\$33.611 de variações monetárias/cambiais no exercício de 2004).

32) – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Ganho na Alienação de Participação na GASMIG	-	101.848	-	101.848
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens FORLUZ – Custeio Administrativo	(29.219)	(16.044)	(6.440)	(16.002)
Outras Despesas Líquidas	(12.930)	(1.865)	(715)	(1.865)
	<u>(10.266)</u>	<u>(9.594)</u>	<u>(9.835)</u>	<u>(9.824)</u>
	<u>(52.415)</u>	<u>74.345</u>	<u>(16.990)</u>	<u>74.157</u>

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

33) – ICMS INCIDENTE SOBRE A TARIFA PELO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

A CEMIG, não cobrava, dos seus consumidores livres, o ICMS incidente sobre a Tarifa pelo Uso do Sistema de Distribuição (“TUSD”) e encargos de conexão, por considerar que não havia fato gerador, além da ausência de previsão legal para a inclusão desses valores na base de cálculo do ICMS.

Entretanto, em 2005, ocorreu a manifestação da Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais (“SEF/MG”) exigindo o recolhimento do ICMS sobre a TUSD, de forma retroativa a 2000, sob pena de lavrar auto de infração contra a Companhia.

A CEMIG, de forma preventiva, fez o levantamento dos valores de ICMS incidentes sobre a TUSD e encargos de conexão no período de julho de 2000 a maio de 2005, apurando um valor de principal de R\$174.905 que acrescidos de multa e juros de R\$45.999, representou o montante de R\$220.904.

Tendo em vista que a eventual emissão do auto de infração pela SEF/MG implicaria em um aumento substancial do valor da multa, a Companhia decidiu adotar os seguintes procedimentos:

- Proceder o recolhimento dos valores de ICMS exigidos pela SEF/MG, no montante de R\$220.904;
- Destacar o ICMS nas notas fiscais de TUSD a partir de junho de 2005; e,
- Emitir fatura contra os seus consumidores livres para recolhimento do ICMS sobre a TUSD, não incluindo juros e multas, retroativo a julho de 2000, sendo estabelecidas condições para a quitação parcelada do débito.

Adicionalmente, a Cemig Distribuição ingressou com medida judicial para questionar a incidência do ICMS sobre a TUSD e encargos de conexão, requerendo a restituição dos valores pagos ao Estado de Minas Gerais a título de multa e juros e também os valores que os clientes não procederem o pagamento.

Os valores ainda não pagos pelos consumidores referentes ao ICMS pago estão registrados na conta de Transporte de Energia a Receber.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

34) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Cemig Distribuição S.A.								
Coligadas e Controladas ou Controladoras	8.187	-	65	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Coligadas e Controladas ou Controladoras	43	-	1	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores	1.311	18.212	-	-	50.806	39.918	-	-
Tributos Compensáveis - ICMS - Circulante	8.030	29.475	232.156	172.556	(2.203.388)	(1.783.473)	-	-
Contas de Resultado a Compensar - CRC	1.518.672	1.096.706	-	-	499.750	580.192	-	(325.637)
Tributos Compensáveis - ICMS - Não Circulante	219.362	142.368	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores	44.239	51.932	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	461.346	175.662	-	-	-	-
Debêntures	-	-	102.743	79.001	-	-	(1.243)	(6.234)
Financiamentos - BDMG	-	-	14.810	-	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego - Circulante	-	-	161.003	199.738	-	-	(153.471)	(106.909)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante	-	-	1.284.677	1.353.543	-	-	-	-
Outros	702	-	(142)	16.514	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-	-	-	(67.979)	(37.266)
Custeio Administrativo	-	-	-	-	-	-	(12.930)	(1.865)

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 7, 12, 15, 20, 21, 23, 29, 31, 32 e 33.

O saldo de consumidores e revendedores referente ao Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$44.239 em 31 de dezembro de 2005 a curto e longo prazo, inclui os valores a receber da COPASA, que foram renegociados para pagamento em 96 meses.

35) – EXPOSIÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Como concessionária do setor elétrico brasileiro, a CEMIG opera em ambientes onde fatores como reestruturações societárias, regulamentações emanadas dos órgãos governamentais, evolução tecnológica, globalização e variações do mercado consumidor são fatores de risco.

A CEMIG implementou um projeto de Gerenciamento de Riscos Corporativos, buscando promover o entendimento de eventuais ocorrências que podem gerar perda de valor aos acionistas e estruturar a empresa para agir de forma pró-ativa em relação ao seu ambiente de riscos.

Os principais riscos de mercado que afetam os negócios da CEMIG estão descritos a seguir:

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente a cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto significativo no endividamento, resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2005, operações contratadas de hedge, no montante de R\$240.711, equivalente a US\$102.873, e R\$76.929 equivalentes a ¥3.878.825 (Yen Japonês), nas quais foi efetuada a substituição da variação do dólar Norte-Americano e Yen acrescidos de juros pela variação do CDI (vide Nota Explicativa nº 36).

A exposição líquida à taxa de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos	674.000	856.759	-	782.530
(-) Operações contratadas de hedge/swap	(240.711)	(234.346)	-	(234.346)
	433.289	622.413	-	548.184
Yen				
Empréstimos e Financiamentos	76.996	181.195	-	181.195
(-) Operações contratadas de hedge	(76.929)	(179.875)	-	(179.875)
	67	1.320	-	1.320
Outras moedas estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos				
Euro	40.614	60.969	-	60.969
Outros	6.823	20.699	-	20.699
	47.437	81.668	-	81.668
Passivo Líquido Exposto	480.793	705.401	-	631.172

b) Risco de taxas de juros

A CEMIG e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), nos montantes de R\$139.467 e R\$48.534 respectivamente, em 31 de dezembro de 2005 (R\$247.486 e R\$74.229 em 31 de dezembro de 2004).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a Companhia considera que este risco foi reduzido em função dos ativos que também são indexados a taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Ativos				
Aplicações financeiras	1.279.993	848.062	297.058	785.303
Ativos regulatórios	2.180.775	2.574.451	-	2.574.451
	3.460.768	3.422.513	297.058	3.359.754
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.762.663)	(1.093.980)	(82.300)	(1.093.980)
Passivos regulatórios	(720.230)	(544.256)	-	(544.256)
Operações contratadas de hedge	(317.640)	(414.221)	-	(414.221)
	(3.800.533)	(2.052.457)	(82.300)	(2.052.457)
Obrigações superiores aos ativos	(339.765)	1.370.056	214.758	1.307.297

c) Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade da CEMIG e suas controladas vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. Parcela substancial do fornecimento bruto de energia está pulverizada em um grande número de consumidores. Os procedimentos da CEMIG para redução da inadimplência compreendem a emissão de aviso de vencimento dos débitos, contatos telefônicos e negociações que viabilizem o recebimento dos créditos. Após serem esgotadas as possibilidades de regularização das contas em atraso, a CEMIG procede à suspensão do fornecimento.

d) Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Algumas dessas cláusulas restritivas não foram atendidas. A Companhia obteve o consentimento formal ("waiver") dos credores (vide Nota Explicativa nº 21) de que não irão exercer seus direitos de exigir o pagamento imediato ou antecipado do saldo devedor.

36) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CEMIG utiliza instrumentos financeiros restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos e Debêntures, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

A CEMIG mantém políticas e estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos, e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Valor de Mercado

O valor de mercado dos instrumentos financeiros está demonstrado a seguir:

	2005	
	Valor contábil	Valor de Mercado
Ativos		
Aplicações financeiras	1.279.993	1.279.993
Contas a receber do Governo do Estado de Minas Gerais	1.518.672	1.518.672
	2.798.665	2.798.665
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.935.533	4.768.356
Operações contratadas de hedge	142.888	150.401
	5.078.421	4.918.757

b) Instrumentos derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger as operações da empresa contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Em 31 de dezembro de 2005, a CEMIG mantinha instrumentos de troca de resultados financeiros – “swap” junto a instituições financeiras, para fazer face às oscilações que possam ocorrer na moeda nacional com relação ao dólar Norte-Americano no montante equivalente a US\$102.837 (R\$240.711) e Yen no montante equivalente a ¥3.878.825 (Yen Japonês) (US\$32.866).

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos realizados e não realizados nestas operações acumulavam perdas em 2005 e 2004 nos montantes de R\$161.504 e R\$158.904, respectivamente, registrados no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor de mercado é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG, os ganhos/(perdas) não realizados, registrados, e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 31 de dezembro de 2005:

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	31 de dezembro de 2005	
				Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
¥ (Yen Japonês) variação cambial + taxa (3,90% a.a.)	R\$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	Em 12/2009	¥3.878.825	(40.105)	(40.656)
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (2,00% a.a. a 3,01% a.a.)	De 12/2005 até 06/2013	US\$155.063	(102.053)	(109.015)
R\$ 100% do CDI	R\$ ou US\$ 60% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	De 10/2006 a 11/2006	(US\$22.981)	(287)	(287)
R\$ 106% do CDI	R\$ ou US\$ 48% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	Em 10/2006	(US\$29.245)	(443)	(443)
				(142.888)	(150.401)

37) – SEGUROS

A CEMIG mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, como segue:

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	28/04/2005 a 28/04/2006	15.986	251
Almoxarifados, Instalações Prediais e Equipamentos de Telecomunicações	Incêndio	10/07/2005 a 10/07/2006	551.767	127
Risco Operacional – Geradores, Turbina e Equipamentos de Potência	Total	04/02/2005 a 05/05/2006	1.188.153	2.349

A CEMIG não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a CEMIG não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A CEMIG não tem experimentado perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

38) – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A CEMIG possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2006	2007	2008	2009	2010	2011 em diante	Total
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	984.931	420.219	440.739	775.498	551.571	1.762.575	4.935.533
Compra de Energia Elétrica de Itaipu (1)	1.082.544	1.082.544	1.082.544	1.082.544	1.082.544	2.616.148	8.028.868
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu (1)	74.244	74.244	74.244	74.244	74.244	179.423	550.643
AHE Queimado	8.300	-	-	-	-	-	8.300
AHE Aimorés	19.595	-	-	-	-	-	19.595
AHE Irapé	9.238	25.765	249	-	-	-	35.252
Programa Luz para Todos	845.901	396.877	-	-	-	-	1.242.778
PCH Pai Joaquim	7.400	-	-	-	-	-	7.400
AHE Capim Branco I	7.100	300	-	-	-	-	7.400
AHE Capim Branco II	16.000	2.000	-	-	-	-	18.000
Aporte na INFOVIAS	10.800	26.200	-	-	-	-	37.000
Aporte na GASMIG	25.000	53.000	-	-	-	-	78.000
Dívida com Plano de Pensão Forluz	125.259	125.482	95.466	101.194	103.772	973.309	1.524.482
Compra de Energia - Leilão	776.110	776.111	900.352	967.777	1.148.386	8.083.311	12.652.047
Total	3.992.422	2.982.742	2.593.594	3.001.257	2.960.517	13.614.766	29.145.298

(1) Contrato com Furnas, em dólar americano, para compra de energia elétrica de Itaipu até Maio de 2013.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO I

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
 (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Exercício	2.003.399	1.384.801	2.003.399	1.384.801
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Depreciação e Amortização	594.598	583.652	545	536.796
Baixas Líquidas de Imobilizado	52.209	80.501	845	80.501
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(1.550.213)	(48.115)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(979.068)	(881.404)	(307.993)	(885.720)
Provisão (Reversão) de Perdas na Recuperação dos Valores da				
Recomposição Tarifária Extraordinária	309.425	104.271	31.259	104.271
Provisões (Reversão) para Perdas Operacionais	5.273	193.145	(100.343)	192.253
Obrigações Pós-Emprego	153.471	106.909	7.552	106.909
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do				
Estado de Minas Gerais	(223.016)	325.637	(223.016)	325.637
Ativos Regulatórios – PIS-PASEP/COFINS	(76.244)	(361.082)	-	(361.082)
Impostos Federais Diferidos	230.700	261.854	(144.085)	-
Reajuste Tarifário Diferido	(591.010)	(358.602)	-	(358.602)
Outros	(2.397)	(33.831)	-	(31.775)
	1.477.340	1.405.851	(282.050)	1.045.874
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(187.552)	(215.231)	44.784	(191.446)
Revendedores – Transações no CCEE/MAE	236.373	49.326	-	49.326
Recomposição Tarifária Extraordinária	260.577	309.582	-	309.582
Tributos Compensáveis	(310.626)	(32.325)	(143.813)	(16.257)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	143.482	62.392	160.021	62.426
Outros Ativos Circulantes	(78.904)	(38.192)	21.492	(16.837)
Despesas Antecipadas – CVA	56.406	160.755	-	160.755
Créditos com Controladas	-	-	641.019	-
Transporte de Energia	(275.281)	-	-	-
Recebíveis do Governo Federal – Baixa Renda	-	31.520	-	31.520
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de				
Minas Gerais	77.784	48.912	77.784	48.912
Outros Realizáveis a Longo Prazo	(2.805)	(6.704)	-	2.129
	(80.546)	370.035	801.287	440.110
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	91.032	(65.361)	11.274	(81.509)
Tributos e Contribuição Social	(245.693)	(5.533)	(289.701)	238.608
Salários e Contribuições Sociais	600	(25.251)	(43.327)	(25.541)
Encargos Regulatórios	153.025	(34.829)	(17.570)	(34.519)
Empréstimos e Financiamentos	78.145	115.332	963	119.071
Obrigações Pós-Emprego	(261.072)	(234.881)	(16.037)	(234.881)
Despesa Antecipada - CVA	210.678	-	-	-
Outros	232.694	168.569	(129.654)	154.729
	259.709	(81.954)	(484.052)	135.958
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	1.656.503	1.693.932	35.185	1.621.942
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	1.556.110	1.229.544	73.587	1.229.544
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(818.548)	(1.424.189)	(55.273)	(1.396.463)
Empréstimos do Circulante	-	316.364	-	315.949
Dividendos Recebidos de Controladas	-	-	100.446	31.939
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(590.622)	(308.573)	(590.622)	(307.147)
	146.940	(186.854)	(471.862)	(126.178)
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	1.803.443	1.507.078	(436.677)	1.495.764

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas Legislação Societária
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS Data-Base - 31/12/2005
 Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(68.825)	(140.517)	(91.377)	(291.133)
No Imobilizado	(1.360.283)	(1.043.457)	(222)	(875.123)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	75.873	132.888	-	132.888
No Diferido	(2.296)	(250)	-	-
	<u>(1.355.531)</u>	<u>(1.051.336)</u>	<u>(91.599)</u>	<u>(1.033.368)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	447.912	455.742	(528.276)	462.396
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA				
No início do exercício	896.223	440.481	828.786	366.390
No fim do exercício	1.344.135	896.223	300.510	828.786
	<u>447.912</u>	<u>455.742</u>	<u>(528.276)</u>	<u>462.396</u>

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO II

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
 (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora					
	2005	2004	2005	2004				
RECEITAS								
Receita Operacional	11.702.613	9.748.018	2.558	9.197.822				
Provisão sobre Créditos de Liquidação Duvidosa	(54.859)	(62.959)	44.784	(61.863)				
Resultado Não Operacional	(52.415)	74.345	(16.990)	74.157				
	<u>11.595.339</u>	<u>9.759.404</u>	<u>30.352</u>	<u>9.210.116</u>				
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.454.930)	(1.372.752)	-	(1.372.676)				
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(640.733)	(538.386)	-	(538.332)				
Serviços de Terceiros	(422.600)	(333.508)	(14.196)	(326.104)				
Gás Comprado para Revenda	(155.948)	(259.795)	-	-				
Materiais	(95.061)	(82.961)	(569)	(77.053)				
Outros Custos Operacionais	(740.870)	(367.168)	(66.685)	(347.685)				
	<u>(3.510.142)</u>	<u>(2.954.570)</u>	<u>(81.450)</u>	<u>(2.661.850)</u>				
VALOR ADICIONADO BRUTO	8.085.197	6.804.834	(51.098)	6.548.266				
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(594.598)	(583.652)	(545)	(536.796)				
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	7.490.599	6.221.182	(51.643)	6.011.470				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	1.550.213	48.115				
Receitas Financeiras	1.798.731	1.133.291	616.299	1.105.253				
	<u>1.798.731</u>	<u>1.133.291</u>	<u>2.166.512</u>	<u>1.153.368</u>				
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	9.289.330	7.354.473	2.114.869	7.164.838				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%	%	%	%			
Pessoal e Encargos	1.087.069	12	919.277	12	66.018	3	906.919	13
Impostos, Taxas e Contribuições	5.148.250	55	4.220.469	57	19.750	1	4.071.137	57
Despesas Financeiras e Aluguéis	1.051.308	11	831.784	11	25.702	1	801.981	12
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.096.949	12	692.400	10	1.096.949	52	692.400	9
Participação de Minoritários	(696)	-	(1.858)	-	-	-	-	-
Lucros Retidos	906.450	10	692.401	10	906.450	43	692.401	9
	<u>9.289.330</u>	<u>100</u>	<u>7.354.473</u>	<u>100</u>	<u>2.114.869</u>	<u>100</u>	<u>7.164.838</u>	<u>100</u>

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO III

Página 1/4

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005
 (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Holding	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	Outras	Eliminação de transações entre companhias	Total
RECEITA OPERACIONAL							
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	2.217.858	-	7.430.028	-	(491.855)	9.156.031
Reajuste Tarifário Diferido	-	-	-	591.010	-	-	591.010
Receita de Uso da Rede	-	-	396.611	1.200.587	-	(74.412)	1.522.786
Outras Receitas Operacionais	2.558	11.408	-	53.341	365.479	-	432.786
	2.558	2.229.266	396.611	9.274.966	365.479	(566.267)	11.702.613
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(19)	(512.555)	(46.643)	(2.878.119)	(72.633)	42.977	(3.466.992)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.539	1.716.711	349.968	6.396.847	292.846	(523.290)	8.235.621
CUSTOS OPERACIONAIS							
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA							
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(13.733)	-	(1.890.075)	-	448.878	(1.454.930)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(160.782)	-	(554.363)	-	74.412	(640.733)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(155.948)	-	(155.948)
	-	(174.515)	-	(2.444.438)	(155.948)	523.290	(2.251.611)
CUSTO DE OPERAÇÃO							
Pessoal e Administradores	-	(135.537)	(89.944)	(762.639)	-	-	(988.120)
Entidade de Previdência Privada	-	(19.809)	(13.317)	(108.358)	-	-	(141.484)
Materiais	-	(10.341)	(6.571)	(71.812)	-	-	(88.724)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-	(852)	-	-	-	-	(852)
Serviços de Terceiros	-	(53.355)	(21.070)	(280.628)	-	-	(355.053)
Depreciação e Amortização	-	(153.008)	(37.597)	(361.301)	-	-	(551.906)
Provisões Operacionais	-	(3.958)	(33)	(66.617)	-	-	(70.608)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(112.342)	-	(32.790)	-	-	(145.132)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	(28.781)	(387.126)	-	-	(415.907)
Pesquisa e Eficiência Energética	-	(36.243)	(1.541)	(172.804)	-	-	(210.588)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(97)	(17.009)	(279.025)	-	-	(296.131)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	-	(194.265)	(1.616)	(82.285)	-	-	(278.166)
Outras	-	(37.761)	(5.902)	(81.527)	-	-	(125.190)
	-	(757.568)	(223.381)	(2.686.912)	-	-	(3.667.861)
	-	(932.083)	(223.381)	(5.131.350)	(155.948)	523.290	(5.919.472)
CUSTO TOTAL	2.539	784.628	126.587	1.265.497	136.898	-	2.316.149
LUCRO BRUTO	2.539	784.628	126.587	1.265.497	136.898	-	2.316.149
DESPESA OPERACIONAL							
Despesas com Vendas	-	-	-	(119.930)	-	-	(119.930)
Despesas Gerais e Administrativas	(111.216)	(18.266)	(10.275)	(68.460)	-	-	(208.217)
Outras Despesas Operacionais	-	(2.787)	(772)	12.819	(103.421)	-	(94.161)
	(111.216)	(21.053)	(11.047)	(175.571)	(103.421)	-	(422.308)
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	(108.677)	763.575	115.540	1.089.926	33.477	-	1.893.841
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	(102.519)	(445.211)	(70.358)	108.164	(2.871)	509.603	(3.192)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(211.196)	318.364	45.182	1.198.090	30.606	509.603	1.890.649
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(16.990)	(4.306)	(1.017)	(30.716)	614	-	(52.415)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, Contribuição Social	(228.186)	314.058	44.165	1.167.374	31.220	509.603	1.838.234
Imposto de Renda e Contribuição Social	46.372	(91.243)	(17.069)	(397.789)	(10.802)	-	(470.531)
Lucro (Prejuízo) antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	(181.814)	222.815	27.096	769.585	20.418	509.603	1.367.703
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	635.000	243.516	38.920	220.544	6.623	(509.603)	635.000
Participações Minoritárias	-	-	-	-	696	-	696
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	453.186	466.331	66.016	990.129	27.737	-	2.003.399

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO III

Página 2/4

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
 (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	Outras	Eliminação de transações entre companhias	Total
RECEITA OPERACIONAL						
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	1.612.875	-	6.954.467	35.123	(100)	8.602.365
Reajuste Tarifário Diferido	-	-	358.602	-	-	358.602
Receita de Uso da Rede	(2.760)	324.552	(77.275)	-	-	244.517
Outras Receitas Operacionais	19.190	1.308	38.457	492.528	(8.949)	542.534
	1.629.305	325.860	7.274.251	527.651	(9.049)	9.748.018
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(126.778)	(19.539)	(2.520.350)	(96.794)	-	(2.763.461)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.502.527	306.321	4.753.901	430.857	(9.049)	6.984.557
CUSTOS OPERACIONAIS						
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA						
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(176)	-	(1.372.676)	-	100	(1.372.752)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(20.301)	-	(513.750)	(4.335)	-	(538.386)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(259.795)	-	(259.795)
	(20.477)	-	(1.886.426)	(264.130)	100	(2.170.933)
CUSTO DE OPERAÇÃO						
Pessoal e Administradores	(98.675)	(66.175)	(533.458)	(424)	-	(698.732)
Entidade de Previdência Privada	(11.662)	(7.886)	(63.571)	(50)	-	(83.169)
Materiais	(11.482)	(5.618)	(49.156)	-	-	(66.256)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(17.561)	-	-	-	-	(17.561)
Serviços de Terceiros	(37.236)	(15.380)	(184.703)	(10.370)	8.949	(238.740)
Depreciação e Amortização	(143.139)	(35.087)	(340.966)	(5.121)	-	(524.313)
Provisões Operacionais	(11.032)	(6.379)	(62.768)	(253)	-	(80.432)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(105.771)	-	-	(2.252)	-	(108.023)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	(2.193)	(289.954)	-	-	(292.147)
Pesquisa e Eficiência Energética	(4.366)	(712)	(15.341)	-	-	(20.419)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(237.863)	-	-	(237.863)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	(104.271)	-	-	(104.271)
Outras	(19.504)	(4.892)	(38.431)	(1.206)	-	(64.033)
	(460.428)	(144.322)	(1.920.482)	(19.676)	8.949	(2.535.959)
CUSTO TOTAL	(480.905)	(144.322)	(3.806.908)	(283.806)	9.049	(4.706.892)
LUCRO BRUTO	1.021.622	161.999	946.993	147.051	-	2.277.665
DESPESA OPERACIONAL						
Despesas com Vendas	-	-	(311.073)	-	-	(311.073)
Despesas Gerais e Administrativas	(23.086)	(13.293)	(133.590)	-	-	(169.969)
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	(114.452)	-	(114.452)
	(23.086)	(13.293)	(444.663)	(114.452)	-	(595.494)
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	998.536	148.706	502.330	32.599	-	1.682.171
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	(108.966)	(43.455)	(9.768)	(131.529)	12.708	(281.010)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	889.570	105.251	492.562	(98.930)	12.708	1.401.161
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(2.179)	(1.706)	(22.366)	100.596	-	74.345
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, Contribuição Social	887.391	103.545	470.196	1.666	12.708	1.475.506
Imposto de Renda e Contribuição Social	(362.896)	(41.153)	(173.448)	(25.066)	-	(602.563)
Lucro (Prejuízo) antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	524.495	62.392	296.748	(23.400)	12.708	872.943
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	81.512	39.780	401.416	-	(12.708)	510.000
Participações Minoritárias	-	-	-	1.858	-	1.858
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	606.007	102.172	698.164	(21.542)	-	1.384.801

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO III

Página 3/4

**NOTA EXPLICATIVA À DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO
POR ATIVIDADE**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

Na comparação entre os resultados segregados por atividade em 31 de dezembro de 2005 e 2004 deve ser ressaltado que os resultados de 2005 já refletem as operações da CEMIG e suas controladas de forma independente, considerando a desverticalização da Companhia em 31 de dezembro de 2004.

No ano de 2004, a CEMIG tinha as suas operações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica desenvolvidas substancialmente de forma integrada. A demonstração do resultado segregado por atividade referente ao ano de 2004 foi elaborada utilizando determinados critérios de rateio que estão descritos abaixo.

Crítérios de segregação das receitas e custos operacionais para o exercício de 2004 da Controladora

Foram adotados os seguintes critérios para a receita:

- Geração - Refere-se ao fornecimento de energia para a atividade de Distribuição, sendo adotadas as seguintes tarifas: Tarifa de R\$51,02/MWh até 07 de abril de 2004 e R\$53,56/MWh a partir de então.
- Transmissão – Refere-se à utilização das instalações de transmissão da rede básica, com receita permitida aprovada através de Resolução pela ANEEL, e outros serviços relacionados, e compreende valores efetivamente faturados pela Companhia a terceiros durante o exercício.
- Distribuição e Comercialização – Refere-se aos valores efetivamente faturados pela CEMIG a consumidores finais, reduzidos daqueles alocados as atividades de Geração e Transmissão.

A receita de geração para operações internas não foi faturada, mas somente reduzida da receita faturada pela atividade de Distribuição e Comercialização.

Para segregação das despesas, foram adotados os seguintes critérios:

Deduções às Receitas - Exceto quanto ao ICMS e ECE, que incidem somente sobre a atividade de Distribuição/Comercialização, foram alocadas proporcionalmente às receitas de cada atividade.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Página 4/4

Despesas Operacionais - As despesas relacionadas diretamente com as atividades foram alocadas especificamente, conforme registro contábil definido no Plano de Contas. As despesas comuns, quando a identificação por atividade não foi possível, foram apropriadas através de rateio, proporcionalmente às Despesas de Pessoal e Serviço de Terceiros, diretamente alocadas, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Para segregação das Receitas e Despesas Financeiras e Resultado não Operacional foram adotados os mesmos critérios das despesas operacionais.

A Contribuição Social e o Imposto de Renda foram alocados proporcionalmente ao Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Os Juros sobre Capital Próprio e a Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio foram alocados de acordo com os critérios de alocação das despesas operacionais comuns, ou seja, proporcionalmente às Despesas de Pessoal e Serviço de Terceiros, diretamente alocadas.

As receitas e despesas alocadas entre as diversas atividades da Companhia, de todas as naturezas indicadas, limitaram-se aos valores totais efetivamente auferidos e incorridos durante o exercício pela CEMIG. Não foram criadas receitas e despesas em adição aos valores constantes dos registros contábeis oficiais, de modo a não ser necessária a eliminação de saldos entre atividades.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

12.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

ALTERAÇÕES NO GRUPO 10 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Título Desempenho Econômico – Financeiro Consolidado

- a) subtítulo custos e despesas operacionais, coluna Var. %, linha materiais, valor alterado de 4,0 para (4,0).
- b) subtítulo custos controláveis, subtítulo Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, foi transferido para o final do tópico seguinte com subtítulo de não Custos Controláveis.

ALTERAÇÕES NO GRUPO 11– NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 21 – Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

- a) Quadro da dívida – alteração textual na coluna de financiadores, mudança na numeração dos algarismos romanos;
- b) Tabela composição dos empréstimos por moeda e indexador, coluna consolidado de 2005, título Indexadores, linha Índice Geral De Preços – mercado IGP-M – alteração do valor 1.434.755 para 1.077.288; linha Certificado de Depósito Interbancário – CDI, alteração do valor 2.110.256 para 2.470.283, linha outros alteração do valor 52.064 para 49.504.

Nota 25 – Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas

- a) letra (c) Debêntures, no cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício, coluna controladora 2004, linha dividendos obrigatórios – Dividendo Obrigatório – 50% do lucro líquido, alteração no valor 692.401 para 692.400.
- b) Dividendos complementares de 2004 – alteração no texto do 1º parágrafo, referente ao pagamento dos dividendos referentes ao exercício de 2004 no valor bruto de 692.401 para o valor 692.400.

Nota 35 – Exposição e Gerenciamento de Riscos

- a) Letra (b) risco de taxa de juros – tabela exposição da Cemig às taxas de juros nacionais, coluna consolidado 2005, título passivos, linha empréstimos, financiamento e debêntures, alteração no valor (2.402.636) para (2.762.663), subtotal, alteração no valor (3.440.506) para (3.800.533), linha ativo superior às obrigações, alterada para obrigações superiores aos ativos e alteração no valor 20.262 para (339.765).

ANEXO H

Demonstrações Financeiras da CEMIG, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 e
Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
4 - NIRE 31300040127		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV. BARBACENA, 1200 - ED. JÚLIO SOARES		2 - BAIRRO OU DISTRITO STO AGOSTINHO		
3 - CEP 30123-970	4 - MUNICÍPIO BELO HORIZONTE			5 - UF MG
6 - DDD 031	7 - TELEFONE 3299-4903	8 - TELEFONE 3299-3818	9 - TELEFONE 3299-4810	10 - TELEX 311124
11 - DDD 031	12 - FAX 3299-4691	13 - FAX 3299-3864	14 - FAX 3299-3864	
15 - E-MAIL mail@cemig.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Flávio Decat de Moura				
2 - ENDEREÇO COMPLETO AV. BARBACENA, 1200 - ED. JÚLIO SOARES		3 - BAIRRO OU DISTRITO STO AGOSTINHO		
4 - CEP 30123-970	5 - MUNICÍPIO BELO HORIZONTE			6 - UF MG
7 - DDD 031	8 - TELEFONE 3299-4903	9 - TELEFONE 3299-3818	10 - TELEFONE 3299-4810	11 - TELEX 311124
12 - DDD 031	13 - FAX 3299-4691	14 - FAX 3299-3933	15 - FAX 3299-3864	
16 - E-MAIL flaviodecat@cemig.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2004	31/12/2004
2 - Penúltimo	01/01/2003	31/12/2003
3 - Antepenúltimo	01/01/2002	31/12/2002
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu		5 - CÓDIGO CVM 00385-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Gilberto Grandolpho		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 007.585.878-99

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2004	2 31/12/2003	3 31/12/2002
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	70.874.168	70.874.168	70.874.168
2 - Preferenciais	91.279.651	91.279.651	91.279.651
3 - Total	162.153.819	162.153.819	162.153.819
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	69.128	69.128	69.128
6 - Total	69.128	69.128	69.128

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estatal
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 112 - Energia elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL INDUSTRIAL, COMERCIAL E OUTRAS
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	---------------	-------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 31/12/2004	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
1	Ativo Total	16.598.153	14.852.086	13.580.183
1.01	Ativo Circulante	3.276.387	2.468.530	1.835.003
1.01.01	Disponibilidades	828.786	366.390	50.303
1.01.02	Créditos	2.265.245	1.905.894	1.576.476
1.01.02.01	Consumidores e Revendedores	1.159.417	1.029.834	842.631
1.01.02.02	Consumidores - Recomposição Tarifária	327.268	278.864	257.577
1.01.02.03	Concessionária - Transporte de Energia	27.876	28.669	18.271
1.01.02.04	Tributos e Contrib Sociais Compensáveis	93.078	100.733	15.576
1.01.02.05	Despesas Antecipadas - CVA	463.508	315.234	225.833
1.01.02.06	Revendedores - Transações no MAE	45.560	39.037	82.476
1.01.02.07	Créditos Tributários	148.538	113.523	134.112
1.01.03	Estoques	14.027	14.698	13.086
1.01.04	Outros	168.329	181.548	195.138
1.01.04.01	Recebíveis do Governo Federal	0	40.419	42.386
1.01.04.02	Outros Créditos	168.329	141.129	152.752
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.108.423	3.634.235	3.294.474
1.02.01	Créditos Diversos	4.052.205	3.581.730	3.207.372
1.02.01.01	Contas a Receber do Governo do Estado	1.096.706	891.063	754.960
1.02.01.02	Consumidores - Recomposição Tarifária	1.032.601	1.265.310	1.149.563
1.02.01.03	Despesa Antecipadas - CVA	85.786	305.485	195.208
1.02.01.04	Créditos Tributários	154.822	252.263	386.281
1.02.01.05	Títulos e Valores Mobiliários	0	0	53.138
1.02.01.06	Racionamento - Bônus e Custos Adaptação	0	23.449	52.083
1.02.01.07	Revendedores - Transações no MAE	588.281	567.062	462.640
1.02.01.08	Tributos Compensáveis	129.005	105.093	87.274
1.02.01.09	Depósitos Vinculados a Litígios	88.141	81.391	66.225
1.02.01.10	Consumidores e Revendedores	78.022	90.614	0
1.02.01.11	Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	361.082	0	0
1.02.01.12	Reajuste Tarifário Diferido	437.759	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	56.218	52.505	87.102
1.02.03.01	Incentivos Fiscais, Depósitos e Outros	56.218	52.505	87.102
1.03	Ativo Permanente	9.213.343	8.749.321	8.450.706
1.03.01	Investimentos	1.689.294	1.410.765	1.155.472
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	633.805	562.862
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	776.960	592.610
1.03.02	Imobilizado	7.523.550	7.337.929	7.294.189
1.03.03	Diferido	499	627	1.045

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

Data-Base - 31/12/2004 Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
2	Passivo Total	16.598.153	14.852.086	13.580.183
2.01	Passivo Circulante	3.889.567	3.455.192	2.860.766
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.393.579	1.564.716	801.598
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	636.852	587.796	1.230.972
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	467.675	309.955	144.504
2.01.05	Dividendos a Pagar	652.328	309.783	210.827
2.01.06	Provisões	334.699	382.617	227.041
2.01.06.01	Salários e Contribuições Sociais	172.463	198.004	107.295
2.01.06.02	Encargos Regulatórios	98.805	133.324	93.796
2.01.06.03	Participações nos Lucros	63.431	51.289	25.950
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	404.434	300.325	245.824
2.01.08.01	Venda Antecipada de Energia Elétrica	0	0	0
2.01.08.02	Obrigações Pós-Emprego	199.738	185.226	180.992
2.01.08.03	Outras Obrigações	204.696	115.099	64.832
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.457.201	4.838.325	5.038.534
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.747.340	2.190.409	2.447.090
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	427.839	320.898	315.045
2.02.03.01	Contingências	427.839	320.898	315.045
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	2.282.022	2.327.018	2.276.399
2.02.05.01	Obrigações Pós-Emprego	1.353.543	1.496.027	1.656.488
2.02.05.02	Fornecedores - Suprimento	245.873	324.556	334.295
2.02.05.03	Racionamento - Sobretaxa	0	0	0
2.02.05.04	Venda Antecipada de Energia Elétrica	0	0	0
2.02.05.05	Impostos, Taxas e Contribuições	563.324	440.143	216.640
2.02.05.06	Outras Obrigações	119.282	66.292	68.976
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	7.251.385	6.558.569	5.680.883
2.05.01	Capital Social Realizado	1.621.538	1.621.538	1.621.538
2.05.02	Reservas de Capital	4.059.345	4.059.345	4.059.345
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	1.570.502	877.686	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	1.570.502	877.686	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

Data-Base - 31/12/2004 Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2004	4 -31/12/2003	5 -31/12/2002
------------	---------------	---------------	---------------	---------------

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	9.197.822	7.495.425	6.497.366
3.01.01	Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	8.523.991	7.174.711	5.951.757
3.01.02	Recomposição Tarifária Extraordinária	0	0	275.321
3.01.03	Reajuste Tarifário Diferido	358.602	0	0
3.01.04	Receita de Uso da Rede	244.517	256.757	185.421
3.01.05	Outras Receitas Operacionais	70.712	63.957	84.867
3.02	Deduções da Receita Bruta	(2.490.415)	(2.256.386)	(1.615.400)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	6.707.407	5.239.039	4.881.966
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(4.586.629)	(3.636.344)	(3.978.703)
3.04.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.479.723)	(1.393.423)	(1.732.678)
3.04.02	Encargos Uso da Rede Básica Transmissão	(585.834)	(310.263)	(297.537)
3.04.03	Pessoal e Administradores	(697.920)	(656.785)	(441.985)
3.04.04	Entidade de Previdência Privada	(83.169)	(59.847)	(71.860)
3.04.05	Materiais	(66.129)	(74.404)	(48.984)
3.04.06	Materia-Prima e Insumos para Produção	(19.311)	(8.127)	(41.167)
3.04.07	Serviços de Terceiros	(235.522)	(206.226)	(139.123)
3.04.08	Depreciação e Amortização	(514.146)	(504.765)	(499.545)
3.04.09	Provisões Operacionais	(80.432)	(33.416)	(77.223)
3.04.10	Compensação Financeira pela Utilização	(106.595)	(13.138)	(46.319)
3.04.11	Quota para Conta Consumo de Combustível	(292.147)	(282.309)	(344.902)
3.04.12	Conta de Desenvolvimento Energético CDE	(237.863)	(118.217)	0
3.04.13	Reversão (Provisão) para perdas RTE	(104.271)	118.442	(177.627)
3.04.14	Outras	(83.567)	(93.866)	(59.753)
3.05	Resultado Bruto	2.120.778	1.602.695	903.263
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(743.052)	(64.694)	(977.002)
3.06.01	Com Vendas	(311.073)	(228.391)	(162.988)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(169.916)	(176.136)	(231.479)
3.06.03	Financeiras	(287.365)	312.711	(574.026)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.048.426	1.074.141	854.836
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(1.335.791)	(761.430)	(1.428.862)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(22.813)	(4.098)	(3.816)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	48.115	31.220	(4.693)
3.07	Resultado Operacional	1.377.726	1.538.001	(73.739)
3.08	Resultado Não Operacional	74.157	(61.267)	(1.072.333)
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.08.02.01	Perda Extraordinária	0	0	0
3.08.02.02	Outros	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	1.451.883	1.476.734	(1.146.072)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(577.082)	(529.092)	(75.761)
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2004 a 31/12/2004	4 -01/01/2003 a 31/12/2003	5 -01/01/2002 a 31/12/2002
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	510.000	250.000	220.000
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	1.384.801	1.197.642	(1.001.833)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	162.084.691	162.084.691	162.084.691
	LUCRO POR AÇÃO	0,00854	0,00739	
	PREJUÍZO POR AÇÃO			(0,00618)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
4.01	Origens	3.636.456	2.741.436	2.054.813
4.01.01	Das Operações	984.011	952.048	448.143
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	1.384.801	1.197.642	(1.001.833)
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	(400.790)	(245.594)	1.449.976
4.01.01.02.01	Depreciação e Amortização	536.796	523.726	518.896
4.01.01.02.02	Juros e Variações Monet.de Longo Prazo	(885.720)	(894.011)	(106.021)
4.01.01.02.03	Imp.Renda e Contrib.Social Diferidos	0	0	0
4.01.01.02.04	Baixas Líquidas de Permanente	80.501	61.344	26.224
4.01.01.02.05	Provisões (Reversão) para Perdas	130.390	(48.784)	56.783
4.01.01.02.06	Resultado de Equivalencia Patrimonial	(48.115)	(31.220)	4.693
4.01.01.02.07	Receita Recomp Tarifária Extraordinária	0	0	(275.321)
4.01.01.02.08	Despesa com Compra de Energia Livre	0	0	45.330
4.01.01.02.09	Revendedores Transação no MAE	0	(21.318)	(464.977)
4.01.01.02.10	Obrigações Pós-Emprego	106.909	74.338	145.473
4.01.01.02.11	Provisão para Perda Extraordinária - CRC	325.637	197.988	1.321.269
4.01.01.02.12	Provisão para Perdas Recomp. Tarifária	104.271	(118.442)	177.627
4.01.01.02.14	Reajuste Tarifário Diferido	(358.602)	0	0
4.01.01.02.15	Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	(361.082)	0	0
4.01.01.02.16	Outros	(31.775)	10.785	0
4.01.02	Dos Acionistas	415	538	660
4.01.02.01	Recursos Recebidos para Aum.de Capital	0	0	0
4.01.02.02	Reversão de Dividendos	415	538	660
4.01.03	De Terceiros	2.652.030	1.788.850	1.606.010
4.01.03.01	Financiamentos Obtidos	1.229.544	700.076	494.171
4.01.03.03	Obrigações Especiais	132.888	96.396	157.091
4.01.03.04	Venda de Títulos de Valores Mobiliários	0	118.994	0
4.01.03.05	Redução de Capital em Controlada	0	10.460	0
4.01.03.06	Dividendo a Receber de Controladas	31.939	50.094	0
4.01.03.07	Amortiz. Contrato Cessão Crédito da CRC	48.912	27.918	0
4.01.03.08	Obrigações Pós-Emprego - Efeitos Fiscais	0	0	0
4.01.03.09	Ressarcimento dos Bônus Pagos a Consum.	0	0	132.596
4.01.03.10	Obrigações Fiscais Transf. L. Prazo	123.181	223.503	216.640
4.01.03.11	Transf. Realiz. L. P. Desp. CVA	519.171	101.819	224.517
4.01.03.12	Transf. Realiz. L. P. Recomp. Tarif. Ext	357.986	291.752	216.890
4.01.03.13	Transf. Realiz. L. P. Transações MAE	55.849	0	82.476
4.01.03.14	Transf. Realiz. L. P. Créd.Tributários	97.441	134.018	48.908
4.01.03.15	Redução do Realizável a Longo Prazo	2.129	7.868	0
4.01.03.16	Custo de Adaptação ao Racionamento	0	28.634	0
4.01.03.18	Outros	52.990	(2.682)	32.721
4.02	Aplicações	3.262.974	2.702.335	2.971.552
4.02.02	Nos Investimentos	291.133	287.201	509.570
4.02.03	No Imobilizado	875.123	719.539	673.971
4.02.04	No Diferido	0	0	0
4.02.05	Juros s/ Capital Próprios e Dividendos	692.400	320.494	220.000
4.02.06	Transf.Exigível L.Prazo p/ Circulante	1.170.264	1.132.204	1.062.497

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2004 a 31/12/2004	4 -01/01/2003 a 31/12/2003	5 -01/01/2002 a 31/12/2002
4.02.07	Aumento do Realizável a Longo Prazo	0	0	63.083
4.02.08	Recomposição Tarifária Extraordinária	0	0	0
4.02.09	Despesa Antecipada - CVA	210.142	119.298	304.765
4.02.10	Racionamento - Bônus e Custos	0	0	87.586
4.02.11	Depósitos Vinculados a Litígios	0	15.166	50.080
4.02.12	Tributos Compensáveis	23.912	17.819	0
4.02.13	Consumidores e Revendedores	0	90.614	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	373.482	39.101	(916.739)
4.04	Variação do Ativo Circulante	807.857	633.527	204.688
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	2.468.530	1.835.003	1.630.315
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	3.276.387	2.468.530	1.835.003
4.05	Variação do Passivo Circulante	(434.375)	(594.426)	(1.121.427)
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	(3.455.192)	(2.860.766)	(1.739.339)
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	(3.889.567)	(3.455.192)	(2.860.766)

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.621.538	4.059.345	0	877.686	0	6.558.569
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	1.384.801	1.384.801
5.07	Destinações	0	0	0	692.401	(1.384.801)	(692.400)
5.07.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	0	(510.000)	(510.000)
5.07.02	Dividendos Complementares	0	0	0	0	(182.400)	(182.400)
5.07.03	Retenção de Lucros	0	0	0	692.401	(692.401)	0
5.08	Outros	0	0	0	415	0	415
5.08.01	Reversão de Dividendos	0	0	0	415	0	415
5.09	Saldo Final	1.621.538	4.059.345	0	1.570.502	0	7.251.385

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2003 A 31/12/2003 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.621.538	4.059.345	0	0	0	5.680.883
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	1.197.642	1.197.642
5.07	Destinações	0	0	0	877.148	(1.197.642)	(320.494)
5.07.01	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(250.000)	(250.000)
5.07.02	Dividendos Complementares	0	0	0	0	(70.494)	(70.494)
5.07.03	Retenção de Lucros	0	0	0	877.148	(877.148)	0
5.08	Outros	0	0	0	538	0	538
5.08.01	Reversão de Dividendos	0	0	0	538	0	538
5.09	Saldo Final	1.621.538	4.059.345	0	877.686	0	6.558.569

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2002 A 31/12/2002 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.589.995	4.133.615	0	1.153.476	24.970	6.902.056
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	31.543	(31.543)	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(1.001.833)	(1.001.833)
5.07	Destinações	0	0	0	0	(220.000)	(220.000)
5.07.01	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(220.000)	(220.000)
5.08	Outros	0	(42.727)	0	(1.153.476)	1.196.863	660
5.08.01	Reversão de Dividendos	0	0	0	0	660	660
5.08.02	Absorção de Prejuízo	0	(42.727)	0	(1.154.136)	1.196.863	0
5.09	Saldo Final	1.621.538	4.059.345	0	0	0	5.680.883

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
1	Ativo Total	16.782.267	15.024.891	13.813.886
1.01	Ativo Circulante	3.422.533	2.557.894	1.953.965
1.01.01	Disponibilidades	896.223	440.481	122.975
1.01.02	Créditos	2.343.531	1.942.099	1.622.093
1.01.02.01	Consumidores e Revendedores	1.211.086	1.058.610	882.421
1.01.02.02	Consumidores - Recomposição Tarifária	327.268	278.864	257.577
1.01.02.03	Concessionária - Transporte de Energia	27.876	28.669	18.271
1.01.02.04	Tributos e Contrib Sociais Compensáveis	119.328	107.829	21.322
1.01.02.05	Despesa Antecipada - CVA	463.508	315.234	225.833
1.01.02.06	Revendedores - Transações no MAE	45.560	39.037	82.476
1.01.02.07	Créditos Tributários	148.905	113.856	134.193
1.01.03	Estoques	19.253	22.230	20.663
1.01.04	Outros	163.526	153.084	188.234
1.01.04.02	Outros Créditos	163.526	153.084	188.234
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.132.008	3.662.697	3.328.386
1.02.01	Créditos Diversos	4.082.526	3.609.592	3.240.981
1.02.01.01	Contas a Receber do Governo do Estado	1.096.706	891.063	754.960
1.02.01.02	Consumidores - Recomposição Tarifária	1.032.601	1.265.310	1.149.563
1.02.01.03	Despesas Antecipadas - CVA	85.786	305.485	195.208
1.02.01.04	Créditos Tributários	171.724	269.183	406.646
1.02.01.05	Títulos e Valores Mobiliários	0	0	53.138
1.02.01.06	Racionamento - Bônus e Custos Adaptação	0	23.449	52.083
1.02.01.07	Revendedores - Transações no MAE	588.281	567.062	462.640
1.02.01.08	Tributos Compensáveis	142.368	115.933	100.426
1.02.01.09	Depósitos Vinculados a Letfégio	88.197	81.493	66.317
1.02.01.10	Consumidores e Revendedores	78.022	90.614	0
1.02.01.11	Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	361.082	0	0
1.02.01.12	Reajuste Tarifário Diferido	437.759	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	49.482	53.105	87.405
1.02.03.01	Incentivos Fiscais, Depósitos e Outros	49.482	53.105	87.405
1.03	Ativo Permanente	9.227.726	8.804.300	8.531.535
1.03.01	Investimentos	916.194	797.806	608.657
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	797.806	608.657
1.03.02	Imobilizado	8.247.882	7.984.367	7.897.782
1.03.03	Diferido	63.650	22.127	25.096

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
2	Passivo Total	16.782.267	15.024.891	13.813.886
2.01	Passivo Circulante	3.986.067	3.516.816	2.960.646
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.417.291	1.587.336	834.203
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	676.164	610.960	1.274.725
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	496.906	321.473	150.757
2.01.05	Dividendos a Pagar	652.331	311.212	211.106
2.01.06	Provisões	336.220	384.142	228.321
2.01.06.01	Salários e Contribuições Sociais	173.859	199.110	108.515
2.01.06.02	Encargos Regulatórios	98.889	133.718	93.856
2.01.06.03	Participações nos Lucros	63.472	51.314	25.950
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	407.155	301.693	261.534
2.01.08.01	Venda Antecipada de Energia Elétrica	0	0	0
2.01.08.02	Obrigações Pós-Emprego	199.738	185.226	180.992
2.01.08.03	Outras Obrigações	207.417	116.467	80.542
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.523.923	4.922.413	5.143.322
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.800.518	2.271.413	2.550.541
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	427.839	320.898	315.045
2.02.03.01	Contingências	427.839	320.898	315.045
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	2.295.566	2.330.102	2.277.736
2.02.05.01	Obrigações Pós-Emprego	1.353.543	1.496.027	1.656.488
2.02.05.02	Fornecedores - Suprimento	245.873	324.556	334.295
2.02.05.03	Racionamento - Sobretaxa	0	0	0
2.02.05.04	Venda Antecipada de Energia Elétrica	0	0	0
2.02.05.05	Impostos, Taxas e Contribuições	572.829	440.143	216.640
2.02.05.06	Outras Obrigações	123.321	69.376	70.313
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Participações Minoritárias	20.892	27.093	29.035
2.05	Patrimônio Líquido	7.251.385	6.558.569	5.680.883
2.05.01	Capital Social Realizado	1.621.538	1.621.538	1.621.538
2.05.02	Reservas de Capital	4.059.345	4.059.345	4.059.345
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	1.570.502	877.686	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	877.686	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

Data-Base - 31/12/2004 Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2004	4 -31/12/2003	5 -31/12/2002
2.05.05	Lucros/Prejuizos Acumulados	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	9.748.018	7.967.945	6.751.960
3.01.01	Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	8.602.365	7.235.477	5.991.216
3.01.02	Recomposição Tarifária Extraordinária	0	0	275.321
3.01.03	Reajuste Tarifário Diferid	358.602	0	0
3.01.04	Receita de Uso da Rede	244.517	256.757	185.421
3.01.05	Outras Receitas Operacionais	542.534	475.711	300.002
3.02	Deduções da Receita Bruta	(2.607.162)	(2.344.628)	(1.633.298)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	7.140.856	5.623.317	5.118.662
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(4.863.191)	(3.901.583)	(4.142.410)
3.04.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.479.799)	(1.393.423)	(1.732.678)
3.04.02	Encargos Uso da Rede Básica Transmissão	(585.888)	(310.263)	(297.537)
3.04.03	Gás Comprado para Revenda	(259.795)	(246.276)	(152.132)
3.04.04	Pessoal e Administradores	(698.732)	(658.161)	(442.594)
3.04.05	Entidade de Previdência Privada	(83.169)	(59.847)	(71.860)
3.04.06	Materiais	(66.256)	(74.672)	(49.084)
3.04.07	Materia-Prima e Insumos para Produção	(19.311)	(8.127)	(41.167)
3.04.08	Serviços de Terceiros	(238.740)	(209.490)	(140.051)
3.04.09	Deprerciação e Amortização	(524.313)	(514.910)	(508.054)
3.04.10	Provisões Operacionais	(80.432)	(33.416)	(77.223)
3.04.11	Compensação Financeira pela Utilização	(108.023)	(13.948)	(47.252)
3.04.12	Quota para Conta Consumo de Combustível	(292.147)	(282.309)	(344.902)
3.04.13	Conta de Desenvolvimento Energético CDE	(237.863)	(118.217)	0
3.04.14	Reversão (Provisão) para Perdas RTE	(104.271)	118.442	(177.627)
3.04.15	Outras	(84.452)	(96.966)	(60.249)
3.05	Resultado Bruto	2.277.665	1.721.734	976.252
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(876.504)	(160.178)	(1.066.249)
3.06.01	Com Vendas	(311.073)	(228.391)	(162.988)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(169.969)	(176.136)	(231.479)
3.06.03	Financeiras	(281.010)	335.090	(615.460)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.076.262	1.114.306	867.203
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(1.357.272)	(779.216)	(1.482.663)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(114.452)	(90.741)	(56.322)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	1.401.161	1.561.556	(89.997)
3.08	Resultado Não Operacional	74.345	(61.128)	(1.072.558)
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.08.02.01	Perda Extraordinária	0	0	0
3.08.02.02	Outros	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	1.475.506	1.500.428	(1.162.555)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(602.563)	(553.528)	(70.910)
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2004 a 31/12/2004	4 -01/01/2003 a 31/12/2003	5 -01/01/2002 a 31/12/2002
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	510.000	250.000	220.000
3.14	Participações Minoritárias	1.858	742	11.632
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	1.384.801	1.197.642	(1.001.833)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TEOURARIA (Mil)	162.084.691	162.084.691	162.084.691
	LUCRO POR AÇÃO	0,00854	0,00739	
	PREJUÍZO POR AÇÃO			(0,00618)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
4.01	Origens	5.117.201	2.759.068	2.108.096
4.01.01	Das Operações	1.081.242	1.008.402	508.231
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	1.384.801	1.197.642	(1.001.833)
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	(303.559)	(189.240)	1.510.064
4.01.01.02.01	Depreciação e Amortização	583.652	570.193	550.513
4.01.01.02.02	Juros e Variações Monet.de Longo Prazo	(881.404)	(916.077)	(60.223)
4.01.01.02.03	Imp.Renda e Contrib.Social Diferidos	0	0	0
4.01.01.02.04	Baixas Líquidas de Permanente	80.501	61.344	26.278
4.01.01.02.05	Provisões para Perdas	130.390	(48.784)	56.783
4.01.01.02.06	Resultado de Equivalencia Patrimonial	0	0	0
4.01.01.02.07	Receita Recomp Tarifária Extraordinária	0	0	(275.321)
4.01.01.02.08	Despesa com Compra de Energia Livre	0	0	45.330
4.01.01.02.09	Revendedores Transação no MAE	0	(21.318)	(464.977)
4.01.01.02.10	Obrigações Pós-Emprego	106.909	74.338	145.473
4.01.01.02.11	Provisão para Perda Extraordinária - CRC	325.637	197.988	1.321.269
4.01.01.02.12	Provisão para Perdas Recomp. Tarifária	104.271	(118.442)	177.627
4.01.01.02.14	Reajuste Tarifário Diferido	(358.602)	0	0
4.01.01.02.15	Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	(361.082)	0	0
4.01.01.02.16	Outros	(33.831)	11.518	(12.688)
4.01.02	Dos Acionistas	415	538	660
4.01.02.01	Recursos Recebidos para Aum.de Capital	0	0	0
4.01.02.02	Reversão de Dividendos	415	538	660
4.01.03	De Terceiros	4.035.544	1.750.128	1.599.205
4.01.03.01	Financiamentos Obtidos	2.632.544	716.870	518.288
4.01.03.03	Obrigações Especiais	132.888	96.396	157.091
4.01.03.04	Venda de Títulos de Valores Mobiliários	0	118.994	0
4.01.03.05	Redução de Capital em Controlada	0	0	0
4.01.03.06	Dividendo a Receber de Controlada	0	0	0
4.01.03.07	Amortiz. Contrato Cessão Crédito da CRC	48.912	27.918	0
4.01.03.08	Obrigações Pós-Emprego - Efeitos Fiscais	0	0	0
4.01.03.09	Ressarcimento dos Bônus Pagos a Consum.	0	0	132.596
4.01.03.10	Obrigações Fiscais Transf. L. Prazo	123.181	223.503	216.640
4.01.03.11	Transf. Realiz. L. P. Desp. CVA	519.171	101.819	224.517
4.01.03.12	Transf. Realiz. L. P. Recomp. Tarif. Ext	357.986	291.752	216.890
4.01.03.13	Transf. Realiz. L. P. Transações MAE	55.849	0	82.476
4.01.03.14	Transf. Realiz. L. P. Créd. Tributários	97.441	137.695	30.082
4.01.03.15	Redução do Realizável a Longo Prazo	2.111	7.340	0
4.01.03.16	Custo de Adaptação ao Racionamento	0	28.634	0
4.01.03.17	Aumento de Capital de Minoritários	0	0	11.526
4.01.03.20	Outros	65.461	(793)	9.099
4.02	Aplicações	3.318.813	2.711.309	3.029.201
4.02.02	Nos Investimentos	140.517	194.538	322.542
4.02.03	No Imobilizado	1.043.457	806.271	853.409
4.02.04	No Diferido	250	31	16.571
4.02.05	Juros s/ Capital Próprios e Dividendos	692.400	320.494	220.000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2004

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2004 a 31/12/2004	4 -01/01/2003 a 31/12/2003	5 -01/01/2002 a 31/12/2002
4.02.06	Transf Exigível L. Prazo p/ Circulante	1.202.406	1.149.380	1.107.498
4.02.07	Aumento do Realizável a Longo Prazo	0	0	57.537
4.02.08	Recomposição Tarifária Extraordinária	0	0	0
4.02.09	Despesa Antecipada - CVA	210.142	119.298	304.765
4.02.10	Racionamento - Bônus e Custos	0	0	87.586
4.02.11	Depósitos Vinculados a Litígios	0	15.176	50.080
4.02.12	Efeito da Consolidação Integral Infovias	0	0	9.213
4.02.13	Tributos Compensáveis	20.826	15.507	0
4.02.14	Consumidores e Revendedores	0	90.614	0
4.02.15	Efeito Decorrente Consolidação Gasmig	8.815	0	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	1.798.388	47.759	(921.105)
4.04	Variação do Ativo Circulante	864.639	603.929	263.391
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	2.557.894	1.953.965	1.690.574
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	3.422.533	2.557.894	1.953.965
4.05	Variação do Passivo Circulante	(469.251)	(556.170)	(1.184.496)
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	(3.516.816)	(2.960.646)	(1.776.150)
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	(3.986.067)	(3.516.816)	(2.960.646)

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais individuais (controladora) e consolidados da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2004 e 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual (controladora) e consolidada da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e controladas em 31 de dezembro de 2004 e 2003, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos individuais (controladora) e consolidados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As informações suplementares contidas nos Anexos I e II, referentes, respectivamente, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado individuais (controladora) e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós examinadas, de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
5. As informações suplementares contidas no Anexo III, referentes à demonstração do resultado segregado por atividade individual (controladora) da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003, estão apresentadas por determinação do Órgão Regulador das atividades da Companhia e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Estas informações foram por nós examinadas, de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação aos critérios descritos no Anexo III.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

6. Conforme descrito nas notas explicativas nº. 8, 9, 10 e 18, às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2004 e 2003, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e controladas possuem registrados ativos e passivos relativos às operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia – MAE, sucedido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE/CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2004, os quais podem ser modificados em função de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

7. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 13 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2004 e 2003, em decorrência da revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, em 7 de abril de 2003, a ANEEL fixou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Companhia resultando em aumento de 31,53 %, aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 8 de abril de 2003. Em 7 de abril de 2004, a ANEEL alterou esse percentual, ainda em caráter provisório, para 37,86%. Essa alteração resultou na contabilização de um ativo, cujo saldo em 31 de dezembro de 2004 é de R\$437.759 mil. Esse montante está registrado no ativo realizável a longo prazo e será realizado pela inclusão nas contas de energia. O referido reposicionamento tarifário continua em processo de validação e homologação definitiva pela ANEEL. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2004, não contemplam eventuais outros ajustes que poderão resultar do reposicionamento tarifário definitivo.

Belo Horizonte, 7 de março de 2005.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 S/MG

Gilberto Grandolpho
Contador
CRC-SP 139.572/O-5 S/MG

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A CEMIG submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004.

As informações apresentadas são consolidadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2004 foi de grandes realizações, com um crescimento substancial em todas as áreas de atuação da CEMIG. Buscamos a expansão equilibrada de nossa estrutura de negócios porque assim estaremos assegurando a sustentabilidade empresarial. O presente Relatório registra os resultados positivos dessa estratégia, seja através dos indicadores do desempenho seja pelas medidas que configuram uma empresa mais eficiente.

Lançamos as bases para o crescimento sustentável, através de um plano diretor que visa a uma participação de mercado que assegure uma presença entre as seis maiores empresas do setor elétrico brasileiro. Com este plano, buscamos cumprir a missão aprovada pelo Conselho de Administração de "atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social".

Nossa estratégia foi desenvolvida para atingir o crescimento sustentável e agregar valor para acionistas e clientes. Graças a ela, obtivemos, em 2004, um aumento de 34% em nosso valor de mercado enquanto o IBOVESPA variou somente 12%. No biênio 2003/2004, a CEMIG apresentou uma valorização de 162% e, em dezembro de 2004, seu valor de mercado chegou a aproximadamente R\$10 bilhões.

Para crescer com o ritmo necessário para atingir a participação de mercado prevista em nosso plano diretor, tivemos que rever toda a estratégia organizacional para torná-la adequada aos novos tempos de competição e mantida sua aderência aos preceitos legais e regulamentares estabelecidos pelo poder concedente.

Identificar em tempos de mudança as oportunidades para crescer torna-se um processo crucial de busca e avaliação onde todo conhecimento do setor, experiência, tecnologia e foco no negócio se traduzem em vantagem competitiva.

A reorganização societária que empreendemos em 2004 vai muito além do simples cumprimento de disposições regulatórias e produzirá oportunidades de crescimento tanto no curto como no longo prazo.

A constituição de duas subsidiárias integrais para conduzir, uma, o negócio de geração e transmissão e, outra, o de distribuição, conferirá agilidade necessária para a adequação ao novo marco regulatório, além de dar maior transparência aos custos operacionais dos negócios.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Neste contexto, podemos citar a venda de nossa participação de 40% no capital da GASMIG para a Gaspetro, subsidiária da Petrobrás para o negócio de gás natural; além do ganho de capital proporcionado à CEMIG, a iniciativa irá ampliar o atendimento ao mercado de consumo de gás natural no Estado de Minas Gerais dos atuais 3,5 milhões de m³/dia para 4,5 milhões de m³/dia ao final de 2006, atingindo 11,1 milhões de m³/dia em 2023. Esta expansão elevará a GASMIG à condição de uma das maiores empresas do Estado em receita operacional.

Em 23 de dezembro, concluímos a aquisição, por R\$ 134 milhões, do controle acionário da Rosal Energia S/A, anteriormente pertencente à Caiuá Serviços de Eletricidade S/A – CAIUÁ. A usina de Rosal está situada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, no Rio Itabapoana, e possui uma potência instalada de 55 MW e energia assegurada de 30 MW médios. Apesar da pequena capacidade instalada, esta aquisição representa o primeiro e importante passo na implementação da estratégia de crescimento fora do Estado de Minas Gerais, ao qual estiveram até aqui circunscritas as operações da CEMIG.

Orientados para a criação de valor, estamos também revisando nossas práticas gerenciais, entre as quais destacamos: a atualização de nosso sistema de informações gerenciais para uma versão mais moderna e consistente com os compromissos internacionais de governança corporativa; a reestruturação do sistema de carreira e remuneração dos empregados para ampliar as oportunidades de crescimento profissional e vincular o crescimento salarial à lucratividade da empresa e a reestruturação organizacional voltada para a excelência gerencial e para o aumento da competitividade.

Do ponto de vista operacional, obtivemos resultados bastante favoráveis resultantes da revisão dos processos de aquisição de serviços, materiais e equipamentos com redução dos níveis de estoque, bem como a melhoria do atendimento aos clientes colocando à sua disposição um maior número de postos de atendimento seja através de telefone seja através de agências mais bem equipadas.

Ao final do ano, no âmbito do novo marco regulatório, participamos do leilão de contratos de capacidade de geração de usinas existentes, promovido pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, onde obtivemos preços bastante atrativos em relação a média de preços observada. Com o intuito de reduzir a exposição ao risco do leilão, tomamos a iniciativa de negociar com clientes industriais contratos cujo preço remunerasse de forma mais efetiva a excelência operacional de nossos ativos, proporcionando ganhos para as duas partes.

Cabe destacar também o bom desempenho e o quadro de solidez refletidos em nossos demonstrativos financeiros. O Lucro Líquido cresceu 15,6% chegando a R\$1.385 milhões, ou R\$8,54 por mil ações, alta de 15,6% comparado ao ano de 2003; geração de caixa, medida pelo conceito LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) atingiu a R\$2.266 milhões, 26% maior comparado ao ano anterior.

Nossa dívida está em R\$ 4,2 bilhões, aproximadamente 37% da capitalização da empresa (dívida líquida mais patrimônio líquido), onde 76% estão indexados a índices de inflação e 24% vinculados à variação cambial. Nosso objetivo é manter o endividamento próximo dos níveis atuais, sendo que captamos R\$1.546 milhões com prazos de vencimento que variam de 2 a 10 anos e assim obtendo um benefício maior: o alongamento de seu perfil. Ao final de 2004, os principais índices de cobertura da dívida apresentavam desempenho consistente com os compromissos assumidos junto a instituições financeiras, justificando a melhoria de nossa avaliação pela Moody's, agência internacional de classificação de risco de crédito, de Baa3 para Baa2.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Confiante na viabilidade dos resultados previstos em nosso Plano, a Administração propôs uma alteração estatutária visando a mudança de nossa política de dividendos para fixar o mínimo obrigatório em 50% do nosso lucro líquido. Acreditamos que essa iniciativa reforçará a atratividade de nossas ações. Além disso, o pagamento deverá se dar em duas parcelas semestrais no ano seguinte ao da declaração e a cada dois anos, sempre que houver caixa disponível, haverá dividendos extraordinários. Desta forma, estamos propondo aos nossos acionistas o pagamento de R\$693 milhões com dividendos a serem distribuídos no próximo ano.

Avançamos também no que se refere à governança corporativa, incorporando práticas reconhecidas internacionalmente, em especial a divulgação de nossos Princípios Éticos e Normas de Conduta que orientarão o comportamento dos administradores e empregados, o que representa um compromisso com os valores mais altos da sociedade em que estamos integrados.

Em reconhecimento à efetiva implementação de seus compromissos, a CEMIG foi selecionada, pelo quinto ano consecutivo, para compor o Dow Jones Sustainability Index, sendo a única concessionária de energia elétrica da América Latina a compor o índice. Há apenas três empresas no Brasil selecionadas nesses 5 anos.

Sentimo-nos, portanto, preparados para enfrentar, com sucesso, os desafios que surgirem no nosso caminho rumo à construção de uma empresa cada vez mais sólida, rentável e socialmente responsável.

AMBIENTE INSTITUCIONAL E O LEILÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O ano de 2004 foi marcado pelas expectativas dos resultados das mudanças no modelo energético implementadas pelo Ministério das Minas e Energia. O novo marco regulatório, aprovado pelo Congresso em março através da Lei 10.848, tem o desafio de garantir o suprimento de energia elétrica necessário ao desenvolvimento econômico do País a preços suportáveis pelos consumidores e com taxas de retorno atraentes para os novos investimentos.

Dentre os principais objetivos do Novo Modelo destacam-se:

- I. Garantia da segurança de suprimento - Para garantir a segurança de suprimento, o Novo Modelo estabelece a exigência de contratação da totalidade da carga pelos distribuidores e prevê ainda um cálculo realista dos lastros de geração (energia assegurada), a contratação de hidrelétricas e térmicas em proporções que assegurem melhor equilíbrio entre garantia e custo, e um monitoramento permanente do suprimento.
- II. Modicidade tarifária - a ser alcançada com a contratação de energia sempre por meio de leilões, na modalidade "menor tarifa", pela contratação por licitação conjunta de compra de energia para distribuidores (*pool*) e pela contratação separada da energia de novas usinas (atendimento à expansão) e de usinas existentes (atendimento ao mercado existente), ambas por licitação.

As geradoras concessionárias de serviço público de geração de energia elétrica podem vender sua energia ao *pool* ou em contratos com consumidores livres, desde que a venda seja na forma de leilão para garantir publicidade, transparência e igualdade de acesso aos interessados.

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em dezembro de 2004 ocorreu o megaleilão das energias existentes, cujos produtos ofertados foram contratos de oito anos com início de fornecimento para 2005, 2006 e 2007.

Os preços praticados no leilão não agradaram aos investidores privados que entenderam haver uma descapitalização das empresas federais, um dos pilares de sustentação da expansão do setor, segundo a estratégia do governo que prescreve parcerias com agentes privados.

Por outro lado, o resultado do leilão irá beneficiar uma grande parte dos consumidores através de redução nas tarifas em 2005, principalmente aqueles cujas distribuidoras compravam energia através de contratos iniciais com preços superiores aos definidos no leilão.

Para viabilizar os projetos de expansão da geração foi adotado o modelo de licitação pelo menor preço ofertado, vinculado a um contrato de compra da energia por parte do *pool*, de forma a oferecer segurança ao investidor e conseqüentemente maior atratividade para o negócio.

Está previsto para fevereiro de 2005 o primeiro leilão dos empreendimentos relativos à expansão da geração, cujo resultado irá mostrar se os objetivos do governo serão alcançados.

Participação da CEMIG no leilão de energia

A CEMIG buscou uma adequada preparação para atuar no novo ambiente regulatório e também para participar do leilão de energia elétrica, destacando-se as seguintes medidas:

- I. Redução da exposição no leilão, através da negociação de contratos bilaterais com consumidores livres. O preço médio dos contratos bilaterais para 2005 foi de R\$71,00/MWh (21,00% superior aos preços negociados no leilão para 2005). Desta forma, a CEMIG não negociou nenhum MWh no leilão para fornecimento em 2005.
- II. Avaliação dos cenários através do mapeamento e acompanhamento do mercado, com a identificação de riscos e implementação de medidas mitigatórias.
- III. Equipe com experiência em negociações de contratos de energia, com adequado treinamento, inclusive no exterior.
- IV. Contratação de consultoria especializada, com conhecimento e técnicas de simulação utilizando as regras oficiais.

Como resultado desta preparação, a CEMIG vendeu pelo período de 8 anos, com entrega a partir de 2006, 927 MW médios ao preço de R\$69,58/MWh, ou seja, R\$2,25/MWh acima do preço médio negociado.

DESVERTICALIZAÇÃO

Os contratos de concessão para distribuição de energia elétrica da CEMIG, assinados em 1997, determinavam que a Companhia deveria reestruturar suas operações através do desmembramento de suas atividades de geração, transmissão e distribuição em subsidiárias integrais ("desverticalização").

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Conforme determinação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2003, a CEMIG desenvolveu estudos que resultaram na implementação da desverticalização das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, adequando-se a exigência constante da Medida Provisória nº 144, de 11 de dezembro de 2003, posteriormente convertida na Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, de reestruturação do modelo do setor elétrico brasileiro.

Desta forma, a CEMIG constituiu as subsidiárias integrais de capital aberto, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A., para desenvolver as suas atividades no negócio de energia elétrica. A empresa Companhia Energética de Minas Gerais terá como principal ativo a sua participação no capital das empresas mencionadas e das demais controladas.

Os principais saldos de ativos e obrigações transferidos para as empresas subsidiárias estão demonstrados nas Notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2004.

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Política de atendimento

A CEMIG implementa, de forma contínua, melhorias na sua estrutura de atendimento aos seus clientes, de forma a estabelecer canais de comunicação mais eficientes e agilidade no atendimento as suas expectativas e interesses. Dentre as ações, destacamos:

- I. Reestruturação e modernização das Agências de Atendimento para adequá-las à uma nova filosofia de relacionamento, com aplicação das áreas de auto-atendimento e instalação de linhas telefônicas com acesso direto à Central de Atendimento "Fale com a Cemig".
- II. Instalação de máquinas de auto-atendimento em locais externos como centros comerciais, shopping-centers e outros (Internet Pública), possibilitando maior interação com o cliente.
- III. Credenciamento de estabelecimentos comerciais (farmácias, locadoras e padarias) sinalizados com a marca CEMIG (Agentes Cemig Fácil), para a expansão dos pontos de arrecadação e prestação de outros serviços comerciais em áreas que não possuem representante da CEMIG, beneficiando com esta ação, mais de 600 municípios mineiros.
- IV. Implementação do Cemig Postal, um canal desenvolvido para os nossos clientes onde são utilizados formulários com postagem "pré-paga", disponíveis gratuitamente em locais sinalizados nos agentes Cemig Fácil.
- V. Expansão da Central Fale com a Cemig, hoje estruturada com mais de 300 posições de atendimento, permitindo maior eficiência nos serviços, sem o deslocamento do cliente.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mercado de energia elétrica

A CEMIG alcançou um volume de vendas próximo do registrado em 2000, período anterior ao racionamento de energia elétrica.

Classe	Venda de energia elétrica a consumidores finais - GWh				
	2000	2001	2002	2003	2004
Industrial	22.247	21.351	21.906	21.715	23.071
Residencial	7.576	6.475	6.360	6.529	6.526
Comercial	3.584	3.269	3.283	3.402	3.537
Rural	1.676	1.572	1.705	1.783	1.846
Outros	2.426	2.229	2.330	2.478	2.499
Total	37.509	34.896	35.584	35.907	37.479

A expansão nas vendas em 2004 foi impulsionada pelo incremento do consumo no segmento industrial, estimulada pelo crescimento das exportações e pelos seus efeitos multiplicadores sobre o restante da economia.

Entre os setores industriais que mais cresceram o consumo, destaca-se a indústria metalúrgica, cujo consumo aumentou 9,90%, sendo responsável por 50,7% do consumo industrial no mercado da CEMIG. Outro setor industrial que apresentou excelente performance foi o segmento da indústria química, que respondeu por 12,7% do volume de energia do setor industrial, com crescimento de 7,2%.

O crescimento do consumo na classe rural foi decorrente do aumento de 6,3% no consumo convencional em contrapartida a um decréscimo de 2,4% na irrigação.

Por outro lado, a classe residencial não apresentou crescimento no consumo na comparação com 2003. Mesmo incorporando mais de 130 mil novos clientes residenciais, o consumo nesta classe ainda encontra-se estagnado, conseqüência dos hábitos adquiridos pela população de usar a energia elétrica de forma racional durante a vigência do Programa de Racionamento.

Em 2004, ocorreu um aumento de 2,28% na base de consumidores da CEMIG, 130.692 novos consumidores faturados, sendo 110.304 na área urbana e 20.388 na área rural. A CEMIG atingiu a marca de 5.873.583 consumidores finais faturados em dezembro de 2004.

Tarifa

Tarifa de distribuição

As tarifas da CEMIG, homologadas pela Resolução nº 83 de 07 de abril de 2004, tiveram um reajuste médio de 19,13%, a vigorar a partir de 8 de abril de 2004. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo com o objetivo de eliminar gradualmente, conforme nota da ANEEL, os subsídios cruzados existentes entre grupos de consumo. Desta forma, os consumidores residenciais tiveram um percentual de aumento de 14,78% em suas contas de energia enquanto que, os consumidores de alta tensão tiveram um aumento de 28,31%, com consumo superior a 230 KV.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Do reajuste médio de 19,13% aplicado, 8,88% foram para ressarcir a CEMIG de diferenças em custos não gerenciáveis que não haviam sido repassados às tarifas e 2,91% referentes a compensação de reajuste a menor na revisão tarifária de 2003.

Em 24 de maio de 2004, a ANEEL republicou a Resolução nº 83, modificando as tarifas a serem cobradas. A Companhia considera que as novas tarifas divulgadas pela ANEEL, representando um reajuste de aproximadamente 14,00%, são insuficientes para garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, conforme previsto em contrato. A CEMIG impetrou um procedimento administrativo contra a ANEEL com o objetivo de manter o reajuste médio originalmente publicado pela Resolução nº 83. Esse ponto ainda está sendo objeto de discussão e eventuais diferenças deverão ser ajustadas em abril de 2005, quando do próximo reajuste tarifário.

Apesar do recurso administrativo mencionado, a CEMIG está aplicando em suas tarifas, a partir de 25 de maio de 2004, o reajuste de 14,00% informado através da Resolução 83 retificada pela ANEEL em 24 de maio de 2004.

Receitas de Transmissão

Em julho, foi também reajustada a receita permitida do segmento de transmissão. O aumento de 15,34% resultou do reajuste da receita anual através da aplicação do IGP-M acumulado até maio no valor de 7,03%, e da receita oriunda de novos investimentos.

Carga tributária no setor elétrico

No que se refere a carga de impostos, existe uma realidade de tarifas excessivamente oneradas pela elevada carga tributária do setor elétrico.

Apesar disso, ocorreu mais um aumento em 2004 em função do reajuste das alíquotas de PIS-PASEP e COFINS. O impacto desse aumento e a forma de repasse estão em discussão com a ANEEL, estando a solução prevista para 2005.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO CONSOLIDADO

Lucro Líquido

A CEMIG e suas controladas ("CEMIG") apresentaram, no exercício de 2004, um lucro líquido de R\$1.385 milhões, em comparação ao lucro de R\$1.198 milhões no exercício de 2003.

O resultado foi favorecido principalmente pelo aumento na receita com fornecimento bruto de energia elétrica no montante de R\$1.367 milhões e pela receita extraordinária referente ao Reajuste Tarifário Diferido, conforme será descrito em maiores detalhes a seguir.

A destinação do lucro líquido, conforme proposição da Diretoria Executiva, está descrita neste relatório no item de Governança Corporativa.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Receita Operacional Líquida

RECEITAS OPERACIONAIS – R\$ milhões			
	2004	2003	Var. %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	8.602	7.235	18,89
Reajuste Tarifário Diferido	359	-	-
Receita de Uso da Rede	245	257	(4,67)
Outras Receitas Operacionais	542	476	13,87
	9.748	7.968	22,34

Receita com fornecimento bruto de energia elétrica:

O crescimento da receita com fornecimento bruto de energia elétrica decorre basicamente dos seguintes fatores:

- I. reajustes nas tarifas de 31,53% a partir de 8 de abril de 2003 (efeito integral no exercício de 2004) e 14,00% a partir de 8 de abril de 2004;
- II. aumento de 4,38% no volume de energia vendida (excluindo consumo próprio).

Reajuste Tarifário Diferido

Em função da diferença apurada entre o reposicionamento tarifário a que a CEMIG teria direito em 8 de abril de 2003, no percentual de 37,86%, e o reajuste efetivamente aplicado, de 31,53%, foi apurado um ativo regulatório, em contrapartida à receita operacional, no montante de R\$359 milhões. Os valores reconhecidos como receitas serão recebidos através de um percentual a ser aplicado nos reajustes tarifários a serem aplicados de 2005 a 2007.

Deduções a receita – PIS-PASEP/COFINS

A CEMIG reconheceu um ativo regulatório em contrapartida a redução na despesa com PIS-PASEP e COFINS no montante de R\$343 milhões. Este diferimento deve-se ao ressarcimento que a Companhia tem direito em função da majoração das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS sem o correspondente repasse para as tarifas. Os valores serão recebidos nos reajustes tarifários futuros, em critério a ser definido pela ANEEL.

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	2004	2003	Var. %
Custos Controláveis			
Pessoal	809	740	9,32
Obrigações Pós-emprego	107	74	44,59
Materiais	83	88	(5,68)
Serviços de Terceiros	333	321	3,74
Provisões Operacionais	159	105	51,43
Gás Comprado para Revenda	260	246	5,69
Participações dos Empregados	110	93	18,28
Provisão (Reversão) para Perdas na Recuperação da RTE	104	(118)	-
Outras Despesas Líquidas	206	160	28,75
Depreciação e Amortização	584	570	2,46
	2.755	2.279	20,89
Custos não controláveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.480	1.393	6,25
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	108	14	671,43
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	292	282	3,55
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	586	310	89,03
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	238	118	101,69
	2.704	2.117	27,73
	5.459	4.396	24,18

Custos não controláveis

Os valores dos custos e despesas não controláveis registrados no resultado referem-se aos valores que foram efetivamente utilizados na composição do cálculo da tarifa a ser aplicada pela CEMIG.

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente ocorridos são compensados nos reajustes tarifários subseqüentes, sendo registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo como despesas antecipadas, caso a Companhia tenha desembolsado valores a maior do que havia sido considerado na tarifa, ou como obrigações no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, em caso contrário.

Custos controláveis

As principais variações nos custos e despesas controláveis estão descritas a seguir:

- I. Aumento na despesa com pessoal em função dos seguintes fatores: (i) reajuste de 16,20% nos salários dos empregados da CEMIG em novembro de 2003 (efeito integral em 2004) e 7,00% em novembro de 2004; (ii) Plano de Cargos e Remuneração – PCR implementado em 2004; e, (iii) valores provisionados em função do Programa de Desligamento Incentivado – PDI implementado pela Companhia em 2004 e 2003 (vide nota explicativa nº 28 das Demonstrações Financeiras).
- II. Crescimento nas despesas com benefícios pós-emprego em função do aumento nas obrigações atuariais da CEMIG em 2004. As despesas com benefícios pós-emprego

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS Data-Base - 31/12/2004
Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- III. Provisão para perdas da RTE em função de estudos indicando que o prazo de vigência da RTE será insuficiente para recebimento dos valores.
- IV. Aumento nas provisões operações operacionais em função de novas contingências judiciais e provisão de R\$23 milhões referente aos bônus pagos durante a vigência do Programa de Racionamento. (Vide maiores explicações na Nota Explicativa nº 28 das Demonstrações Financeiras).

EBITDA (LAJIDA)

O EBITDA apresentou um crescimento expressivo de 26,17% na comparação de 2004 com 2003. No período de 2000 a 2004, cresceu 94,17% em comparação a uma inflação medida pelo IPCA, de 42,49%. Este resultado pode ser considerado muito positivo, tendo em vista o Programa de Racionamento de Energia Elétrica que ocorreu em 2001 e que provocou uma redução na receita das Distribuidoras de energia elétrica.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro foi uma receita líquida de R\$229 milhões comparada a uma receita líquida de R\$585 milhões em 2003, uma redução de 60,85%.

Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro no exercício estão relacionados a seguir:

- I. Receita líquida com variações cambiais de R\$86 milhões comparada a uma receita de R\$336 milhões em 2003, advinda principalmente dos efeitos sobre os empréstimos e financiamentos da CEMIG indexados em moeda estrangeira. No exercício o Real apresentou uma valorização de 8,74% frente ao Dólar norte-americano em comparação a uma valorização de 18,23% no exercício de 2003.
- II. Aumento da receita com juros e variação monetária referentes aos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais decorrente, substancialmente, do aumento do IGP-DI, indexador do contrato da Conta de Resultado a Compensar ("CRC"), 12,14% em 2004 comparado a 7,67% em 2003.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 29 das Demonstrações Financeiras.

Resultado não Operacional

A receita não operacional líquida de R\$74 milhões comparada a R\$61 milhões de despesa não operacional líquida em 2003 decorre substancialmente do ganho de R\$102 milhões referente à alienação de 40,00% na participação da GASMIG, conforme mencionado no Capítulo de "investimentos".

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA

O disponível no fim do exercício somava R\$896 milhões (R\$440 milhões em 2003), um crescimento de R\$456 milhões.

A Geração de caixa operacional foi de R\$1.642 milhões (R\$591 milhões em 2003). Entre os fatores que contribuíram para esse crescimento, podemos destacar o repasse em 2004 para as tarifas de parcela dos custos não gerenciáveis que não haviam sido repassados em exercícios anteriores e também o pagamento em 2003 de R\$708 milhões na CCEE/MAE referente a compra de energia durante o período do Programa de Racionamento.

As atividades de financiamento representaram uma saída de caixa de R\$135 milhões comparada a entrada de R\$631 milhões em 2003. Em 2004, a captação de recursos foi próxima do necessário para amortização das dívidas, R\$1.546 e R\$1.424 milhões, respectivamente, tendo ocorrido ainda o pagamento de R\$309 milhões em dividendos. Em 2003, ocorreu uma captação de R\$1.537 milhões em novos empréstimos e financiamentos em comparação a R\$826 milhões de amortização de dívida, uma entrada líquida de R\$711 milhões, que foram utilizados basicamente no financiamento de novos investimentos.

INVESTIMENTOS

Adicionalmente às atividades de concessionária do serviço público, atuando na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em quase todo o Estado de Minas Gerais, a CEMIG vem desenvolvendo várias outras atividades sinérgicas ao seu negócio principal, levando a sua marca a setores diversos como telecomunicações, serviços de eficiência energética e outros, objetivando sempre um aumento na rentabilidade da Companhia e fortalecimento de sua posição no mercado.

Foi organizado, no final dos anos 90, o Comitê de Priorização de Obras, que vem atuando na análise dos projetos de expansão constantes do plano quinquenal de negócios, recomendando à Diretoria Executiva a execução desses projetos e garantindo que o retorno mínimo exigido pelo Conselho de Administração seja atendido.

Os principais investimentos da CEMIG foram como segue:

	2004	2003	Var. %
Geração			
- Usina de Aimorés	127	101	25,74
- Usina de Irapé	447	229	95,20
- Usina de Queimado	3	46	(93,48)
- Rosal Energia	98	-	-
- Outros empreendimentos de geração	12	141	(91,49)
Total da Geração	687	517	32,88
Distribuição	222	238	(6,72)
Transmissão	65	90	(27,78)
Gás	28	20	40,00
Telecomunicações	17	22	(22,73)
Outros	32	17	88,24
	1.051	904	16,26

00245-3 CIA ENERGENS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Geração

A CEMIG e suas controladas possuem 52 usinas, sendo 48 hidrelétricas, 3 termelétricas e 1 eólica, com uma capacidade instalada de 5.949 MW. Os principais empreendimentos em construção e concluídos em 2004 estão demonstrados abaixo:

Empreendimentos	Potência	Participação CEMIG	Início previsto da operação
- EM CONSTRUÇÃO			
Usina de Irapé	360 MW	100,00%	Março/2006
Usinas de Capim Branco I e II	450 MW	21,05%	Junho/2007
Usina de Aimorés	330 MW	49,00%	Maio/2005
- CONCLUÍDAS EM 2004			
Usina de Queimado	105 MW	82,50%	Abril/2004
Usina de Pai Joaquim	23 MW	48,50%	Maio/2004
Usina Termelétrica de Barreiro	12,9 MW	100,00%	Março/2004

Programa Minas PCH

Em 2004, foi iniciado o Programa Minas PCH cuja finalidade é viabilizar a construção de pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") no estado de Minas Gerais, através de parcerias entre a CEMIG, investidores privados, órgãos e empresas do Governo estadual.

Com a implantação desse Programa será possível a diversificação das fontes de geração de energia, aumento da capacidade instalada no estado, melhoria da qualidade de energia, atendimento à demanda das regiões com limitações do sistema elétrico, atração de capital privado para o setor de infra-estrutura, desenvolvimento regional e criação de novos empregos.

Já foram assinados 13 acordos de confidencialidade que caso venham a se transformarem em contratos de parceria, resultarão em um aumento de 173 MW na capacidade de geração de energia do estado.

Transmissão

Em 2004, foi concluída a implantação da Subestação (SE) Bom Despacho 3, de 500 Kv, implantada na região Oeste de Minas Gerais. Sua energização ocorreu em 03 de maio de 2004. Essa instalação beneficia o sistema elétrico da região Sudeste do Brasil e, principalmente, os consumidores mineiros das regiões Central, Vale do Aço e Zona da Mata.

Foi também concluída a ampliação da capacidade da SE Ipatinga 1, que passou de 90 MVA para 315 MVA, beneficiando cerca de 180.000 consumidores das regiões de Ipatinga, Caratinga e Cataguases.

Principais projetos de transmissão iniciados em 2004

- Linha de Transmissão (LT) Montes Claros 2 – Irapé, de 345 Kv, com 150 Km de extensão, que interligará o AHE Irapé ao sistema interligado nacional, com previsão de entrada em operação no segundo semestre de 2005. Este empreendimento está sendo implantado pela Companhia Transleste de Transmissão, com participação de 25,00% da CEMIG.

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- LT2 Aimorés – Mascarenhas, de 230 Kv, com 12 Km de extensão, que interligará o AHE Aimorés ao sistema interligado nacional, com entrada em operação prevista para fevereiro de 2006.

Leilões de transmissão – Participação da CEMIG

A CEMIG participou dos Leilões 001/2004 e 002/2004, realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 30 de setembro de 2004 e 18 de novembro de 2004, respectivamente, obtendo as concessões para construção, operação e manutenção das seguintes instalações:

- LT Furnas – Pimenta, 345 Kv, 75 Km, com participação da CEMIG – 51% e Furnas – 49%.
- LT Itutinga - Juiz de Fora, 345 Kv, 140 Km, com participação da CEMIG – 24%, Alusa – 41%, Furnas – 25% e Orteng – 10%.
- LT Irapé – Araçuaí, 230 Kv, 65 Km, e as subestações de Irapé (MG) e Araçuaí (MG), com participação da CEMIG – 24,4%, Alusa – 40,8%, Furnas – 24,4% e Orteng – 9,9%, Outros – 0,5%.

Distribuição

Programa “Luz para Todos” – Universalização do acesso e uso da energia elétrica

A Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica se tornou obrigatória através da lei 10.438, de 26/04/02 alterada pela Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, em seu art. 14, que atribuiu à ANEEL a tarefa de estabelecer metas de universalização, do acesso ao serviço público de energia elétrica, nas quais o atendimento de novas ligações, para unidades consumidoras com carga instalada de até 50 KW atendidas em tensão secundária, deverá ser realizado sem ônus de qualquer espécie para o solicitante.

O Programa instituído pelo Governo Federal em 2003 e denominado “Luz para Todos”, objetivou antecipar a meta de completar 100% da eletrificação no país até 2008, sem qualquer ônus para o consumidor.

Em Minas Gerais, o protocolo de adesão assinado estabelece o prazo limite da universalização no Estado de Minas Gerais até 2006, o que exigirá a ligação de aproximadamente 176 mil consumidores rurais.

O Programa tem um orçamento estimado pela CEMIG em R\$1.641 milhões, sendo necessária a construção de 65 mil Km de rede rural.

Os recursos do Governo Federal são a fundo perdido ou com custos subsidiados e devem ser aportados pela Eletrobrás. Conforme estabelecido pelo Conselho de Administração, 5,00% do lucro líquido anual deve ser destinado a viabilização de projetos de grande alcance social e de rentabilidade reduzida. A CEMIG utilizará parte destes recursos no Programa “Luz para Todos”.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Programa Campos de Luz

Esse Programa tem por objetivo incentivar a prática de esportes com a iluminação de campos de futebol, através de um convênio entre a CEMIG e o Governo do Estado de Minas Gerais. A primeira fase do projeto prevê a iluminação de 135 campos de futebol, sendo que até dezembro de 2004 já haviam sido iluminados 87 campos.

Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ

O objetivo principal deste programa é modernizar os sistemas de Iluminação Pública com a introdução de tecnologia mais eficiente, visando a redução do consumo de energia elétrica no horário de ponta do sistema elétrico, com redução dos gastos com operação e manutenção e aumento da segurança nas vias públicas.

Até dezembro de 2004 foram modernizados 79.000 pontos de iluminação pública, principalmente em Belo Horizonte, com investimentos de R\$ 22 milhões, propiciando uma redução anual de 10.776 MWh no consumo.

Outros projetos de distribuição

Foram negociados importantes projetos de iluminação de rodovias que proporcionarão maior segurança para os usuários e para a população que habita às margens das mesmas, destacando-se a iluminação de 22,5 km da MG-010, 22 Km da BR-040 e 9,6 Km da MG-030.

A iluminação da MG-010 compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e o Aeroporto Internacional Tancredo Neves ("Confins"), viabilizará a transferência dos vôos domésticos de Belo Horizonte, do Aeroporto da Pampulha para Confins, proporcionando melhor infra-estrutura e segurança aos usuários além de ampliar a utilização do Porto Seco da região.

Gás Natural

A Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG, controlada da CEMIG, é responsável pela distribuição de gás natural canalizado em Minas Gerais.

Em 2004, a GASMIG investiu R\$28 milhões na expansão de sua rede de distribuição no Estado. Foram construídas 256,4 km de rede, 33 km a mais do que no ano de 2003.

Acordo de cooperação com a Petrobrás

Em 15 de dezembro de 2004, a CEMIG alienou parte de suas ações da GASMIG, correspondente a 40% do capital social, sendo 39,5% para a subsidiária da Gaspetro, TSS Participações S.A., e 0,5% para a Gaspetro. O valor total da operação foi de R\$154 milhões, sendo apurado, um ganho de R\$102 milhões, registrado no resultado do exercício de 2004 como receita não operacional.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A referida alienação é resultante do Acordo de Associação entre CEMIG, GASMIG, Gaspetro e Petrobrás, assinado em 25 de agosto de 2004, com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento do mercado de gás natural em todo o Estado de Minas Gerais. O Acordo contempla um Plano Diretor prevendo o mercado a ser atendido, os investimentos a serem realizados pela Petrobrás e suas subsidiárias em gasodutos de transporte e expansão das redes de distribuição de gás pela GASMIG.

Esses investimentos proporcionarão um aumento no volume de gás vendido, passando dos atuais 3,5 milhões de m³/dia para 4,5 milhões de m³/dia ao final de 2006, chegando a 11,1 milhões de m³/dia em 2023.

Telecomunicações

Em 2004 o crescimento do setor de telecomunicações não correspondeu as expectativas, mas apesar disso, a Infovias conseguiu cumprir suas metas estabelecidas. No primeiro semestre obteve um tímido desempenho que foi compensado pela boa recuperação no segundo semestre. O crescimento do número de circuitos em 2004 foi de 37,00%, sendo que no primeiro semestre o crescimento verificado foi de apenas 6,40%.

A receita anual bruta da Infovias foi de R\$70 milhões, sendo 56,56% provenientes dos serviços de TV a Cabo e internet, enquanto que os 43,44% restantes ficaram a cargo da comercialização de circuitos dedicados e serviços.

No segmento de TV a cabo e internet banda larga, a controlada da Infovias, Way TV Belo Horizonte S.A., foi pelo terceiro ano consecutivo uma das empresas que obtiveram o maior crescimento no setor. A empresa vem continuamente aumentando sua participação no mercado das cidades em que atua. O crescimento da base de assinantes de TV a cabo em 2004 foi de 12,50%, destaque para a Internet Banda Larga que, além de quase dobrar sua base de assinantes, vem lançando novos produtos e serviços, agregando cada vez mais valor aos seus assinantes. O número de assinantes de internet superou as expectativas apresentando um crescimento de 89,60% em relação ao ano de 2003.

Para 2005 a expectativa é novamente de crescimento do setor de telecomunicações, porém em taxas menores, acompanhando a tendência da economia nacional. A concorrência entre as empresas do setor de telecomunicações permanecerá acirrada, exigindo que a Infovias continue prestando serviços de qualidade com preços cada vez mais competitivos.

GESTÃO DA DÍVIDA

Nossa estratégia de longo prazo será manter o endividamento em cerca de 40,00% da capitalização (somatório das dívidas com empréstimos e financiamentos e Patrimônio Líquido) e a qualidade de crédito com classificação de risco A. Em 2004, foi implementada uma política de captação de recursos visando, além dessas metas de longo prazo, outros dois objetivos: o alongamento do perfil da dívida e a redução da exposição à moeda estrangeira.

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O desafio da rolagem de dívidas foi atendido com uma captação de recursos para esse fim da ordem de R\$1.546 milhões, com prazos de vencimento que variam de 1 a 10 anos. Como resultado, foi obtido o alongamento do perfil da dívida.

A exposição à moeda estrangeira, que era de US\$376 milhões em 2003 reduziu-se para US\$266 milhões.

Dentro do esforço de captação de recursos, em julho de 2004 foi arquivado na Comissão de Valores Mobiliários – CVM o Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da CEMIG, no valor de R\$1,5 bilhão. Na mesma data foi registrado na CVM a 3ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$400 milhões, que resultou na colocação efetiva de R\$230,4 milhões, com vencimento ao final de 10 anos.

Os indicadores de qualidade de crédito da CEMIG, verificados no ano de 2004, mostram uma situação bastante satisfatória. A relação Dívida/EBITDA ficou em 1,56 vezes, enquanto a cobertura dos juros, medida pelo indicador EBITDA/Juros, ficou em 6,50 vezes.

Reflexo dessa qualidade de crédito, ressalta-se a perspectiva positiva das agências de rating que reconhecendo a melhora da performance financeira da Companhia, a geração de caixa crescente e sustentável, bem como confiando na estabilização da alavancagem financeira e melhoria do perfil de dívida, atribuíram boas notas à Companhia: a Moody's elevou o rating da Companhia na escala nacional de Baa3, com perspectiva negativa, para Baa2, com perspectiva estável, e a Fitch Atlantic Ratings manteve a CEMIG com a nota A, na sua escala nacional de longo prazo.

Política de Proteção Cambial (“Hedge”)

Foi mantida a política de hedge, cujo objetivo primordial é dar previsibilidade ao fluxo de caixa e ao orçamento, num horizonte móvel de 12 meses, através de operações que reduzam a exposição e minimizem os impactos negativos proporcionados pela variação relativa de preços.

Os instrumentos derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos. As contratações das operações consideram aspectos de liquidez do mercado, preço relativo dos ativos e a concentração do serviço da dívida.

RELACIONES COM INVESTIDORES E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Composição acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2004, totalizou R\$1.622 milhões.

Mercado de capitais

As ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) da CEMIG são listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) desde 1972 com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Na Bolsa de Madri as ações preferenciais (XCMIG) são negociadas desde 2002 e, na Bolsa de Nova Iorque, os ADRs nível 1 (CIG), também lastreados por ações preferenciais, são negociados desde 1993,

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS Data-Base - 31/12/2004
Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

transformados para nível 2 em 2001. Desde outubro de 2001, a CEMIG está listada no Nível 1 de Governança Corporativa da BOVESPA.

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Nossas ações apresentaram valorização superior à das bolsas onde são negociadas e também acima do Índice de Energia Elétrica da BOVESPA, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Ação / Índice	2004 %	2002 a 2004 %
CMIG - ON	53,3	78,9
CMIG - PN	23,0	88,7
IEE ⁽¹⁾	5,6	55,1
IBOVESPA	17,8	88,8
CIG ⁽²⁾	33,3	61,4
DJIA ⁽³⁾	3,2	7,0
XCMIG ⁽⁴⁾	25,9	58,6 *
FTSE Latibex top	28,1	54,3 *

- I. Índice de Energia Elétrica da Bovespa.
 II. ADRs Nível 2 na Bolsa de Nova Iorque.
 III. Índice Dow Jones Industrial Average da Bolsa de Nova Iorque.
 IV. Ações negociadas na Bolsa de Madri.
 (*) Devido à inexistência de cotações anteriores da CEMIG na Latibex, a variação refere-se ao período de 12/07/2002 a 31/12/2004.

O volume total de nossas ações negociado no mercado à vista da Bolsa de Valores de São Paulo, em 2004, foi de R\$6.907 milhões representando 2,64% do volume da BOVESPA. A CEMIG foi a empresa do setor elétrico com maior volume negociado, no entanto, caiu de 8ª posição em 2003 para a 10ª posição em 2004 quando consideradas todas as empresas negociadas no mercado à vista. Por outro lado, a quantidade de ADRs da CEMIG na Bolsa de Nova Iorque passou de 13,1 milhões em dezembro de 2003 para 14,5 milhões em dezembro de 2004, 9% de nosso Capital Social.

Relações com investidores

Adotamos uma política de total transparência com o mercado de capitais. O principal meio de divulgação é a nossa página de internet, que buscamos constantemente aprimorar seja na versão em português (ri.cemig.com.br), seja na versão inglesa e espanhola (ir.cemig.com) onde são divulgadas as demonstrações financeiras e suas respectivas análises bem como as informações corporativas e societárias.

Em 2004 foram realizados diversos seminários e encontros institucionais, 11 congressos no Brasil e exterior, 3 "road shows" no exterior, 1 encontro com analistas, promovido conjuntamente com a APIMEC em Araxá, além de um grande número de reuniões, tele-conferências e video-conferências com analistas e investidores.

Governança corporativa

A CEMIG busca aprimorar ainda mais o relacionamento com seus acionistas, investidores e analistas, através de uma política de governança corporativa que consiste na absorção das melhores práticas a nível internacional, de forma a garantir o acesso ao mercado de capitais para financiar seus projetos de expansão.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração possui 14 membros, com qualificação em diversas áreas, tais como política, engenharia, finanças, economia, direito e contabilidade, com mandato unificado. Atua na definição das estratégias societárias e orientação da Diretoria no sentido de assegurar retorno atrativo dos empreendimentos.

A Diretoria Executiva é composta por 7 membros com um mandato de 3 anos sendo que o atual expira em abril de 2006. Sua principal responsabilidade é a gestão dos negócios da empresa, obedecendo ao plano estratégico plurianual. Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social.

As Demonstrações Financeiras são convertidas ao padrão americano de práticas contábeis (USGAAP), conforme regulamentação da SEC.

O calendário anual dos eventos corporativos é constantemente atualizado, disponibilizado no site e encaminhado à CVM, BOVESPA, SEC, NYSE e LATIBEX.

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"), tendo assinado um acordo de acionistas com a Southern que continha, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória do acordo, tendo obtido do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais a decisão pela anulação do acordo de acionistas em dezembro de 2003. A decisão do Superior Tribunal de Justiça é passível de ser reformada e, dessa forma, o acordo de acionistas e o controle da CEMIG ainda são passíveis de questionamentos.

Gerenciamento de Riscos

Como concessionária do setor elétrico brasileiro a CEMIG opera em ambientes onde fatores como reestruturações societárias, regulamentações emanadas dos órgãos governamentais, evolução tecnológica, globalização e variações do mercado consumidor geram incertezas e ameaças.

Implementar uma visão de riscos a nível corporativo marca uma nova tendência empresarial, contemplando não somente as exigências da Lei Sarbanes Oxley e a metodologia recomendada pelo COSO II - The Committee of Sponsoring Organizations, como também a percepção de que esta gestão é parte essencial do desenvolvimento sustentável.

Iniciado em 2003 e consolidado em 2004, o Sistema de Gerenciamento de Riscos Corporativos tem como principais objetivos:

- auxiliar no cumprimento dos objetivos definidos pelo planejamento estratégico;
- promover o entendimento de eventuais ocorrências que podem gerar perda de valor aos acionistas;

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- estruturar a Companhia para agir pro-ativamente em relação ao seu ambiente de riscos;
- prover aos principais executivos da Companhia uma metodologia e ferramentas que permitam um efetivo desenvolvimento do processo de gestão de riscos;
- fornecer subsídios aos outros ciclos de gestão estratégica e reforço à infra-estrutura de controles organizacionais.

Auditoria Interna

A CEMIG implementa um programa anual de auditorias que abrange as operações da Controladora e suas controladas.

Partindo do princípio de que um Sistema de Controles Internos facilita a identificação e a mitigação de riscos corporativos, ações preventivas de acompanhamento e verificação dos processos e subprocessos estão sempre presentes em todas as atividades da Auditoria Interna, principalmente na execução de testes de aderência aos requerimentos impostos pela legislação e pelas normas ditados pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, bem como de acordo com às melhores práticas de Governança Corporativa e com a Declaração de Princípios Éticos e o Código de Conduta Profissional da CEMIG.

Controles Internos

A CEMIG busca aperfeiçoar seus controles internos com o intuito de prover informações precisas para a tomada de decisão de seus administradores e de seus acionistas. A implementação de sistemas de informações gerenciais computadorizados, construídos dentro das técnicas mais modernas a nível internacional, permite a certificação pelos seus executivos principais da precisão e qualidade das informações divulgadas. Tendo em vista a necessidade de manter a qualidade em níveis superiores aos considerados aceitáveis pela comunidade internacional, estamos procedendo uma atualização dos dois principais sistemas, em especial aquele dedicado à contabilização das transações financeiras, envolvendo diversas áreas tais como compras de materiais, equipamentos e serviços, recursos humanos, contabilidade e orçamento.

Ética

O Conselho de Administração da CEMIG aprovou a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional com os objetivos de aprimorar o sistema interno de governança corporativa e incrementar a transparência.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG está consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Essa Declaração confirma as novas regras de governança corporativa da Empresa, norteando a atuação dos empregados, gerentes e administradores, comprometidos com o desenvolvimento da sociedade e a busca pela realização das atividades com base em princípios éticos e de respeito ao ser humano. A declaração está disponível na página da Internet: ri.cemig.com.br.

Política de dividendos

Em dezembro de 2004, a CEMIG aumentou o percentual de 25,00% para 50,00% do lucro líquido a título dos dividendos obrigatórios aos acionistas.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cada Ação Preferencial tem direito a dividendos anuais iguais a 10% do respectivo valor nominal ou 3% do valor do patrimônio líquido da ação preferencial, prevalecendo o que for maior. As ações preferenciais têm prioridade na destinação dos dividendos obrigatórios.

A Assembléia Geral poderá destinar aos acionistas dividendos adicionais aos previstos, neste caso as ações preferenciais concorrerão em igualdade com as ações ordinárias.

Sem prejuízo dos dividendos obrigatórios, a cada dois anos, a partir do exercício social de 2005, ou em menor periodicidade, havendo disponibilidade de caixa, a CEMIG distribuirá dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível.

Nos exercícios sociais em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos, o Estado de Minas Gerais assegurará às ações do capital da Companhia emitidas até o dia 5 de agosto de 2004, de propriedade de particular, dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações.

Proposta de destinação do lucro

O Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2005 que, ao lucro líquido do exercício, no montante de R\$1.385 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R\$693 milhões (50% do lucro líquido) como dividendos, sendo o montante de R\$510 milhões na forma de juros sobre o capital próprio e R\$183 milhões na forma de dividendos complementares.
- R\$69 milhões (5% do lucro líquido) como Lucro Social, sendo R\$52 milhões a ser aplicado ao projeto UHE de Irapé e R\$17 milhões na cobertura financeira das atividades do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais – INDI.
- R\$206 milhões destinados aos seguintes investimentos:
 - R\$138 milhões como aquisição do controle acionário da UHE Rosal Energia, dos quais, R\$4 milhões serão aportados em 2005.
 - R\$39 milhões como aporte de capital na Infovias S/A em 2005.
 - R\$10 milhões como aporte de capital na Companhia Transleste de Transmissão objetivando a implantação da LT Irapé – Montes Claros com 345 kV.
 - R\$19 milhões em outros investimentos de geração e transmissão.
- R\$417 milhões serão mantidos no Patrimônio Líquido, em Reserva de Lucros com o objetivo de financiar aplicações em outros investimentos, no exercício de 2005, aprovados pelo Conselho de Administração.

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Temos como princípio não contratar serviços de consultoria dos auditores externos que possam interferir na independência dos trabalhos de auditoria.

Em 2004, os auditores independentes da CEMIG e da maior parte de suas controladas, Deloitte Touche Tohmatsu, prestaram os seguintes serviços:

Serviços	2004 R\$ mil	% em relação à auditoria	2003 R\$ mil
Auditoria	477	100	430
Outros Serviços:			
- Auditoria do Consórcio Irapé (1)	90	18,87	-
- Diagnóstico de aderência à Lei Sarbannes-Oxley (2)	16	3,35	-
- Procedimentos de ratificação dos cálculos – Res. ANEEL 165/03 e 83/04 (3)	42	8,81	-
Soma	148	31,03	-
Total	625	-	430

- (1) Auditoria das demonstrações contábeis do consórcio de construção da Usina de Irapé e revisão do resultado dos custos incorridos pelas empresas construtoras.
- (2) Contratação feita em 21/09/04 para prestação de serviço de diagnósticos das atividades necessárias à avaliação do atual ambiente de controles internos da CEMIG e planejamento das atividades necessárias para obtenção da certificação à seção 404 da Lei Sarbannes-Oxley.
- (3) Contratação feita em 27/09/04 para prestação de serviço de ratificação dos cálculos referentes às receitas obtidas com a aplicação das Resoluções ANEEL números 165/03 e 83/04 no mercado usado na Revisão Tarifária da CEMIG

Os serviços adicionais, mencionados acima, foram aprovados pelo Conselho de Administração, tendo em vista que não configuram, na avaliação da Administração em perda da independência dos Auditores Independentes, devendo ser ressaltado que, os serviços executados não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbannes-Oxley e no Art.23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

Comitê de Auditoria

A CEMIG ainda não tem um Comitê de Auditoria formalmente constituído, no entanto, o Conselho de Administração supre, provisoriamente, as funções do Comitê de Auditoria para atender à Lei Sarbannes-Oxley, aprovada em 2002 pelo Congresso norte-americano. Suas principais funções são as seguintes:

- Revisar os controles internos de auditoria interna e de contabilidade.
- Supervisionar a atuação da auditoria interna para que avalie, de forma prática e objetiva, os controles internos e o alinhamento com a matriz de risco.
- Resolver controvérsias entre os auditores independentes e a Administração sobre as Demonstrações Financeiras.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Indicar, contratar, estabelecer a remuneração e supervisionar os auditores independentes.
- Aprovar previamente os serviços de auditoria independente.
- Investigar fraudes e receber denúncias internas relativas a auditorias e controles contábeis.
- Analisar as Demonstrações Financeiras e demais informações públicas sobre o desempenho operacional e a situação financeira da Companhia.
- Assegurar aderência ao Código de Conduta da Companhia.
- Obter informações da Administração sobre relatórios recebidos de órgãos reguladores e autoridades e a resposta dada a esses relatórios.

ESTRATÉGIA

Planejamento Estratégico e o Plano Diretor de Longo Prazo

A CEMIG vem pautando suas ações alinhadas à diretriz do acionista controlador de crescer e agregar valor. Este é o pilar mestre que orientou a elaboração do Plano Diretor 2005/2035, aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de novembro de 2004, estabelecendo as bases para os ciclos de planejamento estratégico e para a repactuação do contrato da CRC, de acordo com os seguintes fundamentos:

- I. Expansão da CEMIG até os limites regulatórios, com crescimento sustentável - segurança e agregação de valor.
- II. Nova política de dividendos com dividendos obrigatórios de 50% do lucro líquido e dividendos extraordinários, a cada dois anos, sempre que houver caixa livre.
- III. Amortização integral do Contrato da CRC com retenção dos dividendos do Estado, sem perda econômica.
- IV. Revisão do Plano Diretor anualmente, no ciclo do planejamento estratégico.

O Plano Diretor e o planejamento estratégico vislumbram grandes oportunidades em todos os negócios da Companhia. Além do crescimento do setor, necessário para garantir a infra-estrutura que sustente o crescimento econômico previsto, é esperado um movimento de fusões e aquisições onde a CEMIG pretende atuar ativamente de forma a se tornar um *player* ainda mais importante no setor elétrico e de energia, tanto no novo investimento, quanto em relação aos ativos e concessões existentes. A CEMIG se considera preparada para o desafio de dar um salto em sua participação no mercado buscando atingir o limite regulatório permitido para cada um de seus negócios.

Adicionalmente, deve ser evidenciada a estrutura de comitês que garantem que as decisões estratégicas da Companhia sejam tomadas a partir de critérios técnicos.

Implantação da Estratégia

O crescimento pretendido pela CEMIG exigirá eficiência e produtividade crescentes e a Empresa vem se preparando para isso. Novas ferramentas de gestão estão sendo disponibilizadas e o quadro de pessoal capacitado para, a partir do uso das melhores práticas, da liderança com objetivos claros, e da adequada gestão dos recursos humanos, alcançar as metas empresariais.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para transformar-se em uma organização orientada para a estratégia, a Cemig escolheu o *Balanced Scorecard* - BSC, um sistema de gestão de desempenho, derivado da visão e do direcionamento estratégico, que reflete os fatores críticos para o sucesso corporativo e de cada negócio. Ao relacionar objetivos, iniciativas e indicadores de desempenho com a estratégia da Empresa, o BSC garante o alinhamento das ações das diferentes áreas organizacionais em torno do entendimento comum dos objetivos e das metas a atingir.

O processo de implantação desta ferramenta focou fortemente a tradução da estratégia corporativa em termos operacionais, tendo sido atualizados e validados, em 2004, os mapas estratégicos dos negócios. Nas diretorias já foram pactuadas metas entre superintendentes e gerentes.

Grande avanço para a consolidação do BSC foram as Reuniões de Análise Estratégica - RAE's, que possibilitam o aprendizado estratégico. Foram realizadas RAE's nos diversos níveis da organização, inclusive no âmbito da Diretoria Executiva.

Os indicadores de desempenho selecionados vão monitorar a geração de caixa para sustentar os investimentos e a política de dividendos, a criação de valor econômico, a participação no mercado e a eficiência dos processos que sustentam os negócios.

Com o patrocínio da sua Diretoria, a CEMIG está dando um passo importante para a consolidação do BSC como ferramenta e modelo de gestão da empresa.

GESTÃO

Sistemas de Gestão da Qualidade e Ambiental

Com a expansão continuada dos Sistemas de Gestão da CEMIG, em 2004, cerca de 57% dos profissionais da Companhia executam seus processos e atividades conforme um dos Sistemas (Qualidade e/ou Ambiental), atendendo aos requisitos internacionais de qualidade ambiental e de produtos e serviços.

O Sistema de Gestão da Qualidade CEMIG, certificado de conformidade com a NBR ISO 9001/2001, abrange um conjunto de processos representativo dos serviços prestados nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, garantindo o controle e melhoria da qualidade que já se tornou marca da Companhia.

Está em andamento, também, a implantação do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança.

Com a experiência acumulada nos últimos anos, a Companhia elaborou o Manual do Sistema de Gestão da Cemig, integrando os Sistemas de Qualidade, Ambiental e Saúde e Segurança. A integração dos Sistemas de Gestão, a ser executada nas áreas de interesse para a Companhia, vai garantir funcionalidade nas atividades executadas e maior eficiência nos resultados.

Cabe destacar que com a extensa experiência acumulada na implantação, manutenção e melhoria contínua de sistemas, a CEMIG ocupa posição de destaque no cenário das empresas certificadas. A Companhia foi pioneira na implementação de um programa de certificação amplo entre as concessionárias de energia do país.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Controle e Gestão Empresarial

Acordo de Nível de Serviço (ANS)

Visando ampliar a eficiência, com revisão dos preços dos serviços e transparência nas relações internas entre as áreas prestadoras de serviço (vendedoras) e as áreas de negócio (compradoras), realizamos no segundo semestre de 2004 o Projeto de Acordo de Nível de Serviço como "piloto", na área de Transportes. O treinamento de 50 empregados e a absorção da metodologia desenvolvida torna-se uma ferramenta de gestão capaz de otimizar os seus recursos, reduzir custos e melhorar a qualidade dos serviços prestados. Está prevista, a partir de 2005, a implementação da metodologia em toda a corporação.

Gestão de Transportes

Elaborada, aprovada e divulgada a "Política de Renovação e Adequação da Frota de Veículos da CEMIG", com definição dos parâmetros e orientações corporativas para as órgãos gestores de frota, de forma a otimizar o desempenho, reduzir custos e uniformizar procedimentos.

Em 2004 ocorreu a maior renovação da frota na história da empresa, com substituição de 825 veículos caminhonetes, com investimento de R\$17 milhões, e, ainda, a locação de 529 veículos de passageiros, dentro de um processo empresarial que buscou a melhor alternativa econômico-financeira, através da combinação das modalidades de aquisição e de locação.

Telecomunicações e Informática

Projeto de Migração do Sistema de Gestão Corporativa SAP R/3

Realizamos no segundo semestre de 2004 a atualização do sistema SAP para a última versão do MySap, com mobilização de uma equipe de 180 pessoas de alta qualificação e com dedicação exclusiva. Além das atualizações das funcionalidades e aplicativos do SAP, o projeto contemplou a padronização e configuração do sistema para controle das operações financeiras a partir de 2005.

Sistema de Gestão de Consumidores

Implementadas novas funcionalidades no Sistema de Consumidores de atendimento a requisitos legais e negociais e implementação de novas funcionalidades, o que proporcionou maior facilidade e agilidade no atendimento aos clientes e melhorias na utilização do sistema pelos seus usuários.

Plano Corporativo de Segurança da Informação

Visando segurança e proteção das informações da Empresa e atender às novas exigências legais e regulatórias, está em andamento o projeto para avaliação do risco da informação, revisão das políticas, normas e procedimentos, treinamento dos empregados e colaboradores e elaboração do Plano de Continuidade de Negócios.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Geoprocessamento do Sistema de Transmissão e Sub-Transmissão

Em andamento a implantação do projeto “Geotrans”, que permitirá o cadastramento de todo o sistema de Transmissão e Sub-transmissão da CEMIG, composto de 22.000 km de linhas e aproximadamente 60.000 torres, e sua integração com os sistemas de geoprocessamento, documentação e banco de imagens. O retorno imediato será o refinado controle dos ativos e aumento da produtividade na operação e manutenção.

Modernização do Sistema de Microondas

Buscando garantir a segurança na operação do sistema elétrico, foi efetuada a modernização dos sistemas de telecomunicações e a re-adequação da rota de microondas da região Centro-Oeste do Estado, através da implantação de moderno sistema de microondas digital.

Implantado o sistema de transmissão digital de telecomunicações, na região leste do Estado, complementando o projeto de telecomunicações para o Esquema de Controle de Segurança (ECS) do Operador Nacional do Sistema - ONS. A substituição da rota analógica está sendo realizada em parceria com a Empresa de Infovias S.A.

Gestão de Materiais e Serviços

Portal de Compras Eletrônicas

Desenvolvido sistema para a implantação do Portal de Compras Eletrônicas da CEMIG, viabilizando licitações na modalidade de Pregão Eletrônico, com ganhos expressivos na redução de custo e prazo das aquisições;

Qualidade e Competitividade dos Fornecedores

Desenvolvido programa, em parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais e Programa Mineiro de Produtividade e Qualidade (PMQP), com a finalidade de melhorar a qualidade e a competitividade dos fornecedores da CEMIG, tanto de material quanto de serviços, com foco na melhoria do processo de gestão corporativa.

Certificação do Sistema de Gestão Ambiental

Obtida a Certificação no Sistema de Gestão Ambiental (SGA), referente ao recebimento, armazenamento, expedição, inspeção, e transporte de material, bem como gerenciamento da destinação final de resíduos. Dessa forma, essa certificação é uma ferramenta gerencial que nos coloca como referência ambiental para os nossos fornecedores.

Tecnologia

Com o objetivo de garantir a vanguarda da CEMIG com relação à utilização, adaptação e desenvolvimento de tecnologias mais avançadas e adequadas aos seus processos produtivos, tiveram continuidade as atividades voltadas para a Gestão Estratégica de Tecnologia na Empresa, envolvendo o desenvolvimento de parcerias com universidades e entidades de pesquisa, prospecção tecnológica e análise da evolução dos cenários tecnológicos, com o estabelecimento das estratégias, diretrizes e ações de cunho tecnológico para atuação empresarial.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Consolidando-se como uma empresa dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, foram priorizados e selecionados os projetos que compõem os Programas Anuais de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, que representaram despesas de R\$20 milhões em 2004. Valores iguais aos do Programa são transferidos anualmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (Fundo Setorial de Energia Elétrica – CT-ENERG). Entre os projetos novos e em continuidade, em 2004 estiveram em desenvolvimento cerca de 80 projetos de pesquisa e desenvolvimento (“P&D”).

O Escritório de Marcas e Patentes atuou junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI no registro de 5 cartas patentes, 40 pedidos de privilégio sobre invenções, 59 marcas e 44 programas de computador e 23 obras do direito autoral. Encontra-se em formatação ou em análise de viabilidade, 41 pedidos de privilégio sobre invenções, 17 de marcas e 9 de programas de computador.

Na área de alternativas energéticas vêm sendo desenvolvidos diversos projetos de utilização de energia solar e eólica, uso racional da energia, vetores energéticos alternativos, tais como hidrogênio, biomassa vegetal e geração distribuída ou local, incluindo pesquisa, desenvolvimento, experimentação e adaptação de novas tecnologias, como as de combustível e microturbinas a gás.

Destaca-se a finalização do projeto de P&D CEMIG-ANEEL que permitiu o desenvolvimento das primeiras células a combustível produzidas no Brasil, numa parceria da CEMIG com a USP – São Carlos e empresas privadas. O aperfeiçoamento dos protótipos desenvolvidos será realizado dentro de projeto de P&D financiado pelo Fundo Setorial de Energia – CT-ENERG. Ainda nessa área, ressalta-se o início de projeto de P&D em parceria com a UFMG, para desenvolvimento de protótipo de célula a combustível de óxido sólido de 50W.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Recursos Humanos

Treinamento

É objetivo da CEMIG ter e manter um quadro de pessoal com desenvolvimento compatível com as suas necessidades sendo uma preocupação constante a formação, o aperfeiçoamento e especialização de seu pessoal. Cursos, seminários, congressos, feiras e outras modalidades alcançaram 15.356 participações.

Em 2004 foram concluídas as ações relativas à aplicação do módulo MLE – Motivação e Liderança Eficaz, parte do Programa de Desenvolvimento Gerencial dos Superintendentes e Gerentes. Este módulo tem como objetivo orientar esses profissionais na melhor forma de manter uma equipe motivada e produtiva e levá-los a entender melhor suas potencialidades e limitações frente aos desafios atuais da Companhia, bem como o impacto do seu próprio comportamento nos resultados de cada área.

Encontra-se também em processo de revisão e atualização, o Sistema de Gestão de Desempenho – SGD que tem como objetivo planejar, acompanhar e avaliar o desempenho dos gestores da Companhia, que em breve será estendido a todos os empregados.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Programas como o “Ensino Cemig”, que utiliza o ensino à distância como ferramenta, o Programa de Ensino Médio, com 320 empregados formados e o atual Programa de Escolarização de Empregados, com um total de 584 empregados inscritos, dão mostras da prática do investimento na formação de seu quadro de profissionais, com vistas a atender também às necessidades decorrentes do surgimento de novas tecnologias, equipamentos e métodos de trabalho. Merece especial destaque o Programa de Reciclagem de Eletricistas, cuja meta é atualizar os conhecimentos de todos os 3.000 eletricistas de serviço de campo da Distribuição.

Remuneração

Foram concluídas em 2004 ações previstas para implantação do Sistema de Gestão de Cargos e Remuneração, onde foram utilizados os serviços de consultoria especializada. O Plano de Cargos e Remuneração - PCR foi implantado em duas etapas: em janeiro, cargos do plano de nível universitário, e em março, cargos do plano de nível técnico, administrativo e operacional. Foi criado um Comitê Interno de manutenção do Plano, inclusive com a participação de representantes de entidades sindicais.

Programa de Desligamento Incentivado

Em dezembro de 2003, foi lançado um Plano de Desligamento Incentivado - PDI, visando uma melhor adequação do quadro de pessoal da Companhia às suas necessidades atuais e futuras, com adesão total foi 987 empregados. A CEMIG demonstra com isso o compromisso de proporcionar relações trabalhistas mais modernas e eficientes, ao mesmo tempo em que busca atenuar os efeitos sociais do desligamento de seus empregados.

Admissões e Desligamentos

Em 2004 a CEMIG contratou 135 novos empregados (29 em 2003), sendo que em contrapartida, ocorreram 742 desligamentos (195 em 2003), substancialmente, por aposentadoria e adesão ao Plano de desligamento Incentivado.

Segurança no Trabalho

A CEMIG elegeu 2004 o ano da segurança com o lema: “a meta é trabalhar sem acidentes”. Em 2004 foi registrada uma redução significativa no número geral de acidentes, mantendo uma tendência histórica ao longo dos últimos 5 anos.

Há que ser registrada ainda a promoção de uma campanha de segurança de alcance estadual visando conscientizar toda a população sobre práticas seguras e acessíveis para lidar com os riscos da eletricidade. Decorrente imediata dessa campanha foi o decréscimo nos acidentes envolvendo a população ao longo do ano.

Saúde e Qualidade de Vida

Investimos em programas de qualidade de vida, promoção da saúde e prevenção de doenças. Em 2004 foi lançado o Programa Energia Vital, que busca estimular os empregados a alteração dos hábitos de vida com vistas a preservação e melhoria da saúde e contou com a participação de 5.800 empregados em diversos eventos.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cultura

A CEMIG se orgulha da sua tradição de ser uma empresa que sempre investiu em cultura e na preservação do patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais. Dentro dessa linha, a Empresa realizou grandes investimentos na área cultural, com ênfase em apoios e patrocínios de projetos dos segmentos de artes cênicas, cinema, literatura, artes plásticas e preservação e valorização do patrimônio histórico,

Esses investimentos priorizam projetos que tenham algum elemento de Minas Gerais, estado onde a Empresa tem o seu principal mercado e fortes laços com a comunidade mineira.

O grande destaque desses investimentos realizados em 2004 foi o lançamento do programa "Filme em Minas", com o objetivo de incentivar a indústria cinematográfica em Minas Gerais, gerando riqueza, criando novas oportunidades de emprego e mostrando os valores culturais e a riqueza natural de Minas Gerais. O programa concedeu patrocínio, através da Lei Rouanet, a 15 produções cinematográficas, entre longas metragens, curtas e documentários, gerando elogios da classe artística pela forma profissional na escolha das produções selecionadas pelo programa.

A CEMIG foi também uma das patrocinadoras do Festival de Cinema de Tiradentes que vem se firmando como uma das mais importantes amostras de cinema do País.

No segmento de artes cênicas, a Empresa patrocinou o projeto Galpão Cine Horto. Esse projeto, além de estimular a produção de peças teatrais, realiza um importante programa social, através de escolas de teatro para a população de baixa renda e apresentação de espetáculos de alto nível a preços acessíveis às classes mais baixa da população. Destaca-se, ainda, o patrocínio do Festival Internacional de Teatro de Belo Horizonte, uma das mais importantes manifestações de teatro do País, com a participação de grupos nacionais e do exterior.

No grupo de artes plásticas, o principal projeto da Empresa é a manutenção, no haal do seu edifício-sede, uma Galeria de Artes. Os artistas que expuseram nesta galeria ao longo de 2004 foram escolhidos por meio de uma Concorrência Pública, onde os trabalhos apresentados pelos artistas são escolhidos por uma comissão julgadora formada por artistas e críticos de artes.

Além dessas ações pontuais, a CEMIG apoiou a realização de dezenas de festividades tradicionais de cidades do interior de Minas, cuja importância esta na manutenção das manifestações que marcam o traço da cultura do Estado.

Foram ainda apoiadas outras ações importantes, como a realização dos chamados "Festival de Inverno", organizados pelas universidades federais sediadas em Minas, além de festivais gastronômicos.

Meio Ambiente

O comprometimento com o meio ambiente e com a qualidade de vida da sociedade são alguns dos princípios que regem a atuação da CEMIG. Através de seus estudos e ações, busca imprimir em seus empregados e parceiros a conscientização para a questão ambiental. Essa forma de agir, prevista na Política Ambiental da CEMIG e presente em todas as atividades que realiza, valoriza os empregados e garante o desenvolvimento sustentável da sociedade.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dessa forma, a Companhia demonstra seu comprometimento com as boas práticas de gestão ambiental, expressas pelo Princípio nº 5 “Meio Ambiente e Responsabilidade Social” da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG.

A estratégia de implantação de Sistemas de Gestão Ambiental e seus resultados evidenciam a melhoria contínua das ações de responsabilidade socioambiental da Companhia.

Comprovando os avanços ressaltados, a CEMIG desenvolveu no ano de 2004 diversas ações voltadas a compatibilização de suas atividades com a proteção do meio ambiente, com recursos superiores a R\$ 141 milhões em programas e estudos ambientais.

Desenvolvimento Sustentável

Pela quinta vez consecutiva, a CEMIG foi selecionada pelo Dow Jones Sustainability World Indexes (DJSI World), um índice considerado de alta confiabilidade mundial, compondo o seletor grupo de 318 empresas de todo o mundo incluídas na lista do índice para 2005. O levantamento envolveu mais de 2.500 empresas de 60 ramos industriais em 34 países. As empresas selecionadas representam um valor de mercado de mais de US\$ 6,5 trilhões. A CEMIG é a única do setor elétrico da América Latina, e está entre as três empresas brasileiras selecionadas pelo DJSI – World.

Além do compromisso com a proteção do meio ambiente, a CEMIG investe em programas de conservação de energia e em pesquisas de novas fontes alternativas, tais como, energia solar e fotovoltaica, energia eólica, células de hidrogênio, e substituição de óleo combustível e gasolina por gás natural.

Em parceria com a Associação Mineira de Defesa do Ambiente – AMDA, a CEMIG realizou o “Seminário Internacional de Indicadores de Sustentabilidade: Dimensões Ambiental, Econômica e Social”. O Seminário discutiu o uso de Indicadores de Sustentabilidade, as alternativas, sucessos e dificuldades para sua utilização e obtenção de resultados, informando sobre esse novo padrão de gestão no Brasil e em outros países.

Licenciamento Ambiental

A Companhia obteve, em 2004, um conjunto representativo de licenças ambientais para atuação em diversas linhas de transmissão e usinas hidrelétricas.

Foi celebrado Convênio entre CEMIG e o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais - IEF, fixando critérios para exploração florestal quando da intervenção da Companhia em áreas consideradas de preservação permanente. Esse convênio possibilitou a Companhia a manutenção de suas linhas e redes, considerando critérios ambientais adequados nas atividades de remoção de vegetação sob linhas de transmissão e redes de distribuição em todo o estado de Minas Gerais.

Além disso, foram obtidas 58 outorgas de direito de uso de águas para consumo humano nas instalações da Companhia junto ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Gestão de Materiais

Os cuidados referentes aos materiais da Companhia prosseguiram em 2004. Merecem destaque a reciclagem de lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública em toda a área de concessão da Companhia, totalizando 292 mil lâmpadas. Além disso, foram reutilizados aproximadamente 301 mil litros de óleo isolante retirados dos transformadores colocados fora de operação.

Foi intensificada a campanha de coleta seletiva “Eu Amo Reciclar”, no edifício sede e no prédio anexo, conseguindo obter cerca de 53 mil quilos de papel, 25 mil quilos de plástico, além de metais e vidros. Todo o material recolhido foi repassado para a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte – ASMARE.

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento

A CEMIG juntamente com diversas universidades e instituições de pesquisas, vem desenvolvendo diversos projetos de P&D gerenciado pela ANEEL, com 12 linhas de pesquisas na área ambiental.

Em 2004, deu continuidade às pesquisas envolvendo o Centro de Estudos de Mecanismos de Transposição de Peixes, em parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO e a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG ao projeto iniciado em novembro de 2000.

A CEMIG deu início, em 2004, ao Projeto Verde Minas, com o objetivo de minimizar as interferências decorrentes da implantação de redes de distribuição elétrica em Unidades de Conservação e áreas de preservação permanentes.

Fauna, Flora e Monitoramento da Qualidade de Água

Com o objetivo de repovoamento e manutenção da biodiversidade dos reservatórios da CEMIG e dos rios de Minas Gerais foi realizada a soltura de cerca de 547 mil alevinos, envolvendo a participação de aproximadamente 8.500 pessoas de diversos setores da sociedade, em todo o Estado.

Foi assinado convênio com a Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino Tecnológico da Escola Agrotécnica Federal de Salinas – Fadetec, para desenvolvimento de projetos voltados ao aprimoramento das ações nas áreas de piscicultura e ictiologia.

Ampliados os viveiros florestais de Volta Grande e Itutinga passando a produção de 400 mil para 600 mil mudas/ano. Foram coletadas mais de 643 kg de sementes em diversos locais do Estado e produzidas 390 mil mudas nativas para reflorestamento e 25 mil para arborização urbana. A CEMIG implantou áreas de reflorestamento em 56,5 hectares.

Foi dada continuidade aos trabalhos do programa de “Reintrodução de Fauna Silvestre – Profauna” nas Estações Ambientais da CEMIG com a soltura de 1.038 animais nas estações de Peti, Galheiro, Igarapé e Itutinga, que possuem os títulos de “Área de Soltura de Animais Silvestres - ASAS” concedido pelo Ibama.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Campanha de Prevenção e Controle de Queimadas alertou a população para o problema das queimadas e pediu auxílio da sociedade na prevenção do fogo nas matas. Chama-se a atenção para a Campanha de Prevenção de Queimadas no Entorno dos Reservatórios da Empresa. A veiculação foi feita através de cartazes, cartilhas, volantes, outdoors, placas de estradas e spots de rádio.

Dando continuidade ao projeto iniciado há 11 anos, foi monitorada a qualidade de água de 33 reservatórios, que totalizam 3.270 km² de espelho d'água.

Arborização Urbana

A CEMIG vem trabalhando para diminuir as interrupções causadas por árvores nas redes de distribuição urbanas. Dentro das diretrizes da Companhia referentes às técnicas de poda de árvores urbanas, foram treinados e capacitados cerca de 250 profissionais da CEMIG, de Prefeituras e das empresas prestadoras de serviço.

Em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte iniciou-se o Inventário da Arborização Urbana de Belo Horizonte, voltado para a avaliação de árvores em risco de queda e sua substituição.

Programa de Educação Ambiental

No ano de 2004 foi dada a continuidade ao Programa de Educação Ambiental "Terra da Gente", voltado para alunos de 5^a a 8^a séries do ensino fundamental das escolas das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. O projeto já chegou a 211 estabelecimentos de ensino e contemplou 78.039 alunos, o que representa cerca de 51% das escolas e 30% do total de estudantes da região. Com o "Terra da Gente", espera-se possibilitar a discussão e a difusão de estratégias metodológicas adequadas para o desenvolvimento e o monitoramento de projetos pedagógicos de educação ambiental, construídos com a participação daqueles que irão efetivamente utilizar o material produzido e com informações da realidade ambiental de sua região.

Para comemorar a Semana do Meio Ambiente foi escolhido o tema "Energia Verde". O evento contou com a participação de mais de 1.500 crianças de 16 escolas públicas e particulares que, através de vídeo, teatros e brincadeiras, puderam conhecer cuidados que a CEMIG adota na construção de suas usinas hidrelétricas.

Ações Sociais Integradas

Formando uma rede de responsabilidade social com vistas à sustentabilidade das comunidades onde a CEMIG atua, participam do trabalho voluntário desde diretores, superintendentes e gerentes à empregados aposentados e seus familiares.

O Projeto ASIN foi criado em setembro de 2000 para sistematizar e incentivar o trabalho voluntário dos empregados nas comunidades onde a Companhia atua. São implementadas ações para capacitar, orientar e integrar os voluntários. Com objetivo de ampliar o alcance de iniciativas existentes, o projeto tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida das comunidades atendidas.

Atualmente, são mais de 1.000 empregados voluntários, que vêm beneficiando aproximadamente 30 mil pessoas entre crianças, adolescentes e idosos.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As atividades do ASIN permitem a redução dos índices de analfabetismo de jovens e adultos, reforma de ambientes escolares e exames oftalmológicos, formação de bibliotecas e realização de diversos cursos profissionalizantes melhorando a qualidade de vida dos alunos. O ASIN tem hoje 83 projetos desenvolvidos em todo o Estado, sendo 47 com foco na ação comunitária, 18 com foco na educação, 10 com foco no meio ambiente e 8 com foco na saúde, que contam com parceiros externos e internacionais.

O projeto Al6%, em parceria com Associação Intergerencial da CEMIG, arrecadou nos 4 anos de sua existência, recursos na ordem de R\$697 mil, através de doação voluntária de seus empregados de 6% do seu imposto de renda devido, que foram destinados ao Fundo da Infância e da Adolescência. Esses recursos são aplicados na melhoria de infra-estrutura e segurança, otimizando as condições de vida das crianças e dos adolescentes e já contam com 97 conselhos e 144 instituições beneficiados.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a importância da Companhia para a sociedade, com R\$7.200 milhões de valor adicionado em 2004 em comparação a R\$6.136 milhões em 2003, um aumento de 17,34%.

A distribuição do valor adicionado da CEMIG entre os diversos segmentos, devendo ser destacada a parte retida pelo Governo, 56,00% e 58,00% do total distribuído em 2004 e 2003, respectivamente, pela CEMIG.

Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela CEMIG em 2004, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Portal Cemig: Em avaliação feita pelo caderno de Informática do jornal Estado de Minas, publicado no mês de março de 2004, o Portal Cemig (www.cemig.com.br) ficou em primeiro lugar, juntamente com o Portal Minas.

Prêmio Qualitas: Na 15ª edição do Prêmio Qualitas ocorrida em abril de 2004, a CEMIG recebeu o Prêmio Qualitas 2004, na categoria *Melhor Performance em Qualidade* pelos serviços de fornecimento de energia elétrica.

Troféu Transparência: A CEMIG recebeu o Troféu Transparência Finalista por estar incluída entre as dez empresas finalistas na categoria *Empresas Abertas*, do VII Prêmio Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – ANEFAC, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI, SERASA 2004.

Troféu ABRACONEE: A CEMIG recebeu da Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica - ABRACONEE o prêmio de “Melhor Divulgação das Informações Contábeis” na categoria de Empresa de Capital Aberto.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prêmio Destaque Energia: O presidente da CEMIG, Djalma Bastos de Moraes, recebeu o prêmio *Destaque Energia 2004*, concedido pela Federação das Indústrias de Minas Gerais – FIEMG, pelo Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado de Minas Gerais – SINAEES e pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE.

Prêmio Nascente do Rio Tietê: Concedido pela Revista Meio Ambiente Industrial, pela PricewaterhouseCoopers e pela Prefeitura do Estado de São Paulo às empresas que se destacaram pela gestão sustentável dos recursos hídricos.

Prêmio Selo de Empresa Cidadã: Concedido pela Câmara Municipal de Uberlândia e pela Câmara de Dirigentes Lojista – CDL. O Projeto de Educação Ambiental nas Escolas “Terra da Gente” e “Projeto Ações Sociais Integradas – ASIN” foram escolhidos entre os projetos das empresas no município de Uberlândia.

Prêmio Destaque Nacional em Desenvolvimento Sustentável: Concedido pelo Instituto Ambiental Biosfera, sendo entregue durante o Congresso e Exposição Internacional sobre Florestas – FOREST 2004, em Brasília.

PMQ - Prêmio Mineiro da Qualidade: Objetiva incentivar as empresas a buscarem a excelência na gestão de seus negócios, tornando-o um instrumento eficaz para alcançar a competitividade. São premiadas as organizações que praticam uma gestão que as levam ao sucesso. A Diretoria da Distribuição e Comercialização da CEMIG foi agraciada, pela segunda vez, com a premiação na faixa prata.

PERSPECTIVAS

A CEMIG elaborou o seu planejamento com um cenário para 2005 de crescimento do PIB de 3,3%, inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC de 5,69% e dólar com cotação média no ano de R\$3,07.

O crescimento esperado da economia brasileira para 2004 impactará de forma positiva o mercado de energia elétrica da CEMIG, sendo esperado um aumento de 3,85% no volume de vendas.

As negociações para assinatura do quarto aditivo contratual da CRC com o Governo do Estado de Minas Gerais estão previstas para serem concluídas também em 2005 e espera-se que a repactuação viabilize o pagamento da CRC no longo prazo através dos dividendos devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais.

No que se refere aos novos investimentos, está prevista a entrada em operação da usina de Aimorés, aumentando em 162 MW na capacidade instalada da CEMIG, e a aceleração no ritmo das obras de ligação de novos consumidores rurais dentro do Programa Luz para Todos, com investimentos previstos de R\$780 milhões para 2005.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS Data-Base - 31/12/2004
Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da CEMIG é grata ao Governador do Estado, Dr. Aécio Neves da Cunha, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades Federais, Estaduais e Municipais, às comunidades servidas pela CEMIG, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO SOCIAL DA CONTROLADORA

1) Base de Cálculo	2004			2003		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			6.707.407			5.239.039
Resultado Operacional (RO)			1.616.976			1.194.070
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			784.511			638.460
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	39.100	4,98	0,58	30.938	4,85	0,59
Encargos sociais compulsórios	193.426	24,66	2,88	171.502	26,86	3,27
Previdência privada	106.909	13,63	1,59	74.338	11,64	1,42
Saúde	21.462	2,74	0,32	21.168	3,32	0,40
Segurança e medicina no trabalho	3.215	0,41	0,05	3.027	0,47	0,06
Educação	582	0,07	0,01	615	0,10	0,01
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	10.487	1,34	0,16	8.465	1,33	0,16
Creches ou auxílio-creche	1.600	0,20	0,02	1.419	0,22	0,03
Participação nos lucros ou resultados	109.373	13,94	1,63	92.302	14,46	1,76
Outros	15.512	1,98	0,23	15.351	2,40	0,29
Total - Indicadores Sociais Internos	501.666	63,95	7,48	419.125	65,65	8,00
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	-	-	-	358	0,03	0,01
Cultura	6.330	0,39	0,09	6.230	0,52	0,12
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	18.401	1,14	0,27	17.102	1,43	0,33
Total das Contribuições para a Sociedade	24.731	1,53	0,37	23.690	1,98	0,45
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.916.588	242,22	58,39	3.440.972	288,17	65,68
Total - Indicadores Sociais Externos	3.941.319	243,75	58,76	3.464.662	290,16	66,13
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa e com programas e/ou projetos externos	141.700	8,76	2,11	42.000	3,52	0,80
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	141.700	8,76	2,11	42.000	3,52	0,80
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			10.668			11.302
Nº de admissões durante o período			135			29
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			ND			ND
Nº de estagiários (as)			354			408
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			2.842			2.980
Nº de mulheres que trabalham na empresa			1.408			1.514
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			5,69%			4,48%
Nº de negros (as) que trabalham na empresa			3.273			3.496
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			8,22%			9,61%
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			ND			ND
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2004			Metas 2005		
Relação entre maior e a menor remuneração na empresa			19,04			
Número total de acidentes de trabalho			186			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(x) Todos (as) + CIPA	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as) + CIPA	(x) Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2004: 7.268.965		Em 2003: 5.979.942			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	55,87% governo 9,88% acionistas	12,94% colaboradores (as) 11,44% terceiros	9,88% retido	57,54% governo 5,36% acionistas	12,93% colaboradores (as) 9,50% terceiros	14,67% retido

7) Outras Informações

- I. Do total dos investimentos em meio ambiente, no ano de 2004, cerca de R\$119 milhões referem-se aos programas socioambientais implementados durante a construção de novas usinas hidrelétricas.
- II. Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos tendem a evoluir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos.
- III. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possuem metas de redução. A Diretoria da Cemig e a entidade sindical representativa dos seus empregados conduziram, em 2003, a definição de um indicador de consumo de água por empregado.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A CEMIG EM NÚMEROS

(dados consolidados, exceto se indicado de outra forma)

Descrições	2000	2001	2002	2003	2004
Atendimento					
Número de consumidores	5.141.295	5.412.075	5.591.492	5.744.206	5.874.912
Número de empregados	11.648	11.288	11.468	11.302	10.668
Número de consumidores por empregado	441	479	488	508	551
Número de localidades atendidas	5.415	5.415	5.415	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774	774	774	774
Mercado					
Área de concessão (Km ²)	567.478	567.478	567.478	567.478	567.478
Geração Própria (GWh)	30.228	18.957	21.608	27.025	27.580
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.783	1.462	1.378	1.380	1.351
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)					
Residencial	215,19	246,16	281,60	356,95	416,26
Comercial	176,93	206,20	241,00	305,89	356,03
Industrial	74,82	86,23	100,05	132,39	154,38
Rural	113,73	130,96	148,00	186,42	214,42
DEC (horas)	10,15	11,37	13,01	10,74	10,93
FEC (número de interrupções)	6,55	6,85	7,34	6,42	6,58
Privação de fornecimento por consumidor – minutos/mês	51	55	65	54	55
Operacionais					
Número de Usinas em Operação	40	45	48	48	52
Número de Subestações	362	419	424	427	434
Linhas de Transmissão (Km)	4.963	4.965	4.847	4.829	4.856
Linhas de Subtransmissão (Km)	16.038	16.124	16.152	16.185	16.086
Linhas de Distribuição (Km)					
Urbana	53.391	54.738	55.718	82.867	83.527
Rural	259.056	268.024	274.841	276.437	283.910
Capacidade Instalada (MW)	5.554	5.674	5.713	5.771	5.949
Financeiros					
Receita operacional – R\$ milhões	4.940	6.168	6.752	7.968	9.748
Receita operacional líquida - R\$ milhões	3.706	4.852	5.119	5.623	7.141
Margem operacional - %	18,31	18,34	10,27	21,81	23,56
EBITDA OU LAJIDA - R\$ milhões	1.167	1.406	1.076	1.797	2.266
Lucro líquido (Prejuízo) - R\$ milhões	415	478	(1.002)	1.198	1.385
Lucro líquido (Prejuízo) por lote de 1000 ações (Controladora)	2,61	3,01	(6,18)	7,39	8,54
Patrimônio líquido - R\$ milhões	7.818	6.902	5.681	6.559	7.251
Valor patrimonial por lote de mil ações (Controladora)	49,19	43,43	35,05	40,47	44,74
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	5,61	7,44	(14,99)	22,34	23,60
Endividamento do patrimônio líquido - %	35,72	91,25	142,65	128,67	131,15
Liquidez Corrente	0,76	0,95	0,66	0,73	0,86
Liquidez Geral	0,89	0,83	0,65	0,74	0,79

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	
Membros Efetivos	Membros Suplentes
Wilson Nélio Brumer	Fernando Lage de Melo
Djalma Bastos de Moraes	Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Aécio Ferreira da Cunha	Eduardo Lery Vieira
Alexandre Heringer Lisboa	Franklin Moreira Gonçalves
Antônio Adriano Silva	Francisco Sales Dias Horta
Francelino Pereira dos Santos	Marco Antônio Rodrigues da Cunha
Maria Estela Kubitschek Lopes	Luiz Henrique de Castro Carvalho
Nilo Barroso Neto	Guilherme Horta Gonçalves Júnior
José Luiz Alquéres	Guy Maria Villela Paschoal
Carlos Augusto Leite Brandão	Fernando Teixeira Mendes Filho
Andréa Paula Fernandes	Rodrigo Bhering Andrade
Antônio Luiz Barros de Salles	Andréa Leandro Silva
José Augusto Pimentel Pessoa	Evandro Veiga Negrão de Lima
Haroldo Guimarães Brasil	Antônio Renato do Nascimento

CONSELHO FISCAL	
Membros Efetivos	Membros Suplentes
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcelos Drummond	Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Luiz Guaritá Neto	Ronald Gastão Andrade Reis
Luiz Otávio Nunes West	Augusto Cesar Calazans Lopes
Thales de Souza Ramos Filho	Beatriz Oliveira Fortunato
	Aliomar Silva Lima

DIRETORIA EXECUTIVA	
Nome	Cargo
Djalma Bastos de Moraes	Diretor-Presidente
Francisco Sales Dias Horta	Diretor Vice-Presidente
Celso Ferreira	Diretor de Planejamento, Projetos e Construções
Flávio Decat de Moura	Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores
Elmar de Oliveira Santana	Diretor de Geração e Transmissão
José Maria de Macedo	Diretor de Distribuição e Comercialização
Heleni de Mello Fonseca	Diretora de Gestão Empresarial

RELAÇÕES COM INVESTIDORES
Superintendência de Relações com Investidores
Telefones: (31) 3299-3930 - 3299-4015
Fax: (31) 3299-3934 - 31 3299-3933
Endereço eletrônico
Site: www.cemig.com.br, www.ri.cemig.com.br
E-Mail: ri@cemig.com.br

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ou “Controladora”, sociedade de capital aberto, certificado GEMEC/RCA-200-75/109, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, é concessionária do serviço público de energia elétrica e seu acionista controlador é o Estado de Minas Gerais. Seus principais objetivos sociais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG tem como área de concessão 562.478 km², cerca de 97% do território de Minas Gerais, atendendo aproximadamente 5.875 mil (não auditado) consumidores em 31 de dezembro de 2004 (em 2003 – 5.744 mil - não auditado). A CEMIG e suas controladas possuem 52 usinas, sendo 48 hidrelétricas, 3 termelétricas e 1 eólica e capacidade instalada total de 5.949 MW (em 2003 - 5.771 MW).

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 31 de dezembro de 2004:

- Sá Carvalho S.A. (participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (participação de 55,19%) – seus principais objetivos sociais são: aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu estatuto social também permite a execução das atividades de exploração, produção e armazenamento de gás natural. Estas atividades, entretanto, não estão sendo desenvolvidas. A CEMIG alienou 40% de sua participação na GASMIG em 2004, conforme mencionado na nota explicativa nº 16;
- Empresa de Infovias S.A. (“Infovias”) (participação de 99,94%) – seus principais objetivos sociais são: prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços). A Infovias detém uma participação de 69,25% no capital da Way TV Belo Horizonte S.A., que atua na exploração de serviços de televisão a cabo e Internet em determinadas cidades do Estado de Minas Gerais;

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Efficientia S.A. (participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: a prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- Horizontes Energia S.A. (participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (participação de 48,50%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais;
- Rosal Energia S.A. (participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Esta usina foi adquirida em 2004, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

A CEMIG ainda possui participação no capital das empresas relacionadas abaixo, ainda em fase pré-operacional em 31 de dezembro de 2004:

- Cemig PCH S.A., Cemig Capim Branco Energia S.A. e UTE Barreiro S.A. (participação de 100,00%) – Estas empresas têm por objetivos sociais a produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente.
- Cemig Trading S.A. (participação de 100,00%) – Seu principal objetivo social é a comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia.
- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (participação de 51,00%) – Esta empresa será responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 Kv.
- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (participação de 48,50%) – Suas principais atividades serão a produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente.
- Companhia Transleste de Transmissão (participação de 25,00%) – Esta empresa será responsável pela construção e operação da linha de transmissão de 345 Kv conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé.
- Companhia Transudeste de Transmissão (participação de 24,00%) – Esta empresa será responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS Data-Base - 31/12/2004
Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 Kv.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Companhia Transirapé de Transmissão (participação de 24,40%) – Esta empresa será responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – Lote B - LT Irapé – Araçuaí 230 Kv.

2) – DESVERTICALIZAÇÃO

Os contratos de concessão para distribuição de energia elétrica da CEMIG, assinados em 1997, determinavam que a Companhia deveria reestruturar suas operações através do desmembramento de suas atividades de geração, transmissão e distribuição em subsidiárias integrais (“desverticalização”).

-Conforme determinação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2003, a CEMIG desenvolveu estudos que resultaram na implementação da desverticalização das suas operações, adequando-se a exigência constante da Medida Provisória nº 144, de 11 de dezembro de 2003, posteriormente convertida na Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, de reestruturação do modelo do setor elétrico brasileiro.

Desta forma, a CEMIG constituiu as subsidiárias integrais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A., para desenvolver as suas atividades no negócio de energia elétrica a partir de 1º de janeiro de 2005.

A Assembléia Geral Extraordinária da CEMIG em 30 de dezembro de 2004 autorizou a transferência, a partir de 1º de janeiro de 2005, dos ativos constantes do Imobilizado em Serviço e parte das obrigações e direitos relacionadas as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica para as subsidiárias integrais constituídas.

A transferência dos demais ativos e obrigações será efetuada através de adiantamento para aumento de capital em 1º de janeiro de 2005, com a aprovação da integralização ao capital em uma Assembléia de Acionistas a ser realizada posteriormente.

A efetiva transferência das concessões de transmissão, geração e distribuição de energia elétrica para as novas subsidiárias está condicionada a aprovação pela ANEEL, conforme consta na Resolução Normativa nº 407, de 20 de dezembro de 2004.

Os principais critérios de transferência dos bens, direitos e obrigações para as subsidiárias são como segue:

- O saldo de consumidores referente clientes livres foi alocado na Cemig Geração e Transmissão S.A. e o saldo referente clientes cativos foi alocado na Cemig Distribuição S.A.
- O saldo de consumidores para os quais foi constituída provisão para devedores duvidosos de igual valor continuou alocado na CEMIG controladora.
- Os tributos compensáveis (exceto ICMS), créditos tributários e impostos, taxas e contribuições a pagar com vencimento no 1º trimestre de 2005 ficaram alocados na CEMIG.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Os créditos de ICMS foram transferidos para as subsidiárias utilizando os mesmos critérios de alocação dos ativos que originaram os créditos.
- Os ativos e passivos regulatórios foram transferidos para as subsidiárias conforme a sua natureza.
- Os consórcios para produção de energia elétrica foram transferidos para a Cemig Geração e Transmissão S.A.
- Os bens constantes do Imobilizado foram transferidos para as subsidiárias em conformidade a sua utilização nas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia.
- As obrigações pós-emprego foram transferidas para as subsidiárias proporcionalmente a despesa com pessoal da CEMIG, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A., após a desverticalização.
- Os empréstimos, financiamentos e obrigações a pagar com as debêntures foram transferidos para as novas subsidiárias em função da utilização original dos recursos nas atividades de geração, transmissão e distribuição.

Segue tabela com a segregação dos ativos e passivos da CEMIG nas novas subsidiárias constituídas, em 1º de janeiro de 2005, a ser aprovada pela ANEEL:

ATIVO	Cemig Controladora	Cemig Geração e Transmissão	CEMIG Distribuição
ATIVO CIRCULANTE			
Disponibilidades	795.985	15.500	17.301
Consumidores e Revendedores	-	32.353	1.127.064
Concessionários – Transporte de Energia	-	27.876	-
Consumidores – Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	-	-	327.268
Revendedores – Transações no MAE	-	45.560	-
Despesas Antecipadas – CVA	-	-	463.508
Tributos Compensáveis	72.006	11.431	9.641
Créditos Tributários	148.538	-	-
Almoxarifado	-	2.126	11.901
Outros Créditos	81.638	25.511	61.180
	<u>1.098.167</u>	<u>160.357</u>	<u>2.017.863</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Despesas Antecipadas – CVA	-	-	85.786
Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	-	-	361.082
Tributos Compensáveis	-	26.679	102.326
Consumidores – Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	-	-	1.032.601
Reajuste Tarifário Diferido	-	-	437.759
Revendedores – Transações no MAE	-	588.281	-
Consumidores e Revendedores	-	-	78.022
Créditos Tributários	154.822	-	-
Depósitos Vinculados a Litígios	88.141	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	1.096.706	-	-
Outros Créditos	5.846	9.497	40.875
	<u>1.345.515</u>	<u>624.457</u>	<u>2.138.451</u>

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	CEMIG Controladora	CEMIG Geração e Transmissão	CEMIG Distribuição
PERMANENTE			
Investimentos			
- Participação na Cemig Distribuição	2.706.018	-	-
- Participação na Cemig Geração	3.200.781	-	-
- Outros Investimentos	804.864	884.011	419
Imobilizado	8.616	4.772.099	4.557.550
Obrigações Especiais	-	(1.680)	(1.813.035)
Diferido	-	-	499
	<u>6.720.279</u>	<u>5.654.430</u>	<u>2.745.433</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>9.163.961</u>	<u>6.439.244</u>	<u>6.901.747</u>
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8.928	230.116	397.808
Impostos, Taxas e Contribuições	467.675	-	-
Encargos Regulatórios	17.570	1.575	79.660
Participações nos Lucros	63.431	-	-
Salários e Contribuições Sociais	52.457	30.594	89.412
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	652.328	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	63.023	840.069	490.487
Obrigações Pós-Emprego	9.827	45.201	144.710
Outras Obrigações	82.875	19.719	102.102
	<u>1.418.114</u>	<u>1.167.274</u>	<u>1.304.179</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Impostos, Taxas e Contribuições	-	211.416	351.908
Fornecedores	-	-	245.873
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-	1.514.210	1.233.130
Obrigações Pós-Emprego	66.594	306.307	980.642
Provisões para Contingências	427.839	-	-
Outras Obrigações	29	39.256	79.997
	<u>494.462</u>	<u>2.071.189</u>	<u>2.891.550</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>7.251.385</u>	<u>3.200.781</u>	<u>2.706.018</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>9.163.961</u>	<u>6.439.244</u>	<u>6.901.747</u>

3) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Apresentação das Demonstrações Financeiras

Foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 (que eliminou a adoção de qualquer sistema de correção monetária de balanço para fins societários, a partir de 1º de janeiro de 1996); normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente a CEMIG está apresentando, nos Anexos I, II e III, as demonstrações do fluxo de caixa, do valor adicionado e do resultado segregado por atividade, respectivamente.

As controladas seguem práticas contábeis compatíveis com as da CEMIG.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3.2) Principais Práticas Contábeis

(a) Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico

Despesas de Administração - São apropriadas mensalmente ao custo do imobilizado em curso, mediante rateio de 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros.

Atividades da Controladora não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica - Referem-se basicamente aos consórcios para produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, estando registrada a quota-parte da CEMIG no Grupo de Investimentos, conforme Nota Explicativa nº 16. Os saldos de ativo, passivo, receitas e despesas referentes às operações mencionadas são controlados mensalmente através de registros e demonstrações financeiras específicas elaboradas pelos Consórcios, em atendimento a determinação do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, emitido pela ANEEL.

(b) Práticas Contábeis Gerais

Disponibilidades - Estão demonstradas ao custo. Os rendimentos auferidos até a data do balanço estão classificados como Outros Créditos, no Ativo Circulante, a valores não superiores aos de realização.

Consumidores e Revendedores - O fornecimento de energia elétrica não faturado na data do balanço é contabilizado em regime de competência.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - É constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com consumidores e revendedores.

Almojarifado - É avaliado ao custo médio de aquisição, sendo que os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Permanente, não sendo depreciados.

Despesas Antecipadas – CVA - A partir de 26 de outubro de 2001, as diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados “Parcela A”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensadas nos reajustes tarifários futuros, sendo registradas no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, como despesas antecipadas. Após o reajuste tarifário devido, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado na proporção do recebimento dos valores através das contas de energia.

Investimentos - As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as demais participações societárias permanentes avaliadas pelo custo de aquisição. Os demais Investimentos são avaliados pelo custo de aquisição ou formação, reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Imobilizado - Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação e aqueles adquiridos ou formados até 31 de dezembro de 1995 foram corrigidos monetariamente até aquela data. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários incorridos relativos a financiamentos obtidos de terceiros, vinculados às Obras em Andamento, são apropriados às Imobilizações em Curso, durante o período de construção.

Depreciação e Amortização - São calculadas sobre o saldo das Imobilizações em Serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Obrigações Especiais - São avaliadas pelo valor recebido de clientes e foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As obrigações especiais não são depreciadas ou amortizadas, sendo apresentadas nos Balanços Patrimoniais como redutoras do Ativo Imobilizado.

Demais Ativos e Passivos - Os sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados na data dos balanços. Os demais são apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Obrigações Pós-Emprego - Em atendimento a Deliberação CVM nº 371/00, os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registradas com base em cálculos atuariais, utilizando o Método da Unidade de Crédito Projetada para determinação do valor presente das obrigações.

Imposto de Renda e Contribuição Social - São provisionados ou constituídos créditos sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, sendo seu efeito lançado no resultado do exercício, observando-se as perspectivas de sua realização.

Resultado - É apurado pelo regime contábil de competência de exercício.

Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - É calculado com base no número de ações, excluídas as Ações em Tesouraria, na data dos balanços.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Uso de estimativas - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da CEMIG se baseie em estimativas para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da CEMIG e Controladas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa de Racionamento, do Acordo Geral do Setor Elétrico, Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE/MAE”), Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Despesas Antecipadas – CVA, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Créditos Tributários, Obrigações Pós-Emprego, Provisões para Contingências e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

Reclassificação de saldos contábeis - Para melhor comparabilidade e análise das demonstrações contábeis, a Companhia reclassificou determinados saldos da Demonstração do Resultado do Exercício de 2003, passando a classificar separadamente os custos das despesas operacionais. Entretanto, na Nota Explicativa nº 28, encontram-se demonstrados de forma conjunta os custos e despesas operacionais com base nos critérios adotados até o exercício de 2003.

4) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas e procedimentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e incluem as demonstrações financeiras das empresas mencionadas na Nota Explicativa nº 1.

Na consolidação foram eliminadas as participações da Controladora nos patrimônios líquidos das empresas investidas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

As empresas cuja participação da CEMIG é minoritária e o controle é exercido em conjunto com outros acionistas, foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações financeiras da investida.

A GASMIG, a partir de 2004, passou também a ser consolidada proporcionalmente, em função da alienação, pela CEMIG, de 40,00% da sua participação no capital, tendo ocorrido a assinatura de acordo de acionistas que implicou no controle em conjunto com o sócio minoritário.

A parcela relativa às participações minoritárias no patrimônio líquido das controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5) – DAS CONCESSÕES

A CEMIG e suas controladas detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões:

	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Informações não auditadas	
			Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas -				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710,000	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	1.192,000	07/1975	07/2005
Nova Ponte	Rio Araguari	510,000	07/1975	07/2005
Jaguara	Rio Grande	424,000	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	408,000	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396,000	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380,000	02/1967	02/2017
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102,000	10/1963	07/2015
Funil (1)	Rio Grande	88,200	12/2000	12/2035
Queimado (1)	Rio Preto	86,625	12/1997	12/2032
Itutinga	Rio Grande	52,000	01/1953	07/2015
Camargos	Rio Grande	46,000	08/1958	07/2015
Porto Estrela (1)	Rio Santo Antônio	37,334	07/1997	07/2032
Igarapava (1)	Rio Grande	30,450	12/1998	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	18,012	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	14,000	09/1953	07/2015
Outras	Diversas	100,444	Diversas	Diversas
		<u>5.595,065</u>		
Usina Eólica -				
Morro do Camelinho	Gouveia - MG	1,000	03/1999	-
Usinas Termelétricas -				
Igarapé	Juatuba - MG	131,000	08/1974	08/2024
Formoso	Formoso - MG	0,440	04/1999	-
		<u>131,440</u>		
Total Geração CEMIG		<u>5.727,505</u>		
Controladas -				
Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho	Rio Piracicaba	78,000	12/1994	12/2024
Usina Hidrelétrica Rosal	Itabapoana - RJ	55,000	04/1997	05/2032
Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim	Rio Araguari	23,000	04/2002	04/2032
Usina Termelétrica de Ipatinga	Ipatinga - MG	40,000	11/2000	12/2014
Usina Termelétrica de Barreiro	Belo Horizonte	12,900	01/2002	04/2023
PCH's	Diversas	12,646	Diversas	2025/2030
		<u>221,546</u>		
Total Geração Consolidado		<u>5.949,051</u>		
Projetos em Andamento –				
Usinas Hidrelétricas -				
Irapé	Rio Jequitinhonha	360,000	02/2000	02/2035
Aimorés (1)	Rio Doce	161,700	12/2000	12/2035
Capim Branco I (1)	Rio Araguari	50,526	08/2001	08/2036
Capim Branco II (1)	Rio Araguari	44,210	08/2001	08/2036
		<u>616,436</u>		

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Informações não auditadas	
			Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
DISTRIBUIÇÃO				
Norte	-	-	04/1997	02/2016
Sul	-	-	04/1997	02/2016
Leste	-	-	04/1997	02/2016
Oeste	-	-	04/1997	02/2016
TRANSMISSÃO				
Rede Básica	Minas Gerais	14.401 MVA	07/1997	07/2015
Sub-Estação – SE Itajubá - 3	Minas Gerais	600 MVA	10/2000	10/2030
Transleste (LT Irapé–Montes Claros)	Minas Gerais	50 MVAR	02/2004	02/2034
Transudeste	Minas Gerais	(2)	03/2005	03/2035
Centroeste de Minas	Minas Gerais	(2)	03/2005	03/2035
Transirapê	Minas Gerais	450 MVA	03/2005	03/2035

- (1) As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações da CEMIG nas energias asseguradas pelos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada. Vide maiores informações na nota explicativa nº 16.
- (2) Informação não disponível.
- (3) A CEMIG requereu junto à ANEEL, em setembro de 2004, a prorrogação por mais vinte anos do prazo da concessão para geração de energia elétrica das seguintes usinas: UHE Emborcação, UHE Nova Ponte, PCH São Bernardo, PCH Poço Fundo, PCH Santa Luzia, PCH Luiz Dias e PCH Xicão. A ANEEL e o Ministério das Minas e Energia ainda não se pronunciaram.

A Companhia tem a expectativa de renovação das concessões e, portanto, não são esperadas perdas em função da não renovação das atuais concessões.

6) – DISPONIBILIDADES

Taxa de Remuneração (*)	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Contas Bancárias	48.161	128.333	43.483	124.164
Aplicações Financeiras				
Certificado de Depósito Bancário	100,58% do CDI	673.247	200.111	651.596
Fundos de Investimento	100,21% do CDI	2.916	9.798	-
Operações Compromissadas	100,05% do CDI	171.899	102.239	133.707
		<u>848.062</u>	<u>312.148</u>	<u>785.303</u>
		<u>896.223</u>	<u>440.481</u>	<u>828.786</u>
				<u>242.226</u>
				<u>366.390</u>

(*) Taxa de remuneração média das aplicações consolidadas em 31 de dezembro de 2004

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As aplicações financeiras da CEMIG e suas controladas com operações compromissadas referem-se a repasse de títulos públicos ou privados de emissão de terceiros com cláusula de garantia de recompra imediata do banco custodiante, a critério da CEMIG, com remuneração baseada no CDI, sem penalidade ou perda de rentabilidade.

7) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Consolidado						Total	
	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		2004	2003
	2004	2003	2004	2003	2004	2003		
Residencial	284.329	254.988	156.699	129.795	42.619	28.611	483.647	413.394
Industrial	244.638	200.602	44.285	58.539	140.756	95.131	429.679	354.272
Comércio, Serviços e Outras	121.728	121.599	66.106	57.811	35.611	24.244	223.445	203.654
Rural	35.002	32.801	19.591	17.077	9.279	6.310	63.872	56.188
Poder Público	18.503	15.081	22.693	28.693	23.502	21.947	64.698	65.721
Iluminação Pública	42.769	12.658	22.640	29.890	5.987	12.815	71.396	55.363
Serviço Público	28.218	9.865	3.487	1.395	2.033	867	33.738	12.127
Subtotal – Consumidores	775.187	647.594	335.501	323.200	259.787	189.925	1.370.475	1.160.719
Suprimento a Outras Concessionárias	5.525	4.519	-	-	-	-	5.525	4.519
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(164.914)	(106.628)	(164.914)	(106.628)
	780.712	652.113	335.501	323.200	94.873	83.297	1.211.086	1.058.610

Classe de Consumidor	Controladora						Total	
	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		2004	2003
	2004	2003	2004	2003	2004	2003		
Residencial	280.740	251.883	155.405	129.795	42.619	27.489	478.764	409.167
Industrial	214.806	196.559	44.285	58.539	140.122	92.647	399.213	347.745
Comércio, Serviços e Outras	105.320	99.971	64.061	57.811	35.611	24.244	204.992	182.026
Rural	35.002	32.801	19.591	17.077	9.279	6.310	63.872	56.188
Poder Público	18.503	15.081	22.693	28.693	23.502	21.947	64.698	65.721
Iluminação Pública	42.769	12.658	22.640	29.890	5.987	12.815	71.396	55.363
Serviço Público	28.218	9.865	3.487	1.395	2.033	867	33.738	12.127
Subtotal – Consumidores	725.358	618.818	332.162	323.200	259.153	186.319	1.316.673	1.128.337
Suprimento a Outras Concessionárias	3.685	4.519	-	-	-	-	3.685	4.519
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(160.941)	(103.022)	(160.941)	(103.022)
	729.043	623.337	332.162	323.200	98.212	83.297	1.159.417	1.029.834

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Encontra-se registrado no Ativo Realizável a Longo Prazo valores a receber, no montante de R\$78.022, referentes a:

- Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, empresa controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$51.932. A CEMIG renegociou com a COPASA o pagamento do débito em 96 parcelas mensais e consecutivas, de outubro de 2004 a setembro de 2012. As parcelas são atualizadas pela variação do IGP-M e acrescidas de juros de 0,5% a.m..
- Prefeitura de Belo Horizonte – PBH, no montante de R\$26.090, advindos substancialmente de fornecimento de energia elétrica para iluminação pública. Os débitos da PBH foram renegociados para pagamento em 80 meses, com término em março de 2010 e atualizados em conformidade aos reajustes tarifários da CEMIG.

A composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Residencial	50.205	33.493	48.911	32.371
Industrial	56.583	39.218	55.949	36.734
Comércio, Serviços e Outras	29.425	16.146	27.380	16.146
Rural	5.886	3.326	5.886	3.326
Poder Público	18.388	9.863	18.388	9.863
Iluminação Pública	2.954	6.347	2.954	6.347
Serviço Público	1.473	1.400	1.473	1.400
	164.914	109.793	160.941	106.187
Curto Prazo	164.914	106.628	160.941	103.022
Longo Prazo	-	3.165	-	3.165

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2004 é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2003	109.793	106.187
Baixa de contas a receber	(7.838)	(7.109)
Constituição de provisão	62.959	61.863
Saldo em 31 de dezembro de 2004	164.914	160.941

Os critérios para constituição da provisão, conforme definição da ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais, (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8) – CONSUMIDORES - RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado “Acordo Geral do Setor Elétrico”, que define os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária (“RTE”), estendida para compensação da variação dos custos não gerenciáveis da Parcela “A” ocorridos no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A Resolução nº 91 da GCE, de 21 de dezembro de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceram os procedimentos para implementação da RTE, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia especificados na Resolução.
- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE mencionada está sendo utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração deste valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores, as quais não se espera serem relevantes, e o ICMS.
- Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE/MAE”), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh (“energia livre”). Como a CEMIG é apenas uma repassadora às geradoras dos valores recebidos, foram incluídos neste saldo os tributos e outros encargos regulatórios incidentes sobre a receita. Quando do repasse às geradoras, são deduzidos os impostos e encargos regulatórios mencionados. Estes valores estão sujeitos a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movido por agentes do mercado, entre os quais a CEMIG, relativos à interpretação das regras de mercado em vigor.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conforme Resolução Normativa nº 1 da ANEEL, de 12 de janeiro de 2004, a RTE da CEMIG teve seu prazo de duração máximo alterado de 82 para 74 meses, passando a vigorar no período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2008. A CEMIG elaborou estudo para verificar se o prazo estipulado de 74 meses seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Na elaboração deste estudo foram consideradas determinadas premissas, sendo as mais relevantes àquelas referentes às projeções de reajustes tarifários, taxas de inflação, SELIC e crescimento do mercado de energia.

Com base no estudo, foi estimada em R\$163.456 a provisão para perdas da Companhia na realização dos valores da RTE em 31 de dezembro de 2004. Desta forma, ocorreu uma provisão adicional de R\$104.271 em 2004, tendo em vista que a provisão em 31 de dezembro de 2003 correspondia a R\$59.185.

Considerando que as premissas utilizadas nesse estudo poderão sofrer alterações ao longo do prazo de recuperação, a Administração revisará periodicamente essas projeções e, conseqüentemente, a provisão constituída.

A recuperação dos créditos através da RTE, conforme Resolução Normativa nº 45, de 3 de março de 2004, é efetuada na proporção de 64,29% e 35,71% para os créditos referentes às perdas com faturamento e energia livre, respectivamente.

Os créditos da RTE referentes às perdas de faturamento estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

Dos créditos da RTE referentes à energia livre, 82,00% estão sendo atualizados pela variação da SELIC e 18,00% não estão sendo atualizados. Os valores não atualizados correspondem, segundo estimativas da CEMIG, aos montantes não pagos no âmbito da CCEE/MAE em função das diversas ações judiciais movidas pelas companhias geradoras e distribuidoras de energia elétrica. Desta forma, estes valores somente serão atualizados após a liquidação definitiva na CCEE/MAE, quando da resolução das controvérsias judiciais acima referidas.

O ICMS incidente sobre a RTE, correspondente às receitas a serem faturadas, o qual é estimado em R\$224.494 em 31 de dezembro de 2004 (R\$286.436 em 31 de dezembro de 2003), somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. A CEMIG, neste sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Receita Estadual e, portanto, não efetuou o registro antecipado da referida obrigação.

b) Parcela "A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, definiu que os valores das variações nos itens não gerenciáveis da Parcela "A" deixariam de ser incluídos no prazo limite de vigência da RTE, sendo que sua recuperação será iniciada imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela "A".

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

c) Composição dos saldos da RTE e Parcela "A"

Os valores a serem recebidos referentes à RTE e Parcela "A", registrados no Ativo, são como segue:

	Consolidado e Controladora			2003
	2004		Total	
	Principal	Atualização pela SELIC		Total
Recomposição das perdas com faturamento (1)	876.847	427.067	1.303.914	1.191.884
Valores arrecadados	(611.420)	-	(611.420)	(411.198)
	265.427	427.067	692.494	780.686
Reembolso dos gastos com energia livre dos geradores (2)	442.717	113.013	555.730	501.675
Valores arrecadados	(186.794)	-	(186.794)	(77.434)
	255.923	113.013	368.936	424.241
(-) Provisão para Perdas na Realização dos itens da RTE	(163.456)	-	(163.456)	(59.185)
Total da RTE	357.894	540.080	897.974	1.145.742
Compensação dos itens da Parcela "A" (3)	245.299	216.596	461.895	398.432
Total da RTE e da Parcela "A"	603.193	756.676	1.359.869	1.544.174
Curto Prazo			327.268	278.864
Longo Prazo			1.032.601	1.265.310

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores da RTE a serem repassados aos geradores referentes à energia livre, registrados no Passivo, na conta de Fornecedores, são como segue:

	Consolidado e Controladora			
	2004			2003
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	Total
Valores a serem repassados aos geradores (2)	419.229	107.952	527.181	475.298
(-) Repasses realizados	(163.063)	-	(163.063)	(63.057)
	256.166	107.952	364.118	412.241
Passivo Circulante			118.245	87.685
Exigível a Longo Prazo			245.873	324.556

- Valores homologados através das Resoluções ANEEL nºs 480 e 481 de 2002 e 001 de 2004.
- Valores homologados através das Resoluções ANEEL nºs 001 e 045 de 2004.
- Valores homologados através das Resoluções ANEEL nºs 482 de 2002 e 001 de 2004.

9) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES NA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (“CCEE/MAE”)

Os valores referentes às obrigações a pagar e direitos da Companhia em função das transações no âmbito da CCEE/MAE foram calculados em conformidade com a liminar obtida em 25 de dezembro de 2002, que determinou que a CEMIG fosse considerada como concessionária de distribuição e de geração, contrariando o disposto na Resolução ANEEL nº 447, de 23 de agosto de 2002, onde a CEMIG, para efeito de contabilização e liquidação no MAE, seria considerada apenas como concessionária de distribuição, não considerando a sua condição de geradora.

As obrigações e direitos da Companhia referentes às transações no âmbito da CCEE/MAE estão demonstrados como segue:

	Consolidado e Controladora	
	2004	2003
ATIVO		
Circulante		
Revendedores – Transações no MAE	45.560	39.037
Realizável a Longo Prazo		
Revendedores – Transações no MAE	588.281	567.062
	633.841	606.099
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores	148.791	143.354
	148.791	143.354

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores registrados no Ativo referem-se a diferença entre os preços pagos pela CEMIG nas transações com energia na CCEE/MAE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica deveriam fazer a arrecadação e repasse dos valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidores com valores a receber, entre os quais está incluída a CEMIG, a partir de março de 2003.

Os créditos da RTE que deveriam ter sido repassados pelas outras distribuidoras à CEMIG, relativos ao período de março de 2003 a dezembro de 2004, correspondem a R\$200.455, tendo sido recebidos R\$51.629 até 31 de dezembro de 2004.

A diferença verificada decorre do fato de que algumas distribuidoras não repassaram à CEMIG os valores da RTE por interpretarem, com base no Art.9º da Resolução ANEEL nº 36 e Nota Técnica ANEEL nº 004/2003, que a CEMIG, por estar questionando judicialmente a metodologia de cálculo de suas obrigações no MAE, estaria também questionando o Acordo Geral do Setor Elétrico. Por este motivo, as distribuidoras estariam impedidas de efetuar o referido repasse à CEMIG.

Em função das sanções mencionadas no parágrafo anterior, a Administração decidiu pela retirada das ações judiciais e acordar com os demais agentes da CCEE/MAE o pagamento das obrigações, com base no critério definido pela ANEEL. A CEMIG considera que este procedimento não impactará negativamente o resultado do exercício, tendo em vista que os valores já estão provisionados nas demonstrações financeiras.

Os principais termos e conseqüências propostos no acordo mencionado, ainda em processo de aprovação pelos agentes do mercado e ANEEL, são os seguintes:

- A CCEE/MAE fará um novo cálculo das obrigações efetivas da CEMIG, considerando os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- Os valores calculados deverão ser atualizados pelo IGP-M a partir de julho de 2003 até o início da liquidação financeira, em data a ser definida pela CCEE/MAE;
- Após a divulgação pela CCEE/MAE das obrigações atualizadas, a CEMIG iniciará a liquidação dos débitos no prazo de até 50 meses, dependendo do montante devido a cada credor, com atualização pela variação da SELIC, a partir da data do início da liquidação acrescida de 1,00% de juros ao ano;
- A ANEEL suspenderá a restrição imposta às distribuidoras de repasse à CEMIG dos valores da RTE. As distribuidoras farão o repasse à CEMIG dos valores retidos em 2 parcelas mensais e consecutivas, em data a ser definida pela CCEE/MAE.

Das obrigações e direitos da CEMIG no âmbito da CCEE/MAE, 82,00% estão sendo atualizados pela variação da SELIC acrescido de 1,00% de juros ao ano e 18,00% não estão sendo atualizados. Os valores não atualizados correspondem, segundo estimativas da CEMIG, aos montantes não pagos no âmbito da CCEE/MAE em função das diversas ações judiciais movidas pelas companhias geradoras e distribuidoras. Desta forma, estes valores somente serão atualizados após a liquidação definitiva na CCEE/MAE, quando da resolução das controvérsias judiciais.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A conclusão dos processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos a interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE/MAE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados pela CEMIG.

10) – DESPESAS ANTECIPADAS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA, refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da CEMIG, utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes.

Excepcionalmente, o Governo Federal, através da Portaria Interministerial nº 116, de 4 de abril de 2003, postergou por 12 meses a compensação das variações da CVA apuradas de 10 de março de 2002 a 9 de março de 2003, que deveriam ser compensadas a partir do reajuste tarifário de 8 de abril de 2003.

Adicionalmente, ficou estabelecido naquela Portaria que o saldo da CVA, cuja compensação foi adiada, seria compensado nas tarifas de fornecimento de energia elétrica pelo prazo de 24 meses, contados a partir do reajuste aplicado sobre as tarifas em 8 de abril de 2004.

A composição dos saldos registrados é como segue:

	Consolidado e Controladora				
	2004			2003	
	CVA de 10/03/2002 a 09/03/2003	CVA de 10/03/2003 a 09/03/2004	CVA a partir de 10/03/2004	Total	Total
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	57.556	66.848	18.886	143.290	205.741
Tarifa de compra de energia elétrica de Itaipu	279.015	(43.226)	(57.600)	178.189	256.983
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	2.744	4.373	4.994	12.111	11.328
Quota para a Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	(87.587)	2.428	53.812	(31.347)	(132.020)
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica	51.258	57.087	61.162	169.507	169.938
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	27.223	6.208	33.431	47.562
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	1.191	28.810	14.112	44.113	61.187
	304.177	143.543	101.574	549.294	620.719
Curto Prazo				463.508	315.234
Longo Prazo				85.786	305.485

00245-3 CIA ENER G MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores demonstrados na tabela acima são atualizados pela variação da SELIC entre a data do pagamento da despesa e a sua efetiva compensação no reajuste tarifário.

A Portaria Interministerial nº 361, de 26 de novembro de 2004, incluiu na CVA as despesas com “Custos de Aquisição de Energia Elétrica” e “Custeio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfra”, não sendo apurados valores pela Companhia no exercício de 2004.

11) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Curto Prazo				
ICMS a Recuperar	29.475	25.789	24.493	21.373
Imposto de Renda	79.121	63.972	63.956	61.927
Contribuição Social	6.540	8.732	2.078	8.309
Outros	4.192	9.336	2.551	9.124
	<u>119.328</u>	<u>107.829</u>	<u>93.078</u>	<u>100.733</u>
Longo Prazo				
ICMS a Recuperar	122.280	95.845	108.917	85.005
ICMS a Recuperar – Em discussão com o Governo do Estado de Minas Gerais	20.088	20.088	20.088	20.088
	<u>142.368</u>	<u>115.933</u>	<u>129.005</u>	<u>105.093</u>
	<u>261.696</u>	<u>223.762</u>	<u>222.083</u>	<u>205.826</u>

Os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se basicamente a valores apurados na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ de exercícios anteriores, que poderão ser compensados durante o exercício de 2005.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são compensados em 48 meses, conforme Lei Complementar 102/00. Adicionalmente, encontra-se registrado o montante de R\$20.088, referente a créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens utilizados na atividade da Controladora, cuja compensação está sendo discutida judicialmente com o Governo do Estado de Minas Gerais.

12) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos Tributários:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Créditos Tributários sobre-				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	15.785	132.772	-	116.837
Obrigações Pós-Emprego	4.854	45.029	4.854	45.029
Provisão para Contingências	104.739	76.846	104.739	76.846
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	55.575	20.123	55.575	20.123
Provisão para Programa de Desligamento Voluntário	8.211	9.214	8.211	9.214
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	55.345	36.967	53.994	35.741
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	51.710	42.255	51.710	42.255
Outros	24.410	19.833	24.277	19.741
	320.629	383.039	303.360	365.786
Curto Prazo	148.905	113.856	148.538	113.523
Longo Prazo	171.724	269.183	154.822	252.263

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 07 de março de 2005, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. Referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 07 de março de 2005.

Conforme as estimativas da CEMIG, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2004, conforme estimativa a seguir:

	Consolidado	Controladora
2005	148.905	148.538
2006	22.577	21.846
2007	26.406	24.960
2008	84.454	82.491
2009	26.874	21.656
2010 a 2011	9.092	1.548
2012 a 2014	2.321	2.321
	320.629	303.360

A CEMIG possui, em 31 de dezembro de 2004, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, no montante de R\$8.824 (R\$8.893 em 31 de dezembro de 2003). A Administração acredita que determinadas obrigações, pela sua natureza, serão realizadas em um prazo superior a 10 anos. Para estes casos, o respectivo crédito tributário não foi reconhecido.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A controlada Infovias possui, em 31 de dezembro de 2004, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras no montante de R\$24.001 (R\$18.642 em 31 de dezembro de 2003), em conformidade com estudos de recuperação suportado por projeção de resultados futuros aprovada pelo Conselho de Administração daquela Sociedade e os termos da Instrução CVM nº 371/2002.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.475.506	1.500.428	1.451.883	1.476.734
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(501.672)	(510.146)	(493.640)	(502.090)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Provisão para perda sobre as Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	(110.716)	(67.316)	(110.716)	(67.316)
Provisão referente à Contribuição Social sobre Correção Monetária Complementar	(8.650)	11.772	(8.650)	11.772
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	10.237	4.277
Contribuições e Doações Indedutíveis	(5.815)	(4.384)	(5.815)	(4.384)
Créditos Fiscais não Reconhecidos (Reconhecidos)	(3.181)	1.349	(3.181)	20.646
Outros	27.471	15.197	34.683	8.003
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(602.563)	(553.528)	(577.082)	(529.092)

13) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, de 7 de abril de 2004, complementou, de forma provisória, os resultados da revisão tarifária periódica da CEMIG.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em nível compatível com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, proporcionando receita suficiente para a cobertura de custos operacionais eficientes e a remuneração adequada dos investimentos.

O reajuste médio aplicado às tarifas da CEMIG em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme a resolução mencionada, o reposicionamento tarifário fixado para a CEMIG deveria ter sido de 37,86%, também em caráter provisório. A diferença percentual de 6,33% será compensada pela ANEEL através de um acréscimo de R\$159.388, a valores de abril de 2003, em cada um dos reajustes tarifários previstos para ocorrerem de 2004 a 2007, cumulativamente.

A diferença apurada no período de 8 de abril de 2003 a 7 de abril de 2004, foi reconhecida pela CEMIG como um ativo regulatório, em contrapartida ao resultado do exercício de 2004.

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O reajuste aplicado às tarifas da CEMIG em 8 de abril de 2004 inclui um percentual adicional de 2,91%, que corresponde à primeira parcela de R\$159.388 mencionada anteriormente. Entretanto, o percentual de reajuste aplicado continua inferior ao reposicionamento tarifário adicional ao qual a CEMIG tem direito. A diferença apurada no período de 8 de abril de 2004 a 31 de dezembro de 2004, também está sendo reconhecida pela CEMIG como um ativo regulatório adicional, em contrapartida ao resultado do exercício de 2004.

Conforme estabelecido na Resolução Homologatória da ANEEL nº 71, os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	Consolidado e Controladora 2004
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	358.602
Custo Médio Ponderado de Capital (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	40.280
Atualização Monetária – IGP-M	<u>38.877</u>
	<u>437.759</u>

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, no montante de R\$189.331.

A revisão por parte da ANEEL e a determinação definitiva do reposicionamento tarifário da Companhia podem implicar na necessidade de revisão e ajuste dos montantes contabilizados.

14) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar - CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um contrato de cessão de créditos, de acordo com a Lei nº 8.724/93, com amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária.

Desde a assinatura do contrato original, ocorreram os seguintes aditivos:

a) Primeiro Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 24 de janeiro de 2001.

O objetivo deste aditivo foi a substituição do índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, a partir de novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

b) Segundo Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 14 de outubro de 2002.

Refere-se às 149 parcelas do contrato original, com vencimento de 1º de janeiro de 2003 a 1º de maio de 2015, no valor total de R\$1.844.893, a preços de 31 de dezembro de 2004, com juros de 6% ao ano e atualização monetária pela variação do IGP-DI.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em decorrência da não inclusão, no Segundo Aditivo, de garantias efetivas que assegurem o recebimento dos valores registrados, a CEMIG constituiu uma provisão para perdas, no exercício de 2002, correspondente ao montante integral do aditivo em referência.

Devido a provisão integral para perdas constituída em 1º de abril de 2002, a receita financeira com atualização monetária e juros incidentes sobre o Segundo Aditivo, no montante de R\$799.568, a partir daquela data, não impactou os resultados dos respectivos exercícios, considerando que foram constituídas provisões para perdas de igual valor. Entretanto, em atendimento à legislação tributária brasileira, a CEMIG reconheceu os tributos federais a pagar incidentes sobre as receitas financeiras mencionadas.

As Parcelas do referido aditivo contratual com vencimento de 1º de janeiro de 2003 a 1º de março de 2005, no montante de R\$498.102, incluindo atualização monetária, juros e multa, não foram liquidadas.

c) Terceiro Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 24 de outubro de 2002.

As parcelas do contrato original com vencimento de 1º de abril de 1999 a 1º de dezembro de 1999 e de 1º de março de 2000 a 1º de dezembro de 2002, foram repactuadas com o Governo do Estado de Minas Gerais, com juros de 12% a.a. e atualização monetária pela variação do IGP-DI, a serem amortizadas através de 149 parcelas mensais e consecutivas, de janeiro de 2003 a maio de 2015. O valor deste aditivo em 31 de dezembro de 2004 é de R\$1.096.706 (R\$891.063 em 31 de dezembro de 2003), incluindo juros e multa sobre as parcelas em atraso.

Incluiu-se no aditivo contratual a garantia de retenção de dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos pela CEMIG ao Governo do Estado de Minas Gerais, na condição de acionista da Companhia, líquidos de valor a ser destinado à compra de debêntures da CEMIG emitidas em conexão com a construção da usina de Irapé. Esta garantia permanecerá em vigor mesmo após o vencimento contratado no Terceiro Aditivo, previsto para maio de 2015.

Parte da parcela vencida em 1º de junho de 2003 e as parcelas subseqüentes do Terceiro Aditivo Contratual com vencimento até 1º de março de 2005, no montante de R\$307.816, incluindo atualização monetária, juros e multa, não foram liquidadas.

Em 2004, a CEMIG reteve R\$48.912 dos dividendos devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais para liquidação das parcelas vencidas de março a maio de 2003 e parte da parcela vencida em junho de 2003.

As projeções de resultado futuro da CEMIG indicam que os dividendos atribuíveis ao Governo do Estado de Minas Gerais serão, no longo prazo, suficientes para assegurar a recuperação integral dos créditos correspondentes ao Terceiro Aditivo contratual, no caso de inadimplência do devedor.

Os eventos futuros que possam impactar o fluxo de dividendos previstos pela CEMIG são permanentemente monitorados pela Administração, no sentido de analisar se a referida garantia é efetiva ou se existirá a necessidade de constituição de provisão para perdas com esse ativo.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Composição do saldo da CRC

Aditivo contratual	Valores a vencer	Valores em atraso até 31.12.2004	Total	Provisão para perdas	Valor líquido registrado
Segundo Aditivo Contratual	1.409.425	435.468	1.844.893	(1.844.893)	-
Terceiro Aditivo Contratual	836.007	260.699	1.096.706	-	1.096.706
	2.245.432	696.167	2.941.599	(1.844.893)	1.096.706

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2004, após a aprovação pela Assembléia de Acionistas. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$175.662 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, dos quais R\$22.500 referem-se a parcela dos dividendos destinados à aquisição, pelo Estado de Minas Gerais, das debêntures da usina de Irapé, e R\$153.162 poderão ser retidos para quitação de parte dos créditos da CRC vencidos.

e) Negociações com o Governo do Estado

O Governo do Estado está elaborando uma nova proposta para regularização dos pagamentos do contrato da CRC. Esta nova proposta contempla um novo aditivo contratual, com repactuação da forma e prazo de pagamento do contrato que viabilizem o pagamento integral da CRC através da retenção dos valores devidos de dividendos ao Governo do Estado.

15) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS/PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS/PASEP de dezembro de 2002 a dezembro de 2004 e nas despesas com COFINS de fevereiro de 2004 a dezembro de 2004.

A ANEEL, através de correspondência enviada à CEMIG, reconhece o direito da Companhia ser ressarcida dos custos adicionais com PIS-PASEP/COFINS mencionados no parágrafo anterior. Desta forma, a CEMIG registrou, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Realizável a Longo Prazo e em contrapartida reduzindo a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

A Companhia estima que os valores registrados serão recuperados na tarifa a partir de abril de 2005, sendo que os critérios de atualização e prazo de recuperação estão ainda pendentes de definição pela ANEEL. Entretanto, a CEMIG registrou os valores com atualização pela variação do IGP-M.

00245-3 CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado e Controladora 2004
PIS/PASEP – aumento nas despesas de dezembro de 2002 a dezembro de 2004	105.054
COFINS - aumento nas despesas de fevereiro de 2004 a dezembro de 2004	237.702
Atualização Monetária – IGP-M	18.326
	361.082

16) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Em Sociedades Controladas-				
Infovias	-	-	253.779	243.467
GASMIG	-	-	68.657	90.774
Usina Térmica Ipatinga S.A.	-	-	66.538	68.183
Sá Carvalho S.A.	-	-	106.685	102.860
Horizontes Energia S.A.	-	-	65.236	63.913
Cemig Capim Branco Energia S.A.	-	-	24.177	17.037
Cemig PCH S.A.	-	-	49.148	40.468
UTE Barreiro S.A.	-	-	9.276	5.199
Efficientia S.A.	-	-	2.795	1.894
Cemig Trading S.A.	-	-	40	10
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.	-	-	11	-
Usina Termelétrica de Cogeração S.A.	-	-	2.658	-
Rosal Energia S.A.	-	-	98.419	-
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	8.262	-
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	72	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	26	-
	-	-	755.779	633.805
Em Consórcios	906.899	777.733	882.720	760.698
Ágio na Aquisição de Participação na Infovias S.A.	-	-	9.510	9.510
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia S.A.	-	-	35.828	-
Em Outros Investimentos	9.295	10.563	5.457	6.752
	916.194	788.296	933.515	776.960
	916.194	788.296	1.689.294	1.410.765

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas/Coligadas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2004			Janeiro a Dezembro de 2004	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (prejuízo)
Infovias	331.066.000	99,94	331.066	225.205	-	(18.707)
GASMIG	186.030.754	55,19	67.543	124.396	(9.300)	38.338
Usina Térmica Ipatinga S.A.	64.174.281	100,00	64.174	66.538	(6.052)	4.407
Sá Carvalho S.A.	860.000.000	100,00	86.833	106.685	(19.543)	23.368
Horizontes Energia S.A.	64.257.563	100,00	64.257	65.236	(1.211)	1.323
Cemig Capim Branco Energia S.A.	1.000	100,00	1	24.177	-	-
Cemig PCH S.A.	1.000	100,00	1	49.148	-	-
UTE Barreiro S.A.	1.000	100,00	1	9.276	-	-
Efficientia S.A.	3.742.249	100,00	3.742	2.795	-	(1.409)
Cemig Trading S.A.	10.000	100,00	10	40	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.	1.000	48,50	1	11	-	-
Central Termelétrica de Cogeração S.A.	1.000	48,50	1	5.461	-	5.455
Rosal Energia S.A.	86.944.467	100,00	86.944	98.419	-	247
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	33.051	33.051	-	-
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	301	301	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	50	50	-	-
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,40	1	1	-	-

Sociedades Controladas/Coligadas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2003			Janeiro a Dezembro de 2003	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (prejuízo)
Infovias	291.000.000	99,93	291.000	204.017	-	(28.957)
GASMIG	186.030.754	95,19	67.543	95.359	(29.585)	38.781
Usina Térmica Ipatinga S.A.	64.173.381	100,00	64.174	68.183	(1.855)	4.178
Sá Carvalho S.A.	860.000.000	100,00	86.833	102.860	(18.512)	21.254
Horizontes Energia S.A.	62.871.176	100,00	62.872	63.913	-	(345)
Cemig Capim Branco Energia S.A.	1.000	100,00	1	17.037	-	-
Cemig PCH S.A.	1.000	100,00	1	40.468	-	-
UTE Barreiro S.A.	1.000	100,00	1	5.199	-	-
Efficientia S.A.	10.000	100,00	10	1.894	-	(1.848)
Cemig Trading S.A.	10.000	100,00	10	10	-	-

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As ações das empresas controladas mencionadas acima são ordinárias, excetuando-se 24.210.437 e 573.330.000 ações preferenciais das empresas GASMIG e Sá Carvalho S.A., respectivamente.

A movimentação dos investimentos na controladora é a seguinte:

	31.12.2003	Equivalência Patrimonial	Aquisições/Aportes de Capital	Dividendos Propostos	Alienação de Participação	Outros	31.12.2004
Infovias	243.467	(18.707)	29.185	-	-	(166)	253.779
GASMIG	90.774	35.025	-	(5.133)	(52.009)	-	68.657
Usina Térmica Ipatinga	68.183	4.407	-	(6.052)	-	-	66.538
Sá Carvalho	102.860	23.368	-	(19.543)	-	-	106.685
Horizontes Energia	63.913	2.534	-	(1.211)	-	-	65.236
Cemig Capim Branco Energia	17.037	-	7.140	-	-	-	24.177
Cemig PCH	40.468	-	8.680	-	-	-	49.148
UTE Barreiro	5.199	-	4.077	-	-	-	9.276
Efficientia	1.894	(1.409)	2.310	-	-	-	2.795
Cemig Trading	10	-	30	-	-	-	40
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	11	-	-	-	11
Central Termelétrica de Cogeração	-	2.650	8	-	-	-	2.658
Rosal Energia	-	247	98.172	-	-	-	98.419
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	8.262	-	-	-	8.262
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	72	-	-	-	72
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	26	-	-	-	26
	633.805	48.115	157.973	(31.939)	(52.009)	(166)	755.779

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os saldos integrais das controladas em 2004 cuja consolidação foi proporcional são como segue:

	Gasmig	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	Cogeração
Ativo						
Circulante	213.917	1.516	1	50	298	8.314
Realizável a longo prazo	2.776	411	-	-	-	-
Permanente	105.057	38.856	-	-	4	3
Total do ativo	<u>321.750</u>	<u>40.783</u>	<u>1</u>	<u>50</u>	<u>302</u>	<u>8.317</u>
Passivo						
Circulante	194.122	7.732	-	-	1	2.856
Exigível a longo prazo	3.232	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	124.396	33.051	1	50	301	5.461
Total do passivo	<u>321.750</u>	<u>40.783</u>	<u>1</u>	<u>50</u>	<u>302</u>	<u>8.317</u>
Demonstração do Resultado						
Receita bruta de vendas	435.055	-	-	-	-	10.872
Deduções da receita bruta	(90.153)	-	-	-	-	(2.939)
Receita líquida de vendas	344.902	-	-	-	-	7.933
Custo das vendas	(276.399)	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	68.503	-	-	-	-	7.933
Despesas gerais e administrativas	(23.323)	-	-	-	-	(18)
Receitas (Despesas) financeiras	(1.737)	-	-	-	-	314
Lucro operacional	43.443	-	-	-	-	8.229
Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.405)	-	-	-	-	(2.774)
Lucro antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	29.038	-	-	-	-	5.455
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	9.300	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	<u>38.338</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.455</u>

b) Investimentos na Infovias

Em 31 de dezembro de 2004, a CEMIG possuía adiantamentos para aumento de capital na Infovias, ainda não integralizados, no montante de R\$28.713 (R\$39.593 em 31 de dezembro de 2003), classificados no saldo de investimentos.

O ágio de R\$9.510 na aquisição da Infovias é atribuível à expectativa de lucratividade futura, calculada sobre o fluxo de caixa projetado. Desta forma, o ágio será amortizado de forma linear no período de janeiro de 2005 a junho de 2012. Na consolidação o valor do ágio foi transferido para o diferido.

A Infovias iniciou suas operações em janeiro de 2001 e sua subsidiária WAY TV Belo Horizonte S.A. em setembro de 2002. Estes negócios foram considerados estratégicos pela infra-estrutura existente na CEMIG. O negócio telecomunicações irá requerer investimentos adicionais para ser considerado completo e competitivo. Avaliações periódicas da Infovias e WAY TV são realizadas com o objetivo de determinar a sua capacidade de operar seus negócios em bases individuais e lucrativas, assim como de determinar a eventual necessidade de provisão para perdas neste investimento. Atualmente as projeções disponíveis não revelam a necessidade de provisão para perdas.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As principais, informações sobre a Infovias e sua controlada WAY TV são referentes:

- a constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos e manutenção de saldo de ICMS a recuperar, cuja realização se baseia em projeções de lucratividade futura, que dependem da obtenção de resultados tributáveis futuros e da continuidade do seu plano de investimentos e do sucesso do plano de negócios da Sociedade e de sua controlada;
- a dependência de recursos adicionais, de acionistas ou terceiros, para o financiamento das operações da Sociedade e de sua controlada, bem como para assegurar a recuperação de seus ativos pelos valores registrados em suas demonstrações financeiras até que as receitas de suas operações sejam suficientes para absorver estes valores.

A CEMIG firmou com a Infovias contratos de arrendamento da infra-estrutura da rede da CEMIG, serviços de transmissão de dados entre companhias, serviços de geoinformática e de fornecimento de dados. Os contratos em referência se encontram pendentes de homologação pela ANEEL.

A ANEEL pode impor uma multa relativa aos contratos citados, se concluir que tais acordos não estão em consonância com suas regulamentações. A penalidade máxima é uma multa no montante igual a 2% das receitas brutas da CEMIG durante os 12 meses imediatamente anteriores à imposição da mesma. A Administração acredita ter argumentos de mérito com relação a este assunto. A ANEEL pode, também, impor restrições aos termos e condições dos acordos.

A CEMIG contratou serviços de assessoria para avaliação econômica-financeira e redefinição da estratégia de negócio da Empresa de Infovias S.A. e de sua controlada WAY TV Belo Horizonte S.A.. Neste trabalho, com previsão de conclusão para o 1º semestre de 2005, será realizado um diagnóstico da situação atual e do potencial do negócio dessas empresas, identificando oportunidades para agregação de valor para a CEMIG.

c) Alienação de 40% do Capital Social da GASMIG – Acordo de cooperação e associação com a Petrobrás

Em 15 de dezembro de 2004, a CEMIG alienou parte de suas ações da GASMIG, representativas de 40,00% do capital social, sendo 39,5% para a TSS Participações S.A., subsidiária da Petrobrás Gás S.A. – (“Gaspetro”), e 0,5% para a Gaspetro, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (“Petrobras”), no valor total de R\$153.857 sendo apurado pela CEMIG um ganho na alienação das ações no montante de R\$101.848, registrado no resultado do exercício de 2004 como uma receita não operacional. O valor da alienação foi apurado com base no fluxo de caixa descontado da GASMIG.

A alienação faz parte do Acordo de Associação entre CEMIG, GASMIG, Gaspetro e Petrobrás, assinado em 25 de agosto de 2004, visando o desenvolvimento do mercado de gás natural em todo o Estado de Minas Gerais. O Acordo contempla um Plano Diretor prevendo o mercado a ser atendido, os investimentos a serem realizados pela Petrobrás e suas subsidiárias em gasodutos de transporte e a expansão das redes de distribuição de gás pela GASMIG.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS Data-Base - 31/12/2004
Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Segundo o Plano Diretor, a GASMIG elevará o seu volume diário de gás natural dos atuais 3,5 milhões de m³/dia para 4,5 milhões de m³/dia ao final de 2006, atingindo 11,1 milhões de m³/dia em 2023.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Foi assinado ainda um contrato de suprimento adicional de gás natural com a Petrobrás, que passa a ter o direito de preferência na venda de gás canalizado para a GASMIG, durante toda a vigência da Associação, desde que em igualdade de condições com terceiros.

d) Investimentos na Rosal Energia S.A.

Em 23 de dezembro de 2004, a CEMIG adquiriu as ações correspondentes a 100,00% do capital da Rosal Energia S.A. pelo valor de R\$134.000. Essa empresa possui os direitos de exploração do aproveitamento hidrelétrico, bem como o sistema de transmissão associado, da Usina Hidrelétrica Rosal, com potência instalada de 55 MW.

O valor de aquisição foi definido através de um laudo de avaliação elaborado por empresa de assessoria financeira, com base no fluxo de caixa projetado da Rosal Energia S.A. até o ano de 2032, data do término da concessão.

Foi apurado um ágio de R\$35.828 em função da expectativa de lucratividade futura durante o período da concessão. O ágio será amortizado de forma linear em 10 anos, a partir de janeiro de 2005. Na consolidação, o valor do ágio foi transferido para o diferido.

e) Consórcios

A CEMIG e sua controlada Cemig Capim Branco Energia S.A. participam em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG e da sua controlada, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	2004	2003
Controladora				
Em operação				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,49	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50%	2,51	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,59	171.856	171.856
Usina de Queimado	82,50%	2,45	193.599	-
Depreciação acumulada			(20.893)	(11.077)
Total em operação			438.741	254.958
Em construção				
Usina de Queimado	82,50%		331	190.880
Usina de Funil	49,00%		2.057	-
Usina de Aimorés	49,00%		441.591	314.860
Total em construção			443.979	505.740
Total Controladora			882.720	760.698
Cemig Capim Branco Energia S.A.				
Usinas Capim Branco I e II em construção	21,05%		24.179	17.035
Total Consolidado			906.899	777.733

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais - COTEMINAS	33,34
	Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	33,33
Usina Igarapava	Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	38,15
	Companhia Mineira de Metais - CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional - CSN	17,92
	Mineração Morro Velho - MMV	5,50
Usina de Funil	Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	51,00
Capim Branco Energia S.A.	Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	48,42
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	17,89
	Companhia Mineira de Metais - CMN	12,63

17) - IMOBILIZADO

	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado		Controladora	
		2004	2003	2004	2003
Imobilizações em Serviço-					
Geração-					
Hidrelétricas	2,48	5.483.921	5.517.374	5.371.210	5.368.995
Termelétricas	2,29	357.027	217.014	131.178	132.430
Transmissão	3,38	1.221.822	1.117.066	1.221.822	1.117.066
Distribuição	4,92	7.248.010	7.002.672	7.248.010	7.002.672
Administração e outras	7,71	250.411	268.461	249.909	267.959
Telecomunicações	7,94	356.029	344.823	-	-
Gás	5,96	50.647	76.947	-	-
		14.967.867	14.544.357	14.222.129	13.889.122
Depreciação e Amortização					
Acumulada-					
Geração		(2.420.263)	(2.271.173)	(2.373.631)	(2.243.730)
Transmissão		(529.996)	(496.667)	(529.996)	(496.667)
Distribuição		(3.183.869)	(2.905.666)	(3.183.869)	(2.905.666)
Administração e outras		(154.817)	(152.370)	(154.705)	(152.316)
Telecomunicações		(84.779)	(54.388)	-	-
Gás		(11.592)	(16.549)	-	-
		(6.385.316)	(5.896.813)	(6.242.201)	(5.798.379)
		8.582.551	8.647.544	7.979.928	8.090.743

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado		Controladora	
Imobilizações em Curso-					
Geração		980.356	533.193	896.056	466.568
Transmissão		50.165	92.380	40.694	92.380
Distribuição		370.131	337.383	370.131	337.383
Administração e outras		51.456	32.682	51.456	32.682
Telecomunicações		10.240	5.114	-	-
Gás		17.698	17.898	-	-
		<u>1.480.046</u>	<u>1.018.650</u>	<u>1.358.337</u>	<u>929.013</u>
Total do Imobilizado		10.062.597	9.666.194	9.338.265	9.019.756
Obrigações Especiais-					
Geração		(79)	(79)	(79)	(79)
Transmissão		(1.601)	(1.329)	(1.601)	(1.329)
Distribuição		(1.813.035)	(1.680.419)	(1.813.035)	(1.680.419)
		<u>(1.814.715)</u>	<u>(1.681.827)</u>	<u>(1.814.715)</u>	<u>(1.681.827)</u>
Total do Imobilizado Líquido		8.247.882	7.984.367	7.523.550	7.337.929

As Obrigações Especiais referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária. Conforme práticas contábeis e regulamentação específicas do setor elétrico brasileiro, os referidos valores não são atualizados ou sujeitos a amortização ou depreciação.

Encontra-se registrado em Imobilizações em Curso – Geração o montante de R\$801.959, referente à construção da usina de Irapé (R\$354.550 em 2003).

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 044, de 17 de março de 1999, são as seguintes:

Geração	(%)	Transmissão	(%)	Distribuição	(%)	Administração	(%)
Edificações	4,00	Chave Sistema	3,30	Chave Sistema	6,70	Software	20,00
Gerador	3,30	Disjuntor	3,00	Poste de Concreto	5,00	Veículos	20,00
Turbina Hidráulica	2,50	Torre Metálica	2,50	Condutor nu de alumínio	5,00	Equipamento Geral	10,00
Casa de Força	2,00	Transformador de Força	2,50	Transformador	5,00	Edificação	4,00
Barragem	2,00	Condutor nu de alumínio	2,50	Disjuntor	3,00		

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Curto Prazo				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	166.567	178.334	166.567	178.334
Furnas	31.419	51.616	31.419	51.616
MAE/CCEE	148.791	143.354	148.791	143.354
Repasse aos Geradores	118.245	87.685	118.245	87.685
Outros	45.522	40.281	45.447	40.281
	510.544	501.270	510.469	501.270
Materiais e Serviços	165.620	109.690	126.383	86.526
	676.164	610.960	636.852	587.796
Longo Prazo				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Repasse aos Geradores	245.873	324.556	245.873	324.556

Dos valores devidos ao MAE, R\$142.560 não foram pagos em função da liminar obtida pela CEMIG em dezembro de 2002, que alterou a forma de cálculo de suas obrigações, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9. O eventual pagamento dessa obrigação adicional depende da conclusão dos cálculos pela CCEE/MAE, tendo em vista as negociações entre a CEMIG e agentes da CCEE/MAE descritas na Nota Explicativa nº 9.

19) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Curto prazo				
Imposto de Renda	166.546	79.881	151.032	72.333
Contribuição Social	63.400	31.717	57.833	32.386
ICMS	172.556	141.870	167.945	139.555
COFINS	57.418	32.924	55.996	32.028
PASEP	15.484	15.172	15.204	14.737
INSS	8.443	11.488	8.375	10.650
Outros	13.059	8.421	11.290	8.266
	496.906	321.473	467.675	309.955
Longo prazo				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	320.933	241.303	311.428	241.303
Contribuição Social	112.114	86.869	112.114	86.869
COFINS	117.556	94.706	117.556	94.706
PASEP	22.226	17.265	22.226	17.265
	572.829	440.143	563.324	440.143

Os impostos da controladora registrados no longo prazo referem-se às obrigações e direitos diferidos incidentes sobre os ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e Reajuste Tarifário Diferido, os quais são devidos à medida da realização desses ativos e passivos.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	2004			2003
				Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA - CONTROLADORA							
ABN AMRO Bank - N. V.	2003/2005	Libor + 4,25	US\$	8.851	-	8.851	28.906
ABN AMRO Real S.A. I, II e III	2009	6,35	US\$	894	76.978	77.872	-
Banco BNL do Brasil S.A.	2004/2005	Libor + 0,50	US\$	13.440	-	13.440	15.909
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	1997/2024	Diversas	US\$	23.859	187.131	210.990	249.658
Banco do Brasil S.A. I	2004	1,40	JPY	-	-	-	99.439
Banco do Brasil S.A. II	2004	Libor + 3,13	US\$	-	-	-	40.371
Banco do Brasil S.A. III	2004	10,38	US\$	-	-	-	118.507
Banco do Brasil S.A. V	2005	1,30	JPY	80.511	-	80.511	82.760
Banco do Brasil S.A. VI	2009	3,90	JPY	87	100.597	100.684	-
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	1984/2006	4,00 a 7,67	US\$	12.850	5.540	18.390	34.712
Banco Itaú - BBA I	2004	3,70	US\$	-	-	-	120.195
Banco Itaú - BBA II (2)	2005	Diversas	US\$	83.057	-	83.057	90.205
Banco Itaú - BBA III	2004	3,69	US\$	-	-	-	111.477
Banco Itaú - S.A. I	2004/2007	Libor + 3,25	US\$	47.270	66.360	113.630	147.916
Banco Itaú - S.A. II	2002/2004	Libor + 2,45	US\$	-	-	-	48.548
Citibank N.A. II	2002/2004	Libor + 5,50	US\$	-	-	-	34.276
Citibank N.A. III	2004	10,00	US\$	-	-	-	32.560
Citibank N.A. IV	2003/2005	Libor + 4,25	US\$	6.898	-	6.898	22.521
ING Bank - Eurobônus	2004	9,13	US\$	-	-	-	79.522
KFW	2001/2016	4,50	EURO	2.391	26.257	28.648	31.307
Lloyds Tsb Bank Plc	2002/2004	Libor + 6,00	US\$	-	-	-	7.354
Siemens LTDA. I	2003/2004	Libor + 4,25	US\$	-	-	-	90.762
Siemens LTDA. II	2003/2005	9,97	US\$	21.575	-	21.575	46.981
UNIBANCO I, II e III	2007/2009	6,50	US\$	429	190.164	190.593	-
UNIBANCO IV	2009	5,50	US\$	37	5.411	5.448	-
UNIBANCO V	2009	5,00	US\$	98	22.781	22.879	-
Outros	1997/2007	Diversas	Diversas	18.802	43.125	61.927	78.401
Dívida em Moeda Estrangeira				321.049	724.344	1.045.393	1.612.287
MOEDA NACIONAL - CONTROLADORA							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2006	100,00 do CDI	R\$	236	66.000	66.236	-
Banco do Brasil	2009	111,00 do CDI	R\$	2.641	118.821	121.462	-
Banco Itaú - BBA IV	2004	CDI + 3,90	R\$	-	-	-	301.573
Banco Itaú - BBA V	2008	IGP-M + 10,50	R\$	12.152	213.447	225.599	-
Banco Itaú - BBA VI	2005	CDI + 2,00	R\$	3.100	100.000	103.100	-
Banco Votorantim S.A.	2010	113,00 do CDI	R\$	117	54.372	54.489	-
BNDES	2003/2008	SELIC + 1,00	R\$	101.745	288.380	390.125	475.252
Bradesco I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII	2005	107,50 do CDI	R\$	218.256	-	218.256	-
Debêntures I (3)	2005/2006	IGP-M + 12,70	R\$	504.255	484.743	988.998	879.826
Debêntures II - Governo do Estado de M. G.	2027/2028	IGP-M	R\$	-	79.001	79.001	50.267
Debêntures III (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	14.846	245.834	260.680	-
ELETROBRÁS I	2013	FINEL + 6,50	R\$	16.829	108.680	125.509	139.032
ELETROBRÁS II	2005	IGP-M + 10,00	R\$	51.959	-	51.959	88.062
ELETROBRÁS III	2023	UFIR, RGR + 5,00 a 8,00	R\$	28.304	133.208	161.512	110.114
Grandes Consumidores - TELEMIG/ C.V.R.D.	1982/2011	Diversas	R\$	3.378	5.591	8.969	7.995
HSBC I e II	2005	104,00 do CDI	R\$	32.512	-	32.512	-
UHESC S.A.	2005	IGP-M + 14,66	R\$	63.023	-	63.023	55.716
UNIBANCO	2009	CDI + 2,98	R\$	3.705	104.095	107.800	102.933
Outros	1994/2007	Diversas	R\$	15.472	41.498	56.970	64.359
Dívida em Moeda Nacional				1.072.530	2.043.670	3.116.200	2.275.129
Fundos Vinculados				-	(20.674)	(132.291)	
Total Geral Controladora				1.393.579	2.747.340	4.140.919	3.755.125

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	2004			2003
				Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
CONSOLIDADO							
MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO	2002/2008	Libor + 5,45	US\$	17.126	40.837	57.963	80.921
Toshiba do Brasil S.A.	2002/2009	Libor + 6,00	US\$	4.404	11.862	16.266	18.237
Outros	2002/2009	Diversas	R\$	2.182	479	2.661	4.466
Total Geral Consolidado				1.417.291	2.800.518	4.217.809	3.858.749

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;
libor semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano.
 (2) As taxas de juros variam: 3,90 a 5,00 % ao ano.
 (3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência (quirografia), nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Fazem jus a remuneração anual definida em processo de "bookbuilding".

Os financiamentos da CEMIG são garantidos por avais e fianças da União e do Estado de Minas Gerais, notas promissórias emitidas pela própria CEMIG e vinculação de receita própria, sendo contratados com o objetivo de gerar recursos destinados à manutenção de capital de giro e expansão dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em sua área de concessão.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Moedas				
Dólar Norte-Americano	856.759	1.424.503	782.530	1.325.345
Euro	60.969	69.464	60.969	69.464
Unidade de Conta (cesta de moedas)	18.389	32.772	18.389	32.772
Yen	181.195	182.199	181.195	182.199
Outras	2.310	2.507	2.310	2.507
	1.119.622	1.711.445	1.045.393	1.612.287
Indexadores				
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	1.675.859	1.084.464	1.675.859	1.084.464
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	125.509	139.032	125.509	139.032
Unidade Fiscal de Referência – UFIR	161.512	110.114	161.512	110.114
Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC	390.125	475.251	390.125	475.251
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	703.855	404.506	703.855	404.506
Outros	62.001	66.228	59.340	61.762
	3.118.861	2.279.595	3.116.200	2.275.129
Fundos Vinculados				
Taxa do CDI – Certificado de Depósito Interbancário	(20.674)	(90.824)	(20.674)	(90.824)
Varição do Dólar Norte-Americano	-	(41.467)	-	(41.467)
	(20.674)	(132.291)	(20.674)	(132.291)
	4.217.809	3.858.749	4.140.919	3.755.125

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A distribuição anual da amortização das dívidas a longo prazo é a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
2005	-	881.417	-	858.285
2006	839.874	719.957	824.338	697.793
2007	461.916	258.788	446.859	237.405
2008	436.998	93.416	421.941	80.911
2009	436.159	41.147	428.631	39.327
2010	97.194	37.406	97.194	37.406
2011	42.807	37.406	42.807	37.406
De 2012 em diante	485.570	201.876	485.570	201.876
	2.800.518	2.271.413	2.747.340	2.190.409

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Varição acumulada em 2004 %	Varição acumulada em 2003 %	Indexadores	Varição acumulada em 2004 %	Varição acumulada em 2003 %
Dólar Norte-Americano	(8,74)	(18,23)	IGP-M	12,41	8,71
Euro	(0,85)	(7,78)	FINEL	2,38	1,70
Yen	(7,02)	(9,30)	CDI	16,16	23,33
Unidade de Conta	2,81	3,63	SELIC	16,24	23,41

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Saldo no início do exercício	3.991.040	3.539.370	3.887.416	3.403.314
Financiamentos obtidos	1.545.908	1.536.993	1.545.493	1.520.199
Varição monetária e cambial	93.072	(258.105)	92.149	(236.039)
Encargos financeiros provisionados	416.087	404.044	407.009	392.911
Encargos financeiros pagos	(383.435)	(405.315)	(374.011)	(394.343)
Amortização de financiamentos	(1.424.189)	(825.947)	(1.396.463)	(798.626)
	4.238.483	3.991.040	4.161.593	3.887.416
Saldo de Fundos Vinculados	(20.674)	(132.291)	(20.674)	(132.291)
Saldo no final do exercício	4.217.809	3.858.749	4.140.919	3.755.125

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As captações de recursos consolidadas durante o exercício de 2004 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Nacional			
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	11/2006	100,00% do CDI	66.000
Banco do Brasil S.A.	11/2009	111,00% do CDI	118.821
Banco Itaú BBA	10/2005	100,00% do CDI + 2,00% a.a	100.000
Banco Itaú BBA	06/2008	IGPM + 10,50% a.a.	200.000
Banco Votorantim S.A.	12/2010	113,00% do CDI	54.371
Bradesco	07/2005	107,50% do CDI	199.980
Debêntures	06/2014	IGPM + 10,50% a.a.	240.712
Eletrobrás	09/2016	UFIR + 5,00% a.a.	75.565
HSBC	06/2005	104,00% do CDI	30.000
Outras	2004/2028	Diversos	29.046
			1.114.495
Moeda Estrangeira			
ABN AMRO Bank	10/2009	US\$ + 6,35% a.a.	82.267
Banco do Brasil S.A.	12/2009	JPY + 3,90% a.a.	100.000
União de Bancos Brasileiros S.A. - UNIBANCO	10/2009	US\$ + 6,50% a.a.	138.271
União de Bancos Brasileiros S.A. - UNIBANCO	09/2004	US\$ + 2,30% a.a.	75.400
Outras	2005/2009	Diversos	35.475
			431.413
Total de Captações			1.545.908

Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

A CEMIG possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") que foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2004, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 31.12.2004
▪ EBITDA/Encargos Dívidas;	▪ Maior ou igual a 3,0	▪ 6,50
▪ Dívida/EBITDA;	▪ Menor ou igual a 2,5	▪ 1,56
▪ Imobilizado líquido/Ativo;	▪ Maior ou igual a 30%	▪ 49%
▪ Patrimônio Líquido/Ativo;	▪ Maior ou igual a 30%	▪ 43%
▪ EBITDA/Resultado Financeiro	▪ Maior ou igual a 2,0	▪ 8,06
▪ Dívida Líquida/EBITDA (*);	▪ Menor ou igual a 3,25	▪ 1,47
▪ EBITDA/Encargos Dívidas;	▪ Maior ou igual a 2,8	▪ 6,52
▪ Dívida Líquida /EBITDA;	▪ Menor ou igual a 2,5	▪ 1,22
▪ EBITDA/Encargos Dívidas;	▪ Maior ou igual a 2,8	▪ 5,63
▪ Dívida/EBITDA;	▪ Menor ou igual a 3,36	▪ 1,80
▪ Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida;	▪ Menor ou igual a 53%	▪ 37%
▪ Dívida Curto Prazo/EBITDA;	▪ Menor ou igual a 90%	▪ 60%
▪ Investimento/EBITDA	▪ Menor ou igual a 60%	▪ 43%

(*) Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis
 EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações

Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos na definição do EBITDA a ser utilizado no cálculo dos covenants.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O contrato de financiamento da Infovias com o MBK Furukawa Sistemas S.A./Unibanco, no montante de R\$57.963 em 31 de dezembro de 2004, dos quais R\$40.837 estão classificados no Passivo Exigível a Longo Prazo, contém cláusulas restritivas que não foram cumpridas, e portanto poderiam causar o vencimento imediato dos valores devidos. A Infovias obteve o consentimento dos credores deste contrato até 31 de março de 2005. O consentimento afirma que estes credores não irão exercer seus direitos de exigir o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos. Este financiamento está classificado como Passivo Exigível a Curto e Longo Prazo, de acordo com os termos originais do contrato, tendo em vista a obtenção do referido consentimento. O contrato de financiamento conta também com garantia da CEMIG que, se exercida, implicará na conversão do valor pago em ações preferenciais da Infovias.

21) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Reserva Global de Reversão – RGR	41.875	59.844	41.796	59.764
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	35.840	7.026	35.840	7.026
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	18.368	13.485	18.368	13.485
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.599	1.262	1.594	1.258
	98.889	82.824	98.805	82.740

22) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes e beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza a seus associados os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários – Plano de contribuição definida para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo. A contribuição da CEMIG é paritária às contribuições básicas mensais dos associados, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição da CEMIG para este plano é de 30% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 70% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R\$1.109.201, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários ("Plano A") – Inclui todos os participantes aposentados que optaram por este plano e os saldos, na data de opção, dos participantes ativos que optaram pela migração do Plano de Benefício Definido para o Plano Misto, descrito anteriormente.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos últimos anos de atividade do empregado na CEMIG em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Estão inscritos neste plano, em 31 de dezembro de 2004, 28 ativos e 252 aposentados/pensionistas.

A CEMIG mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamento de 50,00% do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ, com um valor fixo por participante aposentado ou ativo, atualizado anualmente pelo IGP-M.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial com benefícios pós-emprego no montante de R\$1.554.943 em 31 de dezembro de 2004 (R\$1.539.251 em 31 de dezembro de 2003) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da CEMIG, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo IPCA do IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que a FORLUZ venha a apresentar pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar pela CEMIG, mencionadas no parágrafo anterior, conforme previsto contratualmente. Assim, o passivo e as despesas reconhecidas pela Companhia em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 371 e laudo preparado por atuários independentes.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2004, conforme consta de laudo preparado por atuário externo em conformidade a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, estão apresentados a seguir:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Seguro de Vida	
		Plano de Saúde	
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	4.030.626	318.962	217.010
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	467.715	75.577	95.200
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	4.498.341	394.539	312.210
Valor Justo dos Ativos do Plano	(3.065.251)	(32.960)	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	1.433.090	361.579	312.210
Ganhos (Perdas) Atuariais não Reconhecidos	(391.689)	(121.843)	7.452
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	(25.095)	(11.221)	(11.202)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	1.016.306	228.515	308.460

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A perda atuarial referente ao Plano de Saúde que excedeu a 10,00% das obrigações atuariais no montante de R\$82.389 será reconhecida no resultado em aproximadamente 14 anos, a partir de 2004, sendo este o tempo médio de serviço futuro dos participantes ativos.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Seguro de Vida	
		Plano de Saúde	
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2003	1.189.596	211.942	279.715
Despesa Reconhecida no Resultado	36.433	35.217	35.259
Contribuições Pagas	(209.723)	(18.644)	(6.514)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2004	1.016.306	228.515	308.460
Curto Prazo	199.738	-	-
Longo Prazo	816.568	228.515	308.460

Os valores registrados no curto prazo referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG em 2005 para amortização das obrigações atuariais.

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2004 são como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Seguro de Vida	
		Plano de Saúde	
Custo do Serviço Corrente	6.356	21.129	3.202
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	449.322	34.030	32.289
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(422.476)	(3.077)	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidas	-	108	(1.745)
Perdas Decorrentes de Alterações no Plano	3.391	1.516	1.513
Contribuição dos Empregados	(160)	(18.489)	-
Despesa em 2004	36.433	35.217	35.259

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2005 é como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Seguro de Vida	
		Plano de Saúde	
Custo do Serviço Corrente	7.321	26.412	4.896
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	490.600	42.543	34.832
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(436.963)	(5.393)	-
Perdas atuariais não reconhecidos	-	5.843	-
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	2.987	1.516	1.514
Contribuição dos Empregados	(96)	(22.543)	-
Despesa em 2005	63.849	48.378	41.242

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As principais premissas atuariais na data dos balanços são conforme segue:

	2004		2003	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial	6,00%	11,30%	8,00%	13,40%
Taxa Anual de Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	9,00%	14,45%	11,00%	16,55%
Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo	-	5,00%	-	5,00%
Índice Anual Estimado de Aumentos Salariais Futuros	2,00%	7,10%	4,00%	9,20%
Taxa Anual de Crescimento Real dos Benefícios de Renda Continuada	-	5,00%	-	5,00%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT - 83		UP-94	
Tábua Biométrica de Entrada de Invalidez	Light Medium		Light Medium	
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57		IAPB-57	
Taxa Anual de Rotatividade Esperada	2,00%		2,00%	

A alteração das premissas atuariais em 2004 deve-se a adequação ao perfil demográfico dos participantes do Fundo de Pensão e expectativas futuras de redução na taxa de juros de longo prazo.

23) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos, não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da CEMIG.

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia constituiu provisões para perdas, como segue:

	Consolidado e Controladora	
	2004	2003
Cíveis – Consumidores	105.109	97.075
Cíveis – Outras	42.162	27.447
Contribuição Social incidente sobre Correção Monetária Complementar	68.868	51.518
Finsocial	20.484	20.036
Trabalhistas	110.802	90.291
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	60.366	29.833
Processos Administrativos da ANEEL	5.254	-
Outras	14.794	4.698
	427.839	320.898

Os valores provisionados em 2004 referentes às contingências judiciais estão demonstrados na nota explicativa nº 28.

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas à CEMIG decorrentes do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados passíveis de questionamento e com base em decisões judiciais recentes.

(b) Contribuição Social incidente sobre Correção Monetária Complementar

A CEMIG vem deduzindo as quotas de depreciação, amortização e baixas da correção monetária complementar do imobilizado para fins de cálculo da Contribuição Social. O montante estimado do risco está integralmente provisionado.

(c) Finsocial

Em 1994, a CEMIG foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em decorrência da exclusão do ICMS da base de cálculo do Finsocial, contribuição incidente sobre o faturamento extinta em 1992. O montante estimado do risco está integralmente provisionado.

(d) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade. O valor total estimado dessas reclamações é de R\$138.503 em 31 de dezembro de 2004 (R\$112.863 em 31 de dezembro de 2003). A CEMIG estima os valores provisionados com base na natureza dos grupos de questionamento e em decisões judiciais recentes.

(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A constituição da provisão de R\$60.366 refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa da CSLL paga. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(f) Processos Administrativos da ANEEL

A CEMIG foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de índices de qualidade no atendimento aos consumidores e outras matérias. A CEMIG recorreu, na esfera administrativa, contra as multas impostas, sendo que as provisões em 31 de dezembro de 2004 representam a estimativa de perdas nestas questões.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(g) Outros

Determinado consumidor industrial entrou com ação para impedir a CEMIG de cobrar as perdas de energia ocorridas durante o transporte de energia da usina hidrelétrica até suas instalações industriais. O montante estimado da exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2004 é de aproximadamente R\$13.950, o qual está integralmente provisionado.

Outros passivos contingentes provisionados referem-se a questionamentos envolvendo o Governo Federal, sobre a discussão da constitucionalidade de certos tributos federais e outras reclamações, consideradas normais ao curso das operações.

(h) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG discute em juízo outras ações para as quais considera ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$264.003, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, no montante de R\$26.631. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional de R\$216.722. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Desta forma, não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Secretaria da Receita Federal, em função de inspeção efetuada na Declaração de Débitos/Créditos Tributários Federais - DCTF ("DCTF") de 1997 a 2001 da CEMIG durante 2003, emitiu autos de infração, no montante de R\$1.753.753, alegando falta de recolhimento de tributos, referentes aos exercícios de 1997 a 2001. A CEMIG apresentou pedido de impugnação do auto de infração em função da não consideração e/ou processamento, pela Receita Federal, das DCTF's retificadoras e complementares, protocoladas pela CEMIG, que comprovam a quitação dos tributos e contribuições correspondentes às autuações mencionadas. A Secretaria da Receita Federal ainda não se manifestou sobre o pedido da CEMIG. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas com essa autuação, tendo em vista que a CEMIG considera ter argumentos de mérito para defesa na esfera administrativa e caso necessário, na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) COFINS

A CEMIG iniciou questionamentos com relação ao pagamento da COFINS em 1992. Devido à sentença judicial desfavorável, a CEMIG pagou, em 30 de julho de 1999, o montante de R\$239.266. O Governo Federal está alegando que a CEMIG deve R\$230.184 adicionais referentes a multas e juros pelo não pagamento da COFINS. A CEMIG está contestando tal reclamação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e conseqüentemente, não são esperadas perdas relativas a essa ação. Considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(iii) Taxa de Ocupação do Solo

Alguns Municípios do Estado de Minas Gerais estão processando a Companhia pelo pagamento da Taxa de Ocupação do Solo (taxa cobrada por Municípios devido ao uso de terreno para construção de redes de distribuição). Existem vários processos administrativos relacionados a essa questão com um valor total aproximado de R\$10.715. Não foi contabilizada provisão relacionada a essa demanda, uma vez que a Companhia acredita que possui argumentos de mérito para a defesa contra essas demandas e considera sua expectativa de perda nestas ações como remota.

(iv) ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais processou a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD referente às contribuições de consumidores no montante de R\$128.085. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. Considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(v) ICMS

Em 2004, o Governo do Estado impetrou procedimento administrativo contra a Companhia, no montante de R\$47.078, em decorrência da utilização pela CEMIG de créditos de ICMS transferidos por consumidor industrial e que estão sendo questionados pela Receita Estadual. A CEMIG apresentou sua defesa em maio de 2004. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda, e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(vi) Atos da Agência Reguladora

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$610.930, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor de R\$516.246, a ser liquidado pela Companhia até 30 de janeiro de 2004. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, por considerar sua expectativa de perda como remota.

(vii) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e o promotor público do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e duplicar o reembolso pelos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. Não é possível, até a presente data, estimar o montante envolvido nestas reclamações. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações, pois considera sua expectativa de perda nestas ações como remota.

A Companhia é ré em alguns processos contestando o Encargo de Capacidade Emergencial. A Companhia coleta o Encargo de Capacidade Emergencial dos seus consumidores em nome da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (“CBEE”), responsável pelo suprimento de energia no caso de deficiências futuras. Não é possível, no momento, estimar o montante envolvido nestas reclamações. Nenhuma provisão foi registrada para estas reclamações, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa e considera sua expectativa de perda nestas ações como remota.

A Companhia está sendo questionada, em conjunto com a Companhia Vale do Rio Doce (“CVRD”), Comercial e Agrícola Paineiras e Companhia Mineira de Metais, através de uma ação movida pelos cidadãos do Estado de Minas Gerais. A ação tem por objetivo anular as licenças ambientais concedidas para as usinas hidrelétricas de Capim Branco I e Capim Branco II. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia está sendo questionada, em conjunto com a CVRD, através de uma ação movida pelos cidadãos do Estado de Minas Gerais. A ação tem por objetivo anular a licença ambiental concedida para a usina hidrelétrica de Aimorés, assim como a respectiva concessão. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que pudessem ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

24) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

As ações do capital social integralizado têm valor nominal de R\$0,01 por ação e estão assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2004					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	36.116.291.643	51	102	-	36.116.291.745	22
Outras Entidades do Estado	212.771.605	-	2.771.169.007	3	2.983.940.612	2
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	23.362.956.173	33	-	-	23.362.956.173	14
Outros -						
No País	8.203.904.293	12	31.830.154.771	35	40.034.059.064	25
No Exterior	2.978.244.209	4	56.678.327.222	62	59.656.571.431	37
Total	70.874.167.923	100	91.279.651.102	100	162.153.819.025	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2003					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	36.116.291.643	51	102	-	36.116.291.745	22
Outras Entidades do Estado	229.271.605	-	2.771.169.007	3	3.000.440.612	2
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	23.362.956.173	33	-	-	23.362.956.173	14
Outros -						
No País	8.756.203.404	13	40.469.833.374	44	49.226.036.778	31
No Exterior	2.409.445.098	3	48.038.648.619	53	50.448.093.717	31
Total	70.874.167.923	100	91.279.651.102	100	162.153.819.025	100

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997. Em 07 de agosto de 2001, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, através da sua Câmara Civil, sentenciou como nulo o referido acordo de acionistas. A Southern recorreu da sentença, interpondo embargos declaratórios que foram rejeitados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em outubro de 2001. A decisão final, do Superior Tribunal de Justiça de Minas Gerais ocorreu em dezembro de 2003, a qual é passível de ser reformada e, dessa forma, o acordo de acionistas e o controle da CEMIG ainda são passíveis de questionamentos.

(a) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2004	2003
Reservas de Capital-		
Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio	1.313.220	1.313.220
Doações e Subvenções para Investimentos	2.650.898	2.650.898
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	6	6
Ações em Tesouraria	(1.132)	(1.132)
	4.032.222	4.032.222
Reservas de Lucros-		
Reserva de Retenção de Lucros	1.570.502	877.686
	1.570.502	877.686

A Reserva de Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio refere-se ao juros sobre o capital próprio utilizado na construção de bens e instalações, sendo registrada no Imobilizado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. A partir do exercício de 1999, a CEMIG decidiu não mais constituir esta Reserva.

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se basicamente a compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela CEMIG até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época. Os recursos foram utilizados na amortização de diversas obrigações com o Governo Federal e o saldo remanescente originou o contrato da CRC.

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos aos acionistas em função, basicamente, do atendimento as necessidades de recursos da Companhia para investimentos em obras de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da CEMIG na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

(a) Dividendos

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais a terem direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do patrimônio líquido das ações. Vide cálculo dos dividendos mínimos estatutários para as ações preferenciais a seguir.

As ações do capital social da CEMIG, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

Dividendo obrigatório

A Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas em 13 de dezembro de 2004 alterou o percentual do lucro a ser distribuído como dividendo obrigatório, de 25% para 50%.

Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, a partir do exercício de 2005, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa o permitir, a Companhia poderá fazer a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração, devendo ser observadas as diretrizes do Plano Diretor da Companhia.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos seus acionistas está demonstrado abaixo:

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora	
	2004	2003
Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais		
Valor Nominal das Ações Preferenciais	912.797	912.797
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	91.280	91.280
Valor do Patrimônio Líquido	7.251.385	6.558.569
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido	56,29%	56,29%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	4.081.805	3.691.818
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	122.454	110.755
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	122.454	110.755
Dividendos Obrigatórios		
Lucro Líquido do exercício	1.384.801	1.197.642
Dividendo obrigatório – 50,00% do lucro líquido para 2004 e 25,00% do lucro líquido para 2003	692.400	299.411
Dividendos Propostos-		
Juros sobre Capital Próprio	510.000	250.000
Dividendos Complementares	182.400	70.494
Total	692.400	320.494
Total do Dividendo para ações preferenciais	389.752	180.406
Total do Dividendo para ações ordinárias	302.648	140.088
Dividendos por lote de mil ações - R\$		
Dividendos mínimos estatutários para as ações preferenciais	1,34	1,21
Dividendo estatutário	4,28	1,85
Dividendos propostos	4,28	1,98

O saldo remanescente do Lucro Líquido Ajustado no valor de R\$692.400 será transferido para a conta de Reserva de Retenção de Lucros com o objetivo de reforçar o capital circulante, atender as necessidades de recursos para investimentos em obras de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e outras aplicações constantes do orçamento de capital a ser apresentado à Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2005.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da CEMIG foram calculados em 2004 com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido ajustado. A data e a forma de pagamento dos juros sobre o capital próprio aprovados serão definidas posteriormente.

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os benefícios fiscais decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio de R\$510.000 (R\$250.000 em 2003) foram de R\$173.400 (R\$85.000 em 2003), reconhecidos no resultado do exercício.

25) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não auditado)				R\$	
	Nº de Consumidores		MWh		2004	2003
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Residencial	4.830.935	4.729.674	6.525.884	6.528.746	2.650.066	2.239.862
Industrial	68.265	68.159	23.071.283	21.715.148	3.561.787	2.874.841
Comércio, Serviços e Outros	530.158	523.055	3.537.087	3.402.088	1.259.318	1.040.675
Rural	388.445	368.057	1.846.415	1.783.220	395.903	332.435
Poder Público	46.373	44.735	527.081	509.458	178.826	146.820
Iluminação Pública	2.102	2.142	1.004.491	996.892	214.509	181.793
Serviço Público	7.305	7.069	966.425	971.702	199.019	170.980
Sub-Total	5.873.583	5.742.891	37.478.666	35.907.254	8.459.428	6.987.406
Consumo Próprio	1.324	1.308	54.674	55.028	-	-
Subvenção para						
Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	-	66.410	90.587
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	39.727	100.800
	5.874.907	5.744.199	37.533.340	35.962.282	8.565.565	7.178.793
Suprimento a Outras						
Concessionárias	5	7	363.832	621.288	25.120	32.836
Transações com energia no MAE	-	-	-	-	11.680	23.848
Total	5.874.912	5.744.206	37.897.172	36.583.570	8.602.365	7.235.477

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora					
	(Não auditado)					
	Nº de Consumidores		MWh		R\$	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Residencial	4.830.935	4.729.674	6.525.884	6.528.746	2.650.066	2.239.862
Industrial	68.257	68.153	22.187.979	20.999.887	3.484.033	2.814.385
Comércio, Serviços e Outros	530.158	523.055	3.537.087	3.402.088	1.259.318	1.040.675
Rural	388.445	368.057	1.846.415	1.783.220	395.903	332.435
Poder Público	46.373	44.735	527.081	509.458	178.826	146.820
Iluminação Pública	2.102	2.142	1.004.491	996.892	214.509	181.793
Serviço Público	7.305	7.069	966.425	971.702	199.019	170.980
Sub-Total	5.873.575	5.742.885	36.595.362	35.191.993	8.381.674	6.926.950
Consumo Próprio	1.324	1.308	54.674	55.028	-	-
Subvenção para						
Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	-	66.410	90.587
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	39.587	100.691
	5.874.899	5.744.193	36.650.036	35.247.021	8.487.671	7.118.228
Suprimento a Outras						
Concessionárias	5	7	363.832	621.288	24.647	32.836
Transações com energia no MAE	-	-	-	-	11.673	23.647
Total	5.874.904	5.744.200	37.013.868	35.868.309	8.523.991	7.174.711

Reajuste Tarifário

Através da Resolução ANEEL 83, de 7 de abril de 2004, foram divulgadas as tarifas de energia elétrica a serem cobradas dos consumidores da CEMIG, com variação média de 19,13%, para as unidades consumidoras cuja medição de consumo ocorreu a partir de 8 de abril de 2004. Estas tarifas foram aplicadas no período do consumo medido de 8 de abril até 24 de maio de 2004.

Em 24 de maio de 2004, a ANEEL republicou a Resolução 83, modificando as tarifas a serem cobradas. A Companhia considera que as novas tarifas divulgadas pela ANEEL, representando um reajuste de aproximadamente 14%, são insuficientes para garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, conforme previsto em contrato. A CEMIG impetrou um procedimento administrativo contra a ANEEL com o objetivo de manter o reajuste médio originalmente publicado pela Resolução 83, nas tarifas a serem cobradas de abril de 2004 a abril de 2005.

Apesar do recurso administrativo mencionado acima, a CEMIG está aplicando em suas tarifas, a partir de 25 de maio de 2004, os valores informados através da Resolução 83 retificada pela ANEEL em 24 de maio de 2004. Os valores cobrados a maior no período de 8 de abril a 24 de maio de 2004, em função da retificação do reajuste tarifário da CEMIG, foram ressarcidos aos consumidores no 4º trimestre de 2004, no montante de R\$22.134.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras – “ELETROBRÁS” está reembolsando às distribuidoras pelas perdas de receita verificadas, em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

26) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Fornecimento de Gás	408.050	367.043	-	-
Subvenção da Conta de Consumo de Combustível	18.338	8.263	18.338	8.263
Serviço Taxado	8.626	8.240	8.626	8.240
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	62.036	44.158	-	-
Outras Prestações de Serviços	20.769	22.959	19.030	22.406
Aluguel e Arrendamento	23.403	23.385	23.403	23.385
Outras	1.312	1.663	1.315	1.663
	542.534	475.711	70.712	63.957

27) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
ICMS	1.783.473	1.522.476	1.703.731	1.455.841
COFINS	306.654	271.471	283.481	261.710
Reserva Global de Reversão – RGR	204.375	155.959	203.473	155.056
PIS-PASEP	17.817	126.925	12.491	122.094
Encargo de Capacidade Emergencial	280.455	265.232	275.690	261.292
Encargo de Aquisição de Energia Emergencial	11.305	-	11.076	-
Outras	3.083	2.565	473	393
	2.607.162	2.344.628	2.490.415	2.256.386

A Companhia recolhe o ICMS incidente sobre a RTE em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

O Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial em 2004 refere-se aos custos incorridos pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, na aquisição de energia elétrica em janeiro de 2004 em função do baixo nível dos reservatórios naquela data. Os custos foram rateados entre os consumidores finais de energia elétrica de forma proporcional ao consumo individual verificado.

A CEMIG reverteu, no 4º trimestre de 2004, parte dos valores anteriormente registrados como despesas de PIS-PASEP/COFINS, conforme demonstrado na nota explicativa nº15.

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Pessoal	805.718	737.772	791.849	721.752
Pessoal – Administradores e Conselheiros	3.279	2.662	3.226	2.615
Participações dos Empregados	110.101	92.583	109.373	92.302
Obrigações Pós-Emprego	106.909	74.338	106.909	74.338
Materiais	82.961	87.834	77.053	84.963
Serviços de Terceiros	333.508	321.245	326.104	305.504
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.479.799	1.393.423	1.479.723	1.393.423
Depreciação e Amortização	583.652	570.193	536.796	523.726
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	108.023	13.948	106.595	13.138
Provisões Operacionais	158.866	104.689	157.351	102.041
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	292.147	282.309	292.147	282.309
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	585.888	310.263	585.834	310.263
Gás Comprado para Revenda	259.795	246.276	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (Reversão) Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	104.271	(118.442)	104.271	(118.442)
Outras Despesas Líquidas	205.905	159.541	175.337	138.820
	5.458.685	4.396.851	5.090.431	4.044.969

DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Remunerações e Encargos	797.854	654.025	784.511	638.460
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	37.266	30.818	37.266	30.818
Benefícios Assistenciais	79.809	70.753	77.674	68.876
	914.929	755.596	899.451	738.154
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(121.337)	(95.449)	(119.728)	(94.027)
	793.592	660.147	779.723	644.127
Programa de Desligamento Incentivado - PDI	12.126	77.625	12.126	77.625
	805.718	737.772	791.849	721.752

Programa de Desligamento Incentivado – PDI

A CEMIG implementou em dezembro de 2003 e maio de 2004, o Programa de Desligamento Incentivado - PDI, que contou com a adesão de 987 empregados.

O incentivo financeiro para os empregados que aderiram ao PDI corresponde a uma indenização que varia de 0 a 17 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos, entre os quais o principal é o tempo de contribuição ao INSS. Com base nos critérios estabelecidos, o maior incentivo financeiro, correspondente a 17 vezes a remuneração, foi concedido aos empregados do sexo masculino e feminino com 30 e 25 anos de contribuição ao INSS, respectivamente, decrescendo gradativamente para os empregados com tempo inferior ou superior ao mencionado.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Adicionalmente, a CEMIG garante o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e plano de saúde pelo período de seis meses, a partir da data do desligamento do empregado.

Os custos com o PDI, no montante de R\$89.751, foram apropriados nos resultados dos exercícios de 2003 e 2004, correspondendo a R\$77.625 e R\$12.126, respectivamente.

O desligamento dos empregados foi iniciado em 15 de janeiro de 2004 e concluído em 4 de janeiro de 2005.

Participações dos Empregados

A Companhia utilizou como critério geral para pagamento da participação dos empregados nos resultados dos exercícios de 2004 e 2003 um percentual de 3% do resultado do serviço. Adicionalmente, nos dissídios coletivos em novembro de 2004 e 2003 foram acordados com os sindicatos os pagamentos de parcelas adicionais de R\$47.853 e R\$41.177 respectivamente.

Em conformidade com os referidos acordos, as participações nos resultados do exercício de 2004 e 2003 da Controladora e Controladas, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, corresponderam a R\$110.101 e R\$92.583 respectivamente. As parcelas adicionais mencionadas no parágrafo anterior, foram pagas dentro do próprio exercício.

SERVIÇO DE TERCEIROS	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Agentes Arrecadadores	33.677	31.298	33.677	31.298
Leitura de Medidores/Entrega de Contas	42.672	39.254	42.671	39.254
Comunicação	45.850	34.110	44.362	32.748
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	54.732	62.533	48.539	57.630
Conservação e Limpeza de Prédios	21.370	19.423	21.054	19.240
Mão de Obra Contratada	15.025	25.152	12.018	12.154
Fretes e Passagens	3.922	13.787	3.645	13.211
Hospedagem e Alimentação	14.927	13.681	14.488	15.299
Vigilância	13.484	11.878	13.348	11.678
Consultoria	9.239	11.566	7.571	10.301
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	18.050	12.183	18.032	12.170
Manutenção e Conservação de Veículos	4.597	5.678	4.595	5.662
Corte e Religação	8.736	1.545	8.736	1.545
Outros	47.227	39.157	53.368	43.314
	333.508	321.245	326.104	305.504

ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Energia de Itaipu Binacional	1.203.711	1.175.057	1.203.711	1.175.057
Energia de curto prazo	44.467	37.330	44.450	38.080
Encargos do serviço de sistema	92.200	-	92.200	-
Contratos Iniciais	115.901	151.461	115.901	151.461
Outros	23.520	29.575	23.461	28.825
	1.479.799	1.393.423	1.479.723	1.393.423

A energia comprada de Itaipu Binacional possui tarifa determinada em dólares norte-americanos, sendo definida através de Resolução pela ANEEL. A tarifa de compra de energia de Itaipu foi reajustada em 7,62% a partir de 1º de janeiro de 2005, passando de US\$17,8474 para US\$19,2071 por quilowatt.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Prêmio de Aposentadoria	6.406	11.288	6.406	11.288
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	62.959	59.926	61.863	57.278
Contingências Trabalhistas	20.511	20.585	20.511	20.585
Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	23.926	212	23.926	212
Cíveis - Consumidores	15.056	11.348	15.056	11.348
Bônus pagos aos consumidores durante o racionamento	23.449	-	23.449	-
Outras	6.559	1.330	6.140	1.330
	158.866	104.689	157.351	102.041

Em função de liminar judicial em vigor durante determinado período do Programa de Racionamento, a CEMIG foi impedida de cobrar parte da sobretaxa devida pelos consumidores, no montante total de R\$23.449. Em função deste impedimento, a ANEEL não efetuou o ressarcimento de parcela dos bônus pagos pela CEMIG aos consumidores em montante igual à sobretaxa não faturada.

Esta questão encontra-se em discussão junto ao Ministério das Minas e Energia visto ser a CEMIG mero agente de execução da política de bônus e sobretaxa determinados pelo Governo Federal. Foi constituída uma provisão integral para perdas em função da incerteza quanto ao resultado das negociações junto ao Ministério.

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Arrendamentos e Aluguéis	33.668	25.234	23.178	18.164
Gasto com Eficiência Energética	20.419	16.057	19.981	15.734
Propaganda e Publicidade	19.808	11.040	17.007	10.557
Consumo Próprio de Energia Elétrica	20.244	17.212	17.410	14.924
Combustível para Produção de Energia Elétrica	19.311	8.127	19.311	8.127
Subvenções e Doações	18.642	17.317	18.401	17.102
Taxa de Fiscalização da ANEEL	18.554	14.405	18.307	14.231
Concessão Onerosa	8.426	7.264	8.330	7.264
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	5.247	12.738	4.233	10.714
Seguros	4.931	2.439	4.703	2.242
Contribuição ao MAE	2.350	2.937	2.350	2.937
Indenizações Trabalhistas	1.903	451	1.903	451
Outras Líquidas	32.402	24.320	20.223	16.373
	205.905	159.541	175.337	138.820

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
RECEITAS FINANCEIRAS -				
Renda de Aplicação Financeira	136.538	78.465	123.966	61.761
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	63.422	56.153	63.413	56.153
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	580.192	362.010	580.192	362.010
Provisão para Perdas Referentes Atualização Financeira de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	(325.637)	(197.988)	(325.637)	(197.988)
Variação Monetária da CVA	127.758	114.087	127.758	114.087
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	326.976	379.584	326.976	379.584
Variação Monetária – Reajuste Tarifário Diferido	79.157	-	79.157	-
Variações Cambiais	110.384	351.785	98.047	331.442
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(57.029)	(77.678)	(56.827)	(76.803)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	1.407	10.719	1.407	10.719
Outras	33.094	37.169	29.974	33.176
	1.076.262	1.114.306	1.048.426	1.074.141
DESPESAS FINANCEIRAS -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(374.426)	(334.617)	(365.348)	(322.091)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(51.883)	(56.069)	(51.883)	(56.069)
Variação Monetária da CVA	(28.401)	(21.290)	(28.401)	(21.290)
Variações Cambiais	(24.407)	(16.200)	(16.525)	(16.200)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(124.179)	(53.033)	(124.179)	(53.017)
C.P.M.F.	(49.156)	(38.749)	(46.988)	(36.710)
Reversão da Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	-	75.039	-	75.039
Perdas com Instrumentos Financeiros	(160.311)	(50.954)	(160.311)	(50.954)
Outras	(34.509)	(33.343)	(32.156)	(30.138)
	(847.272)	(529.216)	(825.791)	(511.430)
Juros Sobre Capital Próprio	(510.000)	(250.000)	(510.000)	(250.000)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(281.010)	335.090	(287.365)	312.711

Os encargos financeiros e variações monetárias/cambiais incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no exercício de 2004, nos montantes de R\$41.661 e R\$33.611, respectivamente, foram transferidos para as rubricas de Ativo Imobilizado e Investimentos (consórcio de geração de energia elétrica) – (R\$66.750 de encargos financeiros e R\$43.617 de variações monetárias/cambiais no exercício de 2003).

30) – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Ganho na Alienação de Participação na GASMIG	101.848	-	101.848	-
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens FORLUZ – Custeio Administrativo	(16.044)	(33.140)	(16.002)	(33.115)
Perdas em Projetos	(1.865)	(7.215)	(1.865)	(7.215)
Outras Receitas (Despesas) Líquidas	-	(20.960)	-	(20.960)
	(9.594)	187	(9.824)	23
	74.345	(61.128)	74.157	(61.267)

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores registrados como perdas em projetos em 2003 referem-se aos gastos com estudos de viabilidade técnica para construção das usinas de Bocaina e Formoso nos valores de R\$15.336 e R\$5.068, respectivamente. A Companhia considera não ser viável economicamente a continuidade no desenvolvimento dos projetos mencionados no momento.

31) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

	2004		2003	
	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ
ATIVO				
Circulante				
Consumidores e Revendedores	18.212	-	17.987	-
Tributos Compensáveis- ICMS a Recuperar	29.475	-	25.789	-
Outros Créditos - Adiantamento para Custeio de Benefícios Assistenciais	-	-	-	17.641
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	1.096.706	-	891.063	-
Tributos Compensáveis - ICMS a Recuperar	122.280	-	95.845	-
ICMS a Recuperar – Em discussão com o Governo do Estado de Minas Gerais	20.088	-	20.088	-
Consumidores e Revendedores	51.932	-	61.550	-
PASSIVO				
Circulante				
Impostos, Taxas e Contribuições - ICMS	172.556	-	141.870	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	175.662	-	71.383	-
Obrigações Pós-Emprego	-	199.738	-	185.226
Outras Obrigações- Repasse de Contribuições	-	16.514	-	15.938
Exigível a Longo Prazo				
Debêntures	79.002	-	50.267	-
Obrigações Pós-Emprego	-	1.353.543	-	1.496.027

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2004		2003	
	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ
RESULTADO				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	39.918	-	33.768	-
Deduções à Receita Operacional – ICMS	(1.783.473)	-	(1.522.476)	-
Despesa com Obrigações Pós-emprego	-	(106.909)	-	(74.338)
Despesa com Pessoal – Contribuições para suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	-	(37.266)	-	(30.818)
Receita Financeira-				
Juros e Variação Monetária auferidos com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	580.192	-	362.010	-
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	(325.637)	-	(197.988)	-
Despesa Financeira				
Variação Monetária – Debêntures	(6.234)	-	(2.260)	-
Despesa não Operacional				
Custeio Administrativo da Forluz	-	(1.865)	-	(7.215)

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 7, 11, 14, 19, 20, 22, 27, 29 e 30.

O saldo de consumidores e revendedores referente ao Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$59.626 em 31 de dezembro de 2004 a curto e longo prazo, inclui os valores a receber da COPASA, que foram renegociados para pagamento em 96 meses.

32) –EXPOSIÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Como concessionária do setor elétrico brasileiro, a CEMIG opera em ambientes onde fatores como reestruturações societárias, regulamentações emanadas dos órgãos governamentais, evolução tecnológica, globalização e variações do mercado consumidor são fatores de risco.

A CEMIG implementou um projeto de Gerenciamento de Riscos Corporativos, buscando promover o entendimento de eventuais ocorrências que podem gerar perda de valor aos acionistas e estruturar a empresa para agir de forma pró-ativa em relação ao seu ambiente de riscos.

Os principais riscos de mercado que afetam os negócios da CEMIG estão descritos a seguir:

a) Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente a cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto significativo no endividamento, resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2004, operações contratadas de hedge, no montante de R\$234.346, equivalente a US\$88.286, e R\$179.875 equivalentes a ¥6.936.929 (Yen Japonês), nas quais foi efetuada a substituição da variação do dólar Norte-Americano e Yen acrescidos de juros pela variação do CDI (vide Nota Explicativa nº 33).

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A exposição líquida à taxa de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos	856.759	1.424.503	782.530	1.325.345
(-) Fundos Vinculados a Empréstimos e Financiamentos	-	(41.467)	-	(41.467)
(-) Operações contratadas de hedge/swap	(234.346)	(401.427)	(234.346)	(401.427)
	622.413	981.609	548.184	882.451
Yen				
Empréstimos e Financiamentos	181.195	182.199	181.195	182.199
(-) Operações contratadas de hedge	(179.875)	(182.017)	(179.875)	(182.017)
	1.320	182	1.320	182
Outras moedas estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos				
Euro	60.969	69.464	60.969	69.464
Outros	20.699	35.279	20.699	35.279
	81.668	104.743	81.668	104.743
Passivo Líquido Exposto	705.401	1.086.534	631.172	987.376

A partir de 2001, com a criação da Conta de Compensação de Variação dos Itens da Parcela A – CVA, a variação na taxa de câmbio referente às obrigações com compra de energia elétrica de Itaipu Binacional é compensada nos reajustes tarifários subseqüentes e, desta forma, não representa mais uma exposição da CEMIG ao risco de taxa de câmbio.

b) Risco de taxas de juros internacionais

A CEMIG e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), nos montantes de R\$247.486 e R\$74.229 respectivamente, em 31 de dezembro de 2004 (R\$615.960 e R\$99.158 em 31 de dezembro de 2003).

c) Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade da CEMIG e suas controladas vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. Parcela substancial do fornecimento bruto de energia está pulverizada em um grande número de consumidores. Os procedimentos da CEMIG para redução da inadimplência compreendem a emissão de aviso de vencimento dos débitos, contatos telefônicos e negociações que viabilizem o recebimento dos créditos. Após serem esgotadas as possibilidades de regularização das contas em atraso, a CEMIG procede à suspensão do fornecimento.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Risco de racionamento de energia

Parcela substancial da energia vendida pela CEMIG é gerada em suas usinas hidrelétricas. A parcela restante é adquirida de Itaipu, através de contratos iniciais firmados com a ELETROBRAS e, em menor escala, de outros geradores e através da CCEE/MAE. Um período prolongado de escassez de chuvas, que tivesse como consequência a redução no volume dos reservatórios das usinas hidrelétricas, poderia implicar em perdas para a CEMIG, em função de um eventual aumento no custo da energia comprada e da adoção de um novo Programa de Racionamento. Em função do nível atual dos reservatórios das hidrelétricas do sistema elétrico brasileiro, não está prevista, na opinião do Governo Federal, a implementação de um novo Programa de Racionamento para os próximos anos.

e) Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Essas cláusulas restritivas foram atendidas, exceto às do empréstimo da Infovias junto ao MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO, para a qual foi obtido o consentimento formal ("waiver") dos credores (vide Nota Explicativa nº 20), e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

33) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CEMIG utiliza instrumentos financeiros restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos e Debêntures, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

A CEMIG mantém políticas e estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos, e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG têm o propósito de proteger as operações da empresa contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos. As empresas controladas pela CEMIG não possuem operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2004, a CEMIG mantinha instrumentos de troca de resultados financeiros – "swap" junto a instituições financeiras, para fazer face às oscilações que possam ocorrer na moeda nacional com relação ao dólar Norte-Americano no montante equivalente a US\$88.286 (R\$234.346) e Yen no montante equivalente a ¥6.936.929 (Yen Japonês) (US\$179.875).

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Adicionalmente, a CEMIG tem instrumentos derivativos de "swap" junto a instituições financeiras, correspondentes a US\$30.662 (R\$81.389), com troca de variação cambial e taxa de juros prefixada por 95,00% da variação do CDI ou variação cambial (o que for maior).

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos realizados e não realizados nestas operações acumulavam perdas, de janeiro a dezembro de 2004, nos montantes de R\$108.505 e R\$50.399, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor de mercado é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG, os ganhos/(perdas) não realizados, registrados, e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 31 de dezembro de 2004:

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	31 de dezembro de 2004	
				Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
¥ (Yen Japonês) acrescido de cupom cambial (1,30% a.a. a 3,90% a.a.)	R\$ atrelado a variação do CDI (107,90% a 111,00% CDI)	De 04/2005 até 12/2009	¥6.936.929	(16.721)	(15.167)
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,48% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (2,12% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2005 até 11/2009	US\$111.262	(12.686)	(16.135)
R\$ 100% do CDI	R\$ ou US\$ 60% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	De 10/2006 a 11/2006	(US\$22.976)	95	(18.005)
US\$ variação cambial + taxa (3,30% a.a. a 4,10% a.a.)	R\$ ou US\$ 95% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	De 05/2005 a 06/2005	(*) US\$30.662	(21.087)	(20.416)
				(50.399)	(69.723)

(*) Nesta operação de swap, a CEMIG continua com exposição à variação cambial

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

34) – SEGUROS (não auditado)

A CEMIG mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, como segue:

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância	
			Segurada	Prêmio Anual
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	28/02/2004 a 28/02/2005	18.135	392
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	28/02/2005 a 29/04/2005	18.135	82
Almoxarifados, Instalações prediais e Equipamentos de telecomunicações	Incêndio	10/07/2004 a 10/07/2005	417.570	121
Risco Operacional – Geradores, Turbina e Equipamentos de Potência	Total	04/02/2004 a 04/02/2005	1.144.587	2.770
Risco Operacional – Geradores, Turbina e Equipamentos de Potência	Total	04/02/2005 a 04/02/2006	1.188.153	2.349

A CEMIG não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a CEMIG não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A CEMIG não tem experimentado perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

35) – COMPROMISSOS

A CEMIG possui contratos para construção de novos empreendimentos, onde as obrigações são contabilizadas à medida em que os serviços são executados. Adicionalmente, estão previstos aportes de capital em algumas empresas controladas. Os principais compromissos futuros da CEMIG estão relacionados a seguir:

	2005	2006	2007	2008
Usina Hidrelétrica Queimado	20.300	-	-	-
Usina Hidrelétrica Aimorés	66.300	-	-	-
Usina Hidrelétrica Irapé	270.900	12.700	3.400	300
Usina Hidrelétrica Funil	10.900	-	-	-
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	10.000	-	-	-
Usina Hidrelétrica Capim Branco I	10.100	4.500	100	-
Usina Hidrelétrica Capim Branco II	12.000	9.700	3.000	-
LT Irapé – Montes Claros 345 KV	3.000	-	-	-
LT Pimenta – Furnas 345 KV	12.900	9.900	-	-
LT Itutinga – Juiz de Fora 345 KV	9.600	500	-	-
LT Araçuaí – Irapé 230 KV	8.600	500	-	-
INFOVIAS	48.000	-	-	-
GASMIG	5.290	4.137	60.000	3.321
Total	487.890	41.937	66.500	3.621

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO I

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
 (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Exercício	1.384.801	1.197.642	1.384.801	1.197.642
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa -				
Depreciação e Amortização	583.652	570.193	536.796	523.726
Baixas Líquidas de Permanente	80.501	61.344	80.501	61.344
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(48.115)	(31.220)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(881.404)	(916.077)	(885.720)	(894.011)
Provisão (Reversão) de Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	104.271	(118.442)	104.271	(118.442)
Provisões para Perdas Operacionais	193.145	21.264	192.253	18.812
Obrigações Pós-Emprego	106.909	74.338	106.909	74.338
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	325.637	197.988	325.637	197.988
Ativos Regulatórios - PIS-PASEP/COFINS	(361.082)	-	(361.082)	-
Reajuste Tarifário Diferido	(358.602)	-	(358.602)	-
Outros	(33.831)	(9.800)	(31.775)	(10.533)
	<u>1.143.997</u>	<u>1.236.230</u>	<u>1.045.874</u>	<u>1.174.251</u>
(Aumento) Redução de Ativos-				
Consumidores e Revendedores	(215.231)	(326.533)	(191.446)	(335.095)
Revendedores - Transações no MAE	49.326	-	49.326	-
Recomposição Tarifária Extraordinária	309.582	270.464	309.582	270.464
Tributos Compensáveis	(32.325)	(102.014)	(16.257)	(102.976)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	62.392	157.780	62.426	154.607
Outros Ativos Circulantes	(38.192)	72.831	(16.837)	47.920
Despesas Antecipadas - CVA	160.755	(106.880)	160.755	(106.880)
Receíveis do Governo Federal - baixa renda	31.520	1.967	31.520	1.967
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	48.912	27.918	48.912	27.918
Outros Realizáveis a Longo Prazo	(6.704)	12.878	2.129	13.165
	<u>370.035</u>	<u>(149.369)</u>	<u>440.110</u>	<u>(183.517)</u>
Aumento (Redução) de Passivos-				
Fornecedores	(65.361)	(730.532)	(81.509)	(709.943)
Tributos e Contribuição Social	256.321	373.341	238.608	368.076
Salários e Contribuições Sociais	(25.251)	90.595	(25.541)	90.709
Encargos Regulatórios	(34.829)	39.862	(34.519)	39.528
Empréstimos e Financiamentos	115.332	(88.855)	119.071	(89.016)
Obrigações Pós-Emprego	(234.881)	(230.565)	(234.881)	(230.565)
Outros	168.569	50.175	154.729	62.603
	<u>179.900</u>	<u>(495.979)</u>	<u>135.958</u>	<u>(468.608)</u>
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	1.693.932	590.882	1.621.942	522.126
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	1.229.544	716.870	1.229.544	700.076
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(1.424.189)	(825.947)	(1.396.463)	(798.626)
Empréstimos de Curto Prazo	316.364	820.123	315.949	820.123
Venda de Títulos e Valores Mobiliários	-	118.994	-	118.994
Dividendos Recebidos de Controladas	-	-	31.939	53.400
Redução de Capital em Controlada	-	-	-	10.460
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(308.573)	(198.972)	(307.147)	(200.122)
	<u>(186.854)</u>	<u>631.068</u>	<u>(126.178)</u>	<u>704.305</u>
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	1.507.078	1.221.950	1.495.764	1.226.431

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas Legislação Societária
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS Data-Base - 31/12/2004
 Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado		Controladora	
	2004	2003	2004	2003
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(140.517)	(194.538)	(291.133)	(287.201)
No Imobilizado	(1.043.457)	(806.271)	(875.123)	(719.539)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	132.888	96.396	132.888	96.396
No Diferido	(250)	(31)	-	-
	<u>(1.051.336)</u>	<u>(904.444)</u>	<u>(1.033.368)</u>	<u>(910.344)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>455.742</u>	<u>317.506</u>	<u>462.396</u>	<u>316.087</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA				
No início do exercício	440.481	122.975	366.390	50.303
No fim do exercício	<u>896.223</u>	<u>440.481</u>	<u>828.786</u>	<u>366.390</u>
	<u>455.742</u>	<u>317.506</u>	<u>462.396</u>	<u>316.087</u>

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO II

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
 (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora					
	2004	2003	2004	2003				
RECEITAS								
Receita Operacional	9.748.018	7.967.945	9.197.822	7.495.425				
Provisão sobre Créditos de Liquidação Duvidosa	(62.959)	(59.926)	(61.863)	(57.278)				
Resultado Não Operacional	74.345	(61.128)	74.157	(61.267)				
	<u>9.759.404</u>	<u>7.846.891</u>	<u>9.210.116</u>	<u>7.376.880</u>				
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.479.799)	(1.393.423)	(1.479.723)	(1.393.423)				
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(585.888)	(310.263)	(585.834)	(310.263)				
Serviços de Terceiros	(333.508)	(321.245)	(326.104)	(305.504)				
Gás Comprado para Revenda	(259.795)	(246.276)	-	-				
Materiais	(82.961)	(87.834)	(77.053)	(84.963)				
Outros Custos Operacionais	(367.168)	(47.890)	(347.685)	(36.263)				
	<u>(3.109.119)</u>	<u>(2.406.931)</u>	<u>(2.816.399)</u>	<u>(2.130.416)</u>				
VALOR ADICIONADO BRUTO	6.650.285	5.439.960	6.393.717	5.246.464				
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(583.652)	(570.193)	(536.796)	(523.726)				
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	6.066.633	4.869.767	5.856.921	4.722.738				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	48.115	31.220				
Receitas Financeiras	1.133.291	1.266.462	1.105.253	1.225.984				
	<u>1.133.291</u>	<u>1.266.462</u>	<u>1.153.368</u>	<u>1.257.204</u>				
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	7.199.924	6.136.229	7.010.289	5.979.942				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%	%	%	%			
Pessoal e Encargos	919.277	13	786.183	13	906.919	13	773.405	13
Impostos, Taxas e Contribuições	4.065.920	56	3.562.406	58	3.916.588	56	3.440.972	57
Despesas financeiras e Aluguéis	831.784	12	590.740	9	801.981	12	567.923	10
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	692.400	09	320.494	5	692.400	09	320.494	5
Participação de Minoritários	(1.858)	-	(742)	-	-	-	-	-
Lucros Retidos	692.401	10	877.148	15	692.401	10	877.148	15
	<u>7.199.924</u>	<u>100</u>	<u>6.136.229</u>	<u>100</u>	<u>7.010.289</u>	<u>100</u>	<u>5.979.942</u>	<u>100</u>

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO III
 Página 1/6

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADORA SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
 (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	Atividades não Vinculadas	Total
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	1.534.401	-	6.954.467	35.123	8.523.991
Reajuste Tarifário Diferido	-	-	358.602	-	358.602
Receita de Uso da Rede	(2.760)	324.552	(77.275)	-	244.517
Outras Receitas Operacionais	19.190	1.308	38.457	11.757	70.712
	1.550.831	325.860	7.274.251	46.880	9.197.822
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(102.935)	(19.539)	(2.365.801)	(2.140)	(2.490.415)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.447.896	306.321	4.908.450	44.740	6.707.407
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(1.479.723)	-	(1.479.723)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(20.247)	-	(561.252)	(4.335)	(585.834)
	(20.247)	-	(2.040.975)	(4.335)	(2.065.557)
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	(97.863)	(66.175)	(533.458)	(424)	(697.920)
Entidade de Previdência Privada	(11.662)	(7.886)	(63.571)	(50)	(83.169)
Materiais	(11.355)	(5.618)	(49.156)	-	(66.129)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(19.311)	-	-	-	(19.311)
Serviços de Terceiros	(34.093)	(15.380)	(184.703)	(1.346)	(235.522)
Depreciação e Amortização	(132.972)	(35.087)	(340.966)	(5.121)	(514.146)
Provisões Operacionais	(11.032)	(6.379)	(62.768)	(253)	(80.432)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(104.343)	-	-	(2.252)	(106.595)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	(2.193)	(289.954)	-	(292.147)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(237.863)	-	(237.863)
Reversão (Provisão) para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	(104.271)	-	(104.271)
Outras	(22.985)	(5.604)	(53.772)	(1.206)	(83.567)
	(445.616)	(144.322)	(1.920.482)	(10.652)	(2.521.072)
CUSTO TOTAL	(465.863)	(144.322)	(3.961.457)	(14.987)	(4.586.629)
LUCRO BRUTO	982.033	161.999	946.993	29.753	2.120.778
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas com Vendas	-	-	(311.073)	-	(311.073)
Despesas Gerais e Administrativas	(23.011)	(13.293)	(133.612)	-	(169.916)
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	(22.813)	(22.813)
	(23.011)	(13.293)	(444.685)	(22.813)	(503.802)
Lucro Operacional antes do resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	959.022	148.706	502.308	6.940	1.616.976
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	-	48.115	48.115

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Página 2/6

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	Atividades não Vinculadas	Total
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					-
Receita Financeira	51.852	25.355	967.797	3.422	1.048.426
Despesa Financeira	(83.393)	(29.030)	(576.149)	(137.219)	(825.791)
	(31.541)	(3.675)	391.648	(133.797)	222.635
Juros sobre Capital Próprio	(68.804)	(39.780)	(401.416)	-	(510.000)
	(100.345)	(43.455)	(9.768)	(133.797)	(287.365)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	858.677	105.251	492.540	(78.742)	1.377.726
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(2.179)	(1.706)	(22.366)	100.408	74.157
Lucro antes do Imposto de Renda, Contribuição Social	856.498	103.545	470.174	21.666	1.451.883
Imposto de Renda e Contribuição Social	(352.501)	(41.153)	(173.448)	(9.980)	(577.082)
Lucro Antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	503.997	62.392	292.726	11.686	874.801
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	68.804	39.780	401.416	-	510.000
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	572.801	102.172	698.142	11.686	1.384.801

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO III

Página 3/6

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADORA SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

(Em milhares de reais)

(Reclassificado)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	Atividades não Vinculadas	Total
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	1.465.663		5.702.962	6.086	7.174.711
Receita de Uso da Rede	(2.347)	255.970	3.111	23	256.757
Outras Receitas Operacionais	8.943	771	43.427	10.816	63.957
	<u>1.472.259</u>	<u>256.741</u>	<u>5.749.500</u>	<u>16.925</u>	<u>7.495.425</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL					
	(113.544)	(19.962)	(2.122.278)	(602)	(2.256.386)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>1.358.715</u>	<u>236.779</u>	<u>3.627.222</u>	<u>16.323</u>	<u>5.239.039</u>
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(1.393.423)	-	(1.393.423)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(15.156)	-	(293.185)	(1.922)	(310.263)
	<u>(15.156)</u>	<u>-</u>	<u>(1.686.608)</u>	<u>(1.922)</u>	<u>(1.703.686)</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	(96.861)	(64.879)	(494.893)	(152)	(656.785)
Entidade de Previdência Privada	(8.826)	(5.912)	(45.095)	(14)	(59.847)
Materiais	(8.799)	(5.984)	(59.621)	-	(74.404)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(8.127)	-	-	-	(8.127)
Serviços de Terceiros	(30.578)	(14.600)	(160.034)	(1.014)	(206.226)
Depreciação e Amortização	(132.120)	(33.961)	(334.207)	(4.477)	(504.765)
Provisões Operacionais	(5.319)	(3.203)	(24.816)	(78)	(33.416)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(12.465)	-	-	(725)	(13.190)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	(282.309)	-	(282.309)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(118.217)	-	(118.217)
Reversão (Provisão) para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	118.442	-	118.442
Outras	(19.493)	(4.741)	(61.912)	(7.668)	(93.814)
	<u>(322.588)</u>	<u>(133.280)</u>	<u>(1.462.662)</u>	<u>(14.128)</u>	<u>(1.932.658)</u>
CUSTO TOTAL	<u>(337.744)</u>	<u>(133.280)</u>	<u>(3.149.270)</u>	<u>(16.050)</u>	<u>(3.636.344)</u>
LUCRO BRUTO	<u>1.020.971</u>	<u>103.499</u>	<u>477.952</u>	<u>273</u>	<u>1.602.695</u>
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas com Vendas	-	-	(228.391)	-	(228.391)
Despesas Gerais e Administrativas	(22.426)	(13.488)	(140.222)	-	(176.136)
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	(4.098)	(4.098)
	<u>(22.426)</u>	<u>(13.488)</u>	<u>(368.613)</u>	<u>(4.098)</u>	<u>(408.625)</u>
Lucro (prejuízo) Operacional antes do resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	<u>998.545</u>	<u>90.011</u>	<u>109.339</u>	<u>(3.825)</u>	<u>1.194.070</u>
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>31.220</u>	<u>31.220</u>

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Página 4/6

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	Atividades não Vinculadas	Total
Receita Financeira	132.762	26.418	915.296	(335)	1.074.141
Despesa Financeira	(57.324)	(13.553)	(380.657)	(59.896)	(511.430)
Juros sobre Capital Próprio	75.438	12.865	534.639	(60.231)	562.711
	(33.000)	(20.000)	(197.000)	-	(250.000)
	42.438	(7.135)	337.639	(60.231)	312.711
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	1.040.983	82.876	446.978	(32.836)	1.538.001
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(20.933)	(1.330)	(37.165)	(1.839)	(61.267)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.020.050	81.546	409.813	(34.675)	1.476.734
Imposto de Renda e Contribuição Social	(362.811)	(29.070)	(149.501)	12.290	(529.092)
Lucro (Prejuízo) Antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	657.239	52.476	260.312	(22.385)	947.642
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	33.000	20.000	197.000	-	250.000
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	690.239	72.476	457.312	(22.385)	1.197.642

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO III

Página 5/6

**NOTA EXPLICATIVA À DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO
POR ATIVIDADE**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

A CEMIG mantém registro das receitas e despesas por atividade, segregando-as entre geração, transmissão, distribuição/comercialização e atividades não vinculadas a concessão do serviço público de energia elétrica da CEMIG, conforme determinação do Órgão Regulador. As Demonstrações dos Resultados Segregados por Atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 foram elaboradas adotando-se os critérios descritos abaixo.

Para segregação das Receitas Operacionais são adotados os seguintes critérios:

- Geração - Refere-se ao fornecimento de energia para a atividade de Distribuição, sendo adotadas as seguintes tarifas: Para o exercício de 2004, tarifa de R\$51,02/MWh até 07 de abril de 2004 e R\$53,56/MWh a partir de então. Para o exercício de 2003, tarifa de R\$46,10/MWh, até 07 de abril de 2003 e R\$51,02/MWh a partir de então.
- Transmissão – Refere-se à utilização das instalações de transmissão da rede básica, com receita permitida aprovada através de Resolução pela ANEEL, e outros serviços relacionados, e compreende valores efetivamente faturados pela Companhia a terceiros durante o exercício.
- Distribuição e Comercialização – Refere-se aos valores efetivamente faturados pela CEMIG a consumidores finais, reduzidos daqueles alocados as atividades de Geração e Transmissão.
- Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica – Referem-se as receitas provenientes dos ativos da CEMIG relacionados a atividade de produtor independente de energia elétrica e outras operações não vinculadas a concessão.

A receita de geração para operações internas não foi faturada, mas somente reduzida da receita faturada pela atividade de Distribuição e Comercialização.

Para segregação das despesas, são adotados os seguintes critérios:

Deduções às Receitas - Exceto quanto ao ICMS e ECE, que incidem somente sobre a atividade de Distribuição/Comercialização, foram alocadas proporcionalmente às receitas de cada atividade.

Despesas Operacionais - As despesas relacionadas diretamente com as atividades foram alocadas especificamente, conforme registro contábil definido no Plano de Contas. As despesas comuns, quando a identificação por atividade não foi possível, foram apropriadas através de rateio, proporcionalmente às Despesas de Pessoal e Serviço de Terceiros, diretamente alocadas, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Os Resultados de Equivalência Patrimonial foram alocados integralmente como Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Página 6/6

Para segregação das Receitas e Despesas Financeiras e Resultado não Operacional são adotados os mesmos critérios das despesas operacionais.

A Contribuição Social e o Imposto de Renda foram alocados proporcionalmente ao Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Os Juros sobre Capital Próprio e a Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio foram alocados de acordo com os critérios de alocação das despesas operacionais comuns, ou seja, proporcionalmente às Despesas de Pessoal e Serviço de Terceiros, diretamente alocadas.

As receitas e despesas alocadas entre as diversas atividades da Companhia, de todas as naturezas indicadas, limitaram-se aos valores totais efetivamente auferidos e incorridos durante o exercício pela CEMIG. Não foram criadas receitas e despesas em adição aos valores constantes dos registros contábeis oficiais, de modo a não ser necessária a eliminação de saldos entre atividades.

As Demonstrações dos Resultados Segregados por Atividade foram elaboradas em conformidade à instrução do órgão regulador, sendo que não foram elaborados os respectivos Balanço Patrimonial e a Mutações do Patrimônio Líquido. Desta forma, as referidas Demonstrações não representam as Demonstrações dos Resultados de cada atividade, caso as mesmas fossem sociedades constituídas legalmente, com operações independentes, conforme está previsto para 2005, com a separação em empresas distintas, da atividade de distribuição, das atividades de geração e transmissão.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

12.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Alterações efetuadas no Relatório da Administração, a saber:

Capítulo **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO**

Tópico: Lucro Líquido

Primeiro parágrafo:

De : R\$1.198 milhões no exercício de 2004

Para: : R\$1.198 milhões no exercício de 2003

Capítulo **INVESTIMENTOS:**

Tópico: Acordo de cooperação com a Petrobrás

Terceiro parágrafo:

De : 4,5 m³ /dia ao final de 2006

Para: : 4,5 milhões de m³ /dia ao final de 2006.

Capítulo **RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Tópico: Valor Adicionado

Primeiro parágrafo:

De : R\$6.136 em 2003

Para: : R\$6.136 milhões em 2003

Capítulo: **CEMIG EM NÚMEROS (dados consolidados, exceto se indicado em outra forma)**

Tópico: Financeiros

Liquidez Corrente – Ano 2004

De : 0,83

Para: : 0,86

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

Demonstrações Financeiras da CEMIG, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 e
Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
4 - NIRE 57336		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV. BARBACENA, 1200 - ED. JÚLIO SOARES		2 - BAIRRO OU DISTRITO STO AGOSTINHO	
3 - CEP 30123-970	4 - MUNICÍPIO BELO HORIZONTE		5 - UF MG
6 - DDD 031	7 - TELEFONE 3299-4903	8 - TELEFONE 3299-3818	9 - TELEFONE 3299-4810
10 - TELEX 311124			
11 - DDD 031	12 - FAX 3299-4691	13 - FAX 3299-3933	14 - FAX 3299-3864
15 - E-MAIL mail@cemig.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Flávio Decat de Moura			
2 - ENDEREÇO COMPLETO AV. BARBACENA, 1200 - ED. JÚLIO SOARES		3 - BAIRRO OU DISTRITO STO AGOSTINHO	
4 - CEP 30123-970	5 - MUNICÍPIO BELO HORIZONTE		6 - UF MG
7 - DDD 031	8 - TELEFONE 3299-4903	9 - TELEFONE 349-3500	10 - TELEFONE 3299-3818
11 - TELEX 311124			
12 - DDD 031	13 - FAX 3299-3933	14 - FAX 3299-4691	15 - FAX 3299-3864
16 - E-MAIL mail@cemig.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2003	31/12/2003
2 - Penúltimo	01/01/2002	31/12/2002
3 - Antepenúltimo	01/01/2001	31/12/2001
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu		5 - CÓDIGO CVM 00385-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Francisco Papellás Filho		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 693.957.808-00

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2003	2 31/12/2002	3 31/12/2001
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	70.874.168	70.874.168	69.495.478
2 - Preferenciais	91.279.651	91.279.651	89.504.021
3 - Total	162.153.819	162.153.819	158.999.499
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	69.128	69.128	67.784
6 - Total	69.128	69.128	67.784

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estatal
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL INDUSTRIAL, COMERCIAL E OUTRAS
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	---------------	-------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 31/12/2003	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2003	4 - 31/12/2002	5 - 31/12/2001
1	Ativo Total	14.852.086	13.580.183	13.123.777
1.01	Ativo Circulante	2.468.530	1.835.003	1.630.315
1.01.01	Disponibilidades	366.390	50.303	642.492
1.01.02	Créditos	1.905.894	1.576.476	875.354
1.01.02.01	Consumidores e Revendedores	1.029.834	842.631	471.627
1.01.02.02	Consumidores - Recomposição Tarifária	278.864	257.577	258.855
1.01.02.03	Concessionária - Transporte de Energia	28.669	18.271	18.274
1.01.02.04	Tributos e Contrib Sociais Compensáveis	100.733	15.576	85.566
1.01.02.05	Despesas Antecipadas - CVA	315.234	225.833	41.032
1.01.02.06	Revendedores - Transações no MAE	39.037	82.476	0
1.01.02.07	Créditos Tributários	113.523	134.112	0
1.01.03	Estoques	14.698	13.086	11.524
1.01.04	Outros	181.548	195.138	100.945
1.01.04.01	Recebíveis do Governo Federal	40.419	42.386	0
1.01.04.02	Outros Créditos	141.129	152.752	100.945
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.634.235	3.294.474	3.503.619
1.02.01	Créditos Diversos	3.581.730	3.207.372	3.442.488
1.02.01.01	Contas a Receber do Governo do Estado	891.063	754.960	1.492.105
1.02.01.02	Consumidores - Recomposição Tarifária	1.265.310	1.149.563	1.071.788
1.02.01.03	Despesa Antecipadas - CVA	305.485	195.208	106.080
1.02.01.04	Créditos Tributários	252.263	386.281	435.189
1.02.01.05	Títulos e Valores Mobiliários	0	53.138	70.107
1.02.01.06	Racionamento - Bônus e Custos Adaptação	23.449	52.083	122.634
1.02.01.07	Revendedores - Transações no MAE	567.062	462.640	80.140
1.02.01.08	Tributos Compensáveis	105.093	87.274	48.300
1.02.01.09	Depósitos Vinculados a Litígios	81.391	66.225	16.145
1.02.01.10	Consumidores e Revendedores	90.614	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	52.505	87.102	61.131
1.02.03.01	Incentivos Fiscais, Depósitos e Outros	52.505	87.102	61.131
1.03	Ativo Permanente	8.749.321	8.450.706	7.989.843
1.03.01	Investimentos	1.410.765	1.155.472	671.271
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	633.805	562.862	316.888
1.03.01.03	Outros Investimentos	776.960	592.610	354.383
1.03.02	Imobilizado	7.337.929	7.294.189	7.316.610
1.03.03	Diferido	627	1.045	1.962

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2003	4 - 31/12/2002	5 - 31/12/2001
2	Passivo Total	14.852.086	13.580.183	13.123.777
2.01	Passivo Circulante	3.455.192	2.860.766	1.739.339
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.564.716	801.598	317.342
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	587.796	1.230.972	533.959
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	309.955	144.504	209.318
2.01.05	Dividendos a Pagar	309.783	210.827	216.697
2.01.06	Provisões	382.617	227.041	185.977
2.01.06.01	Salários e Contribuições Sociais	198.004	107.295	96.419
2.01.06.02	Encargos Regulatórios	133.324	93.796	51.378
2.01.06.03	Participações nos Lucros	51.289	25.950	38.180
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	300.325	245.824	276.046
2.01.08.01	Venda Antecipada de Energia Elétrica	0	0	42.596
2.01.08.02	Obrigações Pós-Emprego	185.226	180.992	151.870
2.01.08.03	Outras Obrigações	115.099	64.832	81.580
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	4.838.325	5.038.534	4.482.382
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.190.409	2.447.090	2.010.775
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	320.898	315.045	319.230
2.02.03.01	Contingências	320.898	315.045	319.230
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	2.327.018	2.276.399	2.152.377
2.02.05.01	Obrigações Pós-Emprego	1.496.027	1.656.488	1.701.868
2.02.05.02	Fornecedores - Suprimento	324.556	334.295	372.939
2.02.05.03	Racionamento - Sobretaxa	0	0	25.541
2.02.05.04	Venda Antecipada de Energia Elétrica	0	0	0
2.02.05.05	Impostos, Taxas e Contribuições	440.143	216.640	0
2.02.05.06	Outras Obrigações	66.292	68.976	52.029
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	6.558.569	5.680.883	6.902.056
2.05.01	Capital Social Realizado	1.621.538	1.621.538	1.589.995
2.05.02	Reservas de Capital	4.059.345	4.059.345	4.133.615
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	877.686	0	1.153.476
2.05.04.01	Legal	0	0	94.170
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	313.918
2.05.04.05	Retenção de Lucros	877.686	0	575.784
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	169.604
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	24.970

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2003	4 -31/12/2002	5 -31/12/2001
------------	---------------	---------------	---------------	---------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2003 a 31/12/2003	4 - 01/01/2002 a 31/12/2002	5 - 01/01/2001 a 31/12/2001
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	7.495.425	6.497.366	6.016.380
3.01.01	Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	7.174.711	5.951.757	4.697.185
3.01.02	Recomposição Tarifária Extraordinária	0	275.321	1.057.703
3.01.03	Outras Receitas Operacionais	320.714	270.288	261.492
3.02	Deduções da Receita Bruta	(2.256.386)	(1.615.400)	(1.303.496)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	5.239.039	4.881.966	4.712.884
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	5.239.039	4.881.966	4.712.884
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(3.701.038)	(4.955.705)	(4.027.227)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(4.044.969)	(4.376.986)	(3.851.177)
3.06.02.01	Pessoal	(721.752)	(540.506)	(547.439)
3.06.02.02	Pessoal - Administradores/Conselheiros	(2.615)	(2.240)	(1.707)
3.06.02.03	Materiais	(84.963)	(76.791)	(70.211)
3.06.02.04	Serviços de Terceiros	(305.504)	(256.926)	(213.849)
3.06.02.05	Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hid.	(13.138)	(46.319)	(27.814)
3.06.02.06	Energia Elétrica para Revenda	(1.393.423)	(1.732.678)	(1.514.252)
3.06.02.07	Encargos de Uso da Rede Básica	(310.263)	(297.537)	(250.499)
3.06.02.08	Depreciação e Amortização	(523.726)	(518.896)	(503.033)
3.06.02.09	Obrigações Pós-Emprego	(74.338)	(145.473)	(201.056)
3.06.02.10	Provisões Operacionais	(102.041)	(52.456)	(36.223)
3.06.02.11	Quota para CCC	(282.309)	(344.902)	(248.800)
3.06.02.12	Provisão para Perdas Recomposição Tarif.	118.442	(177.627)	0
3.06.02.13	Participações dos Empregados	(92.302)	(38.184)	(47.386)
3.06.02.14	Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	(118.217)	0	0
3.06.02.15	Outras Despesas Líquidas	(138.820)	(146.451)	(188.908)
3.06.03	Financeiras	312.711	(574.026)	(204.502)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.074.141	854.836	487.085
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(761.430)	(1.428.862)	(691.587)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	31.220	(4.693)	28.452
3.07	Resultado Operacional	1.538.001	(73.739)	685.657
3.08	Resultado Não Operacional	(61.267)	(1.072.333)	(89.910)
3.08.01	Receitas	4.535	1.658	15.879
3.08.02	Despesas	(65.802)	(1.073.991)	(105.789)
3.08.02.01	Perda Extraordinária	0	(1.045.325)	0
3.08.02.02	Outros	(65.802)	(28.666)	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	1.476.734	(1.146.072)	595.747
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(529.092)	(75.761)	(220.818)
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.01.01	Participações dos Empregados	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2003 a 31/12/2003	4 -01/01/2002 a 31/12/2002	5 -01/01/2001 a 31/12/2001
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	250.000	220.000	103.000
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	1.197.642	(1.001.833)	477.929
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	162.084.691	162.084.691	158.931.715
	LUCRO POR AÇÃO	0,00739		0,00301
	PREJUÍZO POR AÇÃO		(0,00618)	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2003 a 31/12/2003	4 - 01/01/2002 a 31/12/2002	5 - 01/01/2001 a 31/12/2001
4.01	Origens	2.741.436	2.054.813	2.283.694
4.01.01	Das Operações	952.048	448.143	721.918
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	1.197.642	(1.001.833)	477.929
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	(245.594)	1.449.976	243.989
4.01.01.02.01	Depreciação e Amortização	523.726	518.896	503.033
4.01.01.02.02	Juros e Variações Monet.de Longo Prazo	(894.011)	(106.021)	(148.327)
4.01.01.02.03	Imp.Renda e Contrib.Social Diferidos	0	0	64.049
4.01.01.02.04	Baixas de Imobilizado Líquidas	61.344	26.224	100.536
4.01.01.02.05	Provisões para Perdas	(48.784)	56.783	23.174
4.01.01.02.06	Resultado de Equivalencia Patrimonial	(31.220)	4.693	(28.452)
4.01.01.02.07	Receita Recomp Tarifária Extraordinária	0	(275.321)	(798.848)
4.01.01.02.08	Despesa com Compra de Energia Livre	0	45.330	372.939
4.01.01.02.09	Revendedores Transação no MAE	(21.318)	(464.977)	(80.140)
4.01.01.02.10	Obrigações Pós-Emprego	74.338	145.473	201.056
4.01.01.02.11	Provisão para Perda Extraordinária - CRC	197.988	1.321.269	0
4.01.01.02.12	Provisão para Perdas Recomp. Tarifária	(118.442)	177.627	0
4.01.01.02.13	Outros	10.785	0	34.969
4.01.02	Dos Acionistas	538	660	1.821
4.01.02.01	Recursos Recebidos para Aum.de Capital	0	0	0
4.01.02.02	Reversão de Dividendos	538	660	1.821
4.01.03	De Terceiros	1.788.850	1.606.010	1.559.955
4.01.03.01	Financiamentos Obtidos	700.076	494.171	1.149.900
4.01.03.02	Redução no Realizável a Longo Prazo	0	0	0
4.01.03.03	Obrigações Especiais	96.396	157.091	173.589
4.01.03.04	Venda de Títulos de Valores Mobiliários	118.994	0	0
4.01.03.05	Redução de Capital em Controlada	10.460	0	0
4.01.03.06	Dividendo a Receber de Controladas	50.094	0	0
4.01.03.07	Amortiz. Contrato Cessão Crédito da CRC	27.918	0	0
4.01.03.08	Obrigações Pós-Emprego - Efeitos Fiscais	0	0	210.010
4.01.03.09	Ressarcimento dos Bônus Pagos a Consum.	0	132.596	0
4.01.03.10	Obrigações Fiscais Transf. L. Prazo	223.503	216.640	0
4.01.03.11	Transf. Realiz. L. P. Desp. CVA	101.819	224.517	0
4.01.03.12	Transf. Realiz. L. P. Recomp. Tarif. Ext	291.752	216.890	0
4.01.03.13	Transf. Realiz. L. P. Transações MAE	0	82.476	0
4.01.03.14	Transf. Realiz. L. P. Créd.Tributários	134.018	48.908	0
4.01.03.15	Redução do Realizável a Longo Prazo	7.868	0	0
4.01.03.16	Custo de Adaptação ao Racionamento	28.634	0	0
4.01.03.17	Outros	(2.682)	32.721	26.456
4.02	Aplicações	2.702.335	2.971.552	2.052.242
4.02.02	Nos Investimentos	287.201	509.570	210.027
4.02.03	No Imobilizado	719.539	673.971	443.307
4.02.04	No Diferido	0	0	0
4.02.05	Juros s/ Capital Próprios e Dividendos	320.494	220.000	214.650
4.02.06	Transf.Exigível L.Prazo p/ Circulante	1.132.204	1.062.497	676.185
4.02.07	Aumento do Realizável a Longo Prazo	0	63.083	31.960

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2003 a 31/12/2003	4 -01/01/2002 a 31/12/2002	5 -01/01/2001 a 31/12/2001
4.02.08	Recomposição Tarifária Extraordinária	0	0	272.940
4.02.09	Despesa Antecipada - CVA	119.298	304.765	106.080
4.02.10	Racionamento - Bônus e Custos	0	87.586	97.093
4.02.11	Depósitos Vinculados a Litígios	15.166	50.080	0
4.02.12	Tributos Compensáveis	17.819	0	0
4.02.13	Consumidores e Revendedores	90.614	0	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	39.101	(916.739)	231.452
4.04	Variação do Ativo Circulante	633.527	204.688	634.757
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	1.835.003	1.630.315	995.558
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	2.468.530	1.835.003	1.630.315
4.05	Variação do Passivo Circulante	(594.426)	(1.121.427)	(403.305)
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	(2.860.766)	(1.739.339)	(1.336.034)
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	(3.455.192)	(2.860.766)	(1.739.339)

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/2003

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2003 A 31/12/2003 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.621.538	4.059.345	0	0	0	5.680.883
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	1.197.642	1.197.642
5.07	Destinações	0	0	0	877.148	(1.197.642)	(320.494)
5.07.01	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(250.000)	(250.000)
5.07.02	Dividendos Complementares	0	0	0	0	(70.494)	(70.494)
5.07.03	Retenção de Lucros	0	0	0	877.148	(877.148)	0
5.08	Outros	0	0	0	538	0	538
5.08.01	Reversão de Dividendos	0	0	0	538	0	538
5.09	Saldo Final	1.621.538	4.059.345	0	877.686	0	6.558.569

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/2003

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2002 A 31/12/2002 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.589.995	4.133.615	0	1.153.476	24.970	6.902.056
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	31.543	(31.543)	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(1.001.833)	(1.001.833)
5.07	Destinações	0	0	0	0	(220.000)	(220.000)
5.07.01	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(220.000)	(220.000)
5.08	Outros	0	(42.727)	0	(1.153.476)	1.196.863	660
5.08.01	Reversão de Dividendos	0	0	0	660	0	660
5.08.02	Absorção de Prejuízo	0	(42.727)	0	(1.154.136)	1.196.863	0
5.09	Saldo Final	1.621.538	4.059.345	0	0	0	5.680.883

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/2003

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2001 A 31/12/2001 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.589.995	4.141.865	0	2.060.703	24.970	7.817.533
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	(1.172.327)	0	(1.172.327)
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	(170.173)	170.173	0
5.04.01	Reservas de Lucro a Realizar	0	0	0	(170.173)	170.173	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	433.452	477.929	477.929
5.07	Destinações	0	0	0	(648.102)	(103.000)	(214.650)
5.07.01	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(103.000)	(103.000)
5.07.02	Dividendos Complementares	0	0	0	0	(111.650)	(111.650)
5.07.03	Retenção de Lucros	0	0	0	433.452	(433.452)	0
5.08	Outros	0	(8.250)	0	1.821	0	(6.429)
5.08.01	Doação e Subvenções para Investimentos	0	3.608	0	0	0	3.608
5.08.02	Reversão de Juros s/Obras em Andamento	0	(11.858)	0	0	0	(11.858)
5.08.03	Reversão de Dividendos	0	0	0	1.821	0	1.821
5.09	Saldo Final	1.589.995	4.133.615	0	1.153.476	24.970	6.902.056

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2003	4 - 31/12/2002	5 - 31/12/2001
1	Ativo Total	15.024.891	13.813.886	13.215.471
1.01	Ativo Circulante	2.557.894	1.953.965	1.690.574
1.01.01	Disponibilidades	440.481	122.975	696.088
1.01.02	Créditos	1.942.099	1.622.093	892.778
1.01.02.01	Consumidores e Revendedores	1.058.610	882.421	485.300
1.01.02.02	Consumidores - Recomposição Tarifária	278.864	257.577	258.855
1.01.02.03	Concessionária - Transporte de Energia	28.669	18.271	18.274
1.01.02.04	Tributos e Contrib Sociais Compensáveis	107.829	21.322	89.317
1.01.02.05	Despesa Antecipada - CVA	315.234	225.833	41.032
1.01.02.06	Revendedores - Transações no MAE	39.037	82.476	0
1.01.02.07	Créditos Tributários	113.856	134.193	0
1.01.03	Estoques	22.230	20.663	11.599
1.01.04	Outros	153.084	188.234	90.109
1.01.04.01	Recebíveis do Governo Federal	40.419	42.386	0
1.01.04.02	Outros Créditos	112.665	145.848	90.109
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.662.697	3.328.386	3.525.926
1.02.01	Créditos Diversos	3.609.592	3.240.981	3.378.835
1.02.01.01	Contas a Receber do Governo do Estado	891.063	754.960	1.492.105
1.02.01.02	Consumidores - Recomposição Tarifária	1.265.310	1.149.563	1.071.788
1.02.01.03	Despesas Antecipadas - CVA	305.485	195.208	106.080
1.02.01.04	Créditos Tributários	269.183	406.646	435.981
1.02.01.05	Títulos e Valores Mobiliários	0	53.138	70.107
1.02.01.06	Racionamento - Bônus e Custos Adaptação	23.449	52.083	122.634
1.02.01.07	Revendedores - Transações no MAE	567.062	462.640	80.140
1.02.01.08	Tributos Compensáveis	115.933	100.426	0
1.02.01.09	Depósitos Vinculados a Letfício	81.493	66.317	0
1.02.01.10	Consumidores e Revendedores	90.614	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	53.105	87.405	147.091
1.02.03.01	Incentivos Fiscais, Depósitos e Outros	53.105	87.405	147.091
1.03	Ativo Permanente	8.804.300	8.531.535	7.998.971
1.03.01	Investimentos	797.806	608.657	356.272
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	797.806	608.657	356.272
1.03.02	Imobilizado	7.984.367	7.897.782	7.633.115
1.03.03	Diferido	22.127	25.096	9.584

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2003	4 - 31/12/2002	5 - 31/12/2001
2	Passivo Total	15.024.891	13.813.886	13.215.471
2.01	Passivo Circulante	3.516.816	2.960.646	1.776.150
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.587.336	834.203	332.317
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	610.960	1.274.725	550.520
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	321.473	150.757	213.378
2.01.05	Dividendos a Pagar	311.212	211.106	216.894
2.01.06	Provisões	384.142	228.321	186.737
2.01.06.01	Salários e Contribuições Sociais	199.110	108.515	96.861
2.01.06.02	Encargos Regulatórios	133.718	93.856	51.696
2.01.06.03	Participações nos Lucros	51.314	25.950	38.180
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	301.693	261.534	276.304
2.01.08.01	Venda Antecipada de Energia Elétrica	0	0	42.596
2.01.08.02	Obrigações Pós-Emprego	185.226	180.992	151.870
2.01.08.03	Outras Obrigações	116.467	80.542	81.838
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	4.922.413	5.143.322	4.521.948
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.271.413	2.550.541	2.049.606
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	320.898	315.045	319.230
2.02.03.01	Contingências	320.898	315.045	319.230
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	2.330.102	2.277.736	2.153.112
2.02.05.01	Obrigações Pós-Emprego	1.496.027	1.656.488	1.701.868
2.02.05.02	Fornecedores - Suprimento	324.556	334.295	372.939
2.02.05.03	Racionamento - Sobretaxa	0	0	25.541
2.02.05.04	Venda Antecipada de Energia Elétrica	0	0	0
2.02.05.05	Impostos, Taxas e Contribuições	440.143	216.640	0
2.02.05.06	Outras Obrigações	69.376	70.313	52.764
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Participações Minoritárias	27.093	29.035	15.317
2.05	Patrimônio Líquido	6.558.569	5.680.883	6.902.056
2.05.01	Capital Social Realizado	1.621.538	1.621.538	1.589.995
2.05.02	Reservas de Capital	4.059.345	4.059.345	4.133.615
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	877.686	0	1.153.476
2.05.04.01	Legal	0	0	94.170
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	313.918
2.05.04.05	Retenção de Lucros	877.686	0	575.784
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	169.604

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2003	4 -31/12/2002	5 -31/12/2001
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	24.970

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2003 a 31/12/2003	4 - 01/01/2002 a 31/12/2002	5 - 01/01/2001 a 31/12/2001
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	7.967.945	6.751.960	6.167.632
3.01.01	Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	7.235.477	5.991.216	4.731.389
3.01.02	Recomposição Tarifária Extraordinária	0	275.321	1.057.703
3.01.03	Outras Receitas Operacionais	732.468	485.423	378.540
3.02	Deduções da Receita Bruta	(2.344.628)	(1.633.298)	(1.315.261)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	5.623.317	5.118.662	4.852.371
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	5.623.317	5.118.662	4.852.371
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(4.061.761)	(5.208.659)	(4.157.979)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(4.396.851)	(4.593.199)	(3.962.473)
3.06.02.01	Pessoal	(737.772)	(550.969)	(552.626)
3.06.02.02	Pessoal - Administradores/Conselheiros	(2.662)	(2.265)	(1.740)
3.06.02.03	Materiais	(87.834)	(78.428)	(71.225)
3.06.02.04	Serviços de Terceiros	(321.245)	(264.563)	(218.903)
3.06.02.05	Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hid.	(13.948)	(47.252)	(28.460)
3.06.02.06	Energia Elétrica para Revenda	(1.393.423)	(1.732.678)	(1.514.252)
3.06.02.07	Encargos de Uso da Rede Básica	(310.263)	(297.537)	(250.499)
3.06.02.08	Depreciação e Amortização	(570.193)	(550.513)	(516.348)
3.06.02.09	Obrigações Pós-Emprego	(74.338)	(145.473)	(201.056)
3.06.02.10	Provisões Operacionais	(104.689)	(53.414)	(36.227)
3.06.02.11	Quota para CCC	(282.309)	(344.902)	(248.800)
3.06.02.12	Provisão para Perdas Recomposição Tarif.	118.442	(177.627)	0
3.06.02.13	Participações dos Empregados	(92.583)	(38.226)	(47.386)
3.06.02.14	Gás comprado para Revenda	(246.276)	(152.132)	(84.142)
3.06.02.15	Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	(118.217)	0	0
3.06.02.16	Outras Despesas Líquidas	(159.541)	(157.220)	(190.809)
3.06.03	Financeiras	335.090	(615.460)	(195.506)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.114.306	867.203	494.607
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(779.216)	(1.482.663)	(690.113)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	1.561.556	(89.997)	694.392
3.08	Resultado Não Operacional	(61.128)	(1.072.558)	(89.911)
3.08.01	Receitas	4.753	1.658	15.879
3.08.02	Despesas	(65.881)	(1.074.216)	(105.790)
3.08.02.01	Perda Extraordinária	0	(1.045.325)	0
3.08.02.02	Outros	(65.881)	(28.891)	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	1.500.428	(1.162.555)	604.481
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(553.528)	(70.910)	(229.016)
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.01.01	Participações dos Empregados	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2003 a 31/12/2003	4 -01/01/2002 a 31/12/2002	5 -01/01/2001 a 31/12/2001
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	250.000	220.000	103.000
3.14	Participações Minoritárias	742	11.632	(536)
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	1.197.642	(1.001.833)	477.929
	NÚMERO AÇÕES, EX-TEOURARIA (Mil)	162.084.691	162.084.691	158.931.715
	LUCRO POR AÇÃO	0,00739		0,00301
	PREJUÍZO POR AÇÃO		(0,00618)	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2003 a 31/12/2003	4 - 01/01/2002 a 31/12/2002	5 - 01/01/2001 a 31/12/2001
4.01	Origens	2.759.068	2.108.096	2.341.121
4.01.01	Das Operações	1.008.402	508.231	775.273
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	1.197.642	(1.001.833)	477.929
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	(189.240)	1.510.064	297.344
4.01.01.02.01	Depreciação e Amortização	570.193	550.513	516.348
4.01.01.02.02	Juros e Variações Monet.de Longo Prazo	(916.077)	(60.223)	(136.537)
4.01.01.02.03	Imp.Renda e Contrib.Social Diferidos	0	0	63.311
4.01.01.02.04	Baixas de Imobilizado Líquidas	61.344	26.278	100.536
4.01.01.02.05	Provisões para Perdas	(48.784)	56.783	23.174
4.01.01.02.06	Resultado de Equivalencia Patrimonial	0	0	0
4.01.01.02.07	Receita Recomp Tarifária Extraordinária	0	(275.321)	(798.848)
4.01.01.02.08	Despesa com Compra de Energia Livre	0	45.330	372.939
4.01.01.02.09	Revendedores Transação no MAE	(21.318)	(464.977)	(80.140)
4.01.01.02.10	Obrigações Pós-Emprego	74.338	145.473	201.056
4.01.01.02.11	Provisão para Perda Extraordinária	197.988	1.321.269	0
4.01.01.02.12	Provisão para Perdas Recomp. Tarifária	(118.442)	177.627	0
4.01.01.02.13	Outros	11.518	(12.688)	35.505
4.01.02	Dos Acionistas	538	660	1.821
4.01.02.01	Recursos Recebidos para Aum.de Capital	0	0	0
4.01.02.02	Reversão de Dividendos	538	660	1.821
4.01.03	De Terceiros	1.750.128	1.599.205	1.564.027
4.01.03.01	Financiamentos Obtidos	716.870	518.288	1.154.800
4.01.03.02	Redução no Realizável a Longo Prazo	0	0	0
4.01.03.03	Obrigações Especiais	96.396	157.091	173.589
4.01.03.04	Venda de Títulos de Valores Mobiliários	118.994	0	0
4.01.03.05	Redução de Capital em Controlada	0	0	0
4.01.03.06	Dividendo a Receber de Controlada	0	0	0
4.01.03.07	Amortiz. Contrato Cessão Crédito da CRC	27.918	0	0
4.01.03.08	Obrigações Pós-Emprego - Efeitos Fiscais	0	0	210.010
4.01.03.09	Ressarcimento dos Bônus Pagos a Consum.	0	132.596	0
4.01.03.10	Obrigações Fiscais Transf. L. Prazo	223.503	216.640	0
4.01.03.11	Transf. Realiz. L. P. Desp. CVA	101.819	224.517	0
4.01.03.12	Transf. Realiz. L. P. Recomp. Tarif. Ext	291.752	216.890	0
4.01.03.13	Transf. Realiz. L. P. Transações MAE	0	82.476	0
4.01.03.14	Transf. Realiz. L. P. Créd. Tributários	137.695	30.082	0
4.01.03.15	Redução do Realizável a Longo Prazo	7.340	0	0
4.01.03.16	Custo de Adaptação ao Racionamento	28.634	0	0
4.01.03.17	Aumento de Capital de Minoritários	0	11.526	0
4.01.03.20	Outros	(793)	9.099	25.628
4.02	Aplicações	2.711.309	3.029.201	2.099.217
4.02.02	Nos Investimentos	194.538	322.542	164.875
4.02.03	No Imobilizado	806.271	853.409	510.906
4.02.04	No Diferido	31	16.571	503
4.02.05	Juros s/ Capital Próprios e Dividendos	320.494	220.000	214.650
4.02.06	Transf Exigível L. Prazo p/ Circulante	1.149.380	1.107.498	683.245

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2003 a 31/12/2003	4 -01/01/2002 a 31/12/2002	5 -01/01/2001 a 31/12/2001
4.02.07	Aumento do Realizável a Longo Prazo	0	57.537	48.925
4.02.08	Recomposição Tarifária Extraordinária	0	0	272.940
4.02.09	Despesa Antecipada - CVA	119.298	304.765	106.080
4.02.10	Racionamento - Bônus e Custos	0	87.586	97.093
4.02.11	Depósitos Vinculados a Litígios	15.176	50.080	0
4.02.12	Efeito da Consolidação Integral Intovias	0	9.213	0
4.02.13	Tributos Compensáveis	15.507	0	0
4.02.14	Consumidores e Revendedores	90.614	0	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	47.759	(921.105)	241.904
4.04	Variação do Ativo Circulante	603.929	263.391	666.830
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	1.953.965	1.690.574	1.023.744
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	2.557.894	1.953.965	1.690.574
4.05	Variação do Passivo Circulante	(556.170)	(1.184.496)	(424.926)
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	(2.960.646)	(1.776.150)	(1.351.224)
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	(3.516.816)	(2.960.646)	(1.776.150)

00245-3 CIA ENER G MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - COM RESSALVA

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais individuais (controladora) e consolidados da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2003 e 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual (controladora) e consolidada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas em 31 de dezembro de 2003 e 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos individuais (controladora) e consolidados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As informações suplementares contidas nos Anexos I e II, referentes, respectivamente, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado individuais (controladora) e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós examinadas, de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - COM RESSALVA

5. As informações suplementares contidas no Anexo III, referentes à demonstração do resultado segregado por atividade individual (controladora) da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002, estão apresentadas por determinação do Órgão Regulador das atividades da Companhia e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Estas informações foram por nós examinadas, de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação aos critérios descritos no Anexo III.
6. Conforme descrito nas notas explicativas nº. 7, 9, 10 e 18, às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2003 e 2002, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas registraram ativos, passivos, receitas e despesas relativos às transações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia - MAE, com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE. Esses valores podem ser modificados em função de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

Belo Horizonte, 29 de março de 2004.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 S/MG

Francisco Papellás Filho
Contador
CRC-SP 127.815/O-2 S/MG

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS Data-Base - 31/12/2003

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - COM RESSALVA

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A CEMIG submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003.

As informações apresentadas são consolidadas, incluindo os números da CEMIG e suas controladas.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2003 foi marcado por uma série de eventos de impacto no ambiente institucional do setor elétrico brasileiro. A divulgação do novo modelo do setor, o lançamento pelo Governo Federal do Programa "Luz Para Todos" e a revisão tarifária das distribuidoras de energia elétrica são alguns dos destaques.

Deve ainda ser ressaltado que 2003 foi o primeiro ano após a extinção do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, a partir do qual a população brasileira afetada pelas medidas de racionamento adquiriu novos hábitos de consumo. Esse fator, aliado ao baixo crescimento da economia brasileira, não permitiu um crescimento expressivo na venda de energia.

Apesar das dificuldades do cenário externo, não podemos deixar de ressaltar os resultados alcançados pela CEMIG em 2003, que representaram expressiva criação de valor para os seus acionistas.

As ações da CEMIG PN e ON, negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo, Nova Iorque e de Madri apresentaram valorização de 105,81% e 65,00%, respectivamente, em 2003, índices muito superiores às taxas de inflação verificadas no período.

Da mesma forma, a valorização do Real em relação do dólar americano, aliada ao melhor desempenho operacional da Companhia, produto dos esforços da Administração e todo o corpo de empregados na modernização e implementação de melhorias dos processos, permitiu que o lucro da CEMIG fosse o maior, em termos nominais, da sua história, superior a 1 bilhão de reais.

Como prova do melhor desempenho operacional, o EBITDA (lucro antes dos impostos, resultado financeiro e depreciação e amortização) consolidado foi de R\$1.796 milhões em 2003 comparado a R\$1.076 milhões em 2002, um aumento de 66,91%. A margem do EBITDA cresceu de 21,02% em 2002 para 31,95% em 2003.

No que se refere ações do Governo Federal, deve ser mencionada novamente a nova proposta para o setor elétrico brasileiro, que traz mudanças significativas no ambiente de compra e venda de energia e na avaliação dos investimentos futuros.

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O programa "Luz para todos", de universalização do acesso e uso da energia elétrica, lançado pelo Governo Federal, tem como meta a eletrificação de 100% do País até 2008 e exigirá consideráveis investimentos no setor de distribuição. No caso da CEMIG, serão R\$378 milhões investidos na ligação de 145 mil novos consumidores rurais na sua área de concessão até 2006.

Os investimentos da CEMIG no setor de geração expressam a confiança da Companhia no futuro do País e a sua contribuição para o desenvolvimento de um parque energético que viabilize o crescimento sustentável brasileiro. São seis novas usinas em construção simultaneamente, com investimentos superiores a R\$ 2,5 bilhões e que agregarão, depois de concluídas, quase 1.300 MW de potência ao sistema elétrico brasileiro.

O ano de 2004 apresenta grandes desafios corporativos para a CEMIG, não somente a entrada em vigor do novo marco regulatório, mas principalmente, o processo de desverticalização das suas atividades de distribuição, geração e transmissão, previsto para ser concluído até dezembro de 2004.

Finalmente, deve ser ressaltado o esforço da Corporação na busca contínua de agregação de valor aos seus acionistas, na visão de ser a melhor empresa de energia do País, atuando com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

AMBIENTE EXTERNO

Cenário econômico

A economia brasileira conseguiu inverter, em 2003, a trajetória de deterioração e perda de confiança que prevaleceu em 2002. O Governo Federal buscou combater a crise de confiança através da adoção de uma política macroeconômica baseada em juros elevados para conter a inflação e na realização de um forte ajuste fiscal.

O Risco Brasil, divulgado pelo JP Morgan, que no início do ano estava em 1.379 pontos, fechou o ano em 468 pontos, uma queda de 66%, provocada pela recuperação da confiança externa em nossa economia. Entretanto, o Risco Brasil continua sendo o 3º mais alto do mundo, inferior apenas ao risco País da Argentina e Nigéria. O dólar acompanhou este movimento caindo de R\$3,53 ao término de 2002 para R\$2,89 em 31 de dezembro de 2003; a queda só não foi maior devido às compras de divisas e ao resgate de títulos cambiais realizados pelo Governo com o objetivo de evitar uma valorização excessiva do Real.

A inflação reduziu-se e o IGP-M, que acumulara uma alta de 25,31% em 2002, subiu 8,71% em 2003 e espera-se uma elevação ainda mais modesta em 2004. A queda da inflação permitiu ao Governo diminuir a taxa de juros (SELIC) de 25% a.a., em janeiro, para 16,5% a.a. em dezembro de 2003.

Através da estabilização da relação dívida/PIB, em torno de 57% do PIB, buscou-se recuperar a confiança na capacidade do Governo Federal de honrar seus compromissos financeiros de longo prazo, equacionando a principal causa da crise de confiança de 2002.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ambiente institucional

Os últimos três anos têm sido críticos para o setor elétrico nacional. Primeiro, o racionamento de energia; em seguida, vieram as sobras de energia, juntamente com a crise financeira das distribuidoras, ampliada pelo adiamento de parte dos recursos da CVA, previstos para serem recebidos junto com os futuros reajustes ou revisões tarifárias.

Também em 2003, o Governo Federal voltou a discutir a autonomia e o papel das agências reguladoras, devendo ser ressaltados os projetos enviados ao Congresso Nacional sobre a função dessas agências e a redefinição de seus poderes junto ao Ministério de Minas e Energia. Todas essas questões ainda encontram-se pendentes e continuarão sendo avaliadas durante o próximo ano.

Pelo lado positivo, destacaram-se as revisões tarifárias para as distribuidoras, que apesar de não terem trazido o alívio completo, mostraram um início de recuperação para os resultados econômicos e para o fluxo de caixa. O BNDES sinalizou com uma ampliação de créditos para o setor, ainda não concretizados em função de exigências mais complexas e dos limites para empréstimos às empresas estatais.

Permanece a falta de consenso entre os agentes e a ANEEL quanto à metodologia da revisão tarifária e de definição do Fator X. O Fator X representa os ganhos de eficiência obtidos pelas distribuidoras e que deverão ser compartilhados com os consumidores, aplicado como um redutor nos reajustes anuais. A despeito do intenso debate promovido pela ANEEL, via audiências públicas e outros eventos, não foram adequadamente resolvidas as grandes divergências entre os investidores e o regulador quanto a importantes parâmetros que afetam profundamente o equilíbrio das empresas, como, por exemplo, a base de remuneração (valor dos ativos da Distribuição, vinculados à concessão, que devem ser remunerados).

É importante citar que as reavaliações de ativos iniciadas em 2003, ainda não foram completadas e homologadas pela ANEEL. Os novos valores da base de ativos poderão afetar significativamente a estrutura patrimonial e os reajustes tarifários das distribuidoras, pois servirão de base para remuneração.

Na questão tributária, existe a possibilidade de criação de novos encargos, em decorrência do novo modelo que institui novas entidades federais, como a Empresa de Pesquisa Energética - EPE e o Administrador dos Contratos de Energia Elétrica - ACEE. Deve ainda ser mencionado o aumento da alíquota da COFINS, de 3% para 7,6%, com impacto previsto na tarifa de energia em 2004. Caso o repasse da COFINS não seja repassado às tarifas em 2004, as empresas do setor elétrico terão impacto relevante em seu caixa.

A política tarifária teve sua alteração gradual iniciada pelo Governo Federal, que aplicou reajustes diferenciados para os grandes e pequenos consumos. Com essa providência, começou a ser reduzido o elevado nível de subsídios cruzados existentes nas tarifas de energia.

Ainda em termos tarifários, merece destaque a continuidade da política de separação dos custos de compra de energia dos custos de transporte. A ANEEL, durante todo o ano de 2003, editou resoluções separando os valores destes custos, o que irá possibilitar, em breve, a segregação dos contratos.

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As entidades de classe das empresas do setor continuam atuando e sendo fortalecidas. Essa atuação conjunta das empresas tem possibilitado seguidos avanços na defesa do equilíbrio financeiro dos contratos de concessão de energia.

Os grandes desafios do setor elétrico brasileiro continuarão no futuro próximo, entre eles a regulamentação do novo modelo do setor elétrico e a redução da percepção do risco de se investir em energia no País.

INVESTIMENTOS

Adicionalmente às atividades de concessionária do serviço público, atuando na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em quase todo o Estado de Minas Gerais, a CEMIG vem desenvolvendo várias outras atividades sinérgicas ao seu negócio principal, levando a sua marca a setores diversos como telecomunicações, serviços de eficiência energética e outros, representando maior geração de empregos, aumento na rentabilidade da Companhia e fortalecimento de sua posição no mercado.

Participação da CEMIG em empresas e consórcios:

	Participação CEMIG	
	%	R\$ milhões
Geração Hidrelétrica		
Sá Carvalho S.A.	100,00	103
Horizontes Energia S.A.	100,00	64
Cemig PCH S.A.	100,00	40
Cemig Capim Branco Energia S.A.	100,00	17
Consórcio da UHE de Funil	49,00	172
Consórcio da UHE de Aimorés	49,00	315
Consórcio da UHE Igarapava	14,50	56
Consórcio da UHE de Porto Estrela	33,33	39
Consórcio da UHE de queimado	82,50	191
Geração Termelétrica		
UTE Barreiro S.A.	100,00	5
UTE Ipatinga S.A.	100,00	68
Distribuição de Gás		
GASMIG	95,19	91
Telecomunicações		
Empresa de Infovias S.A.	99,92	243
Eficiência Energética		
Efficientia S.A.	100,00	2

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Cemig Capim Branco é parceira do consórcio para construção das usinas de capim branco I e II, onde participa com 21,05% no empreendimento.

A participação da CEMIG nos consórcios de energia elétrica, demonstrada na tabela anterior, indica sua parcela na energia gerada dos empreendimentos.

Como forma de assegurar a agregação de valor aos investimentos dos acionistas, foi organizado, no final dos anos 90, o Comitê de Priorização de Obras, que vem atuando na análise dos projetos de expansão constantes do plano quinquenal de negócios, recomendando à Diretoria Executiva a execução desses projetos e garantindo que o retorno mínimo exigido pelo Conselho de Administração seja atendido.

No exercício de 2003, o Grupo CEMIG realizou investimentos no montante de R\$904 milhões, líquidos das contribuições dos consumidores, sendo R\$502 milhões para expandir o seu sistema de geração, R\$90 milhões no seu parque de transmissão, R\$237 milhões para expandir o seu sistema de distribuição e R\$75 milhões nos seus negócios de gás, telecomunicações, eficiência energética e outros.

A seguir, encontra-se uma breve descrição dos principais investimentos da CEMIG durante o exercício de 2003:

Geração

O Grupo CEMIG possui 48 usinas, sendo 44 hidrelétricas, 3 térmicas e 1 eólica, com uma capacidade instalada de 5.771 MW. Além das obras em andamento das usinas hidrelétricas de Queimado, Aimorés, Irapé, Pai Joaquim e termelétrica Barreiro, teve início, em setembro de 2003, a implantação do Complexo Energético Capim Branco, com as obras da Usina Hidrelétrica de Capim Branco I. Em março de 2004, começaram as obras de Capim Branco II.

Em 2003, entraram em operação comercial as unidades 2 e 3 da Usina de Funil, implantada em parceria com a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, com custo total de R\$172 milhões. A usina termelétrica Barreiro iniciou suas operações comerciais em fevereiro de 2004.

Empreendimentos em construção	Potência	Participação CEMIG	Início previsto da operação	Valor Orçado R\$ Milhões
Usina de Irapé	360 MW	100,00%	Agosto/2005	1.095
Usinas de Capim Branco I e II	450 MW	21,05%	Dezembro/2006	788
Usina de Aimorés	330 MW	49,00%	Outubro/2004	439
Usina de Queimado	105 MW	52,50%	Abril/2004	198
Usina de Pai Joaquim	23 MW	48,50%	Março/2004	55
Usina Termelétrica de Barreiro	12,9 MW	100,00%	Fevereiro/2004	6

Para manter e incrementar a qualidade das instalações em operação foram realizadas, em 2003, atividades de melhoria e modernização das usinas de Jaguará, Três Marias e Sá Carvalho, propiciando mais confiabilidade e segurança no fornecimento de energia.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Transmissão

A malha de transmissão da CEMIG, por onde é transportada a energia produzida em suas usinas, bem como a energia comprada de Itaipu e de outros participantes do sistema elétrico nacional, totalizou 4.853 km em 31 de dezembro de 2003.

Principais projetos de transmissão em 2003:

Subestação Vespasiano 2 – 500kV

Entrou em operação, no ano de 2003, com capacidade de 600 MVA, e investimento aproximado de R\$67 milhões. Instalada na região metropolitana de Belo Horizonte, esta subestação melhora as condições de atendimento de cerca de 700.000 consumidores de Belo Horizonte e vários outros municípios da região central de Minas Gerais.

Subestação de Bom Despacho 3 – 500kV

As obras de implantação, com custo estimado de R\$86 milhões, foram iniciadas em 2003, na região Oeste de Minas Gerais, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2004. Essa obra contribuirá para a melhoria dos níveis de tensão e qualidade da energia da Região Sudeste do Brasil e beneficiará diretamente aos consumidores mineiros das regiões Central, Vale do Aço e Zona da Mata.

Linha de Transmissão Montes Claros 2 – Irapé, de 345 kV

A CEMIG, em parceria com as empresas Furnas, Alusa e Orteng, venceu, em setembro de 2003, o leilão realizado pela ANEEL, relativo à concessão para construção, operação e manutenção dessa Linha de Transmissão com 150 km de extensão, responsável pela conexão da Usina Hidrelétrica de Irapé ao sistema interligado nacional. O investimento previsto por parte da CEMIG é de R\$ 7,2 milhões, devendo a linha entrar em operação no segundo semestre de 2005.

Outros Projetos

Participação nas atividades do Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos - CCPE voltadas à definição dos reforços de transmissão para a Região Sudeste do País, associadas à duplicação do eixo Norte-Sul, que representarão um acréscimo de mais de 1.000 km de novas linhas de transmissão na área de Minas Gerais, com previsão de implantação no período 2007-2008.

Distribuição

Foram acrescentados 28.745 km de novas redes ao sistema de distribuição (média e baixa tensão), que corresponde a 82.867 km de redes urbanas e 276.437 km de redes rurais, no total de 359.304 km.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Programa “Luz para Todos” – Universalização do acesso e uso da energia elétrica

Em novembro de 2003, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, denominado “Luz para Todos”, que visa completar 100% da eletrificação no país até 2008, sem ônus para o consumidor. Esse programa, de grande alcance social, tem por meta levar eletricidade em aproximadamente 2,5 milhões de domicílios não atendidos pelo serviço, que correspondem a mais de 12 milhões de brasileiros, sendo que 90% destes domicílios possuem renda familiar inferior a três salários mínimos e cerca de 80% estão localizados em áreas rurais.

Em Minas Gerais a universalização do uso da energia elétrica, por constituir programa prioritário do Governo do Estado e da CEMIG, teve sua previsão de conclusão antecipada para 2006, ligando 145 mil domicílios rurais na sua área de concessão. O custo total do projeto na área de concessão da CEMIG é de aproximadamente R\$378 milhões, com recursos do Governo do Estado, Governo Federal e prefeituras.

Outros projetos

Foram desenvolvidas análises técnicas dos reforços de subtransmissão para a região Noroeste do Estado, totalizando investimentos aproximados de R\$50 milhões, voltados para atendimento ao mercado potencial de irrigação da região. Foram definidos também diversos outros reforços para diferentes regiões do Estado, destacando o Vale do Jequitinhonha, as regiões de Monte Sião e Betim, Sabará/Caeté e as regiões de Central de Minas/Mantena e Engenheiro Caldas.

Em 2003 foram implementados vários planos de reestruturação e desenvolvimento do sistema de distribuição de energia, com investimentos de aproximados de R\$138,6 milhões, contemplando o planejamento de construção de várias subestações e respectivas obras associadas no sistema de média tensão em diversas regiões do estado de Minas Gerais.

Gás Natural

A Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG, empresa subsidiária da CEMIG e responsável pela distribuição de gás natural canalizado em Minas Gerais, ampliou significativamente sua rede em 2003 através da implantação de ramais de atendimento a clientes do segmento industrial, comercial e automotivo.

Ao final de 2003, a GASMIG alcançou o volume de 465 milhões de metros cúbicos de gás, o que representou um crescimento de 12% nas vendas. A rede teve acréscimo de 14% em sua extensão, totalizando 225 km de gasodutos.

Continuando seu processo de expansão, a GASMIG inaugurou dois trechos de rede de distribuição em Juiz de Fora, com investimentos da ordem de R\$2 milhões, acrescentando 381 mil metros cúbicos por mês no consumo de gás natural do município. A partir desses novos empreendimentos, a GASMIG passou a atender mais dez clientes, totalizando 41 estabelecimentos consumidores em Juiz de Fora e Barbacena. Atualmente, a rede dessa região possui 51,5 km de extensão e é responsável por cerca de 25% do consumo industrial, comercial e veicular do combustível no Estado.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Encontra-se também em andamento o projeto do Sistema de Distribuição Norte II, que estenderá a atual rede de gasodutos existente na Região Metropolitana de Belo Horizonte até Sete Lagoas. O projeto, com investimento previsto de R\$30 milhões, terá cerca de 80 km de extensão e representará um volume de vendas de gás de aproximadamente 250 mil metros cúbicos por dia.

Acordo de cooperação com a Petrobrás

Em maio de 2003, a CEMIG, a GASMIG, a Petrobrás e o Governo do Estado de Minas Gerais assinaram um Acordo de Cooperação visando a viabilização do desenvolvimento do mercado de gás natural no Estado de Minas Gerais.

Os estudos prevêm, principalmente, a construção, pela Gaspetro, subsidiária da Petrobrás, de novos gasodutos de transporte de gás natural para Minas Gerais, a expansão da rede de distribuição de gás pela Gasmig e a participação da Gaspetro no capital da GASMIG.

As negociações têm a sua conclusão prevista para meados de 2004, após todas as aprovações legais.

Telecomunicações

Se o ano de 2002 foi considerado como o ano do crescimento expressivo da Infovias, posicionando-a como um importante e respeitado "player" no mercado de telecomunicações, então o ano de 2003, apesar de ser reconhecido pelo mercado como um dos piores para o setor de telecomunicações no País, pode ser considerado o ano de sua consolidação neste mercado extremamente competitivo e dinâmico.

A Infovias vivenciou um aumento superior a 100% em seu faturamento anual bruto, com investimentos de R\$24 milhões em sua rede. Além disso, o volume acumulado de circuitos de telecomunicações comercializados nas suas Redes de Acesso e de Multi-serviços aumentou em torno de 60% em 2003. Este incremento significativo nas vendas é atribuído à consolidação de suas parcerias com seus maiores clientes.

No segmento de TV a cabo e internet banda larga, a controlada Way TV Belo Horizonte S.A., foi pelo segundo ano consecutivo a empresa que apresentou o maior crescimento do setor. Desta forma, o crescimento do faturamento da Infovias com o transporte destes serviços foi de 77%, atingindo a meta estabelecida no início do ano. É importante destacar também que o serviço de internet banda larga atingiu a base de 10.719 assinantes, refletindo um crescimento de 96% em relação ao ano de 2002. Ressalta-se que o mercado de internet banda larga no Brasil no ano teve o crescimento estimado de 57%.

O ano de 2004, ao que tudo indica, apresentará um cenário bem mais favorável que 2003. A Infovias projeta um desempenho bastante otimista, sustentado pela retomada do crescimento da economia nacional e pela volta dos investimentos no setor de telecomunicações. Adicionalmente, existem as oportunidades de exploração da rede de multiserviços para a venda de serviços de internet de banda larga e aluguel para o mercado de telefonia local e longa distância, considerando o acirramento da concorrência no Estado de Minas Gerais, com a entrada de novos *players*.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Eficiência Energética

A CEMIG ganhou, pela 4ª vez, o Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, também conhecido como Prêmio Procel de Combate ao Desperdício de Energia, concedido pelo Ministério de Minas e Energia. A CEMIG participou com 22 projetos de eficiência energética, que demandaram investimentos de mais de R\$ 14 milhões. A redução de demanda no horário de ponta alcançou a marca de 11,7 MW. A economia de energia foi de 27.797 MWh por ano.

Entre os projetos, destaca-se o de Iluminação Pública, com investimento aproximado de R\$9 milhões, que inclui a substituição de lâmpadas vapor de mercúrio por vapor de sódio e troca de alguns equipamentos por outros mais modernos. Este projeto beneficiará 100 municípios com uma redução aproximada de 28% em suas contas de energia.

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Qualidade no fornecimento

Como resultado dos esforços que estão sendo desenvolvidos pela Companhia na melhoria da qualidade dos seus serviços, ocorreu uma expressiva melhora, em 2003, dos seus indicadores de qualidade no atendimento aos seus consumidores.

Política de atendimento

Desde o ano de 2002 a CEMIG vem implementado melhorias na sua política de atendimento. Dentre as ações, destacamos:

- Reestruturação e modernização das 39 Agências de Atendimento para adequá-las à nova filosofia de relacionamento. Um exemplo disso é a área de auto-atendimento que foi ampliada, com a instalação de linhas telefônicas com acesso direto à Central de Atendimento "Fale com a Cemig".
- Instalação de 83 máquinas de auto-atendimento nas Agências de Atendimento e 21 máquinas em locais externos como centros comerciais, shopping-centers e outros (Internet Pública), possibilitando maior interação com o cliente.
- Credenciamento de estabelecimentos comerciais (farmácias, locadoras e padarias) sinalizados com a marca CEMIG (Agentes Cemig Fácil), para a expansão dos pontos de arrecadação e prestação de outros serviços comerciais em áreas que não possuem representante da CEMIG, beneficiando com esta ação, mais de 600 municípios mineiros.
- Implementação do Cemig Postal, um novo canal desenvolvido para os nossos clientes, utilizando formulários com postagem "pré-paga", disponíveis gratuitamente em locais sinalizados nos agentes Cemig Fácil.
- Expansão da Central Fale com a Cemig, hoje estruturada com mais de 300 posições de atendimento, permitindo maior eficiência nos serviços, sem o deslocamento do cliente.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Comercialização

A CEMIG tem a maior parte da venda de sua energia concentrada em consumidores industriais. Em 2003, a CEMIG negociou com esses clientes novas condições de fornecimento mantendo, assim, seu mercado e, numa atitude de competitividade, disputou e efetivou o atendimento a 7 unidades consumidoras fora de sua área de concessão.

Contribuindo para o aumento de produção de seus clientes e utilizando-se de capacidade ainda disponível de seu sistema de distribuição e de sobras de energia de seu mercado, a CEMIG ofertou energias interruptíveis a seus clientes cativos, minimizando perdas decorrentes de venda no mercado atacadista, onde atualmente as tarifas para venda de energia são menores, e garantido a competitividade aos seus clientes.

Através da Oferta Pública realizada em novembro de 2003, a CEMIG agregou à sua carteira o maior consumidor industrial livre do País, com início do fornecimento de energia a partir de janeiro de 2005, pelo prazo de 10 anos, reduzindo dessa forma a exposição da Companhia ao mercado de curto prazo.

A CEMIG e suas controladas venderam no ano de 2003, 36.529 GWh de energia (excluindo consumo próprio) em comparação a 35.897 GWh em 2002, o que correspondeu a um crescimento de 1,76%. O mercado de energia continuou retraído em 2003 em função do baixo desempenho da economia e dos novos hábitos de consumo dos consumidores após o Programa de Racionamento.

Classe residencial – O crescimento de 2,65% não foi representativo, pois em 2002 o Brasil ainda estava vivendo os efeitos do Programa de Racionamento. O consumo absoluto para essa classe encontra-se próximo ao ocorrido no ano de 1998. O modesto crescimento pode ser explicado pelos juros altos, temor do desemprego, queda no poder de compra dos consumidores, e os novos hábitos de consumo de energia após o Programa de Racionamento. O número de consumidores residenciais totalizou 4,7 milhões em dezembro de 2003 o que representou um acréscimo de 2,48% em relação a dezembro do ano anterior, perfazendo um acréscimo de 115 mil consumidores faturados no período. O consumo mensal por consumidor residencial foi de 115 kWh, idêntico ao do ano anterior.

Classe comercial: Historicamente, a classe comercial apresenta uma taxa de crescimento mais significativa que os 3,61% verificados, entretanto, após o plano de racionamento, estas taxas vêm se verificando em um patamar menor, consequência do quadro macroeconômico, queda nos investimentos na construção civil e adiamento na ampliação de estabelecimentos comerciais e de serviços.

Classe industrial - Alguns clientes vêm, desde 1997, investindo na geração própria de energia elétrica. Desta forma, com a entrada em operação de parte desses investimentos houve uma retração de 0,87% do mercado industrial da CEMIG em 2003 frente ao consumo verificado em 2002. Os efeitos positivos das atividades econômicas voltadas para exportação tais como: Siderurgia, Ferroligas e Extrativa Mineral, produtos âncora da pauta mineira, muito contribuíram para que a classe industrial encerrasse o ano com um volume de vendas de energia de 21.715 GWh, uma vez que o mercado interno ficou retraído. A classe industrial a partir do mês de outubro de 2003, começou a reverter o percentual de queda no consumo, que vinha sendo verificada a partir do mês de junho de 2003, principalmente com a venda mais acentuada de energia especial e

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

a conquista, pela CEMIG, de novos clientes. Apesar de todos os fatores desfavoráveis ocorridos em 2003, se fossem excluídos 999 GWh da base estatística de 2002, referente ao consumo de um consumidor da classe industrial que se tornou livre em setembro de 2002 devido a auto produção, a redução de 0,87% passaria para um crescimento de 3,69%.

Classe rural - O crescimento de 4,61% deve-se basicamente ao aumento de 4,5% no consumo convencional e 4,9% na irrigação, os quais corresponderam a 68,2% e 31,8% do total da classe rural, respectivamente.

Demais classes de consumo e Suprimentos a Outras Concessionárias - As demais classes, que englobam Poderes Públicos, Iluminação Pública e Serviços Públicos, adicionadas a venda a outras concessionárias, responderam por 8,49% do mercado total da Companhia, somando 3.099 GWh do consumo total, registrando crescimento de 17,30% em relação ao exercício anterior.

Operações no Mercado Atacadista de Energia

Em 2003, a CEMIG faturou no mercado de curto prazo de energia R\$ 10,4 milhões. Considerando o contexto de sobras no Sistema Interligado, a política de operação no atacado da Companhia buscou otimizar a exposição aos preços do MAE, inclusive aditando os Contratos Iniciais de geração própria dentro dos limites permitidos pela legislação em 2003 e em quase sua totalidade até dezembro de 2004.

A CEMIG buscou ainda, com as novas regras implementadas em 2003, uma análise continuada do seu balanço energético para o cumprimento das exigências presentes na nova regulamentação de setor elétrico, em aprovação pelo Congresso Nacional, de lastro físico de 100% para a venda de energia e de contratação mínima de 95% da carga atendida.

Balanço Energético - GWh	2003	2002
RECURSOS	51.348	49.372
Geração própria	27.025	21.608
Compra de Itaipu	12.220	12.735
Compra de energia de curto prazo	7.554	10.247
Recebimentos contratuais	2.129	2.712
Outros (1)	2.420	2.070
REQUISITOS + PERDAS	51.348	49.372
Distribuição (2)	35.962	35.634
Venda ao Sistema Interligado (3)	9.318	7.864
Auto Produção	1.323	1.323
Total dos requisitos	46.603	44.821
Perdas	4.745	4.551

A CEMIG produziu 52,63% de suas necessidades de energia elétrica (43,77% em 2002), que acrescidos dos 23,80% representados pela compra de energia de Itaipu, atingem 76,43% do requisito de energia elétrica da Companhia.

As perdas de energia da CEMIG referem-se substancialmente a perdas técnicas, inerentes ao transporte de energia pelas redes de transmissão e distribuição. As perdas comerciais são de aproximadamente 1,3% do volume de energia total da CEMIG.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Tarifa

Pela primeira vez, desde a assinatura do contrato de concessão em 1997, a CEMIG passou por um processo de revisão tarifária que culminou em um reposicionamento médio das tarifas de 31,53%, homologado pela Resolução ANEEL nº 165, de 04 de abril de 2003. Outro resultado do processo em questão foi a determinação provisória do Fator X, em 1%, que é na prática um redutor do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), usado no reajuste anual da Parcela B (custos gerenciáveis), permitindo o repasse aos consumidores de parte dos ganhos de produtividade projetados das empresas.

Para o cálculo do ajuste tarifário da CEMIG em 2003, a ANEEL utilizou-se de uma base provisória dos ativos da Companhia, visto que a base definitiva só será conhecida após a finalização do processo de reavaliação. Da mesma forma, também não foi concluída a negociação referente ao valor da energia própria da Companhia, assim como a taxa real de depreciação a ser aplicada sobre o ativo investido. Os ajustes necessários deverão ser aplicados no próximo reajuste tarifário que ocorrerá em abril de 2004.

Em razão do Decreto nº 4667, de abril de 2003, o índice de reposicionamento da ANEEL passou a ter aplicação diferenciada por categoria de consumo. Este decreto estabeleceu, entre outras coisas, diretrizes para o processo de realinhamento das tarifas de energia, com o objetivo de, gradualmente, eliminar os subsídios cruzados existentes entre os grupos de consumo.

Deve ainda ser ressaltado que os custos não controláveis da CEMIG que deveriam ter sido repassados no reajuste tarifário de 8 de abril de 2003, tiveram sua compensação postergada por 12 meses. Portanto, somente a partir de 8 de abril de 2004 é que serão repassados às tarifas, para serem compensados em 24 meses. Este procedimento comprometeu a liquidez das distribuidoras. Em 31 de dezembro de 2003 a CEMIG possuía R\$621 milhões de custos não controláveis a serem repassados à tarifa.

Em julho, foi também reajustada a receita permitida do segmento de transmissão. O aumento de 31,53% resultou essencialmente da aplicação direta do IGP-M acumulado até maio.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO CONSOLIDADO

Lucro Líquido (Prejuízo)

A CEMIG e suas controladas ("Grupo CEMIG") apresentaram, no exercício de 2003, um lucro líquido de R\$1.198 milhões, em comparação a um prejuízo de R\$1.002 milhões no exercício de 2002.

O resultado do Grupo CEMIG em 2003 foi favorecido principalmente pelo aumento na receita com fornecimento bruto de energia elétrica no montante de R\$1.244 milhões e pela receita financeira advinda da valorização do Real em relação ao Dólar norte-americano, gerando R\$336 milhões de receita líquida com variação cambial. No exercício anterior o resultado foi impactado de forma negativa pela provisão extraordinária para perdas referente ao contrato de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$1.045 milhões e pela despesa financeira líquida advinda da desvalorização do Real em relação ao Dólar norte-americano, no montante de R\$728 milhões.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O reajuste tarifário de 2003 bem como uma pequena recuperação no mercado de energia contribuíram para a maior geração de caixa da Companhia em 2003. O EBITDA da CEMIG apresentou em 2003, variação positiva de 66,91% em relação a 2002 e 27,74% em relação a 2001.

Receita com fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$7.235 milhões em 2003 comparado à receita de R\$5.991 milhões em 2002, representando um crescimento de 20,76%. Este resultado decorre basicamente dos seguintes fatores:

- reajustes nas tarifas de 10,51% a partir de 8 de abril de 2002 (efeito integral no exercício de 2003) e 31,53% a partir de 8 de abril de 2003;
- aumento dos valores cobrados dos consumidores referente ao Encargo de Capacidade Emergencial;
- aumento de 1,76% no volume de energia vendida (excluindo consumo próprio).

A partir do mês de outubro de 2003, o consumo de energia elétrica apresentou indicadores positivos de crescimento em todas as classes de consumo, com exceção da rural em função do período de chuvas, sinalizando a retomada do crescimento econômico. Com as projeções de crescimento da economia brasileira de 3,5% para o próximo ano, espera-se um crescimento real na renda das famílias brasileiras e conseqüentemente uma recuperação gradual dos níveis de consumo, contribuindo sensivelmente para o crescimento da receita de fornecimento a consumidores finais em 2004.

O Grupo CEMIG reconheceu em 2003 uma receita referente a suprimento de R\$57 milhões em comparação a R\$534 milhões no exercício anterior. Este resultado decorre basicamente da maior receita de transações com energia no MAE no ano anterior, advindas do registro do direito de ressarcimento à CEMIG da diferença entre os montantes pagos pelas transações no MAE durante o período de vigência do Programa de Racionamento e o valor de R\$49,26/MWh.

Receita Com Recomposição Tarifária Extraordinária

O Grupo CEMIG, em conformidade ao Acordo Geral do Setor Elétrico, reconheceu no exercício de 2002, receita com recomposição tarifária extraordinária no montante de R\$275 milhões, referentes às perdas de faturamento e repasse aos geradores de parte das despesas com energia livre comercializada no Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE durante a vigência do Programa de Racionamento. Os valores reconhecidos como receita com recomposição tarifária extraordinária estão sendo recebidos pela Companhia através de um reajuste adicional, a vigorar pelo prazo máximo de 74 meses, desde janeiro de 2002.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Despesas operacionais

As despesas operacionais do Grupo CEMIG reduziram-se 4,27% em 2003, R\$4.397 milhões em 2003 e R\$4.593 milhões em 2002. Este resultado decorre principalmente de uma redução na despesa com energia elétrica comprada para revenda, obrigações pós-emprego e provisões operacionais em contrapartida ao aumento nas despesas com pessoal, gás comprado para revenda, e da nova contribuição, a partir de 2003, para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

Despesa com pessoal foi de R\$738 milhões em 2003 comparados a R\$551 milhões em 2002, representando um aumento de 33,94%. Este resultado decorre principalmente dos reajustes de 11,45% e 16,20% nos salários dos empregados da CEMIG em novembro de 2002 e 2003, respectivamente, da redução no percentual dos gastos com pessoal transferidos para o custo das obras em andamento e ainda, da provisão de R\$78 milhões referente ao Programa de Desligamento Incentivado - PDI, implementado pela Companhia em dezembro de 2003, que contou com a adesão de 842 empregados.

Energia Comprada para revenda

A despesa com energia comprada para revenda foi de R\$1.393 milhões em 2003 comparados a R\$1.733 milhões em 2002, representando uma redução de 19,62%. Este resultado decorre da redução nas despesas de transações com energia no MAE, R\$37 milhões em 2003 comparados a R\$549 milhões em 2002. A maior despesa com transações no MAE em 2002 deve-se às tarifas significativamente mais altas para compra de energia livre praticadas durante o período em que o Programa de Racionamento encontrava-se em vigência. Em contrapartida, ocorreu um crescimento na despesa com compra de energia de Itaipu, R\$1.175 milhões em 2003 comparados a R\$979 milhões em 2002.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$321 milhões em 2003, comparados a R\$265 milhões em 2002, representando uma variação de 21,13%. Esse resultado deve-se basicamente ao reajuste nos contratos de prestação de serviços, destacando-se aqueles relacionados à manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos e agentes arrecadadores de contas de energia.

Obrigações pós-emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$74 milhões em 2003 comparados a R\$145 milhões em 2002, representando uma redução de 48,97%. A redução nas despesas deve-se basicamente a estimativa, para o exercício de 2003, de um menor crescimento nas obrigações com benefícios futuros comparativamente a uma maior rentabilidade esperada nos ativos do fundo de pensão. A redução das despesas somente não foi maior em função da modificação, em 2003, de determinados critérios para obtenção de suplementação de aposentadoria da FORLUZ, que tiveram como consequência um impacto de R\$27 milhões no resultado de 2003.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Provisão (reversão) para perdas na recuperação dos valores da Recomposição Tarifária Extraordinária

Com base em premissas da Companhia, foi constituída, em 2002, uma provisão para possíveis perdas na recuperação dos valores da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE), no montante de R\$178 milhões, considerando o prazo máximo estipulado anteriormente de 82 meses para vigência do reajuste homologado pela ANEEL. Em 2003, devido aos novos critérios para recebimento da RTE, novas projeções econômico-financeiras da CEMIG e novo prazo concedido pela ANEEL para realização da RTE, de 74 meses, a CEMIG estimou em R\$60 milhões a provisão para perdas, e, conseqüentemente, efetuou uma reversão de R\$118 milhões da provisão anteriormente constituída.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$105 milhões em 2003 comparados a R\$53 milhões em 2002, representando um aumento de 98,11%. Este crescimento nas provisões deve-se ao aumento da inadimplência, que implicou em aumento nas provisões para créditos de liquidação duvidosa, R\$60 milhões em 2003 comparados a R\$14 milhões em 2002.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A despesa com CCC foi de R\$282 milhões em 2003 comparados a R\$345 milhões em 2002, representando uma redução de 18,26%. Esta despesa refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL.

Gás comprado para revenda

A compra de gás para revenda foi de R\$246 milhões em 2003 comparados a R\$152 milhões em 2002, representando um aumento de 61,84%. Esta despesa refere-se a compra de gás pela GASMIG, sendo que esta variação decorre substancialmente do reajuste no preço do gás e do aumento de 12,2% do fornecimento de gás em 2003.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida através de fontes alternativas. Os custos, com impacto no resultado do Grupo CEMIG a partir de 2003, no montante de R\$118 milhões, foram definidos com base na Resolução nº 42 da ANEEL, de 31 de janeiro de 2003.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro, receita de R\$335 milhões comparada a uma despesa de R\$615 milhões em 2002, exerceu um grande impacto no resultado da CEMIG em 2003 e 2002. Esta diferença entre os períodos comparados deve-se, substancialmente, aos efeitos cambiais do Real frente ao Dólar norte-americano.

00245-3 CIA ENER G MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro no exercício de 2003 estão relacionados a seguir:

- Receita líquida com variações cambiais em 2003 de R\$336 milhões comparados a uma despesa de R\$728 milhões em 2002, sendo incidentes principalmente sobre os empréstimos e financiamentos do Grupo CEMIG em moeda estrangeira. No exercício de 2003 o Real apresentou uma valorização de 18,23% frente ao Dólar norte-americano em comparação a uma desvalorização de 52,27% no exercício de 2002.
- Apropriação de receita de variação monetária, calculada com base na variação da SELIC, incidente sobre os ativos originados do Acordo Geral do Setor Elétrico, no montante de R\$379 milhões em 2003, comparados a R\$199 milhões em 2002.
- Redução do valor dos juros e variação monetária referentes aos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais decorrente, substancialmente, da redução do índice IGP-DI, indexador do contrato, 7,67% em 2003 comparado a 26,41% em 2002.
- Receita líquida com variação monetária da CVA no montante de R\$93 milhões em 2003, comparados a R\$21 milhões em 2002.
- Despesa com encargos de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$350 milhões em 2003, comparados a R\$251 milhões em 2002.
- Redução de 66,95% na renda de aplicação financeira, R\$78 milhões em 2003 comparados a R\$236 milhões em 2002, em função do menor volume de recursos aplicados.
- Reversão da provisão para ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários, no montante de R\$75 milhões, em função da alienação das NTN's da Companhia.

Resultado não operacional

A despesa não operacional líquida foi de R\$61 milhões em 2003, comparados a R\$27 milhões em 2002, uma variação de 125,93%. Em 2003 a CEMIG reconheceu perdas de R\$15 milhões referentes aos gastos com estudos de viabilidade técnica objetivando a construção da usina de Bocaina. Esta perda decorre da revisão, pela ANEEL, do respectivo aproveitamento hidrelétrico, concluindo-se pela inviabilidade de construção da usina na localização que foi objeto original dos estudos. Adicionalmente, a CEMIG constituiu uma provisão para perdas, no valor de R\$5 milhões, equivalente a estimativa da parcela não realizável dos gastos com estudos de viabilidade técnica para construção da usina de Formoso.

Perda extraordinária

A CEMIG registrou, no exercício de 2002, uma provisão para perda no montante de R\$1.045.325 referente ao Segundo Aditivo contratual do Contas a receber do Governo do Estado de Minas Gerais.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Imposto de Renda e Contribuição Social

O grupo CEMIG apurou, no exercício de 2003, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$554 milhões em relação ao lucro de R\$1.500 milhões, antes dos efeitos fiscais. No exercício de 2002, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$71 milhões em relação ao prejuízo de R\$1.163 milhões, antes dos efeitos fiscais.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A CEMIG iniciou o ano de 2003 com a expectativa de contar com os recursos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), previstos pelo Acordo Geral do Setor Elétrico, em valor superior a R\$1,5 bilhão. Entretanto, apenas os financiamentos para a Geração da CEMIG, no valor de R\$511,9 milhões, foram viabilizados, para fazer face aos compromissos da Companhia perante o MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, no valor de R\$708 milhões.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A CEMIG também contava com o financiamento do BNDES no valor de R\$322 milhões, a preços de abril de 2003, que seria corrigido pela SELIC até a data das liberações, relativo à antecipação da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela "A" – CVA, mas tal financiamento não chegou a ser viabilizado, segundo explicações do BNDES, pelas restrições impostas pelo contingenciamento de crédito ao setor público.

Ressaltando que a instituição dos financiamentos pelo BNDES, via recursos do Tesouro Nacional, constituíam obrigação legal expressa, inclusive para empresas estatais, tal indisponibilidade de recursos do BNDES levou a CEMIG a recorrer ao mercado para atendimento às necessidade de seus programas de investimento e de despesas em 2003, refinanciando parte de sua dívida, emitindo *commercial papers* no mercado de capitais local e se financiando através de outras fontes.

As principais captações de recursos da CEMIG em 2003 são como segue:

- R\$88 milhões destinados à cobertura de parte do seu programa de investimentos, cujas fontes de recursos foram: ELETROBRÁS, auxílio de consumidores, debêntures do Estado de Minas Gerais e operações de "supplier credit" e "buyer credit".
- R\$512 milhões, em fevereiro e julho, no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de apoio Financeiro às Concessionárias de Serviços Públicos de Geração de Energia Elétrica e Produtores Independentes de Energia Elétrica, em operação de financiamento realizada com o BNDES para liquidação da dívida com o MAE;
- R\$620 milhões, obtidos junto aos bancos, sendo R\$220 milhões, em julho, destinados a complementar os recursos necessários à liquidação da dívida com o MAE e R\$400 milhões, ao longo do ano, destinados à rolagem de parte de sua dívida financeira;
- R\$300 milhões, em dezembro, através de um lançamento de Notas Promissórias (*commercial papers*) no mercado de capitais local. Essa operação contou com a classificação de risco de curto prazo da Fitch Atlantic Rating no nível F1, que indica "a mais forte capacidade de pagamento de compromissos financeiros no prazo esperado".

RELACIONES COM INVESTIDORES E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Composição acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2003, totalizou R\$1.622 milhões. Em sua composição, podemos verificar o Estado de Minas Gerais possuindo 24,12% do total das ações e o setor privado com 75,88%.

00245-3 CIA ENER G MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mercado de capitais

As ações e os *American Depositary Receipts* - ADR da Companhia continuaram apresentando grande negociação ao longo do período.

Ação / Índice	Cotações		
	31/12/2003	31/12/2002	%
CEMIG PN – R\$	52,75	25,63	105,81
CEMIG ON – R\$	37,10	22,48	65,00
IBOVESPA – pontos	22.236	11.268	97,34
IEE (Energia Elétrica) – pontos	6.579	3.174	107,28
IGC (Governança Corporativa) - pontos	1.845	1.026	79,82

As ações da CEMIG movimentaram um total de R\$ 4.977 milhões, correspondendo a 3% do total do volume negociado na Bolsa de Valores de São Paulo, a 8ª posição entre as Companhias mais negociadas da BOVESPA.

Ao final de 2003 o valor de mercado da CEMIG atingiu a R\$ 7.444 milhões, constituindo o 2ª maior valor de mercado entre as empresas de energia elétrica do país, com um aumento de 82,45% em relação a 2002, que era de R\$ 4.080 milhões.

Desde setembro de 2001, as ações da CEMIG são negociadas diretamente na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) através do programa de ADR (*American Depositary Receipt*) no nível II, lastreado por lotes de mil ações preferenciais. Ao final de 2003, o valor total das negociações alcançou US\$241 milhões, representando 14,36% das ações preferenciais e 8,09% das ações em circulação. O programa de ADRs tem como banco depositário o Citibank N.A.

Apesar de uma pequena redução na quantidade de ações negociadas em forma de ADR's, houve um aumento no volume do capital estrangeiro investido na CEMIG, considerando-se a aquisição direta de ativos na BOVESPA.

	Capital Estrangeiro/Total de Ações	
	31/12/2003	31/12/2002
Total	31,11%	26,91%
Em custódia na BOVESPA	23,02%	14,17%
ADR	8,09%	12,73%

O comportamento das cotações das ações preferenciais acompanhou o desempenho do índice BOVESPA, com as ações ordinárias tendo um desempenho inferior. Já os ADRs tiveram desempenho bastante superior ao do Índice Down Jones em 2003.

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relações com investidores

Buscando o aprimoramento do relacionamento com investidores e acionistas, a CEMIG vem aperfeiçoando diversas práticas. A página de relações com investidores na internet vem sendo constantemente desenvolvida, sendo utilizada como o principal meio de divulgação de informações da Companhia, seja no Brasil (ri.cemig.com.br) ou no exterior (ir.cemig.com). As demonstrações financeiras, e sua respectiva análise, bem como as informações corporativas e societárias são disponibilizadas na Internet em três idiomas: português, inglês e espanhol.

Foram realizados encontros em todas as regionais da Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais – ABAMEC e da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, para a apresentação dos resultados trimestrais. Esses encontros têm sido de grande importância para a consolidação do relacionamento com os principais profissionais do mercado de capitais do Brasil. Somados a esses encontros, a Companhia esteve representada em vários seminários e conferências voltadas aos investidores nacionais e estrangeiros.

Nos dias 05 e 06 de junho de 2003 foi realizado no Center Convention Uberlândia, o VIII Encontro Anual CEMIG - Mercado de Capitais com analistas de mercado. Pelo oitavo ano consecutivo os profissionais de mercado tiveram oportunidade de, em contato amplo e transparente, interagir com os profissionais das principais áreas e subsidiárias da CEMIG, objetivando a sua interação com os analistas e investidores de mercado de capitais de todo o país e mostrar o compromisso em realizar uma política de relacionamento objetivo e transparente com o mercado, estreitando cada vez mais a relação com os investidores, dentro das melhores práticas de governança corporativa.

No dia 10 de outubro de 2003, ocorreu a celebração do 2º ano de listagem na Bolsa de Valores de Nova Iorque, tendo os principais executivos da Companhia participado da abertura do pregão, representada pelo presidente do seu Conselho de Administração, que também é secretário do Estado de Desenvolvimento Econômico, Wilson Nélio Brumer, e pelos diretores Flávio Decat de Moura, Heleni de Mello Fonseca e José Maria de Macedo.

Desde setembro de 2001, as ações vem sendo negociadas diretamente no pregão da Bolsa de Valores de Nova Iorque, na forma de ADR nível II, uma elevação do programa de ADR nível I da CEMIG, que já era negociado naquele mercado, desde junho de 1993, possibilitando que, a partir de 2001, também os pequenos investidores, incluindo-se pessoas físicas, tivessem acesso aos ADR da Companhia.

Para se habilitar a negociar seus ADR nível II, a CEMIG teve, em agosto de 2001, seu pedido de registro aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pela comissão de valores dos Estados Unidos da América, a Securities and Exchange Commission – SEC.

Além da Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo e da Bolsa de Valores de Nova Iorque, as ações da CEMIG são também negociadas desde 12 de julho de 2002, na Latibex, um segmento da Bolsa de Valores de Madrid dedicada à negociação de ações das empresas latino-americanas em euros, sendo os recibos de depósitos bancários representados por lote de mil ações preferenciais nominativas, tendo o Espírito Santo B&M como especialista de mercado latino-americano para as ações da CEMIG na Latibex.

00245-3 CIA ENER G MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Governança corporativa

A CEMIG busca aprimorar ainda mais o relacionamento com seus acionistas, investidores e analistas, através de uma política de governança corporativa, que consiste da absorção das melhores práticas a nível internacional, de forma a garantir o acesso ao mercado de capitais para financiar seus projetos de expansão, reduzindo o custo médio ponderado de capital e agregando valor aos investimentos realizados por seus acionistas.

Além disso, a Companhia atende as regulamentações em vigor, estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e demais agências reguladoras dos países nos quais as ações são negociadas, com o intuito de assegurar o acesso as informações vitais para a tomada de decisões por parte dos investidores.

A confiança e credibilidade que os acionistas e investidores depositam na CEMIG é reflexo desta política de total transparência adotada pela Companhia no seu relacionamento com o mercado de capitais.

Antecipando ao disposto na Lei nº.10.303, de 31 de outubro de 2001, e por decisão do acionista majoritário, atendendo as melhores práticas de Governança Corporativa, a CEMIG promoveu a reforma do seu Estatuto Social, o que permitiu aos acionistas minoritários, detentores de ações preferenciais, eleger um membro para o Conselho de Administração.

O Conselho de Administração possui 14 membros, com qualificação em diversas áreas, tais como política, engenharia, finanças, economia, direito e contabilidade, com mandato unificado. Este Conselho atua de modo a orientar a Diretoria no sentido de assegurar retorno atrativo dos empreendimentos, agregando valor ao investimento dos acionistas.

Atualmente, destaca-se a aprovação pelo Conselho de Administração, em reunião extraordinária realizada em julho de 2002, da nova Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, que descreve em seu "Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da CEMIG", os procedimentos e diretrizes relativas à manutenção e sigilo de informações. Esse manual, juntamente com o "Termo de Adesão" na forma da instrução CVM 358, de 3 de janeiro de 2002, foi enviado a todos os gerentes e empregados com funções consultivas da CEMIG.

Por determinação da Diretoria Executiva, imbuída do compromisso de incrementar a transparência das ações dos gestores da CEMIG e de fortalecer sua imagem e credibilidade junto aos seus acionistas, clientes, empregados, sindicatos, parceiros, fornecedores, prestadores de serviços, concorrentes, sociedade, governo, poder concedente e as comunidades onde atua, foi criado um Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar o Código de Ética a ser aplicado aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, aos diretores e aos empregados da Companhia, e propor um programa de ação para a implementação de instrumentos fundamentais para o aprimoramento do sistema de governança corporativa. O trabalho foi orientado para que seus resultados aproximem a Companhia das melhores práticas éticas e legais, no que tange às suas políticas internas e externas, e possibilitem atender a:

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, pertinentes à governança corporativa;
- Lei Sarbanes-Oxley, que modificou a maneira pela qual as empresas registradas na Securities and Exchange Commission - SEC, seja negociando suas ações no mercado americano ou mantendo programa de ADR nível 2 ou nível 3, serão administradas;
- contratos de concessão e às normas ditadas pelo poder concedente;
- Código de Defesa do Consumidor;
- legislações municipais, estaduais e federal.

Também é feito acompanhamento criterioso das negociações com valores mobiliários da CEMIG para o cumprimento da Política de Negociação das ações de sua emissão e pessoas a ela vinculadas, nos termos da Instrução [CVM nº 358](#), de 3 de janeiro de 2002.

Os relatórios legais e as demonstrações financeiras divulgadas ao mercado através das informações trimestrais (ITRs) e anuais (IAN e DFP), têm sido aprimoradas sucessivamente, buscando ampliar o entendimento sobre as operações da Companhia. Além da SEC, as Bolsas de Valores de Nova Iorque e Madri recebem as mesmas informações.

Da mesma forma as demonstrações financeiras são convertidas ao padrão americano de práticas contábeis (USGAP), conforme regulamentação da SEC.

O calendário anual dos eventos corporativos programados é mantido constantemente atualizado e disponibilizado no site e encaminhado conforme regulamentação em vigor à CVM, BOVESPA, SEC, NYSE e LATIBEX.

A CEMIG tinha em circulação, ao final de dezembro de 2003, 75,83% das ações de seu capital social, parcela muito superior ao mínimo exigido de 25% para as empresas que aderiram ao nível 1 de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. Outro aspecto exigido dessas empresas é a convocação das assembleias gerais de seus acionistas com, no mínimo, 15 dias de antecedência, prazo esse que a CEMIG tem cumprido em suas convocações.

Ao longo do ano de 2003 a CEMIG realizou inúmeras reuniões públicas com analistas e investidores para divulgar informações quanto a sua situação econômico-financeira e operacional, projetos, perspectivas, estratégias, etc. Logo após a disponibilização dos resultados trimestrais, foram realizados encontros com a imprensa, como principal meio de divulgação de informações à sociedade a respeito de sua atividade e de seus resultados.

No Estatuto da Companhia já estão previstas algumas práticas constantes de Política de Governança Corporativa, como forma de assegurar seu cumprimento por administradores e empregados:

- As ações ordinárias e preferenciais concorrem em igualdade de condições na distribuição de bonificações;
- O Conselho de Administração delibera, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- ❑ Compete também ao Conselho de Administração deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R\$5 milhões;
- ❑ Igualmente, e respeitado esse mesmo valor, é de competência do Conselho de Administração, em função também de proposta da Diretoria Executiva, decidir sobre empréstimos, financiamentos, atos ou outros negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, excetuado os contratos de compra e venda de energia que ultrapassem esse valor, que poderão ser aprovados pela Diretoria Executiva, com sua apresentação formal ao Conselho de Administração na reunião seguinte a sua aprovação;
- ❑ O Conselho Fiscal da Companhia, que funciona de modo permanente, pode ser composto por um mínimo de três e máximo de cinco membros efetivos e respectivos suplentes. Esse conselho é eleito anualmente na Assembléia Geral Ordinária, sendo possível a reeleição de seus membros.
- ❑ Foi assegurado aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro do Conselho de Administração, respectivamente, na forma da lei.

Política de dividendos

A política de dividendos, contemplada no Estatuto da Companhia, estabelece que as ações preferenciais gozarão de preferência na hipótese de reembolso de ações e terão um dividendo mínimo anual igual ao maior dos valores: 10% (dez por cento) calculado sobre seu valor nominal ou 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido das ações. A distribuição de dividendos não será inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro, na forma da Lei de Sociedades por Ações.

Por decisão do Conselho de Administração a CEMIG poderá declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados nos balanços semestrais ou intermediários.

O pagamento desses dividendos ocorre dentro de, no máximo, 60 dias após a realização da Assembléia Geral que autoriza a sua distribuição, ou de acordo com a deliberação da Assembléia de acionistas. Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, são revertidos em benefício da Companhia.

Nos exercícios em que a Companhia não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, o Estado de Minas Gerais assegurará às ações do capital, de propriedade de particular, um dividendo mínimo de 6% (seis por cento) ao ano. Essa garantia está prevista no artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A CEMIG tem como princípio a não contratação de serviços de consultoria dos auditores externos que possam interferir na independência dos trabalhos de auditoria.

Em 2003, os auditores independentes da CEMIG e suas controladas, Deloitte Touche Tohmatsu, prestaram serviços exclusivamente de auditoria externa.

GESTÃO

Eficiência e modernização formaram a linha mestra dos processos administrativos da CEMIG em 2003. Através de metas bem definidas, uma série de ações foi implementada visando melhorar ainda mais a qualidade de seus produtos e fortalecer sua imagem junto aos seus diversos públicos. Procurando sempre agregar valor, a firmeza na condução desses processos garantirá a continuidade das ações nos próximos anos.

Planejamento Estratégico e BSC

Em um momento de muita indefinição e mudanças no setor elétrico nacional, a CEMIG estruturou-se para alavancar o seu Planejamento Estratégico, com a participação de todo o corpo gerencial e executivo. Assim, foram formuladas as estratégias de negócios, definida a estratégia financeira e elaborado o Plano de Ação, com metas e indicadores.

Para que todos os níveis da organização possam acompanhar a implementação da estratégia, foi redesenhado o Balanced Scorecard, além da instalação de um Management Cockpit.

Gerenciamento de riscos

O mercado de energia brasileiro é constantemente abalado por fatores que geram incertezas e ameaças. Nesse ambiente, o gerenciamento de riscos torna-se parte essencial do desenvolvimento sustentável, para a criação de valor para o acionista.

A CEMIG iniciou em 2003 os trabalhos de implantação do projeto de gerenciamento dos riscos corporativos, sendo os seus objetivos principais descritos abaixo:

- Auxiliar no cumprimento dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico
- Reduzir o nível de incertezas do negócio, preparando a Companhia para agir em relação ao seu ambiente de riscos.
- Fornecer aos principais executivos da Companhia uma metodologia e ferramentas que permitam a implantação desse processo.

Qualidade

A Qualidade tornou-se objetivo permanente, e vem sendo usada efetivamente como ferramenta de gestão. Em 2003, mais sete certificações foram obtidas em conformidade com ISO a 9001/2000, abrangendo os mais variados processos, desde os trabalhos com o consumidor final de distribuição até o planejamento da expansão do sistema, passando pela operação e manutenção de usinas e serviços na área de tecnologia da informação.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O setor de recuperação de materiais desenvolveu procedimentos que geraram uma economia de mais de R\$ 11 milhões, e, agora, prepara-se para se certificar no sistema ISO 14.000.

Tecnologia

A CEMIG continua em posição de vanguarda na utilização e desenvolvimento de tecnologias. Para isso, a parceria com universidades e entidades de pesquisa foi ampliada, permitindo a implantação de importantes projetos. Entre eles, núcleos de excelência em climatologia, geração termelétrica, eficiência energética e energias renováveis. Cerca de 80 projetos de Pesquisa & Desenvolvimento receberam recursos da ordem de R\$ 13 milhões.

O Escritório de Marcas e Patentes atuou, junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial, na concessão de 4 cartas-patentes, 41 pedidos de privilégio sobre invenções e 69 marcas registradas.

A CEMIG também vem desenvolvendo diversos projetos de utilização de energia solar e eólica, além de outras fontes de energia alternativa. A parceria com a USP-São Carlos e as empresas Clamper e Unitech permitiu o aperfeiçoamento do protótipo da primeira célula a combustível produzida no Brasil.

Os sistemas de geoprocessamento da Distribuição e da Transmissão concluíram etapas que vão permitir o cadastramento de toda a rede e a elaboração de projetos de expansão, agilizando o atendimento a novos clientes.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Recursos Humanos

O desenvolvimento dos empregados em todos os níveis, através da formação, aperfeiçoamento e especialização é preocupação constante da CEMIG, que reconhece nesse aspecto o diferencial competitivo para as práticas do mercado.

A Gestão de Desempenho está sendo implantada entre os executivos com o objetivo de planejar, acompanhar e avaliar o seu desempenho e em breve será estendido a todos os empregados.

O Plano de Cargos e Remunerações, implantado em janeiro de 2004, visa fornecer instrumentos que permitam à Companhia remunerar seu pessoal de forma adequada aos seus objetivos sociais, assegurando a competitividade externa e promovendo a equidade interna.

Buscando construir uma base de credibilidade e estreitar o relacionamento com seu público interno – empregados, familiares, aposentados, contratados e estagiários – foram criadas ferramentas de comunicação, reafirmando esse aspecto como premissa básica no desempenho da Companhia.

Em dezembro de 2003, foi implementado o Plano de Desligamento Incentivado - PDI, visando uma melhor adequação do quadro de pessoal às necessidades atuais e futuras. O PDI demonstrou o compromisso da CEMIG de proporcionar relações trabalhistas mais modernas e eficientes, ao mesmo tempo em que buscou atenuar os efeitos sociais do desligamento dos empregados.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os acidentes fatais com pessoal próprio alcançaram a marca zero. No geral, todos os acidentes também tiveram gravidade e frequência menores que 2002, mantendo a tendência de queda dos últimos quatro anos. Essa conquista se deve à determinação da Diretoria em manter as ações de melhoria contínua em Saúde e Segurança no Trabalho.

Além do treinamento interno, que contou com 14.600 inscrições de empregados em cursos e seminários, a comunidade também foi contemplada com uma série de programas que visaram educar, informar e capacitar os participantes, de acordo com suas características sociais e regionais:

- ❑ Procel nas Escolas: Educação ambiental e dicas de combate ao desperdício de energia para mais de 72 mil alunos e 1.350 professores de escolas públicas.
- ❑ Eficiência Energética: Treinamento para mais de 21 mil pessoas, entre clientes, profissionais de engenharia e técnicos, além de estudantes.
- ❑ Cice's: A criação das Comissões Internas de Conservação de Energia foi o tema de oito cursos ministrados em empresas de média e baixa tensão.
- ❑ Fazenda Energética: O uso eficiente da energia nos processos do setor agropecuário envolveu 1.700 participantes em 29 eventos promovidos.

Cultura

O compromisso em incentivar, resgatar, manter e promover a manifestação cultural de Minas Gerais em todos os seus formatos foi consolidado com o investimento de R\$6 milhões, beneficiando mais de 120 municípios. Todos os projetos que se manifestaram com a proposta de enriquecer nosso acervo cultural receberam patrocínio e aplauso.

Festival Internacional de Teatro de Bonecos, em Belo Horizonte; Festival de Teatro de Uberlândia; Festival da Cultura do Vale do Jequitinhonha e muitos outros mais: a linha da cultura riscou todo o mapa de Minas Gerais com o apoio da CEMIG a 25 eventos artísticos e populares.

Os projetos em cinema incluíram quatro longas-metragens, o Festival Internacional de curtas-metragens, a Mostra de Cinema de Tiradentes e o "Cinema ao Ar Livre", que, pelo terceiro ano, levou a filmografia nacional de Minas Gerais.

As artes plásticas, que já têm espaço permanente na Galeria de Arte da CEMIG, também receberam apoio, com o incentivo à exposições externas, uma expedição fotográfica ao Vale do Jequitinhonha e até o Festival Internacional de Quadrinhos de Belo Horizonte.

A preservação da memória de Minas foi contemplada com a manutenção do patrocínio de museus e acervos de documentos. A Casa de Juscelino, em Diamantina; o Santuário de Nossa Senhora do Carmo, em Mariana; A Biblioteca Pública de Belo Horizonte; o Museu Mineiro; eventos na capital e no interior, e tantos outros registros do nosso passado tiveram sua preservação garantida com o apoio da CEMIG, para que possam continuar contando a nossa história e mantendo vivo o espírito daqueles que construíram nosso Estado.

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Meio Ambiente

A convivência com os recursos naturais, inerente ao negócio energia, requer uma série de ações que permitam compatibilizar as atividades com a proteção ambiental. Os programas e estudos ambientais receberam, em 2003, recursos superiores a R\$42 milhões.

Dow Jones

Pela quarta vez consecutiva, o reconhecimento mundial através do Dow Jones Sustainability World Indexes, confirmou o acerto de nossas decisões nos aspectos sociais, ambientais e de valor para o acionista. O Dow Jones é um índice de alta confiabilidade, compondo um seleto grupo de 317 empresas em todo o mundo. No Brasil, apenas quatro empresas estão listadas para o ano de 2004. O levantamento envolveu mais de 2.500 empresas de 60 ramos industriais de 34 países. Além da permanência no índice, a CEMIG foi classificada no grupo das segundas empresas de energia elétrica do mundo, sendo a única do setor da América Latina.

Sistema de Gestão Ambiental

Prosseguindo na implantação do Sistema de Gestão Ambiental, três certificações foram recomendadas pela Det Norske Veritas:

- Operação do sistema elétrico (com duas certificações)
- Manutenção e operação de subestações.

A usina hidrelétrica de Nova Ponte renovou seu certificado, obtendo reconhecimento internacional pela preservação nas suas instalações, no reservatório e na Reserva Ambiental de Galheiro.

Licenciamento Ambiental

As usinas em construção – Queimado, Pai Joaquim e térmica Barreiro – obtiveram o licenciamento ambiental para operação, o que também ocorreu com várias subestações, linhas de transmissão e redes de distribuição de gás.

Gestão de materiais

Todo material descartado durante o processo de produção, transmissão e distribuição da energia recebe atenção especial e tem destinação adequada. Dentro dessa política, a CEMIG enviou para reciclagem e destruição, em 2003, cerca de 280 mil lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública. Cerca de 360 mil litros de óleo isolante retirado dos transformadores fora de operação foram reutilizados em outros equipamentos.

A coleta seletiva no edifício-sede encaminhou à Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte, 37 toneladas de papel, 20 toneladas de plástico, além de metais e vidro.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Projetos e Pesquisas dos recursos naturais

Os recursos naturais do estado, a fauna terrestre e aquática foram objeto de pesquisas que contaram com a parceria de universidades e diversas entidades. Importantes projetos tiveram continuidade e significativos progressos, como o Projeto de Monitoramento do Lobo-guará, agora estendido para a Estação Ambiental de Galheiro.

Em parceria com a Universidade Federal de Lavras, foi inaugurado o Centro de Excelência em Matas Ciliares. Toda a tecnologia gerada com esse projeto passou a ser compartilhada com a sociedade.

A ictiofauna e seu habitat ganharam programas de Pesquisa e Desenvolvimento com investigações em sete linhas, envolvendo a qualidade da água, mecanismos de transposição de peixes, a relação das espécies com a operação dos reservatórios entre outras.

Fauna, Flora e Monitoramento da Qualidade da Água

Ações efetivas para a preservação de toda forma de vida existente nas matas, rios, e centros urbanos das comunidades em que a CEMIG atua marcaram o ano de 2003. Mais de 2,4 milhões de alevinos foram soltos em rios e nos reservatórios das usinas, onde contam com água da melhor qualidade para se desenvolver, pois também a água é monitorada em 33 reservatórios.

Para minimizar o impacto à ictiofauna, destaca-se o comissionamento ambiental da usina hidrelétrica de Funil, associado ao sistema de transposição de peixes tipo elevador.

Os viveiros florestais de Volta Grande e Itutinga e os Laboratórios de Sementes produziram 405 mil mudas, e 511 quilos de sementes foram coletados. As árvores das matas ficaram mais protegidas com a Campanha de Prevenção e Controle de Queimadas. Na cidade, as espécies urbanas recebem tratamento e poda adequados, através da parceria com as prefeituras.

As Estações Ambientais de Peti, Galheiro, Igarapé e Itutinga, receberam e trataram cerca de 445 animais, dos quais a metade já retornou ao seu habitat. A outra metade encontra-se ainda em tratamento.

Peti comemorou 20 anos de atividades em prol da pesquisa ambiental, criação e soltura de animais e, muito particularmente, da educação ambiental de estudantes, portadores de necessidades especiais e grupos de terceira idade.

Voluntariado

O trabalho voluntário dos empregados, atuando nas áreas de educação, cultura, saúde e ação comunitária concentraram-se no Projeto Asin – Ações Sociais Integradas. Diretoria, superintendentes, gerentes, empregados, aposentados e familiares participam das atividades - que são avaliadas, coordenadas e orientadas – formando uma bem-sucedida rede de responsabilidade social.

Atualmente, são mais de mil empregados voluntários, que vêm beneficiando 25 mil pessoas entre crianças, adolescentes e idosos.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A educação tem foco prioritário, considerando seu poder transformador e sua importância na construção de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, as atividades do Asin permitem reduzir o índice de analfabetismo de jovens e adultos, melhorar a qualidade de vida de alunos, com a reforma de ambientes escolares e exames oftalmológicos, formação de bibliotecas, e diversas realizações de cursos profissionalizantes.

O projeto Al6%, em parceria com a Associação Intergoerencial da CEMIG, arrecadou R\$ 100 mil entre os empregados, que doaram 6% do seu imposto de renda devido para o Fundo da Infância e da Adolescência.

Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela CEMIG em 2003, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

- Prêmio Procel: Pela quarta vez, a CEMIG ganha o Prêmio Nacional de Conservação e Uso racional de Energia Elétrica, categoria Empresas do Setor Energético, concedido pelo Ministério das Minas e Energia.
- Selo de Empresa Cidadã: Conquistado em Uberlândia pelo Projeto de Educação Ambiental nas Escolas "Terra da Gente". Concedido pela Câmara municipal e Câmara de Dirigentes Logistas.
- Prêmio Mineiro da Qualidade: vencedora na categoria Prata. Instituído pelo governo do Estado, promove a integração entre os setores público e privado, compartilhando experiência na gestão pela qualidade.
- Prêmio Minas Ecologia: Categoria Solo, com o Projeto Recuperação da Nascente do Córrego Pedra Branca, concedido pela Associação Mineira de defesa do meio Ambiente e do Centro Universitário Newton Paiva
- Ouro Azul: outro prêmio conquistado pelo Projeto de Recuperação da Nascente do Córrego Pedra Branca.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO SOCIAL DA CONTROLADORA

1) Base de Cálculo	2003			2002		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			5.239.039			4.881.966
Resultado Operacional (RO)			1.194.070			504.980
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			638.460			559.219
2) Indicadores Sociais Internos	Valor			Valor		
	(Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	(Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	30.938	4,85	0,59	26.769	4,79	0,55
Encargos sociais compulsórios	171.502	26,86	3,27	149.496	26,73	3,06
Previdência privada	74.338	11,64	1,42	145.473	26,01	2,98
Saúde	21.168	3,32	0,40	16.563	2,96	0,34
Segurança e medicina no trabalho	3.027	0,47	0,06	2.296	0,41	0,05
Educação	615	0,10	0,01	673	0,12	0,01
Cultura	-	-	-	63	0,01	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	8.465	1,33	0,16	8.314	1,49	0,17
Creches ou auxílio-creche	1.419	0,22	0,03	1.323	0,24	0,03
Participação nos lucros ou resultados	92.302	14,46	1,76	38.184	6,83	0,78
Outros	15.351	2,40	0,30	12.627	2,26	0,26
Total - Indicadores Sociais Internos	419.125	65,65	8,00	401.781	71,85	8,23
3) Indicadores Sociais Externos	Valor			Valor		
	(Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	(Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	358	0,03	0,01	10	-	-
Cultura	6.230	0,52	0,12	4.228	0,84	0,09
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	17.102	1,43	0,32	14.210	2,81	0,29
Total das Contribuições para a Sociedade	23.690	1,98	0,45	18.448	3,65	0,38
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.440.972	288,17	65,68	2.319.660	459,36	47,51
Total - Indicadores Sociais Externos	3.464.662	290,15	66,13	2.338.108	463,01	47,89
4) Indicadores Ambientais						
Relacionados com a operação da empresa	42.000	3,52	0,80	26.000	5,15	0,53
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	42.000	3,52	0,80	26.000	5,15	0,53

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

5) Indicadores do Corpo Funcional

Nº de empregados ao final do período	11.302	11.468
Nº de admissões durante o período	29	474
Nº de estagiários	408	509
Escolaridade dos empregados		
- Superior e extensão universitária	2.745	2.672
- 2º Grau	6.387	6.222
- 1º Grau	1.659	2.029
- Até 1º Grau incompleto	511	545
Nº de empregados acima de 45 anos	2.980	2.488
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.514	1.527
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	4,48%	3,6%
Nº de negros que trabalham na empresa	3.496	3.531
% de cargos de chefia ocupados por negros	9,61%	9,4%

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A CEMIG EM NÚMEROS

(dados consolidados, exceto se indicado de outra forma)

Descrições	2003	2002	Δ%
Atendimento			
Número de consumidores	5.744.206	5.591.492	2,73
Número de empregados	11.302	11.468	(1,45)
Número de consumidores por empregado	506	496	2,02
Número de localidades atendidas	5.415	5.415	-
Número de municípios atendidos	774	774	-
Mercado			
Área de concessão (Km ²)	562.478	562.762	0,80
Geração própria (GWh)	27.025	21.608	25,07
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.380	1.378	0,15
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)			
Residencial	356,95	281,60	26,76
Comercial	305,89	241,00	26,93
Industrial	132,39	100,05	32,32
Rural	186,42	148,00	26,96
DEC (horas)	10,40	13,01	(17,44)
FEC (número de interrupções)	6,40	7,34	(12,81)
Tempo médio de atendimento de reclamações de interrupção	4,38	4,66	(6,00)
Operacionais			
Número de Usinas em Operação	48	46	4,35
Número de Subestações	427	424	0,71
Linhas de Transmissão (Km)	4.853	4.872	
Linhas de Subtransmissão (Km)	16.185	16.249	
Linhas de Distribuição (Km)			
Urbana	82.867	55.718	48,73
Rural	276.437	274.841	0,59
Capacidade Instalada (MW)	5.771	5.704	1,17

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Financeiros

Receita operacional – R\$ milhões	7.968	6.752	18,01
Receita operacional líquida - R\$ milhões	5.623	5.119	9,81
Margem operacional líquida - %	21,81	(16,73)	-
EBTIDA OU LAJIDA - R\$ milhões	1.796	1.076	46,84
Lucro líquido (Prejuízo) - R\$ milhões	1.198	(1.002)	-
Lucro líquido (Prejuízo) por lote de 1000 ações (Controladora)	7,39	(6,18)	-
Patrimônio líquido - R\$ milhões	6.559	5.681	13,91
Valor patrimonial por lote de mil ações (Controladora)	40,45	35,03	16,73
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	18,63	(14,51)	-
Endividamento do patrimônio líquido - %	126,26	142,65	(9,28)
Liquidez Corrente	0,69	0,61	18,03
Liquidez Geral	0,74	0,65	12,31

AGRADECIMENTOS

A Administração da CEMIG é grata ao Governador do Estado, Dr. Aécio Neves da Cunha, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades Federais, Estaduais e Municipais, às comunidades servidas pela CEMIG, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS Data-Base - 31/12/2003

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ou “Controladora”, sociedade de capital aberto, certificado GEMEC/RCA-200-75/109, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, é concessionária do serviço público de energia elétrica e seu acionista controlador é o Estado de Minas Gerais. Seus principais objetivos sociais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG tem como área de concessão 562.478 km², aproximadamente 97% do território de Minas Gerais, atendendo aproximadamente 5.744 mil consumidores em 31 de dezembro de 2003 (em 2002 – 5.591 mil). O grupo CEMIG possui 48 usinas, sendo 44 hidrelétricas, 3 termelétricas e 1 eólica e capacidade instalada de 5.771 MW (em 2002 - 5.704 MW).

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 31 de dezembro de 2003:

- Sá Carvalho S.A. (participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (participação de 95,19%) – seus principais objetivos sociais são: aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu estatuto social também permite a execução das atividades de exploração, produção e armazenamento de gás natural. Estas atividades, entretanto, não estão sendo desenvolvidas;
- Empresa de Infovias S.A. (“Infovias”) (participação de 99,93%) – seus principais objetivos sociais são: prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços). A Infovias detém uma participação de 64,91% no capital da Way TV Belo Horizonte S.A., que atua na exploração de serviços de televisão a cabo e Internet em determinadas cidades do Estado de Minas Gerais;
- Efficientia S.A. (participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são a prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia. A Efficientia S.A. entrou em operação no 1º trimestre de 2003;

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Horizontes Energia S.A. (participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina. A Horizontes Energia S.A. entrou em operação no 1º trimestre de 2003.

A CEMIG possui participação de 100,00% no capital das empresas relacionadas abaixo, ainda em fase pré-operacional em 31 de dezembro de 2003:

- Cemig PCH S.A., Cemig Capim Branco Energia S.A. e UTE Barreiro S.A. – Estas empresas têm por objetivos sociais a produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente.
- Cemig Trading S.A. – Seu principal objetivo social é a comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia.

Adicionalmente, a CEMIG possui participação minoritária de 48,50% no capital das empresas Central Termelétrica de Cogeração S.A. e Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A., ainda em fase de implantação.

2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1) Apresentação das Demonstrações Financeiras

Foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995 (que eliminou a adoção de qualquer sistema de correção monetária de balanço para fins societários, a partir de 1º de janeiro de 1996); normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente a CEMIG está apresentando, nos Anexos I, II e III, as demonstrações do fluxo de caixa, do valor adicionado e do resultado segregado por atividade, respectivamente.

As controladas seguem práticas contábeis compatíveis com às da CEMIG.

2.2) Principais Práticas Contábeis

(a) Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico

Despesas de Administração - São apropriadas mensalmente ao custo do imobilizado em curso, mediante rateio limitado a 10% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Atividades da Controladora não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica - Referem-se basicamente aos consórcios para produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, estando registrada a quota-parte da CEMIG no Grupo de Investimentos, conforme Nota Explicativa nº 16. Os saldos de ativo, passivo, receitas e despesas referentes às operações mencionadas são controlados mensalmente através de registros e demonstrações financeiras específicas elaboradas pelos Consórcios, em atendimento a determinação do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, emitido pela ANEEL.

(b) Práticas Contábeis Gerais

Disponibilidades - Estão demonstradas ao custo. Os rendimentos auferidos até a data do balanço estão classificados como Outros Créditos, no Ativo Circulante, a valores não superiores aos de realização.

Consumidores e Revendedores - O fornecimento de energia elétrica não faturado na data do balanço é contabilizado em regime de competência.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - É constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com consumidores e revendedores. Os critérios para constituição da provisão, conforme definido pela ANEEL, são como segue:(i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais, (ii) para os demais consumidores, são provisionados os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

Almoxarifado - É avaliado ao custo médio de aquisição, sendo que os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Permanente, não sendo depreciados.

Despesas Antecipadas – CVA - A partir de 26 de outubro de 2001, as diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados "Parcela A") utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensadas nos reajustes tarifários futuros, sendo registradas no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, como despesas antecipadas. Após o reajuste tarifário devido, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado através de amortização linear.

Investimentos - As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as demais participações societárias permanentes avaliadas pelo custo de aquisição. Os demais Investimentos são avaliados pelo custo de aquisição ou formação, reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Imobilizado - Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação e aqueles adquiridos ou formados até 31 de dezembro de 1995 foram corrigidos monetariamente até aquela data. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários incorridos relativos a financiamentos obtidos de terceiros, vinculados às Obras em Andamento, são apropriados às Imobilizações em Curso, durante o período de construção.

Depreciação e Amortização - São calculadas sobre o saldo das Imobilizações em Serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Obrigações Especiais - São avaliadas pelo valor recebido de clientes. Parcela do saldo formada até 31 de dezembro de 1995 foi corrigida monetariamente até aquela data. As obrigações especiais não são depreciadas ou amortizadas, sendo apresentadas no Balanço Patrimonial como redutoras do Ativo Imobilizado.

Demais Ativos e Passivos - Os sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados na data do balanço. Os demais são apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Obrigações Pós-Emprego - Até 31 de dezembro de 2000, os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego eram reconhecidos na data do efetivo pagamento. Em 1º de janeiro de 2001, em atendimento a Deliberação CVM n.º 371/00, foram reconhecidas as obrigações relacionadas à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego, registradas com base em cálculos atuariais, utilizando o Método da Unidade de Crédito Projetada para determinação do valor presente das obrigações.

Imposto de Renda e Contribuição Social - São provisionados ou constituídos créditos sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, sendo seu efeito lançado no resultado do exercício.

Resultado - É apurado pelo regime contábil de competência de exercício.

Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - É calculado com base no número de ações, excluídas as Ações em Tesouraria, na data do balanço.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Uso de estimativas - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da CEMIG se baseie em estimativas para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da CEMIG e Controladas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa de Racionamento, do Acordo Geral do Setor Elétrico, Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Despesas Antecipadas – CVA, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Créditos Tributários, Obrigações Pós-Emprego, Provisões para Contingências e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

3) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas e procedimentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e incluem as demonstrações financeiras das empresas controladas mencionadas na Nota Explicativa nº 1.

Na consolidação foram eliminadas as participações da Controladora nos patrimônios líquidos das empresas investidas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa às participações minoritárias no patrimônio líquido de controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4) – DAS CONCESSÕES

A CEMIG e suas controladas detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões:

	Localização	Informações não auditadas	Data da Concessão	Data de Vencimento
		Capacidade Instalada (MW)	ou Autorização	
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas -				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710,000	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	1.192,000	07/1975	07/2005
Nova Ponte	Rio Araguari	510,000	07/1975	07/2005
Jaguara	Rio Grande	424,000	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	408,000	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396,000	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380,000	02/1967	02/2017
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102,000	10/1963	07/2015
Funil	Rio Grande	88,200	12/2000	12/2035
Itutinga	Rio Grande	52,000	01/1953	07/2015
Camargos	Rio Grande	46,000	08/1958	07/2015
Porto Estrela	Rio Santo Antônio	37,334	07/1997	07/2032
Igarapava	Rio Grande	30,450	05/1995	05/2025
Piau	Rio Piau / Pinho	18,012	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	14,000	09/1953	07/2015
Outras	Diversas	100,444	Diversas	Diversas
		5.508,440		
Usina Eólica -				
Morro do Camelinho	Gouveia - MG	1,000	03/1999	-
Usinas Termelétricas -				
Igarapé	Juatuba - MG	131,000	08/1974	08/2004
Formoso	Formoso - MG	0,440	04/1999	-
		131,440		
Total Geração CEMIG		5.640,880		

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Localização	Informações não auditadas	Data da Concessão	Data de Vencimento
		Capacidade Instalada (MW)	ou Autorização	
Controladas -				
Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho	Rio Piracicaba	78,000	12/1994	12/2024
Usina Termelétrica de Ipatinga	Ipatinga - MG	40,000	11/2000	12/2014
PCH Salto do Voltão	Rio Chapecozinho	6,760	10/2000	10/2030
PCH Salto do Paraopeba	Rio Paraopeba	2,366	10/2000	10/2030
PCH Machado Mineiro	Rio Pardo	1,720	05/2000	07/2025
PCH Salto do Passo Velho	Rio Chapecozinho	1,660	10/2000	10/2030
		<u>130,506</u>		
Total Geração				
Consolidado		<u>5.771,386</u>		
Projetos em Andamento – Usinas Hidrelétricas -				
Irapé	Rio Jequitinhonha	360,000	02/2000	02/2035
Aimorés	Rio Doce	161,700	12/2000	12/2035
Queimado	Rio Preto	86,625	12/1997	12/2032
Pai Joaquim	Rio Araguari	23,000	04/2002	04/2032
Capim Branco I	Rio Araguari	50,526	08/2001	08/2036
Capim Branco II	Rio Araguari	44,210	08/2001	08/2036
		<u>726,061</u>		
Usina Termelétrica -				
UTE Barreiro	Belo Horizonte	12,900	01/2002	04/2023
DISTRIBUIÇÃO				
Norte	-	-	04/1997	02/2016
Sul	-	-	04/1997	02/2016
Leste	-	-	04/1997	02/2016
Oeste	-	-	04/1997	02/2016
TRANSMISSÃO				
Rede Básica	Minas Gerais	-	07/1997	07/2015
Sub-Estação – SE Itajubá - 3	Minas Gerais	-	10/2000	10/2030

As capacidades instaladas das usinas de Igarapava, Porto Estrela e Funil, demonstradas anteriormente, referem-se às participações da CEMIG de 14,50%, 33,33% e 49,00%, respectivamente, na energia gerada pelos empreendimentos em parceria com a iniciativa privada.

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os projetos em andamento referentes às usinas de Aimorés, Queimado e Capim Branco estão sendo realizados em parceria com a iniciativa privada, sendo as participações da CEMIG de 49,00%, 82,50% e 21,05% respectivamente. As capacidades instaladas demonstradas referem-se à participação da CEMIG na energia a ser gerada pelos empreendimentos. Os projetos em andamento referentes às Usinas de Irapé e Pai Joaquim estão sendo integralmente custeados pela CEMIG.

A CEMIG requereu junto à ANEEL, em 11 de fevereiro de 2004, a prorrogação por vinte anos do prazo da concessão para geração de energia elétrica na Usina Térmica Igarapé. A ANEEL ainda não se pronunciou sobre esta prorrogação.

5) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Contas Bancárias	128.333	20.162	124.164	18.280
Aplicações Financeiras				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	200.111	27.458	153.170	4.000
Fundos de Investimento	9.798	8.620	9.798	-
Operações Compromissadas	102.239	66.735	79.258	28.023
	312.148	102.813	242.226	32.023
	440.481	122.975	366.390	50.303

As aplicações financeiras da CEMIG e suas controladas referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários indexados à variação da taxa do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

As aplicações financeiras da CEMIG e suas controladas com operações compromissadas com outros títulos, em 31 de dezembro de 2003, estão demonstradas a seguir:

- I. Operações compromissadas da CEMIG com debêntures emitidas por terceiros (instituição financeira), nos montantes de R\$33.000, com cláusula de garantia de recompra imediata do banco custodiante, a critério da CEMIG e remuneradas pela variação da taxa de negociação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário. A CEMIG possui a opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidade ou perda de rentabilidade.
- II. Operações compromissadas da CEMIG e suas controladas com swap de taxas, nos montantes de R\$46.258 e R\$22.981 respectivamente, através do repasse de títulos públicos ou privados de emissão de terceiros, com o compromisso de recompra dos mesmos e remuneração baseada no CDI. A CEMIG e as controladas possuem a opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidade ou perda de rentabilidade.

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6) - CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Consolidado							
	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Residencial	254.988	200.401	129.795	103.410	28.611	13.531	413.394	317.342
Industrial	200.602	175.393	58.539	103.466	95.131	20.025	354.272	298.884
Comércio, Serviços e Outras	121.599	77.227	57.811	41.116	24.244	11.168	203.654	129.511
Rural	32.801	22.462	17.077	12.352	6.310	3.507	56.188	38.321
Poder Público	15.081	13.376	28.693	15.806	21.947	9.766	65.721	38.948
Iluminação Pública	12.658	12.706	29.890	16.349	12.815	16.471	55.363	45.526
Serviço Público	9.865	18.730	1.395	41.861	867	6.178	12.127	66.769
Subtotal - Consumidores	647.594	520.295	323.200	334.360	189.925	80.646	1.160.719	935.301
Suprimento a Outras								
Concessionárias	4.519	6.056	-	-	-	-	4.519	6.056
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(106.628)	(58.936)	(106.628)	(58.936)
	652.113	526.351	323.200	334.360	83.297	21.710	1.058.610	882.421

Classe de Consumidor	Controladora							
	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Residencial	251.883	197.521	129.795	103.410	27.489	12.762	409.167	313.693
Industrial	196.559	144.759	58.539	103.466	92.647	20.025	347.745	268.250
Comércio, Serviços e Outras	99.971	70.951	57.811	41.116	24.244	10.979	182.026	123.046
Rural	32.801	22.462	17.077	12.352	6.310	3.507	56.188	38.321
Poder Público	15.081	13.376	28.693	15.806	21.947	9.766	65.721	38.948
Iluminação Pública	12.658	12.706	29.890	16.349	12.815	16.471	55.363	45.526
Serviço Público	9.865	18.730	1.395	41.861	867	6.178	12.127	66.769
Subtotal - Consumidores	618.818	480.505	323.200	334.360	186.319	79.688	1.128.337	894.553
Suprimento a Outras								
Concessionárias	4.519	6.056	-	-	-	-	4.519	6.056
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(103.022)	(57.978)	(103.022)	(57.978)
	623.337	486.561	323.200	334.360	83.297	21.710	1.029.834	842.631

Encontra-se registrado no Ativo Realizável a Longo Prazo créditos a receber de consumidores, líquido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$90.614, com a seguinte composição:

- R\$61.550 referentes a valores a receber, em atraso, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, empresa controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. As negociações para recebimento dos valores estão em andamento e com previsão para serem concluídas no 2º trimestre de 2004. Os valores foram apropriados no longo prazo conforme estimativas da Companhia e não são esperadas perdas na realização deste ativo.

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- R\$29.064 referentes valores a receber da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH, advindos substancialmente de fornecimento de energia elétrica para iluminação pública, cujos pagamentos se encontravam em atraso. Os débitos da PBH foram renegociados para pagamento em 80 meses, até março de 2010, e são atualizados em conformidade aos reajustes tarifários da CEMIG.

A composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Residencial	33.493	15.348	32.371	14.579
Industrial	39.218	27.058	36.734	27.058
Comércio, Serviços e Outras	16.146	8.793	16.146	8.604
Rural	3.326	1.542	3.326	1.542
Poder Público	9.863	1.825	9.863	1.825
Iluminação Pública	6.347	4.077	6.347	4.077
Serviço Público	1.400	293	1.400	293
	<u>109.793</u>	<u>58.936</u>	<u>106.187</u>	<u>57.978</u>
Curto Prazo	106.628	58.936	103.022	57.978
Longo Prazo	3.165	-	3.165	-

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2003 é como segue:

	Consolidado	Controladora
	2003	2003
Saldo em 31 de dezembro de 2002	58.936	57.978
Baixa de contas a receber em 2003	(9.069)	(9.069)
Constituição de provisão em 2003	59.926	57.278
Saldo em 31 de dezembro de 2003	<u>109.793</u>	<u>106.187</u>

7) – CONSUMIDORES - RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado “Acordo Geral do Setor Elétrico”, que define os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária (“RTE”), estendida para compensação da variação dos custos não gerenciáveis da Parcela “A” no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e a Resolução nº 91 da GCE, de 21 de dezembro de 2001, estabeleceram os procedimentos para implementação da RTE, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia especificados na Resolução.
- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE mencionada está sendo utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração deste valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores, as quais não se espera serem relevantes, e o ICMS.
- Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh ("energia livre"). Como a CEMIG é apenas uma repassadora às geradoras dos valores recebidos, foram incluídos neste saldo os tributos e outros encargos regulatórios incidentes sobre a receita. Quando do repasse às geradoras, são deduzidos os impostos e encargos regulatórios mencionados. Estes valores estão sujeitos a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movido por agentes do mercado, entre os quais a CEMIG, relativos à interpretação das regras de mercado em vigor.

Conforme Resolução Normativa nº 1 da ANEEL, de 12 de janeiro de 2004, a RTE da CEMIG teve seu prazo de duração máximo alterado de 82 para 74 meses, passando a vigorar no período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2008. A CEMIG elaborou estudo para verificar se o prazo estipulado de 74 meses seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Na elaboração deste estudo foram consideradas determinadas premissas, sendo as mais relevantes àquelas referentes às projeções de reajustes tarifários, taxas de inflação, SELIC e crescimento do mercado de energia. Com base no estudo, foi estimada em R\$59.185 a provisão para perdas da Companhia na realização dos valores da RTE em 31 de dezembro de 2003. Conseqüentemente, ocorreu uma reversão de R\$118.442 da provisão para perdas originalmente constituída em 31 de dezembro de 2002, que à época era de R\$177.627.

Considerando que as premissas utilizadas nesse estudo poderão sofrer alterações ao longo do prazo de recuperação, a Administração revisará periodicamente essas projeções e, conseqüentemente, a provisão constituída.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A recuperação dos créditos através da RTE, conforme Resolução nº 89 da ANEEL, de 25 de fevereiro de 2003, foi efetuada da seguinte forma: (i) em 2002, 100,00% dos valores arrecadados de RTE foram utilizados para recuperação dos créditos referentes às perdas com faturamento; (ii) de janeiro de 2003 a janeiro de 2004, os créditos referentes às perdas com faturamento e energia livre foram recuperados simultaneamente, na proporção de 69,22% e 30,78%, respectivamente.

A partir de fevereiro de 2004, conforme Resolução Normativa nº 45, de 3 de março de 2004, foi alterada a proporção de recuperação dos créditos referentes às perdas com faturamento e energia livre, mencionada no parágrafo anterior, para 64,29% e 35,71% respectivamente.

Os créditos da RTE referentes às perdas de faturamento estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

Dos créditos da RTE referentes à energia livre, 82,00% estão sendo atualizados pela variação da SELIC e 18,00% não estão sendo atualizados. Os valores não atualizados correspondem, segundo estimativas da CEMIG, aos montantes não pagos no âmbito do MAE em função das diversas ações judiciais movidas pelas companhias geradoras e distribuidoras de energia elétrica. Desta forma, estes valores somente serão atualizados após a liquidação definitiva no MAE, quando da resolução das controvérsias judiciais acima referidas.

Os valores homologados referentes à energia livre foram retificados pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, passando, em valores históricos e sem a inclusão dos impostos incidentes sobre a receita, de R\$362.851 para R\$419.229. Os novos valores homologados já se encontravam substancialmente registrados, não ocorrendo impacto relevante nas demonstrações financeiras da CEMIG em função da alteração mencionada.

O ICMS incidente sobre a RTE, correspondente às receitas a serem faturadas, o qual é estimado em R\$286.436 (R\$270.940 em 31 de dezembro de 2002), somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. A CEMIG, neste sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Receita Estadual e, portanto, não efetuou o registro antecipado da referida obrigação.

b) Parcela "A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, definiu que os valores das variações nos itens não gerenciáveis da Parcela "A" deixariam de ser incluídos no prazo limite de vigência da RTE, sendo que sua recuperação será iniciada imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela "A".

Os créditos da Parcela "A" estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Composição dos saldos da RTE e Parcela "A"

Os valores a serem recebidos referentes à RTE e Parcela "A", registrados no Ativo, são como segue:

	Consolidado e Controladora			
	2003			2002
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	Total
Recomposição das perdas com faturamento	876.847	315.037	1.191.884	1.023.379
Valores arrecadados	(411.198)	-	(411.198)	(218.168)
	465.649	315.037	780.686	805.211
Reembolso dos gastos com energia livre dos geradores	442.717	58.958	501.675	456.176
Valores arrecadados	(77.434)	-	(77.434)	-
	365.283	58.958	424.241	456.176
(-) Provisão para Perdas na Realização dos itens da RTE	(59.185)	-	(59.185)	(177.627)
Total da RTE	771.747	373.995	1.145.742	1.083.760
Compensação dos itens da Parcela "A"	245.299	153.133	398.432	323.380
Total da RTE e da Parcela "A"	1.017.046	527.128	1.544.174	1.407.140
Curto Prazo			278.864	257.577
Longo Prazo			1.265.310	1.149.563

Os valores da RTE a serem repassados aos geradores referentes à energia livre, registrados no Passivo, na conta de Fornecedores, são como segue:

	Consolidado e Controladora			
	2003			2002
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	Total
Valores a serem repassados aos geradores	419.229	56.069	475.298	418.269
(-) Repasses realizados	(63.057)	-	(63.057)	-
	356.172	56.069	412.241	418.269
Passivo Circulante			87.685	83.974
Exigível a Longo Prazo			324.556	334.295

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Curto Prazo				
ICMS a Recuperar	25.789	17.978	21.373	15.239
Imposto de Renda	63.972	2.842	61.927	-
Contribuição Social	8.732	-	8.309	-
Outros	9.336	502	9.124	337
	<u>107.829</u>	<u>21.322</u>	<u>100.733</u>	<u>15.576</u>
Longo Prazo				
ICMS a Recuperar	95.845	81.583	85.005	68.431
ICMS a Recuperar – Em discussão com o Governo do Estado de Minas Gerais	20.088	18.843	20.088	18.843
	<u>115.933</u>	<u>100.426</u>	<u>105.093</u>	<u>87.274</u>
	<u>223.762</u>	<u>121.748</u>	<u>205.826</u>	<u>102.850</u>

Os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se basicamente a valores apurados na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ de exercícios anteriores, que poderão ser compensados durante o exercício de 2004.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, estão sendo compensados em 48 meses, conforme Lei Complementar 102/00. Adicionalmente, encontra-se registrado o montante de R\$20.088 (R\$18.843 em 2002), referente a créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens utilizados na atividade da Controladora, cuja compensação está sendo discutida judicialmente com o Governo do Estado de Minas Gerais.

9) – DESPESAS ANTECIPADAS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA, refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da CEMIG, utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes.

Excepcionalmente, o Governo Federal, através da Portaria Interministerial nº 116, de 4 de abril de 2003, postergou por 12 meses a compensação das variações da CVA apuradas de 10 de março de 2002 a 9 de março de 2003, que deveriam ser compensadas a partir do reajuste tarifário de 8 de abril de 2003.

Adicionalmente, ficou estabelecido naquela Portaria que o saldo da CVA, cuja compensação foi adiada, será compensado nas tarifas de fornecimento de energia elétrica pelo prazo de 24 meses, contados a partir do reajuste a ser aplicado sobre as tarifas em 8 de abril de 2004.

A Portaria Interministerial mencionada incluiu na CVA, a partir de 10 de fevereiro de 2003, a Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

00245-3 CIA ENER G MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição dos saldos registrados é como segue:

	Consolidado e Controladora			
	2003			2002
	CVA diferida em 24 meses de 10/03/2002 a 09/03/2003	CVA de 10/03/2003 a 31/12/2003	Total	Total
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	71.609	134.132	205.741	119.589
Tarifa de compra de energia elétrica de Itaipu	347.134	(90.151)	256.983	323.860
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	3.414	7.914	11.328	2.985
Quota para a Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	(108.971)	(23.049)	(132.020)	(78.203)
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica	63.773	106.165	169.938	51.610
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	47.562	47.562	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	1.482	59.705	61.187	1.200
	<u>378.441</u>	<u>242.278</u>	<u>620.719</u>	<u>421.041</u>
Curto Prazo			315.234	225.833
Longo Prazo			<u>305.485</u>	<u>195.208</u>

Os valores demonstrados na tabela acima são atualizados pela variação da SELIC entre a data do pagamento da despesa e a sua efetiva compensação no reajuste tarifário.

Os valores a serem compensados registrados no curto prazo referem-se às variações nos custos não controláveis que serão compensadas a partir do reajuste tarifário de 8 de abril de 2004, de acordo com as estimativas da Administração.

A revisão pelo MAE de determinadas premissas utilizadas para elaboração dos valores divulgados e processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado relativos a interpretação das regras em vigor, poderá implicar em alterações nos montantes registrados referentes ao Encargo de Serviço do Sistema.

10) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES NO MAE

a) Obrigações e direitos decorrentes das transações no âmbito do MAE

Conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico, a diferença entre os montantes pagos pelos geradores e distribuidores nas transações com energia no Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh, deverá ser ressarcido através dos montantes arrecadados por meio da RTE.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica deveriam fazer a arrecadação e repasse dos valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidores com valores a receber, entre os quais está incluída a CEMIG, a partir de março de 2003.

Os créditos da RTE destinados a reembolsar os valores pagos ao MAE a serem repassados pelas outras distribuidoras à CEMIG, relativos ao período de março a dezembro de 2003, correspondem a R\$80.120, tendo sido recebidos R\$25.998 no período findo em 31 de dezembro de 2003. A diferença verificada decorre do fato de que algumas distribuidoras não estão repassando à CEMIG os valores da RTE por interpretarem, com base no Art.9º da Resolução ANEEL nº 36 e Nota Técnica ANEEL nº 004/2003, que a CEMIG, por estar questionando judicialmente a metodologia de cálculo de suas obrigações no MAE, mencionadas no item "b" desta nota, estaria também questionando o Acordo Geral do Setor Elétrico. Por este motivo, as distribuidoras estariam impedidas de efetuar o referido repasse para a CEMIG.

Entretanto, a CEMIG considera que a liminar judicial obtida em dezembro de 2002, contestando a metodologia utilizada pelo MAE na definição dos direitos e obrigações da CEMIG, não infringe o Acordo Geral do Setor Elétrico. Desta forma, a CEMIG está questionando judicialmente a validade das restrições constantes da Resolução ANEEL nº 36 e Nota Técnica nº 004/2003, buscando eliminar qualquer sanção ou restrição ao recebimento dos valores pela CEMIG.

Conforme determinação da ANEEL constante da Resolução nº 36, as Distribuidoras que não estão repassando os valores recolhidos através da RTE devem provisionar os montantes recebidos, de forma a repassá-los imediatamente após a extinção das respectivas restrições judiciais.

Os montantes a serem recebidos das concessionárias de distribuição encontram-se registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo – Revendedores – Transações no MAE.

Das obrigações e direitos da CEMIG no âmbito do MAE, 82,00% estão sendo atualizados pela variação da SELIC e 18,00% não estão sendo atualizados. Os valores não atualizados correspondem, segundo estimativas da CEMIG, aos montantes não pagos no âmbito do MAE em função das diversas ações judiciais movidas pelas companhias geradoras e distribuidoras. Desta forma, estes valores somente serão atualizados após a liquidação definitiva no MAE, quando da resolução das controvérsias judiciais.

As obrigações e direitos da CEMIG, referentes às transações no âmbito do MAE estão demonstrados abaixo:

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado e Controladora	
	2003	2002
ATIVO		
Circulante		
Revendedores – Transações no MAE	39.037	82.476
Realizável a Longo Prazo		
Revendedores – Transações no MAE	567.062	462.640
	<u>606.099</u>	<u>545.116</u>
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores	143.354	770.578
	<u>143.354</u>	<u>770.578</u>

A conclusão dos processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos a interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito do MAE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados pela CEMIG.

b) Liquidação das obrigações no MAE

Em 18 de fevereiro de 2003, a CEMIG liquidou parte de suas obrigações referentes às transações com energia ocorridas no âmbito do MAE, no montante de R\$335.482, utilizando-se de recursos obtidos junto ao BNDES através de empréstimo.

Parcela adicional, no montante de R\$372.545, foi liquidada em 3 de julho de 2003. Parte do pagamento efetuado foi coberto por empréstimo específico do BNDES, concedido em julho de 2003, no montante de R\$176.483.

Os montantes pagos ao MAE foram calculados em conformidade com a liminar obtida pela CEMIG em 25 de dezembro de 2002, que determinou que a CEMIG, na contabilização dos valores do MAE, fosse tratada como concessionária de distribuição e de geração, contrariando o disposto na Resolução ANEEL nº 447, de 23 de agosto de 2002, onde a CEMIG, para efeito de contabilização e liquidação no MAE, seria considerada apenas como concessionária de distribuição, não considerando a sua condição de geradora.

Os valores devidos ao MAE, apurados em conformidade com a liminar obtida, implicaram em uma redução das obrigações líquidas da CEMIG em aproximadamente R\$142.560. Considerando, entretanto, que a metodologia a ser utilizada para cálculo das obrigações e direitos da CEMIG encontra-se em discussão judicial, a CEMIG optou por manter os valores registrados anteriormente em conformidade com a Resolução ANEEL nº 447. A diferença entre os montantes pagos e os valores provisionados encontra-se registrada no Passivo Circulante, rubrica de Fornecedores.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar - CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um contrato de cessão de créditos, de acordo com a Lei nº 8.724/93, com amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária. O valor da CRC em 02 de maio de 1995, mês da assinatura do contrato, correspondia a R\$602.198, equivalente a 852.851.282,9305 UFIR's.

Desde a assinatura do contrato original, ocorreram os seguintes aditivos:

a) Primeiro Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 24 de janeiro de 2001.

O objetivo deste aditivo foi a substituição do índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, a partir de novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

b) Segundo Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 14 de outubro de 2002.

Refere-se às 149 parcelas do contrato original, com vencimento de 1º de janeiro de 2003 a 1º de maio de 2015, no valor total de R\$1.519.256, a preços de 31 de dezembro de 2003, com juros de 6% ao ano e atualização monetária pela variação do IGP-DI.

Em decorrência da não inclusão, no Segundo Aditivo, de garantias efetivas que assegurem o recebimento dos valores registrados, a CEMIG constituiu uma provisão para perdas, no exercício de 2002, correspondente ao montante integral do aditivo em referência.

Em decorrência da provisão integral para perdas constituída em 1º de abril de 2002, as receitas financeiras com atualização monetária e juros incidentes sobre o Segundo Aditivo, referentes aos períodos de janeiro a dezembro de 2003 e abril a dezembro de 2002, nos montantes de R\$197.988 e R\$275.944, respectivamente, não impactaram os resultados dos exercícios de 2003 e 2002, considerando que foram constituídas provisões para perdas de igual valor. Entretanto, em atendimento à legislação tributária brasileira, a CEMIG reconheceu os tributos federais a pagar incidentes sobre as receitas financeiras mencionadas.

As provisões constituídas são consideradas indedutíveis para efeitos fiscais de acordo com a legislação tributária brasileira.

Parcelas do referido aditivo contratual com vencimento de 1º de janeiro de 2003 a 1º de março de 2004, no montante de R\$226.378, incluindo atualização monetária, juros e multa, não foram liquidadas. A Administração da CEMIG vem mantendo negociações com o Governo do Estado de Minas Gerais visando à regularização deste atraso, dentro das condições previstas contratualmente.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Terceiro Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 24 de outubro de 2002.

As parcelas do contrato original com vencimento de 1º de abril de 1999 a 1º de dezembro de 1999 e de 1º de março de 2000 a 1º de dezembro de 2002, foram repactuadas com o Governo do Estado de Minas Gerais, com juros de 12% a.a. e atualização monetária pela variação do IGP-DI, a serem amortizadas através de 149 parcelas mensais e consecutivas, de janeiro de 2003 a maio de 2015. O valor deste aditivo em 31 de dezembro de 2003 é de R\$891.063, incluindo juros e multa sobre as parcelas em atraso.

Incluiu-se no aditivo contratual a garantia de retenção de dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos pela CEMIG ao Governo do Estado de Minas Gerais, na condição de acionista da Companhia, líquidos de valor a ser destinado à compra de debêntures da CEMIG emitidas em conexão com a construção da usina de Irapé (Vide Nota Explicativa nº 20). Esta garantia permanecerá em vigor mesmo após o vencimento contratado do Terceiro Aditivo, previsto para maio de 2015.

A CEMIG pagou juros sobre capital próprio em dezembro de 2003, sendo que da parcela devida ao Governo do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$50.418, R\$22.500 foram utilizados na compra de debêntures emitidas pela CEMIG para construção da usina de Irapé (vide informações na Nota Explicativa nº 20, item nº 3). O saldo remanescente, de R\$27.918, foi retido e utilizado para quitação das parcelas da CRC vencidas em 1º de janeiro e fevereiro de 2003 e parte da parcela vencida em 1º de março de 2003.

Parte da parcela vencida em 1º de março de 2003 e as parcelas subseqüentes do Terceiro Aditivo Contratual com vencimento até 1º de março de 2004, no montante de R\$147.182, incluindo correção monetária, juros e multa, não foram liquidadas. A Administração da CEMIG vem mantendo negociações junto ao Governo do Estado de Minas Gerais visando a regularização deste atraso.

As projeções de resultado futuro da CEMIG indicam que os dividendos atribuíveis ao Governo do Estado de Minas Gerais serão, no longo prazo, suficientes para assegurar a recuperação integral dos créditos correspondentes ao Terceiro Aditivo contratual, no caso de inadimplência do devedor.

Os eventos futuros que possam impactar o fluxo de dividendos previstos pela CEMIG são permanentemente monitorados pela Administração, no sentido de analisar se a referida garantia é efetiva ou se existirá a necessidade de constituição de provisão para perdas com esse ativo.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Composição do saldo da CRC

Aditivo contratual	Valores a vencer	Valores em atraso	Total	Provisão para perdas	Valor líquido registrado
Segundo Aditivo Contratual em 2003	1.292.878	226.378	1.519.256	(1.519.256)	-
Terceiro Aditivo Contratual em 2003	743.881	147.182	891.063	-	891.063
	<u>2.036.759</u>	<u>373.560</u>	<u>2.410.319</u>	<u>(1.519.256)</u>	<u>891.063</u>

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2003, após a aprovação pela Assembléia de Acionistas. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$71.383 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, dos quais R\$48.883 poderão ser retidos para quitação de parte dos créditos da CRC vencidos.

12) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos Tributários:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Créditos Tributários sobre-				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	132.772	233.724	116.837	213.359
Obrigações Pós-Emprego	45.029	113.081	45.029	113.081
Provisão para Contingências	76.846	66.406	76.846	66.406
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da				
Recomposição Tarifária Extraordinária	20.123	60.393	20.123	60.393
Provisão para Programa de Desligamento Voluntário	9.214	9.214	9.214	9.214
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	36.967	19.750	35.741	19.750
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária				
Extraordinária	42.255	26.214	42.255	26.214
Outros	19.833	12.057	19.741	11.976
	<u>383.039</u>	<u>540.839</u>	<u>365.786</u>	<u>520.393</u>

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 29 de março de 2004, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme Instrução CVM nº 371, publicada em 27 de junho de 2002. Referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 29 de março de 2004.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conforme as estimativas da CEMIG, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2003, conforme estimativa a seguir:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
2004	113.856	113.523
2005	62.896	62.896
2006	23.028	22.449
2007	25.213	23.967
2008	113.420	111.713
2009 a 2010	17.290	13.057
2011 a 2013	27.336	18.181
	<u>383.039</u>	<u>365.786</u>
Curto Prazo	113.856	113.523
Longo Prazo	<u>269.183</u>	<u>252.263</u>

A partir de 2003, a Companhia passou a segregar os Créditos Tributários entre o Ativo Circulante e o Realizável a Longo Prazo. Os saldos registrados em 31 de dezembro de 2002 foram reclassificados para permitir a comparabilidade.

A CEMIG possui, em 31 de dezembro de 2003, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, no montante de R\$8.893 (R\$29.539 em 31 de dezembro de 2002). A Administração acredita que determinadas obrigações, pela sua natureza, serão realizadas em um prazo superior a 10 anos. Para estes casos, o respectivo crédito tributário não foi reconhecido.

A controlada Infovias possui, em 31 de dezembro de 2003, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras no montante de R\$18.642 (R\$7.801 em 31 de dezembro de 2002), em conformidade com a projeção de resultados futuros aprovada pelo Conselho de Administração daquela Sociedade e os termos da Instrução CVM nº 371/2002.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação do benefício (despesa) nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.500.428	(1.162.555)	1.476.734	(1.146.072)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Benefício (Despesa) Nominal	(510.146)	395.269	(502.090)	389.664
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Provisão para perda sobre as Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	(67.316)	(449.231)	(67.316)	(449.231)
Provisão referente à Contribuição Social sobre Correção Monetária Complementar	11.772	8.648	11.772	8.648
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	4.277	(6.959)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(4.384)	(4.828)	(4.384)	(4.828)
Ajuste Alíquota Contribuição Social – MP 66	-	15.019	-	15.019
Créditos Fiscais não Reconhecidos	1.349	(37.340)	20.646	(29.539)
Outros	15.197	1.553	8.003	1.465
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	<u>(553.528)</u>	<u>(70.910)</u>	<u>(529.092)</u>	<u>(75.761)</u>

13) – BÔNUS E CUSTOS DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA A RECEBER

O Governo Federal, através da GCE, definiu metas de consumo de energia elétrica para todos os consumidores das regiões sob o efeito do Programa de Racionamento que vigorou no período de junho de 2001 a fevereiro de 2002. Foram concedidos bônus financeiros aos consumidores residenciais com consumo inferior à meta individual estipulada e, em contrapartida, estabelecidas, para todos os consumidores de energia elétrica, sobretaxas nas tarifas vigentes referentes à parcela do consumo que excedesse às metas fixadas pela GCE. Os saldos referentes às operações mencionadas estão demonstrados a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	2003	2002
Bônus concedidos aos consumidores que tiveram consumo inferior à meta estabelecida pela Câmara de Gestão da Crise	23.449	24.229
Custos de adaptação ao programa de racionamento que excederam a 2,00% da sobretaxa cobrada dos consumidores	9.004	27.854
	<u>32.453</u>	<u>52.083</u>
Curto Prazo – Consumidores e Revendedores	9.004	-
Longo Prazo	<u>23.449</u>	<u>52.083</u>

Em função de liminar judicial em vigor durante determinado período do Programa de Racionamento, a CEMIG foi impedida de cobrar parte da sobretaxa devida pelos consumidores, no montante total de R\$23.449. Em função deste impedimento, a ANEEL não efetuou o pagamento de parcela dos bônus à CEMIG em montante igual à sobretaxa não faturada. Esta questão encontra-se em discussão junto ao Ministério das Minas e Energia visto ser a CEMIG mero agente de execução da política de bônus e sobretaxa determinados pela GCE. A Administração da CEMIG não espera perdas na realização destes valores.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os custos de adaptação excedentes aos 2,00% da sobretaxa estão sendo compensados na tarifa de energia elétrica em vigor desde 8 de abril de 2003.

14) – RECEBÍVEIS DO GOVERNO FEDERAL – PERDA DE RECEITA COM CONSUMIDORES DE BAIXA RENDA

O Governo Federal, através da Eletrobrás, a partir de 2003, está ressarcindo as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas a partir de maio de 2002, em função dos novos critérios adotados para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada nas contas de energia elétrica dos consumidores.

O montante registrado em 31 de dezembro de 2003 refere-se basicamente às perdas de receita no período de agosto a dezembro de 2003, cuja expectativa de pagamento está prevista para 2004.

Conforme Resolução nº 694 da ANEEL, de 26 de dezembro de 2003, os consumidores cadastrados como baixa renda, com consumo entre 80 kWh/mês e 220 kWh/mês, que ainda não comprovaram sua inscrição nos programas sociais do Governo Federal, que representam aproximadamente 520 mil dos 2.330 mil consumidores de baixa renda da CEMIG, tiveram até o dia 29 de fevereiro de 2004 para enviar à CEMIG carta-resposta declarando estarem enquadrados nos critérios estabelecidos para continuarem cadastrados como baixa renda.

Entre os critérios a serem atendidos, os consumidores deverão estar aptos a participar do Programa Bolsa Família do Governo Federal, que exige que a renda familiar per capita não ultrapasse R\$100,00 mensais. Após o envio da declaração, estes consumidores deverão comprovar, até 31 de julho de 2004, sua inscrição no programa Bolsa Família do Governo Federal. Caso não efetuem a comprovação, serão descadastrados como baixa renda, passando a pagar a tarifa normal vigente, sem subsídio.

15) – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A CEMIG possuía Notas do Tesouro Nacional (NTN-A3), adquiridas junto ao Governo do Estado de Minas Gerais em setembro de 1998, com vencimento em 15 de abril de 2024, atualizadas pela variação cambial do Dólar norte-americano e juros de 6,00% ao ano sobre o valor nominal atualizado. Em dezembro de 2003, as NTN's foram alienadas pelo valor de R\$118.994, sendo apurado um ganho de R\$12.783, registrado no resultado do exercício de 2003. Desta forma, foi integralmente revertida, em 2003, a provisão para ajuste a valor de mercado constituída em 31 de dezembro de 2002, no montante de R\$75.039.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Em Sociedades Controladas-				
Infovias	-	-	243.467	205.110
GASMIG	-	-	90.774	84.035
Usina Térmica Ipatinga S.A.	-	-	68.183	76.321
Sá Carvalho S.A.	-	-	102.860	100.119
Horizontes Energia S.A.	-	-	63.913	64.232
Cemig Capim Branco Energia S.A.	-	-	17.037	12.233
Cemig PCH S.A.	-	-	40.468	14.929
UTE Barreiro S.A.	-	-	5.199	4.448
Efficientia S.A.	-	-	1.894	1.435
Cemig Trading S.A.	-	-	10	-
	-	-	633.805	562.862
Em Consórcios	777.733	588.910	760.698	576.674
Ágio na Aquisição de Participação na Infovias	9.510	9.510	9.510	9.510
Em Outros Investimentos	10.563	10.237	6.752	6.426
	<u>797.806</u>	<u>608.657</u>	<u>1.410.765</u>	<u>1.155.472</u>

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	Em 31 de dezembro de 2003			Exercício Findo em 31/12/2003	
	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	Lucro (prejuízo)
Infovias	99,93	291.000	204.017	-	(28.957)
GASMIG	95,19	67.544	95.359	(29.585)	38.781
Usina Térmica Ipatinga S.A.	100,00	64.173	68.183	(1.855)	4.178
Sá Carvalho S.A.	100,00	86.833	102.860	(18.512)	21.254
Horizontes Energia S.A.	100,00	62.872	63.913	-	(345)
Cemig Capim Branco Energia S.A.	100,00	1	17.037	-	-
Cemig PCH S.A.	100,00	1	40.468	-	-
UTE Barreiro S.A.	100,00	1	5.199	-	-
Efficientia S.A.	100,00	10	1.894	-	(1.848)
Cemig Trading S.A.	100,00	10	10	-	-

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Sociedades Controladas	Em 31 de dezembro de 2002			Exercício Findo em 31/12/2002	
	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	Lucro (prejuízo)
Infovias	99,92	266.568	205.268	-	(58.434)
GASMIG	95,17	46.067	88.300	(6.800)	25.379
Usina Térmica Ipatinga S.A.	100,00	74.633	76.321	(1.128)	2.238
Sá Carvalho S.A.	100,00	86.833	100.119	(8.175)	15.883
Horizontes Energia S.A.	100,00	62.872	64.232	-	-
Cemig Capim Branco Energia S.A.	100,00	1	12.233	-	-
Cemig PCH S.A.	100,00	1	14.929	-	-
UTE Barreiro S.A.	100,00	1	4.448	-	-
Efficientia S.A.	100,00	10	1.435	-	-

A movimentação dos investimentos na controladora é a seguinte:

	2002	Equivalência Patrimonial	Aportes de Capital	Dividendos Propostos	Redução de Capital		2003
					Outros		
Infovias	205.110	(28.937)	64.025	-	-	3.269	243.467
GASMIG	84.035	36.918	-	(29.727)	-	(452)	90.774
Usina Térmica Ipatinga S.A.	76.321	4.178	-	(1.855)	(10.460)	(1)	68.183
Sá Carvalho S.A.	100.119	21.254	-	(18.512)	-	(1)	102.860
Horizontes Energia S.A.	64.232	(345)	26	-	-	-	63.913
Cemig Capim Branco Energia S.A.	12.233	-	4.804	-	-	-	17.037
Cemig PCH S.A.	14.929	-	25.539	-	-	-	40.468
UTE Barreiro S.A.	4.448	-	751	-	-	-	5.199
Efficientia S.A.	1.435	(1.848)	2.307	-	-	-	1.894
Cemig Trading S.A.	-	-	10	-	-	-	10
	<u>562.862</u>	<u>31.220</u>	<u>97.462</u>	<u>(50.094)</u>	<u>(10.460)</u>	<u>2.815</u>	<u>633.805</u>

As demonstrações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2003 e 2002 foram examinadas pelos mesmos auditores independentes da controladora e os respectivos pareceres não incluíram ressalvas.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Investimentos na Infovias

Em 31 de dezembro de 2003, a CEMIG possuía adiantamentos para aumento de capital na Infovias, ainda não integralizados, no montante de R\$39.593, classificados no saldo de investimentos.

No exercício de 2002, a CEMIG adquiriu 50,45% das ações ordinárias da Infovias de propriedade da AES Força Empreendimentos Ltda. O valor de aquisição foi definido através do laudo de avaliação elaborado por empresa de assessoria financeira, com base no fluxo de caixa projetado da Infovias. Foi apurado um ágio de R\$9.510 nesta transação, atribuível à expectativa de lucratividade futura da Infovias, a ser amortizado nos exercícios subseqüentes, em conformidade aos lucros a serem auferidos pela investida.

A Infovias iniciou suas operações em janeiro de 2001 e sua subsidiária WAY TV Belo Horizonte S.A. em setembro de 2002. Estes negócios foram considerados estratégicos pela infra-estrutura existente na CEMIG. O negócio telecomunicações irá requerer investimentos adicionais para ser considerado completo e competitivo. Avaliações periódicas da Infovias e WAY TV são realizadas com o objetivo de determinar a sua capacidade de operar seus negócios em bases individuais e lucrativas, assim como de determinar a eventual necessidade de provisão para perdas neste investimento. Atualmente as projeções disponíveis não revelam a necessidade de provisão para perdas.

O parecer dos auditores independentes da Infovias referente às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Infovias em 31 de dezembro de 2003 conteve parágrafos de ênfase sobre: (i) a constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos e manutenção de saldo de ICMS a recuperar, cuja realização se baseia em projeções de lucratividade futura, que dependem da obtenção de resultados tributáveis futuros e da continuidade do seu plano de investimentos e do sucesso do plano de negócios da Sociedade e de sua controlada; (ii) a dependência de recursos adicionais, de acionistas ou terceiros, para o financiamento das operações da Sociedade e de sua controlada, bem como para assegurar a recuperação de seus ativos pelos valores registrados em suas demonstrações financeiras até que as receitas de suas operações sejam suficientes para absorver estes valores. Os referidos parágrafos de ênfase aplicam-se à Infovias e à sua controlada, Way TV.

A CEMIG firmou com a Infovias contratos de arrendamento da infra-estrutura da rede da CEMIG, serviços de transmissão de dados entre companhias, serviços de geoinformática e de fornecimento de dados. Os contratos em referência se encontram pendentes de homologação pela ANEEL.

A ANEEL pode impor uma multa relativa aos contratos citados, se concluir que tais acordos não estão em consonância com suas regulamentações. A penalidade máxima é uma multa no montante igual a 2% das receitas brutas durante os 12 meses imediatamente anteriores à imposição da mesma. A Administração acredita ter argumentos de mérito com relação a este assunto. A ANEEL pode, também, impor restrições aos termos e condições dos acordos.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Investimento na GASMIG – Acordo de cooperação e associação com a Petrobrás

Em maio de 2003, a CEMIG, a GASMIG, a Petrobrás e o Governo do Estado de Minas Gerais assinaram um Acordo de Cooperação visando a viabilização do desenvolvimento do mercado de gás natural no Estado de Minas Gerais.

Os estudos prevêm, principalmente, a construção, pela Gaspetro, subsidiária da Petrobrás, de novos gasodutos de transporte de gás natural para Minas Gerais, a expansão da rede de distribuição de gás pela Gasmig e a participação da Gaspetro no capital da GASMIG.

As negociações estão sendo conduzidas objetivando a assinatura de um Acordo de Associação, que contempla um Plano Diretor prevendo o mercado a ser atendido e os investimentos de responsabilidade da Gaspetro e da Gasmig, bem como a participação minoritária da Gaspetro no capital da GASMIG, em percentual ainda a ser definido, e a assinatura de um contrato adicional de suprimento de gás natural.

As negociações têm a sua conclusão prevista para meados de 2004, após todas as aprovações legais.

d) Consórcios

A CEMIG e sua controlada Cemig Capim Branco Energia S.A. participam em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG e da sua controlada, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	2003	2002
Controladora				
Em operação				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,46	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50%	2,58	55.554	54.457
Usina de Funil	49,00%	2,59	171.856	130.392
Depreciação acumulada			(11.077)	(5.178)
Total em operação			254.958	218.296
Em construção				
Usina de Queimado	82,50%		190.880	144.771
Usina de Aimorés	49,00%		314.860	213.607
Total em construção			505.740	358.378
Total Controladora			760.698	576.674
Cemig Capim Branco Energia S.A.				
Usinas Capim Branco I e II	21,05%		17.035	12.236
Total Consolidado			777.733	588.910

A depreciação dos bens integrantes do Ativo Imobilizado dos Consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Na obtenção das concessões para construção dos empreendimentos de Porto Estrela e Queimado a CEMIG se comprometeu, em conjunto com seus parceiros, a efetuar pagamentos à ANEEL como compensação pela exploração do empreendimento. As informações econômico-financeiras das concessões são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela	R\$230.038	08/2001 a 07/2032	IGP-M
Queimado	R\$7.059	01/2004 a 12/2032	IGP-M

As concessões a serem pagas à ANEEL prevêem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, entretanto, a CEMIG reconhece as despesas incorridas em contrapartida ao Exigível a Longo Prazo – Outros, de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido, conforme indicado acima, em atendimento ao princípio da competência de exercícios.

17) – IMOBILIZADO

	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado		Controladora	
		2003	2002	2003	2002
Imobilizações em Serviço- Geração-					
Hidrelétricas	2,45	5.517.374	5.512.899	5.368.995	5.364.519
Termelétricas	1,66	217.014	216.656	132.430	132.072
Transmissão	3,02	1.117.066	1.021.836	1.117.066	1.021.836
Distribuição	4,83	7.002.672	6.680.138	7.002.672	6.680.138
Administração	8,52	268.461	266.736	267.959	266.601
Telecomunicações	10,75	344.823	314.597	-	-
Gás	5,96	76.947	64.282	-	-
		<u>14.544.357</u>	<u>14.077.144</u>	<u>13.889.122</u>	<u>13.465.166</u>
Depreciação e Amortização Acumulada-					
Geração		(2.271.173)	(2.131.769)	(2.243.730)	(2.114.013)
Transmissão		(496.667)	(465.022)	(496.667)	(465.022)
Distribuição		(2.905.666)	(2.654.365)	(2.905.666)	(2.654.365)
Administração		(152.370)	(133.596)	(152.316)	(133.596)
Telecomunicações		(54.388)	(19.947)	-	-
Gás		(16.549)	(15.031)	-	-
		<u>(5.896.813)</u>	<u>(5.419.730)</u>	<u>(5.798.379)</u>	<u>(5.366.996)</u>
		<u>8.647.544</u>	<u>8.657.414</u>	<u>8.090.743</u>	<u>8.098.170</u>

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado		Controladora	
		2003	2002	2003	2002
Imobilizações em Curso-					
Geração		533.193	220.360	466.568	198.217
Transmissão		92.380	107.312	92.380	107.312
Distribuição		337.383	442.921	337.383	442.921
Administração		32.682	33.000	32.682	33.000
Telecomunicações		5.114	9.691	-	-
Gás		17.898	12.515	-	-
		<u>1.018.650</u>	<u>825.799</u>	<u>929.013</u>	<u>781.450</u>
Total do Imobilizado		<u>9.666.194</u>	<u>9.483.213</u>	<u>9.019.756</u>	<u>8.879.620</u>
Obrigações Especiais-					
Geração		(79)	(79)	(79)	(79)
Transmissão		(1.329)	(1.213)	(1.329)	(1.213)
Distribuição		(1.680.419)	(1.584.139)	(1.680.419)	(1.584.139)
		<u>(1.681.827)</u>	<u>(1.585.431)</u>	<u>(1.681.827)</u>	<u>(1.585.431)</u>
Total do Imobilizado Líquido		<u>7.984.367</u>	<u>7.897.782</u>	<u>7.337.929</u>	<u>7.294.189</u>

As Obrigações Especiais referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária. Conforme práticas contábeis e regulamentação específicas do setor elétrico brasileiro, os referidos valores não são atualizados ou sujeitos a amortização ou depreciação.

Encontra-se registrado em Imobilizações em Curso – Geração o montante de R\$354.550, referente à construção da usina de Irapé (R\$125.411 em 2002).

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Curto Prazo				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	178.334	-	178.334	-
Furnas	51.616	259.437	51.616	259.437
Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE	143.354	770.578	143.354	770.578
Repasse aos Geradores	87.685	83.974	87.685	83.974
Outros	40.281	30.636	40.281	30.636
	501.270	1.144.625	501.270	1.144.625
Materiais e Serviços	109.690	130.100	86.526	86.347
	610.960	1.274.725	587.796	1.230.972
Longo Prazo				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Repasse aos Geradores	324.556	334.295	324.556	334.295

Em fevereiro e julho de 2003, foram pagos R\$335.482 e R\$372.545, respectivamente, ao MAE, conforme descrito na Nota Explicativa nº 10.

Dos valores devidos ao MAE, R\$142.560 não foram pagos em função da liminar obtida pela CEMIG em dezembro de 2002, que alterou a forma de cálculo de suas obrigações, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, item “b”. O eventual pagamento dessa obrigação adicional depende da conclusão dos processos judiciais movidos por agentes do mercado, incluindo a CEMIG.

A partir de 2003, o pagamento pela compra de energia de Itaipu foi transferido de Furnas Centrais Elétricas S.A. para a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás.

19) – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Curto prazo				
Imposto de Renda	79.881	20.559	72.333	17.259
Contribuição Social	31.717	27.856	32.386	27.380
ICMS	141.870	44.982	139.555	44.240
COFINS	32.924	29.646	32.028	28.938
PASEP	15.172	11.828	14.737	11.482
INSS	11.488	8.930	10.650	8.913
Outros	8.421	6.956	8.266	6.292
	321.473	150.757	309.955	144.504
Longo prazo				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	348.165	297.638	348.165	297.638
Contribuição Social	125.339	107.149	125.339	107.149
COFINS	119.756	46.255	119.756	46.255
PASEP	22.704	23.227	22.704	23.227
	615.964	474.269	615.964	474.269

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Créditos tributários diferidos				
Imposto de Renda	(106.862)	(185.986)	(106.862)	(185.986)
Contribuição Social	(38.470)	(66.955)	(38.470)	(66.955)
COFINS	(25.050)	-	(25.050)	-
PASEP	(5.439)	(4.688)	(5.439)	(4.688)
	<u>(175.821)</u>	<u>(257.629)</u>	<u>(175.821)</u>	<u>(257.629)</u>
	<u>440.143</u>	<u>216.640</u>	<u>440.143</u>	<u>216.640</u>

Os impostos federais registrados no longo prazo referem-se às obrigações e direitos diferidos incidentes sobre os ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico, os quais são devidos a medida da realização desses ativos e passivos. Estes impostos estão contabilizados pelas alíquotas esperadas de realização.

A Companhia constituiu provisão complementar da COFINS incidente sobre os efeitos oriundos do Acordo Regulatório, no montante de R\$49.926, em função do aumento da alíquota de 3,0% para 7,6%, a partir de fevereiro de 2004, decorrente da publicação da Lei 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

A redução nos créditos tributários diferidos em 2003 decorre do pagamento das obrigações da CEMIG referente às transações com energia no MAE durante o período de vigência do Programa de Racionamento.

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	2003				2002
	Curto Prazo		Longo Prazo		Total
	Principal	Encargos	Principal	Total	
EM MOEDA ESTRANGEIRA - CONTROLADORA					
ABN AMRO Bank - N. V.	19.261	14	9.631	28.906	58.902
Banco BNL do Brasil S.A.	-	39	15.870	15.909	19.615
Banco do Brasil S.A. I	99.393	46	-	99.439	-
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	23.017	3.153	223.488	249.658	330.839
Banco do Brasil S.A. II	39.678	693	-	40.371	148.300
Banco do Brasil S.A. III	115.568	2.939	-	118.507	143.488
Banco do Brasil S.A. IV	-	-	-	-	126.123
Banco do Brasil S.A. V	-	173	82.587	82.760	-
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	15.097	1.003	18.612	34.712	58.034
Banco Itaú - S.A. I	24.077	3.456	120.383	147.916	181.635
Banco Itaú - S.A. II	48.153	395	-	48.548	82.984
Banco Itaú – BBA I	120.168	27	-	120.195	-
Banco Itaú – BBA II	88.587	1.618	-	90.205	-
Banco Itaú – BBA III	111.466	11	-	111.477	-
Citibank N.A I	-	-	-	-	54.658
Citibank N.A II	33.515	761	-	34.276	126.467
Citibank N.A III	31.781	779	-	32.560	39.438
Citibank N.A IV	15.011	5	7.505	22.521	45.903
Impsa - Indústria Metalúrgica Pescamona S.A.	-	-	-	-	42.544
ING Bank - Eurobônus	78.058	1.464	-	79.522	96.676
KFW	2.411	4	28.892	31.307	34.186
LLoyds Tsb Bank Plc	7.223	131	-	7.354	26.812
Siemens LTDA. I	90.525	237	-	90.762	86.172
Siemens LTDA. II	22.932	1.117	22.932	46.981	221.981
Outros	16.367	3.708	58.326	78.401	71.726
Total da Dívida em Moeda Estrangeira	1.002.288	21.773	588.226	1.612.287	1.996.483
EM MOEDA NACIONAL - CONTROLADORA					
Banco Itaú – BBA IV	300.000	1.573	-	301.573	-
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS I	16.438	-	122.594	139.032	154.028
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS II	41.840	-	46.222	88.062	115.848
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS III	20.238	799	89.077	110.114	152.227
Debêntures I (2)	-	17.358	862.468	879.826	808.545
Debêntures II-Governo do Estado de Minas Gerais (3)	-	-	50.267	50.267	25.507
Grandes Consumidores - TELEMIG/ C.V.R.D.	2.196	1.987	3.812	7.995	11.324
UHESC S.A. (4)	-	7.616	48.100	55.716	115.394
BNDES (6)	84.533	3.653	387.066	475.252	-
União de Bancos Brasileiros S.A. - UNIBANCO	100.000	2.933	-	102.933	-
Outros	9.858	1.885	52.616	64.359	23.958
Total da Dívida em Moeda Nacional	575.103	37.804	1.662.222	2.275.129	1.406.831
Fundos Vinculados (5)	(72.252)	-	(60.039)	(132.291)	(154.626)
TOTAL GERAL CONTROLADORA	1.505.139	59.577	2.190.409	3.755.125	3.248.688

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

FINANCIADORES	2003				2002
	Curto Prazo		Longo Prazo	Total	Total
	Principal	Encargos	Principal		
CONSOLIDADO					
MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO	17.780	999	62.142	80.921	122.564
Toshiba do Brasil S.A.	90	1.815	16.332	18.237	-
Outros	1.936	-	2.530	4.466	13.492
TOTAL GERAL CONSOLIDADO	1.524.945	62.391	2.271.413	3.858.749	3.384.744

Os encargos financeiros e vencimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures da CEMIG e Controladas estão demonstrados abaixo, seguindo a mesma ordem da tabela anterior.

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas
EM MOEDA ESTRANGEIRA - CONTROLADORA			
ABN AMRO Bank - N. V.	2003/2005	Libor + 4,25	US\$
Banco BNL do Brasil S.A.	2004/2005	Libor + 0,50	US\$
Banco do Brasil S.A. I	2004	1,40	JPY
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	1997/2024	Diversas	US\$
Banco do Brasil S.A. II	2004	Libor + 3,13	US\$
Banco do Brasil S.A. III	2004	10,38	US\$
Banco do Brasil S.A. IV	2003	16,00	US\$
Banco do Brasil S.A. V	2005	1,30	JPY
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	1984/2006	4,00 a 7,67	US\$+Unidade de Conta
Banco Itaú - S.A. I	2004/2007	Libor + 3,25	US\$
Banco Itaú - S.A. II	2002/2004	Libor + 2,45	US\$
Banco Itaú - BBA I	2004	3,97	US\$
Banco Itaú - BBA II	2004	Diversas	US\$
Banco Itaú - BBA III	2004	3,69	US\$
Citibank N.A. I	2001/2003	Libor + 2,84	US\$
Citibank N.A. II	2002/2004	Libor + 5,50	US\$
Citibank N.A. III	2004	10,00	US\$
Citibank N.A. IV	2003/2005	Libor + 4,25	US\$
Impsa - Indústria Metalúrgica Pescamona S.A.	1999/2003	9,80	US\$
ING Bank - Eurobônus	2004	9,13	US\$
KFW	2001/2016	4,50	EURO
LLoyds Tsb Bank Plc	2002/2004	Libor + 6,00	US\$
Siemens LTDA. I	2003/2004	Libor + 4,25	US\$
Siemens LTDA. II	2003/2005	9,97	US\$
Outros	1997/2007	Diversas	Diversas

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas
EM MOEDA NACIONAL - CONTROLADORA			
Banco Itaú – BBA IV	2004	CDI + 3,90	R\$
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS I	2013	FINEL + 6,50	R\$
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS II	2005	IGP-M + 10,00	R\$
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS III	2023	UFIR, RGR + 5,00 a 8,00	R\$
Debêntures I (2)	2005/2006	IGP-M + 12,70	R\$
Debêntures II-Governo do Estado de Minas Gerais (3)	2027	IGP-M	R\$
Grandes Consumidores - TELEMIG/ C.V.R.D.	1982/2011	Diversas	R\$
UHESC S.A. (4)	2005	IGP-M + 14,66	R\$
BNDES (6)	2003/2008	SELIC + 1,00	R\$
União de Bancos Brasileiros S.A. - UNIBANCO	2004	CDI + 1,50	R\$
Outros	1994/2007	Diversas	R\$
CONSOLIDADO			
MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO	2002/2008	Libor + 5,45	US\$
Toshiba do Brasil S.A.	2002/2009	Libor + 6,00	US\$
Outros	2002/2009	Diversas	R\$

(1) As taxas de juros variam: 4 a 8 % ao ano;
libor semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano.

(2) Debêntures simples, em duas séries de R\$312,5 milhões, colocadas em novembro de 2001, não conversíveis em ações, sem preferência e sem garantia, com remuneração anual de 12,70%, definida através de processo de “bookbuilding”, e atualização monetária pela variação do IGP-M. Os juros remuneratórios, para as duas séries, são pagos aos debenturistas anualmente, a partir do ano de 2002. O valor integral do principal das debêntures será pago nas datas de vencimento das respectivas séries: 1º de novembro de 2009, para a 1ª série e 1º de novembro de 2011, para a 2ª série. As debêntures possuem cláusula de repactuação das condições estabelecidas em 2005 e 2006 para a 1ª e 2ª séries respectivamente, com o direito de resgate antecipado pelos debenturistas, caso não venham a aceitar as condições oferecidas para a repactuação.

(3) A Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2002 autorizou a emissão de debêntures, no montante total de R\$90.000, nominativas e escriturais, não conversíveis em ações e desprovidas de preferência ou garantia, a serem adquiridas pelo Estado de Minas Gerais, com vencimento em 25 anos e atualização pelo IGP-M, a partir da data da emissão, sem incidência de juros. Os recursos decorrentes desta emissão serão utilizados na construção da Usina de Irapé. Em 30 de setembro de 2002, foi realizada a primeira emissão, no montante de R\$22.500 e em 22 de dezembro de 2003 a segunda emissão no mesmo montante. Estas debêntures serão adquiridas pelo Estado de Minas Gerais com recursos oriundos da distribuição de dividendos da CEMIG.

(4) A CEMIG, em dezembro de 2000, adquiriu o controle acionário da Sá Carvalho S.A., através da assunção de empréstimo com a UHESC S.A., que emitiu debêntures compradas pelo mercado. Como garantia do cumprimento das obrigações assumidas pela UHESC S.A. na escritura destas debêntures, a CEMIG se comprometeu a ceder os direitos creditórios da Sá Carvalho S.A. decorrentes do contrato de fornecimento de energia elétrica firmado entre a Sá Carvalho S.A. e a ACESITA S.A. nos termos do “Instrumento Particular de Caução de Direitos Creditórios da Sá Carvalho S.A. para os Debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures da UHESC S.A.”.

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(5) Referem-se a recursos aplicados para amortização de obrigações contraídas com a finalidade de refinanciamento de operações de crédito em moeda estrangeira, conforme resolução do Banco Central do Brasil nº 2515, de 29 de junho de 1998.

(6) Os empréstimos junto ao BNDES são garantidos por 4,63% da receita mensal de fornecimento de energia para consumidores finais e deverão ser pagos em parcelas mensais e consecutivas, até agosto de 2008.

Além das dívidas mencionadas, a CEMIG possuía, em 31 de dezembro de 2003, saldos de linhas de créditos a serem liberados por instituições financeiras, no montante de R\$120.451. Estas linhas de créditos destinam-se basicamente ao Programa de Investimentos da CEMIG em distribuição.

Os financiamentos da CEMIG, em sua grande maioria, são garantidos por avais e fianças da União e do Estado de Minas Gerais, notas promissórias emitidas pela própria CEMIG e vinculação de receita própria, sendo contratados com o objetivo de gerar recursos destinados à manutenção de capital de giro e expansão dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em sua área de concessão.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Moedas				
Dólar Norte-Americano	1.424.503	1.994.957	1.325.345	1.872.393
Euro	69.464	73.037	69.464	73.037
Unidade de Conta (cesta de moedas)	32.772	51.053	32.772	51.053
Yen	182.199	-	182.199	-
Outras	2.507	-	2.507	-
	<u>1.711.445</u>	<u>2.119.047</u>	<u>1.612.287</u>	<u>1.996.483</u>
Indexadores				
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	1.084.464	1.076.252	1.084.464	1.076.252
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	139.032	154.028	139.032	154.028
Unidade Fiscal de Referência – UFIR	110.114	152.228	110.114	152.228
Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC	475.251	-	475.251	-
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	404.506	-	404.506	-
Outros	66.228	37.815	61.762	24.323
	<u>2.279.595</u>	<u>1.420.323</u>	<u>2.275.129</u>	<u>1.406.831</u>
Fundos Vinculados				
Taxa do CDI – Certificado de Depósito Interbancário	(90.824)	(52.130)	(90.824)	(52.130)
Varição do Dólar Norte-Americano	(41.467)	(102.496)	(41.467)	(102.496)
	<u>(132.291)</u>	<u>(154.626)</u>	<u>(132.291)</u>	<u>(154.626)</u>
	<u>3.858.749</u>	<u>3.384.744</u>	<u>3.755.125</u>	<u>3.248.688</u>

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A distribuição anual da amortização das dívidas a longo prazo é a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
2004	-	775.971	-	756.360
2005	881.417	693.221	858.285	673.827
2006	719.957	561.145	697.793	541.924
2007	258.788	107.994	237.405	89.890
2008	93.416	69.136	80.911	51.051
2009	41.147	51.300	39.327	42.264
2010	37.406	39.699	37.406	39.699
De 2011 em diante	239.282	252.075	239.282	252.075
	<u>2.271.413</u>	<u>2.550.541</u>	<u>2.190.409</u>	<u>2.447.090</u>

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação acumulada em 2003 %	Variação acumulada em 2002 %	Indexadores	Variação acumulada em 2003 %	Variação acumulada em 2002 %
Dólar Norte-Americano	(18,23)	52,27	IGP-M	8,71	25,31
Euro	(7,78)	79,35	FINEL	1,70	4,67
Yen	(9,30)	68,18	CDI	23,33	19,09
Unidade de Conta	3,63	60,32	SELIC	23,41	19,37

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Saldo no início do exercício	3.384.744	2.381.923	3.248.688	2.328.117
Efeito decorrente da consolidação integral da Infovias (*)	-	55.019	-	-
Saldo no Início do Exercício Ajustado	3.384.744	2.436.942	3.248.688	2.328.117
Financiamentos obtidos	1.536.993	518.288	1.520.199	494.171
Variação monetária e cambial	(258.105)	1.017.689	(236.039)	971.318
Encargos financeiros provisionados	404.044	305.170	392.911	289.391
Encargos financeiros pagos	(405.315)	(296.824)	(394.343)	(284.596)
Fundos vinculados	22.335	(2.512)	22.335	(2.512)
Amortização de financiamentos	(825.947)	(594.009)	(798.626)	(547.201)
Saldo no final do exercício	<u>3.858.749</u>	<u>3.384.744</u>	<u>3.755.125</u>	<u>3.248.688</u>

(*) No exercício de 2001 os saldos de Empréstimos e Financiamentos da Infovias eram consolidados proporcionalmente participação da CEMIG, devido à caracterização, à época, de controle compartilhado.

00245-3 CIA ENER G MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

A CEMIG possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2003.

O contrato de financiamento da Infovias com o MBK Furukawa Sistemas S.A./Unibanco, no montante de R\$80.921 em 31 de dezembro de 2003, dos quais R\$62.142 estão classificados no Passivo Exigível a Longo Prazo, contém cláusulas restritivas que não foram cumpridas, e portanto poderiam causar o vencimento imediato dos valores devidos. A Infovias obteve o consentimento dos seus credores que são parte deste contrato. O consentimento afirma que estes credores não irão exercer seus direitos de exigir o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos. O consentimento obtido deve ser renovado trimestralmente até que os termos originais das cláusulas restritivas sejam alcançados. Este financiamento está classificado como Passivo Exigível a Curto e Longo Prazo de acordo com os termos originais do contrato, tendo em vista a obtenção do referido consentimento. Este contrato de financiamento conta também com garantia da CEMIG que, se exercida, implicará na conversão do valor pago em ações preferenciais da Infovias.

21) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos, não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da CEMIG.

Para aqueles processos cujos desfechos favoráveis são considerados remotos, a CEMIG constituiu provisões integrais para perdas potenciais.

A composição das provisões constituídas é como segue:

	Consolidado e Controladora	
	2003	2002
Trabalhistas	90.291	69.706
Cíveis – Consumidores	97.075	85.727
Contribuição Social incidente sobre Correção Monetária Complementar	51.518	93.137
Finsocial	20.036	19.393
Cíveis – Outras	27.447	26.157
Outras	34.531	20.925
	<u>320.898</u>	<u>315.045</u>

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade. O valor total estimado dessas reclamações é de R\$112.863 em 31 de dezembro de 2003 (R\$87.133 em 31 de dezembro de 2002). A CEMIG adicionou à provisão, no exercício de 2003, o montante de R\$20.585 (R\$15.436 no exercício de 2002) para estas causas. A CEMIG estima os valores provisionados com base na natureza dos grupos de questionamento e em decisões judiciais recentes.

(b) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas à CEMIG decorrentes do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados passíveis de questionamento e com base em decisões judiciais recentes.

O valor total de exposição da CEMIG nessa matéria está integralmente provisionado.

(c) Contribuição Social incidente sobre Correção Monetária Complementar

A CEMIG vem deduzindo as quotas de depreciação, amortização e baixas da correção monetária complementar do imobilizado para fins de cálculo da Contribuição Social. O montante estimado do risco está integralmente provisionado.

(d) Finsocial

Em 1994, a CEMIG foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em decorrência da exclusão do ICMS da base de cálculo do Finsocial, contribuição incidente sobre o faturamento extinta em 1992. O montante estimado do risco está integralmente provisionado.

(e) Outros

Outros passivos contingentes provisionados referem-se a questionamentos envolvendo o Governo Federal, sobre a discussão da constitucionalidade de certos tributos federais e outras reclamações, consideradas normais ao curso das operações.

(f) Ações com avaliação de êxito provável

A CEMIG discute em juízo outras ações para as quais considera ser provável seu êxito no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

00245-3 CIA ENER G MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(i) Processos Envolvendo a FORLUZ

A CEMIG está defendendo, em conjunto com a FORLUZ, uma reclamação do sindicato dos seus empregados ("Sindieleiro") contestando o valor das contribuições amortizantes pagas pela CEMIG à FORLUZ. O valor total envolvido nessa reclamação é de R\$672.251. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa reclamação, uma vez que a Administração acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e conseqüentemente, não são esperadas perdas relativas a essa ação.

O Sindieleiro está contestando a FORLUZ em função da substituição do indexador atuarial do fundo de pensão, do IGP-DI para o IPCA do IPEAD. O valor total dessa reclamação é de R\$293.601. Por considerar que a FORLUZ tem argumentos de mérito para defesa judicial, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa reclamação.

As ações acima mencionadas deverão ser retiradas da esfera judicial pelos Sindicatos em função de acordo entre a CEMIG, FORLUZ e entidades sindicais. Em contrapartida à retirada de todas as ações judiciais, será concedido um reajuste adicional nas suplementações de aposentadorias e pensões de 3,67%, retroativo a junho de 2000. Maiores informações na Nota Explicativa nº 23.

(ii) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$248.703, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998, 1999 e 2000. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas com essa autuação, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a recuperação dos referidos créditos fiscais.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos federais pagos nos exercícios de 2001 e 2002. Devido a esta compensação, a CEMIG está exposta a uma penalidade adicional de R\$193.040. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas com essa autuação, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Secretaria da Receita Federal, em função de inspeção efetuada na Declaração de Débitos/Créditos Tributários Federais - DCTF ("DCTF") de 1997 a 2001 da CEMIG durante 2003, emitiu autos de infração, no montante de R\$1.193.730, alegando falta de recolhimento de tributos, referentes aos exercícios de 1997 a 2001. A CEMIG apresentou pedido de impugnação do auto de infração em função da não consideração e/ou processamento, pela Receita Federal, das DCTF's retificadoras e complementares, protocoladas pela CEMIG, que comprovam a quitação dos tributos e contribuições correspondentes as autuações mencionadas. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas com essa autuação, tendo em vista que a CEMIG considera ter argumentos de mérito para defesa na esfera administrativa e caso necessário, na esfera judicial.

(iii) COFINS

A CEMIG iniciou questionamentos com relação ao pagamento da COFINS em 1992. Devido à sentença judicial desfavorável, a CEMIG pagou, em 30 de julho de 1999, o montante de R\$239.266. O Governo Federal está alegando que a CEMIG deve R\$156.259 adicionais referentes a multas e juros pelo não pagamento da COFINS. A CEMIG está contestando tal reclamação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e conseqüentemente, não são esperadas perdas relativas a essa ação.

(iv) Atos da Agência Reguladora

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$509.168, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor de R\$516.246, a ser liquidado pela Companhia até 30 de janeiro de 2004. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

(v) Liquidação das obrigações no MAE

Em dezembro de 2002, a CEMIG entrou com uma ação judicial contra a ANEEL e o MAE contestando os valores utilizados durante o processo de liquidação financeira executado pelo MAE em dezembro de 2002 e janeiro de 2003. Este processo tinha como objetivo a liquidação dos montantes que a Companhia e outras concessionárias de energia elétrica deviam para o MAE com relação às compras de energia livre no MAE a partir de setembro de 2000.

Como resultado deste litígio, a CEMIG não liquidou suas obrigações pendentes na data determinada pelo MAE. A Companhia entrou com uma ação judicial adicional para prevenir a imposição de multas relativas ao não cumprimento das determinações do MAE. Tais multas, se impostas, equivaleriam a aproximadamente R\$4.363. A Companhia acredita ter argumentos de mérito quanto ao procedimento adotado e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi registrada para esta contingência.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(vi) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda e a RTE. Não é possível, até a presente data, estimar o montante envolvido nestas reclamações. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

A Companhia é ré em alguns processos contestando o Encargo de Capacidade Emergencial. A Companhia coleta o Encargo de Capacidade Emergencial dos seus consumidores em nome da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (“CBEE”), responsável pelo suprimento de energia no caso de deficiências futuras. Não é possível, no momento, estimar o montante envolvido nestas reclamações. Nenhuma provisão foi registrada para estas reclamações, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa.

A Companhia está sendo questionada, em conjunto com a Companhia Vale do Rio Doce (“CVRD”), Comercial e Agrícola Paineiras e Companhia Mineira de Metais, através de uma ação movida pelos cidadãos do Estado de Minas Gerais. A ação tem por objetivo anular as licenças ambientais concedidas para as usinas hidrelétricas de Capim Branco I e Capim Branco II. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

A Companhia está sendo questionada, em conjunto com a CVRD, através de uma ação movida pelos cidadãos do Estado de Minas Gerais. A ação tem por objetivo anular a licença ambiental concedida para a usina hidrelétrica de Aimorés, assim como a respectiva concessão. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas subsidiárias estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que pudessem ter efeito adverso na posição financeira consolidada e no resultado consolidado das operações da Companhia.

22) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Reserva Global de Reversão – RGR	59.844	51.226	59.764	51.175
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	7.026	26.146	7.026	26.146
Encargo de Capacidade Emergencial	50.894	14.323	50.584	14.323
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	13.485	-	13.485	-
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.262	954	1.258	945
	<u>133.718</u>	<u>93.856</u>	<u>133.324</u>	<u>93.796</u>

A Conta de Desenvolvimento Energético - CDE foi criada pela Lei nº 10.438/02, com o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, PCH's, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional. Os valores a serem pagos pela CEMIG foram definidos pela Resolução nº 42, da ANEEL, de 31 de janeiro de 2003.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A CEMIG, desde 1973, é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes e beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza a seus associados os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários – Plano de contribuição definida para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo. A contribuição da CEMIG é paritária às contribuições básicas mensais dos associados, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

30% das contribuições da CEMIG para este plano são para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, e são utilizadas para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 70% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, no valor de R\$865.060, e seu respectivo ativo, no mesmo valor, não foram incluídos no laudo elaborado pelo atuário externo e não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes aposentados que optaram por este plano e os saldos, na data de opção, dos participantes ativos que optaram pela migração do Plano de Benefício Definido para o Plano Misto, descrito anteriormente.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos últimos anos de atividade do empregado na CEMIG em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Estão inscritos neste plano, em 31 de dezembro de 2003, 48 ativos e 400 aposentados/pensionistas.

A CEMIG mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamento de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

A CEMIG acordou com os sindicatos, modificações nos planos de saúde, a partir de 1º de janeiro de 2003, que implicaram em alterações nos critérios de custeio sob responsabilidade da CEMIG, dos empregados ativos e aposentados e os tipos de cobertura a serem oferecidos para cada tipo de plano. A alteração mencionada implicou em uma redução de R\$71.525 nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2002, em contrapartida ao resultado do exercício de 2002.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial com benefícios pós-emprego, no montante de R\$1.539.251 em 31 de dezembro de 2003 (R\$1.495.334 em 31 de dezembro de 2002) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da CEMIG, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo IPCA do IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que a FORLUZ venha a apresentar pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução das obrigações a pagar pela CEMIG, mencionadas no parágrafo anterior, conforme previsto contratualmente.

Alterações nos critérios de aposentadoria e outras negociações

A CEMIG negociou, em setembro de 2003, com as entidades representantes dos empregados e ex-empregados, alterações nos critérios de aposentadoria e outros assuntos envolvendo a FORLUZ, sendo que as principais modificações acordadas estão descritas a seguir:

- A FORLUZ retira, para os empregados e assistidos admitidos entre 24 de janeiro de 1978 e 2 de abril de 1979, a exigência de idade mínima de 55 anos para aposentadoria normal e de 53 anos para aposentadoria especial, sem pagamento de retroatividade para os assistidos que atenderam a tais limites.
- Alteração no Regulamento do Plano A, permitindo que a FORLUZ conceda complementação de aposentadoria proporcional para empregados, a partir de determinado tempo de contribuição (homens, a partir de 30 anos de contribuição e mulheres, a partir de 25 anos de contribuição) ainda não aposentados pelo INSS e que façam opção pelo seu desligamento da CEMIG.
- Alguns participantes da FORLUZ estavam contestando a substituição, em 1º de junho de 2000, do indexador atuarial do fundo de pensão, do IGP-DI para o IPCA do IPEAD, reivindicando a aplicação de um reajuste adicional nos benefícios em função da variação apresentada entre os dois indexadores. A CEMIG concordou com a aplicação de um percentual de reajuste adicional de 3,67% para correção dos benefícios do referido plano, retroativo a 1º de junho de 2000.

As alterações acima mencionadas implicaram em um aumento de R\$80.772 nas obrigações com benefícios pós-emprego, dos quais R\$26.833 reconhecidos no resultado do exercício de 2003 e R\$53.939 a serem reconhecidos no resultado em aproximadamente 8 anos, a partir de 2004, sendo este o período médio no qual os benefícios se tornarão elegíveis. A aplicação destas alterações esta condicionada à adesão dos empregados ao acordo acima mencionado e à retirada de todos os processos judiciais referentes a estas questões. Maiores informações na Nota Explicativa nº 21.

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2003, conforme consta de laudo preparado por atuário externo em conformidade a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, estão apresentados a seguir:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	2.936.038	204.348	165.352
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	548.921	65.107	78.121
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	3.484.959	269.455	243.473
Valor Justo dos Ativos do Plano	(2.584.901)	(16.309)	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	900.058	253.146	243.473
Ganhos (Perdas) Atuariais não Reconhecidos	318.024	(28.466)	48.957
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	(28.486)	(12.738)	(12.715)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	1.189.596	211.942	279.715

As perdas atuariais referentes ao Plano de Saúde e os ganhos atuariais referentes ao Seguro de Vida que excederam a 10,00% das obrigações atuariais, nos montantes de R\$1.521 e R\$24.610, respectivamente, serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 14 anos, a partir de 2004, sendo este o tempo médio de serviço futuro dos participantes ativos.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2002	1.392.088	198.175	247.217
Despesa Reconhecida no Resultado	5.410	30.332	38.596
Contribuições Pagas	(207.902)	(16.565)	(6.098)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2003	1.189.596	211.942	279.715
Curto Prazo	185.226	-	-
Longo Prazo	1.004.370	211.942	279.715

Os valores registrados no curto prazo referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG em 2004 para amortização das obrigações atuariais.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2003 são como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	5.920	11.964	2.108
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	353.471	25.337	31.579
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(345.707)	(1.969)	-
Ganhos Atuariais Não Reconhecidos	(25.245)	-	-
Perdas Decorrentes de Alterações no Plano	17.125	4.799	4.909
Contribuição dos Empregados	(154)	(9.799)	-
Despesa em 2003	<u>5.410</u>	<u>30.332</u>	<u>38.596</u>

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2004 é como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	6.356	21.129	3.202
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	449.322	34.030	32.289
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(422.476)	(3.077)	-
(Ganhos) Perdas atuariais não reconhecidos	-	108	(1.745)
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	3.391	903	902
Contribuição dos Empregados	(160)	(18.489)	-
Despesa em 2004	<u>36.433</u>	<u>34.604</u>	<u>34.648</u>

As principais premissas atuariais na data do balanço, são conforme segue:

	2003		2002	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial	8,00%	13,40%	8,00%	13,40%
Taxa Anual de Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	11,00%	16,55%	11,00%	16,55%
Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo	-	5,00%	-	5,00%
Índice Anual Estimado de Aumentos Salariais Futuros	4,00%	9,20%	4,00%	9,20%
Taxa Anual de Crescimento Real dos Benefícios de Renda Continuada	-	5,00%	-	5,00%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	UP-94		UP-94	
Tábua Biométrica de Entrada de Invalidez	Light Medium		Light Medium	
Tábua Biométrica de Mortalidade de Invalídios	IAPB-57		IAPB-57	
Taxa Anual de Rotatividade Esperada	2,00%		2,00%	

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

As ações do capital social têm valor nominal de R\$0,01 por ação e estão assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2003					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	36.116.291.643	51	102	-	36.116.291.745	22
Outras Entidades do Estado	229.271.605	-	2.771.169.007	3	3.000.440.612	2
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	23.362.956.173	33	-	-	23.362.956.173	14
Outros-						
No País	8.756.203.404	13	40.469.833.374	44	49.226.036.778	31
No Exterior	2.409.445.098	3	48.038.648.619	53	50.448.093.717	31
Total	70.874.167.923	100	91.279.651.102	100	162.153.819.025	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2002					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	36.116.291.643	51	102	-	36.116.291.745	22
Outras Entidades do Estado	3.365.756	-	3.030.572.387	3	3.033.938.143	2
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	23.362.956.173	33	-	-	23.362.956.173	14
Outros-						
No País	9.057.025.052	13	47.938.412.875	53	56.995.437.927	36
No Exterior	2.334.529.299	3	40.310.665.738	44	42.645.195.037	26
Total	70.874.167.923	100	91.279.651.102	100	162.153.819.025	100

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. A AGO de 30 de abril de 2002 aprovou alteração no Estatuto Social, passando as ações preferenciais a terem direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do patrimônio líquido das ações. Vide cálculo dos dividendos mínimos estatutários para as ações preferenciais no item “d” desta nota.

As ações do capital social da CEMIG, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

No dia 13 de setembro de 1999, o Estado de Minas Gerais ajuizou ação para anular o Acordo de Acionistas, sob o fundamento de violação das Constituições Estadual e Federal, uma vez que as disposições sobre quorum qualificado constituiriam transferência ilegal do controle da CEMIG à Southern.

Em 27 de setembro de 1999, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais concedeu liminar suspendendo os efeitos das disposições sobre quorum qualificado, permanecendo no aguardo da conclusão do processo.

Em março de 2000, a 1ª Vara Estadual da Fazenda Pública sentenciou como nulo o referido acordo de acionistas.

Em 7 de agosto de 2001, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais confirmou a sentença de março de 2000, sentenciando o referido Acordo de Acionistas como nulo e sem efeito.

A Southern recorreu da sentença, não tendo sido julgado seu recurso.

(c) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2003	2002
Reservas de Capital-		
Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio	1.313.220	1.313.220
Doações e Subvenções para Investimentos	2.650.898	2.650.898
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	6	6
Ações em Tesouraria	(1.132)	(1.132)
	4.032.222	4.032.222
Reservas de Lucros-		
Reserva de Retenção de Lucros	877.686	-
	877.686	-

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da CEMIG na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

(d) Dividendos

Os dividendos em 31 de dezembro de 2003 foram apurados como segue:

Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais	Controladora	
	2003	2002
Valor Nominal das Ações Preferenciais	912.797	912.797
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	91.280	91.280
Valor do Patrimônio Líquido	6.558.569	5.680.883
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido	56,29%	56,29%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	3.691.818	3.197.769
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	110.755	95.933
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais - conforme mencionado no item "a" acima - (R\$1,21 por lote de mil ações preferenciais para 2003 e R\$1,05 por lote de mil ações preferenciais para 2002)	110.755	95.933
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	1.197.642	(1.001.833)
Dividendo mínimo obrigatório – 25,00% do lucro Líquido (R\$1,85 por lote de mil ações)	299.411	-
Dividendos Propostos-		
Juros sobre Capital Próprio (R\$1,54 por lote de mil ações para 2003 e R\$1,36 por lote de mil ações para 2002)	250.000	220.000
Dividendos complementares (R\$0,44 por lote de mil ações para 2003)	70.494	-
Total (R\$1,98 por lote de mil ações para 2003 e R\$1,36 por lote de mil ações para 2002)	320.494	220.000
(-) Imposto de Renda Retido na Fonte	(21.083)	(18.784)
Total do Dividendo Líquido	299.411	201.216
Total do Dividendo Líquido para ações preferenciais	168.544	113.269
Total do Dividendo Líquido para ações ordinárias	130.867	87.947

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da TJLP. Os efeitos fiscais decorrentes do provisionamento de R\$250.000 através de Juros sobre Capital Próprio foram de R\$85.000 (R\$74.800 em 2002), reconhecidos no resultado do exercício de 2003.

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O saldo remanescente do Lucro Líquido Ajustado no valor de R\$877.148 será transferido para a conta de Reserva de Retenção de Lucros com o objetivo de reforçar o capital circulante, atender as necessidades de recursos para investimentos em obras de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e outras aplicações constantes do orçamento de capital a ser apresentado à Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2004.

25) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não auditado)					
	Nº de Consumidores		MWh		R\$	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Residencial	4.729.674	4.615.178	6.528.746	6.360.335	2.330.449	1.791.096
Industrial	68.159	68.211	21.715.148	21.906.479	2.874.841	2.191.718
Comércio, Serviços e Outros	523.055	515.771	3.402.088	3.283.429	1.040.675	791.300
Rural	368.057	338.396	1.783.220	1.704.626	332.435	252.291
Poder Público	44.735	43.558	509.458	467.783	146.820	107.173
Iluminação Pública	2.142	2.227	996.892	904.639	181.793	133.083
Serviço Público	7.069	6.808	971.702	956.701	170.980	130.036
Sub-Total	5.742.891	5.590.149	35.907.254	35.583.992	7.077.993	5.396.697
Consumo Próprio	1.308	1.339	55.028	50.064	-	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	100.800	60.923
	5.744.199	5.591.488	35.962.282	35.634.056	7.178.793	5.457.620
Suprimento a Outras						
Concessionárias	7	4	621.288	313.392	32.836	20.469
Transações com energia no MAE	-	-	-	-	23.848	513.127
Total	5.744.206	5.591.492	36.583.570	35.947.448	7.235.477	5.991.216

00245-3 CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora					
	(Não auditado)					
	Nº de Consumidores		MWh		R\$	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Residencial	4.729.674	4.615.178	6.528.746	6.360.335	2.330.449	1.791.096
Industrial	68.153	68.209	20.999.887	21.134.301	2.814.385	2.152.559
Comércio, Serviços e Outros	523.055	515.771	3.402.088	3.283.429	1.040.675	791.300
Rural	368.057	338.396	1.783.220	1.704.626	332.435	252.291
Poder Público	44.735	43.558	509.458	467.783	146.820	107.173
Iluminação Pública	2.142	2.227	996.892	904.639	181.793	133.083
Serviço Público	7.069	6.808	971.702	956.701	170.980	130.036
Sub-Total	5.742.885	5.590.147	35.191.993	34.811.814	7.017.537	5.357.538
Consumo Próprio	1.308	1.339	55.028	50.064	-	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	100.691	60.623
	5.744.193	5.591.486	35.247.021	34.861.878	7.118.228	5.418.161
Suprimento a Outras Concessionárias	7	4	621.288	313.392	32.836	20.469
Transações com energia no MAE	-	-	-	-	23.647	513.127
Total	5.744.200	5.591.490	35.868.309	35.175.270	7.174.711	5.951.757

26) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Receita de Uso da Rede Básica de Transmissão	256.757	185.421	256.757	185.421
Fornecimento de Gás	367.043	199.546	-	-
Subvenção da Conta de Consumo de Combustível	8.263	40.468	8.263	40.468
Serviço Taxado	8.240	7.281	8.240	7.281
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	44.158	15.589	-	-
Outras Prestações de Serviços	22.959	15.314	22.406	15.314
Aluguel e Arrendamento	23.385	20.043	23.385	20.043
Outras	1.663	1.761	1.663	1.761
	732.468	485.423	320.714	270.288

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
ICMS	1.522.476	1.151.385	1.455.841	1.142.753
COFINS	271.471	198.888	261.710	192.375
Reserva Global de Reversão – RGR	155.959	144.391	155.056	143.782
PASEP	126.925	58.268	122.094	56.668
Encargo de Capacidade Emergencial	265.232	79.677	261.292	79.374
Outras	2.565	689	393	448
	<u>2.344.628</u>	<u>1.633.298</u>	<u>2.256.386</u>	<u>1.615.400</u>

A CEMIG efetuou, no 1º semestre de 2003, a cobrança retroativa de parcela do Encargo de Capacidade Emergencial referente ao período de 2 de julho de 2002 a 8 de outubro de 2002, no montante de R\$46.468. O referido encargo não foi cobrado no exercício anterior em função de liminar de Ação Cível Pública que impedia a cobrança. Esta cobrança retroativa não produz efeito no resultado, tendo em vista que a Companhia atua como mera arrecadadora e repassadora deste encargo à CBEE.

A Companhia recolhe o ICMS incidente sobre a RTE em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

28) – PESSOAL

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Remunerações e Encargos	654.025	570.089	638.460	559.219
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	30.818	21.402	30.818	21.402
Benefícios Assistenciais	70.764	58.668	68.876	57.282
	<u>755.607</u>	<u>650.159</u>	<u>738.154</u>	<u>637.903</u>
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(95.460)	(100.943)	(94.027)	(99.150)
	<u>660.147</u>	<u>549.216</u>	<u>644.127</u>	<u>538.753</u>
Programa de Desligamento Incentivado - PDI	77.625	1.753	77.625	1.753
	<u>737.772</u>	<u>550.969</u>	<u>721.752</u>	<u>540.506</u>

Programa de Desligamento Incentivado – PDI

O Programa de Desligamento Incentivado - PDI, implementado pela CEMIG no período entre 1º e 23 de dezembro de 2003, contou com a adesão de 842 empregados.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O incentivo financeiro para os empregados que aderiram ao PDI corresponde a uma indenização que varia de 0 a 17 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos, entre os quais o principal é o tempo de contribuição ao INSS. Com base nos critérios estabelecidos, o maior incentivo financeiro, correspondente a 17 vezes a remuneração, foi concedido aos empregados do sexo masculino e feminino com 30 e 25 anos de contribuição ao INSS, respectivamente, decrescendo gradativamente para os empregados com tempo inferior ou superior ao mencionado.

Adicionalmente, a CEMIG garante o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e plano de saúde pelo período de 6 meses, a partir da data do desligamento do empregado.

Os custos com o PDI, no montante estimado de R\$77.625, foram consignados no resultado do exercício, na rubrica de despesa com pessoal, sendo que o desligamento dos empregados, iniciado em 15 de janeiro de 2004, estará concluído até 1º de junho de 2004. Em 31 de dezembro de 2003, a provisão descrita acima estava contabilizada no Passivo Circulante - Salários e Contribuições Sociais.

Os empregados que aderiram ao PDI poderão desistir da adesão, até o dia 25 de maio de 2004, caso haja algum indeferimento por parte do INSS relativo ao pedido de aposentadoria.

29) – PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS

As participações dos empregados nos resultados dos exercícios de 2003 e 2002 foram definidas através de acordos coletivos específicos. Em conformidade com referidos acordos, as participações nos resultados do exercício de 2003 da Controladora e Controladas, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, correspondeu a R\$92.302 e R\$281 respectivamente (R\$38.184 e R\$42 em 2002), sendo realizado no exercício de 2003, um adiantamento de R\$41.177 (R\$12.481 em 2002).

30) – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	Consolidado e Controladora	
	2003	2002
Energia de Itaipu Binacional	1.175.057	979.239
Transações com Energia no MAE	37.330	549.168
Contratos Iniciais	151.461	148.218
Recomposição Tarifária Extraordinária – Repasse aos Geradores	-	45.330
Outros	29.575	10.723
	<u>1.393.423</u>	<u>1.732.678</u>

A energia comprada de Itaipu Binacional possui tarifa determinada em dólares norte-americanos, sendo definida através de Resolução pela ANEEL. A tarifa de compra de energia de Itaipu foi reajustada em 1,66% a partir de 1º de janeiro de 2004, passando de US\$17,5553 para US\$17,8474 por quilowatt.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31) – PROVISÕES OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Prêmio de Aposentadoria	11.288	6.838	11.288	6.838
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	59.926	14.213	57.278	13.255
Contingências Trabalhistas	20.585	15.436	20.585	15.436
Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	212	5.363	212	5.363
Cíveis - Consumidores	11.348	11.350	11.348	11.350
Outras	1.330	214	1.330	214
	<u>104.689</u>	<u>53.414</u>	<u>102.041</u>	<u>52.456</u>

O Prêmio de Aposentadoria é mantido de forma permanente pela CEMIG e representa um incentivo financeiro correspondente a 10% do salário-base por ano trabalhado aos empregados que, por opção, venham a se aposentarem e, conseqüentemente, promovam o seu desligamento da Companhia. Referidos gastos, quando incorridos, são classificados como Prêmio Aposentadoria. Em 31 de dezembro de 2003, a Companhia possui provisão no montante de R\$43.697 registrada no Passivo Circulante - Salários e Contribuições Sociais.

32) – OUTRAS DESPESAS LÍQUIDAS

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Combustível para Produção de Energia Elétrica	8.127	41.167	8.127	41.167
Arrendamentos e Aluguéis	25.234	15.094	18.164	14.165
Indenizações Trabalhistas	451	4.433	451	4.433
Subvenções e Doações	17.317	14.202	17.102	14.199
Propaganda e Publicidade	11.040	19.110	10.557	18.576
Taxa de Fiscalização da ANEEL	14.405	11.523	14.231	11.370
Consumo Próprio de Energia Elétrica	17.212	11.796	14.924	10.359
Seguros	2.439	657	2.242	611
Concessão Onerosa	9.236	6.530	7.264	5.873
Contribuição ao MAE	2.937	6.208	2.937	6.208
Gasto com Eficiência Energética	16.057	11.501	15.734	11.197
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	12.738	3.516	10.714	3.460
Outras Líquidas	<u>22.348</u>	<u>11.483</u>	<u>16.373</u>	<u>4.833</u>
	<u>159.541</u>	<u>157.220</u>	<u>138.820</u>	<u>146.451</u>

Os gastos com compra de combustível para produção de energia elétrica são reembolsados pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS e registrados na conta de Outras Receitas Operacionais – Subvenção da Conta de Consumo de Combustível.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

33) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Receitas Financeiras -				
Renda de Aplicação Financeira	78.465	235.868	61.761	223.478
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	56.153	43.014	56.153	43.014
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	362.010	584.124	362.010	584.124
Provisão para Perdas Referente Atualização Financeira de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	(197.988)	(275.944)	(197.988)	(275.944)
Variação Monetária da CVA	114.086	20.842	114.086	20.842
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	379.295	198.833	379.295	198.833
Variações Cambiais	351.785	75.252	331.442	75.250
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(77.678)	(44.599)	(76.804)	(44.419)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	10.719	-	10.719	-
Outras	37.459	29.813	33.467	29.658
	<u>1.114.306</u>	<u>867.203</u>	<u>1.074.141</u>	<u>854.836</u>
Despesas Financeiras -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(350.446)	(251.396)	(337.920)	(232.888)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(55.927)	-	(55.927)	-
Variação Monetária da CVA	(21.290)	-	(21.290)	-
Variações Cambiais	(16.200)	(803.276)	(16.200)	(771.975)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(53.033)	(101.342)	(53.017)	(101.342)
C.P.M.F.	(38.749)	(28.335)	(36.710)	(26.885)
Reversão (Provisão) para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	75.039	(60.969)	75.039	(60.969)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(50.954)	-	(50.954)	-
Outras	(17.656)	(17.345)	(14.451)	(14.803)
	<u>(529.216)</u>	<u>(1.262.663)</u>	<u>(511.430)</u>	<u>(1.208.862)</u>
Juros Sobre Capital Próprio	<u>(250.000)</u>	<u>(220.000)</u>	<u>(250.000)</u>	<u>(220.000)</u>
	<u>335.090</u>	<u>(615.460)</u>	<u>312.711</u>	<u>(574.026)</u>

Os encargos financeiros e variações monetárias/cambiais incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no exercício de 2003, nos montantes de R\$66.750 e R\$47.161, respectivamente, foram transferidos para as rubricas de Ativo Imobilizado e Investimentos (R\$58.917 de encargos financeiros e R\$126.121 de variações monetárias/cambiais no exercício de 2002).

34) – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	33.140	13.557	33.115	13.332
FORLUZ – Custeio Administrativo	7.215	9.387	7.215	9.387
Perdas em Projetos	20.960	3.059	20.960	3.059
Outros Despesas (Receitas) Líquidas	(187)	1.230	(23)	1.230
	<u>61.128</u>	<u>27.233</u>	<u>61.267</u>	<u>27.008</u>

A CEMIG reconheceu perdas em 2003, no valor de R\$15.336, referente aos gastos com estudos de viabilidade técnica objetivando a construção da usina de Bocaina. Esta perda decorre da revisão, pela ANEEL, do respectivo aproveitamento hidrelétrico, concluindo pela inviabilidade de construção da usina na localização que foi objeto dos estudos.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Adicionalmente, a CEMIG constituiu uma provisão para perdas no valor de R\$5.068 equivalente a estimativa da parcela não realizável dos gastos com estudos de viabilidade técnica para construção da usina de Formoso.

35) – PERDA EXTRAORDINÁRIA

A CEMIG registrou, no exercício de 2002, uma provisão para perda no montante de R\$1.045.325 referente ao Segundo Aditivo contratual do contas a receber do Governo do Estado de Minas Gerais. As informações detalhadas estão descritas na Nota Explicativa nº 11.

36) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

	2003		2002	
	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ
ATIVO				
Circulante				
Consumidores e Revendedores	17.987	-	7.843	-
Tributos Compensáveis- ICMS a Recuperar	25.789	-	17.978	-
Outros Créditos - Adiantamento para Custeio de Benefícios Assistenciais	-	1.058	-	17.641
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	891.063	-	754.960	-
Tributos Compensáveis - ICMS a Recuperar	95.845	-	81.583	-
ICMS a Recuperar – Em discussão com o Governo do Estado de Minas Gerais	20.088	-	18.843	-
Consumidores e Revendedores	61.550	-	-	-
PASSIVO				
Circulante				
Impostos, Taxas e Contribuições - ICMS	141.870	-	44.982	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	71.383	-	50.418	-
Obrigações Pós-Emprego	-	185.226	-	180.992
Outras Obrigações- Repasso de Contribuições	-	16.898	-	15.938
Exigível a Longo Prazo				
Debêntures	50.267	-	25.507	-
Obrigações Pós-Emprego	-	1.496.027	-	1.656.488

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2003		2002	
	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ
RESULTADO				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	33.768	-	24.887	-
Deduções à Receita Operacional – ICMS	(1.522.476)	-	(1.151.385)	-
Despesa com Obrigações Pós-emprego	-	(74.338)	-	(145.473)
Despesa com Pessoal – Contribuições para suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	-	(30.818)	-	(21.402)
Receita Financeira-				
Juros e Variação Monetária auferidos com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	362.010	-	584.124	-
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	(197.988)	-	(275.944)	-
Despesa Financeira				
Variação Monetária – Debêntures	(2.260)	-	(3.007)	-
Despesa não Operacional				
Provisão para Perdas Extraordinárias com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	(1.045.325)	-
Custeio Administrativo da Forluz	-	7.215	-	9.387

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 6, 8, 11, 19, 20, 23, 27, 28, 33, 34 e 35.

O saldo de consumidores e revendedores referente ao Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$79.537 em 31 de dezembro de 2003 a curto e longo prazo, inclui os valores a receber da COPASA, que se encontram vencidos. A Administração da CEMIG não espera perdas na realização deste ativo.

37) –EXPOSIÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Como concessionária do setor elétrico brasileiro, a CEMIG opera em ambientes onde fatores como reestruturações societárias, regulamentações emanadas dos órgãos governamentais, evolução tecnológica, globalização e variações do mercado consumidor são fatores de geração de riscos.

A CEMIG iniciou, em janeiro de 2003, trabalhos de implantação de projeto de Gerenciamento de Riscos Corporativos, buscando promover o entendimento de eventuais ocorrências que podem gerar perda de valor aos acionistas e estruturar a empresa para agir de forma pró-ativa em relação ao seu ambiente de riscos.

Os principais riscos de mercado que afetam os negócios da CEMIG estão descritos a seguir:

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente a cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto significativo no endividamento, resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2003, operações contratadas de hedge sem caixa, no montante de R\$401.727, equivalente a US\$139.044, e R\$182.017, equivalente a ¥6.738.634, nas quais foi efetuada a substituição da variação do dólar Norte-Americano e Yen acrescidos de juros pela variação do CDI (vide Nota Explicativa nº 38). A exposição líquida à taxa de câmbio é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos	1.424.503	1.994.957	1.325.345	1.872.393
(-) Fundos Vinculados a Empréstimos e Financiamentos	(41.467)	(102.496)	(41.467)	(102.496)
(-) Operações contratadas de hedge sem caixa	(401.427)	-	(401.427)	-
	<u>981.609</u>	<u>1.892.461</u>	<u>882.451</u>	<u>1.769.897</u>
Yen				
Empréstimos e Financiamentos	182.199	-	182.199	-
(-) Operações contratadas de hedge sem caixa	(182.017)	-	(182.017)	-
	<u>182</u>	<u>-</u>	<u>182</u>	<u>-</u>
Outras moedas estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos				
Euro	69.464	73.037	69.464	73.037
Outros	35.279	51.053	35.279	51.053
	<u>104.743</u>	<u>124.090</u>	<u>104.743</u>	<u>124.090</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>1.086.534</u>	<u>2.016.551</u>	<u>987.376</u>	<u>1.893.987</u>

A partir de 2001, com a criação da Conta de Compensação de Variação dos Itens da Parcela A – CVA, a variação na taxa de câmbio referente às obrigações com compra de energia elétrica de Itaipu Binacional é compensada nos reajustes tarifários subsequentes e, desta forma, não representa mais uma exposição da CEMIG ao risco de taxa de câmbio.

b) Risco de taxas de juros internacionais

A CEMIG e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), nos montantes de R\$615.960 e R\$99.158, respectivamente, em 31 de dezembro de 2003 (R\$827.530 e R\$122.564 em 31 de dezembro de 2002).

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade da CEMIG e suas controladas vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. Parcela substancial do fornecimento bruto de energia está pulverizada em um grande número de consumidores. Os procedimentos da CEMIG para redução da inadimplência compreendem a emissão de aviso de vencimento dos débitos, contatos telefônicos e negociações que viabilizem o recebimento dos créditos. Após serem esgotadas as possibilidades de regularização das contas em atraso, a CEMIG procede à suspensão do fornecimento.

d) Risco de racionamento de energia

Parcela substancial da energia vendida pela CEMIG é gerada em suas usinas hidrelétricas. A parcela restante é adquirida de Itaipu, através de contratos iniciais firmados com a ELETROBRAS e, em menor escala, de outros geradores e através do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE. Um período prolongado de escassez de chuvas, que tivesse como consequência a redução no volume dos reservatórios das usinas hidrelétricas, poderia implicar em perdas para a CEMIG, em função de um eventual aumento no custo da energia comprada e a adoção de um novo Programa de Racionamento. Em função do nível atual dos reservatórios das hidrelétricas do sistema elétrico brasileiro, não está prevista, na opinião do Governo Federal, a implementação de um novo Programa de Racionamento para os próximos anos.

e) Risco de Aceleração de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. Essas cláusulas restritivas foram atendidas, exceto às do empréstimo da Infovias junto ao MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO, para a qual foi obtido o consentimento formal (“waiver”) dos credores (vide Nota Explicativa nº20), e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

38) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CEMIG utiliza instrumentos financeiros restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos e Debêntures, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

A CEMIG mantém políticas e estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos, e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG têm o propósito de proteger as operações da empresa contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos. As empresas controladas pela CEMIG não possuem operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2003, a CEMIG mantinha instrumentos de troca de resultados financeiros – “swap” junto a instituições financeiras, para fazer face às oscilações que possam ocorrer na moeda nacional com relação ao dólar Norte-Americano no montante equivalente a US\$139.044 e Yen no montante equivalente a ¥6.738.634.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto referirem-se a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos realizados e não realizados nestas operações acumulavam perdas, de janeiro a dezembro de 2003, nos montantes de R\$29.894 e R\$10.341, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças significativas quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor de mercado é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG, os ganhos/(perdas) não realizados, registrados, e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 31 de dezembro de 2003:

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	31 de dezembro de 2003	
				Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
¥ (Yen Japonês) acrescido de cupom cambial (1,31% a.a. a 1,40% a.a.)	R\$ atrelado a variação do CDI (106,90% a 107,90% CDI)	De 12/2004 até 04/2005	¥6.738.634 ¥6.738.634	421	(2.220)
				421	(2.220)
US\$ acrescido de cupom cambial (2,23% a.a. a 5,24% a.a.)	R\$ atrelado a variação do CDI (100% a 109,00% CDI)	De 03/2004 até 12/2004	US\$55.592	(918)	(1.204)
US\$	R\$ atrelado a variação do CDI (95% CDI)	De 01/2004 até 12/2004	US\$71.382	(9.347)	(9.912)
US\$	R\$ atrelado a taxa de juro pré-fixada (15,98% a.a.)	03/2004	US\$12.070 US\$139.044	(497) (10.762)	(380) (11.496)
				(10.341)	(13.716)

39) – SEGUROS

A CEMIG mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, como segue:

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância	
			Segurada	Prêmio Anual
Aeronáutico – Aeronaves	Total	28/02/2003 a 28/02/2004	20.750	601
Aeronáutico – Aeronaves	Total	28/02/2004 a 28/02/2005	19.739	546
Almoxarifados e instalações prediais	Incêndio	10/07/2003 a 10/07/2004	357.143	111
Equipamentos de telecomunicações	Incêndio	01/01/2004 a 10/07/2004	32.703	5
Operacional – Geradores, Turbina e Equipamentos de Potência	Total	04/02/2004 a 04/02/2005	1.144.587	2.770

A CEMIG não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a CEMIG não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A CEMIG não tem experimentado perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

40) – COMPROMISSOS

A CEMIG possui contratos para construção de novos empreendimentos, onde as obrigações são contabilizadas à medida em que os serviços são executados. Adicionalmente, estão previstos aportes de capital em algumas empresas controladas. Os principais compromissos futuros da CEMIG estão relacionados a seguir:

	2004	2005	2006	2007
Usina de Aimorés	109.100	10.500	-	-
Usina de Irapé	255.900	228.100	10.800	4.700
Usina de Funil	3.900	-	-	-
Usina de Queimado	7.200	-	-	-
Usina de Pai Joaquim	3.403	-	-	-
Subestação de transmissão Bom Despacho 3	29.700	-	-	-
Infovias	78.000	58.000	16.000	-
Efficientia S.A.	2.200	-	-	-
Total	489.403	296.600	26.800	4.700

41) – DESVERTICALIZAÇÃO

Os contratos de concessão para distribuição de energia elétrica da CEMIG, assinados em 1997, determinavam que a Companhia deveria reestruturar suas operações através do desmembramento de suas atividades de geração, transmissão e distribuição em subsidiárias integrais (“desverticalização”). De acordo com os contratos de concessão, a CEMIG deveria ter completado este processo de reorganização até 31 de dezembro de 2000, sendo o prazo posteriormente prorrogado pela ANEEL para 21 de setembro de 2002.

Em 11 de novembro de 2002, a ANEEL multou a Companhia no montante de R\$6.046 em função da não conclusão da desverticalização. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa multa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial contra esta multa ou quaisquer outras penalidades que possam ser impostas com relação a esse assunto.

Entretanto, conforme recomendação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2003, a CEMIG está desenvolvendo estudos para implementar a desverticalização das suas operações, adequando-se a exigência constante da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, de reestruturação do modelo do setor elétrico brasileiro. Conforme consta da Lei aprovada, as empresas do setor elétrico terão um prazo de 18 meses para desverticalizarem as suas operações.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

42) – ALTERAÇÕES NO MODELO DO SETOR ELÉTRICO

Em 16 de março de 2004, foram publicadas as Leis nº 10.847, que autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, e a Lei nº 10.848, que estabelece as bases do novo modelo do setor elétrico.

Dentro do novo modelo, três novas estruturas estão sendo criadas: a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, encarregada de fazer estudos do planejamento da expansão e transmissão de energia; a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que substituirá o MAE, encarregada da viabilização da comercialização de energia elétrica de que trata a Lei e o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, encarregado do monitoramento permanente da segurança de suprimento.

Com a criação da nova estrutura, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE passa a suceder o Mercado Atacadista de Energia - MAE, ficando o processo de transição sob a responsabilidade da ANEEL a ser concluído no prazo de noventa dias, a contar da data de publicação da regulamentação da Lei 10.848.

O novo modelo, além da criação das novas instituições citadas, também estabeleceu novas funções para os agentes institucionais existentes, como o monitoramento permanente do Setor pelo Ministério das Minas e Energia - MME, através do CMSE, a compra de energia para as Distribuidoras pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, alterando, ainda, a governança do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, ao determinar a indicação, pelo Governo Federal, de 3 dos seus 5 diretores.

As alterações estabelecidas pelo novo modelo do setor elétrico deverão impactar os negócios da CEMIG, sendo que seus efeitos somente poderão ser mensurados após a regulamentação completa da Lei 10.848, prevista para ocorrer até o final do mês de maio/2004.

As principais alterações já homologadas são as seguintes:

- ❑ Definição de dois ambientes de contratação de energia: o *regulado*, onde todas as compras de energia se fazem por meio de licitação, pelo critério de menor tarifa, através da Câmara de Comercialização de Energia - CCEE, e o *livre*, onde se inscrevem todos os consumidores livres e os comercializadores com capacidade de negociar seus contratos de suprimento;
- ❑ Os Geradores poderão vender energia nos dois ambientes, regulado e livre, sendo a geração considerada uma atividade competitiva;
- ❑ As Distribuidoras somente poderão atuar no ambiente regulado, sendo que a contratação de suas necessidades serão efetuadas em conjunto pela ANEEL, via licitação, através da CCEE;
- ❑ Exigência da desverticalização da distribuição, ou seja, uma concessionária de distribuição não poderá desenvolver atividades de geração e transmissão, sendo necessária a constituição de empresas distintas, com prazo de 18 meses para adaptação, contados a partir da publicação da Lei (prorrogável por igual período, a critério da ANEEL);
- ❑ As Distribuidoras não poderão mais vender energia a consumidores livres, sendo permitido o exercício dessa atividade por um período máximo de 12 meses, contados a partir de 11/12/2003.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- As distribuidoras também não poderão deter participação em outras sociedades, bem como exercer atividades estranhas ao objeto da concessão, devendo se adaptar no prazo de 18 meses citado anteriormente;
- Limitação do self-dealing, proibindo a uma geradora vender energia diretamente a uma distribuidora do mesmo grupo econômico, a não ser através da contratação regulada, via licitação, efetuada pela ANEEL;
- As licitações dos novos empreendimentos de geração de energia, visando a expansão da oferta para atendimento ao crescimento de carga, serão efetuadas com antecedência de três e cinco anos, pelo critério de menor tarifa;
- Obtenção, pelos vencedores das licitações, de contratos de suprimento de longo prazo (15 a 35 anos);
- Concessão de licença prévia ambiental como pré-requisito para as licitações das novas usinas hidrelétricas e linhas de transmissão;
- Exigência de contratação de 100% da demanda por parte de todos os agentes de consumo (distribuidores e consumidores livres); e,
- Exigência da quitação das obrigações intra-setoriais como pré-requisito para os processos de reajuste e revisão tarifária.

* * * * *

Djalma Bastos de Moraes
Diretor Presidente

Francisco Sales Dias Horta
Diretor Vice-Presidente

Flávio Decat de Moura
Diretor de Finanças, Participações
e de Relações com Investidores

Heleni de Mello Fonseca
Diretora de Gestão Empresarial

Elmar de Oliveira Santana
Diretor de Geração e Transmissão

José Maria de Macedo
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Celso Ferreira
Diretor de Planejamento,
Projetos e Construções

Pedro Carlos Hosken Vieira
Superintendente de Controladoria

Leonardo George de Magalhães
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-53.140

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO I
 Página 1/2

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
 (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	1.197.642	(1.001.833)	1.197.642	(1.001.833)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa -				
Depreciação e Amortização	570.193	550.513	523.726	518.896
Recomposição Tarifária Extraordinária	-	(275.321)	-	(275.321)
Despesa com Compra de Energia Livre	-	45.330	-	45.330
Revendedores – Transações no MAE	(21.318)	(464.977)	(21.318)	(464.977)
Baixas de Imobilizado Líquidas	61.344	26.278	61.344	26.224
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(31.220)	4.693
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(916.077)	(60.223)	(894.011)	(106.021)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	157.780	(104.111)	154.607	(85.204)
Provisão (Reversão) para Perdas na Recuperação dos				
Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	(118.442)	177.627	(118.442)	177.627
Provisões para Perdas Operacionais	21.264	70.038	18.812	70.038
Obrigações Pós-Emprego	74.338	145.473	74.338	145.473
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do				
Governo do Estado de Minas Gerais	197.988	1.321.269	197.988	1.321.269
Outros	11.518	(12.688)	10.785	-
	<u>1.236.230</u>	<u>417.375</u>	<u>1.174.251</u>	<u>376.194</u>
(Aumento) Redução de Ativos-				
Consumidores e Revendedores	(326.533)	(410.183)	(335.095)	(384.259)
Recomposição Tarifária Extraordinária –				
Recebimento dos Consumidores	270.464	218.168	270.464	218.168
Tributos Compensáveis	(102.014)	71.234	(102.976)	69.990
Outros Ativos Circulantes	72.831	(54.754)	47.920	(53.366)
Despesas Antecipadas – CVA	(106.880)	(237.311)	(106.880)	(237.311)
Recebíveis do Governo Federal – baixa renda	1.967	(42.386)	1.967	(42.386)
Amortização do Contas a Receber do Governo do				
Estado de Minas Gerais	27.918	-	27.918	-
Depósitos Vinculados a Litígios	(15.176)	(50.080)	(15.166)	(50.080)
Racionamento – Bônus Pagos aos Consumidores em				
excesso à Sobretaxa	-	(87.586)	-	(87.586)
Ressarcimento pela ANEEL dos Bônus Pagos aos				
Consumidores	-	132.596	-	132.596
Ressarcimento através da tarifa dos custos do				
racionamento	20.460	-	20.460	-
Outros Realizáveis a Longo Prazo	7.594	(57.537)	7.871	(63.083)
	<u>(149.369)</u>	<u>(517.839)</u>	<u>(183.517)</u>	<u>(497.317)</u>

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO I
 Página 2/2

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Aumento (Redução) de Passivos-				
Fornecedores	(730.532)	605.544	(709.943)	585.301
Tributos e Contribuição Social	373.341	143.252	368.076	141.206
Salários e Contribuições Sociais	90.595	11.445	90.709	10.876
Encargos Regulatórios	39.862	42.160	39.528	42.418
Empréstimos e Financiamentos	(88.855)	247.911	(89.016)	243.787
Obrigações Pós-Emprego	(230.565)	(161.731)	(230.565)	(161.731)
Outros	50.175	(4.500)	62.603	3.743
	<u>(495.979)</u>	<u>884.081</u>	<u>(468.608)</u>	<u>865.600</u>
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	590.882	783.617	522.126	744.477
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	716.870	518.288	700.076	494.171
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(825.947)	(594.009)	(798.626)	(547.201)
Empréstimos de Curto Prazo	820.123	-	820.123	-
Venda Antecipada de Energia Elétrica	-	(42.596)	-	(42.596)
Venda de Títulos e Valores Mobiliários	118.994	-	118.994	-
Aumento de Capital efetuado por Acionistas Minoritários	-	11.526	-	-
Dividendos Recebidos de Controladas	-	-	53.400	-
Redução de Capital em Controlada	-	-	10.460	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(198.972)	(214.508)	(200.122)	(214.590)
	<u>631.068</u>	<u>(321.299)</u>	<u>704.305</u>	<u>(310.216)</u>
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	<u>1.221.950</u>	<u>462.318</u>	<u>1.226.431</u>	<u>434.261</u>
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(194.538)	(322.542)	(287.201)	(509.570)
No Imobilizado	(806.271)	(853.409)	(719.539)	(673.971)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	96.396	157.091	96.396	157.091
No Diferido	(31)	(16.571)	-	-
	<u>(904.444)</u>	<u>(1.035.431)</u>	<u>(910.344)</u>	<u>(1.026.450)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>317.506</u>	<u>(573.113)</u>	<u>316.087</u>	<u>(592.189)</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA				
No início do exercício	122.975	696.088	50.303	642.492
No fim do exercício	<u>440.481</u>	<u>122.975</u>	<u>366.390</u>	<u>50.303</u>
	<u>317.506</u>	<u>(573.113)</u>	<u>316.087</u>	<u>(592.189)</u>

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO II
 Página 1/1

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
 (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora					
	2003	2002	2003	2002				
RECEITAS								
Receita Operacional	7.967.945	6.751.960	7.495.425	6.497.366				
Provisão sobre Créditos de Liquidação Duvidosa	(59.926)	(14.213)	(57.278)	(13.255)				
Perda Extraordinária	-	(1.045.325)	-	(1.045.325)				
Resultado Não Operacional	(61.128)	(27.233)	(61.267)	(27.008)				
	<u>7.846.891</u>	<u>5.665.189</u>	<u>7.376.880</u>	<u>5.411.778</u>				
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.393.423)	(1.732.678)	(1.393.423)	(1.732.678)				
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(310.263)	(297.537)	(310.263)	(297.537)				
Serviços de Terceiros	(321.245)	(264.563)	(305.504)	(256.926)				
Gás Comprado para Revenda	(246.276)	(152.132)	-	-				
Materiais	(87.834)	(78.428)	(84.963)	(76.791)				
Outros Custos Operacionais	(47.890)	(355.438)	(36.263)	(345.654)				
	<u>(2.406.931)</u>	<u>(2.880.776)</u>	<u>(2.130.416)</u>	<u>(2.709.586)</u>				
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>5.439.960</u>	<u>2.784.413</u>	<u>5.246.464</u>	<u>2.702.192</u>				
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(570.193)	(550.513)	(523.726)	(518.896)				
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>4.869.767</u>	<u>2.233.900</u>	<u>4.722.738</u>	<u>2.183.296</u>				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	31.220	(4.693)				
Receitas Financeiras	1.266.462	850.833	1.225.984	838.286				
	<u>1.266.462</u>	<u>850.833</u>	<u>1.257.204</u>	<u>833.593</u>				
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>6.136.229</u>	<u>3.084.733</u>	<u>5.979.942</u>	<u>3.016.889</u>				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%	%	%				
Pessoal e Encargos	786.183	13	636.515	21	773.405	13	627.889	21
Impostos, Taxas e Contribuições	3.562.406	58	2.273.230	74	3.440.972	57	2.255.660	75
Despesas financeiras e Aluguéis	590.740	9	1.188.453	37	567.923	10	1.135.173	37
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	320.494	5	-	-	320.494	5	-	-
Participação de Minoritários	(742)	-	(11.632)	-	-	-	-	-
Lucros Retidos	877.148	15	(1.001.833)	(32)	877.148	15	(1.001.833)	(33)
	<u>6.136.229</u>	<u>100</u>	<u>3.084.733</u>	<u>100</u>	<u>5.979.942</u>	<u>100</u>	<u>3.016.889</u>	<u>100</u>

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO III

Página 1/4

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADORA SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	Atividades não Vinculadas	Total
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	1.465.663	-	5.702.962	6.086	7.174.711
Outras Receitas Operacionais	6.596	256.741	46.538	10.839	320.714
	1.472.259	256.741	5.749.500	16.925	7.495.425
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL-					
Receita Operacional Líquida	(113.544)	(19.962)	(2.122.278)	(602)	(2.256.386)
	1.358.715	236.779	3.627.222	16.323	5.239.039
DESPESA OPERACIONAL					
Pessoal	(98.224)	(65.940)	(556.595)	(993)	(721.752)
Pessoal – Administradores e Conselheiros	(393)	(283)	(1.933)	(6)	(2.615)
Participações dos Empregados	(11.918)	(6.489)	(73.895)	-	(92.302)
Materiais	(9.347)	(6.321)	(69.060)	(235)	(84.963)
Serviços de Terceiros	(32.820)	(16.015)	(254.660)	(2.009)	(305.504)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(12.465)	-	-	(673)	(13.138)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(1.393.423)	-	(1.393.423)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(15.157)	-	(293.185)	(1.921)	(310.263)
Depreciação e Amortização	(134.376)	(35.393)	(349.420)	(4.537)	(523.726)
Obrigações Pós-Emprego	(11.151)	(5.947)	(57.240)	-	(74.338)
Reversão da Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	118.442	-	118.442
Provisões Operacionais	(11.656)	(4.293)	(86.371)	279	(102.041)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	-	(282.309)	-	(282.309)
Conta de Desenvolvimento Energético	-	-	(118.217)	-	(118.217)
Outras Despesas Líquidas	(30.079)	(6.498)	(92.546)	(9.697)	(138.820)
	(367.586)	(147.179)	(3.510.412)	(19.792)	(4.044.969)
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	991.129	89.600	116.810	(3.469)	1.194.070
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	-	31.220	31.220
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receita Financeira	132.762	26.418	915.296	(335)	1.074.141
Despesa Financeira	(57.324)	(13.553)	(380.657)	(59.896)	(511.430)
	75.438	12.865	534.639	(60.231)	562.711
Juros sobre Capital Próprio	(33.000)	(20.000)	(197.000)	-	(250.000)
	42.438	(7.135)	337.639	(60.231)	312.711
Lucro Operacional	1.033.567	82.465	454.449	(32.480)	1.538.001
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(20.933)	(1.330)	(37.165)	(1.839)	(61.267)
Lucro antes do Imposto de Renda,					
Contribuição Social	1.012.634	81.135	417.284	(34.319)	1.476.734
Imposto de Renda	(271.278)	(21.736)	(111.784)	9.190	(395.608)
Contribuição Social	(91.533)	(7.334)	(37.717)	3.100	(133.484)
Lucro Antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	649.823	52.065	267.783	(22.029)	947.642
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	33.000	20.000	197.000	-	250.000
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	682.823	72.065	464.783	(22.029)	1.197.642

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO III

Página 2/4

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADORA SEGREGADO POR ATIVIDADE
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002
 (Em milhares de reais)**

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	Atividades não Vinculadas	Total
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	1.246.389	-	4.692.444	12.924	5.951.757
Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	275.321	-	275.321
Outras Receitas Operacionais	39.453	191.155	35.605	4.075	270.288
	1.285.842	191.155	5.003.370	16.999	6.497.366
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL-	(102.885)	(12.410)	(1.499.260)	(845)	(1.615.400)
Receita Operacional Líquida	1.182.957	178.745	3.504.110	16.154	4.881.966
DESPESA OPERACIONAL					
Pessoal	(68.197)	(44.708)	(425.479)	(2.122)	(540.506)
Pessoal – Administradores e Conselheiros	(350)	(201)	(1.684)	(5)	(2.240)
Participações dos Empregados	(5.155)	(2.183)	(30.846)	-	(38.184)
Materiais	(9.710)	(5.327)	(61.541)	(213)	(76.791)
Serviços de Terceiros	(29.956)	(12.283)	(213.296)	(1.391)	(256.926)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(46.319)	-	-	-	(46.319)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(1.732.678)	-	(1.732.678)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	-	(297.367)	(170)	(297.537)
Depreciação e Amortização	(136.958)	(32.716)	(348.133)	(1.089)	(518.896)
Obrigações Pós-Emprego	(20.366)	(10.183)	(114.924)	-	(145.473)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	(177.627)	-	(177.627)
Provisões Operacionais	(8.112)	(3.080)	(41.071)	(193)	(52.456)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	-	(344.902)	-	(344.902)
Outras Despesas Líquidas	(57.695)	(4.625)	(74.715)	(9.416)	(146.451)
	(382.818)	(115.306)	(3.864.263)	(14.599)	(4.376.986)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	800.139	63.439	(360.153)	1.555	504.980
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	-	(4.693)	(4.693)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receita Financeira	50.927	34.145	769.425	339	854.836
Despesa Financeira	(291.708)	(60.624)	(818.235)	(38.295)	(1.208.862)
	(240.781)	(26.479)	(48.810)	(37.956)	(354.026)
Juros sobre Capital Próprio	(30.800)	(15.400)	(173.800)	-	(220.000)
	(271.581)	(41.879)	(222.610)	(37.956)	(574.026)
Lucro (Prejuízo) Operacional	528.558	21.560	(582.763)	(41.094)	(73.739)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(12.565)	(1.947)	(9.111)	(3.385)	(27.008)
PERDA EXTRAORDINÁRIA	(146.346)	(73.173)	(825.806)	-	(1.045.325)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	369.647	(53.560)	(1.417.680)	(44.479)	(1.146.072)
Imposto de Renda	(130.459)	(10.906)	62.391	10.051	(68.923)
Contribuição Social	(52.756)	(3.086)	44.695	4.309	(6.838)
Lucro (Prejuízo) Antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	186.432	(67.552)	(1.310.594)	(30.119)	(1.221.833)
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	30.800	15.400	173.800	-	220.000
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	217.232	(52.152)	(1.136.794)	(30.119)	(1.001.833)

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO III
Página 3/4

**NOTA EXPLICATIVA À DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO
POR ATIVIDADE**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

A CEMIG mantém registro das receitas e despesas por atividade, segregando-as entre geração, transmissão, distribuição/comercialização e atividades não vinculadas a concessão do serviço público de energia elétrica da CEMIG, conforme determinação do Órgão Regulador. As Demonstrações dos Resultados Segregados por Atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 foram elaboradas adotando-se os critérios descritos abaixo.

Para segregação das Receitas Operacionais são adotados os seguintes critérios:

- Geração - Refere-se ao fornecimento de energia para a atividade de Distribuição, sendo adotadas as seguintes tarifas: Para o exercício de 2002, tarifa de R\$41,19/MWh até 07 de abril de 2002 e R\$46,10/MWh a partir de então. Para o exercício de 2003, tarifa de R\$46,10/MWh, até 07 de abril de 2003 e R\$51,02/MWh a partir de então.
- Transmissão – Refere-se à utilização das instalações de transmissão da rede básica, com receita permitida aprovada através de Resolução pela ANEEEL, e outros serviços relacionados, e compreende valores efetivamente faturados pela Companhia a terceiros durante o exercício.
- Distribuição e Comercialização – Refere-se aos valores efetivamente faturados pela CEMIG a consumidores finais, reduzidos daqueles alocados as atividades de Geração e Transmissão.
- Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica – Referem-se as receitas provenientes dos ativos da CEMIG relacionados a atividade de produtor independente de energia elétrica e outras operações não vinculadas a concessão.

A receita de geração para operações internas não foi faturada, mas somente reduzida da receita faturada pela atividade de Distribuição e Comercialização.

Para segregação das despesas, são adotados os seguintes critérios:

Deduções às Receitas - Exceto quanto ao ICMS e ECE, que incidem somente sobre a atividade de Distribuição/Comercialização, foram alocadas proporcionalmente às receitas de cada atividade.

Despesas Operacionais - As despesas relacionadas diretamente com as atividades foram alocadas especificamente, conforme registro contábil definido no Plano de Contas. As despesas comuns, quando a identificação por atividade não foi possível, foram apropriadas através de rateio, proporcionalmente às Despesas de Pessoal e Serviço de Terceiros, diretamente alocadas, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Os Resultados de Equivalência Patrimonial foram alocados integralmente como Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO III

Página 4/4

Para segregação das Receitas e Despesas Financeiras, Resultado não Operacional e Provisão para Perdas Extraordinárias são adotados os mesmos critérios das despesas operacionais.

A Contribuição Social e o Imposto de Renda foram alocados proporcionalmente ao Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Os Juros sobre Capital Próprio e a Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio foram alocados de acordo com os critérios de alocação das despesas operacionais comuns, ou seja, proporcionalmente às Despesas de Pessoal e Serviço de Terceiros, diretamente alocadas.

As receitas e despesas alocadas entre as diversas atividades da Companhia, de todas as naturezas indicadas, limitaram-se aos valores totais efetivamente auferidos e incorridos durante o exercício pela CEMIG. Não foram criadas receitas e despesas em adição aos valores constantes dos registros contábeis oficiais, de modo a não ser necessária a eliminação de saldos entre atividades.

As Demonstrações dos Resultados Segregados por Atividade foram elaboradas em conformidade à instrução do órgão regulador, sendo que não foram elaborados os respectivos Balanço Patrimonial e a Mutação do Patrimônio Líquido. Desta forma, as referidas Demonstra es não representam as Demonstra es dos Resultados de cada atividade, caso as mesmas fossem sociedades constituídas legalmente, com opera es independentes.

ANEXO J

Informações Trimestrais da Emissora relativas aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2005 e 2006 e
Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 30/06/2005

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
4 - NIRE 3130002056-8		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Barbacena 1200 - 17 º andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Santo Agostinho		
3 - CEP 30190-131	4 - MUNICÍPIO Belo Horizonte		5 - UF MG	
6 - DDD 031	7 - TELEFONE 3299-4903	8 - TELEFONE 3299-3815	9 - TELEFONE 3299-4810	10 - TELEX 311124
11 - DDD 031	12 - FAX 3299-3691	13 - FAX -	14 - FAX -	
15 - E-MAIL mail@cemig.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Flávio Decat de Moura				
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Barbacena, 1200		3 - BAIRRO OU DISTRITO Santo Agostinho		
4 - CEP 30190-131	5 - MUNICÍPIO Belo Horizonte		6 - UF MG	
7 - DDD 031	8 - TELEFONE 3299-4903	9 - TELEFONE 3299-3818	10 - TELEFONE 3299-4810	11 - TELEX 311124
12 - DDD 031	13 - FAX 3299-4691	14 - FAX 3299-3933	15 - FAX 3299-3864	
16 - E-MAIL flaviodecat@cemig.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2005	31/12/2005	2	01/04/2005	30/06/2005	1	01/01/2005	31/03/2005
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu					10 - CÓDIGO CVM 00385-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Gilberto Grandolpho					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 007.585.878-99		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2005	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2005	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2004
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	475.761	475.761	0
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	475.761	475.761	0
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estatal
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 112 - Energia elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Comcessionária de Serviço Público de Energia Elétrica
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	29/06/2005	Juros Sobre Capital Próprio		ON	0,2249027387

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2005
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2- DATA DA ALTERAÇÃO	3- VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4- VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5- ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7- QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8- PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	01/01/2005	475.761	475.760	Subscrição em Bens ou Créditos	475.760	1,0000000000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 30/06/2005	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2005	4 - 31/03/2005
1	Ativo Total	8.541.406	8.241.487
1.01	Ativo Circulante	2.917.970	2.511.706
1.01.01	Disponibilidades	514.030	532.469
1.01.02	Créditos	2.302.579	1.858.443
1.01.02.01	Consumidores e Revendedores	1.106.942	994.723
1.01.02.02	Consumidores-Rec.Tarifária e Parcela "A"	293.563	234.912
1.01.02.03	Transporte de Energia a Receber	236.238	0
1.01.02.04	Tributos Compensáveis	59.245	61.111
1.01.02.05	Despesas Antecipadas CVA	416.752	490.409
1.01.02.06	Créditos Tributários	20.399	25.415
1.01.02.07	Ativo Regulatório PIS-PASEP/COFINS	53.889	51.873
1.01.02.08	Reajuste Tarifário Diferido	115.551	0
1.01.03	Estoques	18.080	14.805
1.01.04	Outros	83.281	105.989
1.01.04.02	Outros Créditos	83.281	105.989
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.861.603	3.007.211
1.02.01	Créditos Diversos	2.779.955	2.840.190
1.02.01.01	Consumidores-Rec.Tarifária e Parcela "A"	1.040.642	1.114.096
1.02.01.02	Despesas Antecipadas - CVA	106.740	12.971
1.02.01.03	Créditos Tributários	56.753	48.860
1.02.01.04	Tributos Compensáveis	102.326	102.326
1.02.01.05	Depósitos Vinculados a Litígio	2.054	768
1.02.01.06	Consumidores e Revendedores	71.107	74.565
1.02.01.07	Reajuste Tarifário Diferido	1.059.226	1.158.388
1.02.01.08	Ativo Regulatório PIS-PASEP/COFINS	341.107	328.216
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	55.712	132.547
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	25.936	34.474
1.03	Ativo Permanente	2.761.833	2.722.570
1.03.01	Investimentos	413	416
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0
1.03.02	Imobilizado	2.760.982	2.721.686
1.03.03	Diferido	438	468

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	06.981.180/0001-16

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2005	4 - 31/03/2005
2	Passivo Total	8.541.406	8.241.487
2.01	Passivo Circulante	1.705.531	1.859.666
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	163.825	490.044
2.01.02	Debêntures	0	21.550
2.01.03	Fornecedores	491.883	538.134
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	222.088	178.372
2.01.05	Dividendos a Pagar	90.950	0
2.01.06	Provisões	215.028	176.370
2.01.06.01	Salários e Encargos Sociais	110.766	101.699
2.01.06.02	Encargos Regulatórios	73.830	59.279
2.01.06.03	Participações os Lucros	30.432	15.392
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	257.045	169.485
2.01.08	Outros	264.712	285.711
2.01.08.01	Obrigações Pós-Emprego	87.303	83.968
2.01.08.02	Outras Obrigações	177.409	201.743
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	3.980.962	3.434.689
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.528.921	969.441
2.02.02	Debêntures	250.269	249.619
2.02.03	Provisões	329	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	2.201.443	2.215.629
2.02.05.01	Obrigações pós-Emprego	1.008.732	1.027.340
2.02.05.02	Fornecedores	240.409	235.146
2.02.05.03	Impostos, Taxas e Contribuições	857.378	856.987
2.02.05.04	Outras Obrigações	21.297	58.175
2.02.05.05	CVA	73.627	37.981
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	2.854.913	2.947.132
2.05.01	Capital Social Realizado	475.761	475.761
2.05.02	Reservas de Capital	1.786.237	2.066.841
2.05.02.01	Recursos Destinado a Aumento de Capital	1.786.237	2.066.841
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	592.915	404.530

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
Data-Base - 30/06/2005
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2005 a 30/06/2005	4 - 01/01/2005 a 30/06/2005	5 - 01/04/2004 a 30/06/2004	6 - 01/01/2004 a 30/06/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2.287.513	4.621.445	0	0
3.01.01	Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	1.884.441	3.427.992	0	0
3.01.03	Reajuste Tarifário Diferido	7.952	591.010	0	0
3.01.04	Receita de Uso da Rede	388.905	571.887	0	0
3.01.05	Outras Receitas Operacionais	6.215	30.556	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(730.559)	(1.319.321)	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.556.954	3.302.124	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.154.119)	(2.381.927)	0	0
3.04.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	(420.088)	(952.645)	0	0
3.04.02	Encargos Uso da Rede Básica Transmissão	(152.136)	(334.444)	0	0
3.04.03	Pessoal e Administradores	(164.629)	(325.648)	0	0
3.04.04	Entidade de Previdência Privada	(27.798)	(55.595)	0	0
3.04.05	Materiais	(19.629)	(33.661)	0	0
3.04.07	Serviços de Terceiros	(67.661)	(114.814)	0	0
3.04.08	Depreciação e Amortização	(89.266)	(178.370)	0	0
3.04.09	Provisões Operacionais	(1.683)	(4.766)	0	0
3.04.10	Royalties (Comp. Financ. Rec. Hídricos)	(11.173)	(21.049)	0	0
3.04.11	Quota para Conta Consumo de Combustível	(102.982)	(181.000)	0	0
3.04.12	Conta de Desenvolvimento Energético CDE	(73.822)	(138.077)	0	0
3.04.14	Outras	(23.252)	(41.858)	0	0
3.05	Resultado Bruto	402.835	920.197	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(96.119)	(5.050)	0	0
3.06.01	Com Vendas	(9.710)	(53.756)	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(19.899)	(31.518)	0	0
3.06.03	Financeiras	(68.510)	80.224	0	0

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
Data-Base - 30/06/2005
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2005 a 30/06/2005	4 - 01/01/2005 a 30/06/2005	5 - 01/04/2004 a 30/06/2004	6 - 01/01/2004 a 30/06/2004
3.06.03.01	Receitas Financeiras	218.341	461.881	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(286.851)	(381.657)	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	304.716	915.147	0	0
3.08	Resultado Não Operacional	(9.326)	(13.761)	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	295.390	901.386	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(107.005)	(308.471)	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	107.000	107.000	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	295.385	699.915	0	0
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	475.761	475.761	0	0
	LUCRO POR AÇÃO	0,62087	1,47115	0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG.

Os contratos de concessão para distribuição de energia elétrica da CEMIG, assinados em 1997, determinavam a reestruturação das suas operações através do desmembramento de suas atividades de geração, transmissão e distribuição em subsidiárias integrais (“desverticalização”).

Adicionalmente, a Medida Provisória nº 144, de 11 de dezembro de 2003, posteriormente convertida na Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, de reestruturação do modelo do setor elétrico brasileiro, determinou a separação em empresas distintas das atividades de geração e transmissão da atividade de distribuição de energia elétrica.

Desta forma, as redes e linhas de distribuição e outros ativos e passivos relacionados às atividades de distribuição de energia elétrica da CEMIG foram transferidos, a partir de 1º de janeiro de 2005, para a Cemig Distribuição S.A.

A efetiva transferência das concessões de distribuição de energia elétrica está condicionada a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - “ANEEL”, conforme consta na Resolução Normativa nº 407, de 20 de dezembro de 2004.

2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 (que eliminou a adoção de qualquer sistema de correção monetária de balanço para fins societários, a partir de 1º de janeiro de 1996); normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da ANEEL.

As informações trimestrais foram elaboradas seguindo princípios, métodos e critérios contábeis uniformes em relação àqueles adotados em 31 de março de 2005.

3) – DISPONIBILIDADES

	<u>30/06/2005</u>	<u>31/03/2005</u>
Contas Bancárias	8.142	72.460
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósito Bancário	505.888	460.009
	<u>514.030</u>	<u>532.469</u>

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	06/2005	03/2005	06/2005	03/2005	06/2005	03/2005	30/06/2005	31/03/2005
Residencial	310.808	256.326	49.457	11.119	60.784	81.850	421.049	349.295
Industrial	161.303	163.780	35.865	9.816	112.194	103.412	309.362	277.008
Comércio, Serviços e Outras	136.773	120.483	21.606	14.133	42.546	53.591	200.925	188.207
Rural	41.125	33.636	5.424	4.047	12.461	15.057	59.010	52.740
Poder Público	33.205	29.603	4.309	4.923	11.108	26.998	48.622	61.524
Iluminação Pública	55.019	53.175	3.112	5.399	7.688	10.586	65.819	69.160
Serviço Público	25.335	25.179	720	915	8.571	5.221	34.626	31.315
Subtotal – Consumidores	763.568	682.182	120.493	50.352	255.352	296.715	1.139.413	1.029.249
Suprimento a Outras Concessionárias	9.597	4.213	-	-	-	-	9.597	4.213
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(42.068)	(38.739)	(42.068)	(38.739)
	773.165	686.395	120.493	50.352	213.284	257.976	1.106.942	994.723

5) – CONSUMIDORES - RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica –GCE, de 21 de dezembro de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceram os procedimentos para implementação da RTE, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE mencionada está sendo utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração deste valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores, as quais não se espera serem relevantes, e o ICMS.
- Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE/MAE"), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh ("energia livre"). Como a Companhia é apenas uma repassadora às geradoras dos valores recebidos, foram incluídos neste saldo os tributos e outros encargos regulatórios incidentes sobre a receita. Quando do repasse às geradoras, são deduzidos os impostos e encargos regulatórios mencionados. Estes valores estão sujeitos a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movido por agentes do mercado, entre os quais a CEMIG, relativos à interpretação das regras de mercado em vigor.

Conforme Resolução Normativa nº 1 da ANEEL, de 12 de janeiro de 2004, a RTE da CEMIG teve seu prazo de duração máximo alterado de 82 para 74 meses, passando a vigorar no período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2008. A Companhia elaborou estudo para verificar se o prazo estipulado de 74 meses seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Na elaboração deste estudo foram consideradas determinadas premissas, sendo as mais relevantes aquelas referentes às projeções de reajustes tarifários, taxas de inflação, SELIC e crescimento do mercado de energia.

Com base no estudo a conclusão é de que o saldo da RTE será integralmente realizado no prazo estipulado pela ANEEL.

Considerando que as premissas utilizadas nesse estudo poderão sofrer alterações ao longo do prazo de recuperação, a Administração revisará periodicamente essas projeções.

A recuperação dos créditos através da RTE, conforme Resolução Normativa nº 45, de 3 de março de 2004, é efetuada na proporção de 64,29% e 35,71% para os créditos referentes às perdas com faturamento e energia livre, respectivamente.

Os créditos da RTE referentes às perdas de faturamento estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

Dos créditos da RTE referentes à energia livre, 82,00% estão sendo atualizados pela variação da SELIC e 18,00% não estão sendo atualizados. Os valores não atualizados correspondem, segundo estimativas da Companhia, aos montantes não pagos no âmbito da CCEE/MAE em função das diversas ações judiciais movidas pelas companhias geradoras e distribuidoras de energia elétrica. Desta forma, estes valores somente serão atualizados após a liquidação definitiva na CCEE/MAE, quando da resolução das controvérsias judiciais acima referidas.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O ICMS incidente sobre o saldo consolidado da RTE, correspondente às receitas a serem faturadas, o qual é estimado em R\$207.747 em 30 de junho de 2005, somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. A Companhia, neste sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Receita Estadual e, portanto, não efetuou o registro antecipado da referida obrigação.

b) Parcela "A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, a ANEEL definiu que os valores das variações nos itens não gerenciáveis da Parcela "A" deixariam de ser incluídos no prazo limite de vigência da RTE, sendo que sua recuperação será iniciada imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela "A".

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

c) Composição dos saldos da RTE e Parcela "A"

	30/06/2005		31/03/2005
	Principal	Atualização pela SELIC	Total
Recomposição das perdas com faturamento (1)	726.847	472.636	1.199.483
Valores arrecadados	(698.438)	-	(698.438)
	28.409	472.636	501.045
Reembolso dos gastos com energia livre dos geradores (2)	429.261	135.807	565.068
Valores arrecadados	(235.126)	-	(235.126)
	194.135	135.807	329.942
Total da RTE	222.544	608.443	830.987
Compensação dos itens da Parcela "A" (3)	245.299	257.919	503.218
Total da RTE e da Parcela "A"	467.843	866.362	1.334.205
Curto Prazo			293.563
Longo Prazo			1.040.642
			234.912
			1.114.096

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores da RTE a serem repassados aos geradores referentes à energia livre, registrados no Passivo, na conta de Fornecedores, são como segue:

	30/06/2005			31/03/2005
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	Total
Valores a serem repassados aos geradores (2)	419.229	131.355	550.584	538.597
(-) Repasses realizados	(207.375)	-	(207.375)	(185.080)
	211.854	131.355	343.209	353.517
Passivo Circulante			102.800	118.371
Exigível a Longo Prazo			240.409	235.146

- Valores homologados através das Resoluções ANEEL n°s 480 e 481 de 2002 e 001 de 2004.
- Valores homologados através das Resoluções ANEEL n°s 001 e 045 de 2004.
- Valores homologados através das Resoluções ANEEL n°s 482 de 2002 e 001 de 2004.

6) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	30/06/2005	31/03/2005
Curto Prazo		
ICMS a Recuperar	29.236	15.818
Imposto de Renda	22.075	33.131
Contribuição Social	5.286	11.075
Outros	2.648	1.087
	59.245	61.111
Longo Prazo		
ICMS a Recuperar	82.360	82.360
ICMS a Recuperar – Em discussão com o Governo do Estado de Minas Gerais	19.966	19.966
	102.326	102.326
	161.571	163.437

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são compensados em 48 meses, conforme Lei Complementar 102/00. Adicionalmente, encontra-se registrado o montante de R\$19.966, referente a créditos de ICMS cuja compensação está sendo discutida judicialmente com o Governo do Estado de Minas Gerais.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7) – DESPESAS ANTECIPADAS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da CEMIG, utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes.

Excepcionalmente, o Governo Federal, através da Portaria Interministerial nº 116, de 4 de abril de 2003, postergou por 12 meses a compensação das variações da CVA apuradas de 10 de março de 2002 a 9 de março de 2003, que deveriam ser compensadas a partir do reajuste tarifário de 8 de abril de 2003.

Adicionalmente, ficou estabelecido naquela Portaria que o saldo da CVA, cuja compensação foi adiada, seria compensado nas tarifas de fornecimento de energia elétrica pelo prazo de 24 meses, contados a partir do reajuste aplicado sobre as tarifas em 8 de abril de 2004.

A Resolução Normativa ANEEL nº 153, de 14 de março de 2005, estabeleceu os critérios para cálculo das variações da CVA referente à compra de energia. A Resolução mencionada determinou que a partir de sua vigência, retroativa a 29 de novembro de 2004, não seja mais calculada, de forma individual, as variações referente a compra de energia de Itaipu. Desta forma, são apuradas, a partir da data da vigência da Resolução, as variações da CVA referente a compra total de energia da Companhia (Itaipu, contratos iniciais, leilão de energia e outras origens).

A composição dos saldos registrados é como segue:

	30/06/2005				31/03/2005	
	CVA de	CVA de	CVA de	CVA a	Total	Total
	10/03/2002 a	10/03/2003 a	10/03/2004 a	partir de		
09/03/2003	09/03/2004	09/03/2005	10/03/2005			
Tarifa de compra de energia elétrica de Itaipu	209.910	(21.936)	(40.077)	-	147.897	131.507
Quota para a Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	(65.894)	1.232	57.955	11.325	4.618	3.392
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	43.301	33.924	16.633	(3.094)	90.764	121.001
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	2.064	2.219	4.220	804	9.307	11.609
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica	38.563	28.971	43.806	(19.290)	92.050	125.143
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	896	14.621	10.895	-	26.412	36.102
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	13.815	11.215	5.222	30.252	36.645
Compra de Energia	-	-	498	48.067	48.565	-
	228.840	72.846	105.145	43.034	449.865	465.399
Ativo – Curto Prazo					416.752	490.409
Ativo – Longo Prazo					106.740	12.971
Passivo – Longo Prazo					(73.627)	(37.981)

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores demonstrados na tabela acima são atualizados pela variação da SELIC entre a data do pagamento da despesa e a sua efetiva compensação no reajuste tarifário.

8) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos Tributários:

A Companhia possui créditos tributários registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	<u>30/06/2005</u>	<u>31/03/2005</u>
Créditos Tributários sobre-		
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	-	3.141
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	14.302	13.171
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	52.502	52.845
Provisão para Contingências	112	-
Outros	<u>10.236</u>	<u>5.118</u>
	<u>77.152</u>	<u>74.275</u>
Curto Prazo	20.399	25.415
Longo Prazo	<u>56.753</u>	<u>48.860</u>

A Companhia elaborou projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	<u>30/06/2005</u>
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	901.386
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(306.471)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:	
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.469)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(901)
Outros	<u>370</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	<u>(308.471)</u>

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, publicada de forma retroativa a 4 de abril de 2004, definiu os resultados da revisão tarifária periódica da Companhia.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em nível compatível com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, proporcionando receita suficiente para a cobertura de custos operacionais eficientes e a remuneração adequada dos investimentos.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme descrito na resolução mencionada, o reposicionamento tarifário definitivo deveria ter sido de 44,41%. A diferença percentual de 12,88% será compensada através de um acréscimo de R\$301.334, a valores de abril de 2003, em cada um dos reajustes tarifários previstos para ocorrerem de 2004 a 2007, cumulativamente.

O reajuste aplicado às tarifas em 8 de abril de 2004 incluiu um percentual adicional de 2,91%, que corresponde a R\$159.388. Como o valor da 1ª parcela deveria ter sido de R\$301.334, a diferença de R\$141.946 será compensada nos reajustes tarifários de 2005 a 2007.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Companhia tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores está sendo reconhecida como um ativo regulatório.

Os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	<u>30/06/2005</u>	<u>31/03/2005</u>
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	924.746	941.659
Custo Médio Ponderado de Capital (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	144.263	116.768
Atualização Monetária – IGP-M	105.768	99.961
	<u>1.174.777</u>	<u>1.158.388</u>
Curto Prazo	115.551	-
Longo Prazo	<u>1.059.226</u>	<u>1.158.388</u>

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, no montante de R\$471.144.

10) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP de dezembro de 2002 a março de 2005 e nas despesas com COFINS de fevereiro de 2004 a junho de 2005.

A ANEEL, através de correspondência, reconhece o direito da Companhia ser ressarcida dos custos adicionais com PIS-PASEP/COFINS mencionados no parágrafo anterior.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Desta forma, a Companhia registrou, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Realizável a Curto e Longo Prazos e em contrapartida reduzindo a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

Parte do ativo regulatório, no montante de R\$155.619, será ressarcida através das tarifas em 3 anos, contados a partir de 8 de abril de 2005. Os critérios para ressarcimento dos valores restantes serão ainda definidos pela ANEEL.

11) - IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - %	30/06/2005	31/03/2005
Imobilizações em Serviço			
Intangíveis	10,00	67.156	67.156
Terrenos	-	16.767	16.770
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,92	262.364	261.113
Máquinas e Equipamentos	4,79	7.118.501	7.008.008
Veículos	20,00	76.116	79.548
Móveis e Utensílios	10,00	29.585	29.547
		<u>7.570.489</u>	<u>7.462.142</u>
Depreciação acumulada			
Intangíveis		(32.298)	(30.967)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(117.202)	(114.680)
Máquinas e Equipamentos		(3.228.110)	(3.165.666)
Veículos		(67.481)	(70.077)
Móveis e Utensílios		(27.061)	(26.296)
		<u>(3.472.152)</u>	<u>(3.407.686)</u>
Total do Imobilizado em Serviço		<u>4.098.337</u>	<u>4.054.456</u>
Imobilizado em Curso			
Intangíveis		39.821	31.105
Terrenos		770	582
Edificações, obras civis e benfeitorias		5.559	5.693
Máquinas e Equipamentos		291.532	340.018
Veículos		15.206	15.261
Móveis e Utensílios		616	620
Material em Depósito		132.737	85.222
Outros		13.916	12.279
		<u>500.157</u>	<u>490.780</u>
		<u>4.598.494</u>	<u>4.545.236</u>
Obrigações Especiais		<u>(1.837.512)</u>	<u>(1.823.550)</u>
TOTAL DO IMOBILIZADO LÍQUIDO		<u>2.760.982</u>	<u>2.721.686</u>

As Obrigações Especiais referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária. Conforme práticas contábeis e regulamentação específicas do setor elétrico brasileiro, os referidos valores não são atualizados ou sujeitos a amortização ou depreciação.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12) – FORNECEDORES

	<u>30/06/2005</u>	<u>31/03/2005</u>
Curto Prazo		
Suprimento de Energia Elétrica -		
Eletrobrás – Energia de Itaipu	161.617	181.898
Furnas	47.368	34.142
CCEE/MAE	3.644	1.026
Cemig Geração e Transmissão S.A.	54.671	41.391
Repasso aos Geradores	102.800	118.371
Leilão de Energia e Outros	61.432	106.396
	<u>431.532</u>	<u>483.224</u>
Material e Serviços	60.351	54.910
	<u>491.883</u>	<u>538.134</u>
Longo Prazo		
Suprimento de Energia Elétrica -		
Repasso aos Geradores	<u>240.409</u>	<u>235.146</u>

13) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>30/06/2005</u>	<u>31/03/2005</u>
Curto prazo		
Imposto de Renda	16.138	534
Contribuição Social	41	-
ICMS	153.628	107.860
COFINS	32.129	51.849
PASEP	6.975	3.425
INSS	8.124	9.493
Outros	5.053	5.211
	<u>222.088</u>	<u>178.372</u>
Longo prazo		
Obrigações diferidas		
Imposto de Renda	517.457	515.092
Contribuição Social	186.285	185.433
COFINS	126.231	127.679
PASEP	27.405	28.783
	<u>857.378</u>	<u>856.987</u>

Os impostos registrados no longo prazo referem-se às obrigações e direitos diferidos incidentes sobre os ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e Reajuste Tarifário Diferido, os quais são devidos à medida da realização desses ativos e passivos.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	30/06/2005			Total	31/03/2005
			Moedas	Curto Prazo	Longo Prazo		Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank - N. II.	2003/2005	Libor + 4,25	US\$	-	-	-	4.894
ABN AMRO Bank - N. III.	2013	6,00	US\$	-	117.520	117.520	-
ABN AMRO Real S.A. I	2009	6,35	US\$	1.986	12.921	14.907	17.257
ABN AMRO Real S.A. II	2009	6,35	US\$	5.427	35.291	40.718	47.116
ABN AMRO Real S.A. II	2009	6,35	US\$	1.733	11.429	13.162	15.072
Banco BNL do Brasil S.A.	2004/2005	Libor + 0,50	US\$	-	-	-	9.710
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	1997/2024	Diversas	US\$	21.281	145.166	166.447	209.856
Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID II	1998/2006	7,67	UM.CTA	5.630	-	5.630	6.380
Banco Itaú - BBA II	2005	Diversas	US\$	-	-	-	84.142
Banco Itaú - S.A. I	2004/2007	Libor + 3,25	US\$	22.462	21.154	43.616	48.143
Citibank N.A II	2003/2005	Libor + 4,25	US\$	-	-	-	3.814
B.N.P. - Paribas	2008/2013	Libor + 1,00 + 0,875	US\$	304	28.795	29.099	-
KFW	2001/2016	4,50	EURO	1.877	19.709	21.586	27.695
Siemens LTDA. II	2003/2005	9,97	US\$	9.552	-	9.552	10.581
UNIBANCO IV	2007	6,50	US\$	134	106.243	106.377	122.649
UNIBANCO V	2009	5,50	US\$	33	4.792	4.825	5.548
UNIBANCO VI	2009	5,00	US\$	51	11.945	11.996	13.778
Outros	1997/2007	Diversas	Diversas	7.587	5.183	12.770	20.768
Dívida em Moeda Estrangeira				78.057	520.148	598.205	647.403
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A. II	2006	100,00 do CDI	R\$	16	22.981	22.997	23.013
Banco do Brasil II	2009	111,00 do CDI	R\$	7.017	56.178	63.195	60.144
Banco do Brasil III	2013	CDI + 1,70	R\$	1.865	108.544	110.409	-
Banco Itaú - BBA II	2008	IGP-M + 10,50	R\$	947	199.114	200.061	234.681
Banco Itaú - BBA III	2008	CDI + 2,00	R\$	1.400	10.440	11.840	11.267
Banco Itaú - BBA IV	2013	CDI + 1,70	R\$	827	81.316	82.143	-
Banco Votorantim S.A. II	2010	113,00 do CDI	R\$	29	29.248	29.277	30.687
Banco Votorantim S.A. III	2013	CDI + 1,70	R\$	-	61.637	61.637	-
Bradesco III	2005	107,50 do CDI	R\$	17.553	-	17.553	209.813
Bradesco IV	2013	CDI + 1,70	R\$	1.798	192.634	194.432	-
Debêntures III (2)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	2.091	250.269	252.360	271.169
ELETROBRÁS III	2008	FINEL + 6,50	R\$	5.010	12.526	17.536	18.781
ELETROBRÁS IV	2023	UFIR, RGR + 5,00 a 8,00	R\$	28.291	119.298	147.589	154.534
Grandes Consumidores - TELEMIG/ C.V.R.D.	1993/2011	Diversas	R\$	3.873	4.403	8.276	8.122
HSBC III e IV	2005	104,00 do CDI	R\$	-	-	-	16.646
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	44.110	44.110	-
UNIBANCO II	2013	CDI + 1,70	R\$	107	41.478	41.585	-
Outros	1994/2007	Diversas	R\$	14.944	24.866	39.810	44.394
Dívida em Moeda Nacional				85.768	1.259.042	1.344.810	1.083.251
Total Geral				163.825	1.779.190	1.943.015	1.730.654

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;

libor semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano.

(2) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência (quirografária), nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Fazem jus a remuneração anual definida em processo de "bookbuilding".

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia objetivando promover o alongamento do perfil da sua dívida encaminhou a várias instituições financeiras um convite para a apresentação de ofertas de empréstimos no montante de até R\$527 milhões, a serem utilizados para o refinanciamento das obrigações com vencimento no período de junho a dezembro de 2005. Dentre as propostas ofertadas a que apresentou menor custo para a companhia, foi àquela composta pelo seguinte grupo de bancos; Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A. e Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.. Do montante disponibilizado, foram utilizados R\$327 milhões até 30 de junho 2005. Os recursos captados serão amortizados do 5º ao 8º ano subsequente a utilização dos recursos, em parcelas anuais de mesmo valor, com custos estipulados pela variação do CDI + 1,7% a.a., sendo os encargos pagos anualmente.

A distribuição anual da amortização das dívidas a longo prazo é a seguinte:

	30/06/2005	31/03/2005
2006	80.656	124.638
2007	195.676	216.159
2008	279.574	290.217
2009	129.266	124.309
2010	208.735	56.178
2011	173.854	26.914
2012	145.390	20.112
De 2013 em diante	566.039	360.533
	1.779.190	1.219.060

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação no trimestre findo em 30/06/2005	Variação acumulada em 2005	Indexadores	Variação no trimestre findo em 30/06/2005	Variação acumulada em 2005
	%	%		%	%
Dólar Norte-Americano	(11,84%)	(11,45%)	IGP-M	0,20%	1,75%
Euro	(17,76%)	(21,37%)	FINEL	0,04%	0,35%
Yen	(14,80%)	(18,28%)	CDI	9,09%	18,13%
Unidade de Conta	(13,88%)	(15,28%)	SELIC	9,07%	17,78%

15) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A Companhia é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes e beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A partir de 1º de janeiro de 2005, com a desverticalização da CEMIG, os planos de previdência da FORLUZ passaram a ser patrocinados pela CEMIG, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A. através de uma participação percentual nos ativos e obrigações do plano de 4,92%, 22,63% e 72,45% respectivamente.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A. mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial com benefícios pós-emprego, no montante de R\$1.136.617 em 30 de junho de 2005, foi reconhecida como obrigação a pagar pela Companhia e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da Companhia, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo IPCA do IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que a FORLUZ venha a apresentar pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar pela Companhia, mencionadas no parágrafo anterior, conforme previsto contratualmente. Assim, o passivo e as despesas reconhecidas pela Companhia em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	<u>Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria</u>	<u>Plano de Saúde</u>	<u>Seguro de Vida</u>
Passivo Líquido em 31 de março 2005	711.047	169.011	231.249
Despesa Reconhecida no Resultado	11.565	7.470	8.763
Contribuições Pagas	(37.538)	(4.070)	(1.461)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2005	<u>685.074</u>	<u>172.411</u>	<u>238.551</u>
Curto Prazo	87.303	-	-
Longo Prazo	<u>597.771</u>	<u>172.411</u>	<u>238.551</u>

16) – CONTINGÊNCIAS

A Companhia constitui provisão para contingências das ações cuja expectativa de perda seja considerada provável. Desta forma, encontra-se provisionado em 30 de junho de 2005 o valor de R\$329 referente a contingências trabalhistas.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A CEMIG, controladora da Cemig Distribuição, discute em juízo ações para as quais considera ser possível ou remota sua expectativa de perda no desfecho das causas. Um eventual desfecho negativo nessas causas impactaria os negócios da Cemig Distribuição. As principais causas estão descritas abaixo:

- Diversos consumidores e o promotor público do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. Não é possível, até a presente data, estimar o montante envolvido nestas reclamações.
- A CEMIG é ré em processo questionando a cobrança da contribuição de iluminação pública. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, pois considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.
- A CEMIG é ré em alguns processos contestando o Encargo de Capacidade Emergencial. A Companhia coleta o Encargo de Capacidade Emergencial dos seus consumidores em nome da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial ("CBEE"), responsável pelo suprimento de energia no caso de deficiências futuras. Não é possível, no momento, estimar o montante envolvido nestas reclamações. Nenhuma provisão foi registrada para estas reclamações, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa e considera sua expectativa de perda nestas ações como remota.

17) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Aumento do Capital Social

Em 1º de janeiro de 2005, ocorreu um aporte de capital no valor de R\$475.760 em função da transferência de parte dos ativos e obrigações da CEMIG referentes às atividades de distribuição.

Adiantamento para futuro aumento de capital

O valor de R\$1.786.237 registrado no Patrimônio Líquido como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital refere-se aos aportes feitos pela CEMIG de direitos e obrigações relacionados as atividades de Distribuição de energia elétrica. A proposta de integralização ao capital do valor mencionado foi aprovada pela Assembleia de Acionistas realizada em 29 de julho de 2005.

Em função de uma retificação, no 2º trimestre de 2005, do laudo de aporte dos direitos e obrigações da CEMIG para a Cemig Distribuição S.A, ocorreu uma redução de R\$280.604 nos valores registrados referente a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	(Não revisado pelos Auditores Independentes)		
	Nº de Consumidores	MWh	R\$
	30/06/2005	30/06/2005	30/06/2005
Residencial	4.877.730	3.293.423	1.459.696
Industrial	68.564	2.908.360	725.244
Comércio, Serviços e Outros	534.358	1.888.914	717.521
Rural	400.415	828.961	202.983
Poder Público	46.864	276.657	101.015
Iluminação Pública	2.152	506.271	117.079
Serviço Público	7.331	483.399	108.644
Sub-Total	5.937.414	10.185.985	3.432.182
Consumo Próprio	783	14.199	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	45.992
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(80.383)
	5.938.197	10.200.184	3.397.791
Suprimento a Outras Concessionárias	4	39.572	18.445
Transações com energia no MAE	-	-	11.756
Total	5.938.201	10.239.756	3.427.992

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras – “ELETROBRÁS”, está reembolsando às distribuidoras pelas perdas de receita verificadas, em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

19) – RECEITA DE USO DA REDE

Valores a receber de consumidores livres referentes à tarifa pelo uso do sistema de distribuição da Companhia para fornecimento de energia pela CEMIG Geração e Transmissão S.A. Vide maiores informações na nota explicativa nº 23.

	30/06/2005
Valor faturado	516.804
Valor não faturado	55.083
	571.887

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS Data-Base - 30/06/2005
Reapresentação Espontânea

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	<u>30/06/2005</u>
ICMS	936.695
COFINS	211.910
Reserva Global de Reversão – RGR	20.342
PIS-PASEP	48.913
Encargo de Capacidade Emergencial	101.391
Outros	<u>70</u>
	<u>1.319.321</u>

A Companhia recolhe o ICMS incidente sobre a RTE em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

Exclusão do PIS/PASEP e COFINS da tarifa homologada pela ANEEL

A partir de julho de 2005, os encargos referentes ao PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre a venda de energia elétrica foram excluídos da tarifa homologada pela ANEEL.

Desta forma, as concessionárias passaram a apurar mensalmente a alíquota efetiva de PIS/PASEP e COFINS e adicionar a tarifa homologada pela ANEEL quando da emissão da conta de energia elétrica.

Apesar da Companhia já estar adotando os procedimentos mencionados acima desde julho de 2005, a metodologia de cálculo dos impostos ainda está sendo objeto de audiência pública pela ANEEL.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2005</u>
Pessoal	308.109
Participações dos Empregados	30.102
Obrigações Pós-Emprego	55.595
Materiais	34.228
Serviços de Terceiros	128.643
Energia Elétrica Comprada para Revenda	952.645
Depreciação e Amortização	179.584
Provisões Operacionais	46.836
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	181.000
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	334.444
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	138.077
Outras Despesas Líquidas	77.938
	<u>2.467.201</u>

DESPESAS COM PESSOAL

	<u>30/06/2005</u>
Remunerações e Encargos	277.470
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	18.857
Benefícios Assistenciais	26.619
	322.946
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(16.223)
	306.723
Programa de Desligamento Incentivado - PDI	1.386
	308.109
Participações dos Empregados	30.102
	<u>338.211</u>

SERVIÇO DE TERCEIROS

	<u>30/06/2005</u>
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores	26.846
Entrega de Contas	13.493
Comunicação	15.331
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	21.159
Conservação e Limpeza de Prédios	7.015
Mão de Obra Contratada	3.776
Frete e Passagens	710
Hospedagem e Alimentação	4.467
Vigilância	1.969
Consultoria	2.442
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	3.504
Manutenção e Conservação de Veículos	2.107
Corte e Religação	6.824
Outros	19.000
	<u>128.643</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais Legislação Societária
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS Data-Base - 30/06/2005
 Reapresentação Espontânea

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	30/06/2005
Energia de Itaipu Binacional	457.021
Energia de curto prazo	8.101
Encargos do serviço de sistema	62.954
Contratos Iniciais	53.520
Contratos Iniciais Cemig Geração e Transmissão	215.866
Energia Adquirida no Leilão de Energia	153.876
Outros	1.307
	952.645

PROVISÕES OPERACIONAIS	30/06/2005
Prêmio de Aposentadoria	2.650
Contingências Trabalhistas	329
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	43.857
	46.836

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	30/06/2005
Arrendamentos e Aluguéis	10.656
Gasto com Eficiência Energética	7.147
Propaganda e Publicidade	10.517
Consumo Próprio de Energia Elétrica	4.082
Subvenções e Doações	6.219
Taxa de Fiscalização da ANEEL	9.201
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	681
Seguros	272
Indenizações Trabalhistas	1.295
Outras Líquidas	6.819
	56.889

22) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

RECEITAS FINANCEIRAS	30/06/2005
Renda de Aplicação Financeira	26.273
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	29.434
Variação Monetária da CVA	62.049
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	109.685
Variação Monetária – Reajuste Tarifário Diferido	155.690
Variações Cambiais	90.386
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(19.039)
Outras	7.403
	461.881

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>30/06/2005</u>
DESPESAS FINANCEIRAS	
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(91.658)
Varição Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(23.402)
Varição Monetária da CVA	(17.866)
Variações Cambiais	(11.203)
Varição Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(9.151)
C.P.M.F.	(17.159)
Perdas com Instrumentos Financeiros (nota 26)	(54.187)
Outras	(50.031)
	<u>(274.657)</u>
Juros sobre Capital Próprio	<u>(107.000)</u>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>80.224</u>

23) – ICMS INCIDENTE SOBRE A TARIFA PELO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

A CEMIG, não cobrava, dos seus consumidores livres, o ICMS incidente sobre a Tarifa pelo Uso do Sistema de Distribuição (“TUSD”) e encargos de conexão, por considerar que não havia fato gerador além da ausência de previsão legal para a inclusão desses valores na base de cálculo do ICMS.

Entretanto, em 2005, ocorreu a manifestação da Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais (“SEF/MG”) exigindo o recolhimento do ICMS sobre a TUSD, de forma retroativa a 2000, sob pena de lavrar auto de infração contra a Companhia.

A CEMIG, de forma preventiva, fez o levantamento dos valores de ICMS incidentes sobre a TUSD e encargos de conexão no período de julho de 2000 a maio de 2005, apurando um valor de principal de R\$174.905 que acrescidos de multa e juros de R\$45.999, representou o montante de R\$220.904.

Tendo em vista que a eventual emissão do auto de infração pela SEF/MG implicaria em um aumento substancial do valor da multa, a Companhia decidiu adotar os seguintes procedimentos:

- Proceder o recolhimento dos valores de ICMS exigidos pela SEF/MG, no montante de R\$220.904;
- Destacar o ICMS nas notas fiscais de TUSD a partir de junho de 2005; e,
- Emitir fatura contra os seus consumidores livres para recolhimento do ICMS sobre a TUSD, não incluindo juros e multas, retroativo a julho de 2000, sendo estabelecidas condições para a quitação parcelada do débito.

Adicionalmente, a Cemig Distribuição ingressou com medida judicial para questionar a incidência do ICMS sobre a TUSD e encargos de conexão, requerendo a restituição dos valores pagos ao Estado de Minas Gerais.

Os valores a serem recebidos dos consumidores referentes ao ICMS pago estão registrados na conta de Transporte de Energia a Receber.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	30/06/05				
	CEMIG	CEMIG Geração e Transmissão S.A.	Governo do Estado de Minas Gerais	Outras empresas controladas pela CEMIG	FORLUZ
ATIVO					
Circulante					
Consumidores e Revendedores	-	-	5.454	-	-
Tributos Compensáveis- ICMS a Recuperar	-	-	29.236	-	-
Realizável a Longo Prazo					
Tributos Compensáveis - ICMS a Recuperar	-	-	82.360	-	-
ICMS a Recuperar – Em discussão com o Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	19.966	-	-
Consumidores e Revendedores	-	-	48.086	-	-
Créditos com Pessoas Ligadas	37.953	10.469	-	7.290	-
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	-	54.671	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições - ICMS	-	-	153.628	-	-
Obrigações Pós-Emprego	-	-	-	-	87.303
Dívidas com Pessoas Ligadas	257.045	-	-	-	-
Exigível a Longo Prazo					
Obrigações Pós-Emprego	-	-	-	-	1.008.732
RESULTADO					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	-	23.114	-	-
Energia Comprada para Revenda	-	(215.866)	-	-	-
Deduções à Receita Operacional – ICMS	-	-	(936.695)	-	-
Despesa com Obrigações Pós-emprego	-	-	-	-	(55.595)
Despesa com Pessoal – Contribuições para suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	-	-	-	-	(26.619)

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/03/05				FORLUZ
	CEMIG	CEMIG Geração e Transmissão S.A.	Governo do Estado de Minas Gerais	Outras empresas controladas pela CEMIG	
ATIVO					
Circulante					
Consumidores e Revendedores	-	-	19.752	-	-
Tributos Compensáveis - ICMS a Recuperar	-	-	15.818	-	-
Realizável a Longo Prazo					
Tributos Compensáveis - ICMS a Recuperar ICMS a Recuperar – Em discussão com o Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	82.360	-	-
Consumidores e Revendedores	-	-	19.966	-	-
Créditos com Pessoas Ligadas	144.392	(20.183)	50.009	8.338	-
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	-	41.391	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições - ICMS	-	-	107.860	-	-
Obrigações Pós-Emprego	-	-	-	-	83.968
Dívidas com Pessoas Ligadas	161.896	7.589	-	-	-
Exigível a Longo Prazo					
Obrigações Pós-Emprego	-	-	-	-	1.027.340

Os valores a pagar à CEMIG são decorrentes substancialmente da transferência parcial das obrigações da CEMIG com dividendos a pagar, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, referentes ao exercício de 2004, para a Cemig Distribuição, no montante de R\$325.214. Desta forma, a Companhia transfere os recursos para a CEMIG efetivar o pagamento dos dividendos aos seus acionistas nas datas definidas pela Assembléia de Acionistas, sendo que parcela dos valores já foi transferida em junho de 2005.

25) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia tem o propósito de proteger as operações das empresas contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos realizados e não realizados nestas operações acumulavam perdas, de janeiro a junho de 2005, nos montantes de R\$3.234 e R\$50.953, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor de mercado é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia, os ganhos/(perdas) não realizados, registrados, e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 30 de junho de 2005:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	30 de junho de 2005	
				Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,04% a.a)	R\$ 100% do CDI + taxa (2,12% a.a. a 3,01% a.a.)	De 10/2005 até 11/2009	US\$79.110	(50.963)	(54.282)
R\$ 100% do CDI	R\$ ou US\$ 60% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	De 10/2006	(US\$8.020)	10	7
				<u>(50.953)</u>	<u>(54.275)</u>

(*) Nesta operação de swap, a Companhia continua com exposição à variação cambial.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO I

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005
 (Em milhares de reais)

	<u>30/06/2005</u>
DAS OPERAÇÕES	
Lucro Líquido do Semestre	699.915
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa -	
Depreciação e Amortização	179.584
Baixas Líquidas de Permanente	5.743
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(334.087)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(58.638)
Obrigações Pós-Emprego	55.596
Reajuste Tarifário Diferido	(591.010)
Outros	(46.735)
	<u>(89.632)</u>
(Aumento) Redução de Ativos-	
Consumidores e Revendedores	20.122
Recomposição Tarifária Extraordinária	135.350
Tributos Compensáveis	(49.604)
Transporte de Energia	(236.238)
Outros Ativos Circulantes	(55.188)
Despesas Antecipadas – CVA	130.997
Outros Realizáveis a Longo Prazo	80.980
	<u>26.419</u>
Aumento (Redução) de Passivos-	
Fornecedores	65.208
Tributos e Contribuição Social	537.470
Salários e Contribuições Sociais	21.354
Encargos Regulatórios	39.483
Empréstimos e Financiamentos	(55.902)
Obrigações Pós-Emprego	(84.913)
Outros	(77.545)
	<u>445.155</u>
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	381.942
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	
Financiamentos Obtidos	486.362
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(152.547)
	<u>333.815</u>
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	<u>715.757</u>
INVESTIMENTOS	
No Imobilizado	(226.204)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	24.477
	<u>(201.727)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	<u>514.030</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	
No início do exercício	-
No fim do exercício	514.030
	<u>514.030</u>

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

ANÁLISE DO RESULTADO DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A., NO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2005.

Valores em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

Lucro do Período

A Cemig Distribuição S.A. ("Cemig") apresentou, no período de janeiro a junho de 2005, um lucro líquido de R\$699.915.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica a consumidores finais no período de janeiro a junho de 2005 foi de R\$3.432.182, correspondente a 10.185.985 MWh, fornecidos a 5.937.414 consumidores. As classes de consumo mais representativas são a residencial, a industrial e a comercial, representando 32,33%, 28,55% e 18,54% do consumo total, respectivamente.

Receita com suprimento (incluindo transações com energia livre no CCEE/MAE)

Refere-se a energia elétrica vendida a outras concessionárias e transacionadas no CCEE/MAE. A receita com suprimento de energia elétrica no período de janeiro a junho de 2005 foi de R\$30.201.

Reajuste Tarifário Diferido

Em abril de 2005 foi divulgado, de forma retroativa a abril de 2003, o resultado da revisão tarifária periódica da Cemig, resultando em um direito de recomposição nas tarifas de 44,41%.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003 foi de 31,53%. Para compensar a Cemig pela receita a menor faturada de abril de 2003 a abril de 2005, a ANEEL incluirá nos reajustes tarifários até 2007 um percentual adicional.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Cemig tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores em junho de 2005 foi reconhecida como um ativo regulatório em contrapartida ao resultado do exercício, no montante de R\$591.010.

Receita de uso da rede

A receita de uso da rede, no período de janeiro a junho de 2005 foi de R\$571.887 e refere-se a encargos de uso da rede de distribuição ("TUSD"), cobrados dos consumidores livres, sobre a energia vendida pela Cemig Geração e Transmissão.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$2.467.201 no período de janeiro a junho de 2005, conforme segue:

CONTAS	Despesa operacional sem os efeitos da CVA	Valores de CVA transferidos para o resultado do período (*)	Valores de CVA excluídos do resultado do período (**)	Despesa efetiva reconhecida no resultado do período	%
Pessoal, Administradores e Conselheiros	308.109	-	-	308.109	12,49
Participações dos Empregados	30.102	-	-	30.102	1,22
Obrigações Pós-emprego	55.595	-	-	55.595	2,25
Materiais	34.228	-	-	34.228	1,39
Serviços de terceiros	128.643	-	-	128.643	5,21
Energia Comprada para Revenda	911.665	94.805	(53.825)	952.645	38,61
Depreciações e Amortizações	179.584	-	-	179.584	7,28
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	1	22.432	(1.384)	21.049	0,85
Provisões Operacionais	46.836	-	-	46.836	1,90
Consumo de Combustível – CCC	217.612	(5.727)	(30.885)	181.000	7,34
Encargos de Uso da Rede de Transmissão	241.481	67.910	25.053	334.444	13,56
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	131.973	19.288	(13.184)	138.077	5,60
Outras Despesas Líquidas	56.889	-	-	56.889	2,31
TOTAL	2.342.718	198.708	(74.225)	2.467.201	100,00

Conforme identificado na tabela acima, as contas mais significativas são Pessoal, Energia Comprada para Revenda e Encargos de Uso da Rede, representando 12,49%, 38,61% e 13,56% sobre o total das despesas, respectivamente.

A energia comprada para revenda refere-se, principalmente, às compras compulsórias de 17,00% da energia gerada por Itaipu, com preços indexados ao dólar, e de outros geradores. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Os encargos de uso da rede básica de transmissão correspondem basicamente ao custo de transporte de energia comprada de Itaipu. Este custo é também não controlável, sendo a despesa reconhecida no resultado correspondente ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro de janeiro a junho de 2005 foi uma receita financeira líquida de R\$80.224 (receita de R\$461.881 contra R\$381.657 de despesa). Este resultado deve-se principalmente à receita com variação monetária e juros incidentes sobre o Reajuste Tarifário Diferido no montante de R\$155.690, representando, 33,71% do total da receita financeira no período.

A Companhia registrou, como despesa financeira, a destinação dos juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos do exercício de 2005, no montante de R\$107.000, representando 23,17% do total das despesas financeiras no período.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS Data-Base - 30/06/2005
Reapresentação Espontânea

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	06.981.180/0001-16
---------------------------------	--------------------

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig apurou, no período de janeiro a junho de 2005, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$308.471 em relação ao lucro de R\$901.386, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 34,22%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8 das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2005.

A Distribuição obteve um ganho fiscal em 2005 no montante de R\$36.380, em função da destinação de juros sobre o capital próprio, a ser pago à Controladora, em substituição do dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2005.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

INDICADORES FINANCEIROS

- LIQUIDEZ (excluindo-se as obrigações especiais)

Itens	Unidade	Jun/05	Mar/05
Liquidez Corrente	índice	1,71	1,35
Liquidez Geral	índice	1,02	1,04

- ENDIVIDAMENTO (excluindo-se as obrigações especiais)

Itens	Unidade	Jun/05	Mar/05
Ativo Total	%	66,58	64,24
Patrimônio Líquido	%	199,18	179,64
Ativo Permanente	%	205,90	194,46

- RENTABILIDADE (excluindo-se as obrigações especiais)

Itens	Unidade	Jun/05	Mar/05
Patrimônio Líquido	%	32,48	15,91
Imobilizado	%	25,35	14,86
Margem Operacional	%	25,28	26,46
Margem Líquida	%	21,20	23,18

- EFICIÊNCIA

Itens	Unidade	Jun/05	Mar/05
MWh (*) / Empregado	MWh	1.286	649
Consumidores / Empregados	Nº	746	739

(*) Excluindo energia de curto prazo

TARIFA MÉDIA
(R\$ / MWh)

Descrição	Incluindo ICMS	
	Jun/05	Mar/05
Industrial	249,37	221,39
Residencial	443,22	382,79
Comercial	379,86	361,60
Rural	244,86	242,97
Outros	258,02	241,28
Consumidores Finais	327,81	301,17

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

1. Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais (ITR's) da Cemig Distribuição S.A., referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2005, elaboradas sob responsabilidade de sua Administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e o relatório de desempenho.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e nas operações da Companhia.
3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 acima, para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais obrigatórias.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 9 às Informações Trimestrais, em decorrência da revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica a ANEEL fixou, em 7 de abril de 2004, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Companhia em 37,86%, aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica retroativamente a 8 de abril de 2003. Em 7 de abril de 2005, a ANEEL alterou esse percentual, em caráter definitivo, para 44,41%. Essa alteração resultou no aumento da receita bruta no montante de R\$ 591.010 mil, registrada no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2005.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

5. O balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2005, apresentados para fins de comparação, foi por nós revisado, conforme relatório de revisão especial datado de 22 de junho de 2005, sem ressalvas e contendo parágrafo de ênfase quanto ao assunto constante do parágrafo 4 acima.

Belo Horizonte, 29 de julho de 2005

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 S/MG

Gilberto Grandolpho
Contador
CRC-SP 139.572/O-5 S/MG

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
4 - NIRE 3130002056-8		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Barbacena 1200 - 17 º andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Santo Agostinho	
3 - CEP 30190-131	4 - MUNICÍPIO Belo Horizonte		5 - UF MG
6 - DDD 031	7 - TELEFONE 3299-4900	8 - TELEFONE 3299-3815	9 - TELEFONE 3299-4524
10 - TELEX 311124			
11 - DDD 031	12 - FAX 3299-3934	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL mail@cemig.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Flávio Decat de Moura			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Barbacena, 1200		3 - BAIRRO OU DISTRITO Santo Agostinho	
4 - CEP 30190-131	5 - MUNICÍPIO Belo Horizonte		6 - UF MG
7 - DDD 031	8 - TELEFONE 3299-4903	9 - TELEFONE 3299-3818	10 - TELEFONE 3299-4810
11 - TELEX 311124			
12 - DDD 031	13 - FAX 3299-4691	14 - FAX 3299-3933	15 - FAX 3299-3864
16 - E-MAIL flaviodecat@cemig.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2006	31/12/2006	2	01/04/2006	30/06/2006	1	01/01/2006	31/03/2006
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu					10 - CÓDIGO CVM 00385-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Gilberto Grandolpho					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 007.585.878-99		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2006	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2006	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2005
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	2.261.998	2.261.998	475.761
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	2.261.998	2.261.998	475.761
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estatal
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Concessionária de Distribuição de Energia Elétrica
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	27/04/2006	Juros Sobre Capital Próprio	30/06/2007	ON	0,0290941929

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2006
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	---	------------------------------------	-------------------------	--	--------------------------------------

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 30/06/2006	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2006	4 - 31/03/2006
1	Ativo Total	9.610.206	9.452.400
1.01	Ativo Circulante	4.085.144	3.618.023
1.01.01	Disponibilidades	323.319	625.259
1.01.02	Créditos	3.473.440	2.893.133
1.01.02.01	Consumidores e Revendedores	1.305.538	1.220.603
1.01.02.02	Consumidores - RTE e Parcela "A"	294.177	279.488
1.01.02.03	Transporte de Energia a Receber	272.270	261.684
1.01.02.04	Tributos Compensáveis	267.509	189.637
1.01.02.05	Despesas Antecipadas CVA	506.017	440.035
1.01.02.06	Créditos Tributários	71.708	66.042
1.01.02.07	Ativo Regulatório PIS-PASEP/COFINS	150.471	35.511
1.01.02.08	Reajuste Tarifário Diferido	605.750	400.133
1.01.03	Estoques	14.690	14.577
1.01.04	Outros	273.695	85.054
1.01.04.01	Fundos Vinculados	131.559	7.934
1.01.04.02	Outros Créditos	142.136	77.120
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.096.705	2.555.971
1.02.01	Créditos Diversos	2.073.547	2.543.303
1.02.01.01	Consumidores - RTE e Parcela "A"	943.643	980.199
1.02.01.02	Despesas Antecipadas - CVA	56.411	62.032
1.02.01.03	Créditos Tributários	109.834	108.928
1.02.01.04	Tributos Compensáveis	172.754	153.962
1.02.01.05	Depósitos Vinculados a Litígio	11.994	11.064
1.02.01.06	Consumidores e Revendedores	57.274	60.732
1.02.01.07	Reajuste Tarifário Diferido	488.508	788.343
1.02.01.08	Ativo Regulatório PIS-PASEP/COFINS	233.129	378.043
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	15.063	10.040
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	15.063	10.040
1.02.03	Outros	8.095	2.628
1.03	Ativo Permanente	3.428.357	3.278.406
1.03.01	Investimentos	1.935	1.953
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	1.935	1.953
1.03.02	Imobilizado	3.426.107	3.276.107
1.03.03	Diferido	315	346

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2006	4 - 31/03/2006
2	Passivo Total	9.610.206	9.452.400
2.01	Passivo Circulante	3.490.381	3.049.245
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	156.048	257.895
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	595.517	526.299
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	895.115	534.965
2.01.05	Dividendos a Pagar	677.251	907.541
2.01.06	Provisões	490.060	227.137
2.01.06.01	Salários e Encargos Sociais	206.171	123.044
2.01.06.02	Encargos Regulatórios	254.138	89.098
2.01.06.03	Participações os Lucros	29.751	14.995
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	10.216	7.552
2.01.08	Outros	666.174	587.856
2.01.08.01	Obrigações Pós-Emprego	89.558	87.249
2.01.08.02	Encargos Regulatórios - CVA	327.999	223.766
2.01.08.03	Provisão para Perdas - Instr Financeiros	112.999	112.969
2.01.08.04	Outras	135.618	163.872
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	3.530.227	3.947.215
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.912.303	1.883.512
2.02.02	Debêntures	0	0
2.02.03	Provisões	6.531	5.155
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	1.611.393	2.058.548
2.02.05.01	Obrigações pós-Emprego	928.780	945.588
2.02.05.02	Fornecedores	248.516	264.973
2.02.05.03	Impostos, Taxas e Contribuições	373.212	608.622
2.02.05.04	Encargos Regulatórios - CVA	49.303	37.103
2.02.05.05	Encargos Regulatórios	0	189.906
2.02.05.06	Outras Obrigações	11.582	12.356
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	2.589.598	2.455.940
2.05.01	Capital Social Realizado	2.261.998	2.261.998
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.02.01	Recursos Destinado a Aumento de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	327.600	193.942
2.05.04.01	Legal	49.506	49.506
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	278.094	144.436
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO 2.05.05	2 - DESCRIÇÃO Lucros/Prejuízos Acumulados	3 -30/06/2006 0	4 -31/03/2006 0
-----------------------	--	--------------------	--------------------

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2006
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2006 a 30/06/2006	4 - 01/01/2006 a 30/06/2006	5 - 01/04/2005 a 30/06/2005	6 - 01/01/2005 a 30/06/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2.222.761	4.462.440	2.287.513	4.621.445
3.01.01	Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	1.923.394	3.849.122	1.884.441	3.427.992
3.01.03	Reajuste Tarifário Diferido	0	0	7.952	591.010
3.01.04	Receita de Uso da Rede	287.051	587.593	388.905	571.887
3.01.05	Outras Receitas Operacionais	12.316	25.725	6.215	30.556
3.02	Deduções da Receita Bruta	(706.801)	(1.399.653)	(776.226)	(1.431.419)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.515.960	3.062.787	1.511.287	3.190.026
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.315.155)	(2.605.263)	(1.108.452)	(2.269.829)
3.04.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	(459.120)	(888.449)	(388.449)	(871.385)
3.04.02	Encargos Uso da Rede Básica Transmissão	(114.592)	(310.149)	(138.108)	(303.606)
3.04.03	Pessoal e Administradores	(291.707)	(460.447)	(164.629)	(325.648)
3.04.04	Obrigações Pós-Emprego	(27.209)	(53.914)	(27.798)	(55.595)
3.04.05	Material	(14.711)	(31.270)	(19.629)	(33.661)
3.04.06	Eficiência Energética e P&D	(7.673)	(35.801)	(3.574)	(7.147)
3.04.07	Serviços de Terceiros	(74.693)	(139.959)	(67.661)	(114.814)
3.04.08	Depreciação e Amortização	(91.847)	(183.691)	(89.266)	(178.370)
3.04.09	Provisões Operacionais	(2.165)	(5.517)	(1.683)	(4.766)
3.04.10	Royalties (Comp. Financ. Rec. Hídricos)	6.107	6.107	(11.173)	(21.049)
3.04.11	Quota Conta Consumo de Combustível-CCC	(114.572)	(190.839)	(102.982)	(181.000)
3.04.12	Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	(130.866)	(130.866)	(73.822)	(138.077)
3.04.13	Prov.Perdas Recomp.Tarif.Extraordinária	(3.070)	(6.402)	0	0
3.04.14	PROINFA	(12.774)	(12.774)	0	0
3.04.15	Outras	23.737	(29.804)	(19.678)	(34.711)
3.05	Resultado Bruto	200.805	457.524	402.835	920.197
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	10.530	(17.913)	(98.119)	(5.050)

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2006
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2006 a 30/06/2006	4 - 01/01/2006 a 30/06/2006	5 - 01/04/2005 a 30/06/2005	6 - 01/01/2005 a 30/06/2005
3.06.01	Com Vendas	(19.210)	(63.143)	(9.710)	(53.756)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(10.643)	(18.801)	(19.899)	(31.518)
3.06.03	Financeiras	46.019	75.796	(68.510)	80.224
3.06.03.01	Receitas Financeiras	232.523	437.831	218.341	461.881
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(186.504)	(362.035)	(286.851)	(381.657)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(5.636)	(11.765)	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	211.335	439.611	304.716	915.147
3.08	Resultado Não Operacional	(6.932)	(14.571)	(9.326)	(13.761)
3.08.01	Receitas	321	552	130	187
3.08.02	Despesas	(7.253)	(15.123)	(9.456)	(13.948)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	204.403	425.040	295.390	901.386
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(70.745)	(146.946)	(107.005)	(308.471)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	65.811	65.811	107.000	107.000
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	199.469	343.905	295.385	699.915
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	2.261.998	2.261.998	475.761	475.761
	LUCRO POR AÇÃO	0,08818	0,15204	0,62087	1,47115
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG.

Os contratos de concessão para distribuição de energia elétrica da CEMIG, assinados em 1997, determinavam a reestruturação das suas operações através do desmembramento de suas atividades de geração, transmissão e distribuição em subsidiárias integrais (“desverticalização”).

Adicionalmente, a Medida Provisória nº 144, de 11 de dezembro de 2003, posteriormente convertida na Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, de reestruturação do modelo do setor elétrico brasileiro, determinou a separação em empresas distintas das atividades de geração e transmissão da atividade de distribuição de energia elétrica.

Desta forma, as redes e linhas de distribuição e outros ativos e passivos relacionados às atividades de distribuição de energia elétrica da CEMIG foram transferidos, a partir de 1º de janeiro de 2005, para a Cemig Distribuição.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 6.100.734 mil consumidores em 30 de junho de 2006.

2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As informações trimestrais foram elaboradas seguindo princípios, métodos e critérios contábeis uniformes em relação àqueles adotados em 31 de dezembro de 2005 e 31 de março de 2006.

Adicionalmente, a Companhia está apresentando as demonstrações de fluxo de caixa. Vide nota explicativa nº 27.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Reclassificação de Saldos Contábeis

Para melhor comparabilidade e análise da demonstração dos resultados foram reclassificadas determinadas transações referentes ao 1º semestre de 2005, como segue:

<u>Conta original</u>	<u>Valor (R\$)</u>	<u>Conta de Reclassificação</u>	<u>Valor (R\$)</u>
Deduções da Receita Bruta		Custos e Despesas Operacionais	
PASEP	(19.996)	Energia Elétrica Comprada para Revenda	81.260
COFINS	(92.102)	Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	30.838
	<u>(112.098)</u>		<u>112.098</u>

3) – DISPONIBILIDADES

	<u>30/06/2006</u>	<u>31/03/2006</u>
Contas Bancárias	50.928	27.214
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósito Bancário	272.391	598.045
	<u>323.319</u>	<u>625.259</u>

4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	06/2006	03/2006	06/2006	03/2006	06/2006	03/2006	06/2006	03/2006
	Residencial	374.017	401.907	146.090	113.434	51.450	19.039	571.557
Industrial	143.439	123.958	41.237	33.254	161.735	149.952	346.411	307.164
Comércio, Serviços e Outras	166.777	185.786	46.339	38.839	40.757	28.679	253.873	253.304
Rural	58.896	52.261	13.898	10.890	11.053	9.449	83.847	72.600
Poder Público	27.568	27.852	8.298	4.951	3.201	2.527	39.067	35.330
Iluminação Pública	94.164	91.740	6.255	3.928	4.612	3.959	105.031	99.627
Serviço Público	37.506	40.700	1.292	1.022	1.729	915	40.527	42.637
Subtotal – Consumidores	902.367	924.204	263.409	206.318	274.537	214.520	1.440.313	1.345.042
Suprimento a Outras Concessionárias	10.484	8.675	-	-	-	-	10.484	8.675
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(145.259)	(133.114)	(145.259)	(133.114)
	<u>912.851</u>	<u>932.879</u>	<u>263.409</u>	<u>206.318</u>	<u>129.278</u>	<u>81.406</u>	<u>1.305.538</u>	<u>1.220.603</u>

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

	<u>30/06/2006</u>	<u>31/03/2006</u>
Ativos		
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" – Nota nº 6	1.237.820	1.259.687
Reajuste Tarifário Diferido – Nota nº 10	1.094.258	1.188.476
PIS/COFINS e PASEP – Nota nº 11	383.600	413.554
Despesas Antecipadas – CVA – Nota nº 7	<u>562.428</u>	<u>502.067</u>
	3.278.106	3.363.784
Passivos		
Fornecedores – Repasse aos Geradores pela Compra de Energia Livre - Nota nº 13	(356.993)	(360.691)
Encargos Regulatórios – CVA - Nota nº 7	<u>(377.302)</u>	<u>(260.869)</u>
	(734.295)	(621.560)
Impostos Federais Diferidos – Nota nº 14	<u>(770.281)</u>	<u>(836.186)</u>
	(1.504.576)	(1.457.746)
	<u>1.773.530</u>	<u>1.906.038</u>

6) - RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA "A"

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica –GCE, de 21 de dezembro de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceram os procedimentos para implementação da RTE, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.
- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE mencionada está sendo utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da Cemig Distribuição, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Não foram incluídas na apuração deste valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores, as quais não se espera serem relevantes, e o ICMS.
- Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE/MAE"), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh ("energia livre"). Como a Companhia é apenas uma repassadora às geradoras dos valores recebidos, foram incluídos neste saldo os tributos e outros encargos regulatórios incidentes sobre a receita. Quando do repasse às geradoras, são deduzidos os impostos e encargos regulatórios mencionados.

A recuperação dos créditos através da RTE, conforme Resolução Normativa nº 45, de 3 de março de 2004, é efetuada na proporção de 64,29% e 35,71% para às perdas com faturamento e energia livre, respectivamente.

Os créditos da RTE referentes a perdas com o racionamento estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

Os créditos de RTE referentes a energia livre são atualizados pela SELIC e adicionados de 1,00% de juros ao ano para os valores a serem repassados para os geradores que obtiveram empréstimos do BNDES.

No 2º trimestre de 2006, a Cemig Distribuição registrou uma receita financeira adicional, no valor de R\$10.184, para adequar o critério de atualização utilizado pela Companhia ao procedimento de atualização divulgado pela ANEEL como sendo aquele a ser adotado por todos os agentes do setor elétrico. Esta receita financeira adicional registrada teve como consequência um ajuste também nas obrigações relacionadas aos valores de energia livre a serem repassados aos geradores. Dessa forma, não houve impacto no resultado do exercício de 2006.

O ICMS incidente sobre o saldo da RTE, correspondente às receitas a serem faturadas, o qual é estimado em R\$161.288 em 30 de junho de 2006 (R\$171.883 em 31 de março de 2006), somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. A Companhia, neste sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Receita Estadual e, portanto, não efetuou o registro antecipado da referida obrigação.

Provisão para perdas

Conforme Resolução Normativa nº 1 da ANEEL, de 12 de janeiro de 2004, a RTE da Cemig Distribuição teve seu prazo de duração máximo alterado de 82 para 74 meses, passando a vigorar no período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2008. A Companhia elaborou estudo para verificar se o prazo estipulado de 74 meses seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Na elaboração deste estudo foram consideradas determinadas premissas, sendo as mais relevantes àquelas referentes às projeções de reajustes tarifários, taxas de inflação, SELIC e crescimento do mercado de energia.

Com base no estudo, foi estimada em R\$88.687 (R\$85.618 em 31 de março de 2006) a provisão para perdas na realização dos valores da RTE em 30 de junho de 2006.

b) Parcela "A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, a ANEEL definiu que os valores das variações nos itens não gerenciáveis da Parcela "A" deixariam de ser incluídos no prazo limite de vigência da RTE, sendo que sua recuperação será iniciada imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela "A".

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

c) Composição dos saldos da RTE e Parcela "A"

	30/06/2006		31/03/2006
	Principal	Atualização pela SELIC	Total
Recomposição das perdas com faturamento (1)	713.391	544.231	1.257.622
Valores arrecadados	(497.786)	(379.751)	(877.537)
	215.605	164.480	380.085
			412.291
Reembolso dos gastos com energia livre dos geradores (2)	442.717	245.637	688.354
Valores arrecadados	(215.200)	(119.402)	(334.602)
	227.517	126.235	353.752
			360.859
(-) Provisão para Perdas na Realização dos itens da RTE	(50.308)	(38.379)	(88.687)
Total da RTE	392.814	252.336	645.150
Compensação dos itens da Parcela "A" (3)	245.299	347.371	592.670
Total da RTE e da Parcela "A"	638.113	599.707	1.237.820
Ativo Circulante			294.177
Realizável a Longo Prazo			943.643
			279.488
			980.199

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores da RTE a serem repassados aos geradores referentes à energia livre, registrados no Passivo, na conta de Fornecedores, são como segue:

	30/06/2006			31/03/2006
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	Total
Valores a serem repassados aos geradores (2)	419.229	238.796	658.025	638.289
(-) Repasses realizados	(191.787)	(109.245)	(301.032)	(277.598)
	227.442	129.551	356.993	360.691
Passivo Circulante			108.478	95.718
Passivo Não Circulante			248.515	264.973

- (1) Valores homologados através das Resoluções ANEEL n°s 480 e 481 de 2002 e 001 de 2004.
 (2) Valores homologados através das Resoluções ANEEL n°s 001 e 045 de 2004.
 (3) Valores homologados através das Resoluções ANEEL n°s 482 de 2002 e 001 de 2004.

7) – DESPESAS ANTECIPADAS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

	Saldo em 31/03/2006	Valores Diferidos (1)	Amortização (2)	Atualização Monetária (3)	Saldo em 30/06/2006
Energia Comprada para Revenda	6.820	18.458	(24.805)	(717)	(244)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	30.711	(11.797)	2.736	491	22.141
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	103.662	(2.733)	(11.809)	2.015	91.135
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	15.702	606	(1.972)	304	14.640
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica (4)	(2.525)	(14.916)	1.693	(59)	(15.807)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	30.629	-	(2.430)	609	28.808
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	40.860	(9.106)	(2.196)	664	30.222
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	15.339	870	(2.465)	487	14.231
	241.198	(18.618)	(41.248)	3.794	185.126
				30/06/2006	31/03/2006
Ativo Circulante				506.017	440.035
Ativo Realizável Longo Prazo				56.411	62.032
Passivo Circulante				(327.999)	(223.766)
Passivo Não Circulante				(49.303)	(37.103)

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (1) Refere-se à parcela dos custos não controláveis em valores superiores/inferiores aqueles incluídos na receita, desta forma, foi excluída do resultado.
- (2) Referem-se aos custos não controláveis que foram transferidos para o resultado em função das suas inclusões na receita da Companhia através de reajuste tarifário.
- (3) Refere-se à atualização pela variação da SELIC do saldo registrado.

8) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	<u>30/06/2006</u>	<u>31/03/2006</u>
Circulante		
ICMS a Recuperar	1.625	8.138
Imposto de Renda	175.176	129.385
Contribuição Social	55.100	38.333
Outros	<u>35.608</u>	<u>13.781</u>
	<u>267.509</u>	<u>189.637</u>
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	<u>172.754</u>	<u>153.962</u>
	<u>440.263</u>	<u>343.599</u>

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são compensados em 48 meses, conforme Lei Complementar 102/00. Adicionalmente, encontra-se registrado o montante de R\$19.666, referente a créditos de ICMS cuja compensação está sendo discutida judicialmente com o Governo do Estado de Minas Gerais.

9) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos Tributários:

A Companhia possui créditos tributários registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	<u>30/06/2006</u>	<u>31/03/2006</u>
Créditos Tributários sobre-		
Provisão para Contingências	2.221	1.753
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	30.154	29.110
Obrigações Pós-Emprego	35.704	35.704
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	56.890	52.800
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	46.528	50.578
Outros	<u>10.045</u>	<u>5.025</u>
	<u>181.542</u>	<u>174.970</u>
Ativo Circulante	71.708	66.042
Realizável a Longo Prazo	109.834	108.928

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 20 de fevereiro de 2006, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da Cemig Distribuição referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. Referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 8 de março de 2006.

Conforme as estimativas da Cemig Distribuição, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 30 de junho de 2006, conforme estimativa abaixo:

	<u>30/06/2006</u>	<u>31/03/2006</u>
2006	47.574	53.838
2007	48.267	48.815
2008	41.108	29.361
2009	13.370	12.552
2010	13.370	12.552
2011	3.570	3.570
2012 em diante	14.283	14.282
	<u>181.542</u>	<u>174.970</u>

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	<u>30/06/2006</u>	<u>30/06/2005</u>
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	425.040	901.386
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(144.514)	(306.471)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	490	-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.904)	(1.469)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(636)	(901)
Outros	(382)	370
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	<u>(146.946)</u>	<u>(308.471)</u>

10) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, publicada de forma retroativa a 4 de abril de 2004, definiu os resultados da revisão tarifária periódica da Companhia.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em nível compatível com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, proporcionando receita suficiente para a cobertura de custos operacionais eficientes e a remuneração adequada dos investimentos.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme descrito na resolução mencionada, o reposicionamento tarifário definitivo deveria ter sido de 44,41%. A diferença percentual de 12,88% será compensada através de um acréscimo de R\$301.334, a valores de abril de 2003, em cada um dos reajustes tarifários previstos para ocorrerem de 2004 a 2007, cumulativamente.

O reajuste aplicado às tarifas em 8 de abril de 2004 incluiu um percentual adicional de 2,91%, que corresponde a R\$159.388. Como o valor da 1ª parcela deveria ter sido de R\$301.334, a diferença de R\$141.946 será compensada nos reajustes tarifários de 2005 a 2007.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Companhia tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores foi reconhecida como um ativo regulatório.

Os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	<u>30/06/2006</u>	<u>31/03/2006</u>
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	690.679	842.204
Juros (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	291.716	243.172
Atualização Monetária – IGP-M	111.863	103.100
	<u>1.094.258</u>	<u>1.188.476</u>
Ativo Circulante	605.750	400.133
Realizável a Longo Prazo	488.508	788.343

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, cujo saldo em 30 de junho de 2006 é de R\$473.266.

11) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP a partir de dezembro de 2002 a março de 2005 e nas despesas com COFINS a partir de fevereiro de 2004 a junho de 2005.

Desta forma, a Companhia registrou, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Regulatório e em contrapartida reduziu a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

Parte do ativo regulatório, no montante de R\$155.619, será ressarcida através das tarifas em 3 anos, contados a partir de 8 de abril de 2005. No 2º trimestre de 2006, a ANEEL autorizou um ressarcimento adicional através dos reajustes tarifários em 8 de abril de 2006 e 2007, correspondente a duas parcelas de R\$104.328.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12) – IMOBILIZADO

	30/06/2006			31/03/2006
	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Valor Líquido
	Histórico	Acumulada		
Em Serviço	7.889.036	(3.743.689)	4.145.347	4.135.022
- Distribuição	7.580.084	(3.536.649)	4.043.435	4.030.369
Intangíveis	7.924	(469)	7.455	7.257
Terrenos	15.790	-	15.790	15.723
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	223.731	(104.459)	119.272	120.826
Máquinas e Equipamentos	7.286.294	(3.399.754)	3.886.540	3.870.987
Veículos	35.800	(21.670)	14.130	15.318
Móveis e Utensílios	10.545	(10.297)	248	258
- Administração	308.952	(207.040)	101.912	104.653
Intangíveis	63.867	(37.649)	26.218	29.053
Terrenos	1.145	-	1.145	1.145
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	42.841	(22.953)	19.888	19.977
Máquinas e Equipamentos	148.986	(98.121)	50.865	50.392
Veículos	33.065	(29.847)	3.218	3.495
Móveis e Utensílios	19.048	(18.470)	578	591
Em Curso	1.270.802	-	1.270.802	1.049.330
- Distribuição	1.183.687	-	1.183.687	967.480
- Administração	87.115	-	87.115	81.850
Total do Imobilizado	9.159.838	(3.743.689)	5.416.149	5.184.352
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(1.990.042)	-	(1.990.042)	(1.908.245)
Imobilizado Líquido	7.169.796	(3.743.689)	3.426.107	3.276.107

As Obrigações Especiais referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária. Conforme práticas contábeis e regulamentação específicas do setor elétrico brasileiro, os referidos valores não são atualizados ou sujeitos a amortização ou depreciação.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13) – FORNECEDORES

	<u>30/06/2006</u>	<u>31/03/2006</u>
Circulante		
Suprimento de Energia Elétrica -		
Eletrobrás – Energia de Itaipu	166.231	165.814
Furnas	63.706	49.870
CCEE/MAE	7.134	18.951
Cemig Geração e Transmissão S.A.	-	18.013
Repasse aos Geradores	108.478	95.718
Outros Geradores e Distribuidores	127.719	130.972
	<u>473.268</u>	<u>479.338</u>
Materiais e Serviços	122.249	46.961
	<u>595.517</u>	<u>526.299</u>
Não Circulante		
Suprimento de Energia Elétrica -		
Repasse aos Geradores e outros	248.516	264.973
	<u>844.033</u>	<u>791.272</u>

14) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>30/06/2006</u>	<u>31/03/2006</u>
Circulante		
Imposto de Renda	184.599	87.853
Contribuição Social	66.153	31.399
ICMS	192.943	176.128
COFINS	27.558	-
PASEP	9.624	729
INSS	9.028	9.246
Outros	8.141	2.046
	<u>498.046</u>	<u>307.401</u>
Obrigações diferidas		
Imposto de Renda	237.566	133.634
Contribuição Social	85.523	48.108
COFINS	60.784	37.648
PASEP	13.196	8.174
	<u>397.069</u>	<u>227.564</u>
	<u>895.115</u>	<u>534.965</u>
Não Circulante		
Obrigações diferidas		
Imposto de Renda	228.195	371.828
Contribuição Social	82.150	133.858
COFINS	51.653	84.575
PASEP	11.214	18.361
	<u>373.212</u>	<u>608.622</u>

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As obrigações diferidas são referentes aos ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e Reajuste Tarifário Diferido, os quais são devidos à medida da realização desses ativos e passivos.

15) – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	30/06/2006				31/03/2006
			Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank - N.	2013	6,00	US\$	72	108.215	108.287	110.322
ABN AMRO Real S.A.	2009	6,35	US\$	3.542	8.499	12.041	13.973
ABN AMRO Real S.A.	2009	6,35	US\$	9.675	23.212	32.887	38.165
ABN AMRO Real S.A.	2009	6,35	US\$	3.111	7.517	10.628	12.337
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	15.594	121.557	137.151	149.212
B.N.P. – Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	441	26.515	26.956	27.473
KFW	2016	4,50	EURO	1.826	17.345	19.171	19.316
UNIBANCO S.A	2007	6,50	US\$	124	97.831	97.955	99.935
UNIBANCO S.A	2009	5,50	US\$	30	4.412	4.442	4.520
UNIBANCO S.A	2009	5,00	US\$	47	10.999	11.046	11.227
Toshiba Isolador de Disco	2007	Libor + 4,00	US\$	59	-	59	-
Banco Safra	2007	12,25	US\$	945	-	945	-
Outros	2007	Diversas	Diversas	836	416	1.252	2.989
Dívida em Moeda Estrangeira				36.302	426.518	462.820	489.469
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2006	100,00 do CDI	R\$	22.993	-	22.993	23.008
Banco do Brasil S.A	2009	111,00 do CDI	R\$	6.398	56.178	62.576	60.178
Banco do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	1.285	20.001	21.286	22.822
Banco do Brasil S.A	2013	107,60 do CDI	R\$	2.500	96.000	98.500	112.279
Banco Itaú – BBA	2008	IGP-M + 10,48	R\$	700	161.199	161.899	169.981
Banco Itaú – BBA	2006	CDI + 2,00	R\$	-	-	-	11.267
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	7.968	132.434	140.402	150.794
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	299	3.473	3.772	3.626
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	21	29.248	29.269	30.621
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	1.704	98.214	99.918	101.324
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	8.205	240.869	249.074	276.807
Obrigações com Debêntures	2014	IGP-M + 10,50	R\$	2.007	252.291	254.298	272.498
ELETROBRÁS	2008	FINEL + 8,50	R\$	4.601	7.947	12.548	13.783
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	30.737	142.723	173.460	126.760
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	3.018	2.047	5.065	7.479
Grandes Consumidores	2007	IGPM+6,00	R\$	2.169	242	2.411	-
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	326	49.958	50.284	52.123
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	10.729	130.224	140.953	143.856
Banco WestLB do Brasil	2008	IGPM +10,48	R\$	176	40.300	40.476	43.237
HSBC Bank Brasil S.A	2008	CDI + 2,00	R\$	1.289	10.440	11.729	-
Outros	2010	Diversas	R\$	12.621	11.997	24.618	29.495
Dívida em Moeda Nacional				119.746	1.485.785	1.605.531	1.651.938
Total Geral				156.048	1.912.303	2.068.351	2.141.407

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;
 libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A distribuição anual da amortização das dívidas de longo prazo, é a seguinte:

	<u>30/06/2006</u>	<u>31/03/2006</u>
2007	134.381	162.215
2008	282.340	276.577
2009	130.492	125.353
2010	259.716	254.581
2011	225.137	219.982
2012	218.959	213.794
De 2013 em diante	661.278	631.010
	<u>1.912.303</u>	<u>1.883.512</u>

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação no trimestre findo em 30/06/2006	Variação acumulada em 2006	Indexadores	Variação no trimestre findo em 30/06/2006	Variação acumulada em 2006
	%	%		%	%
Dólar Norte-Americano	(0,37)	(7,54)	IGP-M	0,70	1,40
Euro	5,14	(0,03)	FINEL	0,14	0,28
			CDI	(11,39)	(16,94)

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de março de 2006	2.141.407
Financiamentos obtidos	53.637
Capitalizações	751
Variação monetária e cambial	2.394
Encargos financeiros provisionados	64.630
Encargos financeiros pagos	(163.511)
Amortização de financiamentos	(30.957)
Saldo em 30 de junho de 2006	<u>2.068.351</u>

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	<u>30/06/2006</u>	<u>31/03/2006</u>
Reserva Global de Reversão – RGR	3.384	11.919
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	28.811	47.290
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	24.252	27.463
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.206	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.832	1.765
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	-	3.726
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	17.542	23.082
Eficiência Energética	122.652	109.142
Pesquisa e Desenvolvimento	43.076	40.824
Pesquisa Expansão Sistema. Energético	11.383	12.586
	254.138	279.004
Passivo Circulante	254.138	89.098
Passivo Não Circulante	-	189.906

17) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes e beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A partir de 1º de janeiro de 2005, com a desverticalização da CEMIG, os planos de previdência da FORLUZ passaram a ser patrocinados pela Cemig Distribuição através de uma participação percentual nos ativos e obrigações do plano, no percentual de 72,45%, determinado em função da alocação dos empregados na Companhia em dezembro de 2004.

A Cemig Distribuição mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial com benefícios pós-emprego no montante de R\$991.636 em 30 de junho de 2006 (R\$1.001.573 em 31 de março de 2006), foi reconhecida como obrigação a pagar pela Companhia e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da Cemig Distribuição, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo IPCA do IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os superávits técnicos que a FORLUZ venha a apresentar pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas pela Companhia, conforme previsto contratualmente. Assim, o passivo e as despesas reconhecidas pela Companhia em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria, Plano de saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da deliberação CVM nº 371 e laudo preparado por atuários independentes.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	<u>Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria</u>	<u>Plano de Saúde</u>	<u>Seguro de Vida</u>
Passivo Líquido em 31 de março de 2006	591.967	187.154	253.716
Despesa Reconhecida no Resultado	10.531	10.046	6.581
Contribuições Pagas	(36.217)	(4.537)	(903)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2006	566.281	192.663	259.394
Passivo Circulante	89.558	-	-
Passivo Não Circulante	476.723	192.663	259.394

18) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia constitui provisão para contingências das ações cuja expectativa de perda seja considerada provável. Desta forma, encontra-se provisionado, em 30 de junho de 2006 o valor de R\$6.531 (R\$5.155 em 31 de março de 2006) referente às contingências trabalhistas.

A CEMIG, controladora da Cemig Distribuição, discute em juízo ações para as quais considera ser possível ou remota sua expectativa de perda no desfecho das causas. Um eventual desfecho negativo nessas causas impactaria os negócios da Cemig Distribuição. As principais causas estão descritas a seguir:

- Diversos consumidores e o promotor público do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. Não é possível, até a presente data, estimar o montante envolvido nestas reclamações.
- A Companhia é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente a contribuição de iluminação pública, no valor total de R\$259.455. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nesta ação é considerada possível.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital Social da Cemig Distribuição é de R\$2.261.998, representado por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Mutação do Patrimônio Líquido:

Saldo em 31 de março de 2006	2.455.940
Juros sobre Capital Próprio	(65.811)
Lucro no Trimestre	199.469
Saldo em 30 de junho de 2006	2.589.598

20) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	(Não revisado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh		R\$	
	30/06/2006	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2005
Residencial	4.984.274	4.877.730	3.310.420	3.293.423	1.670.582	1.459.696
Industrial	69.371	68.564	2.391.539	2.908.360	636.633	725.244
Comércio, Serviços e Outros	541.673	534.358	1.947.818	1.888.914	831.074	717.521
Rural	446.266	400.415	859.973	828.961	236.480	202.983
Poder Público	48.617	46.864	294.581	276.657	120.395	101.015
Iluminação Pública	2.251	2.152	523.272	506.271	131.689	117.079
Serviço Público	7.514	7.331	499.600	483.399	124.709	108.644
Sub-Total	6.099.966	5.937.414	9.827.203	10.185.985	3.751.562	3.432.182
Consumo Próprio	768	783	14.872	14.199	-	-
Subvenção para Consumidores de						
Baixa Renda	-	-	-	-	61.268	45.992
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	30.438	(80.383)
	6.100.734	5.938.197	9.842.075	10.200.184	3.843.268	3.397.791
Suprimento a Outras Concessionárias	-	4	-	39.572	-	18.445
Transações com energia na CCEE/MAE	-	-	-	-	5.854	11.756
Total	6.100.734	5.938.201	9.842.075	10.239.756	3.849.122	3.427.992

Reajuste Tarifário

As tarifas da Cemig Distribuição tiveram um reajuste médio de 6,70% a partir de 8 de abril de 2006. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo com o objetivo de eliminar gradualmente, conforme nota da ANEEL, os subsídios cruzados existentes entre grupos de consumo. Exemplificando, os consumidores residenciais tiveram um percentual de aumento de 5,16% em suas contas de energia comparado a um aumento de 11,31% para os consumidores de alta tensão.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras – “ELETROBRÁS”, reembolsa as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas, em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

21) – RECEITA DE USO DA REDE

A partir de janeiro de 2005, parcela representativa dos grandes consumidores industriais passaram a condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores através da Cemig Geração e Transmissão. Desta forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres passaram a ser cobrados separadamente pela Cemig Distribuição, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede”.

22) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	<u>30/06/2006</u>	<u>30/06/2005</u>
ICMS	952.592	936.695
COFINS	367.903	304.012
Reserva Global de Reversão – RGR	(9.810)	20.342
PIS-PASEP	82.910	68.909
Encargo de Capacidade Emergencial	5.911	101.391
Outros	147	70
	<u>1.399.653</u>	<u>1.431.419</u>

A Cemig Distribuição recolhe o ICMS incidente sobre a RTE em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

A redução nos valores provisionados de RGR em 2006 deve-se ao ajuste na provisão referente ao exercício de 2004, no montante de R\$28.048, em função da homologação pela ANEEL da referida despesa em um montante inferior ao estimado pela Companhia.

A partir de dezembro de 2005, em atendimento às determinações da Resolução Normativa nº 204 da ANEEL, de 22 de dezembro de 2005, os encargos de capacidade emergencial não são mais cobrados. A despesa de R\$5.911 em 2006 deve-se a faturamentos retroativos a 2005.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2006</u>	<u>30/06/2005</u>
Pessoal	435.390	308.109
Participações dos Empregados	28.483	30.102
Obrigações Pós-Emprego	54.315	55.595
Materiais	28.783	34.228
Serviços de Terceiros	156.055	128.643
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.019.937	871.385
Depreciação e Amortização	184.602	179.584
Provisões Operacionais	57.526	46.836
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	190.839	181.000
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	310.149	303.606
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	130.866	138.077
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária		
Extraordinária	6.402	-
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	35.801	7.147
PROINFA	12.774	-
Outras Despesas Líquidas	47.050	70.791
	<u>2.698.972</u>	<u>2.355.103</u>

a) DESPESAS COM PESSOAL

	<u>30/06/2006</u>	<u>30/06/2005</u>
Remunerações e Encargos	302.495	277.470
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	19.778	18.857
Benefícios Assistenciais	37.362	26.619
	359.635	322.946
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	<u>(51.471)</u>	<u>(16.223)</u>
	308.164	306.723
Indenização do Anuênio	127.226	-
Programa de Desligamento Incentivado – PDI	-	1.386
	<u>435.390</u>	<u>308.109</u>

Em 27 de abril de 2006, a Companhia apresentou proposta aos empregados de indenização em troca do direito futuro referente ao percentual de 1,00% incorporado anualmente aos salários (“anuênio”). O valor da indenização corresponde à estimativa dos anuênios futuros dos empregados até completarem 35 anos de contribuição ao INSS, descontada a uma taxa anual de 12,00%, sendo então aplicado um redutor percentual variável estabelecido pela Companhia. A adesão dos empregados foi concluída em 30 de junho de 2006 e o pagamento da indenização, no valor de R\$127.226, será realizado no período de junho a agosto de 2006.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) SERVIÇOS DE TERCEIROS

	<u>30/06/2006</u>	<u>30/06/2005</u>
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	44.209	40.339
Comunicação	20.517	15.331
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	27.140	21.159
Conservação e Limpeza de Prédios	7.336	7.015
Mão de Obra Contratada	8.268	3.776
Frete e Passagens	882	710
Hospedagem e Alimentação	5.372	4.467
Vigilância	2.051	1.969
Consultoria	4.426	2.442
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	7.398	3.504
Manutenção e Conservação de Veículos	1.731	2.107
Corte e Religação	9.142	6.824
Outros	17.583	19.000
	<u>156.055</u>	<u>128.643</u>

c) ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	<u>30/06/2006</u>	<u>30/06/2005</u>
Energia de Itaipu Binacional	495.018	418.037
Energia de curto prazo	22.675	64.994
Contratos Bilaterais	67.559	-
Contratos Iniciais	30.580	246.408
Energia Comprada em Leilão	399.945	140.750
Outros	4.160	1.196
	<u>1.019.937</u>	<u>871.385</u>

d) PROVISÕES OPERACIONAIS

	<u>30/06/2006</u>	<u>30/06/2005</u>
Prêmio de Aposentadoria	1.870	2.650
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	52.009	43.857
Contingências Trabalhistas	3.647	329
	<u>57.526</u>	<u>46.836</u>

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	<u>30/06/2006</u>	<u>30/06/2005</u>
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	37.648	26.273
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	82.196	29.434
Variação Monetária da CVA	37.965	62.049
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	111.191	109.685
Variação Monetária – Reajuste Tarifário Diferido	102.524	155.690
Variações Cambiais	66.081	90.386
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(12.681)	(19.039)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	480	-
Outras	12.427	7.403
	<u>437.831</u>	<u>461.881</u>
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(134.516)	(91.658)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(38.718)	(23.402)
Variação Monetária da CVA	(26.501)	(17.866)
Variações Cambiais	(3.502)	(11.203)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(6.629)	(9.151)
C.P.M.F.	(19.013)	(17.159)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(49.006)	(54.187)
Outras	(18.339)	(50.031)
	<u>(296.224)</u>	<u>(274.657)</u>
Juros sobre Capital Próprio	(65.811)	(107.000)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u><u>75.796</u></u>	<u><u>80.224</u></u>

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Distribuição são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2006	31/03/2006	30/06/2006	31/03/2006	30/06/2006	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2005
CEMIG								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	677.251	907.541	-	-	(65.811)	(107.000)
Outros	7.974	3.637	8.937	5.506	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	-	18.013	-	-	(32.201)	(215.866)
Outros	22	-	1.267	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores	2.170	4.624	-	-	27.535	50.009	-	-
Tributos – ICMS	1.625	8.138	192.943	176.128	(952.592)	(936.695)	-	-
Tributos Compensáveis ICMS	172.754	153.962	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores-Não Circulante	40.392	42.315	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante	-	-	89.558	87.249	-	-	(54.315)	(55.595)
Obrigações Pós-Emprego – Não Circulante	-	-	928.780	945.588	-	-	-	-
Despesa com pessoal	-	-	-	-	-	-	(19.778)	(18.857)
Custeio Administrativo	-	-	-	-	-	-	(3.776)	(3.829)
Outros	-	-	10.377	22.781	-	-	-	-
OUTROS	6.403	6.403	-	-	-	-	-	-

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 4, 8, 14, 17, 20, 22 e 23.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. 06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Cemig Distribuição estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da Cemig Distribuição contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não envolvem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos realizados e não realizados nestas operações acumulavam perdas, de janeiro a junho de 2006 e 2005, no montante de R\$48.526 e R\$54.187, respectivamente, registrados no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor de mercado é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia, os ganhos/(perdas) não realizados, registrados, e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 30 de junho de 2006:

Direito da Cemig Distribuição	Obrigação da Cemig Distribuição	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	30/06/2006	
				Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (2,00% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2006 até 06/2013	US\$118.609	(113.004)	(127.894)
R\$ 100% do CDI	R\$ ou US\$ 60% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	Em 10/2006	(US\$8.020)	5	5
				(112.999)	(127.889)

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27) – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	<u>30/06/2006</u>	<u>30/06/2005</u>
DAS OPERAÇÕES		
Lucro Líquido do Exercício	343.905	699.915
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa -		
Depreciação e Amortização	184.602	179.584
Baixas Líquidas de Imobilizado	5.692	5.743
Juros e Variações Monetárias de Longo Prazo	(188.975)	(334.087)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	70.182	(58.638)
Provisões para Perdas Operacionais	55.655	44.186
Provisão da Recomposição Tarifária Extraordinária	6.402	-
Obrigações Pós-Emprego	54.315	55.595
Reajuste Tarifário Diferido	-	(591.010)
Outros	-	(46.063)
	<u>531.778</u>	<u>(44.775)</u>
(Aumento) Redução de Ativos-		
Consumidores e Revendedores	(168.882)	(24.735)
Recomposição Tarifária Extraordinária	125.821	135.350
Tributos Compensáveis	(204.527)	(49.604)
Transporte de Energia	(21.778)	(236.238)
Fundos Vinculados	101.879	3.759
Outros Ativos Circulantes	(40.576)	(55.188)
Despesas Antecipadas - CVA	41.237	130.997
Outros Realizáveis a Longo Prazo	7.200	77.221
	<u>(159.626)</u>	<u>(18.438)</u>
Aumento (Redução) de Passivos-		
Fornecedores	(99.618)	65.208
Tributos e Contribuição Social	124.180	537.470
Salários e Contribuições Sociais	83.065	21.354
Encargos Regulatórios	33.459	39.483
Empréstimos e Financiamentos	(48.968)	(55.902)
Obrigações Pós-Emprego	(85.969)	(84.913)
Passivo Regulatório - CVA	119.804	(15.038)
Provisão para Perdas Instrumentos Financeiros	34.939	49.567
Outros	(40.725)	(112.074)
	<u>120.167</u>	<u>445.155</u>
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	492.319	381.942
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos Obtidos	57.224	486.362
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(46.791)	(152.547)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(296.101)	-
	<u>(285.668)</u>	<u>333.815</u>
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	206.651	715.757
INVESTIMENTOS		
Em Investimentos	(160)	
No Imobilizado	(517.567)	(226.204)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	101.134	24.477
	<u>(416.593)</u>	<u>(201.727)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(209.942)	514.030
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA		
No início do exercício	533.261	-
No fim do exercício	<u>323.319</u>	<u>514.030</u>
	<u>(209.942)</u>	<u>514.030</u>

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28) – EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão de notas promissórias (*commercial papers*)

A Cemig Distribuição emitiu em 26 de julho de 2006, R\$300 milhões em Notas Promissórias (*commercial papers*), que terão prazo de 90 dias e pagarão juros correspondentes à taxa de 103% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP. As Notas Promissórias serão garantidas por aval da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e os recursos captados serão utilizados para recomposição de caixa referente às dívidas vencidas e liquidadas desde janeiro de 2006 e ao pagamento de dívidas vincendas no restante do ano. As Notas Promissórias poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora a seu exclusivo critério.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Lucro do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no período de janeiro a junho de 2006, um lucro líquido de R\$343.905 em comparação ao lucro líquido de R\$699.915 no período de janeiro a junho de 2005, uma redução de 50,86%.

A redução do lucro líquido em 2006 deve-se principalmente aos seguintes fatores:

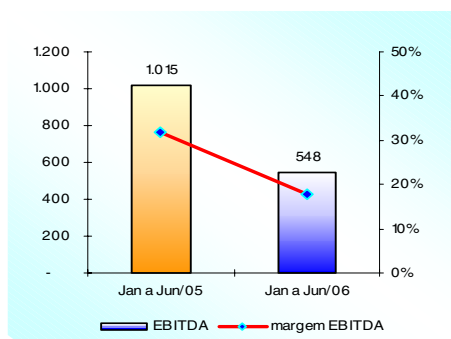
- Reconhecimento da receita com reajuste tarifário diferido no montante de R\$591.010 no primeiro semestre de 2005.
- Aumento de 14,60% nas despesas operacionais no primeiro semestre de 2006 comparado ao mesmo período de 2005. Esta variação deve-se principalmente:
 - à transferência para o resultado do montante de R\$93.265 referente a CVA de encargos de uso da rede de transmissão, conforme descrito no item "Custos e Despesas Operacionais";
 - ao aumento nas despesas com pessoal, em função da provisão para indenização aos empregados pelos anuênios futuros, adquiridos pela CEMIG no montante aproximado de R\$127.226.

Vide maiores comentários no item de custos e despesas operacionais.

Como efeito positivo no resultado do semestre destacamos a reversão da despesa com RGR, retroativa a 2004, no montante de R\$28.048 em função da homologação pela ANEEL da referida despesa em um montante inferior ao estimado pela Companhia. Vide maiores informações na nota explicativa nº 22 das demonstrações financeiras.

EBITDA

O EBITDA da Cemig Distribuição no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$548.417 comparados a R\$1.014.507 no mesmo período do ano anterior, uma redução de 45,94%.



A redução do EBITDA deve-se, principalmente, a receita extraordinária registrada no 1º semestre de 2005 no valor de R\$591.010. Sem considerarmos a receita extraordinária, verifica-se um EBITDA em 2006 de 4,08% superior ao de 2005. A margem do EBITDA em 2006 foi de 17,91% em comparação a 31,80% de janeiro a junho de 2005.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.849.122 no período de janeiro a junho de 2006 em comparação a R\$3.427.992 no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 12,29%.

Os principais impactos na receita de 2006 decorreram dos seguintes fatores:

- Reajuste médio nas tarifas de 23,88% a partir de 8 de abril de 2005 (efeito integral no resultado do exercício de 2006);
- Reajuste médio nas tarifas de 6,70% a partir de 8 de abril de 2006; e,
- Redução de 3,52% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio) em função da migração de consumidores livres para a Cemig Geração e Transmissão.

A quantidade de energia elétrica faturada a consumidores finais decresceu 3,52%; 9.827.203 MWh no período de janeiro a junho de 2006 comparados a 10.185.985 MWh no mesmo período de 2005. Dentre as principais classes de consumo, a comercial e a residencial apresentaram aumentos de 3,12% e 0,52%, respectivamente enquanto que a classe industrial apresentou redução de 17,77% em função basicamente da migração dos consumidores industriais livres para a Cemig Geração e Transmissão S.A..

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh)

Consumo por Classe	MWh		
	jun/06	jun/05	Var %
Residencial	3.310.420	3.293.423	0,52
Industrial	2.391.539	2.908.360	(17,77)
Comércio, Serviços e Outros	1.947.818	1.888.914	3,12
Rural	859.973	828.961	3,74
Poder Público	294.581	276.657	6,48
Iluminação Pública	523.272	506.271	3,36
Serviço Público	499.600	483.399	3,35
Total	9.827.203	10.185.985	(3,52)

Ocorreu um ajuste de R\$87.991 no fornecimento não faturado registrado no 1º trimestre de 2006 em função da reavaliação do cálculo da receita registrada no trimestre mencionado. Foi necessária uma reclassificação nos valores apurados automaticamente através do sistema de informação da Companhia, sendo providenciados os ajustes no 2º trimestre de 2006. Adicionalmente, foram reavaliados os procedimentos de cálculo do fornecimento não faturado, com a revisão pela auditoria interna dos controles internos respectivos.

Reajuste Tarifário Diferido

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Em abril de 2005 foi divulgado, de forma retroativa a abril de 2003, o resultado da revisão tarifária periódica da CEMIG, implicando em um direito de recomposição nas tarifas de 44,41%.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003 foi de 31,53%. Para compensar a CEMIG pela receita a menor faturada de abril de 2003 a abril de 2005, a ANEEL está incluindo nos reajustes tarifários de 2004 a 2007 um percentual adicional.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Cemig Distribuição tinha direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores de 2003 a 2005 foi reconhecida como um ativo regulatório em contrapartida ao resultado do exercício de 2005, no montante de R\$591.010.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se à Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica - TUSD advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida por geradoras na área de concessão da Companhia, principalmente pela Cemig Geração e Transmissão, e apresentou um crescimento de 2,75%, no montante de R\$15.706 (R\$587.593 no período de janeiro a junho de 2006 em comparação a R\$571.887 no período de janeiro a junho de 2005) em função do reajuste na tarifa e do maior número de consumidores livres.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) no período de janeiro a junho de 2006 foram de R\$2.698.972 comparados a R\$2.355.103 no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 14,60%. Este resultado decorre principalmente do aumento de 17,05% na energia comprada para revenda correspondente a R\$148.552 e da variação das despesas com pessoal em decorrência da provisão da indenização dos anuênios futuros dos empregados feita em junho de 2006, no montante de R\$127.226. Vide maiores informações na nota explicativa nº 23 das demonstrações financeiras.

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados "CVA") utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subsequentes, sendo registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo como despesas antecipadas. Vide maiores informações na nota explicativa nº 7 das demonstrações financeiras.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

	CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS				30/06/2005
	30/06/2006				
	Despesa operacional sem os efeitos da CVA	Valores de CVA transferidos para o resultado do período (*)	Valores de CVA excluídos do resultado do período (**)	Despesa efetiva reconhecida no resultado do período	
Pessoal	435.390	-	-	435.390	308.109
Participações dos Empregados	28.483	-	-	28.483	30.102
Obrigações Pós-Emprego	54.315	-	-	54.315	55.595
Materiais	28.783	-	-	28.783	34.228
Serviços de Terceiros	156.055	-	-	156.055	128.643
Energia Elétrica Comprada para Revenda	884.287	165.053	(29.403)	1.019.937	871.385
Depreciação e Amortização	184.602	-	-	184.602	179.584
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(6.107)	-	(6.107)	21.049
Provisões Operacionais	57.526	-	-	57.526	46.836
Conta de Consumo de Combustível – CCC	246.643	(26.276)	(29.528)	190.839	181.000
Encargos de Uso da Rede de Transmissão	196.271	5.678	108.200	310.149	303.606
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	145.511	(7.349)	(7.296)	130.866	138.077
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da RTE	6.402	-	-	6.402	-
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	35.801	-	-	35.801	7.147
PROINFA	22.358	2.465	(12.049)	12.774	-
Outras Despesas Operacionais	53.157	-	-	53.157	49.742
Total	2.535.584	133.464	29.924	2.698.972	2.355.103

(*) Referem-se aos custos não controláveis que compõem a CVA que foram transferidos para o resultado em função das suas inclusões no cálculo do reajuste tarifário da Cemig Distribuição.

(**) Referem-se as variações dos custos não controláveis que compõem a CVA e que não foram incluídos no cálculo do reajuste tarifário da Cemig Distribuição, sendo então excluídas do resultado.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$435.390 comparados a R\$308.109 no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 41,31%. Este resultado decorre principalmente da provisão para indenização dos anuênios futuros dos empregados, conforme comentado anteriormente, compensado parcialmente pela maior transferência de gastos com pessoal para obras em andamento (R\$51.471 em junho de 2006 comparados a R\$16.223 em 2005). Vide composição da despesa com pessoal na nota explicativa nº 23 das demonstrações financeiras.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$1.019.937 comparados a R\$871.385 no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 17,05%. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide maiores informações na nota explicativa nº 23 das demonstrações financeiras.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização não apresentou variação relevante na comparação entre os períodos, R\$184.602 de janeiro a junho de 2006 comparados a R\$179.584 de janeiro a junho de 2005, representando uma variação de 2,79% que decorre substancialmente da entrada em operação de novas redes e linhas de distribuição.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$54.315 comparados a R\$55.595 no período de janeiro a junho de 2005, uma redução de 2,30%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Cemig Distribuição, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução na despesa decorre do maior crescimento dos ativos em relação às obrigações.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais no período de janeiro a junho de 2006 foram de R\$57.526 comparados a R\$46.836 no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 22,82%. A principal provisão registrada em 2006 decorre de créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$52.009.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A despesa com CCC no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$190.839 comparados a R\$181.000 no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 5,44%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$310.149 comparados a R\$303.606 no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 2,16%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Em função de uma nova interpretação da ANEEL com relação aos critérios de constituição da CVA referente aos encargos de uso da rede básica de transmissão, a Cemig Distribuição reverteu, no primeiro semestre de 2006, parcela da CVA constituída a partir de abril de 2005, no montante de R\$93.265, o que contribuiu para aumentar o valor da despesa no semestre corrente.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A despesa com CDE no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$130.866 comparados a R\$138.077 no período de janeiro a junho de 2005, uma redução de 5,22%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

Os gastos com eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento no período de janeiro a junho de 2006 foram de R\$35.801 comparados a R\$7.147 no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 400,92%. Este aumento decorre, principalmente, dos novos critérios adotados a partir de 2006 para reconhecimento dessas despesas. A partir deste exercício, a Companhia provisiona 1,00% de sua receita líquida para aplicação em programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

O PROINFA, instituído pelo Decreto nº 5.025 de 30 de março de 2004, tem como objetivo aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de Produtores Independentes Autônomos, concebidos com base em fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Interligado Nacional.

Os valores são recolhidos pelas concessionárias de transmissão e de distribuição à ELETROBRÁS, administradora da Conta PROINFA, de acordo com cálculos efetuados pela mesma.

A Cemig Distribuição registrou no período de janeiro a junho de 2006, uma despesa com PROINFA no montante R\$12.774. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro de janeiro a junho de 2006 foi uma receita financeira líquida de R\$75.796 comparada a uma receita financeira líquida de R\$80.224 de janeiro a junho de 2005. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- ❑ Receita com variação monetária e juros incidentes sobre o Reajuste Tarifário Diferido no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$102.524 comparados a R\$155.690 de janeiro a junho de 2005, uma redução de 34,15%. No exercício anterior a Cemig Distribuição registrou uma maior receita em função da divulgação do resultado definitivo da revisão tarifária da CEMIG, o que implicou no registro de um ativo regulatório denominado "Reajuste Tarifário Diferido" e na atualização desse ativo de forma retroativa ao ano de 2003. Vide maiores informações na nota explicativa nº 10 das demonstrações financeiras.
- ❑ Crescimento de R\$52.762 na receita com acréscimo moratório em conta de energia elétrica, R\$82.196 no período de janeiro a junho de 2006 em comparação a R\$29.434 no período de janeiro a junho de 2005. Esta variação decorre da receita registrada no segundo semestre de 2006, no montante de R\$48.287, referente a baixa de contas recebidas de grandes consumidores industriais relacionadas a anos anteriores, cujo valor de principal era consideravelmente inferior ao montante acrescido referente a encargos financeiros.
- ❑ Aumento de 46,76% nos encargos com empréstimos e financiamentos no país em função dos critérios de rolagem da dívida da Companhia, com a substituição de vários contratos de dívida em moeda estrangeira para moeda nacional, a partir do segundo semestre de 2005.
- ❑ Ganhos líquidos com variações cambiais no período de janeiro a junho de 2006, no montante de R\$62.579 em comparação a ganhos líquidos de R\$79.183 no período de janeiro a junho de 2005, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A redução nos ganhos decorre principalmente da menor variação do dólar. No período de janeiro a junho de 2006, o real apresentou uma valorização de 7,54% frente ao dólar norte-americano em comparação a uma valorização de 11,45% no mesmo período de 2005.
- ❑ Perda líquida com instrumentos derivativos utilizados em operações de hedge, no período de janeiro a junho de 2006, no montante de R\$48.526 comparada a uma perda líquida de R\$54.187 no período de janeiro a junho de 2005. Esta variação deve-se à valorização do real frente ao dólar norte-americano, mencionada no item anterior.
- ❑ A Companhia registrou, como despesa financeira, a destinação dos juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos do exercício de 2006, no montante de R\$65.811 (R\$107.000 em 2005).

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24 das demonstrações financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no período de janeiro a junho de 2006, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$146.946 em relação ao lucro de R\$425.040, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 34,57%. No período de janeiro a junho de 2005, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$308.471 em relação ao lucro de R\$901.386, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 34,22%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9 das demonstrações financeiras.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

INDICADORES FINANCEIROS

- LIQUIDEZ (excluindo-se as obrigações especiais)

Itens	Unidade	Jun/06	Mar/06	Jun/05
Liquidez Corrente	índice	1,17	1,21	1,71
Liquidez Geral	índice	0,88	0,89	1,02

- ENDIVIDAMENTO (excluindo-se as obrigações especiais)

Itens	Unidade	Jun/06	Mar/06	Jun/05
Ativo Total	%	73,05	73,64	66,58
Patrimônio Líquido	%	271,11	279,35	199,18
Ativo Permanente	%	204,78	213,76	205,90

- RENTABILIDADE (excluindo-se as obrigações especiais)

Itens	Unidade	Jun/06	Mar/06	Jun/05
Patrimônio Líquido	%	15,31	8,53	32,48
Imobilizado	%	10,04	6,02	25,35
Margem Operacional	%	11,88	15,38	25,28
Margem Líquida	%	11,23	12,12	21,20

INDICADORES OPERACIONAIS

- EFICIÊNCIA

Itens	Unidade	Jun/06	Jun/05
MWh (*) / Empregado	MWh	1.238	1.286
Consumidores / Empregados	Nº	767	746

(*) Excluindo energia de curto prazo

- QUALIDADE DE ATENDIMENTO

Itens	Unidade	Jun/06	Jun/05
Tempo Médio de Atendimento a Interrupções	horas	5,12	5,11
Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor	horas	6,45	5,87
Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor	Nº	3,18	3,18

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS Data-Base - 30/06/2006

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

TARIFA MÉDIA
(R\$ / MWh)

Descrição	Incluindo ICMS	
	Jun/06	Jun/05
Industrial	266,20	249,37
Residencial	504,64	443,22
Comercial	426,67	379,86
Rural	274,99	244,86
Outros	286,00	258,02
Consumidores Finais	381,75	327,81

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

1. Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais (ITR's) da Cemig Distribuição S.A., referentes ao trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2006, elaboradas sob responsabilidade de sua Administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e o relatório de desempenho.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e nas operações da Companhia.
3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 acima, para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais obrigatórias.
4. As informações suplementares contidas na nota explicativa nº 27, referentes à demonstração do fluxo de caixa da Cemig Distribuição S.A. para os semestres findos em 30 de junho de 2006 e 2005, são apresentados com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós revisadas, de acordo com os procedimentos de revisão mencionados no parágrafo 2 acima e, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas referidas informações suplementares.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

06.981.180/0001-16

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 11 às demonstrações financeiras, em decorrência da revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, a ANEEL fixou, em 7 de abril de 2004, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Companhia em 37,86%, aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica retroativamente a 8 de abril de 2003. Em 7 de abril de 2005, a ANEEL alterou esse percentual, em caráter definitivo, para 44,41%. Essa alteração resultou no aumento da receita bruta no montante de R\$ 591.010 mil e um aumento no lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2005 de R\$ 335.398 mil, líquidos dos efeitos fiscais.
6. O balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2006, apresentado para fins de comparação, foi por nós examinado, sobre o qual emitimos parecer sem ressalvas, datado de 12 de junho de 2006, e incluiu parágrafo de ênfase sobre o mesmo assunto descrito no parágrafo 5 acima. A demonstração do resultado referente ao trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2005, apresentada para fins comparativos, foi por nós revisada, de acordo com os procedimentos de revisão mencionados no parágrafo 2 acima e, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita na referida demonstração do resultado.

Belo Horizonte, 7 de agosto de 2006

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 S/MG

Gilberto Grandolpho
Contador
CRC-SP 139.572/O-5 S/MG

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO K

Informações Trimestrais da CEMIG relativas aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2005 e de 2006 e
revisão especial dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS****ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Data-Base - 30/06/2005

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS**Reapresentação Espontânea**

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
4 - NIRE 31300040127		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV. BARBACENA, 1200 - ED. JÚLIO SOARES		2 - BAIRRO OU DISTRITO STO AGOSTINHO	
3 - CEP 30123-970	4 - MUNICÍPIO BELO HORIZONTE		5 - UF MG
6 - DDD 031	7 - TELEFONE 3299-4903	8 - TELEFONE 3299-3818	9 - TELEFONE 3299-4810
10 - TELEX 311124			
11 - DDD 031	12 - FAX 3299-4691	13 - FAX 3299-3864	14 - FAX 3299-3864
15 - E-MAIL mail@cemig.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME FLÁVIO DECAT DE MOURA			
2 - ENDEREÇO COMPLETO AV. BARBACENA, 1200 - ED. JÚLIO SOARES		3 - BAIRRO OU DISTRITO STO AGOSTINHO	
4 - CEP 30123-970	5 - MUNICÍPIO BELO HORIZONTE		6 - UF MG
7 - DDD 031	8 - TELEFONE 3299-4903	9 - TELEFONE 3299-3818	10 - TELEFONE 3299-4810
11 - TELEX 311124			
12 - DDD 031	13 - FAX 3299-4691	14 - FAX 3299-3933	15 - FAX 3299-3864
16 - E-MAIL flaviodecat@cemig.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2005	31/12/2005	2	01/04/2005	30/06/2005	1	01/01/2005	31/03/2005
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu					10 - CÓDIGO CVM 00385-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Gilberto Grandolpho					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 007.585.878-99		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2005	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2005	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2004
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	70.874.168	70.874.168	70.874.168
2 - Preferenciais	91.279.651	91.279.651	91.279.651
3 - Total	162.153.819	162.153.819	162.153.819
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	69.128	69.128	69.128
6 - Total	69.128	69.128	69.128

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Nacional Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 112 - Energia elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL INDUSTRIAL, COMERCIAL E OUTRAS
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	29/06/2005	Juros Sobre Capital Próprio		ON	0,0017460008
02	RCA	29/06/2005	Juros Sobre Capital Próprio		PN	0,0017460008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2- DATA DA ALTERAÇÃO	3- VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4- VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5- ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7- QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8- PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 30/06/2005	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2005
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2005	4 - 31/03/2005
1	Ativo Total	9.019.394	9.334.414
1.01	Ativo Circulante	757.882	540.445
1.01.01	Disponibilidades	205.940	264.644
1.01.02	Créditos	457.117	197.617
1.01.02.04	Tributos Compensáveis	152.167	74.939
1.01.02.07	Créditos Tributários	97.550	122.678
1.01.02.08	Créditos a Receber de Controladas	207.400	0
1.01.03	Estoques	320	152
1.01.04	Outros	94.505	78.032
1.01.04.01	Outros Créditos	94.505	78.032
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.484.192	1.631.501
1.02.01	Créditos Diversos	1.362.193	1.406.393
1.02.01.01	Contas a Receber do Governo do Estado MG	1.120.653	1.156.525
1.02.01.04	Créditos Tributários	153.456	162.079
1.02.01.09	Depósitos Vinculados a Litígios	88.084	87.789
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	116.719	219.828
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	116.719	219.828
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	5.280	5.280
1.03	Ativo Permanente	6.777.320	7.162.468
1.03.01	Investimentos	6.768.781	7.153.939
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	6.765.033	7.102.315
1.03.01.03	Outros Investimentos	3.748	51.624
1.03.02	Imobilizado	8.539	8.529
1.03.03	Diferido	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2005
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2005	4 - 31/03/2005
2	Passivo Total	9.019.394	9.334.414
2.01	Passivo Circulante	441.020	1.023.093
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.085	66.191
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	1.481	3.113
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	135.348	120.432
2.01.05	Dividendos a Pagar	260.278	648.696
2.01.06	Provisões	14.185	26.486
2.01.06.01	Salários e Encargos Sociais	8.562	8.343
2.01.06.02	Encargos Regulatórios	0	13.417
2.01.06.03	Participações nos Lucros	5.623	4.726
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	3.288	151.735
2.01.08	Outros	25.355	6.440
2.01.08.01	Obrigações Pós-Emprego	5.929	5.702
2.01.08.02	Outras Obrigações	19.426	738
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	568.400	505.215
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	73.587	0
2.02.02	Debêntures	0	0
2.02.03	Provisões	422.193	434.697
2.02.03.01	Contingências	422.193	434.697
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	72.620	70.518
2.02.05.01	Obrigações Pós-Emprego	66.265	67.528
2.02.05.03	Impostos, Taxas e Contribuições	6.325	2.960
2.02.05.04	Outras Obrigações	30	30
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	8.009.974	7.806.106
2.05.01	Capital Social Realizado	1.621.538	1.621.538
2.05.02	Reservas de Capital	4.059.345	4.059.345
2.05.02.01	Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
2.05.02.02	Doações e Subvenções para Investimentos	2.650.898	2.650.898
2.05.02.03	Remun das Imob. em Curso Capital Próprio	1.313.220	1.313.220
2.05.02.04	Rec. Destinado a Aumento de Capital	27.123	27.123
2.05.02.05	Correção Monetária do Capital	6	6
2.05.02.06	Ações em Tesouraria	(1.132)	(1.132)
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	2.329.091	2.125.223
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	2.329.091	2.125.223
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2005
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2005	4 -31/03/2005
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2005 a 30/06/2005	4 - 01/01/2005 a 30/06/2005	5 - 01/04/2004 a 30/06/2004	6 - 01/01/2004 a 30/06/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	846	1.102	2.308.211	4.538.725
3.01.01	Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	0	0	2.201.466	4.084.741
3.01.02	Recomposição Tarifária Extraordinária	0	0	0	0
3.01.03	Reajuste Tarifário Diferido	0	0	32.425	299.782
3.01.04	Receita de Uso da Rede	0	0	59.178	124.187
3.01.05	Outras Receitas Operacionais	846	1.102	15.142	30.015
3.02	Deduções da Receita Bruta	(14)	(14)	(683.189)	(1.369.081)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	832	1.088	1.625.022	3.169.644
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	(1.145.680)	(2.095.919)
3.04.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	0	0	(369.724)	(709.012)
3.04.02	Encargos Uso da Rede Básica Transmissão	0	0	(145.097)	(237.818)
3.04.03	Pessoal e Administradores	0	0	(191.209)	(338.031)
3.04.04	Entidade de Previdência Privada	0	0	(20.985)	(42.257)
3.04.05	Materiais	0	0	(16.852)	(33.591)
3.04.06	Matéria-Prima e Insumos para Produção	0	0	(3.919)	(5.856)
3.04.07	Serviços de Terceiros	0	0	(64.592)	(115.605)
3.04.08	Depreciação e Amortização	0	0	(128.409)	(255.944)
3.04.09	Reversão (Provisões) Operacionais	0	0	(3.809)	(42.824)
3.04.10	Compensação Financeira pela Utilização	0	0	(26.646)	(34.296)
3.04.11	Quota para Conta Consumo de Combustível	0	0	(78.185)	(140.594)
3.04.12	Conta de Desenvolvimento Energético -CDE	0	0	(69.981)	(101.384)
3.04.13	Provisão para perdas RTE	0	0	(2.233)	(4.469)
3.04.14	Outras	0	0	(24.039)	(34.238)
3.05	Resultado Bruto	832	1.088	479.342	1.073.725
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	212.687	804.009	(324.814)	(433.858)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2005 a 30/06/2005	4 - 01/01/2005 a 30/06/2005	5 - 01/04/2004 a 30/06/2004	6 - 01/01/2004 a 30/06/2004
3.06.01	Com Vendas	0	0	(60.913)	(168.782)
3.06.02	Gerais e Administrativas	4.244	(37.673)	(49.298)	(80.208)
3.06.03	Financeiras	(268.807)	(195.906)	(216.157)	(189.438)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	32.619	117.406	239.183	431.513
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(301.426)	(313.312)	(455.340)	(620.951)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	(361)	(361)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	477.250	1.037.588	1.915	4.931
3.07	Resultado Operacional	213.519	805.097	154.528	639.867
3.08	Resultado Não Operacional	(2.239)	(4.365)	(6.492)	(13.778)
3.08.01	Receitas	0	0	3.509	4.486
3.08.02	Despesas	0	0	(10.001)	(18.264)
3.08.02.02	Outros	0	0	(10.001)	(18.264)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	211.280	800.732	148.036	626.089
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(7.412)	(42.142)	(87.646)	(269.276)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	283.000	283.000	200.000	200.000
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	486.868	1.041.590	260.390	556.813

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2005 a 30/06/2005	4 - 01/01/2005 a 30/06/2005	5 - 01/04/2004 a 30/06/2004	6 - 01/01/2004 a 30/06/2004
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	162.084.691	162.084.691	162.084.691	162.084.691
	LUCRO POR AÇÃO	0,00300	0,00643	0,00161	0,00344
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, “CEMIG” ou “Controladora”, sociedade de capital aberto, certificado GEMEC/RCA-200-75/109, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, atua única e exclusivamente como Holding a partir de 1º de janeiro de 2005, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 30 de junho de 2005:

- CEMIG Geração e Transmissão S.A. (controlada - participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são geração e transmissão de energia elétrica, através de 43 usinas, sendo 40 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão;
- CEMIG Distribuição S.A. (controlada - participação de 100,00%) – seu principal objetivo social é a distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do estado de Minas Gerais;
- Sá Carvalho S.A. (controlada - participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada - participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (controlada em conjunto - participação de 55,19%) – seus principais objetivos sociais são: aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu estatuto social também permite a execução das atividades de exploração, produção e armazenamento de gás natural. Estas atividades, entretanto, não estão sendo desenvolvidas. A CEMIG alienou 40% de sua participação na GASMIG em 2004;
- Empresa de Infovias S.A. (“Infovias”) (controlada - participação de 99,94%) – seus principais objetivos sociais são: prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços). A Infovias detém uma participação de 69,25% no capital da Way TV Belo Horizonte S.A., que atua na exploração de serviços de televisão a cabo e Internet em determinadas cidades do Estado de Minas Gerais;

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Efficientia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: a prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- Horizontes Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada em conjunto - participação de 48,50%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais;
- Rosal Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada em conjunto - participação de 48,50%) – Suas principais atividades são a produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente.

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 30 de junho de 2005:

- Cemig PCH S.A., Cemig Capim Branco Energia S.A. e UTE Barreiro S.A. (controladas - participação de 100,00%) – Estas empresas terão por objetivos sociais a produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente.
- Cemig Trading S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Seu principal objetivo social será a comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia.
- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto - participação de 51,00%) – Esta empresa será responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 Kv.
- Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 25,00%) – Esta empresa será responsável pela construção e operação da linha de transmissão de 345 Kv conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,00%) – Esta empresa será responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 Kv.
- Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,40%) – Esta empresa será responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – Lote B - LT Irapé – Araçuaí 230 Kv.

2) – DESVERTICALIZAÇÃO

A CEMIG constituiu as subsidiárias integrais, CEMIG Geração e Transmissão S.A. e CEMIG Distribuição S.A., para desenvolver as suas atividades no negócio de energia elétrica a partir de 1º de janeiro de 2005.

A Assembléia Geral Extraordinária da CEMIG em 30 de dezembro de 2004 autorizou a transferência, a partir de 1º de janeiro de 2005, dos ativos constantes do Imobilizado em Serviço e parte das obrigações e direitos relacionados às atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica para as subsidiárias integrais constituídas.

A transferência dos demais direitos e obrigações foi efetuada através de adiantamento para futuro aumento de capital em 1º de janeiro de 2005. A aprovação da integralização ao capital foi submetida à Assembléia de Acionistas em 29 de julho de 2005.

A efetiva transferência das concessões de transmissão, geração e distribuição de energia elétrica para as novas subsidiárias está condicionada a aprovação pela ANEEL, conforme consta na Resolução Normativa nº 407, de 20 de dezembro de 2004.

3) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As informações trimestrais foram elaboradas seguindo princípios, métodos e critérios contábeis uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social.

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto mencionadas na Nota Explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações financeiras das investidas.

As demonstrações financeiras das sociedades investidas utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação, referem-se a 30 de junho de 2005.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2005	31/03/2005	30/06/2005	31/03/2005
Contas Bancárias	65.892	69.237	4.312	5.047
Aplicações Financeiras				
Certificado de Depósito Bancário	905.076	849.574	201.628	259.597
	970.968	918.811	205.940	264.644

5) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Consolidado							
	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	06/2005	03/2005	06/2005	03/2005	06/2005	03/2005	30/06/2005	31/03/2005
Residencial	310.803	260.192	49.457	12.527	97.534	123.324	457.794	396.043
Industrial	285.873	251.696	52.676	23.891	160.658	158.106	499.207	433.693
Comércio, Serviços e Outras	147.196	126.497	23.453	16.179	79.389	79.437	250.038	222.113
Rural	41.125	33.636	5.424	4.047	17.496	20.740	64.045	58.423
Poder Público	33.205	29.603	4.309	4.923	26.379	44.231	63.893	78.757
Iluminação Pública	55.019	53.175	3.112	5.399	10.421	13.671	68.552	72.245
Serviço Público	25.335	25.179	720	915	10.272	7.141	36.327	33.235
Subtotal – Consumidores	898.556	779.978	139.151	67.881	402.149	446.650	1.439.856	1.294.509
Suprimento a Outras Concessionárias	31.147	81.741	-	-	-	-	31.147	81.741
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(177.890)	(192.128)	(177.890)	(192.128)
	929.703	861.719	139.151	67.881	224.259	254.522	1.293.113	1.184.122

(*) Os saldos consolidados referentes as idades dos débitos em 31 de março de 2005 foram reclassificados.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Classe de Consumidor	Controladora							
	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	06/2005	03/2005	06/2005	03/2005	06/2005	03/2005	30/06/2005	31/03/2005
Residencial	-	-	-	-	36.750	41.474	36.750	41.474
Industrial	-	-	-	-	48.464	54.694	48.464	54.694
Comércio, Serviços e Outras	-	-	-	-	22.902	25.846	22.902	25.846
Rural	-	-	-	-	5.035	5.683	5.035	5.683
Poder Público	-	-	-	-	15.271	17.233	15.271	17.233
Iluminação Pública	-	-	-	-	2.733	3.085	2.733	3.085
Serviço Público	-	-	-	-	1.701	1.920	1.701	1.920
Subtotal - Consumidores	-	-	-	-	132.856	149.935	132.856	149.935
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(132.856)	(149.935)	(132.856)	(149.935)
	-	-	-	-	-	-	-	-

6) – CONSUMIDORES - RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, de 21 de dezembro de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceram os procedimentos para implementação da RTE, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.
- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE mencionada está sendo utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração deste valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores, as quais não se espera serem relevantes, e o ICMS.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE/MAE"), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh ("energia livre"). Como a Cemig Distribuição S.A. é apenas uma repassadora às geradoras dos valores recebidos, foram incluídos neste saldo os tributos e outros encargos regulatórios incidentes sobre a receita. Quando do repasse às geradoras, são deduzidos os impostos e encargos regulatórios mencionados.

Conforme Resolução Normativa nº 1 da ANEEL, de 12 de janeiro de 2004, a RTE da CEMIG teve seu prazo de duração máximo alterado de 82 para 74 meses, passando a vigorar no período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2008. A CEMIG elaborou estudo para verificar se o prazo estipulado de 74 meses seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Na elaboração deste estudo foram consideradas determinadas premissas, sendo as mais relevantes àquelas referentes às projeções de reajustes tarifários, taxas de inflação, SELIC e crescimento do mercado de energia.

Com base no estudo, foi estimada em R\$178.079 a provisão para perdas da CEMIG na realização dos valores da RTE em 30 de junho de 2005.

Considerando que as premissas utilizadas nesse estudo poderão sofrer alterações ao longo do prazo de recuperação, a Administração revisará periodicamente essas projeções e, conseqüentemente, a provisão constituída.

A recuperação dos créditos através da RTE, conforme Resolução Normativa nº 45, de 3 de março de 2004, é efetuada na proporção de 64,29% e 35,71% para os créditos referentes às perdas com faturamento e energia livre, respectivamente.

Os créditos da RTE referentes às perdas de faturamento estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

Dos créditos da RTE referentes à energia livre, 82,00% estão sendo atualizados pela variação da SELIC e 18,00% não estão sendo atualizados. Os valores não atualizados correspondem, segundo estimativas da CEMIG, aos montantes não pagos no âmbito da CCEE/MAE em função das diversas ações judiciais movidas pelas companhias geradoras e distribuidoras de energia elétrica. Desta forma, estes valores somente serão atualizados após a liquidação definitiva na CCEE/MAE, quando da resolução das controvérsias judiciais acima referidas.

O ICMS incidente sobre o saldo consolidado da RTE, correspondente às receitas a serem faturadas, o qual é estimado em R\$207.747 em 30 de junho de 2005 (R\$216.943 em 31 de março de 2005), somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. A CEMIG, neste sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Receita Estadual e, portanto, não efetuou o registro antecipado da referida obrigação.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Parcela "A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, a ANEEL definiu que os valores das variações nos itens não gerenciáveis da Parcela "A" deixariam de ser incluídos no prazo limite de vigência da RTE, sendo que sua recuperação será iniciada imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela "A".

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

c) Composição dos saldos da RTE e Parcela "A"

	Controladora			
	30/06/2005		31/03/2005	
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	Total
Recomposição das perdas com faturamento (1)	150.000	13.419	163.419	156.281
Reembolso dos gastos com energia livre dos geradores (2)	13.456	1.204	14.660	14.019
(-) Provisão para perdas na realização dos itens da RTE	(163.456)	(14.623)	(178.079)	(170.300)
Total da RTE	-	-	-	-

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado			
	30/06/2005			31/03/2005
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	Total
Recomposição das perdas com faturamento (1)	876.847	486.055	1.362.902	1.332.289
Valores arrecadados	<u>(698.438)</u>	-	<u>(698.438)</u>	<u>(652.187)</u>
	178.409	486.055	664.464	680.102
Reembolso dos gastos com energia livre dos geradores (2)	442.717	137.011	579.728	567.408
Valores arrecadados	<u>(235.126)</u>	-	<u>(235.126)</u>	<u>(209.437)</u>
	207.591	137.011	344.602	357.971
(-) Provisão para perdas na realização dos itens da RTE	<u>(163.456)</u>	<u>(14.623)</u>	<u>(178.079)</u>	<u>(170.300)</u>
Total da RTE	<u>222.544</u>	<u>608.443</u>	<u>830.987</u>	<u>867.773</u>
Compensação dos itens da Parcela "A" (3)	245.299	257.919	503.218	481.235
Total da RTE e da Parcela "A"	<u>467.843</u>	<u>866.362</u>	<u>1.334.205</u>	<u>1.349.008</u>
Curto Prazo			293.563	234.912
Longo Prazo			<u>1.040.642</u>	<u>1.114.096</u>

Os valores da RTE a serem repassados aos geradores referentes à energia livre, registrados no Passivo, na conta de Fornecedores, são como segue:

	Consolidado			
	30/06/2005			31/03/2005
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	Total
Valores a serem repassados aos geradores (2)	419.229	131.355	550.584	538.597
(-) Repasses realizados	<u>(207.375)</u>	-	<u>(207.375)</u>	<u>(185.080)</u>
	<u>211.854</u>	<u>131.355</u>	<u>343.209</u>	<u>353.517</u>
Passivo Circulante			102.800	118.371
Exigível a Longo Prazo			<u>240.409</u>	<u>235.146</u>

- (1) Valores homologados através das Resoluções ANEEL n°s 480 e 481 de 2002 e 001 de 2004.
 (2) Valores homologados através das Resoluções ANEEL n°s 001 e 045 de 2004.
 (3) Valores homologados através das Resoluções ANEEL n°s 482 de 2002 e 001 de 2004.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES NA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (“CCEE/MAE”)

As obrigações e direitos da Companhia referentes às transações no âmbito da CCEE/MAE estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	30/06/2005	31/03/2005
ATIVO		
Circulante		
Revendedores – Transações no CCEE/MAE	404.434	324.802
Realizável a Longo Prazo		
Revendedores – Transações no CCEE/MAE	260.440	311.882
	<u>664.874</u>	<u>636.684</u>
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores	190.329	149.817
	<u>190.329</u>	<u>149.817</u>

Os valores registrados no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos pela CEMIG nas transações com energia na CCEE/MAE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica deveriam fazer a arrecadação e repasse dos valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidores com valores a receber, entre os quais está incluída a CEMIG, a partir de março de 2003.

Os créditos da RTE que deveriam ter sido repassados pelas outras distribuidoras à CEMIG, relativos ao período de março de 2003 a junho de 2005, correspondem a R\$272.691, tendo sido recebidos R\$72.660 até 30 de junho de 2005.

A diferença verificada decorre do fato de que algumas distribuidoras não repassaram à CEMIG os valores da RTE por interpretarem, com base no Art.9º da Resolução ANEEL nº 36 e Nota Técnica ANEEL nº 004/2003, que a CEMIG, por estar questionando judicialmente a metodologia de cálculo de suas obrigações na CCEE/MAE, estaria também questionando o Acordo Geral do Setor Elétrico. Por este motivo, as distribuidoras estariam impedidas de efetuar o referido repasse à CEMIG.

Em função das sanções mencionadas no parágrafo anterior, a Administração decidiu pela retirada das ações judiciais e acordar com os demais agentes da CCEE/MAE o pagamento das obrigações, com base no critério original definido pela ANEEL. Os valores referentes a esta obrigação já estavam substancialmente provisionados nas demonstrações financeiras.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os principais termos e conseqüências do acordo mencionado são os seguintes:

- Os valores provisionados referentes a obrigação junto a CCEE/MAE, no montante de R\$142.560, foram atualizados pelo IGP-M a partir de julho de 2003 até o início da liquidação financeira, prevista para ocorrer a partir do 3º trimestre de 2005, o que implicou no registro de uma despesa financeira no valor de R\$42.171 no trimestre;
- A CEMIG procederá a liquidação dos débitos, a partir do 3º trimestre de 2005, no prazo de 50 meses, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano;
- As distribuidoras farão o repasse à CEMIG dos valores retidos, no montante de R\$200.031, em 2 parcelas mensais e consecutivas, no 3º trimestre de 2005, conforme estimativa da Companhia.

Das obrigações e direitos da CEMIG no âmbito da CCEE/MAE, 82,00% estão sendo atualizados pela variação da SELIC acrescido de 1,00% de juros ao ano e 18,00% não estão sendo atualizados. Os valores não atualizados correspondem, segundo estimativas da CEMIG, aos montantes não pagos no âmbito da CCEE/MAE em função das diversas ações judiciais movidas pelas companhias geradoras e distribuidoras. Desta forma, estes valores somente serão atualizados após a liquidação definitiva na CCEE/MAE, quando da resolução das controvérsias judiciais.

A conclusão dos processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE/MAE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

8) – DESPESAS ANTECIPADAS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da CEMIG, utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes.

Excepcionalmente, o Governo Federal, através da Portaria Interministerial nº 116, de 4 de abril de 2003, postergou por 12 meses a compensação das variações da CVA apuradas de 10 de março de 2002 a 9 de março de 2003, que deveriam ser compensadas a partir do reajuste tarifário de 8 de abril de 2003.

Adicionalmente, ficou estabelecido naquela Portaria que o saldo da CVA, cuja compensação foi adiada, seria compensado nas tarifas de fornecimento de energia elétrica pelo prazo de 24 meses, contados a partir do reajuste aplicado sobre as tarifas em 8 de abril de 2004.

A Resolução Normativa ANEEL nº 153, de 14 de março de 2005, estabeleceu novos critérios para cálculo das variações da CVA referente à compra de energia. A Resolução mencionada determinou que a partir de sua vigência, retroativa a 29 de novembro de 2004, não seja mais calculada, de forma distinta, as variações referente a compra de energia de Itaipu. Desta forma, são apuradas, a partir da data da vigência da Resolução, as variações da CVA referente a compra total de energia da Companhia, (Itaipu, contratos iniciais, leilão de energia e outras origens).

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição dos saldos registrados é como segue:

	Consolidado					31/03/2005
	30/06/2005				Total	
	CVA de 10/03/2002 a 09/03/2003	CVA de 10/03/2003 a 09/03/2004	CVA de 10/03/2004 a 09/03/2005	CVA a partir de 10/03/2005		
Tarifa de compra de energia elétrica de Itaipu	209.910	(21.936)	(40.077)	-	147.897	131.507
Quota para a Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	(65.894)	1.232	57.955	11.325	4.618	3.392
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	43.301	33.924	16.633	(3.094)	90.764	121.001
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	2.064	2.219	4.220	804	9.307	11.609
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica	38.563	28.971	43.806	(19.290)	92.050	125.143
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	896	14.621	10.895	-	26.412	36.102
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	13.815	11.215	5.222	30.252	36.645
Compra de Energia	-	-	498	48.067	48.565	-
	228.840	72.846	105.145	43.034	449.865	465.399
Ativo – Curto Prazo					416.752	490.409
Ativo – Longo Prazo					106.740	12.971
Passivo – Longo Prazo					(73.627)	(37.981)

Os valores demonstrados na tabela acima são atualizados pela variação da SELIC entre a data do pagamento da despesa e a sua efetiva compensação no reajuste tarifário.

9) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2005	31/03/2005	30/06/2005	31/03/2005
Curto Prazo				
ICMS a Recuperar	50.654	35.573	3.595	3.574
Imposto de Renda	174.959	115.675	131.805	65.302
Contribuição Social	23.409	17.527	11.959	1.230
Outros	9.533	7.602	4.808	4.833
	258.555	176.377	152.167	74.939
Longo Prazo				
ICMS a Recuperar	123.302	123.144	-	-
ICMS a Recuperar – Em discussão com o Governo do Estado de Minas Gerais	20.088	20.088	-	-
	143.390	143.232	-	-
	401.945	319.609	152.167	74.939

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se basicamente a valores apurados na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ de exercícios anteriores, que poderão ser compensados durante o exercício de 2005.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são compensados em 48 meses, conforme Lei Complementar 102/00. Adicionalmente, encontra-se registrado o montante de R\$20.088, referente a créditos de ICMS cuja compensação está sendo discutida judicialmente com o Governo do Estado de Minas Gerais.

10) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos Tributários:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2005	31/03/2005	30/06/2005	31/03/2005
Créditos Tributários sobre-				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	31.088	36.819	17.573	20.163
Obrigações Pós-Emprego	4.854	4.854	4.854	4.854
Provisão para Contingências	107.396	113.911	107.215	113.843
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da				
Recomposição Tarifária Extraordinária	60.547	57.902	60.547	57.902
Provisão para Programa de Desligamento Voluntário	8.211	7.050	8.211	7.050
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	60.138	64.716	44.446	50.252
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária				
Extraordinária	73.020	73.290	6.013	5.768
Outros	15.541	31.796	2.147	24.925
	360.795	390.338	251.006	284.757
Curto Prazo	130.540	163.935	97.550	122.678
Longo Prazo	230.255	226.403	153.456	162.079

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 07 de março de 2005, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. Referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 07 de março de 2005.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conforme as estimativas individuais da CEMIG, da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Distribuição S.A., os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 30 de junho de 2005, conforme estimativa a seguir:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
2005	130.540	97.550
2006	67.153	21.331
2007	46.611	21.354
2008	28.111	25.251
2009	88.058	85.198
2010	322	322
	<u>360.795</u>	<u>251.006</u>

A CEMIG possui, em 30 de junho de 2005, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, no montante de R\$9.602 (R\$8.824 em 31 de março de 2005). A Administração acredita que determinadas obrigações, pela sua natureza, serão realizadas em um prazo superior a 10 anos. Para estes casos, o respectivo crédito tributário não foi reconhecido.

A controlada Infovias possui, em 30 de junho de 2005, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras no montante de R\$22.161 (R\$26.351 em 31 de março de 2005), em conformidade com estudos de recuperação com base em projeção de resultados futuros aprovada pelo Conselho de Administração daquela Sociedade e os termos da Instrução CVM nº 371/2002.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>30/06/2005</u>	<u>30/06/2004</u>	<u>30/06/2005</u>	<u>30/06/2004</u>
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.203.283	640.065	800.732	626.089
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(409.116)	(217.622)	(272.249)	(212.870)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Provisão para perda sobre as Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	(39.032)	(57.714)	(39.032)	(57.714)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	269.172	239
Contribuições e Doações Inedutíveis	(1.564)	(1.483)	(95)	(1.483)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(1.917)	-	(778)	-
Outros	6.393	(6.771)	840	2.552
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	<u>(445.236)</u>	<u>(283.590)</u>	<u>(42.142)</u>	<u>(269.276)</u>

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, publicada de forma retroativa a 4 de abril de 2004, definiu os resultados da revisão tarifária periódica da Cemig Distribuição.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em nível compatível com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, proporcionando receita suficiente para a cobertura de custos operacionais eficientes e a remuneração adequada dos investimentos.

O reajuste médio aplicado às tarifas da Cemig em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme descrito na resolução mencionada, o reposicionamento tarifário definitivo para a CEMIG deveria ter sido de 44,41%. A diferença percentual de 12,88% será compensada através de um acréscimo de R\$301.334, a valores de abril de 2003, em cada um dos reajustes tarifários previstos para ocorrerem de 2004 a 2007, cumulativamente.

O reajuste aplicado às tarifas da Cemig em 8 de abril de 2004 incluiu um percentual adicional de 2,91%, que corresponde a R\$159.388. Como o valor da 1ª parcela deveria ter sido de R\$301.334, a diferença de R\$141.946 será compensada nos reajustes tarifários de 2005 a 2007.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Cemig Distribuição tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores foi reconhecida como um ativo regulatório, em contrapartida ao resultado do exercício.

Os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	Consolidado	
	30/06/2005	31/03/2005
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	924.746	941.659
Custo Médio Ponderado de Capital (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	144.263	116.768
Atualização Monetária – IGP-M	105.768	99.961
	1.174.777	1.158.388
Curto Prazo	115.551	-
Longo Prazo	1.059.226	1.158.388

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, no montante de R\$471.144.

12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar - CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um contrato de cessão de créditos, de acordo com a Lei nº 8.724/93, com amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Desde a assinatura do contrato original, ocorreram os seguintes aditivos:

a) Primeiro Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 24 de janeiro de 2001.

O objetivo deste aditivo foi a substituição do índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, a partir de novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

b) Segundo Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 14 de outubro de 2002.

Refere-se às 149 parcelas do contrato original, com vencimento de 1º de janeiro de 2003 a 1º de maio de 2015, no valor total de R\$1.959.695 a preços de 30 de junho de 2005, com juros de 6% ao ano e atualização monetária pela variação do IGP-DI.

Em decorrência da não inclusão, no Segundo Aditivo, de garantias efetivas que assegurem o recebimento dos valores registrados, a CEMIG constituiu uma provisão para perdas, no exercício de 2002, correspondente ao montante integral do aditivo em referência.

Devido a provisão integral para perdas constituída em 1º de abril de 2002, a receita financeira com atualização monetária e juros incidentes sobre o Segundo Aditivo, no montante de R\$914.370, a partir daquela data, não impactou os resultados dos respectivos exercícios, considerando que foram constituídas provisões para perdas de igual valor. Entretanto, em atendimento à legislação tributária brasileira, a CEMIG reconheceu os tributos federais a pagar incidentes sobre as receitas financeiras mencionadas.

As provisões constituídas são consideradas permanentemente indedutíveis para efeitos fiscais de acordo com a legislação tributária brasileira.

As Parcelas do referido aditivo contratual com vencimento de 1º de janeiro de 2003 a 1º de julho de 2005, no montante de R\$594.966, incluindo atualização monetária, juros e multa, não foram liquidadas.

c) Terceiro Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 24 de outubro de 2002.

As parcelas do contrato original com vencimento de 1º de abril de 1999 a 1º de dezembro de 1999 e de 1º de março de 2000 a 1º de dezembro de 2002, foram repactuadas com o Governo do Estado de Minas Gerais, com juros de 12% a.a. e atualização monetária pela variação do IGP-DI, a serem amortizadas através de 149 parcelas mensais e consecutivas, de janeiro de 2003 a maio de 2015. O valor deste aditivo em 30 de junho de 2005 é de R\$1.120.653 (R\$1.156.525 em 31 de março de 2005), incluindo juros e multa sobre as parcelas em atraso.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Incluiu-se no aditivo contratual a garantia de retenção de dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos pela CEMIG ao Governo do Estado de Minas Gerais, na condição de acionista da Companhia, líquidos de valor a ser destinado à compra de debêntures da Cemig Geração e Transmissão, emitidas em conexão com a construção da usina de Irapé. Esta garantia permanecerá em vigor mesmo após o vencimento contratado no Terceiro Aditivo, previsto para maio de 2015.

Em 30 de junho de 2005, a CEMIG reteve integralmente os dividendos que deveriam ser pagos ao Governo do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$77.141, para amortização das parcelas vencidas de 01/06/03 a 01/09/03 e parte da parcela vencida em 01/10/03.

Parte da parcela vencida em 1º de outubro de 2003 e as parcelas subseqüentes do Terceiro Aditivo Contratual com vencimento até 1º de julho de 2005, no montante de R\$305.538, incluindo atualização monetária, juros e multa, não foram liquidadas.

As projeções de resultado futuro da CEMIG indicam que os dividendos atribuíveis ao Governo do Estado de Minas Gerais serão, no longo prazo, suficientes para assegurar a recuperação integral dos créditos correspondentes ao Terceiro Aditivo contratual, no caso de inadimplência do devedor.

Os eventos futuros que possam impactar o fluxo de dividendos previstos pela CEMIG são permanentemente monitorados pela Administração, no sentido de analisar se a referida garantia é efetiva ou se existirá a necessidade de constituição de provisão para perdas com esse ativo.

d) Composição do saldo da CRC

Aditivo contratual	Valores a vencer	Valores em atraso até 30.06.2005	Total	Provisão para perdas	Valor líquido registrado
Segundo Aditivo Contratual	1.380.251	579.444	1.959.695	(1.959.695)	-
Terceiro Aditivo Contratual	826.823	293.830	1.120.653	-	1.120.653
	2.207.074	873.274	3.080.348	(1.959.695)	1.120.653

Dos dividendos e juros sobre o capital próprio registrados no Passivo Circulante consolidado, R\$140.471 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, dos quais R\$22.500 referem-se a parcela dos dividendos destinados à aquisição, pelo Estado de Minas Gerais, das debêntures da usina de Irapé. Conforme mencionado anteriormente, a CEMIG tem o direito de reter o valor remanescente de R\$117.971 para quitação de parte dos créditos da CRC vencidos.

00245-3 CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

e) Negociações com o Governo do Estado

O Governo do Estado está elaborando uma nova proposta para regularização dos pagamentos do contrato da CRC. Esta nova proposta contempla um novo aditivo contratual, com repactuação da forma e prazo de pagamento do contrato que viabilizem o pagamento integral da CRC através da retenção dos valores devidos de dividendos ao Governo do Estado.

13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP de dezembro de 2002 a junho de 2005 e nas despesas com COFINS de fevereiro de 2004 a junho de 2005.

A ANEEL, através de correspondência enviada à CEMIG, reconhece o direito da Cemig Distribuição ser ressarcida dos custos adicionais com PIS-PASEP/COFINS mencionados no parágrafo anterior.

Desta forma, a Cemig Distribuição registrou, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Realizável a Curto e Longo Prazos e em contrapartida reduzindo a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

Parte do ativo regulatório, no montante de R\$155.619, será ressarcida através das tarifas em 3 anos, contados a partir de 8 de abril de 2005. Os critérios para ressarcimento dos valores restantes serão ainda definidos pela ANEEL.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2005	31/03/2005	30/06/2005	31/03/2005
Em Sociedades Controladas-				
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.054.470	3.396.807
Cemig Distribuição	-	-	2.854.913	2.947.131
Infovias	-	-	265.576	248.823
Rosal Energia S.A.	-	-	107.694	103.573
Sá Carvalho S.A.	-	-	99.686	94.465
GASMIG	-	-	86.369	74.273
Usina Térmica Ipatinga S.A.	-	-	68.258	67.056
Horizontes Energia S.A.	-	-	68.012	66.108
Cemig PCH S.A.	-	-	49.259	49.339
Cemig Capim Branco Energia S.A.	-	-	26.420	25.093
UTE Barreiro S.A.	-	-	11.918	10.713
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	10.000	10.000
Central Termelétrica de Cogeração S.A.	-	-	4.785	4.044
Efficientia S.A.	-	-	2.837	2.640
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	2.472	2.124
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	2.971	49
Cemig Trading S.A.	-	-	40	40
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	2.398	26
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.	-	-	483	11
	-	-	6.718.561	7.102.315
Em Consórcios	933.974	915.650	-	-
Ágio na Aquisição de Participação na Infovias S.A.	8.951	9.231	8.951	9.231
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia S.A	37.521	38.508	37.521	38.508
Em Outros Investimentos	9.146	9.425	3.748	3.885
	<u>989.592</u>	<u>972.814</u>	<u>50.220</u>	<u>51.624</u>
	<u>989.592</u>	<u>972.814</u>	<u>6.768.781</u>	<u>7.153.939</u>

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas/Coligadas	Quantidade de Ações	Em 30 de junho de 2005			Janeiro a Junho de 2005	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.259.029.390	100,00	2.259.029	3.054.470	137.000	294.685
Cemig Distribuição	475.761.214	100,00	475.761	2.854.913	107.000	699.915
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	99.686	-	9.136
Infovias	331.066.000	99,94	331.066	223.729	-	1.943
GASMIG	186.030.754	55,19	67.543	148.581	-	25.398
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	107.693	-	9.082
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.257	68.012	-	2.776
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	68.258	-	3.474
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	40.000	40.000	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	2.837	-	(3)
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	301	8.851	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	3.699	-	-
Cemig Trading	10.000	100,00	10	40	-	-
Cemig PCH	1.000	100,00	1	49.297	-	-
Cemig Capim Branco Energia	1.000	100,00	1	26.419	-	-
UTE Barreiro	1.000	100,00	1	11.918	-	-
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	48,50	1	9.849	-	4.388
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,40	201	12.126	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	48,50	1	907	-	896

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Sociedades Controladas/Coligadas	Quantidade de Ações	Em 31 de março de 2005			Janeiro a Junho de 2004	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.259.029.390	100,00	2.259.028	3.396.807	-	-
Cemig Distribuição	475.761.214	100,00	475.760	2.947.131	-	-
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	94.465	3.706	7.693
Infovias	331.066.000	99,94	331.066	220.246	-	(26.514)
GASMIG	186.030.754	55,19	67.543	134.571	-	17.600
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	103.573	-	-
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.257	68.108	521	630
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	67.056	-	1.074
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	40.000	40.000	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	2.640	-	(1.135)
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	301	8.851	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	51	-	-
Cemig Trading	10.000	100,00	10	40	-	-
Cemig PCH	1.000	100,00	1	49.339	-	-
Cemig Capim Branco Energia	1.000	100,00	1	25.093	-	-
UTE Barreiro	1.000	100,00	1	10.713	-	-
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	48,50	1	8.314	-	2.099
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,40	201	201	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	48,50	1	11	-	-

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação dos investimentos na controladora é a seguinte:

	<u>31.03.2005</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>Adições</u>	<u>Dividendos Propostos</u>	<u>Outros</u>	<u>30.06.2005</u>
Cemig Geração e Transmissão	3.396.807	155.077	-	(137.000)	(360.414)	3.054.470
Cemig Distribuição	2.947.131	295.385	-	(107.000)	(280.603)	2.854.913
Infovias	248.823	5.425	11.331	-	(3)	265.576
Rosal Energia	103.573	3.928	-	-	193	107.694
Sá Carvalho	94.465	5.221	-	-	-	99.686
GASMIG	74.273	7.736	4.360	-	-	86.369
Usina Térmica Ipatinga	67.056	1.202	-	-	-	68.258
Horizontes Energia	66.108	1.904	-	-	-	68.012
Cemig PCH	49.339	-	-	-	(80)	49.259
Cemig Capim Branco Energia	25.093	-	1.327	-	-	26.420
UTE Barreiro	10.713	-	1.205	-	-	11.918
Companhia Transleste de Transmissão	10.000	-	-	-	-	10.000
Central Termelétrica de Cogeração	4.044	741	-	-	-	4.785
Efficientia	2.640	197	-	-	-	2.837
Companhia Transudeste de Transmissão	2.124	-	348	-	-	2.472
Companhia Transirapé de Transmissão	49	-	2.922	-	-	2.971
Cemig Trading	40	-	-	-	-	40
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	26	-	2.372	-	-	2.398
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	11	434	38	-	-	483
	<u>7.102.315</u>	<u>477.250</u>	<u>23.903</u>	<u>(244.000)</u>	<u>(640.907)</u>	<u>6.718.561</u>

Os valores lançados na coluna "Outros" referentes a Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição referem-se a ajuste no adiantamento para futuro aumento de capital.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Investimentos na Infovias

Em 30 de junho de 2005, a CEMIG possuía adiantamentos para aumento de capital na Infovias, ainda não integralizados, no montante de R\$40.140 (R\$28.713 em 31 de março de 2005), classificados no saldo de investimentos.

c) Consórcios

A CEMIG participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado 30/06/2005	Consolidado 31/03/2005
Em operação				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,49	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50%	2,51	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,59	171.856	171.856
Usina de Queimado	82,50%	2,45	193.599	193.599
Depreciação acumulada			(26.531)	(23.711)
Total em operação			433.103	435.923
Em construção				
Usina de Queimado	82,50%		220	287
Usina de Funil	49,00%		8.147	7.957
Usina de Aimorés	49,00%		466.083	446.387
Usinas Capim Branco I e II em construção	21,05%		26.421	25.096
Total em construção			500.871	479.727
Total			933.974	915.650

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15) – IMOBILIZADO

	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado		Controladora	
		30/06/2005	31/03/2005	30/06/2005	31/03/2005
Imobilizações em Serviço-					
Geração-					
Hidrelétricas	2,46	5.468.497	5.471.936	-	-
Termelétricas	1,62	363.519	363.834	-	-
Transmissão	3,00	1.208.077	1.199.821	-	-
Distribuição	4,71	7.276.732	7.172.539	-	-
Administração e outras	8,88	365.926	358.689	5.474	5.357
Telecomunicações	7,94	362.917	361.895	-	-
Gás	5,96	48.031	49.007	-	-
		15.093.699	14.977.721	5.474	5.357
Depreciação e Amortização					
Acumulada-					
Geração		(2.481.029)	(2.449.653)	-	-
Transmissão		(533.868)	(525.038)	-	-
Distribuição		(3.287.455)	(3.232.494)	-	-
Administração e outras		(228.541)	(216.154)	(3.406)	(3.270)
Telecomunicações		(99.175)	(91.205)	-	-
Gás		(13.036)	(12.289)	-	-
		(6.643.104)	(6.526.833)	(3.406)	(3.270)
		8.450.595	8.450.888	2.068	2.087
Imobilizações em Curso-					
Geração		1.027.930	973.276	-	-
Transmissão		50.649	53.751	-	-
Distribuição		500.157	442.251	-	-
Administração e outras		113.826	139.998	6.471	6.442
Telecomunicações		12.621	10.326	-	-
Gás		28.594	21.736	-	-
		1.733.777	1.641.338	6.471	6.442
Total do Imobilizado		10.184.372	10.092.227	8.539	8.529
Obrigações Especiais-					
Geração		(79)	(79)	-	-
Transmissão		(1.601)	(1.601)	-	-
Distribuição		(1.837.512)	(1.823.550)	-	-
		(1.839.192)	(1.825.230)	-	-
Total do Imobilizado Líquido		8.345.180	8.266.996	8.539	8.529

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As Obrigações Especiais referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária. Conforme práticas contábeis e regulamentação específicas do setor elétrico brasileiro, os referidos valores não são atualizados ou sujeitos a amortização ou depreciação.

Encontra-se registrado em Imobilizações em Curso – Geração o montante de R\$944.036 referente à construção da usina de Irapé (R\$880.184 em 31 de março de 2005).

16) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2005	31/03/2005	30/06/2005	31/03/2005
Curto Prazo				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	161.617	181.898	-	-
Furnas	49.905	36.681	-	-
CCEE/MAE	190.329	149.817	-	-
Repasso aos Geradores	102.800	118.371	-	-
Leilão de Energia e outros	84.633	120.418	-	3.113
	589.284	607.185	-	3.113
Materiais e Serviços	133.905	110.582	1.481	-
	723.189	717.767	1.481	3.113
Longo Prazo				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Repasso aos Geradores	240.409	235.146	-	-

Dos valores devidos a CCEE/MAE, R\$184.731, corrigidos pelo IGP-M desde junho de 2003, não foram pagos em função da liminar obtida pela CEMIG em dezembro de 2002, que alterou a forma de cálculo de suas obrigações. Entretanto, o pagamento dessa obrigação adicional será efetuado a partir do 3º trimestre de 2005 conforme acordo entre a CEMIG e os agentes da CCEE/MAE descrito na Nota Explicativa nº 7.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2005	31/03/2005	30/06/2005	31/03/2005
Curto prazo				
Imposto de Renda	117.872	114.478	55.167	55.906
Contribuição Social	23.850	41.887	14.713	21.543
ICMS	215.581	157.818	23.457	23.423
COFINS	86.550	88.661	34.454	15.892
PASEP	18.080	10.711	6.778	2.751
INSS	11.353	12.800	0	-
Outros	9.737	9.724	779	917
	483.023	436.079	135.348	120.432
Longo prazo				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	615.614	612.760	3.656	1.711
Contribuição Social	218.245	217.185	1.316	616
COFINS	162.395	163.666	1.112	520
PASEP	35.256	36.596	241	113
	1.031.510	1.030.207	6.325	2.960

Os impostos registrados no longo prazo referem-se às obrigações e direitos diferidos incidentes sobre os ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e Reajuste Tarifário Diferido, os quais são devidos à medida da realização desses ativos e passivos.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			Total
				30/06/2005		31/03/2005	
				Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank - N. I e II	2003/2005	Libor + 4,25	US\$	-	-	-	9.063
ABN AMRO Bank - N. III	2013	6,00	US\$	-	117.520	117.520	-
ABN AMRO Real S.A. I, II e III	2009	6,35	US\$	9.145	59.641	68.786	79.445
Banco BNL do Brasil S.A.	2004/2005	Libor + 0,50	US\$	(25)	-	(25)	9.710
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversas (1)	1997/2024	Diversas	US\$	21.281	145.166	166.447	209.856
Banco do Brasil S.A. I	2005	1,30	JPY	-	-	-	77.468
Banco do Brasil S.A. VI	2009	3,90	JPY	1.683	82.192	83.875	97.510
Banco Interamericano de Desenvolvimento -BID	1984/2006	7,67	US\$+UC	10.427	-	10.427	11.816
Banco Itaú - BBA II (2)	2005	Diversas	US\$	-	-	-	84.142
Banco Itaú - S.A. I	2004/2007	Libor + 3,25	US\$	41.683	39.173	80.856	89.163
Banco Paribas I	2002/2012	5,89	EURO	3.690	19.018	22.708	27.139
Banco Paribas II	2008/2013	Libor + 1,00 + 0,875	US\$	713	68.238	68.951	-
Citibank N.A. I e II	2003/2005	Libor + 4,25	US\$	-	-	-	7.063
KFW	2001/2016	4,50	EURO	1.877	19.709	21.586	27.695
Siemens LTDA. II	2003/2005	9,97	US\$	9.552	-	9.552	10.581
UNIBANCO I, II e IV	2007/2009	6,50	US\$	349	168.386	168.735	194.543
UNIBANCO V	2009	5,50	US\$	33	4.792	4.825	5.548
UNIBANCO III	2009	5,00	US\$	87	20.172	20.259	23.268
MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO	2002/2008	Libor + 5,45	US\$	15.187	28.928	44.115	59.512
Toshiba do Brasil S.A.	2002/2009	Libor + 6,00	US\$	2.391	11.862	14.253	15.251
Outros	1997/2007	Diversas	Diversas	8.466	5.320	13.786	28.620
Dívida em Moeda Estrangeira				126.539	790.117	916.656	1.067.393
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A. I e II	2006	100,00 do CDI	R\$	215	66.001	66.216	66.225
Banco Credit Suisse First Boston S.A. III	2010	CDI + 1,70	R\$	342	75.000	75.342	-
Banco do Brasil I e II	2009	111,00 do CDI	R\$	14.762	118.821	133.583	127.134
Banco do Brasil III	2013	CDI + 1,70	R\$	2.735	161.998	164.733	-
Banco Itaú - BBA II	2008	IGP-M + 10,50	R\$	947	199.114	200.061	234.681
Banco Itaú - BBA III e VI	2008	CDI + 2,00	R\$	13.409	100.000	113.409	107.923
Banco Itaú - BBA VII	2013	CDI + 1,70	R\$	884	101.107	101.991	-
Banco Votorantim S.A. I	2010	113,00 do CDI	R\$	85	54.372	54.457	57.077
Banco Votorantim S.A. II	2013	CDI + 1,70	R\$	-	61.637	61.637	-
BNDES	2003/2008	SELIC + 1,00	R\$	109.422	234.172	343.594	367.387
Bradesco I, II e III	2005	107,50 do CDI	R\$	17.553	-	17.553	228.061
Bradesco IV	2013	CDI + 1,70	R\$	1.972	211.037	213.009	-
Debêntures I (3)	2005/2006	IGP-M + 12,70	R\$	575.653	493.421	1.069.074	1.034.723
Debêntures II - Governo do Estado de M. G.	2027/2028	IGP-M	R\$	-	80.851	80.851	80.178
Debêntures III (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	2.091	250.269	252.360	271.169
ELETROBRÁS I	2013	FINEL + 6,50	R\$	16.887	100.616	117.503	121.676
ELETROBRÁS II	2005	IGP-M + 10,00	R\$	27.092	-	27.092	40.060
ELETROBRÁS III	2023	UFIR, RGR + 5,00 a 8,00	R\$	28.291	119.298	147.589	154.534
Grandes Consumidores - TELEMIG/ C.V.R.D.	1982/2011	Diversas	R\$	3.873	4.403	8.276	8.122
Santander	2013	CDI + 1,70	R\$	-	48.430	48.430	-
HSBC I e II	2005	104,00 do CDI	R\$	-	-	-	33.923
UHESC S.A. (4)	2005	IGP-M + 14,66	R\$	-	-	-	66.191
UNIBANCO I	2009	CDI + 2,98	R\$	4.119	104.095	108.214	113.107
UNIBANCO II	2013	CDI + 1,70	R\$	118	56.135	56.253	-
UNIBANCO III (4)	2013	CDI + 1,70	R\$	1.085	73.587	74.672	-
Outros	1994/2009	Diversas	R\$	20.506	40.076	60.582	60.984
Dívida em Moeda Nacional				842.041	2.754.440	3.596.481	3.173.155
Total Geral Consolidado				968.580	3.544.557	4.513.137	4.240.548

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;
libor semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano.
 (2) As taxas de juros variam: 3,90 a 5,00 % ao ano.
 (3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência (quirográfica), nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Fazem jus a remuneração anual definida em processo de "bookbuilding".
 (4) Empréstimos da controladora.

A Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição objetivando promover o alongamento do perfil da dívida, encaminham a várias instituições financeiras convites para a apresentação de ofertas de empréstimos no montante de até R\$941 milhões e R\$527 milhões, respectivamente, a serem utilizados para o refinanciamento das obrigações com vencimento no período de junho a dezembro de 2005. Dentre as propostas ofertadas a que apresentou o menor custo para o volume de recursos necessários, foi àquela composta pelo seguinte grupo de bancos; Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A. e Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.. Do montante disponibilizado, foram utilizados R\$73 milhões pela Cemig Geração e Transmissão e R\$327 milhões pela Cemig Distribuição, até 30 de junho 2005. Os recursos captados serão amortizados do 5º ao 8º ano subsequente a utilização dos recursos, em parcelas anuais de mesmo valor, com custos estipulados pela variação do CDI + 1,7% a.a., sendo os encargos pagos anualmente.

A distribuição anual da amortização das dívidas a longo prazo é a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2005	31/03/2005	30/06/2005	31/03/2005
2006	717.261	797.297	-	-
2007	432.337	443.364	-	-
2008	443.524	434.661	-	-
2009	429.898	432.547	-	-
2010	372.208	97.029	18.397	-
2011	227.754	42.640	18.397	-
2012	196.325	33.911	18.397	-
De 2013 em diante	725.250	451.594	18.396	-
	3.544.557	2.733.043	73.587	-

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Varição no trimestre findo em 30/06/2005 %	Varição acumulada em 2005 %	Indexadores	Varição no trimestre findo em 30/06/2005 %	Varição acumulada em 2005 %
Dólar Norte-Americano	(11,84)	(11,45)	IGP-M	0,20	1,75
Euro	(17,76)	(21,37)	FINEL	0,04	0,35
Yen	(14,80)	(18,28)	CDI	9,09	18,13
Unidade de Conta	(13,88)	(15,28)	SELIC	9,07	17,78

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O contrato de financiamento da Infovias com o MBK Furukawa Sistemas S.A./Unibanco, no montante de R\$44.115 em 30 de junho de 2005, dos quais R\$28.928 estão classificados no Passivo Exigível a Longo Prazo, contém cláusulas restritivas que não foram cumpridas, e portanto poderiam causar o vencimento imediato dos valores devidos. A Infovias obteve o consentimento dos credores deste contrato até 31 de dezembro de 2005. O consentimento afirma que estes credores não irão exercer seus direitos de exigir o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos. Este financiamento está classificado como Passivo Exigível a Curto e Longo Prazo, de acordo com os termos originais do contrato, tendo em vista a obtenção do referido consentimento. O contrato de financiamento conta também com garantia da CEMIG que, se exercida, implicará na conversão do valor pago em ações preferenciais da Infovias.

19) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes e beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A partir de 1º de janeiro de 2005, com a desverticalização da CEMIG, os planos de previdência da FORLUZ passaram a ser patrocinados pela Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição através de uma participação percentual nos ativos e obrigações do plano de 4,92%, 22,63% e 72,45% respectivamente.

A Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial com benefícios pós-emprego no montante de R\$1.568.830 em 30 de junho de 2005 (R\$1.560.490 em 31 de março de 2005) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo IPCA do IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que a FORLUZ venha a apresentar pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar pela Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, mencionadas no parágrafo anterior, conforme previsto contratualmente. Assim, o passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Passivo Líquido em 31 de março de 2005	981.430	233.281	316.944
Despesa Reconhecida no Resultado	15.962	10.311	12.095
Contribuições Pagas	(51.811)	(5.626)	(2.018)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2005	945.581	237.966	327.021
Curto Prazo	120.502	-	-
Longo Prazo	825.079	237.966	327.021
	Controladora		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Passivo Líquido em 31 de março de 2005	48.286	11.477	13.467
Despesa Reconhecida no Resultado	785	507	595
Contribuições Pagas	(2.548)	(276)	(99)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2005	46.523	11.708	13.963
Curto Prazo	5.929	-	-
Longo Prazo	40.594	11.708	13.963

20) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos, não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da CEMIG.

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia constituiu provisões para perdas, como segue:

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2005	31/03/2005	30/06/2005	31/03/2005
Cíveis – Consumidores	135.399	121.270	135.399	121.270
Cíveis – Outras	38.732	33.126	38.732	33.126
Contribuição Social incidente sobre Correção Monetária Complementar	73.878	72.971	73.878	72.971
Finsocial	20.738	20.606	20.738	20.606
Trabalhistas	97.394	117.402	96.845	117.203
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	51.536	52.151	51.536	52.151
Processos Administrativos da ANEEL	503	5.119	503	5.119
Outros	4.562	12.251	4.562	12.251
	422.742	434.896	422.193	434.697

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas à CEMIG decorrentes do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados passíveis de questionamento e com base em decisões judiciais recentes.

(b) Contribuição Social incidente sobre Correção Monetária Complementar

A CEMIG vem deduzindo as quotas de depreciação, amortização e baixas da correção monetária complementar do imobilizado para fins de cálculo da Contribuição Social. O montante estimado do risco está integralmente provisionado.

(c) Finsocial

Em 1994, a CEMIG foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em decorrência da exclusão do ICMS da base de cálculo do Finsocial, contribuição incidente sobre o faturamento extinta em 1992. O montante estimado do risco está integralmente provisionado.

A Companhia está discutindo em juízo uma outra ação envolvendo o Finsocial, no montante atualizado de R\$148.302. Foi efetuado um depósito em juízo e uma provisão para perdas ambas pelo valor histórico correspondente a R\$983. Caso a Companhia venha a incorrer em perdas nesta ação, esta será equivalente ao valor presente da ação deduzido o valor provisionado. Da mesma forma, a Cemig terá uma receita financeira equivalente a diferença entre o valor atualizado do depósito e o valor originalmente depositado, o que compensaria o aumento na provisão para perda.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(d) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade. O valor total estimado dessas reclamações é de R\$121.056 em 30 de junho de 2005 (R\$146.753 em 31 de março de 2005). A CEMIG estima os valores provisionados com base na natureza dos grupos de questionamento e em decisões judiciais recentes.

(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A constituição da provisão de R\$51.536 (R\$52.151 em 31 de março de 2005) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa da CSLL paga desde janeiro de 1998 até junho de 2005. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(f) Processos Administrativos da ANEEL

A CEMIG foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de índices de qualidade no atendimento aos consumidores e outras matérias. A CEMIG recorreu, na esfera administrativa, contra as multas impostas, sendo que as provisões em 30 de junho de 2005 representam a estimativa de perdas nestas questões.

(g) Outros

Outros passivos contingentes provisionados referem-se a questionamentos envolvendo o Governo Federal, sobre a discussão da constitucionalidade de certos tributos federais e outras reclamações, consideradas normais ao curso das operações.

(h) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG discute em juízo outras ações para as quais considera ser possível ou remota sua expectativa de perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$272.676, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, no montante histórico de R\$26.631. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional de R\$221.837. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Desta forma, não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

A Secretaria da Receita Federal, em função de inspeção efetuada na Declaração de Débitos/Créditos Tributários Federais - DCTF ("DCTF") de 1997 a 2001 da CEMIG durante 2003, emitiu autos de infração, no montante de R\$1.470.874, alegando falta de recolhimento de tributos, referentes aos exercícios de 1997 a 2001. A CEMIG apresentou pedido de impugnação do auto de infração em função da não consideração e/ou processamento, pela Receita Federal, das DCTF's retificadoras e complementares, protocoladas pela CEMIG, que comprovam a quitação dos tributos e contribuições correspondentes às autuações mencionadas. A Secretaria da Receita Federal ainda não se manifestou sobre o pedido da CEMIG. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas com essa autuação, tendo em vista que a CEMIG considera ter argumentos de mérito para defesa na esfera administrativa e caso necessário, na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) COFINS

A CEMIG iniciou questionamentos com relação ao pagamento da COFINS em 1992. Devido à sentença judicial desfavorável, a CEMIG pagou, em 30 de julho de 1999, o montante de R\$239.266. O Governo Federal está alegando que a CEMIG deve R\$194.542 adicionais referentes a multas e juros pelo não pagamento da COFINS. A CEMIG está contestando tal reclamação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e conseqüentemente, não são esperadas perdas relativas a essa ação. Considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(iii) Taxa de Ocupação do Solo

Alguns Municípios do Estado de Minas Gerais estão processando a Companhia pelo não pagamento da Taxa de Ocupação do Solo (taxa cobrada por Municípios devido ao uso de terreno para construção de redes de distribuição). Existem vários processos administrativos relacionados a essa questão com um valor total aproximado de R\$9.639. Não foi contabilizada provisão relacionada a essas demandas, uma vez que a Companhia acredita que possui argumentos de mérito para a defesa contra essas demandas e considera sua expectativa de perda nestas ações como remota.

(iv) ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais processou a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD referente às contribuições de consumidores no montante de R\$93.938. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. Considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

(v) ICMS

Em 2004, o Governo do Estado impetrou procedimento administrativo contra a Companhia, no montante de R\$43.785 em decorrência da utilização pela CEMIG de créditos de ICMS transferidos por consumidor industrial e que estão sendo questionados pela Receita Estadual. A CEMIG apresentou sua defesa em maio de 2004. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda, e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(vi) Atos da Agência Reguladora

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$588.106, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor de R\$516.246, a ser liquidado pela Companhia até 30 de janeiro de 2004. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, por considerar sua expectativa de perda como possível.

(vii) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e o promotor público do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. Não é possível, até a presente data, estimar o montante envolvido nestas reclamações.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia é ré em processo questionando a cobrança da contribuição de iluminação pública. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, pois considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

A CEMIG é ré em alguns processos contestando o Encargo de Capacidade Emergencial. A Companhia coleta o Encargo de Capacidade Emergencial dos seus consumidores em nome da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial ("CBEE"), responsável pelo suprimento de energia no caso de deficiências futuras. Não é possível, no momento, estimar o montante envolvido nestas reclamações. Nenhuma provisão foi registrada para estas reclamações, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa e considera sua expectativa de perda nestas ações como remota.

A Companhia está sendo questionada, em conjunto com a Companhia Vale do Rio Doce ("CVRD"), Comercial e Agrícola Paineiras e Companhia Mineira de Metais, através de uma ação movida pelos cidadãos do Estado de Minas Gerais. A ação tem por objetivo anular as licenças ambientais concedidas para as usinas hidrelétricas de Capim Branco I e Capim Branco II. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

A Companhia está sendo questionada, em conjunto com a CVRD, através de uma ação movida pelos cidadãos do Estado de Minas Gerais. A ação tem por objetivo anular a licença ambiental concedida para a usina hidrelétrica de Aimorés, assim como a respectiva concessão. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que passam a ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

21) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Mutação do Patrimônio Líquido:

Saldo em 31 de março de 2005	7.806.106
Lucro no Trimestre	486.868
Juros sobre Capital Próprio	(283.000)
Saldo em 30 de junho de 2005	<u>8.009.974</u>

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997 com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). Em 07 de agosto de 2001, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, através da sua Câmara Civil, sentenciou como nulo o referido acordo de acionistas. A Southern recorreu da sentença, interpondo embargos declaratórios que foram rejeitados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em outubro de 2001. A decisão final confirmando a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais ocorreu em dezembro de 2003. A decisão do Superior Tribunal de Justiça é passível de ser reformada e, dessa forma, o acordo de acionistas e o controle da CEMIG ainda são passíveis de questionamentos.

22) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não revisado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh		R\$	
	30/06/2005	30/06/2004	30/06/2005	30/06/2004	30/06/2005	30/06/2004
Residencial	4.877.730	4.781.874	3.293.423	3.288.542	1.459.696	1.293.342
Industrial	68.690	68.098	11.190.243	11.346.033	1.390.210	1.693.142
Comércio, Serviços e Outros	534.358	526.293	1.888.914	1.769.384	717.521	608.647
Rural	400.415	377.958	828.961	757.218	202.983	167.393
Poder Público	46.864	45.414	276.657	256.401	101.015	84.003
Iluminação Pública	2.152	2.139	506.271	502.994	117.079	104.880
Serviço Público	7.331	7.170	483.399	472.519	108.644	93.970
Sub-Total	5.937.540	5.808.946	18.467.868	18.393.091	4.097.148	4.045.377
Consumo Próprio	783	1.310	14.199	27.045	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	-	45.992	28.696
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	12.533	29.601
	5.938.323	5.810.256	18.482.067	18.420.136	4.155.673	4.103.674
Suprimento a Outras						
Concessionárias	8	4	391.490	249.527	49.562	11.680
Transações com energia no MAE	-	-	-	-	59.200	7.813
Total	5.938.331	5.810.260	18.873.557	18.669.663	4.264.435	4.123.167

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras – "ELETROBRÁS" está reembolsando as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas, em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2005	30/06/2004	30/06/2005	30/06/2004
Fornecimento de Gás	130.910	218.170	-	-
Subvenção da Conta de Consumo de Combustível	453	5.856	-	5.856
Serviço Taxado	10.269	4.040	-	4.040
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	36.574	28.468	-	-
Outras Prestações de Serviços	2.622	8.259	-	8.155
Aluguel e Arrendamento	24.791	11.438	1.102	11.438
Outras	3.034	523	-	526
	208.653	276.754	1.102	30.015

Em função da alienação de 40% do capital da Gasmig e a assinatura de acordo de acionistas, a Gasmig passou a ser consolidada de forma proporcional a partir de dezembro de 2004, o que justifica a redução em 2005 no saldo referente à receita com fornecimento de gás.

24) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2005	30/06/2004	30/06/2005	30/06/2004
ICMS	1.077.561	861.396	-	820.032
COFINS	306.665	256.600	-	245.680
Reserva Global de Reversão – RGR	51.125	96.706	-	96.253
PIS-PASEP	69.398	60.403	14	57.735
Encargo de Capacidade Emergencial	106.060	140.541	-	138.090
Encargo de Aquisição de Energia Emergencial	15	11.280	-	11.051
Outras	678	1.292	-	240
	1.611.502	1.428.218	14	1.369.081

A Cemig Distribuição recolhe o ICMS incidente sobre a RTE em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

O Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial em 2004 refere-se aos custos incorridos pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, na aquisição de energia elétrica em janeiro de 2004 em função do baixo nível dos reservatórios naquela data. Os custos foram rateados entre os consumidores finais de energia elétrica de forma proporcional ao consumo individual verificado.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Exclusão do PIS/PASEP e COFINS da tarifa homologada pela ANEEL

A partir de julho de 2005, os encargos referentes ao PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre a venda de energia elétrica foram excluídos da tarifa homologada pela ANEEL.

Desta forma, as concessionárias passaram a apurar mensalmente a alíquota efetiva de PIS/PASEP e COFINS e adicionar a tarifa homologada pela ANEEL quando da emissão da conta de energia elétrica.

Apesar da Companhia já estar adotando os procedimentos mencionados acima desde julho de 2005, a metodologia de cálculo dos impostos ainda está sendo objeto de audiência pública pela ANEEL.

25) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2005	30/06/2004	30/06/2005	30/06/2004
Pessoal, Administradores e Conselheiros	440.065	423.134	38.461	414.292
Participações dos Empregados	40.726	21.978	1.791	21.610
Obrigações Pós-Emprego	76.735	53.454	3.775	53.454
Materiais	41.924	43.233	185	39.051
Serviços de Terceiros	176.353	166.939	7.058	160.137
Energia Elétrica Comprada para Revenda	736.779	709.076	-	709.012
Depreciação e Amortização	295.389	289.717	269	266.236
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	78.681	35.118	-	34.269
Reversão (Provisões) Operacionais	15.255	96.710	(32.112)	96.155
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	195.628	140.595	-	140.594
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	393.201	237.818	-	237.818
Gás Comprado para Revenda	76.355	142.583	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	146.261	101.384	-	101.384
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Composição Tarifária Extraordinária	14.623	4.469	14.623	4.469
Outras Despesas Líquidas	84.512	78.043	3.623	66.762
	2.812.487	2.544.251	37.673	2.345.270

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2005	30/06/2004	30/06/2005	30/06/2004
DESPESAS COM PESSOAL				
Remunerações e Encargos	391.956	394.805	22.507	385.809
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	27.004	21.973	1.762	21.973
Benefícios Assistenciais	35.396	35.643	1.138	34.907
	454.356	452.421	25.407	442.689
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(29.060)	(53.095)	-	(52.205)
	425.296	399.326	25.407	390.484
Programa de Desligamento Incentivado - PDI	14.769	23.808	13.054	23.808
	440.065	423.134	38.461	414.292
Participações dos Empregados	40.726	21.978	1.791	21.610
	480.791	445.112	40.252	435.902

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2005	30/06/2004	30/06/2005	30/06/2004
SERVIÇO DE TERCEIROS				
Agentes Arrecadadores/ Leitura de Medidores/ Entrega de Contas	40.339	36.598	-	36.597
Comunicação	17.972	26.524	277	25.673
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	28.221	30.594	8	24.401
Conservação e Limpeza de Prédios	12.173	10.286	18	10.121
Mão de Obra Contratada	8.547	7.526	1	6.153
Fretes e Passagens	1.146	2.293	78	2.120
Hospedagem e Alimentação	6.474	6.491	116	6.322
Vigilância	6.375	6.769	3	6.721
Consultoria	7.714	4.083	3.306	3.219
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	4.064	8.642	42	8.639
Manutenção e Conservação de Veículos	2.386	2.555	-	2.349
Corte e Religação	6.824	3.189	-	3.189
Outros	34.118	21.389	3.209	24.633
	176.353	166.939	7.058	160.137

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2005	30/06/2004	30/06/2005	30/06/2004
ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA				
Energia de Itaipu Binacional	457.021	602.771	-	602.771
Energia de curto prazo	8.101	30.729	-	30.729
Encargos do serviço de sistema	62.954	15.738	-	15.738
Contratos Iniciais	53.520	55.941	-	55.936
Energia Adquirida no Leilão de Energia	153.876	-	-	-
Outros	1.307	3.897	-	3.838
	736.779	709.076	-	709.012

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/06/2005	30/06/2004	30/06/2005	30/06/2004
Prêmio de Aposentadoria	33	(1.047)	(3.318)	(1.047)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	15.400	21.999	(28.084)	21.444
Contingências Trabalhistas	(13.425)	5.972	(13.957)	5.972
Processos Administrativos da ANEEL	(4.750)	15.128	(4.750)	15.128
Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	(3.430)	5.920	(3.430)	5.920
Cíveis – Consumidores	31.660	30.882	31.660	30.882
ICMS - Racionamento	-	7.896	-	7.896
Outras	(10.233)	9.960	(10.233)	9.960
	15.255	96.710	(32.112)	96.155

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/06/2005	30/06/2004	30/06/2005	30/06/2004
Arrendamentos e Aluguéis	16.400	14.727	40	9.763
Gasto com Eficiência Energética	10.260	9.669	-	9.451
Propaganda e Publicidade	11.715	9.457	589	9.231
Consumo Próprio de Energia Elétrica	4.130	8.781	-	8.781
Combustível para Produção de Energia Elétrica	454	5.856	-	5.856
Subvenções e Doações	6.504	6.240	280	6.233
Taxa de Fiscalização da ANEEL	11.273	8.746	41	8.626
Concessão Onerosa	683	4.094	-	3.970
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	1.133	3.540	-	3.008
Contribuição ao MAE	-	1.297	-	1.297
Seguros	2.212	2.905	58	2.794
Recuperação de Despesas e Outros	19.748	2.731	2.615	(2.248)
	84.512	78.043	3.623	66.762

26) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	Consolidado		Controladora	
	30/06/2005	30/06/2004	30/06/2005	30/06/2004
Renda de Aplicação Financeira	56.271	52.557	21.932	46.448
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	31.091	28.471	-	28.471
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	215.889	297.532	215.889	297.532
Provisão para Perdas Referentes Atualização Financeira de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	(114.801)	(169.747)	(114.801)	(169.747)
Variação Monetária da CVA	62.049	64.563	-	64.563
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	172.139	142.841	14.623	142.841
Variação Monetária – Reajuste Tarifário Diferido	155.690	42.103	-	42.103
Variações Cambiais	148.088	24	1	-
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(47.491)	(35.124)	(23.923)	(34.953)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	921	1.312	-	1.312
Outras	12.789	13.918	3.685	12.943
	692.635	438.450	117.406	431.513

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2005	30/06/2004	30/06/2005	30/06/2004
Despesas Financeiras				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(253.491)	(180.272)	(11.548)	(175.719)
Varição Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(65.573)	(23.503)	-	(23.503)
Varição Monetária da CVA	(17.866)	(13.492)	-	(13.492)
Varições Cambiais	(13.300)	(123.246)	(4)	(116.411)
Varição Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(26.678)	(51.200)	(1.205)	(51.200)
C.P.M.F.	(28.197)	(21.471)	(5.395)	(20.466)
Perdas com Instrumentos Financeiros (nota 29)	(100.745)	(3.744)	-	(3.744)
Outras	(70.433)	(19.095)	(12.160)	(16.416)
	<u>(576.283)</u>	<u>(436.023)</u>	<u>(30.312)</u>	<u>(420.951)</u>
Juros sobre Capital Próprio	<u>(283.000)</u>	<u>(200.000)</u>	<u>(283.000)</u>	<u>(200.000)</u>
	<u>(166.648)</u>	<u>(197.573)</u>	<u>(195.906)</u>	<u>(189.438)</u>

Os encargos financeiros e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no 1º semestre de 2005, nos montantes de R\$11.150 e R\$3.105, respectivamente, foram transferidos para as rubricas de Ativo Imobilizado (R\$19.168 de encargos financeiros e R\$15.445 de variações monetárias/cambiais no 1º semestre de 2004).

27) – ICMS INCIDENTE SOBRE A TARIFA PELO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

A CEMIG, desde julho de 2000, não cobrava, dos seus consumidores livres, o ICMS incidente sobre a Tarifa pelo Uso do Sistema de Distribuição (“TUSD”) e encargos de conexão, por considerar que não havia fato gerador além da ausência de previsão legal para a inclusão desses valores na base de cálculo do ICMS.

Entretanto, em 2005, ocorreu a manifestação da Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais (“SEF/MG”) exigindo o recolhimento do ICMS sobre a TUSD, de forma retroativa a 2000, sob pena de lavrar auto de infração contra a Companhia.

A CEMIG, de forma preventiva, fez o levantamento dos valores de ICMS incidentes sobre a TUSD e encargos de conexão no período de julho de 2000 a maio de 2005, apurando um valor de principal de R\$174.905 que acrescidos de multa e juros de R\$45.999, representou o montante de R\$220.904.

Tendo em vista que a eventual emissão do auto de infração pela SEF/MG implicaria em um aumento substancial do valor da multa, a Companhia decidiu adotar os seguintes procedimentos:

- Proceder o recolhimento dos valores de ICMS exigidos pela SEF/MG, no montante de R\$220.904;
- Destacar o ICMS nas notas fiscais de TUSD a partir de junho de 2005; e,
- Emitir fatura contra os seus consumidores livres para recolhimento do ICMS sobre a TUSD, não incluindo juros e multas, retroativo a julho de 2000, sendo estabelecidas condições para a quitação parcelada do débito.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Adicionalmente, a Cemig Distribuição ingressou com medida judicial para questionar a incidência do ICMS sobre a TUSD e encargos de conexão, requerendo a restituição dos valores pagos ao Estado de Minas Gerais.

Os valores a serem recebidos dos consumidores referentes ao ICMS pago estão registrados na conta de Transporte de Energia a Receber.

28) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

	30/06/2005				
	Cemig Distribuição S.A.	Cemig Geração e Transmissão S.A.	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ	Outros
ATIVO					
Circulante					
Consumidores e Revendedores	-	-	5.454	-	-
Tributos Compensáveis- ICMS a Recuperar	-	-	50.654	-	-
Realizável a Longo Prazo					
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	1.120.653	-	-
Tributos Compensáveis - ICMS a Recuperar	-	-	122.302	-	-
ICMS a Recuperar – Em discussão com o Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	20.088	-	-
Consumidores e Revendedores	-	-	48.086	-	-
Créditos com Pessoas Ligadas	23.085	75.916	-	-	-
PASSIVO					
Circulante					
Impostos, Taxas e Contribuições - ICMS	-	-	215.581	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	-	-	77.412	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	3.288	-	-	-
Obrigações Pós-Emprego	-	-	-	120.502	-
Outras Obrigações- Repasse de Contribuições	-	-	-	10.796	-
Exigível a Longo Prazo					
Debêntures	-	-	80.851	-	-
Obrigações Pós-Emprego	-	-	-	1.390.066	-

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	30/06/2005				
	Cemig	Cemig Geração	Governo do	FORLUZ	Outros
	Distribuição	e Transmissão	Estado de		
S.A.	S.A.	Minas Gerais			
RESULTADO					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	-	23.114	-	-
Deduções à Receita Operacional – ICMS	-	-	(1.077.561)	-	-
Provisões Operacionais – ICMS	-	-	-	-	-
Racionamento	-	-	-	-	-
Despesa com Obrigações Pós-emprego	-	-	-	(76.735)	-
Despesa com Pessoal – Contribuições para suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	-	-	-	(27.004)	-
Receita Financeira-					
Juros e Variação Monetária auferidos com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	215.889	-	-
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	114.801	-	-
Despesa Financeira					
Variação Monetária – Debêntures	-	-	(1.850)	-	-
Despesa não Operacional					
Custeio Administrativo da Forluz	-	-	-	(277)	-
31/03/2005					
	Cemig	Cemig Geração	Governo do	FORLUZ	Outros
	Distribuição	e Transmissão	Estado de		
	S.A.	S.A.	Minas Gerais		
ATIVO					
Circulante					
Consumidores e Revendedores	-	-	19.752	-	-
Tributos Compensáveis-					
ICMS a Recuperar	-	-	35.573	-	-
Realizável a Longo Prazo					
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	1.156.525	-	-
Tributos Compensáveis -					
ICMS a Recuperar	-	-	123.144	-	-
ICMS a Recuperar – Em discussão com o Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	20.088	-	-
Consumidores e Revendedores	-	-	50.009	-	-
Créditos com Pessoas Ligadas	23.085	75.916	-	-	-
PASSIVO					
Circulante					
Impostos, Taxas e Contribuições -					
ICMS	-	-	157.818	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	-	-	154.283	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas	143.436	18.299	-	-	-
Obrigações Pós-Emprego	-	-	-	115.897	-
Outras Obrigações-					
Repasse de Contribuições	-	-	-	21.929	-
Exigível a Longo Prazo					
Debêntures	-	-	80.178	-	-
Obrigações Pós-Emprego	-	-	-	1.415.738	-

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	30/06/2004				
	Cemig Distribuição S.A.	Cemig Geração e Transmissão S.A.	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ	Outros
	RESULTADO				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica			18.389	-	
Deduções à Receita Operacional – ICMS			(861.396)	-	
Provisões Operacionais – ICMS			(7.896)	-	
Racionamento					
Despesa com Obrigações Pós-emprego			-	(53.454)	
Despesa com Pessoal – Contribuições para suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida			-	(21.973)	
Receita Financeira-					
Juros e Variação Monetária auferidos com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais			297.532	-	
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais			(169.747)	-	
Despesa Financeira					
Variação Monetária – Debêntures			(3.272)	-	
Despesa não Operacional					
Custeio Administrativo da Forluz			-	(3.539)	

Os valores informados referentes às transações com o Governo do Estado de Minas Gerais e a Forluz estão apresentados de forma consolidada. Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 5, 9, 12, 17, 18, 19, 22, 24, 25, 26 e 27.

O saldo de consumidores e revendedores referente ao Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$48.086 em 30 de junho de 2005 a curto e longo prazos, inclui os valores a receber da COPASA, que foram renegociados para pagamento em 96 meses.

Os créditos a receber da Cemig Geração e Cemig Distribuição são decorrentes substancialmente da transferência das obrigações da CEMIG com dividendos a pagar, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, referentes ao exercício de 2004, para a Cemig Geração e Cemig Distribuição, nos montantes de R\$315.101 e R\$325.214, respectivamente. Desta forma, as subsidiárias irão transferir os recursos para a CEMIG efetivar o pagamento dos dividendos aos seus acionistas nas datas definidas pela Assembléia de Acionistas. O valor dos dividendos a pagar apresentado na demonstração financeira da Controladora está líquido da obrigação repassada para as subsidiárias.

29) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia e controladas estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger as operações das empresas contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos realizados e não realizados nestas operações acumulavam perdas, de janeiro a junho de 2005 e 2004, nos montantes de R\$99.824 e R\$2.432, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor de mercado é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas, os ganhos/(perdas) não realizados, registrados, e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 30 de junho de 2005:

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	30 de junho de 2005	
				Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,48% a.a)	R\$ 100% do CDI + taxa (2,12% a.a. a 3,01% a.a.)	De 10/2005 até 11/2009	US\$57.416	(68.419)	(71.739)
R\$ 100% do CDI	R\$ ou US\$ 60% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	De 10/2006 a 11/2006	(US\$22.976)	113	87
R\$ 106% do CDI	R\$ ou US\$ 48% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	De 10/2006 a 11/2006	(US\$29.245)	205	187
				(68.101)	(71.465)

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30) – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2005	30/06/2004	30/06/2005	30/06/2004
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Período	1.041.590	556.813	1.041.590	556.813
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Depreciação e Amortização	295.389	289.717	269	266.236
Baixas de Imobilizado Líquidas	5.800	12.343	-	12.343
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(1.037.588)	(4.931)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(612.315)	(383.649)	(201.266)	(390.972)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(47.421)	38.178	26.359	38.105
Reajuste Tarifário Diferido	(591.010)	(299.782)	-	(299.782)
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	(47.064)	-	-	-
Provisões (Reversão) Operacionais	(4.337)	121.000	(48.353)	120.445
Obrigações Pós-Emprego	76.735	53.454	3.775	53.454
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	114.801	169.747	114.801	169.747
Outros	2.197	(97)	568	163
	<u>234.365</u>	<u>557.724</u>	<u>(99.845)</u>	<u>521.621</u>
 (Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(97.427)	(227.867)	28.084	(200.940)
Revendedores – Transações no CCEE/MAE	15.932	24.856	-	24.856
Recomposição Tarifária Extraordinária – Recebimento dos Consumidores	135.350	145.842	-	145.845
Tributos Compensáveis	(132.994)	(14.552)	(80.161)	(9.870)
Outros Ativos Circulantes	(18.471)	30.190	(13.187)	29.070
Transporte de Energia a Receber	(265.552)	-	-	-
Amortização do Contrato de Cessão de Créditos da Conta de Resultado a Compensar - CRC	77.141	-	77.141	-
Despesas Antecipadas – CVA	130.997	(37.816)	-	(37.816)
Outros Realizáveis a Longo Prazo	18.582	(1.508)	2.825	(1.493)
	<u>(136.442)</u>	<u>(80.855)</u>	<u>14.702</u>	<u>(50.348)</u>
 Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	18.158	(8.340)	(7.447)	(32.544)
Impostos, Taxas e Contribuições	426.438	168.275	(222.861)	164.278
Salários e Encargos Sociais	(15.435)	(24.555)	(43.895)	(25.059)
Encargos Regulatórios	3.965	(24.319)	(17.570)	(24.337)
Empréstimos e Financiamentos	(42.929)	105.495	(6.665)	105.714
Obrigações Pós-Emprego	(119.448)	(107.327)	(8.003)	(107.327)
Outros	25.744	31.980	(130.642)	30.856
	<u>296.493</u>	<u>141.209</u>	<u>(437.083)</u>	<u>111.581</u>
 CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	<u>394.416</u>	<u>618.078</u>	<u>(522.226)</u>	<u>582.854</u>

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2005	30/06/2004	30/06/2004	30/06/2004
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	776.413	483.815	73.587	483.815
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(349.645)	(585.624)	(55.273)	(574.592)
Dividendos Recebidos de Controladas	-	-	261.889	18.326
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(318.312)	(8.605)	(318.312)	(8.605)
	<u>108.456</u>	<u>(110.414)</u>	<u>(38.109)</u>	<u>(81.056)</u>
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	<u>502.872</u>	<u>507.664</u>	<u>(560.335)</u>	<u>501.798</u>
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(32.467)	(74.755)	(62.319)	(100.866)
No Imobilizado	(419.708)	(360.526)	(192)	(338.152)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	24.477	84.152	-	84.152
No Diferido	(429)	(141)	-	-
	<u>(428.127)</u>	<u>(351.270)</u>	<u>(62.511)</u>	<u>(354.866)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>74.745</u>	<u>156.394</u>	<u>(622.846)</u>	<u>146.932</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA				
No início do exercício	896.223	440.481	828.786	366.390
No fim do exercício	970.968	596.875	205.940	513.322
	<u>74.745</u>	<u>156.394</u>	<u>(622.846)</u>	<u>146.932</u>

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30) – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Segue abaixo demonstração do resultado do exercício segregando os resultados das novas subsidiárias constituídas em 1º de janeiro de 2005, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O resultado da Cemig Holding não inclui o ganho de equivalência patrimonial.

DESCRIÇÃO	Cemig Holding	Cemig Geração e Transmissão	Cemig Distribuição	Demais coligadas e controladas	Eliminações	Consolidado
Receita Operacional Bruta	1.102	1.178.118	4.621.445	228.696	(215.866)	5.813.495
(-) Deduções a Receita Bruta	(14)	(244.983)	(1.319.321)	(47.184)	-	(1.611.502)
Receita Operacional Líquida	1.088	933.135	3.302.124	181.512	(215.866)	4.201.993
Despesa Operacional						
Pessoal	(38.461)	(85.497)	(308.109)	(7.998)	-	(440.065)
Participações dos Empregados	(1.791)	(8.784)	(30.102)	(49)	-	(40.726)
Obrigações Pós-Emprego	(3.775)	(17.365)	(55.595)	-	-	(76.735)
Materiais	(185)	(6.359)	(34.228)	(1.152)	-	(41.924)
Serviços de Terceiros	(7.058)	(27.273)	(128.643)	(13.379)	-	(176.353)
Energia Comprada para Revenda	-	-	(952.645)	-	215.866	(736.779)
Depreciação e Amortização	(269)	(90.939)	(179.584)	(24.597)	-	(295.389)
Royalties	-	(55.841)	(21.049)	(1.791)	-	(78.681)
Reversão (Provisão) Operacionais	32.112	(904)	(46.836)	373	-	(15.255)
Provisão para Perdas na Realização da RTE	(14.623)	-	-	-	-	(14.623)
Consumo de Combustível - CCC	-	(14.627)	(181.000)	-	-	(195.627)
Encargos de Uso da Rede	-	(57.942)	(334.444)	(818)	-	(393.204)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(76.355)	-	(76.355)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(8.184)	(138.077)	-	-	(146.261)
Outras Despesas Líquidas	(3.623)	(18.981)	(56.889)	(5.017)	-	(84.510)
	(37.673)	(392.696)	(2.467.201)	(130.783)	215.866	(2.812.487)
Receitas (Despesas) Financeiras	(195.906)	(299.501)	80.224	4.535	244.000	(166.648)
Resultado não Operacional	(4.365)	(1.773)	(13.761)	324	-	(19.575)
Lucro antes do Imposto Renda	(236.856)	239.165	901.386	55.588	244.000	1.203.283
Imposto de Renda	(31.039)	(59.892)	(226.719)	(9.566)	-	(327.216)
Contribuição Social	(11.103)	(21.588)	(81.752)	(3.577)	-	(118.020)
Reversão de Juros sobre Capital Próprio	283.000	137.000	107.000	-	(244.000)	283.000
Participações Minoritárias	-	-	-	543	-	543
Lucro após Imposto Renda	4.002	294.685	699.915	42.988	-	1.041.590

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A partir de 1º de Janeiro de 2005 a Companhia transferiu as sua operações para as empresas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão S.A e Cemig Distribuição S.A. Desta forma, a análise do desempenho das operações está apresentada no item 08.01

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2005
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2005	4 - 31/03/2005
1	Ativo Total	18.307.632	17.754.208
1.01	Ativo Circulante	4.456.907	3.824.112
1.01.01	Disponibilidades	970.968	918.811
1.01.02	Créditos	3.259.825	2.693.801
1.01.02.01	Consumidores e Revendedores	1.293.113	1.184.122
1.01.02.02	Consumidores-Rec.Tarifária e Parcela "A"	293.563	234.912
1.01.02.03	Transporte de Energia a Receber	293.428	67.371
1.01.02.04	Tributos Compensáveis	258.555	176.377
1.01.02.05	Despesas Antecipadas - CVA	416.752	490.409
1.01.02.06	Revendedores - Transações no CCEE/MAE	404.434	324.802
1.01.02.07	Créditos Tributários	130.540	163.935
1.01.02.08	Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	53.889	51.873
1.01.02.09	Reajuste Tarifário Diferido	115.551	0
1.01.03	Estoques	29.996	21.630
1.01.04	Outros	196.118	189.870
1.01.04.02	Outros Créditos	196.118	189.870
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.498.585	4.672.583
1.02.01	Créditos Diversos	4.464.002	4.615.042
1.02.01.01	Contas a Receber do Governo do Estado MG	1.120.653	1.156.525
1.02.01.02	Consumidores-Rec.Tarifária e Parcela "A"	1.040.642	1.114.096
1.02.01.03	Despesas Antecipadas - CVA	106.740	12.971
1.02.01.04	Créditos Tributários	230.255	226.403
1.02.01.07	Revendedores - Transações no CCEE/MAE	260.440	311.882
1.02.01.08	Tributos Compensáveis	143.390	143.232
1.02.01.09	Depósitos Vinculados a Litígios	90.442	88.764
1.02.01.10	Consumidores e Revendedores	71.107	74.565
1.02.01.11	Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	341.107	328.216
1.02.01.12	Reajuste Tarifário Diferido	1.059.226	1.158.388
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	34.583	57.541
1.02.03.01	Incentivos Fiscais e Outros	34.583	57.541
1.03	Ativo Permanente	9.352.140	9.257.513
1.03.01	Investimentos	989.592	972.814
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	989.592	972.814
1.03.02	Imobilizado	8.345.180	8.266.996
1.03.03	Diferido	17.368	17.703

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2005
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2005	4 - 31/03/2005
2	Passivo Total	18.307.632	17.754.208
2.01	Passivo Circulante	3.474.020	3.930.822
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	475.159	943.452
2.01.02	Debêntures	493.421	564.053
2.01.03	Fornecedores	723.189	717.767
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	483.023	436.079
2.01.05	Dividendos a Pagar	587.166	648.696
2.01.06	Provisões	306.328	244.686
2.01.06.01	Salários e Encargos Sociais	158.424	145.839
2.01.06.02	Encargos Regulatórios	102.854	74.107
2.01.06.03	Participações nos Lucros	45.050	24.740
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	405.734	376.089
2.01.08.01	Obrigações Pós-Emprego	120.502	115.897
2.01.08.02	Outras Obrigações	285.232	260.192
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	6.803.985	5.997.316
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.720.016	1.911.026
2.02.02	Debêntures	824.541	822.017
2.02.03	Provisões	422.742	434.896
2.02.03.01	Contingências	422.742	434.896
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	2.836.686	2.829.377
2.02.05.01	Obrigações Pós-Emprego	1.390.066	1.415.758
2.02.05.02	Fornecedores - Suprimento	240.409	235.146
2.02.05.03	Impostos, Taxas e Contribuições	1.031.510	1.030.207
2.02.05.04	Outras Obrigações	101.074	110.285
2.02.05.05	Despesas Antecipadas - CVA	73.627	37.981
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Participações Minoritárias	19.653	19.964
2.05	Patrimônio Líquido	8.009.974	7.806.106
2.05.01	Capital Social Realizado	1.621.538	1.621.538
2.05.02	Reservas de Capital	4.059.345	4.059.345
2.05.02.01	Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
2.05.02.02	Doações e Subvenções para Investimentos	2.650.898	2.650.898
2.05.02.03	Remun da Imob. em Curso Capital Próprio	1.313.220	1.313.220
2.05.02.04	Rec. Destinado a Aumento de Capital	27.123	27.123
2.05.02.05	Correção Monetária do Capital	6	6
2.05.02.06	Ações em Tesouraria	(1.132)	(1.132)
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	2.329.091	2.125.223
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2005	4 -31/03/2005
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	2.329.091	2.125.223
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2005 a 30/06/2005	4 - 01/01/2005 a 30/06/2005	5 - 01/04/2004 a 30/06/2004	6 - 01/01/2004 a 30/06/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2.896.076	5.813.495	2.493.798	4.823.890
3.01.01	Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	2.304.227	4.264.435	2.221.560	4.123.167
3.01.03	Reajuste Tarifário Diferido	7.952	591.010	32.425	299.782
3.01.04	Receita de Uso da Rede	482.009	749.397	59.178	124.187
3.01.05	Outras Receitas Operacionais	101.888	208.653	180.635	276.754
3.02	Deduções da Receita Bruta	(889.080)	(1.611.502)	(722.412)	(1.428.218)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.006.996	4.201.993	1.771.386	3.395.672
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.297.690)	(2.651.361)	(1.235.833)	(2.241.900)
3.04.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	(301.712)	(736.779)	(369.719)	(709.012)
3.04.02	Encargos Uso da Rede Básica Transmissão	(182.729)	(393.201)	(145.097)	(237.818)
3.04.03	Gás Comprado para Revenda	(39.721)	(76.355)	(91.661)	(142.583)
3.04.04	Pessoal e Administradores	(212.977)	(419.404)	(191.346)	(338.379)
3.04.05	Entidade de Previdência Privada	(22.670)	(73.687)	(20.985)	(42.257)
3.04.06	Materiais	(20.550)	(37.080)	(16.872)	(33.632)
3.04.07	Materia-Prima e Insumos para Produção	0	0	(3.919)	(5.856)
3.04.08	Serviços de Terceiros	(82.727)	(140.584)	(64.738)	(116.214)
3.04.09	Depreciação e Amortização	(138.854)	(274.698)	(127.132)	(257.197)
3.04.10	Reversão (Provisões) Operacionais	3.255	3.337	(3.809)	(42.824)
3.04.11	Compensação Financeira pela Utilização	(39.217)	(78.681)	(26.040)	(35.118)
3.04.12	Quota para Conta Consumo de Combustível	(116.553)	(195.628)	(78.186)	(140.595)
3.04.13	Conta de Desenvolvimento Energético CDE	(81.378)	(146.261)	(69.981)	(101.384)
3.04.14	Provisão para perdas RTE	(7.779)	(14.623)	(2.233)	(4.469)
3.04.15	Outras	(54.078)	(67.717)	(24.115)	(34.562)
3.05	Resultado Bruto	709.306	1.550.632	535.553	1.153.772
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(359.776)	(327.774)	(372.524)	(499.924)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2005 a 30/06/2005	4 - 01/01/2005 a 30/06/2005	5 - 01/04/2004 a 30/06/2004	6 - 01/01/2004 a 30/06/2004
3.06.01	Com Vendas	(9.710)	(53.756)	(60.913)	(168.782)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(13.717)	(63.494)	(34.354)	(80.208)
3.06.03	Financeiras	(316.213)	(166.648)	(223.896)	(197.573)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	335.895	692.635	243.658	438.450
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(652.108)	(859.283)	(467.554)	(636.023)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(20.136)	(43.876)	(53.361)	(53.361)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	349.530	1.222.858	163.029	653.848
3.08	Resultado Não Operacional	(12.111)	(19.575)	(6.494)	(13.783)
3.08.01	Receitas	324	324	3.502	4.486
3.08.02	Despesas	(12.435)	(19.899)	(9.996)	(18.269)
3.08.02.02	Outras	(12.435)	(19.899)	(9.996)	(18.269)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	337.419	1.203.283	156.535	640.065
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(133.865)	(445.236)	(96.343)	(283.590)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	283.000	283.000	200.000	200.000
3.14	Participações Minoritárias	314	543	198	338
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	486.868	1.041.590	260.390	556.813

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2005 a 30/06/2005	4 - 01/01/2005 a 30/06/2005	5 - 01/04/2004 a 30/06/2004	6 - 01/01/2004 a 30/06/2004
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	162.084.691	162.084.691	162.084.691	162.084.691
	LUCRO POR AÇÃO	0,00300	0,00643	0,00161	0,00344
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

ANÁLISE DO RESULTADO CONSOLIDADO NO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2005 EM COMPARAÇÃO AO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2004.

Valores em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma

Lucro do Período

A CEMIG apresentou, no período de janeiro a junho de 2005, um lucro líquido de R\$1.041.590, em comparação ao lucro líquido consolidado de R\$556.813 no período de janeiro a junho de 2004.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$4.264.435 no período de janeiro a junho de 2005 em comparação a R\$4.123.167 no período de janeiro a junho de 2004, representando um aumento de 3,43%.

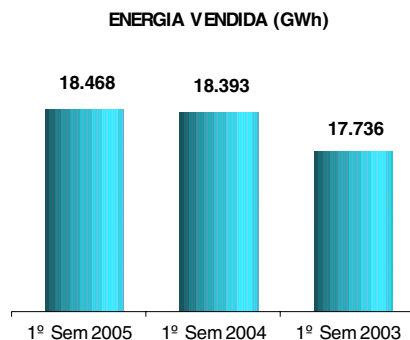
Este resultado decorreu basicamente dos seguintes fatores:

- Reajuste médio nas tarifas de 14,00% a partir de 8 de abril de 2004 (efeito integral no resultado do exercício de 2005);
- Reajuste médio nas tarifas de 23,88% a partir de 8 de abril de 2005.

Para efeito de comparação, deve ser evidenciado que, a partir de janeiro de 2005, parcela representativa dos grandes consumidores industriais passaram a condição de "livres". Desta forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição ("TUSD") desses consumidores livres passaram a ser cobrados separadamente, com o registro na rubrica de "Receita de uso da rede" no montante de R\$571.887. Em 2004, os valores da TUSD compunham a receita total com fornecimento de energia elétrica. Se adicionarmos a receita de TUSD à receita com fornecimento de energia elétrica, verifica-se um crescimento na receita de 17,30%.

A quantidade de energia elétrica vendida a consumidores finais não apresentou variação expressiva; 18.467.868 MWh no primeiro semestre de 2005 comparados a 18.393.091 MWh no primeiro semestre de 2004, um aumento de 0,41%. Dentre as principais classes de consumo, a residencial e a comercial apresentaram um aumento de 0,15% e 6,76%, respectivamente, em contrapartida a uma redução de 1,37% no volume de energia vendida a consumidores industriais. Ressalta-se que, em função de determinação regulatória, a data de faturamento dos consumidores livres foi alterada em 2005, o que compromete a análise comparativa dos períodos.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



Receita com suprimento (incluindo transações com energia livre no MAE)

Em função do maior volume de energia comercializada no MAE, a receita com suprimento de energia elétrica aumentou de R\$19.493 no período de janeiro a junho de 2004 para R\$93.002 no período de janeiro a junho de 2005.

Reajuste Tarifário Diferido

Em abril de 2005 foi divulgado, de forma retroativa a abril de 2003, o resultado da revisão tarifária periódica da CEMIG, resultando em um direito de recomposição nas tarifas de 44,41%.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003 foi de 31,53%. Para compensar a CEMIG pela receita a menor faturada de abril de 2003 a abril de 2005, a ANEEL incluirá nos reajustes tarifários até 2007 um percentual adicional.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a CEMIG tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores em 2005 foi reconhecida como um ativo regulatório em contrapartida ao resultado do exercício, no montante de R\$591.010.

Em 2004, a ANEEL divulgou o resultado provisório da revisão tarifária da CEMIG, indicando um reajuste de 37,86% nas tarifas. Em função desta divulgação, a CEMIG reconheceu no resultado de 2004 uma receita de R\$299.782, utilizando o mesmo critério mencionado nos parágrafos anteriores.

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Receita de uso da rede

A Receita de uso da rede apresentou um crescimento de 503,44%, no montante de R\$625.210 (R\$749.397 em 2005 em comparação a R\$124.187 em 2004).

Este aumento decorreu basicamente da receita de TUSD da Cemig Distribuição, no montante de R\$571.887, advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida pela Cemig Geração e Transmissão.

Compõe ainda o saldo desta rubrica a receita em função da utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da CEMIG pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos através de Resolução pela ANEEL (R\$177.510 em 2005 em comparação a R\$124,187 em 2004).

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$2.812.487 no período de janeiro a junho de 2005 comparados a R\$2.544.251 no período de janeiro a junho de 2004, representando um aumento de 10,54%. Este resultado decorre principalmente da variação de custos não controláveis que foram repassados para a tarifa como energia comprada para revenda, CDE, CCC e encargos de uso da rede. Em contrapartida houve uma redução na conta de Provisões Operacionais. Vide maiores informações na nota explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

A partir de 26 de outubro de 2001, as diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados "CVA") utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subsequentes, sendo registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo como despesas antecipadas. Para um melhor entendimento, ver nota explicativa nº 8.

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2005

	Despesa operacional sem os efeitos da CVA	Valores de CVA transferidos para o resultado do período (*)	Valores de CVA excluídos do resultado do período (**)	Despesa efetiva reconhecida no resultado do período
Pessoal, Administradores e Conselheiros	440.065	-	-	440.065
Participações dos Empregados	40.726	-	-	40.726
Obrigações Pós-Emprego	76.735	-	-	76.735
Materiais	41.924	-	-	41.924
Serviços de Terceiros	176.353	-	-	176.353
Energia Elétrica Comprada para Revenda	695.799	94.805	(53.825)	736.779
Depreciação e Amortização	295.389	-	-	295.389
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	57.633	22.432	(1.384)	78.681
Provisões Operacionais	15.255	-	-	15.255
Conta de Consumo de Combustível – CCC	232.239	(5.727)	(30.885)	195.627
Encargos de Uso da Rede de Transmissão	300.241	67.910	25.053	393.204
Gás Comprado para Revenda	76.355	-	-	76.355
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	140.157	19.288	(13.184)	146.261
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da RTE	14.623	-	-	14.623
Outras Despesas Líquidas	84.510	-	-	84.510
Total	2.688.004	198.708	(74.225)	2.812.487

(*) Referem-se aos custos não controláveis que compõem a CVA que foram transferidos para o resultado em função das suas inclusões no cálculo do reajuste tarifário da CEMIG.

(**) Referem-se as variações dos custos não controláveis que compõem a CVA e que não foram incluídos no cálculo do reajuste tarifário da CEMIG, sendo então excluídas do resultado.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no período de janeiro a junho de 2005 foi de R\$440.065, comparados a R\$423.134 no período de janeiro a junho de 2004, representando um aumento de 4,00%. Este resultado decorre substancialmente do reajuste médio de 7,00% nos salários dos empregados da CEMIG em novembro de 2004 sendo que, em contrapartida ocorreu uma redução em 2005, dos gastos com pessoal apropriados no custo de obras em andamento.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$736.779 de janeiro a junho de 2005, comparados a R\$709.076 no período de janeiro a junho de 2004, representando um aumento de 3,91%. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide composição da despesa com compra de energia na nota explicativa nº 25.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização não apresentou variação relevante na comparação entre os períodos, R\$295.389 de janeiro a junho de 2005 comparado a R\$289.717 de janeiro a junho de 2004, representando uma variação de 1,96% decorrente substancialmente da entrada em operação de novas redes e linhas de distribuição e da usina de Queimado.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$76.735 no período de janeiro a junho de 2005, comparados a R\$53.454 no período de janeiro a junho de 2004, representando um aumento de 43,55%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A mudança em 31 de dezembro de 2004, da taxa de desconto das obrigações futuras, de 8,00% para 6,00%, implicou em um aumento no valor presente das obrigações atuariais, o que justifica o aumento nas despesas em 2005.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$15.255 no período de janeiro a junho de 2005 comparadas a R\$96.710 no período de janeiro a junho de 2004, uma redução de 84,23%. Esta redução nas provisões decorre, principalmente dos seguintes fatores:

- Reversão de provisões para contingências jurídicas – ações cíveis em 2005, no montante de R\$3.430, comparada a uma provisão de R\$5.920 em 2004;
- Reversão de provisões referentes a processos administrativos da ANEEL em 2005, no montante de R\$4.750, comparada a uma provisão de R\$15.128 em 2004;
- Reversão de provisões de contingências trabalhistas em 2005, no montante de R\$13.425, comparada a uma provisão de R\$5.972 em 2004;

Vide maiores informações na nota explicativa nº 25 das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2005.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A despesa com CCC foi de R\$195.627 no período de janeiro a junho de 2005 comparados a R\$140.594 no período de janeiro a junho de 2004, representando um aumento de 39,14%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão foi de R\$393.204 no período de janeiro a junho de 2005, comparados a R\$237.819 no período de janeiro a junho de 2004, representando uma variação de 65,34%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Gás Comprado para Revenda

O custo com compra de gás para revenda foi de R\$76.355 no período de janeiro a junho de 2005 comparado a R\$142.583 no período de janeiro a junho de 2004, uma redução de 46,45%. Este resultado decorre basicamente da alteração no critério de consolidação da GASMIG. Em função da alienação de 40,00% do capital para a Petrobrás e a assinatura de acordo de acionistas, a GASMIG passou a ser consolidada de forma proporcional à participação da CEMIG no empreendimento, no percentual de 55,19%.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A despesa com CDE foi de R\$146.261 no período de janeiro a junho de 2005 comparado a R\$101.384 no período de janeiro a junho de 2004, um aumento de 44,26%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro de janeiro a junho de 2005 foi uma despesa financeira líquida de R\$166.648, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$197.573 de janeiro a junho de 2004. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- ❑ Receita com atualização monetária e juros incidentes sobre as contas a receber do Estado de Minas Gerais, líquidas da provisão para perda, no montante de R\$101.088 de janeiro a junho de 2005, comparada a R\$127.785 de janeiro a junho de 2004, representando uma redução de 20,89%.
- ❑ Receita com variação monetária e juros incidentes sobre o Reajuste Tarifário Diferido no montante de R\$155.690, comparado a R\$42.103 de janeiro a junho de 2004. Este resultado deve-se aos novos valores da revisão tarifária da Cemig Distribuição, conforme mencionado na nota explicativa nº 11 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.
- ❑ Aumento dos encargos com empréstimos e financiamentos no país devido ao aumento do saldo devedor em função dos critérios de rolagem da dívida, com a substituição de vários contratos de dívida em moeda estrangeira para moeda nacional, a partir do segundo semestre de 2004.
- ❑ Multas e juros do ICMS sobre transporte de energia elétrica pago retroativamente de 2000 a 2005, no montante de R\$45.998.
- ❑ Ganhos líquidos com variações cambiais no período de janeiro a junho de 2005, no montante de R\$134.788 em comparação a perdas líquidas de R\$123.222 no período de janeiro a junho de 2004, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. No período de janeiro a junho de 2005, o real apresentou uma valorização de 11,45% frente ao dólar norte-americano em comparação a uma desvalorização de 7,56% no mesmo período de 2004.
- ❑ Perda líquida com instrumentos derivativos utilizados em operações de hedge, no período de janeiro a junho de 2005, no montante de R\$99.824 comparada a uma perda líquida de R\$2.432 no período de janeiro a junho de 2004. Esta variação deve-se à desvalorização do dólar norte-americano frente ao Real, mencionado no item anterior.
- ❑ A Companhia registrou, como despesa financeira, a destinação dos juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos do exercício de 2005, no montante de R\$283.000.

Vide maiores informações na nota explicativa nº 26 das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2005.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no período de janeiro a junho de 2005, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$445.236 em relação ao lucro de R\$1.203.283, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 37,00%. No período de janeiro a junho de 2004, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$283.590 em relação ao lucro de R\$640.065, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 44,31%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10 das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2005.

A CEMIG obteve um ganho fiscal em 2005 no montante de R\$96.220, em função da destinação de juros sobre o capital próprio, a ser pago aos acionistas em substituição do dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2005.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Informações não revisadas pelos Auditores Independentes

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CEMIG tem buscado implementar as melhores práticas de Governança Corporativa com a finalidade de otimizar o seu desempenho e oferecer maior proteção, por meio de melhorias na prestação de informações ao mercado, a todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital. Estas práticas envolvem, principalmente, transparência, equidade de tratamento aos acionistas e prestação de contas dos atos da Companhia.

Destacamos a seguir as práticas já adotadas pela CEMIG:

- As convocações de Assembléias Gerais descrevem com precisão os assuntos a serem tratados, com as matérias relevantes sugeridas pelos acionistas, e suas realizações são em data e hora de fácil acesso.
- A relação de acionistas, contendo a quantidades de ações em poder destes, pode ser obtida a qualquer tempo junto à CEMIG, pelo custo do serviço, conforme art. 100 da lei 6.404 de 15/12/76.
- O controle da documentação para participação de acionistas, ou seus representantes, em assembléias é feita dentro de critérios de boa fé, com o objetivo de facilitar a participação e votação.
- O Conselho de Administração possui 14 membros tecnicamente qualificados, sendo 9 membros com experiência em finanças, economia, direito e contabilidade, com mandato unificado. Este Conselho atua de modo a orientar a diretoria para maximizar o retorno do investimento agregando valor ao empreendimento.
- Atendendo o disposto na Lei 10.303, de 31 de outubro de 2001, e por decisão do acionista majoritário atendendo as melhores práticas de Governança Corporativa, os acionistas minoritários, detentores de ações preferenciais, elegeram um membro para o Conselho de Administração.
- As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. A AGO de 30 de abril de 2002 aprovou alteração no Estatuto Social, passando as ações preferenciais a terem direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10,00% sobre o seu valor nominal e 3,00% do valor do patrimônio líquido das ações. Os dividendos mínimos a serem distribuídos anualmente, conforme critérios mencionados, não poderão ser inferior a 50,00% do lucro líquido do exercício, na forma da Lei das Sociedades por Ações.
- Trimestralmente, a CEMIG divulga para os membros do Conselho Fiscal relatórios preparados em conjunto com as demonstrações financeiras, onde são discutidos e analisados os resultados, sendo indicados os principais fatores de risco internos e externos.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

- A contratação dos auditores externos da CEMIG para prestação de serviços de consultoria e outros não é autorizada pelo Conselho de Administração, de forma a evitar conflitos de interesse.
- São disponibilizadas aos membros do Conselho Fiscal quaisquer tipos de informações que possam contribuir para a análise das principais questões da CEMIG.
- A CEMIG adota, além das normas contábeis emanadas da legislação societária Brasileira e normas da CVM, os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (United States Generally Accepted Accounting Principles USGAAP) para elaboração das demonstrações financeiras a serem registradas na Securities and Exchange Commission – SEC.
- O relatório de recomendações dos auditores externos à administração da CEMIG é submetido aos Conselhos de Administração e Fiscal com o objetivo de avaliar as suas propostas e adotar as medidas aplicáveis.
- As transações entre partes relacionadas estão refletidas nas demonstrações financeiras da CEMIG.
- A política de relações com os investidores contempla o atendimento a todo o universo de investidores, promovendo:
 - o Página da Internet disponível a todos investidores e acionistas, com informações relevantes sobre a CEMIG e suas operações;
 - o Divulgação ampla dos resultados da empresa;
 - o Conferências com acesso livre a qualquer pessoa através de nossa página na Internet.
- Adesão ao Nível I de Governança Corporativa da BOVESPA.
- Listagem de ações em bolsas internacionais, em Nova York e Madrid.
- Pagamento regular de dividendos a seus acionistas conforme estabelecido no seu estatuto.

A CEMIG está examinando a adoção de outras práticas de governança corporativa, cuja implementação oportunamente será divulgada.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

INDICADORES FINANCEIROS (Dados Consolidados)

- PATRIMONIAIS

Itens	Unidade	Jun/05	Mar/05	Jun/04
Valor Patrimonial da ação (lote mil ações)		49,42	48,16	42,67
Valor de Mercado da ação (lote mil ações)	ON PN	59,80 74,40	53,00 61,50	33,45 46,20

- LIQUIDEZ (excluindo-se as obrigações especiais)

Itens	Unidade	Jun/05	Mar/05	Jun/04
Liquidez Corrente	índice	1,28	0,93	0,80
Liquidez Geral	índice	0,87	0,86	0,79

- ENDIVIDAMENTO (excluindo-se as obrigações especiais)

Itens	Unidade	Jun/05	Mar/05	Jun/04
Ativo Total	%	56,14	55,92	56,34
Patrimônio Líquido	%	128,32	127,18	129,53
Ativo Permanente	%	109,90	107,24	101,18

- RENTABILIDADE (excluindo-se as obrigações especiais)

Itens	Unidade	Jun/05	Mar/05	Jun/04
Patrimônio Líquido	%	14,95	7,11	8,05
Imobilizado	%	12,48	6,71	6,99
Margem Operacional	%	33,07	32,97	25,07
Margem Líquida	%	24,79	25,27	16,40

INDICADORES OPERACIONAIS

	Jun/05	Jun/04
Capacidade Instalada (em MW)	5.842	5.842

- EFICIÊNCIA

Itens	Unidade	Jun/05	Jun/04
MWh (*) / Empregado	MWh	1.762	1.692
Consumidores / Empregados	Nº	572	527

(*) Excluindo energia de curto prazo

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

- QUALIDADE DE ATENDIMENTO

Itens	Unidade	Jun/05	Jun/04
Tempo Médio de Atendimento a Interrupções	horas	5,11	4,22
Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor	horas	5,87	5,21
Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor	Nº	3,18	3,26

TARIFA MÉDIA
 (R\$ / MWh)

Descrição	Incluindo ICMS	
	Jun/05	Jun/04
Industrial	124,48	149,23
Residencial	443,22	393,29
Comercial	379,86	343,99
Rural	244,86	221,06
Outros	258,02	229,60
Consumidores Finais	216,96	221,50

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30.06.2005

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL DE AÇÕES	
		%		%		%
Estado de Minas Gerais	36.116.304.884	50,96	97.065	0,00	36.116.401.949	22,27
Outras Entidades do Estado	20.652.515	0,02	2.771.072.044	3,03	2.791.724.559	1,71
Total						
Controlador Southern Electric Brasil Part. Ltda.	36.136.957.399	50,99	2.771.169.109	3,04	38.908.126.508	23,99
	23.362.956.173	32,96	-	0,00	23.362.956.173	14,41

QUOTISTAS DA SOUTHERN ELECTRIC BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. EM 30.06.2005

Item	Nome	Quantidade de Quotas	%
1	Cayman Energy Traders	321.480.876	91,75
2	524 Participações S/A	28.913.419	8,25

1 – Companhia estrangeira

2 – Companhia aberta, sendo que o Fundo Opportunity Alfa FIA detém 99,99% do seu capital.

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	30.06.2005		30.06.2004	
	ON	PN	ON	PN
CONTROLADOR	36.136.957.399	2.771.169.109	36.345.563.248	1.207.476.194
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Wilson Nélio Brumer	-	1	-	1
Djalma Bastos de Moraes	-	13.400	-	13.400
Francelino Pereira dos Santos	-	1	-	1
Antônio Adriano Silva	-	1	-	1
Nilo Barroso Neto	-	1	-	1
Oderval Esteves Duarte Filho	-	-	5.099	-
Haroldo Guimarães Brasil	1.000	-	-	-
Carlos Augusto Leite Brandão	1.950	-	1.950	-
Andréa Paula Fernandes	1.950	-	1.950	-
Antônio Luiz Barros de Salles	1.950	-	1.950	-
Aécio Ferreira da Cunha	5.866	1.461	5.866	1.461
Firmino Ferreira Sampaio Neto	-	-	-	1
José Luiz Alquéres	-	1	-	-
José Augusto Pimentel Pessoa	1.950	-	1.950	-
Maria Estela Kubitscheck Lopes	-	1	-	1
Alexandre Heringer Lisboa	-	1	-	1
Fernando Lage de Melo	-	1	-	1
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos	-	290	-	290
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	-	1	-	1
Francisco Sales Dias Horta	-	1	-	1
Guilherme Horta Gonçalves Junior	-	1	-	1
Antônio Renato do Nascimento	1	-	-	-
Estácio Gonzaga de Sá	-	-	1	1
Fernando Teixeira Mendes Filho	1.950	-	1.950	-
Andréa Leandro Silva	1.950	-	1.950	-
Carlos Suplicy de Figueiredo Forbes	-	-	4.079	-
Rodrigo Bhering Nascimento	1	-	-	-
Arnaldo José Vollet	-	-	-	1
Guy Maria Vilela Paschoal	2.854	-	-	-
Eduardo Lery Vieira	-	1	-	1
André Luis Garbuglio	-	-	1.000	-
Evandro Veiga Negrão de Lima	1.924.241	-	-	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	-	-	101.218
Luiz Henrique de Castro Carvalho	-	1	-	-
Franklin Moreira Gonçalves	-	1	-	1

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	30.06.2005		30.06.2004	
	ON	PN	ON	PN
DIRETORIA EXECUTIVA				
Djalma Bastos de Moraes	-	13.400	-	13.400
Francisco Sales Dias Horta	-	1	-	1
Celso Ferreira	1	-	-	-
Flávio Decat de Moura	-	1	-	1
Heleni de Mello Fonseca	1	-	-	-
Elmar de Oliveira Santana	1	-	-	-
José Maria de Macedo	-	112.962	-	112.962
CONSELHO FISCAL				
Luiz Guarita Neto	-	-	-	-
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	-	-	-	-
Luiz Otávio Nunes West	-	-	-	-
Bruno Constantino Alexandre dos Santos	-	-	-	-
Itamaury Teles de Oliveira	-	-	-	-
Thales de Souza Ramos Filho	-	-	-	-
Beatriz Oliveira Fortunato	-	-	-	10
Augusto Cezar Calazans Lopes	-	-	-	-
Ronald Gastão Andrade Reis	-	-	-	-
Marcos Eolo de Lamounier Bicalho	-	-	-	-
Ari Barcelos da Silva	-	-	-	-
Aliomar Silva Lima	-	-	-	-

**AÇÕES EM CIRCULAÇÃO
 (EXCLUÍDAS AS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS)**

DATA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
30.06.2005	34.737.210.524	49,01	88.439.353.590	96,89	123.176.564.114	75,96
30.06.2004	34.528.604.675	48,72	90.003.046.505	98,60	124.531.651.180	76,80

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

1. Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas (controladora e consolidado), referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2005, elaboradas sob responsabilidade de sua Administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado e o relatório de desempenho.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e nas operações da Companhia e de suas controladas.
3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 acima, para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais obrigatórias.
4. Conforme descrito nas notas explicativas nº. 6, 7, 8 e 16, às Informações Trimestrais, em 30 de junho de 2005, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas possuem registrados ativos e passivos relativos às operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente MAE). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 30 de junho de 2005, os quais podem ser modificados em função de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

00245-3 CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 11 às Informações Trimestrais, em 30 de junho de 2005, em decorrência da revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, em 7 de abril de 2004, a ANEEL fixou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Companhia em 37,86%, aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 8 de abril de 2003. Em 7 de abril de 2005, a ANEEL alterou esse percentual, em caráter definitivo, para 44,41%. Essa alteração resultou no aumento da receita bruta no montante de R\$ 591.010 mil, registrada no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2005.
6. Os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) levantados em 31 de março de 2005, apresentados para fins de comparação, foram por nós revisados, conforme relatório de revisão especial datado de 12 de maio de 2005, sem ressalvas e contendo parágrafos de ênfase quanto aos assuntos constantes dos parágrafos 4 e 5 acima. As demonstrações do resultado (controladora e consolidada) referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2004, apresentadas para fins comparativos, foram por nós revisadas, conforme relatório de revisão especial datado de 30 de julho de 2004, sem ressalvas e contendo parágrafo de ênfase quanto ao assunto constante do parágrafo 4 acima.

Belo Horizonte, 29 de julho de 2005

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 S/MG

Gilberto Grandolpho
Contador
CRC-SP 139.572/O-5 S/MG

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

19.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

ALTERAÇÕES EFETUADAS: NOTAS EXPLICATIVAS.

Nota 14 – Investimentos

alínea “a”

Infovias – Valor 1.943 positivo.

Nota 22 – Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

Linha Residencial – Valor alterado nas colunas 30/06/2005 e 30/06/2004.

Linha Subvenção para Consumidores de baixa renda - Valor alterado nas colunas 30/06/2005 e 30/06/2004.

**ALTERAÇÕES EFETUADAS: OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A
COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

Alteração no quadro de TARIFA MÉDIA – na linha RESIDENCIAL – Valor alterado nas colunas junho/2005 e junho/2004.

ALTERAÇÕES NAS NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 5 – Consumidores e Revendedores, Consolidado, coluna Vencidos até 90 dias, somatório de 06/2005, valor correto 139.151, somatório de 03/2005, valor correto 67.881.

Nota 15 – Imobilizado, coluna Consolidado de 30/06/2005, Imobilizações em Serviço, valor correto da Distribuição 7.276.732 e valor correto da Administração e outras 365.926.

**ALTERAÇÃO NO COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
CONSOLIDADO NO TRIMESTRE**

Tópico: Custos e Despesas Operacionais, no título do quadro Custos e Despesas Operacionais Consolidadas em 30 de junho de 2005.

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
4 - NIRE 31300040127		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV. BARBACENA, 1200 - ED. JÚLIO SOARES		2 - BAIRRO OU DISTRITO STO AGOSTINHO	
3 - CEP 30123-970	4 - MUNICÍPIO BELO HORIZONTE		5 - UF MG
6 - DDD 031	7 - TELEFONE 3299-4903	8 - TELEFONE 3299-3818	9 - TELEFONE 3299-4810
10 - TELEX 311124			
11 - DDD 031	12 - FAX 3299-4691	13 - FAX 3299-3864	14 - FAX -
15 - E-MAIL mail@cemig.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Flávio Decat de Moura			
2 - ENDEREÇO COMPLETO AV. BARBACENA, 1200 - ED. JÚLIO SOARES		3 - BAIRRO OU DISTRITO STO AGOSTINHO	
4 - CEP 30123-970	5 - MUNICÍPIO BELO HORIZONTE		6 - UF MG
7 - DDD 031	8 - TELEFONE 3299-4903	9 - TELEFONE 3299-3818	10 - TELEFONE 3299-4810
11 - TELEX 311124			
12 - DDD 031	13 - FAX 3299-4691	14 - FAX 3299-3933	15 - FAX 3299-3864
16 - E-MAIL mail@cemig.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2006	31/12/2006	2	01/04/2006	30/06/2006	1	01/01/2006	31/03/2006
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu					10 - CÓDIGO CVM 00385-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Gilberto Grandolpho					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 007.585.878-99		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2006	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2006	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2005
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	70.874.168	70.874.168	70.874.168
2 - Preferenciais	91.279.651	91.279.651	91.279.651
3 - Total	162.153.819	162.153.819	162.153.819
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	69.128	69.128	69.128
6 - Total	69.128	69.128	69.128

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estatal
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL INDUSTRIAL, COMERCIAL E OUTRAS
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	27/04/2006	Juros Sobre Capital Próprio	30/06/2007	ON	0,0010430782
02	RCA	27/04/2006	Juros Sobre Capital Próprio	30/06/2007	PN	0,0010430782

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2006
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	---	------------------------------------	-------------------------	--	--------------------------------------

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 07/08/2006	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2006	4 - 31/03/2006
1	Ativo Total	9.169.986	9.327.334
1.01	Ativo Circulante	1.474.177	1.901.424
1.01.01	Disponibilidades	182.551	214.795
1.01.02	Créditos	317.194	282.356
1.01.02.04	Tributos Compensáveis	254.164	230.025
1.01.02.07	Créditos Tributários	63.030	52.331
1.01.03	Estoques	18	78
1.01.04	Outros	974.414	1.404.195
1.01.04.01	Outros Créditos	29.122	30.093
1.01.04.02	Fundos Vinculados	2.149	2.589
1.01.04.03	Dividendos a Receber	943.143	1.371.513
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.025.583	963.913
1.02.01	Créditos Diversos	1.012.252	955.131
1.02.01.02	Participação Fundo Direitos Creditórios	655.180	644.129
1.02.01.04	Créditos Tributários	241.176	223.645
1.02.01.08	Tributos Compensáveis	137	135
1.02.01.09	Depósitos Vinculados a Litígios	115.759	87.222
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	10.725	6.174
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	10.725	6.174
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	2.606	2.608
1.03	Ativo Permanente	6.670.226	6.461.997
1.03.01	Investimentos	6.663.224	6.454.862
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	6.618.317	6.408.689
1.03.01.03	Outros Investimentos	44.907	46.173
1.03.02	Imobilizado	7.002	7.135
1.03.03	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2006	4 - 31/03/2006
2	Passivo Total	9.169.986	9.327.334
2.01	Passivo Circulante	869.047	1.211.955
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.069	12.405
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	10.605	16.012
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	20.007	23.722
2.01.05	Dividendos a Pagar	784.355	1.118.133
2.01.06	Provisões	13.143	11.875
2.01.06.01	Salários e Contribuições Sociais	9.227	8.941
2.01.06.03	Participações nos Lucros	3.916	2.934
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	10.097	4.304
2.01.08	Outros	29.771	25.504
2.01.08.01	Obrigações Pós-Emprego	6.082	5.925
2.01.08.03	Outras Obrigações	23.689	19.579
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	620.073	590.797
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	73.587	73.587
2.02.02	Debêntures	0	0
2.02.03	Provisões	394.077	367.452
2.02.03.01	Provisões para Contingências	394.077	367.452
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	152.409	149.758
2.02.05.01	Obrigações Pós-Emprego	59.698	60.850
2.02.05.03	Impostos, Taxas e Contribuições	92.681	88.879
2.02.05.04	Outras Obrigações	30	29
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	7.680.866	7.524.582
2.05.01	Capital Social Realizado	1.621.538	1.621.538
2.05.02	Reservas de Capital	4.059.345	4.059.345
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	1.999.983	1.843.699
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	1.999.983	1.843.699
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2006
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	17.155.730/0001-64

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2006 a 30/06/2006	4 - 01/01/2006 a 30/06/2006	5 - 01/04/2005 a 30/06/2005	6 - 01/01/2005 a 30/06/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	226	733	846	1.102
3.01.01	Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	0	0	0	0
3.01.03	Reajuste Tarifário Diferido	0	0	0	0
3.01.04	Receita de Uso da Rede	0	0	0	0
3.01.05	Outras Receitas Operacionais	226	733	846	1.102
3.02	Deduções da Receita Bruta	(3)	(66)	(14)	(14)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	223	667	832	1.088
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0	0
3.04.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	0	0	0	0
3.04.02	Encargos Uso da Rede Básica Transmissão	0	0	0	0
3.04.03	Pessoal e Administradores	0	0	0	0
3.04.04	Obrigações Pós-Emprego	0	0	0	0
3.04.05	Materiais	0	0	0	0
3.04.07	Serviços de Terceiros	0	0	0	0
3.04.08	Depreciação e Amortização	0	0	0	0
3.04.09	Reversão (Provisões) Operacionais	0	0	0	0
3.04.10	Comp Financ pela Utilização Rec Hídricos	0	0	0	0
3.04.11	Quota para Conta Consumo de Combustível	0	0	0	0
3.04.12	Conta de Desenvolvimento Energético -CDE	0	0	0	0
3.04.13	Provisão para perdas RTE	0	0	0	0
3.04.14	Outras	0	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	223	667	832	1.088
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	130.305	480.970	212.687	804.009
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(55.935)	(75.379)	4.244	(37.673)

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2006
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2006 a 30/06/2006	4 - 01/01/2006 a 30/06/2006	5 - 01/04/2005 a 30/06/2005	6 - 01/01/2005 a 30/06/2005
3.06.03	Financeiras	(164.077)	(146.589)	(268.807)	(195.906)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	26.465	69.521	32.619	117.406
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(190.542)	(216.110)	(301.426)	(313.312)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	350.317	702.938	477.250	1.037.588
3.07	Resultado Operacional	130.528	481.637	213.519	805.097
3.08	Resultado Não Operacional	(1.329)	(4.806)	(2.239)	(4.365)
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	(1.329)	(4.806)	(2.239)	(4.365)
3.08.02.02	Outros	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	129.199	476.831	211.280	800.732
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	27.085	19.179	(7.412)	(42.142)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	169.067	169.067	283.000	283.000
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	325.351	665.077	486.868	1.041.590
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	162.084.691	162.084.691	162.084.691	162.084.691
	LUCRO POR AÇÃO	0,00201	0,00410	0,00300	0,00643
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, “CEMIG” ou “Controladora”, sociedade de capital aberto, certificado GEMEC/RCA-200-75/109, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, atua única e exclusivamente como Holding a partir de 1º de janeiro de 2005, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 30 de junho de 2006:

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Geração e transmissão de energia elétrica, através de 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão;
- Cemig Distribuição S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais;
- Sá Carvalho S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (controlada em conjunto - participação de 55,19%) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais;
- Empresa de Infovias S.A. (“Infovias”) (controlada - participação de 99,94%) – Prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços). A Infovias detém uma participação de 69,25% no capital da Way TV Belo Horizonte S.A., que atua na exploração de serviços de televisão a cabo e Internet em determinadas cidades do Estado de Minas Gerais. A participação da Way TV foi alienada em julho de 2006, conforme descrito na nota explicativa nº 32.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Efficientia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- Horizontes Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais. A concessão foi transferida no 1º trimestre de 2006 para a UTE Barreiro S.A.;
- Rosal Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente. A concessão foi transferida no 1º trimestre de 2006 para a Cemig PCH S.A.;
- Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 25,00%) – Operação da linha de transmissão de 345 kV conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;
- Cemig PCH S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Capim Branco, construída através de consórcio com parceiros privados;
- UTE Barreiro S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais;

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 30 de junho de 2006:

- Cemig Trading S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto - participação de 51,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 kV;
- Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 kV;
- Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,50%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé – Araçuaí 230 kV
- Transchile Charrúa Transmisión S.A. – (“Transchile”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrúa – Nueva Temuco, 220 kV e de duas seções de linha de transmissão nas SE’s Charrúa e Nueva Temuco, na região central do Chile.
- Rio Minas Energia Participações S.A. (controlada em conjunto – participação de 25,00%) - Constituída em parceria com a Andrade Gutierrez Concessões S.A., a J.L.A. Participações S.A. e o Pactual Energia Participações S.A. com a finalidade inicial de avaliação de aquisição de participação na LIGHT S.A., sendo que em 28 de março de 2006 foi assinado o contrato de compra e venda referente à concretização da operação. Vide maiores comentários na nota explicativa nº 14.

2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As informações trimestrais foram elaboradas seguindo princípios, métodos e critérios contábeis uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social.

Adicionalmente, a Companhia está apresentando, nas notas explicativas nºs. 33 e 34, as demonstrações do fluxo de caixa e do resultado segregado por atividade, respectivamente.

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações financeiras das investidas.

As datas das demonstrações financeiras das sociedades investidas utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Reclassificação de Saldos Contábeis

Para melhor comparabilidade e análise da demonstração dos resultados, a Companhia reclassificou determinadas transações referentes ao 1º semestre de 2005, como segue:

<u>Conta original</u>	<u>Valor (R\$)</u>	<u>Conta de Reclassificação</u>	<u>Valor (R\$)</u>
Deduções a Receita Operacional		Custos e Despesas Operacionais	
PASEP	(20.917)	Energia Comprada para Revenda	81.260
COFINS	(96.344)	Encargos Uso Rede Básica Transmissão	36.001
	<u>(117.261)</u>		<u>117.261</u>

3) – DISPONIBILIDADES

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>30/06/2006</u>	<u>31/03/2006</u>	<u>30/06/2006</u>	<u>31/03/2006</u>
Contas Bancárias	112.376	77.289	34.167	26.494
Aplicações Financeiras				
Certificado de Depósito Bancário	893.184	1.362.587	148.384	188.301
	<u>1.005.560</u>	<u>1.439.876</u>	<u>182.551</u>	<u>214.795</u>

4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

<u>Classe de Consumidor</u>	<u>Consolidado</u>							
	<u>Saldos a Vencer</u>		<u>Vencidos até 90 dias</u>		<u>Vencidos há mais de 90 dias</u>		<u>Total</u>	
	<u>06/2006</u>	<u>03/2006</u>	<u>06/2006</u>	<u>03/2006</u>	<u>06/2006</u>	<u>03/2006</u>	<u>06/2006</u>	<u>03/2006</u>
Residencial	374.017	436.378	146.090	113.434	82.542	49.647	602.649	599.459
Industrial	254.659	239.601	48.781	41.151	207.556	202.191	510.996	482.943
Comércio, Serviços e Outras	187.106	225.640	51.556	40.876	86.651	61.655	325.313	328.171
Rural	58.896	55.440	13.898	10.890	16.430	13.642	89.224	79.972
Poder Público	27.568	32.041	8.298	4.951	4.718	15.246	40.584	52.238
Iluminação Pública	94.164	95.404	6.255	3.928	7.288	6.235	107.707	105.567
Serviço Público	37.506	41.574	1.292	1.022	2.893	2.332	41.691	44.928
Subtotal – Consumidores	1.033.916	1.126.078	276.170	216.252	408.078	350.948	1.718.164	1.693.278
Suprimento a Outras Concessionárias	120.200	114.181	12.166	-	-	-	132.366	114.181
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(253.917)	(244.562)	(253.917)	(244.562)
	<u>1.154.116</u>	<u>1.240.259</u>	<u>288.336</u>	<u>216.252</u>	<u>154.161</u>	<u>106.386</u>	<u>1.596.613</u>	<u>1.562.897</u>

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Classe de Consumidor	Controladora							
	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	06/2006	03/2006	06/2006	03/2006	06/2006	03/2006	06/2006	03/2006
Residencial	-	-	-	-	31.092	30.608	31.092	30.608
Industrial	-	-	-	-	42.589	40.362	42.589	40.362
Comércio, Serviços e Outras	-	-	-	-	22.805	19.075	22.805	19.075
Rural	-	-	-	-	5.377	4.193	5.377	4.193
Poder Público	-	-	-	-	1.517	12.719	1.517	12.719
Iluminação Pública	-	-	-	-	2.676	2.276	2.676	2.276
Serviço Público	-	-	-	-	1.164	1.417	1.164	1.417
Subtotal - Consumidores	-	-	-	-	107.220	110.650	107.220	110.650
Suprimento a Outras								
Concessionárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para Créditos de								
Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(107.220)	(110.650)	(107.220)	(110.650)
	-	-	-	-	-	-	-	-

5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2006	31/03/2006	30/06/2006	31/03/2006
Ativos				
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" – Nota nº 6	1.237.820	1.259.687	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre durante o				
Programa de Racionamento – Nota nº 7	230.957	260.989	-	-
Reajuste Tarifário Diferido – Nota nº 11	1.094.258	1.188.476	-	-
PIS/COFINS e PASEP – Nota nº 13	414.002	444.050	-	-
Despesas antecipadas – CVA – Nota nº 8	562.428	502.067	-	-
	<u>3.539.465</u>	<u>3.655.269</u>	-	-
Passivos				
Fornecedores – Repasse aos Geradores pela Compra de				
Energia Livre – Nota nº 6	(356.993)	(360.691)	-	-
Fornecedores – CCEE/MAE – Energia Livre – Nota nº 16	(86.152)	(128.255)	-	-
Valores a serem Restituídos na Tarifa – CVA – Nota nº 8	(377.302)	(260.869)	-	-
	<u>(820.447)</u>	<u>(749.815)</u>	-	-
Impostos Federais Diferidos – Nota nº 17	(1.025.740)	(1.089.338)	(92.681)	(88.879)
	<u>(1.846.187)</u>	<u>(1.839.153)</u>	<u>(92.681)</u>	<u>(88.879)</u>
Total	<u>1.693.278</u>	<u>1.816.116</u>	<u>(92.681)</u>	<u>(88.879)</u>

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, de 21 de dezembro de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceram os procedimentos para implementação da RTE, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.
- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE mencionada está sendo utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração desse valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores, as quais não se espera serem relevantes, e o ICMS.
- Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE/MAE”), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh (“energia livre”). Como a Cemig Distribuição S.A. é apenas uma repassadora às geradoras dos valores recebidos, foram incluídos neste saldo os tributos e outros encargos regulatórios incidentes sobre a receita. Quando do repasse às geradoras, são deduzidos os impostos e encargos regulatórios mencionados.

A recuperação dos créditos através da RTE, conforme Resolução Normativa nº 45, de 3 de março de 2004, é efetuada na proporção de 64,29% e 35,71% para os créditos referentes às perdas com faturamento e energia livre, respectivamente.

Os créditos da RTE referentes a perdas com o racionamento estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os créditos de RTE referentes à energia livre são atualizados pela SELIC e adicionados de 1,00% de juros ao ano para os valores a serem repassados para os geradores que obtiveram empréstimos do BNDES.

O ICMS incidente sobre o saldo consolidado da RTE, correspondente às receitas a serem faturadas, o qual é estimado em R\$161.288 em 30 de junho de 2006 (R\$171.883 em 31 de março de 2006), somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. A CEMIG, neste sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Receita Estadual e, portanto, não efetuou o registro antecipado da referida obrigação.

Provisão para perdas

Conforme Resolução Normativa nº 1 da ANEEL, de 12 de janeiro de 2004, a RTE da CEMIG teve seu prazo de duração máximo alterado de 82 para 74 meses, passando a vigorar no período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2008. A CEMIG elaborou estudo para verificar se o prazo estipulado de 74 meses seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Na elaboração deste estudo foram consideradas determinadas premissas, sendo as mais relevantes àquelas referentes às projeções de reajustes tarifários, taxas de inflação, SELIC e crescimento do mercado de energia.

Com base no estudo, foi estimada em R\$298.604 a provisão para perdas da CEMIG na realização dos valores da RTE em 30 de junho de 2006 (R\$288.244 em 31 de março de 2006), o que implicou na constituição de uma provisão complementar no 2º trimestre de 2006 no valor de R\$10.360.

b) Parcela "A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, a ANEEL definiu que os valores das variações nos itens não gerenciáveis da Parcela "A" deixariam de ser incluídos no prazo limite de vigência da RTE, sendo que sua recuperação será iniciada imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela "A".

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Composição dos saldos da RTE e Parcela "A"

Os valores a serem recebidos referentes à RTE e Parcela "A", registrados no Ativo, são como segue:

	Controladora			
	30/06/2006			31/03/2006
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	Total
Recomposição das perdas com faturamento (1)	163.456	46.461	209.917	202.626
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	(163.456)	(46.461)	(209.917)	(202.626)
	-	-	-	-
	Consolidado			
	30/06/2006			31/03/2006
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	Total
Recomposição das perdas com faturamento (1)	876.847	590.692	1.467.539	1.446.050
Valores arrecadados	(497.786)	(379.751)	(877.537)	(831.133)
	379.061	210.941	590.002	614.917
Reembolso dos gastos com energia livre dos geradores (2)	442.717	245.637	688.354	669.687
Valores arrecadados	(215.200)	(119.402)	(334.602)	(308.828)
	227.517	126.235	353.752	360.859
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	(245.741)	(52.863)	(298.604)	(288.244)
Total da RTE	360.837	284.313	645.150	687.532
Compensação dos itens da Parcela "A" (3)	245.299	347.371	592.670	572.155
Total da RTE e da Parcela "A"	606.136	631.684	1.237.820	1.259.687
Ativo Circulante			294.177	279.488
Realizável a Longo Prazo			943.643	980.199

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores da RTE a serem repassados aos geradores referentes à energia livre, registrados no Passivo, na conta de Fornecedores, são como segue:

	Consolidado			
	30/06/2006		31/03/2006	
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	Total
Valores a serem repassados aos geradores (2)	419.229	238.796	658.025	638.289
(-) Repasses realizados	(191.788)	(109.244)	(301.032)	(277.598)
	227.441	129.552	356.993	360.691
Passivo Circulante			108.478	95.718
Passivo Não Circulante			248.515	264.973

- (1) Valores homologados através das Resoluções ANEEL nºs 480 e 481 de 2002 e 001 de 2004.
 (2) Valores homologados através das Resoluções ANEEL nºs 001 e 045 de 2004.
 (3) Valores homologados através das Resoluções ANEEL nºs 482 de 2002 e 001 de 2004.

7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE DURANTE O PROGRAMA DE RACIONAMENTO

Os direitos da Companhia referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE/MAE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	30/06/2006	31/03/2006
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	452.384	464.803
Provisão para perdas na realização	(221.427)	(203.814)
	230.957	260.989
Circulante	187.530	160.635
Realizável a Longo Prazo	43.427	100.354

Os valores a receber referem-se à diferença entre os preços pagos pela CEMIG nas transações com energia na CCEE/MAE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidores com valores a receber, entre os quais está incluída a CEMIG, desde março de 2003.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os direitos da CEMIG no âmbito da CCEE/MAE são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano. No 2º trimestre de 2006, a CEMIG registrou uma receita financeira adicional, no valor de R\$10.184, para adequar o critério de atualização utilizado pela Companhia ao procedimento de atualização divulgado pela ANEEL para ser adotado por todos os agentes do setor elétrico. Esta receita financeira adicional registrada teve como consequência um ajuste na provisão para perdas no mesmo valor e, dessa forma, não ocorreu impacto no resultado do exercício de 2006.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE/MAE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

Provisão para perdas

A CEMIG recebe os valores da RTE de outras distribuidoras, que têm um prazo limite, estipulado pela ANEEL, para repassar os valores à Companhia.

A Companhia elaborou estudo para verificar se o prazo estipulado para as distribuidoras efetuarem o repasse seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Com base no estudo, foi estimada em R\$221.427 a provisão para perdas na realização dos créditos de energia livre em 30 de junho de 2006.

8) – DESPESAS ANTECIPADAS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da CEMIG, utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação do saldo está demonstrada abaixo:

	Consolidado				
	Saldo em 31.03.2006	Valores Diferidos (1)	Amortização (2)	Atualização Monetária (3)	Saldo em 30.06.2006
Energia Comprada para Revenda	6.820	18.458	(24.805)	(717)	(244)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	30.711	(11.797)	2.736	491	22.141
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	103.662	(2.733)	(11.809)	2.015	91.135
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	15.702	606	(1.972)	304	14.640
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica	(2.525)	(14.916)	1.693	(59)	(15.807)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	30.629	-	(2.430)	609	28.808
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	40.860	(9.106)	(2.196)	664	30.222
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	15.339	870	(2.465)	487	14.231
	241.198	(18.618)	(41.248)	3.794	185.126
				30/06/2006	31/03/2006
Ativo Circulante				506.017	440.035
Ativo Realizável Longo Prazo				56.411	62.032
Passivo Circulante				(327.999)	(223.766)
Passivo Não Circulante				(49.303)	(37.103)

- (1) Refere-se à parcela dos custos não controláveis em valores superiores/inferiores aqueles incluídos na receita, desta forma, foi excluída do resultado.
 (2) Referem-se aos custos não controláveis que foram transferidos para o resultado em função das suas inclusões na receita da Companhia através de reajuste tarifário.
 (3) Refere-se à atualização pela variação da SELIC do saldo registrado.

9) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2006	31/03/2006	30/06/2006	31/03/2006
Circulante				
ICMS a Recuperar	11.720	20.707	3.508	3.506
Imposto de Renda	533.860	431.140	229.079	203.463
Contribuição Social	115.017	82.173	18.185	18.158
Outros	49.701	16.296	3.392	4.898
	710.298	550.316	254.164	230.025
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	237.986	212.350	137	135
	948.284	762.666	254.301	230.160

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se basicamente à valores apurados na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ de exercícios anteriores e atual, que poderão ser compensados nos anos subseqüentes, com outros impostos federais que venham a ser apurados.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são compensados em 48 meses, conforme Lei Complementar 102/00. Adicionalmente, encontra-se registrado o montante de R\$20.088, referente a créditos de ICMS cuja compensação está sendo discutida judicialmente com o Governo do Estado de Minas Gerais.

10) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos Tributários:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2006	31/03/2006	30/06/2006	31/03/2006
Créditos Tributários sobre-				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	88.299	63.024	72.869	47.181
Provisão para Contingências	116.217	114.829	113.207	112.508
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da				
Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	176.811	167.300	71.372	68.893
Obrigações Pós-Emprego	49.281	49.281	2.425	2.425
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	93.759	90.668	36.455	37.621
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária				
Extraordinária	66.967	71.196	7.014	6.785
Outros	13.977	7.274	864	563
	605.311	563.572	304.206	275.976
Ativo Circulante	154.680	130.251	63.030	52.331
Realizável a Longo Prazo	450.631	433.321	241.176	223.645

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 20 de fevereiro de 2006, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. Referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 08 de março de 2006.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 30 de junho de 2006, conforme estimativa a seguir:

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
2006	97.064	41.792
2007	104.421	42.475
2008	158.475	40.862
2009	124.815	108.191
2010	53.418	36.354
2011	17.465	10.291
2012 em diante	49.653	24.241
	<u>605.311</u>	<u>304.206</u>

A CEMIG possui, em 30 de junho de 2006, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, no montante de R\$40.972 (R\$4.233 em 31 de março de 2006). A Administração acredita que determinadas obrigações, pela sua natureza, serão realizadas em um prazo superior a 10 anos. Para estes casos, o respectivo crédito tributário não foi reconhecido.

A controlada Infovias possui, em 30 de junho de 2006, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras no montante de R\$22.044 (R\$21.195 em 31 de março de 2006), em conformidade com estudos de recuperação com base em projeção de resultados futuros aprovada pelo Conselho de Administração daquela Sociedade e os termos da Instrução CVM nº 371/2002.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>30/06/2006</u>	<u>30/06/2005</u>	<u>30/06/2006</u>	<u>30/06/2005</u>
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	751.478	1.203.283	476.831	800.732
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(255.502)	(409.116)	(162.123)	(272.249)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Provisão (Reversão) para Perda sobre as Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	33.723	(39.032)	33.723	(39.032)
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	188.006	269.172
Contribuições e Doações Inedutíveis	(1.971)	(1.564)	(67)	(95)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(37.251)	(1.917)	(36.413)	(778)
Outros	5.390	6.393	(3.947)	840
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	<u>(255.611)</u>	<u>(445.236)</u>	<u>19.179</u>	<u>(42.142)</u>

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, publicada de forma retroativa a 4 de abril de 2004, definiu os resultados da revisão tarifária periódica da Cemig Distribuição.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em nível compatível com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, proporcionando receita suficiente para a cobertura de custos operacionais eficientes e a remuneração adequada dos investimentos.

O reajuste médio aplicado às tarifas da CEMIG em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme descrito na resolução mencionada, o reposicionamento tarifário definitivo para a CEMIG deveria ter sido de 44,41%. A diferença percentual de 12,88% será compensada através de um acréscimo de R\$301.334, a valores de abril de 2003, em cada um dos reajustes tarifários previstos para ocorrerem de 2004 a 2007, cumulativamente.

O reajuste aplicado às tarifas da CEMIG em 8 de abril de 2004 incluiu um percentual adicional de 2,91%, que corresponde a R\$159.388. Como o valor da 1ª parcela deveria ter sido de R\$301.334, a diferença de R\$141.946 será compensada nos reajustes tarifários de 2005 a 2007.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Cemig Distribuição tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores foi reconhecida como um ativo regulatório.

Os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	Consolidado	
	30/06/2006	31/03/2006
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	690.679	842.204
Juros (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	291.716	243.172
Atualização Monetária – IGP-M	111.863	103.100
	<u>1.094.258</u>	<u>1.188.476</u>
Ativo Circulante	605.750	400.133
Realizável a Longo Prazo	<u>488.508</u>	<u>788.343</u>

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, cujo saldo em 30 de junho é de R\$473.266.

12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE DIREITOS CREDITÓRIOS (“FIDC”)

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro aditivos, respectivamente; e (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do 3º aditivo.

Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas iniciada em 30 de dezembro de 2005, reiniciada em 5 de janeiro de 2006 e finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes em 31 de dezembro de 2004 a R\$2.941.599.

O saldo do Quarto Aditivo tem atualização monetária pela variação do IGP-DI e juros de 8,18% ao ano.

O Governo do Estado amortizará o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$29.416 e a 61ª no valor de R\$76.482, a valores de 31 de dezembro de 2004.

A amortização do débito far-se-á prioritariamente pela retenção de 65,00% dos dividendos e juros sobre o capital próprio devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda a retenção poderá ser superior a 65%. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Excepcionalmente em 2006, R\$30.000 dos dividendos retidos serão utilizados para aquisição, pelo Governo do Estado, de debêntures da CEMIG emitidas em conexão com a construção da usina de Irapé.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A assinatura do Quarto Aditivo contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social no seu artigo 11, onde são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser atendidas conforme destacamos as principais abaixo:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00%
Investimentos de capital e aquisição de ativos (1)	Menor ou igual a 40,00% do Lajida

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.

(1) Para os exercícios de 2006 e 2007 os índices requeridos serão de 65,00% e 55,00% respectivamente.

Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC")

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC"). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras e serão amortizadas em 20 parcelas semestrais, a partir de junho de 2006, com atualização pela variação do CDI + 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

Provisão para perdas

Para definição do valor do FIDC a ser registrado, a Companhia elaborou uma projeção de resultados que não contemplou as novas aquisições de ativos previstas no Plano Diretor, e calculou o fluxo de caixa descontado dos 65,00% de dividendos a serem retidos até o vencimento da última parcela em 2035, utilizando uma taxa livre de desconto de 10,00% ao ano.

Em 30 de junho de 2006, a diferença entre a avaliação do saldo do FIDC, com base na projeção de resultados utilizadas pelo administrador do Fundo (R\$1.726.274) e a avaliação da CEMIG (R\$1.619.327) foi registrada como uma provisão para perdas no valor de R\$106.947.

A CEMIG revisará anualmente as suas projeções de resultado de forma a mensurar a necessidade de constituição adicional ou reversão da provisão.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação do Contas a Receber do Contrato da CRC e do FIDC em 2006 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Contrato da CRC	
Saldo em 31 de dezembro de 2005	1.518.672
Juros e Variação Monetária (até 27 de janeiro de 2006)	41.267
Provisão para perdas	(19.978)
Saldo em 27 de janeiro de 2006	<u>1.539.961</u>
Fundo de Direitos Creditórios – FIDC	
Valor de Constituição do FIDC em 27 de janeiro de 2006 (líquido da provisão para perdas)	1.539.961
Atualização monetária das quotas seniores	64.147
Atualização monetária das quotas subordinadas	3.001
Reversão de provisão para perdas na CEMIG referente às quotas subordinadas	12.218
Saldo do FIDC em 30 de junho de 2006	<u>1.619.327</u>
Composição do FIDC em 30 de junho de 2006	
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	964.147
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	762.127
(-) Provisão para perdas	(106.947)
	<u>655.180</u>
TOTAL	<u>1.619.327</u>

A CEMIG efetuou pagamento de dividendos em 30 de junho de 2006, os quais foram utilizados para amortização das quotas seniores, subordinadas e de despesas operacionais do FIDC, nos valores de R\$52.149, R\$26.611 e R\$819, respectivamente. Entretanto, a amortização somente foi efetivada em 3 de julho de 2006.

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2005 e dos juros sobre capital próprio de 2006, após a aprovação pela Assembléia de Acionistas. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$177.089 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, dos quais R\$30.000 referem-se à parcela dos dividendos destinados à aquisição, pelo Estado de Minas Gerais, das debêntures da usina de Irapé, e R\$85.108 deverão ser retidos para quitação de parte dos créditos da CRC vencidos. O valor remanescente de R\$61.981 será pago ao Governo do Estado de Minas Gerais.

Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores caso os dividendos devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam o saldo do FIDC integralmente registrado na CEMIG e as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com empréstimos e financiamentos no Passivo de curto e longo prazos.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP de dezembro de 2002 a junho de 2005 e nas despesas com COFINS de fevereiro de 2004 a junho de 2005.

Tendo em vista que este aumento na despesa deverá ser ressarcido à Companhia, registrou-se, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Regulatório e em contrapartida foi reduzida a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

Parte do ativo regulatório, no montante de R\$155.619, será ressarcida através das tarifas em 3 anos, contados a partir de 8 de abril de 2005. No 2º trimestre de 2006, a ANEEL divulgou um ressarcimento adicional através dos reajustes tarifários em 8 de abril de 2006 e 2007, correspondente a 2 parcelas de R\$104.328.

	Consolidado	
	30/06/2006	31/03/2006
Ativo vinculado às atividades de distribuição	383.600	413.554
Ativo vinculado às atividades de transmissão	30.402	30.496
	<u>414.002</u>	<u>444.050</u>
Ativo Circulante	180.873	66.007
Realizável a Longo Prazo	<u>233.129</u>	<u>378.043</u>

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2006	31/03/2006	30/06/2006	31/03/2006
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto				
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.129.717	3.041.119
Cemig Distribuição	-	-	2.589.598	2.508.672
Infovias	-	-	278.024	277.808
Rosal Energia	-	-	114.475	109.332
Sá Carvalho	-	-	102.650	97.501
GASMIG	-	-	111.062	103.081
Horizontes Energia	-	-	71.255	68.422
Usina Térmica Ipatinga	-	-	68.447	67.089
Cemig PCH	-	-	54.836	52.186
Cemig Capim Branco Energia	-	-	44.972	35.323
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	14.047	13.172
UTE Barreiro	-	-	10.902	12.524
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	6.041	6.041
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	123	17
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	5.473	5.473
Transchile	-	-	4.186	4.186
Efficientia	-	-	3.039	2.948
Central Termelétrica de Cogeração	-	-	1.579	340
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	6.585	3.295
Rio Minas	-	-	1.146	-
Cemig Trading	-	-	160	160
	-	-	6.618.317	6.408.689
Em Consórcios	979.647	974.696	-	-
Ágio na Aquisição de Participação na Infovias	-	-	7.832	8.111
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	-	-	33.571	34.559
Em Outros Investimentos	9.894	9.993	3.504	3.503
	<u>989.541</u>	<u>984.689</u>	<u>44.907</u>	<u>46.173</u>
	<u>989.541</u>	<u>984.689</u>	<u>6.663.224</u>	<u>6.454.862</u>

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 30 de junho de 2006			Janeiro a junho de 2006	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	3.129.717	83.142	292.651
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.589.598	65.811	343.905
Infovias	331.066.000	100,00	331.066	278.024	-	3.958
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	114.475	13.303	10.281
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	102.650	20.831	11.004
GASMIG	186.030.754	55,19	76.660	201.226	-	31.342
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	71.255	5.165	5.747
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	68.447	6.900	3.300
Cemig PCH	1.000	100,00	1	54.836	-	5.455
Cemig Capim Branco Energia	1.000	100,00	1	44.972	-	7.127
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	49.569	56.188	144	6.157
UTE Barreiro	1.000	100,00	1	10.902	-	(1.018)
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	25.171	25.171	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	123	5.502	111
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	22.340	22.340	-	-
Transchile	22.000	49,00	8.543	8.543	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	3.039	-	7
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	1.579	2.794	1.572
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	12.913	-	-
Rio Minas Energia	12.000	25,00	12	4.584	-	-
Cemig Trading	10.000	100,00	10	160	-	-

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de março de 2006			Janeiro a junho de 2005	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	3.041.119	137.000	294.685
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.508.672	107.000	699.915
Infovias	331.066.000	99,94	330.867	277.808	-	1.943
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	109.332	-	9.082
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	97.501	-	9138
GASMIG	186.030.754	55,19	76.660	186.767	-	25.398
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	68.422	-	2.776
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	67.089	-	3.474
Cemig PCH	1.000	100,00	1	52.186	-	-
Cemig Capim Branco Energia	1.000	100,00	1	35.323	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	49.569	52.688	-	-
UTE Barreiro	1.000	100,00	1	12.524	-	-
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	25.171	25.171	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	17	-	896
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	22.340	22.340	-	-
Transchile	22.000	49,00	4.186	4.186	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	2.948	-	(3)
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	340	-	4.388
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	6.462	-	-
Cemig Trading	10.000	100,00	10	160	-	-

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	31/03/2006	Equivalência Patrimonial	Aportes	Dividendos Propostos	Outros	30/06/2006
Cemig Geração e Transmissão	3.041.119	171.741	-	(83.142)	(1)	3.129.717
Cemig Distribuição	2.508.672	146.738	-	(65.811)	(1)	2.589.598
Infovias	277.808	76	577	-	(437)	278.024
Rosal Energia	109.332	5.142	-	-	1	114.475
Sá Carvalho	97.501	5.149	-	-	-	102.650
GASMIG	103.081	7.980	-	-	1	111.062
Horizontes Energia	68.422	2.834	-	-	(1)	71.255
Usina Térmica Ipatinga	67.089	1.359	-	-	(1)	68.447
Cemig PCH	52.186	2.649	-	-	1	54.836
Cemig Capim Branco Energia	35.323	5.963	3.685	-	1	44.972
Companhia Transleste de Transmissão	13.172	872	-	-	3	14.047
UTE Barreiro	12.524	(1.623)	-	-	1	10.902
Companhia Transudeste de Transmissão	6.041	-	-	-	-	6.041
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	17	106	-	-	-	123
Companhia Transirapé de Transmissão	5.473	-	-	-	-	5.473
Transchile	4.186	-	-	-	-	4.186
Efficientia	2.948	91	-	-	-	3.039
Central Termelétrica de Cogeração	340	1.240	-	-	(1)	1.579
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	3.295	-	3.290	-	-	6.585
Rio Minas Energia	-	-	1.146	-	-	1.146
Cemig Trading	160	-	-	-	-	160
	6.408.689	350.317	8.698	(148.953)	(434)	6.618.317

b) Aquisição de participação na LIGHT S.A

A CEMIG, através da Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME"), constituída em parceria com a Andrade Gutierrez Concessões S.A., a J.L.A. Participações S.A. e o Pactual Energia Participações S.A. na qual os sócios detêm participação de 25% (vinte e cinco por cento) cada, celebrou em 28 de março de 2006, com a EDF International S.A. ("EDFI"), um Contrato de Compra e Venda de Ações ("Contrato"), referente à aquisição de participação societária que a EDFI detém, direta e indiretamente, na LIGHT S.A., correspondente a 79,57% (setenta e nove vírgula cinqüenta e sete por cento) do capital social total da LIGHT S.A., holding que controla integralmente, entre outras empresas, a concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A., que possui 3,8 milhões de consumidores (6,4% do mercado nacional) em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro e a geradora Light Energia S.A., que detém 852 MW de capacidade instalada em usinas hidrelétricas.

De acordo com o Contrato, a RME, em agosto, pagará o valor de US\$319.810 mil pela participação da EDFI na Light S.A..

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela RME ocorrerá em agosto de 2006, tendo em vista que já ocorreu a aprovação da transferência pela ANEEL, em julho de 2006, e a aprovação pelo Governo Francês em 2 de agosto de 2006.

c) Investimentos na Infovias

Em 30 de junho de 2006, a CEMIG possuía adiantamentos para aumento de capital na Infovias, ainda não integralizados, no montante de R\$49.957 (R\$49.957 em 31 de março de 2006), classificados no saldo de investimentos.

O ágio de R\$9.510 na aquisição da Infovias é atribuível à expectativa de lucratividade futura, calculada sobre o fluxo de caixa projetado. Desta forma, o ágio está sendo amortizado de forma linear no período de janeiro de 2005 a junho de 2012. Na consolidação o valor do ágio foi transferido para o diferido.

d) Consórcios

A CEMIG participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado 30/06/2006	Consolidado 31/03/2006
Em Serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,49	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50%	2,51	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,58	171.856	171.856
Usina de Queimado	82,50%	2,45	193.599	193.599
Usina Capim Branco I	21,05%	2,51	19.061	18.066
Depreciação acumulada			(37.775)	(35.291)
Total em operação			440.920	442.409
Em Curso				
Usina de Queimado	82,50%		232	232
Usina de Funil	49,00%		8.808	8.561
Usina de Aimorés	49,00%		511.735	507.433
Usinas Capim Branco II em construção	21,05%		17.952	16.061
Total em construção			538.727	532.287
Total Consórcios			979.647	974.696

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

Em 08 de maio de 2006 foi inaugurada a Usina de Aimorés.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15) – IMOBILIZADO

	Consolidado			31/03/2006 Valor Líquido
	30/06/2006 Custo Histórico	30/06/2006 Depreciação Acumulada	30/06/2006 Valor Líquido	
Em Serviço	15.503.283	(7.122.023)	8.381.260	8.413.603
- Distribuição	7.580.094	(3.536.651)	4.043.443	4.030.378
Intangíveis	7.924	(469)	7.455	7.257
Terrenos	15.790	-	15.790	15.723
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	223.731	(104.459)	119.272	120.825
Máquinas e Equipamentos	7.286.305	(3.399.756)	3.886.549	3.870.997
Veículos	35.800	(21.670)	14.130	15.318
Móveis e Utensílios	10.544	(10.297)	247	258
- Geração	5.834.757	(2.611.824)	3.222.933	3.255.458
Intangíveis	85.359	(33.912)	51.447	52.930
Terrenos	153.888	-	153.888	153.878
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.019.057	(1.192.208)	1.826.849	1.842.429
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	705.935	(315.211)	390.724	395.251
Máquinas e Equipamentos	1.865.676	(1.065.967)	799.709	810.640
Veículos	2.171	(1.954)	217	225
Móveis e Utensílios	2.671	(2.572)	99	105
- Transmissão	1.237.886	(568.897)	668.989	676.255
Intangíveis	7.173	(1.298)	5.875	5.978
Terrenos	2.920	-	2.920	2.920
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	98.699	(47.829)	50.870	51.762
Máquinas e Equipamentos	1.128.459	(519.270)	609.189	615.480
Veículos	43	(42)	1	1
Móveis e Utensílios	592	(458)	134	114
- Administração	387.079	(256.455)	130.624	133.355
Intangíveis	84.043	(50.293)	33.750	37.401
Terrenos	1.765	-	1.765	1.766
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	56.654	(29.185)	27.469	27.685
Máquinas e Equipamentos	184.812	(122.022)	62.790	61.281
Veículos	36.755	(32.661)	4.094	4.452
Móveis e Utensílios	23.050	(22.294)	756	770
- Telecomunicações	394.559	(131.771)	262.788	264.379
Intangíveis	38.589	(14.457)	24.132	24.968
Terrenos	70	-	70	70
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	156	-	156	156
Máquinas e Equipamentos	354.649	(117.189)	237.460	238.442
Móveis e Utensílios	1.095	(125)	970	743

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado			31/03/2006
	30/06/2006	30/06/2006	30/06/2006	Valor
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Líquido
- Gás	68.908	(16.425)	52.483	53.778
Intangíveis	347	-	347	290
Terrenos	42	-	42	36
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.842	(433)	1.409	1.436
Máquinas e Equipamentos	66.344	(15.899)	50.445	51.768
Móveis e Utensílios	333	(93)	240	248
Em Curso	2.751.684	-	2.751.684	2.457.713
- Distribuição	1.183.688	-	1.183.688	967.480
- Geração	1.316.215	-	1.316.215	1.295.586
- Transmissão	110.446	-	110.446	64.322
- Administração	105.388	-	105.388	100.846
- Telecomunicações	2.631	-	2.631	3.639
- Gás	33.316	-	33.316	25.840
Total do Imobilizado	18.254.967	(7.122.023)	11.132.944	10.871.316
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão			(1.991.722)	(1.909.925)
Imobilizado Líquido			9.141.222	8.961.391

	Controladora			31/03/2006
	30/06/2006	30/06/2006	30/06/2006	Valor
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Líquido
Em Serviço	5.986	(4.026)	1.960	1.797
- Administração	5.986	(4.026)	1.960	1.797
Intangíveis	2.943	(1.866)	1.077	1.223
Máquinas e Equipamentos	2.430	(1.574)	856	545
Móveis e Utensílios	613	(586)	27	29
Em Curso	5.042	-	5.042	5.338
- Administração	5.042	-	5.042	5.338
Total do Imobilizado	11.028	(4.026)	7.002	7.135

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As Obrigações Especiais referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária. Conforme práticas contábeis e regulamentação específicas do setor elétrico brasileiro, os referidos valores não são atualizados ou sujeitos a amortização ou depreciação.

Encontra-se registrado em Imobilizações em Curso – Geração o montante de R\$1.173.479, referente à construção da usina de Irapé (R\$1.156.761 em 31 de março de 2006). Vide nota explicativa nº 32.

16) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2006	31/03/2006	30/06/2006	31/03/2006
Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	166.231	165.814	-	-
Furnas	75.271	53.885	-	-
CCEE/MAE	34.186	59.289	-	-
Repasse aos Geradores	108.478	95.718	-	-
Outros	149.370	155.673	-	-
	533.536	530.379	-	-
Materiais e Serviços	214.928	143.817	10.605	16.012
	748.464	674.196	10.605	16.012
Não Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Repasse aos Geradores	248.515	264.973	-	-
CCEE/MAE	51.966	68.966	-	-
Outros	2.778	1.938	-	-
	303.259	335.877	-	-

Parte substancial dos valores devidos a CCEE serão pagos até setembro de 2009, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano, conforme acordo descrito na nota explicativa nº 7.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2006	31/03/2006	30/06/2006	31/03/2006
Circulante				
Imposto de Renda	314.554	192.345	-	802
Contribuição Social	113.035	65.859	-	1.012
ICMS	245.095	220.865	19.802	19.805
COFINS	48.193	9.659	-	1.556
PASEP	14.117	5.098	-	-
INSS	12.470	10.458	-	547
Outros	11.845	17.841	205	-
	759.309	522.125	20.007	23.722
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	285.215	182.561	-	-
Contribuição Social	102.677	65.722	-	-
COFINS	72.959	50.252	-	-
PASEP	15.840	10.911	-	-
	476.691	309.446	-	-
	1.236.000	831.571	20.007	23.722
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	326.577	463.168	52.979	50.679
Contribuição Social	114.309	165.944	19.072	18.245
COFINS	89.405	124.876	17.486	16.931
PASEP	18.758	25.904	3.144	3.024
	549.049	779.892	92.681	88.879

As obrigações diferidas líquidas estão relacionadas aos ativos e passivos regulatórios e são devidas à medida que estes ativos e passivos são recebidos ou pagos, respectivamente.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			Total
				30/06/2006		31/03/2006	
				Circulante	Não Circulante	Total	
FINANCIADORES							
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank – N. (3)	2013	6,00	US\$	72	108.215	108.287	110.322
ABN AMRO Real S.A. (4)	2009	6,35	US\$	16.328	39.228	55.556	64.475
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	15.594	121.557	137.151	149.212
Banco do Brasil S.A. (5)	2009	3,90	JPY	1.503	73.387	74.890	72.348
Banco Paribas	2012	5,89	EURO	3.518	15.415	18.933	17.698
Banco Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	1.011	62.835	63.846	65.085
KFW	2016	4,50	EURO	1.826	17.345	19.171	19.316
UNIBANCO (6)	2009	6,50	US\$	318	155.053	155.371	158.510
UNIBANCO (7)	2009	5,50	US\$	30	4.412	4.442	4.520
UNIBANCO (8)	2009	5,00	US\$	79	18.575	18.654	18.960
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	5,00 A 12,00	US\$	60	2.911	2.971	11.950
Banco do Nordeste do Brasil	2025	12,00	US\$	28	3.693	3.721	3.814
MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO	2008	Libor + 5,45	US\$	13.705	13.319	27.024	34.238
Toshiba do Brasil S.A.	2009	Libor + 6,00	US\$	3.206	5.958	9.164	9.943
Toshiba Isolador de Disco	2007	Libor + 4,00	US\$	59	-	59	-
Banco Safra	2007	12,25	US\$	945	-	945	-
Outros	2007	Diversas	Diversas	836	416	1.252	2.989
Dívida em Moeda Estrangeira				59.118	642.319	701.437	743.380
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A. (9)	2006	100,00 do CDI	R\$	66.181	-	66.181	66.223
Banco Credit Suisse First Boston S.A. (10)	2010	106,00 do CDI	R\$	267	75.000	75.267	75.338
Banco do Brasil	2009	111,00 do CDI	R\$	13.448	118.822	132.270	127.202
Banco do Brasil	2013	CDI + 1,70	R\$	9.497	109.277	118.774	121.037
Banco do Brasil	2013	107,60 do CDI	R\$	3.281	126.000	129.281	147.541
Banco Itaú – BBA	2008	IGP-M + 10,48	R\$	700	161.199	161.899	169.981
Banco Itaú – BBA	2008	CDI + 2,00	R\$	4.938	40.000	44.938	107.918
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	28.164	300.865	329.029	335.902
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	299	3.473	3.772	3.626
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	61	54.372	54.433	56.954
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	1.848	101.316	103.164	104.445
Banco WESTLB do Brasil	2008	IGP-M + 10,48	R\$	176	40.300	40.476	43.237
BNDES	2008	SELIC + 1,00	R\$	133.294	100.602	233.896	264.069
Bradesco	2013	CDI + 1,70	R\$	22.106	377.253	399.359	424.863
Bradesco	2014	CDI + 1,70	R\$	156	1.820	1.976	1.900
Debêntures	2006	IGP-M + 12,70	R\$	538.943	-	538.943	519.414
Debêntures	2009	CDI + 1,20	R\$	40.726	349.556	390.282	375.699
Debêntures – Governo do Estado de M. G.	2030	IGP-M	R\$	-	103.714	103.714	103.596
Debêntures	2014	IGP-M + 10,50	R\$	2.007	252.291	254.298	272.498
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,5 a 8,50	R\$	15.508	85.284	100.792	104.873
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	30.737	142.723	173.460	126.760
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	3.018	2.047	5.065	7.479
Grandes Consumidores	2007	IGPM+6,00	R\$	2.169	242	2.411	-
Safra Leasing S.A.	2006	CDI + 1,05	R\$	-	-	-	950
Santander	2013	CDI + 1,70	R\$	1.488	79.673	81.161	82.172
UNIBANCO	2009	CDI + 2,98	R\$	3.340	104.095	107.435	113.153
UNIBANCO	2013	CDI + 1,70	R\$	31.615	309.285	340.900	338.823
UNIBANCO (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	1.069	73.587	74.656	85.992
HSBC Bank Brasil S.A.	2008	CDI + 2,00	R\$	7.408	59.999	67.407	-
Itaú e Bradesco (11)	2015	CDI + 1,70	R\$	96.579	867.568	964.147	927.014
Sofisa	2008	CDI + 3,66	R\$	1.996	608	2.604	-
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	5,00 A 12,00	R\$	66	11.590	11.656	2.926
Outros	2010	Diversas	R\$	19.864	17.133	36.997	41.571
Dívida em Moeda Nacional				1.080.949	4.069.694	5.150.643	5.153.156
Total Geral Consolidado				1.140.067	4.712.013	5.852.080	5.896.536

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;
libor semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano;
- (2) Empréstimo da controladora;
- (3) a (10) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 2,00% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; CDI + 2,81% a.a. e CDI + 2,65% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.; (9) variação cambial ou 60,00% do CDI, o que for maior; e, (10) variação cambial ou 48,00% do CDI, o que for maior;
- (11) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº12.

A distribuição anual da amortização das dívidas de longo prazo é a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2006	31/03/2006	30/06/2006	31/03/2006
2007	368.203	435.833	-	-
2008	530.952	526.575	-	-
2009	863.114	853.162	-	-
2010	648.238	639.944	18.397	18.397
2011	459.583	452.706	18.397	18.397
2012	550.095	540.166	18.397	18.397
De 2013 em diante	1.291.828	1.251.116	18.396	18.396
	4.712.013	4.699.502	73.587	73.587

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação no trimestre findo em 30/06/2006 %	Variação acumulada em 2006 %	Indexadores	Variação no trimestre findo em 30/06/2006 %	Variação acumulada em 2006
Dólar Norte-Americano	(0,37)	(7,54)	IGP-M	0,70	1,40
Euro	5,14	(0,03)	FINEL	0,14	0,28
Yen	0,81	(5,36)	CDI	(11,39)	(16,94)
			SELIC	(11,36)	(16,90)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de março de 2006	5.896.536	85.992
Financiamentos obtidos	58.363	-
Variação monetária e cambial	44.941	-
Encargos financeiros provisionados	162.156	3.249
Encargos financeiros pagos	(233.514)	(14.585)
Amortização de financiamentos	(76.402)	-
Saldo em 30 de junho de 2006	5.852.080	74.656

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/06/2006	31/03/2006
Reserva Global de Reversão – RGR	15.296	56.650
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	35.441	52.391
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	28.683	30.697
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.206	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.782	2.715
Eficiência Energética	142.300	127.581
Pesquisa e Desenvolvimento	43.076	40.824
Pesquisa Expansão Sistema Energético	18.051	18.423
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	27.533	33.418
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	690	4.375
	315.058	368.281
Passivo Circulante	312.209	124.072
Passivo Não Circulante	2.849	244.209

20) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes e beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

Os planos de previdência da FORLUZ são patrocinados pela CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição. As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição nos percentuais de 4,92%, 22,63% e 72,45%, respectivamente, determinados em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial consolidada com benefícios pós-emprego no montante de R\$1.368.718 em 30 de junho de 2006 (R\$1.382.434 em 31 de março de 2006) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas mencionadas e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo IPCA do IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os superávits técnicos que a FORLUZ venha a apresentar pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas conforme previsto contratualmente.

Em função do mencionado no parágrafo anterior, o superávit obtido pela FORLUZ no exercício de 2005, no montante de R\$143 milhões, foi utilizado para amortização do saldo devedor da dívida reconhecida.

Tendo em vista esta possibilidade de redução da dívida negociada com a FORLUZ, o passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Passivo Líquido em 31 de março de 2006	815.732	258.270	348.013
Despesa Reconhecida no Resultado	14.514	13.866	9.147
Contribuições Pagas	(49.989)	(6.299)	(1.258)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2006	780.257	265.837	355.902
Passivo Circulante	123.614	-	-
Passivo Não Circulante	656.643	265.837	355.902

	Controladora		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Passivo Líquido em 31 de março de 2006	39.060	12.704	15.011
Despesa Reconhecida no Resultado	697	682	467
Contribuições Pagas	(2.459)	(309)	(73)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2006	37.298	13.077	15.405
Passivo Circulante	6.082	-	-
Passivo Não Circulante	31.216	13.077	15.405

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos, se houver, não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da CEMIG.

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia constituiu provisões para perdas, como segue:

	Consolidado	
	30/06/2006	31/03/2006
Trabalhistas		
Diversos	130.269	119.965
Cíveis		
Danos Pessoais	28.478	34.806
Majoração Tarifária	124.027	120.661
Outras	47.942	30.916
	<u>200.447</u>	<u>186.383</u>
Fiscais		
FINSOCIAL	21.243	21.130
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	39.874	38.866
Outras	4.875	5.199
	<u>65.992</u>	<u>65.195</u>
Regulatórios		
Processos Administrativos da ANEEL	8.571	5.409
Total	<u>405.279</u>	<u>376.952</u>

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG nessa matéria é de R\$474.193, sendo que está provisionado o valor de R\$124.027, que representa a perda provável relacionada a essas matérias.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade. O valor total estimado dessas reclamações é de R\$162.836 em 30 de junho de 2006 (R\$149.956 em 31 de março de 2006). A CEMIG estima os valores provisionados com base na natureza dos grupos de questionamento e em decisões judiciais recentes.

(c) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R\$39.874 (R\$38.810 em 31 de março de 2006) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(d) Processos Administrativos da ANEEL

A CEMIG foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de índices de qualidade no atendimento aos consumidores e outras matérias. A CEMIG recorreu, na esfera administrativa, contra as multas impostas, sendo que as provisões em 30 de junho de 2006 representam a estimativa de perdas nestas questões.

(e) Outros

Outros passivos contingentes provisionados referem-se a questionamentos envolvendo o Governo Federal, sobre a discussão da constitucionalidade de certos tributos federais e outras reclamações, consideradas normais ao curso das operações.

(f) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG discute em juízo outras ações para as quais considera ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$289.860, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, no montante histórico de R\$26.631. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 30 de junho de 2006, de R\$248.564. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Desta forma, não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais processou a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD referente às contribuições de consumidores cujo montante, em 30 de junho de 2006 é R\$112.574. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. Considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

(iii) Atos da Agência Reguladora

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$631.010, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor de R\$516.246, a ser liquidado pela Companhia até 30 de janeiro de 2004. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 14 de novembro de 2003, o Tribunal de Contas da União iniciou um procedimento administrativo contra a ANEEL para avaliar os critérios adotados pela Agência no Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. O Tribunal de Contas solicitou a CEMIG que providenciasse certas informações com relação a suas tarifas, o que, de acordo com o Tribunal de Contas da União, foram aprovadas incorretamente pela ANEEL. A potencial perda resultante de uma dificuldade para fornecer suporte para essas tarifas é de R\$112.426. A Companhia não registrou nenhuma provisão referente a esta provisão por considerar a expectativa de perda como possível.

Adicionalmente, o Tribunal de Contas da União contestou o índice e o Fator X utilizados pela ANEEL na revisão tarifária de 2003. A CEMIG impetrou um processo administrativo antes que o Tribunal de Contas da União contestasse a decisão. Não é possível estimar até o presente momento o montante envolvido nessa questão. A Companhia acredita que a expectativa de perda nessa ação é possível.

Em 25 de janeiro de 2006 a CEMIG impetrou um processo administrativo contra a ANEEL buscando a reconsideração do Despacho 787 da ANEEL, datado de 30 de junho de 2005, que declarou nulo perante a ANEEL e a CCEE alguns contratos de fornecimento assinados entre a CEMIG e consumidores conectados em 13,8 kV. A Companhia continua a contestar esse Despacho. Esses contratos em discussão na ANEEL representam o montante de R\$14.000. A Companhia não registrou nenhuma provisão referente a esta provisão por considerar a expectativa de perda como possível.

(iv) ICMS

O Estado de Minas Gerais impetrou um processo administrativo contra a Companhia alegando que não ocorreu o recolhimento de ICMS por parte de empresas que comercializam energia através da CEMIG e que a Companhia seria co-responsável pelo pagamento do imposto, no montante aproximado de R\$3.805. A Companhia considera a expectativa de perda na ação como possível.

(v) Taxa de Ocupação do Solo

Alguns municípios do Estado de Minas Gerais impetraram ações contra a Companhia em função do pagamento da taxa de ocupação do solo. Existem alguns processos administrativos e ações judiciais relacionadas a essas matérias, no montante aproximado de R\$8.649. A Companhia considera a expectativa de perda na ação como possível.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(vi) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e o Promotor Público do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. Não é possível, até a presente data, estimar o montante envolvido nestas reclamações, sendo a expectativa de perda nesta ação como possível.

A Companhia é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente a contribuição de iluminação pública, no valor total de R\$259.455. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nesta ação é considerada possível.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

22) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Mutação do Patrimônio Líquido:

Saldo em 31 de março de 2006	7.524.582
Lucro no Trimestre	325.351
Juros sobre o Capital Próprio	(169.067)
Saldo em 30 de junho de 2006	<u>7.680.866</u>

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada, contra o acordo de acionistas celebrado em 1997 com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais anulou o referido acordo de acionista em 2003. Os recursos impetrados pela Southern estão em tramitação na Justiça Federal.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não revisado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh		R\$	
	30/06/2006	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2005
Residencial	4.984.274	4.877.730	3.310.420	3.293.423	1.670.582	1.459.696
Industrial	69.496	68.690	11.892.579	11.060.149	1.377.865	1.390.210
Comércio, Serviços e Outros	541.673	534.358	1.947.818	1.888.914	831.074	717.521
Rural	446.266	400.415	859.973	828.961	236.480	202.983
Poder Público	48.617	46.864	294.581	276.657	120.395	101.015
Iluminação Pública	2.251	2.152	523.272	506.271	131.689	117.079
Serviço Público	7.514	7.331	499.600	483.399	124.709	108.644
Sub-Total	6.100.091	5.937.540	19.328.243	18.337.774	4.492.794	4.097.148
Consumo Próprio	768	783	14.872	14.199	-	-
Subvenção para Consumidores de						
Baixa Renda	-	-	-	-	61.268	45.992
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	32.818	12.533
	6.100.859	5.938.323	19.343.115	18.351.973	4.586.880	4.155.673
Suprimento a Outras Concessionárias	43	8	4.988.424	521.584	324.108	49.562
Transações com energia na CCEE/MAE	-	-	-	-	49.995	59.200
Total	6.100.902	5.938.331	24.331.539	18.873.557	4.960.983	4.264.435

Reajuste Tarifário

As tarifas da Cemig Distribuição tiveram um aumento médio de 6,70% a partir de 8 de abril de 2006. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo com o objetivo de eliminar gradualmente, conforme nota da ANEEL, os subsídios cruzados existentes entre grupos de consumo. Exemplificando, os consumidores residenciais tiveram um percentual de aumento de 5,16% em suas contas de energia comparado a um aumento de 11,31% para os consumidores de alta tensão.

Para os consumidores livres da Cemig Geração e Transmissão e outras controladas são celebrados contratos individuais indexados principalmente à variação do IGP-M e do dólar norte-americano.

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras – “ELETROBRÁS” reembolsa as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24) – RECEITA DE USO DA REDE

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres pela Cemig Geração e Transmissão com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição pela Cemig Distribuição.

	Consolidado	
	30/06/2006	30/06/2005
TUSD	587.592	571.887
Receita de uso da Rede Básica	233.658	157.809
Outros	54.679	19.701
	875.929	749.397

25) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2006	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2005
Fornecimento de Gás	139.409	130.910	-	-
Serviço Taxado	5.388	10.269	-	-
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	60.096	36.574	-	-
Prestações de Serviços	12.496	2.622	155	-
Aluguel e Arrendamento	14.996	24.791	578	1.102
Outras	338	3.487	-	-
	232.723	208.653	733	1.102

26) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2006	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2005
ICMS	1.117.816	1.077.561	-	-
COFINS	477.922	403.009	-	-
Reserva Global de Reversão – RGR	(14.948)	51.125	-	-
PIS-PASEP	108.922	90.315	58	14
Encargo de Capacidade Emergencial	5.799	106.060	-	-
Outras	2.784	693	8	-
	1.698.295	1.728.763	66	14

A Cemig Distribuição recolhe o ICMS incidente sobre a RTE em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A redução nos valores provisionados de RGR em 2006 deve-se ao ajuste na provisão referente ao exercício de 2004, no montante de R\$65.760, em função da homologação pela ANEEL da referida despesa em um montante inferior ao estimado pela Companhia.

A partir de dezembro de 2005, em atendimento às determinações da Resolução Normativa nº 204 da ANEEL, de 22/12/2005, os encargos de capacidade emergencial não são mais cobrados. O valor da despesa em 2006, deve-se a faturamentos retroativos a 2005, período em que o referido encargo era cobrado.

27) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/06/2006	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2005
Pessoal, Administradores e Conselheiros	614.226	440.065	27.157	38.461
Participações dos Empregados nos Resultados	38.726	40.726	1.012	1.791
Obrigações Pós-Emprego	75.055	76.735	3.693	3.775
Materiais	38.302	41.924	247	185
Serviços de Terceiros	217.131	176.353	5.347	7.058
Energia Elétrica Comprada para Revenda	987.809	655.519	-	-
Depreciação e Amortização	302.812	295.389	345	269
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	55.049	78.681	-	-
(Reversão) Provisões Operacionais	79.992	15.255	20.516	(32.112)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	222.049	195.628	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	421.735	357.200	-	-
Gás Comprado para Revenda	76.399	76.355	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	151.135	146.261	-	-
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre PROINFA	47.149	14.623	15.201	14.623
15.142	-	-	-	-
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	45.276	10.260	-	-
Outras Despesas Líquidas	88.433	74.252	1.861	3.623
	3.476.420	2.695.226	75.379	37.673

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	30/06/2006	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2005
Remunerações e Encargos	426.126	391.956	15.525	22.507
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	28.208	27.004	1.645	1.762
Benefícios Assistenciais	50.158	35.396	1.621	1.138
	504.492	454.356	18.791	25.407
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(67.598)	(29.060)	(127)	-
	436.894	425.296	18.664	25.407
Indenização do anuênio	177.332	-	8.493	-
Programa de Desligamento Voluntário – PDV	-	14.769	-	13.054
	614.226	440.065	27.157	38.461

Em 27 de abril de 2006, a CEMIG apresentou proposta aos empregados de indenização em troca do direito futuro referente ao percentual de 1,00% incorporado anualmente aos salários (“anuênio”). O valor da indenização corresponde à estimativa dos anuênios futuros dos empregados até completarem 35 anos de contribuição ao INSS, descontada a uma taxa de 12,00% a.a., sendo então aplicado um redutor percentual variável estabelecido pela Companhia. A adesão dos empregados foi concluída em 30 de junho de 2006 e o pagamento da indenização, no valor de R\$177.332, será realizado no período de junho a agosto de 2006.

b) SERVIÇO DE TERCEIROS	Consolidado		Controladora	
	30/06/2006	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2005
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	44.209	40.339	-	-
Comunicação	23.731	17.972	523	277
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	35.649	28.221	21	8
Conservação e Limpeza de Prédios	13.302	12.173	27	18
Mão de Obra Contratada	16.753	8.547	2	1
Fretes e Passagens	1.650	1.146	97	78
Hospedagem e Alimentação	8.856	6.474	167	116
Vigilância	6.684	6.375	30	3
Consultoria	9.003	7.714	1.291	3.306
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	8.123	4.064	20	42
Manutenção e Conservação de Veículos	1.925	2.386	-	-
Corte e Religação	9.142	6.824	-	-
Outros	38.104	34.118	3.169	3.209
	217.131	176.353	5.347	7.058

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado		Controladora	
	30/06/2006	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2005
Energia de Itaipu Binacional	495.017	406.616	-	-
Energia de curto prazo	22.748	63.219	-	-
Contratos Iniciais	30.580	47.618	-	-
Contratos Bilaterais	67.559	-	-	-
Energia de Leilão	367.744	136.905	-	-
Outros	4.161	1.161	-	-
	987.809	655.519	-	-

d) (REVERSÕES) PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/06/2006	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2005
Prêmio de Aposentadoria	2.616	33	152	(3.318)
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	43.562	15.400	(8.937)	(28.084)
Contingências Trabalhistas	16.760	(13.425)	12.247	(13.957)
Processos Administrativos da ANEEL	2.987	(4.750)	2.987	(4.750)
Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	11.469	(3.430)	11.469	(3.430)
Cíveis – Majoração Tarifária	1.853	31.660	1.853	31.660
Outras	745	(10.233)	745	(10.233)
	79.992	15.255	20.516	(32.112)

e) EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E P&D

Conforme regulação do setor elétrico, as empresas de distribuição e geração de energia elétrica devem investir o percentual de 1,00% da sua receita líquida em programas de eficiência energética e P&D.

Dessa forma, a partir do exercício de 2005, a CEMIG provisionou os valores que deverão ser investidos futuramente.

f) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/06/2006	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2005
Arrendamentos e Aluguéis	17.810	16.400	80	40
Propaganda e Publicidade	12.326	11.715	512	589
Consumo Próprio de Energia Elétrica	6.462	4.130	-	-
Combustível para Produção de Energia Elétrica	4.722	454	-	-
Subvenções e Doações	8.172	6.504	196	280
Taxa de Fiscalização da ANEEL	16.738	11.273	-	41
Concessão Onerosa	998	683	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	4.301	1.133	41	-
Seguros	2.581	2.212	68	58
Outras Despesas	14.323	19.748	964	2.615
	88.433	74.252	1.861	3.623

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2006	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2005
RECEITAS FINANCEIRAS -				
Renda de Aplicação Financeira	99.398	56.271	16.517	21.932
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	83.784	31.091	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	41.267	215.889	41.267	215.889
Provisão para Perdas Referentes Atualização Financeira de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	(19.978)	(114.801)	(19.978)	(114.801)
Variação Monetária da CVA	37.965	62.049	-	-
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	173.775	172.139	15.201	14.623
Variação Monetária – Reajuste Tarifário Diferido	102.943	155.690	-	-
Variações Cambiais	84.386	148.088	2	1
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(29.423)	(47.491)	(15.184)	(23.923)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	3.030	921	-	-
Outras	53.658	12.789	31.696	3.685
	<u>630.805</u>	<u>692.635</u>	<u>69.521</u>	<u>117.406</u>
DESPESAS FINANCEIRAS -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(319.877)	(253.491)	(6.941)	(11.548)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(38.718)	(65.573)	-	-
Variação Monetária da CVA	(26.501)	(17.866)	-	-
Variações Cambiais	(7.122)	(13.300)	(6)	(4)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos C.P.M.F.	(12.373)	(26.678)	-	(1.205)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(34.837)	(28.197)	(8.505)	(5.395)
Outras	(82.376)	(100.745)	-	-
	<u>(63.405)</u>	<u>(70.433)</u>	<u>(31.591)</u>	<u>(12.160)</u>
Juros sobre o Capital Próprio	(585.209)	(576.283)	(47.043)	(30.312)
	<u>(169.067)</u>	<u>(283.000)</u>	<u>(169.067)</u>	<u>(283.000)</u>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>(123.471)</u>	<u>(166.648)</u>	<u>(146.589)</u>	<u>(195.906)</u>

Os encargos financeiros e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no 1º semestre de 2006, nos montantes de R\$13.132, e R\$2.386, respectivamente, foram transferidos para as rubricas de Ativo Imobilizado (R\$11.150 de encargos financeiros e R\$3.105 de variações monetárias/cambiais no 1º semestre de 2005).

29) – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2006	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2005
Ganhos na Alienação de Bens e Direitos	988	186	-	-
FORLUZ – Custeio Administrativo	(5.238)	(3.908)	(288)	(237)
Outras Despesas Líquidas	(15.721)	(15.853)	(4.518)	(4.128)
	<u>(19.971)</u>	<u>(19.575)</u>	<u>(4.806)</u>	<u>(4.365)</u>

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2006	31/03/2006	30/06/2006	31/03/2006	30/06/2006	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2005
Cemig Distribuição S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	677.251	907.541	-	-	65.811	107.000	-	-
Outros	8.937	5.506	7.974	3.637	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	250.819	402.664	-	-	83.142	137.000	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores	9.864	12.318	-	-	27.535	23.114	-	-
Tributos Compensáveis - ICMS - Circulante	11.720	20.707	245.095	220.865	(1.117.816)	(1.077.561)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado M.G.	1.619.327	1.571.143	-	-	21.289	101.088	-	-
Tributos Compensáveis - ICMS - Não Circulante	237.986	212.350	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores	40.392	42.315	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	177.089	261.473	-	-	-	-
Debêntures	-	-	103.714	103.596	-	-	(970)	(1.850)
Financiamentos - BDMG	-	-	14.627	14.861	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego - Circulante	-	-	123.614	120.427	-	-	(75.055)	(76.735)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante	-	-	1.278.382	1.301.588	-	-	-	-
Outros	-	-	12.407	29.228	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-	-	-	(28.208)	(27.004)
Custeio Administrativo	-	-	-	-	-	-	(5.238)	(277)
Outros	1.788	668	-	-	-	-	-	-

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 4, 9, 12, 17, 18, 20, 22, 23, 26, 27, 28, 29 e 33.

O saldo de consumidores e revendedores referente ao Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$50.256 em 30 de junho de 2006 a curto e longo prazo, inclui os valores a receber da COPASA, que foram renegociados para pagamento em 96 meses.

31) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CEMIG utiliza instrumentos financeiros restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos e Debêntures, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

A CEMIG mantém políticas e estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos, e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Instrumentos derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger as operações da empresa contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Em 30 de junho de 2006, a CEMIG mantinha instrumentos de troca de resultados financeiros – “swap” junto a instituições financeiras, para fazer face às oscilações que possam ocorrer na moeda nacional com relação ao dólar Norte-Americano no montante equivalente a US\$93.636 (R\$202.656) e Yen no montante equivalente a ¥3.878.825 (Yen Japonês) (US\$33.897).

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos realizados e não realizados nestas operações acumulavam perdas consolidadas, de janeiro a junho de 2006 e 2005, nos montantes de R\$79.346 e R\$99.824, respectivamente, registrados no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor de mercado é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG, os ganhos/(perdas) não realizados, registrados, e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 30 de junho de 2006:

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	30 de junho de 2006	
				Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
¥ (Yen Japonês) variação cambial + taxa (3,90% a.a.)	R\$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	Em 12/2009	¥3.878.825	(52.397)	(54.513)
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,48% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (2,00% a.a. a 3,01% a.a.)	De 10/2006 até 06/2013	US\$145.858	(146.760)	(163.687)
R\$ 100% do CDI	R\$ ou US\$ 60% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	De 10/2006 a 11/2006	(US\$22.977)	69	73
R\$ 106% do CDI	R\$ ou US\$ 48% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	Em 07/2008	(US\$29.245)	144	146
				(198.944)	(217.981)

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

32) – EVENTOS SUBSEQÜENTES

a) Usina de Irapé – Entrada em Operação Comercial

A Usina de Irapé (Hidrelétrica Presidente Juscelino Kubitschek) entrou em operação comercial em 20 de julho de 2006. A Usina de Irapé é um importante empreendimento realizado no Vale do Jequitinhonha, com capacidade instalada de 360 MW, com 3 turbinas de 120 MW cada e investimentos superiores a R\$1,2 bilhão.

b) Emissão de notas promissórias (*commercial papers*)

A Cemig Distribuição S.A. e a Cemig Geração e Transmissão S.A., emitiram em 26 de julho de 2006, R\$300 milhões e R\$900 milhões, respectivamente, em Notas Promissórias (*commercial papers*), que terão prazo de 90 dias e renderão juros correspondentes à taxa de 103% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP. As Notas Promissórias serão garantidas por aval da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e os recursos captados por meio da sua distribuição serão utilizados para recomposição de caixa referente às dívidas vencidas e liquidadas desde janeiro de 2006 e ao pagamento de dívidas vincendas no restante do ano. As Notas Promissórias poderão ser resgatadas antecipadamente pelas Emissoras, a seu exclusivo critério.

c) Venda da Way TV

Em leilão realizado no dia 27 de julho de 2006, a Way TV Belo Horizonte S.A. foi vendida à TNL PCS Participações S.A., controlada da Tele Norte Leste Participações S.A., pelo valor de R\$132 milhões com ágio de 65% sobre o preço mínimo estabelecido no edital. A oferta pública foi de 100% do capital, correspondente a 44.428.569 ações ordinárias e 27.962.449 ações preferenciais. A Way TV era controlada (65% de participação) da subsidiária integral da CEMIG, Empresa de Infovias S.A.. A concretização da operação depende de autorização da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

33) – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2006	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2005
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Período	665.077	1.041.590	665.077	1.041.590
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Depreciação e Amortização	302.812	295.389	345	269
Baixas Líquidas de Imobilizado	6.267	5.800	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(702.938)	(1.037.588)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(178.333)	(612.315)	(67.514)	(201.266)
Provisão (Reversão) de Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	47.149	-	15.201	-
Provisões (Reversão) para Perdas Operacionais	78.682	(4.337)	21.797	(48.353)
Obrigações Pós-Emprego	75.055	76.735	3.693	3.775
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	19.978	114.801	19.978	114.801
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	-	(47.064)	-	-
Impostos Federais Diferidos	95.449	(65.786)	3.453	26.359
Reajuste Tarifário Diferido	-	(591.010)	-	-
Outros	(1.380)	2.197	-	568
	<u>1.110.756</u>	<u>216.000</u>	<u>(40.908)</u>	<u>(99.845)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(305.206)	(97.427)	-	28.084
Revendedores – Transações no CCEE/MAE	125.876	15.932	-	-
Créditos Tributários Diferidos	(62.395)	18.365	(31.488)	-
Recomposição Tarifária Extraordinária	125.821	135.350	-	-
Tributos Compensáveis	(394.942)	(132.994)	(38.347)	(80.161)
Outros Ativos Circulantes	(33.425)	(18.471)	28.893	(13.187)
Despesas Antecipadas – CVA	41.237	130.997	-	-
Amortização do Contrato de Cessão de Créditos da Conta de Resultado a Compensar - CRC	-	77.141	-	77.141
Transporte de Energia	(55.275)	(265.552)	-	-
Outros Realizáveis a Longo Prazo	(27.204)	18.582	(34.438)	2.825
	<u>(585.513)</u>	<u>(118.077)</u>	<u>(75.380)</u>	<u>14.702</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(88.906)	18.158	(9.597)	(7.447)
Tributos e Contribuição Social	224.002	426.438	(10.818)	(222.861)
Salários e Contribuições Sociais	111.877	(15.435)	97	(43.895)
Encargos Regulatórios	38.387	3.965	-	(17.570)
Empréstimos e Financiamentos	59.013	(42.929)	(7.644)	(6.665)
Obrigações Pós-Emprego	(118.739)	(119.448)	(5.850)	(8.003)
Passivo Regulatório – CVA	119.804	(15.038)	-	-
Provisão para Perdas Instrumentos Financeiros	53.262	89.267	-	-
Outros	(88.403)	(48.485)	12.557	(130.642)
	<u>310.297</u>	<u>296.493</u>	<u>(21.255)</u>	<u>(437.083)</u>
CAIXA GERADO (ABSORVIDO) PELAS OPERAÇÕES	835.540	394.416	(137.543)	(522.226)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	969.380	776.413	-	73.587
Alienação de Participação no FIDC	-	-	900.000	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(134.971)	(349.645)	-	(55.273)
Dividendos Recebidos de Controladas	-	-	577.286	261.889
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(1.448.962)	(318.312)	(1.448.962)	(318.312)
	<u>(614.553)</u>	<u>108.456</u>	<u>28.324</u>	<u>(38.109)</u>
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	220.987	502.872	(109.219)	(560.335)

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2006	30/06/2005	30/06/2006	30/06/2005
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(14.901)	(32.467)	(8.841)	(62.319)
No Imobilizado	(645.601)	(419.708)	101	(192)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	101.134	24.477	-	-
No Diferido	(194)	(429)	-	-
	<u>(559.562)</u>	<u>(428.127)</u>	<u>(8.740)</u>	<u>(62.511)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>(338.575)</u>	<u>74.745</u>	<u>(117.959)</u>	<u>(622.846)</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA				
No início do exercício	1.344.135	896.223	300.510	828.786
No fim do exercício	<u>1.005.560</u>	<u>970.968</u>	<u>182.551</u>	<u>205.940</u>
	<u>(338.575)</u>	<u>74.745</u>	<u>(117.959)</u>	<u>(622.846)</u>

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

34) – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO

PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2006

DESCRIÇÃO	Cemig Holding	Cemig Geração e Transmissão	Cemig Distribuição	Outras	Eliminação de Transações entre Companhias	Consolidado
RECEITA OPERACIONAL						
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	1.063.735	3.849.122	84.254	(36.128)	4.960.983
Receita de Uso da Rede	-	285.829	587.593	2.507	-	875.929
Outras Receitas Operacionais	733	4.997	25.725	201.268	-	232.723
	733	1.354.561	4.462.440	288.029	(36.128)	6.069.635
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(66)	(240.659)	(1.399.653)	(57.917)	-	(1.698.295)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	667	1.113.902	3.062.787	230.112	(36.128)	4.371.340
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS						
Pessoal e Administradores	(27.157)	(140.070)	(435.390)	(11.609)	-	(614.226)
Participações dos Empregados	(1.012)	(9.034)	(28.483)	(197)	-	(38.726)
Obrigações Pós-Emprego	(3.693)	(17.047)	(54.315)	-	-	(75.055)
Materiais	(247)	(7.529)	(28.783)	(1.743)	-	(38.302)
Serviços de Terceiros	(5.347)	(35.110)	(156.055)	(20.619)	-	(217.131)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(1.019.937)	(4.000)	36.128	(987.809)
Depreciação e Amortização	(345)	(89.907)	(184.602)	(27.958)	-	(302.812)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(59.313)	6.107	(1.843)	-	(55.049)
Provisões Operacionais	(20.516)	(1.823)	(57.526)	(127)	-	(79.992)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	(31.210)	(190.839)	-	-	(222.049)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(108.295)	(310.149)	(3.291)	-	(421.735)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(76.399)	-	(76.399)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	(20.269)	(130.866)	-	-	(151.135)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre PROINFA	(15.201)	(25.546)	(6.402)	-	-	(47.149)
PROINFA	-	(2.368)	(12.774)	-	-	(15.142)
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	-	(9.188)	(35.801)	(287)	-	(45.276)
Outras Despesas Líquidas	(1.861)	(27.128)	(53.157)	(6.287)	-	(88.433)
	(75.379)	(583.837)	(2.698.972)	(154.360)	36.128	(3.476.420)
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	(74.712)	530.065	363.815	75.752	-	894.920
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	(146.589)	(211.387)	75.796	9.756	148.953	(123.471)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(221.301)	318.678	439.611	85.508	148.953	771.449
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(4.806)	(1.347)	(14.571)	753	-	(19.971)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, Contribuição Social	(226.107)	317.331	425.040	86.261	148.953	751.478
Imposto de Renda e Contribuição Social	19.179	(107.822)	(146.946)	(20.022)	-	(255.611)
Lucro (Prejuízo) antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	(206.928)	209.509	278.094	66.239	148.953	495.867
Reversão de Juros sobre Capital Próprio	169.067	83.142	65.811	-	(148.953)	169.067
Participações Minoritárias	-	-	-	143	-	143
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(37.861)	292.651	343.905	66.382	-	665.077

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2005

DESCRIÇÃO	Cemig Holding	Cemig Geração e Transmissão	Cemig Distribuição	Outras	Eliminação de Transações entre	
					Companhia	Consolidado
Receita Operacional Bruta	1.102	1.178.118	4.621.445	228.696	(215.866)	5.813.495
(-) Deduções a Receita Bruta	(14)	(250.146)	(1.431.419)	(47.184)	-	(1.728.763)
Receita Operacional Líquida	1.088	927.972	3.190.026	181.512	(215.866)	4.084.732
Custos e Despesas Operacionais						
Pessoal e Administradores	(38.461)	(85.497)	(308.109)	(7.998)	-	(440.065)
Participações dos Empregados	(1.791)	(8.784)	(30.102)	(49)	-	(40.726)
Obrigações Pós-Emprego	(3.775)	(17.365)	(55.595)	-	-	(76.735)
Materiais	(185)	(6.359)	(34.228)	(1.152)	-	(41.924)
Serviços de Terceiros	(7.058)	(27.273)	(128.643)	(13.379)	-	(176.353)
Energia Comprada para Revenda	-	-	(871.385)	-	215.866	(655.519)
Depreciação e Amortização	(269)	(90.939)	(179.584)	(24.597)	-	(295.389)
Royalties	-	(55.841)	(21.049)	(1.791)	-	(78.681)
Reversão (Provisão) Operacionais	32.112	(904)	(46.836)	373	-	(15.255)
Provisão para Perdas na Realização da RTE	(14.623)	-	-	-	-	(14.623)
Consumo de Combustível - CCC	-	(14.627)	(181.000)	-	-	(195.627)
Encargos de Uso da Rede	-	(52.779)	(303.606)	(815)	-	(357.200)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(76.355)	-	(76.355)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(8.184)	(138.077)	-	-	(146.261)
Outras Despesas Líquidas	(3.623)	(18.981)	(56.889)	(5.020)	-	(84.513)
	(37.673)	(387.533)	(2.355.103)	(130.783)	215.866	(2.695.226)
Receitas (Despesas) Financeiras	(195.906)	(299.501)	80.224	4.535	244.000	(166.648)
Resultado não Operacional	(4.365)	(1.773)	(13.761)	324	-	(19.575)
Lucro antes do Imposto Renda	(236.856)	239.165	901.386	55.588	244.000	1.203.283
Imposto de Renda	(31.039)	(59.892)	(226.719)	(9.566)	-	(327.216)
Contribuição Social	(11.103)	(21.588)	(81.752)	(3.577)	-	(118.020)
Reversão de Juros sobre Capital Próprio	283.000	137.000	107.000	-	(244.000)	283.000
Participações Minoritárias	-	-	-	543	-	543
Lucro após Imposto Renda	4.002	294.685	699.915	42.988	-	1.041.590

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A partir de 1º de Janeiro de 2005 a Companhia transferiu as sua operações para as empresas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A. Desta forma, a análise do desempenho das operações está apresentada no item 08.01.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2006	4 - 31/03/2006
1	Ativo Total	20.480.769	20.320.143
1.01	Ativo Circulante	6.013.791	5.614.834
1.01.01	Disponibilidades	1.005.560	1.439.876
1.01.02	Créditos	4.594.370	3.939.332
1.01.02.01	Consumidores e Revendedores	1.596.613	1.562.897
1.01.02.02	Recomposição Tarifária e Parcela "A"	294.177	279.488
1.01.02.03	Concessionária - Transporte de Energia	358.432	349.570
1.01.02.04	Tributos Compensáveis	710.298	550.316
1.01.02.05	Despesas Antecipadas - CVA	506.017	440.035
1.01.02.06	Revendedores - Transações Energia Livre	187.530	160.635
1.01.02.07	Créditos Tributários	154.680	130.251
1.01.02.08	Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	180.873	66.007
1.01.02.09	Reajuste Tarifário Diferido	605.750	400.133
1.01.03	Estoques	27.792	27.825
1.01.04	Outros	386.069	207.801
1.01.04.01	Fundos Vinculados	143.065	26.476
1.01.04.02	Outros Créditos	243.004	181.325
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.278.096	4.700.099
1.02.01	Créditos Diversos	4.258.947	4.685.515
1.02.01.01	Contas a Receber do Governo do Estado MG	1.619.327	1.571.143
1.02.01.02	Recomposição Tarifária e Parcela "A"	943.643	980.199
1.02.01.03	Despesas Antecipadas - CVA	56.411	62.032
1.02.01.04	Créditos Tributários	450.631	433.321
1.02.01.07	Revendedores - Transações Energia Livre	43.427	100.354
1.02.01.08	Tributos Compensáveis	237.986	212.350
1.02.01.09	Depósitos Vinculados a Litígios	128.611	98.998
1.02.01.10	Consumidores e Revendedores	57.274	60.732
1.02.01.11	Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	233.129	378.043
1.02.01.12	Reajuste Tarifário Diferido	488.508	788.343
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	19.149	14.584
1.03	Ativo Permanente	10.188.882	10.005.210
1.03.01	Investimentos	989.541	984.689
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	989.541	984.689
1.03.02	Imobilizado	9.141.222	8.961.391
1.03.03	Diferido	58.119	59.130

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2006	4 - 31/03/2006
2	Passivo Total	20.480.769	20.320.143
2.01	Passivo Circulante	5.421.995	4.934.348
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	558.391	629.622
2.01.02	Debêntures	581.676	567.412
2.01.03	Fornecedores	748.464	674.196
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	1.236.000	831.571
2.01.05	Dividendos a Pagar	784.355	1.118.133
2.01.06	Provisões	641.286	318.558
2.01.06.01	Salários e Contribuições Sociais	286.336	171.942
2.01.06.02	Encargos Regulatórios	312.209	124.072
2.01.06.03	Participações nos Lucros	42.741	22.544
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	871.823	794.856
2.01.08.01	Obrigações Pós-Emprego	123.614	120.427
2.01.08.02	Outras Obrigações	221.266	263.524
2.01.08.03	Passivos Regulatórios - CVA	327.999	223.766
2.01.08.04	Provisão Perdas Instrumentos Financeiros	198.944	187.139
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	7.358.248	7.841.738
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.006.452	3.995.707
2.02.02	Debêntures	705.561	703.795
2.02.03	Provisões	405.279	376.952
2.02.03.01	Provisões para Contingências	405.279	376.952
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	2.240.956	2.765.284
2.02.05.01	Obrigações Pós-Emprego	1.278.382	1.301.588
2.02.05.02	Fornecedores - Suprimento	303.259	335.877
2.02.05.03	Impostos, Taxas e Contribuições	549.049	779.892
2.02.05.04	Outras Obrigações	58.114	66.615
2.02.05.05	Passivos Regulatórios - CVA	49.303	37.103
2.02.05.06	Encargos Regulatórios	2.849	244.209
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Participações Minoritárias	19.660	19.475
2.05	Patrimônio Líquido	7.680.866	7.524.582
2.05.01	Capital Social Realizado	1.621.538	1.621.538
2.05.02	Reservas de Capital	4.059.345	4.059.345
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	1.999.983	1.843.699
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	1.999.983	1.843.699
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	17.155.730/0001-64

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2006	4 -31/03/2006
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2006
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	17.155.730/0001-64

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2006 a 30/06/2006	4 - 01/01/2006 a 30/06/2006	5 - 01/04/2005 a 30/06/2005	6 - 01/01/2005 a 30/06/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2.965.698	6.069.635	2.896.076	5.813.495
3.01.01	Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	2.421.149	4.960.983	2.304.227	4.264.435
3.01.03	Reajuste Tarifário Diferido	0	0	7.952	591.010
3.01.04	Receita de Uso da Rede	426.336	875.929	482.009	749.397
3.01.05	Outras Receitas Operacionais	118.213	232.723	101.888	208.653
3.02	Deduções da Receita Bruta	(837.755)	(1.698.295)	(939.909)	(1.728.763)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.127.943	4.371.340	1.956.167	4.084.732
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.642.068)	(3.242.211)	(1.246.861)	(2.534.100)
3.04.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	(442.569)	(987.809)	(270.073)	(655.519)
3.04.02	Encargos Uso da Rede Básica Transmissão	(172.269)	(421.735)	(163.539)	(357.200)
3.04.03	Gás Comprado para Revenda	(37.445)	(76.399)	(39.721)	(76.355)
3.04.04	Pessoal e Administradores	(382.909)	(602.916)	(212.977)	(419.404)
3.04.05	Obrigações Pós-Emprego	(35.649)	(69.992)	(22.670)	(73.687)
3.04.06	Materiais	(19.084)	(39.370)	(20.550)	(37.080)
3.04.08	Serviços de Terceiros	(84.043)	(172.898)	(82.727)	(140.584)
3.04.09	Depreciação e Amortização	(130.184)	(279.808)	(138.854)	(274.698)
3.04.10	Reversão (Provisões) Operacionais	(3.373)	(7.797)	3.255	3.337
3.04.11	Comp Financ pela Utilização Rec Hídricos	(33.126)	(55.049)	(39.217)	(78.681)
3.04.12	Quota para Conta Consumo de Combustível	(125.730)	(222.049)	(116.553)	(195.628)
3.04.13	Conta de Desenvolvimento Energético CDE	(117.090)	(151.135)	(81.378)	(146.261)
3.04.14	Provisão para perdas RTE	(35.884)	(47.149)	(7.779)	(14.623)
3.04.15	Proinfa	(15.142)	(15.142)	0	0
3.04.16	Eficiência Energética e Pesquisa Desenv.	(45.276)	(45.276)	(10.260)	(10.260)
3.04.18	Outros	37.705	(47.687)	(43.818)	(57.457)
3.05	Resultado Bruto	485.875	1.129.129	709.306	1.550.632

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2006
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2006 a 30/06/2006	4 - 01/01/2006 a 30/06/2006	5 - 01/04/2005 a 30/06/2005	6 - 01/01/2005 a 30/06/2005
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(249.240)	(357.680)	(359.776)	(327.774)
3.06.01	Com Vendas	(19.573)	(63.506)	(9.710)	(53.756)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(75.499)	(111.225)	(13.717)	(63.494)
3.06.03	Financeiras	(107.840)	(123.471)	(316.213)	(166.648)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	320.469	630.805	335.895	692.635
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(428.309)	(754.276)	(652.108)	(859.283)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(46.334)	(59.478)	(20.136)	(43.876)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	236.635	771.449	349.530	1.222.858
3.08	Resultado Não Operacional	(7.906)	(19.971)	(12.111)	(19.575)
3.08.01	Receitas	1.461	1.742	324	324
3.08.02	Despesas	(9.367)	(21.713)	(12.435)	(19.899)
3.08.02.02	Outras	(9.367)	(21.713)	(12.435)	(19.899)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	228.729	751.478	337.419	1.203.283
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(72.586)	(255.611)	(133.865)	(445.236)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	169.067	169.067	283.000	283.000
3.14	Participações Minoritárias	143	143	314	543
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	325.351	665.077	486.868	1.041.590

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2006
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2006 a 30/06/2006	4 - 01/01/2006 a 30/06/2006	5 - 01/04/2005 a 30/06/2005	6 - 01/01/2005 a 30/06/2005
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	162.084.691	162.084.691	162.084.691	162.084.691
	LUCRO POR AÇÃO	0,00201	0,00410	0,00300	0,00643
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

**ANÁLISE DO RESULTADO CONSOLIDADO NO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2006
EM COMPARAÇÃO AO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2005.**

Valores em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma.

Lucro do Período

A CEMIG apresentou, no período de janeiro a junho de 2006, um lucro líquido de R\$665.077, em comparação ao lucro líquido consolidado de R\$1.041.590 no período de janeiro a junho de 2005, uma redução de 36,15%.

A redução do lucro líquido em junho de 2006, comparado a junho de 2005, deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- Reconhecimento da receita com reajuste tarifário diferido no montante de R\$591.010 no primeiro semestre de 2005.
- Aumento nas despesas operacionais no primeiro semestre de 2006 comparado ao mesmo período de 2005. O aumento deve-se principalmente:
 - à transferência para o resultado do montante de R\$93.265 referente a CVA de encargos de uso da rede de transmissão, conforme descrito no item "Custos e Despesas Operacionais";
 - ao aumento nas despesas com pessoal, principalmente em função da provisão para indenização aos empregados pelos anuênios futuros, adquiridos pela CEMIG no montante aproximado de R\$177.333.

Vide maiores comentários no item de custos e despesas operacionais.

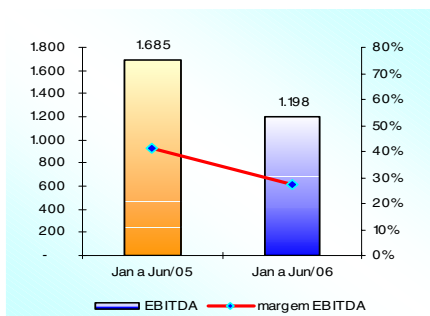
Como efeitos positivos no resultado do semestre destacamos a reversão da despesa com RGR, retroativa a 2004, no montante de R\$65.760 em função da homologação pela ANEEL da referida despesa em um montante inferior ao estimado pela Companhia. Vide maiores informações na nota explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

EBITDA

O EBITDA da CEMIG no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$1.197.732 comparados a R\$1.684.895 no mesmo período do ano anterior, uma redução de 28,91%.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



A redução do EBITDA deve-se, à receita extraordinária registrada no 1º semestre de 2005 no valor de R\$591.010. Se excluirmos o efeito desta receita extraordinária o EBITDA não apresenta variação significativa entre os períodos comparados. A margem do EBITDA foi de 27,40% em junho de 2006 comparada a 41,25% em junho de 2005.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$4.960.983 no período de janeiro a junho de 2006 em comparação a R\$4.264.435 no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 16,33%.

Este resultado decorreu basicamente dos seguintes fatores:

- Reajuste médio nas tarifas de 23,88% a partir de 8 de abril de 2005 (efeito integral no resultado do exercício de 2006);
- Reajuste médio nas tarifas de 6,70% a partir de 8 de abril de 2006;
- Aumento de 5,40% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio), conforme demonstrado abaixo:

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh)

Consumo por Classe	MWh		
	jun/06	jun/05	Var %
Residencial	3.310.420	3.293.423	0,52
Industrial	11.892.579	11.060.149	7,53
Comércio, Serviços e Outros	1.947.818	1.888.914	3,12
Rural	859.973	828.961	3,74
Poder Público	294.581	276.657	6,48
Iluminação Pública	523.272	506.271	3,36
Serviço Público	499.600	483.399	3,35
Total	19.328.243	18.337.774	5,40

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Ocorreu um ajuste de R\$87.991 no fornecimento não faturado registrado no 1º trimestre de 2006 em função da reavaliação do cálculo da receita registrada no trimestre mencionado. Foi necessária uma reclassificação nos valores apurados automaticamente através do sistema de informação da Companhia, sendo providenciados os ajustes no 2º trimestre de 2006. Adicionalmente, foram reavaliados os procedimentos de cálculo do fornecimento não faturado, com a revisão pela auditoria interna dos controles internos respectivos.

Receita com suprimento

O volume de energia vendida a outras concessionárias foi de 4.988.424 MWh no período de janeiro a junho de 2006 comparados a 521.584 MWh no período de janeiro a junho de 2005, correspondentes a R\$324.108 e R\$49.562, respectivamente. Este aumento expressivo decorre basicamente da venda da energia da Cemig Geração e Transmissão para outras distribuidoras em 2006 em decorrência do leilão de energia ocorrido no ano anterior. Em 2005, parcela substancial da venda de energia da Cemig Geração e Transmissão foi para a Cemig Distribuição e, dessa forma, na apresentação da demonstração de resultado consolidada das empresas, eram eliminadas as operações entre companhias.

Reajuste Tarifário Diferido

Em abril de 2005 foi divulgado, de forma retroativa a abril de 2003, o resultado da revisão tarifária periódica da CEMIG, implicando em um direito de recomposição nas tarifas de 44,41%.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003 foi de 31,53%. Para compensar a CEMIG pela receita a menor faturada de abril de 2003 a abril de 2005, a ANEEL está incluindo nos reajustes tarifários de 2004 a 2007 um percentual adicional.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a CEMIG tinha direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores de 2003 a 2005 foi reconhecida como um ativo regulatório em contrapartida ao resultado do exercício de 2005, no montante de R\$591.010.

Receita de uso da rede

A Receita de uso da rede apresentou um crescimento de 16,88%, no montante de R\$126.532 (R\$875.929 em 2006 em comparação a R\$749.397 em 2005).

Este crescimento decorre basicamente da maior utilização pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, das instalações componentes da rede básica de transmissão da CEMIG em 2006. Os valores são definidos através de Resolução ANEEL sendo R\$223.658 em 2006 comparados a R\$157.809 em 2005.

Compõe ainda o saldo desta rubrica a receita de Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da Cemig Distribuição, no montante de R\$587.592 (R\$571.887 em 2005), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida pela Cemig Geração e Transmissão.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) no período de janeiro a junho de 2006 foram de R\$3.476.420 comparados a R\$2.695.226 no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 28,98%. Este resultado decorre principalmente da variação dos custos não controláveis, das provisões operacionais e das despesas com pessoal em decorrência da provisão da indenização dos anuênios futuros dos empregados feita em junho de 2006, no montante de R\$177.333. Vide maiores informações na nota explicativa nº 27 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados "CVA") utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário da Cemig Distribuição e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subsequentes, sendo registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo como despesas antecipadas. Vide maiores informações na nota explicativa nº 8 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS CONSOLIDADAS

	30/06/2006			30/06/2005	
	Despesa operacional sem os efeitos da CVA	Valores de CVA transferidos para o resultado do período (*)	Valores de CVA excluídos do resultado do período (**)	Despesa efetiva reconhecida no resultado do período	Despesa efetiva reconhecida no resultado do período
Pessoal, Administradores e Conselheiros	614.226	-	-	614.226	440.065
Participações dos Empregados	38.726	-	-	38.726	40.726
Obrigações Pós-Emprego	75.055	-	-	75.055	76.735
Materiais	38.302	-	-	38.302	41.924
Serviços de Terceiros	217.131	-	-	217.131	176.353
Energia Elétrica Comprada para Revenda	852.159	165.053	(29.403)	987.809	655.519
Depreciação e Amortização	302.812	-	-	302.812	295.389
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	61.156	(6.107)	-	55.049	78.681
Provisões Operacionais	79.992	-	-	79.992	15.255
Conta de Consumo de Combustível – CCC	277.853	(26.276)	(29.528)	222.049	195.628
Encargos de Uso da Rede de Transmissão	307.857	5.678	108.200	421.735	357.200
Gás Comprado para Revenda	76.399	-	-	76.399	76.355
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	165.780	(7.349)	(7.296)	151.135	146.261
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da RTE	47.149	-	-	47.149	14.623
PROINFA	24.726	2.465	(12.049)	15.142	-
Gastos com Eficiência Energética	45.276	-	-	45.276	10.260
Outras Despesas Operacionais	88.433	-	-	88.433	74.252
Total	3.313.032	133.464	29.924	3.476.420	2.695.226

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- (*) Referem-se aos custos não controláveis que compõem a CVA que foram transferidos para o resultado em função das suas inclusões no cálculo do reajuste tarifário da CEMIG.
(**) Referem-se as variações dos custos não controláveis que compõem a CVA e que não foram incluídos no cálculo do reajuste tarifário da CEMIG, sendo então excluídas do resultado.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$614.226 comparados a R\$440.065 no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 39,58%. Este resultado decorre principalmente da provisão para indenização dos anuênios futuros dos empregados, conforme comentado anteriormente, compensado parcialmente pela maior transferência de gastos com pessoal para obras em andamento (R\$67.598 em junho de 2006 comparados a R\$29.060 em 2005).

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$987.809 comparados a R\$655.519 no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 50,69%. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Adicionalmente, deve ser ressaltado que, em 2005, parcela substancial da energia comprada para revenda pela Cemig Distribuição foi oriunda da Cemig Geração e transmissão e, desta forma, na apresentação da demonstração de resultado consolidada das empresas, foram eliminadas as operações entre companhias. Vide maiores informações na nota explicativa nº 27 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização não apresentou variação relevante na comparação entre os períodos, R\$302.812 de janeiro a junho de 2006 comparados a R\$295.389 de janeiro a junho de 2005, um aumento de 2,51%.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$75.055 comparados a R\$76.735 no período de janeiro a junho de 2005, uma redução de 2,19%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução na despesa decorre do maior crescimento dos ativos em relação as obrigações.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais no período de janeiro a junho de 2006 foram de R\$79.992 comparados a R\$15.255 no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 424,37%. As principais provisões registradas em 2006 decorrem de créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$43.562, contingências trabalhistas no valor de R\$16.760 e contingências jurídicas – ações cíveis no valor de R\$11.469.

Vide maiores informações na nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras consolidadas.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A despesa com CCC no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$222.049 comparados a R\$195.628 no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 13,51%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$421.735 comparados a R\$357.200 no período de janeiro a junho de 2005, uma variação de 18,07%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Em função de uma nova interpretação da ANEEL com relação aos critérios de constituição da CVA referente aos encargos de uso da rede de transmissão integrantes da rede básica, a CEMIG reverteu, no 1º semestre de 2006, parcela da CVA constituída em 2005, no montante de R\$93.265, o que contribuiu para aumentar o valor da despesa no semestre corrente.

Gás Comprado para Revenda

O custo com compra de gás para revenda não apresentou variação expressiva entre os períodos comparados, R\$76.399 no período de janeiro a junho de 2006 comparados a R\$76.355 no período de janeiro a junho de 2005.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A despesa com CDE no período de janeiro a junho de 2006 foi de R\$151.135 comparados a R\$146.261 no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 3,33%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

O PROINFA, instituído pelo Decreto nº 5.025 de 30 de março de 2004, tem como objetivo aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de Produtores Independentes Autônomos, concebidos com base em fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Interligado Nacional.

Os valores são recolhidos pelas concessionárias de transmissão e de distribuição à ELETROBRÁS, administradora da Conta PROINFA, de acordo com cálculos efetuados pela mesma.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A CEMIG registrou no período de janeiro a junho de 2006, uma despesa com PROINFA no montante R\$15.142. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

Os gastos com eficiência energética no período de janeiro a junho de 2006 foram de R\$45.276 comparados a R\$10.260 no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 341,29%. Este aumento decorre, principalmente, dos novos critérios adotados a partir de 2006 para reconhecimento dessas despesas. A partir deste exercício, a Companhia provisiona 1,00% de sua receita líquida para aplicação em programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento.

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais no período de janeiro a junho de 2006 foram de R\$88.433 comparados a R\$74.252 no período de janeiro a junho de 2005, um aumento de 19,09%. Vide a composição das outras despesas operacionais na nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras consolidadas.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro de janeiro a junho de 2006 foi uma despesa financeira líquida de R\$123.471 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$166.648 de janeiro a junho de 2005. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Receita com atualização monetária e juros incidentes sobre as contas a receber do Estado de Minas Gerais, líquidas da provisão para perda, no montante de R\$41.267 de janeiro a junho de 2006, comparada a R\$215.889 de janeiro a junho de 2005, uma redução de 80,89%. Com a transferência do saldo da CRC para um Fundo de Direitos Creditórios - FDIC, esta receita não mais terá registros no exercício de 2006, devendo ainda ser considerado que a receita a ser registrada no FIDC será expressivamente inferior em função dos critérios específicos de atualização. Vide maiores informações na nota explicativa nº 12 das demonstrações financeiras consolidadas.
- Crescimento de R\$52.693 na receita com acréscimo moratório em conta de energia elétrica, R\$83.784 no período de janeiro a junho de 2006 em comparação a R\$31.091 no período de janeiro a junho de 2005. Esta variação decorre da receita registrada no segundo trimestre de 2006, no montante de R\$48.287, referente a baixa de contas recebidas de grandes consumidores industriais relacionadas a anos anteriores, cujo valor de principal era consideravelmente inferior ao montante acrescido referente aos encargos financeiros.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- ❑ Receita com variação monetária e juros incidentes sobre o Reajuste Tarifário Diferido no montante de R\$102.943 comparado a R\$155.690 de janeiro a junho de 2005. No exercício anterior a CEMIG registrou uma maior receita em função da divulgação do resultado definitivo da revisão tarifária da CEMIG, o que implicou no registro de um ativo regulatório denominado "Reajuste Tarifário Diferido" e na atualização desse ativo de forma retroativa ao ano de 2003, o que gerou a expressiva receita financeira registrada em 2005. Vide maiores informações na nota explicativa nº 11 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.
- ❑ Aumento de 26,19% dos encargos com empréstimos e financiamentos no país em função dos critérios de rolagem da dívida da Companhia, com a substituição de vários contratos de dívida em moeda estrangeira para moeda nacional, a partir do segundo semestre de 2005.
- ❑ Ganhos líquidos com variações cambiais no período de janeiro a junho de 2006, no montante de R\$77.264 em comparação a ganhos líquidos de R\$134.788 no período de janeiro a junho de 2005, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. No período de janeiro a junho de 2006, o real apresentou uma valorização de 7,54% frente ao dólar norte-americano em comparação a uma valorização de 11,45% no mesmo período de 2005.
- ❑ Perda líquida com instrumentos derivativos utilizados em operações de hedge, no período de janeiro a junho de 2006, no montante de R\$79.346 comparada a uma perda líquida de R\$99.824 no período de janeiro a junho de 2005. Esta variação deve-se à valorização do Real frente ao dólar norte-americano, mencionado no item anterior.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 28 das demonstrações financeiras consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no período de janeiro a junho de 2006, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$255.611 em relação ao lucro de R\$751.478, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 34,01%. No período de janeiro a junho de 2005, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$445.236 em relação ao lucro de R\$1.203.283, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 37,00%. Em 2005, havia uma parcela significativa de despesa decorrente da provisão para perdas das contas a receber do Estado de Minas Gerais – CRC que era considerada permanentemente indedutível. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10 das demonstrações financeiras consolidadas.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Informações não revisadas pelos Auditores Independentes

Relações com Investidores

Adotamos uma política de total transparência em nosso relacionamento com o mercado de capitais. Nosso principal meio de divulgação das informações é a nossa página na internet, nela divulgamos todas as informações e fatos relevantes da Empresa, em português, inglês e espanhol.

Participamos de seminários e encontros com investidores, congressos no Brasil e no exterior, road shows além de um grande número de reuniões, conference-calls, áudio webcast e vídeo webcast com analistas e investidores. Realizamos, anualmente, um encontro anual com o Mercado de Capitais juntamente com a Apimec.

Governança Corporativa

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa por meio de um equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos. Dessa forma, nosso foco é a criação de valor para o acionista no longo prazo.

Nossa Empresa possui uma estrutura de comitês que garante a tomada de decisões estratégicas a partir de critérios técnicos. A recente estruturação do processo de gerenciamento de riscos e a constituição de um Comitê de Gerenciamento do Risco Corporativo têm o objetivo de reduzir o risco de nosso negócio, diminuindo assim nosso custo de capital.

Adotamos um sistema de rodízio de nossos auditores independentes com periodicidade de cinco anos e não contratamos, com eles, serviços de consultoria.

Em dezembro divulgamos nossa Declaração de Princípios Éticos e o Código de Conduta Profissional. A declaração e o código traduzem a nossa cultura e se alinham com a forma como conduzimos nossos negócios, frente aos desafios de um mercado cada vez mais exigente e competitivo.

Em 2001, aderimos ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, garantindo aos nossos acionistas as melhores práticas de relacionamento com os investidores. Nesse sentido, nossa empresa também está sujeita ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque).

O acordo de acionistas assinado entre Minas Gerais e a Southern Electric Brasil – SEB, em 1997, encontra-se anulado judicialmente. Os recursos impetrados pela SEB estão em tramitação na justiça federal.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Desde 2002, adotamos uma Política de Divulgação e Uso de Informações, aprovada pelo Conselho de Administração e aplicável a todos os administradores, acionistas controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas e consultivas com o objetivo de coibir o uso de informações privilegiadas conforme estabelecido na Instrução 358 da CVM. Divulgamos nossos resultados em BRGAPP e USGAPP.

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração é composto por 14 membros, sendo oito eleitos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, cinco pela Southern Electric Brasil e um pelos acionistas preferencialistas. Onze de seus membros têm características de conselheiro independente e apenas um dos conselheiros pertence à Diretoria Executiva. Eles têm qualificação em diversas disciplinas: política, economia, negócios, contabilidade, eletricidade e pesquisa e desenvolvimento, observando, assim, a boa prática de trazer para o Conselho uma ampla diversidade de competências e experiências.

O mandato dos conselheiros é de 3 anos sendo que o atual expira em abril de 2009.

Uma relação com os nomes de seus membros está disponível em nossa página da internet: www.cemig.com.br item Institucional, subitem Diretoria e Conselhos.

Comitê de Auditoria

O Conselho Fiscal se enquadra nos procedimentos especificados pela Lei Sarbanes-Oxley Act de 2002 no que se refere à atuação como Comitê de Auditoria.

Diretoria Executiva

Nossa Diretoria Executiva é composta por seis membros, eleitos pelo Conselho de Administração com um mandato de três anos. O mandato atual expira em abril de 2009. Sua principal responsabilidade é a gestão dos negócios da empresa, obedecendo ao Plano Estratégico Plurianual. Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social.

Uma relação com os nomes e currículos resumidos de seus membros está disponível em nossa página da internet: www.cemig.com.br item Institucional, subitem- Diretoria e Conselhos.

Conselho Fiscal

Temos um Conselho Fiscal permanente e estatutário cuja principal responsabilidade é analisar as demonstrações financeiras e manifestar-se aos acionistas a respeito das mesmas. O mandato atual expira em abril de 2007.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Uma relação com os nomes de seus membros está disponível em nossa página da internet: www.cemig.com.br item Institucional, subitem Diretoria e Conselhos.

Procedimentos e Controles Internos

Estamos aperfeiçoando nossos procedimentos e controles internos para prover informações precisas para a tomada de decisão de administradores e de acionistas. A implementação de sistemas de informações gerenciais computadorizados, construídos dentro das técnicas mais modernas, permite a certificação por nossos executivos da precisão e qualidade das informações divulgadas. Estamos atualizando os dois principais sistemas, em especial aquele dedicado a contabilizar as transações financeiras, envolvendo diversas áreas tais como compras de materiais, equipamentos e serviços, relações humanas, contabilidade e orçamento.

Ética

O Conselho de Administração da CEMIG aprovou a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional com os objetivos de aprimorar o sistema interno de governança corporativa e incrementar a transparência.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG está consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Ela está disponível em nossa página da internet: ri.cemig.com.br.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

INDICADORES FINANCEIROS (Dados Consolidados)

- PATRIMONIAIS

Itens	Unidade	Jun/06	Mar/06	Jun/05
Valor Patrimonial da ação (lote mil ações)		47,37	46,40	49,42
Valor de Mercado da ação (lote mil ações)	ON PN	81,58 91,82	79,75 98,75	59,80 74,40

- LIQUIDEZ (excluindo-se as obrigações especiais)

Itens	Unidade	Jun/06	Mar/06	Jun/05
Liquidez Corrente	índice	1,11	1,14	1,28
Liquidez Geral	índice	0,81	0,81	0,87

- ENDIVIDAMENTO (excluindo-se as obrigações especiais)

Itens	Unidade	Jun/06	Mar/06	Jun/05
Ativo Total	%	62,40	62,87	56,14
Patrimônio Líquido	%	166,39	169,79	128,32
Ativo Permanente	%	139,81	142,57	123,16

- RENTABILIDADE (excluindo-se as obrigações especiais)

Itens	Unidade	Jun/06	Mar/06	Jun/05
Patrimônio Líquido	%	9,48	4,73	14,95
Imobilizado	%	7,28	3,79	12,48
Margem Operacional	%	20,47	24,54	34,02
Margem Líquida	%	15,21	15,14	25,50

INDICADORES OPERACIONAIS

	Jun/06	Jun/05
Capacidade Instalada (em MW)	6.583	5.842

- EFICIÊNCIA

Itens	Unidade	Jun/06	Jun/05
MWh (*) / Empregado	MWh	2.318	1.762
Consumidores / Empregados	Nº	581	572

(*) Excluindo energia de curto prazo

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

- QUALIDADE DE ATENDIMENTO

Itens	Unidade	Jun/06	Jun/05
Tempo Médio de Atendimento a Interrupções	horas	5,12	5,11
Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor	horas	6,45	5,87
Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor	Nº	3,19	3,18

TARIFA MÉDIA
(R\$ / MWh)

Descrição	Incluindo ICMS	
	Jun/06	Jun/05
Industrial	115,86	125,70
Residencial	504,64	443,22
Comercial	426,67	379,86
Rural	274,99	244,86
Outros	286,00	258,02
Consumidores Finais	232,45	223,43

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30.06.2006

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL DE AÇÕES	
		%		%		%
Estado de Minas Gerais	36.116.304.884	50,96	102	0,00	36.116.304.986	22,27
Outras Entidades do Estado	9.552.515	0,01	2.392.006.468	2,62	2.401.558.983	1,47
Total						
Controlador Southern Electric Brasil Part. Ltda.	36.125.857.399	50,97	2.392.006.570	2,62	38.517.863.969	23,75
	23.362.956.173	32,96	-	-	23.362.956.173	14,41

QUOTISTAS DA SOUTHERN ELECTRIC BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. EM 30.06.2006

Item	Nome	Quantidade de Quotas	%
1	Cayman Energy Traders	321.480.876	91,75
2	524 Participações S/A	28.913.419	8,25

1 – Companhia estrangeira
 2 – Companhia aberta, sendo que o Fundo Opportunity Alfa FIA detém 99,99% do seu capital.

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

ações do controlador, administradores e membros do conselho fiscal

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	30.06.2006		30.06.2005	
	ON	PN	ON	PN
CONTROLADOR	36.125.857.399	2.392.006.570	36.136.957.399	2.771.169.109
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Wilson Nélio Brumer	-	1	-	1
Djalma Bastos de Moraes	-	13.400	-	13.400
Francelino Pereira dos Santos	-	1	-	1
Antônio Adriano Silva	-	1	-	1
Nilo Barroso Neto	-	1	-	1
Haroldo Guimarães Brasil	1.000	-	1.000	-
Carlos Augusto Leite Brandão	1.950	-	1.950	-
Andréa Paula Fernandes Pansa	1.950	-	1.950	-
Antônio Luiz Barros de Salles	-	-	1.950	-
Evandro Veiga Negrão de Lima	1.924.241	-	1.924.241	-
José Luiz Alquéres	-	-	-	1
Wilton de Medeiros Daher	2	-	-	-
Aécio Ferreira da Cunha	5.866	1.461	5.866	1.461
José Augusto Pimentel Pessoa	1.950	-	1.950	-
Maria Estela Kubitscheck Lopes	-	1	-	1
Alexandre Heringer Lisboa	-	1	-	1
Fernando Lage de Melo	-	1	-	1
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos	-	290	-	290
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	-	1	-	1
Francisco Sales Dias Horta	-	-	-	1
Lauro Sérgio Vasconcelos David	1	-	-	-
Guilherme Horta Gonçalves Junior	-	1	-	1
Antônio Renato do Nascimento	1	-	1	-
Fernando Teixeira Mendes Filho	-	-	1.950	-
Eduardo Leite Hoffmann	1	-	-	-
Rodrigo Bhering Andrade	-	-	1	-
Maria Amália Delfim de Melo Coutrim	-	1	-	-
Andréa Leandro Silva	1.950	-	1.950	-
Luiz Aníbal de Lima Fernandes	8	-	-	-
Eduardo Lery Vieira	-	1	-	1
Eduardo Castilho de Vasconcelos Costa	1	-	-	-
Luiz Henrique de Castro Carvalho	-	1	-	1
Franklin Moreira Gonçalves	-	1	-	1

00245-3 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS 17.155.730/0001-64

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	30.06.2006		30.06.2005	
	ON	PN	ON	PN
DIRETORIA EXECUTIVA				
Djalma Bastos de Moraes	-	13.400	-	13.400
Francisco Sales Dias Horta	-	-	-	1
Celso Ferreira	1	-	1	-
Flávio Decat de Moura	-	1	-	1
Heleni de Mello Fonseca	1	-	1	-
Elmar de Oliveira Santana	1	-	1	-
José Maria de Macedo	-	112.962	-	112.962
CONSELHO FISCAL				
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	-	-	-	-
Luiz Guarita Neto	-	-	-	-
Luiz Otávio Nunes West	-	-	-	-
Ari Barcelos da Silva	-	-	-	-
Thales de Souza Ramos Filho	-	-	-	-
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho	-	-	-	-
Ronald Gastão Andrade Reis	-	-	-	-
Augusto Cezar Calazans Lopes	-	-	-	-
Carlos Volpe de Paiva	-	1.692	-	-
Aliomar Silva Lima	-	-	-	-

**AÇÕES EM CIRCULAÇÃO
 (EXCLUÍDAS AS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS)**

DATA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
30.06.2006	34.746.371.600	49,03	88.818.386.310	97,30	123.564.757.910	76,20
30.06.2005	34.737.210.524	49,01	88.439.353.590	96,89	123.176.564.114	75,96

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOL

Informações Anuais - IAN da Emissora relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2005
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 999999	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A	3 - CNPJ 06981180000116
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A		
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR		
6 - NIRE 3130002056-8		
7 - SITE www.cemig.com.br		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Avenida Barbacena 1.200 - 17º andar				2 - BAIRRO OU DISTRITO Santo Agostinho	
3 - CEP 30190-131		4 - MUNICÍPIO Belo Horizonte			5 - UF MG
6 - DDD 031	7 - TELEFONE 3299-4900	8 - TELEFONE 3299-3815	9 - TELEFONE 3299-4524	10 - TELEX 311124	
11 - DDD 031	12 - FAX 3299-3934	13 - FAX -	14 - FAX -		
15 - E-MAIL mail@cemig.com.br					

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME Luiz Fernando Rolla					
2 - CARGO Super. de Relações com Investidores					
3 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Barbacena 1200				4 - BAIRRO OU DISTRITO Santo Agostinho	
5 - CEP 30190-131		6 - MUNICÍPIO Belo Horizonte			7 - UF MG
8 - DDD 031	9 - TELEFONE 3299-3930	10 - TELEFONE 3299-4015	11 - TELEFONE 3299-4524	12 - TELEX	
13 - DDD 031	14 - FAX 3299-3934	15 - FAX -	16 - FAX -		
17 - E-MAIL ri@cemig.com.br					

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME					
19 - CONTATO					
20 - ENDEREÇO COMPLETO				21 - BAIRRO OU DISTRITO	
22 - CEP -		23 - MUNICÍPIO			24 - UF
25 - DDD	26 - TELEFONE -	27 - TELEFONE -	28 - TELEFONE -	29 - TELEX	
30 - DDD	31 - FAX -	32 - FAX -	33 - FAX -		
34 - E-MAIL					

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2005
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	--	--------------------------------

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37 - UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01				-	-
02				-	-
03				-	-
04				-	-

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Flávio Decat de Moura					
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Barbacena 1200				3 - BAIRRO OU DISTRITO Santo Agostinho	
4 - CEP 30190-131		5 - MUNICÍPIO Belo Horizonte			6 - UF MG
7 - DDD 031	8 - TELEFONE 3299-4903	9 - TELEFONE 3299-3818	10 - TELEFONE 3299-4810	11 - TELEX 311124	
12 - DDD 031	13 - FAX 3299-4691	14 - FAX 3299-3933	15 - FAX 3299-3864		
16 - E-MAIL flaviodecat@cemig.com.br					
17 - DIRETOR BRASILEIRO SIM	18 - CPF 060.681.116-87	19 - PASSAPORTE CO 231735			

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 01/01/2005		2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 31/12/2005	
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 01/01/2006		4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 31/12/2006	
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu			6 - CÓDIGO CVM 00385-9
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Gilberto Grandolpho			8 - CPF DO RESP. TÉCNICO 007.585.878-99

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO					
<input type="checkbox"/> BVBAAL	<input type="checkbox"/> BVMESB	<input type="checkbox"/> BVPR	<input type="checkbox"/> BVRJ	<input type="checkbox"/> BVST	
<input type="checkbox"/> BVES	<input type="checkbox"/> BVPP	<input type="checkbox"/> BVRG	<input type="checkbox"/> BOVESPA		
2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO Balcão não Organizado					
3 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional					
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE 1120 - Energia Elétrica					
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Concessionária de Distribuição de Energia Elétrica				6 - AÇÕES PREF. COM CLASSES NÃO	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS **Data-Base - 31/12/2005**
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	--	--------------------------------

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estatal	
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.	
<input checked="" type="checkbox"/> Ações	<input type="checkbox"/> Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
<input type="checkbox"/> Debêntures Conversíveis em Ações	<input type="checkbox"/> Notas Promissórias (NP)
<input type="checkbox"/> Ações Resgatáveis	<input type="checkbox"/> BDR
<input type="checkbox"/> Partes Beneficiárias	<input type="checkbox"/> Outros DESCRIÇÃO
<input type="checkbox"/> Debêntures Simples	
<input type="checkbox"/> Bônus de Subscrição	
<input type="checkbox"/> Certificado de Investimento Coletivo (CIC)	

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs. 10/03/2006	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs. 06/06/2006
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs. 12/04/2006	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 08/04/2006

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	MINAS GERAIS	MG
02	GAZETA MERCANTIL	SP
03	O TEMPO	MG

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
----------	----------------

Serviço Público Federal
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 IAN - Informações Anuais
 Empresa Comercial, Industrial e Outras

Data-Base - 31/12/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	--	--------------------------------

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	7 - FUNÇÃO
01	DJALMA BASTOS DE MORAIS	006.633.526-49	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	3	SIM	31	Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente
02	WILSON NÉLIO BRUMER	049.142.386-72	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	20	Presidente do Conselho de Administração
03	FRANCELINO PEREIRA SANTOS	000.115.841-49	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	22	Conselho de Administração (Eletivo)
04	ANTÔNIO ADRIANO SILVA	056.946.956-00	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	22	Conselho de Administração (Eletivo)
05	LAURO SÉRGIO VASCONCELOS DAVID	603.695.316-04	28/04/2006	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
06	WILTON DE MEDEIROS DAHER	003.534.344-34	28/04/2006	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	22	Conselho de Administração (Eletivo)
07	HAROLDO GUIMARÃES BRASIL	555.424.416-53	30/12/2004	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	22	Conselho de Administração (Eletivo)
08	CARLOS AUGUSTO LEITE BRANDÃO	270.965.506-06	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	22	Conselho de Administração (Eletivo)
09	ANDREA PAULA FERNANDES PANSÁ	098.222.028-65	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	22	Conselho de Administração (Eletivo)
10	MARIA ESTELA KUBITSCHKE LOPES	092.504.987-56	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	22	Conselho de Administração (Eletivo)
11	ALEXANDRE HERINGER LISBOA	222.275.206-04	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	22	Conselho de Administração (Eletivo)
12	GELSO FERREIRA	011.553.507-15	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	1		19	DIRETOR DE PLANEJAMENTO, PROJ. E CONSTR.
13	FLÁVIO DECAT DE MOURA	080.881.116-87	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	1		19	DIRETOR DE FIN.PART. E DE REL. C/INVEST
14	HELENI DE MELLO FONSECA	275.198.196-72	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	1		19	DIRETORA DE GESTÃO EMPRESARIAL
15	JOSÉ MARIA DE MACEDO	002.033.351-04	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	1		19	DIRETOR DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
16	ELMAR DE OLIVEIRA SANTANA	089.501.306-10	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	1		19	DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA
17	EDUARDO CASTILHO VASCONCELOS COSTA	905.090.306-10	28/04/2006	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
18	ACÍCIO FERREIRA DA CUNHA	000.261.231-34	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	22	Conselho de Administração (Eletivo)
19	JOSÉ AUGUSTO PIMENTEL PESSÓA	001.303.706-49	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	22	Conselho de Administração (Eletivo)
20	NILO BARROSO NETO	238.617.111-88	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	22	Conselho de Administração (Eletivo)

- * CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
 2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
 3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Serviço Público Federal
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 IAN - Informações Anuais
 Empresa Comercial, Industrial e Outras

Data-Base - 31/12/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	--	--------------------------------

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	7 - FUNÇÃO
21	FERNANDO LAGE DE MELO	293.756.816-53	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
22	LUIZ ANTÔNIO ATHAYDE VASCONCELOS	194.821.896-15	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
23	EDUARDO LERY VIEIRA	079.802.986-04	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
24	FRANKLIN MOREIRA GONÇALVES	754.988.556-72	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
25	MARCO ANTÔNIO RODRIGUES DA CUNHA	292.581.976-15	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
26	LUIZ HENRIQUE DE CASTRO CARVALHO	315.051.986-15	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
27	GUILHERME HORTA GONÇALVES JÚNIOR	286.076.757-34	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
28	LUIZ ANIBAL DE LIMA FERNANDES	006.380.806-49	28/04/2006	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
29	EDUARDO LEITE HOFFMANN	016.941.148-64	28/04/2006	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
30	ANDREA LEANDRO SILVA	165.779.628-04	13/12/2004	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
31	MARIA AMÁLIA DELFIM DE MELO COUTRIM	654.298.507-72	28/04/2006	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
32	EVANDRO VEIGA NEGRÃO DE LIMA	000.761.126-91	28/04/2006	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	22	Conselho de Administração (Eletivo)
33	ANTÔNIO RENATO DO NASCIMENTO	337.528.178-49	30/12/2004	ATÉ 13/12/2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)

- * CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
 2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
 3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	--	--------------------------------

02.01.02 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO FISCAL

1 - CONSELHO FISCAL INSTALADO SM	2 - PERMANENTE SM
-------------------------------------	----------------------

3 - ITEM	4 - NOME DO CONSELHEIRO	5 - CPF	6 - DATA DA ELEIÇÃO	7 - PRAZO DO MANDATO	8 - CARGO / FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	LUIZ GUARITÁ NETO	289.118.816-00	28/04/2006	ATÉ 30/04/2007	43	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
02	ARISTÓTELES LUIZ M.VASCONCELLOS DRUMMOND	026.939.257-20	28/04/2006	ATÉ 30/04/2007	40	PRES. C.F.ELEITO P/CONTROLADOR
03	LUIZ OTÁVIO NUNES WEST	146.745.485-00	28/04/2006	ATÉ 30/04/2007	43	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
04	CARLOS VOLPE DE PAIVA	086.834.337-49	28/04/2006	ATÉ 30/04/2007	46	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR
05	THALES DE SOUZA RAMOS FILHO	003.734.436-68	28/04/2006	ATÉ 30/04/2007	43	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
06	RONALD GASTÃO ANDRADE REIS	007.237.036-04	28/04/2006	ATÉ 30/04/2007	46	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR
07	MARCUS EOLO DE LAMOUNIER BICALHO	001.909.696-87	28/04/2006	ATÉ 30/04/2007	46	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR
08	AUGUSTO CEZAR CALAZANS LOPES	042.980.307-92	28/04/2006	ATÉ 30/04/2007	46	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR
09	ARI BARCELOS DA SILVA	006.124.137-72	28/04/2006	ATÉ 30/04/2007	43	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
10	ALIONAR SILVA LIMA	131.654.466-72	28/04/2006	ATÉ 30/04/2007	46	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Wilson Nélio Brumer – O Sr. Brumer nasceu em 10/09/1948. Formou-se em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FUMEC – BH em 1975 e completou diversos cursos de administração financeira, planejamento e desenvolvimento gerencial no Brasil e no exterior. É Secretário do Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais desde janeiro de 2003 e conselheiro da Valepar S.A. desde janeiro de 2001. Foi presidente do conselho das seguintes empresas: BHP Billiton Brasil, de novembro de 1998 a dezembro de 2002; Grupo Paranapanema, de fevereiro de 1996 a outubro de 1998; Aço Minas Gerais – Açominas, de maio de 1995 a junho de 1997; Eletrometal Metais Especiais S.A., de 1994 a 1996; Brasifco S.A., de 1993 a 1996; Rio Doce Finance Ltd. – RDF, de 1990 a 1992; Itabira International Company Ltd. – ITACO, de 1990 a 1992; e Navegação Rio Doce S.A. – DOCENAVE de 1990 a 1991. Foi vice-presidente do Conselho de Administração das seguintes companhias: Acesita, de novembro de 1992 a outubro de 1998; Acesita Energética S.A., de 1992 a 1996; Forjas Acesita S.A., de 1992 a 1996; CVRD, de 1990 a 1992, e Grupo Villares, que inclui as Indústrias Villares, Aços Villares S.A. e Elevadores Atlas S.A., de fevereiro de 1995 a outubro de 1998. Foi conselheiro da: Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST, de julho de 1996 a abril de 1999; Varig de novembro de 1994 a fevereiro de 1996; Usiminas, de outubro de 1991 a novembro de 1992; Companhia Siderúrgica Tubarão, de agosto de 1992 a novembro de 1992; Rio Doce Geologia e Mineração S.A. – DOCEGEO, de 1998 a 1990; Florestas Rio Doce S.A., de 1988 a 1990; e Ferritas Magnéticas S.A. - FERMAG, de 1984 a 1986. O Sr. Brumer foi também diretor presidente da Acesita, de novembro de 1992 a outubro de 1998; Companhia Siderúrgica de Tubarão, de julho de 1996 a abril de 1999; CVRD, de abril de 1990 a novembro de 1992; Acesita Energética S.A., de 1992 a 1993; e Forjas Acesita S.A., de 1992 a 1993. Foi diretor financeiro da CVRD, de fevereiro de 1988 a abril de 1990. Fez parte também do conselho fiscal de Navegação Rio Doce S.A. – DOCENAVE, de 1983 a 1987 (presidente); Urucum Mineração S.A., de 1983 a 1984; e Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA, de 1982 a 1983. Foi também presidente do Instituto Brasileiro de Siderúrgicas de agosto de 1997 a maio de 1999, presidente do Conselho de Política Industrial da Federação das Indústrias de Minas Gerais, de 1994 a 1999, presidente do comitê financeiro da Valesul Alumínio S.A., de 1984 a 1988, diretor executivo da Associação Brasileira de Comércio Exterior – AEB, de 1994 a 1997, e membro de diversos conselhos e comitês.

Djalma Bastos de Moraes – O Sr. Moraes nasceu em 16/03/1937. É formado em Engenharia pelo Instituto Militar de Engenharia da Comunicação em 1966, concluindo, também, estudos de pós-graduação em telefonia e informática no mesmo instituto. De 1995 a 1998, foi Vice-presidente da Petrobrás Distribuidora S.A., a empresa de petróleo brasileira. De 1993 a 1994, exerceu o cargo de Ministro das Comunicações do Brasil. Ocupou também vários outros cargos, como diretor presidente da Telecomunicações de Minas Gerais S.A. -Telemig; gerente da Telecomunicações Brasileiras S.A. -Telebrás; diretor de operações da Telecomunicações de Mato Grosso -Telemat; diretor de operações da Telecomunicações do Amazonas -Telemazon; e gerente da Telefônica Municipal S.A. -Telemusa.

Francelino Pereira dos Santos – O Sr. Santos nasceu em 02/07/1921. Formou-se em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1949. Foi senador de Minas Gerais, de 1995 a 2002 e governador de Minas Gerais de 1979 a 1983. Foi também deputado federal por quatro mandatos sucessivos de 1963 a 1979 e vereador da cidade Belo Horizonte de 1951 a 1954. De 1961 a 1966 foi Chefe de Gabinete do Secretário do Estado de Minas Gerais de Assuntos Internos e da Justiça, Chefe do Departamento de Administração Geral do Estado de Minas Gerais e Conselheiro Chefe de Assuntos Municipais do Gabinete do Governador. De 1985 a 1990 foi vice-presidente da administração do Banco do Brasil S.A. e diretor presidente da Acesita, de outubro de 1983 a

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

agosto de 1984. Foi também professor e diretor da Escola Municipal de 2º Grau de Contabilidade em Belo Horizonte de 1955 a 1959.

Antônio Adriano Silva – O Sr. Silva nasceu em 02/03/1944. Trabalhou para várias empresas privadas, entre elas Mesbla S.A., Empresa Brasileira de Varejo S.A. - Embrava, Agência Jornalística Imagem, Associação Comercial de Minas, Asa Criação de Publicidade e Coteminas.

Maria Estela Kubitschek Lopes – A Sra. Lopes nasceu em 10/12/1942. Formou-se em Arquitetura pela Universidade de Santa Ursula em 1978 e é decoradora de interiores e empresária. É sócia gerente da DF Consultores Ltda. e da Santa Júlia Importação, Exportação e Participações. É também conselheira do presidente da Fundação Municipal de Teatro da Cidade do Rio de Janeiro, e do presidente dos Amigos do Estado do Rio de Janeiro – AME-RIO, e do presidente do conselho da Casa Santa Ignez (uma entidade filantrópica responsável pela nutrição e educação de crianças e de famílias de baixa renda no bairro da Rocinha no Rio de Janeiro). Foi uma das fundadoras do Memorial JK, uma organização fundada em memória de Juscelino Kubitschek de Oliveira (ex-presidente do Brasil), e exerceu o cargo de vice-presidente de setembro de 1981 a maio de 2000, e como presidente executiva desde outubro de 2000. Foi também presidente do conselho do Instituto Cultural Cesgranrio, vice-presidente do conselho do Banco da Mulher, presidente de Instituições Benéficas do Estado do Rio de Janeiro e membro do conselho da Casa das Palmeiras, um instituto cultural. Recebeu diversas honras ao mérito cultural e social.

Alexandre Heringer Lisboa – O Sr. Lisboa nasceu em 29/09/1955. Formou-se em Engenharia Elétrica no Instituto Politécnico da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em junho de 1979 e recebeu o grau de mestre em Engenharia Mecânica em 2000, com ênfase em energia solar, da Universidade Federal da Paraíba, na cidade de João Pessoa (Estado da Paraíba). Recebeu também treinamento especializado em energia eólica na Deutsches Windenergie – Institut DEWI e da Summer School on Wind Energy Technology na Universidade de Oldenburg, na Alemanha. Trabalha como engenheiro da CEMIG desde maio de 1985 e é um representante dos empregados no Conselho de Administração da CEMIG nomeado pelo Sócio majoritário. Foi, também, conselheiro do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. Foi suplente do Conselho de Administração da CEMIG de janeiro de 1999 a dezembro de 2000. Foi pesquisador e consultor do Centro da Fundação Tecnológica de Minas Gerais – CETEC, de novembro de 1983 a abril de 1985. De janeiro de 1997 a maio de 1979, foi estagiário na Usiminas, Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e Delle Alstom S.A. – DASA. Atualmente está lotado na Diretoria da Vice-Presidência da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

Celso Ferreira – O Sr. Ferreira nasceu no dia 06/11/1941. Formou em Engenharia Mecânica e Elétrica em 1965 pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá no Estado de Minas Gerais e possui mestrado em Engenharia de Sistemas Elétricos da Rensselaer Polytechnic Institute e completou cursos em operação de sistemas elétricos e comércio de energia no Brasil e no exterior, inclusive cursos na International Agency for Nuclear Energy em Paris e Commonwealth Edison Co. em Chicago. Foi diretor de geração e comercialização de Furnas, de 1991 a 2003, presidente do conselho dessa companhia por quatro meses em 1999 e membro do Conselho de Administração por diversas vezes de 1991 a 2003. Exerceu também o cargo de conselheiro da ONS, atuando como presidente do conselho desde a sua fundação em 1998 até o início de 2003. Foi representante de Furnas no MAE, participando de discussões relacionadas a certas normas do MAE e do Acordo Geral do Setor Elétrico. Foi professor da Escola de Engenharia da Universidade do Rio de Janeiro, de 1970 a 1980. De 1966 a 1970, trabalhou como engenheiro da Cia. Auxiliar de

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Empresas Elétricas – CAEEB. Foi um dos fundadores da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica – ABRAGE e da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão – ABRATE. Foi também membro de diversas associações, inclusive a comissão de energia da Associação Comercial do Rio de Janeiro, de 1999 a 2000, e do conselho fiscal da Companhia Paraense de Energia – Copel.

Elmar de Oliveira Santana – O Sr. Santana nasceu em 23/07/1948. É formado em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em 1972 e mestre em Administração de Empresas pelo IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais). De 1977 a 1983 trabalhou no DAE/MG (concessionária de água e eletricidade de propriedade do Estado de Minas Gerais) como coordenador de eletrificação rural e superintendente de distribuição e operações. Entre 1983 e 2001, trabalhou na CEMIG como engenheiro, superintendente de vendas e distribuição e assistente do presidente de vendas e distribuição. Entre dezembro de 2001 e abril de 2002, foi Secretário de Minas e Energia do Estado de Minas Gerais.

José Maria de Macedo – O Sr. Macedo nasceu no dia 25/10/1940. Formou-se em Engenharia Elétrica na Universidade Federal de Minas Gerais em 1967 e completou diversos cursos de especialização em eletricidade e administração. Na Cemig: Engenheiro chefe do Núcleo de Produção e Transmissão (1970/1973), Engenheiro Assistente do Departamento de Sistemas Regionais (1973), Engenheiro Chefe do Sistema Regional Oeste em Divinópolis (1973/1986), Engenheiro Chefe da Assessoria de Coordenação dos Sistemas Regionais (1986/1990), Engenheiro Assistente para a coordenação da Gestão de Produção e Transmissão da Diretoria de Produção e Transmissão (1990/1992), Engenheiro Titular da Assessoria Especial de Planejamento e Gestão da Diretoria de Produção e Transmissão (1992).

Últimos Cargos / Funções de destaque:

Superintendente de Transmissão da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (1992/1994), Presidente da Cooperativa de Prestação de Serviços de Engenharia Ltda – UNIENGE.

Flávio Decat de Moura – O Sr. Moura nasceu em 19/06/1945. Formou-se em Engenharia Elétrica e Eletrônica na Universidade Federal de Minas Gerais em 16/12/1969. É Diretor de Desenvolvimento da Sithe Energies no Rio de Janeiro (1998/2000), Vice- Presidente e Diretor de Distribuição da Empresa Energia do Mato Grosso do Sul - ENERSUL(1996/1997), Assistente do Presidente (1995/1996) e Diretor de Operação (1993) das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, Diretor de Produção ELETROSUL Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A (1992/1993) em Florianópolis, Representante Brasileiro da ITAIPU no Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (1990/1995), Coordenador do Grupo de Projeto para a Expansão do Sistema de Aquisição de Dados, Controle e Supervisão do Despacho de Carga de FURNAS (1980/1981), Coordenador do Grupo de Elaboração do Manual de Testes de Equipamentos de Proteção, Medição e Controle de FURNAS (1974).

Últimos cargos / Funções de destaque: Presidente da Eletronuclear e membro do Conselho de administração no Rio de Janeiro (2001/2003); Diretor Técnico e de Engenharia (1993/1995) e Assistente do Presidente e Superintendente de Engenharia (1982/1992) da ITAIPU BINACIONAL do Rio de Janeiro, Curitiba e Usina de Itaipu; Engenheiro, Chefe de Usina e Adjunto do Departamento de Operação do Sistema das Usinas de Furnas, Estreito e M. Moraes no Rio de Janeiro (1970/1982); Vice-presidente do Comitê Brasileiro do World Energy Council desde outubro de 2002; Membro do Conselho Empresarial de Energia da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN desde outubro de 2001; Chefe da Missão Oficial Brasileira à Índia e Nepal para cooperação na área de energia em agosto de 1997; Negociação de contratos de compra de

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

equipamentos e discussões técnicas com fabricantes de geradores na Alemanha(Siemens) e Suíça(ABB) (1995).

Heleni de Mello Fonseca – A Sra. Fonseca nasceu em 28/02/1955. Graduada em Engenharia Elétrica com Especialização em Eletrônica e Telecomunicações pelo Instituto Nacional de Telecomunicações – INATEL, 1977. Pós-Graduada em Marketing e Desenvolvimento de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, 1996/1997, São Paulo. Concluiu o Programa de Gestão Avançada – PGA, Fundação Dom Cabral e The European Institute of Business Administration – INSEAD, Fontainebleau, França, 2004 e o Programa de Gestão Avançada – APG, Amana-Key, São Paulo, 1999/ 2004.

Diretora de Gestão Empresarial da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, CEMIG Geração e Transmissão S.A. e da CEMIG Distribuição S.A., empresas do Grupo CEMIG, é a responsável pelas áreas de Recursos Humanos, Suprimento de Material, Logística e Serviços, Telecomunicações e Informática e Administração Patrimonial.

É também Diretora-Presidente da Sá Carvalho S.A. e Horizontes Energia S.A., e Diretora da Empresa de Infovias S.A., CEMIG Capim Branco Energia S.A., Usina Termelétrica Barreiro S.A. CEMIG PCH S.A. e da Central Termelétrica de Cogeração S.A e membro do Conselho de Administração da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG, e da Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A., empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas do Grupo CEMIG.

Ocupou os cargos de Diretora de Negócios Empresariais da TELEMAR MG/ES (11/2001 - 08/2000), Diretora de Varejo e Negócios Corporativos da TELEMAR/MG (08/2000 - 08/1998), Diretora de Serviços da TELEMIG (08/1998 - 01/1996) e Diretora de Operações da TELEMIG/TELEMAR (12/1995 - 07/1995).

Ocupou, também, o cargo de Diretora Geral do Departamento Estadual de Telecomunicações – DETEL/MG (07/1995 - 06/1991).

Ocupou, ainda, a Gerência de Implantação de Serviços de Comunicação de Dados da Empresa Brasileira de Telecomunicações – EMBRATEL/MG (06/1991 – 1988).

Foi Engenheira, Superintendente de Engenharia e Diretora Técnica do Departamento Estadual de Telecomunicações – DETEL/MG (1987 – 1977)

É membro do Conselho Consultivo da Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, CAMARB, triênio 2004/2006.

É também, membro do Conselho Consultivo do Instituto Sérgio Danilo Junho Penna, triênio 2004/2006

É, ainda, membro do Conselho Fiscal do Grupo Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, 2003/2006

É representante das empresas do Grupo CEMIG no Centro de Tecnologia Empresarial – CTE, da Fundação Dom Cabral – FDC, nos Grupos de Intercâmbio Temático – GIT, Organização e de Logística e Supply Chain Management

Ocupa o cargo de Diretora da Associação Comercial de Minas - ACOMINAS desde 1999.

Foi Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros – SME (1999/2002)

Foi, ainda, Vice-Presidente da Federação Brasileira das Associações de Engenharia – FEBRAE (2001/2003).

Realizou diversas viagens internacionais aos EUA, Espanha, Portugal, Reino Unido, França, Alemanha, Suíça e Canadá, para participar do VI Foro Latibex, organizado pela Bolsa de Madrid e de Road Show organizado pelo Credit Suisse First Boston, da Cerimônia de Listagem de ADRs da CEMIG na New York Stock Exchange – NYSE, de visitas técnicas visando o intercâmbio de tecnologia de Sistema de Consumidores, e em empresas do segmento de TELECOM, e de

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Seminários e Cursos de Aperfeiçoamento Tecnológico e de Marketing, Desenvolvimento de Negócios e Gestão Empresarial.

Recebeu diversos Prêmios de Destaque, entre eles o Índice Down Jones de Sustentabilidade, pela CEMIG, 2003 e 2004, e os Prêmios VI – Excelência Top of Mind, Gazeta Mercantil (2000/2001); Excelência Empresarial 2001, Fundação Getúlio Vargas – FGV; Valor 1000/2000, Jornal Valor Econômico; V Top of Mind, Gazeta Mercantil (1999/2000); Info 99 Editora Abril – Revista Info Exame (1999) e o 400 Maiores Empresas de Minas, Diário do Comércio (1999), pela TELEMAR.

Aécio Ferreira da Cunha – O Sr. Aécio nasceu em 04/05/1927. Formou-se como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1951. Foi diplomado pela Escola Superior de Guerra em 1973. Chefe do Gabinete da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho de Minas Gerais. Foi eleito Deputado Estadual, por duas legislaturas, no período compreendido de 1955 a 1962. Foi eleito Deputado Federal, por seis legislaturas, no período de 1963 a 1987. Foi presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em 1993. Atualmente faz parte do Conselho de Administração de Furnas Centrais Elétricas onde ingressou, em 1993. Em 1988 foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, após a aprovação do seu nome pelo Senado Federal, mas, invocando razões de ordem pessoal, desistiu do cargo às vésperas da posse. Hoje é empresário do setor agropecuário do norte do Estado de Minas Gerais.

Nilo Barroso Neto – O Sr. Nilo nasceu em 30/03/1958. Gradou-se em Economia pela Universidade de Brasília no ano de 1979. Ingressou no Curso de preparação à carreira de diplomata em 1977 tendo concluído o mesmo no ano de 1982. Ingressou no curso de Mestrado em “Liberal Studies”, em Georgetown University, Washington, com especialização no campo da Filosofia Política com conclusão em 1991.

No período de 1983 e 1984 foi Assistente do Chefe da Divisão Consular e, nos anos subsequentes ocupou os cargos de Assistente do Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisa de Mercado e Assessoria do Secretário das Relações com o Congresso. Em 1993 foi Oficial de Gabinete da Secretaria Geral da Presidência da República. Foi Cônsul-adjunto, em Houston-USA, no período de 1991 a 1993. Assessorou, também, as Conferências Anuais da União Interparlamentar em Bangkok (1987) e no México (1986). Participou, como Assessor, das reuniões com o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial no período de 1989 a 1991. Foi integrante da Delegação de Parlamentares Brasileiros à Convenção do Partido Republicano Norte-Americano, em Houston-USA, em 1992. É membro da cúpula presidencial do mecanismo de concentração e consulta política, em Santiago, Chile, desde 1993.

Carlos Augusto Leite Brandão. O Sr. Brandão nasceu em 03/01/1956. Gradou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 1978, com pós-graduação em Engenharia Econômica pela Fundação Dom Cabral concluindo o curso em 1980. Em 2000 cursou MBA em Finanças pelo IBMEC. Atualmente é Diretor de Coordenação Empresarial da AES Eletropaulo, respondendo pelas ações regulatórias, institucionais e de coordenação gerencial das empresas do grupo no Brasil. Cumulativamente, preside o Conselho Fiscal do MAE – Mercado Atacadista de Energia. Foi membro do Comitê Executivo de Mercado do MAE e é membro do Conselho de Administração e Diretor da ASMAE. É Membro do IEEE – The Institute of Electrical Engineers, Inc.- desde 1980 e Membro Sênior desde 1990. Foi presidente das Seções Rio de Janeiro (90-92) e Minas Gerais (do qual é fundador de 93 a 96), presidente do Conselho Brasil (99-01), é Membro do Conselho Editorial da Power Computer Society, ocupou diversos cargos na Power Engineering Society e único representante estrangeiro a ocupar cargo

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

no United States Activities Board, com sede em Washington. Ex-professor do Instituto Cultural Brasil Estados Unidos, do Centro de Computação da Universidade Federal de Minas Gerais, de vários cursos da Eletrobrás e PUC-MG, tem mais de 50 trabalhos publicados no Brasil e exterior, tendo publicado livro e CD-ROM em conjunto com Fundação João Pinheiro sobre Modelos do Setor Elétrico em 1995. Coordenou o curso de Regulamentação do Setor Elétrico promovido pela Fundação João Pinheiro em 1997, primeiro curso do gênero no Brasil. Iniciou sua carreira na CEMIG em 15/03/1979, onde trabalhou durante 25 anos. Atuou como engenheiro, Gerente da Divisão de Engenharia de Operação e Manutenção, Gerente do Departamento de Operação e Manutenção, Gerente do Depto. de Planejamento e Automação, Consultor de Comercialização de Grandes Clientes, Gerente do Departamento de Transmissão.

Andréa Paula Fernandes Pansa. O Sra. Paula Fernandes nasceu em 19/10/1969. É formada em Administração de Empresas pela FIRP- Faculdades Integradas Rio-Preteense, tendo concluído o curso em 1992, com pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas – FGV no ano de 1995. Foi aluna do Extension Business Course pela Universidade de Berkeley em 1996, e realizou o “Banking Extension Course” - GVPEC pela Fundação Getúlio Vargas no ano de 1998. Fez MBA em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC com conclusão no ano de 2001. É Assessora da Diretoria de Coordenação Empresarial das empresas do Grupo AES Brasil. Anteriormente, atuou na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A como Analista Financeira e de Relações com Investidores no período de 2000 a 2003. Foi Analista de Portfólio do Banco Santander Brasil S.A nos anos de 1998 a 2000. Atuou na Área de Marketing da Tyson Foods nos Estados Unidos em 1996 e trabalhou no Citibank N.A no período de 1990 a 1991.

José Augusto Pimentel Pessoa. O Sr. Pimentel nasceu em 27/05/1937. Engenheiro Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (1961) com curso de especialização em hidráulica e saneamento. Atuou como chefe do escritório de obras da REDUC, pela Tenenge (62-63), engenheiro autônomo (63-64), engenheiro da CEMIG (64-74), onde atuou nas áreas de construção de linhas de transmissão e engenheiro de reconhecimento de campo de locais barráveis, responsável pelo setor de estruturas da usina de Jaguará. Foi chefe do departamento de Estudos e Projetos da ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (74-78) e diretor da ENGEVIX (78-94), sendo consultor independente desde 1994. Foi Diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (94), Diretor Administrativo e Diretor da Área de Energia da AMEC- Associação Mineira das Empresas de Engenharia Consultiva. Atualmente é Engenheiro Consultor. (92), Membro e Conselheiro do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens (77-96) e Coordenador do GTCN - Grupo de Trabalho para Custos do Norte (77).

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond: O Sr. Drummond nasceu em 22/11/1944 e possui segundo grau completo. É profissional nas áreas de jornalismo, de relações públicas e de administração de empresas. Atuou no setor privado como Assessor da Diretoria do Banco Nacional (63-70) e Diretor Gerente da Irad – Assessoria e Consultoria Ltda desde 1973. No governo do Estado da Guanabara (gestão Negrão de Lima) exerceu os cargos de Presidência e Diretoria da COHAB-GB, Assessoria do Secretário de Estado de Governo da Guanabara e Diretor de Divisão na Secretaria de Estado de Obras Públicas. No âmbito do Governo Federal atuou como Assessor e Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Minas e Energia (80-84). Foi Diretor de Administração da Ligth SA (85). Foi membro do Conselho de Administração do Metrô do Rio de Janeiro (85), Centrais Elétricas do Norte SA (96), Manaus Energia SA (97), Boa Vista Energia SA (97). Membro e Presidente do Conselho Fiscal da Cia Vale do Rio Doce (86-88) e membro do Conselho Fiscal da Petrofertil SA. Juiz Classista do Tribunal Regional do Trabalho – TRT-RJ (94-97).

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Thales de Souza Ramos Filho: O Sr. Thales nasceu em 23/03/1940. Graduiu-se em Medicina pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 1964, com extensão em Administração Hospitalar pela Fundação Ezequiel Dias em 1972 e Administração de Empresas pela Faculdade Machado Sobrinho de Juiz de Fora em 1977. Exerce, atualmente, a profissão de médico e Conselheiro Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

Luiz Guaritá Neto: O Sr. Guaritá Neto nasceu em 21/04/1955. Formou-se em 1978 no curso de Engenharia Civil pelas Faculdades Integradas de Uberaba. Concluiu, pela, Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro – RJ, os cursos básicos de Administração de Empresas, O&M e Marketing. Participou, também, pela SERE/RJ, dos cursos de Liderança e de Relações Humanas. Foi Diretor do CAIO – Centro Acadêmico Avelino Inácio De Oliveira. Diretor da CIU – Associação Comercial E Industrial De Uberaba. No período compreendido entre janeiro de 1989 e 31/05/1992 atuou como Secretário Municipal de Indústria e Comercio – Secretário Municipal de Turismo. De 01/08/1990 a 01/02/1992 foi Secretário Municipal de Planejamento. A partir de 17/08/1990 foi Membro do Conselho Nacional da Presidência da Caixa Econômica Federal. Em janeiro de 1993 foi eleito pelo Partido da Frente Liberal – PFL a Prefeito Municipal de Uberaba. Atua, também, como vice-presidente do Diretório Regional de Minas Gerais do PFL. É vice-presidente da Associação dos Municípios –ABM e Presidente da Associação Macroregional dos Municípios do Sul do Triangulo Mineiro – AMTRIM. É membro do Conselho Estadual de Habitação. É primeiro suplente do Senador Dr. Eduardo Brandão de Azeredo. Participa, atualmente, como Empresário cotista das seguintes empresas: RCG-Engenharia e Empreendimentos Ltda, Construtora RCG, Cat's Hotelaria e Empreendimentos Ltda, Agropecuária Rodrigues da Cunha Guaritá, Agropecuária 7 estrelas Ltda, Dujato-Comercio de Drogas Uberaba Ltda. Desde março de 2003 é membro do Conselho Fiscal da CEMIG.

Luiz Otávio Nunes West: O Sr. West nasceu em 24/05/1958. Graduiu-se em Ciências Contábeis pela Fundação Visconde de Cairu em 1982. Foi professor universitário substituído na cadeira de Administração Financeira na universidade Federal da Bahia. Possui larga experiência na coordenação de áreas contábil, fiscal, custos e orçamento nos setores de siderurgia, mineração, petroquímica, agroindustrial e construção civil. Tem seu histórico profissional iniciado em 1974 na Bahia Frutos SA (74/77), Grupo Sibra Eletrosiderurgia Brasileira SA (77/88), Grupo OAS (88/97) e, atualmente, exerce suas funções na CVC/OPPORTUNITY.

Wilton de Medeiros Daher: O Sr Medeiros nasceu em 05 de fevereiro de 1945, em Natal (RN), é casado, economista, residente e domiciliado em Fortaleza (CE), portador da Carteira de Identidade 823.372, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal – DF e do CPF nº 003.534.355-34. É graduado em Ciências Econômicas (1972 -UERN) e Administração de Empresas (1975 - UERN. CRA/CE-PI, nº 4759). É pós-graduado em Comércio Exterior, Latu Sensu, (1984 – UDF) e BB/MBA – Management Business Administration, pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP – 1994. Concluiu o seu curso de Mestrado em Administração (com concentração em negócios internacionais) pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) – 2005 (Dissertação defendida em 22 JUN 2005). Suas principais atividades acadêmicas foram as seguintes:

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

- Palestras Proferidas: "A Influência da Ética e da Responsabilidade Social na Reputação Corporativa", no Auditório da Bolsa Regional de Valores, em 19 NOV 2004;
- "Aspecto Histórico da Globalização Econômica"- Universidade Federal do Ceará, em 06 AGO 2004.
- "Governança Corporativa: Panaceia para os males da empresa?" para alunos do Mestrado em Controladoria da Universidade Federal do Ceará (UFC), em 24 MAR 2006
- Professor de Matemática Comercial e Financeira na Universidade Estadual Vale do Acaraú – 2005/2006

Como trajetória profissional no Banco do Brasil, o Sr. Medeiros foi Assessor da Presidência para assuntos da Área Internacional – 1979/1985, Gerente adjunto da Agência em Lisboa (Portugal) – 1986, Gerente Interino da Agência na cidade de Porto (Portugal) – 1987, Superintendente Estadual Adjunto no Ceará – 1988/1992, Superintendente Estadual no Ceará – 1992/1995.

Em sua vivência empresarial o Sr. Medeiros foi Diretor Executivo da Intercredit Fomento Mercantil Ltda, Ex-membro titular do Conselho Fiscal da Neoenergia S.A.(ex-Guaraniana S.A.), controladora de seis empresas do setor elétrico, com atuação no RN, PE e BA, representando a PREVI, Membro titular do Conselho Fiscal da DURATEX S.A., pertencente ao Grupo Econômico ITAÚSA, representando a PREVI – 2004/2006, Membro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), em São Paulo, Vice-presidente da Federação das Associações do Comércio, Indústria, Serviços e Agropecuária do Ceará (FACIC) - 2006/2009.

Evandro Veiga Negrão de Lima: O Sr Veiga nasceu em 1 de julho de 1939, é brasileiro, casado, residente e domiciliado em Belo Horizonte – MG, portador da Carteira de Identidade nº M 1342795 expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e do CPF nº 000761126-91. Graduou-se em Medicina em 1964 pela Faculdade de Medicina da UFMG com especialização em Psiquiatria sendo monitor da Cadeira de Medicina Legal pela citada Faculdade. Como experiência profissional, o Sr. Veiga participou de congressos em Miami, Rio de Janeiro, Recife e Belo Horizonte. Fez estágios nas Universidades do Colorado, Denver. Obteve treinamento no Hospital Psiquiátrico Estadual do Colorado, em Pueblo, Estados Unidos. É professor assistente na Faculdade de Medicina da UFMG e médico do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais. Foi Diretor da Associação Comercial de Minas Gerais, vice-presidente do CDEI – Clube dos Dirigentes de Empresas Imobiliárias, vice-Presidente do América Futebol Clube, Diretor da Cobraço – Comercial Brasileira de Aço, Diretor da Cobrafer – Comercial Brasileira de Ferro. Atualmente, exerce as funções de Presidente da Sancruza – Companhia de Engenharia, Agricultura e Urbanização, Presidente do Pampulha late Clube, desde 2002, Sócio proprietário da NL Construções e Incorporações Ltda, LL Administradora de Imóveis e proprietário da Veiga e Lima Administradora de Imóveis.

Haroldo Guimarães Brasil: O Sr. Guimarães nasceu em 13 de julho de 1962. Formou-se em Engenharia Elétrica pela PUC de Minas Gerais em 1985 e obteve Doutorado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1997. Obteve Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1991, e concluiu o Curso de Graduação Técnica do Banco Central (São Paulo, 1994), bem como estudos de pós-graduação em Políticas Públicas pela ENAP de Brasília (1990), e especialização em Engenharia Econômica pela Fundação Dom Cabral em 1986. É Diretor da Strategor Ltda - Consultoria e Treinamento, Consultor da Fundação de Desenvolvimento de Administração, Professor do Curso de Mestrado em Administração de Empresas da Fundação Pedro Leopoldo, Professor do IBMEC Educacional S.A. e professor convidado do Programa de Mestrado em Administração de Empresas da Universidade Federal de Minas Gerais.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Fernando Lage de Melo: O Sr. Melo nasceu em 11/11/1956, é brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº M - 400126, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 293756816-53. É formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG em 1978, em Engenharia Econômica pela Fundação Dom Cabral em 1979 e MBA pelo IBMEC.

Luiz Antônio Athayde Vasconcelos: O Sr. Vasconcelos nasceu em 14/01/1954, é brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº M - 4355, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 194921896-15. É formado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG em 1978, com especialização em Administração Financeira pela Fundação João Pinheiro em 1980.

Eduardo Lery Vieira: O Sr. Vieira nasceu em 03/02/1950, é brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº M - 975155, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 079802996-04. É formado em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG em 1976 e MBA pelo IBMEC. Exerceu a Gerência do Departamento de Indústrias de Transformação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG desde 1976.

Franklin Mbreira Gonçalves: O Sr. Gonçalves nasceu em 12/10/1970, é brasileiro, casado, tecnólogo, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº M - 5540831, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 754988556-72. É formado em Processamento de Dados pelo Unicentro Newton Paiva em 1995.

Marco Antônio Rodrigues da Cunha: O Sr. Rodrigues da Cunha nasceu em 14/03/1955, é brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº M - 281574, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 292581976-15. É formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG em 1978, pós-graduado em Engenharia Econômica pelo Instituto de Engenharia Econômica e Administração - INEA-UFMG e Fundação Cristiano Otoni em 1979 e MBA pelo IBMEC. Trabalha no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG desde 1978.

Luiz Henrique de Castro Carvalho: O Sr. Carvalho nasceu em 07/07/1957, é brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº MG - 1.115.516, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 315051986-15. É formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG em 1982 e MBA pelo IBMEC. Trabalha na Companhia Energética de Minas Gerais desde 1983.

Guilherme Horta Gonçalves Júnior: O Sr. Gonçalves Júnior nasceu em 07/08/1952, é brasileiro, solteiro, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº M - 1622046, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 266078757-34. É formado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia do Instituto Bennett de Ensino - RJ em 1976, Curso Especial de Graduação em Ciências Contábeis pelo Instituto Superior de Estudos Contábeis da FGV/RJ em 1978, Curso de Extensão e Aperfeiçoamento em Economia pela AESSE/RJ em 1976, Curso em Gerência de Exportação e Importação pelo Instituto de Administração e Gerência - PUC/RJ em 1975, Curso em Engenharia Econômica pelo Departamento de Engenharia Industrial - PUC/RJ em 1976.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Andréa Leandro Silva: A Sra. Leandro Silva nasceu em 15/10/1974, é brasileiro, solteira, advogada, residente e domiciliado em São Paulo - SP, portador da Carteira de Identidade nº M 24.481.467-1 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo - SP e do CPF nº 165779628-04. É formada em Direito pela Universidade Paulista em 1998. Trabalha na AES Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo - SP.

Antônio Renato do Nascimento: O Sr. Nascimento nasceu em 16/02/1944, é brasileiro, solteiro, engenheiro e advogado, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº M - 580979, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 337328178-49. É formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Industrial - FEI/PUCSP em 1969, com pós-graduação em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ em 1972 e Direito pelo Centro de Ensino Superior de Catalão em 2000. Trabalha na FOSFERTIL - CVRD desde 1977.

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho: O Sr. Lamounier Bicalho nasceu em 16/09/1941, é brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº MG - 1033867, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 001909696-87. É formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG em 1966. Trabalha na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais.

Ronald Gastão Andrade Reis: O Sr. Andrade Reis nasceu em 17/11/1943, é brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº MG - 104612, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 007237036-04. É formado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG. Trabalhou na Companhia Energética de Minas Gerais por 33 anos aposentando na Superintendência de Programação e Controle Financeiro da Companhia.

Augusto César Calazans Lopes: O Sr. Calazans Lopes nasceu em 24/03/1975, é brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado no Rio de Janeiro - RJ, portador da Carteira de Identidade nº 097524730 expedida pelo Instituto Felix Pacheco do Rio de Janeiro e do CPF nº 042980307-92. É formado em Ciências Contábeis pela Universidade Cândido Mendes em 2000 e MBA pelo IBMEC. Trabalha na CVC Opportunity Equity Partners.

Ari Barcelos da Silva: O Sr. Barcelos da Silva nasceu em 03/03/1942, é brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado no Rio de Janeiro - RJ, portador da Carteira de Identidade nº 2027107-7 expedida pelo CRA - RJ e do CPF nº 006124137-72. É formado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado da Guanabara em 1964 e em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Junior em 1971. Trabalhou na ELETROBRAS, ELETRONUCLEAR, CHESF, CEMAR e ELETROSUL.

Aliomar Silva Lima: O Sr. Silva Lima nasceu em 07/10/1953, é brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº MG - 449262, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 131654456-72. Trabalhou na Companhia Energética de Minas Gerais por 33 anos aposentando na Superintendência de Recursos Financeiros da Companhia. É formado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas - FACE/UFMG em 1976.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Eduardo Leite Hoffman: O Sr Hoffman nasceu em 29/01/1961. É graduado em Engenharia Civil pela Faculdade de Ciências Tecnológicas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas em 1984. Possui MBA em Finanças (IBMEC- Business School). Suas principais palestras e trabalhos apresentados foram:

- "the Distribution regulation of electric Energy in Brazil and its impacts-International UIE conference-electricity for a sustainable Urban Develepment. EDP-Eletricidade de Portugal (Lisboa 2000);
- Compromisso com a Qualidade-Modernização do Setor Elétrico 2000;
- IIR - Conferences – Institute for international Research. (Sao Paulo-2000);
- A Regulação do Mercado de Energia Elétrica no Estado de são Paulo;
- Curso de atualização comercial e aplicação de energia, Centrais elétricas Brasileiras-ELETROBRAS e Universidade Mackenzie. (Sao Paulo- 1999);
- Comercialização, distribuição, e Transmissão de energia – Estratégias e Competitividade Presidência da Mesa;
- Abertura da conferencia e Mediação dos Debates. IBC International
- Business Communications (São Paulo-1998)
- Advanced International Regulatory Course - USEA – United States energy association
- USAID - United States Agency for International development - NRRRI- National regulatory Research Institute - Columbs, Ohio – 1999.

Como trajetória profissional na Companhia Paulista Forca e Luz o Sr. Hoffman foi coordenador do Projeto de desenvolvimento e implantação da primeira central telefônico unificado, gerente do setor de mercado comercial e residencial, Gerente do setor de desenvolvimento comercial, gerente da divisão comercial de ribeirão Preto, Gerente do Distrito de Ribeirão Preto e Gerente do Departamento comercial – (1978/1996). Em sua vivencia Profissional o Sr Eduardo leite Hoffman foi Assistente do Coordenador do Projeto de Criação da Comissão de Serviços Públicos de Energia junto à Secretaria de Estado de Energia e Assistente do Comissário Geral da Comissão de Serviços Públicos de Energia instituído pelo governo do Estado de São Paulo – 1996/1999, Consultor da Bandeirante Energia S. A – 1999/2003, Diretor de Regulação da EDP Brasil S. A - 2003, Consultor da Eletropaulo Metropolitana eletricidade de São Paulo S. A - 2004.

Lauro Sergio Vasconcelos David: O Sr Vasconcelos nasceu em 04/04/1968, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Belo Horizonte (MG), portador da Carteira de Identidade m.3.373627, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Minas Gerais. É graduado em Administração de Empresas pela Champagnat (1990) com Pós-graduação em Administração Financeira pela Fundação Dom Cabral. Possui curso de especialização em Controladoria e Finanças pela FACE-UFMG. Concluiu o seu curso de Mestrado em Gestão Empresarial pela Amana- Key- 1998. Como trajetória profissional na CEMIG, o Sr. Vasconcelos foi Gerente de Programação e Controle Financeiro (1993-1998), Gerente de Orçamento e Custos (1999-2005), Superintendente de Controle e Gestão Empresarial (maio/2005).

Em sua vivência profissional o Sr. Vasconcelos participou dos seguintes projetos específicos:

- Participação na implementação do Projeto de Balanced Scorecard da Cemig (2003), como coordenador da Diretoria de Finanças e Participações- DFN;
- Participação no Projeto de Reestruturação Organizacional da Cemig como representante da Superintendência de Controle e Programação Financeira- FN (2001);
- Secretario Executivo do Comitê de priorização de Orçamento - CPO da Cemig (1998-2005);
- Membro do Comitê de Negociação Sindical (desde 2003);

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

- Diretor financeiro do Clube de Investimentos da Cemig - CLIC (2001-2005);
- Presidente do Clube (desde abril/2005).

Carlos Volpe de Paiva: O Sr Paiva nasceu em 15/08/1941, brasileiro, casado engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte, portador da Carteira de Identidade nº 2024D, expedida pelo CREA-RJ e do CPF nº 086834337-49. É formado em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia Civil de Barra do Piraí-RJ em 1974.

Luiz Aníbal de Lima Fernandes: O Sr Fernandes nasceu em 25/12/1942, engenheiro mecânico e eletricista, domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº MG-129330, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 006380806-49. É graduado em Engenharia Mecânica e Elétrica pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais em 1965, cursos sobre Estudo dos Sistemas Elétricos pela UFMG em 1966, Estratégia de Marketing pela Fundação João Pinheiro em 1977, Sistemas de Informação para Executivos pela IBM em 1982 e Programa de Desenvolvimento Avançado para Executivos pela Fundação Dom Cabral/INSEAD em 2000.

Maria Amália Delfim de Melo Coutrim: O Sra Coutrim nasceu em 28/07/1957. É brasileira, domiciliada no Rio de Janeiro, portadora da Carteira de Identidade nº M-12944, expedida pela Corecon do Estado do Rio de Janeiro e do CPF nº 654298507-72. É graduada em Economia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 1979. Trabalha no Banco Opportunity desde 1994, ocupando atualmente a Diretoria de Relacionamentos com Investidor.

Eduardo Castilho Vasconcellos Costa: O Sr Costa nasceu em 22/08/1970, engenheiro eletricista, domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº MG - M5586589, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 905090306-10. É graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1996.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE AGE	2 - DATA DO EVENTO 29/07/2005	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS 0	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS 0	5 - ACORDO DE ACIONISTAS NÃO	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO NÃO	8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS
7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO						
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO						
9 - EXISTE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
NÃO						
ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL		
10 - QUANTIDADE (Unidade)	11 - PERCENTUAL	12 - QUANTIDADE (Unidade)	13 - PERCENTUAL	14 - QUANTIDADE (Unidade)	15 - PERCENTUAL	
0	0,00	0	0,00	0	0,00	

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO		
1 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
 Data-Base - 31/12/2005
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	--	--------------------------------

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF				
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
1511 - CLASSE	1512 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	1513 - % PREFERENCIAIS						
001	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	17.155.730-0001/64	BRASILEIRA	MG				SIM
	2.261.998	100,00	0	0,00	2.261.998	0,00	29/07/2005	
997	AÇÕES EM TESOURARIA				0	0,00		
	0	0,00	0	0,00	0	0,00		
998	OUTROS				0	0,00		
	0	0,00	0	0,00	0	0,00		
999	TOTAL				2.261.998	0,00		
	2.261.998	100,00	0	0,00	2.261.998	0,00		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Data-Base - 31/12/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM 001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 29/07/2005
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)
9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %
12 - COMP. CAP. SOC.	4 - NACIONALIDADE	5 - UF

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS **Data-Base - 31/12/2005**
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	--	--------------------------------

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração: 29/07/2005

2- ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Mil)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	NOMINATIVA		2.261.998	2.261.998	2.261.998
02	PREFERENCIAIS			0	0	0
03	PREFERENCIAIS CLASSE A			0	0	0
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			2.261.998	2.261.998	2.261.998

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	--	--------------------------------

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2- DATA DA ALTERAÇÃO	3- VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4- VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5- ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7- QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8- PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	08/09/2004	1	1	1 Escritura Pública	1	1,0000000000
02	31/01/2005	475.761	475.760	Subscrição em Bens ou Créditos	475.760	1,0000000000
03	29/07/2005	2.261.998	1.786.237	Subscrição em Bens ou Créditos	1.786.237	1,0000000000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2005
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	--	--------------------------------

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Mil)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
0	0	

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Mil)
----------	-------------	------------	---

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	--	--------------------------------

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - PROVENTO	3 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	4 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	5 - TERMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	6 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO	8 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	9 - CLASSE DAS AÇÕES	10 - MONTANTE DO PROVENTO (Reais Mil)	11 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
01	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	29/06/2005	31/12/2005	990.129	0,1124560000	ORDINÁRIA		53.500	30/06/2006
02	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	29/06/2005	31/12/2005	990.129	0,1124560000	ORDINÁRIA		53.500	30/12/2006
03	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	27/10/2005	31/12/2005	990.129	0,0331565311	ORDINÁRIA		37.500	30/06/2006
04	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	27/10/2005	31/12/2005	990.129	0,0331565311	ORDINÁRIA		37.500	30/12/2006
05	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	21/12/2005	31/12/2005	990.129	0,0170398040	ORDINÁRIA		19.272	30/06/2006
06	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	21/12/2005	31/12/2005	990.129	0,0170398045	ORDINÁRIA		19.272	30/12/2006
07	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	27/04/2006	31/12/2006	144.436	0,0145470960	ORDINÁRIA		32.905	30/06/2007
08	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	27/04/2006	31/12/2006	144.436	0,0145470960	ORDINÁRIA		32.905	30/12/2007

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Data-Base - 31/12/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	--	--------------------------------

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERTÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R\$AÇÃO	14 - CUMULATIVO	15 - PRIORITÁRIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	ORDINÁRIA		100,00	NÃO		PLENO	0,00		
			0,00				0,00000		

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO 29/07/2005	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO) 50,00
--	---

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS **Data-Base - 31/12/2005**
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	--	--------------------------------

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
NÃO	0	

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2005

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2004

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

4- ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	187.477	0	0
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	990.129	0	0
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

A CEMIG Distribuição S/A ("CEMIG D") foi constituída em 08 de setembro de 2004, como sociedade por ações, subsidiária integral da CEMIG, nos termos da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, em virtude do processo de Desverticalização da CEMIG. Na qualidade de subsidiária integral da CEMIG, esta detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da CEMIG D e adotar resoluções que julgue necessária à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento.

Desde a década de 60 até o início dos anos 80, a CEMIG adquiriu uma série de concessionárias de serviço público de energia de menor porte, estatais e privadas, e suas respectivas concessões, incorporando ao seu próprio sistema outros sistemas distribuição de energia. Principalmente em virtude dessas aquisições, a CEMIG e, conseqüentemente, a CEMIG D, tornou-se a maior concessionária de distribuição de energia elétrica do Estado de Minas Gerais.

A CEMIG D opera seus negócios de distribuição de acordo com Contratos de Concessão celebrados com o Governo Federal. Até 1997, a CEMIG detinha concessões individuais relativas a várias regiões dentro de sua área de distribuição. Em 10 de julho de 1997, a CEMIG celebrou novos contratos de concessão com a ANEEL, que consolidaram suas diversas concessões de distribuição em quatro concessões de distribuição cobrindo as regiões norte, sul, leste e oeste do Estado de Minas Gerais. Em decorrência da Desverticalização, em 16 de setembro de 2005, tais contratos foram aditados de forma a transferir as concessões de distribuição de energia elétrica anteriormente detidas pela CEMIG para a CEMIG D.

A administração da CEMIG D é realizada por uma estrutura corporativa que permite padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras, além de importante economia por meio de processos sinérgicos mais eficientes.

Desde a constituição da CEMIG, suas operações foram influenciadas pelo fato de ser controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, que utilizou a empresa para oferecer ao Estado de Minas Gerais infra-estrutura necessária para alavancar o seu desenvolvimento, sem, no entanto, comprometer a condição de empresa modelo no setor elétrico nacional.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

PONTOS FORTES

A CEMIG D possui os seguintes pontos fortes:

- Forte base de clientes fisicamente conectados, que ultrapassa mais de seis milhões em Minas Gerais.
- Alta capilaridade do sistema elétrico, abrangendo a quase totalidade do estado de Minas Gerais.
- Rede física de operações consoante padrões fortemente normatizados e consolidados.
- Sistemas de informação sólidos como suporte às atividades de gestão, planejamento elétrico, projeto, operação e manutenção da rede de operações.
- Corpo gerencial e técnico com ampla experiência em distribuição de energia.
- Equipe com ampla experiência em negociações tarifárias de elevada complexidade com o Regulador (ANEEL).
- Equipes com ampla experiência em relacionamento com grandes clientes e com o varejo.
- Representatividade adequada em fóruns como a Abradee e outros.
- Forte geração de caixa operacional.
- Endividamento moderado.
- Solidez financeira.
- Estratégia robusta, focada na busca contínua de rentabilidade com qualidade de fornecimento e consistente com a lógica regulatória.

São, também, tópicos de destaque da gestão estratégica da CEMIG D:

- a implementação do *Balanced Scorecard*, reconhecido no mundo inteiro como a melhor ferramenta para a implementação e acompanhamento das estratégias nas empresas;
- a certificação de processos pela Norma NBR ISO 9001, para a melhoria da eficácia das atividades operacionais;
- a implementação de um *Sistema de Gestão Ambiental* interno, baseado na Norma NBR ISO 14001, que orienta todas as atividades da empresa em

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

relação à gestão ambiental, e que prevê a certificação daquelas atividades e áreas que causam impactos ambientais.

A CEMIG D possui uma estrutura de negócios de menor risco. Nos modelos setorial e tarifário vigentes, é prevista a manutenção do chamado Equilíbrio Econômico Financeiro dos contratos de concessão, de forma a garantir os direitos dos prestadores do serviço que atuam com eficiência e prudência, visando obter ganhos suficientes para cobrir custos operacionais e alcançarem adequado retorno sobre o capital investido. A preservação do Equilíbrio Econômico-Financeiro é obtida nos processos de revisões e reajustes tarifários.

Ressalta-se, adicionalmente, que a CEMIG D vem apresentando melhoria significativa em vários indicadores financeiros ao longo dos anos, sendo que no exercício de 2005, foi responsável por cerca de 50% do total do lucro líquido gerado pelo grupo empresarial Cemig. Essa melhoria reflete os resultados do processo de revisão tarifária previsto nos contratos de concessão, iniciado em abril 2003 e finalizado em abril de 2005, em que a CEMIG D obteve o reconhecimento adequado, nas tarifas, de itens que compõem a sua receita requerida. O resultado também pode ser creditado à implementação de práticas gerenciais voltadas para a eficiência operacional e melhoria de processos

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS

A estratégia da CEMIG D foi desenhada de modo a contemplar, concomitantemente, a busca contínua de aumento de sua rentabilidade e os requisitos da regulamentação setorial, estabelecidos no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Assim, as diretrizes estratégicas da CEMIG D estão a seguir explicitadas:

- *Equacionar seus cronogramas de investimento em consonância com a lógica da regulamentação a que se submete:* a receita total da CEMIG D é determinada pela ANEEL, com base no modelo *price cap*, que prevê revisões tarifárias quinquenais, revisões tarifárias extraordinárias e reajustes tarifários anuais. Nas revisões quinquenais, os ativos da CEMIG D são reavaliados, assim como seus gastos operacionais recorrentes, sendo a receita total redefinida visando a cobertura desses gastos e a remuneração regulatória dos investimentos realizados. Posto isso, a CEMIG D deve equacionar seus cronogramas de investimentos de modo que o seu fluxo de caixa seja maximizado, consideradas as datas de revisões quinquenais e a necessidade de atender o mercado com qualidade.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

- *Reavaliar critérios de planejamento e projeto do sistema elétrico, visando à redução dos custos unitários dos investimentos:* a busca de redução dos custos unitários também se presta ao alinhamento com critérios regulatórios. Nas revisões quinquênis, a ANEEL pode não reconhecer na tarifa dispêndios considerados *não prudentes*; além disso, investimentos excessivamente elevados, ainda que fossem reconhecidos pela ANEEL, implicariam maiores tarifas e, possivelmente maiores inadimplência, furtos e fraudes.
- *Perseguir, continuamente, o ajuste à Empresa de Referência e buscar as melhores práticas nos processos que a integram:* a aplicação do modelo *price cap* às distribuidoras brasileiras contempla a criação, pela ANEEL, de uma Empresa de Referência, ou seja, de uma concorrente virtual para a CEMIG D, que é monopólio regulado. A CEMIG D deve ajustar seus processos e gastos aos padrões mais desafiadores da Empresa de Referência.
- *Propiciar crescimento sustentável e agregar valor ao investimento de seus acionistas:* analisando seu portfólio de negócios, iniciando projetos com assegurado retorno e com recursos compatíveis com o seu custo médio ponderado de capital, gerenciando continuamente o desempenho de suas atividades operacionais e implementando políticas de governança corporativa cada vez mais sofisticadas.
- *Garantir a qualidade do produto e do serviço ao cliente, de acordo com as exigências regulatórias, nos limites de custo dados pela Empresa de Referência:* a Empresa de Referência determina não apenas parâmetros econômicos, mas também parâmetros técnicos e de qualidade que devem ser continuamente observados, de modo a evitar penalidades financeiras.
- *Aumentar a eficiência na gestão de estoques:* a CEMIG D investe de forma intensiva em seu sistema elétrico, o que é característico das distribuidoras de energia elétrica e a gestão de estoques é relevante para melhorar o fluxo de caixa empresarial e a rentabilidade.
- *Intensificar as ações economicamente sustentáveis de proteção da receita e ativos:* a CEMIG D deve envidar esforços consistentes para reduzir a inadimplência, perdas, furtos e fraudes, agravados pelo elevado nível de tributos e encargos do setor elétrico, ao qual se submete, e pela tendência

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

crescente de gastos operacionais com energia e uso do sistema de transmissão, em âmbito setorial.

- *Atuar em todos os fóruns institucionais no sentido de reduzir a participação da parcela A (VPA) e da carga tributária incidente sobre a tarifa:* os gastos operacionais recorrentes da CEMIG D se dividem em uma parcela não gerenciável (parcela A ou VPA – valor da parcela A), e em uma parcela gerenciável (parcela B ou VPB – valor da parcela B). A VPA abrange compras de energia, uso do sistema de transmissão, parte ponderável dos tributos e encargos incidentes sobre o negócio e outros tópicos definidos pela ANEEL. Mesmo não gerenciando a VPA, a CEMIG D sofre os efeitos do seu aumento, eventualmente imposto pela atuação governamental/regulatória, estando sujeita a descobertas de gastos adicionais realizados e a maiores inadimplências, furtos e fraudes. Assim, é relevante que a atuação institucional da CEMIG D seja ampla, em múltiplos fóruns, buscando reduzir a VPA ou pelo menos inibir o crescimento real dessa parcela. Destaca-se, adicionalmente, o incremento considerável e crescente dos tributos e encargos setoriais no setor, que tem sido criticado e combatido pelas empresas distribuidoras, especialmente por meio da ABRADÉE.
- *Cumprir a legislação ambiental:* Consciente da relevância de sua atuação na comunidade, a CEMIG D se preocupa em desenvolver somente projetos que assegurem a completa compatibilidade com a legislação ambiental e que promovam o bem estar e segurança da população. Além disto, implementou um Sistema de Gestão Ambiental interno baseado na Norma NBR ISO 14001, que orienta todas as atividades da empresa em relação à gestão ambiental, e prevê a certificação daquelas atividades e áreas que causam impactos ambientais.

A CEMIG D acredita que sua estratégia, embasada nas diretrizes acima citadas, lhe permitirá atender a demanda por seus serviços com melhor qualidade e, ao mesmo tempo, melhorar seus resultados operacionais e situação econômico-financeira.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

GERAL

Em 2002, o MME aprovou um plano de expansão de dez anos de acordo com o qual a capacidade total de geração de energia instalada do Brasil está projetada para aumentar de 75,8 GW em 2002 para 112,1 GW até 2012, dos quais 86,8 GW (77,4%) está projetada para ser hidrelétrica, 16,8 GW (15%) para ser termoeétrica e 8,5 GW (7,6%) para ser importada por meio do Sistema Elétrico Interligado Nacional.

Aproximadamente 42% da capacidade instalada de geração de energia dentro do Brasil era, em 30 de junho de 2006, de propriedade da Eletrobrás, empresa controlada pelo governo. Por meio de suas subsidiárias, a Eletrobrás é responsável também por 70% da capacidade instalada de transmissão acima de 230 kV. Além disso, alguns Estados brasileiros controlam empresas envolvidas na geração, transmissão e distribuição de energia. É o caso da própria CEMIG, da CESP e da COPEL.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS

A Constituição brasileira determina que o desenvolvimento, uso e venda de energia podem ser assumidos diretamente pelo governo ou indiretamente por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, O Setor de Energia Elétrica do Brasil tem sido dominado pelas concessionárias de geração, transmissão e distribuição, controladas pelo governo. Nos últimos anos, o governo tomou diversas medidas para remodelar o Setor de Energia Elétrica. Em geral, essas medidas tiveram como objetivo o aumento do papel do investimento privado e a eliminação das restrições ao investimento estrangeiro, aumentando portanto a concorrência no Setor de Energia Elétrica.

Em particular, o governo tomou as seguintes medidas:

(1) A Constituição Brasileira foi alterada em 1995 a fim de autorizar o investimento estrangeiro na geração de energia. Antes dessa alteração, todas as concessões de geração eram detidas por uma pessoa física brasileira, ou por uma sociedade controlada por pessoas físicas brasileiras ou pelo governo.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

(2) Foi promulgada em 13 de fevereiro de 1995, a Lei Nº 8.987, ou a Lei de Concessões, e em 7 de julho de 1995, a Lei do Setor Elétrico, ou a Lei de Concessões de Energia, que juntas:

- exigiam que todas as concessões para fornecimento de serviços relacionados à energia fossem outorgadas por meio de processos de leilão público;
- gradualmente permitiam que certos consumidores de energia com demanda significativa, designados consumidores livres, comprassem energia diretamente de fornecedores detentores de uma concessão, permissão ou autorização;
- estabeleciam a criação de sociedades de geração, ou Produtoras Independentes de Energia, que, por meio de uma concessão, permissão ou autorização, podem gerar e vender por sua própria conta e risco, toda ou parte da energia que geram a consumidores livres, concessionárias de distribuição, agentes de comercialização, entre outros;
- concediam a consumidores livres e fornecedores de energia acesso aberto a todos os sistemas de distribuição e transmissão; e
- eliminavam a necessidade de uma concessão para construir e operar projetos energéticos com capacidade de 1 MW a 30 MW, ou Pequenas Centrais Hidrelétricas.

A partir de 1995, parte das participações detidas pela Eletrobrás e por diversos Estados nas empresas de geração e distribuição foi vendida a investidores privados. Simultaneamente, alguns governos estaduais venderam também suas participações nas principais empresas de distribuição, inclusive na CEMIG D.

Em 1998, foi promulgada a Lei nº 9.648, ou a Lei do Setor Energético, para revisar a estrutura básica do setor elétrico. A Lei do Setor Energético determinou:

- o estabelecimento de um órgão auto-regulador responsável pela operação do mercado de energia de curto-prazo, ou o Mercado Atacadista de Energia Elétrica, que substituiu o sistema anterior de preços de geração e contratos de fornecimento regulados;
- uma exigência que as empresas de distribuição e geração fizessem contratos de fornecimento de energia inicial, ou os contratos iniciais, em geral compromissos do tipo *"take or pay"*, a preços e volumes aprovados pela ANEEL. O principal objetivo dos contratos iniciais era garantir que as empresas de distribuição tivessem acesso a um fornecimento estável de energia a preços que assegurassem uma taxa mínima de retorno às

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

empresas de geração durante o período de transição levando ao estabelecimento de um mercado de energia livre e competitivo;

- a criação do ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, uma entidade de direito privado sem fins lucrativos responsável pela administração operacional das atividades de geração e transmissão do Sistema Elétrico Interligado Nacional;
- o estabelecimento de processos de licitação pública para concessões para construção e operação de usinas de energia elétrica e instalações de transmissão.

Em 2001, o Brasil enfrentou uma grave crise de energia que durou até o fim de fevereiro 2002. Como resultado, o governo implantou medidas que incluíram:

- um programa para racionamento de consumo de energia nas regiões mais adversamente afetadas, a saber as regiões sudeste, centro-oeste e nordeste do Brasil; e
- a criação da *Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica* - GCE, que aprovou uma série de medidas emergenciais que estabeleceram metas para consumo reduzido de energia para consumidores residenciais, comerciais e industriais nas regiões afetadas, introduzindo regimes tarifários especiais que incentivavam a redução de consumo de energia.

Em março de 2002, a GCE suspendeu as medidas emergenciais e o racionamento de energia em consequência de grandes aumentos no fornecimento (em virtude de um aumento significativo nos níveis dos reservatórios) e de uma redução moderada na demanda, e, dessa forma, o governo promulgou novas medidas em abril de 2002 que, entre outras coisas, determinou um reajuste tarifário extraordinário para compensar as perdas financeiras incorridas pelas fornecedoras de energia como resultado do racionamento obrigatório.

O governo, por meio do BNDES, lançou o Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica em novembro de 2002, e o Programa de Apoio à Capitalização de Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica, ou Programa de Capitalização, em setembro de 2003, com o objetivo de oferecer apoio financeiro ao refinanciamento das dívidas das empresas de distribuição, para compensá-las pela perda de receitas resultante do Racionamento, da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano e dos atrasos na aplicação dos reajustes tarifários durante 2002.

Em 15 de março de 2004, o governo promulgou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica a fim de

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia. Essa lei foi regulamentada por inúmeros decretos a partir de maio de 2004, e está sujeita à regulamentação posterior a ser emitida pela ANEEL e pelo MME, conforme detalhado mais adiante.

CONCESSÕES

As empresas ou consórcios que desejam construir ou operar instalações para geração, transmissão ou distribuição de energia no Brasil devem solicitar ao MME ou à ANEEL, uma concessão, permissão ou autorização, conforme o caso. Concessões dão o direito de gerar, transmitir ou distribuir energia em determinada área de concessão por um período determinado. Esse período é normalmente 35 anos para novas concessões de geração, e 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Concessões existentes poderão ser renovadas a critério do poder concedente.

A Lei de Concessões estabelece, entre outras coisas, as condições que a concessionária deve cumprir ao fornecer serviços de energia, os direitos dos consumidores, e as obrigações das concessionárias e do poder concedente. Os principais dispositivos da Lei de Concessões estão resumidos como segue:

- *Serviço adequado.* A concessionária deve prestar adequadamente serviço regular, contínuo, eficiente e seguro.
- *Uso de terrenos.* A concessionária poderá usar terrenos públicos ou solicitar que o poder concedente desapropriar terrenos privados necessários em benefício da concessionária. Em tal caso, a concessionária deve indenizar os proprietários dos terrenos desapropriados.
- *Responsabilidade objetiva.* A concessionária é objetivamente responsável pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada dos serviços de distribuição de energia, tal como interrupções abruptas no fornecimento e variações na voltagem.
- *Alterações na participação controladora.* O poder concedente deve aprovar previamente qualquer alteração direta ou indireta de participação controladora na concessionária.
- *Intervenção pelo poder concedente.* O poder concedente poderá intervir na concessão a fim de garantir o desempenho adequado dos serviços e o cumprimento integral das disposições contratuais e regulatórias. Dentro de

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

30 dias da data do decreto autorizando a intervenção, o poder concedente deve dar início a um processo administrativo em que a concessionária tem direito de contestar a intervenção. Durante o processo administrativo, um interventor nomeado pelo poder concedente passa a ser responsável por continuar a concessão. Caso o processo administrativo não seja concluído dentro de 180 dias da data do decreto, a intervenção cessa e a administração da concessão é devolvida à concessionária. A administração da concessão é também devolvida à concessionária se o interventor decidir não terminar a concessão.

- *Término antecipado da concessão.* O término do contrato de concessão poderá ser antecipado por meio de encampação ou caducidade. Encampação consiste no término prematuro de uma concessão por razões relacionadas ao interesse público que devem ser expressamente declaradas por lei. A caducidade deve ser declarada pelo poder concedente depois de a ANEEL ou o MME ter emitido um despacho administrativo final dizendo que a concessionária, entre outras coisas, (1) deixou de prestar serviços adequados ou de cumprir a legislação ou regulamentação aplicável, ou (2) não ter mais capacidade técnica financeira ou econômica para fornecer serviços adequados. A concessionária pode contestar a encampação ou caducidade em juízo. A concessionária tem direito à indenização por seus investimentos em ativos reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados, após dedução de quaisquer multas e danos devidos pela concessionária.
- *Término por decurso do prazo.* Quando a concessão expira, todos os ativos, que são relacionados à prestação dos serviços de energia reverterem ao governo. Depois do término, a concessionária tem direito de indenização por seus investimentos em ativos revertidos que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados.

MULTAS

A regulamentação da ANEEL prevê a imposição de sanções contra os agentes do setor e classifica as multas com base na natureza e severidade da infração (inclusive advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar de processos de licitação para novas concessões, permissões ou autorizações e caducidade). Para cada infração, as multas podem chegar a até dois por cento da receita (líquida de impostos) da concessionária no período de 12 meses. Algumas infrações que podem resultar em multas referem-se à falha das concessionárias em solicitar a aprovação da ANEEL, inclusive:

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

- *celebração de contratos entre partes relacionadas;*
- *venda ou cessão de ativos relacionados a serviços prestados assim como a imposição de qualquer ônus sobre esses ativos; e*
- *alterações no controle societário.*

PRINCIPAIS AUTORIDADES

Ministério de Minas e Energia - MME

Após a aprovação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o Governo Federal, atuando basicamente por meio do MME, assumiu certas obrigações que estavam previamente sob a responsabilidade da ANEEL, destacando-se a outorga de concessões e a emissão de instruções regulando o processo de licitação para concessões referentes aos serviços públicos.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

O Setor de Energia Elétrica do Brasil está também regulado pela ANEEL. Depois da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a principal responsabilidade da ANEEL passou a ser de regular e supervisionar o Setor de Energia Elétrica em linha com a política a ser ditada pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras:

- administrar concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia, inclusive com a aprovação de tarifas;
- supervisionar a prestação de serviços pelas concessionárias e impor as multas aplicáveis;
- promulgar normas para o setor elétrico;
- implantar e regular a exploração de fontes de energia, inclusive o uso de energia hidrelétrica;
- promover licitações para novas concessões;
- resolver disputas administrativas entre os agentes do setor; e
- definir os critérios e a metodologia para determinação de tarifas de transmissão.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Conselho Nacional de Política de Energia - CNPE

Em agosto de 1997, o Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, foi criado para assessorar o Presidente da República no desenvolvimento da política nacional de energia. O CNPE é presidido pelo MME, e a maioria de seus membros é formada por ministros do governo. O CNPE foi criado para otimizar o uso dos recursos de energia do Brasil e para garantir o fornecimento de energia no País.

Operador Nacional do Sistema - ONS

Criado em 1998, o ONS é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos constituída por geradores, transmissores, distribuidores, consumidores livres e comercializadores. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico concedeu ao governo poder para indicar três diretores para a Diretoria Executiva do ONS. O papel básico do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão do Sistema Elétrico Interligado Nacional, sujeito à regulamentação e supervisão da ANEEL.

Os objetivos e as principais responsabilidades do ONS incluem:

- planejamento operacional para o setor de geração;
- organização do uso do Sistema Elétrico Interligado Nacional e interligações internacionais;
- garantir aos agentes do setor acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória;
- assistência na expansão do sistema energético;
- propor ao MME os planos e diretrizes para extensões da Rede; e
- apresentação de regras para operação do sistema de transmissão para aprovação da ANEEL.

Mercado Atacadista de Energia - MAE e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Originalmente uma entidade auto-regulada, o órgão de mercado, a partir de 2002, passou a estar sujeito à autorização, supervisão e regulamentação da ANEEL. O Mercado Atacadista de Energia (MAE) era responsável pela contabilização e pela liquidação das diferenças no mercado de energia de curto prazo entre seus agentes participantes.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Em 12 de agosto de 2004, o Governo editou um decreto estabelecendo a regulamentação aplicável à nova Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e, dessa forma, em 10 de novembro de 2004 o MAE foi sucedido pela CCEE e suas atividades e ativos foram absorvidos por esse novo órgão de mercado. Tal como o MAE, a CCEE é constituída por agentes de geração, distribuição, comercialização e consumidores livres.

Um dos principais papéis da CCEE é realizar leilões públicos no Ambiente de Contratação Regulada, tal como o leilão realizado em 7 de dezembro de 2004. Além disso, a CCEE é responsável, entre outras coisas, por (1) registrar os contratos de comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulada, os contratos resultantes de contratações de ajustes e os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre, e (2) contabilizar e liquidar as transações de curto prazo.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

Criada em agosto de 2004, a Empresa de Pesquisa Energética, ou EPE é responsável por conduzir pesquisas estratégicas no Setor de Energia Elétrica, inclusive com relação à energia elétrica, petróleo, gás, carvão e fontes energéticas renováveis. As pesquisas realizadas pela EPE serão usadas para subsidiar o MME em seu papel de elaborador de programas para o setor energético nacional.

Comitê de Monitoramento do Setor de Energia

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico autorizou a criação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, ou CMSE, que atua sob a direção do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de fornecimento do sistema e pela indicação das providências necessárias para a correção de problemas identificados.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

O NOVO MODELO PARA O SETOR

SUMÁRIO

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes na regulamentação do setor elétrico brasileiro visando (1) fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e (2) garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas módicas por meio de processos de leilões públicos de energia elétrica. As principais características da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- Criação de dois ambientes paralelos para comercialização de energia, com (1) um para empresas de distribuição, chamado Ambiente de Contratação Regulada; e (2) um outro mercado para consumidores livres e empresas de comercialização de energia, em que será permitida a concorrência.
- Restrições a certas atividades de distribuidoras, de forma a garantir que estejam voltadas apenas a seu principal negócio a fim de assegurar serviços mais eficientes e confiáveis a seus consumidores.
- Restrição ao *self-dealing*, para fornecer um incentivo para que distribuidoras contratem energia a preços mais baixos disponíveis, ao invés de comprar energia de partes relacionadas.
- Cumprimento dos contratos assinados antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a fim de proporcionar estabilidade às transações realizadas antes de sua promulgação.
- Proibição das distribuidoras venderem eletricidade aos consumidores livres a preços não regulados.
- Proibição das distribuidoras exercerem atividades de geração ou transmissão de energia elétrica, bem como participarem em outras sociedades de forma direta ou indireta.
- Exclusão da Eletrobrás e suas subsidiárias do Plano Nacional de Desestatização, programa criado pelo governo em 1990 visando promover o processo de privatização das empresas estatais.

Contestações à Constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está atualmente sendo contestada, em seus aspectos formais, com base em fundamentos constitucionais perante o

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Supremo Tribunal Federal. O governo apresentou pedido para extinguir as ações argumentando que as contestações constitucionais foram hipoteticamente apresentadas porque se relacionavam a uma medida provisória que já tinha sido convertida em lei. Entretanto, em 4 de agosto de 2004, o Supremo Tribunal Federal negou o pedido do governo e decidiu julgar as ações. Uma decisão final sobre essa questão está sujeita ao voto da maioria dos 11 (onze) Ministros, sendo que um quorum de pelo menos 8 (oito) Ministros deve estar presente. Até a presente data, o Supremo Tribunal Federal não publicou uma decisão final e não temos conhecimento quando tal decisão poderá ser proferida. Portanto, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está atualmente em vigor. Independentemente da decisão do Supremo Tribunal Federal, certas partes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico referentes a restrições às distribuidoras que desenvolvem atividades não relacionadas à distribuição de energia, bem como vendas de energia por distribuidoras a consumidores livres e a eliminação do *self-dealing*, devem permanecer em vigor.

Coexistência de Dois Ambientes de Contratação de Energia

Os negócios de compra e venda de energia são atualmente realizados em dois mercados: (1) o Ambiente de Contratação Regulada, que inclui a contratação de energia elétrica pelas empresas de distribuição por meio de leilões para o atendimento a todo o seu mercado e (2) Ambiente de Contratação Livre, que inclui compras de energia por agentes não regulados tais como consumidores livres e comercializadores.

A energia gerada por (1) projetos de geração de baixa capacidade localizados próximos a pontos de consumo (tais como usinas de co-geração e pequenas centrais hidrelétricas), (2) usinas qualificadas de acordo com o PROINFA, e (3) Itaipu, não estarão sujeitos a processo de leilão para fornecimento de energia ao Ambiente de Contratação Regulada. A energia gerada por Itaipu é comercializada pela Eletrobrás e os volumes que devem ser comprados por cada concessionária de distribuição são estabelecidos por meio de quotas definidas pela ANEEL. A tarifa pela qual a energia gerada por Itaipu é comercializada é denominada em dólar norte-americano e estabelecida conforme tratado firmado entre Brasil e Paraguai. Como consequência, a tarifa de Itaipu aumenta ou diminui, em conformidade com a variação da taxa de dólar norte-americano/real. Alterações no preço da energia gerada por Itaipu estão, entretanto, sujeitas ao mecanismo de ressarcimento das variações dos custos da Parcela A discutido abaixo em "Tarifas de Distribuição."

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Desverticalização do Setor Elétrico

A desverticalização no setor de energia elétrica é um processo aplicável às empresas que atuam de forma verticalmente integrada, tendo como objeto a segregação das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e vem sendo implementada no Brasil desde 1995. Basicamente, o processo de desverticalização tem como objetivos (i) evitar a existência de subsídios cruzados entre as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, isto é, evitar que as tarifas auferidas por uma das referidas atividades subsidiem qualquer das demais e (ii) efetivar e estimular a competição no setor elétrico nos segmentos nos quais a competição é possível (geração e comercialização), bem como aprimorar o sistema de regulação dos segmentos nos quais há monopólio de rede (transmissão e distribuição).

A Lei do Novo Modelo de Setor Elétrico, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, determina que as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica que atuem no SIN, não poderão desenvolver atividades: (i) de geração; (ii) de transmissão, (iii) de venda de energia a Consumidores Livres; (iv) de participação em outras sociedades, direta ou indiretamente; ou (v) estranhas ao objeto social, exceto nos casos previstos em lei e nos respectivos contratos de concessão. Tais restrições não se aplicam (i) ao fornecimento de energia a sistemas elétricos isolados; (ii) ao atendimento de seu próprio mercado desde que inferior a 500GWh/ano e (iii) na captação, aplicação ou empréstimo destinados à própria distribuidora ou a sociedade do mesmo grupo econômico, mediante prévia anuência da ANEEL. As atividades estranhas aos serviços públicos de distribuição de energia elétrica desenvolvidas por concessionárias de acordo com os respectivos contratos de concessão deverão ser incluídas como fontes alternativas de receita da concessionária e os rendimentos advindos de tais atividades serão considerados para a determinação dos valores das tarifas aplicáveis, com vistas à modicidade tarifária dos serviços de energia elétrica.

Da mesma forma, as concessionárias e as autorizadas de geração que atuem no SIN não poderão ser coligadas ou controladoras de sociedades que desenvolvam atividades de distribuição de energia elétrica no SIN.

A CEMIG completou seu processo de desverticalização em 2005.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA

No Ambiente de Contratação Regulada, empresas de distribuição compram energia para consumidores cativos por meio de leilões públicos regulados pela ANEEL, e operacionalizados pela CCEE. Compras de energia serão feitas por meio de dois tipos de contratos: (1) Contratos de Quantidade de Energia, e (2) Contratos de Disponibilidade de Energia.

De acordo com o Contrato de Quantidade de Energia, a geradora compromete-se a fornecer determinado volume de energia e assume o risco de que esse fornecimento de energia seja afetado por condições hidrológicas e níveis baixos dos reservatórios. De acordo com o Contrato de Disponibilidade de Energia, a geradora compromete-se a disponibilizar um volume específico de capacidade ao Ambiente de Contratação Regulada. Nesse caso, a receita da geradora está garantida e possíveis riscos hidrológicos são imputados às distribuidoras. Entretanto, eventuais custos adicionais incorridos pelas distribuidoras serão repassados aos consumidores. Juntos, esses contratos constituem os CCEAR.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a previsão de mercado de cada Distribuidora é o principal fator na determinação do volume de energia a ser contratado pelo sistema. De acordo com o novo modelo, as distribuidoras são obrigadas a contratar 100% de suas necessidades projetadas de energia, e não mais os 95% estabelecidos pelo modelo anterior. O não atendimento da totalidade dos seus mercados pode resultar em multas para as distribuidoras.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as empresas de distribuição possuem o direito de repassar aos seus consumidores os custos relacionados à energia que compram por meio de leilões públicos assim como quaisquer tributos e encargos do setor relacionados a tais leilões.

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE

No Ambiente de Contratação Livre a energia elétrica é comercializada entre concessionárias de geração, Produtores Independentes de Energia, auto-produtores, agentes de comercialização, importadores de energia e consumidores livres.

Consumidores potencialmente livres são aqueles cuja demanda excede 3 MW, em tensão, igual ou superior a 69 kV ou em qualquer nível de tensão, se o fornecimento começou após 7 de julho de 1995. Além disso, consumidores com

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

demanda contratada igual ou superior a 500 kW ou mais poderão ser servidos por fornecedores, que não sua empresa local de distribuição, contratando energia de fontes energéticas alternativas, tais como energia eólica, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo Ambiente de Contratação Livre, este somente poderá retornar ao ambiente regulado se notificar seu Distribuidor local com cinco anos de antecedência, ou em menor prazo a critério do distribuidor. Tal exigência prévia busca garantir que, se necessário, a construção de nova geração eficiente em termos de custo possa ser finalizada a fim de atender o regresso de consumidores livres ao Ambiente de Contratação Regulada. A fim de minimizar os efeitos de perdas resultantes de consumidores que escolhem se tornar consumidores livres, as distribuidoras podem reduzir o montante de energia existente contratado junto às geradoras de acordo com o volume de energia que não irão mais distribuir aos consumidores livres. Geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas diferentemente das geradoras privadas, são obrigadas a fazê-lo por meio de um processo público, que garante transparência e acesso igual a todas as partes interessadas.

Atualmente, clientes de alta tensão que comprem energia de distribuidores no Ambiente de Contratação Regulada o fazem a preços subsidiados. Esse subsídio, conhecido por "subsídio cruzado", começou a ser gradualmente retirado a partir de julho de 2003 e será totalmente eliminado até 2007.

O risco de perda de consumidores livres foi bastante minimizado a partir de 2005. A maior parte dos consumidores potencialmente livres da CEMIG D optou pelo mercado livre, comprando energia da CEMIG GT. Nesse sentido, o mercado da distribuidora é atualmente composto por parcela de consumidores industriais potencialmente livres, parcela esta equivalente a 18% do mercado total da CEMIG D.

Eliminação do self-dealing

Uma vez que a compra de energia para consumidores cativos será realizada no Ambiente de Contratação Regulada, a contratação entre partes relacionadas (*self-dealing*), por meio da qual as distribuidoras podem atender até 30% de suas necessidades de energia por meio da energia adquirida de empresas afiliadas, não será mais permitida, exceto no contexto dos contratos que foram devidamente aprovados pela ANEEL antes da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Contratos Assinados Antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que contratos assinados por empresas de distribuição e aprovados pela ANEEL antes da edição da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não podem ser alterados em seus prazos, preços ou volumes já contratados, com exceção dos contratos iniciais, conforme descrito abaixo.

Durante o período de transição (1998-2005) para o mercado de energia livre e competitivo estabelecido pela legislação anterior, a compra e venda de energia entre concessionárias de geração e de distribuição ocorria por meio dos contratos iniciais. O objetivo do período de transição era permitir a introdução gradual da concorrência no setor e proteger os participantes do mercado contra a exposição aos preços do mercado de curto prazo, potencialmente voláteis. Durante esse período, os contratos iniciais foram reduzidos em 25% a cada ano, a partir de 2003, finalizando em 31 de dezembro de 2005.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as empresas de geração podem comercializar sua energia não contratada no Ambiente de Contratação Regulada ou no Ambiente de Contratação Livre. Com o vencimento dos contratos iniciais no fim de 2005, toda a energia descontratada passou a ser negociada no Ambiente de Contratação Regulada ou no Ambiente de Contratação Livre.

Compras de Energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

Em 30 de julho de 2004, o governo editou regulamentação relativa à compra e venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada e no Ambiente de Contratação Livre, assim como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de energia. Essa regulamentação inclui regras referentes aos leilões, aos contratos de comercialização de energia e ao método de repasse de custos aos consumidores finais.

A regulamentação determina que todos os agentes compradores de eletricidade devem contratar toda a demanda de energia necessária para o atendimento de 100% de seus mercados ou cargas de acordo com as diretrizes do novo modelo. Os agentes vendedores de energia devem fornecer suporte comprobatório (lastro) ligando a energia a ser vendida às instalações de geração de energia existentes ou planejadas. Os agentes que não cumprirem tais exigências estão sujeitos a multas impostas pela ANEEL.

A partir de 2005, todas as empresas de distribuição passaram a ser obrigadas a notificar ao MME, até 1º de agosto de cada ano, a respeito de sua demanda

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

estimada de energia para cada um dos cinco anos subseqüentes, para que o MME estabeleça o montante total de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Regulada. Além disso, as empresas de distribuição passaram a ser obrigadas a especificar a parte do montante que pretendem contratar para atender seus consumidores potencialmente livres.

A nova regulamentação determina que as empresas de distribuição de energia cumpram suas obrigações de fornecimento de energia basicamente por meio de leilões públicos, em conformidade com os procedimentos descritos em "O Leilão de 2004" e "Leilões Subseqüentes", abaixo.

Além desses leilões, a empresa de distribuição compra compulsoriamente energia de (1) projetos de geração de energia participantes do PROINFA e (2) Itaipu Binacional. Adicionalmente, a empresa pode ainda comprar energia de geração distribuída, de empresas de geração ligadas diretamente à rede da empresa de distribuição.

Os Leilões de Energia Existente

Em 7 de dezembro de 2004, a CCEE realizou o primeiro leilão de energia existente com base nas condições estabelecidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

O leilão foi realizado em duas fases, por meio de um sistema eletrônico. Na primeira fase, as negociações ocorreram em rodadas múltiplas, em cada uma das quais os vendedores de energia ofereceram blocos de energia a um preço específico (preço vigente) a serem entregues dentro de um prazo proposto. Os tamanhos dos blocos de energia e seus respectivos prazos de entrega foram estabelecidos antecipadamente pelo MME. A primeira fase cessou quando nenhuma oferta para vender foi feita em uma rodada e os preços vigentes foram iguais ou inferiores aos preços de reserva (teto permitido pelo MME para a celebração dos contratos).

A segunda fase teve uma única rodada, em que os vendedores que fizeram ofertas válidas na primeira fase puderam fazer novas ofertas para cada bloco de energia.

Depois da conclusão do leilão de 2004, as empresas de distribuição e as vendedoras celebraram os CCEARs estabelecendo as condições, os preços e os montantes de energia contratados. As distribuidoras também foram obrigadas a apresentar garantias financeiras. De acordo com os termos do Contrato de

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Constituição de Garantia, as compradoras disponibilizarão recebíveis em um montante igual a 110% do montante médio das últimas três faturas do CCEAR.

Em abril e outubro de 2005, foram realizados o segundo e o terceiro Leilão de Energia Existente, respectivamente. O prazo dos contratos de energia existente é de 8 anos.

Os resultados da compra de energia pela CEMIG D nos leilões de energia existente promovidos pela CCEE encontram-se no quadro abaixo:

Resultados	Ano de início de fornecimento			
	2005	2006	2007	2008
CEMIG-D (Compra)				
Volume (MW médios)	530	919	0	105
Prazo (MW médios)	8	8	0	8
Preço (R\$/ MWh)	57,51	67,33	0	83,13

Leilões Subseqüentes

Os leilões de energia para novos projetos de geração serão realizados (1) cinco anos antes da data da entrega inicial (mencionados como leilões "A-5"), e (2) três anos antes da data da entrega inicial (mencionados como leilões "A-3"). Haverá também leilões de energia de empreendimentos existentes de geração de energia (1) realizados um ano antes da data da entrega inicial (mencionados como leilões "A-1") e (2) realizados no máximo quatro meses antes da data da entrega (mencionados como "ajustes de mercado"). Os editais para os leilões serão preparados pela ANEEL, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo MME.

Cada empresa de geração vencedora nos leilões assinará um contrato de compra de energia com cada empresa de distribuição participante do mesmo. O montante de energia vendido pela geradora é dividido proporcionalmente pela quantidade demandada de cada distribuidora no referido leilão, obtendo-se desta forma o montante de energia vinculado a cada contrato. A única exceção a essas regras refere-se ao leilão de ajuste de mercado, em que os contratos serão entre empresas vendedoras específicas e empresas de distribuição. O CCEAR de ambos os leilões A-5 e A-3 terá uma duração entre 15 e 30 anos, e o CCEAR dos leilões A-1 terá uma duração entre 5 e 15 anos. Contratos resultantes dos leilões de ajuste do mercado serão limitados a uma duração de dois anos.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Em 16 de dezembro de 2005, foi realizado o primeiro Leilão de Energia Nova. O prazo de duração dos contratos é de 30 anos para energia hidráulica e de 15 anos para energia térmica. Os resultados da compra de energia pela CEMIG D no Leilão de energia nova podem ser vistos no quadro a seguir.

Ano	2008	2009	2010
Hidráulica			
Volume (MW médios)	4,5	3,2	92,0
Prazo do Contrato (anos)	30	30	30
Preço (R\$/MWh)	106,95	113,89	114,83
Térmica			
Volume (MW médios)	35,3	58,8	89,0
Prazo do Contrato (anos)	15	15	15
Preço (R\$/MWh)	132,26	129,26	121,81
Total			
Volume (MW médios)	39,8	62,0	181,0
Preço (R\$/MWh)	127,15	127,77	117,11

O segundo Leilão de Energia Nova foi realizado no dia 29 de junho de 2006, sendo este um leilão A-3. Assim como no primeiro leilão, a duração dos contratos é de 30 anos para fontes hidráulicas e 15 anos para fontes térmicas. O quadro abaixo traz os resultados da compra de energia pela CEMIG D:

Ano	2009
Hidráulica	
Volume (MW médios)	60,4
Prazo do Contrato (anos)	30
Preço (R\$/MWh)	126,77
Térmica	
Volume (MW médios)	19,2
Prazo do Contrato (anos)	15
Preço (R\$/MWh)	132,39
Total	
Volume (MW médios)	79,6
Preço (R\$/MWh)	128,13

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Redução do Nível de Energia Contratada

O Decreto Nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regula a comercialização de energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, permite que empresas de distribuição reduzam seus CCEARs de energia existente (1) para compensar a saída de consumidores potencialmente livres do Ambiente de Contratação Regulada, conforme declaração de necessidade de contratação encaminhada ao MME, (2) até 4% ao ano do montante inicialmente contratado devido a desvios das projeções estimadas do mercado, a critério das empresas de distribuição, começando dois anos após a demanda inicial de energia ter sido declarada e (3) na hipótese de aumentos nos montantes de energia adquirida nos termos dos contratos firmados antes de 17 de março de 2004.

As circunstâncias em que a redução do nível de energia contratada ocorrerá serão devidamente estabelecidas nos CCEARs, e poderão ser exercidas a critério exclusivo da empresa de distribuição e em conformidade com as disposições descritas acima e regulamentação da ANEEL.

Limitação de Repasse

As regras estabelecem também limites para repasse dos custos com a compra de energia aos consumidores finais. O Valor Anual de Referência (VR), que corresponde à média ponderada dos preços da energia nos leilões A-5 e A-3 calculado para todas as empresas de distribuição, cria um incentivo para empresas de distribuição contratarem suas necessidades de energia nos leilões A-5 que, acredita-se, terão preços inferiores aos dos leilões A-3. O VR será aplicado nos primeiros três anos dos contratos de comercialização de energia dos novos projetos de geração de energia. Do quarto ano em diante, os custos de aquisição da energia desses projetos serão integralmente repassados. O decreto estabelece as seguintes restrições na capacidade de empresas de distribuição de repassar os custos aos consumidores:

- não repasse dos custos referentes aos volumes que excedam 103% da carga anual de fornecimento;
- repasse limitado dos custos para compras de energia feitas em um leilão "A-3", se o volume da energia adquirida exceder 2% da demanda verificada 2 anos antes (ou seja, em "A-5");
- repasse limitado dos custos de aquisição de energia de novos projetos de geração de energia se o volume recontratado por meio de CCEARs de

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

instalações existentes de geração estiver abaixo do "Limite Inferior de Contratação" definido pelo Decreto N° 5.163/04;

- de 2006 a 2009, compras de energia das instalações existentes no leilão "A-1" estão limitadas a 1% da demanda das empresas de distribuição. Se a energia adquirida no leilão "A-1" exceder este limite de 1%, o repasse de custos da parcela excedente aos consumidores finais está limitado a 70% do valor médio de tais custos de aquisição de energia gerada pelas instalações existentes de geração. O MME estabelecerá o preço máximo de aquisição para a energia gerada pelos projetos existentes;
- se as distribuidoras não cumprirem a obrigação de contratarem integralmente suas demandas, o repasse dos custos de energia adquirida no mercado de curto-prazo será equivalente ao menor valor entre o PLD (Preço de Liquidação das Diferenças);
- repasse limitado ao VR dos leilões de ajuste, sendo que o montante contratado não poderá exceder a 1% da carga total contratada;
- repasse limitado ao VR da contratação de energia elétrica proveniente da geração distribuída, cujo montante contratado não poderá exceder a 10% da carga do agente de distribuição.

Índice para Repasse de Energia Fornecida por Itaipu

A ANEEL determina anualmente o Índice para Repasse de Energia Fornecida por Itaipu, em dólar norte-americano. Em dezembro de 2004, o índice para o exercício de 2005 foi estabelecido em um montante igual a US\$19,2071/kW, e em dezembro de 2005 o índice para o exercício de 2006 foi estabelecido em um montante igual a US\$21,5311/kW.

LIMITAÇÕES À PARTICIPAÇÃO

Em 2000, a ANEEL estabeleceu novos limites à concentração de certos serviços e atividades no setor energético. De acordo com esses limites, com exceção de empresas que participam do Programa Nacional de Desestatização (que precisam apenas cumprir tais limites desde que sua reestruturação societária final seja consumada) nenhuma empresa de energia poderá (1) deter mais de 20% da capacidade instalada do Brasil, 25% da capacidade instalada das regiões Sul/Sudeste/Centro-Oeste ou 35% da capacidade instalada das regiões Norte/Nordeste, exceto se tal porcentagem corresponder à capacidade instalada de uma única usina de geração, (2) deter mais de 20% do mercado de distribuição do Brasil, 25% do mercado de distribuição das regiões Sul/Sudeste/Centro-Oeste

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

ou 35% do mercado de distribuição das regiões Norte/Nordeste, exceto na hipótese de um aumento na distribuição de energia excedendo as taxas de crescimento nacionais ou regionais e (3) deter mais de 20% do mercado de comercialização final do sistema elétrico nacional, 20% do mercado de comercialização intermediária do sistema elétrico nacional, ou 25% da soma das porcentagens de participação nas comercializações final e intermediária.

TARIFAS PELO USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO

A ANEEL homologa tarifas pelo uso e acesso aos sistemas de distribuição e de transmissão. As tarifas são (i) “*wheeling fees*” (tarifas de distribuição, transmissão ou ambas), ou TUSD, e (ii) uma tarifa pelo uso do sistema de transmissão, compreendendo a Rede Básica e suas instalações auxiliares, ou TUST. Além disso, as empresas de distribuição do sistema interligado Sul/Sudeste pagam taxas específicas pela transmissão de eletricidade gerada em Itaipu. Nos últimos anos, o governo teve por meta a melhoria do sistema de transmissão nacional e, como resultado, algumas empresas de transmissão se envolveram em programas de expansão significativos, que foram custeados por aumentos nas tarifas de transmissão. O aumento nas tarifas de transmissão e taxas pagas pelas Concessionárias de Distribuição é repassado aos seus respectivos clientes através dos Reajustes de Tarifas Anuais. Abaixo é apresentado um resumo de cada tarifa ou taxa.

TUSD- Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição

Em regra, a TUSD paga por concessionárias de distribuição e geração e consumidores livres pelo uso do sistema de distribuição de uma empresa de distribuição à qual estão conectados, é reajustada anualmente de acordo com a variação de seus componentes. Atualmente a TUSD é composta por duas parcelas. Uma denominada “TUSD encargos” cobrada com base no consumo de energia, e outra, a “TUSD fio” cobrada pela demanda contratada.

Entretanto, recentemente o Governo Federal editou o Decreto nº 5.597 (“Decreto 5.597/2005”), publicado em 29 de novembro de 2005, que concedeu aos consumidores atendidos em tensão igual ou superior a 230 kV o acesso à rede básica de transmissão de energia elétrica mediante construção das instalações necessárias para o acesso diretamente pelo próprio consumidor.

Em outras palavras, os consumidores livres foram autorizados a acessar diretamente a rede básica sem o intermédio de empresas de transmissão e

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

distribuição. De acordo com o Decreto 5.597/2005, o acesso de consumidores pelo próprio consumidor será objeto de autorização a ser expedida pela ANEEL. A autorização da ANEEL apenas será concedida em casos de (i) ligação de nova unidade consumidora não conectada anteriormente, desde que tecnicamente compatível com o nível de tensão igual ou superior a 230 kV e (ii) alteração da forma de conexão de unidade consumidora já atendida em tensão inferior a 230 kV, em decorrência de aumento de carga ou necessidade de melhoria de qualidade devidamente comprovada.

O pagamento da TUSD, bem como o de encargos e tributos como a recomposição tarifária extraordinária (RTE), que também deixarão de ser pagos pelos consumidores livres, recairá agora exclusivamente sob os consumidores cativos, que não têm a opção de se desvincular da rede.

Além de permitir o acesso à rede por meio de investimento próprio, o Decreto 5.597/2005 determina também que as instalações de transmissão para uso exclusivo de um consumidor ou de um agente poderão ser acessadas por outro agente ou consumidor interessado que atenda às condições legais e à regulação expedida pela ANEEL. Esta forma de acesso será ressarcida ao construtor da obra e remunerada ao agente de transmissão de acordo com regulação a ser expedida pela ANEEL.

Nos termos do Decreto 5.597/2005, parte de uso comum das instalações de transmissão acessada deverá ser doada sem ônus, à concessionária de transmissão que celebrou o contrato de conexão com o consumidor e passará a integrar a rede básica. No caso específico da CEMIG, todos os consumidores de 230kV já estavam ligados à Rede Básica, não trazendo o Decreto qualquer impacto para a CEMIG D.

TUST - Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão

A TUST é paga por empresas de distribuição, geradoras e consumidores livres pelo uso da Rede Básica e é revisada anualmente de acordo com (i) a inflação e (ii) a receita anual das empresas de transmissão (que incorpora custos de expansão da própria rede). De acordo com critérios estabelecidos pela ANEEL, proprietários das diferentes partes da rede de transmissão transferiram a coordenação de suas instalações para o ONS em contrapartida do recebimento de pagamentos de usuários do sistema de transmissão. Usuários da rede, inclusive empresas de geração, empresas de distribuição e consumidores livres, assinaram contratos com o ONS que lhes conferem o direito de usar a rede de transmissão mediante o pagamento de tarifas. Outras partes da rede que são de propriedade de empresas de transmissão mas não são consideradas como parte da rede de

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

transmissão são disponibilizadas diretamente aos usuários interessados que pagam uma taxa específica para a empresa de transmissão.

Taxa de Transporte de Itaipu

A usina de Itaipu possui uma rede de transmissão exclusiva operada em corrente contínua e alternada, que não é considerada como parte da Rede Básica ou do sistema de conexão intermediário. O uso deste sistema é remunerado por uma taxa específica chamada de taxa de transporte de Itaipu, paga pelas empresas que compulsoriamente compram energia de Itaipu, proporcionalmente às respectivas quotas.

TARIFAS DE DISTRIBUIÇÃO

Os valores das tarifas de distribuição são reajustados anualmente pela ANEEL, conforme fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Ao ajustar tarifas de distribuição, a ANEEL divide os custos de concessionárias de distribuição entre (1) custos fora do controle da distribuidora (chamado de custos "não gerenciáveis"), ou Parcela A, e (2) custos sob o controle das distribuidoras (chamado de custos "gerenciáveis"), ou Parcela B. Os custos da Parcela A incluem, entre outros:

- Custos de energia comprada de Itaipu;
- Custos de energia comprada de acordo com contratos bilaterais livremente negociados entre as partes;
- Custos de energia comprada em leilões públicos;
- Determinados encargos regulatórios; e
- Custos de transmissão e conexão.
- O repasse de custos de compra de energia de acordo com contratos de fornecimento negociados antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está sujeito a homologação dos mesmos frente a ANEEL para as tarifas de fornecimento, custos de compras de energia que excedam 103% da demanda real, ou que não sejam adquiridas dentro do mercado regulado.

A Parcela B compreende os itens de custo que estão sob o controle das concessionárias e incluem, entre outros:

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

- Retorno sobre o investimento relacionado à área de concessão;
- Impostos sobre receitas;
- Custos de depreciação; e
- Custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

O contrato de concessão de cada empresa de distribuição estabelece um Reajuste de Tarifa Anual. Neste momento, se busca que todos os custos da Parcela A sejam totalmente repassados aos clientes. Os custos da Parcela B, entretanto, são corrigidos de acordo com o índice IGP-M, ajustado por um fator X.

As empresas de distribuição de energia elétrica, conforme o contrato de concessão, também têm direito à revisão periódica das tarifas com intervalos que podem variar entre três e cinco anos (no caso da CEMIG D, a cada cinco anos). Nestas revisões (1) todos os custos da Parcela B são recalculados e (2) o fator X é calculado com base em três componentes: (i) Xc estabelecido a cada ano, é baseado na satisfação do cliente conforme pesquisa da ANEEL; (ii) Xa, também estabelecido a cada ano, é calculado considerando a diferença entre os índices de inflação IPC-A e o IGP-M multiplicada pelos custos totais com pessoal, material e serviços da Distribuidora (uma vez que esses aumentos se baseiam no IPC-A e os aumentos da Parcela B se baseiam no IGP-M) e; e (3) Xe, estabelecido a cada revisão periódica, é um fator baseado em ganhos de produtividade da concessionária devido ao crescimento de mercado.

O Fator X é usado para ajustar a remuneração da distribuidora em 11,26%, em função dos ganhos de escala que a mesma venha a obter durante o intervalo regulatório. Dessa forma, quando da conclusão de cada revisão periódica, a aplicação do fator X (devido a aplicação do Xe) determina o compartilhamento dos ganhos de produtividade das empresas de distribuição com os clientes finais.

Além disso, concessionárias de distribuição de energia têm direito a revisão extraordinária, analisadas caso a caso, para assegurar seu equilíbrio econômico-financeiro e compensá-las por custos imprevisíveis, inclusive impostos, que alterem significativamente sua estrutura de custos.

Desde 2002, clientes de baixa renda têm-se beneficiado de uma tarifa especial estabelecida pelo governo através da ANEEL. Durante o ano de 2002, o déficit gerado pela aplicação desta tarifa especial foi financiado pela Eletrobrás com fundos da RGR. Em 2002, de acordo com o Decreto Nº. 4.336/02, foi determinado que as empresas de distribuição seriam compensadas pela perda de receitas

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

resultante da Tarifa Especial pelo Governo Federal com fundos derivados de dividendos pagos pela Eletrobrás e outras empresas estatais federais e do CDE.

TAXAS REGULATÓRIAS

Em determinadas circunstâncias, as empresas de energia são compensadas por ativos ainda não depreciados, usados na concessão caso a mesma seja revogada ou não renovada ao final do contrato de concessão. Em 1971, o Congresso Brasileiro criou o Fundo de Reserva Global de Reversão, ou Fundo RGR, destinado a prover fundos para essa compensação. Em Fevereiro de 1999, a ANEEL revisou a cobrança de uma taxa exigindo que todas as distribuidoras e determinadas geradoras que operam sob regimes de serviço público fizessem contribuições mensais ao Fundo RGR a uma taxa anual equivalente a 2,5% dos ativos fixos da empresa em serviço, até um teto de 3% do total das receitas operacionais em cada ano. Nos últimos anos, o Fundo RGR tem sido usado, principalmente, para financiar projetos de geração e distribuição. O Fundo RGR está programado para ser suspenso até 2010, e a ANEEL está obrigada a revisar a tarifa de tal forma que o consumidor receba algum benefício pelo término do Fundo RGR.

O governo impôs uma taxa aos Produtores Independentes de Energia baseada em recursos hídricos, exceto por pequenas usinas hidrelétricas, similar à taxa cobrada de empresas do setor público em associação como Fundo RGR. Produtores Independentes de Energia são obrigados a fazer contribuições ao Fundo de Uso de Bem Público, ou Fundo UBP, de acordo com as regras do processo de licitação pública correspondente para a outorga de concessões.

Empresas de distribuição, e empresas de geração que vendem diretamente a clientes finais, são obrigadas a contribuir para a Conta de Consumo de Combustível - CCC que foi criada em 1973 com o objetivo de gerar reservas financeiras para cobertura de custos de combustíveis associados ao aumento do uso de usinas de energia termoeletrica. As contribuições anuais são calculadas com base em estimativas do custo de combustível necessário para a geração de energia pelas usinas termelétricas no ano seguinte. A CCC é administrada pela Eletrobrás.

Em Fevereiro de 1998, o governo estabeleceu a extinção da CCC. Estes subsídios tem sido gradualmente extintos durante um período de três anos a partir de 2003 para usinas de energia termoeletrica construídas até Fevereiro de 1998 e atualmente pertencentes ao Sistema Elétrico Interligado Nacional. Usinas termoeletricas construídas depois daquela data não terão direito a subsídios da

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

CCC. Em Abril de 2002, o governo estabeleceu que os subsídios da CCC continuariam a ser pagos às usinas termelétricas localizadas em sistemas isolados por um período de 20 anos com o intuito de promover a geração de energia nestas regiões.

À exceção de algumas pequenas usinas de energia hidrelétricas, todas as instalações hidrelétricas no Brasil devem pagar uma taxa a estados e municípios pelo uso de recursos hídricos, a Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos, ou COFURH, que foi introduzida em 1989. As taxas são determinadas com base no volume de energia gerado por cada empresa e são pagas aos estados e municípios onde a usina ou o reservatório da usina está localizado.

Em 2002, o governo instituiu a CDE, que é financiada através de pagamentos anuais feitos por concessionárias pelo uso de ativos públicos, penalidades e multas impostas pela ANEEL e, desde 2003, pelas taxas anuais pagas por agentes que oferecem energia a usuários finais, por meio de uma taxa a ser adicionada às tarifas pelo uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Estas taxas são reajustadas anualmente. A CDE foi criada para dar suporte (1) ao desenvolvimento da produção de energia em todo o país, (2) à produção de energia por fontes alternativas, e (3) à universalização de serviços de energia em todo o Brasil. A CDE permanecerá em vigor por 25 anos e é administrada pela Eletrobrás.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que a falta de pagamento da contribuição ao RGR, CDE, CCC, compensação financeira por utilização de recursos hídricos, ou de pagamentos devidos em virtude da compra de energia e no Ambiente de Contratação Regulada ou de Itaipu impedirá que a parte inadimplente receba reajuste de tarifa (exceto a revisão extraordinária) ou receba recursos advindos do RGR, CDE ou CCC.

MECANISMO DE REALOCAÇÃO DE ENERGIA

De acordo com as regras de comercialização em vigor, a proteção contra riscos hidrológicos para usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente é garantida através de um Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que procura mitigar os riscos envolvidos, determinando que usinas hidrelétricas compartilhem os riscos hidrológicos do Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN). De acordo com a legislação em vigor, a receita da venda de energia por empresas de geração hidrelétrica não depende da energia gerada por estas, e sim da Energia Assegurada de cada usina que é determinada em cada ato autorizativo. Qualquer desequilíbrio entre a energia efetivamente gerada e a Energia Assegurada é

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

coberto pelo MRE. A finalidade do MRE é a de mitigar riscos hidrológicos, garantindo que todas as usinas do MRE participem de modo proporcional às suas Energias Asseguradas. Em outras palavras, o MRE realoca a energia, transferindo (ou alocando) a energia excedente daquelas que geraram acima de suas Energias Asseguradas para aquelas que geraram abaixo de suas Energias Asseguradas. O despacho das usinas é determinado pelo ONS, que leva em conta a demanda de energia, as condições hidrológicas do sistema interligado nacional e as limitações da transmissão. O volume da energia efetivamente gerada por usina participante do MRE é precificado de acordo com uma tarifa denominada "Tarifa de Otimização de Energia", que cobre os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional é contabilizada mensalmente para cada geradora.

RACIONAMENTO

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que, na hipótese de decretação de uma redução compulsória no consumo de energia numa determinada região, todos os CCEARs por quantidade de energia, cujos compradores estejam localizados nessa mesma região, terão seus volumes ajustados na proporção da redução de consumo verificada.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

As empresas detentoras de concessões, permissões e autorizações para distribuição, geração e transmissão de energia devem investir a cada ano um mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento. Pequenas Centrais Hidrelétricas e projetos eólicos, de energia solar e de biomassa não estão sujeitos a esta exigência.

GESTÃO AMBIENTAL

A Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 ("Lei 9.605/98"), alterada pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.179, de 21 de setembro de 1999 ("Decreto 3.179/99"), estabelece sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente. Nos termos da Lei 9.605/98, as pessoas físicas (incluindo, entre outros, no exercício de suas funções, os diretores, administradores e gerentes de pessoas jurídicas) e as pessoas jurídicas que pratiquem atos considerados crimes ambientais poderão sofrer penas de natureza criminal que abrangem, no primeiro caso, penas de multa, restritivas de direitos e privativas de liberdade, e, no

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

segundo caso, penas de multa, restritivas de direitos e prestação de serviços à comunidade.

Administrativamente, as sanções podem variar desde imposições de advertências e multas, até a suspensão parcial ou total de atividades, podendo também incluir a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público. A multa administrativa varia entre R\$500 a R\$50 milhões.

O COPAM é o órgão responsável pela formulação e execução da política ambiental no Estado de Minas Gerais. No histórico dos serviços prestados pelo órgão, cabe destacar seu importante papel na formulação e condução da política ambiental no Estado, por meio de um processo aberto à participação de representantes da sociedade civil.

O COPAM, criado em 1977 como Comissão de Política Ambiental, tem o seu histórico marcado pela inovação na forma de atuação dos conselhos governamentais, especialmente pelas suas características de órgão colegiado e pela participação de representantes de associações não governamentais como seus membros. Essas características inovaram a forma de organização de conselhos governamentais e a forma de elaboração de políticas públicas.

Sua existência é anterior à implantação do CONAMA, criado em 1981, que instituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente. A estrutura de organização do COPAM, também adotada pelo CONAMA, consagrou o processo de formulação de políticas ambientais por meio da estrutura colegiada e composta por representantes governamentais e da sociedade civil.

Com a criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD em 1995, o COPAM passou a ser a ela vinculado. Algumas das competências do COPAM são repassadas aos seguintes órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais:

- Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM: responsável pelo controle das atividades industriais, mineradoras e de infra-estrutura;
- Instituto Estadual de Florestas – IEF: responsável pelo controle das atividades agrícolas, pecuárias e florestais; e
- Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM: responsável pela instrução de processo de outorga do direito de uso das águas.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Entre as competências de caráter deliberativo destacam-se a concessão de licença ambiental para atividades potencialmente poluidoras e o julgamento, em primeira instância, dos processos de infração tipificados como graves ou gravíssimos pelo não cumprimento da legislação ambiental. A sinergia entre as câmaras técnicas e o conselho completam as principais características da estrutura do COPAM.

Licenciamento Ambiental

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de obras que utilizem recursos ambientais e que sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras e passíveis de causar degradação ambiental dependem de prévio licenciamento ambiental a ser concedido pelo respectivo órgão ambiental competente. A legislação federal que estabelece normas gerais sobre o licenciamento ambiental são: a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (“Lei 6.938/81”), que trata da Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990, a Lei 9.605/98, o Decreto 3.179/99 e Medida Provisória Nº 1.710 de 1998 (atualmente Medida Provisória Nº 2.163-41 de 23/08/01), Deliberações Normativas COPAM Nº 17 de 17/12/96 e Nº 23 de 21/10/97, Portaria Federal Nº 28 de 31/10/2003 do IPHAN e Resolução CONAMA Nº 6 de 16/09/87.()

A base legal estadual para o licenciamento ambiental é a Lei 7.772, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 39.424, de 05 de fevereiro de 1998. Adicionalmente, a Deliberação Normativa COPAM nº 74, de 09 de setembro de 2004, trouxe novas e complementares disposições sobre os temas a seguir:

- nova classificação de empreendimentos;
- novos parâmetros para enquadramento de porte do empreendimento;
- possibilidade de requerimento da autorização ambiental de funcionamento para empreendimentos de impacto ambiental não significativo;
- possibilidade de requerimento das licenças prévia e de instalação ao mesmo tempo para determinados empreendimentos; e
- ampliação do número de parcelas dos custos de análise.

No Estado de Minas Gerais, o licenciamento ambiental é exercido pelo COPAM, por intermédio das Câmaras Especializadas, no tocante às atividades industriais,

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

mineradoras e de infra-estrutura e do IEF, no tocante às atividades agrícolas, pecuárias e florestais.

Neste contexto, o COPAM é responsável pela formulação de normas técnicas e padrões de qualidade ambiental, a autorização para implantação e operação de atividades potencialmente poluidoras e a aprovação das normas e diretrizes para o Sistema Estadual de Licenciamento Ambiental.

Para fins de licenciamento ambiental, os empreendimentos são classificados em seis classes. Aqueles listados nas classes 1 e 2, considerados como de pequeno porte e pequeno potencial poluidor, estão sujeitos à obtenção de Autorização Ambiental de Funcionamento, que é um processo mais simples de licenciamento. Os demais empreendimentos devem ser licenciados pelo processo de licenciamento ambiental que se constitui de três etapas, nas quais o órgão ambiental emite as seguintes licenças:

- *Licença Prévia*: solicitada durante a fase preliminar de planejamento do projeto e contém requisitos básicos a serem atendidos com relação à localização, instalação e operação do empreendimento, observadas as normas de uso e ocupação do solo.
- *Licença de Instalação*: solicitada na fase preliminar de implantação do empreendimento e tem por objetivo analisar o projeto das obras a serem executadas e as ações de controle de impactos ambientais.
- *Licença de Operação*: solicitada na fase de início da operação do empreendimento, visa autorizar o início da atividade licenciada e funcionamento dos sistemas de controle ambiental descritos durante o processo de licenciamento. A validade da licença de operação é condicionada ao cumprimento das exigências estabelecidas pelo órgão ambiental.

A Autorização Ambiental de Funcionamento, vale mencionar, é emitida após a realização do cadastro na COPAM/FEAM, e destina-se a autorizar o funcionamento de empreendimentos de pequeno porte, com pequeno ou médio impacto ambiental. Deve ser solicitada na fase de início das operações do empreendimento. Quase 90% de nossos empreendimentos, passíveis de licenciamento ambiental, são objetos deste tipo de autorização.

Termos de Ajuste de Conduta - TAC

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Os Termos de Ajustamento de Conduta - TACs estão previstos na Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, lei da ação civil pública, e também na Lei 9.605, (“Lei de Crimes Ambientais”). Os TACs podem ser firmados pelos órgãos públicos legitimados a proporem ações civis públicas, que incluem o Ministério Público e os órgãos estaduais e federal de controle ambiental, tendo por objeto o ajuste da conduta daquele que pratica atividade lesiva ao meio ambiente, mediante cominações.

O TAC pode ser firmado no curso de uma investigação civil conduzida pelo Ministério Público, no curso de um processo administrativo, diretamente com o órgão de controle ambiental (a FEAM, por exemplo), ou ainda no curso de uma ação civil pública, hipótese na qual, após homologado, constituirá um título executivo judicial. Nas outras hipóteses, o TAC tem eficácia de título executivo extrajudicial, podendo o interessado, portanto, ser compelido judicialmente a cumprir com o compromisso assumido, diretamente, sem prévia ação de conhecimento do direito.

É comum serem impostas multas cominatórias para o caso de descumprimento de compromisso assumido. No entanto, as multas não são imprescindíveis para a conclusão do acordo, podendo tal acordo prever apenas obrigações de fazer. Nas ações de execução baseadas em TACs, poderá ser determinado o pagamento de multa diária para o cumprimento das obrigações de fazer estabelecidas, mesmo que o termo em si não tenha previsto multa cominatória, ou também poderá ser determinada a majoração de eventual multa já prevista, considerada como insuficiente para forçar o cumprimento da obrigação.

Crimes Ambientais

A Lei 9.605/98 prevê a responsabilidade criminal da pessoa jurídica que comete crime ambiental, sem exclusão das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato. Nos termos da referida lei, a pessoa jurídica está sujeita às seguintes penalidades criminais: (i) multa; (ii) restritiva de direitos; e (iii) prestação de serviços à comunidade.

As penas restritivas de direito da pessoa jurídica podem abranger a suspensão parcial ou total da atividade, a interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade, e a proibição de contratar com o poder público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Por sua vez, a definição do valor da multa segue os critérios estabelecidos no Código Penal, segundo o qual a multa poderá variar entre dez e 360 dias-multa. O dia-multa é fixado pelo juiz, não podendo ser inferior a um trigésimo do salário

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

mínimo vigente à época do fato, nem superior a cinco vezes esse salário. Sendo ineficaz o valor estabelecido, a lei ambiental autoriza que a multa seja aumentada em até três vezes do valor estabelecido.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

09.03 - PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

A Cemig Distribuição S.A. foi constituída no dia 8 de setembro de 2004 e se tornou operacional em 1 de janeiro de 2005, portanto, não tem ainda um histórico de mercado.

A distribuição percentual estimada das vendas trimestrais de energia, ao longo de 2005, foi a seguinte:

1º Trimestre: 25,6%

2º Trimestre: 24,9%

3º Trimestre: 24,6%

4º Trimestre: 24,9%

O primeiro trimestre foi influenciado pelo último faturamento remanescente de consumidores cativos que migraram para o mercado de consumidores livres no decorrer desse trimestre.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Data-Base - 31/12/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	--	--------------------------------

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

1- ITEM	2- PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA
01	Fornecimento de Energia Elétrica	86,00
02	Uso de rede de distribuição	14,00

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	--	--------------------------------

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1-ITEM	2- MATÉRIA PRIMA	3- IMPORTAÇÃO	4- VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5- DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6- DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO	7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECEDOR	9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA.
01	Energia Elétrica	NÃO	0	SIM	SIM			
	Eletrobrás - Energia de Itaipu						NÃO LIGADO	32,85
02	Energia Elétrica	NÃO	0	SIM	SIM			
	Furnas						NÃO LIGADO	5,61
03	Energia Elétrica	NÃO	0	SIM	SIM			
	Câmara de Com. de Energia Elétrica-CCEE						NÃO LIGADO	1,03
04	Energia Elétrica	NÃO	0	SIM	SIM			
	Cemig Geração e Transmissão S.A.						EMPRESA DE PROPRIEDADE DO ACIONISTA CONTROLADOR	10,00
05	Energia Elétrica	NÃO	0	SIM	SIM			
	Outros geradores - (Repasse)						NÃO LIGADO	31,51
06	Outras	NÃO	0	SIM	SIM			
	Outros fornecedores						NÃO LIGADO	19,00

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Considerando que a distribuição de energia elétrica é serviço não há processo de produção, somente de comercialização e distribuição.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

ÁREA DE CONCESSÃO

A CEMIG D possui concessões para a distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais. Em 30 de junho de 2006, a CEMIG D era responsável pela distribuição de energia elétrica em uma área que abrange aproximadamente 96,7% do Estado de Minas Gerais, correspondendo a aproximadamente 567,5 mil quilômetros quadrados. A CEMIG D desenvolve atividades de distribuição de energia elétrica em 774 municípios e 5.415 localidades do Estado de Minas Gerais, atendendo a, aproximadamente, 17 milhões de habitantes, de acordo com o censo do ano 2000.

A CEMIG D acredita possuir a maior rede de distribuição de energia elétrica da América Latina e uma das quatro maiores do mundo, com mais de 386 mil quilômetros de extensão, a qual se encontra em posição estratégica e de vital importância dentro do Sistema Interligado do Sudeste.

A CEMIG D atende 99,4% da população urbana do Estado de Minas Gerais e 84,4% da população rural do Estado de Minas Gerais. A CEMIG D possui, ainda, o maior índice de atendimento a consumidores de baixa renda do Brasil, qual seja, 44,1% do total de consumidores da classe residencial, representando aproximadamente 2 milhões de consumidores de baixa renda. Em 30 de junho de 2006, a CEMIG D contava com 6,1 milhões de consumidores ativos, sendo 4,98 milhões de consumidores residenciais.

O mapa abaixo representa a área de atuação da CEMIG D:

ÁREA DE CONCESSÃO DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.



99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

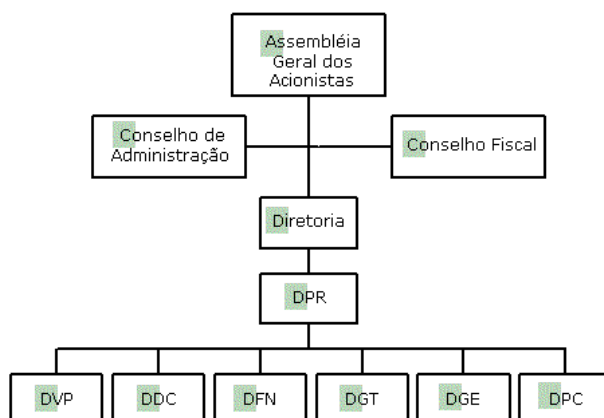
06.981.180/0001-16

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A CEMIG D é uma subsidiária integral da CEMIG. A estrutura organizacional da CEMIG é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, pela presidência, vice-presidência e por cinco diretorias, cujas responsabilidades são determinadas pelo Conselho de Administração, em conformidade com o Estatuto Social da CEMIG.

Segue a estrutura organizacional da CEMIG D e da CEMIG:



DPR - Presidência

DVP - Vice-Presidência

DDC - Diretoria de Distribuição e Comercialização

DFN – Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores

DGT – Diretoria de Geração e Transmissão (*)

DGE – Diretoria de Gestão Empresarial

DPC - Diretoria de Planejamento, Projetos e Construções

(*) A composição da Diretoria Executiva da CEMIG D é idêntica a da CEMIG, com exceção da Diretoria de Geração e Transmissão, que na CEMIG D não possui designação específica.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A principal atividade da CEMIG D consiste na prestação de serviço público distribuição de energia elétrica. Em 30 de junho de 2006, a CEMIG D era uma das maiores concessionárias de distribuição de energia elétrica no Brasil em termos de GWh vendidos a usuários finais e a primeira em número de consumidores atendidos.

A CEMIG D detém em sua área de concessão a distribuição exclusiva para clientes que necessitam de menos de 3 MW de eletricidade de voltagem abaixo de 69 kV. As operações de distribuição da CEMIG D consistem da transferência de eletricidade a partir do sistema de transmissão a subestações de distribuição e a seguir a consumidores finais. Em 30 de junho de 2006, a CEMIG D fornecia diretamente 40,4% da eletricidade faturada pelo mercado CEMIG Consolidada, a uma área geográfica que compreende aproximadamente 96,7% de Minas Gerais.

A CEMIG D tem um sistema de distribuição que é um dos maiores da América Latina, tendo registrado um crescimento anual médio 4,1% nas atividades de distribuição, no período compreendido entre os anos de 1997 e 2005. A CEMIG D detém e opera 402.865 quilômetros de redes de subtransmissão e distribuição. Em 30 de junho de 2006 a rede de distribuição da CEMIG D possuía uma capacidade instalada de 8.085 MVA, englobando 605.189 transformadores de distribuição, 355 subestações de distribuição e 1.521 alimentadores, medindo a rede de distribuição 386.785 quilômetros, em comparação com 371.543 quilômetros em 30 de junho de 2005, e a rede de subtransmissão 16.080 quilômetros, em comparação com 16.102 quilômetros em 30 de junho 2005.

Da eletricidade fornecida pela CEMIG D aos usuários finais e outras concessionárias no Estado de Minas Gerais no exercício findo em 31 de dezembro 2005, foram fornecidos 26,3% a clientes industriais, 32,4% a clientes residenciais, 18,5% a clientes comerciais e 22,3% a clientes rurais e outros, sendo o restante de 0,4% referente às outras concessionárias que atuam no Estado. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, tais percentuais foram 24,3%, 33,6%, 19,8%, 22,3% e 0%, respectivamente.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, a CEMIG D registrou acréscimos de 135 mil novos consumidores faturados e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, o acréscimo foi de 91 mil novos consumidores.

Em 2005 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, as vendas da CEMIG D representaram, respectivamente, 6,1% e 5,7% do consumo total de

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

eletricidade no país. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, a CEMIG D faturou 6,0 milhões de consumidores ligados à sua rede de distribuição, inclusive clientes ligados como parte dos programas de eletrificação rural e urbana.

VENDAS DE ENERGIA

Clientes e Comercialização

Os clientes da CEMIG D estão todos localizados em sua área de concessão e são classificados em cinco categorias principais: (i) industriais (que incluem atividades de mineração, manufatura e transformação); (ii) residenciais; (iii) comerciais (que incluem empresas de prestação de serviços, universidades e hospitais); (iv) rurais; e (v) outros (que incluem instituições governamentais e públicas).

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, a CEMIG D vendeu 20.280 GWh de energia (excluindo consumo próprio) a consumidores finais e outros agentes da CCEE, representando uma receita de R\$5.824,49 milhões. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2006 foram vendidos 9.827GWh, representando R\$3.752 milhões de receita. A tabela abaixo apresenta o volume de vendas de energia para clientes industriais nos períodos indicados:

Clientes Industriais	Volume de Vendas de Energia em GWh		Consumo como porcentagem do volume de vendas de energia industrial total	
	30 de junho de 2006	2005	30 de junho de 2006	2005
Indústria automotiva	97	211	4,0	3,9
Indústria de cimento	7	102	0,3	1,9
Indústria mineradora	134	574	5,6	10,8
Indústria de ferroligas	91	86	3,8	1,6
Indústria de metais não-ferrosos	54	85	2,3	1,6
Siderurgia	272	694	11,4	13,0
Outros	1.737	3.581	72,6	67,2
Total de clientes industriais	2.392	5.333	100,0	100,0

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2006 e no ano de 2005, a CEMIG D faturou 90.874e 135.007 novos consumidores, respectivamente.

Número de Consumidores	
2005	6.009.860
30 de junho de 2006	6.100.734

A maior parte da eletricidade vendida pela CEMIG D é comprada por clientes residenciais, que participaram com 32,4% do consumo total da CEMIG D em 2005 e com 33,6% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006.

Contribuindo para o aumento de produção de seus clientes e utilizando-se de capacidade ainda disponível de seu sistema de distribuição e de sobras de energia de seu mercado, a CEMIG D ofertou energias especiais a seus clientes cativos, minimizando perdas decorrentes de venda no mercado atacadista, em que, atualmente, as tarifas para venda de energia são menores, garantido a competitividade aos seus clientes.

A tabela a seguir fornece informações adicionais relativas às dez maiores unidades consumidoras da CEMIG D no exercício encerrado em 30 de junho de 2006:

Dez Maiores Clientes	Indústria
1 - Fertilizantes Mitsui S.A. Ind. E Comércio	Química
2 - Celulose Nipo-Brasileira S.A.	Celulose, Papel e Papelão
3 - Belgo Siderurgia S/A	Siderurgia
4 - Ligas de Alumínio S.A.	Ferroligas
5 - Saint-Gobain Materiais Cerâmicos	Química
6 - Italmagnésio Nordeste S.A.	Ferroligas
7 - Domingos Costa Indústrias	Mecânica
8 - Fertilizantes Fosfatados	Química
9 - Votorantim Metais Zinco S.A.	Não-Ferrosos
10 - Companhia Tec. Santanense	Vestuário

Em 31 de dezembro de 2005, os dez maiores clientes industriais da CEMIG D responderam por praticamente 2,7% da eletricidade total consumida e 1,4% da receita. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, esses percentuais foram de 2,1% e 1,1%, respectivamente. A maioria dos contratos

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO
celebrados pela CEMIG D e seus dez maiores clientes industriais possuem prazo
de vigência até 2010.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Relação dos maiores Distribuidores em relação ao Consumo

Classificação	Empresa	Consumo (GWh)
1º	CEMIG	36.648
2º	ELETROPAULO	32.668
3º	CPFL	18.917
4º	LIGHT	18.148
5º	COPEL	17.669

Fonte: ABRADDEE – 31/12/2004

Relação dos maiores Distribuidores em relação ao nº de consumidores

Classificação	Empresa	Nº de Consumidores
1º	CEMIG	5.874.899
2º	ELETROPAULO	5.147.675
3º	COELBA	3.488.492
4º	LIGHT	3.434.922
5º	COPEL	3.180.070

Fonte: ABRADDEE – 31/12/2004

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	--	--------------------------------

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1-ITEM	2- TIPO DE PROPRIEDADE	3- ENDEREÇO										
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TERMINO LOCAÇÃO	14 - OBSERVAÇÃO		
01	355 Subestações	Diversos										
Diversos	MG	1,000	0,000	0	SIM	NÃO	NÃO					
A relação completa das subestações encontra-se descrita no Grupo 14.03												
02	Linhas de Subtransmissão	Diversos Municípios										
Diversos	MG	16.080,000	0,000	0	SIM	SIM	NÃO					
O número informado refere-se à extensão da rede em km.												
03	Linhas de Distribuição	Diversos										
Diversos	MG	382.602,000	0,000	0	NÃO	NÃO	NÃO					
O número informado refere-se à extensão da rede em km.												

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Política de atendimento

A Cemig Distribuição implementa, de forma contínua, ações de melhorias na estrutura de atendimento aos seus clientes, objetivando estabelecer canais de comunicação mais eficientes e agilidade no atendimento. Dentre as ações, destacamos:

- Manutenção contínua do credenciamento de estabelecimentos comerciais (farmácias, locadoras e padarias), para a expansão dos pontos de arrecadação e prestação de outros serviços comerciais em áreas que não possuem representação da Cemig Distribuição.
- Implementação do Cemig Postal, um canal desenvolvido para os nossos clientes onde são utilizados formulários com postagem "pré-paga", disponíveis gratuitamente em locais sinalizados nos agentes Cemig Fácil.
- Expansão e adequação da Central de Atendimento "Fale com a Cemig" às exigências da ANEEL, que regulamentou este canal de comunicação dos clientes com as concessionárias de energia. Hoje, o "Fale com a Cemig" está estruturado com 357 posições de atendimento para atender nossos clientes 24 horas por dia, via telefone, portal da Cemig, Chat e e-mail, permitindo maior eficiência nos serviços e garantindo comodidade e conforto aos clientes, que solicitam os serviços sem sair de casa. A capacidade de atendimento ultrapassa a casa das 60.000 chamadas/dia, tendo ultrapassado, em dias atípicos, o volume de 82.000 chamadas/dia, sem prejuízo da qualidade do atendimento.
- Reestruturação e modernização das Agências de Atendimento para adequá-las a uma nova filosofia de relacionamento, com aplicação das áreas de auto-atendimento e instalação de linhas telefônicas com acesso direto à Central de Atendimento "Fale com a Cemig".

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

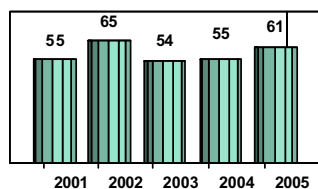
06.981.180/0001-16

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

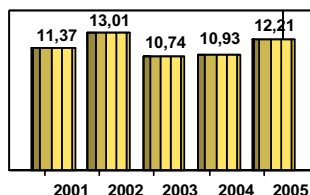
Qualidade no fornecimento

Os gráficos a seguir apresentam a evolução histórica dos indicadores de qualidade.

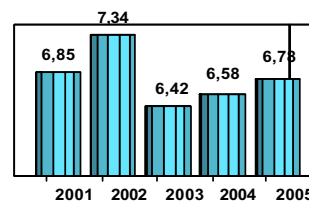
Privação de Fornecimento por Consumidor - Minutos/Mês



Interrupções de Fornecimento Consumidor - Hora/Ano



Frequência de Interrupções por Consumidor - Nº Interrupções/Ano



Do total desses indicadores, cerca de 20% se referem aos desligamentos programados para melhorias na qualidade do fornecimento. Esses desligamentos são precedidos de avisos e, portanto, reduzem o impacto, para os clientes, do corte temporário de energia.

Reajuste Tarifário

As tarifas da Cemig Distribuição tiveram um reajuste médio de 6,70% a partir de 8 de abril de 2006. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo com o objetivo de eliminar gradualmente, conforme nota da ANEEL, os subsídios cruzados existentes entre grupos de consumo. Exemplificando, os consumidores residenciais tiveram um percentual de aumento de 5,16% em suas contas de energia comparado a um aumento de 11,31% para os consumidores de alta tensão.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Lucro Líquido

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2005, um lucro líquido de R\$990 milhões. Os principais itens que compõem este resultado estão demonstrados a seguir:

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

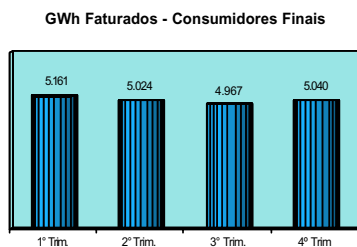
06.981.180/0001-16

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Receita Operacional Líquida

RECEITAS OPERACIONAIS – R\$ milhões	
	2005
Fornecimento a Consumidores Finais	7.335
Suprimento a Outras Concessionárias e Transações com energia na CCEE/MAE	95
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	7.430
Reajuste Tarifário Diferido	591
Receita de Uso da Rede	1.201
Outras Receitas Operacionais	53
	9.275

Receita com venda de energia para consumidores finais:



A receita com fornecimento bruto de energia elétrica a consumidores finais em 2005 foi de R\$7.335 milhões, correspondentes a 20.192 GWh, fornecidos a 6.010 milhões de consumidores. As classes de consumo mais representativas são a residencial, a industrial e a comercial, representando 32,6%, 26,4% e 18,6% do consumo total, respectivamente.

Receita com venda de energia para revendedores e transações com energia livre na CCEE/MAE

Esta receita decorre substancialmente das sobras de energia adquirida em relação ao consumo e que foram revendidas na CCEE.

Reajuste Tarifário Diferido

Em abril de 2005 foi divulgado, de forma retroativa a abril de 2003, o resultado da revisão tarifária periódica da Cemig Distribuição, implicando em um direito de recomposição nas tarifas de 44,41%.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003 foi de 31,53%. Para compensar a Cemig Distribuição pela receita a menor faturada de abril de 2003 a abril de 2005, a ANEEL incluirá nos reajustes tarifários previstos para ocorrerem de 2005 a 2007 um percentual adicional.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Cemig Distribuição tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores de 2003 a 2005 foi reconhecida como um ativo regulatório em contrapartida ao resultado do exercício, no montante de R\$591 milhões.

Receita de Uso da Rede

A receita de uso da rede em 2005 foi de R\$1.201 milhões e refere-se a encargos de uso da rede de distribuição ("TUSD"), cobrados dos consumidores livres que são atendidos substancialmente pela Cemig Geração e Transmissão.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A 06.981.180/0001-16

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

Ativos	<u>31/03/2006</u>	<u>31/12/2005</u>
		1.273.105
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" – Nota nº 7	1.259.687	
Reajuste Tarifário Diferido – Nota nº 11		
	1.188.476	1.175.439
PIS/COFINS e PASEP – Nota nº 12	413.554	413.790
Despesas Antecipadas – CVA – Nota nº 8	502.067	585.870
	<u>3.363.784</u>	<u>3.448.204</u>
Passivos		
Fornecedores – Repasse aos Geradores pela Compra de Energia Livre - Nota nº 14	(360.691)	(362.000)
Valores a serem Restituídos na Tarifa – CVA - Nota nº 8	(260.869)	(239.703)
	<u>(621.560)</u>	<u>(601.703)</u>
Impostos Federais Diferidos – Nota nº 15	(836.186)	(843.364)
	<u>(1.457.746)</u>	<u>(1.445.067)</u>
	<u>1.906.038</u>	<u>2.003.137</u>

RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA "A"

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica –GCE, de 21 de dezembro de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceram os procedimentos para implementação da RTE, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.
- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE mencionada está sendo utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da Cemig Distribuição, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL.
- Não foram incluídas na apuração deste valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores, as quais não se espera serem relevantes, e o ICMS.
- Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE/MAE"), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh ("energia livre"). Como a Companhia é apenas uma repassadora às geradoras dos valores recebidos, foram incluídos neste saldo os tributos e outros encargos regulatórios incidentes sobre a receita. Quando do repasse às geradoras, são deduzidos os impostos e encargos regulatórios mencionados.

A recuperação dos créditos através da RTE, conforme Resolução Normativa nº 45, de 3 de março de 2004, é efetuada na proporção de 64,29% e 35,71% para os créditos referentes às perdas com faturamento e energia livre, respectivamente.

Os créditos da RTE referentes a perdas com o racionamento estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

Até o 2º trimestre de 2005, 18,00% dos créditos de energia livre não estavam sendo atualizados em função das diversas ações judiciais movidas por companhias geradoras e distribuidoras, inclusive a Cemig Distribuição, questionando os valores divulgados pela CCEE/MAE. Tendo em vista que a Cemig Distribuição e a maior parte das demais empresas retiraram as suas ações

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

da justiça, a Companhia passou, a partir do 3º trimestre de 2005, a atualizar integralmente os créditos da RTE referentes à energia livre.

Esses créditos de RTE referentes a energia livre são atualizados pela SELIC e adicionados de 1,00% de juros ao ano para os valores a serem repassados para os geradores que obtiveram empréstimos do BNDES.

O ICMS incidente sobre o saldo da RTE, correspondente às receitas a serem faturadas, o qual é estimado em R\$171.883 em 31 de março de 2006 (R\$180.805 em 31 de dezembro de 2005), somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. A Companhia, neste sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Receita Estadual e, portanto, não efetuou o registro antecipado da referida obrigação.

Provisão para perdas

Conforme Resolução Normativa nº 1 da ANEEL, de 12 de janeiro de 2004, a RTE da Cemig Distribuição teve seu prazo de duração máximo alterado de 82 para 74 meses, passando a vigorar no período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2008. A Companhia elaborou estudo para verificar se o prazo estipulado de 74 meses seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL.

Na elaboração deste estudo foram consideradas determinadas premissas, sendo as mais relevantes àquelas referentes às projeções de reajustes tarifários, taxas de inflação, SELIC e crescimento do mercado de energia.

Com base no estudo, foi estimada em R\$85.618 (R\$82.285 em 31 de dezembro de 2005) a provisão para perdas na realização dos valores da RTE em 31 de março de 2006.

b) Parcela "A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, a ANEEL definiu que os valores das variações nos itens não gerenciáveis da Parcela "A" deixariam de ser incluídos no prazo limite de vigência da RTE, sendo que sua recuperação será iniciada imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A 06.981.180/0001-16

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela "A".

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação

c) Composição dos saldos da RTE e Parcela "A"

	31/03/2006			31/12/2005
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	Total
Recomposição das perdas com faturamento (1)	713.391	530.033	1.243.424	1.226.256
Valores arrecadados	(476.847)	(354.286)	(831.133)	(787.481)
	236.544	175.747	412.291	438.775
Reembolso dos gastos com energia livre dos geradores (2)	442.717	226.970	669.687	651.313
Valores arrecadados	(204.160)	(104.668)	(308.828)	(284.583)
	238.557	122.302	360.859	366.730
(-) Provisão para Perdas na Realização dos itens da RTE	(49.122)	(36.496)	(85.618)	(82.285)
Total da RTE	425.979	261.553	687.532	723.220
Compensação dos itens da Parcela "A" (3)	245.299	326.856	572.155	549.885
Total da RTE e da Parcela "A"	671.278	588.409	1.259.687	1.273.105
Ativo Circulante			279.488	271.800
Realizável a Longo Prazo			980.199	1.001.305

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Os valores da RTE a serem repassados aos geradores referentes à energia livre, registrados no Passivo, na conta de Fornecedores, são como segue:

	31/03/2006			31/12/2005
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	Total
Valores a serem repassados aos geradores (2)	419.229	219.060	638.289	619.307
(-) Repasses realizados	(182.327)	(95.271)	(277.598)	(257.307)
	236.902	123.789	360.691	362.000
Passivo Circulante			95.718	97.877
Passivo Não Circulante			264.973	264.123

(1) Valores homologados através das Resoluções ANEEL n°s 480 e 481 de 2002 e 001 de 2004.

(2) Valores homologados através das Resoluções ANEEL n°s 001 e 045 de 2004.

(3) Valores homologados através das Resoluções ANEEL n°s 482 de 2002 e 001 de 2004.

DESPESAS ANTECIPADAS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Em função de uma nova interpretação da ANEEL com relação aos critérios de constituição da CVA referente à Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica, a CEMIG reverteu, em março de 2006, parcela da CVA constituída a partir de abril de 2005, no montante de R\$93.265.

	Saldo em 31.12.2005	Valores Diferidos (1)	Amortização (2)	Atualização Monetária (3)	Saldo em 31.03.2006
Energia Comprada para Revenda	157.606	5.717	(134.451)	(22.052)	6.820
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	(40.360)	41.325	23.540	6.206	30.711
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	89.191	2.431	2.425	9.615	103.662
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	12.337	2.582	(201)	984	15.702
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica (4)	96.637	(96.472)	(5.198)	2.508	(2.525)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	16.974	-	8.537	5.118	30.629
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	10.019	16.402	9.545	4.894	40.860
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	3.763	11.179	-	397	15.339
	346.167	(16.836)	(95.803)	7.670	241.198

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

	<u>31/03/2006</u>	<u>31/12/2005</u>
Ativo Circulante	440.035	539.321
Ativo Realizável Longo Prazo	62.032	46.549
Passivo Circulante	(223.766)	(208.195)
Passivo Não Circulante	<u>(37.103)</u>	<u>(31.508)</u>

- (1) Refere-se à parcela dos custos não controláveis que compõem a CVA e que não foi incluída na receita, desta forma, foi excluída do resultado.
- (2) Referem-se aos custos não controláveis incluídos na CVA e que foram transferidos para o resultado em função das suas inclusões na receita da Companhia.
- (3) Refere-se à atualização pela variação da SELIC entre a data do pagamento da despesa e a sua efetiva compensação no reajuste tarifário.
- (4) Inclui o valor estornado de R\$93.265, conforme mencionado em parágrafo anterior.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO GRUPO 13

Sistema de Distribuição

O sistema de distribuição da CEMIG D está dividido em 7 malhas regionais, todas operando de forma satisfatória, descritas abaixo:

Malha Centro

Esta malha é responsável por 33,4% do mercado da CEMIG D, atendendo a toda a região metropolitana de Belo Horizonte. O consumo do setor industrial corresponde a 8,3% do total de energia fornecida pela CEMIG D. A região possui 20 consumidores ligados à malha de alta tensão. Esta região possui participação relevante das classes residencial, industrial e comercial, tanto na demanda quanto no consumo de energia elétrica, cujo atendimento, em alguns pontos do sistema, necessita de reforços de transmissão e distribuição nos próximos anos, permitindo, assim, o atendimento à expansão do mercado e a manutenção dos índices de qualidade.

Malha Leste

Esta região possui 7 consumidores industriais. Para esta região estão previstas, para os próximos anos, obras de expansão para os sistemas de transmissão e distribuição, sendo que para o sistema de distribuição está previsto, aproximadamente, a extensão de 423 km de rede urbana, atendendo a 18000 consumidores, extensão de 23.000 km de rede rural, atendendo a 65000 consumidores e reforço em 960 km de rede, beneficiando 135.000 consumidores. Essas obras possibilitarão o crescimento do mercado regional e melhorarão a qualidade do fornecimento da energia ofertada.

Malha Mantiqueira

Esta região possui 19 consumidores atendidos em alta tensão. Para atender o crescimento do mercado nesta região, influenciado especialmente pelo desempenho do setor industrial, estão previstas novas obras de distribuição para os próximos anos. Para dar suporte a esses reforços de distribuição também estão previstos reforços de transmissão, garantindo o atendimento a esses novos projetos industriais e ao mercado em geral, dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pela legislação.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Malha Norte

É a região do estado de maior extensão territorial, e atende a 15 consumidores de alta tensão. Para permitir a expansão do mercado regional, cuja influência das classes industrial e rural (irrigação) tem sido relevante, estão definidos diversos reforços de transmissão e distribuição, para os próximos anos, permitindo o atendimento à expansão do mercado e a manutenção dos índices de qualidade, conforme legislação.

Malha Oeste

O consumo do setor industrial nesta região corresponde a 4,2% do total de energia fornecida pela CEMIG D. Esta região possui 10 consumidores atendidos em alta tensão. Destacam-se na participação do mercado desta região as classes industrial e residencial, cujo atendimento e manutenção da qualidade da energia, nos próximos anos, vai requerer reforços de transmissão e distribuição.

Malha Sul

A região da malha sul conta com 3 usinas hidrelétricas e 5 pequenas centrais hidrelétricas. Esta região possui 5 consumidores servidos em alta tensão. Os principais reforços regionais planejados, para os próximos anos, estão voltados especialmente para viabilizar o crescimento vegetativo do mercado, cuja participação da classe residencial é predominante. Adicionalmente, esses reforços de distribuição visam manter os índices de qualidade, conforme legislação.

Malha Triângulo

O Triângulo Mineiro é a região do estado de Minas Gerais que detém a maior concentração da geração hidrelétrica. Esta região possui 11 consumidores servidos em alta tensão. Destacam-se nesta região, além das classes residencial, comercial e industrial, a classe rural, onde o agronegócio exerce importante influência na economia regional e no consumo e demanda de energia elétrica. Para sustentar o crescimento de todo este mercado, estão planejadas para os próximos anos diversas obras de expansão do sistema, com ênfase principal no sistema de distribuição.

As tabelas a seguir fornecem informações operacionais do sistema de distribuição da CEMIG D, nas datas indicadas:

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Extensão de Linhas de Subtransmissão em Quilômetros (a partir das estações de transmissão às subestações de distribuição)	
Capacidade da rede de distribuição	Em 30 de junho de 2006
161 kV	<u>55</u>
138 kV	<u>10.556</u>
69 kV	<u>4.513</u>
34.5 kV + Outras	<u>956</u>
Total	<u>16.080</u>

Extensão da Rede de Distribuição em Quilômetros (a partir das subestações da distribuição aos consumidores finais)	
Tipo de Redes de Distribuição	Em 30 de junho de 2006
Redes de distribuição urbanas aéreas	<u>84.667,3</u>
Redes de distribuição urbanas subterrâneas	<u>759,0</u>
Redes de distribuição rurais aéreas	<u>301.358,5</u>
Total	<u>386.784,8</u>

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

RISCOS RELACIONADOS A FATORES MACROECONÔMICOS

A CEMIG D e a CEMIG são partes em vários processos judiciais cíveis, trabalhista e fiscais que são ajuizados no curso habitual dos seus negócios. Em 30 de junho de 2006, as contingências da CEMIG D e da CEMIG, decorrentes desses processos somavam respectivamente R\$111,2 milhões e R\$8.572,0 milhões. Deste total, o valor de R\$0,9 milhão da CEMIG D e R\$530,8 milhões da CEMIG referiam-se a questões fiscais, R\$8,2 milhões da CEMIG D e R\$162,8 milhões da CEMIG referiam-se a questões trabalhistas, e R\$18,2 milhões da CEMIG D e R\$280,2 milhões da CEMIG referiam-se a questões cíveis e comerciais. Em 30 de junho de 2006, a CEMIG D e a CEMIG, haviam estabelecido provisões no valor total de R\$6,5 milhões e R\$405,3 milhões, respectivamente.

Se a CEMIG D ou a CEMIG forem condenadas a efetuar pagamentos em montante superior aos valores provisionados, poderá haver um impacto negativo em suas condições financeiras e resultados operacionais.

O Governo Federal tem exercido, e continua a exercer, significativa influência sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas brasileiras podem afetar desfavoravelmente os negócios, condição financeira e o resultado operacional da CEMIG D, bem como sua capacidade de pagamento das Debêntures.

A economia brasileira tem sido marcada por freqüentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, que modificam as políticas monetária, de crédito, fiscal e outras para influenciar a regulamentação da economia do Brasil.

As ações do Governo Federal para controlar a inflação e efetuar outras políticas envolveram no passado, dentre outras, controle de salários e preço, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e serviços importados. Os negócios, condição financeira e resultados de suas operações podem ser desfavoravelmente afetados em razão de mudanças na política pública federal, estadual e municipal, referentes a tarifas públicas e controles de câmbio, bem como por outros fatores, tais como:

- variação nas taxas de câmbio;
- controle de câmbio;
- inflação;
- flutuações nas taxas de juros;

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

- liquidez no mercado doméstico financeiro e de capitais e mercados de empréstimos;
- escassez de energia elétrica;
- instabilidade de preços;
- eleições para a Presidência da República e Governos Estaduais em 2006;
- política fiscal e regime tributário; e
- medidas de cunho político, social e econômico que ocorram ou possam afetar o Brasil.
-
- A CEMIG D não tem controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro e não pode prevê-las.
-

A contínua evolução da economia brasileira e as ações do atual ou futuro Governo Federal podem afetar desfavoravelmente os negócios, condição financeira e resultados das operações da CEMIG D, bem como sua capacidade de pagamento das Debêntures.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil, afetando desfavoravelmente os resultados operacionais da CEMIG D, bem como sua capacidade de pagamento das Debêntures.

Historicamente, o Brasil teve altos índices de inflação. Os índices de inflação foram de 25,3% em 2002, 8,7% em 2003, 12,4% em 2004 e 1,2% em 2005, de acordo com o IGP-M. As medidas do Governo Federal para combater a inflação, combinadas com a especulação de futuras políticas de controle inflacionário, contribuíram para a incerteza econômica e aumentaram a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. Futuras medidas tomadas pelo Governo Federal, incluindo ajustes na taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real, podem ter um efeito material desfavorável sobre a economia brasileira e os negócios da CEMIG D, bem como na capacidade de pagamento das Debêntures.

Caso o Brasil venha a vivenciar uma significativa inflação no futuro, é possível que a CEMIG D não seja capaz de ajustar as tarifas cobradas de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar seus custos e diminuir suas margens líquidas e operacionais. Pressões inflacionárias também podem afetar sua habilidade de acessar mercados financeiros estrangeiros e

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

podem levar a políticas de combate inflacionário, que podem prejudicar seus negócios ou afetar desfavoravelmente o valor de mercado das Debêntures.

A instabilidade na taxa de câmbio pode afetar desfavoravelmente os resultados das operações da CEMIG D, bem como sua capacidade de pagamento das Debêntures.

A moeda brasileira tem historicamente sofrido freqüentes desvalorizações. No passado, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e fez uso de diferentes políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações periódicas (durante as quais a freqüência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de câmbio flutuante, controles cambiais e dois mercados de câmbio. As desvalorizações cambiais em períodos de tempo mais recentes resultaram em flutuações significativas nas taxas de câmbio do Real frente ao Dólar e outras moedas. Em 31 de dezembro de 2005, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$2,34 por US\$1,00, o que representa uma valorização do Real de 13,4% desde 31 de dezembro de 2004. Não é possível assegurar que a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar irá permanecer nos níveis atuais.

As depreciações do Real frente ao Dólar também podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, que podem afetar negativamente a CEMIG D. As depreciações geralmente dificultam o acesso aos mercados financeiros estrangeiros e podem incitar a intervenção do Governo, inclusive com a adoção de políticas de recessão econômica. Contrariamente, a apreciação do Real em relação ao Dólar pode levar à deterioração da conta corrente e do saldo dos pagamentos do Brasil, bem como impedir o crescimento das exportações. Além disso, a depreciação do real com relação ao dólar aumenta o custo de compra de eletricidade da Usina de Itaipu, uma das fornecedoras da CEMIG D, uma vez que esta corrige os preços da eletricidade parcialmente com base nos custos do dólar. Qualquer situação mencionada acima pode afetar desfavoravelmente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da CEMIG D, bem como sua capacidade de pagamento das Debêntures.

A CEMIG D está exposta a riscos decorrentes de aumentos nas taxas de juros e flutuações na taxa de câmbio.

Em 30 de junho de 2006, 77,6% de endividamento total da CEMIG D, ou R\$1.605,5 milhões, estavam denominados em reais e indexados às taxas do mercado financeiro brasileiro, a taxas de inflação ou a taxas de juros flutuantes. Conseqüentemente, se esses índices e taxas de juros subirem, as despesas financeiras da CEMIG D aumentarão. Em 30 de junho de 2006, parte da dívida da CEMIG D estava

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

denominada em dólares e, dessa quantia, 57,9% ou R\$256,71 milhões, estavam protegidos contra a variação cambial e, como resultado de tal proteção, estavam sujeitos às variações nos índices de inflação no Brasil. Além disso, parte do endividamento total da CEMIG D, denominados em outras moedas estrangeiras no montante de R\$19,17 milhões, em 30 de junho de 2006, não contava com proteção cambial. Conseqüentemente, se estas moedas se valorizarem em relação ao real, as despesas financeiras da CEMIG D para essa parte da dívida também aumentarão. Se as despesas financeiras aumentarem significativamente como resultado de quaisquer desses fatores, a situação financeira da CEMIG D e seus resultados operacionais serão prejudicados.

Restrições sobre a movimentação de capitais para fora do Brasil poderão prejudicar a capacidade da CEMIG D de cumprir determinadas obrigações de dívida e de pagamento das Debêntures.

A lei brasileira permite que o Governo Federal imponha restrições temporárias à conversão da moeda brasileira em moedas estrangeiras e à remessa para investidores estrangeiros dos recursos de seus investimentos no Brasil sempre que houver um desequilíbrio grave na balança de pagamentos brasileira ou motivos para que se preveja a ocorrência de um sério desequilíbrio. A última vez que o Governo Federal impôs restrições de remessa foi por aproximadamente seis meses em 1989 e no começo de 1990. O Governo Federal poderá tomar medidas semelhantes no futuro, caso julgue necessário. A imposição de restrições à conversão e à remessa de divisas ao exterior pode prejudicar o acesso da CEMIG D aos mercados de capitais internacional, além de impedi-la de efetuar pagamentos de suas obrigações de dívida denominadas em Dólares. Como resultado, essas restrições poderiam afetar adversamente a CEMIG D e sua capacidade de pagamento das Debêntures.

Mudanças na economia global e outros mercados emergentes podem afetar o acesso da CEMIG D aos recursos financeiros e diminuir sua capacidade de pagamento das Debêntures.

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, e especialmente pelos países da América Latina e outros mercados emergentes. A reação dos investidores ao desenvolvimento em outros países pode ter um impacto desfavorável no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises em outros países emergentes ou políticas econômicas de outros países, dos Estados Unidos em particular, podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive pelas Debêntures.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Dada a característica do setor elétrico (que exige investimentos significativos em bens de capital) e em virtude das necessidades de financiamento da CEMIG D, caso o acesso ao mercado de capitais e de crédito esteja limitado, a CEMIG D poderá enfrentar dificuldades de cumprir seu plano de investimentos e re-financiar suas obrigações, afetando de forma negativa seus resultados.

Crises políticas recentes no País podem afetar a economia brasileira e o mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros.

Nos últimos meses, figuras do governo, parlamentares e dirigentes de partidos políticos, notadamente aqueles pertencentes ao partido do atual Presidente da República, têm sido alvo de várias alegações de conduta antiética ou ilegal. Essas acusações, atualmente sob investigação pelo Congresso Brasileiro e pela Polícia Federal, envolvem violações a leis eleitorais e de financiamento de campanhas, influência de dirigentes do governo e parlamentares em troca de apoio político e outros comportamentos supostamente antiéticos ou corruptos. A CEMIG D não tem condições de avaliar o impacto que tais acusações e investigações possam ter sobre a economia brasileira. Os desdobramentos dessa crise poderão afetar adversamente os negócios, fluxo de caixa e situação financeira da CEMIG D, bem como o impacto no mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros, o que poderá afetar negativamente sua capacidade de pagamento das Debêntures.

O Governo Federal está realizando uma reforma na legislação fiscal que poderá acarretar aumento da carga tributária para as empresas brasileiras.

O Governo Federal está implementando uma reforma na legislação fiscal que poderá acarretar aumento nas alíquotas de alguns tributos incidentes sobre as empresas brasileiras. A título de exemplo, tome-se a COFINS, que, para as empresas que apuram a renda tributável de acordo com a metodologia do lucro real, teve sua alíquota elevada de 3% para 7,6%. Com relação às empresas do Setor Elétrico, aumentos de carga tributária são usualmente repassados aos consumidores mediante aumento das tarifas cobradas. Caso o aumento das tarifas em virtude desse repasse seja considerável, poderá haver uma retração no consumo de energia elétrica o que afetaria negativamente as receitas das empresas do Setor, inclusive da CEMIG D. Caso esse aumento não possa, por qualquer motivo, ser repassado aos consumidores de energia elétrica, a receita e o lucro dessas empresas (inclusive a CEMIG D) poderão ser negativamente afetados.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

RISCOS RELATIVOS AO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

A CEMIG D e a CEMIG GT estão sujeitas a uma ampla legislação e grandes alterações na área regulatória, que ainda estão sendo implementadas pelo governo.

Em 15 de março de 2004, foi aprovada a Lei nº 10.848 que alterou substancialmente as diretrizes do setor até então vigentes e implementou o novo modelo do setor elétrico no Brasil ("Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico"), que promoveu profundas modificações na estrutura do setor elétrico, dentre as quais (i) a alteração das regras sobre a compra e venda de energia elétrica entre as empresas geradoras de energia e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) novas regras para licitação de empreendimentos de geração; (iii) a criação da CCEE – e de novos órgãos setoriais; e (v) a alteração nas competências do Ministério de Minas e Energia e da ANEEL. Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, uma parcela significativa da energia futura comprada por empresas de distribuição deverá ser adquirida em leilões públicos anuais de todo o setor. Se os leilões públicos não forem bem sucedidos, o governo poderá estabelecer novos procedimentos de comercialização de energia, e a CEMIG D e a CEMIG GT não poderão ter certeza a respeito do efeito de tais procedimentos sobre sua condição financeira e resultado operacional, o que, conseqüentemente, pode afetar a capacidade de pagamento da CEMIG. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua sujeita a regulamentação, e, atualmente, tem sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal por meio das ações diretas de inconstitucionalidade n.º 3090 e 3100 ("ADINs"). Não existe ainda uma decisão definitiva sobre este mérito.

O efeito das reformas sob a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o resultado das ADINs e as futuras reformas no setor da energia são difíceis de prever, mas poderão ter impacto adverso sobre os negócios e resultado operacional da CEMIG D e da CEMIG GT, bem como em suas capacidades de acesso ao mercado financeiro e, conseqüentemente, poderá afetar a CEMIG.

As tarifas cobradas pela CEMIG D são determinadas pela ANEEL, nos termos de seus Contratos de Concessão.

A ANEEL estabelece, de acordo com uma fórmula prevista nos Contratos de Concessão, as tarifas que a CEMIG D cobra de seus clientes, as quais estão também sujeitas ao poder regulador dessa Agência. A ANEEL possui substancial poder discricionário para estabelecer as tarifas que a CEMIG D cobra de seus

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

consumidores. Os Contratos de Concessão de distribuição e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preço máximo, que permite três tipos de ajustes tarifários: (i) reajuste anual; (ii) revisão periódica; e (iii) revisão extraordinária. A CEMIG D está autorizada a aplicar, todos os anos, um reajuste anual cuja finalidade é compensar alguns efeitos da inflação sobre as tarifas, e repassar aos clientes certas mudanças em sua estrutura de custos que fujam do seu controle, tais como o custo da energia comprada de seus fornecedores de energia, e encargos regulatórios, incluindo encargos para o uso de instalações de transmissão e distribuição e variações na taxa de câmbio sobre seus pagamentos à Itaipu. Além disso, a ANEEL conduz uma revisão periódica a cada cinco anos para identificar variações nos custos da CEMIG D e definir um índice baseado na sua eficiência operacional que será aplicado sobre o índice dos reajustes anuais da CEMIG D, e cujo efeito é premiar a boa administração dos seus custos e compartilhar quaisquer ganhos com os usuários dos serviços de distribuição. A finalidade dessas revisões de tarifa é restabelecer um nível tarifário suficiente para cobrir (1) custos da energia comprada e outros custos não administráveis pela CEMIG D, (2) custos de operação e manutenção de uma "Empresa de Referência" teórica e (3) remuneração do capital sobre sua base de ativos, usando uma metodologia de "substituição de custos". A CEMIG D também tem o direito de requerer uma revisão extraordinária das suas tarifas se custos imprevisíveis vierem a alterar significativamente sua estrutura de custos.

Não é possível assegurar que a ANEEL estabelecerá tarifas que sejam favoráveis à CEMIG D e que permitam que ela repasse aos seus clientes todos os aumentos de custo. Além disso, na medida em que quaisquer desses ajustes não sejam concedidos pela ANEEL em tempo hábil, como ocorreu em 2001 e 2002 em virtude do Racionamento, a condição financeira e os resultados operacionais da CEMIG D poderão ser adversamente afetados.

Adicionalmente, recentemente, o Tribunal de Contas da União encaminhou à ANEEL solicitação para revisão da metodologia de cálculo da revisão tarifária periódica das empresas do setor, por entender que ela não considera o benefício fiscal do juros sobre capital próprio na formação da tarifa, e que, dessa forma, o reajuste tarifário concedido deveria ter sido menor. Essa situação afeta não somente a CEMIG D, mas também todas as empresas concessionárias. A ANEEL, por outro lado, contratou os serviços da Fundação Universitária de Brasília para avaliar a metodologia, no intuito de questionar a posição do Tribunal de Contas. O desfecho dessa pendência, entretanto, não é esperado para breve e caso seja desfavorável para a CEMIG D, o impacto deverá ser em torno de R\$50,0 milhões por ano. Caso isso ocorra, a condição financeira e os resultados operacionais da CEMIG D poderão ser adversamente afetados.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A CEMIG D poderá não conseguir repassar integralmente em suas tarifas os custos de suas compras de energia.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico determina que um distribuidor deve contratar antecipadamente, por meio de leilões públicos, pelo menos 100% de suas necessidades de energia previstas para os cinco anos seguintes. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece as condições para o repasse dos volumes e preços de comercialização de energia. Se a energia contratada, incluindo aquela comprada pela CEMIG D nos leilões públicos for inferior a 100% de sua necessidade de energia total, a CEMIG D estará sujeita a multas e poderá não conseguir repassar a seus clientes todos os custos de compra adicional de energia, que poderão ser mais elevados no mercado à vista. Se a energia contratada, incluindo aquela que a CEMIG D comprar no leilão público representar mais de 100% e menos de 103% da sua necessidade de energia total, a CEMIG D poderá repassar a seus clientes o volume total da sua necessidade de energia.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico restringe, ainda, a capacidade da CEMIG D de repassar aos seus clientes o custo das compras de energia caso seus custos ultrapassem o Valor Anual de Referência estabelecido pela ANEEL. Este valor é baseado no preço médio ponderado pago por todas as empresas de distribuição nos leilões públicos de energia gerada por novas empresas, e a ser entregue de três a cinco anos da data do leilão, e será aplicado somente durante os três primeiros anos após o início da entrega da energia comprada. Tendo em vista os inúmeros fatores que afetam as previsões de demanda de energia da CEMIG D, incluindo crescimento econômico e populacional, não é possível assegurar que a previsão de demanda de energia da CEMIG D será precisa. Se houver variações significativas entre as suas necessidades de energia e o volume de suas compras de energia, os resultados das operações da CEMIG D poderão ser adversamente afetados.

Há obrigatoriedade de planejamento de mercado pelas empresas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

Conforme previsto no novo modelo do Setor Elétrico brasileiro, as empresas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica deverão planejar, com antecedência de cinco anos, a compra de energia no mercado regulado necessária para o suprimento de seus consumidores nesse período. Somente são admitidos erros em referido planejamento em um montante máximo de 5%, o qual será complementado mediante compra da energia adicional, após licitação, por período máximo de dois anos de suprimento. Acima de tal limite, a empresa distribuidora não terá direito à revisão tarifária para a aquisição da energia adicional. Assim, a implementação do novo modelo do Setor Elétrico aumenta o risco das

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

empresas que nele atuam (inclusive a CEMIG D), uma vez que eventuais erros no planejamento do mercado da CEMIG D poderão acarretar a obrigação de aquisição de energia adicional por preço superior ao adquirido anteriormente, sem o direito de repasse desse custo para a tarifa cobrada.

A atual estrutura do Setor Elétrico é muito concentrada em geração hidráulica, o que a torna sujeita a certos riscos.

O setor elétrico brasileiro, muito concentrado em geração hidráulica de energia, enfrenta uma restrição natural à sua capacidade de geração. As usinas hidrelétricas não podem gerar energia além da capacidade possibilitada pelos recursos hídricos do País. Grande parte da capacidade de geração da CEMIG GT, bem como das principais fornecedoras da CEMIG D, é hidráulica e depende, significativamente, do volume de água das bacias dos rios em que se situam as usinas hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas. Fatores naturais podem afetar a capacidade geradora da CEMIG GT e das demais empresas geradoras de energia elétrica no Brasil, aumentando ou reduzindo o nível de seus reservatórios. A limitação à capacidade de geração de energia elétrica pela CEMIG GT poderá afetar adversamente seus resultados e condições financeiras e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da CEMIG. Igualmente, restrições à capacidade de geração de energia decorrentes da redução do volume de água das bacias dos rios em que se situam as geradoras de energia que fornecem energia para a CEMIG D poderão prejudicar sua capacidade de aquisição de energia, afetando suas operações e sua capacidade de geração de receitas.

A CEMIG D e a CEMIG GT poderão ser punidas pela ANEEL por descumprimento de seus Contratos de Concessão e da regulamentação aplicável.

As atividades de distribuição da CEMIG D e de geração e transmissão da CEMIG GT são realizadas de acordo com os seus respectivos Contratos de Concessão, cuja vigência termina em 2016 para a CEMIG D, em 2015 para a atividade de transmissão da CEMIG GT e em 2035 para a atividade de geração da CEMIG GT. Com base nas disposições dos Contratos de Concessão da CEMIG D e da CEMIG GT e na legislação aplicável, a ANEEL poderá aplicar penalidades caso descumpram quaisquer de suas disposições. Dependendo da gravidade do descumprimento, tais penalidades poderão incluir:

- advertência;

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

- multas por descumprimento do respectivo Contrato de Concessão de até 2% das receitas da CEMIG D e/ou da CEMIG GT auferidas no exercício encerrado imediatamente anterior a data do descumprimento;
- restrições ao funcionamento das instalações e equipamento existentes;
- suspensão temporária da participação em processos de licitação para novas concessões;
- intervenção; e
- término da concessão.

Além disso, o governo tem o poder de terminar as concessões da CEMIG D e da CEMIG GT antes do final do prazo em caso de falência ou dissolução, ou por meio de encampação e caducidade.

É possível que a ANEEL aplique penalidades pelo descumprimento dos Contratos de Concessão da CEMIG D e da CEMIG GT ou termine antecipadamente as concessões. Caso os Contratos de Concessão da CEMIG D ou da CEMIG GT sejam terminados, a CEMIG D e/ou da CEMIG GT, conforme o caso, não poderão operar seus negócios, distribuir energia a seus clientes e/ou gerar e transmitir energia. Além disso, o pagamento a que a CEMIG D ou a que CEMIG GT terão direito quando do término de suas respectivas concessões poderá não ser suficiente para liquidação total de seus passivos, e esse pagamento poderá ser postergado por muitos anos. Se o contrato de concessão da CEMIG D e/ou da CEMIG GT terminarem por suas culpas, o montante do pagamento devido poderá ser reduzido de forma significativa com a imposição de multas ou outras penalidades. Desta forma, a aplicação de multas ou penalidades ou o término da concessão da CEMIG D e/ou da CEMIG GT poderão ter um efeito adverso significativo sobre suas condições financeiras e o seus resultados operacionais e, conseqüentemente, poderão afetar a capacidade de pagamento da CEMIG.

A CEMIG D e a CEMIG GT deverão respeitar os padrões de qualidade dos serviços previstos nos respectivos Contratos de Concessão de distribuição de energia elétrica e na regulamentação aplicável.

Os Contratos de Concessão que regulam as concessões de serviço público de distribuição e de geração e transmissão de energia elétrica celebrado pela CEMIG D e pela CEMIG GT, respectivamente, estabelecem padrões que devem ser observados na prestação dos serviços objetos das respectivas concessões, entre os quais a constante melhoria dos padrões de qualidade. As penalidades aplicáveis a um desempenho inferior aos níveis estabelecidos de qualidade dos serviços estão

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

previstas na Resolução ANEEL nº63/04 e incluem multa de até 2% do valor dos respectivos faturamentos, nos 12 meses imediatamente anteriores à ocorrência da infração.

A ANEEL, em junho de 2003, impôs uma multa à CEMIG pelo não cumprimento de determinados índices de DEC e FEC que deveriam ter sido observados durante os anos de 2001 e 2002. O valor da multa imposta foi de R\$5.218.523,00, sendo que a CEMIG apresentou recurso em 3 de junho de 2003 com relação a esta penalidade, sobre o qual a ANEEL se manifestou reduzindo o montante da multa para R\$3.913.892,00, correspondente a 75% do valor inicial. Não concordando, ainda, com a penalidade imposta, a CEMIG ingressou com ação judicial, onde foi deferida a antecipação parcial dos efeitos da tutela, mediante depósito da quantia discutida, determinando a ANEEL que não inclua o nome da CEMIG em cadastros de inadimplentes. A ANEEL apresentou defesa e a CEMIG está aguardando intimação para impugnação da defesa e dos documentos apresentados pela ANEEL. A defesa considera possível o êxito, na esfera judicial, no cancelamento da referida penalidade ou, ainda, em último caso a na redução do montante imposto. Caso a multa seja efetivamente mantida, a CEMIG poderá sofrer um impacto adverso em seus resultados operacionais.

O Poder Concedente poderá, caso a CEMIG D não observe os respectivos padrões de qualidade e melhoria dos serviços de distribuição de energia elétrica, aplicar outras penalidades à CEMIG D e, observada a legislação em vigor, decretar a caducidade das concessões, o que acarretaria um efeito adverso nas condições financeiras e operacionais da CEMIG D. Ademais, o completo atendimento desses padrões de serviços é requisito essencial para a renovação das concessões nos termos da Lei de Concessões.

Para mais informações sobre os respectivos Contratos de Concessão, incluindo as hipóteses nas quais esses instrumentos podem ser extintos.

A CEMIG D gera parte de suas receitas operacionais a partir de clientes qualificados como consumidores "potencialmente livres" que têm a liberdade de procurar fornecedores alternativos de energia.

Dentro de sua área de concessão, a CEMIG D não enfrenta concorrência na distribuição de energia. Entretanto, em virtude da Lei do Setor Elétrico e regulamentação posterior, desde 1995 os clientes classificados como potencialmente livres podem adquirir energia diretamente através dos agentes de mercado (comercializadores e geradores). Além disso, clientes com uma demanda contratada igual ou superior a 500 kW podem se tornar consumidores livres caso optem por

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

energia de fontes renováveis, como energia eólica, solar, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas. Atualmente, clientes de alta tensão que compram energia de distribuidores no Ambiente de Contratação Regulado o fazem a preços subsidiados. Esse subsídio, conhecido por “subsídio cruzado”, começou a ser gradualmente retirado a partir de julho de 2003 e será totalmente eliminado até 2007. A CEMIG D acredita que para os próximos anos, o preço de comercialização de energia no ambiente de contratação livre permanecerá relativamente baixo devido ao excesso de geração de energia no Brasil, mantendo a atratividade do mercado livre.

Em 30 de junho de 2006, a CEMIG D fornecia energia a 527 unidades de consumo de clientes industriais potencialmente livres, com demanda contratada no horário fora de ponta, maior ou igual a 500kW, que representavam aproximadamente 1,98% de sua receita operacional líquida e aproximadamente 2,4% do volume total da energia vendida no referido exercício. Caso os consumidores potencialmente livres da CEMIG D se tornem consumidores livres, passando a comprar energia de outros fornecedores, as receitas da CEMIG D poderão reduzir o que poderá afetar adversamente os resultados das operações da CEMIG D no curto prazo.

O impacto de uma escassez de energia e conseqüente racionamento de energia, como ocorreu em 2001 e 2002, poderá causar um efeito adverso significativo sobre os negócios e resultados operacionais da CEMIG D e da CEMIG GT e, conseqüentemente, afetar a capacidade de pagamento da CEMIG.

A energia hidrelétrica é a principal fonte de energia no Brasil e representou cerca de 6,5% da capacidade instalada de geração do país em 2005. Tendo em vista que o nível pluviométrico nos anos anteriores a 2001 foi abaixo da média, os reservatórios e, conseqüentemente, a capacidade hidrelétrica nas regiões sudeste, centro oeste e nordeste do Brasil também apresentaram níveis baixos. As tentativas de compensar a dependência em usinas hidrelétricas com usinas térmicas movidas a gás foram adiadas. Em resposta à escassez de energia, o governo criou, em 15 de maio de 2001, a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, para coordenar e administrar um programa de redução do consumo de energia, e assim evitar a interrupção do fornecimento. Esse programa, conhecido por Racionamento, estabeleceu limites de consumo de energia para clientes industriais, comerciais e residenciais, esses limites variavam de 15% a 25% de redução do consumo de energia. O programa foi aplicado de junho de 2001 a fevereiro de 2002. Em conseqüência do Racionamento, o consumo de energia na área de concessão da CEMIG foi reduzido em 8,6% nesse período. Além disso, o Racionamento aumentou os prejuízos comerciais da CEMIG tendo em vista que alguns de seus clientes tentaram evitar os limites obrigatórios de consumo por meio de conexões ilegais e fraudes. Na hipótese de outra escassez de energia, o governo poderá implementar

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

políticas que podem incluir o racionamento do consumo de energia, o que poderá causar um efeito adverso relevante na condição financeira e resultados operacionais da CEMIG D, da CEMIG GT e, conseqüentemente, da capacidade de pagamento da CEMIG.

As operações, equipamentos e instalações da CEMIG D e da CEMIG GT estão sujeitos a ampla regulamentação ambiental e de saúde que podem se tornar mais rigorosos no futuro e resultar em maiores responsabilidades e investimentos de capital.

As atividades de distribuição da CEMIG D, bem como as atividades de geração e transmissão da CEMIG GT, estão sujeitas a uma abrangente legislação ambiental em âmbito federal, estadual e municipal. Essas normas incluem a obrigação de obtenção de licenças ambientais para a construção de novas instalações ou a instalação de novos equipamentos necessários às operações da CEMIG D e da CEMIG GT. É possível que as regras de proteção ambiental e de saúde nos forcem a alocar investimentos de capital para a observância de normas e, conseqüentemente, realocar recursos de outros investimentos planejados. Isso poderá ter um efeito adverso significativo sobre a condição financeira e resultados operacionais da CEMIG D da CEMIG GT e, conseqüentemente, da capacidade de pagamento da CEMIG.

A CEMIG D deverá obter licenças para suas instalações que operam sem licenças ambientais.

A Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, conforme alterada, estabeleceu multas para instalações que operem sem licenças ambientais. Em 1998, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 1.710 (atualmente Medida Provisória nº 2.163/47), que estabelece disposições para operadoras de projeto visando à celebração de contratos com os órgãos normativos ambientais competentes para o fim de dar cumprimento à Lei Federal nº 9.605/98.

Adicionalmente, a CEMIG D está negociando com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM a obtenção de licença de operação ambiental corretiva para todos os seus empreendimentos que tenham iniciado operação antes de fevereiro de 1986.

Os critérios de compensação ambiental e social não estão definidos, o que poderá fazer com que as solicitações de órgãos ambientais, Ministério Público, ONGs e populações afetadas sejam adicionais às tradicionalmente propostas. Devido a essas incertezas, as compensações ambientais e sociais podem afetar o licenciamento

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

(inclusive o corretivo), prazos e orçamento de novos empreendimentos, e até mesmo inviabilizá-los. Ressalta-se que existem discussões atualmente em andamento nos órgãos ambientais oficiais (federal e estadual) com o objetivo de estabelecer critérios para disciplinar as compensações ambientais. Caso sejam adotados critérios muito rigorosos para a efetuação de tal compensação, a CEMIG D poderá ter sua capacidade de pagamento de obrigações adversamente afetada.

Caso a CEMIG D não obtenha as licenças poderá ter um efeito adverso significativo sobre a condição financeira e seus resultados operacionais.

Não é mais permitida a contratação de suprimento de energia elétrica, por empresas concessionárias e permissionárias de distribuição, de energia gerada por elas mesmas ou por empresas do mesmo grupo societário.

O novo modelo do Setor Elétrico brasileiro vetou o auto-suprimento de energia (*self-dealing*), determinando que todas as empresas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica somente poderão adquirir energia por meio dos leilões realizados diretamente pela ANEEL ou por intermédio do “pool” operado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Essa regra é aplicada para as novas contratações de suprimento de energia, devendo ser respeitados os contratos de auto-suprimento firmados anteriormente à entrada em vigor da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. O auto-suprimento de energia é a compra, por uma distribuidora, de energia gerada por ela mesma ou por uma empresa do mesmo grupo societário. Com a impossibilidade de realizar o auto-suprimento de energia, as distribuidoras que vinham realizando esta prática (como é o caso da CEMIG D) serão obrigadas a contratar energia por meio do “pool”, sendo que essa energia poderá vir a ser adquirida por preço superior ou inferior à média praticada por todos os distribuidores devido às regras do leilão. A transferência desse preço de compra, nos três primeiros anos de entrega, é a média dos distribuidores (ou do “pool”). Portanto, nesses três primeiros anos, as distribuidoras de energia elétrica (inclusive a CEMIG D) poderão ser afetadas negativamente, se o custo de compra for maior que a média, tendo em vista que o repasse desse custo adicional aos consumidores não será automático.

RISCOS RELACIONADOS AO CONTROLE DA CEMIG PELO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Governo Estadual de Minas Gerais exerce substancial influência sobre a administração e orientação dos negócios da CEMIG e, conseqüentemente, da CEMIG D e da CEMIG GT. Ademais, o atual Governador do Estado de Minas Gerais é integrante de um partido de oposição ao atual Governo Federal. Não é possível analisar os impactos e efeitos que essas situações poderão causar na CEMIG, na CEMIG D, na CEMIG GT e em suas operações.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A CEMIG e, conseqüentemente, a CEMIG D e a CEMIG GT, são controladas pelo Governo Estadual de Minas Gerais, que detinha em 30 de junho de 2006 50,9% das ações ordinárias emitidas pela CEMIG possuindo o direito à maioria dos votos nas deliberações das Assembléias Gerais de Acionistas da CEMIG, podendo (i) eleger a maioria dos membros do seu Conselho de Administração e (ii) decidir matérias cuja deliberação requeira a aprovação da maioria qualificada dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e época e pagamento de quaisquer dividendos futuros.

O Governo Estadual de Minas Gerais já utilizou, no passado, e poderá utilizar no futuro, sua condição de acionista controlador da CEMIG para determinar que a CEMIG e, conseqüentemente a CEMIG D e a CEMIG GT, dediquem-se a certas atividades e efetue certos investimentos destinados, principalmente, a promover seus objetivos políticos, econômicos ou sociais e não necessariamente para atender ao objetivo de melhorar os negócios e/ou o resultado operacional da CEMIG.

O atual Governador do Estado de Minas Gerais faz parte de um partido político de oposição ao Governo Federal, o que pode resultar em divergências quando da tomadas de decisões envolvendo o Governo Estadual de Minas Gerais e o Governo Federal. Eventuais divergências políticas entre esses entes poderão prejudicar os resultados e operações da CEMIG D e da CEMIG GT e, conseqüentemente, da CEMIG.

RISCOS RELACIONADOS À CEMIG D E À CEMIG

O controle efetivo da CEMIG é objeto de contestação em juízo.

Em função da compra, em 1997, de 32,96% das ações ordinárias de emissão da CEMIG pela SEB, uma *joint venture* controlada por uma companhia do grupo norte-americano AES Corporation, o Estado de Minas Gerais e a SEB celebraram um acordo de acionistas que concedeu à SEB controle sobre certas decisões societárias importantes para a condução dos negócios da CEMIG. Em 1999, o Estado de Minas Gerais ajuizou ação pleiteando anular o acordo de acionistas com fundamento na Constituição Mineira e na legislação estadual afeta à matéria Após a concessão de liminar suspendendo o acordo e instruído o processo, o pedido de anulação do acordo de acionistas foi julgado procedente, sendo a decisão confirmada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A SEB recorreu dessa decisão para o Superior Tribunal de Justiça ("STJ") e para o Supremo Tribunal Federal ("STF"), já tendo sido proferida decisão favorável ao Estado de Minas Gerais pelo STJ, restando apenas o

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

julgamento de agravo de instrumento pelo STF, cujos autos se encontram conclusos ao Ministro Relator – Min. Joaquim Barbosa.

A renegociação dos Contratos Iniciais poderá causar um impacto adverso na estrutura de custos da CEMIG D.

A partir de dezembro de 2002, iniciou-se um período de transição, durante o qual os montantes de energia contratados inicialmente pela CEMIG vêm sendo alterados de forma gradativa. Assim, a cada ano, a partir de 2003, 25% do total do montante de suprimento de energia contratado inicialmente poderá ser alterado. Até o final deste ano de 2006 ocorrerá a completa extinção dos respectivos contratos iniciais. Após a liberação dos montantes negociados de acordo com os contratos iniciais, tais montantes serão obrigatoriamente vendidos pelas geradoras em leilões públicos promovidos pela CCEE, sendo a CEMIG D obrigada a adquirir a energia necessária ao atendimento de seus mercados no âmbito da CCEE. Um eventual acréscimo nos preços da energia elétrica adquirida pela CEMIG D poderá ter um impacto negativo em sua condição financeira e resultado operacional.

Não há como garantir se, e em que condições, as concessões atuais da CEMIG D e da CEMIG GT serão renovadas. Os planos de expansão da CEMIG D e da CEMIG GT poderão ser prejudicados caso elas não consigam obter novas concessões ou perca alguma das concessões que detém atualmente.

A CEMIG D e a CEMIG GT conduzem sua atividade de distribuição e de geração e transmissão, respectivamente, de acordo com Contratos de Concessões, celebrados com o Governo Federal. A Constituição Federal exige que todas as concessões de serviços públicos devem ser concedidas mediante licitação. Em 1995, em um esforço para implementar esses dispositivos constitucionais, o Governo Federal aprovou a Lei de Concessões, que rege os procedimentos de licitação. De acordo com a Lei de Concessões, mediante solicitação da concessionária, as concessões existentes poderão ser renovadas pelo Governo Federal, mediante requerimento efetuado pela concessionária, independentemente de sujeição ao processo de licitação, contanto que a concessionária tenha atendido aos padrões mínimos de desempenho e que a proposta seja aceitável ao Governo Federal.

Devido ao grau de discricionariedade conferido ao Governo Federal pela Lei de Concessões no que diz respeito à renovação de concessões existentes e dada à ausência de precedentes quanto ao exercício, pelo Governo Federal, de seu poder discricionário, interpretação e aplicação da Lei de Concessões, não há como garantir que as concessões atuais não serão renovadas em termos que venham a ser menos favoráveis do que aqueles atualmente em vigor.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Ademais, os planos de expansão da capacidade de distribuição da CEMIG D e da CEMIG GT também estão sujeitos ao regime licitatório regido pela Lei de Concessões. Caso a CEMIG D e a CEMIG GT não obtenham novas concessões ou percam alguma das concessões que detêm atualmente, seus programas de investimentos poderão não ser satisfatoriamente concluídos. Neste caso, os negócios, operações e resultados da CEMIG D, da CEMIG GT e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da CEMIG poderão ser adversamente afetados.

A instabilidade das taxas de juros pode afetar os negócios da CEMIG D e da CEMIG.

As dívidas da CEMIG D e da CEMIG GT estão sujeitas a taxas de juros variáveis, tais como TJLP, LIBOR e Taxa DI. Em 30 de junho de 2006, o valor total das dívidas da CEMIG D e da CEMIG GT (curto e longo prazos) era de R\$2.068,4 milhões e R\$2.683,9 milhões, respectivamente, sendo que desse total R\$1.065,5 milhões e R\$1.794,2 milhões, respectivamente, é sujeito a taxas de juros variáveis. Na hipótese de elevação das taxas de juros, serão aumentados os custos e pagamentos do serviço da dívida da CEMIG D e da CEMIG GT. Neste caso, os negócios da CEMIG D e da CEMIG GT, suas condições financeiras e o resultado de suas operações poderão ser afetados negativamente em decorrência de maiores despesas financeiras, conseqüentemente, afetando capacidade de pagamento da CEMIG.

A CEMIG D e a CEMIG GT necessitam de novos financiamentos para cumprimento de seus respectivos Planos de Investimentos.

A CEMIG D e a CEMIG GT possuem uma política de obtenção de recursos para suas atividades baseada em financiamentos adquiridos junto a instituições financeiras, instituições de fomento nacionais e internacionais e operações de colocação de títulos e valores mobiliários representativos de dívida nos mercados brasileiro e internacional. O insucesso na realização de novas operações similares, com o objetivo de refinar suas operações vincendas, poderá resultar em dificuldades na obtenção dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações assumidas em operações de financiamento já contratadas ou em um aumento nos custos de captação da CEMIG D e da CEMIG GT, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros e operacionais, bem afetar a capacidade de pagamento da CEMIG.

A CEMIG D possui um programa de investimentos para os próximos 5 anos, que prevê investimentos no valor total de R\$3.260,6 milhões, destinado à expansão de suas atividades de distribuição de energia. Para o segundo semestre de 2006, estão previstos investimentos de aproximadamente R\$615,1 milhões, tendo a CEMIG D, no

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

primeiro semestre de 2006, investido R\$521 milhões. A CEMIG D não pode assegurar que será capaz de obter recursos suficientes para implementação do seu programa de investimentos conforme originalmente previsto. A incapacidade de obter os recursos necessários poderá postergar ou impedir a conclusão desse programa de investimentos e demais projetos da CEMIG D, o que poderá causar um efeito negativo nas atividades da CEMIG D e em seus resultados operacionais.

A não conclusão ou eventual atraso na construção dos projetos de expansão da capacidade de distribuição de energia elétrica ou de geração e transmissão da CEMIG D ou da CEMIG GT, conforme o caso, podem afetar adversamente seus resultados operacionais e financeiros.

A CEMIG D e a CEMIG GT prevêm um aumento na sua capacidade de distribuição e geração e transmissão de energia elétrica, respectivamente, por meio de ampliação e reforço das redes de distribuição e de geração e transmissão de energia. A não conclusão ou eventual atraso na construção dos projetos de expansão da capacidade de distribuição e de geração e transmissão de energia elétrica da CEMIG D e da CEMIG GT em virtude dos riscos associados à construção de redes de distribuição e de geração e transmissão, tais como o aumento do custo de mão-de-obra, bens e serviços, riscos de erros de projeto, perdas e danos causados a terceiros, restrições ambientais, atraso no término da construção das obras poderá vir a implicar custos operacionais e/ou financeiros adicionais, afetando adversamente os resultados operacionais e financeiros da CEMIG D e da CEMIG GT e, conseqüentemente, da capacidade de pagamento da CEMIG.

Um número relativamente pequeno de consumidores da CEMIG D responde por parcela significativa de sua receita. A não renovação dos contratos com tais consumidores ou uma queda no consumo poderá prejudicar os resultados operacionais da CEMIG D.

A segunda maior parte da energia vendida pela CEMIG D é comprada por grandes consumidores industriais, cujas principais atividades são: siderurgia, manipulação de metais não ferrosos, ferroligas, química, vestuário, artefatos de tecidos, produção de cimento e produção de automóveis. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, os dez maiores consumidores industriais da CEMIG D responderam por aproximadamente 1,4% da receita total da CEMIG D e aproximadamente 2,7% do volume total de eletricidade vendida pela CEMIG D. Já no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, esses percentuais foram de 1,1% e 2,1%, respectivamente.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A CEMIG D mantém contratos de longo prazo com praticamente todos os seus principais consumidores. Qualquer perturbação no relacionamento existente com consumidores poderia prejudicar de maneira relevante seus resultados operacionais. Exemplificadamente, quando do término desses contratos, o regime regulatório que está sendo implantado no setor elétrico do Brasil poderá permitir que os consumidores contratem outros fornecedores de energia elétrica fora de Minas Gerais. Além disso, uma baixa de produção do setor manufatureiro poderia reduzir as demandas de energia de alguns dos maiores consumidores industriais da CEMIG D, o que poderia prejudicar de maneira relevante os resultados operacionais da CEMIG D.

A CEMIG GT poderá vender significativa parcela de sua geração apenas na CCEE, nos próximos 3 anos, bem com sofrer alterações no seu portfólio de clientes livres, em decorrência de sobra de energia no País.

O balanço energético brasileiro aponta sobras de até 8.000 MW médios, nos próximos anos, encontrando equilíbrio apenas em 2008 quando esse montante cai abaixo de 3.000 MW médios (5% do mercado). Nesse ambiente de sobras, a CEMIG GT envidará esforços no sentido de colocação da totalidade de sua energia em contratos com preços mais atrativos que a liquidação de curto prazo na CCEE, especialmente no mercado de Consumidores Livres. Não há como garantir que a CEMIG GT conseguirá colocar sua energia em contratos com preços mais atrativos que a liquidação de curto prazo do MAE, cujo detalhamento das regras de comercialização ainda não foi regulamentado. Caso ela não consiga, seus resultados financeiros e operacionais poderão ser negativamente afetados de forma relevante. Essa mesma sobra aumenta a competição por clientes potencialmente livres, que poderá resultar na perda de clientes pela CEMIG GT, afetando diversamente os seus negócios e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da CEMIG.

A CEMIG D está sujeita a regras e limites para contingenciamento de crédito do setor público e a restrições para utilização de determinados recursos por ela captados, o que poderá dificultar a obtenção de financiamentos.

Como uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Minas Gerais, a CEMIG, e conseqüentemente, a CEMIG D e a CEMIG GT estão sujeitas às regras e limites impostos às instituições financeiras com relação ao contingenciamento de crédito ao setor público editadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil. Essas regras estabelecem determinados parâmetros e condições para que as instituições financeiras possam oferecer crédito a entidades do setor público. Dessa forma, a CEMIG D e a CEMIG GT poderão ter dificuldades para obter financiamentos perante instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, o que poderá dificultar a implementação de seus respectivos Planos de Investimentos

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

ou o refinanciamento de suas obrigações financeiras. Essas regras também estabelecem que uma empresa estatal, de modo geral, somente poderá captar recursos (i) no mercado local por meio de empréstimos para refinanciamento de dívida e por meio de captações de recursos mediante a emissão de valores mobiliários e (ii) no mercado externo por meio de financiamento de importações, refinanciamento de dívidas registradas no Banco Central do Brasil e financiamentos concedidos por organismos multilaterais. Em decorrência dessas regulamentações, a capacidade de contrair dívida da CEMIG D e da CEMIG GT fica mais uma vez limitada, podendo afetar negativamente a implementação dos seus respectivos Planos de Investimentos ou o refinanciamento de suas obrigações.

Há restrições contratuais à capacidade de endividamento da CEMIG D.

Além dos limites para contingenciamento de crédito do setor público, em virtude de contratos celebrados para a captação de recursos, a CEMIG D e a CEMIG GT estão sujeitas a certas cláusulas e condições que restringem sua autonomia e capacidade de contrair novos empréstimos. Na hipótese de descumprimento, pela CEMIG D ou pela CEMIG GT, de qualquer disposição dos referidos contratos, tornar-se-ão exigíveis os valores vincendos (principal, juros e multa) objeto dos referidos contratos. O vencimento antecipado das obrigações da CEMIG D ou da CEMIG GT poderá acarretar sérios efeitos sobre suas situações financeiras, considerando-se inclusive a previsão de vencimento cruzado de outras obrigações da CEMIG D ou da CEMIG GT, conforme cláusulas presentes em diversos contratos de empréstimos e financiamento por elas celebrados com terceiros. Ademais, a existência de limitações ao endividamento da CEMIG D e da CEMIG GT poderá afetar suas capacidades de captarem novos recursos necessários ao financiamento de suas atividades e de suas obrigações vincendas, o que poderá influenciar negativamente a capacidade da CEMIG D e da CEMIG GT de honrarem seus compromissos financeiros, inclusive a capacidade da CEMIG D com relação às Debêntures emitidas no âmbito desta Oferta e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da CEMIG.

A CEMIG D apresenta um percentual de inadimplência que pode afetar adversamente seus resultados financeiros.

Em 31 de dezembro de 2005, a CEMIG D acumulou contas a receber vencidas de consumidores finais no valor de, aproximadamente, R\$722,60 milhões, correspondentes a 11,3% de sua receita operacional líquida registrada em 2005. Deste total, cerca de 3,3% era representado por contas devidas pelo Setor Público. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, a CEMIG D acumulou contas a receber vencidas de consumidores finais no valor de, aproximadamente, R\$537,95 milhões, correspondentes a 17,56% de sua receita operacional líquida registrada neste mesmo período. A CEMIG D pode não recuperar os créditos

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

relativos a dívidas de diversos municípios e demais clientes inadimplentes que estão sendo renegociadas. Caso não recuperem esses créditos, total ou parcialmente, a CEMIG D sofrerá, um impacto adverso relevante em seus resultados financeiros.

Nem todos os bens e ativos da CEMIG D poderão ser objeto de execução para satisfazer as obrigações relativas às Debêntures emitidas no âmbito desta Oferta.

Na qualidade de concessionária de serviços públicos, todos os bens da CEMIG D, essenciais à prestação de serviços públicos e vinculados às concessões por ela detidas, devem ser revertidos ao poder concedente ao final dos Contratos de Concessão e não estão sujeitos à penhora ou execução judicial. Na hipótese de inadimplemento pela CEMIG D das obrigações relativas às Debêntures, nem todos os seus bens e ativos poderão ser objeto de execução para satisfazer as obrigações relativas às Debêntures.

Os seguros contratados pela CEMIG D podem ser insuficientes para ressarcir eventuais danos.

Os seguros contratados pela CEMIG D podem ser insuficientes para o ressarcimento de eventuais danos. A CEMIG D mantém apenas seguro de incêndio e riscos operacionais, tais como danos em equipamentos. Ademais, a cobertura contra incêndio das usinas, prevista somente para os equipamentos das principais instalações, é feita no âmbito de seus seguros de risco operacional. As usinas e instalações da CEMIG D não se encontram, de modo geral, cobertas por seguro contra catástrofes, tais como terremotos e inundações. Além disso, de acordo com a legislação brasileira, a CEMIG D é responsável por danos diretos e indiretos resultantes do fornecimento inadequado de serviços de distribuição de energia, tais como interrupções repentinas e variações de voltagem. Além disso, a CEMIG D poderá ser considerada responsável por até 60% dos danos causados a terceiros em virtude de interrupções ou distúrbios resultantes dos sistemas de distribuição, transmissão ou geração, caso tais interrupções ou distúrbios não sejam atribuídos a um membro identificável pelo ONS. A CEMIG D não pode garantir que seus seguros são suficientes para cobrir integralmente quaisquer responsabilidades incorridas de fato no curso de seus negócios ou que esses seguros continuarão disponíveis no futuro.

A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados pode acarretar custos adicionais inesperados e significativos para a CEMIG D, acarretando um efeito adverso em suas atividades, resultados operacionais e condições financeiras.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Riscos inerentes ao CEMIG - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Conta CRC

Em 26 de janeiro de 2006, foi criado o CEMIG - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Conta CRC ("Fundo") formado por direitos de crédito decorrentes do Contrato CRC. O Fundo é composto por 900.000.000 quotas seniores e 760.125.012 quotas subordinadas não transferíveis, com valor nominal de R\$1,00 por quota, as quais foram integralmente subscritas e pagas em 27 de janeiro de 2006, pelo Banco Itaú BBA S.A. e o Banco Bradesco S.A. e pela CEMIG, respectivamente. As quotas seniores e as subordinadas deverão ser resgatadas em 2015 e 2035, respectivamente. O valor, em 30 de junho de 2006, dos recebíveis transferidos para o Fundo era de R\$1.726,3 milhões, desconsiderando a provisão para perdas constituída no valor de R\$106,9 milhões.

As quotas seniores têm como alvo o retorno à taxa do CDI acrescidos de 1,70% por ano e serão amortizadas em 20 pagamentos semestrais durante um período de 10 anos. Ademais, tendo em vista que (i) as datas dos pagamentos semestrais das quotas seniores coincidem com as datas em que a CEMIG paga seus dividendos semestrais; e (ii) que o quarto aditamento do Contrato CRC prevê que 65% dos dividendos devidos pela CEMIG ao Governo do Estado em cada pagamento de dividendos devem ser retidos pela CEMIG e transferidos automaticamente para o Fundo, as quotas são automaticamente reembolsadas em referidas datas. Caso esses dividendos não sejam suficientes para promover um sistema de pagamento fixo às quotas seniores, a CEMIG, como co-obrigada, deverá contribuir com o valor necessário para efetuar tal pagamento. O sistema de amortização foi projetado para coincidir com o cronograma de distribuição de dividendos da CEMIG e para minimizar o risco da CEMIG ser responsável por qualquer pagamento adicional. As quotas subordinadas serão amortizadas com qualquer excesso de caixa disponível no Fundo ou com sua liquidação. Caso a CEMIG deva, na qualidade de co-obrigada, fazer qualquer pagamento das quotas seniores sua capacidade de pagamento poderá ser afetada adversamente de forma relevante.

DESVERTICALIZAÇÃO

INTRODUÇÃO

A desverticalização no setor de energia elétrica, implementada no Brasil desde 1995, envolveu todas as empresas do setor que atuavam de forma verticalmente

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

integrada, e teve como objeto a segregação das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. O processo de desverticalização teve como objetivos (i) evitar a existência de subsídios cruzados entre as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, isto é, evitar que as tarifas auferidas por uma de referidas atividades subsidiassem qualquer das demais atividades; e (ii) efetivar e estimular a competição no setor elétrico nos segmentos nos quais a competição seria possível (geração e comercialização), bem como aprimorar o sistema de regulação dos segmentos nos quais havia monopólio de rede (transmissão e distribuição). O advento da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, introduziu a exigência legal de separação das atividades de distribuição das atividades de geração e transmissão e fixou prazos para que as empresas afetadas cumprissem com esta determinação.

A DESVERTICALIZAÇÃO DA CEMIG

Os contratos de concessão para a prestação de serviços de distribuição de energia elétrica originalmente celebrados entre CEMIG e a ANEEL continham a obrigação da implementação da Desverticalização, exigindo que a CEMIG separasse suas operações de geração, de transmissão e de distribuição em empresas distintas.

De acordo com esses contratos, a reestruturação deveria ter sido completada até 31 de dezembro de 2000, o que efetivamente não ocorreu. Em razão desse atraso, no início de 2001 a ANEEL impôs uma multa de R\$3,7 milhões à CEMIG, que, por sua vez, contestou a imposição de referida multa e obteve, não somente seu cancelamento pela ANEEL, como também um novo prazo para implementar a reestruturação, qual seja, 21 de setembro de 2002. Tendo em vista que esse prazo para reestruturação também não foi respeitado, a ANEEL, em 11 de novembro de 2002, impôs outra multa à CEMIG, no valor de R\$5,5 milhões. A CEMIG apresentou, em 28 de novembro de 2002, recurso com efeito suspensivo questionando a aplicação dessa penalidade, o qual não foi acatado pela ANEEL. Em 02 de abril de 2003 a CEMIG recorreu da decisão e, em 22 de fevereiro de 2005, considerando a Desverticalização da CEMIG, a ANEEL reduziu a referida multa para R\$2,7 milhões. Por fim, em 04 de março de 2005 a CEMIG apresentou novo recurso, o qual foi apreciado pela Diretoria da ANEEL, porém sem ter sido objeto de decisão, tendo em vista aparentes impropriedades na condução do processo na Agência. Não houve manifestação da ANEEL desde então.

Em março de 2004 a CEMIG deu início ao seu processo de reorganização societária, de forma a implementar a desverticalização de suas atividades, nos

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

termos da Lei 10.848/04 ("Desverticalização"). A Desverticalização foi autorizada por meio da Lei Estadual Lei nº 15.290, de 04 de agosto de 2004.

Ainda em setembro de 2004, a CEMIG D e a CEMIG GT foram constituídas como subsidiárias integrais da CEMIG, para exercer atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica até então exercidas pela CEMIG nos termos de seus contratos de concessão. Posteriormente, em 30 de dezembro de 2004, a CEMIG transferiu à CEMIG D e à CEMIG GT, conforme o caso, todos os ativos de sua propriedade relacionados aos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além dos direitos e obrigações associados a tais atividades.

Em 29 de outubro de 2004, a CEMIG enviou à ANEEL, requerimento formal contendo a estrutura da reestruturação societária pretendida em razão da Desverticalização, a qual contemplava, a transferência, à CEMIG D e à CEMIG GT, das concessões para prestação de serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica detidas pela CEMIG, conforme aplicável (as "Concessões da CEMIG").

Por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 407, datada de 20 de dezembro de 2004, foi aprovada a estrutura da Desverticalização da CEMIG, com a transferência das concessões para prestação de serviços de distribuição de energia elétrica anteriormente outorgadas à CEMIG, e versão de parte de seu patrimônio para a CEMIG D. Em Assembléia Geral Extraordinária da CEMIG, realizada em 30 de dezembro de 2004, foi deliberada a transferência dos ativos relacionados à prestação de serviços de distribuição de energia elétrica de propriedade da CEMIG para a CEMIG D. A referida transferência de ativos foi publicada no Jornal Minas Gerais, em 15 de março de 2005.

Em decorrência da Desverticalização a CEMIG D passou a exercer todas as atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, e a CEMIG GT passou a exercer todas as atividades relacionadas à geração e transmissão de energia elétrica, nos termos das Concessões da CEMIG. Ademais, conforme informado acima, a totalidade dos ativos operacionais e não operacionais da CEMIG, relacionados às referidas atividades foram transferidos pela CEMIG à CEMIG D e à CEMIG GT, conforme o caso, juntamente com os demais direitos e obrigações decorrentes da prestação de tais serviços. Adicionalmente, algumas dívidas de financiamento da CEMIG foram também alocadas na CEMIG D e na CEMIG GT, conforme aplicável.

Em 16 de setembro de 2005, a CEMIG, a CEMIG D e a ANEEL efetivaram a completa transferência das Concessões da CEMIG para a CEMIG D, por meio da

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

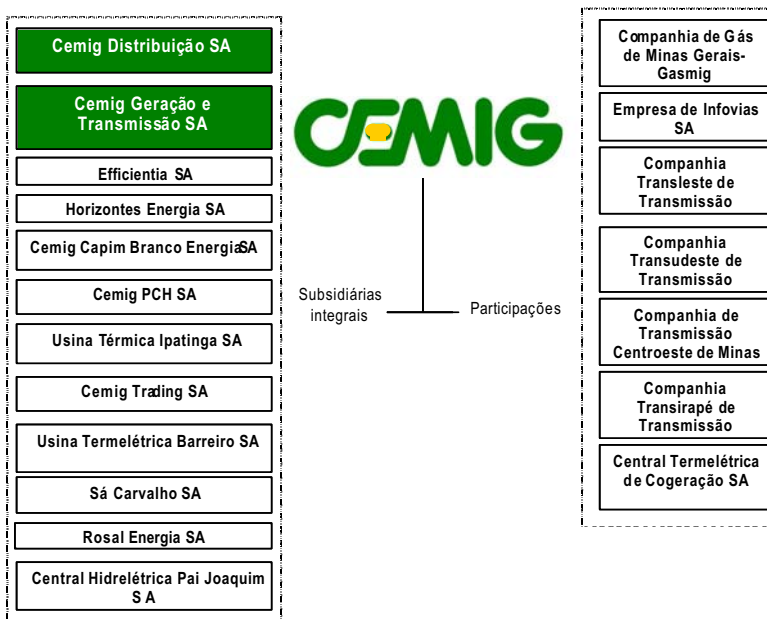
06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

assinatura de termo aditivo aos Contratos de Concessão de Distribuição n.ºs. 02/1997 (área norte), 03/1997 (área sul), 04/1997 (área leste) e 05/1997 (área oeste).

ESTRUTURA DO GRUPO CEMIG

Como conseqüência da Desverticalização, a CEMIG D e a Cemig GT são hoje subsidiárias integrais da CEMIG (*holding*), que controla e centraliza todas as decisões do Grupo CEMIG, conforme demonstra a figura abaixo:



NEGÓCIOS DA CEMIG D

VISÃO GERAL

A CEMIG D é uma das maiores concessionárias de distribuição de energia elétrica do Brasil, por sua posição estratégica, competência técnica, tamanho de rede e mercado atendido. Atualmente é a principal empresa de distribuição de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, o terceiro mercado consumidor do País, onde estão instaladas algumas das maiores empresas nas áreas de siderurgia, mineração, automobilística e metalurgia.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A CEMIG D tem por objeto social estudar, planejar, projetar, construir e operar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que tenham sido ou venham a ser concedidos a qualquer título de direito.

O negócio da CEMIG D envolve a compra e subtransmissão de energia de alta voltagem (138kV e 88kV), sua transformação em média e baixa voltagem, e sua distribuição e venda para consumidores finais no Estado de Minas Gerais. A CEMIG D detém concessões para distribuição de eletricidade em uma área que abrange aproximadamente 96,7% do Estado de Minas Gerais. A CEMIG D desenvolve atividades de distribuição de energia elétrica em 774 municípios e 5.415 localidades do Estado de Minas Gerais, atendendo a, aproximadamente, 17 milhões de habitantes, de acordo com o censo do ano 2000. Em 30 de junho de 2006, a CEMIG D detinha e operava 386.785 quilômetros de redes de distribuição e 16.080 quilômetros de redes de subtransmissão.

Em 2005, a receita líquida da CEMIG D foi de R\$6.397 milhões, proveniente da venda de 20.309 GWh de eletricidade para aproximadamente seis milhões de clientes. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, a receita líquida da CEMIG D foi de R\$3.063 milhões, proveniente da venda de 9.842 GWh de eletricidade. A tabela a seguir mostra os percentuais das vendas de eletricidade da CEMIG D para os clientes residenciais, industriais, comerciais e outros clientes nos referidos períodos:

<i>(em %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005		Período de seis meses findo em 30 de junho de 2006	
	Receitas	Volume de Vendas	Receitas	Volume de Vendas
Venda de energia				
Clientes residenciais	42,06	32,45	43,40	33,64
Clientes comerciais	20,76	18,48	21,59	19,79
Clientes industriais	19,27	26,26	16,54	24,30
Outros clientes	17,91	22,81	18,47	22,27
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

PROGRAMAS SOCIAIS

A CEMIG possui forte orientação social, tendo como objetivos a ética e a responsabilidade sócio-empresarial. A CEMIG D participa de diversos programas

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

sociais e possui um comitê de responsabilidade social empresarial que estabelece sua política de responsabilidade social e cidadania. Nos anos de 2003, 2004 e 2005, a CEMIG investiu aproximadamente R\$24,7 milhões, R\$18,4 milhões e R\$23,7 milhões, respectivamente, em programas sociais. Dentre seus principais projetos sócio-culturais destacam-se:

- Programa Luz do Saber - o objetivo desse programa é garantir energia elétrica a todas as escolas rurais das redes estadual e municipal de Minas Gerais;
- Programa Campos de Luz - com a iluminação de cerca de 300 campos de futebol de várzea, esse programa leva mais segurança e melhores condições de lazer para comunidades de baixa renda em todo o Estado;
- Projeto Galpão Cine Horto - patrocínio de um dos destaques do teatro brasileiro atual, Grupo Galpão;
- Festival Internacional de Teatro Palco e Rua - FIT - um dos mais importantes eventos de artes cênicas do Brasil contribuindo para a popularização do teatro;
- Projeto Palácio das Artes/Fundação Clóvis Salgado - mantenedora de uma instituição com presença marcante no cenário cultural brasileiro e patrocinadora de grandes espetáculos;
- Projeto Ações Sociais Integradas - ASIN - programa de voluntariado empresarial que conta com a participação de mais de 1000 empregados da empresa, atuando em educação, cultura, meio ambiente, saúde e apoio comunitário atendendo cerca de 30 mil pessoas entre crianças, adolescentes e idosos; e
- Programa Al6% - que arrecada em doações 6% do Imposto de Renda devido por empregados da empresa, destinando os recursos a instituições cadastradas no ASIN e nos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente.

SEGUROS

A CEMIG D contrata seus seguros por meio de licitações que contam com a participação das principais companhias seguradoras brasileiras e internacionais que operam no Brasil. A administração da CEMIG D acredita que a cobertura de seguros que possui é compatível com as suas atividades e está em conformidade com as práticas internacionais.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A CEMIG D possui um comitê que decide sobre a contratação de seus seguros. A CEMIG D possui seguro de risco operacional dos principais equipamentos das subestações junto a um grupo de companhias seguradoras lideradas pela Itaú Seguros S.A. e os demais junto a diversas companhias de seguro privadas. Via de regra, a CEMIG D mantém seguro com cobertura ampla junto a companhias de seguro de primeira linha para cobrir perdas e danos em seus bens de suas usinas causados por incêndio, por acidentes e riscos operacionais, tais como danos nos equipamentos.

A CEMIG D não possui cobertura de seguro contra risco de paralisação de suas atividades, contra danos ambientais e de engenharia. As instalações da CEMIG D também não estão cobertas por seguro contra catástrofes.

A tabela a seguir apresenta uma descrição sumária das principais apólices de seguro mantidas pela CEMIG D em 31 de março de 2006:

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
		28.04.2006 ^a		
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	28.04.2007	14.836	232
Almoxarifados, Instalações prediais e Equipamentos de telecomunicações	Incêndio	10.07.2005 ^a 10.07.2006	347.167	73
Risco Operacional – Equipamentos de Potência	Total	05.05.2006 ^a 05.05.2007	509.525	982

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

EMPREGADOS E RELAÇÕES TRABALHISTAS

Em 30 de junho de 2006, a CEMIG D possuía 7.863 empregados, divididos conforme a tabela abaixo. Adicionalmente, a CEMIG D terceiriza certos serviços tais como: Construção e Manutenção de Linhas e Redes, Limpeza de Faixa, Poda de Árvores, Corte e Ligação, Leitura e Projeto e Topografia. A CEMIG D acredita que, de modo geral, as relações que mantém com seus empregados são satisfatórias.

A tabela abaixo indica a evolução do quadro de profissionais da CEMIG D:

Nº de funcionários em		
	30 de junho de 2006	31 de dezembro de 2005
Gerentes	85	81
Profissionais	745	672
Técnicos operacionais	5.994	5.988
Funcionários de escritório	1.039	1.126
Total	7.863	7.867

A CEMIG D é empresa pública sujeita aos regulamentos da Administração Estadual e, neste sentido, nos termos da Constituição Federal, a admissão de funcionários só pode ser efetuada por meio de concurso público.

A remuneração básica dos empregados da CEMIG D compreendeu, em 2005, R\$265,17 milhões, e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, R\$181,56 milhões. A CEMIG D têm como prática remunerar seus empregados de forma competitiva, compatível com as melhores práticas de mercado e de acordo com as atividades exercidas, o desempenho e competência individual de cada empregado.

Em 2005, a remuneração global dos empregados da CEMIG D, somando remuneração, encargos sociais e benefícios concedidos aos seus empregados, totalizou R\$863,18 milhões, e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, R\$449,10 milhões.

Com relação aos serviços terceirizados a CEMIG D teve um custo de R\$312,47 mil, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, e de R\$156,05 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Relações com Sindicatos

A CEMIG D mantém negociações com dez sindicatos que representam seus funcionários a seguir: Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Minas Gerais, Sindicato Intermunicipal dos trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – SINDIETRO/MG, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul de Minas Gerais – SINDSUL/MG, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Juiz de Fora, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Energia Elétrica de Santos Dumont, Sindicato das Secretárias no Estado de Minas Gerais, Sindicato dos Engenheiros no Estado de Minas Gerais, Sindicato dos Administradores no Estado de Minas Gerais, Sindicato dos Técnicos Industriais de Minas Gerais e Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de Minas Gerais.

A CEMIG D possui um bom relacionamento com seus sindicatos. Embora nem todos os funcionários sejam filiados aos sindicatos, todos gozam dos benefícios previstos nos instrumentos coletivos por força da legislação trabalhista vigente. Os acordos coletivos são negociados com os sindicatos anualmente, estabelecendo a reposição salarial e outros benefícios, sendo que a data base da categoria é novembro, ocasião em que novas condições de trabalho começam a vigorar. O acordo coletivo atualmente em vigor foi assinado em 12 de novembro de 2005, e tem vigência até 31 de outubro de 2006. Esse novo acordo prevê um aumento salarial de 7,45% em relação ao exercício anterior, sendo 5,05% relativos a reajuste salarial e 2,40% relativos a ganho de produtividade, e a participação nos lucros em conformidade com a legislação trabalhista brasileira.

A CEMIG D considera boa a relação que mantém com seus empregados e respectivos sindicatos. Tendo em vista que os serviços por ela prestados são considerados essenciais, seus empregados, em caso de greve, são obrigados a manter níveis mínimos de atividades para garantir a prestação de serviços à população. Não houve qualquer tipo de greve ou paralisação das atividades da CEMIG D nos últimos três anos.

Participação nos Lucros

A CEMIG D possui um Programa de Participação nos Lucros para seus funcionários em conformidade com a legislação trabalhista brasileira aplicável. Nos âmbito do referido programa, a CEMIG não pode contribuir ao plano de participação nos lucros com valor superior a 25% da totalidade dos dividendos propostos do exercício em questão. As metas para o pagamento da participação

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

nos lucros são estabelecidas anualmente por meio de acordos coletivos específicos.

A participação dos empregados nos resultados do exercício de 2005 foi definida por meio de acordo coletivo específico. Em conformidade com referido acordo, a participação no resultado do exercício de 2005, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, correspondeu a, aproximadamente, R\$44,6 milhões.

Planos de Opção de Compra de Ações

Não há planos de opção de compra de ações destinados aos empregados da CEMIG D.

Previdência Privada

A partir de 1º de janeiro de 2005, com a desverticalização da CEMIG, os planos de previdência da FORLUZ passaram a ser patrocinados pela CEMIG D através de uma participação percentual nos ativos e obrigações do plano, no percentual de 72,45%, determinado em função da alocação dos empregados na CEMIG D em dezembro de 2004.

A CEMIG D, patrocina três planos de previdência privada administrados pela Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, com o objetivo de complementar os benefícios da previdência social de seus empregados, a seguir:

- Plano Saldado (A): inclui os participantes aposentados e ativos que optaram por migrar do Plano de Benefício Definido, descrito abaixo, para este plano nas datas em que esteve aberta essa opção. O benefício deste plano corresponde, no caso dos aposentados, ao valor líquido que era recebido do plano antigo e, para os ativos, ao valor proporcional saldado na data de início do plano. Este plano não recebe novas contribuições e está fechado para novos participantes.
- Plano Misto (B): é um plano de contribuição variável segundo a definição das autoridades brasileiras. Tem característica de contribuição definida para benefícios programáveis de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para benefícios de risco (cobertura de invalidez e morte de participante ativo). A contribuição da CEMIG é paritária às contribuições básicas mensais dos

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes; e

- Plano de Benefício Definido (BD): plano original, na modalidade de benefício definido para todos os beneficiários, fechado para novos participantes, por meio do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na CEMIG em relação ao valor hipotético do benefício da Previdência Social Oficial. A CEMIG D pretende encerrar o referido plano até o final de 2006, migrando seus participantes para o Plano Saldado, o que depende de aprovação das autoridades competentes.

A CEMIG D registrou em seu balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2005 e em 30 de junho de 2006, obrigações no valor de R\$1.049,92 milhões e R\$1.018,3 milhões, respectivamente, relativas às contribuições dos referidos planos. Em 30 de junho de 2006, a FORLUZ possuía 15.502 participantes e pensionistas, patrocinados pela CEMIG D inscritos em seus planos, conforme mostra a tabela a seguir.

Número de Participantes por Planos - FORLUZ			
Item	Benefício Definido - BD	Saldado - A	Misto - B
Ativos	17	1.853	7.948
Aposentados	140	5.825	1.132
Pensões	42	993	85

O número de empregados da CEMIG D filiados aos planos de previdência privada é de 7.948, equivalente a 99,57% do total de empregados.

A CEMIG D mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Outros Benefícios

A CEMIG D fornece ainda aos seus empregados, seguro saúde, seguro de vida, vale-alimentação, vale-transporte, auxílio-creche, programa de apoio ao menor eficiente especial.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Forluz

Por meio de deliberações de sua Diretoria, a CEMIG D reconheceu diferentes débitos em relação à Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, uma entidade de previdência privada dos funcionários da CEMIG D. Esses débitos são relacionados ao passivo atuarial e outros benefícios pós-emprego de suplementação de aposentadorias e pensões, seguro de vida e plano de saúde. No exercício findo em 31 de dezembro de 2005, esses débitos totalizavam R\$1.104,49 milhões. Segundo informações da CEMIG D, esses débitos deverão ser amortizados progressivamente até junho de 2024.

Treinamento

A CEMIG D fornece extenso programa de treinamento para seus aprendizes e funcionários. Os aprendizes são menores selecionados para participarem de programa de formação técnico-profissional para as carreiras de eletricista de linhas de rede, eletricista de manutenção, dentre outras. Para seus funcionários, a CEMIG D mantém uma Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, destinado à formação de eletricistas, aperfeiçoamento e reciclagem, e um Programa de Educação Básica, destinado à complementação do ensino fundamental. Adicionalmente, a CEMIG D possui cursos de Formação Profissional ministrados em seu próprio campus - a Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional – EFAP.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, a CEMIG D investiu aproximadamente R\$9,9 milhões em seus programas de treinamento e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2006 foram investidos R\$4,7 milhões. A CEMIG D possui também um programa de trainees para jovens matriculados em cursos superiores ou recém formados para ocuparem funções técnicas ou gerenciais.

Segurança no Trabalho

A CEMIG D possui uma Política de Segurança que prevê a proteção de seus empregados próprios, contratados, de empresas contratadas, bem como a comunidade direta ou indiretamente afetada por seu sistema operacional, através da identificação, avaliação e controle dos riscos decorrentes de suas atividades. De acordo com a sua política de segurança do trabalho, todo empregado tem o direito de questionar a realização de tarefa em que as medidas de segurança no trabalho não estejam devidamente satisfeitas. Em 2005, ocorreram 107 acidentes, sendo 30 com afastamento do trabalho. Dentre os acidentes mais frequentes

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

sofridos pelos empregados da CEMIG D estão os relacionados a acidentes de trânsito.

Para garantir o cumprimento desta Política de Segurança a CEMIG D possui um Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, 64 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e está implantando o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, com base na Especificação OHSAS 18001, em todas as áreas que interagem com o Sistema Elétrico de Potência.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Informações adicionais ao Grupo 13.01

Relação das 355 subestações da CEMIG D.

1. ABADIA DOS DOURADOS
2. ABAETE 2
3. AGUAS FORMOSAS
4. AIMORES
5. ALFENAS 1
6. ALFENAS 2
7. ALMENARA
8. ALPINOPOLIS 2
9. ANDRADAS 2
10. ARACAGI
11. ARACUAI
12. ARAGUARI 2
13. ARAPORA
14. ARAXA 1
15. ARAXA 2
16. ARCOS
17. ARCOS 2
18. AREADO 2
19. ARINOS
20. AVATINGUARA
21. BAMBUI
22. BARAO DE COCAIS 1
23. BARBACENA 1
24. BARREIRO 2
25. BARROSO 2
26. BARROSO 3
27. BERILO
28. BETIM 1
29. BETIM 2
30. BETIM 3
31. BETIM 4
32. BH-ADELAIDE
33. BH-ATALAIA
34. BH-BARRO PRETO
35. BH-BONSUCESSO
36. BH-CARLOS PRATES
37. BH-CENTRO

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

- 38. BH-CINCO
- 39. BH-GUTIERREZ
- 40. BH-HORTO
- 41. BH-JATOBA
- 42. BH-MARACANA
- 43. BH-PAMPULHA
- 44. BH-SANTA EFIGENIA
- 45. BH-SÃO MARCOS
- 46. BH-SION
- 47. BOA ESPERANCA 2
- 48. BOCAIÚVA
- 49. BOM DESPACHO 2
- 50. BOM SUCESSO
- 51. BONFINÓPOLIS DE MINAS
- 52. BORDA DA MATA
- 53. BOTELHOS
- 54. BRASILÂNDIA 2
- 55. BRASÍLIA DE MINAS
- 56. BRASOPOLIS 1
- 57. BRECHA
- 58. BRUMADINHO
- 59. BURITIS
- 60. BURITIZEIRO
- 61. CAETE 1
- 62. CAMBUQUIRA
- 63. CAMPANARIO
- 64. CAMPINA VERDE 2
- 65. CAMPO BELO
- 66. CAMPO DO MEIO
- 67. CAMPOS ALTOS
- 68. CAMPOS GERAIS
- 69. CAPELINHA 1
- 70. CAPINOPOLIS
- 71. CARANDAI 2
- 72. CARANDAI 3
- 73. CARANGOLA
- 74. CARATINGA 1
- 75. CARLOS CHAGAS 1
- 76. CARLOS CHAGAS 2
- 77. CARMO DA MATA
- 78. CARMO DO PARANAIBA 2

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

79. CARMO RIO CLARO
80. CARMOPOLIS DE MINAS
81. CARNEIRINHO
82. CASSIA 1
83. CAXAMBU
84. CENTRAL DE MINAS
85. CENTRALINA
86. CID. IND.(STA.LUZIA)
87. CID. INDUSTRIAL
88. CLAUDIO 1
89. COMINCI
90. CONC. DO MATO DENTRO
91. CONCEICAO ALAGOAS
92. CONCEICAO APARECIDA
93. CONGONHAS
94. CONTAGEM 3
95. COQUEIROS
96. CORAÇÃO DE JESUS
97. CORDISBURGO
98. CORINTO 1
99. COROACI
100. COROMANDEL
101. CORONEL FABRICIANO
102. COUTO MAGALHÃES
103. CURVELO 1
104. CURVELO 2
105. DIAMANTINA 1
106. DIVINOPOLIS 1
107. DIVINOPOLIS 2
108. DOM SILVERIO
109. DORES DO INDAIA
110. ENGENHEIRO CALDAS
111. ENGENHEIRO DOLABELA
112. ESMAN CHAVEAMENTO CEMIG
113. ESPINOSA
114. FELIXLÂNDIA
115. FORMIGA
116. FRANCISCO SÁ
117. FREI INOCENCIO
118. FRUTAL 1
119. FRUTAL 2

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

- 120. FURNAS-PORTO COLOMBIA
- 121. GOUVEIA 2
- 122. GOUVEIA 3
- 123. GOV. VALADARES 1
- 124. GOV. VALADARES 3
- 125. GOV. VALADARES 4
- 126. GUANHAES
- 127. GUARDA MOR
- 128. GUAXUPE 2
- 129. IBIA 2
- 130. ICARAÍ DE MINAS
- 131. IGARAPÉ
- 132. IGUATAMA 2
- 133. ILHA DOS POMBOS
- 134. ILICINEA
- 135. INHAPIM 2
- 136. INIMUTABA
- 137. IPANEMA
- 138. IPATINGA 2
- 139. IPATINGA 3
- 140. IRAI DE MINAS
- 141. ITABIRA 3
- 142. ITABIRITO
- 143. ITACARAMBI 2
- 144. ITAGUARA
- 145. ITAJUBA
- 146. ITANHANDU
- 147. ITAOBIM
- 148. ITAPAGIPE
- 149. ITAPECERICA
- 150. ITAU DE MINAS
- 151. ITAUNA 1
- 152. ITAUNA 2
- 153. ITUIUTABA
- 154. ITURAMA 1
- 155. JACUTINGA
- 156. JANAÚBA 1
- 157. JANAÚBA 2
- 158. JANGADA
- 159. JANUÁRIA 2
- 160. JANUÁRIA 3

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

- 161. JANUÁRIA 4
- 162. JEQUITAÍ
- 163. JEQUITINHONHA
- 164. JOÃO PINHEIRO 1
- 165. JORDANIA
- 166. JUIZ DE FORA 2
- 167. JUIZ DE FORA 4
- 168. JUIZ DE FORA 7
- 169. LAGOA DA PRATA
- 170. LAGOA FORMOSA
- 171. LAGOA GRANDE
- 172. LAGOA SANTA
- 173. LAMBARI
- 174. LAVRAS 2
- 175. LEANDRO FERREIRA
- 176. LIBERDADE
- 177. LIMA DUARTE
- 178. LUZ 1
- 179. M.NOVA DE MINAS
- 180. MACHADO 1
- 181. MALACACHETA
- 182. MANGA 1
- 183. MANGA 3
- 184. MANGA 5
- 185. MANGA 6
- 186. MANHUACU
- 187. MANTENA
- 188. MARIA DA FE 2
- 189. MARIANA 1
- 190. MARIANA 2
- 191. MARTINHO CAMPOS
- 192. MATEUS LEME
- 193. MATO VERDE
- 194. MATOZINHOS
- 195. MIGUEL BURNIER
- 196. MINAS NOVAS 1
- 197. MINDURI
- 198. MIRABELA
- 199. MIRANDA (SECCIONADORA)
- 200. MOCAMBINHO
- 201. MONLEVADE 3

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

- 202. MONTALVÂNIA 1
- 203. MONTE AZUL
- 204. MONTE CARMELO
- 205. MONTES CLAROS 1
- 206. MORRO DO CHAPEU
- 207. MORRO GARRAFAO
- 208. MORRO GRAFITE
- 209. MURTINHO
- 210. MUZAMBINHO 2
- 211. NANUQUE
- 212. NEPOMUCENO
- 213. NEVES 2
- 214. NEVES 3
- 215. NOVA ERA 1
- 216. NOVA GRANJA
- 217. NOVA LIMA 1
- 218. NOVA LIMA 4
- 219. NOVA LIMA 5
- 220. NOVA PONTE
- 221. NOVA SERRANA
- 222. OLIVEIRA
- 223. OURO FINO
- 224. OURO PRETO 1
- 225. OURO PRETO 3
- 226. PADRE PARAISO
- 227. PAI JOAQUIM
- 228. PAINEIRAS 2
- 229. PAINS 2
- 230. PARA DE MINAS 1
- 231. PARA DE MINAS 2
- 232. PARACATU 1
- 233. PARACATU 2
- 234. PARACATU 3
- 235. PARACATU 5
- 236. PARACATU 7
- 237. PARAGUACU
- 238. PARAISOPOLIS
- 239. PARAOPEBA
- 240. PASSA QUATRO
- 241. PASSOS 1
- 242. PATOS DE MINAS

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

- 243. PATROCINIO
- 244. PECANHA 2
- 245. PEDRA AZUL
- 246. PEDRA DO INDAIA
- 247. PEDRO LEOPOLDO 3
- 248. PERDOES
- 249. PIRAJUBA
- 250. PIRAPORA
- 251. PITANGUI 2
- 252. PIUMHI
- 253. POCOS DE CALDAS 1
- 254. POCOS DE CALDAS 2
- 255. POMPEU 2
- 256. PONTE NOVA
- 257. PORTEIRINHA 1
- 258. PORTEIRINHA 2
- 259. PORTO FIRME
- 260. POTE
- 261. POUSO ALEGRE 1
- 262. POUSO ALEGRE 2
- 263. PRATA
- 264. PRATAPOLIS
- 265. PRESIDENTE BERNARDES
- 266. RAUL SOARES
- 267. RESPLENDOR
- 268. RIACHINHO
- 269. RIO ACIMA 1
- 270. RIO ACIMA 2
- 271. RIO CASCA
- 272. RIO ESPERA
- 273. RIO PARANAIBA
- 274. S.SEBASTIAO PARAISO
- 275. SABARA 1
- 276. SABINOPOLIS
- 277. SACRAMENTO 1
- 278. SALINAS
- 279. SANTA BARBARA
- 280. SANTA LUZIA 1
- 281. SANTA LUZIA 2
- 282. SANTA QUITERIA
- 283. SANTA RITA DE CALDAS

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

- 284. SANTA VITORIA
- 285. SANTANA DA VARGEM
- 286. SANTO ANTONIO AMPARO
- 287. SANTOS DUMONT
- 288. SÃO FRANCISCO 1
- 289. SÃO FRANCISCO 2
- 290. SÃO FRANCISCO 3
- 291. SAO FRANCISCO PAULA
- 292. SAO GONCALO ABAETE
- 293. SAO GONCALO SAPUCAI
- 294. SAO GOTARDO 1
- 295. SAO JOAO DEL REI 1
- 296. SAO JOAO DEL REI 2
- 297. SAO JOAO EVANGELISTA
- 298. SAO LOURENCO
- 299. SAO PEDRO DO SUACUI
- 300. SAO SIMAO
- 301. SERRO
- 302. SETE LAGOAS 1
- 303. SETE LAGOAS 2
- 304. SETE LAGOAS 3
- 305. SETE LAGOAS 5
- 306. SOBRAGI - PARAIBUNA DE METAIS
- 307. STA MARIA DO SUACUI
- 308. STA RITA DO SAPUCAI
- 309. TAIUBEIRAS
- 310. TEOFILO OTONI 1
- 311. TRES CORACOES 1
- 312. TRES CORACOES 2
- 313. TRES PONTAS
- 314. TUPACIGUARA 2
- 315. UBERABA 1
- 316. UBERABA 2
- 317. UBERABA 3
- 318. UBERABA 4
- 319. UBERABA 5
- 320. UBERABA 6
- 321. UBERLANDIA 1
- 322. UBERLANDIA 2
- 323. UBERLANDIA 6
- 324. UBERLANDIA 7

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

- 325. UNAÍ 2
- 326. UNAÍ 3
- 327. UNAÍ 4
- 328. USINA ANIL
- 329. USINA CARMO CAJURÚ
- 330. USINA DONA RITA
- 331. USINA FUNIL - CAHEF
- 332. USINA GAFANHOTO
- 333. USINA ITUTINGA
- 334. USINA JOASAL
- 335. USINA MACHADO MINEIRO
- 336. USINA MARMELOS
- 337. USINA PACIENCIA
- 338. USINA PANDEIROS
- 339. USINA PETÍ
- 340. USINA PIAU
- 341. USINA POÇO FUNDO
- 342. USINA POQUIM
- 343. USINA QUEIMADOS
- 344. USINA RIO DE PEDRAS
- 345. USINA SALTO GRANDE
- 346. USINA SANTA MARTA
- 347. USINA SÃO BERNARDO
- 348. USINA TRONQUEIRAS
- 349. VARGINHA 1
- 350. VARGINHA 2
- 351. VÁRZEA DA PALMA 2
- 352. VAZANTE 1
- 353. VESPASIANO
- 354. VICOSA
- 355. VOLTA GRANDE

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

INVESTIMENTOS

A Companhia possui um Comitê de Priorização de Obras, que vem atuando na análise dos projetos de expansão constantes do plano quinquenal de negócios, recomendando à Diretoria Executiva a execução desses projetos e garantindo que o retorno mínimo exigido pelo Conselho de Administração seja atendido.

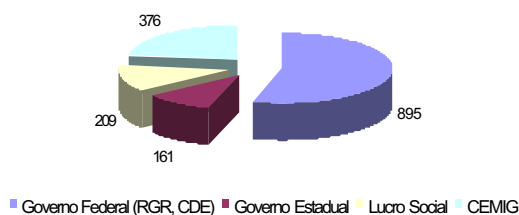
Programa “Luz para Todos” – Universalização do acesso e uso da energia elétrica

A Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica se tornou obrigatória através de Lei Federal que atribuiu à ANEEL a tarefa de estabelecer metas de universalização do acesso ao serviço público de energia elétrica, nas quais o atendimento de novas ligações, para unidades consumidoras com carga instalada de até 50 KW atendidas em tensão secundária, deverá ser realizado sem ônus de qualquer espécie para o solicitante.

O Programa instituído pelo Governo Federal em 2003 e denominado “Luz para Todos”, objetivou antecipar a meta de completar 100% da eletrificação no país até 2008, sem qualquer ônus para o consumidor.

Em Minas Gerais, o protocolo de adesão assinado estabelece o prazo limite da universalização no Estado de Minas Gerais até 2006, o que exigirá a ligação de aproximadamente 176 mil consumidores rurais.

Estrutura de Financiamento do Programa - R\$ milhões



O Programa tem um orçamento estimado pela Cemig Distribuição em R\$1.641 milhões, sendo necessária a construção de 65 mil Km de rede rural.

Os recursos do Governo Federal são a fundo perdido ou com custos subsidiados e devem ser aportados pela Eletrobrás.

Conforme estabelecido pelo Conselho de Administração, 5,00% do lucro líquido anual deve ser destinado a viabilização de projetos de grande alcance social e de rentabilidade reduzida. A Cemig Distribuição utilizará parte destes recursos no Programa “Luz para Todos”.

Em junho de 2005, a Cemig Distribuição assinou contratos com empreiteiras com experiência em integração de grandes empreendimentos, para ligação de cerca de 140 mil clientes rurais do mercado potencial identificado na sua área de concessão, em regime de empreitada parcial. Essa medida possibilitará o

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

cumprimento da meta e do cronograma estabelecidos para conclusão do Programa Luz para Todos em 2006.

No dia 24 de outubro, foi assinado o 2º contrato de financiamento de aproximadamente R\$376 milhões com a Eletrobrás, referente à parcela de participação do Governo Federal nas obras do Programa Luz para Todos. Até o final de 2005 já haviam sido ligados cerca de 50 mil clientes rurais.

Programa Campos de Luz

Esse Programa tem por objetivo incentivar a prática de esportes com a iluminação de campos de futebol, através de um convênio entre a Cemig Distribuição e o Governo do Estado de Minas Gerais. Nos anos de 2004 e 2005 foram iluminados 144 campos. Em 2006 mais 300 campos serão iluminados. O custo orçado é de R\$18 milhões, sendo a metade de responsabilidade da Cemig Distribuição.

Projetos de Melhoria da Iluminação Pública

A Cemig Distribuição vem executando obras de melhoria na iluminação pública no Estado, fazendo a substituição de luminárias e lâmpadas de vapor de mercúrio por equipamentos a vapor de sódio.

O objetivo principal é modernizar os sistemas de Iluminação Pública com a introdução de tecnologia mais eficiente, visando a redução do consumo de energia elétrica no horário de ponta do sistema elétrico, com redução dos gastos com operação. Além disso, visa melhorar as condições de segurança e a qualidade de vida nas cidades mineiras.

Esses projetos fazem parte do Programa de Eficiência Energética - PEE, investimentos provenientes da aplicação de 0,5% da receita líquida da Empresa no ano, que são aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A CEMIG utilizou o Índice de Crimes Violentos – ICV, fornecido pela Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG, para definir a ordem de atendimento das cidades e locais a serem eficientizados, estabelecendo prioridades de execução das obras. Além disso, para que o máximo de municípios fossem atendidos, a CEMIG estabeleceu um valor máximo para as obras, representando em média, 4% da conta de energia elétrica da Prefeitura, atingindo um investimento total de até R\$500 mil por município.

Em 2005, no Programa de Eficientização, a Empresa substituiu aproximadamente 58 mil luminárias, espalhadas por todas as regiões de Minas Gerais, gerando uma

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

economia de demanda da ordem de 4,6 MW/h, que representa, em um ano, 20.150 MWh de energia.

Além do atendimento à resolução da ANEEL, realizado com recursos próprios, a CEMIG repassa aos municípios do Estado, financiamentos da Eletrobrás, através do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – *Reluz*. Criado em 2001, ele visa complementar ou possibilitar projetos maiores para as cidades que desejam investir em eficiência energética na iluminação pública.

O *Reluz* se diferencia dos projetos de eficiência energética da Empresa, que são aprovados pela ANEEL, pois nele, os empréstimos são liberados somente para iluminação pública, abrindo um leque de opções para esses investimentos. O financiamento, que pode ser pago em 36 parcelas fixas, com juros de 6% ao ano, pode ser obtido para diversos tipos de obras e, não apenas para a troca de lâmpadas de vapor de mercúrio pelas de vapor de sódio.

Em 2005, no Programa *Reluz*, foram modernizados 16.000 pontos de iluminação pública, principalmente em Belo Horizonte, com investimentos de R\$6 milhões, propiciando uma redução anual de 1.400 MWh no consumo.

Programa Cresce Minas

Aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração o “Programa Cresce Minas”, a ser executado em 3 anos a partir de 2006, no valor global de R\$686,1 milhões, visa à recuperação das condições do sistema elétrico para atendimento ao mercado de Minas Gerais frente à retomada de crescimento, o restabelecimento das condições operativas do sistema da Transmissão e Distribuição e a manutenção os níveis de qualidade de serviço dentro dos parâmetros regulados de níveis tensão e continuidade.

Outros projetos de distribuição

Foram negociados importantes projetos de iluminação de rodovias que proporcionarão maior segurança para os usuários e para a população que habita as suas margens, destacando-se a iluminação de 22,5 km da MG-010, 22 Km da BR-040 e 9,6 Km da MG-030. A conclusão da parte relativa à BR-040 e MG-030 se deu em fevereiro/2005 ao custo total de R\$4,96 milhões.

A iluminação da MG-010 compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e o Aeroporto Internacional Tancredo Neves (“Confins”), viabilizará a transferência dos vôos domésticos de Belo Horizonte, do Aeroporto da Pampulha para Confins, proporcionando melhor infra-estrutura e segurança aos usuários além de ampliar a

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

utilização do Porto Seco da região. Este projeto se estenderá até 2006 com custo total previsto de R\$4,17 milhões.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

MEIO AMBIENTE

As atividades de distribuição de energia elétrica da CEMIG D estão sujeitas à legislação federal e estadual de ampla cobertura referente à preservação do meio ambiente. A Constituição Federal confere poderes aos Governos Federal e Estadual para promulgar leis destinadas a proteger o meio ambiente e a editar regulamentação ao amparo dessas leis. Os governos estaduais podem promulgar regulamentação ambiental ainda mais severa do que as promulgadas na esfera federal e a maior parte da legislação ambiental no Brasil foi promulgada na esfera estadual. A empresa que violar a legislação ambiental aplicável poderá ficar sujeita a multas significativas e restrições às atividades que poderia exercer. Os órgãos estaduais responsáveis pela expedição de licenças ambientais em Minas Gerais são a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM e o Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM.

A CEMIG D acredita estar cumprindo os aspectos relevantes de todas as leis e regulamentos ambientais pertinentes. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005, a CEMIG D investiu aproximadamente R\$6 milhões no cumprimento da legislação ambiental e na implantação de novos empreendimentos. Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2006, o investimento foi de R\$0,4 milhões.

Política Ambiental

A CEMIG D trata a questão do meio ambiente de maneira altamente profissional, definindo estratégias ambientais, no curto, médio e longo prazo. Para tanto, possui um Comitê de Planejamento Estratégico, o qual visa obter conhecimento das questões ambientais, buscando sempre novas soluções e melhorias. De forma a melhor tratar a questão do meio ambiente, a CEMIG D elabora um plano quinquenal de negócios, bem como programas e orçamentos anuais, definindo, ainda, prioridades corporativas, visando, dessa forma, gerar riqueza de maneira ambientalmente correta, por meio de sistemas de gestão, análise de impactos, verificações e parcerias e soluções tecnológicas.

A CEMIG D conduz auditorias internas anuais de forma a verificar suas políticas ambientais. Além disso, a CEMIG D estabelece diversos programas de prevenção e controle de danos, com a finalidade de limitar os riscos relacionados às questões ambientais. De acordo com a sua política ambiental, a CEMIG D contabiliza os custos destes programas quando efetivamente incorridos, provisionando os respectivos custos de recuperação quando sua responsabilidade é considerada provável e os referidos montantes calculáveis.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

A CEMIG D tem participação em diversos Conselhos de Meio Ambiente, entre os quais: (i) Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais - COPAM, na Câmara de Infra-Estrutura; (ii) Conselho Estadual de Recursos Hídricos; e (iii) Quase todos os Comitês de bacias de rios de Minas Gerais e que passam pelo Estado.

A CEMIG D investe em pesquisa e desenvolvimento ambiental e participa de programas de reflorestamento ciliar, arborização urbana, educação ambiental para a população e diversas outras ações.

A Lei Estadual Nº 15.972, publicada em 12/01/2006, sobre fiscalização ambiental, alterou a estrutura orgânica dos órgãos de meio ambiente de Minas Gerais, além de estabelecer em diversos de seus artigos, disposições relativas a uma elevação dos valores das multas a serem aplicadas no Estado e ampliação dos mecanismos de fiscalização, que agora incluem a Polícia Ambiental de Minas Gerais. A Lei ainda carece de regulamentação de alguns de seus artigos. Acreditamos que a promulgação desta lei e sua regulamentação irá reforçar a fiscalização ambiental no Estado de Minas Gerais, onde estão situadas a maior parte das instalações da CEMIG D.

Licenciamento Ambiental

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de obras que utilizem recursos ambientais e que sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras e passíveis de causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento ambiental, concedido pelo respectivo órgão ambiental competente. A ausência da licença ambiental pode sujeitar uma empresa a sanções de natureza civil, administrativa e/ou penal.

A CEMIG D tem obtido todas as licenças ambientais necessárias à implantação de seus empreendimentos.

Atendimento às Exigências Ambientais

A CEMIG D acredita estar em total cumprimento com as leis e regulamentos ambientais aplicáveis. Durante o ano de 2005 e no período de três meses findo em 31 de março de 2006, a CEMIG D investiu aproximadamente R\$6,00 milhões e R\$0,4 milhões, respectivamente, em projetos de adequação ambiental de instalações e equipamentos, e na implantação de novos empreendimentos. Adicionalmente, a CEMIG D gastou R\$24,0 milhões em despesas de operação e manutenção no desempenho de suas atividades, tais como destinação final de

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

resíduos, implantação de sistemas de gestão ambiental, auditorias, plantio de mata ciliar, produção de alevinos, implantação das políticas de poda de árvores e óleo, programas de educação ambiental, manutenção das unidades de conservação, treinamento e outras ações.

Licença de Operação Ambiental Corretiva

As Portarias Normativas do COPAM nº 17/96 e nº 23/97 estabelecem que as licenças de operação deverão ser renovadas de tempos em tempos por períodos de 4 a 8 anos dependendo do tamanho e do potencial poluidor da instalação. De acordo com o disposto na Portaria nº 28/03 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, a renovação das licenças de operação das usinas hidrelétricas está condicionada a um parecer favorável do IPHAN com relação aos estudos arqueológicos da área de depleção do reservatório da usina.

De acordo com a Resolução do CONAMA nº6/87, estudos de avaliação de impacto ambiental devem ser feitos com a preparação do relatório de avaliação de impacto ambiental, para as maiores instalações de geração construídas no Brasil depois de fevereiro de 1986. Enquanto esses estudos não são requeridos pelos órgãos ambientais para instalações construídas antes de fevereiro de 1986, tais instalações deverão obter licença de operação ambiental corretiva, mediante apresentação de formulário contendo certas informações referentes à instalação em questão. Após o recebimento do formulário, o órgão ambiental competente poderá determinar que sejam desenvolvidos estudos ambientais complementares ao pedido de licença corretiva.

A Lei Federal nº 9.605/98 estabeleceu multas para instalações que operem sem licenças ambientais. Em 1998, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 1.710 (atualmente Medida Provisória nº 2.163/41), que estabelece disposições para operadoras de projeto visando à celebração de contratos com os órgãos normativos ambientais competentes para o fim de dar cumprimento à Lei Federal nº 9.605/98.

A CEMIG D está negociando com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a FEAM a obtenção de licença de operação ambiental corretiva para todos os seus empreendimentos que tenham iniciado operação antes de fevereiro de 1986.

Os critérios de compensação ambiental e social não estão definidos, o que poderá fazer com que as solicitações de órgãos ambientais, Ministério Público, ONGs e populações afetadas sejam adicionais às tradicionalmente propostas. Devido a essas incertezas, as compensações ambientais e sociais podem afetar o

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

licenciamento (inclusive o corretivo), prazos e orçamento de novos empreendimentos, e até mesmo inviabilizá-los. Ressalta-se que existem discussões atualmente em andamento nos órgãos ambientais oficiais (federal e estadual) com o objetivo de estabelecer critérios para disciplinar as compensações ambientais.

Termos de Ajuste de Conduta – TACs

- Ofício nº 2551/05 de 04/11/05: O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo, requisitou à CEMIG D que adotasse providências para sanar irregularidades encontradas em algumas de suas subestações localizadas em Belo Horizonte, objeto de vistoria feita pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG. Em atendimento ao requerimento, a CEMIG D informou à Promotoria, através da correspondência JR/TA – 12298 de 26/12/2005, que já estava sendo adotadas as medidas cabíveis no sentido de regularizar as questões apontadas no ofício em referência.
- Termo de Compromisso entre o Ministério Público de Minas Gerais e CEMIG de 09/08/02: A CEMIG D se comprometeu a não realizar novas ligações de energia elétrica em parcelamentos irregulares do solo urbano que estejam localizados, total ou parcialmente, em áreas consideradas de proteção ambiental.

Custos de Preservação e Recuperação Ambiental

A CEMIG D estabelece diversos programas de prevenção e controle de danos, com a finalidade de limitar os riscos relacionados às questões ambientais. Tais programas são estabelecidos no âmbito de cada diretoria da CEMIG D, cujas respectivas ações são coordenadas pela Vice-Presidência e pelo Comitê de Meio Ambiente, a qual define suas políticas e diretrizes ambientais.

De acordo com a sua política ambiental, a CEMIG D contabiliza os custos destes programas quando efetivamente incorridos provisionando os respectivos custos de recuperação.

A CEMIG D conduz auditorias internas anuais de forma a verificar o cumprimento das diretrizes de suas políticas ambientais.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Outros Projetos

A CEMIG D investe, dentre outros, em projetos de pesquisa e desenvolvimento ambiental e participa de programas de reflorestamento ciliar, arborização urbana, educação ambiental e diversas outras ações.

Certificações Internacionais

A CEMIG não formalizou nenhuma adesão referente a padrões internacionais relativo à proteção ambiental. Podemos ressaltar, no entanto, que embora a CEMIG não siga formalmente algum padrão internacional relativo à proteção ambiental, foi selecionada pelo Dow Jones Sustainability World Indexes ("DJSI World"), pelo sexto ano consecutivo e foi eleita a líder mundial no setor elétrico em sustentabilidade.

O DJSI World é composto por ações de empresas de reconhecida sustentabilidade corporativa, capazes de criar valor para os acionistas no longo prazo, por conseguirem aproveitar as oportunidades e gerenciar os riscos associados a fatores econômicos, ambientais e sociais. A seleção leva em conta não apenas a performance financeira, mas principalmente a qualidade e a melhoria contínua da gestão da Empresa, que deve integrar a atuação ambiental e social como forma de sustentabilidade em longo prazo.

O DJSI World tornou-se, desde sua criação, em janeiro de 1999, uma referência importante para investidores e administradores de recursos estrangeiros, que se baseiam em sua performance para tomar suas decisões de investimentos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2005
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A	3 - CNPJ 06.981.180/0001-16
---------------------------	--	--------------------------------

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIM. LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VL.PROVISIONADO (Reais Mil)	7 - VL. TOTAL AÇÕES (Reais Mil)
8 - OBSERVAÇÃO						
01	TRABALHISTA	0,00	0,00		0	0
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	0,00	0,00		0	0
03	OUTRAS	0,00	0,00		0	0

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A CEMIG D possui diversas operações com a CEMIG, a CEMIG Geração e Transmissão S.A. e seu acionista controlador, o Estado de Minas Gerais. A tabela abaixo apresenta os saldos e operações com partes relacionadas mais relevantes, da CEMIG D, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006:

Empresas	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
CEMIG				
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	677.251	-	(65.811)
Obrigações com Coligadas e Controladas ou Controladoras e Outros	7.974	8.937	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	-	(32.201)
Outros	22	1.267	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais				
Consumidores e Revendedores	2.170	-	27.535	-
Tributos – ICMS	1.625	192.943	(952.592)	-
Tributos Compensáveis ICMS	172.754	-	-	-
Consumidores e Revendedores – Não Circulante	40.392	-	-	-
FORLUZ				
Obrigações Pós-Emprego – Circulante	-	89.558	-	(54.315)
Obrigações Pós-Emprego – Não Circulante	-	928.780	-	-
Despesa com Pessoal	-	-	-	(19.778)
Custeio Administrativo	-	-	-	(3.776)
Outros	-	10.377	-	-
OUTROS	6.403	-	-	-

Operações de Mútuo

Não existem operações de mútuo entre a CEMIG D e suas partes relacionadas.

Segue abaixo descrição dos principais contratos celebrados entre a CEMIG D e partes relacionadas:

Infovias

Em 20 de dezembro de 2000, a CEMIG celebrou com a Infovias um Contrato de Prestação de Serviços cujo objeto é a prestação, pela CEMIG, dos serviços de

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

gerência e manutenção, compreendendo a gerência da rede de Multi-Serviços, a gerência da rede de acesso de telecomunicações, a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos dos headends e hubs, a manutenção corretiva dos equipamentos da rede de acesso, a manutenção preventiva dos equipamentos de energia dedicados à rede de acesso, a manutenção preventiva e corretiva das redes de supervisão principal e back-up, e a manutenção preventiva e gerenciamento da manutenção corretiva dos equipamentos de ar condicionado instalados no centro de gerência de rede e nos demais headends instalados nas localidades. O valor mensal do contrato é de R\$207.978,70 e a vigência do contrato é de 3 anos, podendo ser prorrogado por igual período. Com o advento da desverticalização, esse contrato foi cedido para a CEMIG D em 01 de março de 2005.

Em 05 de novembro de 2001, a Infovias celebrou com a CEMIG um Contrato de Compra de Capacidade de Transporte de Sinais de Telecomunicação em Circuito Especializado e um aditamento a este. O objeto deste contrato é a prestação pela Infovias à CEMIG de serviços de telecomunicações limitado especializado, que consiste no fornecimento de acesso à rede da Infovias e serviços de valor adicionado. Os serviços serão contratados caso a caso, por meio de ordens de serviço, a qual deverá conter as características de cada serviço, incluindo o prazo de duração. A Infovias emitirá mensalmente faturas com base nas referidas ordens de serviço. Este contrato tem vigência até 5 de novembro de 2006 e tem valor de R\$29.607.360,00. Em 01 janeiro de 2005, 80% deste contrato foi cedido para a CEMIG D em caráter irrevogável e irretratável.

FORLUZ

A CEMIG D é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes e beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A partir de 1º de janeiro de 2005, com a desverticalização da CEMIG, os planos de previdência da FORLUZ passaram a ser patrocinados pela CEMIG D através de uma participação percentual nos ativos e obrigações do plano, no percentual de 72,45%, determinado em função da alocação dos empregados na CEMIG D em dezembro de 2004.

A CEMIG D mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

aposentados e contribui para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Em 01 de março de 2004 foi celebrado contrato entre a Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ e a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, com o objetivo de locação do imóvel de propriedade da FORLUZ, situado na Avenida Barbacena n.º 1200, bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, com prazo de 12 meses, prorrogável por 60 (sessenta) meses, com valor anual de R\$6.840.000,00. Em 01 de janeiro de 2005 foi assinado Termo de Cessão transferindo para a CEMIG D 53% de todos os direitos e obrigações decorrentes desse contrato. Em 01 de março de 2005, foi lavrado Termo aditivo, ficando a CEMIG D responsável pelo desembolso mensal de R\$326.449,00, e alterou-se a vigência do contrato para 24 (vinte e quatro) meses podendo ser prorrogado por mais 36(trinta e seis), no limite máximo de 60 (sessenta) meses. Em 01 de março de 2006 foi lavrado novo Termo aditivo, ficando a CEMIG D responsável pelo desembolso mensal de R\$346.166,80, e alterou-se a vigência do contrato para 36 (trinta e seis) meses podendo ser prorrogado por mais 24 (vinte e quatro) meses, no limite máximo de 60 (sessenta) meses.

Compra de Energia Elétrica

Em 24 de agosto de 2001, a CEMIG firmou com a Ponte de Pedra Energética S.A. um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com prazo de 20 anos, por meio do qual a "Ponte de Pedra" fornecerá a totalidade da energia assegurada do AHE Ponte de Pedra, abatidas as perdas da rede básica. Para o ano de 2006, os valores de energia são: 22.304.035,65 MWh e 127,219 MW médio. O preço da energia é reajustado anualmente pelo IGP-M. Com o advento da Desverticalização, esse contrato foi cedido para a CEMIG D em 15 de setembro de 2005.

Em 12 de novembro de 2002, a CEMIG firmou com a CEMIG Capim Branco Energia S.A. um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, por meio do qual a "Capim Branco" fornecerá, a partir de fevereiro de 2006, durante 10 anos, a totalidade da energia assegurada da UHE Capim Branco I, abatidas as perdas da rede básica e o consumo interno. O preço da energia é reajustado anualmente pelo IGP-M. Com o advento da Desverticalização, esse contrato foi cedido para a CEMIG D em 6 de setembro de 2005.

Em 12 de novembro de 2002, a CEMIG firmou com a CEMIG Capim Branco Energia S.A. um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, por meio do qual a "Capim Branco" fornecerá, a partir de março de 2007, durante 20 anos, a totalidade da energia assegurada da UHE Capim Branco II, abatidas as perdas da

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

rede básica e o consumo interno. O preço da energia é reajustado anualmente pelo IGP-M. Com o advento da Desverticalização, esse contrato foi cedido para a CEMIG D em 6 de setembro de 2005.

Uso e Conexão

A CEMIG D tem diversos contratos firmados com as empresas da CEMIG, que regulam o acesso e o uso, pelas empresas, do seu sistema de distribuição, conforme detalhado na tabela abaixo:

Tipo de contrato	Objeto do Contrato	Valor mensal	Empreendimento	Empresa	Data da Contratação	Prazo	Reajuste preço
CCD Contrato de Conexão ao Sistema de Distribuição	Estabelecimento das condições, procedimentos e responsabilidades que regulam a contratação do acesso ao sistema de distribuição da Cemig D	R\$4.278,98	UHE Funil	Cemig GT/Consórcio Funil	1/11/2003	Concessão	IGPM
		R\$1.242,56	UHE Capim Branco I	Cemig Capim Branco Energia	28/12/2005	Concessão	IGPM
		R\$2.723,96	PCH Pai Joaquim	Central Hidrelétrica Pai Joaquim	18/3/2004	Concessão	IGPM
		R\$701,05	PCH Salto do Paraopeba	Horizontes Energia	30/8/2004	Concessão	IGPM
		R\$660,00	PCH Machado Mineiro	Horizontes Energia	1/1/2004	Concessão	IGPM
		R\$500,00	UHE Queimado	Cemig GT/Consórcio CEB	27/2/2004	Concessão	IGPM
		R\$2.981,37	Cemig GT	Usinas geradoras da Cemig GT	1/1/2005	Concessão	IGPM
	Total mensal	R\$13.087,92					
CUSD Contrato de Uso do Sistema de Distribuição	Estabelecimento das condições, procedimentos e responsabilidades que regulam a contratação do uso do sistema de distribuição da Cemig D	R\$348.390,00	UHE Funil	Cemig GT	1/11/2003	Concessão	Resolução ANEEL
		R\$191.928,13	UHE Capim Branco I	Cemig GT	28/12/2005	Concessão	Resolução ANEEL
		R\$90.850,00	PCH Pai Joaquim	Central Hidrelétrica Pai Joaquim	30/3/2003	Concessão	Resolução ANEEL
		R\$9.717,00	PCH Salto do Paraopeba	Horizontes Energia	30/8/2003	Concessão	Resolução ANEEL
		R\$342.168,75	PCH Machado Mineiro	Horizontes Energia	1/1/2004	Concessão	Resolução ANEEL
		R\$12.047,50	UHE Queimado	Cemig GT	27/2/2004	Concessão	Resolução ANEEL
		R\$3.384.798,45	Cemig GT	Usinas geradoras da Cemig GT	1/1/2005	Concessão	Resolução ANEEL
	Total mensal	R\$4.379.899,83					
CCT	Estabelecimento das condições, procedimentos e	R\$1.702.087,02	Sistema de Transmissão	Cemig GT	1/1/2005	Concessão	Resolução ANEEL

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão	responsabilidades que regulam a contratação do acesso ao sistema de transmissão pela Cemig D	R\$85.285,15	Subestação	Cemig GT	1/1/2005	Concessão	Resolução ANEEL
		R\$13.321,18	Subestação	Cemig GT	1/1/2005	Concessão	Resolução ANEEL
	Total mensal	R\$1.800.693,35					

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Da denominação, constituição, objeto, sede e duração da Companhia

Art. 1º - A Cemig Distribuição S.A. é uma sociedade por ações, constituída como subsidiária integral da sociedade de economia mista Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, que será regida pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

Art. 2º - A Companhia tem por objeto estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

Parágrafo Primeiro – As atividades de distribuição de energia previstas nos atuais contratos de concessão do Acionista Único – CEMIG serão exercidas diretamente pela Companhia, nos termos do Artigo 3º da Lei nº 15.290, de 04 de agosto de 2004.

Parágrafo Segundo – Observado o disposto no § 1º, a Companhia poderá, mediante autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica e do Conselho de Administração do Acionista Único – CEMIG, constituir ou participar, majoritária ou minoritariamente, de outras sociedades, que tenham por objeto a prestação de

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

serviços de distribuição de energia elétrica cujas concessões sejam adquiridas ou concedidas após a data da sua constituição.

Art. 3º - A Companhia terá sua sede e administração na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Av. Barbacena, 1200, 17º andar, ala A1, Bairro Santo Agostinho, podendo abrir escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País e no exterior, mediante autorização da Diretoria Executiva.

Art. 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

Do capital e das ações

Art. 5º - O Capital Social da Companhia é de R\$2.261.997.787,64 (dois bilhões, duzentos e sessenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), representado por 2.261.997.787 (dois bilhões, duzentos e sessenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentas e oitenta e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Único - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO III
Da Assembléia Geral

Art. 6º - A Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, na qualidade de Acionista Único da Companhia, detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia e adotar as resoluções que julgar necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento, devendo reunir-se, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses do ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas em sua convocação, instalação e deliberações as prescrições legais pertinentes.

CAPÍTULO IV
Da Administração da Companhia

Artigo 7º - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, que atuarão em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas e com este Estatuto.

Parágrafo Único – É vedada a remuneração dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Companhia que integrem os órgãos de administração do Acionista Único – CEMIG.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Seção I

Do Conselho de Administração

Artigo 8º - O Conselho de Administração da Companhia será composto de 14 (quatorze) membros efetivos e igual número de suplentes, dentre os quais um será o seu Presidente e outro, Vice-Presidente, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral, para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Único – Os membros do Conselho de Administração deverão ser, obrigatoriamente, os mesmos membros do Conselho de Administração do Acionista Único – CEMIG.

Artigo 9º - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, de seu Vice-Presidente, ou um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva e deliberará, validamente, com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Primeiro - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou seu Vice-Presidente, mediante aviso escrito enviado com antecedência de 5 (cinco) dias, contendo a pauta de matérias a tratar. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima mencionado, desde que inequivocamente cientes os demais integrantes do Conselho.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Segundo - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos dos Conselheiros presentes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Artigo 10 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração conceder licença aos seus membros, competindo aos demais membros conceder licença ao Presidente.

Artigo 11 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão, obrigatoriamente, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração do Acionista Único – CEMIG, cabendo ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Artigo 12 - Caberá ao Conselho de Administração, além de outras matérias que lhe comete a lei:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) eleger e destituir os Diretores da Companhia, observado o presente Estatuto;
- c) deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;
- d) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- e) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre contratos em geral, empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ressalvado o disposto na alínea “g” do § 4º do artigo 16 abaixo;
- f) convocar a Assembléia Geral;
- g) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;
- h) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;
- i) escolher anualmente e destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas;
- j) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa e inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- l) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- m) autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos, na forma de debêntures, notas promissórias, “commercial papers” e outros;
- n) aprovar o Plano Diretor, bem como suas revisões.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Primeiro – O Plano Diretor da Companhia deverá conter o planejamento estratégico de longo prazo, os fundamentos, metas, objetivos e resultados a serem perseguidos e atingidos pela Companhia e sua política de dividendos, nos quais se basearão os planos, projeções, atividades, estratégias, investimentos e despesas a serem incorporados no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto Social.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração, mediante resoluções específicas, poderá delegar à Diretoria Executiva a competência para autorizar a celebração de contratos de comercialização de energia elétrica ou de prestação de serviços de distribuição, nos termos da legislação.

Seção II

Da Diretoria Executiva

Artigo 13 - A Diretoria Executiva será constituída por 7 (sete) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor de Distribuição e Comercialização, um Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores, um Diretor de Gestão Empresarial, um Diretor de Planejamento, Projetos e Construções e um Diretor sem designação específica, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral do Acionista Único-CEMIG, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. O prazo de gestão dos Diretores estender-se-á até a investidura dos novos Diretores eleitos.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Único – Os membros da Diretoria Executiva serão, obrigatoriamente, os membros das respectivas Diretorias do Acionista Único – CEMIG, sendo que a Diretoria sem designação específica será ocupada, também obrigatoriamente, pelo Diretor de Geração e Transmissão do Acionista Único-CEMIG.

Artigo 14 - Em caso de ausência, licença, impedimento, renúncia ou vaga do Diretor-Presidente, o cargo será exercido pelo Diretor Vice-Presidente, pelo período que durar a ausência, licença ou impedimento, e, nos casos de vaga ou renúncia, até o provimento do cargo pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo vaga, renúncia, licença ou impedimento temporário de qualquer dos demais membros da Diretoria Executiva, poderá ela, reunida em colegiado, mediante a aprovação da maioria de seus membros, atribuir a outro Diretor também o exercício das funções respectivas, até que o cargo seja provido pelo Conselho de Administração, ou enquanto durar a licença ou o impedimento, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O Diretor-Presidente ou o membro da Diretoria Executiva eleito na forma deste artigo exercerá o cargo pelo tempo de mandato que restava ao Diretor substituído.

Artigo 15 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por 2 (dois) Diretores, mediante aviso com antecedência mínima de 2 (dois) dias, o qual, entretanto, será dispensado no caso de estarem presentes todos os Diretores. As deliberações da Diretoria Executiva serão adotadas pelo

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

voto da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

Artigo 16 – Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia, obedecidos o Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e o Orçamento Anual elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - O Plano Plurianual e Estratégico da Companhia conterà os planos e as projeções para o prazo de 5 (cinco) exercícios financeiros, devendo ser atualizado, no máximo, a cada ano, e abordará em detalhe, entre outros:

- a) as atividades e estratégias da Companhia, incluindo qualquer projeto para construção ou expansão de subtransmissão e distribuição;
- b) os novos investimentos e oportunidades de negócios, incluindo os das controladas e coligadas da Companhia;
- c) os valores a serem investidos ou de outra forma contribuídos a partir de recursos próprios ou de terceiros;
- d) as taxas de retorno e lucros a serem obtidos ou gerados pela Companhia.

Parágrafo Segundo - O Orçamento Anual da Empresa refletirá o Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e deverá detalhar as receitas e as despesas operacionais, os custos e investimentos, o fluxo de caixa, o montante a ser destinado ao pagamento de dividendo, as inversões de recursos com recursos próprios ou de terceiros e outros dados que a Diretoria Executiva considerar necessários.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Terceiro - O Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e o Orçamento Anual serão preparados e atualizados anualmente, até o término de cada exercício social, para vigorar no exercício social seguinte. Ambos serão elaborados, com base no Plano Diretor da Companhia, sob a coordenação do Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores e submetidos ao exame da Diretoria Executiva.

Parágrafo Quarto - Dependência de deliberação da Diretoria Executiva, reunida como órgão colegiado, as seguintes matérias:

- a) aprovação do plano de organização da Companhia, bem como a emissão e modificação das normas correspondentes;
- b) aprovação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia, bem como suas atualizações e revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;
- c) aprovação do Orçamento Anual da Empresa, que deverá refletir o Plano Plurianual e Estratégico da Companhia então vigente, bem como qualquer investimento ou despesa não prevista no Orçamento Anual aprovado, de valores inferiores a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- d) aprovação de alienação ou constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valores inferiores a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- e) aprovação de contratos em geral, empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

f) exercício de voto nas assembleias gerais de coligadas e controladas, quando versarem sobre matérias contempladas no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;

g) aprovação dos contratos de compra e venda de energia no atacado, de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), devendo os respectivos instrumentos ser informados ao Conselho de Administração na reunião seguinte à aprovação;

h) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa e inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e inferior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

i) autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor inferior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

j) autorizar as provisões contábeis da Companhia, independentemente de seu valor, mediante proposta do Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores.

Parágrafo Quinto - A prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos será efetuada pelo Diretor-Presidente, conjuntamente com um Diretor, ou por mandatário devidamente constituído.

Parágrafo Sexto - A outorga de procurações deverá ser realizada pelo Diretor-Presidente, conjuntamente com um Diretor, ressalvada a competência definida na

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

alínea “c”, inciso I, do artigo 17, para a qual será exigida apenas a assinatura do Diretor-Presidente.

Artigo 17 – Observado o disposto nos artigos precedentes, são atribuições dos membros da Diretoria Executiva:

I - Do Diretor-Presidente:

- a) superintender e dirigir os trabalhos da Companhia;
- b) desenvolver as ações estratégicas da Companhia definidas no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;
- c) representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;
- d) assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos de responsabilidade da Companhia;
- e) apresentar o relatório anual dos negócios da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembléia Geral Ordinária;
- f) admitir e demitir pessoal da Companhia;
- g) conduzir as atividades de Auditoria Interna, Relacionamento Institucional, Jurídicas, Comunicação Social, Representação e Ouvidoria.

II – Do Diretor Vice-Presidente:

- a) substituir o Diretor-Presidente nos casos de ausência, licença, impedimentos, renúncia ou vaga;

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- b) definir as políticas e diretrizes de meio ambiente, de desenvolvimento tecnológico, de alternativas energéticas, normalização técnica e de melhoria da qualidade de produtos e serviços;
- c) coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação ao meio ambiente, ao processo tecnológico e a gestão estratégica de tecnologia;
- d) coordenar os programas corporativos de promoção e melhoria da qualidade;
- e) promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia;
- f) monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais, tecnológicas e da melhoria da qualidade.

III – Do Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores:

- a) prover os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme Orçamento Anual, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;
- b) coordenar a elaboração e consolidação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e do Orçamento Anual;
- c) contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras;
- d) determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;
- e) detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual;
- f) controlar o capital social da Companhia, fixar a política acionária e sugerir a política de dividendo;

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- g) elaborar pesquisa, estudos e análise do mercado de energia brasileiro para atuação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- h) planejar e efetuar operações de compra e venda de energia no atacado, bem como as operações de gerenciamento de riscos associados;
- i) desenvolver atividades de compra, venda e contabilização de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE;
- j) representar a Companhia junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- l) estabelecer preços de compra e venda de energia elétrica;
- m) coordenar a elaboração e a negociação das tarifas de energia elétrica da Companhia;
- n) analisar propostas e coordenar o desenvolvimento de novos negócios da Companhia que não sejam de subtransmissão, distribuição e comercialização, em conjunto com outras áreas envolvidas;
- o) apoiar as outras Diretorias no desenvolvimento dos novos negócios de subtransmissão e distribuição da Companhia;
- p) avaliar e acompanhar as participações da Companhia em outras empresas;
- q) aprovar os contratos de compra e venda de energia no atacado, de valor inferior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- r) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

IV- Do Diretor de Distribuição e Comercialização:

- a) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente aos sistemas de subtransmissão e distribuição da Companhia;
- b) elaborar o planejamento do sistema de distribuição (de média e baixa tensões) da Companhia;
- c) projetar e construir linhas e redes de distribuição;
- d) operar e manter o sistema de subtransmissão e distribuição de energia da Companhia e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;
- e) formular e implementar o plano de marketing relacionado às atividades de distribuição e comercialização;
- f) desenvolver programas e ações junto a consumidores, no sentido de melhor aproveitamento da utilização da energia elétrica;
- g) elaborar as projeções do mercado de atuação desta Diretoria;
- h) relacionar-se comercialmente e efetuar venda de energia elétrica e serviços para consumidores cativos;
- i) conduzir programas e ações ambientais no âmbito desta Diretoria.

V – Do Diretor de Gestão Empresarial:

- a) prover pessoal adequado à Companhia;
- b) definir a política de recursos humanos da Companhia, orientar e promover sua aplicação;
- c) orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

d) definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;

e) projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;

f) definir políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;

g) prover a Companhia de recursos e serviços de infra-estrutura e de apoio administrativo;

h) administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;

i) proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;

j) administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;

l) conduzir programas e ações ambientais no âmbito desta Diretoria;

m) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa e inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor inferior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

VI - Do Diretor de Planejamento, Projetos e Construções:

a) elaborar o planejamento da expansão dos sistemas de subtransmissão;

b) consolidar o planejamento do sistema elétrico da Companhia;

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- c) consolidar o Programa de Investimentos em subtransmissão e distribuição da Companhia;
- d) representar a Companhia junto ao Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos;
- e) promover o projeto, construção e montagem das instalações de subtransmissão;
- f) promover o projeto e a construção de edificações;
- g) conduzir estudos de avaliação e ações para obtenção de licenciamento ambiental;
- h) conduzir programas e ações ambientais no âmbito desta Diretoria.

VII – Do Diretor sem designação específica:

- a) praticar os atos próprios previstos na legislação e no presente Estatuto, e exercer as atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO V

Do Conselho Fiscal

Artigo 18 - O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização da Companhia, funcionará de modo permanente, e será presidido pelo Presidente do Conselho Fiscal do Acionista Único CEMIG, e integrado por mais 2 (dois) a 4 (quatro) membros efetivos e respectivos suplentes, todos membros do Conselho Fiscal do Acionista Único CEMIG, eleitos anualmente pelo Acionista Único - CEMIG, podendo ser reeleitos.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Primeiro – O Presidente do Conselho Fiscal convocará e conduzirá as reuniões.

Parágrafo Segundo - No caso de renúncia do cargo, falecimento ou impedimento, será o membro efetivo do Conselho Fiscal substituído pelo seu respectivo suplente, até que seja eleito o novo membro, o qual deverá ser escolhido pela mesma parte que indicou o substituído.

Parágrafo Terceiro - É vedada a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia que integrem os órgãos de administração do Acionista Único – CEMIG.

Artigo 19 – As atribuições do Conselho Fiscal são as fixadas na Lei de Sociedades por Ações.

CAPITULO VI

Do Exercício Social

Artigo 20 - O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as Demonstrações Financeiras, de acordo com a legislação pertinente, podendo ser levantados balanços semestrais ou intermediários referentes a períodos menores.

Artigo 21 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Único – O lucro líquido apurado em cada exercício social será assim destinado:

- a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- b) 50% (cinquenta por cento) será distribuído, como dividendo obrigatório, aos acionistas da Companhia, observadas as demais disposições do presente Estatuto e a legislação aplicável;
- c) o saldo, após a retenção prevista em orçamento de capital e/ou investimento elaborado pela administração da Companhia, com observância do Plano Diretor da Companhia e da política de dividendos nele prevista e devidamente aprovado, será aplicado na constituição de reserva de lucros destinada à distribuição de dividendos extraordinários, nos termos do artigo 22 deste Estatuto, até o limite máximo previsto no artigo 199 da Lei de Sociedade por Ações.

Art. 22 – Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, a partir do exercício social de 2005, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa da Companhia o permitir, a Companhia utilizará a reserva de lucros prevista na alínea “c” do artigo 21 deste Estatuto para a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração com observância do Plano Diretor da Companhia e da política de dividendos nele prevista.

Art. 23 - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Único - As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, serão imputadas aos valores dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

Art. 24- Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Parágrafo Único - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Companhia.

CAPÍTULO VII

Da Responsabilidade dos Administradores

Art. 25 - Os Administradores respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei e do presente Estatuto.

Art. 26 – A Companhia assegurará aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, quando legalmente possível, a defesa em processos judiciais e administrativos propostos por terceiros contra as pessoas desses Administradores, durante ou após os respectivos mandatos, por atos relacionados com o exercício de suas funções próprias e que não contrariarem disposições legais ou estatutárias.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

§ 1º - A garantia prevista no *caput* deste artigo estende-se aos empregados que legalmente atuarem por delegação dos Administradores da Companhia.

§ 2º - Se o membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, o Diretor ou o empregado for condenado, com decisão transitada em julgado, deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas e prejuízos a ela causados.

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança Corporativa

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa através de um equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos. Desta forma, nosso foco é a criação de valor para o acionista no longo prazo.

Adotamos um sistema de rodízio de nossos auditores independentes com periodicidade de 5 anos e não contratamos, com eles, serviços de consultoria.

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração é composto por 14 membros. Eles têm qualificação em diversas disciplinas: política, economia, negócios, contabilidade, eletricidade e pesquisa e desenvolvimento, observando assim a boa prática de trazer para ao Conselho uma ampla diversidade de competências e experiências.

O mandato dos conselheiros é de 3 anos sendo que o atual expira em dezembro de 2007.

Suas principais atribuições são:

- Definição da estratégia societária e, a partir deste ano, rever as atualizações do Plano Diretor.
- Orientação geral dos negócios no sentido de assegurar o retorno atrativo dos empreendimentos.
- Eleição e fiscalização dos diretores.
- Convocação da Assembléia Geral.
- Deliberação, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum.
- Deliberação sobre alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R\$ 5 milhões.
- Decisão sobre empréstimos, financiamentos, atos ou outros negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, excetuando os contratos de compra e venda de energia que ultrapassem a R\$ 5 milhões, que poderão

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

ser aprovados pela Diretoria Executiva, com sua apresentação formal ao Conselho de Administração na reunião seguinte à sua aprovação.

Diretoria Executiva

Nossa Diretoria Executiva é composta por 7 membros. Eles são eleitos pelo Conselho de Administração com um mandato de 3 anos sendo que o atual expira em dezembro de 2007. Suas principais responsabilidades são:

- Gestão dos negócios da empresa, obedecendo ao Plano Estratégico Plurianual.
- Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social.

Conselho Fiscal

Temos um Conselho Fiscal permanente e estatutário cuja principal responsabilidade é analisar as demonstrações financeiras e manifestar-se aos acionistas a respeito das mesmas.

Procedimentos e Controles Internos

Em conformidade com as melhores práticas internacionais, estamos aperfeiçoando nossos procedimentos e controles internos para prover informações precisas para a tomada de decisão de administradores e de acionistas. A implementação de sistemas de informações gerenciais computadorizados, construídos dentro das técnicas mais modernas, permite a certificação por nossos executivos da precisão e qualidade das informações divulgadas. Estamos realizando uma atualização dos dois principais sistemas, em especial aquele dedicado à contabilização das transações financeiras, envolvendo diversas áreas tais como compras de materiais, equipamentos e serviços, relações humanas, contabilidade e orçamento.

Ética

O Conselho de Administração da CEMIG aprovou a *Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional* com os objetivos de aprimorar o sistema interno de governança corporativa e incrementar a transparência da CEMIG e de suas controladas e subsidiárias integrais, fortalecendo sua imagem e credibilidade junto aos seus acionistas, clientes, empregados, sindicatos, parceiros, fornecedores, prestadores de serviços, concorrentes, sociedade, governo, poder

99999-9 CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A

06.981.180/0001-16

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

concedente e as comunidades onde atua. A CEMIG Distribuição S/A como subsidiária da CEMIG aplica a mesma Declaração.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Ela está disponível em nossa página da Internet: ri.cemig.com.br.

Política de Divulgação e Uso de informações e de Negociação de Valores Mobiliários

Conforme determinação da Instrução 358, de 03/01/2002 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o Conselho de Administração da Cemig Distribuição S/A aprovou, em reunião do dia 7 de março de 2005, o “Manual de Divulgação e Uso de informações sobre Ato ou Fato e Política de Negociação de Valores Mobiliários de emissão da Cemig Distribuição S/A.

ANEXO M

Informações Anuais - IAN da CEMIG relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 002453	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17155730000164
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL CEMIG		
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR CENTRAIS ELÉTRICAS DE MINAS GERAIS S/A		
6 - NIRE 31300040127		
7 - SITE www.cemig.com.br		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV. BARBACENA, 1.200		2 - BAIRRO OU DISTRITO STO AGOSTINHO		
3 - CEP 30161-970	4 - MUNICÍPIO BELO HORIZONTE			5 - UF MG
6 - DDD 031	7 - TELEFONE 3299-3930	8 - TELEFONE 3299-4015	9 - TELEFONE 3299-4524	10 - TELEX
11 - DDD 031	12 - FAX 3299-3934	13 - FAX -	14 - FAX -	
15 - E-MAIL mail@cemig.com.br				

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME Luiz Fernando Rolla				
2 - CARGO Superint. de Relações com Investidores				
3 - ENDEREÇO COMPLETO AV. BARBACENA, 1.200 7º B1		4 - BAIRRO OU DISTRITO SANTO AGOSTINHO		
5 - CEP 30190-131	6 - MUNICÍPIO BELO HORIZONTE			7 - UF MG
8 - DDD 31	9 - TELEFONE 3299-3930	10 - TELEFONE 3299-4015	11 - TELEFONE 3299-4524	12 - TELEX
13 - DDD 31	14 - FAX 3299-3934	15 - FAX -	16 - FAX -	
17 - E-MAIL ri@cemig.com.br				

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME Banco Itaú S/A				
19 - CONTATO Luciano C. Magalhães Neto				
20 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira 707 - 9 andar		21 - BAIRRO OU DISTRITO Jabaquara		
22 - CEP 04344-902	23 - MUNICÍPIO São Paulo			24 - UF SP
25 - DDD 011	26 - TELEFONE 5029-4644	27 - TELEFONE 5029-4603	28 - TELEFONE -	29 - TELEX
30 - DDD 011	31 - FAX 5029-1917	32 - FAX -	33 - FAX -	
34 - E-MAIL luciano.magalhaes-neto@itau.com.br				

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37 - UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01	Belo Horizonte	MG	31	3249-3524	3249-3534
02	São Paulo	SP	011	3247-3138	3247-3139
03	Rio de Janeiro	RJ	021	2508-8086	-
04	Brasília	DF	061	316-4850	-

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME FLAVIO DECAT DE MOURA					
2 - ENDEREÇO COMPLETO AV. BARBACENA, 1.200 - ED. JÚLIO SOARES				3 - BAIRRO OU DISTRITO STO AGOSTINHO	
4 - CEP 30123-970		5 - MUNICÍPIO BELO HORIZONTE			6 - UF MG
7 - DDD 031	8 - TELEFONE 3299-4903	9 - TELEFONE 3299-3818	10 - TELEFONE 3299-4810	11 - TELEX 311124	
12 - DDD 031	13 - FAX 3299-4691	14 - FAX 3299-3933	15 - FAX 3299-3864		
16 - E-MAIL flaviodecat@cemig.com.br					
17 - DIRETOR BRASILEIRO SIM		18 - CPF 060.681.116-87	18 - PASSAPORTE CO 231735		

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 01/01/2005		2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 31/12/2005			
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 01/01/2006		4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 31/12/2006			
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu				6 - CÓDIGO CVM 00385-9	
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Gilberto Grandolpho				8 - CPF DO RESP. TÉCNICO 007.585.878-99	

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO					
<input type="checkbox"/> BVBAAL	<input checked="" type="checkbox"/> BVMESB	<input type="checkbox"/> BVPR	<input type="checkbox"/> BVRJ	<input type="checkbox"/> BVST	
<input type="checkbox"/> BVES	<input type="checkbox"/> BVPP	<input type="checkbox"/> BVRG	<input checked="" type="checkbox"/> BOVESPA		
2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO Bolsa					
3 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional					
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE					
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA					

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estatual Holding	
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.	
<input checked="" type="checkbox"/> Ações	<input type="checkbox"/> Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
<input type="checkbox"/> Debêntures Conversíveis em Ações	<input type="checkbox"/> Notas Promissórias (NP)
<input type="checkbox"/> Ações Resgatáveis	<input type="checkbox"/> BDR
<input type="checkbox"/> Partes Beneficiárias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros DESCRIÇÃO ADR - American Depositary Receipts
<input checked="" type="checkbox"/> Debêntures Simples	
<input type="checkbox"/> Bônus de Subscrição	
<input type="checkbox"/> Certificado de Investimento Coletivo (CIC)	

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs. 10/03/2006	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs. 14/06/2006
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs. 13/04/2006	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 08/04/2006

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	Minas Gerais - Órgão Oficial	MG
02	GAZETA MERCANTIL	SP
03	O TEMPO	MG

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 26/05/2006	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO / FUNÇÃO	7 - FUNÇÃO
01	DJALMA BASTOS DE MORAIS	006.633.526-49	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	3	SIM	31	Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente
02	WILSON NÉLIO BRUMER	049.142.366-72	29/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	SIM	20	Presidente do Conselho de Administração
03	FRANCELINO PEREIRA DOS SANTOS	000.115.841-49	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
04	ANTONIO ADRIANO SILVA	056.346.956-00	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
05	LAURO SÉRGIO VASCONCELOS DAVID	603.695.316-04	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
06	WILTON DE MEDEIROS DAHER	003.534.344-34	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
07	HAROLDO GUIMARÃES BRASIL	555.424.416-53	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
08	CARLOS AUGUSTO LEITE BRANDÃO	270.396.506-06	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
09	ANDREA PAULA FERNANDES PANSA	098.222.028-65	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
10	MARIA ESTELA KUBITSCHEK LOPES	092.504.987-56	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
11	ALEXANDRE HERINGER LISBOA	222.275.206-04	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
12	CELSON FERREIRA	011.553.507-15	03/05/2006	ATÉ 30/04/2009	1		19	DIRETOR DE PLANEJAMENTO, PROJ. E CONSTR.
13	FLAVIO DECAT DE MOURA	080.681.116-87	03/05/2006	ATÉ 30/04/2009	1		19	DIRETOR DE FIN. PART E DE REL.C/INVEST.
14	HELENI DE MELLO FONSECA	275.196.196-72	03/05/2006	ATÉ 30/04/2009	1		19	DIRETORA DE GESTÃO EMPRESARIAL
15	JOSE MARIA DE MACEDO	002.033.351-04	03/05/2006	ATÉ 30/04/2009	1		19	DIRETOR DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
16	ELMAR DE OLIVEIRA SANTANA	089.501.306-10	03/05/2006	ATÉ 30/04/2009	1		19	DIRETOR DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO
17	EDUARDO LEITE HOFFMANN	016.841.148-64	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	NÃO	23	Conselho de Administração (Suplente)
18	AECIO FERREIRA DA CUNHA	000.261.231-34	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
19	JOSÉ AUGUSTO PIMENTEL PESSÓA	001.303.706-49	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
20	NILO BARROSO NETO	238.617.111-68	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)

- * CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
 2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
 3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	7 - FUNÇÃO
21	FERNANDO LAGE DE MELO	293.756.816-53	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
22	LUIZ ANTÔNIO ATHAYDE VASCONCELOS	194.921.896-15	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
23	EDUARDO LERY VIEIRA	079.802.996-04	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
24	FRANKILIN MOREIRA GONÇALVES	754.988.556-72	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
25	MARCO ANTONIO RODRIGUES DA CUNHA	292.581.976-15	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
26	LUIZ HENRIQUE DE CASTRO CARVALHO	315.051.986-15	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
27	GUILHERME HORTA GONÇALVES JUNIOR	266.078.757-34	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
28	LUIZ ANIBAL DE LIMA FERNANDES	006.380.806-49	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	NÃO	23	Conselho de Administração (Suplente)
29	MARIA AMÁLIA DELFIM DE MELO COUTRIM	654.298.507-72	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	NÃO	23	Conselho de Administração (Suplente)
30	ANDREA LEANDRO SILVA	165.779.628-04	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	NÃO	23	Conselho de Administração (Suplente)
31	EDUARDO CASTILHO DE VASCONCELOS COSTA	905.090.306-10	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	NÃO	23	Conselho de Administração (Suplente)
32	EVANDRO VEIGA NEGRÃO DE LIMA	000.761.126-91	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
33	ANTONIO RENATO DO NASCIMENTO	337.328.178-49	28/04/2006	ATÉ 30/04/2009	2	NÃO	23	Conselho de Administração (Suplente)

- * CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
 2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
 3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2005

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

02.01.02 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO FISCAL

1 - CONSELHO FISCAL INSTALADO	2 - PERMANENTE
SIM	SIM

3 - ITEM	4 - NOME DO CONSELHEIRO	5 - CPF	6 - DATA DA ELEIÇÃO	7 - PRAZO DO MANDATO	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	LUIZ GUARITÁ NETO	289.118.816-00	28/04/2006	ATÉ 30/04/2007	43	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
02	ARISTÓTELES LUIZ MENEZES VASCONCELLOS	026.939.257-20	28/04/2006	ATÉ 30/04/2007	40	PRES. C.F.ELEITO P/CONTROLADOR
03	LUIZ OTÁVIO NUNES WEST	146.745.485-00	28/04/2006	ATÉ 30/04/2007	45	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/MINOR.ORDINARISTAS
04	CARLOS VOLPE DE PAIVA	086.834.337-49	28/04/2006	ATÉ 30/04/2007	47	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/PREFERENCIALISTAS
05	THALES DE SOUZA RAMOS FILHO	003.734.456-68	28/04/2006	ATÉ 30/04/2007	43	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
06	RONALD GASTÃO ANDRADE REIS	007.237.036-04	28/04/2006	ATE 30/04/2007	46	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR
07	MARCUS EOLO DE LAJOUNIER BICALHO	001.909.696-87	28/04/2006	ATE 30/04/2007	46	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR
08	AUGUSTO CEZAR CALAZANS LOPES	042.860.307-92	28/04/2006	ATE 30/04/2009	48	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/MINOR.ORDINARISTAS
09	ARI BARCELOS DA SILVA	006.124.137-72	28/04/2006	ATE 30/04/2007	44	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/PREFERENCIALISTAS
10	ALIDMAR SILVA LIMA	131.654.456-72	28/04/2006	ATE 30/04/2007	46	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Wilson Nélio Brumer – O Sr. Brumer nasceu em 10/09/1948. Formou-se em administração de empresas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FUMEC – BH em 1975 e completou diversos cursos de administração financeira, planejamento e desenvolvimento gerencial no Brasil e no exterior. É Secretário do Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais desde janeiro de 2003 e conselheiro da Valepar S.A. desde janeiro de 2001. Foi presidente do conselho das seguintes empresas: BHP Billiton Brasil, de novembro de 1998 a dezembro de 2002; Grupo Paranapanema, de fevereiro de 1996 a outubro de 1998; Aço Minas Gerais – Açominas, de maio de 1995 a junho de 1997; Eletrometal Metais Especiais S.A., de 1994 a 1996; Brasifco S.A., de 1993 a 1996; Rio Doce Finance Ltd. – RDF, de 1990 a 1992; Itabira International Company Ltd. – ITACO, de 1990 a 1992; e Navegação Rio Doce S.A. – DOCENAVE de 1990 a 1991. Foi vice-presidente do Conselho de Administração das seguintes companhias: Acesita, de novembro de 1992 a outubro de 1998; Acesita Energética S.A., de 1992 a 1996; Forjas Acesita S.A., de 1992 a 1996; CVRD, de 1990 a 1992, e Grupo Villares, que inclui as Indústrias Villares, Aços Villares S.A. e Elevadores Atlas S.A., de fevereiro de 1995 a outubro de 1998. Foi conselheiro da: Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST, de julho de 1996 a abril de 1999; Varig de novembro de 1994 a fevereiro de 1996; Usiminas, de outubro de 1991 a novembro de 1992; Companhia Siderúrgica Tubarão, de agosto de 1992 a novembro de 1992; Rio Doce Geologia e Mineração S.A. – DOCEGEO, de 1998 a 1990; Florestas Rio Doce S.A., de 1988 a 1990; e Ferritas Magnéticas S.A. – FERMAG, de 1984 a 1986. O Sr. Brumer foi também diretor presidente da Acesita, de novembro de 1992 a outubro de 1998; Companhia Siderúrgica de Tubarão, de julho de 1996 a abril de 1999; CVRD, de abril de 1990 a novembro de 1992; Acesita Energética S.A., de 1992 a 1993; e Forjas Acesita S.A., de 1992 a 1993. Foi diretor financeiro da CVRD, de fevereiro de 1988 a abril de 1990. Fez parte também do conselho fiscal de Navegação Rio Doce S.A. – DOCENAVE, de 1983 a 1987 (presidente); Urucum Mineração S.A., de 1983 a 1984; e Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA, de 1982 a 1983. Foi também presidente do Instituto Brasileiro de Siderúrgicas de agosto de 1997 a maio de 1999, presidente do Conselho de Política Industrial da Federação das Indústrias de Minas Gerais, de 1994 a 1999, presidente do comitê financeiro da Valesul Alumínio S.A., de 1984 a 1988, diretor executivo da Associação Brasileira de Comércio Exterior – AEB, de 1994 a 1997, e membro de diversos conselhos e comitês.

Djalma Bastos de Moraes – O Sr. Moraes nasceu em 16/03/1937. É formado em engenharia pelo Instituto Militar de Engenharia, tendo concluído estudos de pós-graduação em telefonia e informática no mesmo instituto. De 1995 a 1998, foi Vice-presidente da Petrobras Distribuidora S.A., a empresa de petróleo brasileira. De 1993 a 1994, exerceu o cargo de Ministro das Comunicações do Brasil. Ocupou também vários outros cargos, como diretor presidente da Telecomunicações de Minas Gerais S.A. -Telemig; gerente da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás; diretor de operações da Telecomunicações de Mato Grosso -Telemat; diretor de operações da Telecomunicações do Amazonas -Telemazon; e gerente da Telefônica Municipal S.A. -Telemusa.

Francelino Pereira dos Santos – O Sr. Santos nasceu em 02/07/1921. Formou-se em direito na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1949. Foi senador de Minas Gerais, de 1995 a 2002 e governador de Minas Gerais de 1979 a 1983. Foi também deputado federal por quatro mandatos sucessivos de 1963 a 1979 e vereador da cidade Belo Horizonte de 1951 a 1954. De 1961 a 1966 foi Chefe de Gabinete do Secretário do Estado de Minas Gerais de Assuntos Internos e da Justiça, Chefe do Departamento de Administração Geral do Estado de Minas Gerais e Conselheiro Chefe de Assuntos Municipais do Gabinete do Governador. De 1985 a 1990 foi vice-presidente da administração do Banco do Brasil S.A. e diretor presidente da Acesita, de outubro de 1983 a

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

agosto de 1984. Foi também professor e diretor da Escola Municipal de 2º Grau de Contabilidade em Belo Horizonte de 1955 a 1959.

Antônio Adriano Silva – O Sr. Silva nasceu em 02/03/1944. É formado em administração de empresas com especialização em marketing. Trabalhou para várias empresas privadas, entre elas Mesbla S.A., Empresa Brasileira de Varejo S.A. - Embrava, Agência Jornalística Imagem, Associação Comercial de Minas, Asa Criação de Publicidade e Coteminas.

Maria Estela Kubitschek Lopes – A Sra. Lopes nasceu em 10/12/1942. Formou-se em arquitetura e é decoradora de interiores e empresária. É sócia gerente da DF Consultores Ltda. e da Santa Júlia Importação, Exportação e Participações. É também conselheira do presidente da Fundação Municipal de Teatro da Cidade do Rio de Janeiro, e do presidente dos Amigos do Estado do Rio de Janeiro – AME-RIO, e do presidente do conselho da Casa Santa Ignez (uma entidade filantrópica responsável pela nutrição e educação de crianças e de famílias de baixa renda no bairro da Rocinha no Rio de Janeiro). Foi uma das fundadoras do Memorial JK, uma organização fundada em memória de Juscelino Kubitschek de Oliveira (ex-presidente do Brasil), e exerceu o cargo de vice-presidente de setembro de 1981 a maio de 2000, e como presidente executiva desde outubro de 2000. Foi também presidente do conselho do Instituto Cultural Cesgranrio, vice-presidente do conselho do Banco da Mulher, presidente de Instituições Benéficas do Estado do Rio de Janeiro e membro do conselho da Casa das Palmeiras, um instituto cultural. Recebeu diversas honras ao mérito cultural e social.

Alexandre Heringer Lisboa – O Sr. Lisboa nasceu em 20/09/1955. Formou-se em engenharia no Instituto Politécnico da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e recebeu o grau de mestre em engenharia mecânica, com ênfase em energia solar, da Universidade Federal da Paraíba, na cidade de João Pessoa (Estado da Paraíba). Recebeu também treinamento especializado em usina eólica na Deutsches Windenergie – Institut DEWI e da Summer School on Wind Energy Technology na Universidade de Oldenburg, na Alemanha. Trabalha como engenheiro da CEMIG desde maio de 1985 e é um conselheiro do Sindieletrô, assim como conselheiro do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. Foi suplente do conselho de administração da CEMIG de janeiro de 1999 a dezembro de 2000. Foi pesquisador e consultor do Centro da Fundação Tecnológica de Minas Gerais – CETEC, de novembro de 1983 a abril de 1985. De janeiro de 1977 a maio de 1979, foi estagiário na Usiminas, Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e Delle Alstom S.A. – DASA.

Celso Ferreira – O Sr. Ferreira nasceu no dia 06/11/1941. É formado em engenharia elétrica e mecânica pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá no Estado de Minas Gerais e possui mestrado em engenharia de sistemas elétricos da Rensselaer Polytechnic Institute e completou cursos em operação de sistemas elétricos e comércio de energia no Brasil e no exterior, inclusive cursos na International Agency for Nuclear Energy em Paris e Commonwealth Edison Co. em Chicago. Foi diretor de geração e comercialização de Furnas, de 1991 a 2003, presidente do conselho dessa companhia por quatro meses em 1999 e membro do conselho de administração por diversas vezes de 1991 a 2003. Exerceu também o cargo de conselheiro da ONS, atuando como presidente do conselho desde a sua fundação em 1998 até o início de 2003. Foi representante de Furnas no MAE, participando de discussões relacionadas a certas normas do MAE e do Acordo Geral do Setor Elétrico. Foi professor da Escola de Engenharia da Universidade do Rio de Janeiro, de 1970 a 1980. De 1966 a 1970, trabalhou como engenheiro da Cia. Auxiliar de Empresas Elétricas – CAEEB. Foi um dos fundadores da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica – ABRAGE e da Associação Brasileira das Grandes Empresas de

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Transmissão – ABRATE. Foi também membro de diversas associações, inclusive a comissão de energia da Associação Comercial do Rio de Janeiro, de 1999 a 2000, e do conselho fiscal da Companhia Paraense de Energia – Copel.

Elmar de Oliveira Santana – O Sr. Santana nasceu em 23/07/1948. É formado em engenharia elétrica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e mestre em administração de empresas pelo IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais). De 1977 a 1983 trabalhou no DAE/MG (concessionária de água e eletricidade de propriedade do Estado de Minas Gerais) como coordenador de eletrificação rural e superintendente de distribuição e operações. Entre 1983 e 2001, trabalhou na CEMIG como engenheiro, superintendente de vendas e distribuição e assistente do presidente de vendas e distribuição. Entre dezembro de 2001 e abril de 2002, foi Secretário de Minas e Energia do Estado de Minas Gerais.

José Maria de Macedo – O Sr. Macedo nasceu no dia 25/10/1940. Formou-se em engenharia elétrica na Universidade Federal de Minas Gerais em 1967 e completou diversos cursos de especialização em eletricidade e administração. Foi estagiário na Bonneville Power Administration em Portland, Texas, e na Tennessee Valley Authority no Bureau of Reclamation em Denver, Colorado, e na Southern California Edison na Califórnia. Trabalhou na CEMIG de setembro de 1969 a maio de 1994, quando se aposentou como superintendente de transmissão de eletricidade. Após sua aposentadoria na CEMIG, constituiu a Cooperativa de Prestação de Serviços de Engenharia Ltda., onde atualmente exerce o cargo de presidente. Antes de trabalhar na CEMIG, foi engenheiro na Sociedade de Instalações Técnicas – SIT. Realizou diversos estudos e seminários no campo de eletricidade no Brasil.

Flávio Decat de Moura – O Sr. Moura nasceu em 19/06/1945. Formou-se em engenharia eletrônica na Universidade Federal de Minas Gerais. Exerceu o cargo de diretor e diretor presidente da Eletronuclear, a agência de energia nuclear do Governo Federal, de maio de 2001 a janeiro de 2003, e como diretor de desenvolvimento da Sithe Energies, Inc., de 1998 a 2000. De 1996 a 1997, foi vice-presidente e diretor de distribuição de eletricidade da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – Enersul. Em 1993, foi diretor técnico e de engenharia de Itaipu. Foi diretor de produção de eletricidade da Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. – Electrosul, de 1992 a 1993, e superintendente de engenharia de Itaipu, de 1983 a 1992. Foi também assistente do diretor presidente de Itaipu e engenheiro e gerente de diversos departamentos de Furnas, de 1970 a 1982.

Heleni de Mello Fonseca – A Sra. Fonseca nasceu em 28/02/1955. Formou-se em engenharia elétrica, com especialização em eletrônica e telecomunicações no Instituto Nacional de Telecomunicações – INATEL e completou estudos de pós-graduação em marketing e desenvolvimento comercial na Fundação Getúlio Vargas – FGV. Foi a diretora de comércio empresarial da Telemar, companhia de telefone do Estado da Bahia, Brasil, de agosto de 1988 a novembro de 2000, diretora de negócios corporativos e de varejo da Telemar e diretora de operações da Telemig/Telemar, de julho de 1995 a dezembro de 1995. Foi também diretora do Departamento de Telecomunicações do Estado de Minas Gerais – DETEL/MG, de junho de 1991 a julho de 1995 e gerente de implementação de serviços de dados da Empresa Brasileira de Telecomunicações – Embratel em Minas Gerais, de 1998 a 1991. De 1976 a 1987, trabalhou no Departamento de Telecomunicações da DETEL/MG, como diretora de engenharia, técnica e superintendente de engenharia.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Aécio Ferreira da Cunha – O Sr. Aécio nasceu em 04/05/1927. Formou-se como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1951. Foi diplomado pela Escola Superior de Guerra em 1973. Chefe do Gabinete da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho de Minas Gerais. Foi eleito Deputado Estadual, por duas legislaturas, no período compreendido de 1955 a 1962. Foi eleito Deputado Federal, por seis legislaturas, no período de 1963 a 1987. Foi presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em 1993. Atualmente faz parte do Conselho de Administração de Furnas Centrais Elétricas onde ingressou, em 1993. Em 1988 foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, após a aprovação do seu nome pelo Senado Federal, mas, invocando razões de ordem pessoal, desistiu do cargo às vésperas da posse. Hoje é empresário do setor agropecuário do norte do Estado de Minas Gerais.

Nilo Barroso Neto – O Sr. Nilo nasceu em 30/03/1958. Graduiu-se em Economia pela Universidade de Brasília no ano de 1979. Ingressou no Curso de preparação à carreira de diplomata em 1977 tendo concluído o mesmo no ano de 1982. Ingressou no curso de Mestrado em “Liberal Studies”, em Georgetown University, Washington, com especialização no campo da Filosofia Política com conclusão em 1991.

No período de 1983 e 1984 foi Assistente do Chefe da Divisão Consular e, nos anos subsequentes ocupou os cargos de Assistente do Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisa de Mercado e Assessoria do Secretário das Relações com o Congresso. Em 1993 foi Oficial de Gabinete da Secretaria Geral da Presidência da República. Foi Cônsul-adjunto, em Houston-USA, no período de 1991 a 1993. Assessorou, também, as Conferências Anuais da União Interparlamentar em Bangkok (1987) e no México (1986). Participou, como Assessor, das reuniões com o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial no período de 1989 a 1991. Foi integrante da Delegação de Parlamentares Brasileiros à Convenção do Partido Republicano Norte-Americano, em Houston-USA, em 1992. É membro da cúpula presidencial do mecanismo de concentração e consulta política, em Santiago, Chile, desde 1993.

Carlos Augusto Leite Brandão. O Sr. Brandão nasceu em 03/01/1956. Graduiu-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 1978, com pós-graduação em Engenharia Econômica pela Fundação Dom Cabral concluindo o curso em 1980. Em 2000 cursou MBA em Finanças pelo IBMEC. Atualmente é Diretor de Coordenação Empresarial da AES Eletropaulo, respondendo pelas ações regulatórias, institucionais e de coordenação gerencial das empresas do grupo no Brasil. Cumulativamente, preside o Conselho Fiscal do MAE – Mercado Atacadista de Energia. Foi membro do Comitê Executivo de Mercado do MAE e é membro do Conselho de Administração e Diretor da ASMAE. É Membro do IEEE – The Institute of Electrical Engineers, Inc.- desde 1980 e Membro Sênior desde 1990. Foi presidente das Seções Rio de Janeiro (90-92) e Minas Gerais (do qual é fundador de 93 a 96), presidente do Conselho Brasil (99-01), é Membro do Conselho Editorial da Power Computer Society, ocupou diversos cargos na Power Engineering Society e único representante estrangeiro a ocupar cargo no United States Activities Board, com sede em Washington. Ex-professor do Instituto Cultural Brasil Estados Unidos, do Centro de Computação da Universidade Federal de Minas Gerais, de vários cursos da Eletrobrás e PUC-MG, tem mais de 50 trabalhos publicados no Brasil e exterior, tendo publicado livro e CD-ROM em conjunto com Fundação João Pinheiro sobre Modelos do Setor Elétrico em 1995. Coordenou o curso de Regulamentação do Setor Elétrico promovido pela Fundação João Pinheiro em 1997, primeiro curso do gênero no Brasil. Iniciou sua carreira na CEMIG em 15/03/1979, onde trabalhou durante 25 anos. Atuou como engenheiro, Gerente da Divisão de Engenharia de Operação e Manutenção, Gerente do Departamento de Operação e Manutenção, Gerente do Depto. de Planejamento e Automação, Consultor de Comercialização de

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Grandes Clientes, Gerente do Departamento de Transmissão. Hoje atua na Companhia como Assessor da Vice-Presidência e Consultor da Diretoria Financeira.

Andréa Paula Fernandes. O Sra. Paula Fernandes nasceu em 19/10/1969. É formada em Administração de Empresas pela FIRP- Faculdades Integradas Rio-Preteense, tendo concluído o curso em 1992, com pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas – FGV no ano de 1995. Foi aluna do Extension Business Course pela Universidade de Berkeley em 1996, e realizou o “Banking Extension Course” - GVPEC pela Fundação Getúlio Vargas no ano de 1998. Fez MBA em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC com conclusão no ano de 2001. É Assessora da Diretoria de Coordenação Empresarial das empresas do Grupo AES Brasil. Anteriormente, atuou na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A como Analista Financeira e de Relações com Investidores no período de 2000 a 2003. Foi Analista de Portfólio do Banco Santander Brasil S.A nos anos de 1998 a 2000. Atuou na Área de Marketing da Tyson Foods nos Estados Unidos em 1996 e trabalhou no Citibank N.A no período de 1990 a 1991.

José Augusto Pimentel Pessoa. O Sr. Pimentel nasceu em 27/05/1937. Engenheiro Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (1961) com curso de especialização em hidráulica e saneamento. Atuou como chefe do escritório de obras da REDUC, pela Tenenge (62-63), engenheiro autônomo (63-64), engenheiro da CEMIG (64-74), onde atuou nas áreas de construção de linhas de transmissão e engenheiro de reconhecimento de campo de locais barráveis, responsável pelo setor de estruturas da usina de Jaguará. Foi chefe do departamento de Estudos e Projetos da ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (74-78) e diretor da ENGEVIX (78-94), sendo consultor independente desde 1994. Foi Diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (94), Diretor Administrativo e Diretor da Área de Energia da AMEC- Associação Mineira das Empresas de Engenharia Consultiva. Atualmente é Engenheiro Consultor. (92), Membro e Conselheiro do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens (77-96) e Coordenador do GTCN- Grupo de Trabalho para Custos do Norte (77).

Antonio Luiz Barros de Salles. O Sr. Salles nasceu em 23/02/46. É formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela USP (70) tem curso de Pós Graduação em Direito Penal e Especialização em Direito Processual ambos pela PUC de São Paulo. É Diretor de Negócios Jurídicos da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo SA. Funcionário de carreira aposentado da CESP, onde entrou em 1967, ex-professor do IDORT- Instituto de Desenvolvimento e Organização do Trabalho e Professor do Instituto de Administração da Faculdade de Economia da USP. Atuou como chefe de Gabinete da Presidência da Eletropaulo (91-93), Vice Presidente da ABRAPP- Associação Brasileira de Entidades de Previdência Privada (93-95) e Diretor Superintendente da Fundação CESP (93-95). Foi chefe da Assessoria Técnica do Governo de Estado de São Paulo (71-75) e Chefe de Gabinete da Chefia da Casa Civil na mesma gestão. Foi Secretário de Vias Públicas da Prefeitura Municipal da Capital de São Paulo (2000).

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond: O Sr. Drummond nasceu em 22/11/1944 e possui segundo grau completo. É profissional nas áreas de Jornalismo, de Relações Públicas e Administrador de Empresas. Atuou no setor privado como Assessor da Diretoria do Banco Nacional (63-70) e Diretor Gerente da Irad – Assessoria e Consultoria Ltda desde 1973. No governo do Estado da Guanabara (gestão Negrão de Lima) exerceu os cargos de Presidência e Diretoria da COHAB-GB, Assessoria do Secretário de Estado de Governo da Guanabara e Diretor de Divisão na Secretaria de Estado de Obras Públicas. No âmbito do Governo Federal atuou como Assessor e Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Minas e Energia (80-84). Foi Diretor de Administração da Ligth SA (85). Foi membro do Conselho de Administração do Metrô do Rio de

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Janeiro (85), Centrais Elétricas do Norte SA (96), Manaus Energia SA (97), Boa Vista Energia SA (97). Membro e Presidente do Conselho Fiscal da Cia Vale do Rio Doce (86-88) e membro do Conselho Fiscal da Petrofertil SA. Juiz Classista do Tribunal Regional do Trabalho – TRT-RJ (94-97).

Thales de Souza Ramos Filho: O Sr. Thales nasceu em 23/03/1940. Graduiu-se em Medicina pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Administração de Empresas pela Faculdade Machado Sobrinho de Juiz de Fora. Exerce, atualmente, a profissão de médico e Conselheiro Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

Luiz Guaritá Neto: O Sr. Guaritá Neto nasceu em 21/04/1955. Formou-se em 1978 no curso de Engenharia Civil pelas Faculdades Integradas de Uberaba. Concluiu, pela, Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro – RJ, os cursos básicos de Administração de Empresas, O&M e Marketing. Participou, também, pela SERE/RJ, dos cursos de Liderança e de Relações Humanas. Foi Diretor do CAIO – Centro Acadêmico Avelino Inácio De Oliveira. Diretor da CIU – Associação Comercial E Industrial De Uberaba. No período compreendido entre janeiro de 1989 e 31/05/1992 atuou como Secretário Municipal de Indústria e Comercio – Secretário Municipal de Turismo. De 01/08/1990 a 01/02/1992 foi Secretário Municipal de Planejamento. A partir de 17/08/1990 foi Membro do Conselho Nacional da Presidência da Caixa Econômica Federal. Em janeiro de 1993 foi eleito pelo Partido da Frente Liberal – PFL a Prefeito Municipal de Uberaba. Atua, também, como vice-presidente do Diretório Regional de Minas Gerais do PFL. É vice-presidente da Associação dos Municípios –ABM e Presidente da Associação Macrorregional dos Municípios do Sul do Triângulo Mineiro – AMTRIM. É membro do Conselho Estadual de Habitação. É primeiro suplente do Senador Dr. Eduardo Brandão de Azeredo. Participa, atualmente, como Empresário cotista das seguintes empresas: RCG-Engenharia e Empreendimentos Ltda, Construtora RCG, Cat's Hotelaria e Empreendimentos Ltda, Agropecuária Rodrigues da Cunha Guaritá, Agropecuária 7 estrelas Ltda, Dujato-Comercio de Drogas Uberaba Ltda. Desde março de 2003 é membro do Conselho Fiscal da CEMIG.

Luiz Otavio Nunes West: O Sr. West nasceu em 24/05/1958. Graduiu-se em Ciências Contábeis pela Fundação Visconde de Cairu em 1982. Foi professor universitário substituto na cadeira de Administração Financeira na universidade Federal da Bahia. Possui larga experiência na coordenação de áreas contábil, fiscal, custos e orçamento nos setores de siderurgia, mineração, petroquímica, agroindustrial e construção civil. Tem seu histórico profissional iniciado em 1974 na Bahia Frutos SA (74/77), Grupo Sibra Eletrosiderurgia Brasileira SA (77/88), Grupo OAS (88/97) e, atualmente, exerce suas funções na CVC/OPPORTUNITY.

Haroldo Guimarães Brasil: O Sr. Guimarães nasceu em 13 de julho de 1962. Formou-se em engenharia elétrica pela PUC de Minas Gerais, e obteve doutorado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1997. Obteve Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1991, e concluiu o Curso de Graduação Técnica do Banco Central (São Paulo, 1994), bem como estudos de pós-graduação em Políticas Públicas pela ENAP de Brasília (1990), e especialização em engenharia econômica pela Fundação Dom Cabral em 1986. É Diretor da Strategor Ltda - Consultoria e Treinamento, Consultor da Fundação de Desenvolvimento de Administração, Professor do Curso de Mestrado em Administração de Empresas da Fundação Pedro Leopoldo, Professor do IBMEC Educacional S.A. e professor convidado do Programa de Mestrado em Administração de Empresas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Fernando Lage de Melo: O Sr. Melo nasceu em 11/11/1956, é brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº M - 400126, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 293756816-53. É formado em engenharia civil pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, em engenharia econômica pela Fundação Dom Cabral e MBA pelo IBMEC.

Luiz Antônio Athayde Vasconcelos: O Sr. Vasconcelos nasceu em 14/01/1954, é brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº M - 4355, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 194921896-15. É formado em ciências econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG, com especialização em Administração Financeira pela Fundação João Pinheiro.

Eduardo Lery Vieira: O Sr. Vieira nasceu em 03/02/1950, é brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº M - 975155, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 079802996-04. É formado em engenharia mecânica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG e MBA pelo IBMEC. Exerceu a Gerência do Departamento de Indústrias de Transformação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG desde 1976.

Franklin Moreira Gonçalves: O Sr. Gonçalves nasceu em 12/10/1970, é brasileiro, casado, tecnólogo, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº M - 5540831, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 754988556-72. É formado em processamento de dados pelo Unicentro Newton Paiva.

Marco Antônio Rodrigues da Cunha: O Sr. Rodrigues da Cunha nasceu em 14/03/1955, é brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº M - 281574, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 292581976-15. É formado em engenharia civil pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, em engenharia econômica pela Fundação Dom Cabral e MBA pelo IBMEC. Trabalha no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG desde 1978.

Luiz Henrique de Castro Carvalho: O Sr. Carvalho nasceu em 07/07/1957, é brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº MG - 1.115.516, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 315051986-15. É formado em engenharia civil pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e MBA pelo IBMEC. Trabalha na Companhia Energética de Minas Gerais desde 1983.

Guilherme Horta Gonçalves Júnior: O Sr. Gonçalves Júnior nasceu em 07/08/1952, é brasileiro, solteiro, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº M - 1622046, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 266078757-34. É formado em ciências econômicas pela Faculdade de Economia do Instituto Bennet de Ensino - RJ e pós graduação pela Fundação Getúlio Vargas- FGV.

Andréa Leandro Silva: A Sra. Leandro Silva nasceu em 15/10/1974, é brasileira, solteira, advogada, residente e domiciliado em São Paulo - SP, portador da Carteira de Identidade nº M 24.481.467-1 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo - SP e do CPF nº 165779628-04. É formada em direito pela Universidade Paulista. Trabalha na AES Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo - SP.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Antônio Renato do Nascimento: O Sr. Nascimento nasceu em 16/02/1944, é brasileiro, solteiro, engenheiro e advogado, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº M – 580979, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 337328178-49. É formado em engenharia mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ, com pós-graduação em engenharia industrial pela FEI/PUCSP e direito pelo Centro de Ensino Superior de Catalão. Trabalha na FOSFERTIL - CVRD desde 1977.

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho: O Sr. Lamounier Bicalho nasceu em 16/09/1941, é brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº MG – 1033867, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 001909696-87. É formado em ciências econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Trabalha na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais.

Ronald Gastão Andrade Reis: O Sr. Andrade Reis nasceu em 17/11/1943, é brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº MG – 104612, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 007237036-04. É formado em administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG. Trabalhou na Companhia Energética de Minas Gerais por 33 anos aposentando na Superintendência de Programação e Controle Financeiro da Companhia.

Augusto César Calazans Lopes: O Sr. Calazans Lopes nasceu em 24/03/1975, é brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado no Rio de Janeiro - RJ, portador da Carteira de Identidade nº 097524730 expedida pelo Instituto Felix Pacheco do Rio de Janeiro e do CPF nº 042980307-92. É formado em ciências contábeis pela Universidade Cândido Mendes e MBA pelo IBMEC. Trabalha na CVC Opportunity Equity Partners.

Ari Barcelos da Silva: O Sr. Barcelos da Silva nasceu em 03/03/1942, é brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado no Rio de Janeiro - RJ, portador da Carteira de Identidade nº 2027107-7 expedida pelo CRA - RJ e do CPF nº 006124137-72. É formado em administração de empresas e ciências contábeis. Trabalhou na ELETROBRAS, ELETRONUCLEAR, CHESF, CEMAR e ELETROSUL.

Aliomar Silva Lima: O Sr. Silva Lima nasceu em 07/10/1953, é brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº MG – 449262, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais - MG e do CPF nº 131654456-72. Trabalhou na Companhia Energética de Minas Gerais por 33 anos aposentando na Superintendência de Recursos Financeiros da Companhia.

Wilton de Medeiros Daher: O Sr. Medeiros nasceu em 05 de fevereiro de 1945, em Natal (RN), é casado, economista, residente e domiciliado em Fortaleza (CE), portador da Carteira de Identidade 823.372, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal – DF e do CPF nº 003.534.355-34. É graduado em Ciências Econômicas (1972 -UERN) e Administração de Empresas (1975 - UERN. CRA/CE-PI, nº 4759). É pós-graduado em Comércio Exterior, Latu Sensu, (1984 – UDF) e BB/MBA – Management Business Administration, pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP – 1994. Concluiu o seu curso de Mestrado em Administração (com concentração em negócios

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

internacionais) pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) – 2005 (Dissertação defendida em 22 JUN 2005). Suas principais atividades acadêmicas foram as seguintes:

- Palestras Proferidas: “A Influência da Ética e da Responsabilidade Social na Reputação Corporativa”, no Auditório da Bolsa Regional de Valores, em 19 NOV 2004;
- “Aspecto Histórico da Globalização Econômica”- Universidade Federal do Ceará, em 06 AGO 2004.
- “Governança Corporativa: Panacéia para os males da empresa?” para alunos do Mestrado em Controladoria da Universidade Federal do Ceará (UFC), em 24 MAR 2006
- Professor de Matemática Comercial e Financeira na Universidade Estadual Vale do Acaraú – 2005/2006

Como trajetória profissional no Banco do Brasil, o Sr. Medeiros foi Assessor da Presidência para assuntos da Área Internacional – 1979/1985, Gerente adjunto da Agência em Lisboa (Portugal) – 1986, Gerente Interino da Agência na cidade de Porto (Portugal) – 1987, Superintendente Estadual Adjunto no Ceará – 1988/1992, Superintendente Estadual no Ceará – 1992/1995.

Em sua vivência empresarial o Sr. Medeiros foi Diretor Executivo da Intercredit Fomento Mercantil Ltda, Ex-membro titular do Conselho Fiscal da Neoenergia S.A.(ex-Guaraniana S.A.), controladora de seis empresas do setor elétrico, com atuação no RN, PE e BA, representando a PREVI, Membro titular do Conselho Fiscal da DURATEX S.A., pertencente ao Grupo Econômico ITAÚSA, representando a PREVI – 2004/2006, Membro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), em São Paulo, Vice-presidente da Federação das Associações do Comércio, Indústria, Serviços e Agropecuária do Ceará (FACIC) - 2006/2009.

Evandro Veiga Negrão de Lima: O Sr Veiga nasceu em 1 de julho de 1939, é brasileiro, casado, residente e domiciliado em Belo Horizonte – MG, portador da Carteira de Identidade nº M 1342795 expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e do CPF nº 000761126-91. Graduiu-se em Medicina em 1964 pela Faculdade de Medicina da UFMG com especialização em Psiquiatria sendo monitor da Cadeira de Medicina Legal pela citada Faculdade. Como experiência profissional, o Sr. Veiga participou de congressos em Miami, Rio de Janeiro, Recife e Belo Horizonte. Fez estágios nas Universidades do Colorado, Denver. Obteve treinamento no Hospital Psiquiátrico Estadual do Colorado, em Pueblo, Estados Unidos. É professor assistente na Faculdade de Medicina da UFMG e médico do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais. Foi Diretor da Associação Comercial de Minas Gerais, vice-presidente do CDEI – Clube dos Dirigentes de Empresas Imobiliárias, vice-Presidente do América Futebol Clube, Diretor da Cobraço – Comercial Brasileira de Aço, Diretor da Cobrafer – Comercial Brasileira de Ferro. Atualmente, exerce as funções de Presidente da Sancruza – Companhia de Engenharia, Agricultura e Urbanização, Presidente do Pampulha late Clube, desde 2002, Sócio proprietário da NL Construções e Incorporações Ltda, LL Administradora de Imóveis e proprietário da Veiga e Lima Administradora de Imóveis.

Eduardo Leite Hoffman: O Sr Hoffman nasceu em 29/01/1961. É graduado em Engenharia (Faculdade de Ciências Tecnológicas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Possui MBA em Finanças (IBMEC- Business School). Suas principais palestras e trabalhos apresentados foram:

- “the Distribution regulation of electric Energy in Brazil and its impacts-International UIE conference-eletricity for a sustainable Urban Develepmnt. EDP-Eletricidade de Portugal (Lisboa 2000);
- Compromisso com a Qualidade-Modernização do Setor Elétrico 2000;
- IIR - Conferences – Institute for international Research. (Sao Paulo-2000);

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

- A Regulação do Mercado de Energia Elétrica no Estado de São Paulo;
- Curso de atualização comercial e aplicação de energia, Centrais elétricas Brasileiras-ELETOBRAS e Universidade Mackenzie. (São Paulo- 1999);
- Comercialização, distribuição, e Transmissão de energia – Estratégias e Competitividade Presidência da Mesa;
- Abertura da conferência e Mediação dos Debates. IBC International
- Business Communications (São Paulo-1998)
- Advanced International Regulatory Course - USEA – United States energy association
- USAID - United States Agency for International development - NRRI- National regulatory Research Institute - Columbus, Ohio – 1999.

Como trajetória profissional na Companhia Paulista Força e Luz o Sr. Hoffman foi coordenador do Projeto de desenvolvimento e implantação da primeira central telefônica unificada, gerente do setor de mercado comercial e residencial, Gerente do setor de desenvolvimento comercial, gerente da divisão comercial de ribeirão Preto, Gerente do Distrito de Ribeirão Preto e Gerente do Departamento comercial – (1978/1996). Em sua vivência Profissional o Sr Eduardo Leite Hoffman foi Assistente do Coordenador do Projeto de Criação da Comissão de Serviços Públicos de Energia junto à Secretaria de Estado de Energia e Assistente do Comissário Geral da Comissão de Serviços Públicos de Energia instituído pelo governo do Estado de São Paulo – 1996/1999, Consultor da Bandeirante Energia S. A – 1999/2003, Diretor de Regulação da EDP Brasil S. A- 2003, Consultor da Eletropaulo Metropolitana eletricidade de São Paulo S. A - 2004.

Lauro Sergio Vasconcelos David: O Sr Vasconcelos nasceu em 04/04/1968, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Belo Horizonte (MG), portador da Carteira de Identidade m.3.373627, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Minas Gerais. É graduado em Administração de Empresas pela Champagnat (1990) com Pós-graduação em Administração financeira pela Fundação Dom Cabral. Possui curso de especialização em Controladoria e Finanças pela FACE-UFMG. Concluiu o seu curso de Mestrado em Gestão Empresarial pela Amana- Key- 1998. Como trajetória profissional na CEMIG, o Sr. Vasconcelos foi Gerente de Programação e Controle Financeiro (1993-1998), Gerente de Orçamento e Custos (1999-2005), Superintendente de Controle e Gestão Empresarial (maio/2005).

Em sua vivência profissional o Sr. Vasconcelos participou dos seguintes projetos específicos:

- Participação na implementação do Projeto de Balanced Scorecard da Cemig (2003), como coordenador da Diretoria de Finanças e Participações- DFN;
- Participação no Projeto de Reestruturação Organizacional da Cemig como representante da Superintendência de Controle e Programação Financeira- FN (2001);
- Secretário Executivo do Comitê de priorização de Orçamento - CPO da Cemig (1998-2005);
- Membro do Comitê de Negociação Sindical (desde 2003);
- Diretor financeiro do Clube de Investimentos da Cemig - CLIC (2001-2005);
- Presidente do Clube (desde abril/2005).

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2005

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE AGO	2 - DATA DO EVENTO 28/04/2006	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS 125.233	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS 95	5 - ACORDO DE ACIONISTAS NÃO	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO NÃO
------------------------	----------------------------------	--	---------------------------------------	---------------------------------	---

7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO

8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL
9 - QUANTIDADE (Unidade) 34.748.511,629	11 - QUANTIDADE (Unidade) 89.304.232,604	13 - QUANTIDADE (Unidade) 124.052.744,233
10 - Percentual 49,03	12 - Percentual 97,84	14 - Percentual 76,50

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF							
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR			
001	ESTADO DE MINAS GERAIS	36.116.305	50,96	151.309	0,17	36.267.614	22,37	28/04/2006	BRASILEIRA	SIM	MG
002	SOUTHERN ELECTRIC BRASIL PARTIC. LTDA	23.362.956	32,96	0	0,00	23.362.956	14,41	28/04/2006	BRASILEIRA	NÃO	RJ
003	OUTRAS EMPRESAS DO ESTADO DE M. GERAIS	9.351	0,01	1.754.981	1,92	1.764.332	0,06	28/04/2006	BRASILEIRA	NÃO	
997	AÇÕES EM TESOURARIA	0	0,00	69.128	0,08	69.128	0,06				

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2005

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE AGO	2 - DATA DO EVENTO 28/04/2006	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS 125.233	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS 95	5 - ACORDO DE ACIONISTAS NÃO	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO NÃO
------------------------	----------------------------------	--	---------------------------------------	---------------------------------	---

7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO

8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL
9 - QUANTIDADE (Unidade) 34.748.511,629	11 - QUANTIDADE (Unidade) 89.304.232,604	13 - QUANTIDADE (Unidade) 124.052.744,233
10 - Percentual 49,03	12 - Percentual 97,84	14 - Percentual 76,50

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF				
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
998	OUTROS							
11.385.556	16,07	89.304.233	97,83	100.689.789	63,10			
999	TOTAL							
70.874.168	100,00	91.279.651	100,00	162.153.819	100,00			

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2005

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM 001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA ESTADO DE MINAS GERAIS	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 28/04/2006			
1 - ITEM	2 - NOME/FRAÇÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS ⁹ - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2005

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
1 - ITEM	2 - NOME/FRAÇÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS ⁹ - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	
002001	CAYMAN ENERGY TRADERS		NORTE AMERICANA			
321.480.876	91,75	0	0,00	321.480.876	91,75	29/04/2002
002002	524 PARTICIPAÇÕES		BRASILEIRA			
28.913.419	8,25	0	0,00	28.913.419	8,25	29/04/2002
002999	TOTAL			350.394.295	100,00	

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2005

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM 002001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA CAYMAN ENERGY TRADERS	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 29/04/2002			
1 - ITEM	2 - NOME/FRAÇÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS ⁹ - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2005

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM 002002	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA 524 PARTICIPAÇÕES	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 29/04/2002	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS ⁹ - % (Unidades)	9 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC. (Unidades)

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2005

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM 003	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA OUTRAS EMPRESAS DO ESTADO DE M. GERAIS	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 28/04/2006	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS ⁹ - % (Unidades)	9 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	10 - %	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC. (Unidades)

Data-Base - 31/12/2005

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração: 30/04/2002

2- ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Mil)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	NOMINATIVA	0,0100000000	70.874.168	708.741	708.741
02	PREFERENCIAIS	NOMINATIVA	0,0100000000	91.279.651	912.797	912.797
03	PREFERENCIAIS CLASSE A			0	0	0
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			162.153.819	1.621.538	1.621.538

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2005

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	30/04/2002	1.621.538	31.543	CONTA RESULTADOS A COMPENSAR	3.154.320	0,0100000000

Data-Base - 31/12/2005

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

04.03 - BONIFICAÇÃO / DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA APROVAÇÃO	3 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO ANTES DA APROVAÇÃO (Reais)	4 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO DEPOIS DA APROVAÇÃO (Reais)	5 - QUANTIDADE DE AÇÕES ANTES DA APROVAÇÃO (Mil)	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES DEPOIS DA APROVAÇÃO (Mil)
01	30/04/2002	0,0100000000	0,0100000000	158.999.498	162.153.819

Data-Base - 31/12/2005

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Mil)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
0	0	

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1- ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Mil)
---------	-------------	------------	---

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2005

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

05.01 - AÇÕES EM TESOURARIA

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	3 - CLASSE	4 - REÚNIO	5 - PRAZO PARA AQUISIÇÃO	6 - QUANTIDADE A SER ADQUIRIDA (Mil)	7 - MONTANTE A SER DESEMBOLSADO (Reais Mil)	8 - QUANTIDADE JÁ ADQUIRIDA (Mil)	9 - MONTANTE JÁ DESEMBOLSADO (Reais Mil)
01	PREFERENCIAIS		27/06/1996	JÁ ADQUIRIDO	69.128	0	69.128	2.214

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2005

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - PROVENTO	3 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	4 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	5 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	6 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO	8 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	9 - CLASSE DAS AÇÕES	10 - MONTANTE DO PROVENTO (Reais Mil)	11 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
01	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	20/05/2002	31/12/2003	-1.001.833	0,0007403537	PREFERENCIAL		67.528	22/12/2003
02	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	20/05/2002	31/12/2003	-1.001.833	0,0007403537	ORDINÁRIA		52.472	22/12/2003
03	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	19/12/2002	31/12/2003	-1.001.833	0,0006169614	PREFERENCIAL		56.290	22/12/2003
04	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	19/12/2002	31/12/2003	-1.001.833	0,0006169614	ORDINÁRIA		43.710	22/12/2003
05	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	28/11/2003	31/12/2003	1.197.642	0,0009254420	PREFERENCIAL		84.438	28/12/2004
06	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	28/11/2003	31/12/2003	1.197.642	0,0009254420	ORDINÁRIA		65.561	28/12/2004
07	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	18/12/2003	31/12/2003	1.197.642	0,0006169610	PREFERENCIAL		56.292	28/12/2004
08	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	18/12/2003	31/12/2003	1.197.642	0,0006169610	ORDINÁRIA		43.707	28/12/2004
09	DIVIDENDO	AGO/E	30/04/2004	31/12/2003	1.197.642	0,0004349210	PREFERENCIAL		39.682	28/12/2004
10	DIVIDENDO	AGO/E	30/04/2004	31/12/2003	1.197.642	0,0004349210	ORDINÁRIA		30.812	28/12/2004
11	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	31/05/2004	31/12/2004	296.423	0,0012339228	ORDINÁRIA		87.416	30/06/2005
12	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	31/05/2004	31/12/2004	296.423	0,0012339228	PREFERENCIAL		112.584	30/06/2005
13	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	26/08/2004	31/12/2004	556.813	0,0006169610	PREFERENCIAL		56.292	30/06/2005
14	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	26/08/2004	31/12/2004	556.813	0,0006169610	ORDINÁRIA		43.707	30/06/2005
15	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	30/11/2004	31/12/2004	934.841	0,0010488340	PREFERENCIAL		95.696	30/06/2005
16	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	30/11/2004	31/12/2004	934.841	0,0010488340	ORDINÁRIA		74.304	30/06/2005
17	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	27/12/2004	31/12/2004	934.841	0,0024678500	PREFERENCIAL		22.517	29/12/2005
18	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	27/12/2004	31/12/2004	934.841	0,0024678500	ORDINÁRIA		17.483	29/12/2005
19	DIVIDENDO	AGO	29/04/2005	31/12/2005	1.384.801	0,0011253390	ORDINÁRIA		79.757	29/12/2005
20	DIVIDENDO	AGO	29/04/2005	31/12/2005	1.384.801	0,0011253390	PREFERENCIAL		102.643	29/12/2005
21	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	29/06/2005	31/12/2005	554.721	0,0017460010	ORDINÁRIA		123.746	30/06/2006
22	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	29/06/2005	31/12/2005	554.721	0,0017460010	PREFERENCIAL		159.254	30/06/2006
23	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	27/10/2005	31/12/2005	2.003.399	0,0012030750	ORDINÁRIA		85.231	30/06/2006
24	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	27/10/2005	31/12/2005	2.003.399	0,0012030750	PREFERENCIAL		109.769	30/06/2006

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2005

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - PROVENTO	3 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE EVENTO	4 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	5 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	6 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO	8 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	9 - CLASSE DAS AÇÕES	10 - MONTANTE DO PROVENTO (Reais Mil)	11 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
25	DIVIDENDO	RCA	07/12/2005	31/12/2005	2.003.399	0,0055341440	ORDINÁRIA		392.061	27/01/2006
26	DIVIDENDO	RCA	07/12/2005	31/12/2005	2.003.399	0,0055341440	PREFERENCIAL		504.939	27/01/2006
27	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	21/12/2005	31/12/2005	2.003.399	0,0009686290	ORDINÁRIA		68.621	30/06/2006
28	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	21/12/2005	31/12/2005	2.003.399	0,0009686290	PREFERENCIAL		88.378	30/06/2006
29	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	27/04/2006	31/12/2006	339.727	0,0010430782	ORDINÁRIA		73.896	30/06/2007
30	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	27/04/2006	31/12/2006	339.727	0,0010430782	PREFERENCIAL		95.171	30/06/2007
31	DIVIDENDO	AGO	28/04/2006	31/12/2006	339.727	0,0028500496	ORDINÁRIA		201.909	30/06/2007
32	DIVIDENDO	AGO	28/04/2006	31/12/2006	339.727	0,0028500496	PREFERENCIAL		260.041	30/06/2007
33	DIVIDENDO	RCA	29/06/2006	31/12/2006	339.727	0,0004719750	ORDINÁRIA		76.500	10/08/2006
34	DIVIDENDO	RCA	29/06/2006	31/12/2006	339.727	0,0004719750	PREFERENCIAL		76.500	10/08/2006

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2005

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL SOCIAL	6 - CONVERTE EM VOTO	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10	PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R\$/AÇÃO	14 - CUMULATIVO	15 - PRIORITÁRIO	16 - CALCULADO SOBRE		
01	PREFERENCIAL		56,29	NÃO		NÃO		0,00	SIM
NÃO	MÍNIMO	10,00	0,00000	NÃO		SIM	CAPITAL SOCIAL		
02	ORDINÁRIA	43,71	NÃO			PLENO		80,00	
		0,00	0,00000						

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO 30/12/2005	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO) 50,00
--	---

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
SIM	5.438	MENSAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2005

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2004

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2003

4- ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	259.805	110.101	92.119
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	1.247	272	454
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	83.269	79.809	70.764
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	153.471	106.909	105.156
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	2.003.399	1.384.801	1.197.642
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2005

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA	7 - TIPO DE EMPRESA
01	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	06.981.180/0001-16	FECHADA CONTROLADA	100,00	32,17	
02	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	06.981.176/0001-58	FECHADA CONTROLADA	100,00	40,64	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	1a.
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2001/080
4 - DATA DO REGISTRO CVM	03/12/2001
5 - SÉRIE EMITIDA	1A
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/11/2001
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/11/2009
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,2%
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	312.500
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	31.250
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	22.348
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	8.902
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	01/11/2005
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/11/2006

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	02
2 - Nº ORDEM	1b
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2001/081
4 - DATA DO REGISTRO CVM	03/12/2001
5 - SÉRIE EMITIDA	2A
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/11/2001
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/11/2011
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	IGPM + 12,7%
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	312.500
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	31.250
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	31.250
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/11/2006

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	03
2 - Nº ORDEM	2a
3 - Nº REGISTRO NA CVM	NÃO SE APLICA NESTE CASO
4 - DATA DO REGISTRO CVM	
5 - SÉRIE EMITIDA	1A
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	30/09/2002
9 - DATA DE VENCIMENTO	30/09/2027
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SUBORDINADA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	S/ PAGTO JUROS
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	22.500
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	2.250
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	2.250
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	30/09/2027

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	04
2 - Nº ORDEM	2b
3 - Nº REGISTRO NA CVM	NÃO SE APLICA NESTE CASO
4 - DATA DO REGISTRO CVM	
5 - SÉRIE EMITIDA	2A
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	22/12/2003
9 - DATA DE VENCIMENTO	22/12/2028
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	S/ PAGTO JUROS
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	22.500
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	2.250
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	2.250
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	22/12/2028

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	05
2 - Nº ORDEM	3a
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2004/015
4 - DATA DO REGISTRO CVM	19/07/2004
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/06/2004
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/06/2014
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	IGPM +10,5%
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	230.420
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	23.042
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	23.042
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/06/2006

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	06
2 - Nº ORDEM	4a
3 - Nº REGISTRO NA CVM	NÃO SE APLICA NESTE CASO
4 - DATA DO REGISTRO CVM	
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	28/12/2004
9 - DATA DE VENCIMENTO	28/12/2029
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SUBORDINADA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	S/ PAGTO JUROS
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	22.500
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	2.250
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	2.250
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	28/12/2029

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	07
2 - Nº ORDEM	5a
3 - Nº REGISTRO NA CVM	NÃO SE APLICA NESTE CASO
4 - DATA DO REGISTRO CVM	
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	29/12/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	29/12/2005
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SUBORDINADA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	S/ PAGTO JUROS
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	22.500
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	2.250
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	2.250
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	29/12/2030

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Fomos constituídos em Minas Gerais em 22 de maio de 1952 como sociedade de economia mista com responsabilidade limitada e prazo indeterminado de duração, de acordo com a Lei Estadual de Minas Gerais N.º 828, de 14 de dezembro de 1951, e o regulamento que a implementou, Decreto Estadual de Minas Gerais N.º 3.710 de 20 de fevereiro de 1952. Nossa sede social está estabelecida na Avenida Barbacena, 1.200, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Nosso principal número de telefone é (55-31) 3299-3711.

Com o fim de atender disposições legais e regulatórias de acordo com as quais fomos obrigados a proceder à desverticalização de nossos negócios verticalmente integrados, constituímos duas subsidiárias integrais da CEMIG - Cemig Geração e Transmissão S.A., designada Cemig Geração e Transmissão, e Cemig Distribuição S.A., designada Cemig Distribuição. A Cemig Geração e Transmissão e a Cemig Distribuição foram criadas para realizar as atividades de geração e transmissão, e distribuição, respectivamente.

A Constituição Brasileira prevê que o desenvolvimento, a exploração e comercialização de energia poderão ser realizados diretamente pelo Governo Federal ou indiretamente por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, o setor energético brasileiro tem sido dominado por concessionárias de geração, transmissão e distribuição controladas pelos Governos Federal e Estaduais. Nos últimos anos, o Governo Federal tomou diversas medidas para reestruturar o setor elétrico. De modo geral, essas medidas visavam o aumento do papel do investimento privado e a eliminação das restrições a investimentos estrangeiros, para, desta forma, ampliar a concorrência no setor energético.

Em particular, o Governo Federal adotou as seguintes medidas:

Em 1990, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Desestatização visando à transferência para o setor privado de certas empresas controladas por ele, inclusive empresas do setor elétrico.

A Constituição brasileira foi emendada em 1995 para autorizar investimentos estrangeiros no setor de geração de energia. Antes desta emenda, todas as concessões de geração eram detidas por pessoas físicas brasileiras ou pessoas jurídicas controladas por pessoas físicas brasileiras ou pelos Governos Federal ou Estaduais.

O Governo Federal promulgou a Lei no 8.987 em 13 de fevereiro de 1995, ou Lei de Concessões, e a Lei no 9.074 em 7 de julho de 1995, ou Lei de Concessões de Energia, que em conjunto:

- o Exigiram que todas as concessões para prestação de serviços relacionados à energia sejam outorgadas por meio de processos de licitação pública;
- o Gradualmente permitiram que certos consumidores de energia elétrica com demanda significativa (em geral superior a 3 MW), designados Consumidores Livres, adquirissem energia diretamente de fornecedores detentores de concessão, permissão ou autorização;
- o Previram a criação de empresas de geração, ou Produtores Independentes de Energia Elétrica, que, por meio de concessão, permissão ou autorização,

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

podem gerar e vender, no todo ou em parte, a sua energia a Consumidores Livres, concessionárias de distribuição e agentes comercializadores, dentre outros;

- o Concederam aos Consumidores Livres e aos fornecedores de energia elétrica pleno acesso a todos os sistemas de distribuição e transmissão; e
- o Eliminaram a necessidade de outorga de concessão para a construção e operação de projetos de energia com capacidade entre 1 MW a 30 MW, ou Pequenas Centrais Hidrelétricas.

A partir de 1995, uma parcela das participações de controle, detidas pela Eletrobrás e por vários Estados em empresas de geração e distribuição de energia, foi vendida a investidores privados. Ao mesmo tempo, certos governos estaduais também venderam suas participações em companhias de distribuição de grande porte. Enquanto a maioria das empresas de distribuição foi privatizada, a maior parte da capacidade de geração ainda é controlada pela Eletrobrás, por meio das suas subsidiárias CHESF, Eletronorte e Furnas.

Em 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.648, ou Lei do Setor Elétrico, para reformar a estrutura básica do setor de energia. A Lei do Setor Elétrico previu o seguinte:

- O estabelecimento de um órgão auto-regulado, responsável pela operação do mercado de energia de curto prazo, ou Mercado Atacadista de Energia, o qual substituiu o sistema anterior de preços de geração regulados e contratos de fornecimento;

- A exigência de que as companhias de distribuição e geração celebrassem contratos de fornecimento de energia iniciais, ou Contratos Iniciais, geralmente com compromissos "take or pay", a preços e volumes aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A principal finalidade dos Contratos Iniciais era assegurar às companhias de distribuição um fornecimento de energia estável, a preços que garantissem taxa fixa de retorno às companhias de geração de eletricidade, durante o período de transição levando ao estabelecimento de um mercado de energia livre e competitivo;

- A criação do Operador Nacional do Sistema Elétrico, ou ONS, uma entidade privada sem fins lucrativos responsável pelo gerenciamento operacional das atividades de geração e transmissão do Sistema Interligado Nacional; e

- O estabelecimento de processos licitatórios para concessões que visam à construção e operação de usinas e de instalações de transmissão, adicionalmente aos requisitos de participação em licitações exigidos pela Lei de Concessões e pela Lei de Concessões de Energia.

Em 2001, o Brasil enfrentou uma séria crise energética que durou até o final do primeiro trimestre de 2002. Em decorrência deste fato, o Governo Federal implementou medidas que incluíram:

- Um programa de racionamento do consumo de energia nas regiões mais gravemente afetadas pela crise, quais sejam, as regiões sudeste, centro-oeste e nordeste do Brasil; e

- A criação da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, ou GCE, a qual aprovou uma série de medidas emergenciais que previam reduzidas metas de consumo de energia para consumidores residenciais, comerciais e industriais nas regiões afetadas, mediante a introdução de regimes tarifários especiais que incentivavam a redução do consumo de energia.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Em março de 2002, a GCE suspendeu as medidas emergenciais e o racionamento de energia, em decorrência de grande aumento na oferta (em função de uma elevação significativa dos níveis dos reservatórios) e de redução moderada da demanda. Por conseguinte, o Governo Federal promulgou novas medidas em abril de 2002 que, dentre outras coisas, estabeleceram a recomposição tarifária extraordinária, ou RTE, para compensar os prejuízos financeiros incorridos pelos fornecedores de energia elétrica em função do programa de racionamento compulsório de energia. Para obter informações adicionais acerca do racionamento, vide "Racionamento e Aumentos Tarifários Extraordinários".

Em 17 de dezembro de 2002, com a promulgação da Lei nº 10.604, o Governo Federal concedeu subsídio às companhias de distribuição, de modo a contribuir com a modicidade das tarifas cobradas de consumidores de baixa renda.

Em 15 de março de 2004, o Governo Federal promulgou a Lei nº 10.848, ou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, em um esforço para reestruturar o setor elétrico, tendo como principal objetivo o de propiciar aos consumidores garantia de suprimento de energia, combinada com modicidade tarifária. Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal publicou o Decreto nº 5.163, o qual disciplina a comercialização de energia, nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, bem como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de energia. Incluem-se aí normas relativas a procedimentos de leilão, a forma dos contratos de compra e venda de energia e os métodos de repasse dos custos aos consumidores finais.

Em 4 de agosto de 2004, o Estado de Minas Gerais promulgou a Lei 15.290 que rege a reestruturação societária da CEMIG. Subseqüentemente, a ANEEL, mediante a Resolução 407/2004 datada de 23 de dezembro de 2004, aprovou nossa proposta de transferência das concessões, ativos e passivos às duas novas empresas criadas, sendo a CEMIG mantida como companhia holding. Em 30 de dezembro de 2004, a assembleia geral extraordinária da CEMIG autorizou a transferência de ativos e passivos da CEMIG às duas subsidiárias integrais - Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição. Em consequência deste processo, os ativos e passivos de geração e os ativos de transmissão foram transferidos à Cemig Geração e Transmissão, e os ativos de distribuição à Cemig Distribuição. A Cemig Geração e Transmissão e a Cemig Distribuição iniciaram operações em 1º de janeiro de 2005. As redes e linhas de distribuição e outros ativos e passivos relacionados às atividades de distribuição de energia elétrica da CEMIG foram transferidos através de Assembleias Gerais datadas de: 30/12/2004, 18/02/2005 e 29/07/2005, para a Cemig Distribuição S.A. Da mesma forma, as usinas, linhas de transmissão e outros ativos e passivos relacionados às atividades de geração e transmissão de energia elétrica da Companhia, incluindo os consórcios para produção de energia elétrica, foram transferidos, para a Cemig Geração e Transmissão S.A.

A ANEEL homologou de forma definitiva a transferência das concessões de distribuição e de transmissão de energia elétrica. A transferência das concessões

Reapresentação Espontânea

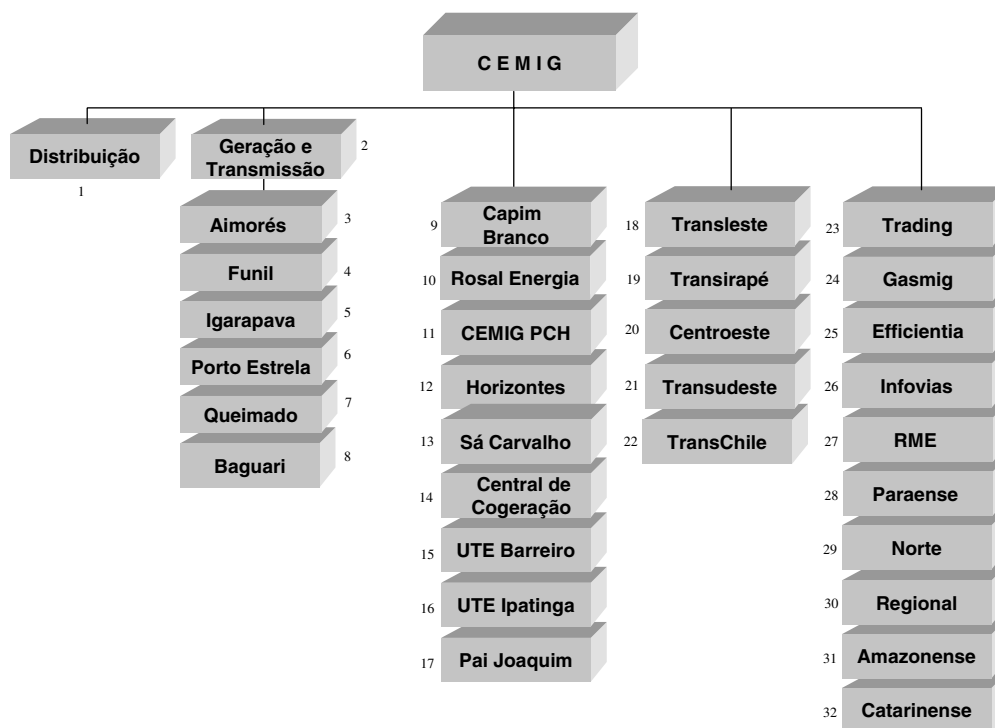
00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

de geração está em processo de aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – “ANEEL”.

O quadro a seguir apresenta nossa estrutura societária:



Por intermédio de nossas subsidiárias, somos a maior concessionária integrada de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica do Brasil. Operamos nossos negócios de geração, transmissão e distribuição de acordo com contratos de concessão celebrados com o Governo Federal. Até 1997, detínhamos concessões individuais relativas a cada uma de nossas centrais geradoras e relativas a várias regiões dentro de nossa área de distribuição. Em 10 de julho de 1997, celebramos novos contratos de concessão com a ANEEL, que consolidaram nossas várias concessões de geração num único contrato e nossas várias concessões de distribuição em quatro concessões de distribuição cobrindo as regiões norte, sul, leste e oeste de Minas Gerais. Na mesma data, celebramos também um novo contrato de concessão com a ANEEL, relativo às nossas operações de transmissão.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Em 31 de março de 2006, geramos eletricidade em 50 usinas hidrelétricas, quatro usinas termelétricas e uma usina eólica, com capacidade instalada total de geração de 6.146 MW, respondendo as usinas hidrelétricas por 5.961 MW desse total. Na mesma data, detínhamos e operávamos 4.892 quilômetros de linhas de transmissão e 398.682 quilômetros de linhas de distribuição. Detemos concessões para distribuição de eletricidade em 96,7% do território de Minas Gerais.

O setor elétrico brasileiro passou por extensa reestruturação regulatória, em consequência da qual nossos negócios de geração, transmissão e distribuição de eletricidade estão e continuarão a estar sujeitos a aumento de concorrência.

Acordo de Acionistas

Relativamente à venda ocorrida em 1997 de aproximadamente 33% de nossas ações à Southern Electric Brasil Participações Ltda, a Southern e o Governo Estadual celebraram acordo de acionistas que continha disposições sobre quorum qualificado e veto conferindo à Southern o controle mais amplo sobre certas deliberações. Em 1999, após tomar posse, o Governo Estadual ajuizou ação visando a anular o acordo de acionistas sob o fundamento de que essas disposições especiais constituíam transferência ilícita do controle da CEMIG à Southern à luz dos princípios da Constituição Federal do Brasil bem como pleiteando que o Governo Estadual somente poderia ceder controle da Companhia de acordo com legislação estadual específica que assim dispusesse.

Em 21 de março de 2000, a Primeira Vara da Fazenda Pública e Autarquias em Belo Horizonte proferiu sentença declarando o acordo de acionistas nulo de pleno direito e essa decisão foi ratificada em 7 de agosto de 2001 pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Atualmente, o Governo Estadual retomou sua posição de acionista controlador e nenhuma das disposições sobre quorum qualificado ou veto encontra-se em vigor. Foi apresentado recurso da sentença ao Superior Tribunal de Justiça. Em dezembro de 2003, o Tribunal de Justiça ratificou a sentença proferida. A decisão do Superior Tribunal de Justiça está sujeita a recurso e, portanto, a eficácia do acordo de acionistas e controle da CEMIG permanecem sujeitos a contestação no Supremo Tribunal Federal.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Visão Geral do Sistema Elétrico Brasileiro

Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro

O sistema brasileiro de geração e transmissão de energia elétrica é um grande sistema hidro e termelétrico, composto predominantemente por usinas hidrelétricas com múltiplos proprietários. O Sistema Interligado Nacional – SIN, ou a Rede Brasileira, é formado por empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte. Somente 3,4% da capacidade de geração de energia do Brasil estão localizados fora do SIN, em pequenos sistemas isolados, em sua maioria, na região Amazônica.

Com a alta taxa de crescimento do sistema elétrico, tanto em termos de geração, quanto de transmissão, o processo de interligação está rapidamente avançando e sua complexidade operacional, crescendo de forma proporcional.

Os abundantes recursos hidrológicos do Brasil são administrados por meio de reservatórios de armazenamento. Estima-se que o Brasil apresente potencial de geração de energia hidrelétrica de 260.000 MW, dos quais apenas 27% foram desenvolvidos de acordo com o Comitê Coordenador do Planejamento de Expansão dos Sistemas Elétricos.

A tabela abaixo apresenta a capacidade instalada de geração de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (com exclusão da capacidade dos sistemas isolados e dos auto-produtores), dividida em capacidade de geração hidrelétrica e termelétrica, de 1991 a 2005, em MW.

Ano	Hidrelétrica	Termelétrica
1991	45.808	3.789
1992	46.995	3.672
1993	47.834	3.514
1994	49.136	3.490
1995	50.582	3.490
1996	52.266	3.724
1997	53.664	3.730
1998	55.519	3.903
1999	57.724	4.135
2000	59.452	6.217
2001	61.044	7.096
2002	65.735	9.214
2003	66.321	9.226
2004	68.026	12.577
2005(*)	70.268	13.201

Fonte: Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

O Sistema Interligado Nacional possui uma capacidade instalada de 83,4 GW, da qual aproximadamente 84% é hidrelétrica. A capacidade instalada inclui metade da capacidade instalada de Itaipu - 12.600 MW - detida em partes iguais por Brasil e Paraguai. De acordo com dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, a capacidade instalada do Brasil deverá aumentar para aproximadamente 94 GW até 2009, sendo que 17% deverá ser termelétrica e 83% hidrelétrica. No Brasil, há aproximadamente 49.723 milhas de redes de transmissão com voltagens iguais ou superiores a 230 kV.

Aproximadamente 35% da capacidade de geração instalada e 64% das linhas de transmissão de alta tensão do Brasil são operadas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A., ou Eletrobrás, sociedade de economia mista controlada pelo governo federal brasileiro, ou Governo Federal. A Eletrobrás tem historicamente sido responsável pela implementação de programas de política energética, de preservação e gerenciamento ambiental. Controla cinco subsidiárias responsáveis pela geração, transmissão e distribuição de energia no norte, nordeste e sudeste do Brasil: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., ou Eletronorte; Companhia Hidroelétrica do São Francisco, ou CHESF Furnas Centrais Elétricas S.A., ou Furnas; Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE e Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. - Eletrosul. Contudo, em consequência da reestruturação do setor elétrico brasileiro, essas empresas federais têm modificado seus papéis, passando de concessionárias de desenvolvimento regional a empresas de geração e/ou transmissão que atuam no mercado competitivo. A Eletrobrás também controla a Eletrobrás Termonuclear S.A., ou Eletronuclear, constituída a partir de uma cisão parcial de Furnas. As redes de transmissão de alta tensão restantes são detidas por empresas elétricas estaduais. A atividade de distribuição é conduzida por aproximadamente 60 concessionárias estaduais ou municipais que foram, em sua maioria, recentemente privatizadas pelo Governo Federal ou por governos estaduais.

Oferta e Procura de Energia Elétrica

Entre 1986 e 2005, o consumo de energia no Brasil cresceu aproximadamente 3,7% ao ano (de 166,7 GWh para 335,4 GWh), o número de consumidores aumentou aproximadamente 4,2% ao ano (de 25.900 mil a 56.640 mil) e a capacidade instalada total aumentou em mais de 4,2% ao ano (de 43.264 MW para 93.728 MW). A tabela abaixo apresenta o crescimento do consumo de energia, da população e a taxa de crescimento do produto interno bruto, ou PIB, do Brasil, entre 1986 e 31 de dezembro de 2005.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Ano	Consumo de Energia (em GWh)	Consumo de Energia (% de crescimento)	Crescimento do PIB (%)	População (em milhões)
1986	166.7	10.6	7.5	137.7
1987	181.3	7.4	3.5	140.3
1988	191.8	5.8	(0.1)	142.8
1989	200.5	4.5	3.2	145.2
1990	204.4	2.0	(4.3)	147.6
1991	213.5	4.4	1.0	149.9
1992	217.4	1.8	(0.5)	152.2
1993	226.2	4.0	4.9	154.5
1994	231.6	2.4	5.9	156.8
1995	248.7	7.4	4.2	159.0
1996	259.3	4.3	2.7	161.2
1997	276.8	6.7	3.3	163.4
1998	287.5	3.9	0.1	165.7
1999	292.7	1.8	0.8	167.9
2000	307.5	5.1	4.4	170.1
2001	283.3	(7.9)	1.3	172.4
2002	290.5	2.5	1.9	174.6
2003 ⁽¹⁾	307.0	5.7	0.5	179
2004	[320.8]	[4.5]	[5.2]	[183.4 ⁽²⁾]
2005	335.4	4.6	2.6	184.2 ⁽²⁾

(1) Informação atualizada

(2) Previsão do IBGE

Fontes: Sistema de Informações Empresariais do Setor de Energia Elétrica, ou SIESE; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou IBGE; e o Ministério de Minas e Energia – MME.

Entre 1986 e o final de 2005, o consumo de energia elétrica no Brasil, em regra, cresceu a uma taxa mais alta do que o PIB do país, com exceção dos anos de 1993 e 1994, nos quais as indústrias de uso intensivo de mão-de-obra reduziram sua produção. Mesmo nos anos em que o PIB apresentou crescimento negativo, o consumo de energia aumentou. O crescimento do consumo de energia total teve média de 5,6% ao ano entre 1970 e 2005. De acordo com os estudos de previsão do consumo de energia, realizado pelo Comitê Técnico de Estudos de Mercado (CTEM) da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), para o Ciclo de Planejamento de 2005, a taxa brasileira de crescimento do consumo de energia deverá atingir uma média de 5,4% ao ano, durante os próximos cinco anos. A tabela abaixo ilustra a previsão para as taxas de crescimento do consumo de energia por região:

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Período	Norte Interligado	Nordeste Interligado	Sudeste/Centro-Oeste Interligado	Sul Interligado	Média Brasileira
2005-2010	5.5%	5.2%	5.0%	4.7%	5.1%

Fonte: – CTEM/EPE – Ciclo de Planejamento de 2005

A tabela a seguir fornece informações relativas aos riscos de um déficit energético superior a 5% do mercado de cada subsistema, nas regiões Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Nordeste, durante os próximos anos.

Região	Probabilidade de Escassez de Energia (%)				
	2006	2007	2008	2009	2010
Sul	0.0	0.3	1.1	3.3	5.0
Sudeste/Centro-Oeste	0.0	0.5	1.0	2.7	4.3
Norte	0.1	1.4	1.7	3.8	7.7
Nordeste	0.1	1.6	5.2	12.1	12.7

Fonte: Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, Planejamento Operacional Mensal, janeiro de 2006. O aumento do risco de um déficit energético superior a 5% demonstrado nos anos de 2009 e 2010 na tabela acima se deve à exclusão do estudo das novas usinas, que fizeram parte do leilão de energia nova, ocorrido em dezembro de 2005. Espera-se que tais usinas sejam incluídas pelo ONS no próximo estudo de planejamento operacional mensal.

Histórico

A Constituição Brasileira prevê que o desenvolvimento, uso e venda de eletricidade poderão ser promovidos diretamente pelo Governo Federal ou indiretamente por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, o setor energético brasileiro tem sido dominado por concessionárias de geração, transmissão e distribuição controladas pelos Governos Federal e Estaduais. Nos últimos anos, o Governo Federal tomou diversas medidas para reestruturar o setor energético. De modo geral, essas medidas visavam ao crescimento do papel do investimento privado e à eliminação das restrições a investimentos estrangeiros, aumentando desta forma a concorrência no setor energético.

Em particular, o Governo Federal tomou as seguintes medidas:

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

- Em 1990, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Privatização visando à transferência para o setor privado de certas empresas controladas por ele, inclusive empresas do setor energético.
- A Constituição brasileira foi emendada em 1995 para autorizar investimento estrangeiro no setor de geração de energia. Antes desta emenda, todas as concessões de geração eram detidas por pessoas físicas brasileiras ou pessoas jurídicas controladas por pessoas físicas brasileiras ou pelos Governos Federal ou Estaduais.
- O Governo Federal promulgou a Lei No 8.987 em 13 de fevereiro de 1995, ou Lei de Concessões, e a Lei No 9.074 em 7 de julho de 1995, ou Lei de Concessões de Energia, que em conjunto:
 - ✓ exigiam que todas as concessões para prestação de serviços relacionados a energia sejam outorgadas por meio de processos de licitação pública;
 - ✓ gradualmente permitiram que certos consumidores de energia elétrica com demanda significativa (em geral superior a 3 MW), designados Consumidores Livres, comprassem eletricidade diretamente de fornecedores detentores de concessão, permissão ou autorização;
 - ✓ previram a criação de empresas de geração, ou Produtores Independentes de Energia Elétrica, que, por meio de concessão, permissão ou autorização, poderiam gerar e vender, no todo ou em parte, sua eletricidade a Consumidores Livres, concessionárias de distribuição e agentes comercializadores, dentre outros;
 - ✓ concederam aos Consumidores Livres e aos fornecedores de eletricidade pleno acesso a todos os sistemas de distribuição e transmissão; e
 - ✓ eliminaram a necessidade de concessão para a construção e operação de projetos de energia com capacidade de 1 MW a 30 MW, ou Pequenas Centrais Hidrelétricas.
- A partir de 1995, uma parcela das participações de controle detidas pela Eletrobrás e por vários Estados em empresas de geração e distribuição foram vendidas a investidores privados. Ao mesmo tempo, certos governos estaduais também venderam suas participações em

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

companhias de distribuição de porte. Enquanto a maioria das empresas de distribuição foram privatizadas, a maioria da capacidade de geração ainda é controlada pela Eletrobrás, por meio das suas subsidiárias Chesf, Eletronorte e Furnas.

- . Em 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.648, ou Lei do Setor Energético, para reformar a estrutura básica do setor de eletricidade. A Lei do Setor Energético previa o quanto segue:
 - ✓ o estabelecimento de órgão auto-regulado responsável pela operação do mercado de energia de curto prazo, ou Mercado Atacadista de Energia, o qual substituiu o sistema anterior de preços de geração regulados e contratos de fornecimento;
 - ✓ exigência de que as companhias de distribuição e geração celebrassem contratos de fornecimento de energia iniciais, ou Contratos Iniciais, geralmente compromissos de "take or pay", a preços e volumes aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A principal finalidade dos Contratos Iniciais era assegurar às companhias de distribuição acesso a fornecimento de energia estável a preços que garantissem taxa fixa de retorno às companhias de geração de eletricidade durante o período de transição levando ao estabelecimento de um mercado de energia livre e competitivo;
 - ✓ criação do Operador Nacional do Sistema, ou ONS, entidade privada sem fins lucrativos responsável pelo gerenciamento operacional das atividades de geração e transmissão do sistema elétrico interligado; e
 - ✓ estabelecimento de processos licitatórios para concessões que visam à construção e operação de usinas de energia e de instalações de transmissão.
- . Em 2001, o Brasil enfrentou uma séria crise de energia que durou até o final do primeiro trimestre de 2002. Em decorrência deste fato, o Governo Federal implementou medidas que incluíam:
 - ✓ programa de racionamento do consumo de energia nas regiões mais prejudicadas, a saber, regiões sudeste, centro-oeste e nordeste do Brasil; e

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
---	--------------------

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

- ✓ a criação da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, ou GCE, a qual aprovou uma série de medidas de emergência que previam a redução das metas de consumo de energia para consumidores residenciais, comerciais e industriais nas regiões afetadas mediante a introdução de regimes tarifários especiais que encorajavam a redução do consumo de energia.
- Em março de 2002, a GCE suspendeu as medidas de emergência e o racionamento de energia em decorrência de aumento de grande monta do fornecimento (em função de um aumento significativo dos níveis dos reservatórios) e de uma redução moderada da demanda e, por conseguinte, o Governo Federal editou novas medidas em abril de 2002 que, entre outras disposições, estipulavam o reajuste tarifário extraordinário, ou RTE, para compensar os prejuízos financeiros incorridos pelos fornecedores de energia em decorrência do racionamento compulsório de energia. Para obter informações adicionais acerca do racionamento, vide "Racionamento e Aumentos de Tarifa Extraordinários".
- Em 17 de dezembro de 2002, com a promulgação da Lei 10.604, o Governo Federal concedeu subsídio a companhias de distribuição para que contribuíssem com a moderação das tarifas cobradas de consumidores de baixa renda.
- Em 15 de março de 2004, o Governo Federal promulgou a Lei nº 10.848, ou a Lei do Novo Modelo do Setor, em um esforço para reestruturar o setor energético com o objetivo último de propiciar aos consumidores garantia de suprimentos de energia combinada com tarifas baixas. Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal publicou o Decreto 5.163, que rege a compra e venda de eletricidade nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor, bem como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de eletricidade. Incluem-se aí normas relativas a procedimentos de leilão, a forma de contratos de compra e venda de energia e método de repasse dos custos aos consumidores finais.

A Lei do Novo Modelo do Setor ainda está sujeita a regulamentação adicional que será emitida pela ANEEL e pelo MME.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

09.03 - PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

Racionamento e Recomposição Tarifária Extraordinária

A ocorrência de níveis pluviométricos abaixo da média nos anos anteriores a 2001 resultou em baixos níveis dos reservatórios, bem como em baixa capacidade hidrelétrica nas regiões sudeste, centro-oeste e nordeste. As tentativas de reduzir a dependência em usinas hidrelétricas com usinas de geração térmica movidas a gás foram postergadas em função de questões regulatórias e de outra natureza. Em resposta à escassez de energia, em 15 de maio de 2001, o Governo Federal criou a GCE para regular e administrar o programa de redução do consumo de energia, a fim de evitar a interrupção no fornecimento de energia elétrica. Este programa, conhecido como Programa de Racionamento, estabeleceu limites para o consumo de energia dos consumidores industriais, comerciais e residenciais, que variavam de 15% a 25% de redução no consumo de energia, e durou de junho de 2001 a fevereiro de 2002.

Em decorrência do encerramento das medidas de racionamento, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 4.261 de 6 de junho de 2002, extinguiu a GCE e criou a Câmara de Gestão do Setor Elétrico, ou CGSE, para substituir a GCE como coordenadora das medidas de revitalização do setor elétrico e para dar suporte ao Governo Federal no que respeita a questões correlatas.

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 autorizou o Acordo Geral do Setor Elétrico, o qual destinava-se a solucionar questões relativas ao Plano de Racionamento de Energia, prevendo compensação pelos prejuízos relacionados ao racionamento incorridos por empresas de geração e distribuição no Brasil e restaurando o equilíbrio econômico dos contratos de concessão, que foi afetado durante o período de racionamento.

A referida lei autorizou a recomposição tarifária extraordinária, ou RTE, aplicável aos consumidores finais, que compensaria tanto as geradoras quanto as distribuidoras pelos prejuízos relacionados ao racionamento. As tarifas aumentadas vigorarão por um prazo médio de 72 meses a partir de janeiro de 2002. A RTE também cobre prejuízos financeiros decorrentes dos custos que estão fora do controle da distribuidora, denominados custos da Parcela A, de janeiro de 2001 a outubro de 2001, bem como os prejuízos das geradoras incorridos em decorrência do pagamento dos custos de energia livre acima do preço médio dos Contratos Iniciais. O percentual da RTE cobrado dos consumidores residenciais (com exclusão de consumidores de baixa renda), consumidores rurais, iluminação de vias públicas e consumidores industriais de alta tensão cujos custos relacionados à energia elétrica representam pelo menos 18% do custo de produção médio e que cobrem outros critérios foi de 2,9% e o

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

09.03 - PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

percentual da RTE cobrado de todos os demais consumidores foi de 7,9%, gerando uma média ponderada de aumento de 5,87%.

Nos termos da Lei nº 10.438, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ou BNDES, criou um programa especial para financiar 90% dos valores passíveis de recebimento por meio da RTE. Os empréstimos podem ser amortizados ao longo do período de cobrança do aumento tarifário.

Em abril de 2003, o Governo Federal, temendo que os aumentos tarifários pudessem contribuir para uma inflação generalizada no Brasil, decidiu atrasar o aumento das tarifas a que as companhias de distribuição faziam jus, nos termos de resoluções da ANEEL para recuperar a variação intra-anual dos custos da Parcela A. Em 11 de novembro de 2003, com a promulgação da Lei nº 10.792, o Governo Federal implementou um programa emergencial destinado a compensar as companhias de distribuição pelos prejuízos incorridos em função da desconsideração da variação intra-anual dos custos da Parcela A quando dos reajustes tarifários anuais que ocorreram de abril de 2003 a abril de 2004. Este programa garantiu às empresas pertinentes um empréstimo do BNDES sob condições especiais.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Sendo a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, controladora de subsidiárias integrais, cujo somatório dos patrimônios líquidos perfazem um total de 81,46% de seu patrimônio líquido. Todas as informações relativas a essas subsidiárias de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica foram descritas no quadro 19.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

A comercialização de energia elétrica se dá em dois Ambientes de Contratação: Regulado (ACR) e Livre (ACL). Os distribuidores só podem atuar no Ambiente Regulado (ACR) e os geradores atuam nos dois ambientes, mantendo a sua característica competitiva. O Planejamento da Expansão é determinístico e executado pelo Poder Concedente. A seguir uma breve descrição dos dois Ambientes de Contratação (para maiores detalhes vide Decreto 5.163 de 30 de julho de 2004):

- O Ambiente de Contratação Regulada - ACR é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes vendedores e agentes de distribuição, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos;
- O Ambiente de Contratação Livre - ACL é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.

FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não revisado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh		R\$	
	30/09/2005	30/09/2004	30/09/2005	30/09/2004	30/09/2005	30/09/2004
Residencial	4.905.831	4.809.393	4.927.351	4.884.515	2.291.627	1.967.825
Industrial	68.968	68.324	17.157.543	17.222.951	2.164.400	2.648.056
Comércio, Serviços e Outros	536.182	528.986	2.785.454	2.606.594	1.120.834	921.466
Rural	407.675	383.765	1.412.153	1.307.811	347.563	281.629
Poder Público	47.158	46.058	420.178	386.558	161.319	130.206
Iluminação Pública	2.201	2.126	763.170	753.808	183.962	159.777
Serviço Público	7.376	7.246	731.763	713.889	172.985	145.856
Sub-Total	5.975.391	5.845.898	28.197.612	27.876.126	6.442.690	6.254.815
Consumo Próprio	771	1.322	21.389	40.107	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	-	72.635	44.752
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	22.801	18.513
	5.976.162	5.847.220	28.219.001	27.916.233	6.538.126	6.318.080

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Suprimento a Outras						
Concessionárias	9	5	958.353	307.956	68.979	19.004
Transações com energia na CCEE/MAE	-	-	-	-	90.525	10.990
Total	5.976.171	5.847.225	29.177.354	28.224.189	6.697.630	6.348.074

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras – “ELETROBRÁS” reembolsa as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas, em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Sendo a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, controladora de subsidiárias integrais, cujo somatório dos patrimônios líquidos perfazem um total de 81,46% de seu patrimônio líquido, as informações abaixo descrevem o posicionamento do processo competitivo das empresas Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Planejamento Estratégico elaborado em 2003 estabeleceu os fundamentos e as estratégias básicas da CEMIG e dos seus negócios, redefinindo também missão e visão. Em 2004, elaboramos a revisão do direcionamento estratégico para o ciclo 2005-2009, ponderando o ambiente de incertezas oriundo das discussões em andamento para a implantação do Novo Modelo do setor elétrico.

Nossa estratégia se desenvolve sob duas grandes diretrizes do acionista controlador: agregar valor e crescer, condicionadas por uma terceira diretriz – ousar. Este pilar mestre orientou a elaboração do Plano Diretor 2005/2035, que estabelece as bases para os próximos ciclos de planejamento estratégico e para a repactuação do contrato da CRC. Podemos destacar, dentre outros, dois fundamentos do Plano Diretor essenciais para a formulação da estratégia corporativa: expansão até os limites regulatórios (tabela a seguir), com crescimento sustentável – segurança e agregação valor; e revisão do Plano Diretor anualmente, no ciclo do planejamento estratégico.

Brasil e CEMIG – Participação no Mercado Atual e Limite Legal

	Atual	Limite
Geração	6%	20%
Distribuição	11%	20%

Com a definição do marco regulatório e a realização do grande leilão de energia em dezembro de 2004, foram criadas as condições necessárias para a definição de nossa estratégia de expansão explicitada no Plano Diretor. Assim, nossa visão do futuro contempla um grande crescimento, com agregação de valor em todos os negócios, através de construção e aquisições. Alguns passos nesta direção já foram consolidados, como o acordo CEMIG-PETROBRAS que assegura a expansão da GASMIG.

É esperado um movimento de fusões e aquisições onde pretendemos atuar vigorosamente, de forma a nos tornarmos um *player* ainda mais importante no setor elétrico e de energia. Para tanto, buscaremos oportunidades de aquisição de ativos existentes. Também a participação nos leilões da expansão de geração e de transmissão é imperativa.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Alguns passos importantes ainda precisam ser dados. Um deles é o aprimoramento do modelo de gestão corporativo para viabilizar a agregação de valor e crescimento, sobretudo após a desverticalização. Também a consolidação da aplicação do *Balanced Scorecard* – BSC, em toda a Empresa, robustecerá o foco na estratégia. Outro aspecto importante é aprimorar a governança corporativa, buscando políticas e práticas importantes para valorização das ações e de outros ativos emitidos pela Empresa.

Para o segmento distribuição, podemos destacar algumas diretrizes para os próximos anos:

- Priorizar os investimentos de acordo com sua rentabilidade; reduzindo o custo unitário dos investimentos.
- Perseguir continuamente o ajuste à Empresa de Referência e garantir a qualidade do produto e do serviço ao cliente e acordo com as exigências regulatórias.
- Intensificar as ações economicamente sustentáveis de proteção da receita e ativos em relação à inadimplência, perdas e furtos.

Para a geração, buscaremos participação nos grandes projetos estruturantes e investiremos em estudos sobre os empreendimentos hidrelétricos futuros. As parcerias são necessárias na expansão da geração, sobretudo com a busca de complementaridade e com o aprimoramento dos instrumentos contratuais correspondentes. Os riscos sócio-ambientais e os de construção devem ser claramente identificados e estimados.

No segmento transmissão, vamos crescer para ficar entre as cinco maiores empresas em receita permitida no País. Para isto, atuaremos em todo o mercado nacional. Também na expansão da transmissão as parcerias são necessárias, principalmente para estruturar operações financeiras que possibilitem a participação de novos investidores e financiadores. Institucionalmente, deve-se atuar na obtenção de fontes de financiamento mais baratas.

Nossa estratégia financeira busca maximizar os benefícios para nossa estrutura de capital:

- Redução do custo médio ponderado de capital.
- Ampliação do acesso ao mercado financeiro.
- Redução do estoque da dívida de curto prazo.
- Oportunidades de alongamento da dívida tanto local como externa.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Dados esses passos, de fato, pretendemos aproveitar ao máximo todas as oportunidades, e estamos preparados para o desafio de dar um salto em nossa participação no mercado, para atingir o limite regulatório para cada um de nossos negócios.

Esse esforço bem sucedido garantirá nossa posição de liderança em cada um dos segmentos do setor elétrico e na distribuição de gás natural. Para o porte atual da CEMIG, crescer é, simultaneamente, desafio e condição de sobrevivência em um mercado que tende a reduzir, por pressões de escala de um negócio capital-intensivo, o número de empresas do setor.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

POSIÇÃO CEMIG NO SETOR ELÉTRICO

10 Maiores Agentes de Capacidade Instalada no País

Fonte ANEEL – Posição Dez/2004

Classificação	Empresa	Potência Instalada - Kw
1º	Chesf	10.615.131
2º	Furnas	9.656.000
3º	Eletronorte	7.666.616
4º	Cesp	7.455.300
5º	Tractebel	6.503.000
6º	Cemig	6.418.782
7º	Itaipu	6.300.000
8º	Copel	4.546.744
9	Aes Tietê	2.651.350
10º	Duke Energy	2.299.400

10 Maiores Transmissores no País – Extensão de Linhas - Km

Fonte ONS - Posição Dez/2004

Classificação	Empresa	Km de linhas
1º	Chesf	17.042
2º	Furnas	14.720
3º	Cteep Paulista	8.547
4º	Eletronorte	6.795
5º	Eletrosul	6.752
6º	Cemig	4.702
7º	Ceee	4.131
8º	Copel	1.467
9	Novatrans Energia	1.278
10º	Transm. Sudeste Nordeste	1.067

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

5 Maiores Distribuidores – Consumo em GWh

Fonte ABRADDEE - Posição Dez/2004

Classificação	Empresa	Consumo em GWh
1º	CEMIG	36.648
2º	ELETROPAULO	32.668
3º	CPFL	18.917
4º	LIGHT	18.148
5º	COPEL	17.669

5 Maiores Distribuidores – Número de Consumidores

Fonte ABRADDEE - Posição Dez/2004

Classificação	Empresa	Número de Consumidores
1º	CEMIG	5.874.899
2º	ELETROPAULO	5.147.675
3º	COELBA	3.488.492
4º	LIGHT	3.434.922
5º	COPEL	3.180.070

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

A Cemig desenvolve projetos de exploração dos avanços tecnológicos na área energética, incluindo projetos de aproveitamento de fontes alternativas de energia, controle ambiental e otimização do desempenho e da segurança do sistema elétrico de potência. Desde 1999, já foram alocados, para projetos anuais de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, a quantia aproximada de R\$50 milhões (valores históricos), tendo sido transferidos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, um valor equivalente a cerca de R\$60 milhões, não estando incluídos nesses valores aquisições de tecnologia tais como computadores e softwares ou outras tecnologias operacionais para o sistema elétrico. Para o próximo ano (2006), estima-se que os valores a serem despendidos com Projetos de P&D sejam da ordem de R\$35 milhões e uma transferência para o FNDCT/MCT da ordem de R\$20 milhões. Esses esforços são conduzidos de acordo com as leis federais nº 9.991/2000 e 10.848/2004, que requerem que as empresas concessionárias de energia elétrica apliquem pelo menos 1,00% de sua Receita Operacional Líquida Anual em programas de Pesquisa e Desenvolvimento tecnológico. Os projetos anuais de P&D são elaborados de acordo com a metodologia de Gestão Estratégica de Tecnologia e de consonância com o Planejamento Estratégico Corporativo e os cenários da evolução das tecnologias. Relativamente à Propriedade Intelectual, o acervo atual da Cemig pode ser resumido conforme a seguir:

Patentes:

- a) 1 patente gerando royalties
- b) 6 cartas patentes concedidas
- c) 42 pedidos protocolizados no INPI
- d) 7 processos em formatação
- e) 26 projetos em análise de viabilidade pela TE
- f) 5 pedidos caducos, indeferidos ou inviáveis
- g) 15 processos de licenciamento em elaboração

Marcas:

- a) 13 marcas CEMIG
- b) 34 marcas CEMIG
- c) 12 solicitações da CEMIG em análise

Programas de Computador:

- a) 27 programas de computador registrados no INPI

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

- b) 17 registros em andamento
- c) 9 programas em análise

Obras Literárias:

- a) 23 obras de direito autoral com ISBN

Domínios da Internet:

- a) 11 domínios de Internet CEMIG

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

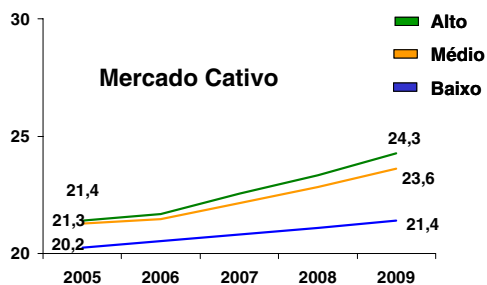
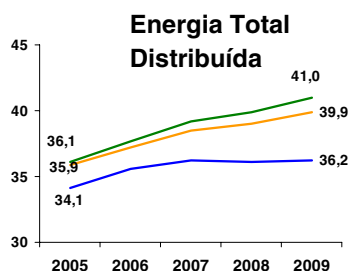
Projeções do Resultado Empresarial

A projeção do resultado da CEMIG foi elaborada considerando-se um cenário macroeconômico disposto na tabela a seguir (Cenário Planejado) e comparado às projeções da Febraban e do Banco Central:

Variáveis	2005			2006-2009		
	Cenário Planejado	BACEN	FEBRABAN	Cenário Planejado	BACEN	FEBRABAN
PIB	3,6%	3,6%	3,5%	3,7%	3,7%	3,7%
IGP-M	6,7%	6,7%	7,3%	5,1%	5,1%	5,7%
Selic média	17,5%	17,5%	18,8%	13,7%	13,7%	15,1%
Dólar final	2,80	2,80	2,61	3,14 ^(*)	3,14 ^(*)	2,97

(*) Média dos meses de dezembro

Foram feitas três projeções de mercado de energia elétrica, uma para cada cenário macroeconômico. A melhor estimativa (mercado médio) indica um crescimento de 2,6% ao ano, em média, até 2009 (figura abaixo).



Foram consideradas as seguintes premissas nas projeções de mercado da Cemig:

- Os cenários de mercado simulados consideram diferentes comportamentos da economia.
- Os cenários Alto e Baixo refletem sensibilidades de possíveis evoluções do mercado.
- Mercado médio indica um crescimento aproximado de 2,6% ao ano até 2009.
- A migração de clientes livres para a Geradora reduziu em 14 TWh mercado cativo da Distribuidora.

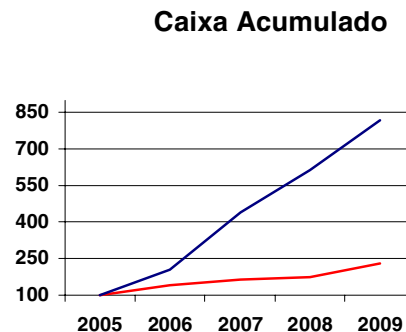
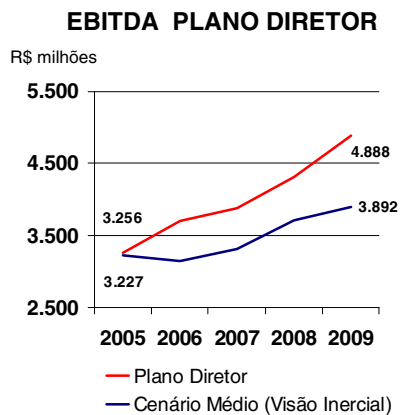
Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

Os resultados da CEMIG projetados estão nos gráficos a seguir:



Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

AMBIENTE REGULATORIO - LEILÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

Esse foi um ano de consolidação do novo modelo do setor elétrico implantado pela Lei nº 10.848/04 e pelo Decreto 5.163/04. Foram realizados quatro leilões para compra de energia elétrica pelo governo federal no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, através da Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), sendo três leilões para empreendimentos já existentes e um para novos empreendimentos.

A realização de diversas audiências e consultas públicas e a consequente emissão de resoluções pela Aneel, regulamentando as regras de comercialização, também contribuíram para essa consolidação, com grande envolvimento dos agentes e de associações como Abradee, Abrage, Apine, Abrace e Abracel.

Participação da CEMIG no leilão de energia

Em 2005, a CEMIG, através de suas controladas Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A., participou dos diversos leilões de energia do Ambiente de Contratação Regulada (ACR). O primeiro desses leilões foi realizado pela CCEE em 07/12/2004 para início de suprimento a partir de 01/01/2005. A Cemig Geração e Transmissão S.A. vendeu energia nos Leilões de Energia Existente com início de suprimento em 2006 e 2008 e a Cemig Distribuição S.A. comprou energia com início de entrega em 2005, 2006 e 2008. O prazo de duração desses contratos é de 8 anos. Os resultados da compra e venda de energia pela Cemig Distribuição S.A. e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. nos leilões de energia existente promovidos pela CCEE encontram-se na tabela a seguir:

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Leilões de Energia Existente

	Ano de Início do Fornecimento			
	2005	2006	2007	2008
CEMIG-GT (venda)				
Volume (MW médios)	-	927	-	105
Prazo do Contrato (anos)	-	8	-	8
Preço (R\$/MWh)	-	69,58	-	83,50
CEMIG-D (compra)				
Volume (MW médios)	530	919	-	105
Prazo do Contrato (anos)	8	8	-	8
Preço (R\$/MWh)	57,51	67,33	-	83,13

No Leilão de Energia Nova, realizado em 16/12/2005, a Cemig Geração e Transmissão S.A. não comercializou a energia de Produção Independente habilitada para o leilão. A Empresa poderá comercializar essa energia nos leilões de energia nova a se realizarem até 2007, com início de fornecimento até 2012. O prazo de duração desses contratos é de 30 anos.

Os resultados da compra de energia pela Cemig Distribuição S.A. no Leilão de Energia Nova podem ser vistos na tabela abaixo.

Leilões de Energia Nova

	2008	2009	2010
Hidráulica			
Volume (MW médios)	4,5	3,2	92,0
Prazo do Contrato (anos)	30	30	30
Preço (R\$/MWh)	106,95	113,89	114,83
Térmica			
Volume (MW médios)	35,3	58,8	89,0
Prazo do Contrato (anos)	15	15	15
Preço (R\$/MWh)	132,26	129,26	121,81
Total			
Volume (MW médios)	39,8	62,0	181,0
Preço (R\$/MWh)	127,15	127,77	117,11

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Com relação ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), a Cemig Geração e Transmissão S.A. teve participação bastante significativa em 2005.

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Política de atendimento

A CEMIG implementa, de forma contínua, ações de melhorias na estrutura de atendimento aos seus clientes, objetivando estabelecer canais de comunicação mais eficientes e agilidade no atendimento. Dentre as ações, destacamos:

- Manutenção contínua do credenciamento de estabelecimentos comerciais (farmácias, locadoras e padarias), para a expansão dos pontos de arrecadação e prestação de outros serviços comerciais em áreas que não possuem representação da CEMIG, beneficiando com esta ação, diversos municípios em sua área de concessão.
- Implementação do Cemig Postal, um canal desenvolvido para os nossos clientes onde são utilizados formulários com postagem "pré-paga", disponíveis gratuitamente em locais sinalizados nos agentes Cemig Fácil.
- Expansão e adequação da Central de Atendimento "Fale com a Cemig" às exigências da ANEEL, que regulamentou este canal de comunicação dos clientes com as concessionárias de energia. Hoje, o "Fale com a Cemig" está estruturado com 357 posições de atendimento para atender nossos clientes 24 horas por dia, via telefone, portal da Cemig, Chat e e-mail, permitindo maior eficiência nos serviços e garantindo comodidade e conforto aos clientes, que solicitam os serviços sem sair de casa. A capacidade de atendimento ultrapassa a casa das 60.000 chamadas/dia, tendo ultrapassado, em dias atípicos, o volume de 82.000 chamadas/dia, sem prejuízo da qualidade do atendimento.
- Reestruturação e modernização das Agências de Atendimento para adequá-las a uma nova filosofia de relacionamento, com aplicação das áreas de auto-atendimento e instalação de linhas telefônicas com acesso direto à Central de Atendimento "Fale com a Cemig".

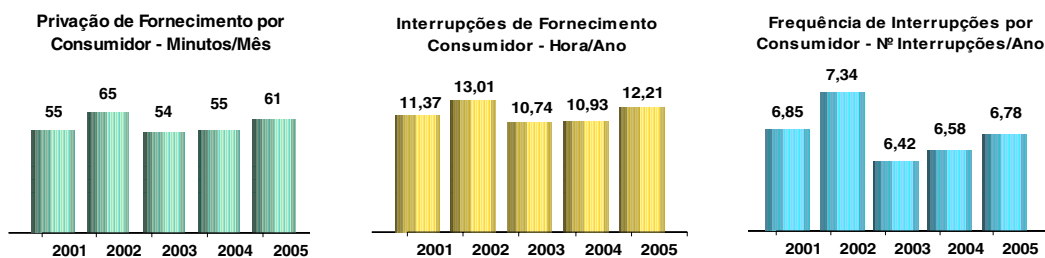
Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Qualidade no fornecimento

Os gráficos a seguir apresentam a evolução histórica dos indicadores de qualidade.



Do total desses indicadores, cerca de 20% se referem aos desligamentos programados para melhorias na qualidade do fornecimento. Esses desligamentos são precedidos de avisos e, portanto, reduzem o impacto, para os clientes, do corte temporário de energia.

Desempenho Comercial

No volume de vendas de energia, a CEMIG apresenta aumentos crescentes conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Venda de Energia - GWh						
Classe	2001	2002	2003	2004	2005	Var.% 2005/2004
Industrial	21.351	21.906	21.715	23.071	23.472	1,7
Residencial	6.475	6.360	6.529	6.526	6.590	1,0
Comercial	3.269	3.283	3.402	3.537	3.754	6,1
Rural	1.572	1.705	1.783	1.846	1.941	5,1
Outros	2.229	2.330	2.478	2.499	2.573	3,0
Total Vendido a Consumidores Finais	34.896	35.584	35.907	37.479	38.330	2,3
Suprimento	632	313	621	364	1.255	244,8
Consumo próprio	52	50	55	54	29	(46,3)
Total	35.580	35.947	36.583	37.897	39.614	4,5

Contribuiu para o crescimento das vendas em 2005 a maior venda de energia na classe industrial, tendo em vista a conquista de novos consumidores fora da área de concessão. Nesta classe, destacamos a indústria de transformação que registrou um crescimento de 4,1%. Este crescimento deve-se principalmente ao setor de siderurgia que registrou um crescimento de 30,3%, compensado parcialmente pelo decréscimo de 11,8% no setor de ferroligas. Com uma menor participação, destacaram-se também os seguintes setores:

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

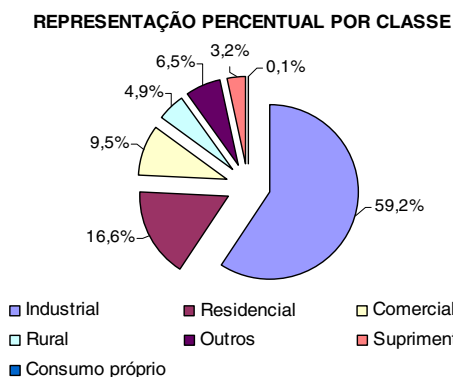
Mecânica, Material Elétrico e Comunicação, Material de Transportes e Produtos Alimentares.

A classe comercial apresentou a maior variação positiva em relação às demais, com crescimento de 6,1. Tal crescimento deveu-se ao melhor desempenho do comércio varejista, cuja participação na classe comercial foi equivalente a 31%, com um crescimento de 6,4%.

O consumo da classe residencial registrou crescimento de 1,0%, com aumento da base de consumidores faturados em 97.031. Esse tímido crescimento pode ser explicado pelo desaquecimento da economia e dos novos hábitos de consumo adquiridos após o período do racionamento de energia.

A classe rural registrou crescimento de 5,1%. O consumo convencional, com participação de 70% no total da classe, cresceu 5,3%; já o consumo para irrigação, com participação de 30% no mercado total da classe, cresceu 4,7% em relação ao ano anterior, devido a maior incidência de chuvas nos meses de novembro e dezembro de 2005.

As outras classes de consumo que representaram 9,74% do consumo total e demandaram 3.857 GWh, tiveram um acréscimo de 32,22% devido, principalmente, à venda de energia a outros agentes da CCEE (concessionárias e comercializadoras) por meio de contratos bilaterais.



Tarifa

Tarifa de distribuição

As tarifas da CEMIG tiveram um reajuste médio de 23,88% a partir de 8 de abril de 2005. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo com o objetivo de eliminar gradualmente, conforme nota da ANEEL, os subsídios cruzados existentes

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

entre os grupos de consumo. Desta forma, os consumidores residenciais tiveram um percentual de aumento de 18,48% em suas contas de energia enquanto os consumidores de alta tensão tiveram um aumento de 25,14%.

Do reajuste médio de 23,88%, 12,40% referem-se efetivamente ao reajuste tarifário anual e 11,48% aos componentes financeiros externos ao reajuste anual, incluídos para amortização de ativos regulatórios ainda relacionados ao programa de racionamento e outros.

Receitas de Transmissão

Em julho de 2005, foi também reajustada a receita permitida do segmento de transmissão, no percentual de 17,53%.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO CONSOLIDADO

Lucro Líquido

A CEMIG e suas controladas ("CEMIG") apresentaram, no exercício de 2005, um lucro líquido de R\$2.003 milhões, em comparação ao lucro de R\$1.385 milhões no exercício de 2004.

O resultado foi favorecido principalmente pelo aumento na receita com fornecimento bruto de energia elétrica (R\$9.156 milhões em 2005 comparado a R\$8.602 em 2004) e pela receita extraordinária referente ao Reajuste Tarifário Diferido, no montante de R\$591 milhões, conforme será descrito em maiores detalhes a seguir.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

A contribuição das controladas para o lucro líquido do exercício de 2005 está demonstrado como segue:

	2005	%	2004	%
CEMIG - Controladora	453	22,6	1.338	96,6
Cemig Distribuição S.A.	990	49,4	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.	468	23,4	-	-
Gasmig	28,5	1,4	35	2,5
Sá Carvalho S.A.	23	1,2	23	1,7
Usina Térmica de Ipatinga S.A.	7,2	0,4	4	0,3
Usina Térmica de Cogeração S.A.	3	0,1	3	0,2
Infovias	(1)	-	(18)	(1,3)
Efficientia S.A.	0,2	-	(1)	(0,1)
Cia Transleste de Transmissão	0,2	-	-	-
Horizontes Energia S.A.	6	0,3	1	0,1
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.	6	0,3	-	-
Rosal Energia S.A.	18,9	0,9	-	-
Lucro Líquido Consolidado	2.003	100,0	1.385	100,0

Receita Operacional

RECEITAS OPERACIONAIS – R\$ milhões			
	2005	2004	Var. %
Fornecimento a Consumidores Finais	8.919	8.565	4,1
Suprimento a Outras Concessionárias e Transações com energia na CCEE/MAE	237	37	540,5
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	9.156	8.602	6,4
Reajuste Tarifário Diferido	591	359	64,6
Receita de Uso da Rede	1.523	245	521,6
Outras Receitas Operacionais	433	542	(20,1)
	11.703	9.748	20,1

Receita com venda de energia para consumidores finais:

A receita bruta de fornecimento a consumidores finais foi de R\$8.919 milhões em 2005 comparada a R\$8.565 milhões em 2004, um aumento de 4,1%.

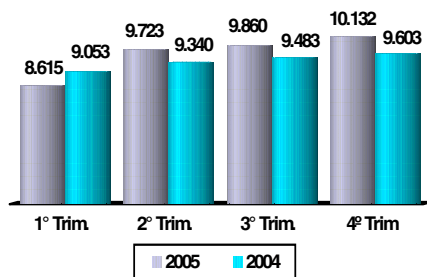
Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

GWh faturados - consumidores finais



O crescimento da receita com fornecimento bruto de energia elétrica para consumidores finais decorre basicamente dos seguintes fatores:

- reajustes tarifários para os consumidores cujos preços são regulados, de 14,0% a partir de 8 de abril de 2004, efeito integral no exercício de 2005, e 23,88% a partir de 8 de abril de 2005.
- aumento de 2,3% no volume de energia vendida, cujos comentários sobre as variações em cada uma das classes de consumo estão descritos no item "fornecimento de energia elétrica".

Apesar dos reajustes tarifários acima citados, o aumento da tarifa média de fornecimento, incluindo o ICMS, foi de apenas 1,6% (R\$229,14 em 2005 comparado a R\$225,71 em 2004). Isso deve-se ao fato de que, a partir de janeiro de 2005, parcela representativa dos grandes consumidores industriais passaram a condição de "livres", com a venda de energia para estes consumidores através da Cemig Geração e Transmissão.

Desta forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição ("TUSD") desses consumidores livres passaram a ser cobrados separadamente, com o registro na rubrica de "Receita de uso da rede" no montante de R\$1.201 milhões em 2005. Em 2004, os valores da TUSD compunham a receita total com fornecimento de energia elétrica. Para efeito de comparação entre os exercícios de 2005 e 2004, se adicionarmos a receita de TUSD à receita com fornecimento de energia elétrica para consumidores finais em 2005, verifica-se um crescimento na receita de 18,0%.

Receita com venda de energia para revendedores e transações com energia livre na CCEE/MAE

Em função da venda de sobras de energia da Cemig Distribuição na CCEE em 2005, ocorreu um crescimento de 540,5% na receita com suprimento de energia elétrica, R\$237 milhões em 2005 comparado a R\$37 milhões em 2004.

Receita com Reajuste Tarifário Diferido

Em abril de 2005 foi divulgado, de forma retroativa a abril de 2003, o resultado da revisão tarifária periódica da CEMIG, implicando em um direito de recomposição nas tarifas de 44,41%. O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003 foi de 31,53%. Para compensar a CEMIG pela receita a menor faturada de abril de 2003 a abril de 2005, a ANEEL incluirá nos reajustes tarifários previstos para ocorrerem de 2005 até 2007 um percentual adicional.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a CEMIG tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores de 2003 a 2005 foi reconhecida como um ativo regulatório em contrapartida ao resultado do exercício, no montante de R\$591 milhões.

O valor registrado em 2004 foi decorrente do primeiro resultado provisório da revisão tarifária da CEMIG, divulgado pela Aneel, que indicou um reajuste de 37,86% nas tarifas. Em função desta divulgação, a CEMIG reconheceu no resultado de 2004 uma receita de R\$359 milhões, utilizando o mesmo critério mencionado nos parágrafos anteriores.

Receita de Uso da Rede

A Receita de uso da rede apresentou um crescimento de 521,6%, no montante de R\$1.278 milhões (R\$1.523 milhões em 2005 em comparação a R\$245 milhões em 2004). Este aumento decorre basicamente da receita de TUSD da Cemig Distribuição, no montante de R\$1.201 milhões, advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida pela Cemig Geração e Transmissão. Conforme mencionado anteriormente, até 2004 o valor da TUSD era incluído na tarifa de fornecimento de energia elétrica.

Compõe ainda o saldo desta rubrica a receita em função da utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da CEMIG pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro (R\$313 milhões em 2005 em comparação a R\$243 milhões em 2004).

Custos e despesas operacionais

	2005	2004	Var. %
Custos não Controláveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.455	1.373	6,0
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	145	108	34,3
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	416	292	42,5
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	641	538	19,1
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	296	238	24,4
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	1	-	-
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	211	20	955,0
	3.165	2.569	23,2
Custos Controláveis			
Pessoal	846	809	4,6
Obrigações Pós-emprego	153	107	43,0
Materiais	96	100	(4,0)
Serviços de Terceiros	423	334	26,6
Provisões Operacionais	127	159	(20,1)
Gás Comprado para Revenda	156	260	(40,0)
Participações dos Empregados	260	110	136,4

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Provisão (Reversão) para Perdas na Recuperação da RTE	309	104	197,1
Depreciação e Amortização	595	584	1,9
Outras Despesas Líquidas	212	166	27,7
	3.177	2.733	16,2
	6.342	5.302	19,6

Custos não controláveis

Os valores dos custos e despesas não controláveis registrados no resultado referem-se aos valores que foram efetivamente utilizados na composição do cálculo da tarifa a ser aplicada.

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (incluídos na parcela "A" do reajuste tarifário) que foram incluídos no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente ocorridos são compensados nos reajustes tarifários subsequentes, através de um mecanismo chamado de CVA ("Compensação da variação dos itens da Parcela "A").

Estas diferenças são registradas no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo como despesas antecipadas, caso a Companhia tenha desembolsado valores a maior do que havia sido considerado na tarifa, ou como obrigações no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, em caso contrário.

Conforme mencionado no parágrafo anterior, segue abaixo tabela com os valores de CVA que foram incluídos e excluídos do resultado de 2005.

	Despesa operacional sem os efeitos da CVA	Valores de CVA incluídos no resultado do período	Valores de CVA excluídos do resultado do período	Despesa efetiva reconhecida no resultado de 2005
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.321	210	(76)	1.455
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	112	34	(1)	145
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	407	1	8	416
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	545	109	(13)	641
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	268	28	-	296
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica- PROINFA	5	-	(4)	1
Total	2.658	382	(86)	2.954

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
-------------------------------------	--------------------

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Compra de energia

Parcela representativa da energia adquirida para revenda é advinda da usina de Itaipu, complementada pelos contratos iniciais, compra através dos leilões de energia e outros contratos bilaterais.

Os valores de compra de energia em cada um dos itens estão demonstrados na nota explicativa nº 30 das demonstrações financeiras consolidadas.

Encargos de Uso da rede de Transmissão

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações componentes da rede básica. Sem considerar os efeitos da CVA, demonstrados nas tabelas anteriores, esta despesa não apresentou variação relevante nos exercícios comparados (R\$545 milhões em 2005 e R\$556 milhões em 2004).

Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC

A CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro, localizadas principalmente no norte do Brasil, e que são rateados entre os concessionários de energia elétrica, conforme valores divulgados pela ANEEL.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida através de fontes alternativas. Os valores a serem pagos pela CEMIG são definidos pela ANEEL através de Resolução.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

A Compensação financeira é paga pelas controladas da Cemig que geram energia elétrica, para o Governo Federal, estados e municípios das áreas onde estão localizados os reservatórios das usinas. A tarifa é calculada com base na energia efetivamente gerada por cada usina e teve um reajuste de 19,2% em janeiro de 2005.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme regulação do setor elétrico, as empresas de distribuição e geração de energia elétrica devem investir o percentual de 1,00% da sua receita líquida em programas de eficiência energética e P&D. Alguns programas de eficiência energética e P&D relacionados a receita de períodos anteriores ainda não foram concluídos pelos agentes do setor elétrico, existindo ainda gastos a serem realizados. Este atraso decorre do tempo utilizado na elaboração dos projetos e aprovação pela ANEEL.

Em atendimento a instrução da ANEEL, a Cemig reconheceu como despesa no resultado do exercício de 2005 os gastos a serem realizados e para os quais já recebeu a tarifa correspondente em exercícios anteriores, no valor de R\$185 milhões, o que justificou a expressiva variação na despesa na comparação entre os dois exercícios em análise.

Custos controláveis

As principais variações nos custos e despesas controláveis estão descritas a seguir:

Despesa com Pessoal

O aumento de 4,6% na despesa com pessoal deve-se basicamente ao reajuste de 7,00% nos salários dos empregados da CEMIG em novembro de 2004 (efeito integral em 2005) e 7,57% em novembro de 2005.

O número de empregados da CEMIG e suas controladas apresentou um decréscimo de 3,7% no ano (10.271 em 2005 e 10.668 em 2004).

A segregação dos custos com pessoal está demonstrada na nota explicativa nº 30 das demonstrações financeiras consolidadas.

Participação dos empregados nos resultados

A CEMIG e suas Controladas Cemig Geração e Cemig Distribuição utilizam como critério geral para pagamento da participação dos empregados um percentual de 3% do resultado operacional definido pela ANEEL na prestação anual de contas.

Adicionalmente, nos dissídios coletivos em novembro de 2005 e 2004 foram acordados com os sindicatos os pagamentos de parcelas extraordinárias de R\$184 milhões e R\$48 milhões respectivamente.

Benefícios pós-emprego

Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Cemig Distribuição, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A mudança

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

em 31 de dezembro de 2004 da taxa de desconto das obrigações futuras, de 8,00% para 6,00%, implicou em um aumento no valor presente das obrigações atuariais em 2005.

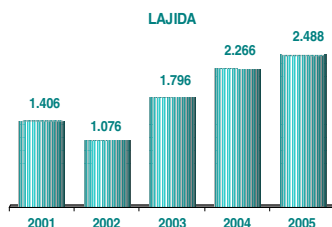
Para 2006 é estimada uma despesa de R\$150 milhões, ou seja, 2,00% inferior a despesa de 2005.

Provisões Operacionais

O menor saldo das provisões operacionais em 2005 comparado a 2004 deve-se basicamente à provisão para perda, feita em 2004, referente aos bônus pagos aos consumidores durante o período de racionamento no montante de R\$23 milhões.

A segregação das provisões operacionais está demonstrada na nota explicativa nº 30 das demonstrações financeiras consolidadas.

LAJIDA (EBITDA)



LAJIDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações.

O LAJIDA apresentou um crescimento de 9,8% na comparação de 2005 com 2004. Este crescimento deve-se basicamente a receita referente ao reajuste tarifário diferido, descrita anteriormente, e ao crescimento da receita líquida.

No período de 2001 a 2005, cresceu 77,0% em comparação a uma inflação medida pelo IPCA, de 39,9%.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro, não considerando a despesa com juros sobre o capital próprio, foi uma receita líquida de R\$632 milhões em 2005 comparada a uma receita líquida de R\$229 milhões em 2004, um aumento de 176,0%.

Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro no exercício estão relacionados a seguir:

- Receita com atualização monetária e juros incidentes sobre as contas a receber do Estado de Minas Gerais, líquida da provisão para perda, no montante de R\$500 milhões em 2005, comparados a R\$255 milhões em 2004, representando um aumento

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

de 96,1%. Este aumento deve-se basicamente aos efeitos da assinatura do quarto aditivo contratual com Governo do Estado em 2005, detalhados na nota explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

- Receita com variação monetária e juros incidentes sobre o ativo originário do Reajuste Tarifário Diferido no montante de R\$231 milhões, comparados a R\$79 milhões em 2004, representando um aumento de 192,4%. Este resultado deve-se aos novos valores da revisão tarifária da Cemig Distribuição.
- Aumento dos encargos com empréstimos e financiamentos no país (R\$565 milhões em 2005 comparados a R\$374 milhões em 2004).
- Redução da variação monetária com empréstimos e financiamentos, (R\$16 milhões em 2005 comparados a R\$124 milhões em 2004). Esta redução deve-se aos critérios de rolagem da dívida da Companhia e à queda da variação do IGPM (12,41% em 2004 para 1,21% em 2005).
- Ganhos líquidos com variações cambiais em 2005, no montante de R\$146 milhões em comparação a ganhos líquidos de R\$86 milhões em 2004, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Em 2005, o real apresentou uma valorização de 11,8% frente ao dólar norte-americano em comparação a uma valorização de 8,7% no mesmo período de 2004.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 31 das Demonstrações Financeiras.

Resultado não Operacional

A despesa não operacional líquida de R\$52 milhões em 2005 comparada a R\$74 milhões de receita não operacional líquida em 2004 decorre substancialmente do ganho de R\$102 milhões, registrado no ano anterior, referente à alienação de 40,00% na participação da GASMIG.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA
INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO QUADRO 5 (CAPITAL SOCIAL).



Composição do Capital Social

Referência: Abril/2006

Acionistas	Quantidade de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Setor Público	36.160.552.374	51,02	1.946.657.768	2,13	38.107.210.142	23,50
Area Federal	28.828.941	0,04	34.959.199	0,04	63.788.140	0,04
FINOR	28.697.431	0,04	34.825.204	0,04	63.522.635	0,04
Caixa Econômica Federal	131.510	0,00	131.510	0,00	263.020	0,00
DNIT	-	-	2.485	0,00	2.485	0,00
Area Estadual	36.125.656.294	50,97	1.906.290.095	2,09	38.031.946.389	23,45
Estado de Minas Gerais	36.116.304.884	50,96	151.308.655	0,17	36.267.613.539	22,37
MGI Minas Gerais Participações	-	-	1.625.279.753	1,78	1.625.279.753	1,00
RURALMINAS	6.200.000	0,01	-	-	6.200.000	0,00
MGS - Minas Gerais Adm. E Serv.	-	-	129.701.687	0,14	129.701.687	0,08
COPASA - Cia. Saneamento MG	3.151.410	0,00	-	-	3.151.410	0,00
Municípios	6.067.139	0,01	5.408.474	0,01	11.475.613	0,01
Setor Privado	34.713.615.549	48,98	89.263.864.931	97,79	123.977.480.480	76,46
Interno	30.461.852.028	42,98	27.505.960.759	30,13	57.967.812.787	35,75
Southern e Br Part Ltda	23.362.956.173	32,96	-	-	23.362.956.173	14,41
Demais Acionistas	7.098.895.855	10,02	27.505.960.759	30,13	34.604.856.614	21,34
Externo	4.251.763.521	6,00	61.757.904.172	67,66	66.009.667.693	40,71
ADR's	-	-	19.533.927.788	21,40	19.533.927.788	12,05
Demais Acionistas (Incluindo LATIBEX)	4.251.763.521	6,00	42.223.976.384	46,26	46.475.739.905	28,66
Ações em Tesouraria	-	-	69.128.403	0,08	69.128.403	0,04
Conselhos (CA e CF) e Diretoria Executiva	1.938.922	0,00	129.818	0,00	2.068.740	0,00
Total do Capital	70.874.167.923	100,00	91.279.651.102	100,00	162.153.819.025	100,00
Ações de Livre Negociação (FREE FLOAT)	34.746.572.707	49,03	89.304.102.786	97,84	124.050.675.493	76,50

Superintendente de Relações com Investidores

Total de Acionistas: 125.320
 Posição extraída dos livros de registros de ações nominativas
 Composição do Capital Social - R\$ 1.621.538.190,25
 Valor Nominal das Ações: R\$ 0,01

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO GRUPO 16 (Ações Judiciais).

PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos, se houver, não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da CEMIG.

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia constituiu provisões para perdas, como segue:

	Consolidado			
	2005		2004	
	Valor da Provisão		Valor da Provisão	
	No exercício	Acumulada	No exercício	Acumulada
Trabalhistas				
Diversos	2.707	113.509	20.511	110.802
Cíveis				
Danos Pessoais	13.713	35.503	3.555	21.790
Majoração Tarifária	27.051	132.160	8.034	105.109
Outras	(758)	31.058	22.604	31.816
	40.006	198.721	34.193	158.715
Fiscais				
FINSOCIAL	525	21.009	448	20.484
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	(22.740)	37.626	30.533	60.366
Contribuição Social incidente sobre Correção Monetária Complementar	(68.868)	-	17.350	68.868
Outras	(826)	2.524	(1.348)	3.350
	(91.909)	61.159	46.983	153.068
Regulatórios				
Processos Administrativos da ANEEL	331	5.585	5.254	5.254
Total	(48.865)	378.974	106.941	427.839

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes.

(b) Contribuição Social incidente sobre Correção Monetária Complementar

A CEMIG deduziu quotas de depreciação, amortização e baixas da correção monetária complementar do imobilizado para fins de cálculo da Contribuição Social até 31 de dezembro de 2005.

O montante estimado do risco estava integralmente provisionado até 31 de dezembro de 2004. Entretanto, a Companhia revisou a sua expectativa de perda em 2005 e decidiu pelo estorno integral da provisão.

(c) Finsocial

Em 1994, a CEMIG foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em decorrência da exclusão do ICMS da base de cálculo do Finsocial, contribuição incidente sobre o faturamento extinta em 1992. O montante estimado do risco está integralmente provisionado.

A Companhia está discutindo em juízo uma outra ação envolvendo o Finsocial, no montante atualizado de R\$166.541 mil. Foi efetuado um depósito em juízo e uma provisão para perdas ambas pelo valor histórico correspondente a R\$983 mil. Caso a Companhia venha a incorrer em perdas nesta ação, esta será equivalente ao valor presente da ação deduzido o valor provisionado. Da mesma forma, a Cemig terá uma receita financeira equivalente a diferença entre o valor atualizado do depósito e o valor originalmente depositado, o que compensaria o aumento na provisão para perda.

(d) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas extras e adicional de periculosidade. O valor total estimado dessas reclamações é de R\$141.886 em 31 de dezembro de 2005 (R\$138.503 mil em 31 de dezembro de 2004). A CEMIG estima os valores provisionados com base na natureza dos grupos de questionamento e em decisões judiciais recentes.

(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R\$37.626 mil (R\$60.366 mil em 31 de dezembro de 2004) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(f) Processos Administrativos da ANEEL

A CEMIG foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de índices de qualidade no atendimento aos consumidores e outras matérias. A CEMIG recorreu, na esfera administrativa, contra as multas impostas, sendo que as provisões em 31 de dezembro de 2005 representam a estimativa de perdas nestas questões.

(g) Outros

Outros passivos contingentes provisionados referem-se a questionamentos envolvendo o Governo Federal, sobre a discussão da constitucionalidade de certos tributos federais e outras reclamações, consideradas normais ao curso das operações.

(h) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG discute em juízo outras ações para as quais considera ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$281.889, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, no montante histórico de R\$26.631. Os créditos tributários não foram reduzidos e não

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional de R\$238.748. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Desta forma, não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais processou a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD referente às contribuições de consumidores cujo montante, em 31 de dezembro de 2005 é R\$105.491. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. Considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

(iii) Atos da Agência Reguladora

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$626.602, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor de R\$516.246, a ser liquidado pela Companhia até 30 de janeiro de 2004. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

(iv) Reclamações Cíveis – Consumidores

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Diversos consumidores e o promotor público do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. Não é possível, até a presente data, estimar o montante envolvido nestas reclamações, sendo a expectativa de perda nesta ação como possível.

A Companhia é ré em processo questionando a cobrança da contribuição de iluminação pública. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, pois considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

A Companhia está sendo questionada, em conjunto com a Companhia Vale do Rio Doce ("CVRD"), Comercial e Agrícola Paineiras e Companhia Mineira de Metais, através de uma ação movida pelos cidadãos do Estado de Minas Gerais. A ação tem por objetivo anular as licenças ambientais concedidas para as usinas hidrelétricas de Capim Branco I e Capim Branco II. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e considera sua expectativa de perda nesta ação como possível.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA
INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO GRUPO 6 (PROVENTOS).

Dividendos

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do patrimônio líquido das ações. Vide cálculo dos dividendos mínimos estatutários para as ações preferenciais a seguir.

As ações do capital social da CEMIG, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

A Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas em 13 de dezembro de 2004 alterou o percentual do lucro a ser distribuído como dividendo obrigatório, de 25% para 50%.

Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício de 2005 e 2004 está demonstrado a seguir:

Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais	Controladora	
	2005	2004
Valor Nominal das Ações Preferenciais	912.797	912.797
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	91.280	91.280
Valor do Patrimônio Líquido	7.184.855	7.251.385
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido	56,29%	56,29%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	4.044.355	4.081.805
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	121.331	122.454

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	121.331	122.454
	Controladora	
	2005	2004
Dividendos Obrigatórios		
Lucro Líquido do Exercício	2.003.399	1.384.801
Dividendo Obrigatório – 50,00% do Lucro Líquido	1.001.699	692.406
Dividendos Líquidos Propostos-		
Juros sobre Capital Próprio	635.000	510.000
Dividendos Complementares	461.949	258.900
	1.096.949	768.900
(-) Imposto de Renda Retido na fonte sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio	(61.274)	(45.926)
Total	1.035.675	722.974
Total do Dividendo para Ações Preferenciais	617.473	432.814
Total do Dividendo para Ações Ordinárias	479.476	336.086
Dividendos Líquidos por lote de mil ações – R\$		
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	1,33	1,34
Dividendo Obrigatório	6,18	4,28
Dividendos Propostos	6,39	4,46

O saldo remanescente do Lucro Líquido Ajustado, no valor de R\$806.280, terá a seguinte destinação proposta a Assembléia Geral de Acionistas a realizar-se em abril de 2006: R\$422.929 transferidos para a conta de Reserva Estatutária e R\$383.351 alocados na Reserva de Retenção de Lucros.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos ou creditados aos acionistas, que no caso da CEMIG foram calculados em 2005 com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido ajustado. A data e a forma de pagamento dos juros sobre o capital próprio aprovados serão definidas posteriormente.

Os benefícios fiscais decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio de R\$635.000 (R\$510.000 em 2004) foram de R\$215.900 (R\$173.400 em 2004), reconhecidos no resultado do exercício.

Dividendos Extraordinários

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, a partir do exercício de 2005, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa o permitir, a Companhia poderá fazer a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração, devendo ser observadas as diretrizes do Plano Diretor da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia, em 07 de dezembro de 2005, decidiu pelo pagamento de dividendos extraordinários no montante de R\$897.000, correspondentes a R\$5,53 por lote de mil ações, para todos os acionistas constantes do Livro de Registro de Ações Nominativas em 16 de janeiro de 2006. O pagamento foi efetivado em 27 de janeiro de 2006.

Dividendos complementares de 2004

A Companhia efetuou o pagamento dos dividendos referentes ao exercício de 2004 no valor bruto de R\$692.400, por considerar que o montante mencionado atendia ao critério para cálculo do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no seu Estatuto, correspondente a 50,00% do lucro líquido do exercício.

Entretanto, alguns acionistas minoritários questionaram o critério adotado pela Companhia, entendendo que os juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos mínimos obrigatórios deveriam ser considerados líquidos do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"). Ou seja, o valor de R\$692.400 deveria ser líquido do IRRF.

A CVM, em resposta à consulta da Companhia, confirmou o entendimento dos acionistas minoritários. Desta forma, a CEMIG irá proceder em 2006 o pagamento dos dividendos complementares referentes ao exercício de 2004, em data ainda a ser divulgada, no valor correspondente a R\$76.500, correspondente a R\$0,47 por lote de mil ações.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NOS RESULTADOS

A CEMIG e suas controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão utilizaram como critério geral para pagamento da participação dos empregados nos resultados dos exercícios de 2005 e 2004 um percentual de 3% do resultado operacional, ajustado por alguns itens definidos pela ANEEL na Prestação Anual de Contas – PAC. Adicionalmente, nos dissídios coletivos em novembro de 2005 e 2004 foram acordados com os sindicatos os pagamentos de parcelas adicionais de R\$184.017 e R\$47.853 respectivamente.

Em conformidade com os referidos acordos, as participações nos resultados do exercício de 2005 e 2004 da Controladora e suas Controladas mencionadas, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, corresponderam a R\$259.805 e R\$110.101 respectivamente. As parcelas adicionais, mencionadas no parágrafo anterior, foram pagas dentro do próprio exercício.

SERVIÇO DE TERCEIROS	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	84.254	76.349	-	76.348
Comunicação	49.380	45.850	1.140	44.362
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	78.527	54.732	-	48.539
Conservação e Limpeza de Prédios	27.187	21.370	55	21.054
Mão de Obra Contratada	13.302	15.025	13	12.018
Fretes e Passagens	3.065	3.922	196	3.645
Hospedagem e Alimentação	15.445	14.927	305	14.488
Vigilância	13.785	13.484	13	13.348
Consultoria	17.690	9.239	6.245	7.571
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	17.918	18.050	83	18.032
Manutenção e Conservação de Veículos	4.428	4.597	-	4.595
Corte e Rellgação	16.362	8.736	-	8.736
Outros	81.257	47.227	6.146	53.368
	422.600	333.508	14.196	326.104

ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Energia de Itaipu Binacional	825.030	1.116.606	-	1.116.606
Energia de curto prazo	22.710	41.233	-	41.233
Encargos do serviço de sistema	67.156	85.528	-	85.528
Contratos Iniciais	150.873	107.546	-	107.546
Energia de Leilão	371.337	-	-	-
Outros	17.824	21.839	-	21.763
	1.454.930	1.372.752	-	1.372.676

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Prêmio de Aposentadoria	7.944	6.406	(2.896)	6.406
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	54.859	62.959	(44.784)	61.863
Contingências Trabalhistas	2.707	20.511	(1.632)	20.511
Processos Administrativos da ANEEL	331	5.254	331	5.254
Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	20.462	23.926	20.462	23.926
Cíveis – Majoração Tarifária	28.421	15.056	28.421	15.056
Bônus Pagos aos Consumidores durante o Racionamento	-	23.449	-	23.449
Outras	12.617	1.305	(10.688)	886
	127.341	158.866	(10.786)	157.351

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (“P & D”)

Conforme regulação do setor elétrico, as empresas de distribuição e geração de energia elétrica devem investir o percentual de 1,00% da sua receita líquida em programas de eficiência energética e P&D. Alguns programas de eficiência energética e P&D relacionados a receitas de períodos anteriores ainda não foram concluídos pelos agentes do setor elétrico, existindo ainda gastos a serem realizados. Este atraso decorre do tempo utilizado na elaboração dos projetos e aprovação pela ANEEL.

Em atendimento a instrução da ANEEL, a CEMIG reconheceu como despesa no resultado do exercício de 2005 das controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição os gastos a serem realizados e para os quais já recebeu a tarifa correspondente em exercícios anteriores, no valor de R\$185.430 mil.

Deve ser ressaltado que caso não tivesse ocorrido a desverticalização da CEMIG, essa despesa teria sido contabilizada diretamente contra o Patrimônio Líquido, como ajuste de exercícios anteriores, em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil.

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Arrendamentos e Aluguéis	42.459	33.668	166	23.178
Propaganda e Publicidade	30.006	19.808	1.050	17.007
Consumo Próprio de Energia Elétrica	11.591	20.244	-	17.410
Subvenções e Doações	23.651	18.642	643	18.401
Taxa de Fiscalização da ANEEL	23.559	18.554	-	18.307
Concessão Onerosa	8.372	8.426	-	8.330
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	22.895	5.247	52	4.233
Seguros	4.531	4.931	148	4.703
Contribuição ao MAE	2.651	2.350	841	2.350
Indenizações Trabalhistas	-	1.903	-	1.903

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2005

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Outras Despesas (Recuperação de Despesas)	42.785	32.402	(1.255)	20.223
---	--------	--------	---------	--------

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Reconhecimentos

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela CEMIG em 2005, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Prêmio Mineiro da Qualidade – PMQ: A Cemig Distribuição S.A. recebeu o Troféu Prêmio Mineiro da Qualidade – PMQ pelo seu destacado desempenho em relação às demais organizações que participaram do processo de avaliação. Foi também reconhecida na Faixa Ouro da premiação, por apresentar uma gestão compatível com os critérios de qualidade estabelecidos.

O Prêmio Mineiro da Qualidade permite uma avaliação do modelo de gestão adotado pela Cemig, medindo o desempenho em relação a referenciais de excelência do mercado mineiro e nacional, identificando e destacando os pontos fortes e as oportunidades de melhoria nos diversos itens avaliados, e tem por objetivo buscar a melhoria contínua no atendimento às necessidades dos clientes, da sociedade, das comunidades, dos acionistas, dos colaboradores, dos fornecedores e dos parceiros.

Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia: A Cemig foi vencedora do Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia na categoria Empresas de Distribuição de Grande Porte. Também conhecido como Prêmio Procel de Combate ao Desperdício de Energia, o prêmio é concedido pelo Ministério de Minas e Energia como forma de reconhecimento público ao empenho e aos resultados obtidos pelos diversos agentes que atuam no combate ao desperdício de energia.

Prêmio Coge: na categoria Ações Ambientais para o “Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Área de Influência da Usina de Irapé”.

4º Prêmio Furnas Ouro Azul: na Categoria Comunidade, a Empresa ganhou o quinto lugar pelo projeto de P&D “Olhos d’água”, desenvolvido pela CEMIG em parceria com a Universidade Federal de Lavras. Com o objetivo de desenvolver tecnologia de reflorestamento ciliar, o projeto evoluiu para preservação das nascentes, beneficiando nos últimos quatro anos, 46 nascentes da região de Lavras, por meio da proteção das nascentes que ainda possuíam espécies nativas e reflorestamento daquelas que já estavam degradadas.

Troféu Transparência: A CEMIG recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o Troféu Transparência Finalista por estar incluída entre as dez empresas finalistas na

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

categoria Empresas Abertas, do IX Prêmio Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – ANEFAC, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI, SERASA 2005. Este troféu destina-se a premiar as empresas com maior transparência na divulgação de suas informações e também pela qualidade das suas demonstrações financeiras.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

Nossos investimentos alcançaram a cifra de R\$1,4 bilhão e se concentraram na expansão da capacidade de geração de energia, à qual foram agregados 87 MW com a entrada em operação da Usina de Aimorés superando 6.100 MW, no total. Dois projetos, ainda em construção, Usina de Irapé e de Capim Branco, irão agregar 455 MW em 2006. Em dezembro de 2005, ganhamos a concessão da Usina de Baguari, com 140 MW, na qual temos uma participação de 34%. Prosseguimos com a implantação do Programa Luz Para Todos que visa atender aos consumidores de baixa renda localizados na área rural e contando com fundos subsidiados pelos governos federal e estadual. Ressaltamos o fato de que obtivemos a concessão para a construção de uma linha de transmissão no Chile, representando nosso primeiro passo em direção à expansão fora de nosso país e que proporcionará a experiência necessária para, no longo prazo, avaliarmos investimentos em condições diversas daquelas em que estamos acostumados a operar.

Adicionalmente às atividades de concessionária do serviço público, atuando na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em quase todo o Estado de Minas Gerais, a CEMIG vem desenvolvendo várias outras atividades sinérgicas ao seu negócio principal, levando a sua marca a setores diversos como telecomunicações, serviços de eficiência energética e outros, objetivando sempre um aumento na rentabilidade da Companhia e fortalecimento de sua posição no mercado.

Foi organizado, no final dos anos 90, o Comitê de Priorização de Obras, que vem atuando na análise dos projetos de expansão constantes do plano quinquenal de negócios, recomendando à Diretoria Executiva a execução desses projetos e garantindo que o retorno mínimo exigido pelo Conselho de Administração seja atendido.

Os principais investimentos da CEMIG foram como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2006	31/12/2005	31/03/2006	31/12/2005
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto				
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.041.119	2.920.207
Cemig Distribuição	-	-	2.508.672	2.311.504
Infovias	-	-	277.808	272.583
Rosal Energia	-	-	109.332	117.499
Sá Carvalho	-	-	97.501	113.446
GASMIG	-	-	103.081	93.764
Horizontes Energia	-	-	68.422	71.614
Usina Térmica Ipatinga	-	-	67.089	72.061

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG		17.155.730/0001-64		
14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO				
Cemig PCH	-	-	52.186	49.381
Cemig Capim Branco Energia	-	-	35.323	31.050
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	13.172	12.552
UTE Barreiro	-	-	12.524	11.918
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	6.041	6.041
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	17	5.514
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	5.473	5.473
Transchile	-	-	4.186	4.186
Efficientia	-	-	2.948	3.032
Usina Termelétrica de Cogeração	-	-	340	2.801
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	3.295	2.671
Cemig Trading	-	-	160	160
	-	-	6.408.689	6.107.457
Em Consórcios	974.696	967.055	-	-
Ágio na Aquisição de Participação na Infovias	-	-	8.111	8.391
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	-	-	34.559	35.547
Em Outros Investimentos	9.993	9.968	3.503	3.535
	<u>984.689</u>	<u>977.023</u>	<u>46.173</u>	<u>47.473</u>
	<u>984.689</u>	<u>977.023</u>	<u>6.454.862</u>	<u>6.154.930</u>

As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de março de 2006			Janeiro a março de 2006	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	3.041.119	-	120.911
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.508.672	-	197.167
Infovias	331.066.000	99,94	330.867	277.808	-	3.880
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	109.332	13.303	5.139
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	97.501	20.831	5.855
GASMIG	186.030.754	55,19	42.309	103.081	-	9.318
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	68.422	5.165	2.914
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	67.089	6.900	1.942
Cemig PCH	1.000	100,00	1	52.186	-	2.805
Cemig Capim Branco Energia	1.000	100,00	1	35.323	-	1.164
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	12.392	13.172	36	663
UTE Barreiro	1.000	100,00	1	12.524	-	606
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	5.969	6.041	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	17	5.502	6
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	5.473	5.473	-	-
Transchile	22.000	49,00	4.186	4.186	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	2.948	-	(84)
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	340	2.794	333
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	3.270	3.296	-	-
Cemig Trading	10.000	100,00	10	160	-	-

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	31.12.2005	Equivalência Patrimonial	Aportes	Dividendos Propostos	Outros	31.03.2006
Cemig Geração e Transmissão	2.920.207	120.911	-	-	1	3.041.119
Cemig Distribuição	2.311.504	197.167	-	-	1	2.508.672
Infovias	272.583	3.882	-	-	1.343	277.808
Rosal Energia	117.499	5.139	-	(13.303)	(3)	109.332
Sá Carvalho	113.446	5.855	-	(20.831)	(969)	97.501
GASMIG	93.764	9.318	-	-	(1)	103.081
Horizontes Energia	71.614	2.914	-	(5.165)	(941)	68.422
Usina Térmica Ipatinga	72.061	1.942	-	(6.900)	(14)	67.089
Cemig PCH	49.381	2.805	-	-	-	52.186
Cemig Capim Branco Energia	31.050	1.164	3.109	-	-	35.323
Companhia Transleste de Transmissão	12.552	663	-	(36)	(7)	13.172
UTE Barreiro	11.918	606	-	-	-	12.524
Companhia Transudeste de Transmissão	6.041	-	-	-	-	6.041
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	5.514	6	-	(5.503)	-	17
Companhia Transirapé de Transmissão	5.473	-	-	-	-	5.473
Transchile	4.186	-	-	-	-	4.186
Efficientia	3.032	(84)	-	-	-	2.948
Central Termelétrica de Cogeração	2.801	333	-	(2.794)	-	340
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	2.671	-	624	-	-	3.295
Cemig Trading	160	-	-	-	-	160
	6.107.457	352.621	3.733	(54.532)	(590)	6.408.689

Aquisição de participação na LIGHT S.A

A CEMIG, através da Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME"), constituída em parceria com a Andrade Gutierrez Concessões S.A., a J.L.A. Participações S.A. e o Pactual Energia Participações S.A. na qual os sócios detêm participação de 25% (vinte e cinco por cento) cada, celebrou em 28 de março de 2006, com a EDF International S.A. ("EDFI"), um Contrato de Compra e Venda de Ações ("Contrato"), referente à aquisição de participação societária que a EDFI detém, direta e indiretamente, na LIGHT S.A., correspondente a 79,57% (setenta e nove vírgula cinquenta e sete por cento) do capital social total da LIGHT S.A., holding que controla integralmente, entre outras empresas, a concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A., que possui 3,8 milhões de consumidores (6,4% do mercado nacional) em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro e a geradora Light Energia S.A., que detém 852 MW de capacidade instalada em usinas hidrelétricas.

De acordo com o Contrato, a RME pagará o valor de US\$319.810 mil pela participação da EDFI na Light S.A..

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela RME estarão sujeitas ao cumprimento de determinadas condições estabelecidas no Contrato, que incluem, entre outras, a aprovação da transferência do controle da Light S.A. pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, pela French Commission des Participations et des Transferts, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e outros credores. Além disso, a operação deverá ser submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, nos termos da Lei nº 8.884/94.

Investimentos na Infovias

Em 31 de março de 2006, a CEMIG possuía adiantamentos para aumento de capital na Infovias, ainda não integralizados, no montante de R\$49.957 (R\$49.957 em 31 de dezembro de 2005), classificados no saldo de investimentos.

O ágio de R\$9.510 na aquisição da Infovias é atribuível à expectativa de lucratividade futura, calculada sobre o fluxo de caixa projetado. Desta forma, o ágio está sendo amortizado de forma linear no período de janeiro de 2005 a junho de 2012. Na consolidação o valor do ágio foi transferido para o diferido.

Consórcios

A CEMIG participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado 31/03/2006	Consolidado 31/12/2005
Controladora				
Em Serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,49	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50%	2,51	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,58	171.856	171.856
Usina de Queimado	82,50%	2,45	193.599	193.599
Usina Capim Branco I	21,05%	2,51	18.066	-
Depreciação acumulada			(35.291)	(32.174)
Total em operação			442.409	427.460

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
---	--------------------

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

Em Curso			
Usina de Queimado	82,50%	232	232
Usina de Funil	49,00%	8.561	8.411
Usina de Aimorés	49,00%	507.433	499.920
Usinas Capim Branco II em construção	21,05%	16.061	31.032
Total em construção		<u>532.287</u>	<u>539.595</u>
Total Consórcios		<u>974.696</u>	<u>967.055</u>

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Meio Ambiente

O comprometimento com o meio ambiente e com a qualidade de vida da sociedade é uma das condições básicas dos princípios que regem a atuação da CEMIG. Através de seus estudos e ações, busca imprimir em seus empregados e parceiros a conscientização para a questão ambiental. Essa forma de agir, prevista na Política Ambiental da CEMIG e presente em todas as suas atividades que realiza, valoriza os empregados, a Empresa e contribui para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A estratégia de implantação de Sistemas de Gestão Ambiental na CEMIG e seus resultados evidenciam a melhoria contínua das ações de responsabilidade socio-ambiental da Empresa.

A CEMIG desenvolveu no ano de 2005 diversas ações voltadas a compatibilização de suas atividades com a proteção do meio ambiente, com recursos superiores a R\$85 milhões em programas e estudos ambientais.

Desenvolvimento Sustentável – Índice Dow Jones

Pela sexta vez consecutiva, a CEMIG foi selecionada pelo Dow Jones Sustainability World Indexes (DJSI World), um índice considerado de alta confiabilidade mundial, compondo o seletor grupo de 317 empresas de todo o mundo. O levantamento envolveu mais de 2.500 empresas de 58 ramos industriais em 34 países. A CEMIG é a única do setor elétrico da América Latina, e está entre as três empresas brasileiras selecionadas pelo DJSI – World. Além de fazer parte do seletor grupo do Índice Dow Jones, a CEMIG ainda foi eleita líder mundial do setor elétrico, entre 75 empresas avaliadas.

Em 2005, a CEMIG foi incluída no grupo de empresas listadas no ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE/Bovespa). O ISE reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade no meio empresarial brasileiro.

Além do compromisso com a proteção do meio ambiente, a CEMIG investe em programas de conservação e eficiência de energia e em pesquisas de novas fontes alternativas, tais como, energia solar e fotovoltaica, energia eólica, células de hidrogênio, substituição de óleo combustível e gasolina por gás natural.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental da CEMIG é conduzido e orientado conjuntamente, de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos, a observância da legislação ambiental e o pronto atendimento aos órgãos ambientais competentes pela questão ambiental.

Em 2005, a CEMIG obteve diversas licenças ambientais de usinas hidrelétricas, subestações e linhas de transmissão. Merece destaque a renovação das licenças ambientais de operação das usinas de Nova Ponte e Miranda.

Ações ambientais para a implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé

Em 2005, foi concluído o processo de remanejamento das 632 famílias que viviam na área de abrangência do reservatório da Usina Hidrelétrica de Irapé. O Termo de Acordo de Irapé e sua execução representa o esforço realizado pela Empresa na busca da preservação ambiental e no comprometimento com a qualidade de vida da população, sendo considerado o mais completo Acordo referente ao reassentamento de população em área rural já praticado no setor elétrico brasileiro.

As famílias remanejadas para novas áreas receberam vários benefícios dentre os quais destacamos a construção de novas moradias, rede elétrica, sistemas de abastecimento de água, melhorias nos sistemas de educação e saúde, melhorias no sistema viário, preparação das terras e fornecimento de insumos e sementes para o primeiro plantio, verba de manutenção para as associações de reassentamento, assistência técnica e social.

Além disso, o programa ambiental de Irapé incluiu diversas outras ações ambientais, relacionadas aos cuidados com a fauna, flora e com a cultura e patrimônio da região.

Materiais

Dando continuidade aos cuidados com materiais da empresa, em 2005 destacam-se a reciclagem de lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública em toda a área de concessão, totalizando 240 mil lâmpadas. Além disso, foram regenerados aproximadamente 850 mil litros de óleo isolante, retirados dos transformadores colocados fora de operação.

A campanha de coleta seletiva "Eu Amo Reciclar", no edifício sede da CEMIG, conseguiu, em 2005, obter cerca de 53,8 mil quilos de material reciclável, ou seja,

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

44 mil quilos de papel e papelão, 7,6 mil quilos de plástico e 2,2 mil quilos de metais e vidros. Todo o material recolhido foi repassado para a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte – ASMARE.

Semana do Meio Ambiente

Para comemorar a Semana do Meio Ambiente foi escolhido o tema “A utilização inteligente da energia para a conservação do meio ambiente” que mostrou as diversas formas de energia utilizadas, como hidrelétrica, eólica, solar, células a combustível e de como o mau uso dos recursos energéticos pode prejudicar o meio ambiente. O evento contou com a participação de mais de 1.200 estudantes do ensino fundamental de 14 escolas da rede pública, estadual e municipal que, através de teatro, brincadeiras e vídeo, puderam se conscientizar de que desperdiçar energia significa degradar o meio ambiente.

Foram realizadas pela CEMIG em algumas cidades em Minas Gerais, na Semana do Meio Ambiente, diversas atividades de educação ambiental para estudantes, comunidades e empregados, tais como exposições, palestras e visitas às reservas ambientais da Companhia.

Fauna, Flora e Monitoramento da Qualidade de Água

Com o objetivo de repovoamento e manutenção da biodiversidade dos reservatórios da CEMIG e dos rios de Minas Gerais, foram realizados vários peixamentos em todo o Estado, com a soltura de cerca de 500 mil alevinos, envolvendo a participação de alunos e diversos setores da sociedade.

Foram ampliados os viveiros florestais de Volta Grande e Itutinga passando de 400 mil para 700 mil mudas por ano. Foram coletadas 504 kg de sementes para serem utilizadas no reflorestamento ciliar e arborização urbana, de um total de 130 espécies florestais.

Dentro do Projeto ASAS – Áreas de Soltura de Animais Silvestres, em convênio com o Ibama, foram recuperados, readaptados e devolvidos à natureza, nas Estações Ambientais da Cemig, 452 animais provenientes de apreensões pela Polícia Ambiental.

Dentre as melhorias operativas, vale ressaltar as adaptações de máquinas das usinas hidrelétricas de Funil, Itutinga, São Simão, Nova Ponte e Três Marias através do monitoramento de oxigênio, injeção de água e ar, com o objetivo de reduzir os riscos ambientais sobre a ictiofauna. Destacam-se ainda, o

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

monitoramento de oxigênio à jusante das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs e o monitoramento de peixes através de telemetria (estudo de transposição).

De forma a manter a qualidade de água de seus reservatórios, a CEMIG possui uma rede de monitoramento que abrange seis bacias (Grande, Paranaíba, Pardo, São Francisco, Doce, Paraíba do Sul e Jequitinhonha), 24 sub-bacias diferentes perfazendo um total de 40 reservatórios e 196 estações de coleta de água.

O tema da Campanha de Prevenção e Controle de Queimadas, em 2005, foi “Queimadas. Melhor não Provocar”, que alertou a população para o problema das queimadas e pediu auxílio da sociedade na prevenção do fogo nas matas. A Campanha, com o apoio do Instituto Estadual de Florestas – IEF, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, foi divulgada em comerciais para rádio e TV, anúncios em jornais e revistas, outdoors, além de placas de estrada, cartilhas e adesivos.

Arborização Urbana

Dentro das diretrizes da CEMIG para diminuir as interrupções do fornecimento de energia elétrica causadas por árvores nas redes de distribuição urbana, foram treinados e capacitados cerca de 300 profissionais próprios, de empresas contratadas e de prefeituras em técnicas de poda de árvores urbanas e arborização urbana. Além disso, dando continuidade ao projeto em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a Universidade Federal de Viçosa e a Universidade Federal do Paraná, foram desenvolvidas metodologias de avaliação de árvores em risco de queda visando a substituição preventiva dessas árvores, evitando-se danos às pessoas, veículos e à rede elétrica.

Em 2005, a CEMIG produziu e forneceu às Prefeituras Municipais 15.000 mudas para a arborização urbana.

Programa de Educação Ambiental

No ano de 2005 foi dada a continuidade ao Programa de Educação Ambiental “Terra da Gente”, voltado para alunos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental das escolas das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. O projeto já chegou a 211 estabelecimentos de ensino e contemplou 78.039 alunos, o que representa cerca de 51% das escolas e 30% do total de estudantes da região. Com o Terra da Gente, espera-se possibilitar a discussão e a difusão de estratégias metodológicas adequadas para o desenvolvimento e o monitoramento de projetos pedagógicos de educação ambiental, construídos com a participação daqueles que irão efetivamente utilizar o material produzido e com informações da realidade ambiental de sua região.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Em 2005, as Estações Ambientais e Usinas da CEMIG receberam cerca de 12.886 alunos dos ensinos fundamental e médio e foi lançado o Programa de Educação Ambiental da Usina de Três Marias.

Também foi desenvolvido nos anos de 2004 e 2005, o Projeto ANEEL – Energia Eficiente com Cidadania nas Usinas, que atingiu a meta de 20.693 alunos treinados com enfoque no uso racional de energia.

Medidas compensatórias

De acordo com a Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e com o correspondente Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, as empresas cujas atividades sejam havidas por acarretar altos impactos ambientais ficarão obrigadas a investir em áreas protegidas de maneira a compensar esses impactos. Essas empresas estão obrigadas a investir pelo menos 0,5% dos valores totais investidos na implementação de seu projeto correspondente em atividades e áreas definidas por agentes ambientais.

Durante o procedimento de licenciamento, levando-se em conta os impactos ambientais identificados pelos estudos de avaliação ambiental apresentados pelo operador, os órgãos ambientais poderão determinar o valor a ser investido e as áreas protegidas a serem beneficiadas.

Os critérios referentes a compensação ambiental e social não foram definidos, e existe a possibilidade de que requisitos apresentados por agências ambientais, pelo Ministério Público, por ONGs ou pelas populações afetadas possam ser acrescidos aos tradicionalmente propostos. Devido a essas incertezas, as licenças (inclusive licença corretiva), cronograma e orçamento de novos projetos, e mesmo sua viabilidade, poderão ser afetados. Atualmente, encontram-se em curso discussões com órgãos ambientais oficiais (tanto no nível federal como estadual) com a finalidade de estabelecer critérios que rejam e disciplinem compensações ambientais.

Um grupo de trabalho criado no Governo Federal está desenvolvendo uma resolução no tocante a medidas de compensação ambiental que, caso implementada, poderia ter efeito sobre nossa empresa.

Escadas para Peixes

As barragens de cada uma de nossas instalações de geração hidrelétrica podem apresentar perigo aos peixes que habitam os reservatórios vizinhos. A fim de

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

reduzir o impacto dessas instalações nos peixes que habitam reservatórios vizinhos, o Governo Estadual promulgou a Lei Estadual Nº 12.488, de 9 de abril de 1997, que impôs medidas para assegurar que os peixes de piracema que passam pelas barragens sejam redirecionados a escadas por meio das quais eles poderão passar de maneira segura. Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos projetos de escadas para peixes implantados em nossas instalações de Igarapé, Salto de Moraes, Funil e Igarapava. Em abril de 2002, enviamos ao COPAM estudo relativo às nossas barragens. Em julho de 2002, recebemos uma resposta da SEMAD exigindo que forneçamos estudos adicionais relativos à viabilidade da implantação de escadas para peixes em nossas barragens localizadas em Minas Gerais. Firmamos um contrato com uma organização não-governamental chamada SMC (Sociedade Mineira de Cultura) e a PUCMinas (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) para dar prosseguimento aos estudos para a SEMAD referentes às instalações hidrelétricas de Gafanhoto, Cajuru e Volta Grande. Também estamos avaliando as opções para construção de escadas para peixes nas usinas hidrelétricas de Miranda e Nova Ponte. Os estudos que estão sendo desenvolvidos ainda não são conclusivos no tocante à necessidade da implantação de escadas para peixes. Ademais, não houve nenhuma decisão por parte das autoridades ambientais com relação à execução de projetos de escadas para peixes nas instalações de geração hidrelétrica da CEMIG. Contudo, existe a possibilidade de que decisões futuras por parte das autoridades ambientais, alterações da legislação ambiental ou até mesmo novas informações obtidas a partir dos estudos em andamento imponham a necessidade da construção de escadas para peixes em nossas instalações de geração hidroelétrica.

Regulamentos ambientais

As questões ambientais podem acarretar impacto significativo sobre as operações da nossa empresa. Por exemplo, grandes usinas de energia hidrelétrica podem causar o alagamento de extensões consideráveis e o conseqüente reassentamento de uma população numerosa. A Constituição Brasileira confere ao Governo Federal, governos estaduais e municipais poderes para promulgar leis destinadas a proteger o meio ambiente e regulamentar essas leis. A par da regulamentação ambiental promulgada pelo Governo Federal, os governos estaduais têm poderes para promulgar regulamentação ambiental ainda mais severa.

O Sistema Nacional do Meio Ambiente, ou SISNAMA foi criado com o intuito de proteger o meio ambiente brasileiro. O SISNAMA consiste de: um órgão administrativo, o Conselho Governamental; um órgão de consultoria e decisório, o Conselho Nacional de Meio Ambiente, ou CONAMA; um órgão central, o Ministério

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

do Meio Ambiente, ou MMA; um órgão executivo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, ou IBAMA; e vários órgãos setoriais e locais. Os órgãos que merecem atenção especial são o CONAMA e o IBAMA. O CONAMA realiza e aprova estudos e dá assistência e aconselha o Conselho Governamental sobre as ordens oficiais da política governamental para recursos ambientais e naturais, e sobre deliberações, dentro de sua esfera de competência, acerca de normas e regulamentações aplicáveis ao meio ambiente brasileiro. O IBAMA implementa a Política Ambiental Nacional e inspeciona, preserva e dá suporte ao uso dos recursos naturais.

A Lei Nº 6.938/81, de 31 de agosto de 1981, é denominada Lei de Política Ambiental e regulamenta a responsabilidade civil por danos causados ao ambiente. Em termos legais, essa responsabilidade tem uma natureza objetiva e, além de ser severa, também expande a lista de partes responsáveis, adotando o princípio de responsabilidade solidária. Não obstante a natureza da transgressão, a demonstração da relação causa-efeito entre o dano causado e a ação ou falta dela é suficiente para criar uma obrigação legal, pela parte responsável pela contaminação, de reparar o dano ambiental. Ademais, estar em conformidade com as licenças ambientais não exclui responsabilidades ambientais.

Atividades que causem danos ao ambiente poderão também incorrer em multas penais e administrativas, previstas na Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais). Os efeitos da Lei de Crimes Ambientais se aplicam a qualquer pessoa, seja pessoa física ou jurídica, que por quaisquer meios contribuam para danos causados ao meio ambiente, na medida da sua culpa, no montante do dano causado. Esta lei prevê que uma pessoa jurídica poderá ser considerada responsável por conduta havida por prejudicial ao ambiente, contanto que a infração tenha sido cometida em seu interesse ou em seu benefício, mediante a decisão de seus representantes legais ou contratuais ou de seu conselho em sessão plenária. A administração e os membros do conselho que tenham conhecimento de qualquer conduta criminosa de uma pessoa, sendo, dessa forma, capazes de impedi-la, mas não o fizerem, serão, por sua omissão, também considerados cúmplices do crime.

O Decreto Federal Nº 3.179, promulgado em setembro de 1999, estabeleceu multas administrativas aplicáveis por conduta ou atividades que causem danos ao meio ambiente e as regulamentações regidas pela Lei de Crimes Ambientais. O Decreto institui multas que podem atingir valor máximo de R\$50 milhões, e autoriza o fechamento das instalações.

Com relação aos recursos hídricos, a Lei Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, criou a Política Nacional de Recursos Hídricos, que foi organizada considerando-se as

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

várias bacias hidrográficas do Brasil. A Política Nacional de Recursos Hídricos é implementada pelas agências governamentais e não governamentais e classifica a água como bem público. Dessa forma, nenhuma pessoa física ou jurídica pode apropriar-se do uso da água, e nenhum uso da água acarreta a exclusão absoluta de todos os usuários em potencial.

Ademais, as autoridades públicas devem apresentar justificativa para a concessão de direito de uso da água.

O direito de uso da água federal é concedido pela Agência Nacional de Águas, ou ANA, criada pela Lei Nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e regulamentada pelo Decreto Nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, em colaboração com a ANEEL. Além de conceder esses direitos, a ANA também regulamenta e supervisiona o uso dos recursos hídricos federais e implementa a cobrança de taxas pela utilização da água, de acordo com uma razão de 0,75% do valor da energia gerada. A permissão para uso dos recursos hídricos não federais deverá ser obtida da respectiva agência ambiental/hídrica estadual.

A Política Nacional de Recursos Hídricos também criou a necessidade de concessão de permissão para uso da água na produção de eletricidade. Na fase de planejamento da usina, a ANEEL deve efetuar solicitação às autoridades de recursos hídricos para reserva de disponibilidade de água, que será transformada em permissão para uso de recursos hídricos, sendo outorgada em conjunto com a concessão para operação comercial de energia hidrelétrica. As usinas que já estiverem em operação, e às quais for outorgada concessão, automaticamente também passarão a deter o direito a recursos hídricos. Contudo, quando for efetuada solicitação para renovação da concessão para uso comercial de energia hidrelétrica, deverá ser solicitada também concessão do direito de uso dos recursos hídricos.

Para a construção de uma usina de energia hidrelétrica, as empresas de eletricidade brasileiras devem cumprir várias medidas de proteção do meio ambiente. Primeiramente, deve ser elaborado um estudo de avaliação do impacto ambiental realizado por peritos externos, os quais devem fazer recomendações de como minimizar o impacto da usina ao meio ambiente. O estudo, em conjunto com um relatório especial de avaliação do impacto ambiental do projeto preparado pela empresa, é então submetido às autoridades governamentais estaduais ou federais para análise e aprovação. O projeto passa por um processo de licenciamento de três estágios, que incluem uma Licença Provisória, que indica a viabilidade do projeto, uma Licença de Instalação para iniciar a construção e uma Licença de Funcionamento para operação da usina. As licenças ambientais deverão também ser obtidas para a expansão da usina ou instalação de novos equipamentos.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Deve-se mencionar que, com base nas conclusões de estudos de impacto ambiental, a licença emitida ficará sujeita a várias condições ou exigências que deverão ser observadas, caso contrário as licenças poderão ser revogadas.

As instalações havidas por representar impacto ambiental considerável estão obrigadas por lei a alocar no mínimo 0,5% dos custos de investimento totais por elas incorridos à criação de áreas de preservação ambiental.

Nos termos do Código Florestal Brasileiro (Lei Nº 4.771 de 15 de setembro de 1965), o terreno circundante de reservatórios de água, sejam eles naturais ou artificiais, é considerado área de preservação permanente, o que representa restrição a seu uso. As alterações ao Código Florestal Brasileiro introduzidas pela Medida Provisória Nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, exigem que a operadora de um reservatório adquira tais áreas circunvizinhas. Essa exigência poderá causar impacto sobre a viabilidade econômica de novos empreendimentos hidrelétricos, contudo, até o presente não foi implementada.

A Política Florestal do Estado de Minas Gerais (Lei Nº 14.309, de 19 de junho de 2002, e Decreto Nº 43.710, de 8 de janeiro de 2004) não obriga a operadora a adquirir a área circunvizinha do reservatório, exigindo, contudo, indenização referente à restrição ao uso, nas formas previstas em lei.

Essas normas, quando aplicáveis, acarretarão custos adicionais em função da instalação de novas usinas hidrelétricas.

Qualquer pessoa jurídica envolvida em atividades que causem efeitos poluentes, ou o potencial de efeitos poluentes, ou que envolvam produtos que são considerados perigosos ao meio ambiente, deverão cadastrar-se no IBAMA. O registro no IBAMA envolve pagamentos trimestrais da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, que, com relação às atividades da CEMIG é igual a valor de aproximadamente R\$10 mil ao ano.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VALOR (Reais Mil)
01	TRABALHISTA	1,58	5,67	SIM	113.509
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	0,00	0,00		0
03	OUTRAS	2,84	10,20	SIM	204.306

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
-------------------------------------	--------------------

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Somos uma empresa de energia elétrica estatal que, por intermédio de nossas subsidiárias, exerce as atividades de geração, transmissão e distribuição de eletricidade. De acordo com a ANEEL, em 30 de setembro de 2005, éramos a sexta maior concessionária de geração de energia elétrica do Brasil segundo medição pela capacidade total instalada e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2004, fomos a maior concessionária de distribuição de energia elétrica do Brasil, segundo medição em GWh de eletricidade vendida a consumidores finais e também em número de consumidores. Fornecemos aproximadamente 97% da eletricidade consumida em Minas Gerais durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2004.

Os contratos de concessão para distribuição de energia elétrica da CEMIG, assinados em 1997, determinavam a reestruturação das suas operações através do desmembramento de suas atividades de geração, transmissão e distribuição em subsidiárias integrais (“desverticalização”).

Adicionalmente, a Medida Provisória nº 144, de 11 de dezembro de 2003, posteriormente convertida na Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, de reestruturação do modelo do setor elétrico brasileiro, determinou a separação em empresas distintas das atividades de geração e transmissão da atividade de distribuição de energia elétrica.

As redes e linhas de distribuição e outros ativos e passivos relacionados às atividades de distribuição de energia elétrica da CEMIG foram transferidos através de Assembléias Gerais datadas de: 30/12/2004, 18/02/2005 e 29/07/2005, para a Cemig Distribuição S.A.. Seu capital atualmente é de R\$ 2.896.785 mil.

Da mesma forma, as usinas, linhas de transmissão e outros ativos e passivos relacionados às atividades de geração e transmissão de energia elétrica da Companhia, incluindo os consórcios para produção de energia elétrica, foram transferidos, para a Cemig Geração e Transmissão S.A.. Seu capital atualmente é de R\$ 2.261.998 mil.

A ANEEL homologou de forma definitiva a transferência das concessões de distribuição e de transmissão de energia elétrica. A transferência das concessões de geração está em processo de aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – “ANEEL”.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 31 de março de 2006:

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Geração e transmissão de energia elétrica, através de 45 usinas, sendo 42 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão;
- Cemig Distribuição S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais;

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

- Sá Carvalho S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (controlada em conjunto - participação de 55,19%) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais;
- Empresa de Infovias S.A. (“Infovias”) (controlada - participação de 99,94%) – Prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços). A Infovias detém uma participação de 69,25% no capital da Way TV Belo Horizonte S.A., que atua na exploração de serviços de televisão a cabo e Internet em determinadas cidades do Estado de Minas Gerais.
- Efficientia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- Horizontes Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais. A concessão foi transferida no 1º trimestre de 2006 para a UTE Barreiro S.A.;
- Rosal Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente. A concessão foi transferida no 1º trimestre de 2006 para a Cemig PCH S.A.;
- Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 25,00%) – Operação da linha de transmissão de 345 kV conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;
- Cemig PCH S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Capim Branco, construída através de consórcio com parceiros privados;
- UTE Barreiro S.A controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais;

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 31 de março de 2006:

- Cemig Trading S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;
- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto - participação de 51,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 kV;
- Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 kV;
- Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,50%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé – Araçuaí 230 kV
- Transchile Charrúa Transmisión S.A. – (“Transchile”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrúa – Nueva

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
-------------------------------------	--------------------

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Temuco, 220 kV e de duas seções de linha de transmissão nas SE's Charrúa e Nueva Temuco, na região central do Chile.

- Rio Minas Energia Participações S.A (controlada em conjunto – participação de 25,00%) - Constituída em parceria com a Andrade Gutierrez Concessões S.A., a J.L.A. Participações S.A. e o Pactual Energia Participações S.A. com a finalidade inicial de avaliação de aquisição de participação na LIGHT S.A., sendo que em 28 de março de 2006 foi assinado o contrato de compra e venda referente à concretização da operação. Vide maiores comentários na nota explicativa nº 14.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2006	31/12/2005	31/03/2006	31/12/2005	31/03/2006	31/03/2005	31/03/2006	31/03/2005
Cemig Distribuição S.A.								
Coligadas e Controladas ou Controladoras	5.506	8.187	4.304	65	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Coligadas e Controladas ou Controladoras	-	43	-	1	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores	4.624	1.311	-	-	12.112	9.658	-	-
Tributos Compensáveis - ICMS - Circulante	20.707	8.030	220.865	232.156	(543.102)	(406.085)	-	-
Contas de Resultado a Compensar - CRC	644.129	1.518.672	-	-	21.288	59.819	-	-
Tributos Compensáveis - ICMS - Não Circulante	212.350	219.362	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores	42.315	44.239	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	261.473	461.346	-	-	-	-
Debêntures	-	-	103.596	102.743	-	-	(853)	(1.176)
Financiamentos - BDMG	-	-	14.861	14.810	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego - Circulante	-	-	120.427	161.003	-	-	(37.528)	(38.368)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante	-	-	1.301.588	1.284.677	-	-	-	-
Outros	-	702	29.228	33.977	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-	-	-	(15.391)	(17.132)
Custeio Administrativo	-	-	-	-	-	-	(3.102)	(1.940)
Outros								
Coligadas e Controladas ou Controladoras	668	669	-	-	-	-	-	-

O saldo de consumidores e revendedores referente ao Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$42.315 em 31 de março de 2006 a curto e longo prazo, inclui os valores a receber da COPASA, que foram renegociados para pagamento em 96 meses.

Os valores informados referentes às transações com o Governo do Estado de Minas Gerais e a Forluz estão apresentados de forma consolidada. Vide maiores informações referentes às principais transações descritas abaixo:

CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar - CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC ("Contrato da CRC"), de acordo com a Lei nº 8.724/93, amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro aditivos, respectivamente; e (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do 3º aditivo.

Desde a assinatura do contrato original, ocorreram os seguintes aditivos:

a) Primeiro Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 24 de janeiro de 2001.

O objetivo deste aditivo foi a substituição do índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, a partir de novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

b) Segundo Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 14 de outubro de 2002.

Refere-se às 149 parcelas do contrato original, com vencimento de 1º de janeiro de 2003 a 1º de maio de 2015, no valor total de R\$1.980.863 a preços de 30 de setembro de 2005, com juros de 6% ao ano e atualização monetária pela variação do IGP-DI.

Em decorrência da não inclusão, no Segundo Aditivo, de garantias efetivas que assegurem o recebimento dos valores registrados, a CEMIG constituiu uma provisão para perdas, no exercício de 2002, correspondente ao montante integral do aditivo em referência.

Devido a provisão integral para perdas constituída em 1º de abril de 2002, a receita financeira com atualização monetária e juros incidentes sobre o Segundo Aditivo, no montante de R\$935.538, a partir daquela data, não impactou os resultados dos respectivos exercícios, considerando que foram constituídas provisões para perdas de igual valor. Entretanto, em atendimento à legislação tributária brasileira, a CEMIG reconheceu os tributos federais a pagar incidentes sobre as receitas financeiras mencionadas.

As provisões constituídas são consideradas permanentemente indedutíveis para efeitos fiscais de acordo com a legislação tributária brasileira.

As Parcelas do referido aditivo contratual com vencimento de 1º de janeiro de 2003 a 1º de outubro de 2005, no montante de R\$659.619, incluindo atualização monetária, juros e multa, não foram liquidadas.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

c) Terceiro Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 24 de outubro de 2002.

As parcelas do contrato original com vencimento de 1º de abril de 1999 a 1º de dezembro de 1999 e de 1º de março de 2000 a 1º de dezembro de 2002, foram repactuadas com o Governo do Estado de Minas Gerais, com juros de 12% a.a. e atualização monetária pela variação do IGP-DI, a serem amortizadas através de 149 parcelas mensais e consecutivas, de janeiro de 2003 a maio de 2015. O valor deste aditivo em 30 de setembro de 2005 é de R\$1.147.470 (R\$1.120.653 em 30 de junho de 2005), incluindo juros e multa sobre as parcelas em atraso.

Incluiu-se no aditivo contratual a garantia de retenção de dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos pela CEMIG ao Governo do Estado de Minas Gerais, na condição de acionista da Companhia, líquidos de valor a ser destinado à compra de debêntures da Cemig Geração e Transmissão, emitidas em conexão com a construção da usina de Irapé. Esta garantia permanecerá em vigor mesmo após o vencimento contratado no Terceiro Aditivo, previsto para maio de 2015.

Parte da parcela vencida em 1º de outubro de 2003 e as parcelas subseqüentes do Terceiro Aditivo Contratual com vencimento até 1º de outubro de 2005, no montante de R\$354.369, incluindo atualização monetária, juros e multa, não foram liquidadas.

As projeções de resultado futuro da CEMIG indicam que os dividendos atribuíveis ao Governo do Estado de Minas Gerais serão, no longo prazo, suficientes para assegurar a recuperação integral dos créditos correspondentes ao Terceiro Aditivo contratual, no caso de inadimplência do devedor.

Os eventos futuros que possam impactar o fluxo de dividendos previstos pela CEMIG são permanentemente monitorados pela Administração, no sentido de analisar se a referida garantia é efetiva ou se existirá a necessidade de constituição de provisão para perdas com esse ativo.

d) Quarto Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC.

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do segundo e terceiro aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas iniciada em 30 de dezembro de 2005, reiniciada em 5 de janeiro de 2006 e finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do 2º e 3º aditivos, correspondentes em 31 de dezembro de 2004 a R\$2.941.599.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

O saldo do Quarto Aditivo tem atualização monetária pela variação do IGP-DI e juros de 8,18% ao ano.

O Governo do Estado amortizará o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de 06/2005 a 06/2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$29.416 e a 61ª no valor de R\$76.482, a valores de 31 de dezembro de 2004.

A amortização do débito far-se-á prioritariamente pela retenção de 65,00% dos dividendos e juros sobre o capital próprio devidos ao Governo do Estado. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Excepcionalmente em 2006, R\$30.000 dos dividendos retidos serão utilizados para aquisição, pelo Governo do Estado, de debêntures da CEMIG emitidas em conexão com a construção da usina de Irapé.

A assinatura do quarto aditivo contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social no seu artigo 11, onde são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser atendidas conforme destacamos as principais abaixo:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00%
Investimentos de capital e aquisição de ativos (1) do Lajida	Menor ou igual a 40,00%

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.

(1) Para os exercícios de 2006 e 2007 os índices requeridos serão de 65,00% e 55,00% respectivamente.

Provisão para perdas

Para definição do valor do Quarto Aditivo a ser registrado contabilmente, a Companhia elaborou uma projeção de resultados que não contemplou as novas aquisições de ativos previstas no Plano Diretor, e calculou o fluxo de caixa descontado dos 65,00% de dividendos a serem retidos até o vencimento da última parcela em 2035, utilizando uma taxa livre de desconto de 10,00% ao ano.

Com base nesta avaliação, a Companhia estimou que seria necessária uma provisão para perdas no valor de R\$1.621.877 em 31 de dezembro de 2005, após a atualização do saldo integral com base nas condições do Quarto Aditivo. Considerando a provisão para

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

perdas constituída em 31 de dezembro de 2004 no valor de R\$1.844.893, ocorreu uma reversão de provisão, no exercício de 2005, no valor de R\$223.016.

Os eventos futuros que possam impactar o fluxo de dividendos previstos pela CEMIG são permanentemente monitorados pela Administração, no sentido de analisar a necessidade de se ajustar à provisão para perdas com esse ativo.

Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC")

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC"). O valor de cessão dos créditos foi estabelecido pelo administrador do Fundo, no valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900 milhões de quotas seniores e R\$759 milhões de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras pelo valor de R\$900 milhões, e serão amortizadas em 20 parcelas semestrais, a partir de junho de 2006, com atualização pela variação do CDI + 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG, pelo valor de R\$759 milhões, e correspondem a diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC.

A CEMIG procedeu ao registro contábil dessa operação no mês de janeiro de 2006. A diferença entre a avaliação do saldo do Fundo pelo administrador (R\$1.659.125) e a avaliação da CEMIG (R\$1.539.961) foi registrada pela Companhia como uma provisão para perdas.

A atualização das quotas subordinadas corresponde a diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A CEMIG revisará anualmente as suas projeções de resultado de forma a mensurar a necessidade de constituição adicional ou reversão da provisão.

A movimentação do Contas a Receber do Contrato da CRC e do FIDC em 2006 é como segue:

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

	Consolidado e Controladora
Contrato da CRC	
Saldo em 31 de dezembro de 2005	1.518.672
Juros e Variação Monetária (até 27 de janeiro de 2006)	41.267
Provisão para perdas	(19.978)
Saldo em 27 de janeiro de 2006	1.539.961
Fundo de Direitos Creditórios - FIDC	
Valor de Constituição do FIDC em 27 de janeiro de 2006 (líquido da provisão para perdas)	1.539.961
Atualização monetária das quotas seniores	27.014
Atualização monetária das quotas subordinadas	190
Reversão de provisão para perdas na CEMIG referente às quotas subordinadas	3.978
Saldo do FIDC em 31 de março de 2006	1.571.143
Composição do FIDC em 31 de março de 2006	
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	927.014
- Quotas subordinadas de propriedade da Cemig	759.315
(-) Provisão para perdas	(115.186)
	644.129
TOTAL	1.571.143

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2005, após a aprovação pela Assembléia de Acionistas. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$261.473 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, dos quais R\$30.000 referem-se à parcela dos dividendos destinados à aquisição, pelo Estado de Minas Gerais, das debêntures da usina de Irapé, e R\$139.957 deverão ser retidos para quitação de parte dos créditos da CRC vencidos. O valor remanescente de R\$91.516 será pago ao Governo do Estado de Minas Gerais.

Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores caso os dividendos devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam o saldo da FIDC integralmente registrado na CEMIG e as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com empréstimos e financiamentos no Passivo de curto e longo prazos.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes e beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

Os planos de previdência da FORLUZ são patrocinados pela CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição. As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição nos percentuais de 4,92%, 22,63% e 72,45%, respectivamente, determinados em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial consolidada com benefícios pós-emprego no montante de R\$1.382.434 em 31 de março de 2006 (R\$1.524.482 em 31 de dezembro de 2005) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas mencionadas e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo IPCA do IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que a FORLUZ venha a apresentar pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas conforme previsto contratualmente.

Em função do mencionado no parágrafo anterior, o superávit obtido pela FORLUZ no exercício de 2005, no montante de R\$143 milhões, foi utilizado para amortização do saldo devedor da dívida reconhecida.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Tendo em vista esta possibilidade de redução da dívida negociada com a Forluz, o passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2005	850.504	254.136	341.040
Despesa Reconhecida no Resultado	14.514	13.867	9.147
Contribuições Pagas	(49.286)	(9.733)	(2.174)
Passivo Líquido em 31 de março de 2006	815.732	258.270	348.013
Passivo Circulante	120.427		
Passivo Não Circulante	695.305	258.270	348.013

	Controladora		
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2005	40.788	12.500	14.649
Despesa Reconhecida no Resultado	697	682	467
Contribuições Pagas	(2.425)	(478)	(105)
Passivo Líquido em 31 de março de 2006	39.060	12.704	15.011
Passivo Circulante	5.925	-	-
Passivo Não Circulante	33.135	12.704	15.011

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Da denominação, constituição, objeto, sede e duração da Companhia

Artigo 1º - A Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, constituída em 22 de maio de 1952, como sociedade por ações, de economia mista, será regida por este Estatuto e pela legislação aplicável, e destina-se a construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos; a desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; a prestar serviços de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e a exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objetivo social.

Parágrafo Único - As atividades previstas neste artigo poderão ser exercidas diretamente pela CEMIG ou por intermédio de sociedades por ela constituídas, ou de que venha a participar, majoritária ou minoritariamente, mediante deliberação do Conselho de Administração, nos termos das Leis Estaduais de nºs 828, de 14 de dezembro de 1951, 8.655, de 18 de setembro de 1984, e 15.290, de 4 de agosto de 2004.

Artigo 2º - A Companhia terá sua sede e administração na cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, Brasil, podendo abrir escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País e no exterior, mediante autorização da Diretoria Executiva.

Artigo 3º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Do capital e das ações

Artigo 4º - O capital da Sociedade é de R\$1.621.538.190,25 (um bilhão, seiscentos e vinte e um milhões, quinhentos e trinta e oito mil, cento e noventa reais e vinte e cinco centavos), representado por:

a) 70.874.167.923 (setenta bilhões, oitocentos e setenta e quatro milhões, cento e sessenta e sete mil, novecentas e vinte e três) ações ordinárias, nominativas, do valor nominal de R\$0,01 cada uma;

b) 91.279.651.102 (noventa e um bilhões, duzentos e setenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, cento e duas) ações preferenciais, nominativas, do valor do nominal de R\$0,01 cada uma.

Parágrafo único - O direito de voto será reservado, exclusivamente, às ações ordinárias e cada ação terá direito a um voto nas deliberações da Assembléia.

Artigo 5º - As ações preferenciais gozarão de preferência na hipótese de reembolso de ações e terão um dividendo mínimo anual igual ao maior dos seguintes valores:

- a) 10% (dez por cento) calculado sobre seu valor nominal;
- b) 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido das ações.

Artigo 6º - As ações ordinárias e preferenciais concorrerão em iguais condições na distribuição de bonificações.

Parágrafo Único - A capitalização da correção monetária do capital social dependerá da decisão da Assembléia Geral, mas será sempre obrigatória quando alcançado o limite determinado no artigo 297 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Artigo 7º - Nos exercícios em que a Companhia não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, o Estado de Minas Gerais assegurará às ações

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

do capital da Companhia emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particular, um dividendo mínimo de 6% (seis por cento) ao ano, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004.

Artigo 8º - O capital subscrito pelo Estado de Minas Gerais, que terá, sempre e obrigatoriamente, a maioria das ações com direito a voto, será realizado de acordo com o disposto na legislação em vigor. O capital subscrito por outras pessoas naturais ou jurídicas será realizado conforme for estabelecido pela Assembléia Geral que deliberar sobre o assunto.

Parágrafo Primeiro - Para atender a deliberação das Assembléias Gerais, poderá a Diretoria suspender, obedecidas as regras da legislação vigente, os serviços de transferências e averbações.

Parágrafo Segundo - Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de aumentos de capital e na emissão de valores mobiliários da Companhia, na forma da legislação aplicável. Não será concedido o direito de preferência, no entanto, quando o aumento do capital social for integralizado com recursos de incentivos fiscais, obedecido o disposto no parágrafo único do artigo 172 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CAPÍTULO III

Da Assembléia Geral

Artigo 9º - A Assembléia Geral dos acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses do ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que necessário, e será convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, observadas em sua convocação, instalação e deliberações as prescrições legais pertinentes.

Parágrafo Único - O acionista poderá ser representado nas Assembléias Gerais na forma prevista no art. 126 da Lei nº 6.404, e alterações posteriores, exibindo, no ato,

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

ou depositando previamente na sede social da Companhia, o comprovante de titularidade das ações expedido pela instituição financeira depositária acompanhado do documento de identidade e procuração com poderes especiais.

Artigo 10 - A Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária, será presidida por um acionista eleito pela Assembléia Geral, dentre os presentes, que escolherá um ou mais secretários.

CAPÍTULO IV

Da administração da Companhia

Artigo 11 - A administração da Companhia será exercida por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - A estrutura e a composição do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Companhia serão idênticas nas Subsidiárias Cemig Distribuição S.A e Cemig Geração e Transmissão S.A., com as seguintes exceções: A Diretoria de Distribuição e Comercialização comporá exclusivamente a Subsidiária Integral Cemig Distribuição S.A e a Diretoria de Geração e Transmissão comporá exclusivamente a Subsidiária Integral Cemig Geração e Transmissão S.A.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, na administração da Companhia, das Subsidiárias Integrais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., das controladas e coligadas e nos consórcios dos quais participem, direta ou indiretamente, deverão observar o disposto no Plano Diretor da Companhia, em especial a política de dividendos nele prevista, conforme aprovados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro - O Plano Diretor conterá o planejamento estratégico de longo prazo, os fundamentos, metas, objetivos e resultados a serem perseguidos e atingidos

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

pela Companhia e sua política de dividendos, devendo respeitar os compromissos e requisitos previstos no § 5º abaixo.

Parágrafo Quarto - O Plano Diretor será revisado anualmente pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho de Administração e será refletido em todos os planos, projeções, atividades, estratégias, investimentos e despesas da Companhia e suas subsidiárias, controladas e coligadas e nos consórcios do qual participe, direta ou indiretamente, incluindo o Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e o Orçamento Anual, que deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Quinto - Na condução da administração da Companhia e no exercício do direito de voto em subsidiárias, controladas, coligadas e consórcios, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva observarão e cumprirão, fielmente, as seguintes metas:

- a) manter o endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2 (duas) vezes o LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da Companhia;
- b) manter uma relação consolidada de endividamento medida por dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 40% (quarenta por cento);
- c) restringir o saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante, inclusive para os fins do artigo 30 deste Estatuto, ao equivalente a, no máximo, 5% (cinco por cento) do LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia;
- d) limitar o montante consolidado dos recursos destinados a investimentos de capital e à aquisição de quaisquer ativos, por exercício social, ao equivalente a, no máximo, 40% (quarenta por cento) do LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia;
- e) investir somente em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno real mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor da Companhia, ressalvadas as obrigações legais;

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

f) manter as despesas da Subsidiária Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada de distribuição em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;

g) manter as receitas da Subsidiária Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada de distribuição nos valores reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias.

Parágrafo Sexto - As metas previstas no § 5º acima serão determinadas em bases consolidadas, considerando a Companhia e os seus investimentos permanentes nas Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., controladas, coligadas e consórcios.

Parágrafo Sétimo - As metas estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do § 5º acima poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, mediante justificativa e prévia e específica aprovação do Conselho de Administração, até os seguintes limites:

a) endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 (duas e meia) vezes o LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia;

b) relação consolidada de endividamento medida por dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 50% (cinquenta por cento);

c) saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante, inclusive para os fins do artigo 30 deste Estatuto, ao equivalente a, no máximo, 10% (dez por cento) do LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia;

d) montante consolidado dos recursos destinados a investimentos de capital e à aquisição de quaisquer ativos, exclusivamente nos exercícios sociais de 2006 e 2007, limitado ao equivalente a, no máximo, 65% (sessenta e cinco por cento) e 55% (cinquenta e cinco por cento) do LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia, respectivamente.

Seção I

Do Conselho de Administração

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 12 - O Conselho de Administração da Companhia será composto de 14 (quatorze) membros efetivos e igual número de suplentes, dentre os quais um será o seu Presidente e outro, o Vice-Presidente, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral, para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros suplentes substituirão os respectivos titulares em suas eventuais ausências e impedimentos e, no caso de vacância, até que se proceda à respectiva substituição.

Parágrafo Segundo - O montante global ou individual da remuneração do Conselho de Administração será fixado pela Assembléia Geral que os eleger em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo Terceiro - Fica assegurado aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro do Conselho de Administração, respectivamente, na forma da lei.

Parágrafo Quarto - Os Conselhos de Administração das Subsidiárias Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. serão constituídos, obrigatoriamente, pelos membros efetivos e suplentes eleitos para o Conselho de Administração da Companhia.

Artigo 13 - Em caso de vaga no Conselho de Administração, a primeira Assembléia Geral Extraordinária procederá à eleição de novo membro, para o período que restava ao antigo Conselheiro.

Parágrafo único - Na hipótese prevista neste artigo, cabe à minoria eleger o novo membro do Conselho de Administração se o antigo houver sido por ela eleito.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, de seu Vice-Presidente, de um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva e deliberará, validamente, com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Primeiro - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou seu Vice-Presidente, mediante aviso escrito enviado com antecedência de 5 (cinco) dias, contendo a pauta de matérias a tratar. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima mencionado, desde que inequivocamente cientes os demais integrantes do Conselho.

Parágrafo Segundo - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos dos Conselheiros presentes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Artigo 15 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração conceder licença aos seus membros, competindo aos demais membros conceder licença ao Presidente.

Artigo 16 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos por seus pares, na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a eleição de seus membros, cabendo ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Artigo 17 - Caberá ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) eleger e destituir os Diretores da Companhia, observado o presente Estatuto;
- c) deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

d) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

e) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre empréstimos, financiamentos, atos ou outros negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ressalvado o disposto na alínea "g" do parágrafo 4º do artigo 21 abaixo;

f) convocar a Assembléia Geral;

g) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;

h) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;

i) escolher anualmente e destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas;

j) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa e inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

l) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

m) autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos, na forma de debêntures, notas promissórias, "commercial papers" e outros;

n) aprovar o Plano Diretor da Companhia e suas revisões, o Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e suas revisões e o Orçamento Anual.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo único - O Conselho de Administração, mediante resoluções específicas, poderá delegar à Diretoria Executiva a competência para autorizar a celebração de contratos de comercialização de energia elétrica ou de prestação de serviços de distribuição e transmissão, nos termos da legislação.

Seção II Da Diretoria

Artigo 18 - A Diretoria Executiva será constituída de 7 (sete) Diretores, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, composta de: um Diretor-Presidente; um Diretor Vice-Presidente; um Diretor de Distribuição e Comercialização; um Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores; um Diretor de Geração e Transmissão; um Diretor de Gestão Empresarial; e, um Diretor de Planejamento, Projetos e Construções.

Parágrafo Primeiro - O mandato dos Diretores será de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Os Diretores permanecerão em seus cargos até que seus sucessores, devidamente eleitos, sejam empossados.

Parágrafo Segundo - O montante global ou individual da remuneração da Diretoria, inclusive benefícios de qualquer natureza, será fixado pela Assembléia Geral, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo Terceiro - Os Diretores exercerão seus cargos em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva ao serviço da Companhia, sendo permitido o exercício concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia, a critério do Conselho de Administração, competindo-lhes porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes nas Subsidiárias Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Quarto - Os Diretores, não empregados, terão direito a uma licença anual remunerada, por prazo não superior a 30 (trinta) dias, de forma não cumulativa, acrescida de um terço da remuneração mensal em vigor, que lhes será concedida pelo Conselho de Administração, vedado o pagamento em espécie das licenças não gozadas.

Artigo 19 - Em caso de ausência, licença, impedimento, renúncia ou vaga do Diretor-Presidente, o cargo será exercido pelo Diretor Vice-Presidente, pelo período que durar a ausência, licença ou impedimento, e, nos casos de vaga ou renúncia, até o provimento do cargo pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo vaga, renúncia, licença ou impedimento temporário de qualquer dos demais membros da Diretoria Executiva, poderá ela, reunida em colegiado, mediante a aprovação da maioria de seus membros, atribuir a outro Diretor também o exercício das funções respectivas, até que o cargo seja provido pelo Conselho de Administração, ou enquanto durar a licença ou o impedimento, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O Diretor-Presidente ou o membro da Diretoria Executiva eleito na forma deste artigo exercerá o cargo pelo tempo de mandato que restava ao Diretor substituído.

Artigo 20 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por 2 (dois) Diretores, mediante aviso com antecedência mínima de 2 (dois) dias, o qual, entretanto, será dispensado no caso de estarem presentes todos os Diretores. Salvo disposto em contrário neste Estatuto, as deliberações da Diretoria Executiva serão adotadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, em caso de empate, com comunicação ao Conselho de Administração de sua utilização.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 21 - Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e o Orçamento Anual, elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - O Plano Plurianual e Estratégico da Companhia refletirá o Plano Diretor e conterá os planos e as projeções para o prazo de 5 (cinco) exercícios financeiros, devendo ser atualizado, no máximo, a cada ano, e abordará em detalhe, entre outros:

- a) as atividades e estratégias da Companhia, incluindo qualquer projeto para construção ou expansão de geração, transmissão e distribuição;
- b) os novos investimentos e oportunidades de negócios, incluindo os das controladas e coligadas da Companhia;
- c) os valores a serem investidos ou de outra forma contribuídos a partir de recursos próprios ou de terceiros;
- d) as taxas de retorno e lucros a serem obtidos ou gerados pela Companhia.

Parágrafo Segundo - O Orçamento Anual refletirá o Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e, por conseguinte, o Plano Diretor, e deverá detalhar as receitas e as despesas operacionais, os custos e investimentos, o fluxo de caixa, o montante a ser destinado ao pagamento de dividendo, as inversões de recursos com recursos próprios ou de terceiros e outros dados que a Diretoria Executiva considerar necessários.

Parágrafo Terceiro - O Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e o Orçamento Anual serão preparados e atualizados anualmente, até o término de cada exercício social, para vigorar no exercício social seguinte. Ambos serão elaborados com a coordenação do Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores e submetidos ao exame da Diretoria Executiva e, após, à aprovação do Conselho de Administração.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Quarto - Dependerão de deliberação da Diretoria Executiva, reunida como órgão colegiado, as seguintes matérias:

- a) aprovação do plano de organização da Companhia e emissão das normas correspondentes, bem como as respectivas modificações;
- b) aprovação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia, bem como suas revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos e seu encaminhamento ao Conselho de Administração;
- c) aprovação do Orçamento Anual e seu encaminhamento ao Conselho de Administração, bem como qualquer investimento ou despesa não prevista no Orçamento Anual aprovado, de valores inferiores a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- d) aprovação de alienação ou constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valores inferiores a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- e) aprovação de contratos, empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- f) aprovar, mediante proposta do Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores, as declarações de voto nas Subsidiárias Integrais, controladas, coligadas e nos consórcios dos quais participe, direta ou indiretamente, quando versarem sobre matérias contempladas no Orçamento Anual, no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia ou no Plano Diretor, ou que possam afetar sua implementação ou a política de dividendos nele prevista, devendo tal exercício, em todo caso, observar o disposto no presente Estatuto;
- g) aprovação dos contratos de compra e venda de energia no atacado, devendo os respectivos instrumentos ser informados ao Conselho de Administração na reunião seguinte à aprovação;
- h) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa e inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e inferior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

i) autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor inferior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

j) autorizar as provisões contábeis da Companhia, independentemente de seu valor, mediante proposta do Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores.

Parágrafo Quinto - A prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos será efetuada pelo Diretor-Presidente, conjuntamente com um Diretor, ou por mandatário devidamente constituído.

Parágrafo Sexto - A outorga de procurações deverá ser realizada pelo Diretor-Presidente, conjuntamente com um Diretor, ressalvada a competência definida na alínea "c", inciso I, do artigo 22, para a qual será exigida apenas a assinatura do Diretor-Presidente.

Parágrafo Sétimo - A Diretoria Executiva poderá, anualmente, delegar a um ou mais Diretores a competência para a prática dos atos previstos no parágrafo 4º deste artigo, mediante resolução aprovada pela unanimidade dos seus membros.

Artigo 22 - Observado o disposto nos artigos precedentes, são atribuições dos membros da Diretoria Executiva:

I - Do Diretor-Presidente:

- a) superintender e dirigir os trabalhos da Companhia;
- b) desenvolver as ações estratégicas da Empresa definidas no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;
- c) representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;
- d) assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos de responsabilidade da Companhia;

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

e) apresentar o relatório anual dos negócios da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembléia Geral Ordinária;

f) admitir e demitir pessoal da Companhia;

g) conduzir as atividades de Auditoria Interna, Relacionamento Institucional, Jurídicas, Comunicação Social, Representação e Ouvidoria.

II - Do Diretor Vice-Presidente:

a) substituir o Diretor-Presidente nas suas ausências, licença, impedimentos, renúncia ou vaga;

b) definir as políticas e diretrizes de meio ambiente, de desenvolvimento tecnológico, de alternativas energéticas, normalização técnica e de melhoria na qualidade de produtos e serviços;

c) coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação ao meio ambiente, ao processo tecnológico e a gestão estratégica de tecnologia;

d) coordenar os programas corporativos de promoção e melhoria da qualidade;

e) promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia;

f) monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais, tecnológicas e da melhoria da qualidade.

III - Do Diretor de Distribuição e Comercialização:

a) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente aos sistemas de subtransmissão e distribuição da Companhia;

b) elaborar o planejamento do sistema de distribuição (de média e baixa tensões) da Companhia;

c) projetar e construir linhas e redes de distribuição;

d) operar e manter o sistema de subtransmissão e distribuição de energia da Companhia e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;

e) formular e implementar o plano de marketing relacionado às atividades de distribuição e comercialização;

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- f) desenvolver programas e ações junto a consumidores, no sentido de melhor aproveitamento da utilização da energia elétrica;
- g) elaborar as projeções do mercado de atuação desta Diretoria;
- h) relacionar-se comercialmente e efetuar venda de energia elétrica e serviços para consumidores cativos;
- i) conduzir programas e ações ambientais no âmbito desta Diretoria.

IV - Do Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores:

- a) prover os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme Orçamento Anual, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;
- b) coordenar a elaboração e consolidação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e do Orçamento Anual;
- c) contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras;
- d) determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;
- e) detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual;
- f) controlar o capital social da Empresa, fixar a política acionária e sugerir a política de dividendo;
- g) elaborar pesquisa, estudos e análise do mercado de energia brasileiro para atuação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- h) planejar e efetuar operações de compra e venda de energia no atacado e para consumidores livres, bem como as operações de gerenciamento de riscos associados;
- i) desenvolver atividades de compra, venda e contabilização de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- j) representar a Empresa junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- l) estabelecer preços de compra e venda de energia elétrica;

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

m) coordenar a elaboração e a negociação das tarifas de energia elétrica da Companhia;

n) analisar propostas e coordenar o desenvolvimento de novos negócios da Companhia que não sejam de geração, transmissão, distribuição e comercialização, em conjunto com outras áreas envolvidas;

o) apoiar as outras Diretorias no desenvolvimento dos novos negócios de geração, transmissão, subtransmissão e distribuição da Companhia;

p) avaliar e acompanhar as participações da Companhia em outras empresas;

q) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições.

V- Do Diretor de Geração e Transmissão:

a) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de transmissão;

b) elaborar o planejamento da operação e manutenção da geração e da transmissão;

c) operar e manter os sistemas de geração e transmissão e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;

d) conduzir programas e ações ambientais no âmbito desta Diretoria;

e) desenvolver e conduzir as ações hidrometeorológicas de interesse da Companhia;

f) gerir as operações decorrentes da interligação do sistema elétrico da Companhia com os de outras Empresas;

g) representar a Companhia junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico;

h) gerir os laboratórios e oficinas centrais da Companhia;

i) garantir a disponibilidade das instalações e equipamentos de geração e transmissão.

VI - Do Diretor de Gestão Empresarial:

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- a) prover pessoal adequado à Companhia;
- b) definir a política de recursos humanos da Companhia, orientar e promover sua aplicação;
- c) orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;
- d) definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;
- e) projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;
- f) definir políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;
- g) prover a Companhia de recursos e serviços de infra-estrutura e de apoio administrativo;
- h) administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;
- i) proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;
- j) administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;
- l) conduzir programas e ações ambientais no âmbito desta Diretoria;
- m) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa e inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor inferior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

VII - Do Diretor de Planejamento, Projetos e Construções:

- a) elaborar o planejamento da expansão dos sistemas de geração, transmissão e subtransmissão;
- b) consolidar o planejamento do sistema elétrico da Companhia;
- c) consolidar o Programa de Investimentos em geração, transmissão, subtransmissão e distribuição da Companhia;

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- d) representar a Companhia junto ao Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos;
- e) conduzir negociações para o desenvolvimento de empreendimentos de geração e transmissão;
- f) promover o projeto, construção e montagem das instalações de geração, transmissão, subtransmissão e co-geração;
- g) promover o projeto e a construção de edificações;
- h) conduzir estudos de avaliação e ações para obtenção de licenciamento ambiental;
- i) conduzir programas e ações ambientais no âmbito desta Diretoria.

CAPÍTULO V **Do Conselho Fiscal**

Artigo 23 - O Conselho Fiscal da Companhia funcionará de modo permanente e será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, os quais serão eleitos anualmente, quando da Assembléia Geral, podendo ser reeleitos.

Parágrafo único - O Conselho Fiscal elegerá, dentre os seus membros, o seu Presidente, que convocará e conduzirá as reuniões.

Artigo 24 - No caso de renúncia do cargo, falecimento ou impedimento, será o membro efetivo do Conselho Fiscal substituído pelo seu respectivo suplente, até que seja eleito o novo membro, o qual deverá ser escolhido pela mesma parte que indicou o substituído.

Artigo 25 - As atribuições do Conselho Fiscal são as fixadas na Lei de Sociedades por Ações.

Artigo 26 - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral que os eleger, em consonância com a legislação vigente.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO VI
Do Exercício Social

Artigo 27 - O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as Demonstrações Financeiras, de acordo com a legislação pertinente, podendo ser levantados balanços semestrais ou intermediários referentes a períodos menores.

Artigo 28 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

Parágrafo único - O lucro líquido apurado em cada exercício social será assim destinado:

- a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- b) 50% (cinquenta por cento) será distribuído, como dividendo obrigatório, aos acionistas da Companhia, observadas as demais disposições do presente Estatuto e a legislação aplicável;
- c) o saldo, após a retenção prevista em orçamento de capital e/ou investimento elaborado pela administração da Companhia, com observância do Plano Diretor da Companhia e da política de dividendos nele prevista e devidamente aprovado, será aplicado na constituição de reserva de lucros destinada à distribuição de dividendos extraordinários, nos termos do artigo 30 deste Estatuto, até o limite máximo previsto no artigo 199 da Lei de Sociedade por Ações.

Artigo 29 - Os dividendos serão distribuídos obedecida a ordem abaixo:

- a) o dividendo anual mínimo assegurado às ações preferenciais;
- b) o dividendo às ações ordinárias, até um percentual igual aquele assegurado às ações preferenciais.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Primeiro - Uma vez distribuídos os dividendos previstos nas alíneas “a” e “b” do *caput* deste artigo, as ações preferenciais concorrerão em igualdade com as ações ordinárias na eventual distribuição de dividendos adicionais.”.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

Parágrafo Terceiro - As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, serão imputadas aos valores do dividendo obrigatório ou do dividendo estatutário das ações preferenciais, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

Artigo 30 - Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, a partir do exercício social de 2005, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa da Companhia o permitir, a Companhia utilizará a reserva de lucros prevista na alínea “c” do artigo 28 deste Estatuto para a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração com observância do Plano Diretor da Companhia e da política de dividendos nele prevista.

Parágrafo Primeiro - Compete ao Conselho de Administração da Companhia aprovar o Plano Diretor, bem como suas revisões.

Parágrafo Segundo - O Plano Diretor da Companhia conterá o planejamento estratégico de longo prazo, os fundamentos, metas, objetivos e resultados a serem perseguidos e atingidos pela Companhia e sua política de dividendos, nos quais se basearão os planos, projeções, atividades, estratégias, investimentos e despesas a serem incorporados no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 31 - Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento. Parágrafo único - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Companhia.

CAPÍTULO VII

Da Responsabilidade dos Administradores

Artigo 32 - Os Administradores respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei e do presente Estatuto.

Artigo 33 - A Companhia assegurará aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, quando legalmente possível, a defesa em processos judiciais e administrativos propostos por terceiros contra as pessoas desses Administradores, durante ou após os respectivos mandatos, por atos relacionados com o exercício de suas funções próprias e que não contrariarem disposições legais ou estatutárias.

Parágrafo Primeiro - A garantia prevista no *caput* deste artigo estende-se aos empregados que legalmente atuarem por delegação dos Administradores da Companhia.

Parágrafo Segundo - Se o membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, o Diretor ou o empregado for condenado, com decisão transitada em julgado, deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas e prejuízos a ela causados.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

Relação dos maiores Distribuidores em relação ao Consumo

Classificação	Empresa	Consumo (GWh)
1º	CEMIG	36.648
2º	ELETROPAULO	32.668
3º	CPFL	18.917
4º	LIGHT	18.148
5º	COPEL	17.669

Fonte: ABRADDEE – 31/12/2004

Relação dos maiores Distribuidores em relação ao nº de consumidores

Classificação	Empresa	Nº de Consumidores
1º	CEMIG	5.874.899
2º	ELETROPAULO	5.147.675
3º	COELBA	3.488.492
4º	LIGHT	3.434.922
5º	COPEL	3.180.070

Fonte: ABRADDEE – 31/12/2004

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2005

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A
--

19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTERPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
---	--------------------

19.03 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

A principal matéria prima da CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A ("CEMIG D") é energia elétrica e seus principais fornecedores são:

- Itaipu Binacional – responsável por 37,7% das compras totais da CEMIG D;
- CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A – responsável por 19,5% das compras totais da CEMIG D.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

Contrato Inicial celebrado entre a Cemig Geração e Transmissão e a Cemig Distribuição

Em consequência do processo de desverticalização, a Cemig Geração e Transmissão e a Cemig Distribuição ficaram obrigadas a assinar um contrato de compra de potência nos termos da Lei 9.648/98, designado Contrato Inicial, correspondendo à média de 866 MW, ou 25%, da capacidade possuída pela Cemig Geração e Transmissão. Segundo se prevê, o contrato expirará no final de 2005, tendo o preço da energia sido estabelecido pela ANEEL em conformidade com os termos da Lei supracitada.

Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs)

Em 2004, entraram em vigor a Lei 10.848 e o Decreto 5.163, alterando a estrutura do setor elétrico, em especial a comercialização de energia. Nos termos dos novos regulamentos, as distribuidoras devem comprar energia, para atender a seus mercados, por intermédio de leilões públicos realizados no ambiente regulado, no qual são assinados os CCEARs. Em dezembro de 2004, foi realizado o primeiro leilão de energia nos termos do novo modelo do setor elétrico. Nesse leilão, a Cemig Distribuição e a Cemig Geração e Transmissão celebraram contratos de compra e venda de energia.

A Cemig Distribuição comprou, para atender a seu mercado, média de 530 MW segundo contratos com prazos de oito anos, devendo o fornecimento ter início em 1º de janeiro de 2005, por preço médio de R\$57,51/MWh, e média de 919 MW segundo contratos com prazos de oito anos, devendo o fornecimento ter início em 1º de janeiro de 2006, por preço médio de R\$67,33 MWh. Os contratos foram assinados com 12 empresas detentoras de concessões de geração, inclusive a Cemig Geração e Transmissão.

No mesmo leilão, a Cemig Geração e Transmissão vendeu média de 927 MW segundo contratos com prazos de oito anos, devendo o fornecimento ter início em 1º de janeiro de 2006. O preço de venda da energia é R\$69,58/MWh, tomando por referência janeiro de 2005. Os contratos foram assinados com 35 distribuidoras, inclusive a Cemig Distribuição, que atende consumidores em todas as regiões do sistema nacional da rede.

Em abril de 2005, foi realizado o segundo leilão de energia nos termos do novo modelo do setor elétrico. Nesse leilão, a Cemig Distribuição e a Cemig Geração e Transmissão celebraram CCEARs. A Cemig Distribuição comprou, para atender a

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

seu mercado, média de 105 MW segundo contratos com prazos de oito anos, devendo o fornecimento ter início em 1º de janeiro de 2008, por preço médio de R\$83,13/MWh. Os contratos foram assinados com dez empresas detentoras de concessões de geração, inclusive a Cemig Geração e Transmissão. No mesmo leilão, a Cemig Geração e Transmissão vendeu média de 105 MW segundo contratos com prazos de oito anos, devendo o fornecimento ter início 1º de janeiro de 2008. O preço de venda da energia é R\$83,50/MWh, tomando por referência abril de 2005.

Os contratos foram assinados com 34 distribuidoras, inclusive a Cemig Distribuição, que atende consumidores em todas as regiões do sistema nacional da rede.

Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e de Transmissão (TUST)

A ANEEL fiscaliza as regulamentações de tarifas que regem o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão e estabelece tarifas (i) de uso do sistema de distribuição local ou Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição ("TUSD"); e (ii) de uso do sistema de transmissão interligado ou Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão ("TUST").

Ademais, as empresas de distribuição do sistema interligado Sul/Sudeste pagam encargos específicos pela transmissão da energia elétrica gerada em Itaipu.

TUSD

A TUSD é paga por empresas de geração e pelos Consumidores Livres pelo uso do sistema de Distribuição da Concessionária de Distribuição a que a geradora pertinente ou o Consumidor Livre está ligado e é revisada anualmente de acordo com o índice de inflação e os investimentos efetuados pelas distribuidoras no ano anterior para manutenção e expansão da rede. O valor a ser pago pelo usuário ligado ao sistema de distribuição é calculado mediante a multiplicação do montante de energia contratado junto à concessionária de distribuição para cada ponte de ligação, em kW, pela tarifa em R\$/kW que é fixada pela ANEEL.

Contrato com a FORLUZ

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

associados e participantes e aos seus dependentes e beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados. A FORLUZ disponibiliza a seus associados os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários – Plano de contribuição definida para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo. A contribuição da CEMIG é paritária às contribuições básicas mensais dos associados, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição da CEMIG para este plano é de 30% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, e são utilizadas para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial.

Os 70% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes aposentados que optaram por este plano e os saldos, na data de opção, dos participantes ativos que optaram pela migração do Plano de Benefício Definido para o Plano Misto, descrito anteriormente.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos últimos anos de atividade do empregado na CEMIG em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Estão inscritos neste plano, em 31 de dezembro de 2004, 28 ativos e 252 aposentados/pensionistas.

A CEMIG mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamento de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial com benefícios pós-emprego no montante de R\$1.554.943 em 31 de dezembro de 2004 foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (*Tabela Price*). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da CEMIG, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo IPCA do IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que a FORLUZ venha a apresentar pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar pela CEMIG, mencionadas no parágrafo anterior, conforme previsto contratualmente. Assim, o passivo e as despesas reconhecidas pela Companhia em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 371 e laudo preparado por atuários independentes.

Contrato com a COPASA

Encontra-se registrado no Ativo Realizável a Longo Prazo em 31/12/2004, valores a receber, no montante de R\$51.932, referentes a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, empresa controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$51.932. A CEMIG renegociou com a COPASA o pagamento do débito em 96 parcelas mensais e consecutivas, de outubro de 2004 a setembro de 2012. As parcelas são atualizadas pela variação do IGP-M e acrescidas de juros de 0,5% a.m.

Contrato com o Governo Estadual atinente à Compra de Energia

O Governo Estadual possui diversas unidades consumidoras de baixa e média tensão no Estado de Minas Gerais que adquirem esta energia da CEMIG Distribuição S/A.

Para as unidades consumidoras de média tensão, o fornecimento é regulado por contrato específico.

Para as demais unidades consumidoras de baixa tensão, o fornecimento é realizado conforme contrato de adesão, previsto na legislação emanada pela ANEEL.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

Garantias ou contra-garantias a suas Subsidiárias Integrais

O Governador do Estado de Minas Gerais encaminhou à Assembléia Legislativa, projeto de lei que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.655, de 18 de setembro de 1984, que dispõe sobre a mudança de denominação das Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. - CEMIG - para Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - e sobre ampliação de seu objetivo social, bem como dá outras providências.

O objetivo da proposta legislativa é adaptar a lei de regência da CEMIG à nova estrutura societária da Companhia que foi implementada com a criação das subsidiárias integrais Cemig Distribuição S.A e Cemig Geração e Transmissão S.A., constituídas especialmente para o desenvolvimento de suas atividades de geração, transmissão e distribuição.

Com efeito, em face da autorização expressa na Lei nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, a CEMIG realizou uma reorganização societária para atender às exigências legais do novo modelo institucional do setor elétrico nacional, concedido pelo Governo Federal e implementado pela Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, de forma que a sua atividade de distribuição de energia elétrica fosse desenvolvida por empresa que não desenvolva atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, e que não participasse em outras sociedades de forma direta ou indireta, bem como não seja controlada ou coligada de concessionária de geração de energia elétrica. Entretanto, a Lei nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, não alterou o art. 7º da Lei nº 8.655, de 18 de setembro de 1984, que autoriza o Governo do Estado a prestar garantia, tanto real quanto fidejussória, ou contragarantia, em operações de crédito e contratos de financiamento em que a CEMIG seja mutuária, no Brasil ou no exterior.

Há, então, a necessidade de expressa disposição legal que autorize o Estado de Minas Gerais a prestar garantias à União em nome das subsidiárias controladas pela CEMIG, para efeito da cessão das posições contratuais de operações de créditos celebradas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o Kreditanstalt für Wiederaufbau, em decorrência do processo de desverticalização da CEMIG. Dessa forma, o projeto de lei visa alterar a redação do art. 7º da Lei nº 8.655, de 18 de setembro de 1984, autorizando o Governo do Estado a prestar garantias ou contragarantias não apenas à CEMIG, mas também a qualquer de suas subsidiárias integrais constituídas para exercerem as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A
--

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2005	4 - 31/12/2004	5 -
1	Ativo Total	9.255.552	1	0
1.01	Ativo Circulante	3.430.234	1	0
1.01.01	Disponibilidades	533.261	1	0
1.01.02	Créditos	2.744.548	0	0
1.01.03	Estoques	13.766	0	0
1.01.04	Outros	138.659	0	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.623.260	0	0
1.02.01	Créditos Diversos	2.599.172	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	24.088	0	0
1.03	Ativo Permanente	3.202.058	0	0
1.03.01	Investimentos	1.756	0	0
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	3.199.925	0	0
1.03.03	Diferido	377	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2005	4 - 31/12/2004	5 -
2	Passivo Total	9.255.552		1 0
2.01	Passivo Circulante	3.118.086		0 0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	209.171		0 0
2.01.02	Debêntures	0		0 0
2.01.03	Fornecedores	640.809		0 0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	438.340		0 0
2.01.05	Dividendos a Pagar	907.541		0 0
2.01.06	Provisões	337.233		0 0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0		0 0
2.01.08	Outros	584.992		0 0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	3.825.962		0 0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.677.061		0 0
2.02.02	Debêntures	248.885		0 0
2.02.03	Provisões	2.885		0 0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0		0 0
2.02.05	Outros	1.897.131		0 0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0		0 0
2.05	Patrimônio Líquido	2.311.504		1 0
2.05.01	Capital Social Realizado	2.261.998		1 0
2.05.02	Reservas de Capital	0		0 0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0		0 0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0		0 0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0		0 0
2.05.04	Reservas de Lucro	49.506		0 0
2.05.04.01	Legal	49.506		0 0
2.05.04.02	Estatutária	0		0 0
2.05.04.03	Para Contingências	0		0 0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0		0 0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0		0 0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0		0 0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0		0 0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0		0 0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A
--

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/12/2005	4 - 08/09/2004 a 31/12/2004	5 -
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	9.274.966	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(2.878.119)	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	6.396.847	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(5.131.350)	0	0
3.05	Resultado Bruto	1.265.497	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(67.407)	0	0
3.06.01	Com Vendas	(119.930)	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(68.460)	0	0
3.06.03	Financeiras	108.164	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	882.507	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(774.343)	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	12.819	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	1.198.090	0	0
3.08	Resultado Não Operacional	(30.716)	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	1.167.374	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(397.789)	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	220.544	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	990.129	0	0
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	2.261.988	1	0
	LUCRO POR AÇÃO	0,43773	0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO			

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2005

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A
--

19.08.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 08/09/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1	0	0	0	0	1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	2.261.997	0	0	0	0	2.261.997
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	990.129	990.129
5.07	Destinações	0	0	0	49.506	(990.129)	(940.623)
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	2.261.998	0	0	49.506	0	2.311.504

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

A CEMIG Distribuição S/A detém a concessão de distribuição em 96,7%, ou seja, 567.478 km² do território de Minas Gerais o que outorga direitos exclusivos de fornecer energia elétrica a consumidores nesta área, ressalvados os consumidores que possam se enquadrar, em conformidade com a legislação, como consumidores livres (atualmente consumidores com demanda igual ou superior a 3MW e que exerceram a opção de se tornarem livres). Em 31 de setembro de 2005, detinha e operava 390.624 km de linhas de distribuição, por meio das quais fornecia energia elétrica a aproximadamente 5,9 milhões de consumidores.

Durante os últimos quatro anos, diversas empresas integrantes do setor elétrico brasileiro, controladas pelo Estado, foram privatizadas em um esforço para promover a eficiência e a concorrência do setor. O atual Governo Federal interrompeu esse processo de privatização e partiu para a implantação de um "Novo Modelo" para o setor elétrico brasileiro através da publicação da Lei 10.848, de 15 de março de 2004.

Dentre os principais objetivos do Novo Modelo destacam-se:

1. Garantia da segurança de suprimento - Para garantir a segurança de suprimento o Novo Modelo estabelece a exigência de contratação da totalidade da carga pelos distribuidores e prevê ainda um cálculo realista dos lastros de geração (energia assegurada), a contratação de hidrelétricas e térmicas em proporções que assegurem melhor equilíbrio entre garantia e custo, e um monitoramento permanente do suprimento.
2. Modicidade tarifária - a ser alcançada com a contratação de energia sempre por meio de leilões, na modalidade "menor tarifa", pela contratação por licitação conjunta de compra de energia para distribuidores (Pool) e pela contratação separada da energia de novas usinas (atendimento à expansão) e de usinas existentes (atendimento ao mercado existente), ambas por licitação.

Nesse Novo Modelo, a comercialização de energia elétrica se dá em dois Ambientes de Contratação: Regulado (ACR) e Livre (ACL). Os distribuidores só podem atuar no Ambiente Regulado (ACR) e os geradores atuam nos dois ambientes mantendo a sua característica competitiva. O Planejamento da Expansão é determinístico e executado pelo Poder Concedente.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

Foram criados dois novos Agentes Institucionais:

- EPE (Empresa de Pesquisa Energética), empresa pública encarregada da elaboração do planejamento da expansão; e
- CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), empresa privada controlada pela ANEEL, que substituiu o MAE e é a responsável pela contratação conjunta de energia para os distribuidores (Pool).

No dia 30 de julho de 2004, foi publicado o Decreto 5.163, que regulamentou a "Comercialização de Energia Elétrica" e, nos dias 9, 12 e 16 de agosto, foram publicados os Decretos 5.175, 5.177 e 5.184, referentes, respectivamente, à criação do "Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE", da "Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE" e da "Empresa de Pesquisa Energética - EPE".

A partir de setembro de 2004 a ANEEL deu seqüência à regulamentação do Novo Modelo e instituiu, através de Audiências Públicas (via intercâmbio documental), a "Convenção de Comercialização de Energia Elétrica" e as "Regras para Realização do 1º Leilão de Energia de Geração Existente no Ambiente de Contratação Regulada - ACR", que ocorreu no dia 7 de dezembro.

A Lei nº 10.848 de março de 2004, que definiu o Novo Modelo do setor elétrico, obrigou as empresas integradas, como a Cemig, a se desverticalizarem. Desta forma, buscamos a melhor maneira de promover a reestruturação societária da Companhia Energética de Minas Gerais SA. Nesse sentido, nosso Conselho de Administração aprovou o processo de desverticalização e, em agosto, foi sancionada pelo Governador, a Lei nº 15.290/2004, autorizando a reestruturação societária.

No dia 8 de setembro de 2004, foram constituídas duas subsidiárias integrais da Companhia Energética de Minas Gerais: CEMIG Distribuição de Energia S.A. e CEMIG Geração e Transmissão S.A..

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

Obtivemos em 2005 um expressivo resultado representado pelo nosso lucro líquido de R\$ 990 milhões e pela geração de caixa de R\$ 1.454 milhões, medida pelo LAJIDA, o que coloca a Cemig Distribuição não só como a maior distribuidora de energia elétrica do país mas também como uma das maiores da América Latina, seja pela lucratividade, pelo número de consumidores, pelo tamanho de nossa rede ou pelo volume de energia distribuída.

Dentro do novo marco regulador, implementado a partir de 2003 pelo Governo Federal, buscamos usufruir de todas as oportunidades de crescimento que identificamos seja através da negociação franca e aberta com nossa agência de regulamentação, a ANEEL, que estabelece os mecanismos de remuneração das concessionárias, seja pela redução de nossos custos operacionais resultando em maior agregação de valor aos investimentos realizados por nossos acionistas.

Implementamos técnicas gerenciais que se inserem entre as mais eficazes utilizadas por empresas de ponta em todo o mundo e que resultaram em melhoria substancial em nossos índices operacionais, tais como inspeções de rede por helicóptero e controle via satélite de equipes de manutenção. Nossos empregados são intensivamente treinados nestas técnicas que visam não somente a melhoria operacional mas também a segurança no trabalho e para a comunidade que servimos.

Empregamos ferramentas de gestão que asseguram a maximização do desempenho empresarial tais como o BSC- balanced scorecard, que visa permear por toda a estrutura corporativa as metas e estratégias para o atendimento dos planos empresariais.

Atendemos de forma geral a todos os requisitos operacionais mínimos estabelecidos pelo órgão regulador como fator de medição de qualidade de prestação de serviço aos nossos clientes o que resulta em adimplência total com nosso contrato de concessão. Neste aspecto, procuramos ampliar o entendimento sobre a regulamentação para estabelecer uma relação de confiança com a agência reguladora, de forma a assegurar a prestação de serviço de melhor qualidade aos nossos clientes.

Nossa gestão visa a assegurar a geração de recursos suficientes para financiar nossa expansão o que permite atender não só os compromissos com nosso contrato de concessão mas também às metas de participação de mercado estabelecidas em nosso Plano Diretor, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Cemig Holding. Assim sendo, investimos em 2005 R\$ 846

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

milhões para ampliar o atendimento aos nossos mais de 6 milhões de consumidores com ênfase para o Programa Luz Para Todos, patrocinado pelos Governos Estadual e Federal, através de recursos a fundo perdido ou custos subsidiados e que visa à ligação de 100% de consumidores rurais de baixa renda até o final de 2006.

Reafirmamos nosso compromisso de gerir a Companhia com responsabilidade social e ambiental voltado para o atendimento dos interesses de longo prazo não só de nossos acionistas mas também de nossos empregados, clientes e da comunidade que servimos.

Para isto temos tomado medidas que asseguram a sustentabilidade de nossa atividade tais como a seleção criteriosa de investimentos, redução de custos operacionais, atendimento às determinações legais e reguladoras e implementação de práticas gerenciais modernas bem como aos anseios da comunidade que servimos através da ligação de novos consumidores e o suprimento de energia elétrica a baixo custo às comunidades carentes.

Estamos confiantes de que todo o conhecimento acumulado pela Companhia aliado ao foco no nosso negócio irá proporcionar grandes benefícios não só aos nossos acionistas mas também a todos que interagem com a Companhia.

AMBIENTE REGULATÓRIO - LEILÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

Esse foi um ano de consolidação do novo modelo do setor elétrico. Foram realizados quatro leilões para compra de energia elétrica pelo governo federal no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), sendo três leilões para empreendimentos já existentes e um para novos empreendimentos.

A realização de diversas audiências e consultas públicas e a conseqüente emissão de resoluções pela Aneel, regulamentando as regras de comercialização, também contribuíram para essa consolidação, com grande envolvimento dos agentes e de associações como Abradee, Abrage, Apine, Abrace e Abracel.

Participação da Cemig Distribuição no leilão de energia

Em 2005, a Cemig Distribuição, participou dos diversos leilões de energia do Ambiente de Contratação Regulada (ACR). O primeiro desses leilões foi realizado pela CCEE em 07/12/2004 para início de suprimento a partir de 01/01/2005. A

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

Cemig Distribuição comprou energia com início de entrega em 2005, 2006 e 2008. O prazo de duração desses contratos é de 8 anos. Os resultados da compra e venda de energia pela Cemig Distribuição nos leilões de energia existente promovidos pela CCEE encontram-se na tabela a seguir:

Leilões de Energia Existente

	Ano de Início do Fornecimento			
	2005	2006	2007	2008
CEMIG-D (compra)				
Volume (MW médios)	530	919	-	105
Prazo do Contrato (anos)	8	8	-	8
Preço (R\$/MWh)	57,51	67,33	-	83,13

No Leilão de Energia Nova, realizado em 16/12/2005, a Cemig Distribuição realizou compras cujo resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Leilão de Energia Nova

	2008	2009	2010
Hidráulica			
Volume (MW médios)	4,5	3,2	92,0
Prazo do Contrato (anos)	30	30	30
Preço (R\$/MWh)	106,95	113,89	114,83
Térmica			
Volume (MW médios)	35,3	58,8	89,0
Prazo do Contrato (anos)	15	15	15
Preço (R\$/MWh)	132,26	129,26	121,81
Total			
Volume (MW médios)	39,8	62,0	181,0
Preço (R\$/MWh)	127,15	127,77	117,11

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

DESVERTICALIZAÇÃO

Os contratos de concessão para distribuição, transmissão e geração de energia elétrica da CEMIG, controladora da Cemig Distribuição, assinados em 1997, determinavam a reestruturação das suas operações através do desmembramento de suas atividades de geração, transmissão e distribuição em subsidiárias integrais (“desverticalização”).

Adicionalmente, a Medida Provisória nº 144, de 11 de dezembro de 2003, posteriormente convertida na Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, de reestruturação do modelo do setor elétrico brasileiro, determinou a separação em empresas distintas das atividades de geração e transmissão da atividade de distribuição de energia elétrica.

Desta forma, as redes e linhas de distribuição e outros ativos e passivos relacionados às atividades de distribuição de energia elétrica da CEMIG foram transferidos, a partir de 1º de janeiro de 2005, para a Cemig Distribuição.

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Política de atendimento

A Cemig Distribuição implementa, de forma contínua, ações de melhorias na estrutura de atendimento aos seus clientes, objetivando estabelecer canais de comunicação mais eficientes e agilidade no atendimento. Dentre as ações, destacamos:

- Manutenção contínua do credenciamento de estabelecimentos comerciais (farmácias, locadoras e padarias), para a expansão dos pontos de arrecadação e prestação de outros serviços comerciais em áreas que não possuem representação da Cemig Distribuição.
- Implementação do Cemig Postal, um canal desenvolvido para os nossos clientes onde são utilizados formulários com postagem "pré-paga", disponíveis gratuitamente em locais sinalizados nos agentes Cemig Fácil.
- Expansão e adequação da Central de Atendimento “Fale com a Cemig” às exigências da ANEEL, que regulamentou este canal de comunicação dos clientes com as concessionárias de energia. Hoje, o “Fale com a Cemig” está estruturado com 357 posições de atendimento para atender nossos

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

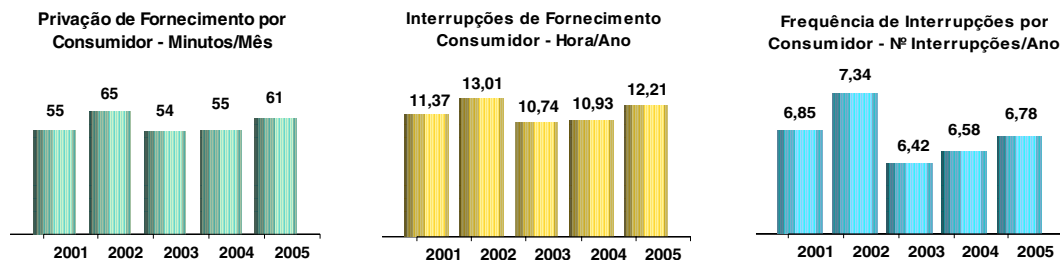
Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

clientes 24 horas por dia, via telefone, portal da Cemig, Chat e e-mail, permitindo maior eficiência nos serviços e garantindo comodidade e conforto aos clientes, que solicitam os serviços sem sair de casa. A capacidade de atendimento ultrapassa a casa das 60.000 chamadas/dia, tendo ultrapassado, em dias atípicos, o volume de 82.000 chamadas/dia, sem prejuízo da qualidade do atendimento.

- Reestruturação e modernização das Agências de Atendimento para adequá-las a uma nova filosofia de relacionamento, com aplicação das áreas de auto-atendimento e instalação de linhas telefônicas com acesso direto à Central de Atendimento “Fale com a Cemig”.

Qualidade no fornecimento

Os gráficos a seguir apresentam a evolução histórica dos indicadores de qualidade.



Do total desses indicadores, cerca de 20% se referem aos desligamentos programados para melhorias na qualidade do fornecimento. Esses desligamentos são precedidos de avisos e, portanto, reduzem o impacto, para os clientes, do corte temporário de energia.

Tarifa

As tarifas da Cemig Distribuição tiveram um reajuste médio de 23,88%, a partir de 8 de abril de 2005. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo com o objetivo de eliminar gradualmente, conforme nota da ANEEL, os subsídios cruzados existentes entre os grupos de consumo. Desta forma, os consumidores residenciais tiveram um percentual de aumento de 18,48% em suas

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

contas de energia enquanto que, os consumidores de alta tensão tiveram um aumento de 25,14%.

Do reajuste médio de 23,88%, 12,40% referem-se efetivamente ao reajuste tarifário anual e 11,48% aos componentes financeiros externos ao reajuste anual, incluídos para amortização de ativos regulatórios ainda relacionados ao programa de racionamento, revisão tarifária de 2003 e outros.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Lucro Líquido

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2005, um lucro líquido de R\$990 milhões. Os principais itens que compõem este resultado estão demonstrados a seguir:

Receita Operacional

RECEITAS OPERACIONAIS – R\$ milhões	
	2005
Fornecimento a Consumidores Finais	7.335
Suprimento a Outras Concessionárias e Transações com energia na CCEE/MAE	95
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	7.430
Reajuste Tarifário Diferido	591
Receita de Uso da Rede	1.201
Outras Receitas Operacionais	53
	9.275

Reapresentação Espontânea

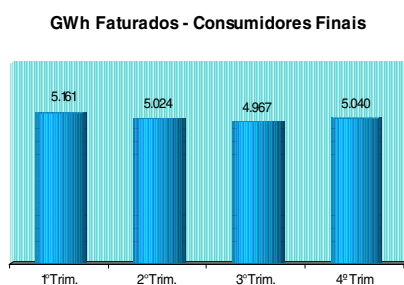
00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

Receita com venda de energia para consumidores finais:



A receita com fornecimento bruto de energia elétrica a consumidores finais em 2005 foi de R\$7.335 milhões, correspondentes a 20.192 GWh, fornecidos a 6.010 milhões de consumidores. As classes de consumo mais representativas são a residencial, a industrial e a comercial, representando 32,6%, 26,4% e 18,6% do consumo total, respectivamente.

Receita com venda de energia para revendedores e transações com energia livre na CCEE/MAE

Esta receita decorre substancialmente das sobras de energia adquirida em relação ao consumo e que foram revendidas na CCEE.

Reajuste Tarifário Diferido

Em abril de 2005 foi divulgado, de forma retroativa a abril de 2003, o resultado da revisão tarifária periódica da Cemig Distribuição, implicando em um direito de recomposição nas tarifas de 44,41%.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003 foi de 31,53%. Para compensar a Cemig Distribuição pela receita a menor faturada de abril de 2003 a abril de 2005, a ANEEL incluirá nos reajustes tarifários previstos para ocorrerem de 2005 a 2007 um percentual adicional.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Cemig Distribuição tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores de 2003 a 2005 foi reconhecida como um ativo regulatório em contrapartida ao resultado do exercício, no montante de R\$591 milhões.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGENS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

Receita de Uso da Rede

A receita de uso da rede em 2005 foi de R\$1.201 milhões e refere-se a encargos de uso da rede de distribuição ("TUSD"), cobrados dos consumidores livres que são atendidos substancialmente pela Cemig Geração e Transmissão.

Custos e despesas operacionais

	2005	Represent. %
Custos Controláveis		
Pessoal	595	11,2
Participações dos Empregados	187	3,5
Obrigações Pós-emprego	111	2,1
Materiais	73	1,4
Serviços de Terceiros	313	5,9
Depreciação e Amortização	364	6,9
Provisões Operacionais	133	2,5
Provisão para Perdas na Recuperação da RTE	82	1,5
Outras Despesas Líquidas	133	2,5
	1.991	37,5
Custos não controláveis		
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.890	35,6
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	33	0,6
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	387	7,3
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	554	10,4
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	279	5,3
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	173	3,3
	3.316	62,5
	5.307	100,0

Custos não controláveis

Os valores dos custos e despesas não controláveis registrados no resultado referem-se aos valores que foram efetivamente utilizados na composição do cálculo da tarifa a ser aplicada pela Cemig Distribuição.

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (incluídos na parcela "A" do reajuste tarifário) que foram incluídos no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente ocorridos são compensados nos reajustes tarifários subsequentes, através de um mecanismo chamado de CVA ("Compensação da variação dos itens da Parcela "A").

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

Estas diferenças são registradas no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo como despesas antecipadas, caso a Companhia tenha desembolsado valores a maior do que havia sido considerado na tarifa, ou como obrigações no Passivo Circulante e Não Circulante, em caso contrário.

Conforme mencionado no parágrafo anterior, segue abaixo tabela com os valores de CVA que foram incluídos e excluídos do resultado de 2005.

	Despesa operacional sem os efeitos da CVA	Valores de CVA incluídos no resultado do período	Valores de CVA excluídos do resultado do período	Despesa efetiva reconhecida no resultado de 2005
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.766	210	(86)	1.890
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	34	(1)	33
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	378	1	8	387
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	458	109	(13)	554
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	251	28	-	279
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica- PROINFA	4	-	(4)	-
Total	2.857	382	(96)	3.143

Compra de energia

Parcela representativa da energia para revenda é advinda da usina de Itaipu, complementado pela compra através dos leilões de energia e outros contratos bilaterais.

Os valores de compra de energia em cada um dos itens estão demonstrados na nota explicativa nº 26 das demonstrações financeiras.

Encargos de Uso da rede de Transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão referem-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, além de investimentos feitos na rede básica de transmissão do Brasil, cujos custos são repassados para os consumidores.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
---	--------------------

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC

A CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro, localizadas principalmente no norte do Brasil, e que são rateados entre os concessionários de energia elétrica, conforme valores divulgados pela ANEEL.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida através de fontes alternativas. Os valores a serem pagos pela Cemig Distribuição são definidos pela ANEEL através de Resolução.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

Apesar da despesa referente à Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos ser basicamente oriunda da geração de energia, os valores apresentados na Cemig Distribuição estão relacionados ao período em que ainda não havia ocorrido a desverticalização da Controladora.

Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme regulação do setor elétrico, as empresas de distribuição devem investir o percentual de 1,00% da sua receita líquida em programas de eficiência energética e P&D. Alguns programas de eficiência energética e P&D relacionados a receita de períodos anteriores ainda não foram concluídos pelos agentes do setor elétrico, existindo ainda gastos a serem realizados. Este atraso decorre do tempo utilizado na elaboração dos projetos e aprovação pela ANEEL.

Em atendimento a instrução da ANEEL, a Cemig Distribuição reconheceu como despesa no resultado do exercício de 2005 os gastos a serem realizados e para os quais a CEMIG já havia recebido a tarifa correspondente em exercícios anteriores, no valor de R\$173 milhões.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

Custos controláveis

Despesa com Pessoal

A despesa com pessoal representa o principal custo controlável no valor de R\$595 representando 11,2% das despesas operacionais. A segregação dos custos com pessoal está demonstrada na nota explicativa nº 26 das demonstrações financeiras.

Participação dos empregados nos resultados

A Cemig Distribuição utiliza como critério geral para pagamento da participação dos empregados um percentual de 3% do resultado operacional definido pela ANEEL na prestação anual de contas.

Adicionalmente, no dissídio coletivo em novembro de 2005 foi acordado com o sindicato o pagamento de parcela extraordinária de R\$132 milhões.

Benefícios pós-emprego

Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Cemig Distribuição, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro de 2005, não considerando a despesa financeira com o pagamento de juros sobre o capital próprio, foi uma receita financeira líquida de R\$329 milhões (receita de R\$883 milhões contra R\$554 milhões de despesa). As contas mais representativas que impactaram o resultado financeiro foram:

- Receita com variação monetária do acordo geral do setor elétrico no montante de R\$269 milhões, representando 30,5% do total das receitas financeiras do exercício.
- Receita com variação monetária e juros incidentes sobre o ativo originado do Reajuste Tarifário Diferido no montante de R\$229 milhões representando 26,0% do total das receitas financeiras do exercício.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
-------------------------------------	--------------------

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

- Despesa com encargos de empréstimos e financiamentos no montante de R\$217 milhões representando 39,2% do total das despesas financeiras do exercício.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 27 das demonstrações financeiras de 2005.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou em 2005, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$398 milhões em relação ao lucro de R\$1.167 milhões, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 34,1%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 11 das demonstrações financeiras de 2005.

A Distribuição obteve um ganho fiscal em 2005 no montante de R\$75 milhões, em função da destinação de juros sobre o capital próprio, em substituição do dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2005.

LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA

O disponível no fim do exercício somava R\$533 milhões.

A Geração de caixa operacional foi de R\$959 milhões, sendo afetada positivamente principalmente pelo lucro líquido ajustado pelas receitas e despesas que não afetaram o caixa, no valor de R\$849 milhões e pelo recebimento de valores de RTE no montante de R\$261 milhões.

As atividades de financiamento representaram uma entrada líquida de caixa de R\$420 milhões, oriunda de financiamentos obtidos de R\$709 milhões contra amortizações no valor de R\$289 milhões.

No que se referente aos investimentos, a Companhia investiu R\$846 milhões em 2005, relacionados principalmente ao Programa Luz para Todos (comentado em maiores detalhes a seguir).

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

INVESTIMENTOS

A Companhia possui um Comitê de Priorização de Obras, que vem atuando na análise dos projetos de expansão constantes do plano quinquenal de negócios, recomendando à Diretoria Executiva a execução desses projetos e garantindo que o retorno mínimo exigido pelo Conselho de Administração seja atendido.

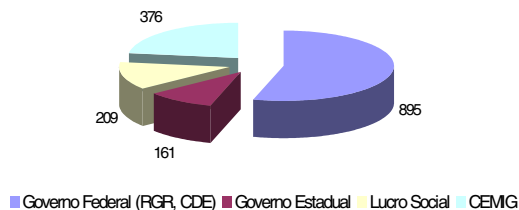
Programa “Luz para Todos” – Universalização do acesso e uso da energia elétrica

A Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica se tornou obrigatória através de Lei Federal que atribuiu à ANEEL a tarefa de estabelecer metas de universalização do acesso ao serviço público de energia elétrica, nas quais o atendimento de novas ligações, para unidades consumidoras com carga instalada de até 50 KW atendidas em tensão secundária, deverá ser realizado sem ônus de qualquer espécie para o solicitante.

O Programa instituído pelo Governo Federal em 2003 e denominado “Luz para Todos”, objetivou antecipar a meta de completar 100% da eletrificação no país até 2008, sem qualquer ônus para o consumidor.

Em Minas Gerais, o protocolo de adesão assinado estabelece o prazo limite da universalização no Estado de Minas Gerais até 2006, o que exigirá a ligação de aproximadamente 176 mil consumidores rurais.

Estrutura de Financiamento do Programa - R\$ milhões



O Programa tem um orçamento estimado pela Cemig Distribuição em R\$1.641 milhões, sendo necessária a construção de 65 mil Km de rede rural.

Os recursos do Governo Federal são a fundo perdido ou com custos subsidiados e devem ser aportados pela Eletrobrás.

Conforme estabelecido pelo Conselho de Administração, 5,00% do lucro líquido anual deve ser destinado a viabilização de projetos de grande alcance social e de rentabilidade reduzida. A Cemig Distribuição utilizará parte destes recursos no Programa “Luz para Todos”.

Em junho de 2005, a Cemig Distribuição assinou contratos com empreiteiras com experiência em integração de grandes empreendimentos, para ligação de cerca de

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

140 mil clientes rurais do mercado potencial identificado na sua área de concessão, em regime de empreitada parcial. Essa medida possibilitará o cumprimento da meta e do cronograma estabelecidos para conclusão do Programa Luz para Todos em 2006.

No dia 24 de outubro, foi assinado o 2º contrato de financiamento de aproximadamente R\$376 milhões com a Eletrobrás, referente à parcela de participação do Governo Federal nas obras do Programa Luz para Todos. Até o final de 2005 já haviam sido ligados cerca de 50 mil clientes rurais.

Programa Campos de Luz

Esse Programa tem por objetivo incentivar a prática de esportes com a iluminação de campos de futebol, através de um convênio entre a Cemig Distribuição e o Governo do Estado de Minas Gerais. Nos anos de 2004 e 2005 foram iluminados 144 campos. Em 2006 mais 300 campos serão iluminados. O custo orçado é de R\$18 milhões, sendo a metade de responsabilidade da Cemig Distribuição.

Projetos de Melhoria da Iluminação Pública

A Cemig Distribuição vem executando obras de melhoria na iluminação pública no Estado, fazendo a substituição de luminárias e lâmpadas de vapor de mercúrio por equipamentos a vapor de sódio.

O objetivo principal é modernizar os sistemas de Iluminação Pública com a introdução de tecnologia mais eficiente, visando a redução do consumo de energia elétrica no horário de ponta do sistema elétrico, com redução dos gastos com operação. Além disso, visa melhorar as condições de segurança e a qualidade de vida nas cidades mineiras.

Esses projetos fazem parte do Programa de Eficiência Energética - PEE, investimentos provenientes da aplicação de 1,00% da receita líquida da Empresa no ano, que são aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Cemig Distribuição utilizou o Índice de Crimes Violentos – ICV, fornecido pela Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG, para definir a ordem de atendimento das cidades e locais a serem eficientizados, estabelecendo prioridades de execução das obras. Além disso, para que o máximo de municípios fossem atendidos, a Cemig Distribuição estabeleceu um valor máximo para as obras, representando em média, 4% da conta de energia elétrica da Prefeitura, atingindo um investimento total de até R\$500 mil por município.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

Em 2005, no Programa de Eficientização, a Empresa substituiu aproximadamente 58 mil luminárias, espalhadas por todas as regiões de Minas Gerais, gerando uma economia de demanda da ordem de 4,6 MWh, que representa, em um ano, 20.150 MWh de energia.

Além do atendimento à resolução da ANEEL, realizado com recursos próprios, a Cemig Distribuição repassa aos municípios do Estado, financiamentos da Eletrobrás, através do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – *Reluz*. Criado em 2001, ele visa complementar ou possibilitar projetos maiores para as cidades que desejam investir em eficiência energética na iluminação pública.

O *Reluz* se diferencia dos projetos de eficiência energética da Empresa, que são aprovados pela ANEEL, pois nele, os empréstimos são liberados somente para iluminação pública, abrindo um leque de opções para esses investimentos. O financiamento, que pode ser pago em 36 parcelas fixas, com juros de 6% ao ano, pode ser obtido para diversos tipos de obras e, não apenas para a troca de lâmpadas de vapor de mercúrio pelas de vapor de sódio.

Em 2005, no Programa Reluz, foram modernizados 16.000 pontos de iluminação pública, principalmente em Belo Horizonte, com investimentos de R\$6 milhões, propiciando uma redução anual de 1.400 MWh no consumo.

Programa Cresce Minas

Aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração o “Programa Cresce Minas”, no valor global de R\$686 milhões, a ser executado em 3 anos a partir de 2006, visa a recuperação das condições do sistema elétrico para o atendimento ao mercado de Minas Gerais frente à retomada do crescimento e também o restabelecimento das condições operativas do sistema de Transmissão e Distribuição e da manutenção dos níveis de qualidade de serviço dentro dos parâmetros regulados por níveis de tensão e continuidade.

Outros projetos de distribuição

Foram negociados importantes projetos de iluminação de rodovias que proporcionarão maior segurança para os usuários e para a população que habita as suas margens, destacando-se a iluminação de 22,5 km da MG-010, 22 Km da BR-040 e 9,6 Km da MG-030. A conclusão da parte relativa à BR-040 e MG-030 se deu em fevereiro/2005 ao custo total de R\$4,96 milhões.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

A iluminação da MG-010 compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e o Aeroporto Internacional Tancredo Neves ("Confinos"), viabilizará a transferência dos vôos domésticos de Belo Horizonte, do Aeroporto da Pampulha para Confinos, proporcionando melhor infra-estrutura e segurança aos usuários além de ampliar a utilização do Porto Seco da região. Este projeto se estenderá até 2006 com custo total previsto de R\$4,17 milhões.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Temos como princípio não contratar serviços de consultoria dos auditores externos que possam interferir na independência dos trabalhos de auditoria.

Em 2005, os auditores independentes da Cemig Distribuição não prestaram nenhum tipo de serviço de consultoria.

GESTÃO

A Cemig Distribuição ampliou a certificação de seus processos pela Norma Internacional – NBR ISO 9001:2000. As certificações abrangem as áreas de Engenharia (operação, manutenção e expansão) e Comercial (atendimento, relacionamento com clientes, faturamento e arrecadação). Em 2005 foi certificado o processo Gestão de Procedimentos Administrativos, além da ampliação da abrangência para os Postos de Atendimento e para todas as atividades relativas à corte, religação e inspeção de unidades consumidoras em todo o Estado. A Companhia garantiu a certificação ambiental SGA Nível 1 em 11 gerências, além disso, a Gerência de Relacionamento Comercial e Serviços de Campos de Montes Claros – DO/MC, que atua numa área geográfica de 104.381 km², garantiu a certificação nos três Sistemas de Gestão, Qualidade, Ambiental, Saúde e Segurança.

As certificações abrangem toda a Diretoria de Distribuição e Comercialização e envolvem mais de 5.000 empregados, trazendo benefícios para a Sociedade, Clientes, Empregados, Acionistas, etc. Estas realizações garantem:

- Aumento do nível de padronização e introdução das melhores práticas em todas as áreas do Estado;
- Melhoria na interface entre os processos;
- Melhoria no controle dos processos;

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

- Agilidade no atendimento aos clientes;
- Aumento do comprometimento dos empregados; e
- Melhoria de seu nível de percepção em relação ao negócio;

Acordo de Nível de Serviço (ANS)

Com o objetivo de otimizar os recursos disponíveis pelas áreas prestadoras de serviços internos, a Cemig Distribuição decidiu implantar Acordos de Níveis de Serviços (ANS) como parte de seu direcionamento estratégico. A meta é reduzir custos administrativos e operacionais e direcionar os esforços e ativos de forma a alcançar maior eficiência operacional e financeira.

A metodologia escolhida para o alcance desses objetivos foi a de Gestão de Nível de Serviços (GNS), envolvendo aplicação de ABC (Custo Baseado em Atividade) seguida do desenvolvimento dos ANS. O resultado desse trabalho oferece subsídios para a implementação de um *Balanced Scorecard de Serviços*, a ser monitorado através de índices de desempenho estratégico.

Gestão de Transportes

A Cemig Distribuição possui uma Política de Renovação e Adequação da Frota de Veículos com parâmetros e orientações corporativas bem definidas para os órgãos gestores de frota, de forma a otimizar o desempenho, reduzir custos e uniformizar procedimentos.

Telecomunicações e Informática

Projeto de Migração do sistema de gestão integrada - ERP-SAP

Em continuidade ao projeto de migração do ERP-SAP, foram implantados módulos estratégicos que permitem :

- a simulação e realização do planejamento orçamentário de despesas e receitas de forma integrada com o SAP R/3 (Business Planning and Simulation - BPS),
- a automatização dos mapas de Balanced Scorecard vigentes na Cemig Distribuição (BSC)
- a implantação do fluxo de caixa planejado (orçado e simulado), compromissado e realizado (Corporate Finance Management - CFM/LP).

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

Plano Corporativo de Segurança da Informação

Visando proteger as informações da Companhia contra a perda da confidencialidade, integridade e disponibilidade, bem como atender às exigências legais e regulatórias do negócio da Companhia, foi desenvolvido o Plano Corporativo de Segurança da Informação.

Foi elaborado um diagnóstico e calculado o índice de risco da informação que serviu de subsídio para a especificação de uma nova topologia de segurança para a Rede Corporativa de Dados. O plano contemplou também a criação do Comitê de Segurança da Informação, a revisão da Política de Segurança da Informação, a elaboração da norma de classificação da informação e o diagnóstico para preparação da certificação de um processo na norma BS-7799.

Gestão de Materiais e Serviços

Portal de Compras Eletrônicas

Em novembro de 2005 foi implantado o novo Portal de Compras da Cemig Distribuição. Esta ação garante maior agilidade nos processos de aquisição de materiais e serviços, bem como a modernização do contato com os fornecedores. Através das modalidades de Pregão e Cotação Eletrônica, a Companhia obtém redução dos custos de aquisição, promovendo um processo transparente e seguro.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Recursos Humanos

Para que os processos, políticas e práticas de RH fossem mais aderentes ao Planejamento Estratégico da Companhia, foi desenvolvido o projeto de Alinhamento do Capital Humano. Seus elementos centrais são a gestão estratégica das competências, a valorização dos empregados e seu comprometimento com os resultados da organização. Destacamos o Processo de Gestão de Desempenho, que irá nortear os processos, políticas e práticas de RH.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

A Companhia tinha 7.868 empregados em 31 de dezembro de 2005. Durante o ano ocorreram 73 novas admissões e 138 desligamentos.

Gestão de Desempenho

Este processo alimenta e integra os demais processos de Gestão de Pessoas. O modelo adotado contempla o tratamento de Competências (conjunto de conhecimentos, habilidades e comportamentos que geram um resultado superior) e Resultados (objetivos e metas) e fornecerá subsídios para tomada de decisões críticas relacionadas com a gestão de pessoas. Busca-se promover a gestão estratégica das competências, a valorização dos empregados e seu comprometimento com os resultados da Organização, viabilizando soluções que criem valor para os negócios .

A Gestão de Desempenho, base para os demais processos, irá propiciar uma oportunidade de se incentivar a pessoa a melhorar seu desempenho e refletir sobre seu papel para o crescimento profissional. Em seu escopo está o Acordo de Desenvolvimento Individual, com vistas ao crescimento do empregado a partir da detecção das necessidades de treinamento e, no plano global, o alinhamento das competências dos empregados ao Planejamento Estratégico da Cemig Distribuição.

Treinamento

A Cemig Distribuição objetivando ter e manter um quadro de pessoal com desenvolvimento compatível com as necessidades da Corporação e de acordo com as exigências do mercado, propiciou aos seus empregados, de diversos níveis hierárquicos, a participação em diversos cursos, seminários, congressos, feiras e outras modalidades e práticas.

Ampliando o horizonte das possibilidades, a Cemig Distribuição concedeu mediante cláusulas e condições previstas no Acordo Coletivo 2005/2006, o Programa Auxílio Educação que prevê o reembolso de despesas relativas às mensalidades de curso de Graduação ou Técnico, considerando o interesse da Companhia em facilitar o desenvolvimento de seu quadro de pessoal.

No Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, realizou-se treinamento técnico para milhares de treinandos, destacando o Programa de Reciclagem, acrescido da participação de mais 300 empregados de empreiteiras, com vistas, inclusive, de difusão de procedimentos relativos a Segurança do Trabalho, para

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

atuarem no programa "Luz para todos".

Bem Estar do Empregado

Na Pesquisa de Clima Organizacional feita em 2005, um percentual de empregados próximo a 90,0% respondeu ao questionário.

A próxima etapa compreenderá a elaboração de um Plano de Ação Corporativo e de seu desdobramento nas Superintendências e Gerências visando a realização de projetos para melhora do Clima. Atualmente estamos elaborando o Plano de Ação Corporativo.

Em 2005, realizamos os Seminários de Preparação para Aposentadoria, que contribui com o empregado na construção do seu projeto de vida após aposentadoria, e o Curso de Orientação Médico-Social, com ênfase na questão da saúde materno-infantil para casais grávidos, que propicia segurança na vivência da gravidez e facilitação no desempenho das atividades para os pais.

Segurança no Trabalho

A pesquisa de Clima Organizacional 2005 da Cemig Distribuição demonstrou que os empregados percebem que a Companhia é extremamente atuante em relação a segurança do trabalho. Tais resultados fizeram este tema ser o fator que possui a maior favorabilidade da Cemig Distribuição, colocando-a muito acima do mercado.

Destacamos a Campanha de Segurança de Terceiros, lançada em junho/2005, voltada para o público externo (empreiteiros, fornecedores, clientes, etc), abordando as principais situações de risco responsáveis pela maioria dos acidentes ocorridos na rede elétrica.

Realizamos ainda o 3º Rodeio de Eletricistas da Cemig Distribuição, coordenado pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, com objetivo de valorizar as habilidades dos eletricitistas, com foco voltado para segurança do trabalho.

Saúde e Qualidade de Vida

Preocupada em manter os investimentos em programas de qualidade de vida, promoção da saúde e prevenção de doenças, em 2005, a Cemig Distribuição ampliou o escopo do Programa Energia Vital, com as modalidades: REPENSAR -

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

Programa de Controle da Obesidade; PROLONGAR - Programa de Prevenção das Dores Musculares e PROCOHAR - Programa de controle da Hipertensão Arterial.

Meio Ambiente

O comprometimento com o meio ambiente e com a qualidade de vida da sociedade é uma das condições básicas dos princípios que regem a atuação da Cemig Distribuição. Através de seus estudos e ações, busca imprimir em seus empregados e parceiros a conscientização para a questão ambiental. Essa forma de agir, prevista na Política Ambiental da Cemig Distribuição e presente em todas as atividades que realiza, valoriza os empregados, a Companhia e garante o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A estratégia de implantação de Sistemas de Gestão Ambiental e seus resultados evidenciam a melhoria contínua das ações de responsabilidade socioambiental da Companhia.

A Cemig Distribuição desenvolveu no ano de 2005 diversas ações voltadas a compatibilização de suas atividades com a proteção do meio ambiente, com recursos superiores a R\$6 milhões em programas e estudos ambientais.

Materiais

Dando continuidade aos cuidados com materiais da Companhia, em 2005 destaca-se a reciclagem de lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública em toda a área de concessão, totalizando 240 mil lâmpadas. Além disso, foram regenerados aproximadamente 850 mil litros de óleo isolante, retirados dos transformadores colocados fora de operação.

Arborização Urbana

Dentro das diretrizes da Cemig Distribuição para diminuir as interrupções do fornecimento de energia elétrica causadas por árvores nas redes de distribuição urbana, foram treinados e capacitados cerca de 300 profissionais próprios, de empresas contratadas e de prefeituras em técnicas de poda de árvores urbanas e arborização urbana. Além disso, dando continuidade ao projeto em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a Universidade Federal de Viçosa e a Universidade Federal do Paraná, foram desenvolvidas metodologias de avaliação

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

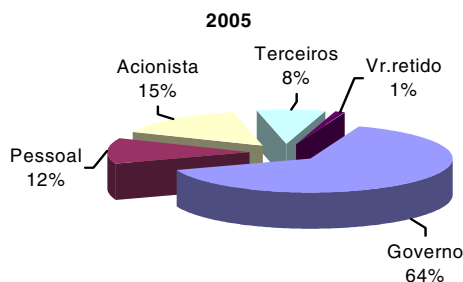
19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

de árvores em risco de queda visando a substituição preventiva dessas árvores, evitando-se danos às pessoas, veículos e à rede elétrica.

Em 2005, a Cemig Distribuição produziu e forneceu às Prefeituras Municipais 15.000 mudas para a arborização urbana.

Valor Adicionado



A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a importância da Companhia para a sociedade, com R\$6.484 milhões de valor adicionado.

A distribuição do valor adicionado da Cemig Distribuição entre os diversos segmentos, pode ser observada no gráfico, devendo ser destacada a parte retida pelo Governo do total distribuído em 2005, correspondente a 64%.

Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig Distribuição em 2005, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Prêmio Mineiro da Qualidade – PMQ: A Cemig Distribuição recebeu o Troféu Prêmio Mineiro da Qualidade – PMQ pelo seu destacado desempenho em relação às demais organizações que participaram do processo de avaliação. Foi também reconhecida na faixa ouro da premiação, por apresentar uma gestão compatível com os critérios de qualidade estabelecidos.

O Prêmio Mineiro da Qualidade permite uma avaliação do Modelo de Gestão adotado pela Cemig Distribuição, medindo o desempenho em relação a referenciais de excelência do mercado mineiro e nacional, identificando e destacando os pontos fortes e as oportunidades de melhoria nos diversos itens avaliados, e tem por objetivo buscar a melhoria contínua no atendimento às necessidades dos clientes, da sociedade, das comunidades, dos acionistas, dos colaboradores, dos fornecedores e dos parceiros.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
-------------------------------------	--------------------

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia: A Cemig Distribuição, em 2005, foi vencedora do Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia na categoria Empresas de Distribuição de Grande Porte. Também conhecido como Prêmio Procel de Combate ao Desperdício de Energia, o prêmio é concedido pelo Ministério de Minas e Energia como forma de reconhecimento público ao empenho e aos resultados obtidos pelos diversos agentes que atuam no combate ao desperdício de energia.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

BALANÇO SOCIAL

1) Base de Cálculo	2005			2004		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			6.393.847			-
Resultado Operacional (RO)			1.089.926			-
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			562.619			-
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	32.112	5,71	0,50	-	-	-
Encargos sociais compulsórios	156.382	27,80	2,44	-	-	-
Previdência privada	111.189	19,76	1,74	-	-	-
Saúde	19.312	3,43	0,30	-	-	-
Segurança e medicina no trabalho	2.176	0,39	0,03	-	-	-
Educação	450	0,08	0,01	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	9.812	1,74	0,15	-	-	-
Creches ou auxílio-creche	1.169	0,21	0,02	-	-	-
Participação nos lucros ou resultados	187.477	33,32	2,93	-	-	-
Outros	10.125	1,80	0,16	-	-	-
Total - Indicadores Sociais Internos	530.204	94,24	8,28	-	-	-
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	4.180	0,38	0,07	-	-	-
Cultura	9.117	0,84	0,14	-	-	-
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	18.860	1,73	0,29	-	-	-4.086
Total das Contribuições para a Sociedade	32.157	2,95	0,50	-	-	-
Tributos (excluídos encargos sociais)	4.188.978	384,34	65,49	-	-	-
Total - Indicadores Sociais Externos	4.221.135	387,29	65,99	-	-	-
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Relacionados com a operação da companhia e com programas e/ou projetos externos	6.157	0,56	0,10	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	6.157	0,56	0,10	-	-	-
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%	<input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			7.868			-
Nº de admissões durante o período			73			-
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			ND			-
Nº de estagiários (as)			441			-
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			2.156			-
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			981			-
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			7,32			-
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			2.439			-
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			10,96%			-
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			ND			-
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2005			Metas 2006		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia			16,93			-
Número total de acidentes de trabalho			176			-
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Companhia foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> Todos (as) + CIPA	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a Companhia:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia ND	no Procon ND	na Justiça ND	na Companhia ND	no Procon ND	na Justiça ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	na Companhia ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %	na Companhia ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2005: 6.464.630					
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	64,61% governo 14,51% acionistas	11,87% colaboradores (as) 8,25% terceiros	0,76 % retido			
7) Outras informações						
I. Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos tendem a evoluir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos.						
II. Merecem destaque a reciclagem de lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública em toda a área de concessão da Companhia, totalizando no ano de 2005, 240 mil lâmpadas. Além disso, foram regenerados e reutilizados, também em 2005, aproximadamente 850 mil litros de óleo isolante retirados dos transformadores colocados fora de operação.						
III. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possui metas de redução. A Diretoria da Cemig Distribuição e a entidade sindical representativa dos seus empregados definiram um indicador de consumo de água por empregado.						

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERJ MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS

Descrições	2005
Atendimento	
Número de consumidores (em milhares)	6.010
Número de empregados	7.868
Número de consumidores por empregado	764
Número de localidades atendidas	5.415
Número de municípios atendidos	774
Mercado	
Área de concessão (Km2)	567.740
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.337
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)	
Residencial	474,21
Comercial	410,81
Industrial	268,54
Rural	249,09
DEC (horas)	12,21
FEC (número de interrupções)	6,78
Privação de fornecimento por consumidor – minutos/mês	61
Operacionais	
Número de Subestações	354
Linhas de Subtransmissão (Km)	16.040
Linhas de Distribuição (Km)	
Urbana	84.585
Rural	294.815
Financeiros	
Receita operacional – R\$ milhões	9.275
Receita operacional líquida - R\$ milhões	6.397
Margem operacional - %	17,04
EBITDA OU LAJIDA - R\$ milhões	1.454
Lucro líquido - R\$ milhões	990
Lucro líquido por lote de 1000 ações R\$	437,72
Patrimônio líquido - R\$ milhões	2.312
Valor patrimonial por lote de mil ações	1.022
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	74,93
Endividamento do patrimônio líquido - %	300,41
Liquidez Corrente	1,10
Liquidez Geral	0,87

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG

17.155.730/0001-64

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos

Wilson Nélio Brumer
Djalma Bastos de Moraes
Aécio Ferreira da Cunha
Alexandre Heringer Lisboa
Antônio Adriano Silva
Francelino Pereira dos Santos
Maria Estela Kubitschek Lopes
Nilo Barroso Neto
José Luiz Alquéres
Carlos Augusto Leite Brandão
Andréa Paula Fernandes
Antônio Luiz Barros de Salles
José Augusto Pimentel Pessoa
Haroldo Guimarães Brasil

Membros Suplentes

Fernando Lage de Melo
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Eduardo Lery Vieira
Franklin Moreira Gonçalves
Francisco Sales Dias Horta
Marco Antônio Rodrigues da Cunha
Luiz Henrique de Castro Carvalho
Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Guy Maria Villela Paschoal
Fernando Teixeira Mendes Filho
Rodrigo Bhering Andrade
Andréa Leandro Silva
Evandro Veiga Negrão de Lima
Antônio Renato do Nascimento

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcelos Drummond
Luiz Guaritá Neto
Luiz Otávio Nunes West
Itamaury Teles de oliveira
Thales de Souza Ramos Filho

Membros Suplentes

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Ronald Gastão Andrade Reis
Augusto Cesar Calazans Lopes
Ari Barcelos da Silva
Aliomar Silva Lima

DIRETORIA EXECUTIVA

Nome

Djalma Bastos de Moraes
Francisco Sales Dias Horta
Celso Ferreira
Flávio Decat de Moura
Elmar de Oliveira Santana
José Maria de Macedo
Heleni de Mello Fonseca

Cargo

Diretor-Presidente
Diretor Vice-Presidente
Diretor de Planejamento, Projetos e Construções
Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores
Diretor
Diretor de Distribuição e Comercialização
Diretora de Gestão Empresarial

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2005

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGEN MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

10 MAIORES AGENTES DE GERAÇÃO - CAPACIDADE INSTALADA NO PAÍS

<u>CLASSIFICAÇÃO</u>	<u>EMPRESA</u>	<u>POTÊNCIA INSTALADA - Kw</u>
1º	CHESF	10.628.328
2º	FURNAS	9.554.000
3º	CESP	7.455.300
4º	ELETRONORTE	6.844.134
5º	TRACTEBEL	6.503.000
6º	ITAIPU	6.300.000
7º	CEMIG	6.089.486
8º	COPEL	4.538.744
9º	AES TIETÊ	2.651.350
10º	DUKE ENERGY	2.299.400

10 MAIORES TRANSMISSORES NO PAÍS - EXTENSÃO DE LINHAS - km

<u>CLASSIFICAÇÃO</u>	<u>EMPRESA</u>	<u>Km DE LINHAS</u>
1º	CHESF	17.042
2º	FURNAS	14.720
3º	CTEEP - PAULISTA	8.547
4º	ELETRONORTE	6.795
5º	ELETROSUL	6.752
6º	CEMIG	4.702
7º	CEEE	4.131
8º	COPEL	1.467
9º	NOVATRANS ENERGIA	1.278
	TRANSM. SUDESTE	1.067
10º	NORDESTE	

Fontes: Aneel; ONS.

OBS: dados referentes a 31 de dezembro de 2004

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.03 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

Controlada/Coligada : CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Nossa principal despesa com matérias-primas constitui a compra de óleo combustível, que é consumido por nossas três usinas termelétricas no processo de geração de eletricidade. O consumo de óleo combustível no exercício findo em 31 de dezembro de 2004 representou despesa de R\$19,1 milhões, dos quais nos foram reembolsados R\$ 18,3 milhões pela Conta de Consumo de Combustível, ou Conta CCC. A Conta CCC foi criada pelo Governo Federal para compensar os custos operacionais marginais mais elevados das usinas termelétricas, estando nossa empresa e outras concessionárias do setor de eletricidade obrigadas a efetuar contribuições para a referida conta. Acreditamos que o suprimento de óleo combustível esteja disponível de imediato. Embora o preço de óleo combustível possa flutuar, temos em geral conseguido compensar, total ou parcialmente, os custos decorrentes do aumento de óleo combustível mediante o reajuste de nossas tarifas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2005

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
--	--------------------

19.04 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

Controlada/Coligada : CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Nosso principal cliente é a CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A que responde por 29% da receita líquida da CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Contrato Inicial celebrado entre a Cemig Geração e Transmissão e a Cemig Distribuição

Em conseqüência do processo de desverticalização, a Cemig Geração e Transmissão e a Cemig Distribuição ficaram obrigadas a assinar um contrato de compra de potência nos termos da Lei 9.648/98, designado Contrato Inicial, correspondendo à média de 866 MW, ou 25%, da capacidade possuída pela Cemig Geração e Transmissão. Segundo se prevê, o contrato expirará no final de 2005, tendo o preço da energia sido estabelecido pela ANEEL em conformidade com os termos da Lei supracitada.

Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs)

Em 2004, entraram em vigor a Lei 10.848 e o Decreto 5.163, alterando a estrutura do setor elétrico, em especial a comercialização de energia. Nos termos dos novos regulamentos, as distribuidoras devem comprar energia, para atender a seus mercados, por intermédio de leilões públicos realizados no ambiente regulado, no qual são assinados os CCEARs. Em dezembro de 2004, foi realizado o primeiro leilão de energia nos termos do novo modelo do setor elétrico.

Nesse leilão, a Cemig Distribuição e a Cemig Geração e Transmissão celebraram contratos de compra e venda de energia. A Cemig Geração e Transmissão vendeu média de 927 MW segundo contratos com prazos de oito anos, devendo o fornecimento ter início em 1º de janeiro de 2006. O preço de venda da energia é R\$69,58/MWh, tomando por referência janeiro de 2005. Os contratos foram assinados com 35 distribuidoras, inclusive a Cemig Distribuição, que atende consumidores em todas as regiões do sistema nacional da rede.

Em abril de 2005, foi realizado o segundo leilão de energia nos termos do novo modelo do setor elétrico. Nesse leilão, a Cemig Distribuição e a Cemig Geração e Transmissão celebraram CCEARs. A Cemig Distribuição comprou, para atender a seu mercado, média de 105 MW segundo contratos com prazos de oito anos, devendo o fornecimento ter início em 1º de janeiro de 2008, por preço médio de R\$83,13/MWh. Os contratos foram assinados com dez empresas detentoras de concessões de geração, inclusive a Cemig Geração e Transmissão. No mesmo leilão, a Cemig Geração e Transmissão vendeu média de 105 MW segundo contratos com prazos de oito anos, devendo o fornecimento ter início 1º de janeiro de 2008. O preço de venda da energia é R\$83,50/MWh, tomando por referência abril de 2005. Os contratos foram assinados com 34 distribuidoras, inclusive a

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Cemig Distribuição, que atende consumidores em todas as regiões do sistema nacional da rede.

Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e de Transmissão (TUST)

A ANEEL fiscaliza as regulamentações de tarifas que regem o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão e estabelece tarifas (i) de uso do sistema de distribuição local ou Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (“TUSD”); e (ii) de uso do sistema de transmissão interligado ou Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (“TUST”).

Ademais, as empresas de distribuição do sistema interligado Sul/Sudeste pagam encargos específicos pela transmissão da energia elétrica gerada em Itaipu.

Nos últimos anos, o Governo Federal tem como meta melhorar o sistema nacional de transmissão, e em consequência, certas empresas de transmissão estão empreendendo programas significativos de expansão, cujos custos estão sendo pagos por meio de aumentos das tarifas e encargos de transmissão. O aumento das tarifas e encargos de transmissão pagos por concessionárias de distribuição é repassado a seus respectivos clientes por meio de Reajustes Tarifários Anuais.

TUST

A TUST é paga pelas empresas de geração e Consumidores Livres pelo uso da rede básica de transmissão a que estão ligados e é revisada anualmente de acordo com o índice da inflação e a receita anual das empresas de distribuição. De acordo com os critérios estabelecidos pela ANEEL, os proprietários de trechos diferentes da rede de transmissão transferiram a coordenação de suas instalações ao ONS em troca do recebimento de pagamentos regulados pelos usuários do sistema de transmissão. Os usuários de rede, inclusive as empresas de geração, empresas de distribuição e Consumidores Livres, assinaram contratos com o ONS legitimando-os a utilizar a rede de transmissão em troca do pagamento de tarifas publicadas. Outros trechos da rede que sejam de propriedade de empresas de distribuição mas que não sejam considerados parte da rede de transmissão são disponibilizados diretamente aos usuários interessados que pagam tarifa específica.

A TUST toma por base atualmente os custos nodais calculados de acordo com a metodologia de custos incrementais de longo prazo. A regulamentação da ANEEL

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGENS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64
-------------------------------------	--------------------

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

alterou os critérios atuais para determinação da TUST de sorte que a localização física dos usuários da rede de transmissão (próximos ou distantes do centro de carga) fosse levada em conta.

Contrato com a FORLUZ

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes e beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados. A FORLUZ disponibiliza a seus associados os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários – Plano de contribuição definida para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo. A contribuição da CEMIG é paritária às contribuições básicas mensais dos associados, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição da CEMIG para este plano é de 30% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, e são utilizadas para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial.

Os 70% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes aposentados que optaram por este plano e os saldos, na data de opção, dos participantes ativos que optaram pela migração do Plano de Benefício Definido para o Plano Misto, descrito anteriormente.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

últimos anos de atividade do empregado na CEMIG em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Estão inscritos neste plano, em 31 de dezembro de 2004, 28 ativos e 252 aposentados/pensionistas.

A CEMIG mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamento de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial com benefícios pós-emprego no montante de R\$1.554.943 em 31 de dezembro de 2004 foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da CEMIG, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo IPCA do IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que a FORLUZ venha a apresentar pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar pela CEMIG, mencionadas no parágrafo anterior, conforme previsto contratualmente. Assim, o passivo e as despesas reconhecidas pela Companhia em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 371 e laudo preparado por atuários independentes.

Garantias ou Contra-garantias a suas Subsidiárias Integrais

O Governador do Estado de Minas Gerais encaminhou à Assembléia Legislativa, projeto de lei que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.655, de 18 de setembro de 1984, que dispõe sobre a mudança de denominação das Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. - CEMIG - para Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - e sobre ampliação de seu objetivo social, bem como dá outras providências.

O objetivo da proposta legislativa é adaptar a lei de regência da CEMIG à nova estrutura societária da Companhia que foi implementada com a criação das subsidiárias integrais Cemig Distribuição S.A e Cemig Geração e Transmissão

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

S.A., constituídas especialmente para o desenvolvimento de suas atividades de geração, transmissão e distribuição.

Com efeito, em face da autorização expressa na Lei nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, a CEMIG realizou uma reorganização societária para atender às exigências legais do novo modelo institucional do setor elétrico nacional, concedido pelo Governo Federal e implementado pela Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, de forma que a sua atividade de distribuição de energia elétrica fosse desenvolvida por empresa que não desenvolva atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, e que não participasse em outras sociedades de forma direta ou indireta, bem como não seja controlada ou coligada de concessionária de geração de energia elétrica. Entretanto, a Lei nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, não alterou o art. 7º da Lei nº 8.655, de 18 de setembro de 1984, que autoriza o Governo do Estado a prestar garantia, tanto real quanto fidejussória, ou contragarantia, em operações de crédito e contratos de financiamento em que a CEMIG seja mutuária, no Brasil ou no exterior.

Há, então, a necessidade de expressa disposição legal que autorize o Estado de Minas Gerais a prestar garantias à União em nome das subsidiárias controladas pela CEMIG, para efeito da cessão das posições contratuais de operações de créditos celebradas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o Kreditanstalt für Wiederaufbau, em decorrência do processo de desverticalização da CEMIG. Dessa forma, o projeto de lei visa alterar a redação do art. 7º da Lei nº 8.655, de 18 de setembro de 1984, autorizando o Governo do Estado a prestar garantias ou contragarantias não apenas à CEMIG, mas também a qualquer de suas subsidiárias integrais constituídas para exercerem as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
--

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2005	4 - 31/12/2004	5 -
1	Ativo Total	7.104.875		0
1.01	Ativo Circulante	988.311		0
1.01.01	Disponibilidades	352.989		0
1.01.02	Créditos	553.331		0
1.01.03	Estoques	2.568		0
1.01.04	Outros	79.423		0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	229.840		0
1.02.01	Créditos Diversos	221.370		0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0		0
1.02.02.01	Com Coligadas	0		0
1.02.02.02	Com Controladas	0		0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0		0
1.02.03	Outros	8.470		0
1.03	Ativo Permanente	5.886.724		0
1.03.01	Investimentos	937.296		0
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0		0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0		0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0		0
1.03.02	Imobilizado	4.949.428		0
1.03.03	Diferido	0		0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00245-3	CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	17.155.730/0001-64

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2005	4 - 31/12/2004	5 -
2	Passivo Total	7.104.875		0
2.01	Passivo Circulante	1.740.555		0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	234.166		0
2.01.02	Debêntures	511.067		0
2.01.03	Fornecedores	158.646		0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	153.235		0
2.01.05	Dividendos a Pagar	402.664		0
2.01.06	Provisões	107.477		0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0		0
2.01.08	Outros	173.300		0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.444.113		0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.449.998		0
2.02.02	Debêntures	452.299		0
2.02.03	Provisões	1.453		0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0		0
2.02.05	Outros	540.363		0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0		0
2.05	Patrimônio Líquido	2.920.207		0
2.05.01	Capital Social Realizado	2.896.785		0
2.05.02	Reservas de Capital	0		0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0		0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0		0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0		0
2.05.04	Reservas de Lucro	23.422		0
2.05.04.01	Legal	23.422		0
2.05.04.02	Estatutária	0		0
2.05.04.03	Para Contingências	0		0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0		0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0		0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0		0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0		0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0		0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
--

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/12/2005	4 - 08/09/2004 a 31/12/2004	5 -
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2.492.865	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(528.708)	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.964.157	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.121.164)	0	0
3.05	Resultado Bruto	842.993	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(558.408)	0	0
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(28.541)	0	0
3.06.03	Financeiras	(526.308)	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	224.279	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(750.587)	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(3.559)	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	284.585	0	0
3.08	Resultado Não Operacional	(5.321)	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	279.264	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(93.249)	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	282.436	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	468.451	0	0
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	2.896.785	1	0
	LUCRO POR AÇÃO	0,16171	0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO			

(USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2005

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00245-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA ENERGIAS GERAIS - CEMIG	3 - CNPJ 17.155.730/0001-64
---------------------------	---	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	
--	--

19.08.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 08/09/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1	0	0	0	0	1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	2.896.784	0	0	0	0	2.896.784
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	468.451	468.451
5.07	Destinações	0	0	0	23.422	(468.451)	(445.029)
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	2.896.785	0	0	23.422	0	2.920.207

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Durante os últimos quatro anos, diversas empresas integrantes do setor elétrico brasileiro, controladas pelo Estado, foram privatizadas em um esforço para promover a eficiência e a concorrência do setor. O atual Governo Federal interrompeu esse processo de privatização e partiu para a implantação de um “Novo Modelo” para o setor elétrico brasileiro através da publicação da Lei 10.848, de 15 de março de 2004.

Dentre os principais objetivos do Novo Modelo destacam-se:

1. Garantia da segurança de suprimento - Para garantir a segurança de suprimento o Novo Modelo estabelece a exigência de contratação da totalidade da carga pelos distribuidores e prevê ainda um cálculo realista dos lastros de geração (energia assegurada), a contratação de hidrelétricas e térmicas em proporções que assegurem melhor equilíbrio entre garantia e custo, e um monitoramento permanente do suprimento.
2. Modicidade tarifária - a ser alcançada com a contratação de energia sempre por meio de leilões, na modalidade “menor tarifa”, pela contratação por licitação conjunta de compra de energia para distribuidores (Pool) e pela contratação separada da energia de novas usinas (atendimento à expansão) e de usinas existentes (atendimento ao mercado existente), ambas por licitação.

Nesse Novo Modelo, a comercialização de energia elétrica se dá em dois Ambientes de Contratação: Regulado (ACR) e Livre (ACL). Os distribuidores só podem atuar no Ambiente Regulado (ACR) e os geradores atuam nos dois ambientes mantendo a sua característica competitiva. O Planejamento da Expansão é determinístico e executado pelo Poder Concedente.

Foram criados dois novos Agentes Institucionais:

- EPE (Empresa de Pesquisa Energética), empresa pública encarregada da elaboração do planejamento da expansão; e
- CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), empresa privada controlada pela ANEEL, que substitui o MAE e é a responsável pela contratação conjunta de energia para os distribuidores (Pool).

Reapresentação Espontânea

00245-3 CIA ENERGENS MINAS GERAIS - CEMIG 17.155.730/0001-64

19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

No dia 30 de julho, foi publicado o Decreto 5.163, que regulamentou a "Comercialização de Energia Elétrica" e, nos dias 9, 12 e 16 de agosto, foram publicados os Decretos 5.175, 5.177 e 5.184, referentes, respectivamente, à criação do "Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE", da "Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE" e da "Empresa de Pesquisa Energética - EPE".

A partir de setembro a ANEEL deu seqüência à regulamentação do Novo Modelo e instituiu, através de Audiências Públicas (via intercâmbio documental), a "Convenção de Comercialização de Energia Elétrica" e as "Regras para Realização do 1º Leilão de Energia de Geração Existente no Ambiente de Contratação Regulada - ACR", que ocorreu no dia 7 de dezembro.

A Lei nº 10.848 de março de 2004, que definiu o Novo Modelo do setor elétrico, obrigou as empresas integradas, como a Cemig, a se desverticalizarem. Desta forma, buscamos a melhor maneira de promover a reestruturação societária da Companhia Energética de Minas Gerais SA. Nesse sentido, nosso Conselho de Administração aprovou o processo de desverticalização e, em agosto, foi sancionada pelo Governador, a Lei nº 15.290/2004, autorizando a reestruturação societária.

No dia 8 de setembro de 2004, foram constituídas duas subsidiárias integrais da Companhia Energética de Minas Gerais: CEMIG Distribuição S.A. e CEMIG Geração e Transmissão S.A..

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO N

Súmulas de Rating

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Fitch Atribui Rating de Longo Prazo A+ (bra) à 1ª Emissão de Debêntures da Cemig Distribuição S.A.

Rio de Janeiro/São Paulo/Chicago, 25 de agosto de 2006 – A Fitch Ratings atribuiu, hoje, o Rating Nacional de Longo Prazo ‘A+(bra)’ (A mais (bra)) à primeira emissão de debêntures da Cemig Distribuição S.A. (Cemig Distribuição), no valor de BRL 250,5 milhões.

A primeira emissão de debêntures da Cemig Distribuição será garantida pela holding Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e terá prazo de vencimento em 2014. Sua liquidação ocorrerá com a permuta obrigatória das debêntures da 3ª emissão da Cemig pelas novas debêntures da Cemig Distribuição. A permuta é decorrente da homologação, por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do processo de desverticalização e transferência das concessões e atividades operacionais da Cemig para as empresas subsidiárias, recentemente criadas, Cemig Geração e Transmissão S.A e Cemig Distribuição. As novas debêntures emitidas manterão, obrigatoriamente, os mesmos termos e condições vigentes da 3ª emissão da Cemig, reproduzindo integralmente suas características. Após permutadas, as debêntures da 3ª emissão da Cemig serão canceladas.

O rating da primeira emissão de debêntures da Cemig Distribuição baseia-se na qualidade de crédito da Cemig como uma empresa integrada de energia. É suportado pela forte posição da companhia em ativos de geração, transmissão e distribuição de energia. Apoiada por estes ativos, a Cemig tem apurado EBITDAs sustentáveis, baixo índice de alavancagem e relevante posição de liquidez. O rating contempla que a alavancagem da companhia se manterá conservadora nos próximos anos, apoiada por um fluxo de caixa operacional crescente e pelas restrições de endividamento impostas pelo seu Plano Diretor e incluídas no estatuto da companhia.

O rating também contempla as vantagens competitivas da Cemig na atividade de geração de energia; o fato do segmento de distribuição ser regulado, sem competição, e com um arcabouço regulatório que prevê a manutenção de um equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias; os satisfatórios retornos apresentados pelo segmento de transmissão; além da elevada previsibilidade em sua atividade. Por outro lado, o rating incorpora a exposição da companhia ao risco de influência política, em razão de seu controle acionário ser público estadual, e ao modelo regulatório novo, mas que tem se mostrado eficiente, em face dos desafios impostos. A Fitch reconhece os esforços implementados pela gestão atual da companhia para implementar ações e limitações estatutárias como forma de blindagem para os riscos de interferência do Estado, mas entende que as mesmas, embora dificultem, não impedem o risco de ações negativas no futuro

A Cemig Distribuição está inserida em um mercado de renda per capita elevada, o que potencializa a obtenção de maiores incrementos em suas vendas físicas de energia, mantido o cenário de crescimento econômico e o histórico de correlação deste com as vendas de energia. A distribuidora vem obtendo reajustes tarifários favoráveis, apoiando a qualidade do crédito. Neste segmento, os riscos importantes ficaram mitigados pelo novo arcabouço regulatório, que obriga as distribuidoras a ficarem 100% contratadas no longo prazo; prevê o repasse total de custos não gerenciáveis; e contempla instrumentos que permitem ajustes de sobras e déficits de energia, contratada com os fornecedores, para evitar perdas de receitas por desvios nas projeções de mercado futuro de energia, fora dos padrões que garantem o repasse automático às tarifas. O segmento de geração tem apresentado retornos elevados, com margem de EBITDA ao redor de 60%. Os riscos de competição, que podem ocasionar energias sem contrato ou possíveis descontrações, são mitigados pelo elevado volume de energia contratada em contratos de longo prazo, com tarifas superiores quando comparadas às praticadas pela geradora no modelo setorial anterior (contratos iniciais).

Durante o ano de 2005 e no primeiro semestre de 2006, a Cemig, em termos consolidados, obteve avanços importantes em relação à geração de caixa e, principalmente, no alongamento de suas dívidas.

RIO DE JANEIRO

Avenida Rio Branco, 89 / sala 1.302 – 20040-004 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil – Tel.: (5521) 4503-2600 – Fax: (5521) 4503-2601

SÃO PAULO

Alameda Santos 1.470, Conj. 511 – 01418-100 – São Paulo – SP – Brasil – Tel.: (5511) 4504-2600 – Fax: (5511) 4504-2601

1

Tais ações propiciaram o fortalecimento de seus principais índices financeiros e limitaram os riscos de refinanciamento, observados em anos anteriores.

O cronograma de amortizações da dívida consolidada para os anos seguintes está satisfatoriamente escalonado e se mostra compatível com o fluxo de caixa operacional esperado. A Cemig teve sua liquidez afetada em 2006 em razão da distribuição de BRL 1,4 bilhão em dividendos regulares e extraordinários. Parte dos recursos destinados ao pagamento dos dividendos veio do Cemig Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Conta CRC, com a securitização de BRL900 milhões do crédito da Conta de Resultados a Compensar devido pelo Estado, mas, ainda assim, a Cemig teve sua liquidez reduzida no período. A elevação de 25% para 50% em sua política de distribuição de dividendos e as necessidades demandadas pelo fluxo de investimentos que consumiu, no primeiro semestre de 2006, cerca de 67% do fluxo de caixa gerado nas operações tendem a pressionar o fluxo de caixa livre da Cemig em 2006. Para os anos seguintes, a Fitch espera observar crescimentos do fluxo de caixa livre, tendo em vista que a companhia incorporou ao seu estatuto o compromisso de limitar em 50% de seu EBITDA, os desembolsos com investimentos, a partir de 2008, e de manter a relação de dívida líquida/ EBITDA igual ou abaixo de 2,0, podendo por razões conjunturais, alcançar no máximo 2,5 vezes.

As aquisições de ativos realizadas pela Cemig, durante o ano de 2006, não devem afetar de forma adversa seu perfil creditício consolidado. Os desembolsos, ocorridos em agosto, de USD80 milhões, referentes à aquisição de 25% do consórcio que adquiriu 79,6% do capital total da Light – Serviços de Eletricidade S.A, e de BRL331 milhões, com a aquisição de participação acionária em cinco importantes ativos de transmissão reduziram a forte liquidez consolidada da Cemig. Ainda assim, a Fitch espera que a liquidez da Cemig continue representativa frente às suas obrigações de curto prazo. Em julho deste ano, a Cemig Geração e Transmissão e a Cemig Distribuição captaram, respectivamente, BRL 900 milhões e BRL 300 milhões via emissão de notas promissórias, e a Cemig, através da Infovias S.A (Infovias), sua subsidiária integral realizou a venda de um ativo não ligado à área de energia por BRL 132 milhões. A estratégia, em curso, visa recompor o caixa referente às dívidas vencidas e liquidadas em 2006, pagar as dívidas vincendas no segundo semestre e elevar o prazo médio da dívida, já que as notas devem ser trocadas por uma emissão de oito anos, em fase final de contratação. A Fitch entende que o incremento da alavancagem financeira consolidada deverá ser limitado e acredita que a companhia vai continuar apresentando índices de crédito compatíveis com a atual categoria de rating atribuída, bem como que os ativos de distribuição e transmissão adquiridos são estratégicos e devem fortalecer a relevância da Cemig dentro do setor de energia.

A alavancagem da companhia, medida pela dívida total ajustada/EBITDA, permanece moderada. Esta deve se manter próxima a 2,5 vezes ao final de 2006, em linha com o registrado no primeiro semestre de 2006 (2,4 vezes) e nos anos de 2005 e 2004. A contabilização do FIDC como dívida, a partir do segundo trimestre de 2006, afetou ligeiramente os indicadores financeiros da companhia, sem, no entanto, impactar seus fundamentos creditícios.

A Fitch avaliou como positiva a monetização do crédito da CRC devido pelo Estado de Minas Gerais, que estava inadimplente com os pagamentos desta obrigação. Em janeiro de 2006, a companhia securitizou estes créditos, no montante de BRL 1.659 milhões. O crédito com a CRC não gerava qualquer benefício de liquidez à companhia e ainda a penalizava com uma maior carga fiscal (reconhecimento de receitas não caixa) e elevadas provisões. Os recursos captados através das cotas seniores do FIDC foram distribuídos na mesma ordem, como dividendo extraordinário, conforme acordo com o Governo do Estado. Além dos benefícios fiscais, a operação trará benefícios futuros de liquidez à Cemig, a partir da amortização de suas cotas subordinadas (BRL759 milhões), previstas para ocorrer após a amortização das cotas seniores (BRL 900 milhões) em dez anos. A Cemig vai reter 65% dos dividendos futuros de direito do Estado para a liquidação das cotas do FIDC e assumirá a garantia solidária de pagamento das cotas do fundo, caso os dividendos futuros de direito do Estado não sejam suficientes para a amortização destas cotas.

RIO DE JANEIRO

Avenida Rio Branco, 89 / sala 1.302 – 20040-004 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil – Tel.: (5521) 4503-2600 – Fax: (5521) 4503-2601

SÃO PAULO

Alameda Santos 1.470, Conj. 511 – 01418-100 – São Paulo – SP – Brasil – Tel.: (5511) 4504-2600 – Fax: (5511) 4504-2601

2

Durante os seis primeiros meses de 2006, a Cemig realizou vendas físicas de energia no total de 19.328 GWh, 5,4% acima do mesmo período de 2005. O caixa consolidado gerado pelas operações mostrou-se robusto em BRL 835,5 milhões, 112% maior quando comparado a igual período de 2005. A redução de 28,9% no EBITDA é justificada por uma receita extraordinária, não caixa, de BRL591 milhões, contabilizada em 2005. Os recursos da geração de caixa operacional foram direcionados em sua maioria para os investimentos da ordem de BRL 559,5 milhões e para o pagamento de dividendos. Em junho de 2006, o caixa consolidado da Cemig era de BRL1 bilhão e o endividamento total ajustado de BRL7 bilhões, com 17% da dívida concentrada no curto prazo. O cronograma anual de amortização das dívidas de longo prazo contabiliza obrigações de pagamento, para os próximos dois anos, abaixo de BRL1 bilhão.

Controlada majoritariamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais (50,96% das ordinárias e 22,27% do capital total), a Cemig é uma empresa concessionária de energia elétrica. Sua área de concessão cobre cerca de 96% do território do estado. Atualmente, é uma das principais empresas do setor elétrico brasileiro, participando da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica para o segundo maior mercado consumidor do país. Sua capacidade instalada representa 7% do total no país, o que a coloca como a sexta maior geradora brasileira de energia elétrica, com capacidade instalada de 6.583 MW.

Contatos: Ricardo Carvalho, 55-21-4503-2600, Rio de Janeiro, ou Jayme Bartling, 55-11-4504-2600, São Paulo.

Relações com a Mídia: Jaqueline Ramos de Carvalho, 55-21-4503-2623, Rio de Janeiro.

Nota aos Editores:

Ratings Nacionais refletem uma medida relativa da qualidade de crédito de entidades em países cujos ratings soberanos em moeda estrangeira e local estejam abaixo de 'AAA'. Os Ratings Nacionais não são comparáveis internacionalmente, já que o melhor risco relativo dentro de um país é avaliado como 'AAA' e outros créditos são avaliados somente em relação a este. Tais ratings são sinalizados pela adição de um identificador para o país em questão, como 'AAA (bra)' para Ratings Nacionais no Brasil.

A Fitch Ratings Brasil Ltda. e a Fitch Ratings Ltd. tiveram todo o cuidado na preparação deste documento. Nossas informações foram obtidas de fontes que consideramos fidedignas, mas sua exatidão e seu grau de integralidade não estão garantidos. A Fitch Ratings Brasil Ltda. e a Fitch Ratings Ltd. não se responsabilizam por quaisquer perdas ou prejuízos que possam advir de informações equivocadas. Nenhuma das informações deste relatório pode ser copiada ou reproduzida, arquivada ou divulgada, no todo ou em partes, em qualquer formato, por qualquer razão, ou por qualquer pessoa, sem a autorização por escrito da Fitch Ratings Brasil Ltda. Nossos relatórios e ratings constituem opiniões e não recomendações de compra ou venda. Reprodução Proibida.

RIO DE JANEIRO

Avenida Rio Branco, 89 / sala 1.302 – 20040-004 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil – Tel.: (5521) 4503-2600 – Fax: (5521) 4503-2601

SÃO PAULO

Alameda Santos 1.470, Conj. 511 – 01418-100 – São Paulo – SP – Brasil – Tel.: (5511) 4504-2600 – Fax: (5511) 4504-2601

Rating Action: **Companhia Energetica de Minas Gerais - CEMIG**

MOODY'S ATRIBUI O RATING B1 NA ESCALA GLOBAL EM MOEDA LOCAL E Baa2.br NA ESCALA NACIONAL PARA OS BRL 250 MILHOES EM DEBENTURES DA CEMIG DISTRIBUICAO E COLOCA OS RATINGS DA CEMIG EM REVISAO PARA POSSIVEL ELEVACAO

Sao Paulo, August 08, 2006 -- A Moody's America Latina ("Moody's") atribuiu o rating B1 na sua escala global em moeda local e Baa2.br na sua escala nacional para a emissão de aproximadamente BRL 250 milhões em debêntures simples com vencimento em 2014 da Cemig Distribuição S.A. ("CEMIG-D"), que contam com garantia da Companhia Energetica de Minas Gerais -- CEMIG ("CEMIG"), e que fazem parte da permuta obrigatória das debêntures simples emitidas pela CEMIG em junho de 2004. Simultaneamente, a Moody's colocou os ratings da CEMIG em revisão para possível elevação.

A colocação dos ratings em revisão para possível elevação reflete a visão da Moody's de uma melhora da governança corporativa da empresa e de seus indicadores de crédito numa base consolidada como resultado do fortalecimento da geração de caixa, do melhor perfil de vencimento de sua dívida e sua melhorada posição de liquidez. A revisão dos ratings da CEMIG irá focar na habilidade da companhia em sustentar os indicadores atuais de fluxo de caixa durante os próximos anos.

Em conformidade com a legislação regulatória que estabelece que empresas integradas do setor elétrico devem manter as atividades de distribuição claramente separadas das operações de geração e transmissão, em 1º de janeiro de 2005 a CEMIG transferiu seus ativos de distribuição de eletricidade para uma nova subsidiária, a CEMIG-D, enquanto os ativos de geração e transmissão foram transferidos para a Cemig Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG-GT"), e a CEMIG se transformou numa empresa de participações.

A transferência dos ativos de distribuição da CEMIG estava prevista na escritura das debêntures emitidas em 2004, que incluía uma cláusula estabelecendo a permuta obrigatória por novas debêntures com termos e condições idênticas e que seriam emitidas por uma nova subsidiária operacional com a garantia da CEMIG. A permuta estava condicionada a aprovação formal prévia do regulador para a transferência do contrato de concessão para a CEMIG-D, a qual foi concedida em outubro de 2005.

O rating Baa2.br na escala nacional brasileira atribuído as debêntures da CEMIG-D reflete a qualidade de crédito da companhia em relação aos demais emissores no mercado doméstico. O rating na escala nacional da Moody's (NSR) é uma medida relativa da qualidade de crédito de emissores e dívidas emitidas dentro do país, permitindo que os participantes do mercado obtenham uma melhor distinção dos riscos relativos. NSRs no Brasil são designados pelo sufixo ".br". NSRs diferenciam-se do rating em escala global por não serem globalmente comparáveis com todo o universo de ratings da Moody's, mas somente com os ratings em escala nacional de outros emissores no mesmo país.

Com 51% do seu capital votante direta e indiretamente detido pelo Governo do Estado de Minas Gerais, a CEMIG é um emissor relacionado a governo ("Government-Related Issuer" ou "GRI") de acordo com a metodologia de rating da Moody's intitulada "The Application of Joint Default Analysis to Government-Related Issuers". A metodologia da Moody's para GRIs sistematicamente incorpora no rating o perfil de risco de crédito individual da companhia ("Baseline Credit Assessment" ou "BCA"), bem como a probabilidade do governo em prover suporte extraordinário para as obrigações de dívida da companhia. O rating da CEMIG resulta da aplicação da análise de default em conjunto do BCA da companhia, do rating B2/Perspectiva Positiva do Estado de Minas Gerais, e o entendimento da Moody's com relação a dependência (probabilidade de que ambas entidades declarem default simultaneamente), bem como a probabilidade de ocorrer um suporte extraordinário por parte do acionista controlador. O BCA de um GRI é expresso numa escala de 1 a 21 ou num intervalo dentro desta escala, de acordo com a preferência individual dos emissores, onde 1 representa o risco equivalente a Aaa, 2 a Aa1, 3 a Aa2, e assim por diante. O BCA da CEMIG é atualmente 14. Vide as publicações da Moody's "Rating Government-Related Issuers in Americas Corporate Finance" e "Government-Related Issuers: July 2006 Update" disponíveis no endereço moody.com.

Sediada em Belo Horizonte, Brasil, a Companhia Energetica de Minas Gerais - CEMIG é uma holding que congrega empresas encarregadas de gerar, transmitir e distribuir energia elétrica. Sua subsidiária Cemig Distribuição detém a concessão para distribuição de energia elétrica em cerca de 96% do território do Estado de Minas Gerais, o terceiro maior estado do Brasil em termos de Produto Interno Bruto. A CEMIG apresentou receita líquida consolidada de BRL 8.284 milhões (USD 3.569 milhões) nos últimos doze meses findos em 31 de março de 2006.

Richard Sippli
Vice President - Senior Analyst
Corporate Finance Group
Moody's America Latina Ltda.
55-11-3043-7300

New York
Chee Mee Hu
Senior Vice President
Corporate Finance Group
Moody's Investors Service
JOURNALISTS: 212-553-0376
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

© Copyright 2006, Moody's Investors Service, Inc. and/or its licensors including Moody's Assurance Company, Inc. (together, "MOODY'S"). All rights reserved.

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS PROTECTED BY COPYRIGHT LAW AND NONE OF SUCH INFORMATION MAY BE COPIED OR OTHERWISE REPRODUCED, REPACKAGED, FURTHER TRANSMITTED, TRANSFERRED, DISSEMINATED, REDISTRIBUTED OR RESOLD, OR STORED FOR SUBSEQUENT USE FOR ANY SUCH PURPOSE, IN WHOLE OR IN PART, IN ANY FORM OR MANNER OR BY ANY MEANS WHATSOEVER, BY ANY PERSON WITHOUT MOODY'S PRIOR WRITTEN CONSENT. All information contained herein is obtained by MOODY'S from sources believed by it to be accurate and reliable. Because of the possibility of human or mechanical error as well as other factors, however, such information is provided "as is" without warranty of any kind and MOODY'S, in particular, makes no representation or warranty, express or implied, as to the accuracy, timeliness, completeness, merchantability or fitness for any particular purpose of any such information. Under no circumstances shall MOODY'S have any liability to any person or entity for (a) any loss or damage in whole or in part caused by, resulting from, or relating to, any error (negligent or otherwise) or other circumstance or contingency within or outside the control of MOODY'S or any of its directors, officers, employees or agents in connection with the procurement, collection, compilation, analysis, interpretation, communication, publication or delivery of any such information, or (b) any direct, indirect, special, consequential, compensatory or incidental damages whatsoever (including without limitation, lost profits), even if MOODY'S is advised in advance of the possibility of such damages, resulting from the use of or inability to use, any such information. The credit ratings and financial reporting analysis observations, if any, constituting part of the information contained herein are, and must be construed solely as, statements of opinion and not statements of fact or recommendations to purchase, sell or hold any securities. NO WARRANTY, EXPRESS OR IMPLIED, AS TO THE ACCURACY, TIMELINESS, COMPLETENESS, MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PARTICULAR PURPOSE OF ANY SUCH RATING OR OTHER OPINION OR INFORMATION IS GIVEN OR MADE BY MOODY'S IN ANY FORM OR MANNER WHATSOEVER. Each rating or other opinion must be weighed solely as one factor in any investment decision made by or on behalf of any user of the information contained herein, and each such user must accordingly make its own study and evaluation of each security and of each issuer and guarantor of, and each provider of credit support for, each security that it may consider purchasing, holding or selling.

MOODY'S hereby discloses that most issuers of debt securities (including corporate and municipal bonds, debentures, notes and commercial paper) and preferred stock rated by MOODY'S have, prior to assignment of any rating, agreed to pay to MOODY'S for appraisal and rating services rendered by it fees ranging from \$1,500 to \$2,400,000. Moody's Corporation (MCO) and its wholly-owned credit rating agency subsidiary, Moody's Investors Service (MIS), also maintain policies and procedures to address the independence of MIS's ratings and rating processes. Information regarding certain affiliations that may exist between directors of MCO and rated entities, and between entities who hold ratings from MIS and have also publicly reported to the SEC an ownership interest in MCO of more than 5%, is posted annually on Moody's website at www.moody's.com under the heading "Shareholder Relations - Corporate Governance - Director and Shareholder Affiliation Policy."

This credit rating opinion has been prepared without taking into account any of your objectives, financial situation or needs. You should, before acting on the opinion, consider the appropriateness of the opinion having regard to your own objectives, financial situation and needs.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Emissora

CEMIG Distribuição S.A.
Avenida Barbacena, 1.200, Ala A1 17º andar
Belo Horizonte - MG

Garantidora

Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Avenida Barbacena, 1.200, 12º andar
Belo Horizonte - MG

Coordenador Líder da Oferta

UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A.
Avenida Eusébio Matoso, 891
São Paulo - SP

Consultor Jurídico da Oferta

Souza, Cescon Avedissian, Barriau e Flesch Advogados
Rua Funchal, 263, 11º andar
São Paulo - SP

Auditores

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Rua Paraíba, 1.122 - 20º andar
Belo Horizonte - MG